

**IV Encontro Nacional de Pesquisadores do  
Integralismo  
III Simpósio do LAHPS**

**Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil  
Contemporâneo.**

10 a 13 de maio de 2010 – UFJF

*Anais do Evento*

Cláudia M. Ribeiro Viscardi

Leandro Pereira Gonçalves

Rodrigo Christofolletti

(Organizadores)

LAHPS Publicações

2010

**IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo**

**III Simpósio do Laboratório de História Política e Social**

**Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)**

**Centro de Ensino Superior (CES)**

**Ficha Técnica**

Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS. “Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil”. Juiz de Fora, 2010.  
895 p.

1. Integralismo – 2. Autoritarismo – 3. Brasil Contemporâneo

**Comissão Organizadora:**

-Cláudia Maria Ribeiro Viscardi  
-Leandro Pereira Gonçalves  
-Rodrigo Christofolletti

**Bolsistas:**

-Alessandra Belo Assis Silva  
-Antonio Gasparetto Júnior  
-Camila Pereira Martins  
-David Militão Campos de Oliveira  
-Heitor de Andrade Carvalho Loureiro  
-Henrique Rodrigues de Andrade Goulart  
-Ivan Bilheiro  
-Janaína de Souza Ferreira  
-Leonardo Lopes Vergara  
-Luísa de Mello Correard Pereira  
-Maedison de Souza  
-Marcelo Almeida Silva  
-Mariana Guimarães Chaves  
-Paolo de Souza Machado  
-Pedro Ivo Dias Tanagino  
-Samuel Mendes Vieira  
-Tâmara Letícia Horsti Corrêa  
-Wesley de Andrade Medina

**Diagramação e Normatização:**

-Antonio Gasparetto Júnior

## **Sumário:**

1. Apresentação .....	11
-----------------------	----

### **Comunicações Coordenadas:**

#### **O Integralismo de Plínio Salgado**

1. Integralismo de Plínio Salgado: breve abordagem sobre suas estratégias de discurso a respeito do materialismo histórico. Felipe Cazetta.....	13
2. Plínio Salgado e a Reorientação Doutrinária do Integralismo (1942-1945) Gilberto Calil.....	24
3. A Literatura de Plínio Salgado e o Salazarismo Leandro Pereira Gonçalves.....	41
4. Carta de Plínio a Vargas – carta como registro histórico e fonte interpretativa. Lincoln de Abreu Pena.....	47
5. O Riso, O Fascismo, O Golpe: os usos do passado na candidatura de Plínio Salgado à Presidência da República em 1955. Rogério Lustosa Victor.....	69

#### **Culturas Políticas Autoritárias nas décadas de 1930 e 1940**

1. Adonias Filho e o Combate ao Homem Liberal-marxista Robson Dantas .....	78
2. O Integralismo na Trajetória do Historiador Paranaense Brasil Pinheiro Machado na Década de 1930 Tatiana Dantas Marchette.....	95

#### **Integralismo e Nazi-fascismo em Minas Gerais**

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

1. O Fascismo como Instrumento Corporativo na Colônia Italiana Urbana de Juiz de Fora nas Décadas de 1920 e 1930

Amanda de Oliveira Almeida ..... 107

2. As Relações de Inês e Aroldo Piacesi com o Fascismo e o Integralismo, Barbacena-MG 1923-1945.

Everton Fernando Pimenta..... 112

3. Juiz de Fora: 1937-1942 palco de uma história nazista.

Sabrina Munck do Nascimento ..... 126

4. O Fascismo sob a Ótica dos Jornais de Juiz de Fora

Valéria Leão Farenzini ..... 136

5. Intelectualidade e ideologia: Gustavo Barroso e o Integralismo em Juiz de Fora.

Vanessa Aparecida Lobo Amâncio ..... 150

**O Nazi-fascismo pelas Lentes do Cinema e da Iconografia**

1. *O Triunfo da Vontade, A Onda, A Queda*: uma análise das relações pessoais com a ideologia nazi-fascista a partir do olhar cinematográfico.

Gisele dos Reis Cruz & Joeronimo Marques de Jesus Filho ..... 165

2. “Aleluia Gretchen” ou a Suástica e o Sigma no Brasil

Nara Maria Carlos de Santana ..... 182

3. Os Prelúdios do Nazismo na Alemanha pelo Olhar Bergmaniano: uma análise do filme “O Ovo da Serpente”.

Natália dos Reis Cruz ..... 191

4. São Bernardo e a Ditadura Militar

Rosângela de Oliveira Dias..... 203

5. Tecendo Idéias, Alinhavando a Ideologia: as roupas e sua relação com a Ação Integralista Brasileira.

Samuel Mendes Vieira..... 214

**Integralismo: simbologia e representações.**

1. A Ação Integralista Brasileira e a Abolição da Escravidão: a propaganda política integralista no 13 de maio.

Jaqueline Tondato Sentinelo .....	226
2. “De Pé Eternamente”: respostas à pergunta: o que é ser integralista?	
Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro.....	241
3. O Integralismo e o Mundo: uma análise da presença da Alemanha nazista no jornal “A Offensiva”.	
Murilo Antonio Paschoaleto .....	256

### **As Igrejas e o Autoritarismo**

1. Entre a Cruz, a Foice e o Martelo: as relações entre a Igreja Católica e a TFP ante a ameaça comunista.	
Ana Vitória Sampaio Castanheira Rocha .....	269
2. Por um “Estado de Espírito” Católico! Plínio Corrêa de Oliveira e as reivindicações ao Integralismo.	
Gizele Zanotto.....	281
3. Episcopado Brasileiro e o Movimento Integralista	
Mabel Salgado Pereira.....	293

### **O Pensamento de Gustavo Barroso e Miguel Reale**

1. A Problemática do Indivíduo e da Liberdade para o Integralismo em Plínio Salgado e Miguel Reale	
Alexandre Pinheiro Ramos .....	299
2. O Estado Sindical no Pensamento de Miguel Reale (1932-1937)	
Cíntia Rufino Franco da Silva.....	315
3. Uma “Razão” sobre a “Força”: a “História Militar do Brasil” (1935) de Gustavo Barroso e o pensamento integralista.	
Everton Gustavo Rodrigues .....	319
4. Entre a Conservação, o Apagamento e a Diversidade: aspectos da construção de memória em Gustavo Barroso.	
Odilon Caldeira Neto.....	336

### **A Direita e o Nacionalismo Contemporâneo**

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010

1. A Memória do Fascismo na Contemporaneidade	
Ana Maria Dietrich.....	346
2. Cultura Jurídica e Cultura Religiosa em Tensão: uma análise da revista “Surto”.	
Jefferson de Almeida Pinto.....	358
3. Os Skinheads Brasileiros e a Extrema Direita	
Márcia Regina da Costa & Alexandre de Almeida.....	370

**Experiências Regionais do Movimento Integralista**

1. Petrópolis e o II Congresso Nacional Integralista (1935)	
Alexandre Luís de Oliveira & Priscila Musquim Alcântara de Oliveira.....	380
2. Integralistas no Poder em Joinville: um fenômeno eleitoral efêmero e sem precedentes.	
Daniely Wendland.....	390
3. A Vontade do Criador: a democracia cristã na campanha de Plínio Salgado para presidência em 1955 no jornal “Diário dos Campos” (Ponta Grossa/PR).	
Lucas Patschiki.....	401
4. O Integralismo no Paraná pelo Periódico “A Razão” (1935)	
Rafael Atháides.....	418
5. Apontamentos para uma História da Ação Integralista Brasileira em São Paulo (1932-1938)	
Renato Alencar Dotta.....	429

**Comunismo, Anticomunismo e Violência no Brasil**

1. A Memória da Imprensa Escrita em Montes Claros/MG sobre a Censura Durante o Regime Militar 1964-1968	
Camila Gonçalves Silva.....	448
2. Esquadrões da Morte: a maquiagem vermelha.	
Vanessa de Mattos.....	456

**O Autoritarismo na Era Vargas**

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

1. Entre a Foice, o Martelo e os Sapatos: o comunismo da comunidade armênia no Brasil aos olhos do DEOPS/SP (1930/1945).

Heitor de Andrade Carvalho Loureiro..... 462

2. Ideologia Autoritária e Educação Física no Estado Novo: *mens sana, corpore sano*.

Luciana Silva Schuffner ..... 477

3. O “Plano Cohen” e o Universo das Teorias Conspirativas

Luiz Mário Ferreira Costa..... 491

4. Integralismo: nacionalismo, espiritualismo e conservadorismo – Expansão do pensamento de direita no Brasil na década de 1930.

Marly de A. G. Vianna ..... 502

5. Discursos e Práticas Nacionalistas como Parâmetros de Repressão no Estado Novo

Olavo Baldi Marchetti ..... 521

### **Ação e Pensamento Autoritário Pós 1945**

1. A Frente Ampla (1966-1968) e o seu Manifesto.

Márcio de Paiva Delgado..... 533

1. A Atuação da Divisão de Polícia Política e Social (DPS) no Governo JK: sistemas de inteligência X Estado de direito.

Nilo Dias de Oliveira..... 548

2. Das Ruas ao Jornal: o espaço público em disputa no Brasil do início dos anos 1960.

Renato João de Souza..... 556

3. A Violência Institucional no Brasil em sua Historicidade: um tema de debate.

Vera Lúcia Vieira ..... 568

### **Repressão e Resistência na América Latina**

1. Agentes de Pince-Nez: o papel da diplomacia brasileira e do Itamaraty no processo de constituição e institucionalização da atividade de informações no Brasil.

Adrianna Setemy ..... 577

2. Os Militares e a “Grande Mentira”: história, política e discurso no tempo presente.

Michel Goulart da Silva..... 590

### **Comunicações Livres:**

#### **Elites e Estado no Brasil (1889-1945)**

1. Entre a História da Educação e a História Intelectual: projetos de nação em “A História do Brasil” (1900) de João Ribeiro.  
Elvis Hahn Rodrigues..... 602
2. Saudades de Casa: relatos de um pracinha brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial.  
Heglisson Geraldo Testa..... 608
3. O Autoritarismo da República Pré-1930 e a Reação Popular no Populismo  
Pedro Paulo Aiello Mesquita ..... 621
4. Parentela e Coronelismo no Sertão Norte-Mineiro  
Vitor Fonseca Figueiredo ..... 630

#### **Cultura Material e Imaterial**

1. Aspectos do Carnaval em “A Guerra do Fim do Mundo” de Mario Vargas Llosa  
Daniela Barbosa de Oliveira..... 644
2. A Construção do Patrimônio Histórico em Juiz de Fora  
Fabiana Aparecida de Almeida..... 653
3. Dos Fatos a Ordem: uma discussão sobre a formação dos Estados Modernos e os reflexos na democracia.  
Wallace Faustino da Rocha Rodrigues..... 662

#### **Vivências e Teorias Religiosas**

1. O Discurso Religioso em Prol do Estado: controle e manutenção dos comportamentos (1930-1940).  
Danielle Aparecida Arruda..... 671
2. A Autoridade Estatal e Paulo Apóstolo: considerações históricas para a análise de RM 13, 1-7.  
Ivan Bilheiro ..... 685



IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

3. “Semeando o Espiritismo”: identidade religiosa e imprensa em Juiz de Fora (1921-1923).

Roberta Müllher Scafuto Scoton..... 691

4. A Reforma Católica em Mariana e o Discurso Ultramontano de Dom Viçoso (Minas Gerais 1844-1875)

Tatiana Costa Coelho ..... 700

**Economia, Finanças e Política na América Latina**

1. Num Invólucro de Desordem: os primeiros passos da unidade do império.

Alan de Carvalho Souza ..... 709

2. Mercado Interno e Cafeicultura: terra e trabalho durante a expansão agrária de Juiz de Fora.

Bruno Novelino Vittoretto ..... 718

3. O Supremo Tribunal de Justiça no Segundo Reinado (1840-1891)

Carla Beatriz de Almeida..... 735

4. A Trajetória Econômica Argentina: da posse de Menem à posse de Cristina Kirchner.

Fernando Marcus Nascimento Vianini ..... 747

5. Cartografia do Comércio de Poaia: caracterização de um espaço econômico.

Márcio Xavier Corrêa..... 761

6. A Insegurança Social na Origem do Estado e do Mercado

Rafael Martins de Oliveira Laguardia ..... 771

**Cidadania e Mundos do Trabalho**

1. O Caso dos Menores Operários: Justiça do Trabalho e os trabalhadores têxteis de Juiz de Fora, 1953.

Alessandra Belo Assis Silva ..... 783

2. “Lo Stato di Minas Geraes”: a propaganda como elemento da política imigratória.

Antonio Gasparetto Júnior ..... 796

3. Narrativas Visuais e Ethos Artístico na Era Vargas: os operários de Lívio Abramo.

Andréa Casa Nova Maia & Thalita Aguiar Ferreira da Silva..... 814

4. Estranhamento e Distinção: um olhar sobre as práticas sociais juizforanas através das lentes dos jornais locais (1880-1930).

Deivy Ferreira Carneiro..... 828

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

5. “Usando do Direito de Representação”: o discurso liberal entre os trabalhadores de Juiz de Fora na Primeira República.

Lenílson da Silva Araújo ..... 839

6. Associativismo, Proteção Social e Poder Público na Capital Imperial entre 1860 e 1882.

Mateus Fernandes de Oliveira Almeida ..... 852

### **Elite e Estado no Brasil Pós 1964**

1. Índios e Caboclos no Caminho da Transamazônica (1970-1984)

César Augusto Martins de Souza ..... 867

2. As Assessorias Especiais de Segurança e Informações da Usina de Itaipu e os Trabalhadores: vigilância e colaboração além das fronteiras (Operação Condor).

Jussaramar da Silva ..... 877

3. Reflexões Iniciais sobre a Trajetória dos Planos e Seguros Privados: uma análise da participação de médicos, hospitais, operadoras e do Estado (1998-2008).

Nittina Ana A. B. Botaro ..... 891

4. Para Além de Vigiar e Punir: (re)socializar.

Séfora Marques Gandra ..... 903

## **Apresentação**

Em mais uma iniciativa que vem compor a série “LAHPS- Publicações”, apresentamos ao leitor um novo conjunto de textos constituído pelos Anais das comunicações realizadas durante o IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo e III Simpósio do Laboratório de História Política e Social. Promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora e realizado entre os dias 10 e 13 de maio de 2010, o evento teve, como tema central as “Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo”.

A promoção contou com o apoio da Universidade Federal de Juiz de Fora e do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. Foi organizado e idealizado através da parceria de dois grupos de pesquisadores: o LAHPS (Laboratório de História Política e Social) e o GEINT (Grupo de Estudos do Integralismo). O objetivo central dos debates foi o de promover discussões entre pesquisadores de História e áreas afins, que possuíssem pesquisas em comum acerca do pensamento e das experiências autoritárias brasileiras.

Como resultado, foi possível estabelecer intercâmbios acadêmicos e disseminar o conhecimento histórico. A realização de debates sobre o autoritarismo foi vista como algo fundamental para a compreensão de fenômenos políticos, culturais e ideológicos, que ocorreram no Brasil e no mundo, ao longo do século XX.

O encontro contou com a presença de cerca de 400 pesquisadores, de todas as partes do Brasil. Foram realizadas treze mesas temáticas, as quais geraram importantes discussões, e fomentaram diálogos e reflexões sobre a força que os movimentos autoritários exerceram sobre a sociedade brasileira. Com o objetivo de promover uma reflexão mais ampla, o encontro ainda contemplou a discussão de temáticas livres, que se deram através de seis mesas de comunicação, as quais também compõem o presente volume.

Parte dos trabalhos apresentados na ocasião está sendo apresentada ao público através deste veículo, para que seja possível a ampliação do debate. O material foi dividido em 19 temas, a saber: O Integralismo de Plínio Salgado, Culturas Políticas Autoritárias nas décadas de 1930 e 1940, Integralismo e Nazi-fascismo em Minas Gerais, O Nazi-fascismo pelas Lentes do Cinema e da Iconografia, Integralismo: simbologia e representações, As Igrejas e o Autoritarismo, O Pensamento de Gustavo Barroso e Miguel Reale, A Direita e o Nacionalismo Contemporâneo, Experiências Regionais do Movimento Integralista,

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Comunismo, Anticomunismo e Violência no Brasil, O Autoritarismo na Era Vargas, Ação e Pensamento Autoritário Pós 1945, Repressão e Resistência na América Latina, Elites e Estado no Brasil (1889-1945), Cultura Material e Imaterial, Vivências e Teorias Religiosas, Economia, Finanças e Política na América Latina, Cidadania e Mundos do Trabalho, Elite e Estado no Brasil Pós 1964.

Para a realização do evento foi indispensável o apoio prestado por bolsistas e estagiários das duas instituições de ensino diretamente envolvidas em sua organização, aos quais agradecemos, bem como aos colaboradores e pesquisadores presentes. Um agradecimento especial ao Programa de Pós-Graduação em História, à Direção do Instituto de Ciências Humanas, na pessoa de seu Diretor, Prof. Dr. Eduardo Salomão Condé, e a Fapemig que viabilizaram a sua realização.

O que almejamos é que os leitores possam encontrar textos que lhes propiciem refletir sobre o fenômeno do autoritarismo para que possam verificar a gênese e as características das idéias reacionárias e antidemocráticas. Tal conhecimento nos induz a estar vigilantes, para que sementes da intolerância não voltem a germinar e que a força ditatorial seja uma página virada na história da humanidade.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

Prof. Ms. Leandro Pereira Gonçalves

## Comunicações Coordenadas

### O Integralismo de Plínio Salgado

#### **Integralismo de Plínio Salgado: breve abordagem sobre suas estratégias de discurso a respeito do materialismo histórico**

Felipe A. Cazetta\*

**Resumo:** Este artigo possui como meta tecer uma breve análise do discurso integralista à respeito do materialismo histórico, ora reduzindo o mesmo ao status de doença infantil ora elevando-o a categoria de perigo a ser combatido em primeira instância.

**Palavras-chaves:** Integralismo; Materialismo; Comunismo.

Devido à preocupação com o liberalismo ser sanada em termos – porém, na concepção de Plínio Salgado nunca extinta - com a adoção de uma ditadura centralizadora do Governo Vargas, e o “terror vermelho” se evidenciado com maior intensidade em virtude da tentativa de emergência ao poder em 1935, a esquerda recebe atenção especial nos jornais integralistas no período de existência oficial da AIB, ênfase ao pós-Intentona Comunista. Contudo, o combate ao liberalismo continua a dividir espaço ao ataque às esquerdas em livros escritos por Salgado.

Desta forma, nas obras de Plínio Salgado é comum se encontrar ambos os tipos de materialismo – liberalismo e marxismo - sob a forma condensada, pois para o mentor do integralismo, o liberalismo nada mais era que a ponte para o socialismo, de modo que nada adiantaria investir contra o comunismo se o liberalismo continuasse atuante<sup>1</sup>. Esta lógica

---

\*Felipe Cazetta é mestrando em História pela UFJF, bolsista CAPES pelo mesmo programa, não podendo contrair vínculo empregatício. Em 2010 publicou o artigo INTEGRALISMO E FASCISMOS: EXPOSIÇÃO ENTRE DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS, pela Revista de História Temporalidades, vinculada à UFMG. Reside no endereço: R. Isabel Correa de Souza n.5 ap. 302, Bairro São Pedro- Juiz de Fora-MG (CEP: 36037-050) e atende ao email: felipecazetta@yahoo.com.br

<sup>1</sup>“Se desejamos combater o comunismo, que se ergue contra a sociedade burguesa, a nossa primeira atitude será a de combate contra a concepção de vida da burguesia , a qual, por ser injusta e cruel, gera revoltas por ela mesma semeadas, com os princípios materialistas, ostensivos ou latentes, dos usurários dos bens terrenos em

evidentemente é acarretada pela desconsideração da dialética que Marx reveste o materialismo-histórico, para se alcançar o socialismo, a partir do desenvolvimento e superação do capitalismo.

Conforme exposto por Marilena Chauí, a interpretação que Salgado detém do marxismo é bastante amorfa. A autora detecta três operações básicas que se seguem nos discursos do chefe da AIB de maneira geral, sendo estes manifestados: “(...) por simples justaposição de imagens, por transformação de um conceito em uma imagem, e enfim, por associações livres de imagens.”<sup>2</sup>

A partir desta estratégia, Salgado utiliza os conceitos pertencentes ao marxismo, conforme as impressões a respeito da esquerda no país eram conduzidas naquele contexto, apropriando e fazendo uso das definições marxistas de acordo com sua necessidade momentânea. Predominantemente, o socialista assume duas formas básicas em suas obras: a imagem de traidor, perverso e destruidor da família; e a figura do operário ingênuo, quase infantil, que se rebela contra a conjuntura capitalista, sem compreender exatamente a razão de sua aflição<sup>3</sup>.

O entendimento inicial de Plínio Salgado quanto ao marxismo, é que este não passaria de mais um meio de subjugar os pobres, pois estaria alinhado com o capitalismo, para somente então alcançar o comunismo. Partindo desta premissa, torna-se tarefa simples transformar o marxista em traidor, pois a partir da idéia de igualdade, estaria entregando o proletariado aos capitalistas. Este raciocínio é exposto em *Páginas de Ontem*, onde o autor disserta que:

O que não se pode negar é a identidade absoluta do Marxismo com a filosofia burguesa, criada para oprimir os humildes e justificar a exploração do homem pelo homem. O que é fora de dúvida é que o Capitalismo e o Comunismo não passam de palavras diferentes para designar a mesma coisa: a brutalidade, a violência, o materialismo grosseiro.<sup>4</sup>

A linearidade dada ao marxismo pelo líder do integralismo é inexistente nas obras de Marx. É essencial ao emprego do materialismo-histórico o pensamento dialético pois, para o

---

nosso tempo.” SALGADO, Plínio. *Psicologia da Sociedade Burguesa*. In. *Espírito da Burguesia*. In. *Obras Completas*. Vol. 15. São Paulo: Editora das Américas, 1956. p. 14.

<sup>2</sup>CHAUÍ, Marilena. *Apontamentos para uma crítica a Ação Integralista*. In. CHAUÍ, Marilena & Franco, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 40

<sup>3</sup>“Errados, ou desorientados, explorados ou humilhados, muitos acompanham com sinceridade o desespero, a bandeira vermelha da destruição. Esses nos comovem. Porque só esses serão capazes de nos enfrentar. Seus orientadores, seus envenenadores, conservam-se covardemente escondidos na cátedra e no jornalismo.” SALGADO, Plínio. *Páginas de Ontem*. In. *Obras Completas*. V. 10. São Paulo: Editora das Américas, 1955. pp. 205-206.

<sup>4</sup>Idem, p. 226.

*filósofo da práxis*, à medida que a burguesia estende seus tentáculos, centralizando os meios de produção, a mesma caminha para o seu jazigo visto que, incapaz de arrefecer ou eliminar as distinções e lutas de classe consolida seu próprio fim.

Contudo, desvinculando a teoria marxista de seu pensamento dialético, aquela perde seu caráter de “mudança permanente”, sendo possível a suposta conexão entre burguesia e marxismo, com a desconsideração da lógica espiralada presente no pensamento de Marx. Esta relação de cumplicidade entre marxismo e burguesia liberal, conforme afirmado por Plínio Salgado, é tecida sob afirmações desprovidas de material empírico comprobatório, no intuito de despertar a desconfiança do operariado – principal base de adesão do comunismo – aos partidos de esquerda. O integralista expõe que:

Vemos hoje a transigência burguesa operar os seguintes movimentos: uma parte dos burgueses agnósticos (liberais e pragmáticos) tendo descoberto que o marxismo pretende, durante algum tempo, fazer desenvolver o capitalismo nos países de indústria incipiente, a fim de aumentar a proletarização da classe média e atingir a destruição do pequeno capital, resolveu gozar o que poderemos chamar de “os últimos dias de Pompéia” e, nessa resolução, vendo-se batizada pelos comunistas com o pomposo nome de “burguesia progressista”, ajuda os seus futuros destruidores, sem nenhuma consideração pelos seus filhos e netos.<sup>5</sup>

É neste âmbito que se desenha a imagem do marxismo como apátrida e sem identidade, que estabelece alianças efêmeras de acordo com que as contingências o exigirem. Outro meio de apresentar o socialista está na exploração de forma diversa de terror, a partir da desumanização, porém, conforme coloca Chauí, por livre associação de imagens.

Desta forma, com o advento do sucesso da Revolução Bolchevique, e a penetração de suas idéias no Brasil, foi necessário a acentuação da postura anti-esquerdista para evitar que “o mal maior” se espalhasse pelo país. Assim sendo, muitos mitos foram criados para distanciar a população de tais idéias, através do asco e da repulsa. Algumas dessas lendas de comum circulação tangiam sobre o comportamento sexual e o efeito dissolvente que o socialismo desempenharia sobre a estrutura familiar.

Plínio Salgado e o integralismo inseriam-se neste cenário de disseminação do terror soviético, de conspiração e perversão moral. A crença do integralista em suas palavras, não está sendo posta à prova, chegando mesmo a desenhar cenas cômicas, tingidas pelo pânico de Salgado, que a mácula moral e a dissociação da família se espalhassem pelo território brasileiro. Pois para Plínio a instituição familiar era revestida pelo manto da moralidade e o

---

<sup>5</sup>SALGADO, Plínio. *O Espírito da Burguesia*. in. *Obras Completas*. v.17. São Paulo: editora das Américas, 1956. p. 29

10 a 13 de maio de 2010

respeito imputado pela Igreja católica, chegando ao ponto de entendê-la como uma “pequena república”, onde as noções sociais elementares são inculcadas. Neste ponto Salgado disserta que a família é:

(...) uma pequena república, onde o homem e a mulher exercem o primeiro magistério e sua primeira magistratura.

Primeiro magistério, porque os filhos, antes de irem a escola, devem ser educados por seus pais, que lhes inculcam desde idade tenra, as noções dos deveres, as superiores aspirações na vida, *os sentimentos de amor a Deus e à Pátria.*<sup>6</sup>

Devido a esta interpretação da família pautada de maneira rigorosa na moral, Salgado, em *Palavra Nova dos Tempos Novos*, atinge o inusitado cenário de filas humanas para ordenha na Rússia soviética: “Vi estampada numa revista de propaganda da U.R.S.S. a fotografia de um 'pôsto de ordenhação' dos Sovietes. Uma fila de mulheres, deixando se ordenhar, como vacas, porque na Rússia é proibido às mães amamentarem seus filhinhos. (...) No Brasil, jamais as mães tolerariam isso.”<sup>7</sup>

Esta referência possibilita várias formas de provocar o repúdio, sendo a imediata proporcionada pela recriminação ao tratamento humano, similar ao direcionado aos animais. Sobre esta tentativa de promover a rejeição do espectador ao comunismo em sua prática, é possível estabelecer diálogo com Marshall Sahlins, quando o mesmo estuda a totemização dos hábitos alimentares dos estadunidenses, bastante semelhante aos costumes brasileiros, quanto aos modos de se comportar perante a refeição.

Em exame o antropólogo expõe que há a divisão de valores simbólicos em relação ao consumo da carne, dada pelo contato entre o animal e a espécie humana. Portanto, igualar a mulher a uma vaca, significaria remetê-la ao mais baixo patamar de *humanização*, justificando assim a estranheza do suposto tratamento dado pelos soviéticos às suas mulheres, pois

(...) animais comestíveis, como bois e porcos, geralmente têm o status de objeto para os sujeitos humanos, vivendo suas vidas à parte, nem como complemento direto nem como instrumento de trabalho das atividades humanas. Normalmente, portanto, eles são anônimos, ou se têm nomes, como algumas vacas leiteiras; são para servir de referência na conversa dos homens. Entretanto, como animais de curral e comedores de restos de comida humana, os porcos estão mais próximos da sociedade humana que os bois.<sup>8</sup>

<sup>6</sup>SALGADO, Plínio. *Compêndio de Instrução Moral e Cívica*. 5ª ed. São Paulo: F.T.D., 1972. p. 23. (Grifo meu)

<sup>7</sup>SALGADO, Plínio. *Técnica de Sorel e técnica de Cristo*. in. *Palavra Nova dos Tempos Novos*. v. 7. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p.228.

<sup>8</sup>SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemayer Lamarrão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. p. 175



A segunda forma de provocar o terror está na descrição de violação do corpo feminino, cometida no ato da ordenha. Durante a extração do leite, obrigatoriamente as mamas teriam de estar à mostra, sendo manuseadas por mãos de pessoas desconhecidas, e em série. A profanação do corpo feminino por si só já seria motivo de indignação, porém quando se trata de uma mãe, figura que é recoberta de certa aura de sacralidade, este ato se transforma em afronta à moral e aos bons costumes valorizados dentro do código de conduta católico (opção religiosa majoritária entre a população brasileira, incluindo o próprio chefe da AIB).

Adiante, relacionado ao segundo ponto levantado, se encontra o pânico da decomposição familiar, sendo a mãe proibida de alimentar seu próprio filho, destacando a socialização como pulverização e destruição da família. Desta forma, o socialismo é descrito pela subordinação do cotidiano à lógica da mecanização da produção, onde tudo estaria submetido à produção em série, tendo como resultado a supressão da identidade individual em vantagem do coletivismo, de modo a abrir flancos para assimilar o comunismo ao capitalismo liberal (ponto que será abordado a seguir). Por fim, é feita a provocação de forma indireta de que “No Brasil, jamais as mães tolerariam isso”, com a intenção de despertar a indignação antes mesmo de o fato ser constatado, e reverberando o temor de que, se o comunismo fosse implantado no Brasil, estes atos se repetissem no interior do país.

Frente ao cenário de dissolução do ambiente familiar, o que é diretamente ligado por Salgado à imoralidade, o integralista estabelece a mencionada conexão entre o marxismo com o pensamento epicurista, enquanto caracteriza o Estado liberal de estoicista e complacente ao avanço da esquerda no Brasil. Em virtude da experiência política brasileira de intensa sucessão presidencial, além de sucessivos levantes e greves, além do anseio de criticar os partidos tradicionais, tais como o sua antiga legenda, o PRP, Salgado entende o estoicismo como sendo

(...) a filosofia dos povos em decadência, dos últimos atos crepusculares das tragédias gloriosas da raça. É a indiferença, a passividade, a incapacidade de reação. E esse é o espírito que domina o Estado Burguês. Os governos liberais e materialistas assistirão indiferentes à passagem vitoriosa dos asiáticos destruidores da personalidade humana, como os senadores de Roma, hieráticos nas suas cadeiras contemplavam a marcha invasora de Alarico. É o ceticismo anatoliano, flor esquisita do agnosticismo burguês e do “laissez faire, laissez passer” do liberalismo democrático.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup>SALGADO, Plínio. *O Panorama Burguês*. In. *A Quarta Humanidade*. in. *Obras Completas*.v. 5. São Paulo: Editora das Américas, 1955. pp. 97-98.

Importante destacar que o caráter estóico é dedicado apenas ao Estado liberal, sendo os industriais liberais imbuídos do ímpeto individualista e segregacionista, se aproximando, neste ponto do epicurismo atribuído ao marxismo<sup>10</sup>. Este contato entre a esquerda, a direita e o epicurismo, é estabelecido por Salgado, devido ao materialismo burguês que “desligando o Homem dos seus compromissos com Deus”<sup>11</sup> remete, segundo o chefe integralista, apenas a busca dos prazeres terrenos. A idéia de cumplicidade entre liberais e comunistas é trabalhada com constância nas obras do líder da AIB, onde os liberais ofereciam guarida, enquanto a esquerda agia.

Em nosso Brasil estamos de fogos acesos. Nossos adversários, os comunistas, já fizeram a demonstração de rua. Nunca como hoje a democracia no Brasil se tornou tão liberal. Como Nero, no Coliseu, o Govêrno vai assistir à luta dos gladiadores. Em tôrno de César, os magnatas revestidos de suas togas de magistrados do povo, representantes da vontade popular...<sup>12</sup>

Através do empobrecimento teórico e ideológico, Plínio Salgado arrasta o comunismo e o capitalismo para um mesmo lado, alegando serem superficiais as distinções entre “direita” e “esquerda”, resultando na indissociação de ambos. Capitalismo e Comunismo caminhariam, portanto, para um destino comum: a liberal-democracia. Esta junção é construída a partir da simplificação do conceito de materialismo alegando que “Hoje, não se é mais política ou economicamente da ‘direita’ ou da ‘esquerda’; é-se espiritualista ou materialista. Crer ou não crer em Deus, eis a questão. (...). o comunismo não é uma política, é uma mística às avessas, uma concepção anti-religiosa do universo.”<sup>13</sup>

Como forma de estreitar a frágil ligação de cumplicidade entre marxismo e burguesia liberal, tal como expõe Salgado em diversas de suas obras<sup>14</sup>, o chefe da AIB, opera muitas vezes com inversões de idéias, elucidando que o coletivismo enredado pelo comunismo, nada mais é que o mais profundo egoísmo presente no liberalismo.

---

<sup>10</sup>“As linhas mestras das democracias modernas inspiram-se no velho estoicismo. Toda a doutrina econômica é estóica: o Estado cruza os braços. É esse o mesmo sentido do evolucionismo spenceriano e do positivismo comtista. Ressurgiam, dominadores, Zenon e Epicuro. os governos são estóicos, a sociedade é epicurista.” SALGADO, Plínio. *No Caminho dos Séculos*. In. *A Quarta Humanidade*. p. 38.

<sup>11</sup>SALGADO, Plínio. “O Século das Luzes”. in. *Aliança do Sim e do Não*. in. *Obras Completas*. v. 6. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 38.

<sup>12</sup> SALGADO, Plínio. *Epicuristas e Estóicos*. in. *Palavra Nova dos Tempos Novos*. p. 204.

<sup>13</sup> SALGADO, Plínio. “Direitas” e “Esquerdas”. In. *Primeiro, Cristo!*. in. *Obras Completas*. v. 6. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. pp. 201-202.

<sup>14</sup> Como exemplo entre outros demais, posso citar a passagem de *A Quarta Humanidade*, onde o integralista afirma que “A visão estreita da burguesia capitalista é a mesma do marxismo.” SALGADO, Plínio. *O Panorama Burguês*. in. *A Quarta Humanidade*. op.cit. p. 99.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Todo coletivista, capitulando e qualquer das formas de socialismo, é, no fundo, um feroz egoísta; e embora aparente agir no sentido do bem geral, na verdade age no sentido de seus particulares interesses e comodidades. Não querendo dar-se ao trabalho de ajudar, servir, socorrer ao seu próximo (idéia que implica a de grupo, seja o familiar ou o profissional, o local ou ao nacional, ou o da simples vizinhança do ser humano que se lhe depara) prefere fingir uma imensa generosidade, dizendo que a solução de um caso isolado não resolve o caso de toda a humanidade.<sup>15</sup>

Embasado na antinomia entre materialismo e espiritualismo, e desconsiderando as diferenças existentes dentro do vasto grupo de teorias materialistas, Salgado realiza comparações entre capitalismo e comunismo. É interessante de se atentar que não é objetivo do chefe da AIB provocar a dúvida e incitar o questionamento do espectador. Com frases curtas e diretas é atribuída a certeza ao que está sendo dito, com força de verdade. O Plínio Salgado trabalha com a manipulação de polarizações e lógicas diretas, concluindo que “Todo brasileiro que fôr liberal-democrata neste momento está trabalhando, consciente ou inconscientemente, para o Comunismo. / Êste instante não comporta atitudes dúbias. Só há uma corrente política que enfrenta a êsse monstro: é o Integralismo.”<sup>16</sup>

Há no integralismo, alternâncias nas intenções de retratar o marxismo. A imagem da esquerda como algo nefasto, que deve ser temido, valorizado e respeitado é recorrente<sup>17</sup>. Este recurso pode ser usado tanto como forma de afastar a possibilidade de deserção do contingente aliado para o lado oposto, quanto como viés estratégico de enaltecer o inimigo a quem se propõe o combate, preparando a retórica para a ocasião de vitória ou para o momento da derrota, no intuito de enaltecer a glória conquistada ou arrefecer a frustração futura. Todavia, este comportamento de cordialidade entre as partes conflitantes estava longe de cumprir uma regularidade nos textos integralistas.

Como pode ser demonstrado como exemplo pela Ilustração 1 (Ver Anexo), as movimentações do Partido Comunista em Jacareí são amplamente divulgadas em *A Acção* de 03/10/1937. Todavia no espaço de uma página completa, se dedica boa parte a relatar somente os momentos de crises e instabilidade interna dos partidos de esquerda, utilizando da ironia como prática de divulgação da informação, recurso que foge à linguagem jornalística. Na referida reportagem de nome *Scisão entre os vermelhos de Jacarehy*, o sarcasmo em abordar

<sup>15</sup> SALGADO, Plínio. *Psicologia do “Todos” e Comando do Mundo*. in. *O Espírito da Burguesia*. op.cit. p 96-97.

<sup>16</sup> SALGADO, Plínio. *Páginas de Ontem*.p. 233.

<sup>17</sup> “Nós homens do século XX, já tomamos conhecimento de muitas coisas, entre as quais o Manifesto de Karl Marx e a 'luta de classes' que, tendo-se desenvolvido através de toda a segunda metade do século passado e um quarto dêste, forneceu-nos, por assim dizer, uma 'terceira dimensão', que não pode deixar de ser considerada.” SALGADO, Plínio. *Choque de mentalidades*. in. *Palavra Nova dos Tempos Novos*. op.cit. p. 242..

o tema e o aspecto de zombaria são perceptíveis ao longo da notícia. Segue citado alguns trechos:

Há uma séria crise entre os comunistas de Jacarehy aos quaes estão desorientados diante da situação atual.

O directorio socialista reuniu-se naquela cidade, e resolveu enviar dois emissários para apresentar solidariedade ao candidato que sabe onde esta o dinheiro. (...). Foram e voltaram sem nada ter conseguido.<sup>18</sup>

Outra forma de atribuir debilidade aos integrantes do comunismo, todavia, menos ofensiva, e com o intuito de acolher àqueles que estejam dispostos a abandonar a esquerda e migrar para o integralismo, é a descrição dos operários, a partir de características infantis, sempre confrontadas com sua potencialidade física de força bruta.

O romance *O Cavaleiro de Itararé* serve de síntese à idéia que Salgado faz dos adeptos do marxismo e dos empresários liberais, retratando no decorrer do romance dois irmãos, cada qual sendo seguidor de uma dessas idéias, que se desconhecem até o momento de se rivalizarem pelo amor de uma mulher. O final do desenlace ocorre ao tomarem consciência dos laços fraternais, a partir do sacrificio de um terceiro personagem, Urbano, que se coloca entre ambos quando se acirra o combate, sendo ferido mortalmente. Após o incidente os irmãos se pacificam, porém perdem a mulher em disputa.

Retratando o liberalismo e o marxismo como formas de pensamento irmãs, que ao se encontrarem promovem o choque superficial; porém ao tomarem contato com as “semelhanças”, põem fim ao litígio, ainda que a partir do sacrificio de um terceiro personagem, Urbano. O personagem de *O Cavaleiro de Itararé* ferido mortalmente incorpora o nacionalismo, desagregado de legenda partidária ou ideologia, e sacrificado por duas ideologias estrangeiras, o marxismo e o liberalismo.

Neste livro o autor traça três estereótipos dos integrantes da esquerda, seja ela materialista-histórica ou não. No quadro de modelos desenvolvido, é possível de discernir o operário angustiado com o sistema de opressão qual vive, portador de músculos rígidos, porém facilmente enganado pelo segundo tipo elaborado por Salgado, que é o doutrinador e arregimentador do corpo de participantes para constituir o partido de esquerda; e por último, o socialista-estóico, com amplas tendências ao liberalismo.

Neste sentido, o personagem de Pedrinho encarna o primeiro tipo, que canaliza todas as aflições sob a forma de revolta, sanada apenas pela raiva e desejo de vingança aos setores

---

<sup>18</sup> *Jornal A Acção de 03/10/1937 Retirado de: [www.arquivoestado.sp.gov.br](http://www.arquivoestado.sp.gov.br) às 9h:31min de 21/01/2010*

dominantes, em formato da luta de classes<sup>19</sup>. Devido a sua natureza simples e ingênua é o integrante da trama que sofre as piores penas. Manipulado do ódio à razão alternadamente por De Moreyra<sup>20</sup> - o doutrinador marxista - que incita Pedrinho a ações que se frustram, e culminam em uma perna amputada e a seu exílio.

Gruber<sup>21</sup> é outro estereótipo da esquerda materialista desenhada por Salgado. Líder de uma associação que pregava a não-revolução e a contemplação dos rumos da história, para onde ela os levar, Gruber é a caricatura do socialista-burguês, que discursa para os operários e negocia o acesso entre as camadas aristocráticas da sociedade. É interessante destacar que todos, com exceção de Pedrinho, possuíam alguma inserção na esfera social burguesa, expondo assim o ímpeto de traição qual possuem, de acordo com Salgado, as correntes de esquerda para com o operariado.

Interpretando o comunista como majoritariamente indigno de confiança, volúvel a pactos com a burguesia capitalista, Salgado dissolve então as diferenças existentes entre as ideologias de esquerda e de direita, conforme demonstrado acima. O reforço da idéia de indissociação entre os dois pólos é tecido a partir da comparação entre o marxismo e o nazismo, com evidentes alterações no conteúdo de ambos os esquemas de análise político-metodológica.

A luta de classes do marxismo é posta lado a lado com a luta das raças de Hitler, alegando que os dois conceitos contribuíram para a emergência do “Estado Totalitário destruidor da personalidade humana.”<sup>21</sup> Todavia, Plínio Salgado inicia sua proposta comparativa a partir de teorias e termina por realizar o confronto de modelos políticos.

---

<sup>19</sup> “Meditava sobre a situação; achava tudo explicado nas teorias de Karl Marx. Não se conformava como os trinta anos de trabalho contínuo sem trégua. Nem pudera se casar. Os ricos eram até polígamos: pregavam moral aos trabalhadores, resignação e energia do espírito; e tinham muitas casas, muitas mulheres, muitos automóveis, e a sociedade e família faziam a tudo vistas grossas. Ao passo que êle, pedrinho, passara a vida como um burro de carga, empregando tôda a força de seus músculos de atleta na conquista desesperada da roupa, da comida e de um cantinho onde pudesse reclinar a cabeça.” SALGADO, Plínio. *O Cavaleiro de Itararé*. Vol. 13 in. *Obras Completas*. Vol. 13-14. São Paulo: Editôra das Américas, 1956. pp. 232-233.

<sup>20</sup> “É que apareceram dois indivíduos, o espanhol Ramirez, anarco-sindicalista, e o intelectual brasileiro De Moreyra, comunista stalinista, e começavam a arrastar, cada um para o seu lado, os proletários que faziam beatificamente, a revolução social pelo métodos de Gruber.” Idem, p. 183

<sup>21</sup> “O Gruber entrou naquela noite em casa mal humorado, absolutamente contra o seu costume. O 'Bloco dos Vivedores' estava se desagregando, derretendo. -Os operários são umas bêstas! Exclamava. Realmente eles não haviam penetrado na doutrina de Gurber, que era exatamente oposta à do Mahatma Ghandi: em vez de não-cooperação, a mais completa cooperação. (...) -Querem ir contra a correnteza! Dizia indignado, quando eu pretendo levá-los, rio abaixo, pelo caminho mais fácil.” Idem, *ibidem*.

<sup>21</sup> “O nazismo, por exemplo, foi considerado por muitos um movimento das “direitas” mas sua base filosófica era a mesma do comunismo, pois partia de uma concepção meramente biológica do homem e de nítido conceito materialista da crítica histórica e os seus fins identificavam-se com os do comunismo, pela ereção de um Estado Totalitário destruidor da personalidade humana.” SALGADO, Plínio. *Os Falsos Deuses e o Deus Verdadeiro*. In. *Primeiro, Cristo!* .v. 6. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 200.

Portanto, o chefe da AIB esquiva-se de seu compromisso inicial de análise, sem que isso seja explicitado.

Em suma, Salgado utilizava da simplificação teórica das ideologias quais pretendia investir carga, tornando-as flexíveis e carentes de profundidade, de maneira tal, que foi possível arrastar marxismo e capitalismo para um mesmo grupo, o do materialismo, sem contudo, considerar as divergências existentes explicitamente entre os mesmos. Isto só foi possível devido à interpretação do materialismo como construção homogênea e monolítica de idéias, ignorando, portanto a existência de divergências entre o materialismo-histórico, as concepção burguesa materialista que se desdobra entre capitalismo e liberalismo, o materialismo-positivista entre as demais.

Esta estratégia de empobrecimento teórico dos focos de ataque permite que o chefe da AIB lance mãos de fragmentos do pensamento original daqueles autores quais Salgado investe contra, sem com isso incorrer em deslizes contraditórios. Ao dissertar sobre seu alvo, atribuindo outras feições ao mesmo, ou distorcendo alguns aspectos essenciais na lógica daquele pensamento, Salgado é autorizado pelos seus espectadores, a utilizar do aparato das ideologias atacadas como sendo argumento seu, adaptando-o de forma implícita.

ANEXO:

- 2 - ACÇÃO 3 - 10 1937

## Um vaso de guerra hollandez

### abriu fogo contra um vapor nipponico

CANTAO NOVAMENTE BOMBARDEADO — CONTRA ATAQUE CHINEZ — PROSEGUE A OFFENSIVA NIPPONICA



**EM GREVE 1.800 OPERARIOS**

(CONTINUAÇÃO DO 1º PÁG.)

... (text continues) ...

**O P. C. de Juquery em polvorosa**

### O sub-directorio de Franco da Rocha renunciou collectivamente por causa da nomeação de uma professora - A fundação de um partido districtal

... (text continues) ...

## AINDA O GRANDIOSO DESFILE DE 7 DE SETEMBRO NO RIO

(NOTAS DE UM OBSERVADOR ORIGINAL)

### SURTIDA TRANSFORMAÇÃO PHYSIONOMICA DO MINISTRO DA JUSTIÇA E DO GOVERNADOR DA BAHIA.

... (text continues) ...

**FUNILHEIROS, MARCENEIROS, TORNEIROS E MECHANICOS DE REFRIGERAÇÃO**

Fúndio de operarios competentes para trabalhar em industria, de profissões BRASILEIRAS. — Yacht com m. Amadora, a rua Rosa - 546, 95.

**ASSUMPÇÃO & CIA. LTD.**

**CASA BANCARIA**

**Minervino & Filhos**

Operações bancarias

Boa Vista, 112 - S. Paul

Ilustração 1: Jornal A Acção de 03/10/1937. Retirado de: www.arquivostado.sp.gov.br às 9h:31min de 21/01/2010.

**Plínio Salgado e a reorientação doutrinária do integralismo (1942-1945)**

Gilberto Calil\*

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar o processo de modificação da doutrina integralista no contexto do final da II Guerra Mundial, através do qual Plínio Salgado buscou apresentar o movimento integralista como democrático e espiritualista, desvinculando-se de qualquer identidade explícita com o nazi-fascismo e, com isto, preparando a rearticulação política do integralismo, efetivada em 1945.

**Palavras-Chave:** Integralismo; Plínio Salgado; Doutrina Integralista

### **Apresentação**

Após a proibição do integralismo por parte do Estado Novo e a fracassada “Intentona Integralista”, Plínio Salgado passou a residir em Portugal, em uma espécie de exílio autorizado. Em Portugal, Salgado estabeleceu uma rede de relações com lideranças políticas e religiosas e, a partir de 1942, quando já se configurava a derrota internacional do nazi-fascismo, passou a se dedicar à produção de obras de forte caráter religioso (das quais a mais conhecida é *Vida de Cristo*), a partir das quais produziu uma vasta reinterpretação sobre a ideologia e doutrina do integralismo, buscando apresentá-lo como eminentemente cristão, radicalmente distinto do nazismo e do fascismo italiano e defensor da democracia. Para isto formulou o chamado conceito cristão de democracia, através do qual tentou apresentar como democráticas as perspectivas e propostas integralistas. Nossa intenção é avaliar o conteúdo desta reorientação doutrinária e os objetivos que a motivaram, a partir da análise das obras produzidas por Salgado no período, confrontadas com sua correspondência com lideranças integralistas no Brasil (em especial Raimundo Padilha e Loureiro Júnior). Para isto, em um primeiro momento, buscar-se-á discutir as atividades e relações políticas estabelecidas por Salgado em seu exílio, para a seguir discutir a construção de sua reformulação doutrinária.

---

\* Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Doutor em História Social (UFF, 2005). Líder do Grupo de Pesquisa História e Poder. Autor de *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP* (Porto Alegre: Edipucrs, 2001, 399p.) e de *Integralismo e Hegemonia Burguesa: o PRP na política brasileira* (Cascavel: Edunioeste, 2010, 390p.). Endereço profissional: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon – Programa de Pós-Graduação em História. Rua Pernambuco 1777 – Marechal Cândido Rondon – PR – 85960-000. E-mail: gilbertocalil@uol.com.br.



### **Atividades e relações políticas de Plínio Salgado no exílio**

Os primeiros três anos de Salgado no exílio foram marcados pela sua expectativa de acordo com Vargas e de um breve retorno. A documentação disponível, basicamente restrita a sua correspondência pessoal, indica pouca atividade social neste período, além de diversas viagens para tratamento de saúde em um hotel rural. Entre 1939 e 1942, além disso, Salgado não publicou nenhuma obra. A partir de 1942, no entanto, suas relações sociais se intensificariam e diversas obras seriam lançadas. Naquele ano, escreveu a sua filha informando suas inúmeras atividades: *“Minha correspondência é enormíssima; o número de pessoas que ultimamente me procura vai crescendo; os convites para isto, para aquilo, multiplicam-se; enfim, as minhas relações já são demasiado grandes e isto me esfalfa”*.<sup>1</sup> Ao mesmo tempo, reafirmava sua posição hierárquica através do protocolo imposto aos seus visitantes, como evidencia carta enviada a seu secretário:

É preciso de uma vez por todas que eu lhe diga que estou disposto a não sacrificar de forma alguma os meus princípios de hierarquia, de prestígio pessoal, de autoridade, tendo sempre em vista o que significo para um milhão de brasileiros e o respeito que por conseguinte devemos exigir de todos aqueles a quem eu honrar com minha amizade. Não podemos de forma alguma permitir que a minha pessoa se torne um objeto de fácil aquisição, de barato encontro, sem as formalidades e o cerimonial que devem antecipar sempre a qualquer aproximação com esta Chefia. Por conseguinte, faça abaixar a voz e os desejos a quem quer que seja demonstrando claramente que se permito amizade, não tolero intimidade e que nenhuma visita receberei sem que antes de mais nada o meu Secretário, que merece minha mais perfeita confiança, tome nota do assunto que serve de objeto da solicitação da referida visita. Assim, a qualquer pessoa que deseje ver-me – jornalista, escritor, homem de sociedade, político, etc. – V. dirá que virá consultar-me, desde que a V. seja antecipado o móvel da desejada visita com todos os seus detalhes. Dito isto, quero que V. agora, com a alta linha, diplomacia e energia de um verdadeiro secretário de estado [sic], dê as providências que julgar adequadas.<sup>2</sup>

Entre 1942 e 1946, Salgado proferiu inúmeras conferências relativas a temas espiritualistas ou especificamente religiosos, e publicou dez livros, em sua maioria produzidos a partir das conferências: *Vida de Cristo* (1942); *A aliança do sim e do não* (1943); *O conceito cristão de democracia* (1945); *O mistério da ceia* (1945); *A mulher do século XX* (1946); *A imagem daquela noite* (1946); *O rei dos reis* (1946); *A tua Cruz senhor* (1946); *Madrugada do espírito* (1946); e *Primeiro Cristo* (1946). Tais conferências e publicações, longe de expressar

<sup>1</sup> Correspondência de Plínio Salgado a Maria Amélia Loureiro, 14.4.1942 (Arquivo Público e Histórico de Rio Claro - Pi 14.04.42). Nas demais citações, este arquivo será referenciado pela sigla APHRC.

<sup>2</sup> Correspondência de Plínio Salgado a Hermes Lins do Albuquerque, 6.8.1942 (APHRC-Pi 42.08.06/1).

exclusivamente preocupações religiosas, respondiam a uma estratégia bastante clara, que definia-se de forma mais clara à medida em que a derrota do nazi-fascismo tornava-se previsível: apresentar-se como líder espiritualista e cristão, com sólidos vínculos com a hierarquia católica e uma vasta obra religiosa publicada, e com isto se desvincular de qualquer identificação explícita com a ideologia fascista. O primeiro livro publicado dentre eles, *Vida de Jesus*, tem uma importância particular, pela sua enorme pretensão e pela expressiva repercussão que teve em Portugal e no Brasil. A obra de mais de 1.000 páginas era propagandeada como uma das maiores obras do cristianismo, com grande eco na imprensa salazarista. Também de grande importância é *O conceito cristão de democracia*, que indicava o percurso da reelaboração doutrinária seguido por Salgado para se apresentar como “democrático”, como discutiremos mais adiante.

A circulação destas obras e as conferências pronunciadas permitiram a Salgado ampliar seu círculo de relações, com o governo português, com grupos radicais de direita e com a Igreja Católica. Suas diversas conferências eram promovidas por entidades católicas, como a Juventude Independente Católica, a Ação Católica e o Centro Acadêmico da Democracia Cristã. Em setembro de 1944, Salgado recebeu carta do General Carmona, presidente português, expressando “*os seus muito reconhecidos agradecimentos, com o mais vivo apreço pelo brilhante estudo revelado por V. Excia. nessa excelente obra [Vida de Jesus]*”.<sup>3</sup> O livro lhe fora entregue pelo embaixador brasileiro em Portugal, João Neves da Fontoura, que era presença assídua nas conferências de Salgado.<sup>4</sup> Seu contrato com a editora previa a distribuição gratuita do livro para inúmeras personalidades políticas e religiosas.<sup>5</sup> Salgado escreveu a sua filha afirmando que a repercussão de *Vida de Jesus* estava sendo “fantástica”: “*o número de cartas recebidas sobe às centenas. De todos os lados se levantam vozes aplaudindo e elogiando a obra e o seu autor. Seu Pai é ‘l’homme du jour’ e a conferência que ele deve proferir a 25 deste despertou tal interesse que chovem, de toda a*

---

<sup>3</sup> Correspondência da Presidência da República de Portugal a Plínio Salgado, 22.9.1944 (APHRC-L 22.09.44/4).

<sup>4</sup> Ao receber *Vida de Jesus*, Fontoura escreveu a Salgado, agradecendo, e afirmando: “*Vou lê-lo com o antigo apreço que consagro ao seu talento literário. Católico como Você, estou certo de que lá encontrarei novos estímulos para a Fé*”. Correspondência de João Neves da Fontoura a Plínio Salgado, 25.12.1943 (APHRC-P 25.12.43/2). Hilton discute a relação de Fontoura com Salgado, criticando sua confiança em que Salgado não era agente nazista: *Intransigente em sua defesa do líder integralista, João Neves insistia em que o secretário de Salgado, um homem completamente ‘desonroso e pró-alemão’, seria o motivo dos rumores a respeito de Salgado. (...) Apparently nunca se perguntou porque Salgado mantinha ‘um indivíduo completamente desonroso e pró-alemão’, a seu lado, em posto de absoluta confiança*”. HILTON, Stanley. *A guerra secreta de Hitler no Brasil*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 370.

<sup>5</sup> Os contratos previam o pagamento de 50% do lucro líquido como honorários a Salgado. Cf. Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Júnior, s./d. [1944] (APHRC-00.00.44/28).

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

*parte, pedidos de lugares no D. Maria, um dos melhores teatros de Lisboa*".<sup>6</sup> Em carta a Loureiro Júnior, Salgado informava que optou por uma editora "neutra", em detrimento de "*meus amigos da Editorial Gama (do integralismo português) e da União Operária (editora católica)*", visando atingir uma repercussão maior,<sup>7</sup> o que teria sido atingido: "*Aqui em Portugal, Vida de Jesus em um ano teve três edições e agora entra na quarta. O sucesso tanto literário como moral ultrapassou tudo o que vocês podem imaginar em relação a um livro. Todas as grandes figuras das letras, os grandes jornais, o Episcopado unânime, manifestaram-se longa e entusiasticamente*".<sup>8</sup>

As relações de Salgado também visavam os grupos da extrema-direita portuguesa, como o Nacional-Sindicalismo e o integralismo lusitano. Um dirigente do Nacional-Sindicalismo escreveu-lhe afirmando ser ele um "*movimento político similar ao Integralismo Brasileiro*", propondo a Salgado "*o mais estreito intercâmbio cultural*".<sup>9</sup> Já os integralistas lusitanos foram considerados por Salgado, em seu discurso de despedida de Portugal, como representantes do "*mais notável movimento de idéias destes últimos tempos na história do pensamento português*".<sup>10</sup> Sua despedida de Portugal foi planejada como uma grande atividade pública, reforçando seus laços com os diversos segmentos políticos e religiosos, como se percebe no relato enviado por seu secretário a Raimundo Padilha:

Banquete homenagem Plínio Salgado compareceram todas correntes opiniões políticas sem exceção nenhuma. Católicos, inclusive numerosos sacerdotes, membros tanto União Nacional como oposição, integralistas lusitanos, monárquicos, republicanos, socialistas, até marxistas conhecidos [sic], todos homenageando escritor. Plínio havia exigido comissão banquete nenhum caráter político. Momento brindes falaram Manoel Murias diretor Diário Manhã depois escritor poeta João Castro Osório. Terceiro Orador Joaquim Lança transgredindo compromisso assumido perante comissão expendeu idéias políticas embora caráter meramente nacionalista exaltação movimento Salazar assim como movimento aqui chamado Vinte Oito Maio que criou atual situação. Algumas passagens esse discurso provocaram aparte. Falando seguida representante católico produziu discurso belíssimo exaltando caráter católico obra literária social política Plínio Salgado. Atacando comunismo, nazismo, fascismo, liberalismo, provocou apartes várias correntes. Incidente serviu admirável ocasião Plínio Salgado pronunciar notabilíssimo discurso repudiando totalitarismo declarando não ser possível separar

<sup>6</sup> Correspondência de Plínio Salgado a Maria Amélia Loureiro, 17.4.1944 (APHRC-F 17.04.44/2).

<sup>7</sup> Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Júnior, s./d. [1944] (APHRC-00.00.44/28). Na mesma correspondência, informava do envio para publicação no Brasil de *O conceito cristão de democracia, O Rei dos Reis, Madrugada do espírito, e Processo de formação das cidades brasileiras*. Este último era um livro com pretensões histórico-sociológicas, e foi publicado com o título *Como nasceram as cidades no Brasil*. Salgado fazia uma recomendação para as publicações no Brasil: "*nunca os meus livros devem ser vendidos a preços ínfimos, como material de propaganda, pois isso não só fere o escritos na sua mais íntima dignidade profissional, como tira todo o prestígio das obras em questão*".

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>9</sup> Correspondência de Cláudio Corrêa d'Oliveira Guimarães a Plínio Salgado, s./d. (APHRC-P 00.00.43/17).

<sup>10</sup> MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil 1930-1945*. Rio de Janeiro, FGV, 1978, p. 519.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

idéia Estado do conceito espiritualista existência, condenou estatismo absorvente opressor personalidade humana, afirmou finalmente suas convicções cristãs, dizendo acreditar não seja possível uma Nação sem Cristo. Seguida agradeceu Governo, povo, instituições, escritores, médicos, sacerdotes, prelados, imprensa, editores, todos carinhos dispensaram sua pessoa durante sete anos. Discurso Plínio provocou verdadeira apoteose todas correntes opinião presentes deslumbrante salão festas sendo indescritível entusiasmo.<sup>11</sup>

Pelo menos quatro destes livros foram publicados no Brasil ainda durante o Estado Novo, sendo que *A vida de Cristo* o foi em 1942, enquanto os demais foram lançados entre 1944 e 1945, já no contexto de crise da ditadura varguista. A publicação de *A vida de Jesus* chegou a enfrentar problemas com a censura, mas foi liberado:

Em princípios de outubro, o livro começou a ser entregue aos assinantes do Rio. Limitada e cautelosamente, o que não impediu tivesse a distribuição de ser suspensa no mês seguinte, por intervenção da polícia, a pedido do DIP. Devo frisar que não houve apreensão de livros, nem qualquer prisão. A polícia proibiu, apenas, que se fizesse qualquer entrega ou venda até que o DIP julgasse a obra. Uma comissão de cinco funcionários, entre eles o Ernani Fornari, foi incumbida desse julgamento. O livro foi lido e analisado detidamente e a conclusão do exame sobremaneira honrosa para o autor. (...) Entregue ao Diretor do DIP, foi o parecer levado ao Presidente da República, que autorizou aquele a permitir a venda franca. No primeiro sábado de janeiro, a *Vida de Jesus* apareceu nas principais livrarias desta capital. (...) Dentro de pouco tempo, a primeira edição deverá estar esgotada.<sup>12</sup>

Também no Brasil houve uma política de distribuição dos livros planejada de forma a fortalecer os laços do integralismo com seus possíveis aliados e com as autoridades governamentais:

Entre os primeiros volumes entregues figuraram os que o Alfredo Egydio trouxe para o Presidente Vargas e o Ministro Oswaldo Aranha. De minha parte, mandei entregar o livro ao Ministro Dutra, Generais Góes Monteiro e Marante, ao Cardeal D. Leme, dias antes de sua morte, ao Núncio Apostólico e vários bispos, ao Padre Leonel Franca e muitos outros sacerdotes, major Felinto Muller, Rosalina Coelho Lisboa, Cassiano Ricardo, juizes do Tribunal de Segurança, oficiais do Exército e da Marinha. Loureiro ofertou um exemplar ao Ministro Marcondes Filho.<sup>13</sup>

O livro foi publicamente elogiado por diversas autoridades religiosas, personalidades políticas, como Góes Monteiro, e escritores, como Cassiano Ricardo. Tais elogios eram incorporados nas edições seguintes do livro e nas demais obras de Salgado, de forma a

<sup>11</sup> Telegrama de Hermes Lins de Albuquerque a Raimundo Padilha, s./d. [1946] (APHRC-PiC 1946).

<sup>12</sup> Correspondência de Abílio Silva a Plínio Salgado, 1º.2.1943 (APHRC-PiL 01.02.1943/1).

<sup>13</sup> Idem, ibidem.

reforçar sua qualificação como “pensador espiritualista”.<sup>14</sup> Esta qualificação era parte de um esforço mais amplo empreendido progressivamente por Salgado, a medida em que se aproximava o término da II Guerra Mundial, com vistas a se apresentar como “democrático”, através de uma reelaboração doutrinária, como discutiremos a seguir.

### **A reorientação doutrinária do integralismo**

A partir de meados de 1943, começou a tornar-se evidente a iminência da derrota do nazi-fascismo na II Guerra Mundial. Em vista disto, para sobreviver politicamente, Salgado adaptaria seu discurso ao novo contexto político que viria a se estabelecer. Para isto, Salgado construiu gradativamente uma interpretação sobre a trajetória do movimento integralista que o apresentava como “democrático” e “antitotalitário”, ao mesmo tempo em que preparava terreno para a formação de um partido político através do qual interviria na nova ordem política. Este processo é brevemente apresentado por Medeiros e Vieira:

Constata-se, após o término da Segunda Grande Guerra, um esforço doutrinário e político de nosso integralismo em adaptar-se à nova conjuntura neoliberal que então se inaugurava no País. Procura então recuperar o liberalismo, mitigando-o com os princípios autoritários básicos do integralismo, já agora despido de todo seu ritualismo político-partidário e de seu radicalismo doutrinário, de tal forma a se confundir, inextricavelmente, com o autoritarismo secularmente subjacente ao nosso liberalismo e conservadorismo. A essência de nosso integralismo continua, assim, a perdurar até nossos dias, às vezes de forma quase imperceptível, as vezes de forma mais expressiva no campo ideológico comum de nossas classes dirigentes, conforme a eventualidade de fases históricas de maior ou menor repressão política e social.<sup>15</sup>

Tal adaptação, no entanto, não ocorre apenas “após o término da Segunda Guerra Mundial”, mas já se constitui durante seus últimos anos. Marilena Chauí também indica esta adaptação do integralismo, chamando atenção para a existência de um importante elemento de continuidade:

A última fase, curiosamente, aceita a institucionalização liberal-democrática para o Brasil como saída contra a ditadura do Estado Novo – nessa fase, a derrota internacional do nazismo e do fascismo pesa sobre a posição política de Plínio Salgado, o qual, entretanto, jamais abriu mão do ‘ideal salazarista’ para o Brasil. Aliás, a fase de democracia cristã, que sustenta a fase final, é elaborada sobretudo em seu exílio em Portugal.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>15</sup> MEDEIROS, Jarbas & VIEIRA, Margarida. As idéias políticas de Plínio Salgado. In: CRIPPA, Adolpho (coord.). *As idéias políticas no Brasil*. Volume 2. São Paulo: Convívio, 1979, p. 139-186, p. 186.

<sup>16</sup> CHAUI, Marilena. Notas sobre o pensamento conservador nos anos 30: Plínio Salgado. In: Moraes,

Tal processo de adaptação não era exclusividade do integralismo, mas era empreendido inclusive pelo próprio Salazar, em experiência observada de perto por Salgado:

Terminada a guerra, em 1945, derrotados Hitler e Mussolini, Salazar e Franco puseram-se imediatamente a manobrar no sentido de assegurar a sobrevivência de seus respectivos regimes, aproveitando-se do fato de não se terem envolvido na guerra. Salazar rebatizou seu “Estado Novo” como “democracia orgânica”, dispôs-se a encenar a farsa de eleições políticas no seu país e conseguiu, em 1949, ingressar na OTAN, recebendo ajuda norte-americana de mais de 50 milhões de dólares, então, através do Plano Marshall.<sup>17</sup>

Não parece casual que o mesmo conceito de “democracia orgânica” tenha sido recorrentemente utilizado por Salgado, como recurso para, tal qual Salazar, apresentar-se como “democrático”. Konder mostra que outros movimentos fascistas seguiram caminho semelhante, inclusive na Itália e Alemanha: Giorgio Almirante, líder fascista italiano, afirmava que “*o fascismo é um fenômeno histórico que agora se encontra morto e sepultado para sempre. Queremos a democracia*”, ao mesmo tempo em que lançava o neofascista Movimento Social Italiano; enquanto na Alemanha diversos fascistas preferiam “*renunciar à militância em organizações demasiado presas ao modelo fascista ‘clássico’: muitos deles ingressaram em partidos conservadores ‘respeitáveis’*”.<sup>18</sup> Konder indica o sentido desta transformação:

A adesão aos partidos conservadores “respeitáveis” exigia certa metamorfose nos antigos militantes nazistas, que precisaram se adaptar a uma nova perspectiva. (...) No interior dos partidos conservadores “respeitáveis”, por sua vez, os líderes da direita procuram demonstrar aos que não romperam com os velhos ideais fascistas que, modificados os métodos, eles podem contar com uma oposição implacavelmente firme ante o comunismo na defesa dos pontos essenciais do programa básico da reação.<sup>19</sup>

Observe-se especialmente que “o desgaste sofrido pelo fascio littorio e pela cruz gamada em 1945 desaconselha a exumação de tais símbolos: a gesticulação frenética de Hitler e Mussolini não teria agora a mesma eficácia (...), seus discípulos se empenham por isso na

---

Reginaldo; ANTUNES, Ricardo & FERRANTE, Vera. *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 27-42, p. 30.

<sup>17</sup> KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 79.

<sup>18</sup> Idem, ibidem, p. 100.

<sup>19</sup> Idem, ibidem, p. 100-101.

10 a 13 de maio de 2010

busca de um estilo novo, mais ‘sóbrio’, mais ‘tecnocrático’”.<sup>20</sup> Para Salgado, o ingresso em um partido conservador “respeitável” não era uma opção viável, tendo em vista que no interior de um partido burguês tradicional não poderia manter sua posição como “Chefe” dos integralistas, da qual não estava disposto a abrir mão. Assim, para ele, tratava-se de apresentar o próprio integralismo como uma doutrina conservadora “respeitável”, tornando-a aceitável para a classe dominante, enquanto instrumento para o cumprimento de uma função particular, fundamentalmente voltada à mobilização anticomunista.

Uma carta enviada por Loureiro Júnior a Salgado no início de 1946 - poucos meses antes de seu retorno ao Brasil - expressa o amadurecimento da adaptação ao novo contexto, discutindo abertamente a necessidade de uma reformulação tática:

Acho que você precisa também “atualizar” o seu integralismo (assim costumamos dizer), não quanto à doutrina no que ela possui de fundamental e básico e que a constitui verdadeiramente. (...) Assim pergunto: o que é fundamental no integralismo? Acho que um princípio define quase tudo: “predomínio do espiritual sobre o material, do social sobre o individual, do nacional sobre o regional”. Que mundo dentro deste conceito! Daí passaremos a outras concepções: personalidade humana e seus corolários – deveres e garantias, supremacia da Nação, a harmonia de todos os grupos sociais como um imperativo sobrepujando os imperativos de um individualismo anarquizante; democracia, e esta tese leva-nos à seguinte: o integralismo era democracia e pregava como meio de realização da democracia o corporativismo. Pergunto: será este o melhor meio ou não? Respondo: a questão do corporativismo e do sufrágio universal são acidentais; a fundamental é a democracia. Como esta se efetiva é uma questão técnica de juristas e políticos ao passo que a democracia é um tema de filosofia política ligado a outros, como o conceito de personalidade humana. Por essa e outras razões doutrinárias que seria difícil resumir para exemplos, digo, repito, afirmo e proclamo: o integralismo, como pensamento, doutrina, está vivo, vivíssimo e perfeitissimamente atual, porque é perene, por tratar-se de uma concepção exata do universo e da vida.<sup>21</sup>

Uma pré-condição desta adaptação era afastar-se dos elementos que estabeleciam de maneira mais evidente o vínculo com os movimentos fascistas, como o uso de uniformes, o treinamento paramilitar e o juramento de fidelidade ao Chefe Nacional. Um exemplo da relativização do estatuto da Chefia Nacional encontra-se no primeiro discurso proferido pelo vereador integralista do Distrito Federal, Jayme Ferreira da Silva:

Bastaria lembrar-se que, ao lado da Chefia Nacional do movimento, existiam: um Conselho Nacional, encarregado de orientar e tomar as decisões partidárias mais importantes, a serem executadas pela referida chefia; uma Câmara dos Quarenta, cujo regimento lhe atribuía o direito de análise sobre os atos do Chefe Nacional,

---

<sup>20</sup> Idem, *ibidem*, p. 100.

<sup>21</sup> Correspondência de Loureiro Júnior a Plínio Salgado, s./d. [1946] (APHRC-Pi 00.00.44/46).

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

podendo aprová-los ou rejeitá-los; uma Câmara dos Quatrocentos composta dos mais destacados correligionários em todo o Território Nacional, colhendo e canalizando informes e sugestões sobre a legislação dos mais variados problemas dos respectivos municípios, regiões ou Estados.<sup>22</sup>

Esta afirmação omitia o caráter subordinado de todos estes organismos integralistas ao Chefe Nacional e, principalmente, o próprio juramento de fidelidade incondicional a que todos os integralistas eram submetidos.<sup>23</sup> A importância do uso de uniforme era minimizada, sendo tratada como mera “exterioridade”, e sua função ressignificada, sendo apresentada como em oposição ao uniforme dos nazistas:

É preciso lembrar que, quando o Integralismo surgiu no Brasil, a nossa Pátria estava ameaçada pela infiltração de doutrinas estrangeiras, (...) determinando por parte dos antitotalitários nacionalistas o uso de exterioridades semelhantes para captar, nacionalizar brasileiromente tais elementos e impedi-los de formar quistos raciais que poderiam ser utilizados pelo imperialismo nazista. (...) O meu argumento para os que me dirigiam perguntas sobre a camisa verde integralista e antitotalitária, era o de que a circunstância de alguém usar licitamente na sua defesa a mesma arma que o adversário emprega no ataque, longe de identificar esse alguém ao adversário, mais o diferencia dele. (...) Os integralistas, pois, que vestiam a camisa-verde em nada diferiam, por exemplo, da Guarda Metropolitana da Inglaterra [sic], que esteve vigilante enquanto aquele país andou ameaçado de invasão alemã. (...)<sup>24</sup>

Assim, o uso da “camisa-verde” seria uma necessidade imposta pelo “combate ao totalitarismo”: “Houve um instante histórico em nossa Pátria, que tornou necessário existir uma corrente partidária a qual adotando a doutrina espiritualista e cristã de respeito à personalidade humana, da defesa da integridade territorial e moral do Brasil, necessitava assumir formas exteriores específicas, objetivando conjurar ameaças, que também se denunciavam sob formas diferentes das de hoje”.<sup>25</sup>

No discurso de Salgado, até a presença do ditador em solenidades integralistas era apresentado como prova do “caráter democrático” do integralismo: “A maior prova de que a camisa verde, hoje inexistente, não era um símbolo do totalitarismo está no fato das duas maiores festividades integralistas de 1937 terem sido honrados com a assistência do sr.

<sup>22</sup> SILVA, Jayme Ferreira. *A verdade sobre o Integralismo*: Discurso Pronunciado na Câmara do Distrito Federal na Sessão de 9 de julho de 1947. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947, p. 10.

<sup>23</sup> Com o mesmo sentido, uma transcrição dos Estatutos da AIB em publicação de 1946 suprimia todos os artigos referentes ao estatuto da Chefia Nacional. Estatuto da Ação Integralista Brasileira. In: SALGADO, Plínio. *O integralismo brasileiro perante a nação*. Lisboa, Editora Gráfica Limitada, 1946, p. 39-40.

<sup>24</sup> SALGADO, Plínio. *Manifesto Diretiva aos integralistas brasileiros*. [Porto Alegre], s./ed., 1945, p. 11 e 13.

<sup>25</sup> SALGADO, Plínio. *Discursos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. Coleção Convivium, p. 104-140, 107-108.



Presidente da República. Apontar, pois, o Integralismo como totalitário ou inspirado em ideologias exóticas será ofensivo ao sr. Presidente da República”.<sup>26</sup>

A defesa de princípios “espiritualistas” era apresentada como garantia maior do alegado “caráter democrático” do integralismo, embora suas postulações “espiritualistas” dos anos 30 não conduzissem à defesa de posições democráticas nem implicassem na rejeição do fascismo. O livro *O conceito cristão de democracia* sistematizou esta tese, propondo um nexos indissolúvel entre “democracia” e “espiritualismo”, por um lado, e entre “materialismo” e “totalitarismo”, por outro:

Ou adotamos uma concepção segura do Universo e das leis a que está subordinado, assim como do Homem e do seu papel no mundo da matéria e no mundo do Espírito, ou então nada faremos de definitivo como construção de ordem e de paz. (...) O que desejamos é que nos digam claramente se havemos de assentar o mundo de amanhã numa concepção materialista ou espiritualista. Não pode haver cooperação nem transigência entre essas duas concepções. (...) Subordinado às leis da matéria (...) o materialismo nega o livre-arbítrio e proclama a irresponsabilidade. Destrói a noção dos deveres sem erigir nítidos e inconfundíveis direitos, pois sendo o direito a consciência do justo, e supondo a idéia do justo a preexistência do poder crítico e optativo, segue-se que a inibição desse poder tolhe a concepção das proporcionalidades e dos limites que estabelecem as regras das ações. (...) O materialismo para ser materialista tem de ser determinista. No Universo concebido pelo materialismo nenhuma intervenção é possível. (...) Pretendendo-se libertar o Homem das peias religiosas, nega-se a alma e conseqüentemente o livre-arbítrio; isenta-se a criatura humana da faculdade de optar entre o dever e o desejo em face da faculdade de optar entre o dever e o desejo em face de um Deus; mas, proclamando-se a irremovibilidade dos impositivos da natureza, e lançando-se as bases de uma moral científica, subordina-se o Homem à escravidão do determinismo.<sup>27</sup>

De acordo com ele, a “democracia cristã, “a única exequível, vivifica a liberdade dos homens e a autoridade do Estado, fazendo a primeira fundamento da segunda e a segunda condição da primeira”. Sua base está em Deus e sua inspiração nos ensinamentos do Evangelho”.<sup>28</sup> A mesma utilização do espiritualismo como “álibi democrático” repetia-se em seu retorno do exílio:

- E as suas idéias políticas?

---

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*, p. 13-14.

<sup>27</sup> SALGADO, Plínio. *O conceito cristão de democracia*. Coimbra: Edição Estudos, 1945, p. 619, 21, 25, 26 e 31. A discussão sobre a concepção de democracia assumida pelos integralistas entre 1945 e 1965 é aprofundada em CALIL, Gilberto. *O integralismo no processo político brasileiro – o PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa*. Niterói: UFF, 2005. p. 701-731. Neste artigo restringimo-nos a apontar a utilização do “conceito cristão de democracia” como instrumento de legitimação do “caráter democrático” do integralismo.

<sup>28</sup> Idem, *ibidem*, p. 6.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

- Doutrinariamente são as mesmas de sempre: as de afirmação da espiritualidade, as que se baseiam na sobrenaturalidade da vida humana e por conseguinte, as de sustentação dos princípios que constituem o alicerce de uma ordem social verdadeiramente cristã: o respeito à pessoa humana e as suas projeções no espaço e no tempo, que são a Família, a Pátria, a propriedade até o limite traçado pelos ensinamentos da Igreja.<sup>29</sup>

A doutrina integralista era assim apresentada como espiritualista e antitotalitária:

A doutrina integralista resume-se no seguinte: 1<sup>o</sup>) crença em Deus e na existência da alma imortal do homem; 2<sup>o</sup>) afirmação da liberdade e da responsabilidade do ser humano, a qual não poderia ser feita por um materialista, pois o Homem considerado apenas como matéria subordinar-se-ia às leis do determinismo, que excluem a liberdade e logicamente a responsabilidade; 3<sup>o</sup>) intangibilidade da pessoa humana, como conseqüência natural do direito e do dever de liberdade e responsabilidade do Homem; 4<sup>o</sup>) autonomia dos grupos naturais em que a pessoa humana se manifesta: a família, o grupo profissional, o município; 5<sup>o</sup>) direito de propriedade como garantia física da pessoa humana, dos grupos naturais e das liberdades do homem; 6<sup>o</sup>) afirmação da Pátria, como conjunto de pessoas humanas, de grupos naturais autônomos, e de municípios, e como garantia das próprias liberdades individuais e sociais da justiça das leis de equilíbrio econômico e moral.

<sup>30</sup>

O mais importante para Salgado era apresentar o integralismo como movimento que se opunha ao totalitarismo, incorporando ainda em 1945 o sentido ideológico do termo, em sua acepção liberal-conservadora que faz equivaler fascismo e comunismo. Em sua reelaboração, a posição do movimento integralista seria a seguinte:

Repúdio ao Estado Totalitário, seja o nazista, seja o comunista, ambos baseados no que eles próprios denominam “materialismo histórico” [sic], isto é, o transformismo de Darwin (Luta pela vida e seleção das espécies), que substituiu a condenável “moral utilitária” pela igualmente condenável “moral científico-experimental”, dando origem ao Racismo (luta de raças) e à revolução dialético-marxista (luta de classes), ambas constituindo as faces direita e esquerda de uma só realidade anticristã visando a destruição da personalidade em benefício do nacional-socialismo ou do internacional-socialismo.<sup>31</sup>

Com base nessa definição, qualquer traço da trajetória integralista era apresentado como evidência de sua posição “antitotalitária”, até mesmo seu Manifesto de maio de 1939, em apoio à ditadura varguista: “*O manifesto foi publicado em todos os jornais por ordem do*

<sup>29</sup> Como cristãos e antitotalitários nossa posição está tomada: Declara à reportagem o sr. Plínio Salgado *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 1.9.1946, p. 1-2.

<sup>30</sup> Nem violência nem ditadura para o combate ao comunismo, proclama Plínio Salgado. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 25.06.1948, p. 1.

<sup>31</sup> SALGADO, *Manifesto-Diretiva aos integralistas brasileiros*, op. cit., p. 8.

*Governo e com o vocativo inicial de 'Integralistas'. Só um louco não verá nesse documento a alusão clara que faço ao perigo do totalitarismo, não me sendo permitido dizer explicitamente porque seria antecipar a atitude do Brasil e da própria América, alertando os adversários*".<sup>32</sup> Mesmo as repetidas proclamações do integralismo como "totalitário", durante a década de 1930, eram explicadas criativamente, invertendo seu sentido original: "*Nada há de tão contrário ao totalitarismo de Estado que a concepção totalitária de Universo: porque nesta as leis do Espírito fixam limites às leis da matéria, e estabelecendo os fundamentos da liberdade humana, preservam-nas da arbitrária interferência do Estado quando este pretende ultrapassar as suas legítimas fronteiras*".<sup>33</sup> Conseqüentemente, o integralismo passava a ser apresentado como antagonista maior do fascismo: "*O Fascismo é o Estado Totalitário e o Integralismo não aceita a doutrina do Estado Totalitário. O erro vem da confusão lamentável de que o Fascismo tem uma concepção totalitária de Estado, enquanto o Integralismo tem uma concepção totalitária do Universo, adotando, portanto, uma concepção totalista*".<sup>34</sup>

A reorientação doutrinária completava-se com a produção de uma nova versão sobre a trajetória do integralismo nos anos 30. Seu objetivo era estabelecer uma distinção entre a doutrina integralista e a Ação Integralista Brasileira, que seria apenas a forma concreta assumida pela doutrina integralista em uma determinada conjuntura. Assim, seria possível que, em uma nova conjuntura, a doutrina integralista assumisse forma diversa, inclusive a forma partidária. A Ação Integralista Brasileira seria apenas o "órgão político-social" do Integralismo: "*O integralismo manifestou-se na vida brasileira sob três aspectos: 1º) Político-social; 2º) Social-cultural; 3º) Moral-espiritual. O órgão 'político-social' do Integralismo foi a Ação Integralista Brasileira, sociedade civil com personalidade jurídica e partido político legalmente registrado*".<sup>35</sup> Do "setor social-cultural", mencionava-se "Doutrina e estudos", "Assistência", "Cultura Artística" e "Cultura Cívica e física". Quanto ao "setor moral-espiritual", destacava a "*revolução interior, isto é, o esforço de aperfeiçoamento de nossas almas*".<sup>36</sup> No entanto, Salgado omitia o fato de que todas estas atividades ocorriam no interior da estrutura da Ação Integralista Brasileira, o que se comprova pelo fato de contar ela com Departamentos de Doutrina e Estudos, Assistência, Cultura Artística e Cultura Cívica e Física. A distinção entre AIB e Integralismo visava justificar o

---

<sup>32</sup> Idem, ibidem, p. 21.

<sup>33</sup> SALGADO, Plínio. Discurso de Niterói. In: SALGADO, Plínio. *Discursos*, op.cit., p. 115.

<sup>34</sup> SILVA, Jayme Ferreira. *A verdade sobre o Integralismo*, op. cit., p. 14..

<sup>35</sup> SALGADO, *Manifesto Diretiva aos integralistas brasileiros*, op. cit., p. 9.

<sup>36</sup> Idem, ibidem, p. 23.

abandono das formas concretas de organização assumidas pela AIB, em vista da necessidade de adaptação ao novo contexto:

O Integralismo é uma coisa e a Ação Integralista Brasileira foi outra coisa. Aquele é uma doutrina, esta foi um partido político e um movimento social. O Integralismo, como doutrina, é a própria Democracia na sua verdadeira acepção cristã. A Ação Integralista, em vez de ser uma doutrina, **foi um método, um processo, adequado a determinada circunstância histórica**. Desaparecida esta circunstância, não se concebe que persista o método, o processo que lhe é consoante. (...) Quanto à doutrina integralista, é uma doutrina democrática, fundada num conceito espiritualista da existência humana e deduzindo deste conceito os princípios da intangibilidade da liberdade do Homem, da autonomia dos grupos naturais, ou seja, da Família, do Grupo Profissional, finalmente, do Município e da própria Pátria.<sup>37</sup>

Esta posição permitia sustentar que o Integralismo seguia vivo, a despeito da não refundação da AIB: O Integralismo perdura como centro de irradiação cultural e sua permanência decorre das próprias condições históricas da Nação - da permanência dos valores tradicionais que apóiam toda a estrutura ideológica do pensamento integralista”.<sup>38</sup> Sustentando que “uma doutrina tem caráter estável, permanente, ao passo que um programa, mesmo pretendendo constituir a efetivação prática de uma doutrina, tem caráter mutável”,<sup>39</sup> Salgado definia-se como “chefe de uma doutrina”:

O integralismo não é um partido, é uma doutrina geradora de partidos. Ele teve um órgão político que se chamava Ação Integralista Brasileira. Era o partido dos integralistas. Foi extinto com todos os outros partidos pela ditadura de 1937. **Resolvi não mais reabri-lo. Não sou, portanto, um chefe de partido. Sou o chefe de uma doutrina político-social**. Centenas de milhares de brasileiros seguem essa doutrina e porque sou dela o fundador dispensam-me uma estima, um carinho, uma dedicação comovedores.<sup>40</sup>

Através desta reinterpretação, Salgado justificava a não reorganização da milícia integralista, ao mesmo tempo em que justificava sua existência passada: “*O Integralismo nunca se confundiu com a Ação Integralista. Essa exprimiu uma necessidade histórica eventual, pois tendo que combater os totalitarismos, como o nazismo e o fascismo, ou como o*

<sup>37</sup> Entrevista concedida ao *Diário da Noite*. (Original datilografado. (APHRC-FPS 091.004.018). Grifo meu.

<sup>38</sup> O Integralismo e o momento político: Oportunos esclarecimentos prestados pelo sr. Raymundo Padilha. *Reação Brasileira*, Rio de Janeiro, 13.12.1945, p. 5-6.

<sup>39</sup> SALGADO, Plínio. Doutrina e Programa. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 21.7.1949, p. 1 e 6.

<sup>40</sup> A posição do fundador do Integralismo face aos grandes problemas nacionais. *Boletim do PRP*, Rio de Janeiro, 7.10.1946, p. 3-4. Grifo meu.

*comunismo (que então possuía também tropas de choque), usou de processos exteriores semelhantes para melhor combater”.*<sup>41</sup>

Em decorrência desta versão, os integralistas sustentaram a tese de que o Partido de Representação Popular teria sido fundado por “não-integralistas”. Mas, além disso, até que o novo partido se consolidasse, seguiam sustentando que não era um partido integralista: “O PRP não é integralista: Absolutamente, não. O Partido de Representação Popular apresentou um programa dos mais perfeitos ao povo brasileiro. Resolveram dar-lhe seu apoio, elementos que foram integralistas, mas também muito maior número de outros que nunca tiveram qualquer ligação com o integralismo”.<sup>42</sup> Mesmo depois de seu retorno ao Brasil, Salgado continuou sustentando que o PRP não foi fundado pelos integralistas: *Um partido, fundado por homens que nunca foram integralistas, apareceu no Brasil. Era o Partido de Representação Popular. Tinha este partido, à frente, homens de valor, como o dr. Adhauto Fernandes, o Comendador Huet de Bacelar, o dr. Plácido de Melo, que nunca tinham sido integralistas*”.<sup>43</sup> Aos integralistas, Salgado justificava a posição como adaptação às “leis universais da história”:

Mudaram as circunstâncias externas. Mudaram as internas. Não é lícito ao homem, apesar do seu livre arbítrio, que lhe dá o poder criador, contrariar as leis universais da história. A nova situação mundial e nacional determinava que se organizasse no Brasil, para salvação da Pátria, um partido que, pondo o seu fundamento nos princípios espiritualistas e cristãos, democráticos e nacionalistas inspiradores daquele movimento ao qual pertencêramos, fosse ao mesmo tempo de maior plasticidade na propaganda eleitoral e pudesse apresentar-se sem exterioridades que poderiam estabelecer confusões e favorecer todas as interpretações doutrinárias dos ignorantes que julgam os homens pelas roupas.<sup>44</sup>

Embora se afirmasse que a AIB era apenas uma parte do integralismo, a relação entre integralismo e PRP era apresentada como diferenciada, o que não impedia Salgado de considerar que os integralistas teriam o “dever” de se filiar a ele:

O Integralismo é uma doutrina política e o PRP é um partido político. Como doutrina espiritualista e cristã o Integralismo pode utilizar-se de meios práticos para a afirmação de seus princípios na ordem social e um desses meios (porque há outros no campo cultural, social e educacional) é a atividade política. Até 1938, o Integralismo possuía, ele mesmo, um órgão de ação política, que era a Ação

<sup>41</sup> Democracia e Totalitarismo: Importante entrevista concedida pelo sr. Plínio Salgado ao *Diário da Noite* de São Paulo. *Idade Nova*, 10.6.1948, p. 5.

<sup>42</sup> Desmascarando a intriga *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 18.1.1946, p. 1.

<sup>43</sup> SALGADO, Plínio. Integralistas e Populistas. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 12.5.1949, p. 1 e 6.

<sup>44</sup> SALGADO, Discurso de Niterói In: *Discursos*, op. cit., p. 104-140, p. 113-114.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Integralista Brasileira. Essa fase histórica foi superada, não havendo mais necessidade de certas práticas exteriores de definição ideológica. O Partido de Representação Popular, sendo apenas um órgão político, não pode conter todo o Integralismo, que abrange não só a atividade política, mas as atividades educacionais e culturais; mas como seus postulados objetivando a verdadeira democracia coincidem com os princípios doutrinários dos integralistas, estes sentem-se à vontade e **cumprem um dever, inscrevendo-se e trabalhando nas fileiras do Partido de Representação Popular**. Foi esse dever que o fundador do integralismo cumpriu, concitando todos seus antigos companheiros a fazer o mesmo.<sup>45</sup>

Assim, em sua chegada do exílio, Salgado afirmava que “todos aqueles que aceitaram o Integralismo não podem deixar de aceitar o PRP de agora em diante. Quando vos perguntarem quais são as idéias e objetos do Integralismo, deveis mandar ler o manifesto e o programa do PRP”.<sup>46</sup> Para justificar o ingresso no PRP, o anticomunismo era o principal argumento: “Ingressei nesse Partido para combater convosco a quinta coluna comunista e todos os inimigos do Brasil”.<sup>47</sup> Curiosamente, tendo em vista que o partido teria sido fundado por “não-integralistas”, Salgado sustentava que todos os ideais integralistas eram contemplados em seu projeto:

Os ideais dos integralistas conciliam-se com os do novo partido pelos seguintes motivos: 1º O Partido de Representação Popular é espiritualista e cristão; 2º É baseado nas aspirações da liberdade humana decorrentes na crença em Deus e na imortalidade, liberdade e responsabilidade da alma humana; 3º Objetiva a realização de uma democracia, não de palavras ou de predomínio dos mais fortes sobre os mais fracos, porém da verdadeira fraternidade; 4º Proclama e sustenta o princípio da independência e soberania da Pátria, quer do ponto de vista político, como do econômico, do cultural, do moral e do espiritual, pelo que se insurge contra a dominação estrangeira, contra qualquer desses aspectos, repudiando as ideologias exóticas e o cosmopolitismo deformador; 5º Quer um Brasil íntegro, territorial e moralmente, mantenedor de suas tradições dentro do qual exista a liberdade da pessoa humana, a autonomia dos municípios, o direito de propriedade, a justiça social propiciando os meios de todo trabalhador possuir bens garantidores da sua própria liberdade e da sua família, um Brasil, enfim, engrandecido pelo esforço de seus filhos e respeitado na ordem internacional.<sup>48</sup>

Anos depois, Salgado radicalizaria esta última posição, e, em contradição com a distinção que fizera entre PRP e Integralismo, passaria a afirmar que “*O PRP é o próprio integralismo. O integralismo é uma doutrina independente, sólida, patriótica, humana e não*

<sup>45</sup> SALGADO, Plínio. O Integralismo e o Partido de Representação Popular. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 27.10.1946, p. 5 e 8. Grifo meu.

<sup>46</sup> Ingressou no PRP o sr. Plínio Salgado. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 12.10.1946, p. 4 e 5.

<sup>47</sup> Uma adesão que garante a vitória. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 7.11.1946, p. 4..

<sup>48</sup> SALGADO, Plínio. O integralismo e o Partido de Representação Popular. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 27.10.1946, p. 5 e 8.

*se inspirou em qualquer movimento totalitário*”.<sup>49</sup> Assim, fica evidente que a distinção anterior atendia a uma opção tática, visando garantir a aceitação do novo partido que se fundava, em especial por parte das classes dominantes, e viabilizar sua legalização.

---

---

---

---

A reflexão em torno do que designamos aqui como “reorientação doutrinária” do integralismo permite concluir que claramente tratou-se de movimento tático, visando tornar possível a reorganização do integralismo no Brasil no contexto do pós-guerra, sem modificar em seus fundamentos a perspectiva fascizante do movimento, ainda que encaminhasse a utilização de procedimentos e métodos distintos para atingir seus objetivos – o que se concretizaria em 1945 com a constituição do Partido de Representação Popular.

## **Referências Bibliográficas**

### **a) Fontes Impressas**

SALGADO, Plínio. *Manifesto Diretiva aos integralistas brasileiros*. [Porto Alegre], s./ed., 1945.

SALGADO, Plínio. *O conceito cristão de democracia*. Coimbra: Edição Estudos, 1945.

SALGADO, Plínio. *O integralismo brasileiro perante a nação*. Lisboa, Editora Gráfica Limitada, 1946..

SILVA, Jayme Ferreira. *A verdade sobre o Integralismo*: Discurso Pronunciado na Câmara do Distrito Federal na Sessão de 9 de julho de 1947. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947.

### **b) Bibliografia citada**

CALIL, Gilberto. *O integralismo no processo político brasileiro –o PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa*. Niterói: UFF, 2005.

---

<sup>49</sup> O PRP é o próprio integralismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.1.1961, p. 1 e 2.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010

CHAUÍ, Marilena. Notas sobre o pensamento conservador nos anos 30: Plínio Salgado. In: Moraes, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo & FERRANTE, Vera. *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 27-42.

HILTON, Stanley. *A guerra secreta de Hitler no Brasil*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

MEDEIROS, Jarbas & VIEIRA, Margarida. As idéias políticas de Plínio Salgado. In: CRIPPA, Adolpho (coord.). *As idéias políticas no Brasil*. Volume 2. São Paulo: Convívio, 1979, p. 139-186.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil 1930-1945*. Rio de Janeiro, FGV, 1978.

SALGADO, Plínio. *Discursos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. Coleção Convívium.

---



Leandro Pereira Gonçalves\*

**Resumo:** O trabalho tem como propósito desenvolver questões que servirão de base para entendermos a origem do tempo da formação ideológica de Plínio Salgado, como também a necessidade da valorização cristã e espiritual no interior da sociedade brasileira. A análise será pautada na reflexão das obras literárias do líder integralista e as relações existentes com a política de António Salazar.

**Palavras-chave:** Plínio Salgado, Integralismo, António Salazar

Em outubro de 1932, o escritor e jornalista Plínio Salgado divulgou o *Manifesto de Outubro*, propondo a formação de um grande movimento nacional em torno da Ação Integralista Brasileira. Com uma organização liderada pelo jornalista e escritor, Plínio Salgado que era colocado como Chefe Nacional do movimento, todos os demais membros tinham que jurar obediência às suas ordens, sem discussão. A AIB mantinha uma organização paramilitar e utilizava diversos elementos identificadores, como o uso obrigatório de uniforme (camisa-verde), a adoção da letra grega *Sigma* ( $\Sigma$ ) como símbolo do movimento e da saudação indígena *Anauê*, que significa “você é meu irmão”.

O integralismo através de um forte discurso com uma sólida base cristã, canalizava para a ação política as angústias e temores dos setores médios, constituindo-se como instrumento de sua incorporação ao processo político. Segundo António Costa Pinto: “A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi talvez o mais bem sucedido dos movimentos fascistas latino-americanos.”<sup>50</sup>

Plínio Salgado durante a formação intelectual e política recebeu ao longo da vida uma série de influências originadas em terras lusitanas, o ensaio tem como propósito refletir sobre algumas relações com o governo de António Salazar. Com o Estado Novo, Plínio Salgado foi exilado em Portugal que passou a ser um período em que novos caminhos políticos foram

---

\* Doutorando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (bolsista CAPES); Mestre em Literatura Brasileira pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora; Especialista em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Licenciado em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora; Professor Titular do Curso de História do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora; E-mail: leandropgoncalves@gmail.com

<sup>50</sup> PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p.143.

definidos para a fundação do Partido de Representação Popular, visto aqui sob a égide da cultura católica portuguesa, inclusive sob a política de Salazar.

A relação e trocas com Portugal já era evidente, antes mesmo da fundação da AIB, principalmente com o Integralismo Lusitano. Com a presença em solo europeu, verifica-se um aprofundamento da cultura portuguesa, que serviu de apoio para a construção de uma nova fase política do Plínio Salgado. Em terras lusitanas, teve a oportunidade de reordenar e cristalizar as bases da política integralista. A questão espiritual e cristã, que já era evidente no momento da oficialidade do movimento, terá em Portugal uma espécie de reorientação doutrinária do integralismo. Período de extrema importância na análise do pensamento político do líder que retorna ao Brasil em 1946, após o Estado Novo com um novo discurso, defendendo uma democracia baseada na concepção espiritualista, em que ele teria a total liderança.

No período de exílio na Europa, momento de maior riqueza nas trocas com a cultura portuguesa, continuou a atividade de escritor, pronunciando inúmeras conferências e produzindo uma vasta literatura. Os primeiros anos de exílio foram de poucas atividades, uma vez que aguardava um acordo com a ditadura varguista, nesse tempo, realizou viagens e tratamentos de saúde.

No ano de 1942 as relações políticas, sociais e culturais passaram a ser intensas, principalmente por ter a certeza que não teria um retorno imediato para o Brasil e que era preciso alterar alguns dos componentes ideológico do integralismo, uma vez que era notória a decadência das ideologias autoritárias no decorrer da II Guerra Mundial. No período de 1942 até a volta ao Brasil em 1946, escreveu diversos textos<sup>51</sup> e participou de vários debates em relação aos rumos da política, dentro de uma composição cristã, religiosa e espiritualista. Entre as ações desenvolvidas ocorreu o lançamento daquela que era apresentada como uma das grandes obras do cristianismo e talvez, a de maior repercussão de Plínio Salgado na sociedade: *Vida de Jesus* com mais de mil páginas e tradução para diversos idiomas.

A ideia central era a criação de um novo Plínio Salgado, sem o componente autoritário, que estava sendo derrotado na II Guerra Mundial. As obras publicadas em Portugal apresentava o líder integralista como uma força espiritual e cristã, assim como

---

<sup>51</sup> Entre 1942 e 1946, Salgado proferiu inúmeras conferências relativas a temas espiritualistas ou especificamente religiosos e publicou alguns livros: *Vida de Jesus* (1942); *A aliança do sim e do não* (1943); *O mistério da ceia* (1943); *O conceito cristão da democracia* (1945); *O rei dos reis* (1945); *A imagem daquela noite* (1946); *A mulher no século XX* (1946); *A tua Cruz, Senhor!* (1946); *Madrugada do espírito* (1946); *Como nasceram as cidades do Brasil* (1946) e *Primeiro, Cristo!* (1946).

António Salazar que segundo Costa Pinto, teve no catolicismo tradicionalista e na própria instituição um dos elementos mais poderosos da ditadura salazarista.<sup>52</sup>

Com o término da oficialidade do Integralismo Lusitano e do Movimento Nacional-Sindicalismo a identificação que Plínio Salgado passa a ter em relação à política salazarista é visível, a transição em direção a uma política de ligação política e espiritual, assim como a salazarista é real. Segundo Maria Inácia Rezola, ao falar do início do governo de Salazar em 1933:

os católicos depositavam enormes esperanças na nova ordem. O chefe do Governo iniciara a sua carreira no partido da Igreja, era um católico assumido e amigo pessoal do cardeal patriarca Gonçalves Cerejeira. [...] Ao longo dos anos, Cerejeira recordará a Salazar a sua posição de ‘emissário de Deus’<sup>53</sup>

A aproximação que Salgado passou a buscar não está limitada a semelhança do lema integralista: *Deus, Pátria e Família* com o lema do regime salazarista: *Deus, Pátria, Autoridade e Família*. A ligação que pode ser observada ocorreu principalmente em torno da confiança que a Igreja depositou em Salazar. Percebe-se que Salgado buscou o mesmo, para que no regresso ao Brasil, o poder fosse alcançado, sob a tutela eclesiástica.

Com grande repercussão na imprensa portuguesa, o livro *Vida de Jesus*, tem uma particularidade em relação às outras obras publicadas, pois ela comprova a presença religiosa e cristã que o autor passou a buscar em terras europeias. Essa posição assumida como um líder cristão, colocou Plínio Salgado no centro dos debates políticos e religiosos da cultura lusitana. Suas diversas conferências eram promovidas por entidades católicas, como a Juventude Independente Católica Feminina, a Ação Católica e o Centro Acadêmico da Democracia Cristã.<sup>54</sup>

Outro ponto de fundamental importância para a construção de um “novo” Plínio Salgado dentro do contexto pós-guerra de queda do nazi-fascismo é no que diz respeito à óbvia necessidade de retirar qualquer rótulo fascista existente e, a política de Salazar, passa a ser um suporte para a construção de uma nova imagem política.

---

<sup>52</sup> PINTO, António Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa. *O Corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 34-35.

<sup>53</sup> REZOLDA, Maria Inácia. A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa. *O Corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 250-251.

<sup>54</sup> CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no processo político brasileiro - A trajetória do Partido de Representação Popular (1945-1965) - Cães de guarda da ordem burguesa*. Niterói: Universidade Federal Fluminense – Tese de Doutorado, 2005, p.117.

O salazarismo, como diversos outros movimentos, sofreram uma influência decisiva do fascismo italiano, mas “o salazarismo e o fundamental da sua elite política não se identificaram com Mussolini enquanto chefe carismático e muito menos com o seu partido.”<sup>55</sup> Dessa forma, vê-se relações e inspirações de Plínio Salgado no regime de Salazar, já que o “novo” Salgado após 1946, foi um líder que buscou a todo momento evitar relações de proximidade com a imagem fascista, assim como Salazar em Portugal.

Plínio Salgado era chamado e considerado como apóstolo, o quinto evangelista (termo definido pelos “seguidores” em Portugal, principalmente entre os integralistas lusitanos e por membros do Nacional-Sindicalismo. Um forte exemplo pode ser observado no poema *Vox Dei* redigido por Alberto de Monsaraz, o Conde de Monsaraz) o doutrinador católico, um condutor dos povos, romeiro enamorado de Cristo, cavaleiro do Verbo, um iluminado, portador da Verdade, que iria propagar a palavra de Cristo, no reino do Espírito Santo, dando sequência aos atos dos quatro evangelistas.

VOX DEI  
(a um quinto evangelista)

Pelo Conde de Monsaraz

Como é, Senhor, volvidos dois mil anos,  
Que se ergue, assim, num século infernal,  
Pregando o Amor e o Bem pelo ódio ao Mal,  
Novo evangelho em novos meridianos?

Um homem, Plínio, nome de romanos,  
Com raízes na selva equatorial,  
Trouxe-o agora, em pacífico sinal,  
Aos homens destes tempos desumanos.

Jesus chamou-o, como a João e a Pedro,  
E disse-lhe: - “Onde em espírito não medro,  
Vai, semeia a magnífica semente...

És meu discípulo hoje, nesta hora  
Em que só não me ama é que não chora  
“Faze que chore e que ame toda a gente!”<sup>56</sup>

Ele próprio em determinados momentos se colocava como profeta, definição ocorrida em Portugal, como no ano de 1961, quando lançou uma coletânea de poemas denominada: *Poemas do século tenebroso*. Esta obra foi divulgada sob o pseudônimo de Ezequiel, que é um dos livros do Antigo Testamento e que é denominado como aquele que foi chamado para

---

<sup>55</sup> PINTO, 2007, p.40.

<sup>56</sup> MONSARÁZ, Alberto. *Vox Dei: a um quinto evangelista*. In: CARVALHO, José Baptista (ed.). *Plínio Salgado: in memoriam - 2*. São Paulo: Voz do oeste; Casa de Plínio Salgado, 1985, p.182.

10 a 13 de maio de 2010

profetizar durante o cativeiro babilônico do povo judeu; lá fundou uma escola de profetas e que ensinava a Lei. Segundo as escrituras sagradas, Ezequiel recebeu diversos sinais da ação de Deus, como a morte da esposa, da mesma forma que Plínio Salgado afirmava, pois após a morte de Maria Amélia, as ações políticas e espirituais foram desenvolvidas, assim como Salazar que era colocado como o emissário de Deus.

No ano de 1986, foi organizado pela Casa de Plínio Salgado, instituição cujo objetivo é manter viva as ideias do líder, o livro: *Plínio Salgado: in memoriam*. No segundo volume da edição, Amândio Cesar, João Ameal, entre outros pensadores e escritores portugueses, escreveram sobre Plínio Salgado e todos afirmam que este é um dos poucos intelectuais que soube resgatar os valores portugueses deixados no Brasil. Ameal afirma que Plínio Salgado era o gênio lusíada e destacou:

Ao mundo lusíada – isto é: ao mundo dos seguidores de Cristo. Uma vez ainda Plínio aponta Cristo como Protagonista da História. Da História de Portugal, como da História do Brasil. E nunca perde de vista, acima da nossa valiosa intervenção nas largas extensões de além-Atlântico – a Divina Razão que a comandou.<sup>57</sup>

A passagem de Plínio Salgado em Portugal foi de extrema importância, não só pelo desenvolvimento das novas concepções teológicas, mas pelo fato do estabelecimento de ações políticas estarem presentes na reorganização do integralismo na década de 1940, com a criação do Partido de Representação Popular. Em terras europeias, Plínio Salgado foi influenciado pelo conservadorismo de Salazar que desenvolvia assim como Salgado, uma política de defesa dos valores religiosos.

O retorno de Plínio Salgado ao Brasil ocorreu no contexto democrático e fez com que existisse uma obrigatoriedade de formar uma nova concepção política. A inspiração fascista não era suficiente. Assim como a política brasileira, esse “novo” líder altera a forma de pensar a sociedade negando concepções autoritárias, através da defesa de uma democracia cristã.

### **Referências Bibliográficas**

CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no processo político brasileiro - A trajetória do Partido de Representação Popular (1945-1965) - Cães de guarda da ordem burguesa*. Niterói: Universidade Federal Fluminense – Tese de Doutorado, 2005.

CARVALHO, José Baptista (edt.). *Plínio Salgado: in memoriam - 2*. São Paulo: Voz do oeste;

---

<sup>57</sup> AMEAL, João. Plínio Salgado ou a nova luta por Cristo. In: CARVALHO, José Baptista (edt.). *op.cit.*, 1985, p.131.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Casa de Plínio Salgado, 1985.

PINTO, António Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa. *O Corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

REZOLDA, Maria Inácia. A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa. *O Corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SALGADO, Plínio. *A Aliança do sim e do não; seguida de O Mistério da ceia*. 2 ed. Lisboa: Ultramar, 1944.

\_\_\_\_\_. *A imagem daquela noite: e outros escritos*. Lisboa: Gama, 1947.

\_\_\_\_\_. *A mulher no século XX*. 3 ed. São Paulo: Guanumby, 1949.

\_\_\_\_\_. *A tua Cruz, Senhor...* In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*. São Paulo: Américas, 1956. v.17, p.5-259.

\_\_\_\_\_. *Como nasceram as cidades do Brasil*. Lisboa: Ática, 1946.

\_\_\_\_\_. *Madrugada do Espírito*. São Paulo: Guanumby, 1946.

\_\_\_\_\_. *Manifesto de outubro de 1932*. São Paulo: Voz do oeste, 1982.

\_\_\_\_\_. *O conceito cristão da democracia*. São Paulo: Guanumby, 1945.

\_\_\_\_\_. *O Rei dos Reis: seguido de Mensagens ao Mundo Lusíada*. Lisboa: Pro Domo, 1945.

\_\_\_\_\_. *Primeiro, Cristo!* Porto: Livraria Figueirinhas, 1946.

\_\_\_\_\_. *Vida de Jesus*. 19 ed. Belo Horizonte: Difusão Pan Americana do Livro, 1964. 2v.

Lincoln de Abreu Penna\*

As cartas manuscritas ou datilografadas foram e ainda são, embora mais limitadamente, veículos de difusão de idéias. Além disso, constituem fontes documentais de interesse histórico. São de grande valia para a reconstituição de tempos de ação política, especialmente no Brasil da primeira centúria republicana. Nesta época, a relação das pessoas era feita quase exclusivamente através de correspondências manuscritas contendo, invariavelmente, dados, reflexões, queixas, pedidos, polêmicas e um conjunto de elementos de vida cotidiana fundamentalmente vinculada à política.

As cartas tornadas ou não públicas e de autoria de personagens da história são, invariavelmente, documentos que permitem que o leitor e interessado em seu conteúdo registrem informações sobre fatos e situações de época, como sugerem que delas se vislumbrem pistas com vistas à interpretação de seu conteúdo. Além disso, “a correspondência em si mesma (é) uma atividade política”.<sup>58</sup>

Desse emaranhado de correspondências cruzadas, havia as que envolviam lideranças de porte nacional cuja repercussão de suas missivas despertava interesse e, não invariavelmente, exerciam grande influência no jogo político do país. Passados os anos, e redimensionados os acontecimentos e cenários passados, é possível reaver os conteúdos dessas correspondências, interpretando-as a luz de novos dados, ou mesmo cotejando aqueles ignorados ou desconhecidos à época, e agora capazes de confrontarem-se para a busca dos elementos mais próximos de realidades, que se dissiparam em face dos rumos novos que a sociedade conheceu. E este é o caso do estudo que se propõe o autor dessa comunicação.

É com o propósito de ilustrar e, ao mesmo tempo, contribuir para um aprofundamento do episódio que interrompeu de forma brusca o início da Segunda República no Brasil, com o advento do Estado Novo (1937-1945), que se insere este estudo. Trata-se de uma releitura da carta que o chefe da Ação Integralista Brasileira (AIB), Plínio Salgado, enviou ao então presidente Getúlio Vargas.

---

\* Professor do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO.

<sup>58</sup> Reis, Elisa. “Opressão burocrática: o ponto de vista do cidadão”, In *Estudos Históricos*, RJ, vol. 3, nº 6, pp. 161-179, *apud* José Roberto Franco Reis. “Cartas a Vargas: entre o favor, o direito e a luta política pela sobrevivência (1937-45)” In *Locus*, Revista de História. Juiz de Fora : Núcleo de História Regional/DH/AH/EDUFJF, 2001, vol. 7, nº 2 , pp. 53-72.

Vivia-se um momento em que a ato político se encontrava bastante identificado com o poder representado pelo Estado Nacional.<sup>59</sup> Fosse ao que concerne às experiências nazi-fascistas ou mesmo ao Estado Soviético, ou ainda nos países de tradição liberal aonde a força da emblemática relação liderança política e estadista completavam-se de tal forma, que um presidente como Franklin Roosevelt, por exemplo, era a imagem e encanação dos Estados Unidos da América do Norte. Não era, portanto, inusitado que no Brasil as figuras autoritárias de Getúlio e Plínio sobressaíssem na política brasileira.

Ao lado de Luís Carlos Prestes, aquela altura já liderança política de grande prestígio nacional, tanto o chefe da AIB quanto o presidente da República formavam o restrito círculo de lideranças verdadeiramente nacionais. A ação ou atitude de qualquer um desses líderes influiria nos rumos de um país sem a tradição orgânica de partidos ou instituições solidamente consolidadas. Nutriam-se na esfera da política dos chefetes locais, velhos ou novos coronéis, ou dessas personagens de maior vulto dispostas sempre a darem, às aspirações de seus seguidores, conseqüentes passos na direção de eventuais soluções, muitas delas de cunho estrutural.

Em paralelo a essa situação amplamente favorável ao desempenho de individualidades de algum prestígio, ocupantes ou não de postos públicos, era comum o hábito das correspondências ativas e passivas. Esse material não muito utilizado nas pesquisas históricas para épocas aonde os recursos comunicativos eram escassos se comparados aos atuais, possui, como fonte histórica um valor inestimável. Das cartas, podem se tirar informações muitas das vezes inexistentes em outras fontes documentais, e podem ser reinterpretados fatos com base em dados descritivos contidos nessas missivas. O que se pretende com essa comunicação é dar exatamente este sentido, isto é, o de apurar os fatos, sempre cotejando, os elementos da carta e, com isso, rever aqueles momentos decisivos que antecederam ao Estado Novo.

A carta de Plínio a Getúlio pode ser examinada a partir de dois vetores. Um vetor consiste no que a mensagem contém literalmente, isto é, a leitura pura e simples de seu conteúdo. O outro vetor para a análise é aquele em que o leitor desvela um sentido não necessariamente explicitado, mas que está presente no que se costuma dizer as entrelinhas da mensagem. O perigo de se trabalhar este último vetor é o de se desviar do discurso literal e enveredar-se para uma imaginação criativa demais para acabar privilegiando inteiramente essa viagem fantasiosa. Para que isso não aconteça alguns cuidados devem ser tomados.

---

<sup>59</sup> Eric Hobsbawm. Nações e Nacionalismo desde 1780. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.



Em primeiro lugar, aonde houver possibilidade de se interpretar com duplo sentido uma determinada idéia ou informação contida na carta, é preciso contextualizar sempre com os dados de realidade. Essa providência, através do cruzamento de informações a respeito dos detalhamentos da referida realidade em questão, permite que a leitura interpretativa, de natureza eventualmente oculta, nos dizeres da carta sejam, assim, devidamente situada com certa segurança. Evita-se, dessa maneira, a mera elucubração vazia, sem fundamento real.

Em segundo lugar, a confrontação dos fatos devidamente consubstanciados pela documentação de época, impede que referências do missivista a respeito de situações já conhecidas possam servir de argumentação de quem descreve de maneira mais subjetiva do que objetiva. Decorre daí, a necessidade de se pontuar os diversos momentos em que tais ocorrências possam ser detectadas. Ao fazer essas anotações *corrigem-se* os elementos *estranhos* à cronologia dos acontecimentos. É possível, por vezes, a identificação de omissões importantes desconsideradas pelo missivista, por não interessar mencioná-las ou por achar irrelevantes para a lógica de seu discurso.

O método que se adotou para a análise deste documento histórico se encontra baseado em três procedimentos: 1) a estrutura da carta, contendo os itens que a compõem; 2) os argumentos de autoridade, através da identificação de personagens mencionados pelo missivista e fatos que são arrolados para reforço dos elementos opinativos; e, 3) a conclusão argumentativa, através do recurso da adjetivação. O emprego desta metodologia torna indispensável a *leitura acompanhada*, isto é, a prática verdadeiramente da *análise*, cujo sentido etimológico consiste em decomposição das partes de um todo.<sup>60</sup>

### **A estrutura da carta.**

Os termos da carta possuem um enredo histórico, uma vez que seu autor a divide em três partes: refere-se ele ao Integralismo desde sua fundação, em 1932, até o ano de 1937, imediatamente anterior a data da carta. Em seguida, como segunda parte, menciona o período do que chama de “atos preparatórios de 10 de Novembro”, ocasião em que se deu o pronunciamento e instauração do Estado Novo. Finalmente, a terceira parte é dedicada a situação do Integralismo após a instauração do regime ditatorial. É esta a estrutura formal da carta, com objetivo lógico de desenvolver uma ponderação argumentativa com vistas a sensibilizar o personagem a quem a carta é dirigida.

---

<sup>60</sup> Ver Maurice Bouvier-Ajam. Essai de méthodologie historique. Paris: L'Éditions du Pavillon, 1970.

A carta está estruturada em vários itens, distribuídos pelas três partes já mencionadas, a partir dos quais o autor discorre oferecendo sua versão dos fatos, ou simplesmente recordando encontros e definições adotadas no passado recente. Inicia o texto aludindo ao apoio que poderia trazer ao governo de Vargas, no caso deste ratificar o convite para dele participar. Essa adesão envolveria mais de um milhão de brasileiros fiéis ao lema integralista, conforme destaca.

Ao se vincular organicamente ao movimento do qual fora seu chefe máximo, Plínio pretende deixar claro que a possível participação no governo não se faria individualmente. Era impensável que sua entrada se desse juntamente com todos os seus partidários. Por essa razão, discorre no início de sua missiva ao nascimento do movimento integralista e, sublinha as condições que o levaram e a seus seguidores à aderirem ao movimento. As circunstâncias evocadas eram: a “desagregação dos espíritos” e a ameaça da unidade nacional. Ambos provocados pelos adversários permanentes do Integralismo, o comunismo e o regionalismo desagregador. Daí, a necessidade, segundo ele, de se desfraldar a bandeira do respeito à ordem, ao amor à disciplina, a brasilidade pura e o prestígio do poder central.

Envereda, em seguida, para a ligeira explicação acerca da “Doutrina e seus inimigos”, e reclama da perseguição movida por alguns membros do regime do Estado Novo contra si e seus companheiros da AIB. Reafirma sua inteira integração com o movimento que chefia, faz menção à criação de mais de 4 mil núcleos e iniciativas culturais, tais como bibliotecas, ambulatórios, farmácias populares, campos para a prática de esportes e lazer, entre outras. Essas referências tinham um notório objetivo de demonstrar que seu movimento não se limitava apenas ao proselitismo. Buscava cooperar com o Estado, a quem, uma vez no governo, deveria reconhecer essa espontânea contribuição que dava ao país.

A mística do movimento é um outro item arrolado na carta. Desenvolve a idéia da “Revolução Interior”, a dos espíritos, e com ela a mudança de costumes, necessários para distanciar-se das proposições conservadoras, que, na realidade não desejam mudar nada. Assim, a introdução de gestos como a saudação *anauê*, por exemplo, possuía um duplo significado, o de aproximação dos membros de uma mesma comunidade nacional, e a lembrança de nossas raízes, simbolizada pelo indígena, cuja saudação é evocada. Além disso, o sinal matemático tirado do cálculo integral da estrela austral, o Sigma, que lembra toda uma filosofia e um conceito de vida, um caminho e uma mística, também são frisados na missiva.

Relaciona uma série de atitudes de combate à infiltração comunista no Estado e demais instituições políticas brasileiras. Enfatiza o desejo de difundir “um sentimento pátrio”,

necessário para a formação da sociedade nacional que seria também a finalidade do regime instaurado pela Carta de 37. O princípio ou lema que sintetizaria esse obstinado objetivo é ele mesmo que frisa, ao mencionar que “o Poder é o menos, a formação da alma nacional, eis tudo!”. Por sinal, em sua missiva, Plínio faz questão de dizer literalmente não desejar o poder, ou melhor, o exercício pessoal do poder. “O meu objetivo não é o poder, mas a formação da consciência nacional e o início de uma obra civilizatória no continente”.

É curioso que a geração contemporânea de Plínio, independentemente da afinidade ou não com o líder do movimento integralista, também acalentava essa intenção, a de dotar a cidadania desse poderoso instrumento de emancipação nacional, a partir da construção ou aquisição de uma consciência nacional. É ainda o autor da missiva que diz: “O Poder, para nós, sempre foi encarado como uma contingência, jamais como uma aspiração”. E dispara categórico: “Eram essas as disposições de espírito do Integralismo quando se deram os atos preparatórios do golpe de 10 de Novembro”.

Assim tanto o nacionalismo de direita, quanto o que irá vincular-se à esquerda, inclusive e, sobretudo junto aos comunistas do PCB, inspiravam-se nesse princípio tão ao gosto dos que sustentavam a idéia de um projeto nacional. Dessa maneira, as três grandes lideranças de meados do século vinte, entre as décadas de trinta e cinquenta, Vargas, Prestes e Plínio, eram, cada qual a sua maneira adeptos de uma causa nacionalista.

Nos “Atos Preparatórios do Golpe de 10 de Novembro”, cujo subtítulo na missiva situa o Integralismo, o Presidente Vargas e as Classes Armadas, Plínio volta a frisar que conta com um milhão e meio de filiados à causa que lidera, e renova sua insatisfação pela resistência havida no âmbito das forças governamentais. Adiante, inclui um novo item em sua carta, no qual destaca que Vargas manda entregá-lo um projeto de nova Constituição. E discorre sobre essa decisão presidencial.

Foi nessa ocasião que me procurou o Dr. Francisco de Campos, com o qual me encontrei em casa do Dr. Amaro Lanari. Ele me falou dizendo-se autorizado pelo Sr. Presidente da República e me entregou o original de um projeto de Constituição que deveria ser outorgado, num golpe de Estado, ao país. Estávamos no mês de setembro de 1937.

Se consultarmos o *Diário de Getúlio Vargas*<sup>61</sup>, ao longo do mês mencionado por Plínio, não encontraremos qualquer registro de encontros a mencionar a figura do líder da AIB, fato que se tornará mais constante no decorrer dos meses subseqüentes.. Portanto, a tal

---

<sup>61</sup> Getúlio Vargas Diário, volumes I e II. Rio de Janeiro: Siciliano / FGV, 1995.

10 a 13 de maio de 2010

consulta aos termos da Constituição preparada por Francisco de Campos ou não foi muito considerada por Vargas, a ponto de merecer registro em suas anotações, ou ficou tão somente num desejo do autor da Carta do Estado Novo em ouvir aquele dirigente de uma agremiação política eventualmente simpática aos termos autoritários contidos na Constituição que elaborara.

O acompanhamento paralelo da carta prossegue com os registros do *Diário de Getúlio Vargas*. No trecho seguinte narra o missivista, que no dia posterior ele, missivista, encontrara-se com o Sr. Amaro Lanari, tendo então declarado conforme conta:

(1)- que, em princípio, não poderia ser contrário ao Estado Corporativo, à supressão das estéreis lutas partidárias, e à substituição de todos os partidos políticos (sem exceção dos governadores, com me era prometido) por valores novos, com mentalidade formada nas doutrinas do Estado Novo...”<sup>2</sup>)- que achava necessária a outorga de uma nova Constituição, porém julgava suficientes algumas reformas na Carta de 1934, substituindo o voto universal pelo voto corporativo e dando maior amplitude ao estado...3)- que, uma vez que eu não conseguia demover o Governo do propósito da outorga e que o Governo se achava apoiado, segundo o Dr. Campos me afirmava, pelo Exército e pela Marinha, o Integralismo não criaria dificuldades, mesmo porque não tinha elementos para se opor e, nessa caso, confiaria no patriotismo do Sr. Presidente da República cujos propósitos nacionalistas não punha em dúvida.

De fato, recorrendo-se aos dados contidos no *Diário*, há menção de gestões a envolver próceres do governo do Estado Novo e o autor da carta, antes do golpe de 10 de Novembro de 1937. Na realidade, existem algumas referências à Plínio Salgado anotadas por Vargas em seu Diário. Uma em 14 de Junho, quando se refere à recepção aos integralistas e à comunicação por parte destes da escolha do nome de Plínio como candidato à presidência da República. Outro de 6 de Agosto, no qual Vargas registra o fato de ter sido procurado pelo dr. Renato da Rocha Miranda, que acompanhado pelo desembargador Armando de Alencar, ambos, solicitam que ele, Vargas, se encontre com Plínio Salgado.

Contudo, a primeira avaliação de Vargas a respeito de Plínio, ocorreu, no *Diário*, nas anotações correspondentes aos dias 25 e 26 do mês de Outubro, dias antes do pronunciamento do dia 10 de Novembro. Neste registro diz Vargas que foi à casa de Rocha Miranda juntamente com Macedo, onde se encontrou com Plínio. E diz: “Caipira astuto e inteligente, mas entendemo-nos bem.”<sup>62</sup> Aquela altura a decisão de implantar-se o regime forte do Estado Novo já tinha sido muito provavelmente decidida, mas Vargas não dispensou a oratória do líder da AIB, talvez porque não seria demais cooptá-lo e aos seus seguidores. O “entendemo-

---

<sup>62</sup> Vargas, Getúlio. *Diário*, vol. II – 1937/1942. São Paulo / Rio de Janeiro: Siciliano / FGV, 1995, p. 78.

nos bem” tem um significado de certa parceria doutrinária no que diz respeito ao pouco caso que faziam do sistema de representação política, num momento de crise aguda da democracia liberal.

E, antes do golpe, Vargas menciona uma passeata dos integralistas em frente do Palácio do Catete em apoio a ele, chefe de governo, na qual estima a presença de cerca de 20 mil manifestantes. O nome de Plínio não é mencionado e tal fato sucede no primeiro dia de Novembro, uma semana antes do rápido desfecho da experiência de democracia e da Constituição promulgada pelos constituintes em 1934. Fica evidenciado que para Vargas menos importava a adesão pessoal de Plínio e sim da massa de seus seguidores. Estes sim interessavam a Vargas integrá-los ao seu projeto de poder pessoal e ao seu regime.

Aliás, no dia 7, diz Vargas: “Não é mais possível recuar. Estamos em franca articulação para um golpe de Estado, outorgando uma nova Constituição e dissolvendo o Legislativo.”<sup>63</sup> A indagação que se pode fazer é o por que do diarista ter registrado a impossibilidade de um recuo? Estaria ele a admitir e, em conseqüência, a registrar, em seu inconsciente explicitado literalmente, que haveria demandas e forças que se manifestaram a ele contrárias ao golpe, dentro do governo, e entre seus mais diretos colaboradores? São perguntas pertinentes, embora não inteiramente respondidas até hoje. Mas continuemos a carta de Plínio endereçada à Vargas.

“O Presidente quer a minha opinião e insiste por ela”. É dessa forma que Plínio inaugura mais um item de sua prolixa carta. E é exatamente neste item que a questão mais importante da relação entre os dois se manifesta de maneira direta, objetiva. “Perguntei qual seria na nova ordem, a situação da Ação Integralista Brasileira, ao que o Dr. Francisco de Campos me respondeu que seria a base do Estado Novo...” Sem dúvida, houve num determinado momento, com ou sem a aprovação de Vargas, a tentativa de deslocar o movimento integralista para a base de apoio do novo regime, que surgiria, assim, devidamente respaldado por um forte e potencialmente crescente movimento de massa. A questão era o seu líder. O que fazer de Plínio Salgado? Como deslocá-lo a ponto de não mais influir no movimento que havia organizado e que agora interessava ao governo dele dispor.

Talvez entendendo a intenção de Vargas de se apropriar de seu capital político, a massa de aderentes do Integralismo, Plínio declara-se ainda na carta ”democrata e antitotalitário”.<sup>64</sup> Esta definição peremptória tinha um alvo, qual seja marcar uma diferença

---

<sup>63</sup> Op.cit. p. 82.

<sup>64</sup> Sobre o significado de totalitarismo, ver Claude Lefort. A Invenção Democrática. Os limites da dominação totalitária. São Paulo: Brasiliense, 1983.

suficientemente incapaz de gerar dúvidas de que ele possuía uma posição política e ideológica distinta daqueles que o cortejavam. Era, ao mesmo tempo, um discurso para o público externo, mas também servia para o seu público interno. Para tanto diz que levara o seu parecer, aquele solicitado por Vargas, calcado no “Manifesto Programa”, que havia redigido e publicado em janeiro de 1936.

Eu achava que o projeto da Constituição, como estava não concretizava a doutrina integralista, na sua expressão fiel, pois, no fundo, nós integralistas somos democráticos; entretanto, fiel a nossa ética da qual nunca nos afastamos, aceitaríamos os “fatos consumados” tanto quanto havíamos aceitado, até então, as autoridades liberais democráticas...

Dando seqüência a argumentação, Plínio destaca mais um item, que intitula de “O Presidente Vargas manifesta o desejo de falar-me e que eu me encontre com o Ministro da Guerra”. A repercussão de meus comentários sobre a proposta de novo texto constitucional não causou grandes divergências, segundo se depreende do teor da carta, salvo o jocoso comentário de Francisco de Campos, mencionado pelo missivista em sua carta, quando teria dito o autor da Carta de 37 ao Dr. Amaro Lanari, “que não sabia que eu era tão liberal”. E o missivista diz: “De minha parte, como conheço as idéias fascistas do Sr. Francisco de Campos, eu me imaginava mais próximo do pensamento do Presidente do que ele próprio.”

Enquanto as tratativas a envolver o líder da AIB e o governo se desenvolviam, transcorria sem grandes tensões a relação do movimento integralista e dos chefes das forças armadas. Talvez para deixar clara a disposição dos militares de manterem-se unidos em torno do governo, Francisco Campos tenha comunicado que haveria um documento interceptado pelo Estado Maior do Exército, e cuja divulgação poderia criar um grande ambiente para o golpe. Seu conteúdo revela a presença de um perigo comunista, “que se tornaria necessário o estado de guerra”, segundo palavras contidas na carta de Plínio. E enquanto perdurou a obstinação anticomunista, de lado a lado, governantes e integralistas tendiam a se tolerar.

“Entrevista com o Ministro da Guerra, General Dutra”. Neste item, Plínio se refere a um contato feito pelo Capitão Felinto Muller, Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, que teria intermediado o encontro com Dutra. Na verdade, a ida a Dutra era como se fora um contato com a corporação, uma vez que o Ministro da Guerra incorporou, naquele exato momento, uma forte identidade dos militares, já que seus pronunciamentos eram contidos no que se refere aos aspectos políticos e ideológicos. Traço bem significativo para a corporação necessitada de um perfil nada comprometido com teses ou inclinações de ordem doutrinária. Em companhia do Sr. Raimundo Barbosa Lima, Felinto Muller, foi à casa do missivista para

apanhá-lo para o encontro. Eis o que disse na carta Plínio Salgado, a respeito do encontro com Dutra.

Passeando de automóvel comigo, antes de chegarmos à residência do Ministro, o Sr. Chefe de Polícia expôs-me a gravidade da situação do país com referência ao comunismo e pediu-me que dissesse palavras de animação ao General Dutra, o qual estava um tanto aborrecido com o receio de que não viesse o “estado de guerra.

Sem dúvida, a questão do anticomunismo unificava o pensamento autoritário naquele momento. Na verdade, o que dividia ambos os lados era a autonomia ou não do movimento de massas coordenado por Plínio. As reticências por parte do governo aos propósitos colaboracionistas de Plínio antecipavam a divisão que se seguiria tão logo teve início a Segunda Grande Guerra, divisão esta decisiva para o enfraquecimento interno do regime.

“O Meu Pacto com o General Newton Cavalcanti” não se encontrava mencionada na carta por acaso. Tratava-se, com alguma certeza, de uma maneira esperta de Plínio se insinuar como alguém que detinha uma interlocução com os militares, o que não era difícil de provar uma vez que alguns militares de alta patente já haviam aderido à AIB. E essa interpretação é logo deixada clara pelo missivista quando ele afirma que “(A) minha ligação com o general Newton já vinha de longe, da comunhão de idéias e sentimentos relativos à salvação do Brasil das garras do comunismo, do capitalismo internacional e das sociedades secretas.” Estava, assim, reforçada a idéia de que o anticomunismo costurara uma aliança de direita com tintas não conservadoras, mas pro positivas, incomum, até aquele momento, nas correntes da direita brasileira.

Assinalava Plínio, em sua carta, que o general Newton Cavalcanti alimentava uma irrestrita confiança tanto em Vargas quanto em Dutra. Ilimitada confiança que tornou seu desejo de que Plínio se aproximasse dos dois, fora recebida com algum entusiasmo pelo missivista. É claro que esse entusiasmo tinha um interesse não manifesto, porém comum entre as forças governamentais e integralistas. Para elas era preciso barrar qualquer possibilidade de uma ação que resultasse numa ascensão dos comunistas, cujos intentos não tinham se arrefecido com a derrota em 1935, de acordo com a avaliação das forças anticomunistas.

Plínio assim definiu em sua carta o momento de implantação do novo regime. Intitulou-o de “Golpe Branco” e fez um arrazoado nos dias que antecederam a decretação da nova ordem no país. Esse seu comentário dá seqüência à carta, e começa dessa forma o registro daqueles dias: “Em 1º de Novembro, fiz 50 mil homens desfilarem, de camisa verde, em nome de 1 milhão e meio de companheiros esparsos em todo o Brasil. “ Estava, com isso,

10 a 13 de maio de 2010

a demonstrar que a nova ordem poderia ou não dispor de um contingente de homens e mulheres capazes de dotarem o novo governo de Vargas de um apoio fortemente organizado. E isso ele o diz com todas as letras: “Era uma força que estava nas mãos de V.Exa.” E mais, retira qualquer possibilidade de tirar partido dessa situação, quando diz: “O meu desinteresse era absoluto, como se viu no discurso que pronunciei a noite pela Rádio Mayrink Veiga.”

Nele, segundo, Plínio, havia “lealdade a toda prova”, “abnegação completa”, “franqueza rude”, e uma “clareza doutrinária que não admite dúvidas”.

Na carta, Plínio diz que “(O) primeiro sinal de que não estávamos sendo tratados com lealdade, eu o tive na noite de 9 de Novembro.” É interessante que somente na antevéspera do golpe um dos mais articulados políticos tomara, finalmente, pé da situação, apesar de todos os contatos, todas os encontros e desencontros de um momento em que circulavam tantos rumores. O que se coloca é se Plínio realmente desconhecia tudo isso, ou se ele acalentava uma esperança de ser ungido a cargos de relevância, tendo em vista a importância de seu movimento. A própria fonte segura de que falara Plínio na carta, e da qual recebera a informação privilegiada, embora às vésperas do golpe, não o informara das especulações que corriam a solta.

A partir desse momento a carta adquire um sentido mais crítico, antes apenas ensaiada em determinadas alusões, mas sempre travadas em razão da expectativa de um desfecho bem sucedido. Continuam os itens a darem à carta certo ordenamento. Passa agora a mencionar que “O Ministro Campos ofereceu-me” – diz ele – “dinheiro”. Diante da impactante notícia do golpe que os integralistas não tiveram qualquer participação e sequer foram consultados. Tampouco Plínio. A desilusão passaria a ser escancarada. Refere-se adiante e de novo a Vargas, com o qual teria se encontrado com ele “no lugar de costume”, para mais a frente dizer que o General Newton Cavalcanti o “fiador da palavra” pedira demissão, dando a entender que tal decisão decorreria da insatisfação face ao tratamento dispensado ao líder da AIB.

As conseqüências e o desfecho dos fatos são mais conhecidos, pois Plínio relata a perseguição aos integralistas, antes mesmo do fracassado golpe, do qual ele, Plínio, jura não ter autorizado e muito menos tomado parte. Lamenta de novo o fato de ter até aceito a dissolução da AIB, como partido político, transformando-a em sociedade para fins culturais, numa demonstração de cooperação com o governo, e à guisa de conclusão diz: “A tentativa



que fiz para organizar uma sociedade (“Associação Brasileira de Cultura”), não logrou êxito no Ministério da Justiça”<sup>65</sup>.

### **A Carta, o contexto e os argumentos de autoridade.**

A época em que está referida a carta foi marcada por dois traços mais gerais, diríamos internacionais: 1) a ascensão da importância do Estado no âmbito da política e da administração pública. Independentemente do caráter do regime, se mais ou menos democrático, se orientado pelas normas do capitalismo ou se baseado nos rumos da experiência soviética, o fato é que se atribuía ao Estado um papel saliente, decisivo mesmo para as sociedades contemporâneas, mal saídas de um grande conflito mundial e na antevéspera de outro. E, 2) a crescente manifestação de uma atitude anticomunista, que no Brasil seria grandemente encorpada depois da fracassada tentativa de uma revolução nacional e libertária via quartéis, como foi a insurreição de 1935, nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, a chamada *Intentona Comunista*.

Tanto um traço como outro foram fatores a desencadearem reações por parte das estruturas de ordem. A tendência à modernização impulsionada pela expansão capitalista acelerara, por outro lado, uma forte componente de modernidade, isto é, a introdução de meios e formas mais dinâmicas que se ajustassem aos novos tempos. Essas tendências modernizadoras e modernistas, que se juntavam num só e único processo, conferiram a todas as ações e reações no campo da política um aspecto novo. A mera conservação das estruturas não era mais possível. Era preciso também adequá-las, mesmo sem mudá-las em essência, para que pudessem acompanhar os embates contra as forças que visavam erradicá-las. E de todas as instituições a que mais deveria se identificar com esses novos tempos era o próprio estado, gestor insubstituível dessas tendências que punham de lado o conservadorismo tradicional.

A polaridade ideológica representada pela nova direita de tipo fascista, de um lado, e da esquerda revolucionária, de outro, tinham apenas e tão somente algo em comum, o combate ao atraso, cuja leitura, no entanto, era distinta. Para a nova direita fascista, esse atraso provinha de uma compreensão letárgica da história e de uma visão liberal inconseqüente diante dos desafios que se apresentavam. Para a esquerda revolucionária, de expressão soviética, o atraso, independentemente de suas formas, era verdadeiramente o

---

<sup>65</sup> No dia 11 de dezembro de 1937, através do Decreto-Lei nº 39, ficavam extintos os partidos políticos e organizações partidárias transformando-as em sociedades civis.

obstáculo a ser removido, para que se processasse a construção da sociedade sem classe. E neste caso, as diferenças entre os velhos conservadores e os novos conservadores, isto é, a antiga e a nova direita, pouca diferença fazia.

No Brasil, quando da Revolução Liberal de 1930, esse panorama ainda era muito difuso, embora já se fizesse presente no Ocidente europeu, quando os comunistas alemães não estabeleciam grandes distinções entre os integrantes da facção liberal e da social-democracia em relação aos nazistas do Partido nacional Socialista em franca ascensão eleitoral, desde o ano de 1928. Erro político que custaria caro à representação das forças no *Reichtag* e, mais ainda, no próprio âmago do poder do Estado. Uma nova forma de composição de forças políticas se assentou e, com isso, a ruptura promovida pelos que tomaram o poder de assalto em outubro daquele ano aglutinara tradicionais, modernos, direitistas e progressistas, unidade esta que não duraria muito tempo, decorridos menos de dez anos, quando se decretou o estado Novo. Aí começam a aparecer as diferenças encobertas por uma unidade de ação desde 1930, mas agora desfeita com os acontecimentos de 1932, 1934 e 1937.<sup>66</sup>

As trajetórias de Getúlio Vargas e Plínio Salgado, ao longo de mais de duas décadas, devem ser recuperadas para que possam ser compreendidas por ocasião do envio da carta deste último, em 28 de janeiro de 1938. Ambos tinham um berço político embalado por movimentos que os projetaram para a vida pública. Vargas, no Rio Grande do Sul, em razão da guerra política no Estado gaúcho<sup>67</sup>, tendo ele conhecido na própria família esta divisão, já que Dornelles e Vargas eram de campos opostos nessa disputa gaúcha. A influência do jogo político dentro e fora da família foi de tal maneira determinante na vida de Vargas que em pouco tempo tornou-se um quadro político na região, com cargos e prestígio ainda limitados. Não demoraria muito, e no governo de Washington Luís chegou ao governo federal.

Quanto a Plínio Salgado, sua primeira aparição no domínio do público se deu por ocasião da Semana de Arte Moderna de São Paulo, em 1922. O movimento Modernista transformou-o num agitador cultural centrado na perspectiva de uma expressão nacional, muito provavelmente marcado pela corrente verde amarela de cunho centralmente nacionalista a embalar o jovem e medíocre participante daquele instante de tomada de consciência do Brasil em busca definitiva do progresso. Em dez anos idealizou o Brasil moderno dos seus sonhos e, em 1932, criou a Associação Integralista Brasileira. A AIB teria na Aliança Nacional Libertadora (ANL), fundada logo depois, o seu contraponto nacional,

---

<sup>66</sup> A Revolução Constitucionalista de São Paulo (1932), a Constituição Promulgada (1934) e o Golpe do Estado Novo (1937).

<sup>67</sup> Ver Sandra Pesavento. História do Rio Grande do Sul, 2ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

numa disputa que não se limitaria ao campo das idéias. Vários embates e confrontos físicos entre seus militantes marcaram a polaridade brasileira daqueles tempos arraigadamente ideológicos.

A questão nacional se encontrava na ordem do dia, jargão militar que se aplicava com frequência às agendas políticas. Trazida como força criadora pela Revolução de Outubro de 1930, que se beneficiaria de reflexões voltadas para uma dimensão de brasilidade, desde os anos 20, pelo menos, estava, em razão do próspero papel do Estado na Economia e na Política, fadada a ganhar um cenário de exclusividade diante de outras mais, como as do legado deficitário da ordem social, cuja resolução para as lideranças que se projetam naqueles tempos passava necessariamente pela ação intermitente do Estado Nacional, ator por excelência nos anos 30. O desafio era o de se por em prática uma forma que concretizasse esse protagonismo.

E as estratégias se situavam à direita e à esquerda, uma vez que o princípio segundo o qual caberia ao Estado esse protagonismo era também assim interpretado pela esquerda, especialmente pelos comunistas. No Brasil, assim como nos países de passado colonial, a orientação da Internacional Comunista (IC) era a de se preparar a revolução nacional em aliança com as burguesias locais, dado que para esses dirigentes da IC tais sociedades nacionais não possuíam ainda uma classe operária em condições de conduzir o processo revolucionário sem alianças. Decisão adotada no Sexto Congresso da entidade, em 1928, quando os comunistas eram integrantes de seções nacionais, portanto sem autonomias para disporem sobre os rumos a serem adotados em seus países de origem, trombou com práticas eminentemente vanguardistas e isoladas no plano da ação política, como foi o Bloco Operário e Camponês (BOC)<sup>68</sup>, acionado no mesmo ano de 1928 com vistas às eleições daquele ano.

A vigência dessa orientação *putshista*, de assalto ao poder sem bases materiais e sociais, deixara o PCB em situação muito desfavorável diante da pregação nacionalista do movimento integralista, que ainda tomara carona da revolta paulista de 1932, a chamada Revolução Constitucionalista, para incorporar às suas fileiras muitos dos combatentes, unidos em torno da cobrança de uma carta constitucional. Esta nova Constituição viria com a Constituinte que promulgou a mais breve das constituições brasileiras, a de 1934. Pelo fato dos integralistas terem se beneficiado dessa pregação é que se explica o reparo de Plínio em sua carta, quando diz que não era preciso uma nova Constituição com o golpe de 37, bastaria alterar alguns dispositivos da de 34. Trabalhava, dessa forma, nos limites de um discurso de

---

<sup>68</sup> Ver Astrojildo Pereira. Formação do PCB (Partido Comunista Brasileiro) – 1922/1928. Lisboa: Prelo Editora 1976.

legalidade para manter viva a unidade cimentada pelos que exigiam o cumprimento das promessas de 1930. Estaria Plínio, diante de uma nova ruptura da legalidade, prevendo a possibilidade de reacender o movimento bem sucedido dos paulistas no terreno das conseqüências políticas? Eis uma das muitas questões que poderiam ser formuladas sobre os pruridos legalistas de quem, na verdade, acreditava na ação mobilizadora de seus comandados, os camisas verdes, para militarmente organizados.

As formas de transformar o Estado em instrumento a serviço de um projeto modernizador, pelo alto ou através do concurso das massas mobilizadas ou feitas instrumento do fanatismo autoritário, encontravam-se naquele momento em tensa relação. Todas reivindicavam uma continuidade de 1930, muito embora os comunistas – uma das forças detentoras da forma de tomar o poder do Estão via mobilização das massas trabalhadoras - desprezassem no discurso o respeito do evento inicial da *República Nova*. Assim, tinham-se, a rigor, três vias em direção ao objetivo modernizador. A via pelo alto, concretizada pelo Estado Novo, de Vargas; a via autoritária com apoio de grupos organizados e com capacidade mobilizadora, a de Plínio e de seu Integralismo; e, finalmente, a dos comunistas, com Prestes à frente, com seu projeto de revolução da classe operária e demais forças progressistas, em fase, à época, de mudanças que se tornariam inevitáveis antes e, sobretudo, depois de Novembro de 1935.

Se examinarmos o panorama da época com os olhos críticos de hoje, três quartos de século depois, fica evidente que todas as vias tinham componentes autoritários, dissimulados por discursos e proposições dirigidos mais ao público externo do que realmente fruto de propostas intestinas. A via pelo alto, que consagrou Vargas, dispensava a presença de instrumentos mobilizadores, impertinentes em razão de serem absolutamente irrelevantes em face dos meios e fins pretendidos pelos que conduziam o processo de internalização da política no espaço do Estado. Não despertava, dessa maneira, nenhuma sensibilidade a declaração contida na carta de Plínio, por exemplo, de adesão ao projeto de Vargas e seu governo, e muito menos interessado ficou o chefe do executivo nacional quando Plínio tentou condicionar sua aceitação ao cargo de Ministro da Educação à presença de sua organização, a AIB, no cenário político brasileiro, rejeitada prontamente por Vargas.

O confronto entre os termos da carta de Plínio com as econômicas notas do Diário de Vargas oferece ao crítico um problema: a argumentação do missivista não encontra resposta nos breves registros do diarista. O recurso a fontes alternativas, como a imprensa, esbarra com um outro problema, a censura, sem contar o panorama de incertezas que cercava aquele

momento em que é divulgada a carta. Incerteza quanto aos rumos dos acontecimentos, mas também em relação as possíveis manifestações inconvenientes – típicas da liberdade de expressão – num quadro de perspectivas não muito animadoras, sobretudo para quem vive, e vivia à época, de opinião.

Contudo, algumas questões mais salientes devem ser objeto de uma reflexão, para que ao examinar-se o momento histórico ter-se ciência de seu modo de fazer política e de se conduzir na política. Assim, por exemplo, as referências nominais como argumentos de autoridade presentes na carta de Plínio, sempre que precisou afirmar ou reafirmar certos postulados julgados por ele relevantes para a consideração de quem a carta se dirigia. O mesmo expediente, por sinal, é verificado nas linhas do Diário de Vargas, num tom, é claro, mais coloquial por se tratar de anotações pessoais, em princípio reservadas para sua posteridade. Esse recurso do emprego da *nominata* reflete o momento desses escritos, porquanto o argumento de autoridade naqueles termos eram argumentos autoritários, típicos da escalada personalista dos líderes políticos.

Nesse sentido, a via expressa por Plínio, autoritária e mobilizadora, se visava a implantação de um governo forte lastreado por um regime igualmente forte, manifestava seu autoritarismo para com a própria base social de sustentação de seu projeto. Esta base constituída por um organismo de massa, a AIB, transformava a participação de seus militantes em milícias a serviço de um projeto pessoal, embora eloqüentemente oferecido como de redenção popular. O uso do organismo fundado numa ordem miliciania, típico das organizações fascistas e protofascistas, conferiram um grau de parentesco aos integralistas em relação aos fascismos que se difundiam em diversos países, cada experiência tendo, no entanto, sua originalidade.

Foi a escalada nazi-fascista que provocou o afastamento da AIB do governo, receoso da senda aberta pelo movimento num cenário ainda confuso e de tendências conflituosas, característica de um cenário de tensões mal resolvidas. Mas esse receio era atenuado, se assim se pode dizer, por outro: o da eventual escalada comunista, cuja tendência real quase nula era, não obstante, alimentada pela obstinação anticomunista redimensionada após Novembro de 1935. Entre a aventura integralista, sob a égide de um “caipira” pretensioso, e a força mobilizadora da classe operária nascente e empurrada por “agentes internacionais” dispostos a tudo, o governo cultivou sua própria via, de modo a impedir os extremos, como se sua via não fosse ela própria igualmente extremada, pelo menos para os democratas liberais.

Outro dado interessante dessa refrega, da qual a carta de Plínio é um precioso elemento ilustrativo, é a militarização da política. Seja no sentido literal, quando os quadros em ação nas disputas políticas lançam mão de formas militares, haja vista a organização à época de dois movimentos com tais características, a AIB e a ANL, mais a primeira do que a segunda, em razão de princípios hierárquicos e disciplinas rígidas. Mas não totalmente ausentes na ANL, sobretudo porque sua direção era constituída por muitos militares, alguns deles egressos do movimento tenentista, o que sugere, uma continuidade do tenentismo com o advento do aliancismo. Ou melhor, as ações de Novembro de 35 como última manifestação tenentista.<sup>69</sup> E a militarização se acentuou ainda mais com a incorporação do aparelho repressivo do Estado, através das polícias estaduais, tipo DOPS, à máquina dissuasiva do governo, desde o momento em que Vargas nomeia Felinto Muller Chefe da Polícia do Distrito Federal, dando-lhe status de verdadeiro ministro de Estado, além de tarefas inerentes às forças de segurança em âmbito nacional. Nomeação esta muito mais política do que técnica ou meramente funcional. Estava montado o Estado Policial Brasileiro, isto é, o Aparelho Repressivo do Estado.<sup>70</sup>

A militarização invadiu sobremaneira a linguagem política. E esta tendência manifestou-se sem respeitar fronteiras ideológicas, uma vez que esteve presente tanto nos discursos de esquerda, quanto nos da direita, principalmente, nestas últimas, em suas versões mais agressivas de cunho fascizantes. Os quadros egressos das forças armadas, como Prestes, jamais tiveram qualquer pudor em empregar jargões de livre curso no linguajar militar. Não se trata de qualquer desvio de natureza doutrinária, mas uma representação das tensões pós e pré-guerras, na medida em que essa conjuntura do entre-guerras facultou o uso e, por vezes, os abusos da militarização da política, não poupando sequer o campo das análises da situação em que se situavam os protagonistas de uma das décadas mais agitadas do século vinte.

Se algumas expressões comuns à linguagem militar eram também usuais na política, tais como estratégia e tática, freqüentemente utilizado pelos comunistas e pela esquerda em geral, e menos pelos integralistas, a questão era, contudo, mais ampla do que a simples transferência de vocábulos até então próprios à vida militar para o campo político. Porque, na verdade, a questão implicava na atitude de enxergar o adversário político como inimigo, a exemplo do que se faz costumeiramente nas guerras. Essa prática de diabolizar o oponente, seja de que maneira se fizesse, era a expressão mais completa e acabada do que se está aqui a

<sup>69</sup> Marly Vianna. Os Revolucionários de 35. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>70</sup> Ver Louis Althusser. Aparelhos Ideológicos do Estado, 7ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

dizer sobre militarização da política. Assim, abater o “inimigo” é, objetivamente, retirá-lo, se possível fosse, da cena política. Daí os enfrentamentos de militantes, comuns àquela época.

Para os integralistas todo comportamento que não considerasse o fator nacional era uma atitude lesa pátria, passível, por isso mesmo, de ações enérgicas das tropas milicianas a serviço da pátria aviltada por esses comportamentos antipatrióticos. O mesmo se dava do lado dos comunistas, cuja matriz de classe operava inevitavelmente qualquer equação, pois detentores, através de sua organização partidária, o Partido Comunista, de uma titularidade, a de vanguarda do proletariado, os comunistas classificavam os que sustentavam os interesses das classes exploradas do trabalho dos que apoiavam e representavam os interesses antagônicos. A teoria da luta de classe conduzia, dessa maneira, a lógica dos inimigos de classe. Nacionalistas chauvinistas e autoritários contra internacionalistas comprometidos com a revolução proletária dividiam os tenos dias daqueles tempos nada tolerantes.

É interessante que tanto os vocábulos designativos dos partidos e movimentos políticos que se defrontavam na radicalização daqueles tempos, ou seja, os comunistas e os integralistas, eram vistos como designações depreciativas por parte do outro. Assim, para os comunistas, os integralistas representavam não apenas a expressão nacional brasileira do fascismo europeu, como eram, ao se evocar seu nome, como algo espúrio, a representarem o atraso e o que de pior se encontrava na política do país. O mesmo, com sinal trocado, se aplicavam a reação dos integralistas em relação aos comunistas. A denominação *comunismo* passara a ter naquela época um sentido negativista para quem se julgava detentor do patriotismo, como os integralistas, sobretudo depois da chamada *Intentona Comunista*.

Ora, se as próprias identidades nominais dessas correntes políticas e partidárias assim definiam a interlocução de seus quadros, era de se esperar que as expressões acusatórias de ambos os lados se radicalizassem nos debates e nas publicações. Assim, com vistas à divulgação de suas idéias, os panfletos, e os comunicados oficiais ou oficiosos, tendiam a refletir essa desqualificação do outro, do oposto, do adversário, tido como inimigo de algo que sustentavam. Este algo poderia ser a nação, a pátria, o proletariado ou o povo, dependendo da origem do discurso. O fato é que pairava no ar a sensação de permanente suspeição, a irradiar em todos os terrenos a mesma situação de desconfiança generalizada. Sob esse clima de suspeição, a cidadania se encontrava tolhida. A ninguém era dada a possibilidade de evadir-se desse cenário. Ou optava por um dos lados radicalizados, ou se tornava colaboracionista ou mero joguete das forças em confronto.

**O contexto na carta e a conclusão argumentativa.**

A idéia original que moveu Plínio a escrever para Vargas uma carta eminentemente política era, ao que se depreende de sua leitura, tentar vencer as intermediações muito provavelmente desfavoráveis ao missivista e, com isso, obter senão uma acolhida de Vargas, pelo menos uma certa tolerância de sua parte. Ledo engano de Plínio. Ele foi traído por um impulso talvez ingênuo, convencido estava de que seu movimento assustaria – pelas ameaças veladas – o governo e, principalmente, seu chefe, o presidente. Mas, a carta possuía um outro trunfo. Sua divulgação ou o simples vazamento de seu conteúdo significava uma considerável propaganda para o Integralismo. E este objetivo aparentemente menor surtiu efeito.

A carta é uma leitura da conjuntura política pós-golpe de Estado. Tem a finalidade de entendê-lo e seu missivista de incorporar-se a ele, desde que sua presença não se desse isoladamente, porque isoladamente Plínio não significava nada ou quase nada do ponto de vista político. Como chefe da AIB era respeitado, sem dúvida, mas não era admirado por virtudes que a rigor não possuía. Vargas tinha plena consciência disso. E sua tentativa de cooptá-lo visava menos a Plínio e sim ao movimento, cujo isolamento de Plínio o transformaria num lugar de disputas intestinas da qual Vargas poderia tirar proveito, desarticulando-o ou dele se apropriando.

O contexto se encontra na carta a imagem e semelhança de quem a escreve. O personalismo, com as inúmeras citações de pessoas com mais ou menos influência, reduz os embates políticos a figuras. A política são os políticos de grande estatura ou de influências reconhecidas por quem transita em torno do poder. Este mesmo poder que o missivista diz não querer, mas cujo teor da carta é a todo instante cortejado. E para que seus argumentos de cidadão respeitoso diante dos governantes sejam aceitos usa seus contatos junto aos dirigentes políticos nacionais. Alternam-se menções a personalidades de real influência e outros de influência meramente secundária, com o intuito de demonstrar intenções construtivas, negadas, contudo, quando condiciona a aceitação do cargo de ministro ao pleno funcionamento de uma organização que visa o poder pelo poder, pois do contrário sua existência não teria qualquer sentido.

No panorama internacional também pontificavam as figuras de estadistas ou candidatos a tal, que à frente de seus governos buscavam, por razões variadas, influir no cenário mundial. Além dos mais agressivos, como Hitler, ombreavam com ele Stálin, Roosevelt e Churchill, entre outros. Falavam em nome de suas nações, mas projetavam-se



como detentores de vontades muitas das vezes acima da vontade geral de seus concidadãos, seja em função de projetos pessoais e ou personalistas, ou em virtude de determinações oriundas de articulações políticas que precederam o grande conflito iniciado em 1939. De maneira que o ano anterior ao começo efetivo da Segunda Grande Guerra foi de agravamento das tensões. E, em geral, essa situação ocorreu em graus variados também no interior dos países mais ou menos envolvidos com os preparativos do grande conflito. E no Brasil, o ano de 1938 não foi diferente. A carta de Plínio, portanto, se dá num clima de tensão e grande expectativa nacional.

A exceção de Vargas, que não havia constituído movimento ou partido político de sustentação à política que resultaria na proclamação do regime do Estado Novo, Plínio – assim como Prestes – lideravam numerosos seguidores. Claro está que Vargas contava com o apoio tácito dos militares, especialmente do Exército, mas era um apoio de ordem institucional, uma vez que se trata de uma força armada nacional e permanente, ao contrário do Integralismo e do movimento comunista a embalar as ações tanto da AIB quanto do PCB. Este ainda passaria a influir de forma bastante forte na ANL, movimento a aglutinarem civis e militares e entre eles muitos comunistas oriundos desses dois destacamentos da sociedade.

Chefiando um agrupamento organizado e disciplinado no plano ideológico, assemelhado em sentido oposto aos partidos comunistas, Plínio espelhava o momento histórico radicalizado em que se vivia à época. É provável que essa convicção e consciência desses tempos, julgasse ser natural que sua organização partidária desempenharia um papel saliente junto a Vargas. E mais, que este não poderia prescindir de seu apoio, razão pela qual escrevia, no fundo, com a certeza de que sua missiva seria, mais cedo ou mais tarde, sensível junto ao destinatário. Travavam-se, neste instante, duas leituras políticas. A de Plínio e a de Vargas.

Plínio compreendia que os tempos apontavam para soluções pelo alto com base em dispositivos orgânicos constituídos por poderosas bases sociais e políticas, de modo a darem sustentação em face das medidas adotadas pelo Estado forte e diretor dos rumos da sociedade. Este entendimento era, sob certa forma, também a de Vargas. Mas o recurso das forças armadas lhe bastava. Contudo, se pudesse dispor de um organismo de massas sob sua exclusiva direção, tanto melhor. Daí o flerte com Plínio, e a paciência em tê-lo como um interlocutor impertinente, mas útil e até necessário.

Porém, a simplificação da realidade, por parte desses dois protagonistas, deixava de lado um componente não desprezível. Refiro-me ao papel desempenhado pelos formadores de

opinião, jornalistas e intelectuais, que tiveram grande influência na percepção dos impulsos autoritários presentes pela visão expressa pelos que apostavam num Estado forte, sempre em nome dos interesses sociais. Não foi por acaso que tanto Vargas – via cooptação – quanto Plínio, pela atração que provocou nos meios da intelectualidade da época, buscou esse apoio. Os publicistas do passado eram mais do que nunca imprescindíveis para neutralizar as eventuais críticas de quem fazia fluir naquele contexto um pensamento crítico. O uso da censura pelo Estado ou sua aplicação aos comandados de um destacamento disciplinado, como o de Plínio, eram insuficientes para impedir a proliferação da crítica a essas duas proposições políticas.

Intelectuais como Gustavo Barroso e Alceu de Amoroso Lima, identificados com o Integralismo, bem como Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, próximos à política de Vargas durante o Estado Novo, são exemplos do envolvimento dos homens de idéias às vias autoritárias tão difundidas à época. Da mesma forma que a esquerda teria vários quadros da intelectualidade a lhe prestar apoio e subsídios para as teses que sustentava, dentre eles Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior e Anísio Teixeira. Socialista, comunista e liberal democrático, esses três pensadores produziram obras, nas trincheiras da História e da Educação, memoráveis; e como cidadãos opuseram-se, cada qual a sua maneira, à ditadura estadonovista.

Assim, dois circuitos funcionavam em termos de comunicação. Aquela em que funcionou entre os partidários da via autoritária, de cima para baixo, a exemplo do modelo prussiano de montagem do poder<sup>71</sup>; e o que decorreu das afinidades no campo das esquerdas, incluindo-se aí, a facção liberal-democrática, antiditatorial, numa comunhão de interesses e idéias a visar soluções alternativas para aquele momento da política nacional. Dessa maneira, os confrontos de idéias se davam em paralelo, indiretamente, já que ambos os lados se recusavam a trocar idéias, seja pela inutilidade ou pela aversão a simples hipótese de reconhecimento de alguma racionalidade no campo ideológico contrário. Era, por assim dizer, um atestado da impossibilidade de se praticar qualquer jogo democrático, uma vez que a aversão se traduzia concretamente numa atitude de negação do outro, impróprio a qualquer tipo de querela.

As questões dominantes nesse diálogo de surdos, que transcorria no âmbito dos grupos políticos e ideológicos reticentes a qualquer tipo de prática do contraditório, eram as do papel do Estado e do significado da Nação. O Estado Nacional, ou o Nacional Estadismo, ou ainda

---

<sup>71</sup> Ver Barrington Moore Jr. *As Origens Sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

o Estado nacional Democrático, todos referentes às proposições de Vargas, de Plínio e de Prestes, para mencionar os seus principais representantes, mas na verdade o Estado Novo, o Integralismo e do Aliancismo (ANL), no qual o Comunismo Brasileiro, através de seu destacamento maior, o PCB, possuía grande influência. Elas tinham em comum algo que era partilhado mundo afora tanto pelas correntes de direita e de esquerda. É claro que em ambas havia diferenças substanciais, porém, trabalhava-se com os mesmos referenciais, porque eram aqueles que dominavam o cenário político de um mundo que só compreendia a sociedade amparada pelo poder do Estado. À linguagem da época sobrepunha-se, no entanto, a das vias em disputa pelo exercício daquele Estado a cumprir o dever histórico junto à sociedade, organismo vivo a simbolizar a presença o ente nacional, numa comunhão indissolúvel. Típica para a época.

O que reforçava mais essa idéia de se creditar ao Estado às tarefas da afirmação nacional dos povos era o empenho dos governos para a superação da depressão econômica de 1929. Assim, no plano da economia criou-se a certeza de que sem o concurso decisivo do Estado não se debelaria a situação ainda recessiva de muitas economias nacionais, e o próprio comércio mundial sofria com essa situação. Daí a fazer-se do Estado um ator preeminente de modo a exercer sua função em setores a depender fundamentalmente da sociedade organizada, era outra questão. Todavia, era no sentido de se dotar o Estado da função de indutor do desenvolvimento, de responsável pela retomada do crescimento, que as iniciativas dos diversos discursos acabaram por consagrar a tese dessa proeminência do Estado sobre a sociedade.

E nesse sentido, tanto a carta de Plínio se encontra presente no contexto, como o contexto explica os termos do missivista. Um contexto no qual as figuras de poder dissimulavam suas fragilidades e seus interlocutores a subalternidade diante das estruturas de poder. E a Carta de Plínio a Vargas deixa isso muito claro.

### **Considerações finais.**

À distância do tempo permite que se vislumbre uma contradição da política da época. Esta se configura na relação entre o apelo às massas, tanto do Integralismo a mobilizar uma grande brigada posta ao serviço de seus objetivos políticos, quanto os comunistas a apelarem para o concurso histórico da classe operária, e o papel dirigente das lideranças dessas forças políticas, cuja carta, por exemplo, passa na cabeça de Plínio por ter mais força persuasiva do

10 a 13 de maio de 2010

que o contingente que mantinha organizado nas fileiras da AIB. Em outras palavras, a convocação das massas funcionava mais como um argumento de convencimento do que de efetiva participação nas decisões políticas. Era mais um recurso do que um efetivo ator a desempenhar papel de relevância.

Por outro lado, há a contradição entre um Estado forte destinado a por em prática uma série de reformas capazes de gerar processos de inclusão social, - vocábulo inexistente à época, por sinal -, e a ausência de mecanismos aglutinadores dessas massas alvos dos propósitos daquele Estado providência. No Entanto, nunca na República ocorreram movimentos ou partidos em condições de integrar em suas fileiras tantos brasileiros ávidos de direitos. A carta, de novo a carta, contém subliminarmente essa contradição, na medida em que a alusão ao movimento integralista, com sua tropa de choque disciplinada, em momento algum é usada como instrumento de pressão por parte de Plínio, convencido estava de que a velha capacidade de congreamento das elites dominantes acabaria por firmar mais um dos pactos na política nacional.

**O riso, o fascismo, o golpe: os usos do passado na candidatura de Plínio Salgado à Presidência da República em 1955**

Rogério Lustosa Victor\*

**Resumo:** A candidatura de Plínio Salgado à presidência da República em 1955 suscitou amplo debate em que os usos do passado foram centrais. O Partido de Representação Popular (PRP), dirigido por Salgado, dizia-se integralista e, portanto, encontrava-se repleto de passado, pois foi nele que o integralismo chegou a ser um partido de massas e com expectativas de chegar ao poder central. Porém, o passado carregava sentidos profundamente negativos ao integralismo e à candidatura de Salgado: risível, fascista e golpista eram adjetivos frequentemente usados para se referir aos integralistas no final dos anos 1930 e nos anos 1940 e, em 1955, voltaram à cena, sendo usados pelos adversários da candidatura perrepista. A derrota de Salgado foi marcada, assim, pelos usos do passado.

**Palavras-chave:** Passado, Integralismo, Plínio Salgado

### **Introdução**

Em 1955, Plínio Salgado foi lançado candidato à presidência da República pelo Partido de Representação Popular (PRP). Tal candidatura suscitou amplo debate no qual os usos do passado foram centrais. Isso porque Salgado havia, nos anos 1930, fundado e atuado como líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), agremiação de cunho fascista. O PRP, por sua vez, criado em 1945, era uma reordenação do integralismo e, assim, carregava um passado repleto de imagens negativas, passado em que discursos de que ele, o integralismo, tratava-se de movimento risível e, ao mesmo tempo, fascista e golpista. Buscaremos então avaliar os usos políticos do passado - enquanto memória social - pelos adversários de Salgado nas eleições de 1955.

### **O riso**

---

\* Doutorando em História na UFG

Nos anos 1930, os discursos ridicularizando os integralistas, chamando-os de galinhas verdes, patéticos e covardes, entre outros adjetivos iguais no que concerne a transformação do integralismo em motivo de chacota, de riso, ganharam circularidade e, ainda em 1955, permaneciam vivos na memória. Essa memória atualizada marcava a candidatura Salgado, a qual não era tratada pela grande imprensa com a seriedade dispensada às demais candidaturas. Em 16 de setembro de 1955, o *Correio da Manhã* descreveu as atividades dos candidatos no dia anterior e mesmo suas agendas para o dia seguinte. Porém, quanto ao candidato perrepista, a publicação naquele jornal saiu com o sugestivo subtítulo “E Plínio...” e ironizou os frequentes discursos feitos por Salgado em que ele dizia que ganharia as eleições com maioria absoluta:

(...) não é preciso falar muito sobre o candidato do PRP: ele tem dito várias vezes que já ganhou, e que será presidente da República com maioria absoluta... Depois dessa afirmação, que poderemos dizer? Só mesmo repetindo a frase de um deputado juarezista, que assim se expressou sobre a “bomba” de Plínio: “Quem sou eu, primo, para contradizer tão alta figura?”.<sup>72</sup>

As eleições aproximavam-se e o *Correio da Manhã* acompanhava diariamente a movimentação dos candidatos. Entretanto, a candidatura do PRP não era levada a sério e o discurso de que ela não passava de algo risível repetia-se. Em 18 de setembro, em matéria intitulada *Às vésperas das eleições: candidatos na corda bamba*, o *Correio da Manhã*, usando o subtítulo *Plínio, o caboclo*, para se reportar à candidatura Salgado, noticiou que havia um novo cartaz de propaganda de sua campanha na qual se via um grupo de nordestinos apáticos assistindo a um de seus comícios e que no cartaz se podia ler: “As palavras do líder caboclo penetram os recessos da alma dos heróis da caatinga. Encontraram em quem votar. Um deles exclamou: - até pagando valia a pena escutar êsse homem!”<sup>73</sup>. E o *Correio da Manhã* assim concluiu a nota: “O cartaz não diz se o comício estava de tal forma hilariante...”<sup>74</sup>.

No dia seguinte, segunda-feira, 19 de setembro, ocorreu comício de Salgado na Esplanada do Castelo, na capital da República. Antes do longo discurso do candidato à presidência, discursou seu genro e correligionário, Loureiro Junior. Em seu discurso, o perrepista, recém chegado de viagem à Paraíba feita com o “Chefe”, disse que lá, o governador, José Américo, decretara ponto facultativo ao funcionalismo para que aquele candidato pudesse ter uma grande recepção popular. E disse, ainda sobre a presença deles na

<sup>72</sup> *Correio da Manhã*, 16 de setembro de 1955, Primeiro Caderno, p. 4.

<sup>73</sup> *Idem*, 18 de setembro de 1955, Segundo Caderno, p. 1.

<sup>74</sup> *Ibidem*.

Paraíba, que o arcebispo reunira o clero e recomendara que todos lutassem por Salgado, o único candidato cristão e nacionalista. O *Correio da Manhã* noticiou o comício com o seguinte título: *Imaginação delirante*, e rebateu as afirmações feitas por Loureiro Junior em tom irônico: “(...) Um deputado do PSD paraibano assustou-se, mas (...) colocou as coisas nos devidos lugares: o governador autorizou realmente a saída mais cedo das repartições, meia hora antes das 17:00 horas, para atender a um apelo que lhe formularam os integralistas. E foi só”<sup>75</sup>. Quanto à suposta recomendação do arcebispo, o *Correio da Manhã* também ironizou: “Novo susto dos representantes paraibanos, que estão na expectativa de um pronunciamento do arcebispo”<sup>76</sup>. E a matéria prosseguia, conferindo sentido ao título (*Imaginação delirante*) e tratando do discurso de Salgado:

Bom exemplo deu o próprio candidato, que do alto do palanque afirmou que estava sendo ouvido no comício por 100 000 pessoas. Sim, 100.000 pessoas, declarou êle com ênfase. Mas todos estavam vendo que no máximo 10.000 pessoas se achavam nas adjacências, computados os transeuntes desprevenidos: é a imaginação delirante do ‘chefe’ e dos seus correligionário<sup>77</sup>.

Mesmo depois das eleições, à medida que se contabilizavam os votos no processo de apuração, o *Correio da Manhã* continuava ridicularizando Salgado e o que considerou seu pífio resultado. Em 11 de outubro, a matéria que noticiava a conclusão das apurações do pleito para a Câmara Municipal de São Paulo e que abordava centralmente a ascensão do Partido Democrata Cristão (PDC) marginalmente criticava o perfil do eleitorado de Ademar de Barros, sentenciando que “a grã-finagem de 400 e menos anos, os novos ricos (viva a inflação!) descarregaram votos no candidato pessepista. Mas isso é minoria”<sup>78</sup>. E o texto prosseguia na recorrente política de ridicularizar Salgado: “Minoria absoluta como a que obteve o sr. Plínio Salgado, o homem da maioria absoluta”<sup>79</sup>. A matéria era relativamente extensa, ocupando 113 linhas em duas colunas e a única parte em que ela referia-se ao candidato do PRP era a acima citada. Mesmo assim, dos 3 subtítulos que faziam a chamada da matéria, um deles centrava-se no candidato do PRP e trazia o frequente ar de chacota: *Plínio conseguiu a ‘minoria absoluta’*<sup>80</sup>.

Portanto, claro está que a grande imprensa dispensava à candidatura perrepista um tratamento que não se confundia com o atribuído aos demais candidatos. Apesar da posição

---

<sup>75</sup> *Idem*, 20/09/1955, Segundo Caderno, p. 1.

<sup>76</sup> *Ibidem*.

<sup>77</sup> *Ibidem*.

<sup>78</sup> *Idem*, 11 de outubro de 1955, Primeiro Caderno, p. 1.

<sup>79</sup> *Ibidem*.

<sup>80</sup> *Ibidem*.

claramente udenista do *Correio da Manhã*, as candidaturas Juscelino Kubitschek e a Ademar de Barros não eram expostas como ridículas ou risíveis. Expressões como “imaginação delirante”, “minoría absoluta”, “cartaz e comício hilariantes”, vistas acima, compuseram uma vasta rede discursiva usada exclusivamente contra os perrepistas e que contribuía para marcar a candidatura Salgado como risível.

Além da chacota que se fazia da candidatura perrepista, os integralistas/perrepistas depararam-se com discursos de outra natureza, mas que também os atingiam gravemente. Eram discursos centrados em temas por demais perturbadores quanto ao passado integralista, quais sejam, a natureza fascista do integralismo e o golpe de 1938, temas a ele ligados de modo ameaçador. Melhor que tanto um quanto o outro fossem esquecidos. Mas a incômoda lembrança era permanentemente exposta a todos, impedindo-lhes o salutar esquecimento.

### **O fascismo**

No decorrer da campanha, estrategistas da candidatura Juarez Távora da UDN viam maior proximidade entre o eleitor de Salgado e o de Juarez que entre o eleitor daquele e o dos outros dois candidatos. Supunham que, na ausência da candidatura do PRP, a maioria dos votos deste partido migraria para a UDN. Partindo desta avaliação, em 20 de setembro de 1955, o destacado membro da UDN, Carlos Lacerda, encontrou-se com Salgado, no intuito de convencê-lo a retirar sua candidatura em prol da candidatura udenista, já que, segundo a interpretação udenista, aquele não possuía chance alguma no pleito que se aproximava. Porém, Salgado mostrou-se irredutível diante de tal possibilidade. O *Correio da Manhã*, ao noticiar o encontro no dia seguinte, assim se reportava ao fato:

Fizeram os dois primeiros ‘Lacerda e uma correligionária’ uma sondagem sobre as possibilidades de o candidato do PRP desistir em favor do Sr. Juarez Távora. Sabido é que o ex-chefe do fascismo brasileiro não tem qualquer possibilidade eleitoral. Não obtiveram nenhuma palavra favorável do Sr. Plínio Salgado, que se mostra disposto a comparecer às urnas e a receber os votos de alguns integralistas e daqueles que discordam das outras candidaturas<sup>81</sup>.

O *Correio da Manhã* ao referir-se a Salgado como o ex-chefe do fascismo brasileiro trazia para o presente os discursos atinentes ao passado que tachava o integralismo de fascismo e, ao fazê-lo, atualizava uma crítica que desqualificava o candidato perrepista, o

---

<sup>81</sup>*Idem*, 21 de setembro de 1955, Segundo Caderno, p. 1.



qual, afinal, se insistia em comparecer às urnas, era para receber uma ridícula votação: somente de alguns integralistas e daqueles que discordavam das outras candidaturas.

Em 24 de setembro, o *Correio da Manhã* noticiou debate ocorrido na Câmara dos Deputados entre os parlamentares Nestor Duarte (Partido Libertador – BA), Loureiro Junior (PRP – SP) e Ponciano dos Santos (PRP – ES). Na sessão, Nestor Duarte subiu à tribuna para provar – como prometera dias antes que o faria - que o integralismo nascera do nazi-fascismo. E o deputado baiano, para tal, recorreu ao passado e assim proferiu: “(...) para compreender o problema, se tornava necessário um retrospecto histórico, remontando-se à época em que o totalitarismo assustara o mundo, no segundo quartel deste século, liderado por Hitler, Mussolini e Hiroito”<sup>82</sup>. Portanto, para se entender a doutrina integralista, defendida pelo PRP, era preciso buscá-la em suas raízes (que, aliás, dava o título à matéria: *As raízes do integralismo*) e, ao encontrá-las, depararíamos com uma doutrina totalitária, como o deputado Duarte prosseguia na tribuna explicando a posição de Salgado nos anos 1930: “Começaram as suas afirmações totalitárias: a preeminência do Estado sobre o indivíduo; os valores espirituais preterindo as atividades econômicas; o partido único organizado em moldes para-militares; e a simbologia dos gestos e ‘slogans’ nos moldes nazi-fascistas”<sup>83</sup>. E, para não haver dúvidas do que se tratava aquilo tudo, ele terminou equiparando Salgado à Hitler e Mussolini: “ - Também Mussolini e Hitler assim procederam”<sup>84</sup>.

Assim, para os indivíduos que atuavam no PRP e, especialmente, para os que além de nele atuarem, militaram na AIB, o passado insurgia perturbadoramente. E do passado advinha à acusação de fascista, a qual se repetia insistentemente.

## O golpe

Se as dificuldades para o PRP de dispor-se na cena política já eram significativas, tendo ele que enfrentar a acusação de fascista e, ao mesmo tempo, a vulgarizada visão de que se tratava de movimento risível, no caso das narrativas respeitantes ao Golpe de 1938, essas dificuldades ganhavam mais um agravante, que era o da corrosão interna: os testemunhos extremamente prejudiciais ao partido surgiam das próprias orlas integralistas. Narrativas quanto ao golpe de 1938 de ex-integralistas eram lançadas na grande imprensa e elas diferenciavam-se rigorosamente do discurso que os integralistas no PRP convencionaram

---

<sup>82</sup> *Correio da Manhã*, 24 de setembro de 1955, Primeiro Caderno, p. 1.

<sup>83</sup> *Ibidem*.

<sup>84</sup> *Ibidem*.

colocar público. Nuno Barbosa de Oliveira e Silva, almirante da reserva e ex-integralista que havia participado ativamente das ações relativas ao golpe de 1938 e Belmiro Valverde, médico ligado a AIB do Rio de Janeiro, e que chefiou politicamente a ação armada de 11 de maio de 1938, foram personagens centrais desse embate.

Valverde, com o fracasso do golpe de 1938, foi preso pela repressão estadonovista e assim permaneceu por vários anos. Nas eleições de 1955 ele apoiou a UDN e, em setembro, já perto do pleito que ocorreria em 3 de outubro, passou a dar declarações públicas quanto ao referido golpe, nas quais Salgado aparecia como covarde e desleal. Em 9 de setembro, em entrevista à imprensa e publicada no dia seguinte em vários jornais, entre eles o *Correio da Manhã* e *O Globo*, Valverde explicou a partir de relatos sobre o golpe de 1938 os motivos que o levaram a romper com Salgado:

(...) Aceitas essas condições, vi depois que o Sr. Plínio Salgado não cumprira o prometido. Depois de dada a ordem e evidenciado que o movimento fora vencido (...) o Sr. Plínio Salgado negou-se terminantemente a assumir qualquer responsabilidade pelo fato. Situação diferente tivemos nós. Presos e sob as mais variadas ameaças, rasgamos sua carta a nós dirigida sobre o assunto e eliminamos qualquer documento capaz de comprometê-lo. Por isso, enquanto todos nós padecíamos no cárcere, ele pôde embarcar para Portugal. Ali, a despeito de ser um homem válido e de comprovada capacidade intelectual, viveu às custas do movimento e dos heróicos integralistas que ficaram no país<sup>85</sup>.

Covardia, injustiça e deslealdade caracterizavam no discurso de Valverde o Chefe-Nacional. Valendo-se de suposta ascendência sobre vários integralistas, ele, na citada entrevista, pediu aos seus ex-correligionários que votassem em Juarez Távora e não em Salgado. Assim, o *Correio da Manhã* exporia tal posição em matéria intitulada *Antigos chefes do Integralismo resolvem apoiar a chapa Juarez-Milton*<sup>86</sup>.

O *Correio da Manhã* insistentemente desqualificava Salgado e, muitas vezes, para tal, recorria à entrevista de Valverde ou às falas que a ela se reportavam. No dia 15 de setembro daquele mesmo ano, o jornal publicou nota na qual se divulgava o Voto de Louvor concedido pela Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro ao jornalista Vicente Lima por reportagem publicada em revista da capital (não foi divulgada em qual), denunciando que João Goulart, candidato a vice-presidente da República pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), era dono de um *Cabaret* em São Borja (RS), local onde também se exploravam jogos de azar. O *Correio da Manhã* não perdeu ocasião para finalizar a nota, colocando, à parte, que o

<sup>85</sup> *Correio da Manhã*, 10 de setembro de 1955, Segundo Caderno, p.1.

<sup>86</sup> *Ibidem*.

vereador Magalhães Júnior “asseverou que também o sr. Plínio Salgado, que tem diploma de covarde dado pelo sr. Belmiro Valverde, também é favorável à exploração do jogo (...)”<sup>87</sup>

As narrativas de Valverde eram ameaçadoras, pois que capazes de quebrar a unidade nas fileiras do PRP quanto à compreensão de fatos marcantes do passado integralista e ainda o eram porque referendavam narrativas que desprestigiavam o chefe integralista. Valverde havia sido um dos atores centrais no golpe de 1938 e, portanto, testemunha ocular que poderia narrar o que vira com certa autoridade.

Toda testemunha quer ser acreditada e supomos que as falas de Valverde têm um apelo do gênero “Eu estava lá” e “Se não acreditam em mim, perguntem a outra pessoa”<sup>88</sup>. Neste sentido, o testemunho de Nuno Barbosa de Oliveira e Silva, também ex-integralista e partícipe naquele golpe, aumentou o problema para o PRP em relação ao seu passado, pois referendava as narrativas de Valverde. Em 16 de setembro, o *Correio da Manhã* publicava as seguintes declarações de Oliveira e Silva: “(...) apesar de não falar com o sr. Belmiro Valverde desde quando estivemos presos em Fernando de Noronha, confirmo integralmente suas declarações por representarem a verdade nua e crua dos fatos ocorridos em 1938 (...)”<sup>89</sup>. E se a confiabilidade do testemunho advinha de sua reputação, Oliveira e Silva, ao reforçar o valor do testemunho de Valverde, também se serviu desse estratagema ao dizer que “(...) o sr. Belmiro Valverde é um homem cujo passado digno e honrado não lhe permitiria falsear a verdade”<sup>90</sup>. Portanto, tratava-se de argumento credenciador do testemunho, o que autenticava a sua narrativa. Ao mesmo tempo em que Oliveira e Silva ressaltava de forma positiva a dimensão fiduciária do testemunho de Valverde, ele desqualificava a de Salgado, atacando exatamente a reputação deste:

Ao passo que do sr. Plínio Salgado, nesse particular, - com base em fatos comprovados e documentos que possuo - não posso dizer o mesmo. Foi um chefe que pecou pela vacilação e falta de coragem nos momentos mais difíceis. Fugiu às responsabilidades de chefe de um movimento doutrinário e demonstrou, em várias oportunidades, ter agido deslealmente (...)”<sup>91</sup>.

Vacilante, covarde e desleal eram características do “Chefe” segundo o testemunho de Oliveira e Silva, pessoa que corroborou as declarações colocadas a público por Valverde. O testemunho ocupou o espaço público trazendo o passado para o presente e, com tal passado

<sup>87</sup> *Idem*, 15 de setembro de 1955, p. 1.

<sup>88</sup> RICOEUR, 2007, p. 173.

<sup>89</sup> *Correio da Manhã*, 16 de setembro de 1955, Primeiro caderno, p. 9.

<sup>90</sup> *Ibidem*.

<sup>91</sup> *Ibidem*.

atualizado na memória social, o bom desempenho do PRP na vida pública ficava seriamente comprometido.

### **Considerações finais**

Na realidade presente o passado para o PRP não passava e era por meio de representações do passado que ele era sempre questionado. Nesta realidade presente, repleta de passado, os antigos integralistas inseriam-se, mas não conseguiam representatividade significativa. A nossa suposição é a de que se as representações do passado do integralismo, bastante vulgarizadas pela grande mídia, caracterizando-o como risível, fascista e golpista, impuseram a ele relativo veto; mas, por outro lado, o PRP, naquela eleição foi sufragado por centenas de milhares de eleitores (714 379). O PRP, portanto, não se deparava apenas com o passado que a ele impunha o veto, também narrativas oriundas de uma memória interna do grupo (da memória coletiva integralista), sustentavam um passado que legitimava a ação política integralista. Na memória integralista, o passado era outro. Se, em algum lugar, há embate entre a história e a memória, não é aqui a arena em que ele se dá. No espaço público em que os atores políticos digladiam-se em busca de poder, a memória, por meio do testemunho, é senhora. Mas, ela sim, a memória, entrou em disputa. Há uma memória integralista, legitimadora do passado integralista, da honra de Salgado e, portanto, da candidatura perrepista que, no entanto, não foi objeto de reflexão neste pequeno artigo; e, por outro lado, há uma memória social, mais amplamente compartilhada, que, ao contrário, desmerecia o integralismo e dificultava, portanto, sua reinserção na vida política. O PRP vagava entre as memórias que o vetavam e as que o uniam.

### **Bibliografia**

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra – a formação do PRP (1945-1950)*. (Coleção história). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CARNEIRO, Márcia. *Memória e integralismo: um estudo da militância no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, UFF, Rio de Janeiro, 2002.

CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo; memória e fim do fim da história*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1955.

DOTTA, Renato Alencar, POSSAS, Lídia M. V., CAVALARI, Rosa M. F. (orgs.). *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo Público do Município de Rio Claro, 2004.

GONÇALVES, Leandro Pereira . A intelectualidade periférica: o pensamento nacionalista de Plínio Salgado. In: XI Congresso Internacional da ABRALIC, 2008, São Paulo. Anais do XI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada. São Paulo : ABRALIC, 2008. p. 1-7.

HARTOG, François. *Regimes d'historicité – présentisme et expériences du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SALGADO, Plínio. *Livro verde da minha campanha*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira S. A., 1956.

SANDES, Noé Freire. *Entre a memória e a história: os exilados da velha república*. In: GONÇALVES, Ana Teresa Marques et alii (orgs.). *Escritas da história: memória e linguagem*. Goiânia: UCG, 2004.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

VICTOR, Rogério Lustosa. *O integralismo nas águas do lete: história, memória e esquecimento*. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

## **Culturas Políticas Autoritárias nas Décadas de 1930 e 1940**

### **Adonias Filho e o combate ao homem liberal-marxista**

Robson Dantas\*

**Resumo:** Este artigo evidencia o entrelaçamento entre catolicismo e política no ensaio *Renascimento do Homem*, de Adonias Aguiar Filho, escritor baiano de extensa carreira e obra literária, que ficou conhecido por seus romances “metafísicos” e “apolíticos”.

**Palavras chaves:** História Política; História Intelectual; Nacionalismo.

O objetivo deste artigo é analisar as referências teóricas e políticas que marcaram o início da carreira de Adonias Aguiar Filho (1915-1990), com ênfase em seu ensaio *Renascimento do Homem*. Nascido em Itajuípe-BA, escreveu vários romances, entre eles, *Os Servos da Morte*, *Memórias de Lázaro* e *Corpo Vivo*, que tematizam os dramas engendrados pela sociedade cacauera de Ilhéus-BA e região. Durante anos, exerceu a atividade de crítico literário, escrevendo em vários jornais do Rio de Janeiro e de S. Paulo. Também foi dirigente de importantes órgãos da sociedade civil e da cultura, como a ABI e o Conselho Federal de Cultura. Ao longo de sua carreira fez questão de parecer distante da política e ressaltar os seus vínculos com a literatura. De certa forma, os críticos literários que recepcionaram a sua obra acabaram por confirmar o lugar de autor que o próprio Adonias Filho projetou de si, a de autor “metafísico” e “apolítico”.

Neste artigo, interessa mapear o tecido compósito de idéias e teorias que ele agenciou no ensaio político *Renascimento do Homem*, que, a meu ver, onde estariam entrelaçados os seus pressupostos artísticos, católicos e políticos, com profunda ressonância em sua obra literária.

### **Renascimento do Homem**

Esse ensaio <sup>92</sup> de Adonias Filho, escrito em 1937, aos vinte e dois anos, poderia ser inscrito no campo de forças que opunham de um lado integralistas e de outro os comunistas.

---

\* Professor do DFCH / Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus-BA, robsondantas@uol.com.br

Conforme Eliana Dutra, analisando os anos 30, na época, em toda parte era a hora de temas e imagens portadoras de uma finalidade “organicista” ou “totalitária”.<sup>93</sup>

Vejamos como em *Renascimento do Homem* Adonias Filho constrói o diagnóstico acerca do homem liberal-marxista, símbolo do “mundo moderno”, figura que depois será (re) trabalhada através de alegorias em seus romances sobre a sociedade cacauzeira do Sul da Bahia.

*Renascimento do Homem* foi escrito “em seus anos verdes de Integralismo”,<sup>94</sup> concebido como história das doutrinas; seu objetivo seria o de demonstrar que a Renascença desencadeou o naturalismo, o racionalismo, o cientificismo, movimentos que engendrariam

---

<sup>92</sup> É possível que o ensaio *Renascimento do Homem* se inscrevesse também no interior de uma luta nacional e internacional dos católicos frente à cultura e à política laicas. Segundo Amoroso Lima, a Igreja católica desde a Revolução Francesa foi jogada para uma “posição reacionária”. Daí uma série de encíclicas de condenação do pensamento moderno. O movimento de “fechamento” se interrompeu com a “Rerum Novarum”, de Leão XIII, em 1891. Nessa, mantém-se a reprovação dos pressupostos da cultura moderna, mas se coloca em uma posição “construtiva”. Ou seja, prevalece a visão de que a Igreja tinha de praticar a política no sentido de “cristianizar” o capitalismo, sob a égide da doutrina social católica. Entretanto, a costura política interna dessa orientação foi um processo bastante conflituoso e tenso. Na Igreja não havia consenso quanto à política de realinhamento pragmático de Leão XIII perante os regimes republicanos europeus. Católicos integristas, jesuítas e modernistas se constituíram nos três principais grupos que tentaram influir na orientação do poder eclesiástico. As posições de centro, defendidas pelos jesuítas, tenderam a ser a orientação da política do Vaticano no final do XIX. No entanto, os integristas, (termo utilizado só a partir de 1910) ascenderam durante o papado de Pio X (1903-1914), e representaram uma orientação europeia do catolicismo, politicamente de extrema-direita, com força na Itália, na França e na Bélgica, países onde a esquerda católica intelectual estava mais organizada. Na França, onde coincidiam com o ultramontanismo, apoiaram o movimento da *Action Française* e opuseram-se a qualquer modernismo político e religioso. Historicamente, os integristas atuam desde o começo do século XIX (até os dias de hoje) e sua estrutura acolheu tradicionalistas, ultraconservadores, ultra-ortodoxos e adversários antimodernos de várias inspirações; em síntese reuniam a extrema direita católica. Pautam-se por algumas posições: a defesa da infalibilidade de certos papas; defesa intransigente dos valores católicos ameaçados pelos efeitos da modernidade; compartilham o diagnóstico de que o advento da modernidade desagregou a ordem social e política medieval; defendem a volta integral da sociedade cristã. Ou seja, a sua luta desde sempre era impedir que as mudanças do mundo laico ameaçassem por dentro a “integridade da religião católica”. Em nível de Brasil, a divisão interna da Igreja entre os anos 1920 e 1930 merece um rápido comentário, a começar por Jackson de Figueiredo, considerado um dos principais nomes do pensamento católico conservador. Por sua influência, o pensamento católico brasileiro nos anos 20 situou-se à direita do Vaticano. Aqui, interessa destacar a tendência espiritualista desse autor, com a qual Adonias Filho parece mais afinado. Influenciado por Joseph de Maistre, sua reflexão católica fundava-se no sofrimento humano (sentido da existência) à semelhança do sofrimento de Jesus Cristo. “A manifestação suprema do homem dava-se no sofrimento, forma de contato íntimo com o Ser, que seria o mesmo que a verdade: o único conhecimento absoluto. Na visão trágica do mundo presente em Jackson o sofrimento é o fato fundamental”. Ele concebia a Igreja como instituição capaz de equilibrar o homem, a garantia de conforto espiritual. Todavia, não a concebia fechada em uma atitude de passividade, pois ela tinha de interferir na cultura e na política laicas, por ser a cátedra da verdade. Mesmo após a sua morte, em 1928, as suas idéias reverberaram no laicato, por meio do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*, que passou a ser dirigido por Alceu Amoroso Lima. Autores e obras pesquisados: Luiz Werneck Vianna. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, 1978, p. 157/158; Alceu Aroso Lima. *Memórias Improvisadas*, 1973, pp. 238/239; Antonio Gramsci. *Cadernos do Cárcere*, 4º volume, pp. 153/154; Antonio Flávio Pierucci. “Fundamentalismo e integrismo: os nomes e a coisa”. *Revista USP*, nº 13, março/abril/maio de 1992, pp. 150/151; Romualdo Dias. *Imagens de Ordem: Doutrina Católica sobre a Autoridade no Brasil (1922-1933)*, 1996, p. 71.

<sup>93</sup> Eliana Dutra. *O Ardil Totalitário*, para quem o discurso integralista e o discurso comunista, de 1935-1937, agenciam temas e idéias-imagens de uma sociedade totalitária.

<sup>94</sup> Hélio Pólvora. “Palavras e Imagens de Adonias Filho”. *Memorial de Outono*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 84.

fases, períodos, etapas, que levariam a destruição da civilização cristã e a emergência do regime “liberal-marxista”.

Em seu diagnóstico, a doutrina “liberal-marxista” teria destruído pouco a pouco os laços do homem com a fé, com Deus e com a moral, fazendo-o regredir ao primitivismo. Portanto, o homem moderno teria surgido de um “erro filosófico” derivado da concepção científica do mundo; erro que começou no Renascimento e descortinou para o homem novas perspectivas na ciência, criando novos métodos de investigações e de experimentações, sob o critério científico. O resultado teria sido extraordinário para a mente humana, que ganhou uma grande capacidade de análise de todas as coisas naturais. Entretanto, com o tempo, isso resultaria em um alto preço: o naturalismo, o racionalismo e o cientificismo teriam provocado uma revisão radical da ideia de Universo, inclusive, deslocando o sentido de homem, que passou a ser visto apenas como ser natural, sem espiritualidade.

Para Adonias Filho, a Idade Média foi um momento importante de recuperação do homem. Nesse sentido, tudo indicava que, após uma longa vida primitiva e pagã decorrente da Queda motivada pela rebelião contra Deus, ele caminhava para reconstituir a sua espiritualidade e voltar a ter uma conduta moral. Nesse processo de reconstituição de sua interioridade espiritual, a Igreja Católica medieval lhe teria dado um sentido para a vida, reconduzindo-o à unidade entre corpo e alma.

Entretanto, o medievalismo enquanto regime social foi ruim para o cristianismo. Se por um lado, ajudou o homem a se concentrar espiritualmente, por outro, cometera excessos que resultaram em uma época de opressão, origem de uma segunda rebelião. O efeito foi ruinoso, porque, ao revoltar-se contra o regime medieval, ele rebelou-se, inconscientemente, contra o cristianismo. Daí teria nascido o Renascimento, movimento de ideias que viria impor o paradigma do homem primitivo ou natural, ensejando, posteriormente, a criação do homem “liberal-marxista”.

Na avaliação de Adonias Filho, o Renascimento teria levado o homem moderno a autoglorificação, ou seja, ele passou a “julgar-se força, movimento e causa da vida e de tudo”. Livre da Igreja Católica, o homem criaria uma nova doutrina filosófica, política e social, embora não de imediato, já que foi preciso alguns séculos para que a filosofia, de base racionalista penetrasse no espírito do tempo e na mente dos homens.

Na criação dessa nova doutrina, sob pressão, o homem se viu obrigado a buscar uma atitude passada, antiga, fazendo então renascer o naturalismo. Foi daqueles tempos pagãos que o homem tirou a sua filosofia anticristã, seus princípios, conceitos, postulados, sua



doutrina filosófica, sua orientação política, sua posição social, enfim, tudo o que seria “anticristão”. Assim, o naturalismo (e a consciência antropocêntrica), teria feito renascer os caracteres primitivos de ser humano: a revolta e a belicosidade. Dominado e orientado pelos instintos, ele sacrificaria o espírito, o único elemento que o distinguiria dos outros seres da natureza. Necessitando de outra força que não a sua, ele a teria buscado fora de si: encontrou-a na natureza:

Realizou, então, uma penetração na natureza. Imitou-a. Libertou os seus instintos à maneira dos ‘animais’ que ela criava. E, como os ‘animais’ ficou existindo sem sentimentos, sem os sentimentos que lhe cedia uma qualidade humana. Ficou inumano com a penetração na natureza. Adquiriu, com a penetração, os caracteres que definiam o tipo primitivo e pagão. Formou com os caracteres, um só caractere que viria influir na arte e na vida. Formou o naturalismo. O naturalismo ficou existindo como a significação de: força da natureza. E ficou existindo como força extrínseca indispensável à glorificação intrínseca do homem. Ele, o naturalismo, desempenharia as funções de construtor. Modelaria o espírito do homem, o espírito encarregado de absorver e explicar o belo. Construiria dentro do homem um novo senso estético.<sup>95</sup>

O naturalismo se tornou o eixo da vida, seu movimento e causa, e deixou o mal que nele existia desenvolver o egoísmo. Apoiando-se nele, o homem voltou-se para o seu próprio interesse, julgou-se maior que os próprios semelhantes. Nasceu assim o individualismo. Aí começava a se configurar o novo homem, profundamente egoísta, com a vontade de querer todas as coisas; não se contentado com o seu entorno, ultrapassou fronteiras e passou a dominar todas as partes do mundo.

O triunfo do naturalismo foi decisivo, pois suprimiria o sentido cristão-medieval e o homem sobrenatural. Encerrando-se o período do antropocentrismo logo sucederia outro tão nocivo e degradante quanto ele, o cientificismo, que se inicia para “manter, aperfeiçoar e prolongar os caracteres em formação”.

Através do cientificismo, o homem foi pouco a pouco suprimindo a fé. Mas isso não teria sido de imediato, ocorrendo paulatinamente por intermédio de uma luta renhida entre razão e fé. No seu centro estaria a questão da “verdade”, a verdade científica e a verdade religiosa. Nessa luta, a verdade moral da religião seria destronada restringindo-se a uma só, a da ciência: “é uma verdade que se origina mesmo do conhecimento, uma verdade que se conhece, com Descartes, através da experiência e da dedução. Conhece-se a verdade mediante o entendimento guiado racionalmente. A verdade existe em função da razão. E existe em

---

<sup>95</sup> Adonias Aguiar Filho. *Renascimento do Homem*. Rio de Janeiro: editora Schmidt, 1937, pp. 28/29.

função da utilidade. Uma verdade que não venha do conhecimento racional de uma coisa – é um erro, não é verdade”.<sup>96</sup>

No entendimento de Adonias Filho, a verdade proveniente da fé religiosa se manifestaria pela fé; tratava-se, portanto, de uma verdade revelada, por isso sobrenatural, já que “não se revela pela luz natural da razão, mas pela autoridade de Deus, que não pode enganar-se ou enganar-nos”. A fé religiosa exporia uma verdade que seria antitética à verdade formulada pela filosofia do homem renascentista. A verdade religiosa saiu do campo do conhecimento do mundo físico e ficaria restrita ao campo da moral.

No fundo, a filosofia racionalista procurava a “independência integral” da razão, para que definisse os rumos da ciência. Pouco a pouco ela passaria a ser o elemento caracterizador do ser humano: “a razão adquire uma soberania absoluta e penetra na vida para caracterizar a vida”.<sup>97</sup>

No diagnóstico de Adonias Filho, no fundo, não haveria antagonismo entre o liberalismo e o marxismo, pois se tratava de sistemas com a mesma origem filosófica. Assim, em sua genealogia, a fase marxista existe em absoluta identidade com a fase liberal, mas os marxistas se projetariam como movimento doutrinário sem qualquer ligação com o capitalismo. No entanto, eles reproduziriam integralmente os princípios liberais. O próprio Lênin teria destacado a continuidade: “o grande mérito da exposição de Marx é também continuar fiel à dialética e a teoria da evolução, considerando o comunismo com alguma coisa que nasce do capitalismo, por via de desenvolvimento”.<sup>98</sup> A passagem de uma fase a outra ocorreria por meio da “evolução de identidades”: política, econômica, cultural e moral. Elas evoluiriam de forma teórica e prática com o interesse de completar um “fim”, que seria a fase marxista.

Para Adonias Filho, no tocante à identidade política, Rousseau teria sido o primeiro a formular o princípio da igualdade e lhe teria dado uma significação política. Ela evoluiu para outra, a de Robert Owen, que a relacionaria teoricamente com a “igualdade econômica de bens”. Mas, apenas com a insurreição de Babeuf o “princípio igualitarista” se tornaria bandeira de luta dos movimentos sociais, qualificando-se de “igualdade política para igualdade econômica na consciência dos trabalhadores”. “Quando completou o desenvolvimento e reconheceu sua necessidade, agora, como uma necessidade de igualdade

---

<sup>96</sup> Adonias se baseia em Henri de Man. *Socialismo Constructivo*. Conforme, *Renascimento do Homem*, p. 62.

<sup>97</sup> Adonias Filho se baseia em José Bellarini. *Compendio de Apologia Del Cristianismo*. Conforme *Renascimento do Homem*, p. 64.

<sup>98</sup> Adonias se baseia em Lênin. *O Estado e a Revolução*. Conforme *Renascimento do Homem*, p. 140.

econômica: engendrou o marxismo”. Babeuf preconizaria no *Manifesto dos Iguais* (1795) o advento da ordem revolucionária, em outros termos, assinalaria o fim da fase liberal e o nascimento da fase marxista. Para este revolucionário, a Revolução francesa teria sido a precursora de outra revolução maior, a última da história, a revolução socialista, onde nasceria um “mundo sem classes”.

No *Manifesto Comunista* (1848), Karl Marx construiria um princípio filosófico para a igualdade econômica, anunciando o fim das classes sociais por meio de uma sociedade comunista. Todavia, por necessidade histórica de “aperfeiçoamento político”, a transição entre uma fase e a outra dependeria de um longo percurso de sufrágio universal.<sup>99</sup>

Dessa forma, Adonias Filho reitera que não haveria um antagonismo, quer econômico, político e filosófico, entre os princípios liberais e marxistas, como estes sempre apregoaram. O antagonismo existente na sociedade seria de outra ordem: não se localizaria entre uma classe e outra, mas entre o homem e o próprio homem. O antagonismo, assim, estaria no interior, estaria no ser, e provinha de sua origem pagã em luta contra a civilização que esta sempre recusou.

Por esse raciocínio, o “erro de Marx foi ver a classe”; por outro lado, se tivesse visto e privilegiado o homem, teria acertado. Claro que, em virtude de ter percebido “apenas o homem na classe, e o sofrimento exclusivo da classe proletária, engendrou o que precisamente deveria engendrar: uma luta de classes”. Para que se resolvesse o conflito íntimo do ser humano, Adonias Filho propôs como terapia a “cristianização da vida”. O homem teria de realizar “uma revolução espiritual dentro de si mesmo, negando a sua vida pagã contemporânea e afirmando a vida cristã, esquecida”.<sup>100</sup>

Ainda, na abordagem das similitudes entre as identidades políticas e as categorias de análise emergentes nas explicações do mundo moderno construídas pelo liberalismo e pelo marxismo, Adonias Filho assinala que outras mediações aproximariam o homem individualista e o homem massa. Dessa maneira, assim como o indivíduo existiria para fase liberal, de maneira análoga a massa colocou-se para a fase marxista: “O indivíduo ampliado, exagerado, congregado a outros, eis o que é a massa. Mudemos de linguagem e tudo está esclarecido: ampliaram o individualismo e, em seu lugar, puseram o coletivismo que é o individualismo mesmo, exagerado”.

---

<sup>99</sup> Idem, *ibidem*, pp.143/144. Sobre o desenvolvimento do igualitarismo entre as fases liberal e marxista, Adonias Filho se baseia em: Alceu Amoroso Lima. *Política e Problema da Burguesia*; Octávio de Faria. *Destino do Socialismo*; Henri de Man. *Socialismo Constructivo*; Marx Beer. *História do Socialismo e das Lutas Sociais*.

<sup>100</sup> Idem, *ibidem*, p. 159.

Nesse sentido, os filósofos do liberal-marxismo quiseram realizar o impossível: construir um “fim” do problema humano. Eles pensaram que reformando o regime social estariam dadas as condições para o surgimento do ser perfectível. Marx tentou fazer o que Rousseau não conseguira: “extinguir o conflito íntimo do ser humano, reformando o regime social”. Para Adonias Filho, em se tratando de regeneração, a alma é o atributo mais importante e interesse no homem. Nela estaria a solução do problema humano:

Existe uma alma, a cristã, e a solução é simples: fazer com essa alma ocupe o seu lugar no corpo do homem liberal-marxista. E no momento em que isto se faça, cessará a exigência da vida interior, porque, desde que o homem adquira a alma cristã, também, adquirirá uma vida cristã. É apenas um trabalho de trazer ao homem aquilo que o homem afastou. Logo que o infra-homem se complete integrando-se na verdade vida, desaparecerá de si o seu ódio contra a civilização e, conseqüentemente, deixará de ser infra-homem para ser homem.<sup>101</sup>

Em relação à identidade moral, o autor entendia que a antítese entre ciência e religião teria sido outro fator de desequilíbrio. O homem sem o sentimento religioso não conseguiria dispor de sua vontade livremente. Na Idade Média, o cristianismo dotou o homem do “problema moral”, isto é, da capacidade de discernir entre o bem e o mal; entretanto, o cientificismo “falso” lhe suprimiria a moral e ele teria ficado apenas com o “problema”. Destituído do problema moral, desde então a sua vida vinha sendo de conflito interior, de desorientação, pois passaria a confundir o bem com o mal e vice-versa.

O liberal-marxismo suprimiu o direito humano de auto-orientação, por isso teve de criar o Estado para contê-lo. O Estado moderno seria um “princípio” do liberal-marxismo, em razão de haver negado a liberdade humana de distinguir o bem do mal, aceitou apenas o mal. “É, portanto, o mal quem manda no mundo hoje, o que não será amanhã, com a ascensão marxista, quando apenas exista o homem sem o Estado?”.

### **Teológico-político**

Explorarei três questões suscitadas pelo ensaio *Renascimento do Homem*: em se tratando de um texto destinado ao público leitor supostamente “indiferente”, “cético” e desconhecedor da doutrina filosófica do liberalismo e do marxismo, que tipo de procedimentos discursivos Adonias utilizou para tornar a sua mensagem eficaz? Em sua contraposição ao homem moderno, em que bases teóricas ele construiu a concepção de

---

<sup>101</sup> Adonias Filho. *Renascimento do Homem*, p. 313.

homem espiritual? Qual seria a teoria da história que fundamentou suas convicções e argumentação?

A sua justificativa sobre a necessidade de enfrentamento e superação dos propósitos e domínios liberais e dos marxistas definiria bem o lugar que ocupava no embate de forças políticas de 1937: um católico que se aliou ao Integralismo para combater e extirpar a doutrina liberal-marxista. E que procedimentos escolheu e praticou para enfrentá-los pelos recursos do campo discursivo – especialmente ensaios de cunho político, de crítica literária e romance - ou seja, seu combate se configurou através de ideias os adversários?

*Renascimento do Homem* foi escrito para atingir o público leitor católico, supostamente confuso em diferenciar liberalismo e marxismo. Assim, o esforço de Adonias Filho seria o de demonstrar que um e outro seriam “irmãos siameses”, portanto, deveriam ser combatidos doutrinariamente.

A sua argumentação segue o “modus operandi” do discurso integralista, ou seja, o trabalho com ideias-imagens, em vez de conceitos. Nesse trabalho, visando a eficácia “o discurso opera de três maneiras: por simples justaposição de imagens, por transformação de um conceito em uma imagem, e enfim, por associações livre de imagens”.<sup>102</sup>

Dessa maneira, em seu raciocínio a fase liberal prefiguraria a fase marxista, a passagem de uma a outra aconteceria de forma automática, não havendo, portanto, descontinuidade histórica. O mesmo ocorreria no nível das ideias, no qual um pensador prefigurava as ideias de outro no contínuo da história, e onde haveria um fim já determinado. Nesse *parti pris*, o racionalismo de Descartes prefigurou o estado científico de Comte, e este o mundo sem classes de Marx. Assim uma imagem se justapõe a outras sem conexão aparente e imediata com ela, ou em outros termos, o texto procura tornar inteligível para o destinatário a imagem de que a história caminhava para a fase marxista.

Adonias Filho utilizou também a livre associação de imagens. Adota esse procedimento com o intuito de positivar a ideia principal de seu discurso: “a luta principal não está entre a razão e a fé, entre a política e a moral, entre a mecânica e arte, e não está entre a classe e a classe, entre o homem e o homem. Está apenas no homem para consigo mesmo”.<sup>103</sup>, mas também para alertar (e atemorizar) o destinatário (indiferente ou cético).

As frases retiradas do *Manifesto Comunista* dão o tom da escalada comunista: o marxismo visa “organização do proletariado como classe, destruição da supremacia burguesa

---

<sup>102</sup> Marilena Chauí. “Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira”. Marilena Chauí e Maria Sylvia Carvalho Franco. *Ideologia e Mobilização Popular*, 1978, pp. 31/32; pp. 40/43.

<sup>103</sup> Adonias Filho. *Renascimento do Homem*, pp. 155/156.

e conquista do poder político pelo proletariado”. Reiterou a ameaça, afirmando que “o comunismo suprimirá a independência pessoal, a vontade humana e extinguirá a liberdade” e o resultado seria a anarquia: “e as conseqüências, conseqüências nascidas das identidades, de todas as identidades, das que vêm do setor político à esfera moral, demonstram esta inclinação do mundo para anarquia absoluta”.<sup>104</sup>

Mas ao tempo que atemorizava o leitor, também o apaziguava, afirmando que a fase marxista não se efetivaria, pois o ceticismo, a indiferença, o combate dos movimentos nacionalistas indicavam a sua não-objetivação. “A atitude de combate expande-se e penetra no mundo”. Expande-se e procura “extinguir universalmente o marxismo”.

Ainda na associação de imagens, projetou a Europa como lugar da escravidão, para afirmar a América do Sul como destino da civilização cristã:

O liberal-marxismo é a arma empregada pelo continente europeu para dominar o mundo, para escravizá-lo; o marxismo, como a fase liberal, é coisa da Europa, instrumento por ela utilizado para dominar e não proteger, escravizar e não auxiliar os outros continentes; o destino do mundo pertence ao continente sul-americano. A continuidade histórica, e a exigência cristã, assim o querem. Nascido quando o liberal-marxismo se formava, possui o que precisamente a Europa não pode possuir (...) um aspecto unitário de religião e de caráter étnico-antropológico; O caminho da América é o caminho cristão. Recusa as coisas da Europa porque a Europa recusou os ensinamentos do Cristo. (...) Porque a América vem solucionar o conflito intimo do ser humano, realizando: cristianização da vida.<sup>105</sup>

Além da livre associação de imagens, haveria outro procedimento ainda mais recorrente: o da redução de um conceito à condição de uma imagem. O conceito de homem liberal-marxista seria traduzido por imagens de regressão e de decomposição. O homem-máquina: “o homem deslocado em sua vida interior e colocado em um mundo de fragmentos começa a viver desordenadamente a vida das máquinas”; o homem ateu: “o homem rebelou-se contra Deus, ficou pagão e primitivo”; o homem-doente: “sem equilíbrio nervoso, sem inteligência, fatigado, demente e paralisado”; o homem moderno: “inferior ao animal, sem alma, racionalista, incrédulo, com os pensamentos dissociados, cético, repelente e agonizante”; o homem marxista: “sem propriedade, sem família, sem pátria, ele quer a barbaria”; o homem individualista do liberalismo resultará no homem individualista coletivista, no homem-massa.

As operações por meio de imagens teriam a vantagem de enumerar, estabelecer ordens e sequencias temporais; dissipar o aleatório da história; de agrupar por semelhança e separar por dessemelhanças, não só permitindo economizar a reflexão do leitor sobre os processos

<sup>104</sup> Idem, *ibidem*, p. 377.

<sup>105</sup> Idem, *ibidem* p. 163 e seguintes.

históricos, mas também de unir o disperso, de ordenar dados imediatos, de mobilizar recursos psicológicos de alarmar e de apaziguá-lo, enfim, neutralizar as contradições.

Se de um lado o texto explicava a doutrina liberal-marxista, unificando e totalizando os processos históricos, por outro lado, estava sempre reafirmando ao leitor os dogmas da doutrina católica, mas por meio de uma leitura feita de tecido compósito, com migração de temas, conceitos provenientes de diversas correntes de pensamento. Desse modo, Adonias Filho vai tecendo a sua explicação com dados da filosofia cristã e da cultura secular. Seria importante ver de que maneira ele articulou o teológico com o antropológico.

No seu entendimento, o homem seria um ser cultural formado por elementos psicológicos e sociais. O clima, a etnia, a alimentação, os modos de vida e a educação atuariam na formação de um éthos da personalidade de cada indivíduo ou de cada grupo social, provocando as grandes variações e diferenças entre indivíduos e grupos sociais. O liberal-marxista tentou suprimir as variações e diferenças criando o homem abstrato.

Em sua crítica, os pensadores liberais e marxistas acreditavam poder controlar a natureza humana por meio da ciência, da técnica e dos regimes sociais; mas falharam, porque o homem seria um ser incompleto, desde o pecado original.

Para Adonias Filho, a natureza humana seria problemática, sempre instável, vivendo em meio a uma luta incessante entre matéria e espírito, interior e exterior, corpo e alma.<sup>106</sup> Nesta encontrava-se a substância divina eterna e incorruptível, acima do mundo das necessidades. Na alma ou no ser estaria a verdade absoluta, muito superior à verdade da filosofia e da ciência. Por isso, a insistência do crítico e escritor de que a solução para o problema humano passaria pela introspecção do ser, ideia central da filosofia cristã de Santo Agostinho.<sup>107</sup> O “problema do mal”, portanto seria intrínseco à natureza humana.

Na concepção católica de Adonias Filho, o problema moderno, então, seria de ordem moral, já que o sentimento religioso havia sido abolido pelo cientificismo. Ou seja, a faculdade mais importante que Deus deu ao homem logo após a Queda, a de distinguir entre o bem e o mal, foi extinta por ele.

---

<sup>106</sup> Conforme o *Dicionário de Espiritualidade*, o homem espiritual se realiza de maneira original quando se mantém em aliança com Deus. O primeiro homem, Adão, no princípio foi feito para ser perfeito, imortal, mas ao se rebelar se tornou mortal. Preferiu o pecado e veio a ser “alma terrestre e material sem logos”. À sua queda sobreveio um destino amargo de uma vida carnal. O mal começou a habitá-lo, a partir daí começa a história humana; o elemento animal prevaleceu sobre o elemento sagrado. Desde então forças desagregadoras vêm decompondo seu ser, em meio a chamados contraditórios de suas realizações. Assim, o percurso do homem na terra é de um ser efêmero e frágil, mas com a ambição interior de imortalidade. Isso faz com que se estabeleça uma espécie de luta de morte na interioridade profunda de seu ser, a luta do espírito contra a carne. *Dicionário de Espiritualidade* (verbetes “homem espiritual”), p. 512.

<sup>107</sup> Santo Agostinho. *Os Pensadores*, Capítulo XI, p. 350.

Parece-me que o pressuposto do problema do mal se situaria também no âmbito da tradição agostiniana, de que o homem seria uma criatura especial entre todas as coisas, por isso foi criado à semelhança divina, sendo dotado de corpo e alma. Deus o distinguiu com o “livre arbítrio da vontade”, para que na sua existência terrena se apartasse do mal. Em “Confissões VII”, Santo Agostinho afirma que a vontade humana corresponderia ao amor do Espírito Santo (junto com a do Pai e a do Filho), responsável pela criação do mundo. A vontade constituiria, portanto, o centro da personalidade humana. Seria criadora e livre. Nela se colocaria a possibilidade do homem se afastar de Deus e se aproximar do mal. Portanto, o mal ou pecado não seria algo necessário, mas seria uma escolha do livre arbítrio da vontade humana.<sup>108</sup>

Em *Renascimento do Homem*, foi assinalado que o domínio da matéria teria levado o ser a um estado de agonia; em outros termos, o contato com o sensível teria retirado o pouco da substância divina que lhe restava, levando o homem a mergulhar no remoinho do não-ser. Ainda considera que o homem moderno não teria condições de se salvar por suas próprias forças, uma vez que na luta consigo mesmo, precisaria de orientação para resgatar a sua espiritualidade. De acordo com a soteriologia de Adonias Filho, o homem precisaria da religião e da arte para conter suas dificuldades estruturais de ser trágico.<sup>109</sup>

Roberto Romano observou que o discurso teológico-político, portador de uma atitude soteriológica (a de salvação do homem), atualiza-se constantemente com os dados da cultura secular, racionalizando-se, inovando-se, para manter-se no mundo. O autor exemplificou com o movimento ultramontano da Igreja católica, por meio do qual ela pôs em curso um formidável processo de burocratização interna da Igreja e fez a passagem dos princípios das Luzes para a fé e vice-versa.<sup>110</sup>

É possível que argumentação católica de Adonias Filho associe a filosofia cristã agostiniana com a visão antropológica de Oswald Spengler, autor que marcou a geração do escritor, particularmente aqueles comprometidos com a cultura política católica integralista, a exemplo de Octávio de Farias e Plínio Salgado. Não seria difícil constatar que assertivas da

---

<sup>108</sup> Santo Agostinho. *Os Pensadores*, capítulos 3, 4 e 5, pp. 131/133.

<sup>109</sup> Aqui, parece-me que há uma diferença em relação à doutrina de Santo Agostinho. Para este pensador cristão, a salvação não é apenas uma questão de querer, mas de poder. Só Deus tem o privilégio de conceder a graça da salvação e ela é não para todos, apenas para os predestinados. A graça é fundamental para que o homem possa lutar contra o pecado, para que possa também saber diferenciar o bem do mal. Sem o poder da graça, a vontade humana escolheria o mal. *In: Separata sobre a vida e obra de Santo Agostinho. Coleção Os Pensadores. 1ª edição, 1973, p. 120.*

<sup>110</sup> Roberto Romano. *Brasil: Igreja contra Estado*, 1979, p. 245.



filosofia da história de Oswald Spengler,<sup>111</sup> autor de *O Homem e a Técnica* (1932) tenham migrado para *Renascimento do Homem*, principalmente em relação à visão trágica da natureza humana.

Para Oswald Spengler, todos os animais seriam dotados de “alma”. Mas, dentre eles, o homem seria um animal superior porque possuía alma com perfil singular: sua essência seria divina e de difícil explicação, de tal forma que nem o conhecimento científico conseguira explicá-la. Porém, a alma do homem vivia em um mundo divinamente indiferente e cruel; por isso seria predadora, e ao mesmo tempo sem escolhas, pois nesse mundo, o homem via-se na contingência de dominar ou sucumbir. Quanto mais solitária fosse a sua alma, mais empenhado estaria em construir um mundo para si, menos necessidade teria dos outros seres e mais forte seria.<sup>112</sup>

Na perspectiva do historiador alemão, a técnica seria outra diferença fundamental entre o homem e os animais. Nestes, a técnica seria a tática vital, seria inerente e invariável. O animal não aprende, não aperfeiçoa, nem seria inventivo. Já no homem, a técnica não lhe é anterior, não seria coerção da espécie. Na sua existência, a técnica seria consciente, voluntária e inventiva. Ele se tornou criador de sua própria técnica vital. Nisto consistia a sua fatalidade: “a forma íntima da sua criatividade chama-se cultura; ter cultura, criar cultura, padecer pela cultura”.

A alma do homem seria solitária e dominadora. Entretanto, à medida que vai progredindo, essa alma vai pouco a pouco se afastando da natureza. Para Spengler, o livre-arbítrio seria uma aberta atitude de rebelião, pois o homem como criador teria um desejo imenso de ultrapassar os limites da natureza. A cada invenção, ele se distanciava e se apresentava como um verdadeiro deus, hostil para com a natureza. Seria essa a narrativa de sua história universal, uma narrativa da cisão fatal que vai paulatinamente opondo o homem ao universo. Nesse sentido, seria a narrativa da ação de um rebelde que, livre das limitações materiais, voltava-se contra a natureza. Eis o destino humano: uma luta perdida contra a natureza, pois ela seria incomparavelmente mais forte.

---

<sup>111</sup> Oswald Spengler foi criticado por sua teoria da história, pela maneira de conceber as culturas unificadas e totalitárias que indistintamente seriam compartilhadas, ao mesmo tempo, por todos os homens vivendo na mesma época, qualquer que fosse sua condição social. O livro *A Decadência do Ocidente* obteve sucesso na Alemanha porque apresentava uma história global em linguagem clara, viva, em um país em que os livros de história eram estudos atomizados e destinados aos especialistas. “Seus leitores, os futuros nazistas de estrita obediência, tinham inimigos comuns: a democracia, o liberalismo burguês e o marxismo”. Depois, Spengler foi descartado pelos nazistas, porque a sua atitude foi considerada sentimental. A sua previsão de que “o fim do mundo viria das raças de cor”, desgostou os nacional-socialistas alemães. Conforme Lucien FEBVRE. “Contra ‘duas filosofias oportunistas da História’: de Spengler a Toynbee (1936)”. *História*, pp. 132 e seguintes.

<sup>112</sup> Oswald Spengler, *O Homem e a Técnica*, p. 67.

Oswald Spengler é presença marcante na argumentação de Adonias Filho, particularmente na concepção de sua teoria de história. Mas, como mostrarei a seguir, não apenas ele. Como aquele autor construiu e singularizou aquela concepção?

Essa questão pressupõe dois encaminhamentos. O primeiro, circunscrever a idéia de tempo; e o segundo, acompanhar o processo de migração de conceitos de outros autores para o texto de *Renascimento do Homem*, ou seja, a articulação que o autor faz entre a filosofia cristã e os dados de filosofias da história de matriz laica.

Na verdade, como já vem sendo sinalizado, para Adonias Filho as sociedades cumpriram um destino vitalista, constituindo um percurso à imagem de um organismo vivo que cumpriria uma sempre determinada sequência temporal: nasceria, se desenvolveria, teria uma plenitude, decadência e morte. Tal concepção tanto poderia vir de Oswald Spengler,<sup>113</sup> como de Marx Beer, autor socialista. Autores opostos em seus objetivos políticos, mas com argumentos e imagens retirados de um fundo-comum de ideias organicistas.<sup>114</sup>

O que atrai Adonias em Max Beer é a ideia de que a finalidade única das lutas dos povos é a justiça social. Na história, a meta dos estóicos, comunistas, anarquistas, cristãos, internacionalistas foi sempre por uma nova “ordem moral”. Nesse autor, o percurso dos povos compreende um movimento vitalista: nascimento, plenitude, desagregação, decadência e crise moral, como é o caso de Atenas e Roma, na Antiguidade. Desse conceito, Adonias retirou o elemento inconveniente – a luta de classes – e compôs a imagem síntese de sua filosofia da história: a Renascença foi um movimento cultural que, ao mesmo tempo em que afirmou o homem, engendrou os elementos de sua negação, a desagregação de seu ser.<sup>115</sup>

Para Adonias Filho, o tempo histórico seria comandado pelas ideias filosóficas dos grandes pensadores. As ideias se desenrolavam em busca de sua efetuação histórica em direção ao futuro, movendo-se em um processo dialético de afirmação e negação e uma fase engendrando os princípios da fase sucessora. O tempo seria concebido com certo pragmatismo e finalismo – nem todos os princípios teóricos se concretizavam no contato com a realidade, uma vez que esta se encarregava de despojá-los de seus elementos literários. Para a sua efetuação, as ideias filosóficas teriam necessidade dos fatos históricos, os quais as

---

<sup>113</sup> Para Oswald Spengler, há culturas diversas e desiguais que, à semelhança do organismo vivo, fazem o ciclo da existência, de nascer, viver e morrer. Conforme Adonias, *Renascimento do Homem*, p. 246.

<sup>114</sup> Baseio-me na ideia de *fundo comum* de Myriam R. D’Allones. *Le dépérissement de la politique: généalogie d’un lieu commun*. Paris: Aubier, 1999. *Apud* Maria Stella Bresciani. *O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. S. Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 41.

<sup>115</sup> Max Beer. *História do Socialismo e das Lutas Sociais*, pp. 59 e 85

configurariam em poderosa estrutura mental capazes de comandar as experiências humanas de toda uma civilização.

Dessa forma, o tempo foi concebido por Adonias Filho como continuidade e descontinuidade. A continuidade seria o tempo progressivo em direção à cidade de Deus, marcado, sobretudo, pelo episódio da vinda de Jesus Cristo e pelo longo domínio da Igreja católica na Idade Média. Entretanto, o projeto da cidade de Deus sofreria um abalo com a emergência da cidade dos homens, sujeita ao ciclo vital dos organismos, ideia presente em Oswald Spengler.

Nesse sentido, a Renascença e o seu regime social significariam um desvio do percurso da cidade de Deus. Adonias representou esse desvio através da imagem da queda: “quem não sente a queda do mundo? Que são mesmo estas lutas, estes ódios, esta suprema anarquia, senão a queda do mundo?”. Na cidade de Deus, o tempo do espírito, eterno, estaria em um patamar superior, incorruptível, acima das contingências da cidade dos homens. A metáfora “renascimento” teria uma dupla perspectiva: o fim do comunismo e a retomada do percurso em direção a cidade de Deus.

Assim, pode-se considerar que Adonias Filho se expressou por meio de uma filosofia da história <sup>116</sup> que buscou nexos em dois registros: no cristianismo e na filosofia laica da história que organizou a história global e ação de homens em uma chave teleológica. Em seu conceito de história, portanto, a cidade dos homens marcaria uma descontinuidade na construção progressiva da cidade de Deus, a grande obra começada depois da criação e continuada incessantemente por Abel, Noé, Abraão, pelos profetas, sobretudo por Jesus Cristo e pela Idade Média, mas interrompida pela emergência do regime liberal-marxista.

Desse tecido compósito de ideias e concepções acerca do mundo moderno, Adonias Filho elaboraria as suas convicções, que poderiam ser resumidas no pressuposto de que o homem liberal-marxista seria um ser **primitivo, sem fé e decaído**. A meu ver, esse pressuposto deslizaria para os seus romances, através de personagens individualistas, violentos, maus, que representariam a alegoria de um mundo em ruínas, ou seja, o mundo moderno, onde prevalecia a valorização do poder e do dinheiro.

Em resumo, o ensaio *Renascimento do Homem* demonstra o quanto Adonias Filho se envolveu com as questões políticas que estavam no tempo. Assim, ao contrário da projeção da imagem de si, de autor “apolítico”, ou da imagem que lhe pré-estabeleceu a crítica literária, a

---

<sup>116</sup> Na avaliação de Paul Veyne, a filosofia da história é hoje um gênero morto, sua sobrevivência ocorre por meio de epígonos de sabor bastante popular, como Oswald Spengler. Paul Veyne. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*, nota nº 5, p. 38.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

de autor “metafísico”, ele atuou na ficcionalização de sua própria figura como escritor, assim como nas ocorrências de sua época; ainda, o quanto a sua argumentação foi moldada por elas.

**O Integralismo na trajetória do historiador paranaense Brasil Pinheiro Machado na década de 30.**

Tatiana Dantas Marchette\*

**Resumo:** Em novembro de 1933, o historiador paranaense Brasil Pinheiro Machado (1907-1997) publicou no jornal *Diário dos Campos* o artigo “Introdução ao Integralismo”. Nele, o articulista apresenta esse movimento político como a via mais adequada para se alcançar a organização da nação brasileira. Isso, em um período de efervescência política advinda com a revolução de 30 e da implantação de alguns dos ideais modernistas da década anterior.

**Palavras-chave:** Integralismo, Brasil Pinheiro Machado, Ponta Grossa (PR).

### **Introdução**

No dia 23 de novembro de 1933, o jornal pontagrossense *Diário dos Campos* estampou em uma de suas páginas o artigo “Introdução ao Integralismo”, de autoria do conterrâneo Brasil Pinheiro Machado. Em breves e didáticos sete parágrafos, o articulista apresenta o integralismo como sendo a via mais adequada para se alcançar, através da organização de todos os setores do país, a modernização da nação brasileira, em comparação às propostas oferecidas e às práticas defendidas pela democracia liberal, bem como pelo comunismo. E isto porque o integralismo, segundo Pinheiro Machado, propõe o equilíbrio entre indivíduo e coletividade através da “... *soma de todas as faculdades do homem, de todos os seus interesses, direitos e obrigações*”.<sup>117</sup>

A partir desse artigo e de outras notícias publicadas naquele jornal a respeito da movimentação integralista em Ponta Grossa, desde a composição do núcleo, em 1932, até a visita de Plínio Salgado àquela cidade, ocorrida em setembro de 1934, o objetivo é acompanhar as posições de Brasil Pinheiro Machado nesse pequeno contexto, não como militante da Ação Integralista Brasileira (AIB), mas enquanto um intelectual atento às propostas que apontavam para a modernização do país.

Quando publicou o artigo em questão, o pontagrossense era um jovem bacharel que havia há pouco retornado à sua cidade natal, imediatamente após ter concluído o ensino

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Contato: factumpr@terra.com.br

<sup>117</sup> MACHADO, B. P. Introdução ao Integralismo. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 23 nov. 1933.

superior na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, freqüentada entre 1926 e 1930. A relação de Pinheiro Machado com esse periódico, no entanto, é anterior a essa publicação de novembro de 1933.

Fundado, em 1907, pelo empresário Jacob Holzmann o *Diário dos Campos*, ainda em circulação, nasceu como *O Progresso*, ganhando a denominação atual em 1913.<sup>118</sup> A pesquisa feita juntamente aos exemplares depositados no acervo do Museu dos Campos Gerais, pertencente à Universidade Estadual de Ponta Grossa, tomou como ponto de partida o ano de 1932 e se encontra em 1946. A baliza inicial se explica pelo fato de que, naquele momento, a pesquisa buscava responder sobre a atuação de Brasil Pinheiro Machado à frente do cargo de prefeito municipal de Ponta Grossa, que se deu entre agosto daquele ano e janeiro de 1933.

Para o período levantado, de 1932 até meados da década de 40, a presença desse jovem pontagrossense nas páginas do *Diário dos Campos* é constante, seja como alvo de notas sociais, como a divulgação do seu casamento e do nascimento do seu primeiro filho, bem como de reportagens relacionadas aos cargos públicos por ele ocupados; de forma mais discreta, como articulista. Assim, vemos o recém-bacharel como o finalista da campanha “Qual o rapaz mais elegante de Ponta Grossa?”, iniciada por uma chapelaria local em setembro de 1933, e cujo resultado, divulgado um mês após parciais diárias, o colocou em primeiro lugar com 371 votos; também, como entrevistado pela equipe desse veículo de comunicação impressa logo após ter assumido o cargo de prefeito, em agosto de 1932; ainda, como transeunte entre Ponta Grossa e Curitiba na época em que foi deputado estadual constituinte, de janeiro de 1935 a novembro de 1937, inclusive concedendo outras entrevistas ao periódico quanto às atividades parlamentares; e, enfim, como articulista, tendo sido encontrado, para esse período pesquisado, três textos de sua autoria: “Introdução ao Integralismo” (1933), “Constituição e Política” (1935) e “Considerações sobre história” (1938).

Dessa maneira, anteriormente a esse recorte temporal inicial, ainda é desconhecida a existência ou não de notícias sobre ele, bem como de textos de sua autoria no jornal em questão. Por outro lado, é grande a possibilidade de encontrá-los, tanto notas como artigos, nas edições anteriores do *Diário dos Campos*, e talvez mesmo em algum outro periódico local de vida efêmera. E, isto, atribuo ao fato de Brasil Pinheiro Machado ser chamado, reiteradamente, nas páginas desse jornal por ora sistematizadas, de jovem culto, inteligente e

---

<sup>118</sup> CHAVES, N. B. **A cidade civilizada**: discursos e representações sociais no jornal *Diário dos Campos* na década de 1930. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001. p. 96.

brilhante sempre que se noticiava alguma informação sobre sua pessoa, seja nas notas sociais, bem como nos comentários da sua atuação pública.

A fama de culto leva a crer, por conseguinte, que ele tenha exposto algumas posições e pensamentos seus já na década de 20. De fato, considerada como sua primeira produção intelectual publicada, o livro *4 poemas* foi impresso, justamente, pela gráfica do *Diário dos Campos*, em 1928.<sup>119</sup> Trata-se de quatro peças poéticas de estética modernista, sendo que duas delas já haviam saído, um pouco antes, porém nesse mesmo ano, na *Revista de Antropofagia*, de São Paulo. E é por meio da história desses poemas, desde sua publicação em formato de livro, em 1928, até sua inserção na Enciclopédia do Integralismo, no final dos anos 50 [1958], que problematizarei a presença da doutrina integralista na trajetória do intelectual Brasil Pinheiro Machado.

## 1928

A edição de 1928 de *4 Poemas* traz uma apresentação escrita por Augusto Frederico Schmidt e intitulada “Brasil Pinheiro Machado, poeta brasileiro, de Ponta Grossa”. Natural do Rio de Janeiro, o poeta Schmidt (1906-1965) inicia o seu texto com uma descrição da cidade natal de Pinheiro Machado:

Primeira impressão do sujeito que chega é que o Brasil Pinheiro Machado tem razão: é uma cidade do interior, russa. O autor destas linhas que não são de prefácio, nunca esteve na Rússia. Mas imaginou assim pelo que leu em Gogol, Dostowesky [Dostoiévski] e outros, e pelo que viu no cinema que a Rússia rural é exatamente assim.

(...)

De manhãzinha enormes carros puxados por quatro e seis cavalos normandos passam na rua com gente loura, de olhos azuis, polacos, alemães, russos, sei lá, que vêm do mato trazendo legumes frescos. O frio é agudo. Então o sujeito que sente a maravilha da diferença fica banzando pasmo: meu Deus, no Brasil há de tudo! (...).<sup>120</sup>

E, sobre Brasil Pinheiro Machado o apresentador afirma que é também um pouco isso, “... um pouco russo, sentimental, mulato, ausente dentro do seu sentimento tão brasileiro. Quem puder que me perceba.”<sup>121</sup>

Poucos anos após ter escrito a apresentação do livro daquele 'menino de cultura' de Ponta Grossa, Augusto Frederico fundou a Schmidt Editora, no ano de 1930, a qual, apesar de

<sup>119</sup> MACHADO, B. P. *4 Poemas*. Ponta Grossa: Oficinas Gráficas do Diário dos Campos, 1928.

<sup>120</sup> SCHMIDT, A. F. “Brasil Pinheiro Machado. Poeta brasileiro, de Ponta Grossa.” In. MACHADO,... op. cit. p.1.

<sup>121</sup> Idem.

vida não muito longa, publicou as primeiras edições de algumas obras fundamentais da cultura brasileira, como *Caetés*, de Graciliano Ramos, e *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. Na editora, ainda montou a estante “Coleção Azul”, dedicada a livros de cunho político escritos pelos membros da AIB, fundada por Plínio Salgado em 1932.<sup>122</sup>

A aproximação desse editor com os membros da AIB provavelmente tenha se iniciado antes mesmo da criação desta, nos círculos da intelectualidade católica na década de 20. Trabalhando como caixeiro-viajante entre Rio de Janeiro e São Paulo, Schmidt, naquela época, estreitou contatos com os modernistas paulistas. É importante lembrar que o fundador da AIB é autor de uma peça modernista, neste caso um dos primeiros romances dessa estética: *O Estrangeiro*, publicado em 1926. Ricardo Benzaquen de Araújo comenta que o livro “... recebeu excelente acolhida – a primeira edição esgotou-se em cerca de 20 dias. Além disso, ainda em 1926, Plínio passa a integrar a 'tendência nacionalista' do modernismo, ligando-se primeiro ao grupo *Verde Amarelo* e, mais tarde, ao da *Anta*”.<sup>123</sup> Ainda, Schmidt passou a frequentar o Centro Dom Vital, que então era um dos locais mais importantes de produção e divulgação do pensamento sobre o Brasil nas páginas da sua respectiva revista, *A Ordem*. Foi nela que, em 1930, por exemplo, publicou-se um dos artigos, desde então dos mais citados, de autoria do jovem Brasil Pinheiro Machado: *Instantâneos Paranaenses*; antes, na edição especial dessa mesma revista, saída em 1929, se encontra o *4 Poemas* incluído em uma lista dos livros de poesia mais destacados produzidos no ano imediatamente anterior.<sup>124</sup>

Apesar de ter a mesma idade de Pinheiro Machado, sendo somente um ano mais velho que este, e de ter publicado suas primeiras poesias também em 1928, Augusto Frederico Schmidt parece ter vivenciado com maior circulação a experiência intelectual então proporcionada nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Desse modo, faz pensarmos que, ao conhecer os trabalhos poéticos do 'menino de cultura' de Ponta Grossa, bem como ter ouvido o mesmo falar sobre o inusitado aspecto europeu dos Campos Gerais do Paraná, aceitou escrever a apresentação do livro de poesias de autoria do paranaense.

Mas, quando e onde Schmidt e Pinheiro Machado se conheceram e qual a relação daí estabelecida entre esses dois jovens poetas?

O trato com os livros foi, certamente, a ponte mais precoce entre Schmidt e aqueles ambientes intelectuais e seus freqüentadores, desde os anos 20. No Rio de Janeiro, Schmidt

<sup>122</sup> MEY, L.; ALVIM, E. **Quem contará as pequenas histórias**: uma biografia romanceada de Augusto Frederico Schmidt. Rio de Janeiro: Globo, 2005.

<sup>123</sup> ARAÚJO, R. B. **Totalitarismo e revolução**: o Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. p 23.

<sup>124</sup> A ORDEM. Rio de Janeiro, ano VIII, número especial, mar. 1929.



trabalhou como atendente na livraria Garnier, classificada por Nicolau Sevcenko como o “reduto dos consagrados”<sup>125</sup>. A livraria trazia títulos que representavam o mundo da civilização e da cultura francesas, acessíveis aos reconhecidos autores nacionais desde sua instalação pelo livreiro-editor Baptiste-Louis Garnier, ainda no império, até o ano de 1934, quando o estabelecimento fechou as portas.

Nessa época de Schmidt na Garnier, Brasil Pinheiro Machado era estudante da Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro. Apesar de não partilhar reconhecimento enquanto escritor consagrado, mesmo por causa da pouca idade, as idas até a Garnier eram certas para, pelo menos, se suprir de livros com o objetivo de se formar bacharel. Afinal, além de editar os literatos “consagrados”, a livraria era famosa, também, pela edição de textos de juristas nacionais.<sup>126</sup>

É bem possível imaginar que no ambiente da Garnier tenham se conhecido, Schmidt e Brasil, onde trocaram, além de conversas sobre livros e cultura, poesias de suas respectivas autorias. E, ainda, quem sabe ali mesmo combinaram uma visita à terra natal de Pinheiro Machado, Ponta Grossa, para onde ele retornava sempre que o calendário dos estudos permitia. Quem não gostaria, naquele momento, de aproveitar a chance de conhecer e até mesmo comprovar a existência de um Brasil tão diferente como os Campos Gerais, dotado de paisagens que Schmidt conhecia somente através de livros e das imagens cinematográficas da Rússia rural?

Segundo Miguel Sanches Neto, os poemas de Brasil Pinheiro Machado são “[...] geográficos, inseridos, portanto, no ideário modernista, e colocam a cidade de Ponta Grossa [...] dentro do mapa do Brasil.”<sup>127</sup> A fortuna crítica modernista, certamente, tem um peso importante na análise sobre a produção e a trajetória dos autores de ensaios, poéticos ou não, escritos e publicados entre meados dos anos 20 e ao longo da década de 30, e que se debruçaram sobre a problemática da identidade nacional.

## **Final dos anos 40**

Em 1997, ano de falecimento de Brasil Pinheiro Machado, a Fundação Cultural de Curitiba promoveu uma nova edição do livro *4 Poemas*. Cinquenta anos antes dessa

---

<sup>125</sup> SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.119.

<sup>126</sup> SEVCENKO, ... op.cit.

<sup>127</sup> SANCHES NETO, M. Traduzindo o Paraná. In: [www.revista.agulha.nom.br/msanches20.html](http://www.revista.agulha.nom.br/msanches20.html). (acessado em 29/10/2007.)

homenagem póstuma, porém, alguns trechos deles apareceram na Enciclopédia do Integralismo, mais especificamente no volume sete dedicado a uma coletânea de poetas brasileiros considerados integralistas. Editada pela Livraria Clássica Brasileira, Edições G. R.D, no Rio de Janeiro, o volume em questão dessa coleção foi feito a partir de um levantamento anterior realizado, em 1936, por Dario Bittencourt, então chefe provincial da AIB.

Publicada, segundo o que nos informa o livro primeiro<sup>128</sup>, – apesar de não ter até o momento localizado nenhuma data impressa em nenhum dos volumes, inclusive no sétimo que nos interessa de perto<sup>129</sup> – quando das comemorações promovidas para o vigésimo quinto aniversário do Manifesto de Outubro de 1932, isto é, bem depois do retorno de Plínio Salgado do exílio e da fundação do Partido de Representação Popular, em 1946, pode-se dizer que a Enciclopédia do Integralismo teve por objetivo legitimar a existência do movimento do Sigma entre 1932 e 1937 e, ao mesmo tempo, representar a continuidade da revolução espiritual proposta pela doutrina integralista.

O espiritualismo e o materialismo são as duas categorias básicas dessa doutrina e “[...] nomeiam dois planos essenciais e antagônicos da existência humana, planos que sempre estiveram presentes, em todos os lugares e desde o princípio dos tempos, sempre na mais aguda oposição.”<sup>130</sup> A luta contra as leis da matéria era uma mobilização permanente, sendo o integralismo a única forma de vitória final sobre o materialismo através de uma evangelização que partisse do espírito revolucionário dos apóstolos em direção às multidões. Na introdução que escreveu para a Enciclopédia do Integralismo Plínio Salgado justifica a publicação do volume sete, de coletânea de poesias, pelo fato de que “[...] a índole do movimento por mim desencadeado em 1932 era, acima de tudo, vinculada a uma irresistível aspiração à Beleza. O Integralismo foi, desde o primeiro momento, uma expressão de Poesia.

---

<sup>128</sup> SALGADO, P. O Integralismo na vida brasileira In: ENCICLOPÉDIA DO INTEGRALISMO. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, v. 1, [1958].

<sup>129</sup> O conteúdo do volume sete é precedido da seguinte explicação: “Em 1946, Dario de Bittencourt, professor de Direito, membro da Academia Sul-Rio Grandense de Letras e Chefe Provincial da ‘Ação Integralista Brasileira’, escreveu um ensaio sobre o ‘Integralismo e os seus poetas’, entregando uma duplicata dos originais a Plínio Salgado. O trabalho foi extraviado, em consequência do saque praticado na biblioteca e arquivos do Chefe Nacional da A.I.B pela polícia da Ditadura. Dez anos mais tarde, regressando Plínio Salgado do Exílio, o ensaio de Dario de Bittencourt veio, inexplicavelmente, ter-lhe de novo às mãos. Agora, que se organiza e se edita a ‘Enciclopédia do Integralismo’, o grupo que trabalha nesta obra monumental entendeu que não podia deixar de dedicar um volume à produção poética inspirada pelo Grande Movimento Nacional do Sigma. E o ensaio de Dario de Bittencourt veio facilitar a pesquisa, trazendo dados preciosos que orientaram a busca realizada em jornais e revistas da época.” ENCICLOPÉDIA DO INTEGRALISMO, v. 7, p. 19.

<sup>130</sup> ARAÚJO, R. B, ... op.cit. p.29.

Sempre afirmei que a construção nacional e os grandes acontecimentos e realizações históricas constituem obras de Arte.”<sup>131</sup>

Nessa perspectiva, uma pergunta é essencial: por que a produção poética de Brasil Pinheiro Machado foi considerada de cunho integralista e merecedora de integrar essa coletânea? Um pouco mais adiante, naquela mesma introdução, Plínio Salgado informa aos leitores que, para esse volume sete da Enciclopédia foram acrescentados alguns poetas que não constavam daquele levantamento original de Dario de Bittencourt. Como, entre esses novos nomes não se encontra o do poeta pontagrossense, este já aparecia, portanto, naquele primeiro rol feito quando da existência da AIB, em 1936.

No volume sete, o nome de Brasil Pinheiro Machado aparece na página 45, porém como um dos representantes paulistas da poesia integralista, ao lado de Lima Netto e Almeida Salles. Para o Paraná, são citados os nomes de Geminiano Guimarães, de Ponta Grossa e autor da Marcha Integralista do Paraná, Lourival Santos Lima, Carlos Moritz, Ângelo Antonio Delagrave e Antonio Regis, este de Paranaguá. O equívoco quanto à origem de Pinheiro Machado é atenuado quando o verbete a ele dedicado informa corretamente um poema de sua autoria selecionado para a tal coletânea: aquele em que o poeta descreve a peculiaridade da paisagem dos Campos Gerais, que tanto havia chamado a atenção de Augusto Frederico Schmidt. Eis um fragmento:

O brasileiro nortista que chegava  
Dizia que aquilo não era Brasil  
Que aquilo era uma aldeia russa.  
Que o verdadeiro Brasil estava lá no Amazonas  
Lá no nordeste  
Lá no sertão ensolado de Canudos  
Onde os homens eram de bronze  
O ano todo era verão  
E as casas todas tinham só linhas curvas.  
Que não podia ser o Brasil onde houvesse geada até o meio-dia  
Onde em vez do caboclo meio bronze mulato  
Andassem polacos fazendo berganhas de porco e plantando mandioca (...).<sup>132</sup>

Miguel Sanches Neto, ao analisar esse poema, que segundo ele versa sobre a fundação da cidade de Ponta Grossa<sup>133</sup>, informa que se trata de uma afirmação da brasilidade, entendendo esta como agregadora no sentido de reunir vários exemplos todos eles

---

<sup>131</sup> SALGADO, Plínio. Por que tivemos poetas no Integralismo. In. ENCICLOPÉDIA DO INTEGRALISMO. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, v. 7, p. 7, [1958].

<sup>132</sup> MACHADO, B. P., ...op.cit.

<sup>133</sup> SANCHES NETO, M, ... op.cit. A edição de 1928 não traz título para os poemas.

classificáveis como tipicamente brasileiros. A figura do polaco onde era esperado o caboclo “meio bronze mulato” talvez seja uma das chaves para compreender a presença desse poema na coletânea integralista, pois para essa doutrina a figura do caboclo atuava como símbolo da espiritualidade da identidade nacional. Habitando os sertões, as populações caboclas representam, nessa estrutura doutrinária, a oposição ao materialismo dos moradores das grandes cidades do litoral, reiterando o antagonismo entre espiritualismo e materialismo. O polaco poderia significar, assim, o caboclo dos Campos Gerais.

A apropriação desse poema sobre Ponta Grossa pelo viés da doutrina integralista, tomando aqui o conceito de totalitarismo desenvolvido por Plínio Salgado, imerge a particularidade paranaense na igualdade dissolvente que forma a identidade nacional.<sup>134</sup> Dessa forma, a explicação para a inserção desse trecho do conjunto poético de autoria de Brasil Pinheiro Machado deve ser buscada no momento daquele primeiro levantamento da produção integralista, quando esse movimento político se encontrava no auge da sua mobilização.

Quando Augusto Schmidt leu esse e os demais poemas do estudante Brasil Pinheiro Machado e ouviu do próprio a descrição da peculiaridade das gentes e da paisagem dos Campos Gerais do Paraná, certamente saltou aos seus olhos a diferença dessa parte do Brasil e mesmo até pode ter pairado uma vaga incredulidade sobre esse quadro tão distante, com maiores semelhanças com a Rússia do que com o Brasil. O alcance de tais poemas, uma vez que haviam sido publicados também, em 1928, na Revista de Antropofagia, de verve modernista, claro, demonstra a possibilidade de apropriação do seu conteúdo para além da doutrina integralista. Isso quer dizer que a produção poética do pontagrossense Pinheiro Machado se insere em uma atmosfera intelectual<sup>135</sup> repleta de tensões políticas diversas, mas que tinham como cerne o mapeamento da identidade nacional mesmo que formada por elementos tão díspares como o caboclo, o mulato e o polaco. Brasil, agora o Pinheiro

---

<sup>134</sup> Cf. Ricardo Benzaquen de Araújo dois são os elementos essenciais que formam o conceito de totalitarismo na produção intelectual de Plínio Salgado: “*O primeiro refere-se a uma concepção absolutizada da idéia de participação, pois importa a afirmação de um projeto de cidadania e soberania popular através de uma modalidade radical de mobilização, que, envolve a tudo e a todos, de forma permanente e ilimitada, da defesa dos seus ideais. O segundo, por sua vez, implica simplesmente na identificação da noção de igualdade com a de uniformidade, de onde resulta a imagem de uma sociedade totalmente desprovida de conflitos e de diferenças, composta por cidadãos tão homogêneos quanto ativos. Assim, ainda que se aproxime do conservadorismo pela sua preocupação em abordar a ordem social a partir da idéia de totalidade, o totalitarismo dele irá se distanciar pelo fato de definir esta totalidade de modo inteiramente distinto, dissolvendo, em vez de preservar e englobar, as partes que a constituem.*” ARAÚJO, R. B., ... *op.cit.*, pp.20-21.

<sup>135</sup> Expressão tomada de Antonio Candido. CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 12ª. Rio de Janeiro, 1978. (Coleção Documentos Brasileiros, 1).

Machado, queria mostrar ao Brasil, nação, um dos pedaços que lhe faltava adicionar para completar.

Segundo lembrado por Antonio Candido em seu Prefácio ao “Raízes do Brasil”, os integralistas eram os principais adversários da geração que leu este livro de Sérgio Buarque de Holanda antes de chegar à universidade. Para aqueles moços, os adeptos da doutrina integralista eram

[...] representantes de uma filosofia política e social perniciosa, sendo, como era, manifestação local do fascismo. No entanto, a distância mostra que o integralismo foi, para vários jovens, mais do que um fanatismo e uma forma de resistência reacionária. Foi um tipo de interesse fecundo pelas coisas brasileiras, uma tentativa de substituir a platibanda liberalóide por algo mais vivo.<sup>136</sup>

É com esse olhar distanciado que compreendemos a inserção dos poemas de Brasil Pinheiro Machado na Enciclopédia do Integralismo na década de 50. Assim, mesmo não tendo sido membro da AIB pôde flertar com a doutrina integralista enquanto via para entender as “coisas brasileiras”.

### **Anos 30**

Em 1935, havia 1.123 grupos integralistas organizados distribuídos em 538 municípios no território nacional, perfazendo cerca de 400 mil adeptos.<sup>137</sup> Em Ponta Grossa, o núcleo integralista foi fundado em maio de 1934 pelo médico e então secretário de Plínio Salgado, o dr. Antonio Figueiredo. Apesar de o *Diário dos Campos* ter noticiado a fundação do núcleo integralista de Ponta Grossa nessa data, tanto Chaves como Ditzel afirmam que já existia uma sede da AIB na cidade desde 1932. “Além da sede principal, situada na Rua Santos Dumont, uma das mais movimentadas do centro de Ponta Grossa, os integralistas estruturaram sub-sedes nos principais bairros da cidade.”<sup>138</sup>

Quando Brasil Pinheiro Machado escreveu o artigo “Introdução ao Integralismo” o *Diário dos Campos* era dirigido pelo russo-alemão José Hoffmann, que também assinava os artigos sobre temas variados em relação à cidade de Ponta Grossa. Pinheiro Machado, bem como o diretor-proprietário desse jornal eram filiados ao Partido Social Democrático (PSD) e, apesar disso, tanto foi possível a escrita como a publicação desse artigo sobre o Integralismo.

<sup>136</sup> CANDIDO, Antonio, ...op.cit., p. xiii.

<sup>137</sup> ARAÚJO, R. B., ...op.cit., p. 25.

<sup>138</sup> CHAVES, N. B., ... op.cit., p.121; DITZEL, C. de H. Mello. **Imaginários e representações: o Integralismo dos Campos Gerais (1932-1955)**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007. p. 129.

Segundo a análise de Niltonci Batista Chaves a respeito dos discursos e representações sociais impressas nessa folha pontagrossense, “[...] todos os políticos filiados ao PSD recebiam apoio do Diário dos Campos nos anos 30 [...]”.<sup>139</sup> Vimos, no entanto, que Pinheiro Machado já possuía lugar privilegiado no *Diário dos Campos* desde a década anterior, quando era outro o proprietário do jornal. Assim, certamente não teve dificuldades para expor seu didatismo a fim de explicar a doutrina integralista, mesmo esta sendo alvo de críticas por parte de Hoffmann.

Ainda de acordo com o estudo realizado por Chaves sobre o papel social do *Diário dos Campos* em Ponta Grossa, constata-se que as notícias veiculadas sobre a mobilização integralista nessa cidade eram numericamente superiores às referentes ao comunismo. Para o autor, isso deve ser interpretado pelo fato da existência de maior quantidade de adeptos ao Sigma em comparação aos ligados à Aliança Libertadora Nacional. Porém, a observação de que um perfil como o de Brasil Pinheiro Machado, filiado ao PSD e fiel ao governo Manoel Ribas ao longo de toda a gestão deste (1932-1945), achou importante explanar a doutrina integralista aos leitores daquele periódico indica uma maior complexidade sobre a presença dessa mesma doutrina naquela cidade; ou seja, a força do movimento integralista, nesse contexto, representou mais do que a sua aparente estrutura, organizada em núcleos municipais, e seus conceitos-chaves fizeram parte da formação de outras posturas políticas.

Portanto, não existe somente uma relação direta entre ser membro de um núcleo integralista e, conseqüentemente, divulgador da doutrina a ele associada, fazendo com que fosse possível a utilização da linguagem dessa mesma doutrina de forma mais ampla do que a mobilização centrada no aparato visual do integralismo (postura, bandeira, vestimenta etc.). Além disso, nota-se que as notícias saídas no *Diário dos Campos* sobre o Integralismo se tornaram mais negativas no que tange à avaliação desse movimento político após a visita de Plínio Salgado a Ponta Grossa, que ocorreu em 1934. O artigo “Introdução ao Integralismo” saiu quase um ano antes disso e, desse modo, fazia bastante sentido sua divulgação.

Quando da publicação do artigo Brasil Pinheiro Machado era diretor do Ginásio Regente Feijó, cargo este para o qual fora nomeado em junho de 1931. O Regente Feijó era o maior estabelecimento de ensino do estado desse nível, logo após o Ginásio Paranaense, de Curitiba. No dia 23 de setembro de 1934, Plínio Salgado, acompanhado de numerosa comitiva, desembarcou na estação ferroviária de Ponta Grossa vindo diretamente de Curitiba, onde, no dia anterior, havia proferido uma palestra sobre a doutrina integralista no Teatro

---

<sup>139</sup> CHAVES, N. B., ...op.cit., p.84.

Guaira. Em Ponta Grossa, apesar da curta estadia, o chefe integralista cumpriu uma extensa agenda. Aqui, vamos nos deter na visita que fez ao Ginásio Regente Feijó:

Entusiasmada a comitiva encaminhou-se para o centro da cidade em visita ao Ginásio Regente Feijó, onde diante da mocidade estudiosa desta cidade elevou a palavra o tribuno dr. Miguel Real [Reale], tecendo um verdadeiro hino a Regente Feijó, considerado como vulto histórico e como um dos precursores do Integralismo pelas suas idéias alevantadas dos altos problemas sociais e econômicos da Nação daquele tempo sob a sua regência na menoridade do Imperador, disse do que o Integralismo sendo um movimento da mocidade ele concitava a mocidade pontagrossense a engrossar as fileiras já gloriosas dos camisas-verdes, afim de tornar o nosso país, social, econômica e moralmente uma grande potência [...].<sup>140</sup>

Brasil Pinheiro Machado era professor catedrático de História do Brasil no Regente Feijó desde 1930 e, quando dessa visita, também exercia o cargo de diretor. Assim, foi ele quem recebeu o líder integralista e sua respectiva comitiva quando se dirigiram para o Ginásio. Ali, após as palavras de Miguel Reale o

[...] Chefe Nacional disse comoventes palavras da situação do Brasil em face das outras nações civilizadas, fazendo ver que [juventude] é que iria dirigir o Brasil futuro fazendo-se mister que estudasse muito para que garantisse ao país uma cultura nova e sólida para bem encaminhá-lo ao futuro, dizendo que aquele dia era o dia da Primavera e que debaixo da bandeira azul e branca do Zigma o Integralismo faria a Primavera da Pátria [...].<sup>141</sup>

Poucos dias depois dessa visita ilustre a Ponta Grossa, o *Diário dos Campos* publicou extensas linhas sobre o que entendia ser uma incoerência encravada no seio do integralismo, qual seja, a participação deste movimento político no ambiente parlamentar. O tom da matéria é uma espécie de lamento quanto ao fato de o Integralismo ter substituído a disciplina doutrinária pela luta partidária. Para apontar essa incoerência, o autor anônimo lembrou que o Integralismo pregou no Manifesto de 1932 a distância dos seus membros em relação aos cargos parlamentares. Como analisa Araújo:

Ora, num movimento de massas tal como o proposto por Plínio, a ética da negociação e do compromisso, o ‘perde e ganha’ típico da atividade parlamentar, baseada precisamente na irredutibilidade das diferenças, tornava-se apenas mais um exemplo da corrupção e da decadência supostamente intrínsecas às instituições liberais. Estas instituições, por isso mesmo, deveriam ser gradualmente suplantadas por um ideal de participação popular universal e ilimitada, que incluísse todos os cidadãos para que eles pudessem intervir em todos os espaços da nossa vida social, orientados por uma única e soberana ideologia, a doutrina integralista.<sup>142</sup>

<sup>140</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, 23 set. 1934.

<sup>141</sup> Idem.

<sup>142</sup> ARAUJO, R. B., ...op.cit., pp. 70-1

Foi justamente essa posição primordial da doutrina integralista e ora corrompida que, segundo o texto acima, Brasil Pinheiro Machado não pôde se tornar membro da AIB e, portanto, “[...] revestido de responsabilidades integralistas porque assumira compromisso político ao lado de um homem de valor – no próprio conceito do chefe integralista – homem de valor esse que é o sr. Manoel Ribas.”<sup>143</sup> Brasil Pinheiro Machado, como dito acima, se manteve comprometido com o governo Ribas, o que não o impediu de flertar com a doutrina integralista, bem como refletir sobre os conceitos básicos desta estruturados na produção intelectual do seu líder, na primeira metade da década de 30. Certamente Pinheiro Machado lera o livro de Plínio Salgado, publicado em 1933 com o título *O que é o Integralismo*, destinado à massa popular para explicar, em linguagem simples, os princípios fundamentais da sua doutrina. Foi da mesma forma, isto é, de apresentação simples e didática, que o professor Brasil escreveu o artigo “Introdução ao Integralismo”.

Naquele ano de 1933, a edição do livro “popular” de Plínio Salgado, e também os desdobramentos da mobilização integralista de norte a sul do país, tornou a doutrina idealizada por ele algo a ser conhecido, debatido, desconstruído e articulado a outros sistemas de pensamento. Era algo novo, mas que fazia parte do efervescente ambiente pós-revolução de 30, época em que surgiram variadas possibilidades políticas e período que se tornou conhecido pela aplicação de alguns pontos da fortuna crítica modernista, principalmente aqueles voltados para a organização da nação de modo mais “técnico” e capaz de mudar efetivamente a “realidade nacional”.

Antes de deixar Ponta Grossa, Plínio Salgado concedeu uma entrevista ao *Diário dos Campos* e a primeira pergunta do repórter foi justamente sobre o aspecto técnico da organização integralista. Eis a resposta:

Naturalmente ninguém tem o direito de se dizer revolucionário, se não tem uma doutrina a realizar, uma cultura organizada, [um plano] pré-estabelecido. Agitar a opinião para depois ficar tateando nas trevas, é um crime contra a Nacionalidade. Vamos mudar o regime. Não se faz isso sem uma filosofia, um sistema econômico, um método cultural, uma atitude nova, um estudo profundo. Mantemos cursos de altos estudos, seções universitárias, publicamos livros, realizamos pesquisas estatísticas. Sem isso não há honestidade. O plano de organização do país está sendo estudado carinhosamente. Enquanto os partidos vivem brigando, [?] uns aos outros, nós, estudamos. Queremos formar os estadistas da Nação. Um dia, a milícia dos camisas-verdes, consciente, doutrinada, sustentará contra os inimigos da Pátria, os grandes reformadores, os construtores do Brasil.<sup>144</sup>

<sup>143</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, 29 set. 1934.

<sup>144</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, 23 set. 1934.



Metodologias, estudos e planos vão ser uma tônica da década de 30. É importante lembrar que, justamente nesse período, foram criadas as primeiras universidades brasileiras com a proposta de ofertar cursos além dos tradicionais Direito, Medicina e Engenharia. A modernização técnica, assim, fazia parte das diversas propostas políticas então construídas, e que tinham como objetivo formar um país dotado de maior organização, a qual garantisse, por sua vez, o desenvolvimento social, econômico, político e cultural. E isso era compartilhado tanto por liberais quanto por autoritários.<sup>145</sup>

Esta preocupação generalizada também está inscrita no curto artigo de Brasil Pinheiro Machado sobre o Integralismo. Logo no início, o professor afirma: “Nada possuímos organizado e nunca poderemos acreditar que um movimento armado vá redimir todos os pecados praticados contra os interesses da Nação. A base de tudo é a organização, e essa nos falta.”<sup>146</sup> Para tanto, apresenta a proposta integralista como via possível para se alcançar a modernização técnica de maneira integral, isto é, através do equilíbrio entre o indivíduo e a coletividade, algo que não era proporcionado pelo “unilateralismo” tanto do liberalismo quanto do comunismo. Em seguida, o articulista apresenta os problemas intrínsecos a estas duas últimas ideologias, igualando-as em termos do resultado comum que ambos causam: a injustiça social. Portanto,

[...] a harmonia da sociedade só pode ser conseguida com uma organização integralista, isto é, uma organização que não considere o indivíduo como base em prejuízo da coletividade (liberalismo) ou a sociedade como fim em si mesmo esmagando o indivíduo (comunismo), mas que seja a soma de todas as faculdades do homem, de todos os seus interesses, direitos e obrigações. [...] Por isso a organização integralista começa defendendo a família como a célula social, dentro do sindicato, célula econômica. Os sindicatos profissionais constituem o Município, que é a célula política. Os Municípios, dentro desses princípios, vão constituir as Províncias que, na mesma ordem, constituem a Nação.<sup>147</sup>

Mesmo não tendo sido “revestido de responsabilidades integralistas”, como apontou aquele articulista anônimo após a visita de Plínio Salgado a Ponta Grossa, Brasil Pinheiro Machado enxergou na proposta do Integralismo um caminho possível para a modernização nacional que conjugasse o desenvolvimento com a justiça social, agregando desde a família até a nação em um mesmo ritmo harmônico.

## Fontes

<sup>145</sup> GOMES, A. de C. Novas elites burocráticas. In: GOMES, A. de C. (Coord.). **Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

<sup>146</sup> MACHADO, B. P. Introdução ao Integralismo. DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, 23 nov. 1933.

<sup>147</sup> Idem.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010

A ORDEM. Rio de Janeiro, ano VIII, número especial, mar. 1929.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, 23 nov. 1933.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, 23 set. 1934.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, 29 set. 1934.

MACHADO, B. P. *4 Poemas*. Ponta Grossa: Oficinas Gráficas do Diário dos Campos, 1928.

SALGADO, P. O Integralismo na vida brasileira In: ENCICLOPÉDIA DO INTEGRALISMO. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, v. 1, [1958].

\_\_\_\_\_. Por que tivemos poetas no Integralismo. In. ENCICLOPÉDIA DO INTEGRALISMO. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, v. 7, p. 7, [1958].

### **Referências bibliográficas**

ARAÚJO, R. B. **Totalitarismo e revolução:** o Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 12ª. Rio de Janeiro, 1978. (Coleção Documentos Brasileiros, 1).

CHAVES, N. B. **A cidade civilizada:** discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos na década de 1930. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

DITZEL, C. de H. Mello. **Imaginários e representações:** o Integralismo dos Campos Gerais (1932-1955). Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.

MEY, L.; ALVIM, E. **Quem contará as pequenas histórias:** uma biografia romanceada de Augusto Frederico Schmidt. Rio de Janeiro: Globo, 2005.

SANCHES NETO, M. Traduzindo o Paraná. In: [www.revista.agulha.nom.br/msanches20.html](http://www.revista.agulha.nom.br/msanches20.html). (acessado em 29/10/2007.)

SEVCENKO, N. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

## **Integralismo e Nazi-fascismo em Minas Gerais**

### **O fascismo como instrumento corporativo na colônia italiana urbana de Juiz de Fora nas décadas de 1920 e 1930.**

Amanda de Oliveira Almeida\*

**Resumo:** O trabalho discute as estratégias do governo fascista em influenciar as colônias dos emigrantes. Aqui se pretende abordar uma parte da colônia italiana urbana de Juiz de Fora que sofreu diversas influências fascistas. Desta forma serão abordadas as contribuições das associações de socorro mútuo e da Casa d'Itália como demonstrativo principal da sintonia do governo italiano fascista e a colônia já citada.

**Palavras Chave:** Fascismo, imigrantes, corporativismo.

O tema central deste artigo são as estratégias diligenciadas pelo governo fascista da Itália para disseminar os ideais e práticas fascistas para uma parte da colônia dos imigrantes italianos de Juiz de Fora. O fascismo será observado como um elemento corporativo das relações desta colônia.

O recorte temporal privilegiado fundamenta-se no fato de que, entre os anos 1920 e 1930 observou-se uma maior integração dos italianos que se fixaram nas áreas urbanas em Juiz de Fora, durante este período era comum segundo o Diário Mercantil a vinda de personalidades italianas para a cidade, acompanhadas de festividades, neste período também foi construída a Casa d'Itália na cidade em 1939, criada pelos imigrantes locais com incentivo do governo fascista.

A análise do fascismo em Juiz de Fora se insere no quadro de História Regional, por se tratar especificamente da relação do fascismo com a colônia italiana de Juiz de Fora.

O corporativismo proposto aqui, se trata do corporativismo fascista. Alguns teóricos tendem a não reconhecerem as diferenças existentes entre o corporativismo católico e o

---

\*Acadêmica do Curso de História no Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, email: amandaalmeidaleitura@yahoo.com.br.

fascista ou a referi-las apenas á perspectiva ética, ou seja, a supremacia do amor e do bem comum sobre os interesses dos bens particulares, a supremacia do interesse nacional.<sup>148</sup>

O corporativismo fascista nasce como exigência das classes dirigentes de uma sociedade que, com o passar de um estagio agrícola a um estagio de maior empenho industrial, sentem necessidade de controlar a marcha de evolução e de juntar se a um fascio as energias do país, a fim de alcançar resultados mais eficazes, com menor dispêndio de meios, ainda segundo o mesmo autor o corporativismo fascista visa a unidade dinâmica.<sup>149</sup>

Segundo Bertonha<sup>150</sup> até a década de 1910 os imigrantes não se viam compatriotas, mas como vênets, calabreses, lombardos ou sicilianos, com grande dificuldade de comunicação e certo pré-conceito. A italianidade só começa a surgir, de fato, a partir da década de 1910, com o advento do fascismo.

Nos anos de 1920 e 1930 a Itália e o regime de Mussolini gozavam de grande prestígio internacional, ainda que mal entendido, baseado em fundamentos muito frágeis, tal sucesso era reconhecido até pelos adversários do fascismo. Para Trento este sentimento de orgulho, mal compreendido resultou em grande orgulho para os italianos e para os imigrantes espalhados pelo mundo, principalmente os que tiveram de enfrentar situações de marginalização, atingindo várias camadas sociais.<sup>151</sup>

Neste contexto o fenômeno de italianidade foi muito difundido no Brasil, em algumas situações houve certo exagero, de forma que a italianidade identificou-se freqüentemente com o fascismo, com participação mais ampla da burguesia e a classe média.<sup>152</sup>

Para fortalecer sua legitimidade, o governo de Mussolini procurou estratégias para a conquista dos italianos fora da Itália, foram adotados vários mecanismos e estratégias de intervenção. Na década de 1920, o regime fascista viu no Brasil terreno fértil para promoção de alianças econômicas, culturais e mesmo políticas. O interesse italiano neste período era de ampliar o comércio e o relacionamento econômico entre Brasil e Itália, tutelar seus emigrantes e em realizar uma difusão cultural.<sup>153</sup>

---

<sup>148</sup> GULIELMI, N. Corporativismo como alternativa. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola. Tradução VARRIALE, C. Carmen. et al. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 1995.

<sup>149</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola. Tradução VARRIALE, C. Carmen. et al. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 1995.

<sup>150</sup> BERTONHA, João Fábio. **Os italianos**. São Paulo: Contexto, 2005, p.56.

<sup>151</sup> TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico: Um século de Imigração Italiana no Brasil**. Instituto Italiano di Cultura di San Paolo- Instituto cultural Ítalo-Brasileiro. São Paulo: Nobel,1989.p.302.

<sup>152</sup> *Idem*, p.303.

<sup>153</sup> BERTONHA, João Fábio. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943. **Revista Brasileira de Política Internacional**.v.40, n.2.Brasília,1997.p.106-130.

10 a 13 de maio de 2010

O que não quer dizer que os Italianos não mantiveram a estratégia de manter o Brasil como suporte para seu excedente demográfico, ainda mais que os estados Unidos haviam fechado as portas para imigração, enfatiza Trento.<sup>154</sup>

Nos anos de 1930 o interesse político no Brasil aumenta na Itália além do progressivo fomento a ideologia fascista. O surgimento de grupos de tendências fascistas abriu um novo canal pelo qual a influência italiana poderia ser transmitida. No Brasil essa possibilidade foi explorada pela Ação Integralista Brasileira.<sup>155</sup>

De fato existia um forte interesse pelos ideais fascistas no Brasil, neste contexto abordado, o governo italiano dispunha de uma coletividade italiana crescente, a propaganda direta, e o advento do integralismo que se relacionava com os ideais fascistas.<sup>156</sup>

Dos mecanismos de estratégia de intervenção do governo fascista destacam-se as escolas, livros didáticos, cadernos escolares, colônias de férias, Institutos Ítalo-Brasileiros, criação de representações do Partido Nacional Fascista e fundação das Casas d' Itália.<sup>157</sup>

O que nos importa aqui neste artigo é a coletividade italiana em especial na colônia italiana urbana de Juiz de Fora.

Juiz de Fora foi uma das cidades mineiras que mais recebeu imigrantes italianos. Embora Juiz de Fora esteja situada em zona de produção cafeeira, esta não demandava de maneira significativa esta mão de obra, devido a presença de ex-escravos e o trabalho de diversos homens livres e pobres. A área urbana, com suas múltiplas atividades que atraíam os imigrantes italianos.<sup>158</sup>

Pode-se verificar a presença do fascismo nesta colônia, um ponto forte que deve ser evidenciado é a presença das sociedades italianas, incluindo as associações de socorro mútuo e de beneficência, que apesar de não contarem com um número muito expressivo de sócios, como as associações da Argentina, espalharam-se por todo o território nacional.<sup>159</sup>

Em Juiz de Fora se sabe da existência, das seguintes associações: Sociedade Beneficente Príncipe de Piemonte (1900-1902), União Italiana Benso Di Cavour (1902),

---

<sup>154</sup> TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico**: Um século de Imigração Italiana no Brasil. Instituto Italiano di Cultura di San Paolo- Instituto cultural Ítalo-Brasileiro. São Paulo: Nobel,1989.p.267-281.

<sup>155</sup> BERTONHA, João Fábio. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v.40, n.2.Brasília,1997.p.106-130.

<sup>156</sup> *Idem*.

<sup>157</sup> FERENZINI, Valéria Leão. Os Italianos e a Casa d'Itália de Juiz de Fora. **Locus**. Juiz de Fora, v. 14, n. 2. jul-dez. 2008.p. 149-159.

<sup>158</sup> CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Trabalho, enriquecimento e exclusão: italianos em Juiz de Fora (1870-1940). In: BORGES, Célia Maia. orgs. **Solidariedades e conflitos**: histórias de vida e trajetórias de grupos de Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2000. p.127-183.

<sup>159</sup> TRENTO, Op. Cit. p.306-311.

Irmandade de São Roque (1902), Casa d'Itália de Juiz de Fora (1939) e Sociedade Ítalo-Brasileira Anita Garibaldi (1946) e Sociedade Umberto Primo.

Essas associações foram criadas para defesa dos interesses comuns da colônia italiana, conservando o sentimento ligado ao seu local de nascimento, além de socorrer seus próprios sócios em momentos de necessidade, elas atuavam também com o fim de prestar socorro aos italianos.<sup>160</sup>

O Fascismo obteve grande sucesso entre os notáveis da colônia, em especial Pantaleone Arcuri<sup>161</sup>, um dos maiores destaques da colônia italiana local e talvez o mais bem sucedido economicamente. Pantaleone participava de várias associações beneficentes tendo presidido a Sociedade Beneficente Dante Alighieri.<sup>162</sup>

Pantaleone Arcuri tinha grandes características fascistas, foi ele um dos homens que mais doaram donativos para a construção da Casa d'Itália, em sua construtora a maioria de seus empregados eram italianos, alguns ele mesmo havia contratado na Itália em uma de suas idas em sua terra natal<sup>163</sup>

A Casa d'Itália de Juiz de Fora serviria à comunidade no que se refere a: Instrução, escola, biblioteca, hospital, beneficência, lazer e esporte. Para atender a esta gama de atividades, o prédio foi construído bem amplo. O projeto foi de autoria de Raphael Arcuri, filho de Pantaleone Arcuri.<sup>164</sup>

A Casa d'Itália apresenta uma monumentalidade e um racionalismo pertinente à estética adotada pelos arquitetos fascistas italianos e que não esquece do principal símbolo daquela ideologia: o fascio, presente na fachada, no portão de entrada da edificação e, mesmo, no piso em tacos de madeira do seu salão principal.<sup>165</sup>

A partir da inauguração da Casa d'Itália a colônia passou a contar com o seu próprio espaço para apresentações artísticas e culturais. Juntamente com a Casa d'Itália a Sociedade Umberto I ofereceu para os filhos de imigrantes, escola que ensinava o português e também o

---

<sup>160</sup> TEIXEIRA, Rosane Siqueira. Nacionalismo-fascismo-italianidade. **Locus**. Juiz de Fora, v.14, n.2, jul-dez.2008.p.187-204.

<sup>161</sup> Pantaleone Arcuri foi um dos grandes empresários no ramo de construções de Juiz de Fora, foi responsável por várias importantes edificações da cidade como o Cine Teatro central, Associação Comercial, Sulacap entre outros importantes prédios.

<sup>162</sup> FERENZINI, Valéria Leão. Os Italianos e a Casa d'Itália de Juiz de Fora. **Locus**. Juiz de Fora, v. 14, n. 2. jul-dez. 2008.p. 149-159.

<sup>163</sup> <sup>163</sup> CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Trabalho, enriquecimento e exclusão: italianos em Juiz de Fora (1870-1940). In: BORGES, Célia Maia. orgs. **Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: UFJF, 2000. p.127-183.

<sup>164</sup> FERENZINI, Valéria Leão. Os Italianos e a Casa d'Itália de Juiz de Fora. **Locus**. Juiz de Fora, v. 14, n. 2. jul-dez. 2008.p. 149-159.

<sup>165</sup> OLENDER, Marcos. Pedra miliar da nossa arte e nossa estirpe: A Casa d'Itália de Juiz de Fora. **Locus**. Juiz de Fora, v.14, n.2. jul-dez. 2008.p.161-186.

italiano em que cadernos recebiam a propaganda fascista e eram repassados aos alunos, era uma das medidas do fascismo para estreitar as relações entre Itália e Brasil.<sup>166</sup>

É inegável a presença do fascismo na colônia supracitada, através de jornais do diário Mercantil que ratificavam a presença inclusive um *fascio* local, em Juiz de Fora que tinha uma sala no prédio da Casa d'Itália inaugurada em 1939, Ângelo Trento afirma ter 130 inscritos<sup>167</sup>, não existe nenhuma bibliografia que relate sobre seu funcionamento e atuação, mas sabe-se ainda que antes da sede na Casa d'Itália ele funcionava na sede da Sociedade Umberto I.<sup>168</sup>

Nos jornais do Diário Mercantil nas décadas de 1920 e 1930 há sempre menção a colônia italiana urbana de Juiz de Fora, era comum, inclusive comemorações, visitas de italianos como a presença do embaixador Ugo sola na ocasião da inauguração da Casa d'Itália em 1939.<sup>169</sup> O mais importante é perceber que existia um grupo organizado com características fascistas as quais os mantinham ligados por sua origem.

Através do advento do fascismo presente nesta colônia supracitada criou-se um ambiente corporativo, de modo que a coletividade desenvolveu situações harmônicas e dirigindo-se eficazmente para a realização dos seus fins, no interesse do desenvolvimento comum.

O fascismo italiano com sua ideologia nacionalista fomentou uma integração dos italianos, inclusive os que deixaram sua terra natal. Com o sentimento nacionalista criou-se uma identidade italiana que configurou uma mentalidade corporativa e solidária entre os italianos da colônia urbana de Juiz de Fora. Desta forma as associações de socorro mútuo contribuíram para o resgate a cultura italiana, como elemento aglutinador dos muitos italianos que em Juiz de Fora viviam.

---

<sup>166</sup> FERENZINI, Op. Cit., p.149-159.

<sup>167</sup> TRENTO, Op. Cit. p.311 e 313.

<sup>168</sup> FERENZINI, Valéria Leão. Os Italianos e a Casa d'Itália de Juiz de Fora. **Locus**. Juiz de Fora, v. 14, n. 2. jul-dez. 2008.p. 149-159.

<sup>169</sup> DIÁRIO Mercantil. Grande comemoração a visita do Embaixador Ugo Sola na inauguração da Casa d'Itália. 06\11\1939, p. 1. Arquivo Histórico da prefeitura de Juiz de Fora.

Everton Fernando Pimenta\*

**Resumo:** O objetivo do presente trabalho é realizar uma breve análise do surgimento e das mudanças pelas quais passaram as manifestações políticas do casal de imigrantes italianos, Ines e Aroldo Piacesi, integrantes da elite intelectual da cidade de Barbacena-MG, entre o período de 1923 e 1945, inserindo-as num repertório de ações possíveis, próprio de uma cultura política que se engendrava no Brasil no período proposto.

**Palavras-chaves:** Integralismo, Fascismo, Imigrantes.

## **Introdução**

Nas últimas décadas tivemos em nossa historiografia um grande aumento no número de produções dedicadas à análise do Movimento Integralista que podem, de acordo com título do presente evento, ser inseridas no campo de estudo das idéias e experiências autoritárias no Brasil contemporâneo.<sup>170</sup>

Podemos levar em conta muitos fatores para tentarmos explicar esse crescimento mas destacaremos as análises de João Fábio Bertonha e Rodrigo Santos de Oliveira, que nos fornecem um bom caminho para tanto. Segundo Bertonha, dentre os motivos para tal revitalização, podemos destacar as mudanças teórico-metodológicas pelas quais a historiografia passou nessas últimas décadas que, ao revalorizar o universo da política em detrimento de análises de cunho mais estruturalistas, notadamente influenciadas por uma tradição advinda do marxismo ou mesmo da Escola dos Annales, teria aberto espaço para tais tipos de estudo. (BERTONHA, 2010: 1-3). Além disso, tivemos a abertura de um bom

---

\* Bacharel em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Atualmente é professor da Rede Municipal da Prefeitura de Elias Fausto-SP. Email: evertonpimenta@yahoo.com.br. Obras mais importantes: PIMENTA (2006, 2007 e 2008).

<sup>170</sup> Em seu recente livro, *Bibliografia Orientativa sobre o Integralismo (1932-2007)*, João Fábio Bertonha, através de um levantamento bibliográfico dos trabalhos produzidos nas últimas décadas sobre a temática do Integralismo, confirma tal crescimento. O autor contabilizou um total de 83 textos produzidos sobre o tema na década de 1971-1980, um total de 98 textos para a década seguinte, 1981-1990, um total de 164 textos, na década de 1991-2000 e um total de 283 textos entre 2001 e 2007. (BERTONHA: 2010: 2)



número de arquivos que servem de subsídios para tais pesquisas, como, por exemplo, os arquivos produzidos pelas atividades dos DOPS estaduais. Por fim, há que se atentar também para a mudança ocorrida em relação ao próprio clima político e social no período pós-ditadura, fato que teria feito com que as interdições a esse tipo de estudo diminuíssem ou deixassem de existir.

Como realizar pesquisas sobre o anticomunismo dentro de uma estrutura de estado repressiva e autoritária, cuja principal afirmação e justificativa para manter-se no poder era o combate ao comunismo? Como ir contra “verdades absolutas” defendidas por esse governo, tais como a crueldade dos comunistas que assassinavam seus companheiros enquanto dormiam durante a Intentona Comunista de 1935, ou na veracidade do Plano Cohen que “obrigou” os militares a apoiar Getúlio Vargas para decretar o Estado Novo, e assim defender o país das “garras de Moscou”? (OLIVEIRA, 2004; 60-61)

Sendo assim, notamos, desde a última década, uma pulverização dos trabalhos sobre o Movimento Integralista, que não mais se dedicam apenas às temáticas privilegiadas pelos primeiros estudos sobre o tema. Para fins didáticos, podemos dividir os estudos sobre a temática em três tipologias, sendo que estas não apresentam delimitações temporais precisas, tampouco uma categorização rígida. A primeira delas, que chamamos de *Estudos sobre o Integralismo enquanto movimento de massas de caráter nacional*, compreenderia as obras tidas como pioneiras no seio das Ciências Humanas.<sup>171</sup> Já a segunda, aqui chamada de *Estudos Regionais sobre o Integralismo*, compreenderia os trabalhos que, ao invés de se dedicar à análise da organização nacional do integralismo e abordá-lo através seus aspectos teóricos e ideológicos, preferiu se concentrar em recortes espaciais regionais ou até mesmo locais.<sup>172</sup> Já a terceira delas, *Integralismo: “Novos Estudos e Reinterpretações”*, cujo título é uma alusão à obra produzida a partir do 1º Encontro de Pesquisadores do Integralismo (DOTTA: 2004), realizado na cidade de Rio Claro-SP em 2002, refere-se às novas temáticas propostas para o estudo do Integralismo que surgiram nessas últimas décadas.<sup>173</sup>

---

<sup>171</sup> Destacamos os trabalhos de TRINDADE (1979), CHASIN (1978) e VASCONCELOS (1979) cujos questionamentos se voltavam para suas origens ideológicas e sua vinculação ou não com o fascismo italiano.

<sup>172</sup> Destacamos: GERTZ (1977), CALDEIRA (1999) e BRUSANTIN (2004). Essas obras, ao reduzir a escala analítica adotada pelos primeiros trabalhos e apresentar recortes regionais e locais, trouxeram à luz diferentes olhares e questões, apresentando novas possibilidades de pesquisa.

<sup>173</sup> Destacamos o surgimento de trabalhos sobre o anti-semitismo e o racismo integralista, sobre o integralismo no período pós 1945, sobre a relação entre os trabalhadores e o movimento integralista entre outros. Ver: CYTRYNOWICZ (1992); MAIO (1992); CALIL (2010); CRUZ (2004); DOTTA (2003) e GONÇALVES (2010). Enfatiza-se que o referido evento da cidade de Rio Claro foi fruto do esforço de pesquisadores dedicados ao tema. Além desse encontro, outros três já foram realizados reunindo cada vez mais trabalhos, fato que comprova a relevância e o crescimento no número de pesquisadores ligados à temática. Hoje, organizados como GEINT (Grupo de Estudos do Integralismo), presente em quase todos os estados do país, os pesquisadores do Integralismo vêm cada vez mais diversificando os olhares e formas de abordagem contribuindo em muito para

Em face da categorização exposta, nosso trabalho abordaria tanto aspectos regionais, por ter como recorte espacial, Barbacena-MG, quanto aspectos presentes no terceiro grupo de estudos por se propor um trabalho de cunho biográfico. Por fim, enfatizamos ainda que o presente trabalho, por se tratar de um esboço de nosso projeto de mestrado, apresenta um caráter demasiado incipiente, fornecendo poucos subsídios para apresentação de resultados.<sup>174</sup> Portanto, nos limitaremos a lançar algumas hipóteses que poderão ou não ser comprovadas no futuro de acordo com o aprofundamento do estudo.

### **Ines e Aroldo Piacesi: O surgimento de suas atividades políticas.**

Natural da cidade de Fabro, situada nos arredores de Roma, Ines Piergentile mudou-se para o Brasil em 1900, juntamente com sua mãe e seus primos Aroldo e Nelo Piacesi, a fim de reencontrar seu pai que havia imigrado nos primeiros anos da Primeira República. Em Barbacena-MG, no ano de 1912, ela casou-se com seu primo Aroldo, tornando-se Ines Piacesi.<sup>175</sup>

Em 1923, Aroldo Piacesi fundou um dos primeiros cinemas de Minas Gerais, o *Cine-Teatro Apollo*, e também o *Apollo Jornal*, no qual exercia o cargo de diretor e a atividade de colunista. Além de ter sido proprietário do cinema e do jornal, dois dos mais importantes meios de comunicação do período, pelo fato de ser descrito como uma pessoa com grande interesse pela leitura, com ênfase em assuntos como literatura, filosofia, história e política, de ter possuído uma ampla biblioteca que contava com um grande número de obras<sup>176</sup> e de ter sido um dos membros fundadores da Academia Barbacenense de Letras, pode-se atribuir a Aroldo Piacesi a condição de pertencente à elite intelectual barbacenense.

O fato de Aroldo Piacesi ser uma pessoa detentora de um certo grau de erudição é importante na medida em que é possível conjecturar que o mesmo tenha exercido influência

---

com nossa produção historiográfica. Ver: BERTONHA (2010), OLIVEIRA (2009).

<sup>174</sup> O referido projeto de mestrado propõe a continuidade de nosso trabalho monográfico no qual analisamos as atividades da imigrante italiana Ines Piacesi enquanto professora, colunista e proprietária de um jornal, desenvolvidas na cidade de Barbacena-MG. Buscamos destacar as estratégias por ela utilizadas na tentativa de galgar espaços na esfera pública, usualmente não ocupados por mulheres na primeira metade do século passado, sem perder de vista suas escolhas e dilemas que foram, de certo modo, cerceadas em decorrência da força exercida pelos sistemas normativos da sociedade na qual viveu. (PIMENTA: 2007).

<sup>175</sup> Pode-se presumir que a escolha pela cidade de Barbacena-MG tenha ocorrido pelo fato de que lá existia uma colônia italiana, a colônia Rodrigo Silva. Ver: Entrevista com Elge Ausonia Piacesi Calvi concedida ao autor. Barbacena, 08/06/2006; Entrevista com Maria Ines Leda Piacesi concedida a Éverton Pimenta e Francisco de Castro Samarino e Souza. Belo Horizonte, 08/01/2007.

<sup>176</sup> Aproximadamente 3000 obras. Entrevista com Maria Ines Leda Piacesi concedida a Éverton Pimenta e Francisco de Castro Samarino e Souza. Belo Horizonte, 08/01/2007.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

sobre o desenvolvimento das atividades jornalísticas de Ines Piacesi, exercidas em sua longa carreira de mais de 50 anos, na qual recebeu destaque ao abordar temas como pedagogia, educação, política, família, entre outros, sempre com grande desenvoltura. Não obstante, assim como seu marido, ela também pode ser classificada como integrante da elite intelectual local, recebendo o reconhecimento por isso, quando, após a morte de seu marido, assumiu sua cadeira na Associação Barbacenense de Letras.

Ainda que, através de nossa atual documentação, notamos que as atividades jornalísticas de Ines se iniciaram antes da fundação do *Apollo Jornal*, aproximadamente no ano de 1920, quando a mesma passou a atuar como colaboradora do jornal *O Sericicultor* (MASSENA, 1985: 386), pode-se presumir que ela foi impulsionada a partir de meados da década de 1920. Desde então, ela passou a escrever para diversos jornais, sendo que, na década de 1930, tornou-se proprietária e diretora do jornal *O Rubicon*, aqui visto como o ponto alto de sua carreira jornalística.<sup>177</sup>

Em relação aos jornais que pertenceram à família Piacesi, *Apollo Jornal* e *O Rubicon*, notamos que ambos eram descritos como parte integrante da *Empresa Aroldo Piacesi*, tendo como objetivo promovê-la. O primeiro, distribuído gratuitamente aos clientes na ocasião das sessões do *Cine-Teatro Apollo*, geralmente continha notícias referentes ao cinema e à sua programação. Ainda que tenha circulado num pequeno intervalo de tempo, entre agosto de 1923 e janeiro de 1924, muito significativa foi a presença da defesa do regime fascista italiano, realizada por Aroldo Piacesi, em 1º janeiro de 1924, momento no qual tal regime ainda estava em processo de recrudescimento.<sup>178</sup>

Tais manifestações políticas de Aroldo Piacesi em defesa do fascismo não pararam por aí. Além de defender o fascismo através do *Apollo Jornal*, ele também o fez através do jornal *Rubicon*, de sua atividade como agente consular da Itália em Barbacena e de sua atuação enquanto membro da associação italiana local, na qual eram difundidas tanto idéias pró-fascismo quanto pró-integralismo na década de 1930.<sup>179</sup>

---

<sup>177</sup> Dentre os jornais para os quais escreveu destacam-se: *Apollo Jornal*, *O Rubicon*, *O Sericicultor*, *O Nacionalista* e *Cidade de Barbacena* (Barbacena-MG), *Diário do Comércio* e *A Tribuna* (São João del Rei - MG), *Diário Mercantil*, *Jornal do Comércio* e *O Lince* (Juiz de Fora - MG), *Diário da Tarde* e *Estado de Minas* (Belo Horizonte - MG), *O Triângulo* (Araguari-MG), *Correio Carmelitano* (Monte Carmelo-MG) e *O Povo*, *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro). *O Rubicon* circulou durante o período de 14/06/1935 à 22/06/1952, somando mais de 360 edições.

<sup>178</sup> “Pátria”, *Apollo Jornal*, 01/01/1924. p.1.

<sup>179</sup> Constantemente eram realizados discursos e comemorações na sociedade italiana, da qual Aroldo Piacesi fez parte, a favor do integralismo e do fascismo. A esse respeito destacamos os seguintes artigos publicados nos jornais da cidade: “*A “marcha sobre Roma” e “Vittorio Veneto” na sociedade italiana*”, “*4 de novembro na sociedade italiana*” publicados no jornal *Cidade de Barbacena* respectivamente em 31/10/34 e 10/11/34.

10 a 13 de maio de 2010

No exercício de suas atividades como agente consular, o mesmo inseria-se na mais sofisticada estrutura utilizada pelo governo italiano para o controle das coletividades italianas, propagação de sua ideologia e defesa de seus interesses, ou seja, a rede consular, espalhada de maneira capilar em grande parte de nosso território, fazendo-se presente, tanto em grandes centros, quanto em locais ermos. Por conta disso, era possível, como propõe João Fabio Bertonha, que o mesmo mantivesse contatos com membros do governo italiano.

Sendo ou não conhecidos, estes homens foram de importância fundamental para a consolidação da rede de propaganda fascista no país, intensificando a repressão aos antifascistas, avançando com decisão na tarefa de conquistar escolas, associações e jornais para o regime, etc. (BERTONHA, 2001: 114).

Assim, do mesmo modo que ele pode ter exercido certa influência intelectual sobre Ines Piacesi, é possível também conjecturar que, em decorrência de sua militância pela causa fascista, o mesmo também pode ter ocorrido em relação à política. Destarte, notamos o despertar do interesse pela política em Ines justamente num momento no qual a experiência fascista já apresentava um maior grau de maturidade, quando já existia no Brasil, desde 1932, um movimento político de orientação política fascista, o Integralismo, do qual a mesma fez parte e realizou ampla defesa em seu jornal *Rubicon* desde suas primeiras edições.

Destaca-se que, desde seus primeiros números, o *Rubicon* buscava fugir do rótulo de jornal político. Era constante a aparição de dizeres em seu cabeçalho que objetivavam dissociá-lo disto, como em sua primeira edição, na qual ele se intitulava como um jornal “*Recreativo, noticioso, brincalhão e teimoso*”.<sup>180</sup> Contudo, aos poucos ele foi se tornando um jornal que claramente veiculava idéias pró-fascistas e pró-integralistas, escritas tanto pelo casal Piacesi quanto por seus diversos colaboradores, sendo inclusive acusado disso.

Em sua edição de número quinze, foi publicada uma matéria extraída do jornal carioca *A Nação*, intitulada “*Itália*”, na qual seu autor exaltou Mussolini pelo fato de o mesmo ter unido e guiado a Itália à grandeza.<sup>181</sup> Ainda a esse respeito, chama atenção a publicação das matérias escritas por Aroldo Piacesi intituladas “*Mosaicos*” e “*Croniqueta Internacional*”, datadas, respectivamente, de 26/11/1938 e 14/01/1939, nas quais ele criticou a realização de uma conferência Pan-americana realizada na cidade de Lima-Peru, ocasião na qual teria sido realizada uma campanha antifascista encabeçada pelos Estados Unidos.

---

<sup>180</sup> *Rubicon* edição nº 1 de 14/06/1935.

<sup>181</sup> *Rubicon* edição nº 15 de 14/09/1935.

É importante destacar que, se desde a década anterior Aroldo Piacesi já defendia o regime fascista por meio dos jornais e continuou a fazê-lo na década de 1930, em relação à Ines, tal defesa passou por algumas mudanças. Através da análise de seus artigos com conteúdos sobre política no *Rubicon*, verificou-se que o tom dos mesmos foi, aos poucos, se distanciando da defesa do fascismo italiano e se aproximando do Integralismo.

Acreditamos que isso possa ter ocorrido pelo fato de que a mesma fazia parte de uma geração de italianos que mantinha mais relação com o Brasil enquanto pátria do que com a Itália, sua terra natal. (BERTONHA, 2001:194-202). Tal faceta política não se aplicaria a Aroldo Piacesi, pois, mesmo em solo brasileiro, ele manteve forte relação com a Itália, vista como “pátria-mãe”.

Nesse sentido, ao analisar as atividades políticas de Aroldo Piacesi, entendemos que ele configurou-se como um importante defensor do fascismo, ao passo que Ines tornou-se uma importante defensora do Integralismo contribuindo bastante com a publicização do movimento através de seu jornal.

Desde o final do ano de 1935, notou-se um substancial aumento no número de matérias que envolviam o movimento, tal como a intitulada “*Na vanguarda*”, escrita pelo Professor S. Lacerda, de São João del Rei-MG, na qual o autor elogia o *Rubicon* por não mudar o tom político e não ter medo de cair na censura.<sup>182</sup>

Vemo-lo bradando no “front” contra o comunismo ao lado do governo constituído, culpado embora, mas penitente pela ordem, pelo regime, na atual avançada dos destruidores vermelhos, de Deus, Pátria e família (...) Merece, portanto, “*Rubicon*” as congratulações dos soldados do Sigma, que se acham com ele, na vanguarda e nas trincheiras mais avançadas da luta pela ordem e pela justiça.<sup>183</sup>

### **A mudança de conjuntura e as consequências em suas atividades políticas.**

Por ser uma figura de destaque na cidade, uma vez que foi professora, proprietária de um jornal, de um cinema, e, notadamente, uma polemista arrojada, Ines, em decorrência dessa sua defesa do Movimento Integralista, chamou para si a atenção da polícia política, sobretudo quando defendeu o movimento durante suas aulas, no período posterior à instalação do Estado Novo.

---

<sup>182</sup> Entendemos que, embora o jornal *Rubicon* não tenha feito oficialmente parte da estrutura de jornais pertencentes ao Movimento Integralista, ao defender o Integralismo publicamente com bastante intensidade, sobretudo após o ano de 1936, momento no qual o movimento passou por grande crescimento, sendo tal período considerado como o *ano verde*, o mesmo pode ser considerado um jornal oficioso do movimento.

<sup>183</sup> *O Rubicon* edição de nº 29 de 21/12/1935.

10 a 13 de maio de 2010

Em ofício enviado pelo tenente da cidade de Barbacena, Adelino Trindade, ao Secretário de Educação do estado de Minas Gerais, datado de 22/11/1937, o referido tenente pediu para que fossem tomadas as devidas providências pelo fato de que Ines Piacesi, “*por ocasião das aulas pregava a seus alunos a doutrina do SIGMA, dizendo que dentro de oito a vinte dias, a bandeira integralista flutuaria em todas as Prefeituras municipais.*”<sup>184</sup>

Tal ofício não foi o único que versava sobre as manifestações políticas da mesma. No dia seguinte, novamente foi produzido um documento que afirmava ser Ines integralista e “*ao envez de ensinar aos seus alunos o que o programa escolar manda, ensina-lhes a doutrina integralista, trazendo embaraços para aquele estabelecimento.*”<sup>185</sup>

A nova conjuntura inaugurada pelo Estado Novo parece ter tido forte impacto sobre as atividades de propagação do ideário político fascista e integralista defendido pelo casal na cidade. Logo após o golpe do Estado Novo, houve um maior monitoramento sobre o Movimento Integralista na cidade e, conseqüentemente, sobre Ines Piacesi.

Com a análise da documentação produzida pelo DOPS-MG sobre os integralistas locais nessa conjuntura, ainda que levemos em conta que tal documentação possui um caráter parcial, a mesma parece apontar para uma intensificação das atividades dos integralistas nos momentos eminentemente anteriores ao fechamento de suas sedes locais. Assim, tivemos que, mesmo antes do mal-estar ocorrido com Ines Piacesi na escola, em 19 de novembro de 1937 os integralistas fizeram um pedido ao delegado da cidade para hastear a bandeira do movimento que acabou sendo negado pelo mesmo.<sup>186</sup>

É importante notar sobre tais atividades integralistas que, mesmo que as manifestações pretendidas fossem pacíficas, que o monitoramento por parte da polícia política fosse demasiado excessivo ou que ele fosse justificável por elas serem intensas na cidade, justamente no momento no qual os partidos políticos haviam sido postos na ilegalidade, – esta é uma das muitas questões a serem resolvidas com o aprofundamento de nosso estudo – o fato é que, no dia 04/12/1937, foram fechados os núcleos da Ação Integralista locais, sem, contudo, terem se encerrado as atividades de monitoramento sobre seus ex-integrantes, apesar de seu fim enquanto partido político.

Portanto, a partir da implantação do Estado Novo, as atividades de vigilância da polícia política sobre simpatizantes do ideário que comungava de algumas idéias mais gerais

---

<sup>184</sup>Tal documento referia-se as aulas de Ines em 19/11/1937, poucos dias após o início do Estado Novo. Documento 09/81, pasta 4504, Rolo 64, APM/DOPS-MG.

<sup>185</sup> Documento 62/81, pasta 4504, Rolo 64, APM/DOPS-MG.

<sup>186</sup> Documento 61/81, pasta 4504, Rolo 64, APM/DOPS-MG.

10 a 13 de maio de 2010

de orientação fascista, dentre eles os integralistas, não pararam por aí.<sup>187</sup> Pelo contrário, no período posterior ao início da Segunda Guerra Mundial, ampliaram cada vez mais seus tentáculos ao passar a incluir também os imigrantes italianos, japoneses e alemães no rol de elementos perigosos.

A esse respeito, em meio à documentação referente ao Integralismo produzida pelo DOPS na cidade, percebemos que, nos meses anteriores à eclosão do conflito, tivemos um aumento no número de pedidos de bons antecedentes criminais para efeito de naturalização de pessoas oriundas da Itália, Portugal e até do Líbano. Entre esses pedidos, encontramos um ofício que trata do pedido de certidão de bons antecedentes criminais para fins de naturalização de Ines Piacesi, que foi assim respondido:

Não foi passado o atestado de bons antecedentes, em vista do que consta nesta delegacia a respeito da mesma. Emitimos apenas uma certidão, que ella poderá juntar ao processo de naturalização, que será encaminhado ao Ministério da Justiça por intermédio da Secretaria de Educação. Por isso, são devolvidos sellos na importância de treze mil e quinhentos reis.<sup>188</sup>

O monitoramento sobre os imigrantes de origem italiana, japonesa e alemã na cidade foi constante nos meses anteriores ao início do conflito, sendo que o mesmo foi intensificado após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. A essa situação somam-se as manifestações populares locais de repúdio aos partidários do eixo, conforme foi descrito em documento da polícia política em 11/09/1942, que dizia o seguinte:

Alemão Elwin Gsanek detido pela regional em meio a mais estrangeiros, morava numa chácara afastada do centro, teve sua casa apedrejada pelo povo, e nesta foram encontrados papéis em língua alemã que foram encaminhados ao serviço de tradução. Sua casa passou a receber proteção policial e este já em liberdade criticou o Brasil e sua posição no conflito internacional aos policiais que protegiam sua casa. Acusa os negros, bandidos e preguiçosos de saquear sua casa.<sup>189</sup>

Embora não tenhamos encontrado nenhum indício de monitoramento de Aroldo Piacesi por parte do DOPS-MG, entendemos que a nova conjuntura representou certo estreitamento das possibilidades de divulgação das idéias políticas do casal. O monitoramento sobre ex-partidários do Integralismo e do Fascismo, aliado ao monitoramento sobre os

---

<sup>187</sup> Não é nossa intenção discutir se o Integralismo foi ou não um tipo de fascismo. Partimos da idéia de que ambos possuíam algumas características mais gerais em comum que podem categorizá-los dentro de um mesmo espectro político de extrema direita.

<sup>188</sup> Documento 08/81, pasta 4504, Rolo 64, APM/DOPS-MG.

<sup>189</sup> Documento 17-21/206, pasta 4503, Rolo 64, APM/DOPS-MG.

imigrantes oriundos da Itália, Alemanha e Japão, tornaram-se um empecilho que representou um duro golpe para a defesa de seus ideais políticos. O casal Piacesi acabou se naturalizando brasileiro e alterando o tom de suas manifestações políticas. É importante buscar entender qual impacto tais naturalizações tiveram, uma vez que representaram coisas diferentes para o casal.

Para Ines, o fato de se tornar brasileira pouco alterava o tom de suas idéias políticas, uma vez que, ainda que tenha sido partidária do Integralismo, o mesmo era um partido brasileiro. Portanto, com o fim das atividades integralistas, tal naturalização poderia até ser vista com bons olhos por parte da polícia política. Para Aroldo, a situação era um pouco diferente, pois representava uma substancial mudança. Ao se tornar brasileiro, ele perdeu o cargo de agente consular italiano, um dos principais canais para divulgação de seus ideais.

Contudo, mesmo com o aumento da vigilância por parte da polícia política sobre os imigrantes italianos, com o fechamento dos núcleos da Ação Integralista Brasileira na cidade, com o fim das atividades de Aroldo enquanto agente consular e com o maior controle sobre o que era publicado nos jornais por parte do novo governo, percebemos que ambos não abriram mão de seus ideais políticos, apenas adequaram-nos à nova conjuntura brasileira.

Em relação a Ines, temos que, com o fim da Ação Integralista Brasileira, ela passou a enfatizar a figura de Getúlio Vargas como uma espécie de continuador possível para suas idéias. Essa sublimação de seus ideais foi percebida a partir da análise de seu jornal que, em 24/04/1938, já trazia, em sua primeira página, duas matérias que descreviam o golpe do Estado Novo e a figura de Getúlio Vargas da seguinte forma:

Sobre a personalidade e sobre os actos do presidente Getúlio Vargas, muito se tem escripto e muito se tem lido e é commum ouvir-se fallar no golpe de 10 de novembro; no meu modo de ver não houve nenhum golpe na acepção lata do termo. O que aconteceu foi simplesmente o seguinte: comprehendendo as necessidades e os anseios de quarenta milhões de brasileiros, o presidente Getúlio Vargas satisfez a vontade de todos nós, dando-nos uma instituição modelo e em actos cathegoricos deu-nos a prova indiscutível de que o homem do qual a quarenta annos esperamos, está a frente dos destinos do Brasil, numa affirmação patente de que o leme está bem governado. (...) Demos a s. exc., como sempre, nosso incondicional apoio, porque o merece, porque está governando dentro dos preceitos da justiça, porque quem d'elle precisa somos nós e portanto a pátria.<sup>190</sup>

19 de abril é a data que assignala o nascimento do “duce” brasileiro Getúlio Vargas, este chefe insuperável, que vive desprendido de si próprio, este homem extraordinário que na sua frente só vê o Brasil – o seu Brasil! Que em seu coração, só sente amor pelos seus patricios – que na sua cabeça só traz calma e problemas de grandeza a resolver. (...) De facto, como poderia garantir a felicidade, o bem estar público, quanto todo mundo manda, parte, reparte e quer ficar sempre com a melhor

<sup>190</sup> “A César o que e de César”, *Rubicon*, 24/04/1938, página 1, matéria assinada por De Feijó.



10 a 13 de maio de 2010

parte? Para se ajustar uma engrenagem destas, é preciso mais do que coragem, é preciso – heroísmo de Titan. E estamos nos convencendo por experiência, de que o sabio Marconi, tinha razão, quando afirmava: “Não são as democracias liberais, que dão os bons governos; é o governo de um só consciente e forte, no enrodilhamento de um por todos e todos por um em bloco coeso, e disciplinado.”<sup>191</sup>

Mesmo antes do fechamento dos núcleos integralistas, notamos, a partir da análise de seus artigos, que Ines parecia nutrir grande simpatia pelos grandes ditadores do período. Em entrevista com uma de suas filhas, ela foi descrita como uma pessoa enérgica que admirava a figura de Getúlio Vargas, Hitler e Mussolini.<sup>192</sup> Assim, quando após o fim das atividades integralistas encontramos em seu jornal uma matéria que, ao trazer os nomes dos homens considerados os “homens dos séculos”, citava os nomes de Getúlio Vargas, Mussolini e Plínio Salgado, entendemos de que modo operou a sublimação de seus pensamentos políticos.<sup>193</sup>

Já em relação a Aroldo, temos que a defesa e exaltação do regime italiano de Mussolini não parou, mesmo depois de sua naturalização. Ainda que a presença de seus artigos seja mais rarefeita no período posterior a 1937, quando eles se fizeram presentes, buscavam sempre enaltecer a grandeza da Itália. Para uma de suas filhas, ele creditava a Mussolini e ao Fascismo a responsabilidade por ter unificado as várias “tribos italianas” que falavam dialetos diferentes e que não viviam enquanto um país.<sup>194</sup>

## Conclusão

Ao buscar analisar, ainda que brevemente, as relações do casal Piacesi com o Fascismo e o Integralismo no período proposto, buscando perceber o surgimento e as mudanças sofridas pelos movimentos, bem como de que modo eles se valeram do repertório disponível a tais tipos de manifestações políticas, notamos que o casal se valeu de sua privilegiada posição em meio à sociedade barbacenense, se tornando importante divulgador do ideário fascista e integralista na cidade.

Significativas foram as diferentes estratégias utilizadas para a publicização de seus ideais políticos, que aqui são entendidas, à luz do trabalho de Sidney Tarrow (2009) como “repertórios”.<sup>195</sup> “Repertórios” podem então ser definidos como “as maneiras através das

---

<sup>191</sup> “Uma data Nacional que passará para a História” *Rubicon*, 24/04/1938, página 1, matéria sem indicação do autor.

<sup>192</sup> Entrevista com Maria Ines Leda Piacesi concedida a Éverton Pimenta e Francisco de Castro Samarino e Souza. Belo Horizonte, 08/01/2007.

<sup>193</sup> “Quaes são os homens do século?”, *Rubicon*, 10/04/1938, página 1.

<sup>194</sup> Entrevista com Maria Ines Leda Piacesi concedida a Éverton Pimenta e Francisco de Castro Samarino e Souza. Belo Horizonte, 08/01/2007.

<sup>195</sup> O conceito de repertório utilizado por Tarrow, segundo o próprio autor, é tributário das reflexões desenvolvidas por Charles Tilly na obra *Popular Contention in Great Britain 1758-1834*.

Eles podem servir de ajuda para que possamos

Descrever o que acontece, identificando um conjunto limitado de rotinas que são apreendidas, compartilhadas e até executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha. Os limites daquele aprendizado restringem as opções disponíveis para a interação coletiva e estabelecem as bases para as futuras escolhas. As pessoas tentam novas formas na busca por vantagens táticas, mas o fazem aos poucos, na margem de rotinas bem estabelecidas. (TARROW, 2009: 51)

Nesse sentido, entendemos que o casal Piacesi lançou mão de um amplo repertório de ações disponíveis para a propaganda pró Fascismo e Integralismo, tais como a utilização do cinema para divulgação de filmes a favor do regime de Mussolini, para realização de palestras pró-Integralismo, contra o comunismo, e dos escritos de ambos no jornais. No uso deste repertório, eles demonstraram um alto grau de habilidade e sofisticação pois, além do cinema e do jornal serem dois dos mais sofisticados meios de comunicação de massa do período, eram complementados pelas atividades de professora e agente consular.<sup>196</sup>

Desse modo, com o estudo sobre nossos personagens, visualizamos a construção de um projeto político de orientação fascista que, embora realizado através de duas vertentes diferentes, a ênfase na defesa do Fascismo italiano por parte de Aroldo e do Integralismo por parte de Ines, lançando mão de um variado repertório político disponível no período, parecem ter se completado.

Vale ressaltar a relevância e a peculiaridade desse estudo uma vez que boa parte dos trabalhos que se debruçam sobre a relação do Brasil com a Itália fascista referem-se às relações entre os dois países, com atenção especial a regiões de grandes centros como, por exemplo, Rio de Janeiro. Além disso, temos que de acordo com seu levantamento acerca das obras produzidas sobre o Integralismo, o estado de Minas Gerais carece de mais estudos, assim como os trabalhos de cunho biográfico sobre líderes ou mesmo simples militantes (BERTONHA, 2010: 7-9).

Portanto, ao abordar a atuação do casal Piacesi, procuramos dar nossa pequena parcela de contribuição para o entendimento de como essa propaganda fascista se dava em mais regiões distantes dos grandes centros, salientando que foram apresentados apenas resultados parciais e, pelo fato do trabalho encontrar-se ainda em fase inicial, muitas das hipóteses aqui propostas para a interpretação de sua trajetória podem ou não ser pertinentes.

---

<sup>196</sup> Lançando mão de todos esses repertórios eles buscaram atingir um amplo público. A maneira como ocorreu a recepção de suas manifestações políticas é um dos pontos que buscaremos investigar com o aprofundamento de nosso estudo.

## **Bibliografia**

ALVARENGA, Plínio. *Barbacena Princesa dos Campos, Cidade das Rosas*. Barbacena: Editora Cidade de Barbacena, 1993.

BENCHIMOL, Jaime. (Org.) “Debate: Narrativa documental e literária nas biografias.” In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol. 2, nº2. Rio de Janeiro: jul/out 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em 20/06/07.

BERTONHA, João Fábio. *Sob a sombra de Mussolini: os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo, 1919-1945*. São Paulo: Annablume, 1999.

\_\_\_\_\_. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

\_\_\_\_\_. *Sobre a direita: estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo*. Maringá: Eduem, 2008.

\_\_\_\_\_. *Bibliografia Orientativa sobre o Integralismo (1932-2007)*. Jaboticabal: Funep, 2010.

BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. *Anauê Paulista: um estudo da prática política da primeira cidade integralista do Estado de São Paulo (1932-1943)*. Dissertação de Mestrado (História). Universidade Estadual de Campinas, 2004.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e Política Regional. A Ação Integralista Brasileira no Maranhão, 1933-1937*. São Paulo: Annablume, 1999.

CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel: Edunioeste, 2010.

CAVALARI, Rosa Maria Feitero. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: Edusc, 1999

CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado – Forma de regressividade no capitalismo hiper tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

CRUZ, Natália dos Reis. *O Integralismo e a questão racial. A intolerância como princípio*. Tese de doutorado (História), Universidade Federal Fluminense, 2004.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930*. Dissertação de Mestrado (História), Universidade de São Paulo, 1992.

DOTTA, Renato Alencar et alii. *Integralismo: Novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo Municipal de Rio Claro, 2004.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

\_\_\_\_\_. *O Integralismo e os trabalhadores – as relações entre a AIB, os sindicatos e os trabalhadores através do jornal Ação (1936-1938)*. Dissertação de Mestrado (História), Universidade de São Paulo, 2003.

GERTZ, René. *O Integralismo e os teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul. Contribuição para a interpretação de um fenômeno político controverso*. Dissertação de Mestrado (História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1977.

GONÇALVES, Leandro Gonçalves et alii. *Histórias da Política Autoritária: Integralismos, Nacional-Sindicalismo, Nazismo e fascismos*. Recife: Editora da UFRPE, 2010.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trtsky. O pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MASSENA, Nestor da. *Barbacena: A terra e o homem*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985. v.1.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *“Perante o Tribunal da História”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. (Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas –PUC-RS). Porto Alegre: PUC-RS, 2004.

\_\_\_\_\_. *Imprensa Integralista: Imprensa militante (1932-1937)*. (Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área das Sociedades Ibéricas e Americanas). Porto Alegre: PUC-RS, 2009.

PIACESI, Nelo Aimone. (Coord.). *Pedaços d'alma flores do coração*. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica, 1981.

PIMENTA, Éverton F. *O Sigma e as blusas verdes: uma possibilidade de inserção feminina no espaço público*. In: XV Encontro Regional de História, 2006, São João del Rei. Anais do XV Encontro Regional de História, 2006.

\_\_\_\_\_. *“Ines Piacesi, 1895-1981: Um ensaio biográfico”* Monografia de bacharelado apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana: 2007.

\_\_\_\_\_. *Imigrantes italianos em defesa do fascio: um estudo de caso na imprensa de Barbacena, 1923-1938*. In: XVI Encontro Regional de História da Anpuh-MG, 2008, Belo Horizonte. Anais eletrônicos do XVI Encontro Regional de História: História e Política - ANPUH/MG, 2008.

SAVASSI, Altair José. *Barbacena 200 anos*. Belo Horizonte: Editora Lemi, 1991. v. 2.

TARROW, Sidney. *“O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e Confronto Político”*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

TILLY, Charles. *Popular Contention in Great Britain 1758-1834*. In: TRAUGOTT, Mark (org.). *Repertoires and Cycles of Collective Action*. Durham, N. C.: Duke University Press, 1995.

TRINDADE, Hélió. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

VASCONCELOS, Gilberto Felisberto. *A ideologia Curupira – análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

### **Arquivos Pesquisados**

Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte (Acervo DOPS-MG).

Acervo Pessoal Adriana Piacesi.

Acervo Pessoal Elge Piacesi Calvi

### **Jornais Pesquisados**

O Rubicon (1935-1938)

Apollo Jornal (1923-1924)

### Entrevistas realizadas

Maria Ines Leda Piacesi. Entrevista concedida a Éverton Pimenta e Francisco de Castro Samarino e Souza. Belo Horizonte, 08/01/2007.

Elge Ausonia Piacesi Calvi. Entrevista cedida ao autor. Barbacena, 08/06/2006.

Sabrina Munck do Nascimento\*

**Resumo:** O presente artigo se propõe a apresentar a trajetória do Pastor Viktor Schwaner no período histórico compreendido entre 1937 a 1942 no qual conseguimos apurar uma certa divulgação de idéias de cunho partidário ao nazismo na Comunidade Evangélica Luterana de Juiz de Fora, encontrado no Arquivo Histórico de Juiz de Fora. Estudamos assim a ligação do religioso com o Nazismo.

**Palavras chaves:** alemães em Juiz de Fora – luteranismo – nazismo

### **“O homem não tem natureza o que ele tem é história” (Ortega Y Gasset)**

Este texto busca fazer uma síntese do trabalho “Perigo Nazista em Juiz de Fora - O caso Viktor Schwaner (1935-1945)”. O processo analisado se refere ao líder religioso Viktor Schwaner, nascido na Alemanha na cidade de Kunzendorf em 21 de janeiro de 1906.

No ano de 1932 Scwaner chega na cidade de Juiz de Fora para exercer o seu pastorado na Comunidade Evangélica Alemã. A vinda de alemães para Juiz de Fora não nos é estranha, já que o ano de 1958 é um marco de entrada alemã na região. Para entendermos o caso Schwaner, faremos uma breve explicação da história alemã na cidade. Os alemães que vieram no século XIX para Juiz de Fora foram contratados pelo cafeicultor Mariano Procópio Ferreira Lage para trabalharem na construção da Rodovia União Indústria. Inaugurada no ano de 1861 contou com a presença de Pedro II que foi recebido pelos alemães com muito entusiasmo, ficando o rei em Juiz de Fora por cinco dias.

Os alemães que aqui chegaram, no ano da contratação se instalaram no local que recebeu o nome de Colônia D. Pedro II, estando separada em duas partes: a colônia agrícola, denominada de Colônia de São Pedro, e a colônia industrial que recebeu inicialmente o nome de Villagem e, posteriormente, Mariano Procópio. No meio do caminho, Borboleta. Entre a década de 70 e 80 do século XIX ocorreram dois fatos aparentemente inesperados pelos alemães: as falências da Cia. União e Indústria e da colônia agrícola D. Pedro II.

---

\* Professora da rede municipal de ensino de Juiz de Fora. Rua Dimas Bergo Xisto, 235, Juiz de Fora , Minas Gerais, Brasil – 36037-510. sabrydine@yahoo.com.br

Devido às necessidades materiais alguns imigrantes e descendentes foram forçados a abandonarem a colônia e a migrarem para a zona urbana em busca de novos postos de trabalho. É a partir deste panorama que percebemos, a criação de várias entidades de origem alemã. Foram criadas entre 1872 e 1921, sociedades de socorro mútuo, clubes esportivos como o Kegel Club, o Tunerchaft, club ginástico, e as associações de cunho religioso como a Deutscher Kraken Unterstutzungs Verein.

A Igreja Evangélica Alemã, hoje, Igreja Luterana, em Juiz de Fora, teve origem na imigração germânica que ocorreu na cidade durante o ano de 1858. Um percentual significativo dos imigrantes vindos para Juiz de Fora professava o credo Luterano, cerca de 45,36 % contra 54,64% católicos, trazendo para a província de Minas Gerais um problema que até então era desconhecido: o religioso. Esses primeiros protestantes tiveram os seus direitos restringidos dentre eles a ausência da legitimação dos casamentos e ausência da regulamentação de herança. Este problema foi estendido para as sepulturas. Apesar de terem conseguido autorização de D. Pedro II para construir em 1885 uma “Casa de Oração”, ainda não tinham como enterrar os seus mortos. O vigário geral da cidade não permitia que protestantes enterrassem seus mortos no cemitério católico. Devido à intolerância do religioso, muitos evangélicos foram sepultados á revelia na cidade até conseguirem um local apropriado. O direito de enterrar mortos de outro credo só se deu no ano de 1886.

Os alemães quando chegaram ao Brasil, encontraram um Estado Monárquico e puderam observar a passagem da Monarquia para a Republica em 1889. Assim como participaram da Revolução de 30, da eleição de Getúlio Vargas, da Ditadura do Estado Novo em 1937, sobrevivendo as mudanças brasileiras, mantendo seu espírito alemão ainda vivo, não se abasileirando, vivendo em comunidades alemãs.

No século XX com a morte do presidente alemão Hindenburg em 1932, Hitler assumiu o título de Führer (guia), acumulando as funções de chanceler e presidente, e assim anunciou a fundação do III Reich alemão (III Império Alemão). Com a ascensão de Hitler ao poder a Alemanha desencadeia uma seqüência de agressões e anexações políticas para a expansão de seu território. O mundo é dividido em dois Blocos: o dos Aliados e o do Eixo.

Enquanto a conjuntura mundial caminhava para uma iminente guerra, no Brasil Getulio Vargas se articula de maneira que passa a controlar as forças políticas divergentes em seu governo. São elas: as classes médias, os setores agro-exportadores e os bancários. O governo de Getulio interessado na centralização do poder criou diversos mecanismos de controle, á exemplo, instituições como DASP e o DIP, dentre outros que atuaram de forma a

promover maior intervenção do Estado em políticas nacionalizadoras. Vargas acentuou o controle do Estado sobre a vida social e econômica da população brasileira. Deu início ao projeto do culto a sua própria imagem, através do DIP, e lançou um projeto de militarização do cidadão brasileiro. As tendências pró-germânicas do governo favoreceram o aparecimento de vários segmentos favoráveis ao nazismo, pois até meados de 1938, a Alemanha era vista pelo governo de Vargas, como um modelo de modernidade. A conjuntura brasileira dos anos 30 favoreceu a proliferação da ideologia nazista em nossa sociedade. As simpatias brasileiras pelo regime alemão eram o de exaltação a tudo que fosse identificado como ariano. A presença nazista foi menos folclórica e de uma importância política notável segundo Ana Maria Dietrich<sup>197</sup>. Em sua tese de doutorado pela USP, Dietrich defende a idéia da tropicalização do nazismo, pois segundo a autora, a tropicalização ocorreu de acordo com as nuances que a realidade brasileira impôs ao nazismo. O governo brasileiro em 1937 não estava rigorosamente a par da existência e atuação do Partido Nazista no Brasil e, se sabia, fazia vista grossa, sem fazer controle para assuntos a esse respeito devido às afinidades com o governo alemão. Essa neutralidade foi mantida e mesmo durante o conflito mundial o Brasil tinha uma série de acordos comerciais com a Alemanha. O partido nazista brasileiro funcionou segundo Dietrich por dez anos no país, atuando em 17 estados brasileiros, com 2.900 integrantes, sendo um contingente, segundo a autora, só superado pelo partido nazista na Alemanha. Dos oitenta e três países que tiveram uma filial da NSDAP - Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores, o Brasil ocupa o primeiro lugar saindo na frente da Áustria. Em Juiz de Fora o Partido Nazista funcionou na antiga cervejaria Americana, tendo como líderes Hermann Zahan, Herman Luipold e Viktor Schwaner.

A partir de 1938 temos uma virada no discurso de Vargas, que se torna altamente nacionalista, de valorização da cultura brasileira. Seu projeto político centrava-se em buscar uma identidade nacional, de valorização da cultura indígena e da natureza o que era antes considerado como modelo (os alemães) tornou-se um perigo para a identidade brasileira. Portanto dentro do projeto ideológico de nacionalização do Brasil (1938/1942) almejado por Vargas, o alemão passa a ser tido como um perigo ideológico, e divulgador do ideário nazista. Enfim um perigo étnico. A partir da mudança panorâmica do governo, o imigrante se torna um entrave para a consolidação da cultura brasileira, sendo este identificado como elemento que não queria abraçar-se. A comunidade alemã no Brasil não só insistia em preservar

---

<sup>197</sup>DIETRICH, Ana Maria. **O partido nazista no Brasil**. Tese de doutorado.USP. 2006. [www.revistapesquisa.fapesp.br](http://www.revistapesquisa.fapesp.br). Capturado em 20/01/2008.



10 a 13 de maio de 2010

seus hábitos e costumes tradicionais, como também mantinham organizações políticas cuja ideologia seguia as orientações diretas do governo alemão. Não havia no projeto nacionalista do Estado Novo espaço para a inclusão e aceitação de convivência com fortes e estruturados grupos culturais estrangeiros nas regiões de colonização. Assim temos uma busca para abraçar os núcleos de estrangeiros considerados como cernes resistentes, como o dos alemães. Este grupo despertou a maior atenção e a maior preocupação nas autoridades governamentais, pois era reconhecido como o núcleo estrangeiro mais obstruído em torno de sua própria cultura, de sua própria língua e de sua própria nacionalidade. Eram os alemães acusados sistematicamente de impedir o processo de nacionalização pela insistência com que mantinham suas próprias características. O perigo alemão consiste em acreditar que os países do continente sul-americano seriam anexados ao Reich alemão, através da invasão do exército, em caso de vitória alemã na guerra. Temos então uma idéia de invasão alemã pelas colônias. As portas de entrada para a invasão seriam as colônias de origem germânica.

Quando o Brasil forçado a declarar guerra contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) devido a um afundamento de navios brasileiros por supostos ataques alemães em 1942, as situações dos imigrantes ficaram tensas. As mobilizações populares brasileiras criaram um clima hostil com os estrangeiros do Eixo e com seus descendentes. E na cidade de Juiz de Fora também aconteceram manifestações. Diversas ruas tiveram seus nomes trocados, clubes fechados e prisões efetuadas. A Igreja Evangélica Alemã teve de alterar o nome para Igreja Evangélica de Confissão Luterana. Seu pastor Viktor Schwaner foi preso e identificado como propagador do ideário nazista.

Seguindo esse raciocínio acima analisado, passemos agora a estudar o pastor alemão Viktor Schwaner e sua esposa Annelise. Ambos chegaram à cidade de Juiz de Fora no ano de 1932 e permaneceram até o ano de 1943, quando a partir de então, foram para Belo Horizonte. Viktor é filho de Matilde e Ricardo Schwaner, de nacionalidade alemã, nascido em Kunzendorf, em 21 de janeiro de 1906. Veio para o Brasil em 1929 para a cidade de Blumenau até ser transferido para Juiz de Fora em 1932. O pastor e sua família passaram a residir em Juiz de Fora na Rua General Gomes Carneiro, bairro Fábrica, número 66, para exercer seu pastorado na Comunidade Evangélica Alemã. O objetivo do pastorado de Schwaner era o de reunir os germânicos dispersos, trabalhando no incentivo de juntar todas as pessoas pertencentes à comunidade têtua.

Mas em geral tive a impressão de que uma **comunidade evangélica** - alemã na colônia era uma necessidade e que seria bem acolhida na hipótese de se poder unir,

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

desta forma, **todos os de fala alemã**. Mesmo junto aos católicos encontrei condescendência maravilhosamente compreensiva. Eles fundamentavam seu interesse numa comunidade evangélica por considerá-la, em primeira linha, como portadora do **espírito germânico**, enquanto o catolicismo, por ser internacional, não valorizava a **conservação da germanidade**. Eles iriam apoiar, portanto, qualquer empreendimento que incentivasse a causa alemã.<sup>198</sup>

Para reunir novamente os alemães da colônia D. Pedro II que estavam dispersos, ele constrói em 1935 uma igreja, para que os colonos não fossem mais para a igreja católica existente na colônia. O objetivo do pastorado de Schwaner era o de reunir os germânicos dispersos, trabalhando no incentivo de juntar todos da comunidade têuta. Segundo o convite feito à comunidade alemã, escrito em alemão, convidando para uma celebração que aconteceria em Belo Horizonte, foram chamados todos aqueles que falavam a língua alemã. Assim escrito:

Aos evangélicos alemães em Belo Horizonte e arredores!

Na quarta-feira, dia 25 de janeiro de 1933 haverá á noite, ás 7:30 horas, na Igreja Batista, á Avenida Paraoapeba, 1962 (Bonde: Calafate) um culto evangélico, para o qual todos os de fala alemã são convidados cordialmente. A seguir, depois do culto, todos os interessados são convidados para uma reunião na casa do sr. Wilhelm Griese (Cervejaria União, Rua Juiz de Fora) para deliberar sobre a fundação de uma comunidade evangélica alemã em Belo Horizonte. Viktor Schwaner –Pastor da Comunidade Evangélica Allemã em Juiz de Fora.<sup>199</sup> (Grifos nossos)

Schwaner provavelmente foi criado dentro do contexto nacionalista alemão. A Alemanha torna-se Estado no ano de 1870, através da figura de Bismarck, época na qual podemos verificar todo o inflamar em favor do patriotismo. Sentindo todo o crepitar desse momento histórico, podemos supor em qual contexto Schwaner tenha sido educado. Schwaner nasce em 1906, apenas trinta e seis anos, após a consolidação do Estado alemão, de luta pela unidade germânica. Provavelmente a infância e a sua adolescência foram marcadas pelo crescente nacionalismo alemão. Em 1914, ano de início da I Guerra Mundial, Viktor tinha oito anos de idade. Podemos deduzir que ele passou por todo o processo de nacionalismo e unidade alemã, que criou no povo alemão hábitos nacionais profundamente enraizados de obediência e disciplina. Esses fatores que marcaram a infância de Schwaner não podem ser desconsiderados.

Foi no ano de 1942, após vários movimentos governamentais contra os alemães que o colono Alfredo Mólher, em 23 de julho faz perante a delegacia de polícia a denúncia de

<sup>198</sup>SCHAPER, Valério. (Org.) **Até aqui nos trouxe Deus: 70 anos da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Belo Horizonte**. 1 ed. Agosto 2004. Copyright. Belo Horizonte: CECLBH, 2004. Pág.31. Grifos meus.

<sup>199</sup> SCHAPER, Valério. (Org.) **Até aqui nos trouxe Deus**. Op cit p 33.

10 a 13 de maio de 2010

acusação contra o pastor alemão. Declarando perante os policiais que seu filho Paulo Edmundo Mölher, embarcou para a Alemanha á pedido do governo alemão, que aceitou a indicação feita por Schwaner, sobre Paulo, em abril do ano de 1937 para trabalhar na Frente de Trabalho Alemã. Declarou o acusador, que seu filho Paulo participava da escola e da juventude alemã dirigida pelo próprio pastor e que apesar do prazo já ter se expirado na Alemanha, Edmundo até o presente momento ainda não havia voltado, e ele deveria ter voltado no ano de 1939. Alfredo relata que desde o mês de setembro não recebe notícias de seu filho. As notícias que ele recebia de Paulo eram feitas através de cartas, e essas cartas foram por nós analisadas e elas apresentam, em princípio, uma profunda admiração de Paulo pela Alemanha na pessoa de Hitler e até mesmo uma comparação deste, de Hitler com Getúlio Vargas. A Alemanha era invencível para Paulo. Nas últimas cartas o desejo de retorno ao Brasil pode ser notado. Sua saudade da pátria é visível quando ele expressa: “Viva a pátria amada Brasil!”.

Em seu testemunho de acusação Alfredo denuncia a existência do grupo partidário em favor do nazismo. Foi após a denúncia de Alfredo, que a polícia passou a suspeitar do pastor alemão e abrindo contra ele um inquérito policial. A partir desse inquérito o pastor passou a ser acusado de fazer propaganda em favor do Partido Nacional Socialista Alemão. Sua situação se complica mediante a denúncias de panfletagem de cunho nazista feito nas ruas da cidade no ano de 1942. A partir desse processo, temos provas de que em Juiz de Fora funcionou um partido nazista, nas quais o pastor estava inserido ora como ouvinte, ora como líder.

A identificação do suspeito após a denúncia feita contra ele por Alfredo passou de mera “lógica da desconfiança”, para a certeza de um nazista em potencial. Dado o momento histórico no qual estava inserido, Schwaner seria a personificação do nazismo na cidade de Juiz de Fora. Conseqüentemente a igreja Alemã, a qual ele era o líder, passou a ser constantemente vigiada pela polícia. A Igreja Evangélica Alemã fechou suas portas devido ao decreto judicial e foi considerada pela polícia, como um meio de propagação de idéias nazistas através de seu líder religioso. As ações policiais aumentaram frente à invasão da casa pastoral. Invadida a casa de Viktor Schwaner, foram encontrados vários materiais que serviam de propaganda, tais como, panfletos, artigos, jornais, assim como fotos de Hitler pelas paredes, e a Suástica alemã. Em função da prisão do pastor, a Igreja ficou fechada por algum tempo já que a suástica fora encontrada como bandeira dentro da igreja. A justificativa de a suástica ter sido encontrada na igreja partiu do testemunho de Schwaner. Este afirmou que em

Juiz de Fora, na Igreja Evangélica Alemã realizava cultos relacionados aos eventos da pátria alemã<sup>200</sup>. Relata o líder religioso que na ocasião em que as fotos da igreja com a suástica e a águia nazista foram tiradas, acontecia um culto solene em memória da morte do então presidente alemão Hildenburg em 1932.

Os imigrantes alemães, evangélicos ou não, tiveram seus bens cadastrados e seus nomes arrolados em um documento feito a mando da polícia política. Acusado Viktor Schwaner de propagador nazista, foi julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional em 23 de julho de 1942 e seu companheiro de partido Hermann Zahan também passou por acareação policial. Tanto Viktor e sua esposa Annelise Schwaner, ambos de nacionalidade alemã, foram indiciados no disposto artigo 2 ns. 2 e 5 (infine) do decreto lei número 383 , de 18 de abril de 1938, combinando com o artigo 10 em que foram classificados, segundo o procurador do Tribunal de Segurança Nacional, José Maria Mac-Dowell da Costa. Segundo o decreto-lei 383, de 1937. O decreto usado no processo de Schwaner proibia qualquer atividade de natureza política dos estrangeiros no país, ficando estabelecido que os descendentes de países de Eixo não poderiam organizar criar ou manter sociedades ou fundações, companhias, clubes ou qualquer estabelecimento de caráter político, ainda que tivessem por fim exclusivo a propaganda ou a difusão entre os seus compatriotas. Também era proibido ostentar ou portar símbolos do Eixo, organizar desfiles, passeatas, comícios ou reuniões de natureza política. Mesmo com essas proibições, muitas instituições beneficentes foram organizadas e serviram de fachada com a intenção de driblar a repressão policial. Esse decreto se enquadra perfeitamente na acusação contra Schwaner. As acusações contra o referido pastor são: o de fazer propaganda ideológica nazista, distribuindo panfletos e livros de cunho nazista. As provas que agravaram o seu inquérito foram: a sua participação no envio de um jovem para a Alemanha, além de ter sido membro e líder do partido nazista em JF, ter dado a um grupo extenso de pessoas, material de propaganda política favorável ao nazismo, e ter sido encontrado em sua casa matérias referentes à Alemanha e ao próprio Hitler. Não obstante, seu processo foi agravado devido ter sido encontrado em sua casa, vários quadros de referência nazista pregados nas paredes, e a suástica.

Schwaner foi condenado por “imiscuir-se direta ou indiretamente nos negócios públicos do país” e “exercer qualquer atividade de natureza política”. Foi considerado que Schwaner não só se intrometeu nos negócios públicos do país como exerceu atividade de natureza política pretendendo assim influenciar o seu meio por comparação impertinente, de

---

<sup>200</sup> Ver fotos na página 13.

tendencioso incitam. O pastor Viktor Schwaner foi condenado a três meses de prisão em Neves e há uma multa de: 7:500\$000 (sete quantos e quinhentos mil réis), grau médio estabelecido no artigo 10 do citado dec. -lei 383, pelo processo de número 2202. O réu recorreu ao Tribunal Superior de Segurança Nacional. Porém seu recurso foi negado, havendo a confirmação da sentença apelada.

O caminho do historiador é reconstituir a História a partir dos dados e das fontes disponíveis. Construir a História não priorizando um grupo, mas sim de acordo com as evidências documentais. A memória de guerra construída pelos vitoriosos de 1945 reduz o episódio, assim como sempre fazem todos aqueles que vencem, a uma luta do bem contra o mal, polarizando simplesmente e não contribuindo para a compreensão de um fenômeno tão complexo como o nazismo.

O perigo imposto pela disseminação da propaganda nazista e pela atuação, cada vez mais organizada, do Partido Nazista no Brasil passou a ser preocupação do governo brasileiro a partir do momento em que o projeto nacionalista estava definido e sendo implantado, não oferecendo espaço para qualquer manifestação de estrangeiros e até mesmo não admitindo a presença desses no meio social. A repressão aos alemães tinha justificativa diante da posição política internacional e da diplomacia do contexto de guerra, naquele momento. A sociedade brasileira não se importa em levar as últimas consequências à rejeição contra os inimigos do Brasil, amparados nos decretos de cunho nacionalizantes.

A imagem que ficou na comunidade Luterana de Juiz de Fora, sobre a pessoa de Schwaner, foi sua dedicação ao trabalho além de ser lembrado por muitos, como uma pessoa autoritária. Devemos entender Schwaner como um indivíduo que foi influenciado pelo momento histórico no qual viveu.

Schwaner foi solto em 24 de dezembro de 1942, indo para a comunidade de Belo Horizonte exercer o pastorado da então extinta comunidade Evangélica Alemã de Belo Horizonte e também de pastorar em seus arredores. O Pastor Busch assumiu a comunidade de Juiz de Fora. A tarefa do Pastor Schwaner seria reunir mais uma vez os membros dispersos e intimidados. Embora o religioso Schwaner, de acordo com depoimentos, tenha sofrido agressões físicas e morais, quando foi preso juntamente com outros alemães, durante a guerra, não o impediu de continuar na luta para reerguer a igreja alemã. A descapitalização ao qual foi submetido devido a sua prisão, pois ficou sem receber durante o tempo em que esteve preso, foi suprimida com a chegada da siderúrgica alemã Mannesmann, na qual trabalhou como professor de línguas para os técnicos da mesma. Ao que tudo indica morreu em Belo

Horizonte, pois não conseguimos apurar tal informação e assim faço nossa, as palavras de John Lukacs<sup>201</sup>, de que todo historiador trabalha necessariamente baseado em provas incompletas e ao mesmo tempo nós os historiadores temos em nossas mãos um potencial ilimitado de pesquisa processual que nos auxiliam na revisão do passado, pois o saber histórico é mais que exatidão ou julgamento: é compreensão.

Ao debruçarmos sobre a trajetória de um indivíduo, devemos observar o contexto histórico em que o mesmo viveu. Devemos analisar que nascer é estar submetido á obrigação de aprender. Segundo Bernard Charlot:

Nascer é penetrar nessa condição humana. Entrar em uma história, a história singular de um sujeito inscrita na história maior da espécie humana. Entrar em um conjunto de relações e interações com outros homens é entrar em um mundo onde ocupa um lugar (inclusive social) e onde será necessário exercer uma atividade. Quando se estudo um indivíduo em particular é necessário levar em conta seu lugar natal. É preciso ter a consciência de que a cultura vai influenciar a visão de vida de cada ser, orientando o fazer e o imaginar individual e interferindo na própria educação da sensibilidade, ampliar ou congelar suas possibilidades. A cultura que o indivíduo nasce torna-se parte de sua natureza. É através desse meio físico e social que o ser constrói seu pensamento, transformando os processos psicológicos elementares em processos complexos, fazendo com que a cultura torne-se parte de sua pessoa.<sup>202</sup>

Segundo Kant, o homem é a única criatura que precisa ser educada, pois todos os animais são acabados e perfeitos, o homem não, ele é apenas esboçado, indicado, precisa aprender. Para Lucien Seve o indivíduo se beneficia das relações exteriores á ele, e estas relações é que fazem o indivíduo hominizar-se através de seu processo de vida real no âmago das relações sociais, ou seja, os homens se influenciam mutuamente, e cada ser é influenciado pelo meio em que nasce. Nascer então, é penetrar na condição humana, é entrar em uma história. É entrar em um conjunto de relações e interações com os outros homens. Entrar em um mundo onde ocupa um lugar social em que será necessário exercer uma atividade. Por isso mesmo, nascer significa ver-se submetido á obrigação de aprender. Aprender para tornar-se homem, viver em uma comunidade, partilhando seus valores e ocupando lugar nela. A ação política de Schwaner não é para nós algo estranho já que o mesmo cresceu e foi educado para ser homem em uma Alemanha em crescente espírito nacionalista.

O reconhecimento de pessoas na participação ou de simpatia ao Nazismo é, ainda, vista com temor por diversos grupos sociais, em nossa pesquisa buscamos conhecer o Pastor

---

<sup>201</sup> LUKACS, John. **O Hitler da História**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 1998.

<sup>202</sup> CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Tradução de Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Viktor Schwaner como ser humano histórico influenciado por uma época, um ser em toda a sua singularidade e da alteridade do seu ser, um exemplar único portador e influenciador, sobretudo da história da cidade de Juiz de Fora. Mediante a situações de levar em conta somente à história dos vencedores, dos heróis, cabem a nós, historiadores, rompermos com posturas maniqueístas e privilegiadoras.

## Referências

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Tradução de Bruno Magne. Porto Alegre: Artes. Médicas, 2000.

DIETRICH, Ana Maria. **O partido nazista no Brasil**. Tese de doutorado.USP. 2006. [www.revistapesquisa.fapesp.br](http://www.revistapesquisa.fapesp.br). Capturado em 20/01/2008.

LUKACS, John.**O Hitler da História**.Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro.Jorge Zahar Ed. 1998.

NASCIMENTO, Sabrina Munck.**PERIGO NAZISTA EM JUIZ DE FORA – O CASO VIKTOR SCHWANER (1935-1945)**. Juiz de Fora, 2008.Monografia de Bacharelado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em História. Orientador: Prof. Dra. Vanda Arantes do Vale.



**Resumo:** Em pesquisas anteriores analisamos a adesão de parte da colônia italiana local ao fascismo, inserindo-a em um cenário de grande prestígio do regime de Mussolini, em termos mundiais e locais. No presente trabalho, avaliaremos como outros setores da sociedade local se posicionaram em relação ao fascismo, tomando por base dois periódicos: “Diário Mercantil” e “O Lampadário”.

**Palavras-chave:** Fascismo, Imprensa, Catolicismo.

### **Introdução**

Esta comunicação pretende ampliar alguns aspectos desenvolvidos em nossos trabalhos anteriores, que tiveram como objeto a adesão de parte da colônia italiana local ao fascismo, e a significativa experiência representada pela construção e funcionamento da Casa d'Itália, em Juiz de Fora. Estes trabalhos tiveram por base uma bibliografia centrada em estudos sobre imigração italiana em outros pontos do Brasil, que também analisavam as relações entre imigrantes e fascismo, e ressaltavam que estas relações de simpatia por parte de alguns estratos de imigrantes, ocorreram em um cenário de grande prestígio do regime de Mussolini, em termos nacionais e mundiais.

A partir de então, desenvolvemos nossas pesquisas em uma documentação razoavelmente diversificada, que permitiu identificar as mobilizações da colônia em prol da Itália fascista. No entanto, neste trabalho, ampliaremos um pouco mais a avaliação sobre este cenário favorável, centralizando nossas pesquisas em dois periódicos locais, para identificar qual o ponto de vista sobre o fascismo que era transmitido ao público, por tais veículos. Para isto, avaliaremos os seguintes aspectos: a natureza do conteúdo dos artigos referentes ao fascismo; qual o destaque dado a ele; com qual frequência o tema aparece nos jornais; qual a linguagem utilizada.

Neste sentido, trabalharemos com o **jornal “Diário Mercantil”**, jornal de extensa duração – fundado em 1912 e fechado em 1983 -, que cobriu o cotidiano da cidade durante

---

\* Doutora em História Social pela UFRJ. Professora de História da Rede Municipal de Juiz de Fora, atualmente exercendo suas atividades como historiadora da Divisão de Patrimônio Cultural da Prefeitura de Juiz de Fora – DIPAC/FUNALFA. Endereço eletrônico: [valeriaferenzini@bol.com.br](mailto:valeriaferenzini@bol.com.br)



várias décadas; e por outro lado o **jornal católico “O Lampadário”**, que correspondia à voz oficial da Igreja Católica na cidade. Estes jornais também foram escolhidos pelos seguintes motivos: coleções organizadas e abertas à pesquisa; as coleções cobriam todo o período correspondente ao tema pesquisado; e a importância de tais periódicos como formadores de opinião junto à sociedade local. Ressaltamos que apesar da existência de outros jornais na cidade, selecionamos apenas dois por tratar-se de uma pesquisa inicial, ainda parcial, que pretendemos ampliar futuramente.

### **O jornal católico “O Lampadário”**

Na década de vinte, as relações entre a Igreja Católica Romana e o poder político, foram marcadas por momentos de apreensão, crise e negociações, que trouxeram importantes mudanças e reflexos em termos mundiais. Também nesta década, foi fundado em Juiz de Fora, o jornal católico **“O Lampadário”**, órgão da imprensa oficial diocesana, publicado semanalmente.<sup>203</sup>

Sua criação, juntamente com a fundação do Seminário Diocesano, no dia 1 de março de 1926, representou um período de transformações na Igreja Católica local. Tais mudanças tiveram como marco principal a criação de uma nova diocese, em 1 de fevereiro de 1924, com sede episcopal na cidade. O primeiro bispo de Juiz de Fora, D. Justino José de Sant’ Ana, foi sagrado em 20 de Janeiro de 1925, na Igreja do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, e tomou posse da diocese no dia 1 de Fevereiro de 1925.<sup>204</sup>

Desde sua criação, o jornal **“O Lampadário”** apresentou em suas páginas vários artigos falando sobre o fascismo, como por exemplo: **“A Maçonaria”**, **“Mussolini e a Maçonaria”**, **“Bellas palavras de Mussolini”**, **“A Questão Romana” (tema que aparece em vários números do jornal, com o mesmo título)**, **“Mussolini e o Divórcio”**, **“Mussolini e a História”**.

Estes artigos são **longos**, têm **grande destaque**, muitos destes títulos e temas se repetem em vários números, e apresentam um conteúdo de **caráter enaltecedor**, em relação a Mussolini (seu pensamento, suas atitudes, iniciativas, e suas ações em defesa da Igreja Católica e da Itália). Portanto, durante a década de vinte, os temas associados ao fascismo,

---

<sup>203</sup> OLIVEIRA, Cônego F. Max. de. **Sinais da Igreja no Juiz de Fora**. Tomo II. Juiz de Fora: Esdeva, 1978. p. 42, 53, 75.

<sup>204</sup> Idem. p. 18, 25 e 27, 42.

eram freqüentes neste semanário católico, que era o porta-voz da diocese e contava com grande credibilidade junto à sociedade e junto aos leitores católicos. Assim, provavelmente os leitores eram conduzidos a desenvolver uma visão altamente positiva em relação ao fascismo e Mussolini.

Dentre os colaboradores do jornal “O Lampadário”, é possível citar um eclesiástico de grande reconhecimento, o padre Dr. Francisco de Paula Teixeira Salgado, que também era grande simpatizante do fascismo. Este padre, possuía grande destaque no meio católico do período, tendo sido Reitor do Seminário Diocesano Santo Antônio, onde lecionava Dogma, Escritura e História Eclesiástica; além de ter sido secretário da Associação dos Professores Católicos.<sup>205</sup>

Como destacamos anteriormente, artigos intitulados “a Questão Romana”, se repetiam semanalmente nas páginas do jornal “O Lampadário”, por ser este, um assunto vital para a Igreja Católica, naquele período. Isto se explica, porque segundo Zagheni, nos anos vinte, teve início uma lenta aproximação entre os católicos e o Estado, fazendo com que em 1925, surgisse a perspectiva de uma reconciliação, através da criação de uma comissão mista para rever a questão da propriedade eclesiástica. E logo a seguir, em 1926, Pio XI declarava que a **Questão Romana** era o problema central a ser resolvido.<sup>206</sup>

Portanto, na segunda metade da década de vinte, um dos assuntos mais vibrantes no universo católico – em geral -, passou a ser a “**Questão Romana**”, que em Juiz de Fora, foi motivo para várias comemorações, e tema de vários artigos do padre **Dr. Francisco de Paula Teixeira Salgado**, que também realizou um sermão em “um solemne Te Deum, em **ação de graças pela feliz solução da Questão Romana**”, em 3 de março de 1929, às 6 horas da tarde, provavelmente na Igreja da Glória.<sup>207</sup> A solução da Questão Romana também foi comemorada com imponente, juntamente com o Jubileu Sacerdotal de Pio XI e a viagem de D. Justino para Roma.

Um dos artigos sobre a “**Questão Romana**”, assinado pelo **Padre Francisco de Paula Teixeira Salgado**, começa falando sobre as ressalvas iniciais com relação a Mussolini, por ocasião da Marcha sobre Roma, já que “**Mussolini era ainda uma figura que não inspirava confiança!**”. No entanto com o passar do tempo, estas desconfianças acabaram sendo amenizadas após algumas demonstrações, representadas pelos ataques contra a

---

<sup>205</sup> Idem. p. 42, 53, 75.

<sup>206</sup>ZAGHENI, Guido. **A Idade Contemporânea: Curso de História da Igreja** São Paulo: Paulus,1999. (Curso de História da Igreja ; 4). p. 275, 277 e 278.

<sup>207</sup> Livro de Tombo n° 2 – 1925 à 1960. 1929, p. 78. Igreja da Glória – Redentoristas.

10 a 13 de maio de 2010

Maçonaria e o comunismo. A seguir o artigo fala sobre a necessidade de que o Papa voltasse a ter soberania sobre os “territórios usurpados”, e demonstra a grande expectativa de que a “**figura quase solar de Mussolini**” solucionasse o problema, e acrescenta: “**Esperemos, com os olhos fitos no céu**”, que Mussolini devolva ao Papa as garantias e liberdades.

#### A QUESTÃO ROMANA.

(...)Si a figura quase solar de Mussolini, no scenario político mundial conseguir dar solução amistosa do caso da questão romana, sua obra cyclopica estará consummada e seu prestigio incontestável firmado para todos os effeitos, porque as situações econômicas, financeira e administrativa já desafiam a facilidade economica de povos, tidos e havidos como superiores á Itália, como muito bem o demonstrou o fulgurante escriptor inglez Bernard Shaw, em seu artigo ao secretario da internacional socialista: “É um facto que a lira despotica do Duce, vale (3) três pences, enquanto o franco democratico e desvalorizado vale apenas dois!...”

Esperemos, com os olhos fitos no céu, que Mussolini dê ao Papa as condições de garantia, de liberdade e de independencia que lhe são devidas e exigidas pela amplitude e grandeza do mandato do representante de Christo sobre a terra.

24 – 10 – 1927

Pe. F. Salgado<sup>208</sup>

Esta “**Questão Romana**” era uma pendência antiga, já que antes da anexação de Roma, Pio IX (1846-1878) já se manifestava contra a unificação italiana, por perceber que ela resultaria em perdas territoriais e diminuição da influência política da Igreja. Em represália, a Igreja estabeleceu uma série de medidas conservadoras, que acabaram resultando na separação entre Igreja e Estado, que deixou de pagar os salários dos padres; na restrição dos territórios pontifícios ao Vaticano; além de rupturas dentro da própria Igreja entre o clero tradicional e o clero liberal.

Um artigo posterior sobre a “**Questão Romana**”, também escrito pelo Padre Salgado, demonstra uma segurança cada vez maior com relação às ações de Mussolini, seu empenho em defender os interesses da Igreja Católica, e seu papel de “salvador” da Itália. Todos estes aspectos podem ser observados em alguns trechos do artigo em questão:

(...) o aparecimento inesperado do Fascismo, á ultima hora, para salvar a Itália do abysmo do communismo triumphante; os attentados, uns após outros, contra a vida do Duce, dos quaes saiu sempre illeso – tudo isto, parece nos impellir a serias reflexões, como ponto de partida para a solução definitiva. (...) agora vem a hora da Questão Romana, que parece fazer parte da política do fascismo, forte, victorioso na Itália e aos olhos attonitos do resto do mundo.

Toda nossa sympathia pelo regimen fascista tem sua gênese na ação decisiva, prompta, opportuna do Condotiere moderno. Admittida a hipótese que Deus tenha ordenado as cousas secundarias, como soe fazer, para resolver essa questão, que, há 60 annos, tem abalado o mundo catholico, com trezentos milhões de fieis, nas mãos de Mussolini, esta a chave do problema e o partido que o apóia não lhe regateará

---

<sup>208</sup> O Lampadário. A questão romana. Juiz de Fora. 30/10/1927 – anno II– n° 86 – p. 1

Em um dos vários artigos que acompanham as negociações sobre a “**Questão Romana**”, o autor anuncia para os próximos dias a solução do problema, através da assinatura de um **tratado de conciliação**, e a seguir uma **concordata**. E no decorrer do artigo, tece novos **elogios aos bons sentimentos de Mussolini**: “Benito Mussolini, desde o início do seu governo, queria, de coração e com sinceridade, que a questão Romana fosse resolvida; e graças a esses sentimentos puros e nobres, (...), teve fim a importantíssima questão”. E também **ressalta a credibilidade alcançada por ele, junto aos católicos**: “**Mussolini, o Duce, muito ganhou, - sympathias do mundo catholico, e as benções de todos os sacerdotes da Igreja Eterna (grifo nosso).**” <sup>210</sup>

Outro longo texto escrito pelo padre Salgado, anuncia aos “estimáveis leitores”, a solução da questão em tom emocionado: “Treme-se-nos a mão ao traçarmos este artigo...”. Depois prossegue descrevendo o conflito, sua solução e expondo as excelentes relações estabelecidas entre a Igreja e o governo italiano. O enaltecimento a Mussolini, ressalta o “**espírito justiceiro e genial de Benito Mussolini, fazendo justiça á Igreja e reconstruindo a Itália para novos destinos na vanguarda da latinidade**”. Além disto, devido às suas obras, a “**Itália será de hoje em diante a terra privilegiada, farol do mundo e causa de inveja para os outros povos**”. <sup>211</sup>

A chamada “**Questão Romana**” resultante dos conflitos entre Igreja e Estado, perdurou até 1929, quando foi solucionada pelo **Tratado de Latrão**, estabelecido entre Mussolini e o Papa Pio XI, que também criou o Estado do Vaticano, como um Estado Pontifício independente. Também resultou em uma indenização pela antiga anexação de territórios pontifícios, e na assinatura de uma **concordata**, que tornava o catolicismo a religião oficial do Estado e base do ensino.

**As negociações sobre a Questão Romana abrangiam 3 postulados colocados pela Santa Sé:** 1) A constituição de um Estado da Igreja. 2) A indenização econômica. 3) A Concordata, que abrangia: reconhecimento do catolicismo como religião de Estado; aspectos referentes à disciplina do casamento; garantias sobre a educação da juventude; ensino da religião católica nas escolas; apoio do Estado à Igreja. <sup>212</sup>

<sup>209</sup> O Lampadário. A Questão Romana. Juiz de Fora. 10/02/1929 – Anno III – nº 149 – p. 1.

<sup>210</sup> O Lampadário. Está Solucionada a Questão Romana. Juiz de Fora. 24/02/29 – Anno II – nº 151 – p. 1.

<sup>211</sup> O Lampadário. A Questão Romana. Juiz de Fora. 24/02/29 – Anno II – nº 151 – p. 2.

<sup>212</sup> ZAGHENI, Guido. **A Idade Contemporânea: Curso de História da Igreja** São Paulo: Paulus, 1999. (Curso de História da Igreja ; 4). p. 278.

**Os Pactos Lateranenses foram assinados** em 11 de fevereiro de 1929, e constituíam-se de 3 partes: 1) **O Tratado**: estabelecia o nascimento do Estado do Vaticano e definia seu território; reconhecia a religião católica como religião de Estado. 2) **A Concordata**: estabelecia a mútua relação entre Estado e Igreja em termos religiosos; estabelecia a indissolubilidade do casamento (item que apresentou dificuldades); estabelecia a aula de religião nas escolas públicas. 3) **A Convenção financeira**: estabelecia o valor da indenização.

213

Apesar da grande satisfação pela solução da Questão Romana, também haviam críticas contra uma resultante instrumentalização recíproca: a Igreja se utilizava do Estado para “rebatizar” a Itália; e o fascismo queria se utilizar da Igreja para consolidar o seu prestígio interno e externo. **Segundo Zagheni, o fascismo nasceu anticlerical e anti-religioso e depois caminhou para uma aproximação em relação à Igreja, percebendo que em um país majoritariamente católico, a grande aliada seria a base católica.**<sup>214</sup> Assim, nesse momento de boas relações e de circunstâncias favoráveis a ambas as partes, o jornal “O Lampadário”, publicava o sugestivo artigo:

Sublimes palavras do grande Mussolini.

“Erramos, erramos todos! Tenhamos ao menos, a coragem de bater no peito e o propósito de mudar de rumo.

Cumpre-nos colocar de novo a religião no pedestal que lhe compete.

As raças neo-latinas não podem ser instruídas sem o Padre Nosso.

É preciso que o crucifixo, do alto de nossas aulas, inspire e guie professores e alunos.

É necessário que o Catecismo, com suas verdades transcendentais, com sua base divina, forme o concerto educativo de nossa sociedade querida.

Si o terreno das instruções sociais treme e ondeia, é porque falta o cimento armado da ideia de Deus.”<sup>215</sup>

As simpatias da imprensa católica juizforana pelo fascismo, demonstram um quadro geral da Igreja Católica em Roma e também no Brasil, como detectaram vários pesquisadores. Como veremos, os pontos de concordância são muitos, ainda que pesquisadores como Bertonha, apesar de ressaltar a boa recepção, nos chame a atenção para os problemas de fazer uma análise generalizante do comportamento dos católicos em relação ao fascismo,

---

<sup>213</sup> Idem. p. 279.

<sup>214</sup> Idem. p. 274.

<sup>215</sup> O Lampadário. Sublimes palavras do grande Mussolini. Juiz de Fora.

considerando a Igreja Católica como um todo homogêneo.<sup>216</sup> Mas segundo ele, apesar das divergências significativas, também existem indicações de uma ampla recepção positiva no meio eclesiástico, em todos os seus escalões.<sup>217</sup>

Quanto a estas relações entre Igreja Católica Romana e fascismo, Hobsbawm reforça o caráter profundamente reacionário da Igreja, que teve sua versão oficializada a partir do primeiro Concílio Vaticano de 1870, mas afirma que ela não era fascista, e sofreu a oposição do fascismo, devido à sua “hostilidade a Estados essencialmente seculares com pretensões totalitárias”. Os pontos em comum entre a Igreja, os fascistas e outros reacionários, eram “um ódio comum pelo Iluminismo do século XVIII, pela Revolução Francesa e por tudo o que dela derivava: democracia, liberalismo e o “comunismo ateu”.<sup>218</sup>

E segundo alguns autores, após alguns anos outros aspectos passaram a afastar a Igreja em relação ao fascismo. De forma geral esse distanciamento ocorreria devido aos novos rumos do fascismo na segunda metade da década de trinta: aproximação em relação à Alemanha nazista, as leis raciais de 1938<sup>219</sup>, e as intervenções contra a Ação Católica. Além disto, após os **Pactos Lateranenses**, desenvolveram-se debates favoráveis, mas também contrários, que criticavam a aproximação entre a Igreja e um regime antiliberal, cuja atuação se contrapunha ao cristianismo, devido ao comprometimento com a violência, o ódio, e o imperialismo.<sup>220</sup>

Cervo fala sobre a admiração da Igreja Católica brasileira, por várias ações de Mussolini: os acordos de Latrão, conciliando o Vaticano e o Estado italiano; a expansão colonial justificada pela ação evangelizadora; o combate ao comunismo; o respeito à liberdade religiosa; e a manutenção da ordem e progresso.<sup>221</sup>

**No Brasil, a simpatia do meio católico em relação ao fascismo, também é perfeitamente justificável, já que a Itália fascista gozava de ótima imagem junto à opinião pública brasileira, contando com admiradores no Estado, nas forças armadas, na imprensa, na sociedade civil, e obviamente na Igreja Católica, como acabamos de observar.**<sup>222</sup>

---

<sup>216</sup> BERTONHA, João Fábio. **O Fascismo e os Imigrantes Italianos no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. (Coleção História; 40). p. 354.

<sup>217</sup> Idem.

<sup>218</sup> HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 118.

<sup>219</sup> BERTONHA, João Fábio. **O Fascismo e os Imigrantes Italianos no Brasil**. *Op. cit.*, p. 357.

<sup>220</sup> ZAGHENI, Guido. **A Idade Contemporânea: Curso de História da Igreja**. *Op. cit.*, p. 279.

<sup>221</sup> CERVO, Amado Luiz. **As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia**. *Op. cit.*, p.140.

<sup>222</sup> Idem. p.137 e 140.

## O Diário Mercantil

Até a década de vinte, Juiz de Fora era reconhecida como o centro cultural do Estado, devido ao número de jornais e teatros, e também pela importância de suas escolas e instituições culturais.<sup>223</sup> Este fato é reforçado por Musse, ao dizer que em 1922, a cidade contava com uma população de 118.166 habitantes e possuía seis jornais diários e um jornal semanal, enquanto na década de vinte, a capital do Estado possuía apenas três jornais diários. Além disto, ao longo da década de vinte, surgiram outros, chegando a circular trinta em poucos jornais e revistas de duração transitória.<sup>224</sup>

Dentre estes, escolhemos o Diário Mercantil para nossa pesquisa, pelos motivos explicitados anteriormente. Este periódico foi fundado em 1912, tendo como redator-chefe, Pinto de Moura, e como redator-secretário, José Costabile. Em janeiro de 1917, surge o primeiro número do jornal sob a orientação de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e João Penido, novos proprietários e candidatos a deputado pelo Partido Republicano Mineiro (filiação ao Partido Republicano Conservador). No editorial do primeiro número, os proprietários declaram suas filiações políticas e a defesa dos interesses associados à lavoura, ao comércio e à indústria. Este jornal também foi caracterizado por um excelente quadro de profissionais, e por uma freqüente colaboração de grandes intelectuais e escritores do estado.<sup>225</sup>

Durante a década de trinta, este jornal era um importante veículo de divulgação, não só das atividades econômicas, do caráter empreendedor e do sucesso de uma parte da colônia italiana de Juiz de Fora, mas também das inúmeras manifestações favoráveis ao fascismo e à Itália. Uma grande parcela desta mobilização pode ser detectada através dos artigos de vários exemplares do jornal Diário Mercantil, onde a colônia, a Itália e Mussolini estavam sempre em evidência, com grande destaque e muitos elogios.

No dia 28 de agosto de 1931, a primeira marcha sobre Roma foi comemorada como “a gloriosa efeméride da história italiana”, com grandes festividades no Fascio local, situado no segundo andar da Sociedade Umberto I, e pronunciamento de discurso por Emilio Camodeca,

---

<sup>223</sup> CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Europa dos Pobres: a belle époque mineira.** Juiz de Fora: EDUFJF.1994, p. 1.

<sup>224</sup> MUSSE, Christina Ferraz. **Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60-70 em Juiz de Fora.** São Paulo: Nankim; Juiz de Fora, MG: Funalfa, 2008. p. 104 e 105.

<sup>225</sup> Idem. p. 103 e 104.

secretario geral do consulado italiano. <sup>226</sup> O convite para a comemoração foi publicado em italiano, e **convidava a todos os italianos mesmo os não fascistas** para o evento. <sup>227</sup>

Um extenso texto sobre a marcha sobre Roma, foi escrito por Emilio Camodeca, secretário geral do Consulado Italiano, especialmente para o Diário Mercantil. Nesse discurso, Camodeca falava sobre a grande efeméride também comemorada em Roma com a inauguração de grandes obras de saneamento. Também elogiava o governo forte implantado pelo Fascismo, que cumpria suas promessas, garantindo perspectivas cada vez melhores para a Itália: uma grande organização administrativa; desenvolvimento da educação e progresso cultural; incentivo à ciência; crescimento da produção agrícola; uma política externa voltada para a harmonia internacional e estreitamento das relações com os diferentes povos. <sup>228</sup>

Também em dezembro de 1931, a colônia recebeu a visita de um alto funcionário do Ministério das Relações Exteriores da Itália, Piero Parini, Diretor Geral dos Italianos no Exterior, que veio a Minas Gerais, em “*visita oficial aos súditos da grande nação*”, sendo recepcionado pela colônia italiana da cidade <sup>229</sup>. Juiz de Fora parece ter sido a cidade de Minas Gerais escolhida para centralizar a recepção ao com. Piero Parini, pois na ocasião, estavam presentes comissões da colônia italiana de Belo Horizonte, Ouro Fino, Ubá e de outras cidades mineiras. Constava da programação, uma visita à Companhia Cervejaria Americana onde estavam presentes alguns representantes fascistas do Estado de Minas Gerais. <sup>230</sup>

A visita de Parini a Juiz de Fora, conta também com a presença de Nicolau Manera, apresentado pelo Jornal como um dos principais fundadores do Partido Fascista Brasileiro. Além disto, o Jornal fala de Nicolau Manera como “*nosso prezado colaborador*”, o que talvez indique que Manera intermediasse o envio de artigos de cunho propagandístico para o Jornal. Além de acompanhar a Comissão, Manera divulga no Diário Mercantil uma nota, de conteúdo fascista, saudando Parini: “A festa de ontem em tua honra oferece qualquer coisa que recorda a volta a Roma dos antigos consules romanos, cheios de triunfos e de glórias”. E

---

<sup>226</sup> **AHCJF** – Diário Mercantil. A 1ª Marcha Sobre Roma - Brilhante Festa Comemorativa no Fascio Local. Juiz de Fora, 27/08/1931, terça, p. 1.

<sup>227</sup> **AHCJF** – Diário Mercantil. A pedidos - Fascio di Juiz de Fora. Juiz de Fora, 28/08/1931, quarta, p. 3.

<sup>228</sup> **AHCJF** – Diário Mercantil. A Marcha Sobre Roma - Por Emilio Camodeca. Juiz de Fora, 28/08/1931, quarta, p. 1.

<sup>229</sup> **AHCJF** – Diário Mercantil. Visitará Juiz de Fora um alto funcionário do governo italiano. Juiz de Fora, 03/12/1931, quinta, p. 2.

<sup>230</sup> **AHCJF** – Diário Mercantil. Uma visita á Cervejaria Americana. Juiz de Fora, 09/12/1931, quarta, p. 1.



IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

também fala dos italianos no exterior, como “...orgulhosos da nossa gloriosa raça, a mais nobre, a mais civilizada, a mais humana.”<sup>231</sup>

Em 1932, é anunciada, para o dia 23 de março, uma brilhante comemoração, para o aniversário do fascismo, a cargo da “*sociedade fascista local*”, que convidou, para o evento, “festejado” jornalista italiano Nunzio Greco, que pronunciará uma conferência sobre o fascismo e suas realizações.<sup>232</sup> De acordo com o Diário Mercantil, “*decorreu num ambiente de grande entusiasmo a festa italiana de ontem, em comemoração do aniversario do Fascismo. O discurso oficial, pronunciado pelo festejado jornalista italiano Nunzio Greco foi muito aplaudido*”.<sup>233</sup> E em 23 de julho de 1933, é a vez de recepcionar o “*cônsul-italiano em Belo Horizonte, Cav. Uff. Wilnob Ferdinando, que deverá chegar pelo rápido das 2:40 horas da tarde*”.<sup>234</sup>

Em 28 de outubro de 1934, novamente anuncia-se a festejada marcha sobre Roma, com os costumeiros e excessivos elogios às grandes obras de Mussolini: “*E’ indiscutível que o fascismo disciplinou todos os italianos, e com sua jovem força realizadora levou a Itália, a um nível muito alto no conceito das nações*.”, ou ainda: “*O fascismo é um sincero coordenador da paz entre as nações do que tem dado provas nestes ultimos periodos tempestuosos que atormentaram a Europa*”.<sup>235</sup>

Durante o episódio das agressões da Itália, na guerra contra a Etiópia, gerando a imposição de sanções contra a Itália, por decisão da Sociedade das Nações, desenvolveram-se grandes manifestações de apoio à Itália, principalmente em São Paulo, envolvendo as seguintes ações: contribuições econômicas por parte da colônia; boicote contra os produtos ingleses e incentivo ao consumo de produtos italianos;<sup>236</sup>

A mobilização das colônias italianas, no Brasil, torna-se compreensível se levarmos em conta que o próprio governo brasileiro não aderiu às sanções e que, no Brasil, setores significativos apoiavam a ação italiana. É o que podemos ver no manifesto em solidariedade à Itália, publicado em 1936, pela Junta Brasileira “Pro Itália” em Juiz de Fora, assinado por personalidades importantes da cidade, como o futuro prefeito da cidade, Raphael Cirigliano, ou o bispo Dom Justino. Vale ressaltar que poucos sobrenomes são italianos:

<sup>231</sup> AHCJF – Diário Mercantil. Uma saudação do sr. Nicolau Manera. Juiz de Fora, 09/12/1931, quarta, p. 2.

<sup>232</sup> AHCJF – Diário Mercantil. O ANIVERSARIO DO FASCISMO. Juiz de Fora, 21/03/1932, segunda, p. 6.

<sup>233</sup> AHCJF – Diário Mercantil. Festa Fascista de Ontem. Juiz de Fora, 24/03/1932, quinta, p. 1.

<sup>234</sup> AHCJF – Diário Mercantil. O Consul Italiano em Minas Vem a Juiz de Fora. Juiz de Fora, 22/07/1933, sabbado, p. 1.

<sup>235</sup> AHCJF – Diário Mercantil. A Marcha sobre Roma. Juiz de Fora, 27/10/1934, sabbado, p. 1.

<sup>236</sup> TRENTO, Ângelo. **Do Outro Lado do Atlântico: Um Século de Imigração Italiana no Brasil**. Instituto Italiano di Cultura di San Paolo - Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro. s.ed. São Paulo: Nobel, 1989. p. 342.

(Ass.) Gilberto de Alencar, Augusto Coimbra da Luz, Benjamin Colucci, Dom Justino, Bispo de Juiz de Fora, monsenhor Domicio Nardy, Raphael Cirigliano, José da Rocha Lagos, Bartholomeu dos Reis, Edmundo Lys, Pedro Ribeiro da Costa, Lindolfo Gomes, Alvaro Braga de Araujo, Machado Sobrinho, Jarbas de Lery Santos, Carlos de Avellar Brandão, Belmiro Braga, Padre Gustavo Freire, Augustus Griebel, Annibal de Andrade Câmara, Antonio Gomes, Lage Filho, José Augustus Lopes, Osmar Silva, João Alves Valladão, Americo Repetto, Heitor Guimarães, Dirceu Dias Braga, Mario F. de Azevedo.<sup>237</sup>

O Manifesto enaltece a Itália, exaltando sua história e suas obras, desde o Império Romano, e o *“esplendor de suas fulgurações em todas as manifestações da vida espiritual dos povos civilizados”*. Também fala do renascimento das forças que transformaram Roma no berço da civilização, declarando-se vinculados à Itália por tradição histórica e espírito, reafirmando admiração e amizade à grande nação latina, e condenando as represálias.<sup>238</sup>

Após o Manifesto, os membros da Junta Brasileira “Pro Itália”, em Juiz de Fora, enviaram um telegrama ao presidente da Junta do Rio de Janeiro, dizendo que os intelectuais de Juiz de Fora acabavam de fundar na cidade uma Junta filiada à da capital e que aderiam aos fins e ao programa da mesma. Esses intelectuais de Juiz de Fora se dizem *“possuidores de uma nobre tradição de civismo e de amor à liberdade”*, e compartilham com os do Rio de Janeiro, e do Brasil, os sentimentos de solidariedade em relação à Itália: *“No momento histórico que atravessamos, bem merece a Itália, gloriosa defensora da latinidade, a solidariedade de todos os homens livres, para que possa prosseguir victoriosamente a grande obra civilizadora que empreendeu”*.<sup>239</sup>

Diante de tanta solidariedade e apoio da opinião pública, a reação da colônia não poderia ser contida. Por isto, a entrada em Addis Abeba, capital etíope foi comemorada com total entusiasmo pela colônia de Juiz de Fora. Pouco depois que o vice-consul, Amathore De Giacomo, recebeu a notícia, a Sociedade Umberto I *“abriu imediatamente os seus salões em grande gala, ao mesmo tempo que as sirenes e repetidas salvas de mosteiros anunciavam a decisiva victoria italiana”*. No dia 6 de maio, o vice-consul italiano ofereceu na Sociedade Umberto I, uma grande recepção a toda a colônia, às autoridades civis e militares e à Sociedade de Juiz de Fora.

Nos salões festivos, estavam várias figuras de destaque da cidade, dentre as quais discursaram, além do vice-consul, Amathore De Giacomo, o professor Moghilo, o escritor

<sup>237</sup> **AHCJF** – Diário Mercantil. JUNTA BRASILEIRA “PRÓ ITALIA” EM JUIZ DE FORA. Juiz de Fora, 04/03/1936, p. 1..

<sup>238</sup> Idem.

<sup>239</sup> **AHCJF** – Diário Mercantil. A MANIFESTAÇÃO DOS INTELLECTUAES DE JUIZ DE FÓRA EM PRÓL DA CIVILISAÇÃO ITALIANA. Juiz de Fora, 07/03/1936, sabbado, p. 1.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Gilberto de Alencar, o dr. Salles de Oliveira, e um dos redactores do DIARIO MERCANTIL, saudou o vice-consul em nome dos DIARIOS ASSOCIADOS. Após ter sido servida uma taça de champagne, teve início o baile.<sup>240</sup>

Nos anos vinte, Mussolini introduziu a censura e eliminou a liberdade de imprensa, e nos anos trinta reforçou seu controle. A propaganda ficou a cargo do Ministero Stampa e Propaganda, criado em 1935. O grande objetivo da propaganda era difundir uma imagem positiva do fascismo no exterior, influenciando principalmente sobre a imprensa, através da divulgação de matérias por agências subvencionadas, por jornalistas subsidiados ou por relações pessoais com diretores de jornais, como no caso do Rio de Janeiro. Neste sentido, o Consulado de São Paulo obteve autorização para subsidiar a União dos Jornalistas Brasileiros, resultando em opiniões favoráveis com relação ao Império, a Mussolini e ao fascismo, por parte da imprensa em geral.<sup>241</sup>

## Conclusão

Após a pesquisa em diversas fontes, foi possível concluir que as manifestações de simpatia em relação à Itália fascista, por parte da colônia italiana, não representavam uma atitude isolada e específica daquele grupo. Elas aconteceram devido a uma série de fatores: o grande prestígio do regime de Mussolini e da Itália, em termos mundiais; a implantação de diversas estratégias no sentido de influenciar os italianos espalhados pelo mundo; além da opinião favorável de políticos, intelectuais e representantes do meio eclesiástico, bem como da imprensa local.

Quanto ao posicionamento do periódico católico, foi possível perceber que, em determinado momento alguns pontos de afinidade aproximaram a Igreja Católica e o fascismo: a reação contra o comunismo, socialismo e o liberalismo; os ataques contra a Maçonaria; e as negociações para a solução da “Questão Romana”. Todo este conjunto de afinidades está registrado nas páginas do jornal católico “**O Lampadário**”, que como órgão oficial da imprensa diocesana, acabava legitimando o regime fascista e suas ações, junto a uma população majoritariamente católica, atuando como grande formador de opinião, tanto

---

<sup>240</sup> **AHCJF** – Diário Mercantil. A COLONIA ITALIANA - comemorou com entusiasmo a queda de Addis-Abeba. Juiz de Fora, 07/05/1936, quinta, p. 1.

<sup>241</sup> CERVO, Amado Luiz. **As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia**. *Op. cit.*, p. 135 e 136.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

em relação aos católicos brasileiros, como em relação aos católicos integrantes da colônia italiana.

Sobre o posicionamento do jornal Diário Mercantil, identificamos uma ampla cobertura sobre as atividades da colônia; e enorme exaltação do periódico em relação às manifestações de caráter fascista por parte da colônia, o que também se estendia aos feitos do governo de Mussolini. Este posicionamento pode estar inserido no contexto geral, marcado pela recepção positiva, que envolvia grande parte da opinião pública. Mas também pode ser um indício de enquadramento do jornal dentro do esquema de subsídios e financiamentos implantado pelo governo italiano. Este esquema, já citado anteriormente, tinha o objetivo de manipular a imprensa brasileira, com o objetivo de conseguir opiniões favoráveis em relação ao regime fascista e suas iniciativas.

#### **Arquivos consultados**

ACRCG- JF - ARQUIVO DA COMUNIDADE REDENTORISTAS DO CURATO DA GLÓRIA- JUIZ DE FORA

ACMJF – ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE JUIZ DE FORA.

AHCJF – ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA.

#### **Referências bibliográficas.**

BERTONHA, João Fábio. **O Fascismo e os Imigrantes Italianos no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. (Coleção História; 40).

CERVO, Amado Luiz. **As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia**. Brasília, DF; São Paulo: Instituto Italiano di Cultura, 1992.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Europa dos Pobres: a belle époque mineira**. Juiz de Fora: EDUFJF.1994, p. 1.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MUSSE, Christina Ferraz. **Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60-70 em Juiz de Fora**. São Paulo: Nankim; Juiz de Fora, MG: Funalfa, 2008. p. 104 e 105.

OLIVEIRA, Cônego F. Max.de. **Sinais da Igreja no Juiz de Fora**. Tomo II. Juiz de Fora: Esdeva, 1978.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

TRENTO, Ângelo. **Do Outro Lado do Atlântico: Um Século de Imigração Italiana no Brasil.** Instituto Italiano di Cultura di San Paolo - Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro. s.ed. São Paulo: Nobel, 1989.

ZAGHENI, Guido. **A Idade Contemporânea: Curso de História da Igreja** São Paulo: Paulus, 1999. (Curso de História da Igreja ; 4).

**Intelectualidade e ideologia: Gustavo Barroso e o integralismo em Juiz de Fora**

Vanessa Aparecida Lobo Amancio\*

**Resumo:** O trabalho tem como objetivo correlacionar a função do intelectual orgânico proposto por Antonio Gramsci, tomando como base Gustavo Barroso e, analisar a importância da ideologia na formação e no desenvolvimento de uma sociedade, mais especificadamente, da ideologia integralista em Juiz de Fora na década de 1930, onde se iniciou a influência integralista em um Instituto Educacional, o Instituto Granbery da Igreja Metodista.

**Palavras-chave:** Gustavo Barroso. Integralismo. Juiz de Fora.

O ensaio, **Intelectualidade e Ideologia: Gustavo Barroso e o integralismo em Juiz de Fora**, visa identificar os aspectos acerca da disseminação de uma ideologia, de um intelectual, e das intenções deste último com a sociedade. Sociedade essa buscada nos moldes brasileiros, na cidade de Juiz de Fora- MG no decorrer dos anos da década de 1930.

O intelectual e seu papel como criador, mediador, transmissor de uma certa ideologia retrata-se na figura de Gustavo Barroso, membro honorário nos círculos sociais do Brasil do século XX, difusor e um dos líderes nacionais da Ação Integralista Brasileira (AIB). Sua biografia intelectual assemelha-se ao modelo do intelectual orgânico proposto por Antônio Gramsci, explicitando, contudo, a vertente esquerdista do autor italiano. A AIB, movimento político fundado em 7 de outubro de 1932 por Plínio Salgado, articulado como um movimento classe média, de grande repercussão no Brasil dos anos 30 mostrou-se presente nos discursos de Gustavo Barroso em Juiz de Fora, Minas Gerais. Certamente, o que mais condiciona o prumo deste trabalho é o aprofundamento nos discursos realizados por Barroso em Juiz de Fora, enquanto propagador da ideologia integralista, encaixando-se no modelo de intelectual orgânico, articulando junto a um espaço educacional da época, o Instituto Granbery da Igreja Metodista, a busca pela hegemonia cultural através dos jovens alunos.

Em um primeiro momento a questão da ideologia é debatida e analisada através das perspectivas de ruptura ou continuidade desse modelo tão especulado nos últimos tempos, analisando a época referente ao desenvolvimento da ideologia integralista e o contexto em que esteve inserida. Segue-se então, a relevância acerca da figura do intelectual, seu histórico e seu reconhecimento ao longo da história. Assim, a figura do intelectual Gustavo Barroso, é

---

\* Graduada em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. E-mail: nessinhalobo@hotmail.com

analisada através do estudo sobre a real possibilidade de aproximação do integralista com o modelo intelectual orgânico proposto por Gramsci. Mesmo não existindo uma única interpretação de Gramsci no Brasil e sendo ainda o italiano reconhecido como de esquerda, as relações com um intelectual orgânico nos moldes de uma ideologia de extrema direita fizeram-se plausíveis e interessantes diante do presente trabalho.

O último momento aborda os conceitos do integralista Gustavo Barroso através de sua presença no ano de 1933 em Juiz de Fora. Para isso suas três conferências realizadas nos dias 20, 21 e 22 de outubro de 1933 (as duas primeiras no salão do Instituto Granbery e a última no salão de festas do Palace Hotel) são estudadas para demonstrar a importância da atuação do integralista em âmbito educacional.

Dessa forma, é de suma importância estabelecer os parâmetros intelectuais que traduzem o desenvolvimento do integralismo no âmbito juizforano. Cabe aqui aprofundar e analisar a relação existente entre ideologia-intelectual-sociedade, sendo o ideólogo membro de uma classe social e inserido no mesmo contexto, o que o condiciona a propalar uma determinada ideologia.

### **Necessidade de mudanças**

O mundo estava perplexo. Uma guerra mundial marcava o cenário internacional de disputas expansionistas no início do século XX, em que diversos países testavam sua supremacia. Entre eles, estava o Brasil, em um período marcado pela Primeira República (1889-1930), por uma política dominada e atrelada aos jogos oligárquicos dominantes, à exportação agrícola, principalmente a cafeeira, às disputas dos setores que eclodiam diante da urbanização inerente ao processo que articulava-se com a sistematização industrial, a formação de novos blocos intelectuais insatisfeitos com uma política pautada aos moldes do eixo Minas Gerais-São Paulo, de uma classe média que inquietantemente acompanhava o crescimento das cidades, de uma sociedade que estava em processo de transformação.

É nesse cenário, de revoltas tenentistas, formação de partidos políticos como o Partido Comunista do Brasil, manifestações culturais que alcançaram proporções críticas internacionais, como é o caso da Semana de Arte Moderna (1922), a crise brasileira e mundial de 1929, as eleições no mesmo ano já demonstravam o declínio inerente a esse período. (MENDONÇA, 1990). O Golpe de 1930 coloca no poder Getúlio Vargas, pondo fim a chamada República Velha. A política pautada na autonomia dos Estados perdeu força, mas

nem por isso o novo governo catalisou eficazmente os parâmetros propostos pelos novos tempos.

Assim como acontecia globalmente, no Brasil também era irremediável obter novas bases de sustentação para que o progresso fosse garantido. A centralização do poder estava em ordem e, mediante essas mudanças, uma nova corrente intelectual se desenvolvia, estando à sua frente Plínio Salgado, escritor e jornalista, atuante da Semana de Arte Moderna, membro político, fundador da Sociedade de Estudos Políticos em fevereiro de 1932 e, que logo após, em outubro do mesmo ano se transformou na Ação Integralista Brasileira (AIB), transformando-se em Partido Político em 7 de março de 1935.

A partir do comando do Chefe Nacional, Plínio Salgado, o integralismo combateria um país emergido nas deficiências mundiais, em um materialismo e individualismo que só conseguiriam ser vencidos através de uma revolução espiritual, num intuito de responder a política do capitalismo liberal, responsável pelas crises decorrentes das décadas 20 e 30 do século XX e, principalmente, pelo comunismo, “visto como o auge da civilização materialista e ateísta” (BERTONHA, 2000, p.64). Estava inserido em um contexto de transformações que suscitavam a construção e a fortificação de uma nova ideologia.

O que se conhece por ideologia esta envolto em uma problemática conceitual que advém de debates intelectuais acerca do tema que ultrapassam os séculos e, que denotam a permeabilidade de um conceito que não tende a findar-se, que pelo contrário, fertiliza-se cada vez mais no campo e nas discussões que dele se ocupam. Sendo assim, “estudar uma formação ideológica é, portanto, entre outras coisas, examinar o complexo conjunto de ligações ou mediações entre seus níveis mais ou menos articulados” (EAGLETON, 1997, p.55). Fazer referência ao uso da ideologia integralista diante dos anos que compuseram a década de 30 no Brasil significa atribuir ao movimento a utilização de larga participação nos mais diversos campos sociais: escolas, festas de aniversário, velórios, batizados, igrejas, entre outros. Pode-se falar então em um projeto que atende a uma proposta mais abrangente nesses parâmetros, a uma categoria de merecido destaque: a hegemonia, que na perspectiva gramsciana representa “uma categoria mais ampla que a ideologia: inclui a ideologia, mas não pode ser reduzida a ela” (EAGLETON, 1997, p.105).

Desta forma, o poder dominante perpassa aos indivíduos através dos meios sociais, como escolas, igrejas, escotismo, velórios entre tantos outros que engendraram-se através de “dispositivos hegemônicos, que submetem os indivíduos ao poder dominante antes pelo consentimento do que pela coerção” (EAGLETON, 1997, p.106).



Não menos importante, a ideologia assume um papel fundamental em Gramsci, já que ele trabalha com uma “ideologia orgânica”, pautada na apreensão de um momento histórico específico, na incorporação das necessidades do dado momento, na particularidade dos acontecimentos que desenvolvem uma dada ideologia. Constatada sua importância, a ideologia que com Gramsci “que se efetua a transição crucial de ideologia como ‘sistema de ideias’ para ideologia como prática social vivida, habitual” (EAGLETON, 1997, p.107), atinge sua posição diante da história, dos fatos e do desenvolvimento desses para sua formulação, sua propagação, ou mesmo sua supressão.

E sobre a ideologia do integralismo diversos estudos apontam para o caráter fascista ou não do movimento, mas o que de fato o integralismo desejava era centralizar o poder do Estado Integral nas mãos do chefe nacional. Este poder tão almejado pelo sigma, estava diretamente ligado à questão ideológica, uma vez que “o termo ideologia, em outras palavras, parece fazer referência não somente a sistemas de crença, mas a questões de poder.” (EAGLETON, 1997, p.18).

A ideologia integralista também priorizava a honra e a moralidade, desvalorizando o corpo e os sentidos e enaltecendo o espírito. Os camisas-verdes adotavam ideologicamente diante da figura da mulher a mera função procriativa, sendo o sexo abominável quando acompanhado pelos prazeres. A constante vigilância do corpo compunha um dos arcabouços ideológicos do integralismo. A ideologia tão fortemente apegada ao cristianismo solidificava suas bases ideológicas nos anos 30, articulando-se em uma época em que tais premissas tornavam-se simpáticas aos olhares desconfiados, caracterizando o movimento integralista “ora como fascismo, ora como movimento de repressão ou populismo falho.” (PARENTE, 1986, p.32).

Dessa forma, a ideologia caracteriza um movimento, traça seu caráter, elucida seus mecanismos de apreensão, de conhecimento, de disseminação de seus ideais. Esta posiciona-se de forma a garantir uma identidade, de legitimar um processo, é “o que induz homens e mulheres a confundir-se, de tempos em tempos, com deuses ou vermes” (EAGLETON, 1997, p.12). Em pauta nas grandes discussões intelectuais, o conceito de ideologia ainda encontra-se em formulação e, o possível desaparecimento deste no mundo contemporâneo, assim como a falsa consciência a ele atribuída ou referência deste a mera ilusão, perde seu embasamento quando amparados em acontecimentos históricos, acompanhados de seus agentes ideológicos, das divergências e convergências dos mais diferentes acontecimentos que montam e remontam suas significações, diante de uma trama incessante, presente na mutabilidade

inerente a qualquer ruptura com o modelo vigente, pela busca de significados que expressem a capacidade intelectual do homem, pela necessidade de continuidade ou transformação que desde os primórdios encanta e impulsiona as relações sociais em todas as suas formas.

### **Gustavo Barroso: um intelectual orgânico**

A palavra intelectual, o conceito atribuído a esse grupo, está ligado a uma derivação de *intelligentsia*, que inicialmente foi criada na Rússia do século XIX, que significou “uma camada de indivíduos cultos e preocupados com os assuntos públicos que, constituída inicialmente por nobres, passou a ter percepção de si mesma como grupo social particular.” (BEIRED, 1998, p.123). Esse conceito também foi utilizado pelos franceses no final do século XIX, tomando notoriedade através do Caso Dreyfus, um capitão do exército francês de origem judaica, acusado e condenado por espionagem a favor da Alemanha. Desse caso ocorrido em 1894, a favor do capitão judeu, o “Manifesto dos Intelectuais” foi publicado e assinado por grandes figuras do campo cultural francês, tomando proporções de identidade desse novo grupo social.

É a essa relação engajada politicamente que o intelectual e suas funções assume importância quando correlacionadas com o pensamento de Antonio Gramsci e, a intersecção desse com a figura do intelectual exercida pelo integralista Gustavo Barroso.

Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso, cearense nascido em 1888, formou-se em Bacharel de direito pela Universidade do Rio de Janeiro. Foi, dentre tantas outras participações políticas, um dos fundadores da AIB juntamente com Plínio Salgado e Miguel Reale. A ideologia integralista esteve presente na formulação, desenvolvimento e propagação dos ideais verdeamarelos. Gustavo Barroso ocupou diversos cargos de destaque, como presidente da Academia Brasileira de Letras aos 34 anos, autor de mais de cem obras, exerceu cargos públicos e diplomáticos em outros países além de professor, político, contista, folclorista, cronista, ensaísta, orador, historiador, geógrafo e romancista, ainda foi o mentor fundador do Museu Histórico Nacional. Suas obras políticas tinham o integralismo como principal foco doutrinário político, sua posição anti-semita o caracterizou diferentemente de outros intelectuais integralistas como Plínio Salgado e Miguel Reale. Não obstante suas explicações e acusações aos judeus, o que de fato Gustavo Barroso exerceu fora o papel de funcionário de uma ideologia em pauta nos anos 30 no Brasil, através do integralismo, sua intelectualidade encaixa-se ao intelectual gramsciano.

Gramsci entende os intelectuais através de duas críticas: uma que diz respeito ao intelectual como independente e autônomo da realidade a que está inserido, outra que caracteriza o intelectual desprendido de outros ofícios, como os manuais. Ao contrário disso, o que caracteriza a categoria de intelectual está associado às ações deste com o meio ao qual pertence. Além disso, outras questões como qual a classe que o intelectual pertence, a estrutura social que o determina e, as funções que exerce, sejam elas reprodutoras ou transformadoras da ordem social, também elucidam essa categoria. (BEIRED, 1998).

Gramsci fora o marxista que mais priorizou a figura do intelectual, seus estudos repercutiram nas responsabilidades e funções do intelectual. Contra um economicismo mecanicista e reducionista da II Internacional, Gramsci elevou a importância das superestruturas, desmistificou a ideologia como unicamente determinada pela economia, ou mesmo como uma falsa consciência ou explicitamente ilusória, atribuiu ao papel do intelectual à função organizativa da ideologia.

Assim sendo, Gramsci critica a figura do intelectual desvinculado da realidade social, autônomo em seus pensamentos e decisões, para ele, esse tipo de intelectual é denominado como tradicional. Estes “sentem como ‘espírito de grupo’ sua ininterrupta continuidade histórica e sua ‘qualificação’, eles consideram a si mesmo como sendo autônomos e independentes do grupo social dominante.” (GRAMSCI, 1979, p.6). Essa posição idealista na perspectiva gramsciana expressa à relação conturbada que os intelectuais sobrepuseram-se durante séculos nas sociedades ocidentais. A esfera cultural artística condicionada ao campo idealista traduz, paralelamente a ela, a figura do intelectual que perpassa ora como desinteressada, ora determinada pela história material. (FACINA, 2007). Nesse viés, Gramsci assume uma transformação da história intelectual que modifica-se com a complexidade do aparelho estatal, com a transição de uma época, com a nova divisão do trabalho, com a ampliação das instituições educacionais, com o desenvolvimento de novos intelectuais, os chamados “intelectuais modernos” ou “intelectuais orgânicos.” (BEIRED, 1998).

Dessa forma, os intelectuais distinguem-se por assumirem posições de reprodução ou transformação. O intelectual orgânico, remanescente de um envolvimento político social, é responsável pela organização da sociedade, das ideias que formam uma nova vontade nacional popular. Não mais visando um cosmopolitismo – utilizado em grande escala pelos intelectuais tradicionais – desligando-se das necessidades nacionais, articulando em prol do meio externo e assumindo postura indiferente às questões internas.

Assim como a importância proferida por Gramsci às superestruturas, a função mediadora do intelectual determina a relação entre grupo dominante e organização social. Para Gramsci os intelectuais são os funcionários dessas superestruturas, responsáveis pela hegemonia e dominação destas. A essas superestruturas dois planos delimitariam a atuação do intelectual orgânico: a sociedade civil e a sociedade política. Os intelectuais orgânicos funcionam então como mediadores dessa relação entre Estado e sociedade, poder dominante e demais classes. A relação do intelectual orgânico está sujeita a uma hierarquização do próprio domínio intelectual. No mais alto grau hierárquico está para Gramsci o intelectual orgânico, com uma autonomia relativa e, os mais humildes, ou mais imediatistas, que funcionam como agentes passivos, mais receptivos.

Assim, Gustavo Barroso assumiu seu papel de intelectual orgânico, como exemplo, aprofundou-se posteriormente ao intercâmbio político, ao título de presidente da Academia de Letras, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, onde mostrou-se altamente influente, disseminando o integralismo em suas palestras, realizadas duas no salão do Instituto Granbery da Igreja Metodista e a última no salão de festas do Palace Hotel, as três no decorrer dos primeiros anos do decênio de 1930 (GONÇALVES, 2007). Gustavo Barroso engendrou sua estratégia política em uma das instituições que funciona como instrumento de persuasão e propagação: as escolas. Desde a sua importância originária no mundo medieval e, posteriormente no mundo moderno, a organização escolar funcionou com uma determinante social de intelectuais. Gramsci aponta que “a escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade de escolas especializadas e pela sua hierarquização” (GRAMSCI, 1979, p.9). Nos anos de 30 no Brasil o crescimento das instituições educacionais era visível, se comparado com os anos anteriores, que “ em 1932, as escolas superiores nos ramos tradicionais se haviam multiplicado em virtude da ampliação da rede de estabelecimentos privados bem como em consequência da extensão da rede de estabelecimentos públicos” (MICELI, 1979, p.37).

Diante dessa transformação, ou ruptura com o modelo político vigente, esteve espelhado o movimento integralista, subsidiado por seus intelectuais, na tentativa de incorporar as necessidades do panorama brasileiro da década de 30, exaltando características peculiares de um movimento dos anos de 1930, através e, sobretudo, da atuação de intelectuais orgânicos que como Gustavo Barroso, no núcleo dirigente do movimento político integralista, atuou na função organizativa do partido, na disseminação ideológica, na

mediação das classes sociais envolvidas, na exaltação ao Estado Integral, na ambição hegemônica, na perspectiva gramsciana de intelectualidade.

### **O integralismo em Juiz de Fora através do intelectual Gustavo Barroso**

Juiz de Fora, outubro de 1933. A Princesinha de Minas entrava de forma notória para a história do integralismo nacional. Esta pode ser considerada a data marco da influência e do desenvolvimento do ideal integralista em terras juizforanas. A esse momento deve-se a relação do integralismo com uma instituição de ensino, o Instituto Granbery da Igreja Metodista. Como propulsor dessa empreitada ideológica esteve à frente, o professor do instituto e mediador da vinda de um dos militantes mais destacados da Ação Integralista Brasileira, o professor Oscar Machado. Ao lado dessa iniciativa esteve presente uma figura de grande peso na época, o então Presidente da Academia de Letras, uma das principais influências ideológicas dentro do movimento integralista, Gustavo Barroso.

A trajetória de Barroso, que desde cedo apontava grande querência pelo ofício militar, profissão de desinteresse pela elite, seguiu o caminho que a maioria dos pais encaminhava seus filhos neste momento, as profissões liberais de advogado ou médico. Em 1907 Barroso ingressou na Faculdade de Direito de Fortaleza. Em 1910 transferiu-se para o Distrito Federal concluindo seus estudos de Direito. Em 1912 Barroso publicou seu primeiro livro, **Terra de Sol**. Desenvolveu nos anos posteriores reconhecida presença e influência nos âmbitos políticos, educacionais, culturais e de imprensa. Perpassou por importantes cargos, como na fundação do Museu Histórico Nacional, esteve nos anos 20 praticamente afastado da vida política, e nos anos 30 participou ativamente da campanha eleitoral à presidência da República, apoiando Júlio Prestes Vital Soares. Derrotado politicamente nesta eleição, Barroso em 1933 ingressou na AIB.

A AIB como movimento de extrema direita, resultante de um contexto permeado pelas mais diversas tensões políticas, sociais e econômicas das décadas de 20 e 30 no Brasil, não pode ser visto ou estudado como um movimento de origens doutrinárias uniformes e monolíticas. Assim sendo, seus intelectuais mantinham suas particularidades, como Plínio Salgado, o Chefe Nacional, detentor do maior posto dentro da hierarquia integralista, apresentou-se através do caráter doutrinário católico, defendia a revolução espiritual, agia no compromisso de revigorar a alma brasileira, resgatar as raízes nacionais. Com Miguel Reale a reflexão jurídica política do intelectual, que o fez imprescindível ao movimento e ao

momento, buscando através do integralismo uma meditação sobre os problemas brasileiros, em suas especificidades. E, por sua vez, o militante e antisemita Gustavo Barroso, que longe de condenar o sionismo por seu caráter étnico-racial, o acusava das influências econômicas que os judeus promoveram no Brasil desde a sua independência, relacionando a situação precária do Brasil dos anos de 1930 com um passado de dívidas e empréstimos aos banqueiros judeus, chegando até mesmo a ser o tradutor do livro os Protocolos dos Sábios de Sião.

Foi esse intelectual que recebeu grande parcela de mérito na influência do integralismo em Juiz de Fora. Uma influência, que remonta, sobretudo, às primeiras notícias do movimento no jornal Gazeta Mercantil de 22 de outubro de 1932, descrevendo a presença e as propostas de Plínio Salgado. Em junho de 1933, Juiz de Fora contou com a presença do Ministro alemão Schmidt Elskop, e Hitler foi coberto pela imprensa desse momento de inúmeras glórias e satisfações (CORRÊA, 1973).

Percebe-se então a figura do intelectual orgânico, do interesse de se homogeneizar uma classe social, de transmitir uma ideologia concisa e adaptável ao momento, de realizar dentro de uma instituição de educação, uma super estrutura, como já propunha Gramsci, mesmo sendo Gramsci um adepto da doutrina partidária esquerda. Nesse momento, sendo utilizada pela extrema direita, a verdadeira revolução ideológica, tendo à frente dessa missão uma mente pensante, proposta pelo pensador marxista Antonio Gramsci, é utilizada de forma diferente do proposto por sua base teórica de origem esquerdista, mas nem por isso utilizada erroneamente. Pelo contrário, neste caso, a mente pensante foi o intelectual Gustavo Barroso e sua ideologia o integralismo:

É preciso, sem perda de tempo, refundir o estudo, moralizá-lo, arejá-lo, afim de preparar gerações de outra espécie, capazes de trabalhar, pela grandeza do Brasil. Ao mesmo tempo, é necessário ir desintoxicando as gerações empeçonhadas a pouco e pouco. Uma obra dessas só poderá ser realizada por um grande movimento cultural. Entretanto, os moços ignorantes são agitados uma demagogia comunista sem escrúpulos. Sem instrução, sem capacidade de refletir, sem gosto pelo esforço, sem escola de sacrifício, são facilmente pasto de ideologias baratas e trabalham pela própria escravidão, pensando que agem a prol de reivindicações das massas (BARROSO, 1937, p. 28).

Os jovens constituíam o público alvo dos movimentos políticos. Era à mocidade da época que a ideologia deveria sensibilizar, reflexionar, ser compatível. E nada mais lógico do que inferir em âmbito educacional para promover essa conscientização ideológica que o integralismo tanto propunha:

Ensinaresmos aos moços a, dentro do cultivo das tradições regionais, se sentirem brasileiros em primeiro lugar, para, depois, se lembrarem de que são parouaras ou capichabas, goianos ou mineiros, paulistas ou gaúchos. Se atingirmos um dia esse marco miliário, teremos realizado a obra majestosa da imunização espiritual pela educação (BARROSO, 1934, p. 126).

A isso, somou-se a o tipo de educação do Instituto Granbery, mesmo não sendo baseado na doutrina religiosa católica, as intenções entre o integralismo e instituição aliam-se na medida em que “existe uma necessidade de formar uma concepção política nos educandos para que os ideólogos tenham a garantia de seus interesses.” (GONÇALVES, 2007 p.87). A religião que em um primeiro momento pode ser alvo de especulações, uma vez que o Instituto Granbery da Igreja Metodista era de religião protestante. Justifica-se, sobretudo, essa aproximação entre campos sumariamente tão opostos em suas ideologias, a necessidade de mudança através de um movimento reformador e educativo, uma proposta que tornou-se o elo entre eles. Em relação a essas diferenças, discorre Barroso:

O integralismo quer inteira liberdade de confissão religiosa. Afirmado Deus e o Espírito, não pode o Estado Integral ser exclusivista em matéria de crença. [...] A luta contra a invasão materialista no mundo não pode tolerar, neste momento, divisões entre os filhos de uma mesma pátria, nem de partidos políticos, nem de classes sociais, nem de credos religiosos (1937, p.115-116).

Sendo assim o que realizou-se no Instituto Granbery no ano de 1933 foi uma união de interesses em comum, entre uma comunidade educacional e um movimento político em ascensão. Educadores do colégio, como Oscar Machado e tantos outros simpatizantes, aderiram à ideologia integralista em prol de suas posições em relação à dominação intelectual que pretendiam estabelecer na formação de seus jovens alunos. O Integralismo seria caminho certo a ser percorrido a fim de se alcançar a tão almejada formação de consciência coletiva

Consciência essa que priorizava a figura do intelectual como responsável pela intersecção entre ideologia e sociedade. Que garantia propósitos de unidade, de hegemonia, através de um processo doutrinário que influenciasse em todos os campos sociais a decisão dos cidadãos. Era esse interesse em catalisar o poder doutrinário vigente, garantindo assim a dominação de uma classe sobre as demais, ou seja, dos intelectuais sobre o povo, que aproximou as divergências de uma instituição protestante em prol de um objetivo bem maior: a necessidade de se estabelecer domínio ideológico através da via educativa em questão.

Para tal, em um primeiro momento, Barroso utilizou-se em Juiz de Fora de três conferências ocorridas em outubro, no ano de 1933. A primeira, realizada no salão do

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Instituto Granbery da Igreja Metodista no dia 20, intitulada como “A Inquietação do século XIX e a Reconstrução do século XX” pode ser analisada através de um capítulo do seu próprio livro, **Integralismo de Norte a Sul** de 1934. Obra essa que aborda as diversas palestras que o intelectual promoveu em vários estados do Brasil, inclusive em Juiz de Fora. Neste capítulo, o autor aponta para as atrocidades advindas do século XIX, em que o século XX seria o momento de reconstrução, onde os pioneiros desse processo resgatariam a excelência da alma, remodelariam o mundo em pútrida ordem.

A transformação, portanto, só seria admissível se realizada em torno da unidade, do resgate da nacionalidade, da aceitação das diferenças intrínsecas ao ser humano, da abominação da animalidade tantas vezes proferida aos homens, da prioridade a disciplina espiritualista, unir novamente política e moral.

A segunda conferência, igualmente a primeira, foi realizada no Instituto, com o título “O sentido Novo da Política, da Educação e da Economia”, também referenciada em seu livro citado anteriormente. Esta teve importante tema, ainda mais ao se referir aos modelos de educação tão erroneamente aplicados pelas instituições de ensino, que ao ver do autor, estavam corrompidas por um modelo mecanicista de aprendizagem e, seus mestres perdidos em seus valores em ambiente nada mais apropriado. O ensino estava por vezes a abandonar o primado espiritualista, admitindo e seguindo técnicas modernizantes que só propiciavam a inversão de valores.

Para Barroso “a educação é a própria substancia da vida, sobretudo da parte espiritual” (1934, p.109), em que a matéria estaria submetida ao espírito e não ao contrário. Como o que acontecia era justamente uma inversão disto, que segundo o autor “se perdeu o verdadeiro conceito da unidade social e da harmonia social” (1934, p.109), estavam os comunistas e seus regimes individualistas e arbitrários, causadores de uma desordem moral que incutia em todos os ramos da vida social, tanto na educação, como na política e na economia uma materialização do sentido da vida. Sendo assim, “o conceito verdadeiro da educação, é levar o estudante á sabedoria, isto é, ao saber, primeiro, e a aplicação técnica, depois.” (1934, p.114). A política por sua vez tornava-se cada vez mais influenciável e menos confiável. E em relação à economia, esta estava, ao ver do intelectual, deteriorada por um liberalismo excludente, do qual o poder Estatal não mais consagrava os méritos ao qual foi criado e, por sua vez apontava para uma real sucessão do comunismo através do liberalismo.

A terceira e última conferência realizada no dia 23, no Palace Hotel, recebeu o título de “Liberalismo, Comunismo e Integralismo”, também sendo encontrada no livro do autor



citado anteriormente. O que Barroso esboça nas páginas do seu livro referente a esse tema é a caracterização de cada uma dessas ideologias, a intenção de suas políticas e o fundamento de suas filosofias. Suas críticas aos dois primeiros sistemas são vorazes, indicando as falhas, que para ele, conduzem a sociedade ao caos total. Sobre o liberalismo, “as garantias que o regime liberal dá ao eleitor, morais ou materiais, são tão precárias que o próprio regime o esconde num cubículo para votar.” (1934, p. 18).

O liberalismo não era confiável ao ver de Barroso, seu dismantelamento era visível e causava a desordem social em todas as relações sociais, fossem elas políticas, econômicas, educacionais ou mesmo religiosas. O comunismo por sua vez:

Para os comunistas, a história é simples resultado do movimento automático da economia e das reações que produz. A sociedade toda se explica pelo desenvolvimento econômico. Naturalmente, essa visão lateral esbarra diante dos fenômenos superiores de ordem intelectual (1934, p. 28).

O comunismo era a forma mais fatal de se conduzir uma nação e seus cidadãos, um sistema falso e contraditório, que utilizava-se da luta de classes para retirar do Estado suas principais tarefas enquanto organizador e mantedor da ordem. “O verdadeiro criador do comunismo marxista é o velho materialismo judaico que vem desde muitos centenários solapando os alicerces da civilização cristã. Ele influenciou o advento do liberalismo que abriu as portas ao comunismo.” (BARROSO, 1934, p.39). O integralismo era, portanto, a doutrina a ser seguida e, seus intelectuais eram os mais capacitados:

O liberalismo isolou o homem no individualismo e somente o considerou como cidadão-eleitor. O comunismo submerge-o no oceano da massa e o transforma em parafuso com estomago e libido dum maquinismo social. O mundo inteiro sente a imprescindível necessidade de uma síntese que combata análises unilaterais. No duelo travado entre burgueses e operários, os verdadeiros intelectuais entram em uma terceira forma de justiça social. Karl Marx não previu este aspecto da luta de classes. Sua doutrina coordena os valores sociais dispersos e os canaliza para alto fim humano. Suas primeiras manifestações chamaram-se fascismo e nacional-nacionalismo. Sua expressão mais completa chama-se integralismo (1934, p.45).

Suas palavras proferidas nas conferências em Juiz de Fora traduziram-se em estímulo ao desenvolvimento do movimento integralista na cidade. O Instituto Granbery que foi o pioneiro nessa empreitada ideológica, contou com a adesão de diversos ramos sociais, em um projeto de dominação ideológica das massas amplamente difundido pelo professor Oscar Machado “considerado nesse meio um detentor da intelectualidade formadora de opiniões” (GONÇALVES, 2007, p.90). Uma influência que não ficou restrita a vinda de Barroso e suas

palestras, mas, contudo pode ser considerada como o grande momento precursor do sucesso do movimento, que a partir de 1934 já contava com uma própria sede da AIB em Juiz de Fora, com merecido destaque nacional e estando ao cargo de Chefe Municipal do Integralismo no dia 6 de abril desse ano o professor Oscar Machado. No final de 1933 a força da AIB já se mostrava presente, com a vinda do Chefe Nacional a Juiz de Fora.

O Integralismo de Juiz de Fora contou com devido prestígio durante todo o seu funcionamento na cidade. Em março de 1934 uma nova caravana que passou por Juiz de Fora contava novamente com a presença de Gustavo Barroso e Plínio Salgado. Em junho desse mesmo ano a Milícia Integralista foi criada em Juiz de Fora e o jornal Sigma iniciou sua circulação quinzenalmente, o que depois foi remanejado para semanalmente. Dos dias 9 a 14 de julho foi realizada a “Semana Integralista” em Juiz de Fora e em agosto providenciou-se a criação da Juventude Integralista.

A cidade de Juiz de Fora foi palco de encontros entre forças integralistas de diversas cidades mineiras, atingindo grande repercussão nacional em seu envolvimento com o ideal integralista. Passados os anos, o ano de 1937 foi o último ano da legalidade da Ação Integralista Brasileira e as forças oposicionistas já ecoavam substancialmente em Juiz de Fora, assim como em todo o Brasil, findando-se no dia 2 de dezembro de 1937, pelo decreto-lei nº 37, assim como os demais partidos políticos da época. No dia seguinte ao decreto, fechou-se a sede local da AIB em Juiz de Fora, o integralismo juizforano chegou ao fim.

O que de fato se extinguia era o integralismo como partido legal, dotado de grande influência e prestígio político nacional. Com o Golpe de 1937, uma nova era marcava o cenário brasileiro, sem, contudo, apagar da consciência e da formação intelectual dos cidadãos a bagagem inerente aos novos intelectuais e pensadores, através da influência doutrinária, mesmo que inconsciente, de diversas ideologias que exemplificada através do integralismo neste estudo, contribuíram para a fertilização e o desenvolvimento político brasileiro.

### **Considerações finais**

A importância deste estudo está intrinsecamente ligada ao entendimento da capacidade de tornar a ideologia uma delicada imposição. Desse modo, as atribuições ao intelectual Gustavo Barroso residem na utilização do integralismo como ideologia para sedimentar as relações sociais. Relações essas que o intelectual está imerso, independentemente do período em que se estude o desenvolvimento de uma obra, tornando clara a relação existente entre um público alvo e um trabalho bem estruturado.

Sendo assim, o presente trabalho utilizou-se da ideologia integralista e as estruturas conceituais que a cercam, utilizada por Gustavo Barroso, um membro intelectual da sociedade de 1930, analisado através de Gramsci e suas contribuições acerca da importância dos intelectuais, da conexão desencadeada através de um Instituto Educacional e pela busca a uma hegemonia cultural da qual a influência ideológica é o grande álibi. Mesmo sendo Gramsci um pensador tradicionalmente esquerdista, foi utilizado para estudar um intelectual de extrema direita, sem maiores problematizações acerca do tema. Em função das três conferências proferidas por Barroso, através da experiência doutrinária em cenário pautado na preferência pela mocidade da época, o grande alvo ideológico, especificando-se a partir da cidade mineira de Juiz de Fora e do Instituto Granbery da Igreja Metodista, resumem-se na atividade aqui exposta.

Cabe aqui, compreender então, que, através da persuasão condicionada ao integralismo como ideologia, houve incontestavelmente adesão de grande parcela da sociedade brasileira, mais, especificadamente, da comunidade de Juiz de Fora- MG através da figura do intelectual orgânico esboçada através de Gustavo Barroso. E, acima de tudo, ratificar a importância de um movimento ideológico e seus contribuintes, os intelectuais, como construtores da consciência nacional de seu povo, através de mecanismos doutrinários que longe de findar-se no tempo e no espaço, atravessam os anos e suscitam interesses ao longo da história.

## Referências

BARROSO, Gustavo. **O Integralismo de Norte a Sul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

\_\_\_\_\_. **Integralismo e Catolicismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: ABC Ilimitada, 1937.

BERTONHA, João Fábio. **Fascismo, nazismo, integralismo**. São Paulo: Ática, 2000.

BEIRED, José Luís Bendicho. A função social dos intelectuais. In: AGGIO, Alberto (org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Unesp, 1998, p. 121-132.

CORREA, Maurício de Castro. **Ação Integralista Brasileira: seus reflexos em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Trabalho apresentado ao IIº Prêmio de Pesquisa DCE, 1973.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 1997.

FACINA, Adriana. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

GONÇALVES, Leandro Pereira. Tradição e cristianismo: o nascimento do integralismo em Juiz de Fora. In: SILVA, Giselda Brito (org.). **Estudos do integralismo no Brasil**. Recife: Edufrpe, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Da republica velha ao estado novo. In: LINHARES, Maria Yedda. (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p.302-315.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e Classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

PARENTE, Josênio. **Anauê: os camisas verdes no poder**. Fortaleza: EUFC, 1986.

## **O Nazi-fascismo pelas Lentes do Cinema e da Iconografia**

***O Triunfo da Vontade, A Onda, A Queda: uma análise das relações pessoais com a ideologia Nazi -Fascista a partir do olhar cinematográfico.***

Gisele dos Reis Cruz\*

Jerônimo Marques de Jesus Filho\*\*

**Resumo:** Este trabalho procura abordar o nazi-fascismo sob o olhar cinematográfico, utilizando-se de três produções: O Triunfo da Vontade, de Leni Riefenstahl; A Onda, de Dennis Gansel; e A Queda, de Oliver Hirschbiegel. O recorte teórico direciona-se para a análise de Eric Fromm a respeito da fuga da solidão empreendida pelo homem moderno, levando-o a buscar soluções escapando de sua liberdade e de seu próprio eu, através do apoio a regimes políticos totalitários. A leitura de Fromm pode ser ilustrada em cenas dos filmes acima citados.

**Palavras-chave:** Nazi-fascismo; Cinema; Medo à liberdade

### **Introdução**

Na década de 1920, segundo o jornalista alemão e teórico do cinema Siegfried Kracauer, – em seu livro “ De Caligari a Hitler”, publicado em 1947 – já havia uma relação mais íntima entre Cinema e História, posto que, para ele, o cinema expressionista refletia claramente os anseios da conturbada e humilhada sociedade alemã, prenunciando a futura ascensão do nazismo na década seguinte. (Kornis, 2008: p. 18 e 19. ).

Os anos de 1960/70 revelaram um movimento radical de reavaliação total de todos os valores culturais e estéticos, abrangendo vários campos do conhecimento e a própria sociedade de então. O historiador Jacques Le Goff, um dos baluartes desse processo de renovação, desenvolve sua crítica mordaz à noção de documento histórico enfatizando – a partir de Michel Foucault - a necessidade urgente da desmontagem do “documento – monumento”. Para Le Goff, há uma correspondência entre a discussão em torno do caráter de

---

\* Doutora em Sociologia e Profa. Adjunta da UFF/Campos dos Goytacazes – giselereis@globocom

\*\* Mestre em Educação pela UFF – jmjesusfilho@gmail.com

verdade contido no documento histórico e os estudos sobre a natureza da imagem. A noção foucaultiniana de que “documento é monumento” explicita o esforço empreendido pelas sociedades históricas para impor ao futuro uma determinada imagem de si próprias. Assim sendo, todo documento é mentira e cabe ao historiador demolir o monumento, analisar, em última instância, as condições de produção dos “documentos – monumentos” (Idem,2008:p.22 e 23).

Ainda seguindo Kornis, observamos que a abertura da História para novos objetos fez com que o cinema pudesse ser considerado como produtor de fontes de pesquisa histórica, sendo encarados os filmes – de ficção, documentários e cine - jornais – como instrumentos de compreensão dos comportamentos, das visões de mundo, dos valores e também, das ideologias de uma determinada sociedade e de sua época. (Idem) A autora ainda ressalta que o historiador Mark Ferro foi um dos pioneiros da reflexão sobre as relações entre Cinema e História e esclarece que, para Ferro, não existe documento politicamente neutro ou objetivo e isso vale para os filmes como tais. Ele aponta o fato de que um filme não é só um produto, é, também, um agente da História. Um filme pode servir a um processo de doutrinação ou glorificação de um líder, de um regime ou de uma nação “predestinada” (Idem,2008:p.24 a 30).

Kornis observa que os políticos, quando tiveram a noção clara da função que o cinema poderia exercer, logo se apropriaram dele para servir aos seus fins. Já na Primeira Guerra Mundial, foram produzidos filmes de propaganda em vários países envolvidos no conflito. No entanto, foram os soviéticos e logo depois os nazistas que conferiram ao cinema um estatuto privilegiado de peça fundamental de propaganda política e de formação ideológica. Ferro cita “Outubro” (1927) de Sergei Eisenstein, encomendado por Stálin para comemorar os 10 anos da Revolução Russa, mas podemos citar “O Triunfo da Vontade” (1935) de Leni Reifentahl, cineasta brilhante, que recebeu grandes recursos financeiros para realizar este documentário genial e impressionante, sobre o Sexto Congresso do Partido Nacional – Socialista dos Trabalhadores da Alemanha de 1934, onde se retrata de forma hipnótica, com imagens fortes, desfiles monumentais e discursos inflamados. O filme mostra uma verdadeira catarse das massas diante da pomposa força e dinâmica retórica dos líderes nazistas, fulgurantes na tela do cinema. Trata-se talvez da melhor peça publicitária de propaganda político/ideológica de todos os tempos produzida pelo cinema.

Não descartando a genialidade de Eisenstein e sua imensa contribuição para a evolução técnica e artística do cinema mundial – “ O Encouraçado Potemkin”, de 1925, é o

grande exemplo, pois com esse filme revolucionou o formato do roteiro cinematográfico e a montagem passou a ser um artifício de criatividade autoral – e para a propaganda ideológica soviética, podemos dizer sim, que os nazistas foram mais longe no que diz respeito à utilização política do cinema, na medida em que “deram (..) um status de objeto cultural superior, com função de meio de informação” (Kornis,2008:p. 29 e 30).

Todavia, o passado do cinema alemão já havia sido muito relevante, fazendo-o elevar-se à categoria de arte. O expressionismo alemão foi um movimento artístico que tinha na negação do mundo burguês, do racionalismo moderno e do trabalho mecânico capitalista a sua grande temática. A arte expressionista ultrapassava os limites da realidade, sendo expressão pura da subjetividade e, portanto, de uma visão pessoal do mundo. A distorção da imagem e o recurso ao sobrenatural, tanto na pintura quanto no cinema, são características marcantes do expressionismo alemão. O expressionismo propunha um retorno a um tempo em que não havia uma sociedade sem rumo e perdida no racionalismo através de uma arte de crise, cuja proposta estética pregava um desligamento com o real como um modo de expressar sua crítica e confrontá-lo. O expressionismo no cinema alemão teve como suas principais características a distorção/estilização dos cenários e dos próprios personagens, fazendo uso para estes fins de maquiagem, dos recursos fotográficos e de outros mecanismos que pudessem expressar a maneira como o cineasta via o mundo. Os temas dos filmes expressionistas são sempre sombrios e seus personagens são bizarros e assustadores, a cenografia é fantástica, surrealista, as imagens são distorcidas pelos ângulos das câmeras, há muitos efeitos de luz e sombra que compõe um clima de pesadelo e a dramaticidade nas interpretações é propositadamente excessiva.

O Gabinete do Dr Caligari (1919), de Robert Wiene e Nosferatu, Uma Sinfonia de Horrores (1922), de Friedrich Wilhelm Murnau são os dois filmes que melhor exemplificam esse grande momento do cinema alemão. O Gabinete do Dr Caligari é uma metáfora/caricatura da Alemanha do pós-guerra; no filme, “tudo se passa num mundo fora dos eixos”. Um sinistro hipnotizador chega a um pequeno vilarejo acompanhado de um jovem sonâmbulo, que é induzido a matar pessoas, até desobedecer seu mestre, quando este determina ao rapaz assassinar uma bela jovem. O expressionismo alemão refletia sem dúvida o desolamento e o sentimento de insegurança que a frágil República de Weimar imprimia na sociedade dos anos de 1920.

Tendo em mente que o olhar sobre as produções cinematográficas deve considerar o contexto social de sua realização e o fato de que o filme, enquanto documento, deve ser

desconstruído, iremos abordar o nazi-fascismo através das imagens e narrativa presentes em três produções: O Triunfo da Vontade, de Leni Riefenstahl; A Onda, de Dennis Gansel; e A Queda, de Oliver Hirschbiegel. Contudo, antes disto, cabe mencionarmos sob que olhar teórico iremos abordar os filmes, relacionando-o com as diversas perspectivas analíticas que se propõem explicar o fenômeno do nazi-fascismo.

### **O lugar do psiquismo e do subconsciente na análise dos fascismos**

O fenômeno do fascismo tem sido abordado através de diferentes perspectivas teóricas, que procuram explicar as causas para a emergência de regimes de inspiração fascista em vários países da Europa no período entre - guerras. Indicar questões de ordem econômica e social têm sido recorrente nas análises que tratam fenômeno e, sem dúvida, tais fatores repercutiram intensamente sobre as ações de indivíduos que viveram sob tais regimes. Uma das análises mais conhecidas e debatidas no meio acadêmico diz respeito à *explicação de cunho marxista*, que foca o problema em termos da luta de classes, expressa por meio de visões ideológicas acerca da realidade social. Por este ângulo, a ascensão dos regimes fascistas poderia ser explicada pelo temor de uma possível revolução comunista, em face da proeminência da Revolução Russa de 1917, contra a qual ditadores como Mussolini na Itália e Hitler na Alemanha teriam se insurgido. O perigo de uma revolta comunista de grandes proporções parecia algo eminente em virtude da crise social e econômica que os países da Europa viviam após a depressão de 1929. A insatisfação com a situação econômica, com o desemprego em massa rondando famílias ricas e pobres, poderia fortalecer o movimento comunista e as idéias socialistas que grassavam com força, animada pela experiência russa. Sobre isso, convém citarmos Robert Paxton (2007), que ao analisar a trajetória do nacional-socialismo ressalta que a ideologia fascista inicialmente se apresentava contra os valores burgueses, mas ao ascender ao poder, modificou sua retórica neste sentido. Não se tratava mais de construir discursos contra o capitalismo, mas de fortalecer a propriedade privada e a idéia de hierarquia social.

Uma outra abordagem muito conhecida refere-se à explicação do fascismo pela *crise do liberalismo*. Por esta ótica, a crise de 1929 teria abalado totalmente a confiança da população nas idéias liberais, de modo que a organização da sociedade sob bases liberais não seria mais possível. A visão dos que compartilham desta abordagem foca também na crise econômica da época, cuja dimensão teria sido possível devido à ausência de um Estado forte



capaz de segurar as rédeas da economia. A depressão econômica de 1929 teria mostrado que produtores livres e independentes, deixados sob a regulação do livre mercado, tendem a calcular seus ganhos de forma imediatista, sem considerar as viradas da história. A crise do liberalismo não se deu somente em termos econômicos, mas principalmente em termos filosóficos e políticos. A idéia de indivíduo que escolhe livremente suas preferências no mercado econômico e político cai por terra, ficando evidente a existência de um hiato a ser preenchido por idéias totalitárias e autoritárias.

Uma terceira abordagem importante a ser citada é *a tese da doença moral*, que afirma ter sido o fascismo um parêntesis na história dos países onde foi implantado, de modo que não teria sido desejado por nenhuma classe social. Benedetto Croce, na Itália e Friedrich Meinecke, na Alemanha são os mais conhecidos adeptos desta abordagem, ao afirmarem que o apoio aos regimes fascistas poderia ser explicado por uma baixa de consciência acerca da importância da liberdade, em função da emergência de um desequilíbrio entre impulsos racionais e irracionais, advindo dos traumas da guerra e da depressão econômica. Dessa forma, os valores morais que haviam impregnado a Europa Ocidental teriam sido minimizados, exaltando-se os impulsos negativos, latentes ou novos, somando-se a isso um fato afirmado por Meinecke: os alemães, não queriam a República de Weimar, mas também não sabiam o que queriam, manifestando-se mais uma crise moral do que econômica. (Paxton, *Idem*)

Outra abordagem vem a ser *a tese do totalitarismo*, cuja principal representante é Hannah Arendt. (Arendt, 1951) A autora afirma que os indivíduos não estabeleciam contato direto com os negócios públicos, de modo que alguns representantes das classes eram adestrados para participar no governo ou no parlamento. À medida em que o sistema de classes cai em ruínas, o caráter apolítico da base do Estado nacional emerge com força, ruindo também os partidos políticos enquanto organizações que representam interesses. A ruína do sistema de classes lançou as maiorias que andavam a reboque dos partidos numa grande massa amorfa e desorganizada, cujos indivíduos nada tinham em comum. Após a perda da identidade de classe, segue-se um estado de isolamento carente de laços sociais, tornando a população disponível para discursos demagógicos.

Embora todas as abordagens citadas acima tenham contribuído de forma significativa para a compreensão do fenômeno do fascismo, nenhuma delas alcançou a aceitação universal e nem tampouco são consideradas explicações totalmente satisfatórias. Na verdade, muita atenção tem sido dada aos fatores econômicos, políticos, filosóficos e ideológicos e pouca importância aos fatores de ordem psíquica e emocional. Não podemos esquecer que tanto na

Itália de Mussolini quanto na Alemanha de Hitler, para citar os países onde o fascismo imperou com mais força, o regime foi aceito e até apoiado tanto pelas elites como por imensas parcelas das massas. Nem Hitler e nem Mussolini galgaram o poder através do golpe ou da força, mas entraram pela porta da frente por meio de alianças feitas entre os dois líderes e os pertencentes à máquina do poder. Hitler conquistou o cargo de Chanceler e Mussolini, de Primeiro Ministro, ambos com aquiescência das elites governantes de seus países.

Dessa forma, as *explicações teóricas* que mais se coadunam com o propósito de nosso trabalho são as *de cunho sociológico* que, embora não percam de vista a importância de determinados fatores históricos, não se primam por um historicismo, pautando-se por metodologias que enfatizam elementos da moderna psicologia e da sociologia. Em nosso entender, a contribuição mais imprescindível para nosso trabalho, dentro da perspectiva sociológica, é a que associa fatores psicológicos, econômicos e sociais, sendo a obra de Eric Fromm, *O Medo à Liberdade*, a mais significativa. O autor afirma que o desenvolvimento capitalista desvinculou os indivíduos de seus laços anteriores, trazendo uma certa liberdade que, por seu turno, tornou o indivíduo mais isolado e impotente diante das novas relações sociais, baseadas na manipulação e na instrumentalização. É como se o indivíduo visse o mundo exterior como uma entidade totalmente separada de seu eu, procurando caminhos de fuga dessa situação isolacionista. Uma via de fuga seria a retirada e a renúncia à liberdade numa tentativa de eliminar o vazio existente entre o seu ser e o mundo. (Fromm, 1983: p.167). Para o autor,

O nazismo é um problema psicológico, mas os próprios fatores psicológicos têm de ser interpretados como sendo moldados por fatores sócio-econômicos; o nazismo é um problema econômico e político, porém o fascínio por ele exercido sobre um povo inteiro tem que ser interpretado em bases psicológicas (Idem).

### **O fascismo sob o olhar cinematográfico:**

O *Triunfo da Vontade* é uma obra de arte construída pelas mãos de Leni Riefenstahl, cineasta brilhante que dirigiu, roteirizou e montou uma peça publicitária revolucionária em termos de linguagem e técnica cinematográfica. Este documentário finalizado em 1935 e premiado em outros países - inclusive nos EUA, França e na Itália fascista – retrata o Sexto Congresso do Partido Nacional Socialista Alemão, ocorrido entre 04 e 10 de setembro de 1934 em Nuremberg. A revista *Cahiers du Cinema* em 1965 registrou que “*Há na História do Cinema, um antes e um depois de Nuremberg, um antes e depois de*

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

*Leni Reifenstahl, um antes e depois de O Triunfo da Vontade” (Extraído da citação que consta na contracapa do DVD do filme editado no Brasil).*

O filme tem 12 cenas que alternam imagens que celebram a raça ariana, a disciplina, a ordem e a unidade do povo germânico, além, é claro, de longos closes sobre o Führer. Durante 1 hora e 49 minutos, estas cenas são permeadas pela música exuberante de Wagner, canções folclóricas alemãs, hinos e marchas militares e/ou nazistas que têm a função de ligar os episódios. As câmeras de Leni passeiam pela cultura e pela tradição da Alemanha, como em simbiose com o Nacional Socialismo, posto assim como tributário do passado e como seu determinado continuador pela vontade de seus líderes e do povo alemão, representado pelos milhares de militantes nazistas.

A conjuntura em que se realiza o Congresso e o filme é muito importante. Em junho, Hitler fuzilara sumariamente seus inimigos à direita no partido. O capitão Ernest Röhm e alguns camisas pardas da SA haviam desafiado a autoridade do Führer impondo-lhe diretrizes dentro do partido. Himmler, chefe da guarda pessoal de Hitler, e os homens de preto da SS esmagaram os opositores implacavelmente. No filme, Hitler faz menção ao fato. Antes mesmo deste acontecimento, Hitler já havia exterminado seus inimigos à esquerda; sociais-democratas e comunistas estavam fora de seu caminho. O Congresso de Nuremberg, portanto, era um momento de celebração: o Nacional Socialismo e seu líder maior não tinham mais adversários dentro do país e seu domínio total sobre os quadros do partido e sobre toda a Alemanha era uma perspectiva concreta.

Leni Riefenstahl, como artista e como “esteta da nova ordem” vigente no país, teria como missão captar esse clima de celebração entusiástica em seu filme e, de fato, alcançou brilhantemente esse intento. A escolha de Nuremberg para a efetivação do Congresso por Hitler não foi casual; a cidade, desde os tempos medievais, era um dos mais expressivos centros da Cultura alemã e simbolizava um glorioso passado do Império Germânico. Nuremberg também fora homenageada por Wagner - em sua ópera Os Mestres Cantores de Nuremberg – a quem Hitler tinha imensa admiração e idolatrava pela sua poderosa música e também pelos seus ideais e posicionamentos políticos. A cidade era assim o cenário onde aconteceria uma ocupação política de grande poder simbólico: a insurreição nazista ocupava o passado alemão para a partir dali escrever um futuro glorioso através do triunfo da vontade.

Leni havia aceito o convite do Führer para filmar a grande manifestação que os nazistas pretendiam realizar na cidade símbolo da Cultura germânica e ouviu do próprio líder a sugestão do título para o documentário. O Triunfo da Vontade se inspirava no título do livro

do filósofo alemão Nietzsche, *A Vontade do Poder*, que Hitler adorava. A maneira como Riefenstahl filma parece nos transportar para uma das óperas de Wagner; há uma “coreografia” que impressiona e assombra o espectador, as massas seguem como “zumbis” o seu guia para, assim dirigidos, tomarem o poder na Alemanha imbuídos pelo júbilo que glorifica o triunfo da vontade que seu líder emana.

A revolução técnica empreendida por Leni na produção, direção, roteirização e montagem do filme é referenciada até hoje por grandes cineastas e por publicitários que muito aprenderam sobre marketing e propaganda de cunho político. Muitos oficiais nazistas, no entanto, não gostaram do filme por achá-lo “artístico demais”, mas Hitler adorou e reconheceu a genialidade de Riefenstahl.

Leni Riefenstahl, apesar de ser chamada de “a cineasta de Hitler”, jamais se filiou ao partido nazista e seu filme é o mais completo “Documento/Monumento” sobre a ascensão do nazismo na Alemanha e um ótimo exemplo sobre a relação dinâmica que existe entre Cinema, Sociedade e História. Este é, sem dúvida, o motivo da escolha deste inquietante e genial filme para os propósitos de nosso trabalho.

A Queda – As Últimas horas de Hitler, produção alemã de 2006, estreou polêmico; uma acusação “grave” se abateu sobre seus produtores, a de que o filme “humaniza” e engrandece Hitler e os nazistas. A acusação só alimentou a curiosidade de espectadores mundo a fora, transformando um filme pouco promissor em termos de carreira internacional, em um sucesso de público que o levou a ser indicado ao Oscar de melhor filme estrangeiro. Na nossa avaliação, este trabalho cinematográfico nunca pretendeu exaltar Hitler e os nazistas, já que o Führer aparece em plena decadência e em condições precárias de saúde no filme, mas com toda a consciência de seus atos destrutivos e convicto das virulentas palavras que pronuncia em seu discurso “desumano”, inclusive contra o próprio povo alemão.

Quanto à pretensão de que o cineasta quis “humanizar” os nazistas, isto é confirmado textualmente pelo diretor Oliver Hirschbiegel em entrevista que consta do disco extra da edição especial do filme disponível no Brasil. Sob nossa ótica, a pretensão em si, de humanizar Hitler e seus seguidores, não é nenhuma aberração. Na verdade, ao supostamente fazer isso, o cineasta nada mais teria feito senão desmistificar a “demonização” de tais figuras empreendida, entre outras mídias, pelo próprio cinema. Os nazistas e seus líderes, assim como o próprio povo alemão, eram sim seres humanos e como tais devem ser vistos, pois não foram alienígenas que construíram o Terceiro Reich, mas gente de carne e osso que, afinal, são os seres que constroem a História e a movimentam. O Diretor declara que Hitler e os nazistas

devem ser tratados “como seres humanos pois, o contrário seria fatal e, do ponto de vista alemão, um erro histórico.”

O maniqueísmo mistificador que move a acusação contra o filme só serviu para hipervalorizar uma produção que, mesmo sendo extremamente útil aos propósitos de nosso trabalho, como demonstraremos a seguir, não se constitui, de modo algum, enquanto cinema, em uma obra de grande destaque, embora, sem dúvida, tenha muitos méritos.

O filme, mesmo sendo de ficção, tenta parecer documental numa suposta pretensão de passar a limpo a História recente da Alemanha. O roteirista, Bernd Eichinger, chama a atenção na sua entrevista - no já citado disco extra -, que é proposital o uso, pelo diretor, de câmeras de mão com movimentos sutis – quase não se nota o trabalho da câmera, o que dá um realismo enorme às cenas – para justamente conferir um “estilo de documentário” ao filme. O próprio diretor diz que pretendeu produzir uma obra que possa ser vista como “um filme envolvente e como um documento histórico”. Lembra que nada foi inventado, cada texto, cada ação está documentada, “tudo no filme é comprovado historicamente”. O fato é que o filme tem fontes importantes em que se baseia para construir os seus 155 minutos de duração: o livro de Melissa Muller, “Até o Fim: A Última Secretária de Hitler”, sobre a vida de Traudl Junger e suas anotações escritas logo após o fim da guerra e que conta detalhes sobre o seu relacionamento com Hitler e outros nazistas; o Documentário de 2002 “Eu fui a Secretária de Hitler” onde a mesma Traudl Junger dá uma longa entrevista; e o livro do historiador e “biógrafo” de Hitler, Joachim Fest, “No Bunker de Hitler: Os Últimos dias do Terceiro Reich”.

Segundo Eichinger, o filme por ele roteirizado é “uma espécie de épico numa compressão de tempo” que apresenta de forma bem resumida o que aconteceu durante os 12 anos em que a Alemanha esteve sob o domínio nazista. Neste roteiro, Traudl Junger concentra, enquanto personagem, a coesão da estrutura dramática do filme. O enfoque do roteiro vai do período entre 20 de abril – último aniversário de Hitler - e 2 de maio de 1945, o dia em que a Alemanha se rendeu.

A Onda, de Dennis Gansel, Alemanha, é uma produção de 2008, cuja temática da qual o filme parte é muito instigante. O que originou o filme foi um livro que conta uma experiência pedagógica real de um professor de História norte-americano chamado Ron Jones que, em 1967, numa escola da Califórnia, foi questionado por seus alunos que tinham dificuldades de entender por que praticamente todo o povo alemão teria dado assentimento às atrocidades cometidas por Hitler e os nazistas. Usando de um recurso didático “vivencial”,

uma técnica de aprendizagem alternativa às chamadas aulas tradicionais, onde se trabalha a dimensão afetiva e emocional de um grupo, o professor, com o intuito de explicar “vivencialmente” como a ideologia nazi-fascista penetrou na alma do povo germânico, criou, em uma semana, a partir da sala de aula, um movimento que se fundava no incentivo à disciplina, na força adquirida pela união grupal em torno de um líder superior e incontestável, na ação antes da reflexão e no orgulho de grupo como um novo sentido existencial. Na verdade, o método “psico-grupal” e o resultado de tal experiência relatada no livro do professor Ron Jones já fora roteirizado pelo cineasta norte-americano Alex Grasshof em 1981, no filme “A Onda” de apenas 45 minutos feito para a televisão e exibido no Brasil pela TV Educativa.

O grande “mérito” do filme alemão de 2008 é ser uma produção recente, que pode ajudar a problematizar a possibilidade bem contemporânea de ressurgimento do fascismo e/ou do aparecimento de outras e “novas” formas de totalitarismo diante do constante desgaste das democracias liberais majoritárias no mundo ocidental. A intolerância de várias espécies, inclusive racial, grassa hoje por toda a Europa e nos EUA e a resistência à globalização à moda ocidental espalha-se pelo restante do mundo, onde fundamentalismos religiosos se fortalecem, arregimentando homens e mulheres bombas que “oferecem suas vidas” em troca do resgate de suas identidades perdidas e da sensação de pertencimento a um grupo coeso e seguro pela fé que “todos” depositam em seus líderes, incontestes representantes dos desígnios do Todo Poderoso. Também nas periferias dos grandes centros urbanos e nas miseráveis favelas do “terceiro mundo”, milhões de jovens esmagados em suas esperanças e frustrados pela imensa desigualdade social, buscam de forma tribal uma identidade e um pertencimento através de rituais de transgressão, crimes, e, sobretudo, pela violência viril, pela “coragem” e pela força que o tráfico de drogas e/ou gangues falocratas parecem lhes dar.

### **Nazi-Fascismo: A Simbiose Sado-Masoquista no Caráter Autoritário da Sociedade Alemã pós Primeira Guerra Mundial. O viés teórico de Fromm**

O trabalho desenvolvido por Erich Fromm sobre o fascismo alemão, o nazismo ou nazi-fascismo, conecta-se com outras explicações sobre esse fenômeno político, ao mesmo tempo em que rompe com elas, na medida em que quebra o fechamento teórico que buscam alcançar. O próprio Fromm pode ser posto, em principio, em uma dessas explicações fechadas sobre si, a explicação psíquica ou psicológica, já que, em seu estudo, dá ênfase na psicologia,

Todavia, esse autor não corrobora com a máxima que é subjacente a tal explicação, a de que o fascismo encontra sua fonte “ na alma humana, não na economia” e que “é na crueldade, na desintegração neurótica (...) e não no Tratado de Versalhes ou na incompetência da República Alemã é que está a explicação do fascismo” (Munford, 1940: p. 118).

Ao contrário do que se possa imaginar, a explicação psicológica de Fromm leva em conta questões levantadas pela sociologia, questões culturais, políticas e econômicas pois, para ele e para nós, o mesmo ser que se deixava fascinar por Hitler e pela ideologia nazi-fascista estava sujeito às influências de toda ordem que os atingia e os forjava como pessoas, grupos ou classes sociais (Fromm, 1983: p.167).

Fromm distingue, logo no preâmbulo de sua explicação, que uma parte da população se entregou de braços abertos ao regime nazista e a ele se apegou profundamente, desenvolvendo um fanatismo sem controle, enquanto que outra parte, embora não tenha resistido tenazmente, não se converteu tampouco à ideologia nazista nem às suas práticas políticas. Este último grupo era composto, sobretudo, pela classe operária e pela burguesia liberal católica. No que concerne à classe operária, mesmo sendo hostil ao nazismo desde sua origem, não foi capaz de resistir - enquanto classe e não enquanto movimento organizado em sindicatos e partidos políticos, que, embora em número pequeno, fez sim, franca oposição ao regime e por ele foi perseguido – e fraquejaram diante de suas próprias convicções políticas. Fromm argumenta que psicologicamente, a submissão operária ao nazi-fascismo se explica por um estado de fadiga e resignação oriundo de profundas e recentes derrotas ideológicas, cujo principal exemplo foi a derrocada da Revolução de 1918 e, também, a nosso ver, pela própria prática econômica promovida pelos nazistas, que gradativamente foi tirando o país do caos que inviabilizava qualquer futuro com uma hiper-inflação e um desemprego estrutural de proporções imensuráveis. Aliás, Fromm atesta que, para milhões de pessoas, o governo nazista passou a ser idêntico à própria Alemanha, o que se constitui numa vitória ideológica acachapante do nazi-fascismo.

No filme O Triunfo da Vontade, Hitler e seus seguidores divulgam repetidamente que o alemão, mesmo que morra, estará sempre vivo na nação imortal que é a Alemanha. Há uma armadilha ideológica muito funcional em termos psicológicos, na qual uma imensa maioria do povo alemão passa a considerar que combater o nazismo significa desligar-se da comunidade germânica e, nessa arapuca, ele é capturado inexoravelmente, mesmo aqueles que não eram propriamente adeptos do regime. Nada, segundo Fromm, psicologicamente falando, é pior para um homem comum do que ter de suportar o sentimento de não pertencer ao grupo maior.

Congregar-se à nação, no entanto, era, de algum modo, pertencer também ao regime e abdicar de quaisquer críticas a ele ou aos seus líderes. Por certo, ninguém gosta de se sentir estrangeiro em sua própria terra natal. Só um estrangeiro atacaria – mesmo que só no discurso – o nazismo, posto que, todo alemão sabia que atacar o nazismo era o mesmo que atacar a Alemanha.

Novamente, o filme *O Triunfo da Vontade*, ilustra em inúmeras cenas o ideário nazi-fascista, quando em sua exibição, por exemplo, um dos seus líderes, durante o Sexto Congresso do Partido Nazista em 1934 – 19 meses no poder no país -, referindo-se à imprensa nacional e internacional, sentencia que esta terá toda a liberdade no país, desde que diga “a verdade” sobre o que acontece na Alemanha. A verdade pressuposta pelo regime, é claro. A pressão político-ideológica nazista, desde o princípio, como demonstra o filme, esvazia quaisquer potenciais críticas sobre o governo, caçando a lealdade dos que ainda não são inteiramente identificados com o novo sistema através do patriotismo como reverso de estrangeiro e potencial inimigo. Os inimigos internos, mesmo se dizendo alemães, são estrangeiros infiltrados na nação ariana, são judeus, ciganos, comunistas, escória, ignóbeis! Quem haveria de querer se parecer com tais inimigos da Alemanha?

Para Fromm, ao contrário da classe operária e da burguesia católica, que tiveram uma aceitação resignada do regime, as camadas inferiores da classe média, que eram, sobretudo, pequenos negociantes, artesãos e funcionários de empresas privadas e do Estado – e que foram excluídos dos novos arranjos sociais e políticos da República de Weimar de clara orientação liberal-parlamentar, levando à usurpação do prestígio social desta classe, acelerando sua exclusão política e econômica através da modernização pós guerra do país – receberam ardorosamente a ideologia nazi-fascista (Fromm, *Ibidem*: p.167 ).

Para essa classe, a ideologia nazista, que pregava a obediência cega ao chefe e o ódio às minorias raciais e políticas, exerceu um apelo de fundo psicológico profundo, cativando-a enquanto classe e fazendo com que se tornasse o mais fiel e defensor segmento social da causa nacional-socialista. Durante o regime liberal da República do pós-guerra, a classe média baixa alemã se sentiu órfã e se viu abatida por uma nostalgia profunda de uma mítica ordem social equilibrada e harmônica propiciada pela Monarquia desde a unificação. Uma utopia reacionária que exaltava “os bons tempos”, onde a felicidade e a segurança moravam naquele passado. Por esta utopia, havia agravantes de infelicidade nos tempos da modernização republicana pós-guerra; operários sindicalistas participavam do governo e viviam em conluio com os liberais com o único fito de esmagar a classe média baixa, cada vez mais prejudicada



em seus anseios desde a invasão fordista que expandiu e fortaleceu o sindicalismo industrial operário, infectado de comunistas e sociais democratas (Teixeira da Silva, 2004: p. 150).

Fromm parte de uma evolução do pensamento freudiano a respeito do sado-masiquismo para superar uma interpretação rasa vinda da psicologia a respeito do fascismo. Nesta interpretação “os impulsos masoquistas tanto quanto os sádicos tendem a auxiliar o indivíduo a evadir-se a seu intolerável sentimento de solidão e impotência” (Fromm, *op cit*: p.125 ). Para Fromm, os masoquistas vivem aterrorizados pelo isolamento e pela insignificância que os atormentam, achando-se sozinhos e abandonados no enfrentamento de um mundo que, para eles, é estranho e hostil. Para pessoas assim, nada é mais premente que livrar-se de seu ego o mais depressa possível através da procura de alguém ou algo a quem possam entregar e integrar sua individualidade, como por exemplo outra pessoa ou organismo social que considerem irresistivelmente superior si próprio. O sentimento masoquista de pequenez, insignificância, impotência e solidão se origina no desejo oposto de seu ego por independência e poder que, no entanto, parece irrealizável, criando uma espécie de solução escapista para essa situação emocional insustentável. Assim, o indivíduo se vê enleado num sofrimento intolerável que só se dilui ao descartar-se de seu ego, no perder-se a si próprio através de um outro.

Nesse sentido, o filme *A Onda* ilustra bem o que relatamos acima, pois demonstra os sentimentos que são despertados quando se pertence a um grupo que permite a construção de uma identidade e uma fuga do isolamento e do atomismo próprio da sociedade moderna. Na versão alemã deste filme, produzido no ano de 2008, embora o contexto social seja diferente do contexto do nazi-fascismo, há claramente uma correspondência entre o fervor com que os alunos seguiam os preceitos e determinações de seu professor e o entusiasmo desmedido com que a população alemã apoiou Hitler. No filme, a razão de viver dos alunos passou a ser o pertencimento a um grupo que desenvolve uma atitude frente ao mundo bem específica, onde não entravam indivíduos com ações contrárias ao ideário do grupo. As cenas finais nos revelam exatamente a necessidade que alguns alunos tinham de seguir a liderança do professor. Este, ao ser alertado por um deles sobre o quanto longe estava indo com sua liderança, a ponto de estimular atitudes violentas e hostis por parte de seus seguidores, resolve acabar com o movimento, levando um dos alunos a cometer suicídio na frente de todos, devido ao desespero vivenciado por estar prestes a perder o vínculo social que deu sentido a sua vida, isolada e carente de laços familiares e sociais sólidos. O masoquismo dos alunos, que cegamente seguiam o comando de seu líder - o professor - é entrecruzado com o sadismo

do próprio, que passou a gostar da domínio que exercia sobre os discípulos. O que deve ser observado no filme é que, algo que se originou de uma simples experiência pedagógica com o objetivo de explicar vivencialmente o que é uma autocracia, acabou nos alertando para o fato de que um movimento com as mesmas características do nazismo pode vir a ressurgir na Alemanha ou em qualquer outra parte do mundo, posto que, as condições que fizeram surgir aquele regime político, não só não desapareceram, como fazem parte do mal estar geral característico da modernidade capitalista que nos é contemporânea.

O sadismo, para Fromm, é um impulso essencial de exercer domínio completo sobre um outro ser, tornando esse ser um objeto inerte e totalmente sujeito à sua exclusiva vontade para fazer dele o que bem quiser e entender. Fromm avisa que, “ ambas as tendências são resultantes de uma necessidade básica oriunda da incapacidade de suportar o isolamento e a fraqueza do próprio eu” (*Idem*: p.130). Nos dois casos, seja no masoquismo, seja no sadismo, a integridade do eu individual se perde. Sempre será a incapacidade de suportar a solidão que conduzirá ao impulso simbiótico de relacionamento de um com o outro. Prossegue Fromm, “as tendências sádicas e masoquistas estão sempre combinadas entre si (...) e estão implantadas na mesma necessidade básica” (*Idem*: p. 130 ).

Segundo o autor, o caráter sadomasoquista é um caráter autoritário, posto que, para ele, o ser sadomasoquista é sempre assinalado por uma atitude frente a um poder, a uma autoridade. Esse ser sempre admira uma autoridade e mostra-se inclinado a submissão a ela, mas, simultaneamente, deseja ser ele próprio uma autoridade e fazer valer o seu comando sobre os outros. Fromm detecta na classe média baixa alemã esse caráter autoritário e diz que esse caráter constitui as fundações humanas do nazi-fascismo. A ânsia de poder não se origina da força, mas da fraqueza. Ela, na verdade, expressa uma incapacidade do eu individual para ficar e viver só. Há um desesperado esforço para adquirir força simulada quando há escassez de força autêntica (Fromm, *Idem*: pp.133-4).

Fazendo parte de um poder reputado como inabalavelmente forte, eterno e fascinante, a classe média baixa alemã encontra na ideologia e na cultura falocrática nazi-fascista a expressão de sua força e glória . A classe media inferior, ao participar de um poder em que se embutiu, conquista a segurança perdida no passado, poupando-se assim da necessidade de tomar decisões por si própria e também da responsabilidade , livra-se da tortura da dúvida na figura do Führer (Fromm, *Idem*: p.138). A derrota na guerra, a queda da Monarquia, a agitação vermelha, o Estado fraco da República de Weimar, que tanto humilharam os anseios da classe média inferior e arrancaram os alicerces de sua própria existência enquanto classe e

enquanto indivíduos, foram agora substituídos pela rocha sólida do Estado nazi-fascista, um baluarte que representa o triunfo da vontade dos fortes da “raça nórdica” sobre os fracos, incompetentes e aleijados físicos e/ou morais.

Todavia, Fromm adverte que essa impotência, angústia e isolamento não estavam presentes somente na classe média baixa, mas também no conjunto da sociedade, assim, os camponeses também foram humilhados e despossuídos pelos credores urbanos, os operários se sentiam profundamente desamparados pelos seus líderes, que perderam toda a iniciativa estratégica desde a derrocada da revolução de 1918. Vendo por esse prisma ampliado, a quase totalidade da população alemã estava possuída, em maior ou menor grau, por um sentimento devastador de insignificância, medo do futuro e impotência individual. Essas condições psicológicas não foram a “causa” do advento do nazi-fascismo, mas a sua base humana, que não pode ser devidamente compreendida sem uma análise complexificadora da totalidade de fatores, onde condições estritamente econômicas, culturais, políticas e sociais se conectam e se entrelaçam com as psicológicas.

### **À Guisa de conclusão**

Há uma destrutividade inerente nesse caráter sado-masoquista/autoritário que se espalhou por toda a sociedade alemã. O autoritarismo patológico era, psicologicamente falando, uma fuga à liberdade insegura e uma afirmação de um suposto passado seguro e estável, onde uma ordem social forte e dura evitava o caos do presente instabilizador libertino, que fabrica o medo do futuro. É daí, portanto, que a proposta nazi-fascista de uma “arquitetura da destruição” nascida justamente dos escombros de uma sociedade permissiva, que supostamente humilhava a moral e a cultura germânica, ter sido tão bem aceita por enormes parcelas da população alemã.

No filme *A Queda*, Hitler discursa para seus interlocutores: “É muito bom que as cidades alemãs tenham sido reduzidas a escombros, uma vez que isso vai acelerar a reconstrução. Será preciso apenas remover os entulhos.” Segundo o historiador Joachim Fest, duzentas mil pessoas morreram só em Berlim, chegando à cifra assustadora de mais de um milhão de pessoas em toda a Alemanha, após a morte de Hitler. Mesmo depois que a infraestrutura básica havia desmoronado com o colapso total de toda a Alemanha – sem nenhuma logística como socorro médico, água, alimentos, eletricidade – e com o suicídio de Hitler, a destruição continuou; pessoas acusadas de traidoras eram assassinadas, soldados sem

comando algum resistiam ao inimigo e centenas de milhares de pessoas ainda morreriam até a assinatura da rendição. Para o roteirista de A Queda, na prática, Hitler arquitetou minuciosamente sua queda (...) ele queria que a civilização despencasse com ele; ele queria a aniquilação de todo o povo alemão. (Depoimentos de Fest e de Eichinger que constam do DVD Extra)

No mesmo filme Goebbels diz que “O povo alemão escolheu seu destino, ele nos deu um mandato” e sua esposa, após envenenar os próprios filhos e convicta de que tomou a atitude correta, reafirma: “Sem o Nacional Socialismo não existe futuro”. Hitler, pressentido sua queda final, sentencia: “Nós somos o último baluarte da civilização contra os asiáticos (...) As democracias ocidentais são decadentes, elas vão ser derrotadas por aqueles povos do leste.”

Os três filmes escolhidos para nossa análise têm inúmeras cenas que os qualificam como “fontes” e ilustram o texto aqui apresentado. Pensando nestes filmes e em nosso trabalho, achamos oportuno lembrar as palavras de Félix Guattari no seu livro *Revolução Molecular: pulsações Políticas do Desejo*, quando adverte que

Deve-se, portanto, renunciar definitivamente a fórmulas demasiado simplistas do gênero: “o fascismo não passará”. Ele não só já passou como passa sem parar. Passa através da mais fina malha; ele está em constante evolução; parece vir de fora, mas encontra sua energia no coração do desejo de cada um de nós (Guattari, 1998: pp 188-9).

E ainda alerta: *‘Uma máquina totalitária enquanto tal, seja qual for o regime político do país, onde ela está implantada, cristaliza sempre um desejo fascista’* (Guattari, *Ibidem*, notas ao texto *Microfísica do Fascismo* in: *Revolução Molecular: pulsações Políticas do Desejo*)

### **Referências Bibliográficas**

ARENDDT, Hannah. *As Origens do totalitarismo. Totalitarismo, o paroxismo do poder: uma análise dialética*. Rio de Janeiro, Ed Documentário, 1979.

FELICE, Renzo de. *Explicar o Fascismo*. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1976.

FROMM, Erich. *O Medo à Liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Koogan, 1983.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

KORNIS, Mônica Almeida. *Cinema, Televisão e História*. Col. Passo a Passo. Rio de Janeiro: Zahar Ed. , 2008.

MUNFORD, L. *Fait For Living*. New York: Harcourt, Brace & Co. 1940.

PAXTON, Robert O. *A anatomia do Fascismo*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2007.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Revoluções Conservadoras, Terror e Fundamentalismo: Regressões do Indivíduo na Modernidade. In: *O Século Sombrio: Uma História Geral do Século XX*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

### “Aleluia Gretchen” ou a suástica e o sigma no Brasil

Nara Maria Carlos de Santana\*

**Resumo:** O presente trabalho objetiva discutir as relações entre o integralismo e o nazismo no Brasil, a partir da perspectiva do filme de Sílvio Back, “Aleluia Gretchen”. O filme de Back não pretende contar a história da imigração. O filme conta a história de uma família de imigrantes donos do hotel Florida, anagrama de Adolf Hitler. A partir daí, Back faz uma alegoria sobre as expectativas de um grupo da colônia alemã vinculada ao nacional socialismo e suas relações com o integralismo. A proposta deste trabalho é desenvolver um diálogo entre a obra do cineasta e os possíveis paralelos com as questões apresentadas na documentação do DOPS do Rio de Janeiro, em alguns documentos do arquivo de Vargas do CPDOC e parte da bibliografia. Inicialmente o que é possível concluir é que houve de fato um relacionamento entre o integralismo e o nazismo no país e que este relacionamento esteve fortemente baseado na problemática racial, no problema da efetivação da identidade nacional e em questões presentes nos debates intelectuais do século XX sobre a inferioridade da “raça brasileira”.

**Palavras-Chave:** Integralismo; Nazismo; Nacionalismo

### Introdução

Antes de iniciar a discussão central deste trabalho é importante explicar o significado do título deste artigo. Em geral, os títulos são explicativos da discussão que se pretende apresentar ao longo do texto. Neste caso, não foi diferente. No entanto, por fazer referência a uma obra cinematográfica dos anos 70 e como a comunicação em que foi apresentado propunha uma discussão entre cinema/filmes e história. Em vista disso, consideramos necessária uma pequena introdução sobre o filme e sua relação com o trabalho.

---

\* A autora é doutora em História pela Universidade Federal Fluminense e Professora de História e Ciências Sociais do curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do CEFET RJ – Unidade Petrópolis. **Obras mais significativas:** ASSIS, Ângelo Adriano, ALVES, Ronaldo Sávio Paes, SANTANA, Nara Maria Carlos de (orgs.). **Desvelando o poder:** Histórias de Dominação. Estado, Religião e Sociedade. Niterói: Vício de Leitura, 2007. **Capítulo:** “Nação, Nazismo e Autoritarismo no Brasil dos anos 30. IN: ASSIS, Ângelo Adriano, ALVES, Ronaldo Sávio Paes, SANTANA, Nara Maria Carlos de (orgs.). **Desvelando o poder:** Histórias de Dominação. Estado, Religião e Sociedade. Niterói: Vício de Leitura, 2007. **Endereço profissional:** Rua do Imperador, 971. Centro – Petrópolis. Rio de Janeiro. CEP: 36.036-330. **E.mail:** naramcs@gmail.com

“Aleluia Gretchen” é um filme brasileiro de 1976, que tem argumentos, roteiro, diálogos e direção – além de outras participações – de Sílvio Back. A história é a de uma família de imigrantes alemães que fogem do nazismo e se radicam no sul do Brasil por volta de 1937. Durante os anos 30 e 40, membros desta família se envolvem com a quinta coluna e o integralismo no país. Na década seguinte a família de Gretchen é visitada por membros do nazismo na Alemanha, ex-oficiais da SS. O filme tem no elenco atores como Carlos Vereza, Miriam Pires e Lilian Lemmert e foi o mais premiado do ano de 1977 e é o mais conhecido de Sílvio Back, grande cineasta brasileiro. Um fator importante para a leitura do filme advém do fato de Back ser um cineasta brasileiro, filho de imigrantes, pai judeu húngaro e mãe alemã, que vieram para o sul do Brasil em 1935. O filme que tem uma narrativa densa é uma tentativa de discutir a atuação dos adeptos do nazifascismo no Brasil.

O texto que segue objetiva discutir as relações entre o integralismo e o nazismo no Brasil, aproveitando a perspectiva do filme. Vale ressaltar que devido à natureza deste trabalho, não será possível uma análise aprofundada da discussão, mas sim um breve enfoque.

Inicialmente a discussão das relações entre os nazistas no país e os integralistas é parte de minha pesquisa de mestrado e doutorado em que a pesquisa com fontes secundárias e primárias deram a tônica da análise. As fontes primárias pesquisadas foram documentos da polícia política brasileira (DOPS) analisados a luz da bibliografia.

Por isso, é importante ressaltar que a leitura do filme não se fará dentro do proposto pela história nova e das mentalidades. Lamentavelmente aqui, para desgosto de Pierre Sorlin, o filme servirá mais como ilustração, ou melhor, uma mostra do que se passava na sociedade brasileira, um suporte aos resultados apresentados nesta pesquisa.<sup>242</sup>

## **O Nazismo e Integralismo no Brasil**

Além da confusão natural e da indistinção entre nazismo e integralismo, causada pela proximidade ideológica e organizacional, o que temos na verdade é a relação e, em alguns momentos, a parceria do que a princípio eram partidos e posteriormente passaram a ser movimentos clandestinos. A Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado, foi à primeira organização de caráter nacional, com características fascistas, que incorporava a

---

<sup>242</sup> Pierre Sorlin, 1977, p.39 *Apud*: Kornis, Monica Almeida. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.237-250. Neste texto o autor lamenta o uso freqüente que a história fazia até aquele momento, do cinema como ilustração para o debate que se propunha.

idéia de nacionalismo e de um Estado Integral, alicerçados nos princípios da autoridade, hierarquia, ordem, disciplina e unidade.

O integralismo apesar de acentuar o caráter nacional brasileiro, imitava exteriormente o fascismo europeu. Os integralistas pregavam a fusão racial, no entanto, parte do movimento era anti-semita; atacava a democracia liberal na França, Grã-Bretanha e Estados Unidos e o comunismo (União Soviética) com toda a força, mas se calavam sobre o imperialismo alemão e italiano. Não havia uma organização formal que coordenasse as atividades nazistas e integralistas, mas o chefe nazista no Rio Grande do Sul, Walter Koenig, por exemplo, mantinha relações estreitas com os integralistas, com quem combinava medidas e táticas políticas. A literatura integralista foi traduzida maciçamente para o alemão e o governo nazista enviava dinheiro para a AIB.<sup>243</sup>

Chefe de um grupo da Gestapo no Rio de Janeiro (...) muito ajudou aos integralistas conseguindo colocar em diversas firmas alemãs, vários brasileiros adeptos (...).  
“Thiessan, o magnata do aço da Alemanha, um dos fundadores do nazismo e o organizador da Gestapo (...), por sua ordem foram fornecidas à AIB várias somas em dinheiro pelo Banco Germânico.”<sup>244</sup>

Ademais, no período em que a AIB estava na legalidade, os integralistas de Santa Catarina publicou um jornal em língua alemã, o Blumenau Zeitung. Além deste, a AIB possuía um órgão do próprio partido, “A Ofensiva”, que tinha a maioria de seus anúncios quase que exclusivamente sustentada por firmas comerciais alemãs.<sup>1</sup> Mais ainda, o apoio político oferecido pela comunidade germânica, como a votação maciça - num total de 70% - que os integralistas receberam nas eleições municipais de 1936, em todos os municípios onde havia teutos.<sup>245</sup>

Na contramão do pensamento corrente que confirma a intensa relação entre integralismo e nazismo, o autor Stanley Hilton aponta diferenças e divergências entre ambos que inviabilizavam o estreitamento das relações entre estes movimentos. O projeto de fusão entre as raças, uma das principais bandeiras do integralismo, seria o aspecto mais discordante e irreconciliável com o ideal nacional-socialista de pureza racial.<sup>246</sup>

---

<sup>243</sup> GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil**: germanismo, nazismo e integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 122

<sup>244</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (AERP). Desps. Série: Alemão. P.1

<sup>245</sup> CARONE, Edgar. **Estado Novo** (1937-1945). São Paulo: Difel, 1976. P.211.

<sup>246</sup> HILTON, Stanley. **A Guerra Secreta de Hitler no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1983. P.50



Ao mesmo tempo, as constantes confusões causadas pelo relacionamento do integralismo com a colônia de origem germânica fizeram com que, já em 1929, Gustavo Barroso, um dos principais líderes do integralismo, escrevesse justificando:

Não precisamos de estrangeiros que não querem assimilar-se e que em nosso próprio solo apenas pensam em outras pátrias. Precisamos de pessoas que queiram tornarem-se brasileiros, renovando nosso sangue em troca da hospitalidade que concedemos.<sup>247</sup>

No entanto, a opinião de que o integralismo servia de disfarce para o nazismo continuava a ser a mais difundida na década de 30. Entre os argumentos que explicam esta afirmação está o de que “os grupos nazistas oficialmente só podiam aceitar cidadãos alemães”, junto com a segunda explicação de que os teutos-brasileiros não seriam capazes de diferenciar o movimento nazista e integralista, porque acreditavam que não havia diferença entre ambos.<sup>248</sup>

Outra justificativa dos integralistas sobre o expressivo número de adesões entre os teutos era a de que estes estavam “fartos de servir de massa de manobra (*stimmvich*) dos partidos tradicionais e que, após as eleições, são relegados ao esquecimento.” Alegavam ainda que os teutos “desde criança são acostumados à ordem e ao trabalho”, pilares do caráter essenciais para a doutrina integralista.<sup>249</sup>

Ao contrário de Hilton, que discorda do vínculo entre integralismo e comunidade germânica, devido à contradição de interesses, Edgar Carone aponta na direção da documentação, ao concordar que houve estreita colaboração entre integralismo e nacional-socialismo e cita passagens deste relacionamento: integralistas organizaram uma cerimônia em memória de Hindenburg; realizaram-se palestras sobre racismo alemão e integralismo; tradução de escritos integralistas para o alemão e a colaboração financeira fornecida aos integralistas pelo nazismo através do Banco Alemão Transoceânico.<sup>250</sup>

Apesar de as ligações dos alemães com o integralismo não satisfazerem Berlim e descontentarem a alta hierarquia nazista, a base do movimento no Brasil identificava-se plenamente com a AIB e participava da sua política, como no caso das eleições municipais de 1936.<sup>251</sup>

---

<sup>247</sup> 1987, p.114

<sup>248</sup> 1987, p.114

<sup>249</sup> 1987, p.115

<sup>250</sup> 1976, p. 211

<sup>251</sup> RIBAS, Antonio de Lara. **O Punhal Nazista no Coração do Brasil**. Florianópolis, Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina, 1944. PP 109/120

Apesar das várias evidências apresentadas pela documentação existente, não existe uma conclusão definitiva sobre a possibilidade de um complô nazi-integralista contra o Governo brasileiro. A documentação aponta para relações entre os dois movimentos, e se considerarmos a temática do filme “Aleluia Gretchen”, veremos que houve sim uma aproximação entre estes fascismos e a simpatia entre ambos.

### **Alguns dados sobre a Colônia Alemã.**

A colonização alemã no Brasil foi feita em três momentos distintos da história Alemã e da história do Brasil. O resultado desta colonização, feita por gerações diferentes resultou em diferentes formas de relacionamento no interior da própria comunidade germânica. Ao mesmo tempo observamos que a primeira geração de imigrantes, provavelmente, a que tinha mais expectativas em relação ao país que encontrariam – visto que o segundo grupo já tinha referenciais alemães aqui, não só para informá-los como para recebê-los - foi o que de certa forma melhor se adaptou as características locais. A que mais se adaptou ao isolamento, ao contato com a população local, a virgindade das terras ainda não exploradas do início da colonização do sul e que eram vítimas de pouca ou nenhuma ação humana. Este grupo, mais tarde, com a chegada do segundo grupo e por influência deste, retoma alguns dos princípios da germanidade, para mais tarde ainda, no final do século XIX se interessar pelo pangermanismo.

Nota-se que é o grupo mais informado, o grupo representado pelos intelectuais, exatamente este, que encontra maior resistência em adaptar-se ou assimilar-se como queriam os projetos de apoio a imigração.

O terceiro grupo de imigrantes chegados no final do século XIX para o início do século XX, conhece uma Alemanha unificada, realizada como unidade humana, física e imperialista, o sonho da grande Alemanha como nação potencialmente dominante no mundo. Seus sentimentos com relação ao Brasil são contraditórios. Ao mesmo tempo que eles reconhecem o país como local de acolhida eles não admitem perderem o referencial alemão, o pertencimento a uma nação superior e a uma raça que fez esta nação Alemã. Este grupo é exatamente o que vai simpatizar com o movimento nazista no Brasil, o que vai fundar este movimento, e levá-lo a cabo. Na verdade, a maioria da comunidade alemã residente no país, apesar de se identificar com a nacionalidade alemã, é grata ao Brasil como país que os acolheu, já tem descendentes brasileiros, reconhecem que eles também ajudaram na

construção do país, mantém com este uma relação de afeto e consideram-se cidadãos brasileiros, mesmo cultivando sua língua e sua cultura.

Para ilustrar esta análise usaremos fragmentos do argumento do filme de Sílvio Back “Aleluia Gretchen”. A intenção desta análise não é tomar este roteiro como documentação, mais como um registro de alguém que por ser descendente de alemães no Sul do Brasil, conhece a trajetória de parte deste grupo. O argumento do filme apesar de não se pretender histórico, registra, parte pela experiência pessoal do roteirista, parte por um levantamento histórico, o momento que acabamos de trabalhar.

## O Filme

Em seu roteiro, Back analisa a presença do nazismo no Brasil, através do cotidiano de uma família de imigrantes alemães e o fascismo no País. O filme não pretende contar a história da imigração, nem tampouco tem a pretensão de documentar o cotidiano dos imigrantes aqui chamados novos alemães. O filme conta a história de uma família de imigrantes donos de um hotel Florida, anagrama de Adolf Hitler. O cineasta faz a seguinte alegoria, Gretchen é um bebê nascido da filha de uma família de alemães recém chegados ao país com um oficial da SS, a serviço da Alemanha. Gretchen representa a vitalidade alemã, proibida pelo fato de ser um filho bastardo. É o elo com o nazismo que se relaciona também com o integralismo. A certa altura do filme Gretchen morre, mais o filme prossegue e apesar da queda do regime nazista, Back aponta para a resistência dos ideais fascistas no interior da sociedade brasileira. O longa metragem de Sílvio Back mostra o comportamento dos *Neue Deutsche* em relação à sociedade brasileira e aos outros imigrantes alemães; a filiação e simpatia ao nazismo e ao integralismo; os preconceitos em relação a sociedade brasileira e a resistência dos ideais fascistas. Tomemos algumas cenas deste filme de 1976.

### Interior/ Exterior/Dia

“Frau”Minka ( empregada ) acaba de servir café a Ross (esposo ) e Mami( cabeça da família ) , ela interrompendo aula de alemão que está ministrando, através da janela, ao negro Repo( empregado ). Por ali, sentado, lendo, Ross levanta os olhos ridicularizando a cena. ( frases do ensino de alemão antes da Guerra )

Mami(matriarca) - Debochado... Não quero que aconteça conosco o que aconteceu com “Herr” Oskar. Um bom homem, mas... Quanto mais espalharmos a cultura germânica menos ficaremos assim... Não poderei admitir isso na família.

Ross - E por isso você ensina alemão para o Repo?

Mami - Uma questão de lógica. É na prática que devemos mostrar a nossa

Mami - Uma questão de lógica. É na prática que devemos mostrar a nossa superioridade. (pausa ). (...)

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010

**Exterior/Noite**

Os mesmos jovens encontram-se reunidos em torno da fogueira: estão vestidos de camisa parda, gravata, calça clara e no braço insígnias nazistas e integralistas. Há um toque sensual em toda a cerimônia. Há mais bandeiras tremulando sob a luz da fogueira. Há alguém rufando baixinho uma bateria. Werner de pé fala;

Josef (filho da mamã, enviado para lutar na Alemanha) - (off) - ... Diante desta bandeira de sangue, que representa nosso *Führer*, juro dedicar todas as minhas energias e forças ao salvador de nossa pátria, Adolf Hitler. Estou disposto e pronto a dar minha vida por ele, com a ajuda de Deus.

Grudun (uma das filhas) - Ninguém até hoje desconfiou. Gretchen é filha de SS.

**Exterior/Dia**

Ross, sozinho, num pequeno cemitério, ao pé de um jazigo novo, que seria o de Gretchen. À medida que monologa, vai circulando, em desespero, pelos corredores do cemitério.

**Interior/Dia**

Aurélio ( hóspede )- Viu “seu” Oskar, não são alguns descontentes. É o povo todo... ( pausa )De repente o baixinho se volta contra um regime que ele mesmo secretamente admira ( mas de burro que é, só imita os erros ... ) Põe nossos filhos na guerra... e ao lado dos bolchevistas ... ainda. Um engodo, um engodo. O idiota foi na conversa dos americanos...

Oskar (imigrante) -... Sai com as calças na mão. Hoje tenho meu pé de meia... Sou do tempo em que, pra comprar um pão, precisava de uma cesta de dinheiro. Passamos fome... Inge e Werner, coitadinhos... “Herr” Ross... já foi diferente. Pessoa estudada. Sou camponês... Mas os alemães, de um modo geral, adoram Hitler. A guerra, a guerra estragou tudo. Foram os judeus que forçou ele... (pausa). Modestamente, e não me meto em política... Mas sou da opinião que não se devem virar as costas à mãe pátria...

Ross- O brasileiro é bom, dócil e confiante, bem diferente do alemão... E depois, em geral o povo é politicamente preguiçoso e prefere olhar para o meio das estradas, em vez de olhar para os seus pontos extremos. Está mais interessado em subir na vida do que arriscar a pele para melhorar o regime...

**Última Cena**

Personagem Aurélio - Quando as idéias não envelhecem, senhora Kranz, o corpo resiste (ri de leve ).

Demonstrando a sobrevivência do nazismo.

Nas passagens das cenas aqui reproduzidas, vemos algumas idéias daquela parte da comunidade. O que pensam sobre si mesmos, o que pensam dos brasileiros e finalmente a manutenção dos ideais fascistas através da fala do Sr. Aurélio, que por sinal era um hóspede brasileiro. Vemos ainda, a língua como principal elemento de manutenção das tradições e o regime nazista representando a possibilidade de grandeza e superioridade.

A história deste grupo não se constituiu dentro de uma linha de evolução até o movimento nazista como poderia parecer a princípio, o grupo que se filia ao movimento é exatamente o grupo de imigrante mais recente, o que está sob o impacto das conquistas alemãs, o que já sofreu as influências do pangermanismo, o que encontra mais dificuldade de adaptação no Brasil de mudanças recentes no mundo do trabalho, mudanças políticas

profundas e o que vai enfrentar mais insatisfatoriamente a derrota da Alemanha na 1ª Guerra Mundial. Os teuto-brasileiros tiveram tantos conflitos entre si como com os brasileiros, mesmo assim conseguiram manter o sentimento de pertencimento pela manutenção das tradições, que é um dos laços mais fortes do nacionalismo. A própria postura dos novos imigrantes afasta os antigos. Os novos mantêm uma postura de superioridade em relação aos demais.

Assim como na obra de Back, conclui-se que a adesão ao nazismo na década de 30 por parte desta comunidade, tem a ver com o nacionalismo latente neste grupo, assim como tem a ver com o momento político em que vivem. Entretanto, a experiência dos últimos anos tem mostrado, que mesmo depois de descobertos os crimes nazistas, do desastre histórico que este movimento representou ainda surgem movimentos de intolerância racial e religiosa e persistem de alguma maneira na sociedade. Os ataques dos neonazistas e os skinheads fazem parte de uma pequena amostra da sobrevivência da intolerância e do terror principalmente neste momento de crise econômica.

Para concluir, no contexto dos anos 30, as propostas de nacionalização implementadas pelo governo de Getúlio Vargas. Alguns dos principais projetos do período Getúlio continuam em vigor ainda hoje, como parte de sua política trabalhista e sua legislação. Entretanto, a valorização do povo brasileiro e da “raça brasileira” não saiu do papel. Alguns dos principais preconceitos anteriores a Getúlio sobreviveram a ele e continua firme na nossa sociedade. A idéia do branqueamento continua presente na sociedade, apesar de hoje existir um avanço com relação às questões raciais. Ao mesmo tempo, não podemos negar a capacidade de convivência inter-racial e de tolerância presentes na sociedade brasileira, se comparados com outras sociedades.

Para finalizar, verificamos a existência de movimentos revisionistas no sul do país, a presença de neonazistas e de intolerância contra minorias - incêndio de mendigos, por exemplo-, e que a repressão policial não é o suficiente para a extinção desses fenômenos, já que não mudam o pensamento e nem educam de fato a sociedade.

### **Referências:**

#### **Fontes Primárias:**

Arquivo Público do Rio de Janeiro  
Acervo: DOPS

#### **Fontes Secundárias:**

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010

ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. **Totalitarismo e Revolução**. O Integralismo de Plínio Salgado. RJ: Zahar, 1987.

CARONE, Edgar. **Estado Novo** (1937-1945). São Paulo: Difel, 1976.

GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil**: germanismo, nazismo e integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

HILTON, Stanley. **A Guerra Secreta de Hitler no Brasil**. RJ: Ed.: Nova Fronteira, 1983.

RIBAS, Antônio de Lara. **O Punhal Nazista no Coração do Brasil**. Florianópolis, Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina, 1944.

SANTANA, Nara Maria Carlos de. **O Confronto dos Nacionalismos**: Getúlio Vargas e a repressão ao nazismo no Brasil dos anos 30/40. Niterói (RJ): Tese de doutoramento apresentado na Universidade Federal Fluminense - ICHF, 2005.

**Filme:**

“Aleluia, Gretchen”

Direção: Sílvio Back

Ano: 1976

Elenco: Carlos Vereza, Miriam Pires, Lilian Lemmertz

**Os prelúdios do nazismo na Alemanha pelo olhar bergmaniano. Uma análise do filme  
“O Ovo da Serpente”**

Natalia dos Reis Cruz\*

**Introdução**

O fascismo é um dos fenômenos políticos e sociais mais controversos da modernidade, não somente pelas questões humanísticas e éticas que suscitou, com os famosos campos de extermínio e trabalho forçado, mas por ter colocado as massas em movimento em prol da suposta construção de um “novo homem” e de uma “nova sociedade”. Movimento e regime de caráter extremamente conservador, calcado na exclusão do outro, no discurso nacionalista exacerbado e no autoritarismo, foi objeto de inúmeras correntes teóricas explicativas de sua natureza, tanto no campo da história como no das ciências sociais e no da psicologia.

As tentativas teóricas de compreender o fenômeno colocam ênfase ora na figura do líder carismático – sendo Adolf Hitler o preferido nesses casos -, ora na questão moral do período, chegando às questões sociais, políticas e econômicas. Entretanto, apesar dos inúmeros esforços desenvolvidos, o fascismo continua intrigando os estudiosos e as pessoas comuns, que continuam se perguntando como foi possível que uma sociedade dita civilizada tenha gerado o tamanho horror das famosas câmaras de gás, que vitimaram milhares de pessoas, entre judeus, homossexuais, ciganos e opositores políticos.

De tão intrigante, o fascismo tem sido objeto também da cinematografia. Inúmeros são os filmes dedicados ao tema, na tentativa de traduzir em imagens o que o fenômeno representou para as sociedades que o conheceram. A temática do anti-semitismo tem dominado a cena, já que a perseguição aos judeus é uma das características principais dos movimentos e regimes fascistas, embora qualquer elemento que não se enquadrasse no ideal de nação fosse objeto de perseguição e exclusão.

Em tempos da ressurgência de movimentos neofascistas, qualquer tentativa de fortalecer a memória das trágicas conseqüências da máquina de guerra do fascismo é válida, pois tais grupos se valem de um possível esquecimento desse passado, para construir a sua

---

\* Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense e Prof.<sup>a</sup> adjunta de Teoria Social da Universidade Federal Fluminense

memória peculiar, cuja principal característica é negar os crimes cometidos contra a humanidade pelos regimes de Hitler e Mussolini.

O cinema tem contribuído para a construção da memória sobre o fascismo, mas não podemos achar que as imagens dizem tudo. As imagens, por si só, não significam nada, mas se organizadas numa dada seqüência e montagem, aliadas aos recursos filmicos como som, iluminação, enquadramento de câmaras, etc, tem-se um produto com uma dada narrativa que, por sua vez, é a própria representação da realidade dada pelo cineasta. “*O cinema não é apenas uma forma de expressão cultural, mas também um ‘meio de representação’.* Através de um filme representa-se algo, seja uma realidade percebida e interpretada, ou seja um mundo imaginário livremente criado pelos autores de um filme.” (Barros, 2008:44)

Assim sendo, nada temos além de representações. Dessa forma, este trabalho pretende analisar a representação bergmaniana do nascimento do nazismo na Alemanha, através do filme *O Ovo da Serpente*. Trata-se de um dos filmes mais famosos sobre a temática nazista, mas cuja história não aborda o regime já no poder, mas os prelúdios do que viria a ser o nazismo 10 anos mais tarde.

O filme foi produzido em 1977, ou seja, em plena década de 70. Década de início da crise econômica que abriu caminho para as políticas neoliberais. Após os chamados anos dourados, nos dizeres de Eric Hobsbawn, em que a Europa conheceu alguns anos de crescimento e desenvolvimento econômicos, a economia muda de rota e mostra que os anos futuros seriam bem mais difíceis.

Esse contexto de crise pode ter influenciado Bergman a tratar da temática dos anos 20 na Alemanha. As causas da crise social dos anos 20 eram diferentes das dos anos 70, mas existem elementos presentes em toda época de crise, o que acaba as tornando muito semelhantes: desemprego, falta de perspectivas e decadência social de vários grupos sociais. Bergman quis fazer de seu filme um documento que servisse como fortalecimento da memória sobre um passado não muito longínquo, em que a crise econômica e social trouxe terríveis conseqüências para a humanidade. Talvez uma forma de não deixar que isso acontecesse novamente. A crise dos anos 70 foi o sinal de alerta.

### **Bergman , *O Ovo da Serpente e o estilo moderno de fazer cinema***

De origem sueca, o cineasta Ingmar Bergman dedicou-se meio século ao cinema, tendo iniciado suas incursões cinematográficas na década de 1940 e atuado até os anos 2000.



Se formos traçar os temas dominantes na produção cinematográfica bergmaniana, perceberemos a constante temática existencial, é como se a câmera penetrasse na alma das personagens e desvendasse os conflitos, os medos, a dor e a fé. Bergman interessava-se, portanto, pelo lado subjetivo e psicológico do homem, e grande parte das personagens centrais de seus filmes apresentam problemas dessa ordem, os quais conduzem o fio da meada das histórias.

*O Ovo da Serpente* talvez seja um dos filmes de Bergman que se aproxima e ao mesmo tempo se afasta dessa trajetória. Ele se aproxima porque a temática existencial está amplamente presente, e se afasta porque é um “filme histórico”, ou seja, que representa eventos e processos históricos conhecidos. (Barros, 2008:44) *O Ovo da Serpente* tem a peculiar característica de tratar não somente dos problemas existenciais de determinadas personagens, mas de todo um coletivo, das chamadas massas de uma dada época, do estado de alma de um povo mergulhado no caos da crise econômica, política e social da Alemanha dos anos 20.

Penetrar nessa alma coletiva é a condição sine qua non para compreender a ascensão do nazismo, na concepção de Bergman, e é por essa linha de interpretação que ele desenvolve toda a história. Podemos então dizer que o filme tem influência do estilo neo-realista de cinema, pois o filme trata das grandes questões presentes na realidade social alemã do período: a crise econômica, o desemprego, o anti-semitismo, a banalidade do mal, a violência, a descrença e a crueldade inscrita nas ruas e no coração das massas.

O neo-realismo cinematográfico surgiu na Itália, no imediato pós-segunda guerra, e se contrapunha ao estilo anterior de fazer cinema, baseado no melodrama e na temática bíblica. Segundo Vanoye e Goliot-Leté (2009:34), trata-se das origens da modernidade cinematográfica, cujas raízes estão na Europa do pós-segunda guerra. O objetivo era mostrar o mundo contemporâneo em sua verdade, com a intriga importando menos do que a descrição da sociedade – subdesenvolvimento econômico, desemprego, problemas sociais, etc.

Todavia, ao final dos anos 50, a modernidade européia complexifica-se sob pressão de diversos fatores, entre eles a evolução das mentalidades, no sentido de que as preocupações coletivas e sociais abrem espaço para problemas psicológicos mais individualizados, e o cinema autoral desponta com obras cada vez mais pessoais, entre elas, a de Bergman. (Vanoye e Goliot-Leté, 2009:35) Mas *O Ovo da Serpente* situa-se, a meu ver, entre esses dois pólos: a abordagem de problemas coletivos e sociais e a abordagem de questões individuais e

psicológicas, visto que as personagens centrais da história representam um coletivo muito amplo.

### **A narrativa de *O Ovo da Serpente***

O tema central do filme é a Alemanha dos anos 20, tendo a cidade de Berlim como cenário. Bergman tenta passar a sua interpretação da época, apresentando uma série de elementos que representariam o que seriam os prelúdios do nazismo. Quase todas as cenas possuem pouca iluminação, em algumas, a escuridão é tanta que mal dá para ver as faces das personagens e o cenário. Não se trata, contudo, de um problema técnico, mas de uma clara mensagem que se quer passar a respeito da época: um período de completa escuridão, em que as pessoas tateavam em busca de sobrevivência não somente econômica, mas acima de tudo, psicológica.

Na abertura do filme, ainda nos créditos, os nomes dos membros da equipe são intercalados com imagens de várias pessoas andando, como se fosse uma multidão. Os rostos simbolizam a ambiência do período: fisionomias fechadas, tristes, pesadas, preocupadas, desoladas. E a impressão é a de que aquelas pessoas caminham sem rumo definido. Um detalhe é a fotografia em preto e branco dessas imagens, o que pode significar a falta de vida, de colorido na existência dessas pessoas. Com esta abertura, Bergman já aponta para o aspecto coletivo, as massas, já indicando que elas têm um lugar muito importante na sua representação do período. É delas que o filme também trata. E por isso, as primeiras imagens do filme dizem respeito a elas, e aparecem até mesmo antes da história iniciar.

As personagens centrais do filme são o judeu Abel Rosenberg e sua ex-cunhada Manuela, separada de seu irmão. Ambos haviam sido trabalhadores circenses, mas encontram-se marginalizados social e economicamente. Manuela trabalha em um cabaré e Abel não tem emprego fixo e a precariedade social de ambos simboliza as dificuldades econômicas da época. Abel é alcoólatra e desconfia que sua doença decorre de não ter sido bem acolhido na cidade.

A composição dessas duas personagens por Bergman sinaliza para o estado geral das massas: Abel é um sujeito fechado, triste, meio perdido e que não se sente inserido social e economicamente. Manuela vive com dificuldades financeiras e depende da ajuda de pessoas influentes para ter acesso a bens de consumo mais necessários. Ela tenta dar apoio a Abel mas se encontra também fragilizada emocionalmente diante de sua situação precária.

Bergman apresenta as situações sociais na forma de personagens isolados, sem laços sociais fortes, sem nenhum tipo de organização, com a intenção de mostrar que o isolamento era uma característica do período, e um agravante do estado de desamparo existente nas massas. Assim, as personagens centrais são desamparadas, sozinhas. Abel só tem a Manuela e Manuela só tem a Abel. Abel não conta com o apoio de uma comunidade judaica, Manuela não tem família e nem amigos que possam ajudá-la. E ambos encontram-se sós diante da crueldade da realidade que os cerca, do desespero e do caos social.

Mostrar a solidão das personagens significa visualizar a solidão das massas em potencial, o que aproxima a ótica de Bergman do trabalho de Erich Fromm, que analisa a predisposição psicológica dos indivíduos à adesão ao fascismo, explorando o processo de individuação da sociedade moderna, em que as pessoas vão perdendo seus vínculos sociais tradicionais que davam a elas a sensação de segurança e relacionamento e se vendo isoladas. *“A menos que pertença a algum lugar, a menos que sua vida tenha significado e rumo, ele se sentirá qual uma partícula de pó e será esmagado por sua insignificância individual”*, afirma Fromm. (1983:27)

O filme tem um narrador em off, que inicia a trama já falando da questão econômica e social: *“O cenário é Berlim. A noite de sábado, 3 de novembro de 1923. Um pacote de cigarro custa 4 milhões de marcos, e quase todos perderam a fé tanto no futuro como no presente.”* Em várias partes do filme, Bergman faz questão de mostrar, através da fala de alguma personagem, os principais problemas da época, que contribuíram para o caos: a inflação, as humilhações que os alemães sofreram após a derrota na primeira guerra, a ameaça bolchevista e o temor das pessoas diante de sua impotência e da realidade que as cercava.

É assim também com o crescimento do anti-semitismo, sendo interessante analisar como a personagem Abel reage a esse processo. A sua reação vai mudando no decorrer do filme, passando da indiferença ao desespero. Inicialmente, após escutar a leitura de uma coluna de jornal abordando a associação da ameaça bolchevista aos judeus, Abel diz: *“Não acredito nessa bobagem política. Os judeus são tão estúpidos como todo mundo. Se um judeu se encrena a culpa é dele. Ele se encrena porque age estupidamente. Não agirei estupidamente, então não me encrenarei.”* Com esta fala, Bergman mostra um Abel desconectado da questão do anti-semitismo, não percebendo a gravidade da situação, de forma que ele associa a perseguição ao indivíduo, e não ao grupo como um todo. Logo, ele não seria perseguido, desde que agisse corretamente.

Mais tarde, várias pessoas são encontradas mortas, em circunstâncias estranhas e o inspetor desconfia de Abel, por todas serem suas vizinhas. Nessa cena, Abel se dá conta do anti-semitismo, dizendo que a desconfiança do inspetor sobre ele devia-se à sua origem judia. Entra em desespero e tenta sair da delegacia, mas é pego por alguns policiais, é espancado e jogado numa cela.

À medida que Abel vai sentindo o anti-semitismo na pele, ele apresenta sinais de rejeição à sua origem, sendo um exemplo a cena em que ele para em frente a uma loja judia, cujos proprietários possuem o mesmo sobrenome dele – Rosenberg – e atira uma pedra sobre o vidro da loja, destruindo a sua fachada. Não sabendo como reagir construtivamente à discriminação sofrida, a personagem entra em desespero e se revolta contra o objeto da rejeição: a origem judia.

Abel finalmente percebe que a perseguição ao judeu não considerava a pessoa, mas a sua origem, é como se fosse um vício que todo judeu necessariamente carregasse, do qual não pudesse se livrar por vontade própria.

Além do descontrole na forma de ataque à loja, Abel reage à situação que o cerca fugindo da realidade. Nesse caso, o alcoolismo é o sinal dessa fuga. Numa dada cena, Abel comenta com Manuela que só consegue dormir embriagado, o que sinaliza que se não fugir da realidade, não consegue relaxar e dormir. A realidade é opressora para a personagem, e o álcool uma espécie de muleta e refúgio. Aqui mais uma vez podemos reiterar que, para Bergman, o recurso às ações coletivas como forma de luta contra a realidade não estavam ao alcance da maioria da população, por isso as tentativas de escape se davam isoladamente, ou através da violência pura e simples ou através de outras formas de fuga da consciência, como, por exemplo, o álcool.

Bergman vê a decadência social e econômica causando também a decadência moral das massas, como se tivesse acabado qualquer sinal de humanidade e racionalidade. Sinais disso são duas cenas específicas. Nas duas cenas, Abel presencia situações que mostram que as pessoas viviam na fronteira entre o humano e o animal, o bem e o mal, com a vitória do espírito animalesco e da maldade. Na primeira cena, vários fascistas obrigam dois homens a limparem a calçada. Quando os guardas passam, um dos homens sai correndo atrás dos guardas, pedindo pra eles tomarem providências em relação à humilhação que eles estavam sofrendo. Os guardas continuam andando e não dão atenção. Os fascistas, então, espancam o homem.

A violência gratuita choca Abel e a falta de ação da polícia o leva a perceber que algo de muito errado está acontecendo naquela sociedade. Ao desabafar com Manuela, após ter um sonho ruim, ele diz: *“Eu acordo de um pesadelo e descubro que a vida real é pior do que um sonho.”*

Já na segunda cena, a câmera se desloca para a figura de um cavalo caído ao chão, morto, e uma mulher retira as tripas do animal e as oferece a Abel. Provavelmente, o cavalo foi morto para que as pessoas comessem a sua carne. Bergman procura mostrar, nesta cena, o quanto as pessoas perderam a noção de civilidade, deixando seus instintos dominarem suas ações. E a questão da fome e do desespero também explica tal decadência. A banalidade do mal transparece nas duas cenas, e a crueldade social se reflete na crueldade das pessoas umas com as outras.

A decadência moral e social, assim como a marginalidade aparecem em outras cenas do filme: Abel perambula pelas ruas e becos, bêbado, desolado, sem rumo. Encontra uma prostituta que se oferece a ele, mas ele recusa. *“Vá para o inferno”*, diz ele. *“E onde você acha que estamos?”*, responde ela. Abel acaba indo para um quarto com a prostituta. Os dois entram por uma porta, com um homem mendigo deitado ao chão.

A crueldade e a violência daquela sociedade refletiam-se nas relações sociais, e são mostradas na cena envolvendo Abel, duas prostitutas e um homossexual, que nega sua condição sexual e tenta manter relações com uma das prostitutas, após Abel oferecer dinheiro, caso ele conseguisse ser bem sucedido. A cena finaliza com Abel pegando quase que à força a outra prostituta, após dar um tapa em seu rosto.

O mistério da trama, as mortes em série, são o ponto nevrálgico do filme, e Bergman vai sinalizando que algo de terrível está para ser desvendado. Abel consegue emprego numa clínica com a função de cuidar dos seus arquivos, mas é logo alertado que os documentos são confidenciais e que ele não poderia lê-los quando chegassem às suas mãos. Assim, Bergman aponta para a existência de algo estranho na clínica, o que, por sua vez, tem a ver com as mortes em série.

Aos poucos, o mistério começa a ser desvendado. Um funcionário da clínica diz a Abel que experiências com seres humanos são realizadas ali, mas não entra em detalhes. Inicia-se uma seqüência de cenas, com a voz em off do narrador: *“Na manhã de 7 de novembro, não se achava leite em Berlim. Muitas mercearias continuam fechadas. Elas não têm nada pra vender. O marco praticamente deixou de existir. Os rolos de dinheiro eram contados agora por peso. E não importava mais o valor impresso.”* Simultaneamente, Abel

anda pela rua, passando por uma carcaça de animal. Chega no quarto. Começa a beber novamente. E percebe Manuela morta, com sangue escorrendo pela boca. Tenta acordá-la, mas não consegue. E percebe uma câmara atrás do espelho e, ao vasculhar o quarto, descobre que o quarto estava sendo filmado. Desconfiado, Abel começa a vasculhar a clínica.

Abel consegue a chave do arquivo e entra num recinto secreto e se defronta com o Dr. Vegérus, o médico responsável pelas experiências, e que acaba lhe revelando as mesmas num vídeo gravado com os voluntários. À espera da polícia, que já havia descoberto o que a clínica fazia, o diretor pretende se matar antes da prisão, tomando uma cápsula de cianeto, não sem antes explicar a Abel o motivo das experiências.

Em uma delas, uma mulher é colocada num quarto com um bebê que chorava sem parar. O objetivo era testar a reação da mulher ao ser exposta a um choro constante durante horas. A mulher vai entrando em desespero e perde totalmente sua compaixão pelo bebê. Ela vai da indiferença ao choro, à irritação até tomar uma atitude mais drástica, matando o bebê enforcado num travesseiro.

Outra experiência chocante é feita com um estudante universitário, que se submete a uma injeção de Thanatoxin, droga que produz uma angústia violenta. Aos poucos, o rapaz começa a apresentar uma dor emocional insuportável, grita, se debate, até tentar o suicídio, colocando um revólver dentro de sua boca. A arma estava descarregada, mas o jovem se mata dias depois, mesmo após o efeito da droga ter passado.

A terceira experiência marcante é a submissão de um casal a doses de Kapta Blue, um gás inodor. O gás vai aos poucos alterando o comportamento do casal, causando um desequilíbrio emocional completo. A moça começa a discutir com o homem e soca sua cabeça. O homem começa a bater na moça, e vão oscilando de humor, repentinamente, até acabarem abraçados.

Essa última experiência é a que deixa Abel mais impressionado, porque ele percebe que foi submetido a ela no quarto em que ficava com Manuela. A cena do casal é parecida com uma dele com Manuela, quando discutem dentro do quarto após sentirem cheiro de gás. Abel tem um comportamento muito parecido com o da moça, pois também soca a cabeça de Manuela. Ela se descontrola e começa a gritar com ele, até os dois acabarem se acalmando e se abraçando.

O Dr. Vergérus explica a Abel como conseguia os voluntários para as experiências: através da oferta de comida e dinheiro. Bergman mostra a vulnerabilidade das massas diante

da situação crítica da sociedade. “*As pessoas são capazes de fazer qualquer coisa por dinheiro e uma refeição decente*”, diz o médico.

O desfecho da trama é, na verdade, o ponto alto do filme. Porque, além de ser desvendado o mistério das mortes em série (todas as pessoas mortas eram voluntárias da clínica nas experiências, e se mataram em decorrência dos efeitos nocivos das mesmas, inclusive, a morte da própria Manuela também devia-se a esse fato), Bergman apresenta toda a sua visão do período na voz do Dr. Vergéus. O discurso dele a respeito das massas sintetiza a visão bergmaniana: uma visão bastante pessimista sobre o futuro, baseada no estado de alma coletivo. Diz ele:

Veja todas essas pessoas. (aparece novamente as cenas de várias pessoas andando sem rumo, as mesmas imagens mostradas na abertura dos créditos do filme, simbolizando as massas) Elas são incapazes de fazer uma revolução. Elas estão humilhadas demais, têm muito medo, estão muito oprimidas. Mas em dez anos, os que têm 10 anos terão 20, os que têm 15 anos terão 25. Ao medo herdado de seus pais, acrescentarão o próprio idealismo e impaciência. Alguém se apresentará e expressará os seus sentimentos inconfessos. Alguém irá lhes prometer um futuro. Alguém fará exigências. Alguém falará de grandeza e sacrifício. Os jovens e inexperientes darão sua coragem e sua fé para os cansados e incertos. E então haverá uma revolução e nosso mundo irá se afundar em sangue e fogo. Em dez anos, essas pessoas criarão uma nova sociedade, inigualável na história mundial.

O discurso do Dr. Vergerus acentua a ligação entre o estado psicológico coletivo da massa e uma ascensão futura de um líder que representaria todos os seus anseios. A questão da engenharia social também aparece no discurso, sendo este um dado muito importante. Quando o médico fala que as experiências realizadas na clínica seriam aproveitadas mais tarde, diz respeito, na verdade, a um futuro projeto de remodelagem social, através do controle das potencialidades humanas, quase que a criação de um novo homem, adequado ao novo tipo de sociedade que se almejaria construir. Nesse caso, não faltam alusões às experiências genéticas de produção de uma raça perfeita, realizadas pelo médico nazista Mengele, e à política de extermínio dos elementos considerados nocivos a esse “futuro grandioso”, ocorrido nos campos da morte.

Após a chegada da polícia à clínica, com o médico já morto pela ingestão do cianureto, o inspetor comenta com Abel a respeito do fracasso do putsch de Munique: “*Her Hitler subestimou a força da democracia alemã*”. No entanto, o objetivo de Bergman ao colocar essa fala na boca do inspetor foi mostrar o quanto alguns setores da sociedade alemã estavam enganados a respeito da capacidade da democracia em resistir ao caos social instaurado. Seria um diagnóstico equivocado, pois o que estaria sendo subestimado, na

verdade, são os sinais do quanto aquela sociedade estava vulnerável ao discurso autoritário, ao uso da violência na resolução dos conflitos e à banalidade do mal. A brecha por onde o nazismo penetraria 10 anos depois, dissolvendo qualquer sinal de democracia e tolerância.

O filme não faz menção à questão das classes sociais, ou seja, aos interesses classistas na ascensão do nazismo. Na verdade, é como se os grupos sociais não existissem, já que o isolamento e a atomização do indivíduo são a tônica de toda a história. Para Bergman, portanto, os interesses de classe não explicam a chegada de Hitler ao poder, e sim a vulnerabilidade das massas ao discurso nazista, que teria oferecido a elas um alento e uma noção de comunidade e de pertencimento.

Bergmann vê a ascensão do líder nazista como uma representação do estado coletivo das massas, adotando a visão de que a manipulação através da propaganda não explica o apoio do povo ao nazismo, e sim o caos social e a sensação de impotência e desamparo das massas alemãs diante da realidade da crise social e econômica em que viviam.

Nesse sentido, Bergman é adepto da teoria explicativa de Hannah Arendt, a respeito do nazismo. Segundo ela, a sociedade alemã vivia o que ela chama de abalo do sistema classista, ou seja, as pessoas haviam perdido seus laços sociais, seus referenciais identitários, as classes não mais existiriam no imaginário das massas. A atomização da sociedade teria aberto caminho ao totalitarismo nazista, pois somente indivíduos sem identidades de classe ou fronteiras sociais poderiam ficar vulneráveis ao discurso nacionalista, que apelava ao todo, ao corpo da nação, ao abandono dos interesses de grupos pelo interesse nacional. (Arendt, 1978:passim)

A visão que Bergman tenta passar no filme é muito semelhante ao raciocínio de Arendt, assim como a forma como as personagens centrais são construídas é muito adequada à visão que Arendt tem das massas: além do isolamento social, a desesperança e a sensação de inutilidade e dispensabilidade.

## **Conclusão**

*O Ovo da Serpente* é, sem dúvida, um dos maiores filmes que tratam da temática nazista. Bergman apresenta a sua concepção da sociedade alemã dos anos 20, apontando para os prelúdios do nazismo. O papel das massas na ascensão nazista é fundamental na visão bergmaniana. É como se o povo, em geral, passasse por uma terrível crise existencial, descrente das formas tradicionais de resolução de conflitos e de apresentação de demandas. O



psicológico das massas estaria corroído pelo caos social, pela crise econômica, pelo desamparo das pessoas e pela sua incapacidade de resolver os problemas sociais por meio de ações coletivas tradicionais, como partidos políticos, associações de classe, etc. O isolamento social teria, portanto, levado ao apoio das massas ao nazismo, e constituído uma força coletiva muito maior, o poder da nação, aliado a um líder que respondia aos anseios das massas e as representava.

No entanto, numa perspectiva crítica do filme, podemos perceber dois fatores que evidenciam um problema na concepção bergmaniana e na forma como ele constrói a narrativa e o seu desfecho. Em primeiro lugar, a subestimação dos conflitos de classe e o apoio da alta burguesia a Hitler, devido à ameaça comunista. O temor dos bolcheviques aparece de forma marginal no filme, em algumas falas, mas de modo nenhum é explorado por Bergman. A desconsideração da questão classista relaciona-se com a visão de uma sociedade de massas no estilo de Hannah Arendt.

Em segundo lugar, Bergman apresenta, ao fechar a narrativa, um discurso completamente teleológico, uma espécie de premonição do que aconteceria em 1933. O filme se passa no ano de 1923, época do putsch de Munique, e, na fala do médico, ao apresentar as experiências a Abel, contém a previsão de que 10 anos depois surgiria um líder que representaria os anseios das massas. Ou seja, Bergman adota uma concepção de inevitabilidade da ascensão do nazismo ao poder, como se a história não pudesse ter se desenrolado de outra forma.

Além disso, o discurso teleológico explica-se pelo fato de Bergman já conhecer o desfecho da crise (de fato, o nazismo ascendeu ao poder em 1933, com a chegada de Hitler ao cargo de Chanceler), ou seja, Bergman parte do fim já conhecido para construir a sua narrativa de como os acontecimentos se desenrolariam. Assim, ele acaba apresentando uma visão de uma sociedade encurralada, sem saída, a não ser o recurso ao autoritarismo e à barbárie nazista.

### **Referência bibliográfica**

ARENDR, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. RJ: Documentário, 1978.

BARROS, José D'Assunção. Cinema e História: entre expressões e representações. In NÓVOA, J. & BARROS, J. *Cinema-História: teoria e representações sociais no cinema*. RJ: Apicuri, 2008.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e  
Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010

FROMM, Erich. *O Medo à Liberdade*. RJ: Zahar, 1983.

VANOYE, F. & GOLIOT-LÉTÉ, A. *Ensaio sobre a análise fílmica*. Campinas: Papyrus, 1994.

Rosângela de Oliveira Dias\*

**Resumo:** O artigo analisa o filme *São Bernardo*, dirigido em 1976 por Leon Hirszman, situando-o enquanto resposta e resistência possíveis ao regime militar instaurado no Brasil a partir de 1964. Leon produziu, através de imagens pausadas e da narrativa em primeira pessoa do protagonista, uma crítica feroz e contundente ao regime militar brasileiro.

**Palavras-chave:** Cinema Novo; Cinema-história; Ditadura militar

São Bernardo – 1972. Prod. Saga Filmes. Dir. Leon Hirszman, Mús. Caetano Veloso.  
El. Isabel Ribeiro, Othon Bastos, Vanda Lacerda, Nildo Parente.

Sinopse:

É a história de um enjeitado, Paulo Honório, dotado de vontade inteiriça e ambição de se tornar fazendeiro. Depois de uma vida de luta e brutalidades, atinge o alvo, assenhoreando da propriedade onde fora trabalhador de enxada, e que dá nome ao livro. Aos quarenta e cinco anos casa com uma mulher boa e pura, mas como está habituado as relações de domínio e vê em tudo, quase obsessivamente, a resistência da presa ao predador, não percebe a dignidade da esposa nem a essência do seu próprio sentimento. Tiraniza-a sob a forma de um ciúme agressivo e degradante; Madalena se suicida, cansada de lutar, deixando-o só, e tarde demais, clarividente. Corroído pelo sentimento e frustração, sente a inutilidade da sua vida, orientada exclusivamente para coisas exteriores, e procura se equilibrar escrevendo a narrativa da tragédia conjugal.<sup>252</sup>

*São Bernardo* significou, na produção de Leon, a retomada de determinados postulados cinemanovistas. Através da ficção de Graciliano, Leon pretendeu fazer uma crítica à sociedade brasileira dos anos 1970, quando “a economia ia bem, mas o povo ia mal”. Foi a chamada época do “Milagre Brasileiro”, quando o crescimento econômico brasileiro atingiu índices consideráveis, média de 9% entre 1967 e 1970. Este crescimento, contudo, não significou melhoria das condições de vida para a maior parte da população. Muito pelo contrário, a política de arrocho salarial desenvolvida pelo governo, levou a uma deterioração dos salários e um aumento da concentração de renda. O sucesso dessa política salarial deu-se

\* Doutora em História Social – UFF, Professora do Programa de Mestrado em História Social da USS - Universidade Severino Sombra, autora de *O mundo como chanchada: cinema e imaginário das classes populares na década de 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. Endereço: Rua General Glicério, 126/801, Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ. E-mail: rosan@uss.br.

<sup>252</sup> CANDIDO, Antônio. *Tese e antítese*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1964, p. 103.

em função do poder de barganha das classes trabalhadoras, motivada não só pelo medo da perda de emprego, como também pela intervenção governamental em suas principais organizações; de 1964 a 1970 foram destituídas as diretorias de 563 sindicatos.<sup>253</sup> Podemos citar como exemplo deste arrocho a situação do Município de São Paulo, onde a queda do salário mínimo foi de 55% entre 1959 e 1979. Segundo o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos - um trabalhador de salário mínimo precisava em 1979 trabalhar 153 horas para adquirir a mesma cesta básica conseguida em 65 horas em 1955.<sup>254</sup> O aumento da concentração de renda pode ser auferido pelo seguinte dado: em 1960, os 1% da população de renda mais elevada detinha 11,7%. Já os 50% representantes das camadas mais baixas, no mesmo período, passaram de 17,7% para 13,7%.<sup>255</sup>

A política repressiva continuava através da censura e do recrudescimento da luta contra os grupos de esquerda, armados ou não, e a pessoas ou instituições consideradas contrárias ao governo militar. Para combater a guerrilha urbana em São Paulo foi criada, em 1969, a Operação Bandeirantes – OBAN, composta por oficiais e subalternos das três armas e da Força Pública de São Paulo, entre outros e, logo no ano seguinte passou a integrar, por decreto do presidente Médici, o organograma legal sob a denominação de DOI/CODI II (Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército). O local onde se instalou a OBAN, 36º Distrito Policial, à rua Tutoia, tornou-se “o mais famoso centro de tortura no Brasil em todos os tempos, só igualado pelo Quartel da Polícia do Exército no Rio”. Os DOI/CODI se expandem pelo país como instituições oficiais: Rio, Recife, Brasília, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza e Belém.<sup>256</sup> Em 1971, o ex-deputado Rubens Paiva foi sequestrado em sua casa e desaparece. Os teatrólogos Augusto Boal e Julian Beck foram presos e expulsos do país. A censura proíbe, no início dos anos 1970, a exibição do balé russo *Bolshoi* e a publicação da Declaração da Independência dos Estados Unidos.<sup>257</sup>

Ao longo deste quadro, incluindo desenvolvimento econômico e repressão, tínhamos a continuidade da política do governo de incentivo à produção de bens culturais. Em relação ao cinema, foi criada, em 1969, a Empresa Brasileira de Filmes – EMBRAFILME – Empresa

---

<sup>253</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1990, p. 141.

<sup>254</sup> KOWARICK, Lúcio. O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. *Cidade, povo e poder*, Cadernos Cedec. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 32.

<sup>255</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. O “modelo brasileiro” de desenvolvimento. *Debate e crítica*. São Paulo: Hucitec, nº 1, jul/dez 1973, p. 28.

<sup>256</sup> GORENDER, Jacob. Op. Cit. p. 157.

<sup>257</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização. In: CARDOSO, Ciro Flamarion et alii. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 297 e 298.

Brasileira de Filmes – com recursos do INC – Instituto Nacional de Cinema -, que ela acabou por absorver, além da reformulação da lei de obrigatoriedade da exibição para filmes nacionais passando de 56 para 84 dias em 1971. Entretanto, estas novas medidas não significam maior facilidade para a produção de quaisquer filmes. A EMBRAFILME privilegiou a produção “de um cinema de entretenimento, voltado para o ‘interesse do público’, isto é, adequado ao mercado consumidor”. A publicação do INC, FILME-CULTURA, em seus artigos, defendia uma postura mercadológica para o cinema e combatia as posições consideradas contrárias a ela: o esteticismo e o cinema ideológico. O primeiro por privilegiar a “qualidade artística em detrimento da comunicação” e o segundo por ser “hermético e de difícil compreensão para o público”. Os cinemanovistas, num primeiro momento, se afastaram do INC e da EMBRAFILME, no sentido de garantirem liberdade total para as suas obras, não desejavam se submeter à política mercadológica instituída pelo governo.<sup>258</sup>

A dificuldade dos cinemanovistas e também do chamado Cinema Marginal para produzir persistia, por não se inscreverem na política do entretenimento desenvolvida pelo INC de fomento à indústria cinematográfica. Aliados a este impasse havia ainda a censura e o medo do aparelho repressivo montado pelo governo militar. É nesta conjuntura que Leon dirigiu *São Bernardo*, considerado verdadeira obra-prima do cinema brasileiro, filme aplaudido em diversas partes do mundo e premiado em 1973 com a *Margarida de Prata* da Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros. A C.N.B.B. – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - assim justificou a premiação: “qualidade temática contribui para o progresso espiritual e desenvolvimento dos valores humanos suscitando reflexão sobre os grandes problemas que se apresentam à consciência do homem do hoje”.<sup>259</sup> Othon Bastos, no papel de Paulo Honório, e Isabel Ribeiro como Madalena receberam prêmios de Melhor Ator e Melhor Atriz e Leon de Melhor Diretor pela Air France. Até o INC reconheceu as qualidades de *São Bernardo*, premiando-o com 25 mil cruzeiros em 1973, e, paradoxalmente, censurando-o também. Leon travou verdadeira batalha para conseguir liberar o filme sem cortes. O certificado de censura levou sete meses para sair, e *São Bernardo* foi proibido para menores 14 anos. No recurso à censura, os produtores alegavam que o filme seguia “rigorosamente” o livro e que este era adotado em muitos currículos didáticos no Brasil.

---

<sup>258</sup> ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 110-112.

<sup>259</sup> Conferência dos Bispos dá ao filme *São Bernardo* o Prêmio Margarida de Prata. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27/05/73.

Havia cerca de cem mil exemplares do livro circulando no país e fora traduzido para o inglês, alemão, sueco, russo, polonês, italiano, espanhol, tcheco e húngaro.<sup>260</sup>

Os postulados cinemanovistas estavam em declínio entre seus fundadores. A estética da fome e da precariedade foram abandonadas, até mesmo pelo próprio Glauber, na busca de uma comunicação maior com o público, sem que significasse, contudo, que os diretores oriundos do Cinema Novo estivessem fazendo filmes para a pura diversão. O que houve é que a denúncia e a crítica à sociedade de forma clara e explícita, didática até, foram abandonadas em função de um discurso alegórico, como em *O dragão da maldade contra o santo guerreiro* (Glauber Rocha, 1969), *Os herdeiros* (Cacá Diegues, 1969) e *Os deuses e os mortos* (Rui Guerra, 1970). Estes filmes também eram inspirados no movimento tropicalista e realizavam experimentações na linguagem cinematográfica, pretendendo criar um discurso fragmentário que revelasse o delírio, o sonho e o inconsciente de um país de Terceiro Mundo, pobre, subdesenvolvido. Leon experimentara o fragmentário, o debochado, a ausência da narrativa, o filme sujo em *Sexta-feira da paixão*, *Sábado de aleluia*, e voltara ao popular em *Nelson Cavaquinho*. Certamente sentiu-se melhor na segunda opção. Daí que dirigiu *São Bernardo* retomando procedimentos cinemanovistas, tais como: baseia-se em livro escrito nos anos 1930 por Graciliano Ramos, autor de *Vidas secas*, um dos clássicos do Cinema Novo. Voltou-se para tema nordestino, rural e acontecido no passado, como os primeiros clássicos do movimento: o próprio *Vidas secas* e *Deus e o diabo na terra do sol*. Convidou Othon Bastos, intérprete de Corisco e Lampião em *Deus e o diabo na terra do sol*, para viver o principal papel do filme. Manteve as discussões coletivas que permearam também a produção de *Pedreira de São Diogo*: “[...] discutimos o clima geral do filme, a imagem, o estilo de interpretação. E na medida em que o trabalho avançava, até mesmo durante a filmagem, algumas de minhas ideias iniciais iam sendo enriquecidas por observações feitas por toda a equipe”.<sup>261</sup>

Retomou a influência de Eisenstein ao dirigir um filme com forte influência teatral, principalmente de Brecht, através de enquadramentos promovidos por uma câmara distante, que transformam os cenários em palcos. Ou, pela direção dos atores, através de uma interpretação contida, no sentido de se transformarem não no personagem, mas em um intermediário entre o espectador e o acontecimento.<sup>262</sup> Os planos longos, deixando os atores

<sup>260</sup> Apresentação da EMBRAFILME para *São Bernardo*, mimeog. p. 3. Texto encontrado no Arquivo do Instituto Edgar Leuenroth UNICAMP.

<sup>261</sup> HIRSZMAN, Leon. Apresentação da EMBRAFILME para *São Bernardo*, mimeog. p. 3. Texto encontrado no Arquivo do Instituto Edgar Leuenroth UNICAMP.

<sup>262</sup> BRECHT, Bertolt. *Estudos sobre teatro*. Coletado por Siegrified Unseld. Trad. Rio de Janeiro: Nova

mais tempo que o comum, “ainda em cena”, nos remete ao espetáculo teatral. Com este procedimento o diretor “colocou o espectador face à ação”. A tela transformou-se em: “[...] superfície espessa onde cada cena se dá, não como um movimento contínuo dentro de uma montagem de qual participamos; isto é, cada cena não leva e não serve simplesmente à outra, mas vive o seu momento até a saturação”.<sup>263</sup>

Leon produziu cinema, ainda que influenciado pelo espetáculo teatral. Criou planos elaborados plasticamente, usando a cor de forma simbólica, trabalhando o som enquanto reprodutor do que se passa na tela e conferindo à montagem grande importância para a compreensão do filme, todos temas caros a Eisenstein. O que Leon pretendeu foi eliminar toda a artificialidade. Segundo depoimentos do próprio diretor:

Evitei tudo que pudesse enganar o espectador, que pudesse fazer com que simplesmente a emoção abarcasse todos os níveis da razão. Quer dizer, impedir que os sentimentos tirem toda a possibilidade de ligação dialética entre a razão e o sentimento.<sup>264</sup>

A ligação “profunda” de Leon com o Cinema Novo também se manifesta na “crítica” à realidade social e até mesma na precariedade de recursos que levou Leon a alongar os planos em virtude da escassez de filme virgem e obrigando-o “a ficar o mais próximo possível da realidade da produção”.<sup>265</sup> Este retorno cinemanovista foi destacado pelo crítico Sérgio Augusto que considerou “petulante a retomada de um período (que já se supunha enterrado) do cinema brasileiro”, um “retrocesso compulsório” que “significou um avanço, uma volta por cima, inteligente, bem-vinda”.<sup>266</sup> Para Ely Azeredo, Leon não isentou-se das “deformações do cinemanovismo”, mas soube incorporar “uma parte de sua herança ainda válida”.<sup>267</sup> Entretanto, como os tempos eram outros, o protagonista do filme não é mais o casal de retirantes fugindo da seca de *Vida Secas*, ou o casal de camponeses espoliados de *Deus e o diabo na terra do sol*. O casal protagonista é formado pelo rico fazendeiro e a esposa que se suicida para escapar do marido que a tomou como mais uma propriedade. Na busca de compreender melhor a sociedade brasileira, Leon partiu para a análise não mais dos despossuídos, mas sim dos que enriqueceram, a ferro e fogo, caso de Paulo Honório.

Leon se considerou, ao dirigir *São Bernardo*, como um cantor, um repetidor do livro. “Graciliano foi ficcionista por Paulo Honório e eu fui ficcionista por Graciliano”, disse

---

Fronteira, p. 33.

<sup>263</sup> XAVIER, Ismail. Em torno de São Bernardo. *Argumento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ano 1, nº 3, p. 130.

<sup>264</sup> “Um momento da razão”. Rio de Janeiro: Visão, 12/12/1973, p. 96.

<sup>265</sup> Leon Hirszman e São Bernardo. *Filme Cultura*. Rio de Janeiro: EMBRAFILME, março/1974, nº 25, p. 26.

<sup>266</sup> AUGUSTO, Sérgio. *O pasquim*. Rio de Janeiro: Codecri, outubro de 1973.

<sup>267</sup> AZEREDO, Ely. Memórias do cárcere São Bernardo. *Jornal do Brasil*, Caderno C. Rio de Janeiro: 17/10/1973, p. 3.

Leon.<sup>268</sup> E o filme reproduz fielmente o texto de *São Bernardo*, como bem assinalou o professor Ivo Barbieri: “Hirszman ficou muito atento a este peculiar registro da voz e da letra do Graciliano Ramos. E a gente percebe isto no desenrolar de todo o filme. [Sua] maneira muito peculiar [de] fazer o encontro da voz da literatura com a imagem do cinema, de tal maneira que elas não se confundem, nem se reduplicam [...] a imagem para, fica estática e a voz muito destacada, é o texto do Graciliano, o Leon ao inventou absolutamente nada, nenhum diálogo, nenhuma palavra que não esteja no livro de Graciliano Ramos”.<sup>269</sup>

Entretanto, ao pesquisarmos os vários roteiros preliminares de *São Bernardo*, foi feita uma espécie de “enxugamento” no sentido de endurecer ainda mais o personagem Paulo Honório. Foram retiradas do filme todas as cenas em que Paulo demonstrava algum sentimento diferente de raiva, dor, desconfiança. Em nenhum roteiro aparece cena sobre o primeiro capítulo de *São Bernardo*, quando Paulo Honório pensa no livro que tenciona escrever, narrando sua vida. Forma de mitigar a dor do suicídio de Madalena, mas também possibilidade de um “bom negócio” gerador de lucro, através dos exemplares vendidos. O fato de Leon não colocar tal fato na tela, nos sugere que buscou dar um tom maior de amargura, desilusão e destruição ao personagem de Paulo Honório. O livro visto como mais um negócio podia diminuir o impacto do narrador, podia significar que Paulo Honório dera a “volta por cima”, desqualificando sua dor, aproveitando-se dela para gerar dinheiro, tornando-a mensurável, como fez com tudo e todos.

Outra modificação, ou abandono, e que consideramos bastante significativa, foi a retirada progressiva do roteiro de todas as cenas em que Paulo Honório se mostrava afetuoso, menos calculista e determinado no objetivo de enriquecer. Em um dos roteiros descartados havia um encontro amoroso entre Germana e Paulo Honório. No filme esse fica somente citado, texto em *off* do protagonista. Outro momento que podia gerar alguma simpatia por Paulo é sua busca e cuidado para com a preta velha que o criou: mãe Margarida. No romance e em roteiro preliminar há cenas mostrando os esforços (bem sucedidos) que Paulo empreende no sentido de trazer mãe Margarida para junto de si, dando-lhe conforto em seus dias finais de vida. A vida social de Paulo Honório, suas visitas ao juiz e a preocupação dele com as filhas do Mendonça, fazendeiro a quem mandou matar, não aparecem no filme. Estes cortes corroboram nossa ideia de que tal “enxugamento” teve como objetivo realçar a dureza

---

<sup>268</sup> “Um momento de razão”. Op. Cit. p. 96.

<sup>269</sup> BARBIERI, Ivo. *A voz da literatura e o olho do cinema: São Bernardo*. Palestra realizada no Seminário Letra e Imagem na Cinemacoteca do MAM em colaboração com a Secretaria Estadual de Educação e Cultura, 22 a 25 de setembro de 1992.



de Paulo Honório, só quebrada com o suicídio da esposa, e sua obsessão em enriquecer, eliminando dele qualquer afetividade.

*São Bernardo* inicia com tela exibindo os créditos do filme em letra cursiva bem desenhada tomando toda a tela. As letras de *São Bernardo* estão escritas por blocos, nestes estão desenhadas duas damas em estilo neoclássico reclinadas e um querubim. Quando, nos créditos, surge o nome de Graciliano Ramos, fica explícito, por meio de fusão<sup>270</sup>, de que são formadas as letras do título *São Bernardo*; de uma nota de cinco mil réis. Em *off*, um cantochão interpretado por Caetano Veloso. O cuidado com a música do filme foi bastante grande. Caetano para elaborá-la assistiu ao copião do filme, ele e Leon decidiram por um tratamento sonoro partindo da voz. Esta seria o elemento “para atingir uma ligação crítica e sentimental com a imagem e a fala”. O objetivo de Leon e Caetano era transformar em som a vibração das imagens/fala. Caetano levou o violão para um estúdio cinematográfico de som e à medida que iam surgindo as imagens na tela, improvisava compondo a música correspondente que ia sendo gravada em som sincronizado, “num movimento contínuo”. O tema inspirador da música foi o chamado rojão do eito, canto que os trabalhadores rurais entoam ao lavrarem a terra.<sup>271</sup>

Após os créditos, surge Paulo Honório tomando café, sentado imerso na escuridão em *close* escrevendo. Pretende contar sua história, com destaque maior para o seu casamento que terminou em tragédia, plano fixo: “Continuemos: Tenciono contar a minha história, difícil. Talvez deixe de mencionar particularidades úteis que me pareçam acessórias e dispensáveis”. Paulo Honório bebe café e risca um fósforo, o silêncio é cortado pelo chiado e estalo de fósforos na caixa. Na interpretação de José Carlos Avellar, nesta cena, Leon quis mostrar “um homem que se explode e queima por dentro”.<sup>272</sup> Os gestos de Paulo Honório são lentos, cuidadosos, metódicos: “O meu fito na vida foi apossar-me das terras de São Bernardo, construir esta casa, plantar algodão, mamona, adquirir rebanho regular”. O tom confessional se adensa por meio dos *closes* em Paulo Honório, que passa a falar de sua infância de menino abandonado: “Julgo que rolei por aí à toa. Lembro-me de um cego que puxava as orelhas e da Margarida que vendia doces”. “Até 18 anos gastei muita enxada ganhando até cinco tostões com 12 horas de serviço”. Paulo começa a fazer a contabilidade de sua vida, que é assim

---

<sup>270</sup> Procedimento em que uma cena se sobrepõe à seguinte por alguns segundos, formando uma outra ou eliminando a antiga.

<sup>271</sup> HIRSZMAN, Leon. Apresentação da EMBRAFILME para *São Bernardo*, mimeog. p. 7. Texto encontrado no Arquivo do Instituto Edgar Leuenroth UNICAMP.

<sup>272</sup> AVELLAR, José Carlos. A razão e o sentimento. *Jornal do Brasil* – caderno B. Rio de Janeiro, 27/10/1981, p. 1.

medida, em função do que ganhou ou deixou de ganhar e do tempo que gastou para conseguir algo. Segundo análise do psicanalista Hélio Pellegrino, o que move Paulo Honório definindo sua estrutura de personalidade é a: “Implacável necessidade de um triunfo vindicativo: [...] Torno-me poderoso para maltratar e negar, para identificar-me, no fundo, com aqueles que me negaram e maltrataram. Trabalho, me crucifico na labuta, me esfolo vivo para criar alguma coisa que sepulte e apague essa condição de lixo, que é meu último (e primeiro) significado inconsciente”.<sup>273</sup>

Paulo Honório continua a confissão: “Aí pratiquei meu primeiro ato digno de referência”. Paulo mata João Fagundes, crime passional. Estavam interessados na mesma mulher, Germana. Nem ela, nem Fagundes aparecem no filme. Enquanto Paulo conta o acontecido surge na tela a paisagem da propriedade. Paulo fica preso “três anos, nove meses e 15 dias”, assim ele narra a prisão, devidamente contabilizada e medida. Preso aprende a ler com Joaquim Sapateiro em “Bíblia miúda, dos protestantes”. Quando sai, só “pensava em ganhar dinheiro. Estudei aritmética para não ser roubado além da conveniência”. Os planos que surgem enquanto Paulo continua sua narrativa mostram-no vendendo redes em feiras, miudezas em sertão de solo rachado pela seca e ameaçando devedor. Paulo segura homem pelos ombros e o sacoleja, este está de joelhos e visivelmente amedrontado: “Você vai ter que pagar os 30 contos mais os três meses de juro! Ou paga ou te esfolo devagarinho!”.

As cenas lembram o folhear de um livro, os planos fixos, o texto enxuto, rigoroso e preciso, contam o necessário. A partir deste momento Paulo Honório ganha um interlocutor e antagonista: Padilha, proprietário arruinado de São Bernardo, sempre bêbado, metido a intelectual, jornalista e socialista. Paulo deseja comprar as terras de Padilha, a fazenda São Bernardo. Paulo consegue seu intento, Padilha lhe pede um empréstimo, mas não consegue pagá-lo. São Bernardo se torna propriedade de Paulo Honório. As cenas seguintes mostram a dupla conquista de Paulo: transformando São Bernardo em fazenda próspera e aumentando-a de tamanho através de métodos escusos. Para Paulo a razão maior de tudo era enriquecer, obter.

A ascensão de São Bernardo e de seu proprietário continuam, políticos e ilustres locais visitam a propriedade, freqüentam Paulo Honório. O próximo passo no processo de aceitação de Paulo Honório pela sociedade local é constituir família: “Naquele dia amanheci pensando em casar. Foi uma ideia que me veio sem que nenhum rabo de saia a provocasse. Não me ocupo com amores, [...] e sempre me pareceu que a mulher é bicho esquisito, difícil de

---

<sup>273</sup> PELLEGRINO, Hélio. *São Bernardo*. Texto datilografado encontrado nos arquivos de Leon Hirszman no Instituto Edgar Leuenroth UNICAMP.

governar [...] o que sentia era desejo de preparar um herdeiro para as terras de São Bernardo”. Em viagem à cidade, Paulo Honório encontra com D. Glória no trem, tia da professora local, Madalena, moça sobre quem as visitas de São Bernardo já haviam comentado. Paulo se aproxima da professora e resolve pedi-la em casamento. “Resolvi escolher uma companheira. A senhora me quadra. Eu me engracei pela senhora desde que a vi pela primeira vez”. Madalena pede prazo de um ano. Paulo replica: “Negócio com prazo de um ano não presta. Um vestido branco se faz em 24 horas”. “Está bem”, ela diz. Paulo e Madalena se casam. Madalena torna-se, a partir de então, interlocutora/antagonista de Paulo. Recusa-se a ser mais um “bem” do proprietário de São Bernardo. O filme suaviza-se. Surgem planos de Madalena, que na maioria das vezes está de roupas claras, tomando contato com a vida em São Bernardo, passeia pelo algodoal, conversa com os trabalhadores do descaroçador. Paulo estranha às atitudes da esposa: “Ora muito bem, isto é mulher”. As desavenças começam, e a primeira delas se dá em conversa no jantar. Madalena pergunta quanta ganha seu Ribeiro, o contador de São Bernardo. “Duzentos mil réis”. “É pouco, comenta Madalena”. Paulo se aborrece e explode. “Que maluquice! Seu Ribeiro alega que não lhe falta nada”, mas Madalena retruca que se tivesse dez filhos não chegava. D. Glória concorda com a sobrinha. Paulo berra com as duas: “Cada macaco no seu galho! Vocês me fazem perder a paciência”. Levanta-se e deixa a mesa. Paulo fica cada vez mais distante da mulher, percebe que não “fizera bom negócio”. Madalena ainda tenta se reaproximar, mas “Apesar das precauções que tomamos [...] houve mais desinteligências”, lembra Paulo. Madalena se choca com a atitude do marido para com os empregados. Ele os espanca e os paga mal. Ela explode: “É horrível! É horrível seu procedimento. Que barbaridade, que despropósito!”. Paulo não entende a indignação da mulher. Paulo Honório fica tomado por um misto de ciúme, desconfiança e surpresa. Acredita que a mulher está errada. “Se eu convencesse Madalena de que ela não tem razão. Se eu explicasse que é necessário vivermos em paz. Não me entende. Não nos entendemos”.

Madalena e Paulo se tornam pais de um menino, mas isso não os aproxima. As acusações e os questionamentos contra Madalena se avolumam na cabeça de Paulo Honório. “Eu construindo e ela desmanchando!”. “Qual seria a religião de Madalena?”. “Mulher sem religião é horrível!”. “Materialista!”. O marido começa a enxergar a mulher com outros olhos e pensa: “Confio em mim, mas exagerei os olhos bonitos de Nogueira, a roupa bem feita, voz insinuante. Misturei tudo ao comunismo e materialismo de Madalena e comecei a sentir ciúmes”. As desavenças se aceleram. Paulo revista os pertences de Madalena enquanto esta chora. Quer ver carta que Madalena escreve e esta se nega, e chama-o de assassino. Nova

desavença. Estão no quarto, é noite. Madalena dorme. Paulo rumina pensamentos e ao ouvir ruídos do lado de fora da casa, pega arma e atira. A mulher acorda sobressaltada: “Que foi?”. “São seus parceiros rondando a casa”. Madalena chora. A vida em comum piora dia a dia. Paulo refaz-se passeando pela propriedade, caminha, pensa e termina por sair da tela, em *off* sua voz: “Oito metros acima do solo, experimentamos a vaga sensação de ter crescido oito metros. E quando, assim agigantados, vemos rebanhos numerosos a nossos pés, plantações estirando-se por terras largas, tudo nosso, e avistamos a fumaça que se eleva de casas nossas, onde vive gente que nos teme, respeita e talvez até nos ame porque depende de nós, uma grande serenidade nos envolve”. Para o dono de São Bernardo, o que acalma, consola e traz felicidade é a certeza da posse, do controle. Paulo acha uma folha de carta escrita por Madalena e endereçada a um homem. Em meio do laranjal, fica transtornado. Decide procurá-la para resolver a situação. Ela está saindo da capela. Paulo pega-a pelo braço e diz de maneira autoritária: “Meia-volta, temos negócios!”. Eles surgem de corpo inteiro na tela evidenciando a fragilidade de uma Madalena desistente – pois já optara pelo suicídio –, e o domínio que Paulo quer estabelecer sobre ela. Na capela às escuras se dá um dos momentos mais bonitos do filme. Paulo acende uma vela e pergunta se Madalena estava rezando. Sentam-se. Paulo mostra-lhe a carta pedindo explicações. Madalena está calma. Paulo impacienta-se: “Diga alguma coisa!”. “Para quê? Há três anos que vivemos uma vida horrível”. Paulo insiste sobre a carta. Ela diz que o resto dela está na banca. “Não é o caso para barulho. Você verá”. Paulo acalma-se e torna-se razoável. Madalena e Paulo estão em *close*. Ela olha para o alto e divaga, sendo iluminada pela própria roupa, conferindo-lhe um ar santificado, etéreo. Sua imagem e seu discurso são completamente incompreensíveis ou apreensíveis pelo marido. Ela fala de amizade e solidariedade, pede para que ele seja amigo de D. Glória, caso ela venha a morrer de repente. Paulo Honório convida a esposa para viajar. Madalena está distante. Fala dos paus d’arco da fazenda e do tanto que teve de estudar para passar nos exames de professora, pois não tinha proteção. De repente se dá conta que é tarde. Levanta-se e despede-se: “Adeus, Paulo. Vou descansar. Esqueça as raivas Paulo”, e sai. Paulo adormece no banco da capela. Acorda já de madrugada e vai banhar-se no açude. Ao entrar em casa, sabe do ocorrido. Madalena se matara.

*São Bernardo* é um filme pessimista. Fala do momento que o Brasil estava vivendo através de Paulo Honório, que busca, como o país, o enriquecimento a qualquer custo, sem ao menos saber se agiu bem ou mal. As falas do peão que se tornou proprietário são ditas de forma raivosa e ressentida. A câmara se mostra como testemunha do desespero de alguém que

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

não consegue se modificar. A música de Caetano funciona como um réquiem para a afetividade morta em Paulo Honório, para quem tudo podia ser medido, trocado e vendido por dinheiro. O final do filme é de extrema amargura. Todo o pessimismo e a descrença tomam conta através dos planos escuros, quando Paulo está só, escrevendo, esperando que o cansaço o faça dormir, “Não consigo modificar-me. É o que mais me aflige”. Ou do caminhar de Paulo pela propriedade, sem falar com ninguém, completamente só, entremeado por *closes* de seus trabalhadores, pessoas que “talvez nos ame porque dependem de nós”. Sentimento como amizade e amor são reduzidos à ordem dos interesses. Para Paulo Honório, “as criaturas que me serviram durante anos eram bichos”.

**Tecendo idéias, alinhando a ideologia: as roupas e sua relação com a Ação Integralista Brasileira.**

Samuel Mendes Vieira\*

**Resumo:** Através da análise de fontes relativas à Ação Integralista Brasileira, precisamente, fotografias das solenidades e dos membros do partido, e algumas regras do Estatuto “Protocollos e Rituaes”, redigido por Plínio Salgado, o presente artigo tem como objetivo analisar o papel que a vestimenta tinha dentro do movimento liderado pelo intelectual modernista, a partir do ano de 1932. As roupas constituem um campo simbólico capaz de exprimir as marcas do tempo bem como as ideologias de um determinado grupo, dessa forma verificou-se que as vestes atuaram como elemento de organização e de identificação dos membros com as ideias integralistas, pois cabia a elas “corporificarem” a rigidez e disciplina que caracterizavam o movimento. O traje integralista, dessa forma, tinha a função de unificar e dar coesão ao projeto pliniano de uma Revolução Espiritual.

**Palavras-chave:** Integralismo, roupas, simbolismo.

### **Introdução**

Alguns fragmentos do passado foram eleitos como indícios para entendermos a dimensão simbólica do que chamaremos “trajes integralistas” e qual sua função dentro da Ação Integralista Brasileira (A.I.B.). Fotografias<sup>274</sup> e um livro são as fontes primárias deste trabalho. As referidas imagens foram capturadas ao longo do período de duração do movimento integralista. Além disso, utilizamos o livro de regulamentos “Protocollos e Rituaes”, editado pelo Núcleo de Niterói, em 1937, de autoria do chefe nacional do partido e criador do movimento integralista, Plínio Salgado<sup>275</sup>.

Através dessas fontes, pretendemos analisar os símbolos integralistas, tais como rituais, juramentos, insígnias. Todavia, o principal objeto de nosso estudo são as indumentárias, ou melhor, o traje integralista, que compreendia a chamada “camisa verde”

---

\* Especialista em Moda, Cultura de Moda e Artes pelo Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); bacharel em Direito pelo Instituto Vianna Júnior; acadêmico, bolsista de IC e monitor do Curso de História do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF). E-mail: smdo2277@hotmail.com

<sup>274</sup> As fotografias utilizadas para a análise encontram-se na seção “Anexos”.

<sup>275</sup> Vide “Anexos”: Imagem 08.

envergada pelos homens membros da A.I.B. e as “blusas verdes”, referência que designava o traje feminino para as mulheres integralistas. Chamaremos “traje integralista” para conservar o caráter honorífico que ele possuía e que, conseqüentemente, externava o simbolismo contido na ideologia do Sigma. Dizemos honorífico para conservar o lugar que o traje ocupava dentro do integralismo. Sabe-se que o universo simbólico construído pelos chefes da A.I.B. era imenso e não só se restringia a farda, ou melhor, o traje integralista, nele estavam presentes broches, fivelas de cintos, anéis, xícaras, pratos comemorativos, etc. O traje era usado nas solenidades e no exercício de cargos dentro do movimento, além de constituir-se como um “corpo singular”, que era absorvido por aquele que o envergava, unificando, assim, a ideologia de Plínio Salgado.

### **Integralismo: o somatório ( $\Sigma$ ) das massas**

A Ação Integralista Brasileira (A.I.B.) surgiu no cenário político do Brasil republicano no dia 7 de outubro de 1932. Seu idealizador foi o intelectual Plínio Salgado, nascido na cidade de São Bento do Sapucaí, São Paulo, em 1895. Plínio se tornou um jornalista conhecido na capital, a partir do ano de 1919, e teve intensa participação nas agitações artísticas e culturais modernistas, tornando-se um romancista de renome com “As crônicas da Vida Brasileira”, que se trata de uma trilogia composta pelas obras: “O estrangeiro”, de 1926; “O esperado”, de 1931 e “O cavaleiro de Itararé”, de 1933 (GONÇALVES, 2008, p. 46).

Ao longo da década de 1920, o país passou por inúmeras transformações. Entre elas, a intensificação da industrialização e da urbanização. Nesse novo cenário, os operários intensificaram suas lutas por melhores condições de trabalho e vida. Em 1922, a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, promoveu no país uma revolução estética e política. A Semana de 1922 representou o grande momento de introdução do futurismo italiano, do expressionismo alemão e de outras vanguardas artísticas europeias no país. A intenção dos modernistas não era a pura e simples aplicação das tendências europeias à realidade brasileira, mas sim promover uma renovação intelectual e artística, abrindo caminhos para um pensamento genuinamente nacional cujo resultado seria uma intensa mudança nas artes, nas literaturas e nas políticas nacionais.

A onda nacionalista tomou conta do país, e as inovações propostas pela Semana se bifurcaram. O líder Oswald Andrade aderiu à militância esquerdista enquanto Plínio Salgado, também um importante modernista, inclinou-se para extrema direita (BERTONHA, 2000, p.

60). Salgado era chefe supremo do integralismo, seu esforço para entender melhor os problemas do Brasil e do mundo levaram-no a se aprofundar em literatura brasileira e europeia e a aproximar-se de ideologias tanto de esquerda quanto de direita. Ele foi militante do Partido Republicano Paulista, PRP, até 1930 e, por esse partido, elegeu-se deputado estadual no ano de 1927. Depois de se afastar do partido, Plínio seguiu em excursão para Europa onde se deparou com os fascismos que dominavam o cenário político europeu.

Na Itália, viu como funcionava a máquina fascista de Benito Mussolini e se sentiu estimulado a criar algo parecido no Brasil. A princípio, em 1935, a A.I.B. funcionou como uma *sociedade atlética*. Congressos e encontros integralistas se sucederam com o intuito de divulgar o movimento, mas também ocorreram lutas de rua com os militantes antifascistas brasileiros e esses episódios tiveram vários mortos e feridos como consequência.

Em 1936, a A.I.B. torna-se de fato um partido político. Dessa forma, os membros participaram das eleições legislativas e nomearam Plínio Salgado como candidato a presidente da República. Entretanto, em novembro de 1937, o então presidente Getúlio Vargas deu um golpe de Estado e as eleições foram adiadas indefinidamente. Plínio apoiou o Estado Novo de Vargas, contando com a nomeação para o cargo do Ministério da Educação, o que nunca ocorreu. Devido a essa quebra de promessa e a tentativa de golpe ao Estado Varguista, o movimento caiu na clandestinidade em 1938.

### **Algumas considerações sobre as roupas como “pele percebida”**

Analisaremos, brevemente, as roupas e as motivações psicológicas que impulsionam o uso delas. Existem interpretações seculares que apontam dois motivos pelos quais nos vestimos: adorno e proteção (BRAGA, 2007, p. 17-18). Contudo, o psicanalista J. C. Flügel, em seu livro escrito em 1930, “A psicologia das roupas” (1966), fala de uma trindade que perpassa nossas inclinações sobre o vestuário, o enfeite ou adorno – a principal – proteção e pudor. Sob o ponto de vista de Flügel, o enfeite supera o aspecto de proteção e pudor relativo ao vestuário. O psicanalista e grande parte dos estudiosos das humanidades se recusam a dar essa devida primazia à proteção e ao pudor do indumento por conta do caráter extremamente utilitário que tal interpretação possui, o que reduz, em suas palavras, “uma instituição tão importante como a roupa” (FLÜGEL, 1966, p. 12).

O pudor, que parece estar ligado à tradição bíblica, foi concedido por alguns estudiosos como um caráter *a priori*, mas restringe-se ao campo antropológico. Enquanto



isso, o enfeite goza de abrangência em outros campos científicos e constituiu-se como principal motivo para a adoção de vestimentas. Sobre esse embate entre o campo antropológico e psicológico das vestimentas, Flügel esclarece:

Não parece provável que, por esses dados, o psicólogo sintasse inclinado a contradizer o antropólogo quando este considera o enfeite como motivo primário e, de certo modo, mais fundamental que o pudor e a proteção. Os dados antropológicos demonstram principalmente o fato de que entre as raças mais primitivas existem povos sem roupa, mas não sem enfeites. (FLÜGEL, 1966, p. 13).

E ele completa, tratando da natureza secundária embutida no caráter pudico, que, segundo ele, é uma reação em oposição a uma tendência mais primitiva para a autoexibição, além de possuir uma característica flutuante e variável, pois as noções de pudor variam de lugar para lugar, e mais do que de espaço, variam, mesmo circunscritas a um grupo de indivíduos (FLÜGEL, 1966, p. 14).

Essas explicações nos servem como fatores norteadores para entender, sinteticamente, o papel das roupas em nossas sociedades, outro caráter que devemos levantar é da indumentária como linguagem. Roland Barthes, ao refletir sobre moda e linguagem (2004), lembra que a indumentária é fortemente significante e que é capaz de constituir uma relação intelectual notificadora entre o usuário e seu grupo. Para Barthes, essa função faz do vestuário um fato social, já que as vestes são “pele percebida”, ou seja, aquilo que nos é externado e traduz, em parte, o que somos e o que pensamos. Assim, o vestuário revela muito de uma época, bem como de uma ideologia. As roupas guardam a memória de cada tempo, como demonstração da arte de viver de um período ou de um povo, quando não, as duas coisas ao mesmo tempo.

### **Propagandas e símbolos integralistas: máquinas de controle**

O movimento integralista não se fez diferente dos movimentos fascistas europeus no tocante à importância dada ao misticismo e a simbologia. De fato, o integralismo usou de todos os recursos simbólicos que foram possíveis e, com isso, o número de adeptos aumentou. O objetivo era corporificar a ideologia e, dessa maneira, popularizar e difundir o movimento que ganhou destaque como o primeiro partido de massas do Brasil.

Insígnias e símbolos são usados pelo homem desde a mais remota antiguidade e a maioria dos povos os ostentam. Eles estão presentes em nosso dia e dia e são aplicados nas comunicações, na heráldica, na propaganda comercial etc. Especialmente no campo da

indumentaria, eles surgem em fraternidades e grupos religiosos, esportivos, militares, dentre outros (BERTONHA, 1992).

Veremos que as roupas constituem importante fator na expressão, e afirmação do movimento integralista. “(...) E se renegas o teu juramento, despe a Camisa-Verde e, no momento com nojo de ti mesmo, - busca a morte!” (CAVALARI, 1999, p. 11), como pode-se perceber no trecho do poema integralista citado, a falha na conduta atinge não só o sujeito, mas suas vestes. A camisa-verde, símbolo máximo integralista, é extensão do corpo, tem um caráter próprio que deve ser respeitado e não se mistura ao ato indecoroso do sujeito, por isso o ato de despir-se.

A simbologia na política, contudo, assume características especiais e diferentes, pois trata-se de uma força organizadora social, além de agir diretamente no sujeito, interna e externamente. A organização integralista se caracteriza pela forte verticalidade na sua hierarquia. O chefe máximo era Plínio Salgado e devia ser respeitado mesmo que não estivesse de corpo-presente em reuniões.

Os elementos nacionais serviam como fonte da simbologia integralista. O grito típico “Anauê” traz uma palavra de origem tupi-guarani. O artigo 54 do livro de rituais e protocolos, escrito pelo chefe nacional, explica o fundamento e como a palavra deve ser expressada:

Art. 54 – Anauê é um vocábulo Tupy que servia de saudação e da grito de guerra áqueles indigenas. É uma palavra affectiva que quer dizer. – “você é meu parente”, - (diccionario Montoya). Como o integralismo é a Grande Família dos “Camisas-Verdes” e um Movimento Nacionalista, de sentido heroico, Anauê foi a palavra consagrada em louvor do sigma. É a exclamação da saudação integralista. Serve ainda para exaltar, afirmar, consagrar e manifestar alegria. (Protocollos e Rituaes, 1937, p. 18).

O grito da palavra tupi “Anauê” era seguindo do “soerguimento brusco do braço direito, distendido pela frente, até a posição vertical, servindo a cabeça de ponto de referência” (PROTOCOLLOS E RITUAES, 1937, p. 17)<sup>276</sup>. Nas imagens 01 e 02<sup>277</sup>, é possível ver como era exercida a gesticulação pelos integrantes do partido. Essa prática era uma forma de reconhecimento mútuo dos membros do partido. Nada escapava a esses protocolos e rituais. Segundo Cavalari (1999, p. 164), o objetivo era:

Codificar os dispositivos gerais e mais importantes de seu regulamentos e estabelecer normas, fórmulas e usos que regulem os atos públicos e os cerimoniais integralistas e bem assim fixar honras, regalias, direitos e deveres relativos a todas

<sup>276</sup> Artigo 52, capítulo VII – Saudações e Sinais de Respeito: o gesto integralista.

<sup>277</sup> Vide “Anexos”.

Essa legislação era o controle de todo integralista desde o nascimento até o dia da morte. Todos os atos da vida eram controlados nesse livro de regras, como os batizados, os casamentos e os falecimentos (CAVALARI, 1999, p 166). As festas integralistas tinham, também, um caráter simbólico muito forte, porque eram estratégias de unificação que davam mais coesão ao movimento. A “Noite dos Tambores Silenciosos”, que servia para comemorar o dia 7 de outubro de 1932, data do “Manifesto de Outubro”, ocorria mediante a mobilização de todas as células integralistas, simultaneamente, seguida de uma complexa sequência de orações e saudações até a meia-noite, quando, por três minutos, o silêncio dos participantes só seria interrompido pelo rufar dos tambores para protestar contra a proibição da milícia integralista pelo governo (BERTONHA, 2000, p. 67).

O sigma era o símbolo máximo do movimento. Trata-se da letra grega que corresponde a letra S e indica soma. O capítulo III do livro de protocolos e rituais, no artigo 12 em seus incisos, explica todos os usos da letra:

- Leibnitz escolheu-a para indicar a soma dos infinitamente pequenos;
  - É a letra com a qual os primeiros christãos da Grécia indicaram a palavra “Deus”
  - É o nome da Estrella Polar do hemisfério sul.
- (PROTOCOLLOS E RITUAES, 1937, p. 07).

A expulsão do partido só poderia ser realizada pelo chefe nacional e a reintegração também. De acordo com Bertonha, a base do pensamento de Plínio Salgado era a oposição entre materialismo e espiritualismo, um conflito humano existente desde tempos imemoriais. A realidade em que Plínio se encontrava, dos anos 1920 e 1930, expressava a vitória do materialismo sobre o espiritualismo e, segundo o chefe nacional, deveria haver uma revolução espiritual para mudar esse quadro. Dessa forma, nota-se o forte traço religioso em que o movimento se sedimentou. A reintegração, por exemplo, só poderia ocorrer desde que o atingido tenha se penitenciado de sua falta e se tornado dono desse ato de clemência. O mesmo acontecia com o ato de expulsão que simbolizava a morte do militante. Segundo os artigos 150 a 154, a solenidade se realizava de tal forma: “Integralistas! Nosso companheiro (nome) é morto; ele faltou à fé e à sua palavra de honra. Os presentes respondiam: Seja esquecido.”. (p.43-44)

O utensílo eram fartamente produzidos para comemorações, solenidades ou mesmo para permear o cotidiano. As imagens 05 e 06<sup>278</sup> permitem ilustrar a dimensão que a ideologia ocupava na vida dos membro da A.I.B..

### **A Camisa-Verde: uniforme que integraliza**

As roupas tinham um papel fundamental e significativo no movimento integralista. A princípio, trataremos delas como uniformes, mas entendemos que são trajes de solenidade e, por isso, exerciam uma função mais emblemática e honorífica, mas que, na verdade, serviam como forma de corporificar e uniformizar a ideologia integralista.

As imagens anexadas ao trabalho retratam como as roupas causavam um efeito “integralizante” e geravam uma estética particular à doutrina partidária. Seguindo o pensamento de Walter Benjamin, citado por Bertonha, o que ocorria “era uma estetização da vida política” (BERTONHA, 1992).

No Capítulo IV do livro de regulamentos, podemos observar uma sistematização na construção da indumentária integralista. O artigo 26 começa dizendo que a “Camisa-Verde era o uniforme do integralista, aprovado pelo Ministério da Guerra” e segue explicitando o detalhamento dos elementos contidos nas vestes:

Art. 26 - A) Camisa simbólica na cor verde inglês de colarinho pregado por botões nas pontas, passadeiras com 6 cms, na base e com 5 nas pontas que devem ser em semi-circulo, terminando a 1 cm do colarinho; dois bolsos a altura do peito com pestanas retas abotoadas; no terço médio do braço esquerdo, um círculo branco com 9,5 cms de diâmetro, circundado por um vivo preto de 0,5 cm de largura, e sobre o campo branco um sigma preto, cujas dimensões serão de 7 cms por 6 cms. B) Gravata de tecido preto, liso, com laço vertical caída até próximo ao cinto. C) Gorro verde da cor da camisa, de duas pontas, com distintivo idêntico ao do braço colocada do lado direito, com as seguintes dimensões: 4 cms, para o diâmetro do círculo 0,5 cm para o friso envolvente e 2 cms por 1,5 cms para o Sigma. D) Calças pretas ou brancas. E) Cintos e sapatos, de preferência, pretos. (PROTOCOLLOS E RITUAES, 1937, p. 11).

Essa rigidez revelava o caráter autoritário do integralismo e os uniformes expressam, de alguma forma, a necessidade de construir a identidade e a imagem de uma organização. Dessa forma, podemos concluir que desvirtuar as medidas e dimensões dos elementos do traje era o mesmo que desvirtuar-se da conduta integralista. No parágrafo primeiro do artigo acima descrito, há uma recomendação de que é proibido o uso de suspensórios com a camisa-verde e

---

<sup>278</sup> Vide “Anexos”.

qualquer sinal de degradação da roupa, como estiramento das mangas ou mesmo desalinho do traje, é inadmissível (PROTOCOLLOS E RITUAES, 1937, p. 11). Portanto, marcas pessoais ou subjetivas não fazem parte dessa indumentária, uma vez que a coesão com os demais membros era necessária para integralizar a doutrina.

Segundo Pardini, que pesquisa o uso de simbologias em empresas e organizações, o estudo dos símbolos revelam formas culturais ricas em fontes de informações. Esses estudos são reforçados pela antropologia, sociologia e psicologia. Pardini assinala que o termo “símbolo” pode ser usado para se referir às coisas que emergem dos valores, pressupostos e ideias compartilhadas na organização que se traduzem, em manifestações visíveis e físicas, como verdadeiros indicadores do cotidiano organizacional. Por exemplo, a vestimenta, a marca, a paisagem e a identidade visual das organizações podem ser experimentados para dar significado e serem utilizados por seus integrantes. São simbologias construídas no percurso histórico da organização que trazem um sentido de identificação para os funcionários e todos aqueles envolvidos diretamente nas atividades organizacionais (PARDINI, 2008, p. 52).

Assim, a roupa tinha a função primordial de dar corpo ao movimento de Plínio Salgado. Nas imagens anexadas, podemos notar o efeito que o uso do traje denotava quando usado nas reuniões, como mostra a imagem 03<sup>279</sup> na qual aparecem mulheres integralistas; a elas cabia usar a saia branca. Reunidas lado a lado, parecem formar um só corpo na fotografia. Não existe singularidade, tudo se unifica, soma-se, tornar-se um, como desejava o chefe nacional. A mesma significação pode-se extrair da imagem 04<sup>280</sup> que mostra os homens. Os gestos, ao posar, também revelavam a unidade no comportamento e pensamento na Ação Integralista Brasileira.

### **Considerações finais**

Este estudo teve como objetivo apresentar as roupas como objetos que exprimem traços das relações humanas. Vimos que a Ação Integralista Brasileira, a A.I.B., foi o primeiro partido de massas do país e, dessa forma, teve que se munir de um arsenal simbólico forte para gerir seus membros, mantendo a coesão da ideologia traçada pelo intelectual e líder Plínio Salgado.

Concluimos que a corporificação da doutrina integralista se deu através da adoção de uma vestimenta de caráter simbólico e unificador que chamamos de “traje integralista”. Nele

---

<sup>279</sup> Vide “Anexos”.

<sup>280</sup> Vide “Anexos”.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

e em seus elementos estruturais, estão contidos todo o autoritarismo e a rigidez do movimento que teve início em 1932. Manter a força da ideologia, do norte ao sul do país, foi uma tarefa árdua para os dirigentes do partido, portanto se fez necessário tecer uma teia de ligações que uniformizassem os membros, gerando, assim, uma coesão ideológica.

O uniforme, além dos gestos e ritos, cumpre essa tarefa através da visualidade, da estética. A singularidade que as roupas podem exprimir é extinta a partir do momento que se impõem regras unificadoras para o traje dentro de uma organização. Dessa forma, gera-se uma imagem e uma identidade que trazem um sentido de identificação e unidade entre os membros.

### Referências Bibliográficas

BERTONHA, João Fábio. Nas hostes do Sigma. *In: \_\_\_ Fascismo, Nazismo, Integralismo.* São Paulo: Ática, 2000. p. 59-68.

\_\_\_\_\_. A máquina simbólica do integralismo: controle e propaganda política no Brasil dos anos 30, *In: História & Perspectiva* (Uberlândia), Vol.7, 1992.

BRAGA, João. **História da Moda:** uma narrativa. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2007.

CAVALARI, R. M. F. Os símbolos e os ritos integralistas. *In: \_\_\_ Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937).* Bauru: EDUSP, 1999. p.163-209.

FLÜGEL, J. C. Os motivos fundamentais. *In: \_\_\_ Psicologia das roupas.* São Paulo: Mestre Jou, 1966. p.11-18.

GONÇALVES, L. P. O “Valor Autêntico” de Plínio Salgado: o pensamento ideológico nacionalista em ‘O Estrangeiro’. **Tempos Históricos.** Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2007. p. 45-68.

PARDINI, D. J. Manifestações simbólicas nas relações intra interorganizacionais. **Revista E & G – Revista de Economia e Gestão da PUC Minas,** 2008. v.8, n.17. p.51-69.

PROTOCOLLOS E RITUAES – Regulamento publicado no “Monitor Integralista” n. 18 – Edição do Núcleo Municipal de Niterói – ano 1937.

Imagens extraídas do livro: GUERRA e SOMBRA (org.). **Imagens do Sigma.** Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

**Anexos**



**Imagem 01**



**Imagem 02**



**Imagem 03**

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010



**Imagem 04**



**Imagem 05**



**Imagem 06**



IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010



**Imagem 07**



**Imagem 08**

## **Integralismo, Simbologia e Representações**

### **A Ação Integralista Brasileira e a abolição da escravidão. A propaganda política integralista no 13 de maio**

Jaqueline Tondato Sentinelo\*

**Resumo.** A Ação Integralista Brasileira (AIB) utilizou-se da imprensa para veicular sua propaganda ideológica com o objetivo de fortalecer o movimento e conquistar novos adeptos. Os negros constituíram-se em um público importante para a AIB, considerando a força das suas instituições no período. Assim, nosso objetivo é discutir como a *Abolição da escravidão* no Brasil foi abordada em um dos jornais do Integralismo: *A Offensiva*, em 1936 e 1937.

**Palavras-chave:** Ação Integralista Brasileira; Abolição da escravidão; Propaganda política.

### **Introdução**

Este trabalho faz parte da pesquisa de Mestrado desenvolvida através do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, cuja motivação foi o questionamento sobre a participação dos negros na Ação Integralista Brasileira (AIB), considerando os aspectos racistas presentes na ideologia desse movimento político de direita que existiu oficialmente no Brasil entre 1932 e 1937.

Os objetivos iniciais da pesquisa eram verificar como se deu a participação dos negros no Integralismo e demonstrar como a imprensa integralista abordava o negro. A partir do contato com os documentos que tivemos acesso, optamos por desenvolver principalmente a última perspectiva, utilizando como fontes o jornal *A Offensiva* e a Revista *Anauê*. Ou seja, verificar como a Ação Integralista Brasileira veiculava os assuntos referentes à comunidade negra nesse jornal e nessa revista.

A ideologia e organização da AIB se aproximaram dos movimentos fascistas europeus das décadas de 1920 e 1930. Ideologicamente, o Integralismo pode ser caracterizado por um nacionalismo exacerbado, a partir do qual se apresentava como o único movimento representante da pátria-nação, pelo antiliberalismo e o anticomunismo. Era organizado hierarquicamente em secretarias e chefias municipais, nucleares e provinciais, com a figura do

---

\* Mestranda em História – Universidade Estadual de Maringá. E-mail: jaquets17@yahoo.com.br

chefe nacional, Plínio Salgado (idealizador e criador da instituição política) no topo do poder, e continha uma milícia uniformizada, símbolos e rituais próprios. Esta hierarquia e organização deveriam ser mantidas no *Estado Integral* que seria instituído pelo Integralismo quando este assumisse o poder no Brasil.

A aproximação na forma de organização e no conteúdo ideológico da AIB com os movimentos fascistas, que apresentavam de alguma forma racismo – como podemos verificar especialmente no caso do nazismo – nos faz questionar sobre como este elemento estaria presente em uma organização política brasileira da década de 1930, que se apresentava como representante da nacionalidade brasileira, e que pretendia chegar ao poder em uma sociedade formada por uma população visivelmente miscigenada. Este questionamento se dá principalmente quando verificamos que há presença de negros na militância integralista, tanto em cargos de chefia, como na militância de base. Nessa perspectiva, investigar como os negros eram vinculados ao movimento tem grande validade para compreender melhor a ideologia da AIB.

No presente trabalho não discutiremos os elementos racistas do Integralismo, mas como um assunto importante para a comunidade negra do Brasil no período – a abolição da escravidão – foi abordado em um dos periódicos da AIB, o jornal *A Offensiva*. Assim, apresentaremos como o tema foi discutido nas publicações dos anos de 1936 e 1937, a fim de contribuir para o entendimento de como os negros eram vinculados ao movimento. A escolha da abordagem está relacionada ao fato de que este periódico publicou um número considerável de artigos sobre o assunto nesses anos.

Observamos que a *Abolição* foi discutida nesse periódico a partir de duas perspectivas. Primeiro, demonstrando a importância do acontecimento e da sua rememoração tanto para os negros quanto para a sociedade brasileira, e destacando a importância dos negros nesta sociedade. E, segundo, metaforizando a emancipação dos negros com a emancipação do Brasil, ao tentar demonstrar a necessidade de libertar o país de outros tipos de “escravidão”, a econômica e a política, representadas pelo liberalismo e pelo comunismo, e apresentando a AIB como único agente da “nova abolição”.

Entendemos que ambas perspectivas estão atreladas a dois tipos de propagandas: a) a ideológica ligada ao nacionalismo extremado presente na AIB, a qual se apresentava como única força política capaz de reorganizar o Brasil no contexto posterior à Revolução de 1930, e capaz libertá-lo das influências estrangeiras maléficas à nação; b) e a política, voltada à campanha presidencial da AIB, que recebeu maior destaque nos anos de 1936 e 1937.

Vale ressaltar que o fim da escravidão no Brasil, ocorrida em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea, era um assunto de grande relevância para a comunidade negra na década de 1930, cujas organizações sociais e/ou políticas do período, como a Frente Negra Brasileira, faziam questão de comemorar e rememorar, o que veremos adiante.

Também é importante destacar que os anos de 1936 e 1937 foram de grande evidência política para AIB. Nesse momento, a organização já estava consolidada como partido político de caráter nacional, participando das eleições municipais, estaduais e federais, elegendo candidatos, especialmente vereadores e deputados estaduais, e se empenhando na campanha para concorrer à eleição presidencial que deveria ser realizada em 1938, o que não ocorreu devido à implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas em novembro de 1937.

Portanto, o nosso objetivo é apresentar como a Ação Integralista Brasileira utilizou-se da data representativa da abolição da escravidão no Brasil no jornal *A Offensiva*, nos anos de 1936 e 1937, como propaganda ideológica e política.

### **A imprensa integralista e a AIB nos anos de 1936 e 1937**

Nos anos de 1936 e 1937 foram publicados no jornal *A Offensiva* oito textos relacionados à Abolição da escravidão no Brasil, sendo três em 1936 e cinco em 1937. Os documentos, em sua maioria sem autoria (apenas dois apresentam o autor), demonstram a visão do periódico, sob orientação do chefe nacional do Integralismo, Plínio Salgado, um dos principais doutrinadores da organização.

Antes de nos atentarmos ao conteúdo dos textos, é interessante ressaltar a importância da imprensa e do jornal *A Offensiva* para a propagação da doutrina do Integralismo. Esta organização utilizou-se largamente de periódicos para espalhar a sua ideologia. A estrutura de imprensa<sup>281</sup> da AIB era muito bem organizada, e, contando com um número considerável de jornais e revistas de circulação nacional, regional e/ou local, tinha o objetivo de atingir todos os setores da sociedade brasileira: intelectuais, militantes, mulheres, crianças, operários. E incluiríamos também os negros.

---

<sup>281</sup> Rodrigo Santos Oliveira, na sua tese de doutorado intitulada *Imprensa integralista, imprensa militante*, defendida pela PUCRS em 2009, demonstrou que a AIB possuía uma “estrutura de imprensa” muito bem constituída, chegando a contabilizar 138 periódicos ao longo da sua existência. No ano de 1935, o Integralismo passou a contar com a *Sigma Jornaes Reunidos*, uma empresa jornalística criada pela organização seguindo o modelo de imprensa comercial do período. Nesse ano, a AIB contou com 88 periódicos. Para o autor, essa estrutura era “uma organização conscientemente montada com o objetivo de difusão ideológica e expansão da ideologia da AIB junto à sociedade brasileira.” (2009, p.18).

Alguns com periodicidade constante, outros com duração efêmera, esses veículos de comunicação noticiavam diversos assuntos, que em sua maioria referiam-se aos temas que compunham a ideologia integralista, tais quais antiliberalismo, anticomunismo, nacionalismo. A maioria dos periódicos mantinha seções referentes a temas diversificados, como esportes, arte (cinema, teatro, rádio), economia, colunas sociais, página sindical, provavelmente para atrair também a população não adepta da AIB à leitura dos periódicos.

O jornal *A Offensiva* pode ser considerado um dos mais importantes dessa estrutura de imprensa. Junto com o *Monitor Integralista* apresentava caráter de circulação nacional. Além disso, *A Offensiva* teve longa duração, sendo publicado entre maio de 1934 e março de 1938. Entre maio de 1934 e dezembro de 1935 era editado semanalmente, passou a ser diário em janeiro de 1936, forma que foi mantida até o último número. No total, foram publicadas aproximadamente 800 edições desse periódico, sob a tutela do chefe nacional durante toda a sua existência. Plínio Salgado foi diretor entre 1934 e 1935, e quando o jornal passou a ser dirigido por Madeira de Freitas em 1936, continuou sob a orientação daquele, conforme informações contidas nos expedientes de janeiro de 1936.

Devido à importância da imprensa e especificamente do jornal *A Offensiva* para o Integralismo, consideramos que a veiculação de determinados assuntos nesse periódico (como é o caso da Abolição) merecem análise, observando-se a conjuntura da organização. Por isso, faremos uma síntese sobre as atividades da AIB nos anos que interessam para este trabalho.

Em março de 1935, foi realizado o II Congresso Nacional Integralista em Petrópolis. Uma das principais obras do encontro foi a aprovação do novo estatuto da AIB, que estabelecia o Integralismo como partido político, o que foi muito importante para o seu fortalecimento na política nacional. A forma da organização modificou-se de associação nacional de direito privado para associação civil e partido político, demonstrando o intuito de redirecionar as ações do movimento em prol dos seus objetivos de chegar ao poder e instituir o *Estado Integral* no Brasil.

Não obstante a relevância do II Congresso Integralista, apreendemos que os anos de 1936 e 1937 representaram o período de maior destaque da AIB na política nacional, especialmente porque foi a partir de 1936 que o partido passou a se empenhar na campanha para a candidatura de um representante do movimento à eleição presidencial. Momento em que precisava angariar o máximo de eleitores para apoiar a AIB. Em janeiro de 1936 o Integralismo lançou o *Manifesto-Programma* contendo a plataforma com a qual o candidato do partido participaria das eleições. O documento foi publicado no jornal *A Offensiva* em

junho de 1937, quando Plínio Salgado já era candidato oficial pela AIB e as eleições estavam próximas.

Depois da instituição do Integralismo como partido, e principalmente da divulgação do *Manifesto-Programma* solidificaram-se as intenções da organização em participar do “jogo político” nacional, objetivando vencer a eleição presidencial para chegar ao poder e criar o *Estado Integral*. Assim, a campanha (ou propaganda) para atingir tal objetivo intensificou-se nas publicações dos anos de 1936 e principalmente 1937 do jornal *A Offensiva*. Neste ano, as eleições presidenciais e a participação do Integralismo na disputa foram noticiadas com frequência, sob várias perspectivas, enfatizando a necessidade dos integralistas apoiarem e votarem no candidato da AIB.

Um assunto interessante que recebeu destaque foi a realização de um plebiscito entre os integralistas, ocorrido em 23 de maio de 1937, através do qual seria indicado o candidato que disputaria as eleições presidenciais pela AIB. O acontecimento foi amplamente divulgado no periódico analisado, que veiculou tanto os motivos e/ou necessidade de realizá-lo, quanto o seu resultado. De acordo com o chefe nacional na edição de 25 de abril de 1937, o acontecimento estaria representando a prática da *liberdade orientada* dos integralistas, demonstrando a consciência política desses militantes.

Depois da escolha de Plínio Salgado como candidato pelo Integralismo no plebiscito, o jornal disseminou o apoio de diferentes setores da sociedade à candidatura do chefe nacional em artigos e notas, como por exemplo a nota intitulada *A palavra da mulher pelo candidato do Brasil*, na qual, abaixo do título há uma foto de uma mulher mulata discursando para algumas pessoas, seguida do texto: “Num comício integralista na província de Guanabara, em Catumby, D. Morgan Brandao dirige a sua palavra de mãe e de trabalhadora ao povo, pela candidatura de Plínio Salgado à presidência da República”. (A PALAVRA..., 1937, p. 3).

A preocupação em espalhar a idéia de que os integralistas haviam escolhido o seu candidato para disputar as eleições presidenciais, bem como o apoio do povo ao candidato Plínio Salgado foram conduzidos com afinco, especialmente no ano de 1937, no periódico *A Offensiva*. Neste ano, assim como no anterior, verificou-se também um aumento na publicação de artigos e notas referentes a assuntos relacionados à comunidade negra no mesmo jornal, como o tema da abolição da escravidão<sup>282</sup>, por exemplo, o que nos chamou à

---

<sup>282</sup> Esse assunto não foi divulgado nas publicações dos anos de 1934 e 1935. Em 1938 há um artigo sobre o cinquentenário da Abolição da escravidão no Brasil, que seria comemorado nesse ano.

atenção para a possível vinculação entre a publicação desse assunto e a propaganda política pela candidatura presidencial que a AIB empreendeu nesse período. Analisaremos agora como a libertação dos escravos no Brasil foi abordada no jornal pesquisado.

### **O Integralismo e a “verdadeira liberdade” do Brasil**

A maneira com que o *13 de maio* foi divulgado em *A Offensiva* contribuiu para percebermos como a AIB se empenhava em fortalecer sua imagem como representante da nacionalidade brasileira e movimento político capaz de lutar pelos interesses da nação. Conforme destacado anteriormente, os assuntos tratados nos textos sobre a Abolição podem ser englobados em duas abordagens. A primeira caracterizada pela divulgação das comemorações referentes à data, realizadas pelo Integralismo nos seus diversos núcleos e/ou províncias ou por outras organizações civis e políticas, sempre destacando a importância do acontecimento não só para os negros, mas também para o progresso e desenvolvimento da nação, e ressaltando o papel dos intelectuais e/ou abolicionistas no processo de emancipação dos escravos no Brasil. Outra abordagem se dá pela aproximação entre a emancipação dos negros e a libertação do país, que, de acordo com os textos, somente poderia ser realizada pelo Integralismo: o novo e único abolicionista da nação.

Um texto publicado em 1936 (sem autoria) descreveu as comemorações do *13 de Maio* realizadas pelo “Gremio estudantil Castro Alves, do Colégio Icarahy de Niterói”. A solenidade contou com a participação de alunos e professores, que fizeram apresentações artísticas e conferências sobre a libertação dos escravos no Brasil. As comemorações descritas permitiram verificar que o papel dos abolicionistas que “guiaram” o processo foi ressaltado na ocasião. Esse destaque aos abolicionistas parecia importante para o jornal, o que nos leva a pensar que a atuação dos intelectuais para transformações na sociedade brasileira eram valorizadas pelo partido. Além disso, a inserção do tema a partir dessa abordagem seria necessária para sua posterior vinculação à ideologia do partido.

Em maio de 1937, outro texto (também sem autor) enalteceu a festividade realizada pela Secretaria de Propaganda da Ação Integralista Brasileira na província da Guanabara, em comemoração à data da libertação dos escravos no Brasil. No evento, o chefe provincial dr. Raymundo Barbosa Lima pronunciou algumas palavras e convidou um integralista negro para presidir a celebração e representar o chefe nacional do Integralismo. O texto menciona ainda que Alcebíades Barbosa fez uma conferência sobre a Abolição, destacando fatos “desde as

primeiras leis que se fizeram para reprimir a escravidão até o desfecho de 13 de maio”, na qual enalteceu as figuras de José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, e fez referências à importância dos poemas de Castro Alves como precursores da “revolução abolicionista”, demonstrando, mais uma vez, que o Integralismo valorizava o papel das “figuras heróicas” para a libertação dos escravos.

A Frente Negra Brasileira (FNB)<sup>283</sup> também divulgava em periódico próprio as comemorações referentes à data da abolição da escravidão realizadas por ela e destacava a importância do acontecimento para a comunidade negra e para o Brasil, enfatizando o papel dos “heróis” abolicionistas. A data representaria a libertação dos negros, e, por isso, deveria ser sempre lembrada e comemorada. Ela seria o início de um novo momento propício à luta e inclusão desse setor na sociedade brasileira, que se organizava social e politicamente desde o final do século XIX<sup>284</sup>.

O jornal semanário-mensário *A voz da raça*, “o órgão oficial da gente negra brasileira”, que circulou durante quase toda a existência da FNB<sup>285</sup>, era utilizado para divulgar os ideais da organização, noticiar os assuntos considerados relevantes aos “homens de cor” [*sic*], e informar sobre as realizações de reuniões, filiações, atividades artísticas e políticas do movimento. Nos anos de 1936 e 1937 foram publicados nesse jornal seis textos (artigos e notas) referentes à data da abolição da escravidão no Brasil<sup>286</sup>. Apresentavam a *Abolição* como o “dia da raça” e noticiavam as comemorações referentes à data, considerando-a uma das mais importantes para a história nacional. Conforme Lima (O DIA..., 1936, p. 1), a

---

<sup>283</sup> Organização político-social criada em 1931 e que existiu até 1937. Fundada como associação civil, adquiriu tamanha relevância que se tornou a mais forte representante da comunidade negra na década de 1930, existindo durante praticamente o mesmo período que o Integralismo (1932-1937). Da mesma maneira que a AIB, a Frente Negra Brasileira constituiu-se em partido político em 1936, demonstrando seu objetivo de participar ativamente da política por meio de disputa eleitoral. A FNB alcançou um público e uma visibilidade considerável durante a sua existência. Atuou em todos os setores da vida dos negros, como educação, lazer, esporte, saúde, jurídico, através de departamentos organizados pela instituição e mantidos pela colaboração mensal dos seus membros. (DOMINGUES, 2004. GOMES, 2005).

<sup>284</sup> Flávio Gomes (2005) apresentou as associações políticas formadas por negros no Brasil a partir da abolição da escravidão, privilegiando o período delimitado entre 1888 e 1930. Emília Viotti da Costa (1982) e Célia Maria Marinho Azevedo (1987) destacaram a importância das ações/pressões (organizadas ou não) dos negros no processo de Abolição da escravidão. Esses estudos nos permitem compreender que os movimentos sociais e/ou políticos organizados por negros em defesa e busca por um “melhor” espaço na sociedade e política brasileiras tiveram força e repercussão a partir das décadas de 1870 e 1880, alcançando relevância no início do século XX, e, portanto, estavam bem organizadas na década de 1930.

<sup>285</sup> O jornal circulou de março de 1933 até 1937 (não foi encontrada referência à data do seu último número). Iniciou como semanário, passando a quinzenário em julho do mesmo ano, e mensário em 1935. Seu subtítulo mudou de “órgão oficial da FRENTE NEGRA BRASILEIRA” para “órgão da gente negra brasileira”, em abril de 1934, conforme se verificou nas primeiras páginas do periódico.

<sup>286</sup> Os textos estão parcial ou completamente ilegíveis. Por isso a dificuldade em determinar com precisão os assuntos abordados.



libertação dos escravos só não era mais significativa para a História do Brasil que a Independência política do país, comemorada em 7 de setembro.

No mês de maio do ano de 1936 foram publicados dois artigos referentes ao *13 de Maio: O dia da raça*, assinado por Silvério Lima; e *A comemoração do 13 de maio*, sem autoria. Em junho do mesmo ano foram divulgadas notas apresentando as comemorações feitas sobre a abolição em Birigui e em Tieté. Em maio de 1937 também foram veiculados artigos tratando do assunto: *13 de maio – Frente Negra Brasileira*, sem autoria; *13 de maio*, assinado por Luiz Mascarenhas; e o mesmo de 1936, *O dia da raça*, de Silvério Lima. Há ainda vários momentos em que a figura de Luiz da Gama é valorizada como herói da pátria, destacando sua descendência negra.

A apropriação da data da emancipação dos escravos pelo movimento negro, durante a década de 1930, foi verificada por Fátima Aparecida Silva, quem discutiu a absorção do assunto especificamente pela Frente Negra Brasileira em Sorocaba. A autora demonstrou que a abolição da escravidão era significativa para a organização dos negros, que a comemorava como símbolo da libertação dos escravos, e por isso representante da raça negra. No entanto, o discurso sobre o tema valorizava o papel das grandes figuras de “heróis” como: Castro Alves, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Princesa Isabel, entre outros, na emancipação dos escravos, em detrimento da participação dos próprios escravos, dos libertos e da população brasileira em geral; o que também pode ser observado no jornal *A voz da raça*, bem como no jornal *A Offensiva*, como já foi demonstrado.

Mais do que apresentar a importância da data da abolição e dos abolicionistas para a nação e o povo brasileiro, o Integralismo pretendia demonstrar nas páginas do seu periódico que o Brasil havia se desvencilhado de apenas um tipo de escravidão, mas ainda não estava completamente livre. A *Abolição* teria libertado os escravos negros, mas o país necessitava de uma nova emancipação, que o libertasse dos males internos e externos e o inserisse no *rol* das “civilizações”. Essa “verdadeira abolição” seria possível somente pela ação da AIB, ou seja, pela sua chegada ao poder, pois era o único movimento “verdadeiramente” nacional capaz de alforriar o povo e a nação brasileira. Até mesmo os textos que divulgaram as comemorações ao dia da Abolição faziam referência à necessária libertação da pátria pelo Integralismo.

É interessante notar como a AIB se afirmava como uma organização representativa da nacionalidade brasileira – *brasilidade* –, e sem preconceitos de qualquer espécie. Referindo-se ao fato (já destacado) do chefe da província da Guanabara ter convidado um negro para representar o chefe nacional do Integralismo nas comemorações do *13 de Maio* naquela

província, em 1937, *A Offensiva* ostentava que: “Essa atitude do chefe provincial era **uma homenagem a todos os integralistas de cor e veio mostrar que dentro das fileiras do Sigma existe um alto sentimento de brasilidade, sem preconceitos de qualquer espécie**” (O 13 DE MAIO..., 1937, p. 3, grifo nosso).

É importante ressaltar que não pretendemos afirmar que o Integralismo não apresentava aspectos racistas. As discussões acerca do racismo presente na ideologia da AIB, especialmente no que se refere ao negro estão longe de um final consensual. Por um lado, é reconhecida pela historiografia sobre esse movimento político a defesa do antissemitismo entre alguns integralistas – corrente liderada por Gustavo Barroso, um dos principais doutrinadores da AIB –; bem como a presença de defensores da eugenia entre os integralistas<sup>287</sup>. Da mesma maneira, há divergências entre o nacionalismo da AIB e o germanismo manifesto nas colônias alemãs, as quais renderam adeptos ao movimento, especialmente nos estados do sul do país<sup>288</sup>.

Por outro lado, a realidade miscigenada da população brasileira, com grande presença de negros, e as discussões acerca dessa miscigenação feitas pela intelectualidade do período de existência da AIB não eram ignoradas pela organização. Tanto que esta se preocupava em afirmar a presença de afrodescendentes no movimento, bem como o valor da miscigenação para a formação da nacionalidade brasileira<sup>289</sup>. Nesse sentido, nota-se que nos artigos publicados em *A Offensiva* sobre a *Abolição* as discussões acerca da questão racial são preteridas em função da metáforização da libertação dos escravos com a libertação do Brasil, com ênfase no papel do Integralismo nessa abolição. Apresentando-se como representante da nação, a AIB pretendia demonstrar que libertaria todo o povo brasileiro, brancos e pretos [*sic*] dos novos cativeiros.

A demonstração de que o povo e a nação brasileira precisavam de uma “nova abolição” pode ser constatada nos artigos publicados em *A Offensiva*, nos quais AIB se afirma como única força capaz de conduzir todos os brasileiros, brancos e negros, para a “verdadeira liberdade” ou a “liberdade integral”, na qual estariam livres da desordem proporcionada tanto pela liberal democracia, quanto pelo comunismo.

No artigo publicado em 14 de maio de 1936, foram apontados os aspectos das comemorações sobre a Abolição da escravidão realizada no núcleo da Gambôa, e, depois,

---

<sup>287</sup> Sobre os aspectos racistas da AIB ver CRUZ, 2004. E sobre as relações entre a Eugenia e o Integralismo *vide* GERALDO *et AL.*, 2001, 2004.

<sup>288</sup> Sobre Germanismo e Integralismo ver GERTZ, 1987.

<sup>289</sup> Sobre a presença de negros na AIB *vide* KOSSLING, 2004. BARRERAS, 1998.

10 a 13 de maio de 2010

descrito o conteúdo do discurso do Chefe Nacional na ocasião. Este expôs sobre a significação da data 13 de maio, elucidando que a abolição da escravidão não libertou efetivamente os negros, e principalmente não representou a libertação da pátria do jugo estrangeiro, o que deveria ser feito pela ação do Integralismo. A perspectiva que considera a AIB como única forma de libertar a nação pode ser constatada na seguinte passagem:

**A última etapa, do 13 de maio, não só para o negro, mas para o brasileiro, preto ou branco, está no integralismo.** Não nos partidos liberais, mas nas organizações corporativas onde serão lavrados os alicerces duma obra, não para durar vinte ou quarenta anos, porém, para marcar uma nova era dum século resplandescente, para o futuro. **Escrava nação brasileira, escrava hontem, como hoje ainda é.** (A SIGNIFICAÇÃO..., 1936, p. 3, grifo nosso).

Em 1937, mais um texto (também sem autoria) anunciava que o *13 de Maio* era o Dia do Negro e havia sido comemorado em quase todos os municípios integralistas, que rememoraram a importante data para a raça negra. O texto destacava a inauguração de obras de assistência educacional e médico-social em vários núcleos integralistas e expressava a importância dessas iniciativas para a nação alcançar a “verdadeira liberdade”, afirmando que:

cada gesto tem uma grande significação, pois, sem educação e assistência sanitária e econômica, não só os negros libertados pela lei Aurea, mas toda a grande totalidade do povo brasileiro **ainda espera do Integralismo a verdadeira liberdade.**” (O DIA..., 1937, p. 1, grifo nosso).

Um artigo assinado por J.T. Castro Alves também pode ser encarado como propaganda e exaltação do Integralismo como único movimento capaz de libertar o país das “mazelas” políticas presentes na sociedade brasileira, que para este autor, estariam representadas pelos chefes políticos – os coronéis –, que escravizavam politicamente os brasileiros há tempos.

Denominando os coronéis de “belenguins<sup>290</sup> da liberal democracia” e “novos feitores” da escravidão política no país, J.T. Castro Alves apresentava o Integralismo como “uma nova mentalidade abolicionista [...], [um] movimento pela emancipação política do homem, e também pela emancipação moral e econômica. Pela emancipação integral”. Afirmando a força que o movimento havia adquirido na sociedade brasileira, o autor defendia que a AIB estava pronta para libertar a nação:

---

<sup>290</sup> Segundo o minidicionário Aurélio (FERREIRA, 2001, s/p), belenguin, beleguin: agente de polícia; tira. E de acordo com o dicionário online (Disponível em: < <http://www.dicio.com.br/beleguin/>>, acessado em 11 de junho de 2010). Beleguin - Empregado inferior de Justiça que citava, prendia etc. Pej. Agente policial ou judicial. (Sin.: esbirro, galfarro, malsim, mastim, meirinho; tira.).

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Ela [a nova campanha abolicionista/abolição = AIB] prosseguiu tenaz, perseverante, paciente, quebrando a pouco e pouco os grilhões que prendiam os bons brasileiros aos novos senhores de engenho. **A princípio, no meio das maiores dificuldades e incompreensões. Por fim, vitoriosa quasi totalmente. Hoje quasi um milhão de vozes clamam. São os novos libertos.**

[...] os escravos políticos quebram as algemas que os prendiam aos partidos, unindo-se á legiões verdes dos que, guiados pelos supremos interesses da Pátria, alimentando os sentimentos profundamente tradicionaes da nacionalidade, sob o comando de Plínio Salgado, que soube acordar o espírito da raça, **caminham, soberbos e confiantes, heróicos e abnegados, na marcha gloriosa para a construção de uma Grande Pátria, Culta, Justiceira e Livre (LIBERTAÇÃO..., 1936, p. 25, grifo nosso).**

Assim, para o Integralismo, os “novos escravos” – o povo brasileiro escravizado politicamente –, estariam se livrando dos seus feitores – coronéis, representantes dos partidos liberais nacionais e estrangeiros; e comunistas – e assimilando que a verdadeira liberdade, proposta pela AIB, era a única solução para o Brasil, e que esta organização estaria pronta para construir a nova nação, ou a *Nação Integral*.

Um texto publicado sem autoria no dia 13 de maio de 1937, às vésperas do plebiscito que seria realizado para a escolha do candidato à presidência pela AIB, atenta, sutilmente, à necessária e próxima libertação da nação brasileira. O texto se inicia afirmando que a abolição da escravidão fora importante para o desenvolvimento e progresso da nação brasileira, e termina alarmando sobre a necessidade de se continuar progredindo para alcançar a almejada civilização. Esta seria alcançada através da libertação do Brasil dos novos tipos de escravidão, os quais não são explicitados, mas que podem ser interpretados como as forças inimigas da AIB representadas pelo liberalismo e pelo comunismo, já destacadas em outros artigos, e que somente poderiam ser vencidas pela ascensão do Integralismo ao poder.

A *Abolição* foi descrita da seguinte maneira: “Facto de amplas proporções no scenario da vida publica do paiz, a libertação dos escravos traduz o mais avantajado surto de progresso registrado no caminho da civilização brasileira” (OS GRANDES..., 1937, p. 1). A data também era apresentada como um importante movimento popular da nação, resultado da luta dos negros pela sua libertação depois de três séculos de sofrimento. Porém, o destaque da luta fora dirigido aos intelectuais e políticos abolicionistas, tais como o poeta Castro Alves, quem deu o primeiro “toque de alarme” aos escravos através de seus poemas, e José do Patrocínio, que lutou pela causa abolicionista.

E, foi então que **um grupo de homens eminentes tomou o encargo patriótico de activar a marcha dos acontecimentos em beneficio do término da escravatura do Brasil.** Na imprensa e na tribuna, surgiram, quasi a um tempo, personalidades de alta relevancia social, política e intellectual, afim de conquistar a liberdade dos homens de cor. (OS GRANDES..., 1937, p. 1, grifo nosso).

O texto apresenta a libertação dos escravos como uma etapa do desenvolvimento da nação brasileira, cuja emancipação total, ou seja o advento da civilização, ainda estava por vir. O progresso da nação era anunciado, quase que em tom profético, como necessário e próximo, conduzindo o leitor a pensar que a civilização seria alcançada quando o partido integralista chegasse ao poder:

Victoria impressionante da civilização brasileira [...]. Victoria admirável do direito sobre a força, ella [abolição] refletiu-se através dos tempos como lição de civismo, como exemplo de cultura.[...] **essa victoria se faz sentir no trepidar da marcha tumultuosa, lembrando que o Brasil conquistou um triumpho e que outros triumphos terá ainda de alcançar, para sacudir todos os jugos, todas as escravidões que detêm sua marcha gloriosa em demanda do progresso** (OS GRANDES..., 1937, p. 1, grifo nosso).

Assim, a Ação Integralista Brasileira destacava a importância da Abolição para o progresso nacional e o papel dos abolicionistas no processo, ao mesmo tempo em que afirmava que uma nova liberdade seria alcançada pelo povo brasileiro, que, desta vez, seria guiado pelos integralistas – os novos abolicionistas da nação –. Dessa forma, apresentava-se nas páginas do jornal *A Offensiva* como o único movimento capaz de conquistar a “verdadeira liberdade” para o país, proporcionando a continuidade do seu progresso para se tornar uma “verdadeira civilização”.

### **Considerações finais**

Através dos documentos analisados, pudemos constatar que a vinculação da emancipação dos escravos no Brasil a uma necessária libertação do país e do povo brasileiro de novos tipos de escravidão, nas páginas de *A Offensiva*, pode ser compreendida como parte da propaganda ideológica e política empreendida pela AIB em seus periódicos, com o objetivo de afirmar o movimento como representante da nacionalidade brasileira e único capaz de (re)organizar o país.

Nesse sentido, para concluir a tarefa de libertar o Brasil de todos os tipos de servidão, o Integralismo deveria assumir o poder central da nação. Por isso investiu na campanha eleitoral de 1938 para a presidência, especialmente nas edições de 1936 e 1937 do jornal *A Offensiva*. Esse investimento na campanha presidencial conduzido pelo Integralismo era voltado a todos os setores da sociedade, independentemente de etnia, raça, sexo, idade, ocupação, pois a AIB se afirmava como representante da nação e de todo o povo brasileiro. Entretanto, a publicação de temas relevantes à comunidade negra, como a *Abolição* no referido jornal, pode ser compreendida como tentativas de a AIB conseguir se aproximar dos

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

negros, um público importante para ela, conquistando-os como adeptos ao movimento, e principalmente contando com os seus votos para as referidas eleições.

Assim, considerando a relevância do *13 de Maio* para a comunidade negra e a importância das organizações político-sociais desse setor da sociedade brasileira na década de 1930, bem como a conjuntura política da Ação Integralista Brasileira nos anos de 1936 e 1937, voltada à propaganda para a eleição presidencial, podemos concluir que a veiculação do assunto no referido periódico esteve ligada à propaganda ideológica e política do Integralismo.

### **Fontes e referências:**

#### **Artigos publicados nos periódicos: *A Offensiva* (AIB) e *A voz da raça* (FNB)**

A COMEMORAÇÃO do 13 de maio. *A voz da raça*. São Paulo, ano III, n. 53, p.4, maio 1936.

A PALAVRA da mulher pelo candidato do Brasil. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, ano IV, n. 538, p.3, 13 jul. 1937.

A SIGNIFICAÇÃO para o Integralismo da data de 13 de maio. Ainda não há liberdade no Brasil. O 13 de maio foi um acto e não um facto. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano II, n. 181, p.3, 14 maio 1936.

COMEMORAÇÃO do 13 de maio em Birigui. *A voz da raça*, São Paulo, ano III, n. 54, p.4, junho 1936.

LIBERTAÇÃO dos Escravos (especial para A OFFENSIVA). *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano III, n. 184, p. 25, 17 maio 1936.

LIMA, Silvério. O dia da raça. *A voz da raça*, São Paulo, ano III, n. 53, p.1, maio 1936.

MANIFESTO-PROGRAMMA lançado à Nação pelo Chefe Nacional da Ação Integralista Brasileira em Janeiro de 1936. Plataforma com que Plínio Salgado, candidato dos camisas-verdes, pleiteará, nas próximas eleições nacionais, a presidencia da Republica. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, ano IV, n. 513, p.2, 13 jun. 1937.

O DIA DO NEGRO foi comemorado pelos camisas-verdes com a inauguração de escolas e ambulatórios. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 493, p. 1, 21 maio 1937.

O INTEGRALISMO e a sucessão presidencial. Um grande plebiscito lançado nas fileiras dos camisas-verdes. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 472, p.1, 25 abril 1937.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

OS GRANDES ACONTECIMENTOS da história brasileira – Abolição da escravidão. Toda nação comemora nesta data a gloriosa epopéia que libertou a raça negra no Brasil. Aspectos da obra grandiosa realizada por José do Patrocínio e outros vultos eminentes do passado. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 486, p.1-2, 13 maio 1937.

O 13 DE MAIO no Collegio Icarahy de Nictheroy – uma saudação á imprensa brasileira. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano II, n. 181, p. 10, 14 maio 1936.

O 13 DE MAIO na Acção Integralista – A sessão cívica de hontem na Sede Provincial da Guanabara. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 487, p.3, 14 maio 1937.

TIETÉ e o 13 de maio, *A voz da raça*, São Paulo, ano III, n. 54, p. 4, junho 1936.

### Referências:

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra medo branco. O negro no imaginário das elites. Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARRERAS, Maria José Lanziotti. *Dario de Bittencourt (1901-1974)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

CRUZ, Natália dos Reis. *O Integralismo e a questão racial. A intolerância como princípio*. Tese de doutorado (História), Universidade Federal Fluminense, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio Século XXI Escolar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GERALDO, Endrica. *Entre a raça e a nação: a família como alvo dos projetos eugenista e integralista de Nação brasileira nas décadas de 1920 e 1930*. Dissertação de mestrado (História), Universidade Estadual de Campinas, 2001.

GERALDO, Endrica. Integralismo e eugenia. In: DOTTA, Renato Alencar *et all*. *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*, 141-154. Rio Claro: Arquivo municipal de Rio Claro, 2004.

GERTZ, René. *O Fascismo no sul do Brasil – Germanismo, Nazismo e Integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GOMES, Flávio. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005. (Descobrimos o Brasil).

VIOTTI DA COSTA, Emília. *A Abolição*. São Paulo: Global, 1982. (História Popular. n.10).

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil*. Bauru: EDUSC, 1999.

DOMINGUES, Petrônio José. Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a luta contra o racismo no Brasil. *Revista Histórica*, São Paulo, n. 14, 2004. p.15-18.

---

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

KOSSLING, Karin Sant'Anna. Os afro-descendentes na Ação Integralista Brasileira. *Revista Histórica*, São Paulo, n. 14, 2004. p.19-24.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos. *Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)*. Porto Alegre-RS: PUCRS. Tese de doutorado. Março, 2009.

SILVA, Fátima Aparecida. Produção e apropriação da memória dos escravizados no Brasil: escola, movimento negro. O 13 de maio em Sorocaba – 1930. *UNISO/UFC. GT: Afro-Brasileiros e Educação*, n. 21. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT21-2726--Int.pdf>> (acesso em 09-05-2010).

---



Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro\*

**Resumo:** A importância de se estudar o integralismo perpassa pela especificidade da Doutrina do Sigma e a pergunta que fica aos estudiosos é: o que é ser integralista? Este artigo propõe trazer à discussão algumas respostas a esta questão sobre a vivência militante: nas experiências da vida na AIB, na participação no Partido de Representação Nacional, na entrega juvenil dos “águias brancas” e nas interpretações dos que recuperam na atualidade um "modo de ser" integralista.

**Palavras-chave:** integralismo, memória, ideologia

*"O integralista é o soldado de Deus e da Pátria, o [homem](#) novo do [Brasil](#), que vai construir uma grande nação".*  
291

Ser integralista é algo que se conquista. Ao mesmo tempo em que algumas características podem definir o integralista, estas não bastam para ser um “verdadeiro integralista”. Para ser integralista, há que se assumir a identidade que lhe cabe: a de nacionalista e cristão, essencialmente. Estas discussões vêm sendo feitas desde a fundação da Ação Integralista Brasileira em outubro de 1932. Lançado o *Manifesto Integralista*, passou-se a se gestar a identidade da militância. A princípio, seu princípio, o próprio *Manifesto*. Deste, nele contidas as determinações de sua existência, passou-se à construção do movimento. Como característica de sua organização, baseou-se num pragmatismo que levava as interpretações do *Manifesto* à adaptação dos momentos vividos na história, apropriando-se das oportunidades dos contextos e refazendo suas premissas na costura do *Manifesto* fundador. Assim, ia se construindo, no andar do movimento, a chamada Doutrina do Sigma. E a identidade de militante integralista ia também se fazendo com a incorporação ontológica da

---

\*Doutora em História. Professora Ajunta – Universidade Federal Fluminense. Obras mais significativas: O Sigma como referência da memória - para se entender a permanência de uma utopia integralista. Contemporâneos - Revista de Artes e Humanidades, v. 4, v. 4, p. 20-30, 2009. A busca da essência na continuidade: o pensamento integralista nos séculos XX e XXI: do Sigma ao Sigma. In: Giselda Brito Silva; Leandro Pereira Gonçalves; Mauricio B. Alvarez Parada. (Orgs.). *História da Política Autoritária: Integralismos, Nacional Sindicalismo, Nazismo, Fascismos*. 1 ed. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010, v. 1, p. 301-326. Contato: marciarrcarneiro@vm.uff.br

<sup>291</sup> Em Protocolos e Rituais, capítulo VIII, art. 86, I, letra d - A Orgânica da Ação Integralista Brasileira, Tomo I, em *"Enciclopédia do Integralismo" - Volume 11*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1958, p. 94.

Doutrina, como introjeção das palavras que definem a própria existência do integralista, como militante, como ser.

A Doutrina do Sigma, delineada pelo *Manifesto*, portanto, ganharia corpo, já que se lança como alma. Entre o conjunto de obras acumuladas entre o período de 1932 a 1937 que foram sendo publicadas pelos intelectuais do movimento, entre livros e artigos publicados em jornais e revistas que se espalhavam por todo o Brasil, refletia as palavras do grupo dirigente, o Chefe Nacional e principal ideólogo da Ação Integralista Brasileira, o Chefe da Milícia, Gustavo Barroso e o Chefe da Doutrina, Miguel Reale. A estes três se juntavam outros pensadores, em que a consistência filosófica, a reflexão sobre os problemas brasileiros repercutiam as discussões contemporâneas sobre as questões deste momento nacional e global: os debates sobre o nacionalismo e a formação da identidade do povo brasileiro.

Entre os grupos que se organizavam num Brasil, até então sem muitos arranjos nacionais partidários, em que se testava, nos primeiros anos da década de 1930, um nacionalismo sem recortes regionais que as oligarquias estaduais haviam formado desde o nascimento da República, a AIB surgia como estímulo unificador e ordenador de um Brasil que ainda se fazia como nação. As aproximações do fascismo, principalmente o italiano foram sendo absorvidas enquanto modelo organizador do movimento, o uso do uniforme, a preparação de milícias, como as legiões dos seguidores do *Duce*. Com o apelo católico pelo controle das questões sociais com o qual se delineara o *Manifesto*, o integralismo se formava costurando os apelos nacionalistas aos da submissão a um governo cristão. Tencionava-se impor o ordenamento nacional sob a autoridade, representada pelo Chefe Nacional que se submetia, por sua vez, à direção divina cristã católica, como demonstra a primeira frase do *Manifesto*: “Deus dirige o destino dos povos”. Estas últimas características representariam na história do movimento integralista seu mais consistente suporte que, até a atualidade, vem sendo o sustentáculo de sua especificidade diante do fascismo europeu.

Distinguia-se o fascismo do integralismo a partir, principalmente, do que consideravam as diferenças que tanto um quanto outro movimento forjava como Estado em relação às formas de autoridade exercidas, seu princípio e finalidade. As forças da vontade, espirituais, ideológicas, estariam presentes na concepção tanto do Estado fascista de Mussolini, quanto no integralista. Porém, neste último, na concepção integralista, a presença de uma espiritualidade seria a definidora e demarcadora da Doutrina e da ação: pela conservação de uma moral católica indicada nas Encíclicas Papais que tratavam das questões

sociais trazidas pelas transformações provocadas pelas Revoluções Burguesas que trouxeram o proletariado à cena política.

O conceito de Estado totalitário servia a este propósito de diferenciação. Esta diferença já era realçada na década de 1930, no período de plena ascensão dos movimentos fascistas, antes, portanto, do fim da 2ª Guerra e da derrota do Eixo. O sentido totalitário do integralismo estaria na idéia de síntese que o termo carrega. Salgado, em um panfleto distribuído à população como propaganda, expunha as diferenças. Segundo ele, os integralistas não queriam um Estado Totalitário porque adotam uma filosofia totalista, tendo uma concepção totalitária do mundo, mas não uma concepção totalitária do Estado.<sup>292</sup> Miguel Reale veria no sentido totalitário a síntese interpretada por Mussolini que proclamava o indivíduo como meio, enquanto o integralismo incorporaria o homem (não o indivíduo fragmentado), como meio e fim: “o indivíduo encontra no Estado os meios para alcançar a autarquia, isto é, o desenvolvimento completo da personalidade; e o Estado, mediante os indivíduos, realiza a síntese dos valores, dos deveres comuns.”<sup>293</sup>

A referência à espiritualidade, “que considera a vida humana como um fenômeno transitório, condicionado a uma aspiração eterna superior”<sup>294</sup>, estava sempre presente no conjunto das obras integralistas que compõem a Doutrina do Sigma. Ao mesmo tempo, diretriz e suporte da militância, a Doutrina era dirigida àquele que já possuía anteriormente uma identidade que se definia como “brasileiro modesto, que trabalha e sofre”. Como escrevera Plínio Salgado, principal ideólogo e Chefe Nacional da Ação Integralista Brasileira, no prefácio do livro *O que é o Integralismo*<sup>295</sup>, ao endereçar seu livro ao “homem das cidades ou dos sertões brasileiros, - meu irmão!”<sup>296</sup>

A este destinatário, Salgado ainda esclarece:

a presente exposição da doutrina integralista eu a faço para as massas populares, (...) escrevo para o meu povo (...) pertence ao operário das cidades e aos trabalhadores do campo, ao soldado e ao marinheiro, ao estudante que ainda não atingiu os cursos superiores, aos pequenos proprietários, aos pequenos comerciantes, aos animadores das modestas iniciativas agrárias ou industriais.<sup>297</sup>

<sup>292</sup> SALGADO, Plínio. Estado Totalitário e Estado Integral. Artigo retirado de um texto maior, *Honestidade e Coragem* e utilizado para divulgação do movimento na década de 1930 e encontra-se conservado no Arquivo Público do Rio de Janeiro.

<sup>293</sup> REALE, Miguel. *O Estado Moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2ª. ed., 1934, p.181.

<sup>294</sup> SALGADO, Plínio. O que é o Integralismo. Em *Obras Completas*, vol. 9. São Paulo: Editora das Américas, 1955, p. 20

<sup>295</sup> *idem*, p. 11.

<sup>296</sup> *idem, ibidem*, p. 13.

<sup>297</sup> *idem*, p. 17 e em <http://www.integralismo.org.br/?cont=798&vis> capturado em 09/05/2010 no site da Frente Integralista Brasileira.

Ao resolver se tornar integralista, no entanto, se exigia a adesão completa do militante. Este deveria assumir a militância como promessa solene: “Vou abandonar todos meus compromissos, pois tenho de construir a casa de meus filhos”.<sup>298</sup>

Este aspecto compulsório da militância foi sendo definido durante a vigência do movimento, cada vez, com maior intensidade. O uso do uniforme e os rituais iam sendo incorporados conforme o integralismo ia definindo seus contornos, criando as suas próprias tradições. A fidelidade ao Chefe, antes de tudo, também se forjaria em meio à organização do integralismo. A construção simbólica da encarnação do centro decisório (e espiritual) do movimento no seu líder foi aclamada no I Congresso Nacional em Vitória, em 1º de março de 1933, com a aprovação de um manifesto lido em plenária e confirmado com o estatuto. Somente ao Chefe caberia a saudação de três “Anauês”, cumprimento entre os integralistas que significaria “você é meu parente” em tupi-guarani, segundo Câmara Cascudo.

Sobre o uso do uniforme, da famosa camisa verde, este passa a ser permitido em 6 de julho de 1934 pelo Ministério da Guerra, através do General Góis Monteiro. Porém o uniforme já vinha sendo usado anteriormente. A primeira vez que usaram a camisa verde foi no dia 23 de abril de 1933 em São Paulo. A cada aniversário desta primeira marcha se comemoraria com a cerimônia das “Matinas de Abril”. As datas mais importantes seriam a do aniversário do 1º Congresso Integralista, em Vitória, Espírito Santo, em 23 de fevereiro de 1934, que o movimento instituiu como a “Vigília da Nação”.<sup>299</sup> A “Noite dos Tambores Silenciosos” comemorava o aniversário da fundação da AIB, o dia do lançamento do Manifesto de Outubro, 7 de outubro de 1932. Esta cerimônia, exclusiva para integralistas, deveria evitar um novo confronto com os antifascistas que, na mesma data, no ano de 1934, enfrentaram os camisas-verdes na “Batalha da Praça da Sé”, provocando a morte de algumas pessoas, entre eles, dois integralistas e um socialista.

Assim, todas as expressões, incorporações de sentidos, compartilhadas entre a militância a direção da AIB na construção do próprio movimento foram sendo definidas num processo de troca de anseios e finalidades. A militância se filiava ao integralismo por entendê-lo como possibilidade de participação na vida pública que se abria a um povo que se fazia

---

<sup>298</sup> *idem*, p. 13.

<sup>299</sup> Como relata Hégio Trindade: às 21 horas pedia-se 1 minuto de silêncio e, em seguida, a autoridade que presidisse a sessão faria uma oração em prol da inspiração divina do Chefe Nacional, da bênção de todos os integralistas, da bandeira azul e branca do Sigma e para que os camisas-verdes fossem conduzidos ao triunfo. A assistência bradando 3 vezes o “Anauê!” saudaria a consolidação da AIB em todo o território nacional. Por último, para encerrar a cerimônia, todos reafirmariam seus votos de fidelidade a Salgado. Em TRINDADE, Hégio. *O Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Rio de Janeiro/São Paulo, Difel. 1979, p. 194.

como cidadão, num momento em que a “Revolução de 1930” parecera estender-se, com todos seus consequentes rearranjos, à entrada de novos atores sociais no âmbito do Estado. Uma classe média conservadora e nacionalista queria se ver representada. O chamamento de um movimento com forte apelo religioso, cujo lema “Deus, Pátria e Família” conclamava, ao mesmo tempo em que autorizava, por afinidade, a inserção, não apenas panfletária, mas espiritual de toda a sociedade brasileira, desde as crianças, às mulheres, os mais carentes, os esquecidos, aos quais o convite fora feito, parecia garantir o pertencimento.

E estas possibilidades levaram à adesão ao integralismo de milhares de pessoas durante a década de 1930, que mantiveram uma relação “espiritual” com a Doutrina do Sigma durante as décadas seguintes, com a adesão ou não ao Partido de Representação Popular nos governos democráticos que se seguiram de 1946 a 1964. Neste período, os integralistas ao se lançarem à participação no jogo democrático liberal, através do PRP, não mantêm a coesão quanto à observação à doutrina fundadora do movimento. Uma parte do Partido, alguns que se lançam à candidaturas a cargos representativos, se afastaria dos princípios norteadores da militância integralista, o de ser, antes de tudo, um “bandeirante” das idéias, o que se empenharia na divulgação do movimento, o que se colocaria à disposição da Doutrina.

Com o propósito de manter a linha doutrinária, Salgado, em consonância com o PRP, organizaria em torno de si a Confederação da Juventude. Seus membros, chamados “águias-brancas” tornar-se-iam os guardiões da doutrina até a atualidade, em que tentam passar à nova geração o amor pelo integralismo.

Com a morte de Salgado, o integralismo permanece sob os cuidados de sua família, a viúva e a sua única filha do seu primeiro casamento. Em torno destas, “velhos militantes” da década de 1930, antigos perrepistas e os fiéis “águias-brancas”. Estes dariam continuidade da “ideia”. Atualmente, os “novos integralistas” se consideram a 4ª. Geração do movimento. Em comum, nesta história, a fidelidade à Doutrina do Sigma, a incorporação de corpo e alma, a defesa intransigente dos ideais que acreditam serem capazes de salvar o Brasil do materialismo, representados pelo comunismo, pelo liberalismo, pelo poder de um capitalismo sob o domínio de banqueiros sem pátria, de origem semita, em sua maioria.

Para que se possa perceber, ainda que com poucos exemplos, esta relação da militância de base com a Doutrina do Sigma durante a década de 1930 e, posteriormente, dos que dela se apropriaram como diretriz para suas vidas políticas e pessoais, temos alguns depoimentos. Os relatos que se seguem fazem parte do acervo depositado no Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro. Este

acervo inclui depoimentos recolhidos de quinze depoentes, entre os militantes de 1930, do período do Partido de Representação Popular e do período que se inicia na década de 1980, após a morte de Salgado.

O primeiro deles é de uma mulher, mãe de quatro filhos à época em que participou da AIB, acompanhando seu marido na organização do movimento no interior do Estado do Rio de Janeiro, na cidade de Cambuci. O nome dela, Maria Brito da Silva. Foi dela que ouvi, pela primeira vez, em 1996, que os integralistas não aceitavam cantar a segunda parte do Hino Nacional que se inicia com “Deitado eternamente em berço esplêndido”. Disse-os Maria: *“Porque ‘deitado eternamente’ não era permitido (...) ‘Deitado eternamente’ não. Nós queríamos o Brasil de pé.”*

Maria se tornou militante por causa do marido: *“Através dele. Ele que veio, e trouxe o fotógrafo, para que eu tirasse a fotografia para me pôr lá. Tirou minha fotografia, aí que mandei fazer o uniforme”*. Segundo Maria: *“Tudo pelo ideal”*. E definia o que era para ela o integralismo: *“Era ‘Deus, Pátria e Família’ (...) ‘Deus, Pátria e Família’, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.”*

Mas também, Maria, fizera sua análise econômica da situação brasileira que, lhe parecia, o integralismo podia resolver:

Tudo era a falta de desenvolvimento do país. Pobre não tinha valor nenhum. Você vê, naquele tempo, um homem que trabalhava um dia, era para ganhar dez tostões. Dez tostões era uma miséria. Trabalhava, coitado, o dia inteiro no sol a pino, para ter aquele ordenadinho para dar comida à família. A comida do pobre, naquela época, era verdura e um oleozinho, uma banhazinha. Não comiam carne, muito difícil. Lá na fazenda do meu a camisa verde pai, ele comprava uns fardos de carne-seca e fim de semana, sempre, ele repartia com os empregados, para cada um, um pedaço, para não passarem o domingo de todo em branco.

Contou-nos a rotina da família: *“Meu marido, assim, aos domingos, pelo menos de manhã cedinho, já estava arreando os animais e ia fazer política.”* O bom-dia, o boa tarde era substituído, entre os integralistas pelo “Anauê!”.

Relatou-nos com saudade seus tempos de integralista. Relembrando, não negou, não criticou em nenhum momento o movimento, só lamentou: *“Mas eu gostaria, se tivesse o que resta dos livros, aquelas coisas... Aquilo que dava muita vida a gente. Mas não tem nenhum livro, nada. Tivemos que acabar com tudo. As camisas, tivemos que queimar...”*

O segundo entrevistado deste período foi Alphiete de Araújo Corrêa, outro militante da década de 1930, um comerciante que havia seguido um bando de capangas pelo interior do Estado do Rio quando jovem e que entrou no movimento ao “herdar” um núcleo de um

10 a 13 de maio de 2010

vizinho, assumindo a direção do Núcleo de Grumari, na cidade de São Fidelis, também Rio de Janeiro. Ao ser entrevistado também em 1996, ele nos contou:

Mas então eu fiquei fazendo reuniões todo sábado e domingo, falava para aquele pessoal, chegava o pessoal, todos simpáticos ao Integralismo. chegava no Domingo tinham 50, 100, 200 pessoas no salão, iam lá na minha frente, na mesinha, falava com todo mundo. Integralismo é isso meus companheiros, olha nós temos que ser Integralistas, nós temos que salvar esse Brasil, que o Brasil está assim, assim está nas mãos de qualquer pessoa que não está dirigindo bem. "Nosso chefe é Plínio Salgado. O homem que ainda vai marcar o Brasil.

E Alphiete explicava para os presentes o que era o integralismo:

Eu falava que o Integralismo era a única, organização que foi criada nesse país para salvar do comunismo de Luís Carlos Prestes, e de outros governos que não estavam governando meu país, eu falava por aí a fora eu ia falando minhas besteiras.

Para Alphiete, o integralismo seria capaz de destruir o comunismo, representando, segundo ele, a última esperança de ordem para o Brasil. Para quem reconhecia ter sido um bandoleiro na juventude, a autoridade deveria ser a tônica de um governo: disciplinador, anticomunista e católico, afinal de contas:

‘Deus, Pátria e Família’ era a principal coisa, era o nosso emblema. E rezava para Deus e seguia a doutrina de Deus. Até hoje sou muito devoto de Deus. Ali seguia a devoção mesmo de Deus. E sou da Igreja Católica (...) eu sou é Católico, fervoroso sou grande devoto de Nossa Senhora de Sant’ana. Minha protetora, cheia de flores, olha só. (...) Agora você me olha com boa vista, com bons olhos? (...) Porque hoje não sou mais aquele bandido, aquele perverso (...) Depois de passar por tudo isso, sofri tanta coisa, hoje sou uma pessoa humilde. Um grande católico de Deus. Rezando... Daqui a pouco dá seis horas (...). Não tenho mais nem arma.

Mesmo que seu envolvimento não tenha sido de adesão total à idéia integralista, Alphiete construiu a memória de sua participação política. Aprendeu, de certa forma, que havia outras formas participação que a não a de defender pelas armas os interesses dos “coronéis” de sua região.

Rubens Barcelos, um operário tecelão, de São Gonçalo, também Rio de Janeiro nos deu seu depoimento em 1998. Para ele, que frequentou os núcleos de Niterói e viu nascer a AIB enquanto estava morando em Belo Horizonte, Minas Gerais, o integralismo no Brasil surgiu da necessidade de se criar um movimento tipicamente brasileiro, diferenciando-o do nazismo que parecia, segundo ele, penetrar entre os brasileiros através dos operários alemães:

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Eles faziam marchas... De maneira que, por isso que foi criado o Integralismo, justamente para tirar os brasileiros que estavam no meio dos alemães, nas marchas deles. Então, foi criada a Ação Integralista Brasileira.

Mas, sua relação com integralismo foi sempre a que se voltava para a sua ligação com o catolicismo e sua repulsa ao comunismo presente nos meios operários:

Eles eram, como digo aí, uma espécie de realejo. Eles diziam que os operários iam ter toda a regalia, iam ter tudo do governo. E, no entanto, não iam ter coisa nenhuma. A gente sabia que aquilo tudo era... que eles estavam falando uma coisa que não era realidade (...) lá na Rússia. Aquilo tudo era para influenciar.

Em apoio à ideia de que não havia diferenciações dentro do integralismo:

Dentro do integralismo não há racismo nem há ideologia fixa, não. Se é católico ou é protestante ou macumbeiro (..) Bom, tinha que ser cristão, tanto é que ‘Deus, Pátria e Família’; então, cada ideologia cristã, todas elas falam em Deus. Então, se falam em Deus, está tudo muito bem. Então não há seleção desse ou daquele, se é católico ou se é protestante ou não. Não havia essa especificação.

Quando conheci Dr. Arcy, através de Rubens Barcellos, eu achava que ele era o único antigo militante que se preocupava com a rearticulação do integralismo. Mas através dele, pude vislumbrar o ápice do renascimento integralista. Para ele acorriam militantes de todos os períodos. Nela eu conheci o Professor Carvalho, Fernando Batista Rodrigues e Murilo César que nos cederam seus depoimentos que reproduzo em partes neste texto. O Dr. Arcy era conhecido por todos os demais entrevistados, com exceção de Maria Brito e Alphiete Araújo que se afastaram do movimento após o “levante” de 1938. Cássio Linhares, outro entrevistado, não o conheceu pessoalmente, mas o homenageia como grande personalidade do atual integralismo.

Duas sessões de entrevistas foram feitas entre setembro e outubro de 1998 com, aproximadamente, 4 horas de fitas gravadas. Seus depoimentos foram tomados em sua casa em São Gonçalo, em um bairro bem afastado do centro da cidade, no caminho para o município de Maricá. Quem passava pela Rodovia Amaral Peixoto, que liga Niterói à região dos lagos fluminense, até o ano de 2004, podia ver pintado no muro: Centro Cultural Plínio Salgado.

Quando fui à sua casa pela primeira vez, vi-me de volta ao passado. O CCPS, fundado pelo depoente em 15 de Novembro de 1995, podia ser considerado um “lugar de memória integralista” e assim era reconhecido. Este fora, para o depoente, um sonho de muitos anos, desde o fechamento da AIB, em 1937.



IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Arcy Lopes Estrella teve uma participação ativa no movimento nas suas três fases: foi decurião na Legião integralista da capital federal, a cidade do Rio de Janeiro na década de 1930; se integrou às fileiras do Partido de Representação Popular, ainda que questionando esta inserção do movimento à esfera da representação liberal, e foi um dos principais reorganizadores do integralismo na atualidade. Para Arcy:

A Ação Integralista Brasileira foi um movimento político, podemos dizer, orgânico. Já nasceu com a alma orgânica, e se organizou em toda a Nação. Nós tínhamos núcleo integralista até mesmo nas tabas de índios. Tínhamos núcleo integralista nas colônias. (...) E ali reuniam-se os alemães, ensinávamos a língua portuguesa, ensinávamos a cantar o Hino Nacional. (...) De forma que o Movimento Integralista não era um movimento local, era um movimento nacional. Naquela época, o Brasil com cerca de quarenta milhões de habitantes, nós tínhamos um milhão e meio de camisas-verdes. Era um movimento nacional, e bem organizado e bem estruturado.

Suas interpretações do integralismo foram sendo moldadas pelo tempo. O rapaz, que se iniciou na AIB quando tinha 16 anos e se envolveu de tal forma que o integralismo virou sua família, nunca esqueceu sua experiência militante. Toda a sua vida se dedicou a relembrar e a estudar profundamente a Doutrina do Sigma.

Outro integralista da década de 1930 que nos cedeu seu depoimento foi Gerardo Majella Mello Mourão. Considerado um dos grandes poetas nacionais, embora poucos conheçam a sua obra, publicada em diversos países. Com uma vida intelectual e política ativa, Mello Mourão circulou em sua juventude e maturidade entre os principais nomes dessas áreas, tanto no Brasil, quanto na América Latina. Reconhecendo sua posição política como de direita, manteve e mantém amizade e admiração pelos amigos de esquerda, muitos deles comunistas. Seu depoimento foi concedido ao LABHOI no dia 20 de julho de 2006 na sua casa, em Copacabana, Rio de Janeiro. Mello Mourão contou-nos sua história, da qual, conforme nos relatou, não mudaria uma vírgula.

Para Mourão, sua adesão ao integralismo se deveu à sua vontade de reagir ao avanço do comunismo no mundo e no Brasil. Ao deixar o Seminário dos Redentoristas aos 18 anos, vira no integralismo uma forma de unir a religião à política. Contou-nos:

Os ventos do mundo, geralmente, sopram simultaneamente. Naquele tempo, o vento do comunismo, do marxismo começou a se soltar, a tomar conta da inteligência francesa que é a inteligência mais fecunda do Brasil. Então, que aparecem os movimentos fascistas, para-fascistas em todo o mundo. que nem eram fascistas. O integralismo não era fascista coisa nenhuma. Alguns integralistas eram fascistas, outros não eram. Mas era uma maneira de deter a marcha para o abismo comunista que estava se desenhando em todo o mundo, inclusive aqui. Nós estamos falando de 1935 e é preciso lembrar que em 35 houve o levante comunista no Brasil, infiltrados nos quartéis. Hoje, estão em toda a parte, dominam tudo, tomaram conta da

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Universidade, da imprensa, da suposta inteligência brasileira. Não deram nada. Que contribuição o marxismo deu à cultura brasileira, a literatura brasileira, ao pensamento brasileiro?

Participou ativamente do integralismo no Rio de Janeiro tendo acesso direto ao Chefe e tomando parte das conversas e decisões mais importantes do movimento. Para Mourão:

O integralismo me deu uma consciência da posição política que um homem cristão é chamado a ter na sua sociedade. Ao mesmo tempo aquele negócio de juro e a honra, o sentido da honra, a fidelidade aos compromissos. Podem me acusar de mil coisas, mas menos uma que é não ter caráter, eu tenho caráter. (...) Não repudio. (...) Não sou mais integralista porque o integralismo acabou (...) Foi importante na minha vida.

Gumercindo Rocha Dórea é outro importante personagem desta história que o movimento integralista atravessou e ainda vem construindo. Proprietário da Editora GRD, suas iniciais, é atualmente, um dos reconhecidos ícones da memória integralista. Aderiu à AIB, ainda criança. De uma família que não era integralista, o menino pediu à sua mãe que lhe fizesse o uniforme verde. Assim, tornou-se pliniano de primeira hora.

A entrevista com Gumercindo ocorreu em sua casa, no bairro de Aclimação na capital paulista no dia 9 de fevereiro de 2005. O depoimento foi recolhido pelo LABHOI, com a colaboração do pesquisador Renato Dotta, que à época contribuía com o Centro de Documentação sobre o Integralismo, ligado à Casa de Plínio Salgado<sup>300</sup>.

Gumercindo, na sua juventude, passa a integrar o Partido de Representação Popular. Lembra-se que foi entre 1945 e 1946. Provavelmente, em 1946, quando Salgado retorna do exílio. Quando da época de sua formatura, estava se preparando para viajar para a Itália com o Reitor da faculdade, o Padre Leonel Franca, recebeu um convite do Chefe: *“Se você for para a Itália eu vou ficar desfalcado da pessoa que vai ocupar a direção d’A Marcha e dos Centros Culturais da Juventude. Eu não fui pra Itália. Fiquei para assumir essas duas responsabilidades.”* desde então, passaria a freqüentar a casa de Salgado, tornando-se seu amigo e secretário. Em 1952, ajuda a organizar a Confederação dos Centros Culturais da Juventude, de onde surgiria o Movimento Águia Branca, sendo eleito seu primeiro presidente nacional. O jornal *A Marcha* foi fundado em fevereiro de 1953, no Rio de Janeiro, e Gumercindo foi seu primeiro diretor até 1955.

Para o entrevistado, o integralismo, como conheceu em criança, mas permanece em si e como possibilidade para o Brasil por conta de sua consistência como ideia:

---

<sup>300</sup> Dotta também é coordenador do Grupo de Estudos sobre o Integralismo (GEINT).

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

A história tem suas leis próprias, a sua dinâmica própria e nessa dinâmica, o integralismo desapareceu como estrutura, permanece como um pensamento que eu considero vivo. Eu sempre digo, me apresente coisa melhor. Me apresente coisa melhor. Tem estrutura orgânica, que pega o ser humano no seu todo. A liberal-democracia pega por um lado, respeita alguns outros lados, e deixa o forte dominar sobre o fraco e alguns fortes fazem um projetozinho em benefício dos fracos, essa que é a liberal-democracia. (...) A realidade e a utopia, o integralismo provou que não era utopia.

Sua fidelidade ao movimento e ao Chefe, a encarnação da Doutrina, ainda permanece. *“Mas, o sentimento é fundamental. (...) E os da minha idade, alimentamos o sentimento com a parcela da história que vivemos e que continuamos vivendo.*

Gumercindo considera que os historiadores não têm condições de escrever a história do integralismo, pois não o vivenciaram. Para ele: *“Muito do que é contado é inverídico, muito do que aconteceu não se conta”*<sup>301</sup>

Entre os depoentes, outro “águia branca”, o professor José Baptista de Carvalho. O Professor Carvalho, como é conhecido nos meios integralistas e entre os pesquisadores do Grupo de Estudos sobre o Integralismo, concedeu ao LABHOI esta entrevista em 16 de julho de 2004. Era, à época, o presidente da Casa Plínio Salgado, associação sem fins lucrativos e, a princípio, voltada para a preservação da memória integralista. Sua sede fica localizada no centro velho de São Paulo. Lá foi feita a entrevista. Carvalho foi um dos fundadores da Casa em 10 de outubro de 1981, juntamente com outros companheiros dos extintos Centros Culturais da Juventude. Foi um “águia-branca” muito próximo ao Chefe Plínio Salgado. Frequentou sua casa e seguiu seus passos e idéias até o fim de sua vida. Ainda hoje se considera guardião de sua memória e de sua honra.

Para Carvalho, o integralismo, que surge como uma ideia, permanece como tal e deve ser preservada:

como ondas de um mar revolto. Enquanto esse mar revolto, existe ondas. O integralismo foi uma idéia, teve um corpo de doutrina, teve uma linha política. Como movimento integralista, irrepreensível. Equívocos, muitos, erros, muitos. Mas são coisas do homem. O fato do integralismo defender a triade: ‘Deus, Pátria e Família’, foi indiscutivelmente um fator de ligação. Porque ‘Deus, Pátria e Família’ não é uma invenção, é uma realidade. Para nós, cristãos, Deus é uma realidade. A Pátria é uma realidade.

Carvalho nos fala que os ideais dos Grêmios e da Confederação dos Centros Culturais da Juventude eram “absolutamente integralistas”: *“Nós nunca negamos isso. Por isso quando*

---

<sup>301</sup> Frase dita por Gumercindo Rocha Dória no filme “Soldado de Deus” de Sérgio Sanz, 2004.

*a turma fala do movimento águia-branca como uma seqüência do movimento integralista está perfeitamente correta.”*

Quanto ao termo: “águia branca”, nos explicou a sua versão para o símbolo do movimento da juventude perrepista. Fora criado por Plínio Salgado que, segundo Carvalho, *“só tinha idéia maravilhosa, ele era um poeta. Buscava essas explicações. Tudo para ele tinha uma explicação.”* Segundo ele, a explicação de Salgado: *“É uma ave com grande poder de visão, voa muito alto. E que, segundo a lenda, ela mesmo quase sem condição de voar, ela ainda tenta voar.”* A inspiração teria vindo de um poema do próprio Plínio.<sup>302</sup>

Para Carvalho: a moral e os valores cristãos dos colonizadores seriam os modelos para a postura integralista. Esta, segundo Carvalho, deve ser construída a partir do conhecimento do conjunto da obra integralista, não só organizativa, mas das obras filosóficas dos seus intelectuais e das obras literárias de Plínio Salgado.

O integralismo alcançou, como ideia, as novas gerações. Um destes “novos integralistas”, Fernando Batista, nos fala o que o motivou buscar os ideais integralistas como diretriz e postura de vida:

Então, até os meus 18 anos foi assim: meus irmãos se degradando, se degradando cada vez mais. Se perdendo no vício das drogas, do crack e tudo. E eu sem nenhum sentido de vida. E aí minha mãe olhando tudo isso ao seu redor e sem poder ajudar-nos. De modo que aos 19 anos eu conheci o integralismo. E o primeiro livro que eu li foi “A vida de Jesus”. Então foi aí que eu creio que seja um marco. Porque a partir desse momento eu vi aquelas palavras como se fossem um fogo adentrando no peito e me transformando, assim como na palavra de Deus se diz quando o Espírito Santo vem em forma de fogo, que realmente foi assim. As palavras de Plínio soavam como fogo que vinha transformando e faziam eu repensar toda minha vida. (...)a partir desse momento em que eu repensei minha vida inteira, ou seja, através daquelas palavras de um escritor que eu nem sabia quem era. (...) meu primeiro livro que eu li na minha vida foi “A vida de Jesus”, com 19 anos.

O jovem Fernando Batista mora em Foz do Iguaçu no Paraná. O seu depoimento ao LABHOI foi dado na casa do amigo e mestre integralista, o Dr. Arcy Lopes Estrella, também nosso entrevistado. Era véspera de completar 21 anos, no dia 23 de julho de 2002. É considerado, dentro do novo integralismo, um pensador independente por seu conhecimento doutrinário e por suas publicações periódicas dos jornais *Quarta Humanidade* e *Anauê Foz*.

Para o entrevistado, a conexão entre integralismo e fascismo ocorre porque no período histórico de vigência da AIB, vivia-se a época dos “governos fortes”. Não só nazismo e

---

<sup>302</sup> Não consegui encontrar o poema ao qual se refere Carvalho. Porém encontrei outro poema em um site da Reserva da Aeronáutica - “O primeiro vôo” - que conta sobre o momento em que a mãe águia tem que lançar seus filhos ao abismo para que possam voar. A mensagem que Plínio Salgado quer passar é de que a vida nos coloca à frente abismos para que possamos superá-lo. Conferir em: <http://www.reservaer.com.br/areserva/reserva.html> (capturado em janeiro de 2007).

10 a 13 de maio de 2010

fascismo italiano, mas também o comunismo, que pode também ser relacionado, segundo ele, entre os governos autoritários. Fernando analisa que o integralismo não teria sido um movimento autoritário e que há diferenças entre fascismo, juntamente com o nazismo e o comunismo ante o integralismo. Considera que, nos primeiros regimes, o Estado absorve toda a vida da nação, enquanto o integralismo teria o objetivo integrar, por isso o símbolo Sigma de (soma): *“é somar todas as forças vivas da Nação e não absorvê-las a um poder soberano do Estado. Então o integralismo ele não pode ser considerado junto com esses outros... com o comunismo, com nazismo e com fascismo.”*

No entender de Fernando e dos demais integralistas entrevistados, a toda a obra literária de Salgado foi discriminada por conta do preconceito ideológico:

Conheci Murilo César Luiz Alves, outro “novo integralista” na casa do Dr. Arcy Lopes Estrella pelos idos de 1998. Impressionou-me aquele jovem usando camisa verde, tão sério e concentrado nas atividades do Centro Cultural Plínio Salgado, cumprimentando os companheiros com o “Anauê!”.

Mas Murilo não limitava sua atuação ao Rio de Janeiro. Como membro do Grupo Integralista do Rio que se integrou na Frente Integralista Brasileira, participa de reuniões nas quais os membros da FIB procuram analisar a situação nacional. O que significa seu comprometimento com o movimento e sua adesão inquestionável ao ideal integralista. Ele, realmente, vestiu a camisa verde. Ao entrevistá-lo, no dia 23 de janeiro de 2006, disse-nos sobre as identificações doutrinárias:

De imediato, eu vejo o seguinte: de cara, dos 10 anos de militância, porque eu sou integralista há mais de 20 anos, mas de militância uns 10 anos, eu já pude identificar, por exemplo, nós temos alguns grupos bastante... por exemplo, de repente um grupo tem um número muito maior de adeptos do que o outro, mas o identifica é o seguinte: os tradicionalistas, aqueles que querem usar a camisa-verde, querem usar as exterioridades, fazer a saudação ‘Anauê’, fazer tremular a bandeira do Sigma e muitos opositores, lógico, aproveitam dessa nossa fraqueza e querem sempre bater na mesma tecla: ‘Ah, é o fascismo tupiniquim, é isso e aquilo’ (...) Na verdade, as exterioridades do integralismo são isso; são demonstrações de alegria, de que pertence ao movimento. Mais do que querer fazer demonstrações de poder, demonstrações de qualquer tipo de racismo ou qualquer coisa. São demonstrações de alegria. Então nós temos no movimento isso: acho que temos os tradicionalistas, que querem manter isso; temos aqueles que não são tradicionalistas (...)

O último entrevistado que apresentamos, é o Cássio Guilherme Reis Silveira. Cássio é o principal líder do Movimento Integralista Linearista do Brasil, o MIL-B. Ele foi entrevistado na cidade de Campinas em Janeiro de 2007 e contou-nos como se aproximou do integralismo:

Comecei a me identificar com todo aquele arcabouço doutrinário que estava contido na Quarta Humanidade. Então, por coincidência, eu estava passando também lá no Rio de Janeiro, eu fui visitar um amigo meu, e vi a Doutrina do Sigma lá no Rio de Janeiro. Comprei a Doutrina do Sigma e li e vi que aquela leitura era monumental! Mais do que monumental, era um castelo de idéias indestrutível. Então, me identifiquei totalmente com o pensamento do Chefe Nacional Plínio Salgado e resolvi, então, não só estudar a obra dele, mas continuar a obra doutrinária dele e de movimento que foi o integralismo da década de 30. Ai, comecei a pesquisar e até então, a gente que tinha lá nas nossas reuniões um caráter puramente nacionalista, a gente avançou em termos doutrinários mesmo. E criamos, então, uma célula de estudos do integralismo. (...) isto de 1991 para 1992.

Ao elaborar uma interpretação da Doutrina, renovada pelo enfoque linearista, que acrescenta questionamentos sobre a ciência moderna, Silveira argumenta que sua leitura representa a continuidade do pensamento de Salgado se este estivesse vivendo o século XXI.

Para Cássio Silveira:

Essa nova concepção não é nem de direita e nem de esquerda. Ela não é nem capitalista e nem comunista. Não é nem social-democrata e nem liberal. Nós procuramos valorizar a Nação, pois ela representa a grande família brasileira e cabe a nós, brasileiros, defender seu bem-estar contra os ataques de especuladores e criminosos. Nós prestamos homenagem aos grandes heróis da Pátria como Caxias, Pedro II, Plínio Salgado e muitos outros, pois estes servem de exemplo aos nossos atuais jovens. Nós apelamos para a Espiritualidade, pois é neste campo de batalha que nos tornamos invencíveis. Combater o inimigo em seu próprio território, ou seja, dentro de uma concepção puramente materialista do mundo, onde impera o poder monetário, é cair na cilada armada pelos grandes especuladores internacionais, os abjetos serviçais de Mammon.

Para os novos e velhos militantes, a pergunta: “o que é ser integralista?” encontra sua resposta na própria Doutrina, como essência do movimento. Esta, significando a síntese, incorpora em si mesma o próprio militante. Este conteria em si o significado do totalismo integralista, absorver o homem pela idéia, transformando-a em ação. Ser cristão, acima de tudo, um “soldado de Deus” – pela pátria sem contradições ou atingida pelo que consideram as forças do materialismo: o liberalismo e o comunismo. Assim, a síntese estaria completa, pela soma da militância à Doutrina. Nesta, incorporada a militância, ela mesma se torna o corpo da sua própria alma: a ideologia integralista.

Percebemos que as motivações acima, que levaram à adesão da militância em épocas diferentes, ganham contornos diferenciados de acordo com aspectos de relevância conjuntural na construção de uma memória integralista, tal como em períodos de ascensão do fascismo; da Guerra Fria e atualmente, em que o progresso tecnológico permite a possibilidade de um relacionamento via *internet* e que intensificam os contatos mais próximos entre as direitas nacionais e internacionais. Mais ainda se percebe na nova militância, sentimentos que ainda

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

não são chamados de arrojos e que são considerados por eles, compromisso com a libertação da Pátria de todos os perigos. São jovens, principalmente, esta nova militância, a maioria se caracteriza por pertencer à frações da classe trabalhadora, principalmente urbana. Constroem utopias e, talvez, esperem os corpos envelhecerem para lembrarem de seus sonhos.

**O Integralismo e o Mundo: uma análise da presença da Alemanha nazista no jornal “A Offensiva”**

Murilo Antonio Paschoaleto\*

**Resumo:** O movimento integralista, enquanto em atividade, deu, através de sua extensa rede de periódicos, ampla cobertura da conjuntura internacional, incluindo aí, aos diversos movimentos fascistas existentes no mundo. No presente trabalho, buscamos colher indícios de como o jornal A Offensiva, o principal periódico da rede de jornais e revistas integralista, via a Alemanha nazista.

**Palavras-Chave:** Integralismo; Nazismo; Imprensa.

A Ação Integralista Brasileira foi o primeiro movimento de massas do Brasil a ter uma organização de âmbito nacional. Foi também, o primeiro movimento/partido que utilizou a imprensa de forma sistemática e radical, pois até então estes mantinham jornais muito mais informativos do que doutrinários. Segundo Oliveira, um dos grandes fatores responsáveis pelo sucesso da inserção social do integralismo nos anos de 1930 foi a existência de uma extensa rede de jornais e revistas que visavam a difusão de sua doutrina.<sup>303</sup>

De acordo com Oliveira, a imprensa integralista desempenha uma função central dentro movimento, pois exerce, ao mesmo tempo, a função de instrumento pedagógico e de cooptador social. Pedagógico, pois trabalhava na difusão da doutrina<sup>304</sup>. Ao mesmo tempo, age, também, como um instrumento de cooptação, tendo-se em vista que a difusão da doutrina via jornal e revistas se dava a um custo relativamente baixo; assim, a doutrina se torna acessível a um maior número de pessoas. Além do custo relativamente baixo, havia a possibilidade de um filiado compartilhar sua publicação com vários indivíduos<sup>305</sup>.

Para termos uma idéia da importância despendida à imprensa por parte dos dirigentes integralistas, basta lembrarmos que cada novo núcleo regional da A.I.B. tinha como uma de suas primeiras tarefas a fundação de um jornal. Assim, pode-se perceber que uma relação direta entre o crescimento físico da A.I.B e o de seu número de jornais e revistas foi estabelecida<sup>306</sup>. Ou seja, segundo Oliveira, podemos dizer que há a existência de uma relação

---

\* Graduado em História e Mestrando em História, ambos pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)

<sup>303</sup> Oliveira, 2009, pg. 14

<sup>304</sup> Ibidem

<sup>305</sup> Ibid, pg. 15

<sup>306</sup> Ibid, pg. 15



dialética entre o integralismo enquanto organização política e sua imprensa: enquanto o movimento se desenvolve, editam-se novos jornais. Ao mesmo tempo, são estes periódicos os responsáveis por levar a palavra aos futuros militantes<sup>307</sup>.

A imprensa integralista, de uma forma geral, deu ampla cobertura à conjuntura política internacional do período. Logo, não seria de espantar que os jornais integralistas, enquanto órgãos de um movimento fascista, fizessem constantes referências a outros movimentos ou regimes fascistas mundo afora. Assim, no presente trabalho, buscamos analisar como o jornal *A Offensiva*, o principal periódico da rede de jornais integralista, via a Alemanha nazista.

De acordo com Barbosa

Os jornais diários do Sigma, com a singularidade de noticiar os principais acontecimentos políticos do contexto nacional e internacional, refletiam a perspectiva ideológica dos integralistas, de forma mais explícita, no momento da concretização dos acontecimentos, proporcionando através da sua imprensa periódica a imagem de sua visão de mundo, revelando aspectos ideológicos mais enfáticos que o posicionamento dos teóricos contidos nos livros.<sup>308</sup>

E prossegue<sup>309</sup>:

No cenário internacional de disputas de tendências ideológicas antagônicas, a AIB, através de sua imprensa, se posicionava apologeticamente diante os avanços do Eixo Roma – Berlim, assim como às manifestações de movimentos de extrema direita na Europa e na América Latina

Partilhamos da mesma opinião de Barbosa quando este diz que os periódicos diários do Sigma acabam por revelar aspectos ideológicos mais enfáticos que o posicionamento dos teóricos contidos nos livros. A seguir, procuramos *revelar* os aspectos ideológicos contidos nas matérias que se relacionam à Alemanha.

No entanto, antes de partirmos para análise das fontes, seria pertinente destacar, ainda, alguns dados levantados por Trindade sobre as *motivações da adesão* dos militantes ao movimento integralista. De acordo com o autor, a principal motivação, e que levou cerca de dois terços dos entrevistados à adesão ao integralismo, foi o anticomunismo<sup>310</sup>. E prossegue:

[...] Considerando que a força política do P.C.B. foi muito secundária até o surgimento, em 1935, da Aliança Nacional Libertadora, grande parte da importância atribuída a este motivo provém provavelmente da inspiração anticomunista dos movimentos fascistas europeus.

---

<sup>307</sup> Ibid, pg. 137

<sup>308</sup> Barbosa, 2007, pg. 122

<sup>309</sup> Ibid, pg. 12

<sup>310</sup> Trindade, 1979, pg. 152.

Logo após o anticomunismo, a *simpatia pelo fascismo europeu* é a maior motivação para a filiação:

[...] a maioria absoluta das respostas confirma a influência sobre os aderentes integralistas da ascensão dos movimentos fascistas. Quando não havia uma atração pelos regimes fascistas, mostravam-se ao menos sensíveis à luta desencadeada pelos movimentos fascistas contra o liberalismo e o comunismo. A proporção de respostas concentradas neste motivo é superior a qualquer previsão *a priori*, reforçando a hipótese do parentesco ideológico entre o integralismo e o fascismo.<sup>311</sup>

Podemos perceber que, guardada as devidas proporções, as duas maiores motivações à adesão ao movimento integralista estavam relacionadas aos movimentos e regimes fascistas europeus. Seja pelo anticomunismo, seja pela simpatia explícita pelos fascismos do velho mundo, a grande maioria dos camisas-verdes que se filiaram ao integralismo tinham por trás de suas motivações, a variante *fascismo*.

Mas o que estamos querendo dizer com isto? Sucintamente, queremos mostrar ao leitor que não havia como deixar de fora dos jornais e revistas integralistas notícias favoráveis, ou ao menos neutras ao fascismo europeu, sendo que este mesmo fascismo esteve por detrás das motivações que levaram os militantes a aderirem à A.I.B.

### **A Alemanha nazista no jornal *A Offensiva***

O jornal integralista *A Offensiva* foi dirigido por Madeira de Freitas e circulou no Rio de Janeiro em periodicidade semanal, durante os anos de 1934 e 1935, e diária, durante os anos de 1936 e 1937 e inícios de 1938. Ao debruçarmo-nos sobre tais documentos, constatamos que, realmente, o referido jornal fez incontáveis referências aos regimes e movimentos fascistas existentes ao redor do mundo. No que tange especificamente ao regime nazista alemão, há, também, inúmeras notícias em sua alusão.

Após lermos tais notícias, notamos que grande maioria das que se referiam à Alemanha nazista estavam relacionadas ao combate à URSS e ao avanço do comunismo. Notícias proclamando alianças entre Itália, Alemanha e, posteriormente, Japão, países que, para o jornal, objetivavam barrar o avanço do comunismo e, assim, estabelecer a paz mundial, se fazem presentes nas mais variadas edições do *A Offensiva*.

---

<sup>311</sup> Ibidem

10 a 13 de maio de 2010

Apesar de tais notícias referentes à Alemanha serem as que mais se destacam, verificamos a existência de incontáveis notas de menor destaque dentro do jornal que visavam informar os leitores sobre alguns fatos que estavam longe de ser pertinentes. Pequenas chamadas, tais como a visita do rei Gustavo V, da Suécia, à Hitler<sup>312</sup>; o anúncio de que o Führer, *acompanhado de varias personalidades de destaque*, estava a realizar uma excursão pelo interior da Alemanha<sup>313</sup>, ou, ainda, uma nota que informa que Hitler acabara de designar um novo embaixador da Alemanha em Paris<sup>314</sup>, se fazem presente ao longo de várias edições.

Muitas matérias elogiosas ao III Reich, ao nazismo e à Hitler eram tecidas pelo *A Offensiva* no decorrer dos dias 30 e 31 dos meses de Janeiro - data da ascensão dos nazistas ao poder na Alemanha. Notícias e fotos de Hitler ocupando grande destaque dentro destas edições diziam, por exemplo, que:

A passagem do segundo aniversario do advento ao poder do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemão, vem fornecer occasião para commentarios muito oportunos, em paizes onde a resistência às reformas mais profundas se traduz no maior dos septicismos, como é o caso do Brasil, e também em outros paizes, onde a descrença nos regimens de caracter fascista ainda encontra adeptos [...] Porque difficilmente se encontrarão na Historia exemplos tão frizantes de transposições de difficuldades para a Victoria de uma idea nacional, como esses há pouco tempo fornecido pela Allemanha. [...]

Salvando a Allemanha da estagnação moral em que jazia [...] libertando-a dos perigos que já eram mais do que proximos, do communismo internacionalista, o regimen inaugurado pelo chancellor Adolf Hitler attendeu ás mais prementes necessidades allemãs, dando-lhes a um só tempo, extraordinarias forças, tanto de reacção como de contrucção.

Para restabelecer a normalidade da vida interna da Allemanha, o nazismo agiu de um modo consagrador. Enfrentou corajosamente todos os problemas que se lhe apresentavam, exigindo rápidas soluções [...]<sup>315</sup>

Outra notícia exaltando as realizações do regime nazista pode ser encontrada no artigo intitulado *O Kaiser e o Fuehrer*, presente na edição de 29 de janeiro de 1936. Neste artigo, Custódio de Viveiros realiza uma pequena análise do governo de Guilherme II. Diz que este recebera de seu pai o trono de uma Alemanha potência, respeitada por todos os demais países da época. Contudo, Viveiros afirma que o governo do Kaiser Guilherme fora uma lástima e que com a guerra de 1914, tendo-se em vista que a Alemanha teria cometido os *maiores erros políticos e estratégicos possíveis durante os vinte e quatro mezes de luta*, tudo desmoronou. Tais erros, justifica o autor, devem ser atribuídos ao Kaiser. Viveiro prossegue afirmando que

<sup>312</sup> A OFFENSIVA. *O rei Gustavo visitou Adolf Hitler*. A Offensiva, 6 de fevereiro de 1936, pg. 5.

<sup>313</sup> A OFFENSIVA. *Hitler em excursão pelo interior*. A Offensiva, 7 de fevereiro de 1936, pg. 5.

<sup>314</sup> A OFFENSIVA. *O novo embaixador da Allemanha em Paris*. A Offensiva, 28 de fevereiro de 1936, pg. 5.

<sup>315</sup> A OFFENSIVA. *Notas do Exterior: O segundo aniversario da chegada ao poder do Nacional-Socialismo Alemão*. A Offensiva, 31 de janeiro de 1935, pg. 3.

Para a salvação da pátria, porém, surgiu o espírito forte do Fascio. A mentalidade nova dos camisas pardas, estancando a catadupa da anarchia, dominou a caudal terrível. A Allemanha, que Guilherme II construiu em 50 annos de labor scientifico, foi reconstruída em mezes pelo pulso forte do nazismo. E hoje, enquanto o velho Guilherme recorda a catastrophe pavorosa que não soube evitar, Hitler contempla a resurreição do povo da Loreley, em cujos veias os camisas pardas injectaram o sopro da vida que se extinguiu.<sup>316</sup>

No entanto, nem só pela admiração foi marcada a relação do periódico com o regime nazista. Em um artigo escrito pelo próprio Plínio Salgado – líder do movimento integralista-, há uma crítica severa à atitude, tomada por Hitler, contra Monsenho Wolker, presidente da Juventude Catholica, padres e jovens das organizações católicas. Segundo notas do dia 12 de fevereiro de 1936, Wolker e cerca de 150 padres e jovens da juventude católica foram presos pela polícia política alemã pois *são accusados de complot contra a segurança do estado*. De acordo com a nota, a polícia política *julga estar na pista de uma vasta trama, em que as organizações catholicas da juventude teriam estabelecido relações com elementos communistas para derrubar o estado nacional-socialista*. Consta ainda que *continuam a ser effectuadas prisões em todo o território da Allemanha*<sup>317</sup>.

Após dois dias de veiculada tal notícia, Plínio Salgado escreve um artigo, intitulado *Nacional-Socialismo e Nacionalismo Christão*<sup>318</sup>, no qual tece algumas críticas à atitude tomada pelo Führer. A seguir, destacamos e comentamos alguns trechos da referida notícia

Os últimos telegrammas da Allemanha informam que o governo de Hitler mandou prender cerca de 150 sacerdotes catholicos e centenas de membros das associações catholicas, accusados de conspirar contra a segurança do Estado [...]

Com o exacto senso de equilibrio que deve caracterizar os integralistas [...] procuro examinar essa gravíssima questão, deduzindo dos acontecimentos que se desenrolam na Allemanha a lição útil para nós, que desejamos crear o Estado Novo, o Estado Forte, mas, principalmente, o Estado Christão.

[...]

1) – Teria o Estado Allemão, no seu objectivo de elevar ao Maximo a mystica nacionalista e o preconceito das raças superiores, ultrapassado os limites de seus direitos, attingindo, no campo da educação moral e physica, os princípios da intangibilidade da “pessoa humana” e da “família”, projecção natural da “pessoa”?

2) – Si o Estado Allemão não ultrapassou esses limites, terias as associações catholicas ultrapassado o campo de suas actividades Moraes e espirituales, imiscuindo-se nas luctas políticas?

Eis ahi duas perguntas que nos levam a considerar os gravísimos perigos que representam para uma Nacionalidade as attitudes do Estado, ferindo o mais sagrado principio da liberdade, que é a liberdade de consciência, a intangibilidade da pessoa

<sup>316</sup> A OFFENSIVA. *O Kaiser e o Fuehrer*. A Offensiva, 29 de janeiro de 1936, pg. 2.

<sup>317</sup> A OFFENSIVA. *Queriam derrubar Hitler: Accusadas as organizações da Juventude Catholica e elementos communistas*. A Offensiva, 29 de janeiro de 1936, pg. 2.

<sup>318</sup> A OFFENSIVA. *O Nacional-Socialismo e o Nacionalismo Christão*. A Offensiva, 14 de fevereiro de 1936, pg. 2.

10 a 13 de maio de 2010

humana, a invulnerabilidade religiosa da Família; ou as atitudes das autoridades eclesíasticas, no caso de, portando-se o Estado nos estritos limites que lhe impõem os deveres para com Deus, não dando motivos para censura por parte da consciência religiosa, assumirem ellas o papel de meros instrumentos da liberal-democracia e das lojas maçônica, ainda que de um modo inconsciente.

Salgado conclui que o governo hitlerista infringiu as *mais sagradas leis naturaes*. Para o autor, o governo hitlerista, ao tolher o livre arbítrio dos católicos, deu, assim, motivos para que estes se rebelassem. Posteriormente, afirma que o hitlerismo se encontrava inconscientemente orientado pelo judaísmo, a quem ele próprio desencadeia uma guerra

No caso da Alemanha, não tenho duvidas [...] que o governo hitlerista está, sem duvida nenhuma, infringindo as mais sagradas leis naturaes e humanas e dando lugar a que os catholicos, ciosos do livre arbítrio e da intangibilidade da personalidade do homem e de sua família, se rebelem contra o Estado.

O hitlerismo, que proclama os seus principios racistas e as razões históricas da Nação Alemã, em nome da qual desencadeia a guerra aos judeus, tenho para mim que se acha, inconscientemente orientado pelo próprio judaísmo, cujas raízes no Estado Nacional-Socialista revelam-se a cada passo.<sup>319</sup>

As críticas de Salgado se prolongam. Para o autor, a divinização existente em torno de Hitler foge de toda a base e equilíbrio da razão humana. Salgado afirma, ainda, que em torno do Führer, longe de se encontrar um ambiente religioso, encontra-se o ambiente de um nacionalismo pagão

O ascetismo, a mystica, a super-humanização do typo do “fuherer”, a sua divinização ao ponto de o considerarem os mais exaltados, a encarnação de Odim, exprime um artificialismo político, que foge de toda a base e equilíbrio da razão humana, uma vez que não tem o lastro religioso ou o alicerce de uma vocação espiritual específica. Em torno do “fuherer”, longe de se encontrar o ambiente religioso, encontra-se o ambiente de um nacionalismo pagão, o clima das ressurreições olympicas de Juliano, o Apostata. O próprio “socialismo”, lado sympathico desse movimento que arrastou tantos proletários, passou para uma segunda plana, predominando a política exclusivamente nacionalista [...].<sup>320</sup>

Mais adiante, reconhece a recuperação da Alemanha no pós Grande Guerra, recuperação esta, segundo o autor, fruto dos esforços feitos pelo regime nazista. Entretanto, Salgado diz que todo este esforço está sendo desvirtuado por *elementos semitas habilmente infiltrados*, fazendo com que Hitler e a Alemanha se apresentem ao restante do mundo sob um aspecto antipático.

---

<sup>319</sup> Ibidem

<sup>320</sup> Ibidem

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Esse esforço, porém, que dignifica um povo, tenho a impressão de que está sendo explorado por elementos semitas habilmente infiltrados, no sentido de desvirtual-o, aparecendo Hitler e a Alemanha, perante o mundo, sob um aspecto atypathico.<sup>321</sup>

Apesar de Salgado reconhecer que o regime hitlerista se encontra inconscientemente orientado pelo judaísmo, pode-se perceber que sua crítica se dirige ao governo do III Reich, e não ao judaísmo.

Como vimos, notícias críticas à Alemanha nazista também foram tecidas pelo periódico. No entanto, as notícias que se posicionam a favor do III Reich são, quantitativamente, muitos superiores às desfavoráveis. Tal constatação é facilmente percebida se levarmos em conta as matérias que abordam o combate ao comunismo

As notícias mais recorrentes e que possuíam maior destaque dentro do jornal, como dito anteriormente, eram as que proclamavam as alianças entre Itália, Alemanha e, posteriormente, Japão, países que, para o periódico, objetivavam barrar o avanço do comunismo e, assim, estabelecer a paz mundial.

Só para ilustrar, citamos a notícia veiculada no dia 21 de janeiro de 1937<sup>322</sup>, que ocupa um espaço na capa da edição e tem sua conclusão na página cinco. Tal notícia diz que a Internacional Comunista, realizada em Moscou no ano de 1936, estabeleceu que o fascismo e o imperialismo deveriam ser combatidos, e [...] *que o futuro objectivo de suas atividades seriam a Alemanha, o Japão, a Polônia, etc.* Para que este objetivo fosse atingido, a URSS auxiliaria os “*exércitos vermelhos da China, a fim de combater o Japão*”. Em retaliação às decisões da Internacional Comunista, o jornal anuncia que a Alemanha, a qual “[...] *desde o estabelecimento do novo regime em 1933, tomou medidas drásticas contra o comunismo*”, se aliara ao Japão, pois, “[...] *nada mais natural que os dois países procurassem tomar medidas defensivas em conjunto, o que foi feito com o acordo assinado em novembro de 1936.*”

Mais especificamente sobre o combate ao comunismo, percebemos que o periódico atribuía a tarefa de combatê-lo principalmente à Alemanha, que, para o jornal, seria o baluarte mais forte e resistente contra o bolchevismo:

A esperança de todo o mundo civilizado dirige-se exclusivamente sobre a Alemanha. Inumeros attestados dos próprios bolchevistas confirmaram que elles consideram a Alemanha como a chave mestre para a revolução mundial e que a conquista da Alemanha equivale á victoria do bolchevismo mundial. Num tenaz e

---

<sup>321</sup> Ibidem

<sup>322</sup> A OFFENSIVA. *O Accordo teuto-japonez contra o comunismo*. A Offensiva, 21 de janeiro de 1937, pgs. 1 e 5.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

tremendo combate do povo alemão contra o marxismo judaico e com terríveis sacrifícios foi este ataque da Internacional Comunista repellido: a victoria de Adolf Hitler e de seu movimento significava o fim dessas tentativas de bolchevizar a Alemanha e com ella a Europa Central.

[...]

O mundo começa a perceber que o ataque mortal do bolchevismo, contra o qual a Alemanha nacional-socialista é o baluarte mais forte e resistente, se dirige também contra todos os demais povos e nações. [...] <sup>323</sup>

Neste sentido, citamos, ainda, as notícias veiculadas no dia 13 de fevereiro de 1937<sup>324</sup>, que anuncia, mais uma vez, a empenho da Alemanha em enfrentar o comunismo, e a do dia 06 de janeiro de 1937<sup>325</sup>, noticiando que o fascismo e o nazismo não tolerarão, na Espanha, uma República Soviética. Esta última foi categórica ao afirmar [...] *que nem a Alemanha e nem a Italia poderão tolerar o estabelecimento de uma republica soviética nas costas do Mediterrâneo.*

No entanto, ao fazermos uma análise mais pormenorizada dos documentos, percebemos que a maioria das notícias relativas à Alemanha e ao seu regime não foram escritas pelos jornalistas e editores do jornal integralista. Elas são, em grande parte, apenas reproduções integrais, parciais ou comentários de notícias veiculadas nos jornais alemães. Apenas para exemplificar, basta vermos que das 14 notícias relacionadas à Alemanha veiculadas no *A Offensiva* ao longo do mês de agosto de 1936, apenas duas<sup>326</sup> não são originárias exclusivamente de jornais do III Reich.

Ainda não estudamos a questão mais a fundo, entretanto não nos restam dúvidas de que o jornal integralista desejava, sim, manter os militantes a par das novidades referentes ao universo nazista. Todavia, não espantaríamos-nos se uma das explicações para a referida questão fosse a de que ao apenas reproduzir as notícias dos jornais alemães, o *A Offensiva* estaria objetivando manter um certo distanciamento, ou, se assim poderíamos dizer, uma relativa neutralidade diante o objeto; neutralidade esta, que estaria comprometida caso a notícia tivesse sido escrita pelo punho de seus próprios editores.

Deixemos claro que a hipótese acima de forma alguma seria uma justificativa para negar as afirmações de que a imprensa integralista fez apologia aos demais movimentos e regimes fascistas. Até porque, caso essa afirmação fosse feita, estaríamos negligenciando o

---

<sup>323</sup> A OFFENSIVA. Anti-Komintern. *A Offensiva*, 28 de setembro de 1935, pg. 3.

<sup>324</sup> A OFFENSIVA. *A Alemanha contra o comunismo não admite um sovieta na Hespanha: as sensacionaes declarações do ministro Goebels.* *A Offensiva*, 13 de fevereiro de 1937, pgs. 1 e 2.

<sup>325</sup> A OFFENSIVA. *A Itália e a Alemanha não tolerarão uma republica soviética no Mediterraneo.* *A Offensiva*, 06 de janeiro de 1937, pg. 5.

<sup>326</sup> A OFFENSIVA. *O Almirante Saldanha na Alemanha.* *A Offensiva*, 8 de agosto de 1936, pg. 3.

A OFFENSIVA. *O augmento dos exércitos do Reich e da Russia.* *A Offensiva*, 29 de agosto de 1936, pg. 10.

fato – já citado – de que os editores selecionavam as notícias dos próprios jornais de Berlim, os quais, por viverem sob a censura do regime totalitário de Hitler, produziam notícias favoráveis ao regime.

Um exemplo que ilustra muito bem a situação é a notícia intitulada *A Alemanha é um país magnífico. Declarações do ex-embaixador Willian Dodd à imprensa*, estampada na primeira página da edição do dia 2 de dezembro de 1937<sup>327</sup>. Esta notícia, proveniente de Berlim, tem trechos originais reproduzidos e comentados pelo jornal *A Offensiva*. A nota diz que Willian Dodd, então embaixador dos Estados Unidos na Alemanha, recebeu jornalistas norte-americanos para comunicar-lhes oficialmente sua demissão. O ex-embaixador chega a declarar que (...) *esses anos me permitiram reconhecer a amável população allema*<sup>328</sup>.

A certa altura, Dodd diz que

“(...) Tinha ido à Alemanha em 1928 e os conhecimentos que tinha feito então me deram a idéia de voltar a Berlim em 1933 com a esperança de servir utilmente meu país e a paz mundial. Entretanto durante o primeiro anno experimentei uma certa decepção. Mas todos nós, membros da Embaixada e dos Consulados dos Estados Unidos na Alemanha, continuamos a colaborar cordialmente para evitar commeter qualquer erro nessa época extremamente difficil.”<sup>329</sup>

A notícia é concluída com o ex-embaixador declarando: *A Alemanha é um país magnífico assoberbado por problemas econômicos analogos aos que pesam actualmente sobre a Europa Occidental.*<sup>330</sup>

Apesar de haver referência de Dodd a uma certa *decepção*, podemos perceber que esta citação é relegada a um segundo plano dentro da notícia. Por outro lado, é fácil notarmos que os editores do *A Offensiva* fizeram questão em destacar, e até colocar como a manchete da matéria, o fato de um ex-embaixador dos Estados Unidos, país baluarte do liberalismo e da democracia, declarar sua admiração à *magnífica* Alemanha e a seu *amável* povo.

Ainda neste sentido, achamos que seria frutífero pensar o porquê da majoritária parte das notícias sobre a Alemanha e seu regime veiculadas no jornal *A Offensiva*, além de não terem sido escritas pelos próprios representantes do periódico, terem sido extraídas de jornais publicados no III Reich. Parece-nos razoável que esta resposta seja de uma grande contribuição para os objetivos do presente trabalho.

<sup>327</sup> A OFFENSIVA. *A Alemanha é um país magnífico*. A Offensiva, 02 de dezembro de 1937, pg. 1.

<sup>328</sup> Ibidem

<sup>329</sup> Ibidem

<sup>330</sup> Ibidem



Em nossa compreensão, fica claro que, apesar de apenas reproduzirem ou comentarem notícias já veiculadas, os editores do *A Offensiva*, ao realizarem o processo de seleção das matérias, davam preferência às notícias publicadas em jornais do próprio III Reich. Com quase toda certeza, por passarem pelo processo de censura, tais notas divulgavam exclusivamente palavras favoráveis ao regime. Desse modo, podemos dizer, que apesar de não escreverem as notícias de seus próprios punhos, tanto jornalistas quanto editores do *A Offensiva*, sabiam que as notícias que viriam a publicar elogiariam ou, no mínimo, retratariam afeiçoadamente o regime nazista.

### **Conclusões**

Por meio do estudo dos documentos, podemos perceber que a relação entre integralistas e demais movimentos fascistas foi marcada pela presença de um sentimento dúbio. Ao mesmo tempo em que os integralistas identificavam o seu movimento com o fascismo europeu, buscavam diferenciá-lo, retratando suas singularidades, suas raízes nacionais, sua brasilianidade.

Verificamos, também, que a maioria das notícias veiculadas vinculadas à Alemanha nazista se refere, sobretudo, ao combate ao avanço do comunismo e à URSS, que, para o jornal, seria a grande responsável, junto com a liberal-democracia, por todos os males pelos quais as demais nações do mundo estariam passando.

Percebemos, também, que os integralistas, em nossa interpretação, objetivando manter uma relativa neutralidade no que tange à sua identificação com o regime nazista, quando possível, hesitavam escrever eles próprios as notícias relacionadas à Alemanha, preferindo na maior parte das vezes, apenas reproduzir ou comentar as notícias publicadas ou oriundas do III Reich.

Apesar de tal fato, não podemos negar que a imprensa integralista trabalhou efetivamente para que a Alemanha, o nazismo e Hitler, fossem bem vistos pelos camisas-verdes. Afirmamos isto levando-se em conta que os responsáveis pelos periódicos, mesmo evitando escrever eles próprios as notícias sobre a Alemanha, selecionavam, sobretudo, fontes oriundas do III Reich, as quais, por viverem sob um regime totalitário, publicavam sempre notícias favoráveis ao governo. Ou seja, seria perfeitamente plausível a hipótese de que mesmo não escrevendo as notícias, sabiam que o que publicassem elogiaria ou, ao menos, retrataria afeiçoadamente a Alemanha e o seu regime. Desse modo, fica claro para nós que os

responsáveis pelos periódicos atingiam o objetivo de trabalhar em favor da imagem da Alemanha, do regime nazista, e do próprio Hitler, ao mesmo tempo em que conseguiam manter-se relativamente neutros quanto a seu posicionamento.

Notícias favoráveis ao III Reich e ao regime nazista se fazem presente nas mais variadas edições. No entanto, apesar de quantitativamente superiores, como vimos, nem só elogios foram dirigidos à Alemanha; e podemos perceber isto no artigo, já comentado, de Plínio Salgado. No referido artigo, apesar de Salgado atribuir, em última instância, as atitudes tomadas por Hitler contra a Juventude Católica à *elementos semitas habilmente infiltrados* na Alemanha, fica claro que a crítica do autor se dirige não à estes *elementos semitas*, mas sim à Hitler, em torno do qual *longe de se encontrar o ambiente religioso, encontra-se o ambiente de um nacionalismo pagão*.

A crítica de Salgado parece-nos, dirige-se, sobretudo ao extremismo do nacionalismo alemão. Segundo o autor, este nacionalismo extremado se tornou a principal política do Estado, enquanto isso, a religião católica sofre profundas retaliações. Tal crítica faz muito sentido no pensamento de Salgado, pois, como este mesmo explicitou no artigo, seu objetivo era *criar o Estado Novo, o Estado Forte, mas, principalmente, o Estado Christão*.

Todavia, as críticas à Alemanha, a seu regime e ao Führer, foram quantitativamente insignificantes e não atrapalharam para que uma imagem positiva do III Reich fosse transmitida ao camisas-verdes.

De uma maneira geral, para o A Offensiva, a Alemanha aparece como o principal baluarte contra o comunismo e contra a URSS. Era nela que o mais importante periódico do movimento integralista depositava as esperanças em uma luta contra os vermelhos.

## Referências

**ARAÚJO**, Ricardo Benzaquen de. **Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1987.

**BARBOSA**, Jefferson Rodrigues. **Sob a sombra do eixo: camisas-verdes e o jornal integralista Ação (1936-1938)**. 2007. 274 pg. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

**BERTONHA**, João Fábio. **Fascismo, nazismo, integralismo**. São Paulo: Ática, 2005.

\_\_\_\_\_. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

\_\_\_\_\_. **Sobre a direita: Estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo.** Maringá: Eduem, 2008.

**BLINKHORN**, Martin. *Fascism and the Right in Europe: 1919-1945.* Malaysia: Pearson, 2000.

**CAVALARI**, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937).** Bauru, SP: Edusc, 1999.

**DE GRAND**, Alexander J. **Itália Fascista e Alemanha Nazista: o estilo “fascista” de governar.** Madras

**DIETRICH**, Ana Maria. **Nazismo tropical? O partido nazista no Brasil.** 2007. 374 pgs. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2007.

**GERTZ**, René. **O fascismo no sul do Brasil: Germanismo, Nazismo, integralismo.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

**KONDER**, Leandro. **Introdução ao Fascismo.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

**LACQUE-LABARTHE**, Philippe; **NANCY**, Jean-Luc. **O Mito Nazista.** Trad. **SILIGMANN-SILVA**, Marcio. São Paulo: Iluminuras, 2002.

**LENHARO**, Alcir. **Nazismo: o triunfo da vontade.** São Paulo: Ática, 1986.

**MACHADO**, Ironita P. **História e Imprensa: um olhar sobre o olhar do Semanário A Voz da Serra.** Universidade de Passo Fundo, 2006.

**OLIVEIRA**, Rodrigo S. de. **Imprensa Integralista, imprensa militante (1932-1937).** 2009. Dissertação (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUC-RS, Porto Alegre, 2009.

**PAXTON**, Robert O. **A anatomia do Fascismo.** Trad. **ZIMBRES**, Patrícia; **ZIMBRES**, Paula. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

**RIBEIRO JUNIOR**, João. **O que é nazismo?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

**SILVA**, Giselda B. (Org.). **Estudos do Integralismo no Brasil**. Recife: Editora da UFRPE, 2007.

**TRINDADE**, Helgio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: DIFEL, 1979.

\_\_\_\_\_. **O nazi-fascismo na América Latina: mito e realidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

## As Igrejas e o Autoritarismo

**Entre a cruz, a foice e o martelo: as relações entre a Igreja Católica e a TFP ante a ameaça comunista.**

Ana Vitória Sampaio Castanheira Rocha\*

**Resumo:** No seguinte trabalho discutimos as relações entre a Igreja Católica e a TFP (Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, Família e Propriedade) face à pretensa ameaça comunista que assombrou o Brasil na segunda metade do século XX. Visamos destacar os embates travados entre a Instituição e o movimento antes e após o Golpe de 1964, e a mudança no significado de catolicismo.

**Palavras-chave:** TFP, anticomunismo, Igreja Católica.

### Introdução

Ao escrever esse trabalho foi impossível não diagnosticar a proposta de Reinhart Koselleck em relação ao tempo histórico.<sup>331</sup> O que estaria no “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” de muitos não é mais novidade. Na segunda metade do século XX, principalmente sob a luz da Guerra Fria, pessoas no mundo inteiro estavam diante de diversos perigos que se encontravam em tal horizonte: A Terceira Guerra Mundial, a vitória – ou derrota – da URSS, a ascensão do comunismo, entre outros. Atualmente os nossos medos não são muito diferentes daqueles passados.

A “ameaça” de Karl Marx e Friedrich Engels poderia ser mesmo comparada a um “espectro” que rondava o continente europeu. Durante o século XX esse “espectro” não se limitou ao outro lado do atlântico, e passou a assombrar o continente americano. Nesse caso a América Latina, que era vista como solo propício para que tal sistema germinasse.

A Sociedade em Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) nasceu em meio a esse fogo cruzado ideológico e político. Composta basicamente por grandes latifundiários, classes médias e altas e acima de tudo tradicionalistas, a TFP veio à fim de defender os

---

\*Graduada em História pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), cursando especialização em História, sociedade e cidadania pelo UniCEUB. E-mail: vitoria.hellsing@bol.com.br

<sup>331</sup>KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos. Rio de Janeiro: Editora da Pontifícia Universidade Católica. 2006

interesses de uma classe supostamente dominante. As palavras de Karl Mark e Friedrich Engels se tornavam cada vez mais constantes, e esses valores não ocupavam somente lugar na política e na sociedade, mas também na Igreja – instituição defensora da civilização cristã e genuína inimiga da revolução.

A existência da ala progressista católica era o reflexo do início da derrota dos valores cristãos. Sendo assim os tefepistas se armaram, passando a serem retratados como “cruzados do século XX”. A luta não era apenas religiosa, mas também social. Para Plínio Corrêa de Oliveira nada estava separado, e sim entrelaçado. Comunismo e cristianismo seriam a mesma coisa que água e óleo, impossíveis de trabalharem juntos.

Um dos supostos medos dos tradicionalistas era que católicos engajados na caridade passassem a reconhecer nos esquerdistas amigos de causa. Nas mãos da TFP não apenas a Bíblia foi convertida em propaganda política, porém os Segredos de Fátima e outros fenômenos acabaram servindo para esse fim.

Sem portar armas, os cruzados do século XX lutaram contra quem quer que ameaçasse os seus valores antes, durante e após o Golpe de 1964 – fosse do clero ou não.

### **Antecedentes**

Com o eurocentrismo imposto durante a romanização, do qual a disciplina era a palavra de ordem, as reações dos brasileiros no início do século XX foram diversificadas e algumas contraditórias. O nacionalismo no meio religioso ganhou espaço, assim como as discussões acerca da vocação e do racismo presentes nos seminários. Os lazaristas já diziam que o “brasileiro não dá para padre” e que era muito difícil para que os mesmos fossem celibatários. A questão racial também favoreceu as reações de um clero brasileiro insatisfeito. Ser padre era ser branco<sup>332</sup>. Os poucos negros com acesso aos seminários passaram por uma etapa de “embranquecimento”. Os seminários foram submetidos a visitas de emissários do Vaticano a fim de manterem o controle e a disciplina. A escassez de padres também foi um problema. Se a romanização construiu diversas escolas no país, faltava o que chamaram de demanda vocacional por parte dos brasileiros. Tais posições resultou no nacionalismo clerical. Nos anos 1930 diversos bispos apoiavam o Integralismo, movimento nacionalista cujo o lema era “Deus, Pátria e Família”.

---

<sup>332</sup>SERBIN, Kenneth P. Padres, celibato e conflito social: Uma história da Igreja Católica no Brasil. P. 129

A grande disciplina que a romanização representou fez com que as maiores preocupações da Igreja fossem internas e não sociais. Isso contribuiu também para a perda de fiéis. O enfraquecimento da Instituição coincidiu com as novas ideologias propagadas. No catolicismo as transformações germinaram nos seminários. Entre os anos 1940 e 1950 os debates sobre o Sistema Tridentino fizeram desses locais verdadeiros campos de batalha. Tiveram origens na cidade de Viamão – RS e não muito tardou para que se espalhassem pelo restante do país. Os seminaristas passaram a questionar a ordem tridentina, a teologia maquinal, a disciplina autoritária e o celibato. O novo religioso abandonaria a essência casta e distante, intocável para a sociedade, para se encontrar mais preocupado com as condições de vida dos fiéis, dessa forma garantindo um caráter cada vez mais humano<sup>333</sup>.

Contudo se de um lado temos jovens seminaristas abertos à modernização, de outro encontramos uma Igreja tradicional ameaçada pela nova realidade. Com a derrubada do regime ditatorial de Getúlio Vargas em 1945, a Igreja perdeu o seu monopólio religioso sobre o corporativismo, e as religiões concorrentes começaram a ameaçar de forma mais expressiva. Com a migração do campo para as cidades sua influencia foi reduzida, visto sua base tradicional nos meios rurais. No meio dos discursos encontramos o mal estar dos grupos distintos. Os padres tradicionais criticavam o “padre dinâmico do século XX” e reconheciam o comunismo, os protestantes, os espíritas e a mentalidade laicizante como verdadeiros inimigos.<sup>334</sup>

Com a modernização da sociedade, as massas, que não eram mais submissas, dificilmente retornariam àquela antiga dinâmica. A Instituição precisaria se transformar se não quisesse perder a sua soberania religiosa. Nesse mesmo período com a ajuda da Ação Católica Brasileira (ACB) nasceram dois importantes movimentos sociais: a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC).

A produção industrial aumentou consideravelmente entre 1947 a 1961, a população de 41 milhões cresceu para cerca de 70 milhões, e a migração do campo para as cidades fez com que a parcela de população urbana aumentasse de 31% para 46%. O Brasil estava se modernizando, e obviamente que a Igreja, por mais conservadora que fosse, em certo momento acompanharia esse ritmo.

---

<sup>333</sup> SERBIN, Kenneth P. Op. Cit. P. 155

<sup>334</sup> DELGADO, L. A. "Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos" in Brasil Republicano: O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. P. 99

O Concílio Vaticano II, aberto sob o papado de João XXIII em 1962, também colaborou para a definição de uma ruptura entre uma Igreja progressista e as alas conservadoras. Esse Concílio não pode ser retratado como formador de posições, uma vez que os apelos sociais já eram existentes, mas sim como a consolidação das ideologias antes propagadas.

... as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo, os pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e angústias dos discípulos de Cristo.<sup>335</sup>

Entretanto a presença desse discurso não remete a uma Igreja inteiramente modernizada e uniforme. Os anos anteriores ao Golpe de 1964 são relevantes pela germinação de novos paradigmas em frações católicas, leigas ou não. Isso não significa que o conservadorismo ainda presente tenha feito voto de silêncio e escassa participação. O medo comunista, as outras denominações religiosas – principalmente a expansão do Protestantismo – as questões acerca do celibato, o desconforto com a laicização e o ritmo de uma sociedade cada vez mais moderna ainda eram as preocupações do clero e ameaçavam as suas bases.

O catolicismo nunca foi e nunca será homogêneo. Os seus embates representam as mesmas preocupações de uma sociedade, inserida em diferentes contextos. Como Instituição a Igreja Católica nada mais é do que reflexo dos homens, que com os braços e a fé dão a razão de ser às bases clericais e seus diversos recintos. A sociedade não é unificada e nem as suas Instituições. O catolicismo no Brasil adquiriu características e dinâmicas próprias e pode ser compreendido como eixo propenso à difusão de novas ideologias.

Plínio Corrêa de Oliveira – presidente e fundador da TFP - não se contentaria com a acomodação política, e desde cedo era notável o seu espírito cruzado à fim de estabelecer a moral cristã. No ano de 1934 foi o mais jovem deputado constituinte eleito, apoiado pela Liga Eleitoral Católica (LEC)<sup>336</sup>. Anos mais tarde Plínio tornou-se diretor do jornal oficioso da Arquidiocese de São Paulo intitulado O Legionário. Em seus escritos já era possível perceber o seu posicionamento ante o assim chamado perigo vermelho.

---

<sup>335</sup> IV, Paulo. Concílio Vaticano II, 1968, P. 143

<sup>336</sup> ZANOTTO, Gizelle. É o caos!!! A luta anti agro-reformista de Plínio Corrêa de Oliveira. Dissertação de Mestrado apresentada à UFSC. Florianópolis – SC. 2003. P. 33



IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Não o ignora o Partido Comunista. Que preço terá ele exigido pela sua colaboração? Se tomarmos em consideração o que é o comunismo, a ganância, sofreguidão e astúcia de seus altos dirigentes ([...] dos de Moscou, que certamente meteram os dedos em todo este caso, por detrás do paravento translúcido do PC brasileiro), o ímpeto invariável e veemente com que tende para a vitória de suas teses e de sua política... é admissível que as vantagens objetivadas pelos vermelhos fossem módicas?<sup>337</sup>

No que consistiria o medo da ameaça comunista? O século XX foi cenário de grandes agitações políticas. A Revolução Russa em 1917, liderada por Vladimir Lênin, e em 1939 a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a ascensão do Nazismo, eram novos modelos políticos que para Plínio representavam ameaças. Nas décadas de 1920 e 1930 o movimento católico adquiriu maior repercussão graças às Congregações Marianas que muito influenciaram Plínio Corrêa. O caráter dessas congregações estendia-se ao fervor religioso, à devoção a Virgem Maria, à luta anticomunista e contra qualquer aspecto revolucionário com roupagem anticristã.

Em 1943 Corrêa escreveu o seu primeiro livro, *Em Defesa da Ação Católica*. Com sua participação no *Legionário* lançou o mensário *Catolicismo* em 1951 e ao seu redor contava com o apoio de colegas e admiradores, que receberam o nome de “grupo do Plínio”, intimamente ligado à criação da TFP. Em 1959 lançou um dos títulos mais lidos e tido como obra profética, *Revolução e Contra-Revolução*. No ano seguinte foi fundada a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, lembrando que é uma entidade extra-ecclesial cujos objetivos além da luta anticomunista, são: a defesa do catolicismo tradicional, a luta contra o aborto, contra a Reforma Agrária, contra o divórcio e contra a esquerdização do catolicismo<sup>338</sup>.

O igualitarismo constitui as bases para a ascensão da esquerda e a usurpação da hierarquia. Para Plínio o igualitarismo seria uma verdadeira utopia, visto que se no Paraíso existem diferentes patamares para Santos e Anjos, porque na Terra haveria de ser diferente?

O receio era de que católicos engajados na caridade enxergassem no comunismo uma opção viável. A infiltração da esquerda nos meios católicos foi pretensamente encarada como ataque, uma vez que este se dava de fora para dentro a Instituição combatia, o contrário se mostrava totalmente vulnerável e digno de maiores cuidados.

Isto é, enquanto o inimigo que atacava a Igreja abertamente e de fora para dentro, o comunismo continuou a ser rijamente repellido. Mas o mesmo já não se pode dizer

<sup>337</sup>OLIVEIRA, P. C. A mão estendida. *Legionário*, Nº 753 - 12 de janeiro de 1947. Disponível em <<http://www.pliniocorreadeoliveira.info/legionario.asp>>

<sup>338</sup>ZANOTO, Gizelle. Op. Cit. P. 79

O assim chamado perigo vermelho não deve o seu nascimento ao início da Guerra Fria. Antes mesmo que ela eclodisse é sabido que no país a repressão a elementos esquerdistas já era existente durante o Estado Novo. A Guerra Fria somente consolidou ainda mais as divisões ideológicas e partidárias.

Nas décadas de 1930, 1940 e 1950 as Forças Armadas não mais caracterizava-se como elemento secundário nas manobras e aspirações políticas no país. Ainda nos anos 1930 era difícil distinguir Estado e Forças Armadas.

Após a repressão das forças da esquerda, do movimento integralista e das oligarquias regionais, Estado e Forças Armadas tornavam-se difíceis de distinguir. Mais que da defesa nacional, o Exército cuidava da ordem interna e fazia-se fiador da política de industrialização nacional. Esse ator militar parecia distante do idealizado agente social tímido e inseguro, que precisava ser exaltado a ocupar um lugar na política.<sup>340</sup>

Se antes da Guerra Fria o anticomunismo já era presente nos âmbitos militares, com ela essas tendências consolidaram-se de tal forma que as Forças Armadas encontrou necessidade de ampliar os seus poderes. As elites brasileiras também não estavam confortáveis com tal realidade, e a esquerda era elemento indesejável. No caso do catolicismo tradicional, particularmente a TFP, o comunismo representaria essa ameaça de forma ampla, obtendo uma imagem capaz de destruir diversos elementos de moral defendida. A luta de classes proposta por Karl Marx simbolizaria a derrubada da hierarquia, tão defendida pela TFP, e dentro dessa derrubada também encontra-se a propriedade, que é fruto da liberdade do homem e de seu trabalho.

Em artigo publicado no Legionário, o autor retrata nitidamente as divisões do país polarizado, e em consequência a religião.

A todas essas razões, acrescentamos uma última. O brio, o pundonor de um católico leva-o a se sentir mal ao lado de inimigos capitais da Igreja, no terreno da política em que uns procuram conservar, e outros procuram arrasar a civilização cristã. Nós e os comunistas devemos sentir-nos como os membros de duas famílias brigadas entre si pelas mais graves questões de honra. Toda a colaboração entre nós será impossível, pelo próprio fato dos deveres de honra, decorrentes da posição em que

---

<sup>339</sup> OLIVEIRA, P. C. A Igreja ante a escalada da ameaça comunista: Apelo aos Bispos Silenciosos. São Paulo: Vera Cruz. 1976. P. 38

<sup>340</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. “Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe” in Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

10 a 13 de maio de 2010

nos encontramos. Claro está que, se nos encontrarmos juntos, em uma barca naufraga, poderemos momentaneamente lutar lado a lado para salvar a barca. Mas daí a fazer uma combinação para obter vantagens políticas nas quais a Igreja só tem que perder, a distância é bem grande...<sup>341</sup>

Caberia à Igreja Católica denunciar o inimigo e assim o fez em grandes proporções, apesar da já existente ala progressista. Antes da década de 1960 o clero ainda contava com grande proximidade com o Estado, as Forças Armadas, proprietários rurais e as diversas camadas, fossem elas populares ou não.

Entre os anos de 1961 a 1964 a Igreja anunciava os perigos que a nação sofria sob o poder do presidente João Goulart. A ala progressista foi repelida e atacada por elementos clericais conservadores e até mesmo por leigos.

Tanto os âmbitos conservadores do clero quanto os militares estavam descontentes.

Sendo assim era conveniente o apoio da Igreja. Lembrando que para os tefepistas o Golpe militar não foi um golpe, e sim uma contra-revolução em resposta aos elementos esquerdistas presentes no governo de João Goulart, como as Reformas de Base e a suposta amizade que o presidente mantinha com a URSS e a China comunistas. Como conceito de contra-revolução temos:

À Revolução, Plínio Corrêa de Oliveira opõe a Contra-Revolução, cujas metas e meios de ação delinea. Nobre ideal que conclama o homem contemporâneo a recusar em bloco as características da Revolução, e a restaurar em todo o seu esplendor as ordens espiritual e temporal cristãs.<sup>342</sup>

Para a TFP a Igreja seria maior força contra-revolucionária, e sobretudo a alma da contra-revolução.<sup>343</sup> Aos militares, porém, o movimento reserva simpatia e reconhecimento, mas sob a sua ótica soberanamente medievalista, a este caberia o papel de massa de manobra e não como poder estatal.

O contra-revolucionário deve lamentar a paz armada, odiar a guerra injusta e deplorar a corrida armamentista de nossos dias. Não tendo, porém, a ilusão de que a paz reinará sempre, considera uma necessidade deste mundo de exílio a existência da classe militar, para a qual pede toda a simpatia, todo o reconhecimento, toda a admiração a que fazem jus aqueles cuja missão é lutar e morrer para o bem de todos.<sup>344</sup>

---

<sup>341</sup> OLIVEIRA, P. C. Op. Cit.

<sup>342</sup> Plínio Corrêa de Oliveira: Um homem de fé, de pensamento, de luta e de ação. Disponível em <<http://www.tfp.org.br/fundacao.asp>>

<sup>343</sup> OLIVEIRA, P. C. Revolução e Contra-Revolução. P. 45. Disponível em <<http://www.pliniocorreadeoliveira.info/RCR.pdf>>

<sup>344</sup> OLIVEIRA, P. C. Op. Cit. P. 44

A contra-revolução não se daria, em si, contra o protestantismo ou o espiritismo, outros grandes inimigos da nação católica, mas sim contra um emaranhado de valores e ameaças em vigor<sup>345</sup>. Em meados da segunda metade do século XX teóricos da TFP atentaram ao contexto em que a América Latina se encontrava. O continente mostraria-se fértil para o comunismo. O protestantismo e o espiritismo alastravam-se ainda mais. O ateísmo idem. A academia mostrava-se cada vez mais direcionada para discussões de cunho religioso e social, e um dos adjetivos que a palavra marxismo carregava era o ceticismo – embora muitos redutos católicos já tivessem se inclinado à luta socialista. Sendo assim era difícil apontar apenas uma causa para revolução, mas todas elas pareceriam dispostas a enterrar, cada vez mais, o sentido de cristandade.

Sob a ótica da TFP a Contra-Revolução seria, acima de tudo, uma reação aos planos revolucionários e defensora das tradições cristãs. Como citado anteriormente, uma ditadura é conveniente quando “suspender os direitos, não para subverter a Ordem, mas para a proteger”, e essa afirmação confirma a boa aceitação que o movimento teve à idéia de um golpe de estado. O episódio de março de 1964 representou de forma prática o sentido do termo utilizado pelos tefepistas e seus admiradores.

### **A Igreja contra o Regime Militar**

Em maio de 1964 a CNBB realizou uma reunião extraordinária com os arcebispos para discutirem a tomada do poder pelos militares, e exceto alguns indivíduos que questionavam a repressão que alguns leigos poderiam vir a sofrer, a maioria posicionou-se a favor ao Golpe, já que o comunismo era muito mais temido. Em março e abril do mesmo ano as agitações da Marcha da Família com Deus pela Liberdade contou com o apoio massivo da Igreja Católica e outros setores tradicionais da sociedade.

Antes do Golpe militar Dom Hélder Câmara foi transferido da arquidiocese do Rio de Janeiro para Olinda e Recife, e Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota deixou São Paulo rumo à Aparecida. Essas medidas certamente contentaram os militares.

O novo governo conseguia enxergar claramente a possível relação de amizade entre Igreja e Estado. Ora, se muitos o vestiram de salvadores da nação ocidental cristã, porque haveria a Igreja de opor-se a eles? O que não conseguiram conceber é que se o Estado corresponde aos interesses dela, porque não poderia ter total controle sobre a mesma?

---

<sup>345</sup> OLIVEIRA, P. C. Op. Cit. P. 1.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010

Certos militares e embaixadores brasileiros no vaticano ainda acreditavam estar participando de uma cristandade, ou seja, de um regime de colaboração entre Igreja e Estado. Os militares fizeram a "revolução" pensando que estavam defendendo a civilização ocidental cristã do movimento comunista internacional. A Igreja, por sua vez, não queria perder a influência que tinha sobre o Estado, mas, muito menos, sobre a sociedade.<sup>346</sup>

Nas décadas de 1960 e 1970 sob o Regime Militar a hierarquia católica passou a condenar a ausência de liberdades civis. A CNBB deparou-se com a perseguição de religiosos. Como exemplo temos o caso do padre François Jentel ocorrido em 1972 sob o governo do general Emílio Garrastazu Médici. O sacerdote tentou impedir a expropriação de terras na cidade de Santa Teresinha – MT para o território ser cedido a uma empresa particular. Tal ato foi considerado subversivo e isso resultou em sua condenação por 10 anos. Ao ser solto por um acordo entre o governo, a Nunciatura e a Embaixada da França, Jentel seguiu ao país europeu, porém ao voltar em 1975 foi capturado pelo aparelho repressivo e morreu graças às torturas.<sup>347</sup>

O Concílio Vaticano II era completamente contrário ao AI-5 ao declarar que “tudo o que viola a integridade da pessoa humana, como mutilações, as torturas físicas ou morais e as tentativas de dominação psicológica, são efetivamente dignas de censura.” (1963 – 1965). Se anteriormente a CNBB apoiou efusivamente o Golpe de 1964, agora se via ameaçada graças à perseguição aos filhos da Igreja.

O conflito entre os católicos e os militares deve ser entendido como resultado do confronto entre um Estado ditatorial e uma instituição que atua e influencia a manifestação das comunidades excluídas à luta pela plena libertação do homem, explorado pela estrutura capitalista. Em suma, a Igreja Católica possuía nesse momento em questão, interesses antagônicos aos interesses do estado militar, daí resultou o confronto.<sup>348</sup>

Desde as décadas anteriores ao Golpe já encontramos ensaios que permitiriam que a Igreja do Brasil se tornasse cada vez mais humana. Essa semente estaria presente na CNBB, na JOC, na JUC e em outras diversas frações da sociedade católica. Com o Concílio Vaticano II e a Conferência Episcopal de Medellín a Igreja ganhou a roupagem de “Igreja do Povo de

---

<sup>346</sup> RODRIGUES, Sérgio Henrique da Costa. Tensão e diálogo: relações diplomáticas entre a Ditadura Militar brasileira e o Estado do Vaticano. Disponível em <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/SERGIO%20HENRIQUE%20DA%20COSTA%20RODRIGUES.pdf>

<sup>347</sup> PRADO, Carlos Batista. A Participação da Igreja Católica na implantação e consolidação do Regime Militar. P. 11. Disponível em [http://www.ampulhetta.org/textos/Artigo\\_Igreja.pdf](http://www.ampulhetta.org/textos/Artigo_Igreja.pdf).

<sup>348</sup> PRADO, Carlos Batista. Op. Cit. P. 13

Deus”. A hierarquia que significou, em algum momento, barreiras para essa mudança, assistiu a mudança em seu próprio seio:

A participação nas questões sociais é lenta. A aproximação vai se dando nos discursos da hierarquia católica de formas diferentes e sob diversos aspectos. Num primeiro momento, percebe-se a importância da questão social, depois sua existência é constatada na realidade histórica e, finalmente, se reconhece a necessidade de enfrentá-la.<sup>349</sup>

O catolicismo não poderia fugir à essas modificações. A sociedade possuía uma nova imagem e novos anseios, e a religião peregrina e missionária, com o intuito de se aproximar cada vez mais do fiel, não poderia não acatar essas mudanças. A luta social, as necessidades de uma nação e os militares sempre à espreita – interferindo nos propósitos da Igreja – contribuíram para que povo e crença se aproximassem.

Somente quando entrou o sucessor do general Médici, Ernesto Geisel, é que os diálogos entre a Igreja e o Estado começaram a amenizar graças às suas medidas de abertura política.

Ao ser implantado o Regime Militar os católicos tradicionalistas, em especial os membros da TFP e seus admiradores, suspiraram satisfeitos. Ora, o Golpe de 1964 – para eles a contra-revolução – teria sido a esperança para um país livre do perigo vermelho. Não imaginariam eles que a Igreja, Instituição formadora de suas bases, se transformaria em um dos principais inimigos do novo governo vigente.

Também não podemos falar num movimento social completamente a favor dos militares. Estes eram vistos mais como massa de manobra para a instauração da cristandade do que como governantes ideais para o resto dos dias. Mas claro que ao transformar-se na Igreja do Povo de Deus e conseqüentemente denunciar os anos de chumbo do Regime, a cristandade estaria cavando a própria cova.

## **Conclusão**

A segunda metade do século XX, em especial o período compreendido das décadas de 1950 e 1960, foi de grande efervescência política e social não somente no país, mas também em escala global. A TFP utilizou-se da simbologia e dos ideais - por ora medievais - para apregoar a boa moral da civilização cristã. Para o movimento o comunismo representava a

---

<sup>349</sup> DELGADO, L. A.. Op. Cit. P. 105

revolução, e como tal deveria ser combatido. A Igreja foi vista como genuinamente contra-revolucionária, e os cruzados do novo século combateram o perigo vermelho protegidos pelo santo véu de Maria.

Enquanto a TFP conquistava o apoio de parte maciça do clero e das elites brasileiras, concomitantemente a ala progressista dava sinais de existência. A presença de um núcleo católico engajado nos movimentos sociais de esquerda era uma preocupação constante, não apenas ao Vaticano, mas também ao governo. Sob o governo de Ernesto Geisel a Igreja Católica transformou-se em um dos principais antagonistas do Regime Militar.

Com as tensões entre a TFP e o clero o movimento perdeu sua credibilidade para muitos, e com a morte do seu fundador Plínio Corrêa de Oliveira, foi enfraquecido. Após ocorrer uma dissidência – desse acontecimento surgiu os Arautos do Evangelho – o movimento persiste com a sua ideologia e seu saudosismo medievalista. Por ora tímidos, porém ativos e engajados na luta a favor da propriedade privada, teóricos da TFP publicam seus trabalhos sob a luz da atualidade.

A ideologia conservadora, aliada a um movimento militante em sua ordem, não poderia ter sido insignificante em suas ações em um país onde a maioria da população admite a fé católica, e muito menos diante de uma ameaça que poderia levar à sua própria destruição. Baseados nos princípios da Tradição, Família e Propriedade, os cruzados do século XX revestiram-se de armas cujos gatilhos foram pressionados pela religiosidade, com a finalidade de protegerem os seus zelos. A ameaça comunista só pode ser retratada de tal forma a partir do momento em que insere-se nos interesses de um grupo e que, sendo assim, passa a questionar os valores que estão em vigor, colocando em risco a continuidade do mesmo.

## **Bibliografia**

DELGADO, L. A. "Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos" in Brasil Republicano: O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos. Rio de Janeiro: Editora da Pontifícia Universidade Católica. 2006

MARTINS FILHO, João Roberto. “Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe” in Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, P. C. A mão estendida. Legionário, Nº 753 - 12 de janeiro de 1947. Disponível em <<http://www.pliniocorreadeoliveira.info/legionario.asp>>

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010

OLIVEIRA, P. C. A Igreja ante a escalada da ameaça comunista: Apelo aos Bispos Silenciosos. São Paulo: Vera Cruz. 1976.

OLIVEIRA, P. C. Revolução e Contra-Revolução. Disponível em <<http://www.pliniocorreadeoliveira.info/RCR.pdf>>

PRADO, Carlos Batista. A Participação da Igreja Católica na implantação e consolidação do Regime Militar. Disponível em <[http://www.ampulheta.org/textos/Artigo\\_Igreja.pdf](http://www.ampulheta.org/textos/Artigo_Igreja.pdf)>

SERBIN, Kenneth P. Padres, celibato e conflito social: Uma história da Igreja Católica no Brasil.

ZANOTTO, Gizelle. É o caos!!! A luta anti agro-reformista de Plínio Corrêa de Oliveira. Dissertação de Mestrado apresentada à UFSC. Florianópolis – SC. 2003.



**Plínio Corrêa de Oliveira e as reivindicações ao integralismo**

Gizele Zanotto\*

**Resumo:** O artigo objetiva analisar as considerações tecidas pelo católico conservador Plínio Corrêa de Oliveira sobre o integralismo na década de 1930. Como diretor do jornal *O Legionário*, então órgão oficial da Arquidiocese de São Paulo, Plínio inseriu-se na discussão acerca dos rumos do país. No embate ideológico de então, o autor seguiu incólume em sua defesa do catolicismo e em suas reivindicações de que o integralismo abraçasse a Igreja Católica de modo oficial.

**Palavras-chave:** Plínio Corrêa de Oliveira, Catolicismo, Integralismo

Os anos 1930, no Brasil, foram iniciados e marcados ruptura histórica do regime oligárquico vigente no país e a conseqüente implantação do governo de Getúlio Vargas. Esta mudança tornou o momento propício para que os católicos retornassem ao cenário político visando fazer valer suas prerrogativas ante a nova configuração de poder no país. Neste sentido, todo o trabalho já desenvolvido na rearticulação e formação de leigos, especialmente a partir da década anterior, fortaleceu ainda mais as convicções da hierarquia de que este seria um contexto essencial para que a chamada “reação católica” fosse difundida nas estruturas do poder que se instaurava.

Antes disto, a Igreja Católica no Brasil passara por alguns momentos extremamente conturbados, especialmente com as alterações profundas de estrutura e organização decorrentes do fim do regime de padroado, a instauração da República (1889) e a separação jurídica entre Estado e Igreja (Decreto 119-A, 13 de agosto de 1890), referendados pelos dispositivos constantes na Constituição da República Federativa do Brasil (1891). Coadunada a tal situação, a Igreja respondia também a problemáticas internas, requeridas e pensadas desde as últimas décadas do século XIX. Um dos problemas era a necessidade urgente de uma romanização<sup>350</sup>, barrada até então pelo regime de padroado vigente nos tempos do Império

---

\* Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH-UPF). Endereço profissional: Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação em História. Campus I - Prédio B4 – Bairro São José - 99001-970 - Passo Fundo, RS. Contato: gizele@upf.br.

<sup>350</sup> Denominamos de romanização a rearticulação do catolicismo existente no Brasil com os desígnios de Roma, no que se refere aos dogmas e ritos. O processo da chamada romanização no país se iniciou com as reformas de

Brasileiro. Diminuída em poder e influência nos princípios da República, a Igreja, acuada e desestruturada ante a nova realidade que enfrenta, empreende uma aproximação com o Estado<sup>351</sup>.

No país tal proximidade com o novo governo foi beneficiada pela relação pessoal entre Getúlio Vargas e Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, então Arcebispo do Rio de Janeiro. A união com o governo Vargas também foi efetivada devido à afinidade de posições políticas defendidas por ambas as instituições. Governo e Igreja enfatizavam a importância da ordem, do nacionalismo, do patriotismo e do anticomunismo. Existia também a crença, entre alguns eclesiásticos, de que o governo, ao criar a legislação trabalhista, realizava a doutrina social da Igreja e que, com isto, regime de Vargas conseguiria superar os males do liberalismo e comunismo<sup>352</sup> - projeto comum que agradava a hierarquia e legitimava o varguismo ante os católicos.

Contudo, a iniciativa de aproximação com o Estado não foi a única estratégia adotada pela Igreja no Brasil. Outra importante ação visava a formação de um laicato militante, divulgador do catolicismo em todas as esferas, públicas e privadas, e reivindicador de uma posição de destaque para esta religião, tida como elemento imprescindível da formação da nacionalidade brasileira. Pretendia-se promover uma recristianização da sociedade. Partindo de uma perspectiva altamente elitista, esta recatolização foi considerada como atividade a ser desempenhada pelo escol católico formado em colégios, congregações ou movimentos eclesiais que, utilizando-se da criação de jornais, revistas, livros e associações católicas, deveriam ser difusores das benesses da religião em seus meios de atuação. A década de 20, em especial, foi marcada pela criação e estímulo a movimentos eclesiais de reação ao positivismo, liberalismo, comunismo, materialismo, ateísmo, e outros “ismos”, tidos por contrários aos desígnios de Deus. Entre eles foram destaques a revista *A Ordem*, fundada em 1921, e o Centro Dom Vital, criado no ano seguinte<sup>353</sup>.

O movimento eclesial foi também impulsionado como resposta à solicitação direta do Papa Pio XI (1922-1939) que sugeriu, através da Encíclica *Ubi Arcano Dei*, de 23 de

---

alguns “bispos reformadores” em meados do século XIX e se consolidou com maior vigor nas primeiras décadas do século XX.

<sup>351</sup> Ver: BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano**. São Paulo: Difel, 1984. Tomo III. Vol. 4. p. 271-341.

<sup>352</sup> MAINWARING, Scott. A Igreja de 1916 a 1964. In: **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 47.

<sup>353</sup> Ver: RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem – uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)**. Belo Horizonte: Autêntica, FAPESP, 2005. p. 16.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

dezembro de 1922, a instalação de um movimento mundial denominado *Ação Católica*<sup>354</sup> com o objetivo de cristianizar as nações. No Brasil, a Ação Católica Brasileira (ACB) foi criada em 1935 por Dom Sebastião Leme como resposta à solicitação do pontífice. O objetivo expresso em seus estatutos era o de organizar a participação do laicato no apostolado da Igreja e coordenar todas as associações já existentes submetendo-as a uma única orientação.

Neste sentido, toda a argumentação encetada por Plínio Corrêa de Oliveira nas páginas do jornal *O Legionário* - fontes de nossa análise - trazem implícitas tais posturas da Igreja antes as crises que a afligiam e trazem a marca da militância leiga em prol da recatolização, marcante na formação e atuação do autor. A militância católica de Plínio iniciou com sua participação na Congregação Mariana da Legião de São Pedro (1928) e se estendeu até seus últimos dias, tendo participado ativamente de importantes iniciativas do movimento eclesial, como a fundação da Ação Universitária Católica - AUC (1929); a criação da Liga Eleitoral Católica – LEC (1932); como deputado federal representante dos católicos na Assembléia Constituinte (1934-1937); como presidente da Junta Arquidiocesana da Ação Católica Paulista – AC/SP (1940-1943) e como diretor do jornal *O Legionário*, órgão oficioso da Arquidiocese de São Paulo (1933-1947). Após tal vínculo estreitamente institucionalizado, Plínio encabeça novos empreendimentos, ainda marcado pela militância católica, mas fora do âmbito eclesial, agora como inspirador e criador do mensário *Catolicismo* (1951), redator da obra *Revolução e Contra-Revolução* (1959), fundador e orientador da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), de suas congêneres, bureaux de representação e outras entidades afins<sup>355</sup>.

O mensário *O Legionário* lançou seu primeiro número em 29 de maio de 1927 como órgão da Congregação Mariana da Paróquia de Santa Cecília, na capital paulista. Entre seus objetivos constavam o combate a má imprensa (não-católica), às doutrinas subversivas e aos inimigos da fé. Neste sentido, a postura editorial do mensário defende a proposta que

---

<sup>354</sup> A *Ação Católica* foi criada durante o pontificado de Pio XI (1922-1939) como impulso para uma nova forma de apostolado, identificado agora com um projeto totalizante sobre o homem e a sociedade em que vive: o objetivo era reconduzir cada indivíduo a fé e também recriar um organismo social baseado, em todos os níveis, na doutrina da Igreja Católica. Nesta perspectiva o religioso e o político convergem num projeto ideal de sociedade hierarquicamente estruturada, onde a Igreja, reconhecida pelo Estado, exerce a função de ordenadora última e legitimadora do Estado. FERRARI, Liliana. *Ação Católica*. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Orgs). **Dicionário de Política**. 12ª edição. Brasília: Editora da UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 09/10.

<sup>355</sup> Ver: MATTEI, Roberto de. **O Cruzado do Século XX: Plínio Corrêa de Oliveira**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. / OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Auto-retrato filosófico. **Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade**. Disponível em: <<http://www.tfp.org.br/>> Acesso em 11/junho/2001. / TAVEIRO, Eloi de Magalhães. Plínio Corrêa de Oliveira: Um resumo biográfico. **Catolicismo**. São Paulo, Ed. Padre Belchior de Pontes LTDA, Ano LI, nº 610, pp. 17-27, Outubro/2001.

considera a Igreja como fator de unidade do povo brasileiro, ideológica e politicamente. Assim, filia-se a crença de que, ante os perigos dos erros de comunistas, socialistas, liberais e integralistas, a saída para os problemas do país seria o catolicismo, a “única e verdadeira direita”, segundo preconizam. Em suas páginas, temas como a defesa dos princípios tradicionais e da família, a tutela dos direitos da Igreja, a formação das elites católicas e a luta contra doutrinas errôneas<sup>356</sup>, são recorrentes, especialmente nos anos 30.

Este contexto, chamado muitas vezes de “reação católica” ou de “reação espiritualista”, se insere num período de aglutinação e consolidação do que Beired denominou de nacionalismo de direita, que teve como eixos os pólos cientificista, fascista e católico. Coadunado com outras propostas do período que preconizavam a importância e a proeminência dos intelectuais como vetores de mudanças, também os católicos inseriram-se no debate político com uma proposta de recristianização como solução ideal e mais adequada para com a tradição brasileira para solucionar a crise política, social, econômica e cultural do período. Conforme salientou Beired, em análise sobre a produção ideológica dos intelectuais brasileiros e argentinos no período entre-guerras, este elitismo foi nota comum entre os diversos grupos de direita, visto que a intelectualidade se considerava como único segmento da sociedade com capacidade para oferecer respostas aos problemas do país<sup>357</sup>.

Foi nos anos 30 que Plínio Corrêa de Oliveira foi convidado a dirigir o jornal *O Legionário*, quando o mesmo passou a ser o órgão oficial da Arquidiocese de São Paulo. Com o tempo também a periodicidade do jornal foi ampliada, de mensário passa a quinzenário e, em 1936, sob gestão de Plínio, a semanário. Essencialmente, além da direção do órgão, o autor dedicou-se a redigir textos para as colunas *À margem dos fatos e 7 dias em revista*. Foi como diretor deste órgão que Plínio Corrêa de Oliveira acirrou sua luta contra as ditas “doutrinas subversivas” e o combate a considerada má imprensa. Segundo a avaliação dos redatores *d’O Legionário*, as doutrinas em voga no contexto político dos anos 30/40 não continham elementos que pudessem atender aos preceitos religiosos então defendidos, portanto, seu ataque a elas foi contumaz.

A partir de 1933 começou a se desenvolver o movimento integralista no Brasil, fundado por Plínio Salgado, que propunha uma reorganização do país baseada no modelo do Estado sindical-socialista de Mussolini. Plínio Corrêa de Oliveira participou dos primórdios

---

<sup>356</sup> MATTEI, Roberto de. **O Cruzado do Século XX: Plínio Corrêa de Oliveira**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. P. 74.

<sup>357</sup> BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)**. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 18.

do movimento integralista quando membro da Sociedade de Estudos Políticos (SEP), entidade que precedeu a formação da Ação Integralista Brasileira (AIB). Esta associação visava estudar os problemas nacionais e traçar rumos para uma política salvadora. Para tanto, organizou-se em várias comissões de estudos, entre elas, Plínio participou da comissão de estudos de religião. Alguns meses depois de sua fundação, a SEP transformou-se na Ação Integralista Brasileira, com a publicação do *Manifesto de Outubro* (07/outubro/1932). Ante tal situação o grupo monarquista que participava da SEP afastou-se, entre estes estava Plínio Corrêa de Oliveira.

A tentativa inicial do grupo d'*O Legionário* para com os integralistas foi de aproximação e conciliação, já que o anticomunismo expresso de ambos auxiliava no contato. Em artigo intitulado *À margem de uma crítica*, de setembro de 1934, Plínio Corrêa de Oliveira discorre sobre a necessidade do catolicismo para sustentar a nova sociedade brasileira que se tenta forjar, pontuando, sobretudo, a premência de uma definição por parte do integralismo ante esta força que poderia sim ser o baluarte de uma unidade de espírito agregadora de toda a nação. Segundo suas considerações, o autor destaca ainda que há entre o liberalismo e o integralismo um forte ponto de contato, justamente a defesa de um estado agnóstico, a defesa de um “Estado de espírito” pouco compreensível ante a realidade do catolicismo no Brasil, e assevera:

De que maneira pretende o Estado integralista realizar a disciplina social e suprimir a luta partidária, se não recorrer à incomparável força espiritual disciplinadora da Igreja, para estabelecer antes de tudo a unidade dos espíritos?<sup>358</sup>

Este mote será constante em várias matérias de Plínio Corrêa de Oliveira dedicadas ao tema do integralismo – a necessidade deste reconhecer a Igreja de modo oficial para seu bem e o bem do país. Neste sentido, o ataque ao liberalismo e ao comunismo tornam-se pontos comuns, visto a ênfase que integralistas e integristas d'*O Legionário* denigrem algumas de suas posições e a essência de seu cabedal doutrinário. Assim, mesmo quando o integralismo é elogiado por Plínio Corrêa de Oliveira – sobre temas pontuais da ação e ideologia integralista – a ressalva de que este ainda está “capenga” faz-se presente. Sobretudo, o que o autor retoma é o peso da maioria católica da população. No artigo *Três rumos*, publicado em outubro de 1934, esta questão aparece como estratégia no jogo político definidor de posições e caminhos possíveis para o país. Ante um cenário de polarização das posições dos brasileiros,

---

<sup>358</sup> OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *À margem de uma crítica*. **O Legionário**. N° 153, 02 de setembro de 1934. Disponível em: <<http://www.pliniocorreadeoliveira.info/legionario.asp>>. Acesso em 20 de março de 2010.

10 a 13 de maio de 2010

especialmente ante o comunismo, a liberal-democracia e o integralismo, que rumo tomará o Brasil, questiona o autor. Com a mesma segurança nas verdades da fé e na força dos fiéis responde:

O que os Católicos escolherem.

É preciso que nos persuadamos, nós católicos, de que o Brasil somos nós.

A nós é que compete traçar as diretrizes que nós mesmos vamos seguir.

A nós é que incumbe chefiar, orientar e decidir.

E só uma condição se exige de nós para que entremos no uso de tão excelsas prerrogativas: que não sejamos inferiores à nossa missão<sup>359</sup>.

Há que se evidenciar também, ante tal declaração, a preocupação evidente em mobilizar os católicos para que participem do debate político, para que pesem suas posições e, especialmente, para que se assumam como católicos de fato e não apenas de nome. *O Legionário*, desde sua criação, procura ser um formador de opinião e um instigador dos católicos a mobilizarem-se pela luta em prol dos direitos da Igreja, acima de qualquer outra preferência política, ideológica ou cultural. Neste sentido, qualquer movimento político surgido no país que fosse conforme com as diretrizes da doutrina católica tradicional deveria assumir explicitamente a aquiescência com relação aos pretensos direitos da instituição e aceitar as prerrogativas que esta defendia visando sua própria legitimação ante a massa da população, orientada e mesmo dirigida pelos seus líderes religiosos.

Portanto, mesmo que uma das estratégias mais utilizadas neste contexto fosse a utilização da premissa de que o “povo brasileiro é em maioria católico”, os redatores tinham plena consciência de que esta maioria não representava uma força política real. A partir desta conclusão, os colaboradores do periódico partiram para a tentativa de conscientização e mobilização dos cristãos. Para Plínio Corrêa de Oliveira, era a própria inatividade dos católicos que prejudicava a instituição, segundo suas palavras:

se a Constituição garantia, em tese, o ensino religioso, o casamento religioso, as capelanias militares e a colaboração entre Igreja e Estado, não se poderia culpar a lei e sim a “indolência e inércia” dos próprios católicos.<sup>360</sup>

Neste sentido, *O Legionário* empunhou as bandeiras de um árduo e necessário “combate”. Entre as atividades do órgão, que visavam a recatolização dos cristãos, estavam o policiamento de filmes, livros, jornais e da própria educação escolar - as escolas leigas eram

<sup>359</sup> OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Três Rumos. **O Legionário**. Nº 157, 28 de outubro de 1934. Disponível em: <<http://www.pliniocorreadeoliveira.info/legionario.asp>>. Acesso em 20 de março de 2010.

<sup>360</sup> LIMA, Lizanias de Souza. **Plínio Corrêa de Oliveira – Um Cruzado do século XX**. São Paulo, 1984. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, p. 52.

acusadas de favorecer a penetração do mal e da decadência moral entre os estudantes. A crítica à considerada “má imprensa” também moveu muitos esforços, especialmente porque Plínio Corrêa de Oliveira acreditava que só poderiam existir dois lados nesta luta: ou se está do lado do bem (imprensa cristã) ou do mal (imprensa neutra e inimiga). A considerada imprensa neutra foi atacada e combatida nas páginas d’*O Legionário* pelo motivo de que esta, negando a verdade, estaria traindo a missão jornalística de informar corretamente seu público leitor. Por fim, outra estratégia empreendida visava orientar doutrinária e operativamente aos católicos sobre as posições em disputa do contexto político de então, instigando-os a aderirem sempre ao grupo/movimento que mais favoreceria a Igreja e suas prerrogativas para a sociedade civil, para o governo da nação e para a harmonia cultural de um povo que seria marcadamente religioso, cristão, católico.

Assim, quando o integralismo assumia alguma postura convergente com o catolicismo, elogios eram veiculados evidenciando a pretensa neutralidade político-partidária e a valorização, em função disto, de obras de interesse também da Igreja. Do mesmo modo, quando alguma atitude de membros do movimento integralista afetava os bríos ou interesses da Igreja, críticas severas eram lançadas sobre tal posicionamento não só errôneo, mas incoerente com a formação religiosa do povo brasileiro, segundo argumentavam. Tal situação pode ser exemplificada pelas reportagens *Desvairamento* e *Urgente definição*, publicadas em abril e junho de 1935. Ambos os textos de Plínio Corrêa de Oliveira dialogavam com declarações feitas por integralistas em outros veículos de imprensa e que afetaram profundamente os ânimos do grupo d’*O Legionário* em razão de seu conteúdo. Na segunda parte do texto intitulado *Desvairamento*, o autor rebate as informações veiculadas pelo órgão midiático integralista *A Ofensiva*, onde se afirmava categoricamente que “a Ação integralista é a única força moral antiburguesa capaz de salvar o Brasil do comunismo”<sup>361</sup>. Para Plínio tal declaração causa surpresa, especialmente porque considera da Igreja como a maior força antiburguesa – conseqüentemente a maior força contra os preceitos comunistas. Deste modo, tal assertiva seria uma fórmula “*imprecisa na sua forma e falsa no seu sentido*”, posto que

Se “antiburguesa” significa hostilidade ao espírito burguês no que ele tem de mau, isto é no seu excessivo apego aos prazeres da vida e no seu espírito céptico, a Igreja é a maior força antiburguesa que há, ou melhor o catolicismo é, por excelência, a antítese do “burguesismo” moderno<sup>362</sup>.

<sup>361</sup> A Ofensiva. Apud: OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Desvairamento*. **O Legionário**. Nº 169, 14 de abril de 1935. Disponível em: <<http://www.pliniocorreadeoliveira.info/legionario.asp>>. Acesso em 20 de março de 2010.

<sup>362</sup> OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Desvairamento*. **O Legionário**. Nº 169, 14 de abril de 1935. Disponível em: <<http://www.pliniocorreadeoliveira.info/legionario.asp>>. Acesso em 20 de março de 2010.

Já em *Urgente definição*, o argumento inicial gira em torno da consideração d’*O Legionário* como órgão que se posta acima de divergências partidárias, visto que é uma publicação de formação católica. Neste sentido, por tratar o integralismo com “imparcialidade” nas matérias veiculadas, elogiando seus acertos e apontando seus erros visando sempre o aprimoramento deste<sup>363</sup>, Plínio Corrêa de Oliveira sente-se indignado pela forma com que a Igreja foi tratada no artigo *A urgente definição*, publicado no *Diário de São Paulo* (09/06/35), de autoria do Departamento de Publicidade da Ação Integralista Brasileira. No artigo os integralistas questionam o porquê dos católicos não se pronunciarem efetivamente sobre o movimento do sigma. Qualificando seu texto como protesto, Plínio Corrêa de Oliveira assevera a pretensa arrogância do artigo integralista e enfatiza novamente a necessidade de uma posição por parte do integralismo, e não da Igreja, que, em sua compreensão, não tem obrigação alguma de posicionar-se neste tema:

O integralismo é que precisa definir-se, de uma vez para sempre, em relação ao catolicismo, por uma exposição minuciosa e tranquilizadora de sua atitude quanto às liberdades da Igreja e ao reconhecimento da preeminência da Igreja Católica sobre qualquer outra força espiritual do Brasil, por direito doutrinário e histórico.

(...)

A nossa confiança não está no integralismo nem em qualquer outra organização humana, mas só na Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo<sup>364</sup>.

Nesta querela percebemos que, os primeiros a lançarem questionamentos foram os católicos, pela pena de Plínio Corrêa de Oliveira. Dias antes da publicação integralista no *Diário da Manhã*, o autor cobrava um posicionamento por parte dos integralistas na coluna intitulada *Por que?* Neste texto, em que avalia a consistência dos princípios de 1789 aplicados no Brasil, ou melhor, sua pretensa inconsistência para o país, Plínio analisa e inquire a Aliança Libertadora e a Ação Integralista Brasileira sobre alguns temas pontuais, dos quais a base é justamente a necessidade de uma declaração acerca da Igreja Católica em seu projeto para o país. Conforme as palavras do autor:

Mas a Ação Integralista? Por que continua seu pesado silêncio em torno da exata posição da Igreja no seu programa? Por que manter em assunto tão fundamental para todos os católicos – o que vale dizer para todos os brasileiros – tão enigmático

<sup>363</sup> “...no integralismo atacamos o que há de mal e aprovamos o que há de bom. E com isto beneficiamos o próprio integralismo, apontando-lhes os erros que deve corrigir”. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Pio XI perante o fascio e o Komintern. **O Legionário**. Nº 264, 03 de outubro de 1937. Disponível em: <<http://www.pliniocorreadeoliveira.info/legionario.asp>>. Acesso em 20 de março de 2010.

<sup>364</sup> OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Urgente definição. **O Legionário**. Nº 174, 26 de julho de 1935. Disponível em: <<http://www.pliniocorreadeoliveira.info/legionario.asp>>. Acesso em 20 de março de 2010.



10 a 13 de maio de 2010

silêncio? Se é de afirmações que o Brasil precisa – e o integralismo proclama esta verdade em todos os tons – por que não começam os milicianos do Sr. Plínio Salgado por definir com maior clareza os direitos do espírito, que eles têm afirmado de forma imprecisa?<sup>365</sup>

Segundo Beired, o pólo fascista do pensamento autoritário no Brasil declaradamente se caracterizava a favor de uma concepção espiritualista da vida, cujo objetivo seria a realização do indivíduo integral, sua realização nas esferas espiritual, moral, política e econômica. Também visaria favorecer e estimular a “sociabilidade natural e sagrada” propiciada pela família; a harmonia social obtida pela organização corporativa da sociedade<sup>366</sup>. Tais concepções aproximam-se do catolicismo, entretanto, se houve tamanhas querelas de ambos os lados exigindo declarações cabais de apoio, devemos questionar o porquê de tantas cobranças e igual número de indefinições. Em nossa avaliação, parte da resposta pode ser remetida ao contexto político nacional, em suas singularidades e complexidades, assim como está vinculada a um posicionamento global da Igreja no período.

No contexto nacional, a Ação Integralista Brasileira fora o primeiro partido com implantação em toda a federação. Beneficiada pelo receio aos comunistas pós-1935, cresceu no número de integrantes em suas fileiras denunciando e combatendo àqueles verbal e fisicamente. Fortalecida, ainda carecia de amplo apoio institucional da Igreja, situação que nunca ocorreu de fato, embora, a título pessoal, muitos católicos leigos e prelados tenham abraçado a proposta integralista. Todavia, o integralismo era identificado com o fascismo, e o significado de tal vínculo não poderia ser simplesmente omitido pela Igreja no Brasil, especialmente após a condenação desta proposta pelo próprio papa Pio XI, ainda no ano de 1931. Por meio da encíclica *Non Abbiamo Bisogno*, o pontífice denunciava a incompatibilidade entre o catolicismo e a “estadolatria pagã” instigada pelo governo de Mussolini<sup>367</sup>. Neste sentido, Francisco Martins de Souza afirma que a hierarquia não permitiu que a AIB se identificasse plenamente com a Igreja visto que não representava somente os anseios e propostas do tradicionalismo católico e que, em especial, o governo brasileiro, liderado por Vargas, negociava diretamente com a instituição, numa relação de auxílio e legitimação mútua. Somado a isso temos a rejeição de uma posição formal que referende o

---

<sup>365</sup> OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Por que? **O Legionário**. Nº 172, 26 de maio de 1935. Disponível em: <<http://www.pliniocorreadeoliveira.info/legionario.asp>>. Acesso em 20 de março de 2010.

<sup>366</sup> BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)**. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 42.

<sup>367</sup> PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. 3ª edição. São Paulo: Paulinas, 1982. p. 266.

catolicismo lançado no Congresso de Vitória (1934), quando a AIB perde de suas fileiras alguns católicos que ansiavam pela aproximação Igreja e movimento<sup>368</sup>.

Analistas de época já conjecturaram que a não vinculação da AIB com o catolicismo seria uma estratégia para não afastar membros de outras confissões religiosas. Mesmo Plínio Corrêa de Oliveira avalia a situação nestes termos no texto *Na expectativa*, publicado em agosto de 1936. O articulista inicia apontando a simpatia de vários católicos em relação ao integralismo, destacando que este não é ateu (tal qual o inimigo comum, o comunismo), mas sim interconfessional, e aponta: “*Teísta que é, considera por um prisma de pretensa neutralidade todas as religiões*”<sup>369</sup>. Plínio Corrêa de Oliveira ainda salientou que o catolicismo não poderia se comprometer com o integralismo, já que este “*inscreve em seu programa diversas reivindicações de natureza meramente temporal. E a Igreja nunca poderia fazer oficialmente suas tais reivindicações que escapam à sua esfera de ação*”<sup>370</sup>. De todo modo, o autor finda seu texto expondo o argumento de alguns analistas integralistas de que referendar o catolicismo significaria para a AIB uma possível alienação de outros crentes, mas que há que se pesar que a maioria do povo é católica, portanto com tal estratégia estão propensos a perder muito mais do que imaginam. Neste mesmo sentido, Calil, apresenta a tese de que o caráter confessional limitaria a abrangência do movimento como derivada do próprio Plínio Salgado. Daí o líder ter optado em declarar a AIB como espiritualista e cristã, sem, entretanto, abrir o movimento às religiões não-cristãs, tidas como avessas à tradição nacional constituída no país<sup>371</sup>.

Enquanto Plínio Salgado identificava a construção da tradição nacional no cristianismo, Plínio Corrêa de Oliveira a vislumbrava somente no catolicismo, o “cristianismo autêntico”<sup>372</sup>, segundo suas palavras. Tal percepção foi enfatizada em alguns textos publicados em 1936, nos quais o autor destacava aos dois líderes homônimos de então, Plínio

---

<sup>368</sup> Ver: CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 43.

<sup>369</sup> OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Na expectativa*. **O Legionário**. Nº 206, 23 de agosto de 1936. Disponível em: <<http://www.pliniocorreadeoliveira.info/legionario.asp>>. Acesso em 20 de março de

<sup>370</sup> Idem.

<sup>371</sup> CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 43.

Como destaca o autor, nesta questão foram extremamente importantes as deliberações do Congresso de Vitória (1934) que desmentiu qualquer vinculação oficial como catolicismo, situação que resultou no rompimento de católicos mais “radicais” com o movimento integralista.

<sup>372</sup> OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *O barrete frígio, perante a Cruz, o sigma e a bandeira vermelha*. **O Legionário**. Nº 215, 25 de outubro de 1936. Disponível em: <<http://www.pliniocorreadeoliveira.info/legionario.asp>>. Acesso em 20 de março de 2010.

Barreto e Plínio Salgado, “*um marechal do liberalismo e outro marechal do integralismo*”,<sup>373</sup> que a saída para os problemas nacionais seria o catolicismo. Expondo pormenorizadamente sua proposta, destacava o diretor d’*O Legionário*:

Nosso intuito consiste, apenas, em tornar bem claro que, se um ou outro estudasse mai a fundo o Cristianismo e a situação religiosa do mundo contemporâneo, certamente veria que não é de seitas cismáticas ou de confissões heterodoxas que o Brasil pode esperar sua salvação. Rompendo com o erro, que é o agnosticismo, que é o indiferentismo, que é o ateísmo, é preciso que a ruptura seja total. A salvação que os dois ilustres escritores esperam para o Brasil não lhe pode vir senão da Igreja Católica, que é a única expressão autêntica da doutrina cristã<sup>374</sup>.

O tema volta à baila meses depois e novamente Plínio Corrêa de Oliveira, postando-se como católico e imparcial ante o cenário político, mas simpático a grupos e movimentos que beneficiem sua religião, dispara “*Católicos que somos, não temos como tais, qualquer preferência política. Na apreciação dos fatos, não nos guia nenhum secreto pendor pela democracia ou pelo Estado forte*”<sup>375</sup>. Comentando o discurso do governador Armando de Salles Oliveira, proferido dias antes, Plínio Corrêa de Oliveira avalia as considerações deste sobre o catolicismo, o comunismo e o integralismo e finda seu texto enfatizando que só há um cristianismo autêntico, o católico, portanto, que os senhores do poder o assumam como tal para que o bem comum possa realmente prevalecer.

Finalizando as considerações, destacamos que durante a década de 1930, quando o debate entre Plínio Corrêa de Oliveira e a AIB ocorre, percebemos algumas linhas de posicionamento que vão marcando como que fases desta relação, que não são estanques, mas dinâmicas e dialógicas. Inicialmente há, por parte dos católicos d’*O Legionário*, um estado de ânimo bastante propenso a uma aproximação com o integralismo. Esta fase é pontuada por elogios pontuais e pela boa vontade em indicar aos milicianos do sigma os benefícios de uma união com a Igreja, visando o bem comum do país e o combate aos inimigos, em especial, comunismo e liberalismo. Neste sentido, ao apontar que prelados e leigos integram as fileiras integralistas, dados os pontos ideológicos aproximados que ambos defendem, Plínio Corrêa de Oliveira mobiliza uma estratégia de assédio evidenciando as benesses de tal vínculo com a “religião do povo brasileiro”. Já em um segundo momento, percebemos um acirramento na cobrança por um posicionamento da AIB frente ao catolicismo – se vai ou não assumi-lo de

<sup>373</sup> OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. E por que não o Catolicismo? **O Legionário**. Nº 189, 19 de janeiro de 1936. Disponível em: <<http://www.pliniocorreadeoliveira.info/legionario.asp>>. Acesso em 20 de março de 2010.

<sup>374</sup> Idem.

<sup>375</sup> OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. O barrete frígio, perante a Cruz, o sigma e a bandeira vermelha. **O Legionário**. Nº 215, 25 de outubro de 1936. Disponível em: <<http://www.pliniocorreadeoliveira.info/legionario.asp>>. Acesso em 20 de março de 2010.

forma oficial. Neste embate, ambos os lados cobram posições públicas de seu interlocutor, o que não acontece de fato, embora a tônica dos discursos se assevere sempre mais. Por fim, num último momento fica nítido o desentendimento entre os grupos católico e integralista pela não adoção, por este, do catolicismo como eixo religioso oficial de seu discurso. É neste período (meados dos anos 30) que os católicos enfatizarão que a solução dos problemas do país só podem se dar sob a batuta da Igreja Católica, ou seja, é o momento em que o “partido” que se defenderá é a Igreja, e nenhum outro movimento mais, como evidenciado no trecho acima citado, que retomamos aqui: *“Católicos que somos, não temos como tais, qualquer preferência política”*<sup>376</sup>.

Aos integralistas ficou a mensagem de uma tentativa de aproximação que não teve o resultado esperado pelos católicos. A falta de uma definição explícita e privilegiada à Igreja consolidou definitivamente a opção dos integralistas pela construção de um “Estado de espírito” no país, valorativo de crenças cristãs sim, mas interconfessional em suas bases. Já para Plínio Corrêa de Oliveira tal proposta nunca poderia ser a solução para os problemas do país por carecer da “sustentação histórica” pretensamente proporcionada pelo catolicismo. Para o autor, um “Estado de espírito” conivente com as tradições do povo brasileiro só poderia ser configurado de uma forma, de um modo. E tal é a mensagem que fica após a análise dos debates encetados sobre a questão por este líder do laicato paulista – visava-se sim um “Estado de espírito” para o país, mas um “Estado de espírito” católico!

---

<sup>376</sup> OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. O barrete frígio, perante a Cruz, o sigma e a bandeira vermelha. **O Legionário**. Nº 215, 25 de outubro de 1936. Disponível em: <<http://www.pliniocorreadeoliveira.info/legionario.asp>>. Acesso em 20 de março de 2010.

Mabel Salgado Pereira\*

**Resumo:** Nosso objetivo é demonstrar, no contexto das transformações políticas do Brasil na década de 1930 o novo posicionamento político da alta hierarquia católica, movimento denominado Neo-Cristandade, que o fato de uma pequena parte do episcopado brasileiro envolver-se em apoios explícitos ao Movimento Integralista não representava a posição da Igreja Católica e que o ato foi considerado imprudente por parte dos principais agentes eclesiais.

**Palavras Chaves:** Política brasileira; Neo-cristandade; Movimento Integralista

### **Introdução**

O propósito desta comunicação é demonstrar a orientação da alta hierarquia católica brasileira na sua relação com o Estado durante os primeiros anos da década de 1930, momento fundamental da afirmação do projeto denominado neo-cristandade, ou seja, modelo de aliança entre Igreja Católica e Estado. Da mesma forma, procuramos ressaltar, no conjunto do episcopado nacional, o posicionamento de alguns membros no que se refere ao Movimento Integralista.

Neste sentido vale registrar que entendemos a Igreja Católica como uma “Instituição Total”, segundo o conceito de GOFFMAN:2005, especialmente na sua vertente homogeneizante, visto estarem todos indivíduos sujeitos a um regime igual para todos, alheia à tomadas de decisão de cunho individualista.

### **Igreja Católica e movimento político: afirmação da neo-cristandade**

Na década de 1930 a Igreja Católica no Brasil seguia, sob a liderança do Cardeal Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, a orientação romana de recristianização da sociedade defendida pelo Papa Pio XI (1922-1939). As ações do Cardeal, ao participar da Revolução de

---

\* Doutoranda do Programa de Pós Graduação de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista da FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais). Parte das fontes utilizadas neste artigo forma obtidas no Arquivo do Vaticano – Roma/Itália, com auxílio de bolsa concedida pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Contato: mabels@uai.com.br

1930 quando da deposição do Presidente Washington, favoreceram a aproximação entre os dois poderes e se fortaleceu na ênfase dada pelo Estado varguista à ordem, ao nacionalismo, ao patriotismo e ao anticomunismo, elementos que iam de encontro às aspirações do ideário católico.

A posição de Dom Leme reflete também as diretrizes da Carta Pastoral de 1915, segundo a qual o modelo de aliança não deveria ser mais em termos de submissão, mas de ‘cordial colaboração’. Da mesma forma, a elite eclesiástica entendia a necessidade da colaboração do Estado para atingir suas metas, mas ela não deveria ocupar o lugar do Estado, nem mesmo participar diretamente do jogo partidário político, porque os católicos estavam presentes em diversos campos.

O novo projeto que guiaria as relações entre Igreja e Estado foi apresentado por Dom Leme em caráter confidencial ao episcopado brasileiro, que já haviam decidido durante a reunião no momento da inauguração do monumento ao Cristo Redentor no Rio de Janeiro, em outubro de 1931, que como linha geral não haveria a criação de partidos políticos católicos em favor da arregimentação eleitoral, idéia radicalmente rejeitada pelo Cardeal, mas seria criado um ‘grupo de interesse’. Com a proximidade das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte em 1933 o projeto veio à tona com a criação de um novo organismo: a LEC (Liga Eleitoral Católica).

Segundo Dom Leme o programa já havia sido analisado maduramente por técnicos e, caso fosse aceito pelas dioceses, os resultados seriam positivos. Segundo o líder do episcopado se:

*Fora e acima dos partidos, mobilizarmos e disciplinarmos um grande eleitorado, claro está que não só os candidatos dos diferentes partidos, como os próprios partidos terão interesse em entender aos direitos da consciência catholica. Prevê-se até que alguns partidos, entrando em accôrdo com a Liga, adoptarão officilmente os pontos essenciaes de seu programa. Fica assim bem delineado o ponto em que os catholicos põem a mira: em vez de um partido com candidatos próprios, querem influir nos programas e nos candidatos dos partidos existentes.<sup>377</sup>*

O fato de estarem fora e acima dos partidos não poderia ser entendido como um “não fazer política”, pelo contrário, a organização da LEC não deveria dispensar que os:

---

<sup>377</sup> Carta do Cardeal Dom Leme “Reservada”, datada de 23 de abril de 1932, enviada a todos os membros do episcopado nacional.

Arquivo 5 – Gaveta 1 – Pasta Cartas de Dom Helvécio. AEAM-Mariana/MG

Grifo do autor

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

arcebispos e bispos, directa e indirectamente, na medida de nossas forças, procuremos intervir junto dos leaders, chefes e elementos prestigiosos das correntes políticas, no que diz – e só nisso – com a elaboração dos programas, em sua parte religiosa e na apresentação de candidatos, só do ponto de vista religioso.<sup>378</sup>

Para a execução deste projeto o episcopado nacional pode contar com a figuras reconhecidamente habilidosas para tratar com os políticos, como Dom Helvécio Gomes de Oliveira, arcebispo de Mariana, Dom João Becker, arcebispo de Porto Alegre, Dom Francisco Tomás de Aquino Correa, arcebispo de Cuiabá, entre outros.

O maior esforço da Igreja Católica foi conduzido na área da família, na qual procurava manter a indissolubilidade do matrimônio e o caráter religioso do vínculo, e da escola, onde reivindicava os direitos ao ensino da religião católica, ampliados depois para a proteção do ensino particular ministrado nos colégios católicos.

Os resultados da LEC nas eleições foram surpreendentes, levaram a Assembléia Constituinte a maior parte dos candidatos recomendados pela Liga. A estratégia de mobilização, o embate eleitoral e a organização em Minas Gerais, elegeram 37 candidatos que se colocaram “de acordo com o programa da L.E.C. e resolvidos a defender na Constituinte as reivindicações da consciência católica para a nova Constituição” (MATOS, 1990, p. 258).

Superada a tempestade da separação entre o poder temporal e espiritual estabelece-se entre ambos um movimento de cooperação mútua, o que significou “verbas do Governo para escolas, hospitais e instituições de beneficência mantidas pela Igreja, que amplia assim de modo gigantesco sua rede assistencial subvencionada” (BEOZZO, 1986, p. 307), situação típica do governo constitucional de Getúlio Vargas. A Igreja Católica voltava ao poder sob a proteção do Estado, mas alicerçada nas camadas médias urbanas, juntamente com várias frações da classe dominante, como a nascente burguesia industrial, a burguesia comercial e financeira e as antigas oligarquias rurais.

Será neste contexto de transformações políticas e de novas estratégias da elite eclesiástica, que encontraremos parte do episcopado brasileiro envolvido em apoios explícitos ao Movimento Integralista, fundado por Plínio Salgado em 1932. No folheto de propaganda sobre o movimento com o título “O Episcopado Brasileiro e o Integralismo – Valiosas opiniões sobre o Integralismo expedidas pelos Srs. Exmos. Srs. Bispos”<sup>379</sup>, podemos ler

---

<sup>378</sup> Idem.

<sup>379</sup> Assinaram o folheto os seguintes preladados: “José, Bispo de Bragança; Francisco, Bispo de Campinas; Luiz, Bispo de Uberaba; Octaviano, Bispo de Campos; José, Bispo de Niterói; Innocencio, Bispo de Campanha; Antonio, Bispo de Jaboticabal; Manoel, Bispo de Aterrado; Fernando, Bispo de Jacarezinho; Francisco, Arcebispo de Cuiabá; Joaquim, Arcebispo de Florianópolis; Antonio, Bispo de Assis; Ranulfo, Bispo de

10 a 13 de maio de 2010

mensagens individuais de apoio, conforme a do bispo de Campinas, Dom Francisco: “No momento gravíssimo que atravessamos, o Integralismo é uma força viva em defesa dos fundamentos Moraes da Pátria Brasileira.”<sup>380</sup>

Entretanto, esta não era orientação da elite eclesiástica católica, conforme as orientações do programa da Liga Eleitoral Católica. O Núncio Apostólico, Dom Benedetto Aloísio Masella, em carta ao secretário de Estado do Papa, Cardeal Pacelli, após explicar que o Integralismo havia adquirido nos últimos tempos grande importância no Brasil, faz uma detalhada explicação do movimento, passando pela fundação, programa, principais idéias, pessoas que compõem o partido e desenvolvimento, para finalizar com as seguintes observações:

- 1) A Igreja, as autoridades eclesiásticas, o clero e a Ação Católica devem conservar-se fora e acima dos partidos políticos, por isto eles não podem solidarizar-se com o Integralismo;
- 2) Aos católicos individualmente convém deixar toda liberdade de inscrever-se no Integralismo, se assim o desejam;
- 3) A presença de muitos fiéis católicos no Integralismo oferece as seguintes vantagens:
  - a) impedir que elementos acatólicos corrompam o movimento social estabelecido;
  - b) e contribuam a construir um partido de orientação sempre mais seguro e capaz de oferecer aos católicos que desejam um campo de ação política.<sup>381</sup> (tradução livre)

Como já analisamos anteriormente a decisão de não fundar e não apoiar qualquer partido havia sido tomada em reunião do Rio de Janeiro em 1931 e, neste sentido, o apoio ao Integralismo não deveria acontecer. Assim, o Núncio finaliza sua carta dizendo que “os pareceres que imprudentemente vários bispos haviam emitido sobre o Integralismo”<sup>382</sup> não iam de encontro às suas orientações e as de Dom Leme.

## Considerações finais

---

Guaxupe; Vicente, Bispo de Corumbá; Hermeto, Bispo de Uruguayana; Adalberto, Bispo de Pesqueira; Henrique, Bispo de Cafelândia; Manoel, Arcebispo de Fortaleza; Carlos, Arcebispo do Maranhão”

Fundo Affari Ecclesiastici Straordinari – Pos. 529-531 - Fasc. 49 – IV Período

ASV-Roma/Itália

<sup>380</sup> Idem.

<sup>6</sup> Correspondência de Dom Benedetto Aloísio Masella, datada de 06 de maio de 1937.

Fundo Affari Ecclesiastici Straordinari – Pos. 527-529 - Fasc. 49 – IV Período

ASV-Roma/Itália

<sup>382</sup> Idem. Tradução livre.



IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Considerando a Igreja Católica como uma ‘Instituição Total’ podemos perceber que as orientações do Papa Pio XI, no que se refere às relações entre os dois poderes, encontraram junto às elites eclesiásticas brasileira total apoio.

No interior do episcopado brasileiro a relação de obediência entre as diretrizes da elite eclesiástica e todos os membros do episcopado nacional nem sempre seguem a ordem definida pela hierarquia. Neste sentido, o fato de parte do episcopado apoiar o Movimento Integralista deve ser analisado como uma ação individualista e não pode ser traduzida como apoio da Igreja Católica ao partido de Plínio Salgado.

### **Documentos oficiais da Igreja Católica e Arquivos**

Carta Pastoral Coletiva do Episcopado Nacional de 1915

### **Archivio Segreto Vaticano – Roma/Itália**

Fundo Affari Ecclesiastici Straordinari – IV Período

### **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana/MG**

Fundo Dom Helvécio Gomes de Oliveira

### **Bibliografia**

AUBERT, Roger. **Nova História da Igreja: A Igreja Católica na sociedade liberal e no mundo contemporâneo**. Vol. V. Tomo I. Petrópolis: Vozes, 1975.

AZZI, Riolando. **A Neo-cristandade: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulus, 1994B.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris (dir.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, Volume IV. São Paulo: Difel, 1986.

BRUNEAU, Thomas. **O Catolicismo Brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

COMETTI, Pedro. **Dom Aquino Corrêa, arcebispo de Cuiabá: vida e obra**. Cuiabá: Liceu Salesiano São Gonçalo, 1993.

DELLA CAVA, Ralph. **Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1916-1964**. Estudos CEBRAP, n. 12, p. 5-52, abril-maio-junho, 1975.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. **O Cardeal Leme (1882-1942)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010

ISAIA, Artur Cesar. **Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil-República**. São Paulo: Paulinas, 1991.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. Tomo 3. São Paulo: Paulinas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Um Estudo Sobre o Catolicismo Militante em Minas, entre 1922 e 1936**. Belo Horizonte, O Lutador, 1990.

ZAGHENI, Guido. **A Idade Contemporânea: Curso de História da Igreja IV**. São Paulo: Paulus, 1999.

## O Pensamento de Gustavo Barroso e Miguel Reale

### A problemática do indivíduo e da liberdade para o Integralismo em Plínio Salgado e Miguel Reale

Alexandre Pinheiro Ramos\*

**Resumo:** Este trabalho busca apontar algumas diferenças entre o pensamento integralista de Plínio Salgado e Miguel Reale tomando como ponto de partida as questões concernentes ao individualismo e a liberdade, cada qual considerada de modo bastante distinto por estes autores, o que leva não só a interpretações bastante distintas da sociedade brasileira como informa de modo decisivo o Integralismo proposto por ambos.

**Palavras-chave:** Integralismo; Plínio Salgado; Miguel Reale.

O presente texto é um fragmento de minha dissertação de mestrado intitulada *O Integralismo entre a família e o Estado: uma análise dos integralismos de Plínio Salgado e Miguel Reale (1932-1937)* onde procurei analisar alguns aspectos do pensamento integralista de Plínio Salgado e Miguel Reale tanto isoladamente quanto sob uma perspectiva comparada, localizando, sobretudo, as profundas diferenças que existiam nas propostas e reflexões empreendidas por estes dois autores. Os problemas relativos ao indivíduo – e conseqüentemente ao individualismo – e a liberdade, elementos estes que invariavelmente relacionavam-se entre si e com outros também trabalhados, como o Estado e a Revolução, situam-se na base do pensamento de Salgado e Reale porque, a partir das considerações feitas sobre estes elementos, eles não só pensam a sociedade brasileira, em seu esforço de estudá-la ou interpretá-la, como utilizam-nas de modo a orientar seus respectivos “projetos” integralistas. Optou-se, aqui, por privilegiar, dentro da perspectiva comparada, a maneira como os autores trabalham estes dois temas.

O primeiro dado a ser devidamente sublinhado é que embora Miguel Reale identifique em suas obras o individualismo como algo negativo<sup>383</sup>, ele não pode ser completamente combatido, pois é necessário que haja na sociedade uma margem de ação livre para os

---

\* Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. Mestre em História (PPGH/UERJ). Bolsista CAPES. alexandre1337@yahoo.com.br.

<sup>383</sup> Cf. capítulo 3 de minha dissertação.

indivíduos – algo que não é observado em Plínio Salgado. A distinção básica, partindo daí, é que para o chefe nacional o individualismo é um mal em sua totalidade, ou seja, seria ele o responsável direto por grande parte da situação calamitosa em que o mundo se encontrava; nenhum aspecto do individualismo poderia ser, assim, tido como válido ou positivo, pois ele, atingindo seu ápice no século XIX, provocou aquilo que Plínio Salgado chamou de “derrota do Espírito” e a subsequente “desagregação do pensamento”. Atribuindo aquela derrota “à marcha inexorável das transformações econômicas”<sup>384</sup>, porque é quando verifica-se que o materialismo assumiu uma posição de preponderância na sociedade, Plínio Salgado declara com amargura que “valem as nações mais ricas, valem as famílias mais ricas, vale o homem mais rico”<sup>385</sup>, sendo a inteligência humana relegada a um patamar inferior, assim como os valores morais são rechaçados. A economia e as relações econômicas passam a reger as ações humanas e, como consequência, tudo aquilo relacionado ao Espírito humano começa a experimentar um período de desagregação, ou seja, enquanto para Salgado, antes, tudo aquilo concernente às manifestações e expressões humanas se achavam subordinadas a um único princípio (de uma finalidade superior e transcendental do ser humano), agora este mesmo ponto de convergência simplesmente desaparece, dando margem à uma intensa divisão e fracionamento do intelecto (e seus produtos) das pessoas.

Plínio Salgado localiza tais modificações no campo científico e filosófico, pois teriam criado uma nova maneira de *pensar* – por meio da divisão e da subdivisão, onde tudo é “suscetível de decomposição, de dissecação e de vivissecação”<sup>386</sup>, o homem teria passado a raciocinar de maneira a sempre dividir tudo, ocupando-se com aspectos particulares. Os avanços da ciência seriam a melhor comprovação disto pelos avanços da biologia nos estudos das células, da psicologia com o estudo da mente, da química com as pesquisas acerca das moléculas e dos átomos, da astronomia com sua preocupação voltada para os astros. No entender de Plínio Salgado, apenas o individualismo poderia produzir tais efeitos porque é a preocupação de cada indivíduo, de cada cientista, em desvendar “mistérios” particulares, imaginando que tudo possa ser explicado por intermédio da ciência – e enquanto isto o próprio ser humano continuaria a ser ele mesmo um mistério. Aqui o sentido de desagregação assume proporções gigantescas, universais, pois aquilo que antes poderia ser considerado como uma totalidade, indivisível, demonstrativo da existência de um Todo do qual a

---

<sup>384</sup> BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem**: Os intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914 – 1945). São Paulo: Loyola, 1999. p. 74.

<sup>385</sup> SALGADO, Plínio. “Psicologia da Revolução” In: **Obras Completas – volume VII**. São Paulo: Editora das Américas, 1956. p. 89.

<sup>386</sup> Ibid. p. 95.

humanidade e todas as expressões a ela relacionadas fazem parte, foi fragmentado e subdividido em porções menores, passíveis de serem consideradas como isoladas umas das outras. No tocante à filosofia, Plínio Salgado menciona o ceticismo que teria lançado dúvida sobre proposições antes inquestionáveis – onde certamente a crença em Deus seria seu maior exemplo. O ser humano teria perdido qualquer alicerce seguro diante de um questionamento sistemático de diversas “verdades”, somando-se aí, a procura por outras. Devida a sua inserção no mundo das letras, Plínio Salgado vai buscar este individualismo desagregador também na literatura e na poesia. Partindo do século XIX, começa sua crítica pelos românticos, “todos individualistas, deixando expandir o sentimento, quebrando o que chamavam de preconceitos, excedendo-se no estilo declamatório e exercitando formas absolutamente livres de todos os cânones clássicos”; os realistas “que estabeleceram o traço de união entre a ciência e a literatura”; os humanistas helênicos, tidos como “críticos irônicos, amargos, a simular uma serenidade marmórea, acadêmica”; os parnasianos, vistos como “poetas da forma, naturalistas”; e finalmente os simbolistas a quem Plínio Salgado imputa a imagem de “precursores da desagregação completa das formas de expressão, que começa com o nefelibatismo, passa para o cubismo, vai para o futurismo e o surrealismo, fragmentando-se em escolas numerosas (...), de interpretação individualista de natureza”<sup>387</sup>. Citando ainda uma série de artistas, tanto escritores como pintores, o chefe nacional alcança a mesma conclusão de que “tudo foi individualismo (...), pois cada um interpretou uma forma de vida e de finalidade, através do individualismo transbordante”, compreendendo *até certo ponto* tal situação, porque “é uma das condições da arte a personalidade. É a marca do gênio”, todavia, logo depois Plínio Salgado irá ressaltar quão desconexas e distintas foram as diversas visões acerca da vida e as atitudes destes autores, concluindo, finalmente que “todas as artes sofreram o reflexo dessa situação do Homem em movimentos individualistas, que marca o largo período de desagregação do século XIX e começo deste [século XX]”<sup>388</sup>.

Finalmente, como última consequência, tem-se o mal provocado pelo individualismo no campo político, pois permitiu que houvesse uma expansão incontrolável das diversas concepções e formas de vida; a proclamação dos Direitos do Homem teria sido a coroação da supremacia do indivíduo sobre o grupo, dando margem a impossibilidade de controle da “pluralidade anárquica dos egoísmos individuais”<sup>389</sup>. O sufrágio universal – que possibilitou a

---

<sup>387</sup> SALGADO, Plínio. “Psicologia da Revolução”. In: *op. cit.* São Paulo: Editora das Américas, 1956. p. 91-92. Em nota de rodapé, Plínio Salgado ainda diz ser o manifesto dadaísta a “expressão da última etapa da anarquia e dissolução no campo da arte (...); ‘dada’ é um estado de espírito, é a *cretinice espontânea*”. [o grifo é nosso].

<sup>388</sup> *Ibid.* p. 93-94.

<sup>389</sup> SALGADO, Plínio. “Psicologia da Revolução”. In: *op. cit.* São Paulo: Editora das Américas, 1956. p. 97.

criação do absurdo “homem cívico”, como é visto constantemente em vários intelectuais integralistas, incluindo-se aí o próprio Plínio Salgado – ao contrário do que se poderia pensar, foi a arma a qual voltou-se contra a população porque servia apenas a alguns poucos indivíduos e a seus próprios desejos “egoístas”. Para ele, “o século XIX inverteu todos os valores”<sup>390</sup>, pois trocou o Todo pela Parte, retirou a noção de bem comum ou de grupo das preocupações centrais da sociedade e colocou em seu lugar a busca pelo sucesso individual.

Temos, assim, por meio de Plínio Salgado, um individualismo destituído de valores positivos, pois, tendo perpassado *todas* as formas de expressão e manifestação humanas, incutindo-lhes uma nova (e perniciosa) maneira de observar o mundo ao seu redor, que na verdade são *múltiplas* maneiras, ele desencadeou um processo de questionamento e subsequente inversão de valores os quais abriram as portas para todos os tipos de males que poderiam vir em seu bojo, levando o mundo a um período de caos e fragmentação. Como mencionamos, ele, o individualismo, para Salgado, seria nefasto em sua totalidade, sendo origem e perpetrador dos problemas modernos – a solução que daí adviria seria, então, de acordo com o pensamento de Plínio Salgado, ser extirpado do mundo humano ou, no mínimo, completamente *subordinado* ao primado da sociedade e/ou do próprio movimento integralista<sup>391</sup>. Algo bem distinto de Miguel Reale que, na verdade, vê o individualismo como necessário, sendo preciso não que ele seja *apagado*, mas sim *limitado* em suas ações/manifestações. É evidente que, diante da sua formação e dos assuntos com os quais se ocupa em suas obras, muitos daqueles aspectos tratados por Salgado (ciência, literatura, etc.) não encontram ressonância em sua produção intelectual, havendo, assim, uma preocupação restrita aos temas econômicos e políticos, por conseguinte, só podemos nos ater a estes.

Deve-se mencionar, em primeiro lugar, que qualquer tipo de análise feita no tocante a sociedade, para Miguel Reale, deve incluir um complexo de relações e elementos para que se atinja um resultado satisfatório – em sua introdução à obra *Atualidades de um mundo antigo*, Miguel Reale faz algumas considerações sobre o estudo da História, dizendo que esta foi “escrita da mesma forma fragmentada como se estudou o homem; através de múltiplas facetas isoladas, arrancadas arbitrariamente do homem integral (...)”<sup>392</sup>, e então sugere que:

(...) façamos a história dos homens na inteira complexidade de seus fatores múltiplos, refletindo idéias e sentimentos, tendências e vontades, considerando a atuação conjugada de todos os motivos, religiosos, éticos, estéticos, econômicos, etc.

<sup>390</sup> Ibid. p. 98.

<sup>391</sup> Recorremos, aqui, a Louis Dumont em suas considerações referentes ao totalitarismo. Cf. DUMONT, Louis. **Homo aequalis**. São Paulo: EDUSC, 2000. p. 25.

<sup>392</sup> REALE, Miguel. “Atualidades de um mundo antigo”. In: **Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937) – tomo I**. Brasília: UnB, 1983. p. 27.

Este desvio que aqui operamos serviu, certamente, para uma mínima demonstração de outros aspectos interessantes do pensamento de Miguel Reale, mas nossa intenção com ele é introduzir a discussão da importância do individualismo para o chefe da doutrina, pois, como mencionado, é preciso levar em consideração uma gama de elementos para qualquer tipo de reflexão, e Miguel Reale, assim, não tem como deixar de lado, ou minimizar o papel decisivo desempenhado pelo indivíduo na sociedade.

Em ferrenha crítica a obra *Aventura política do Brasil*, de Azevedo Amaral, “cujas setenta e uma páginas iniciais constituem um exemplo belíssimo de *ficção em nome da ciência*”<sup>394</sup>, Miguel Reale apresenta aquela tese no relativo ao estudo do Estado, dizendo ser “sobre o tríptico conceito de *indivíduo*, de *sociedade* e de *finalidade*, que devemos assentar a idéia de Estado”, e ainda que declare que “o *individualismo* é falho porque toma como ponto de partida o *indivíduo isolado*”, complementa logo em seguida que o “*socialismo* labora em erro pelo fato de fazer abstração do indivíduo para só examinar a *sociedade*”<sup>395</sup>. Ou seja, Reale assume logo de partida a relevância do indivíduo como um elemento do qual não se pode prescindir, conseqüentemente, ainda que possa vir a localizar nele atitudes negativas, sua autonomia é algo do que não pode abrir mão para o funcionamento da sociedade e organização do Estado. Ele é dotado de uma margem de ação cujo espaço, maior ou menor, encontra-se diretamente relacionado às suas capacidades pessoais. Miguel Reale concebe a existência daquilo que Norbert Elias chamaria de margem individual de ação<sup>396</sup> a qual varia de acordo com a posição do indivíduo na sociedade – ela não deve ser apagada, mas limitada, e tão importante quanto isto é não poder sofrer um processo de equalização, mas sim manter-se desigual, do contrário seria negar um dos princípios fundamentais defendidos por Reale de que as pessoas são naturalmente diferentes. Ora, estas breves considerações apontam para uma certa “valorização” do individualismo a qual não é observada em Plínio Salgado, pois, a nosso ver, Miguel Reale não julga o individualismo como um mal em si, mas sim como algo *capaz* de produzir o mal caso não seja devidamente delimitado ou controlado, funções desempenhadas pelo Estado a fim de impedir excessos por parte dos indivíduos que possam

<sup>393</sup> REALE, Miguel. “Atualidades de um mundo antigo”. In: **Obras Políticas – tomo I**. Brasília: UnB, 1983. p. 27.

<sup>394</sup> Idem. “Atualidades Brasileiras”. In: **Obras Políticas – tomo III**. Brasília: Editora UnB, 1983. p. 122.

<sup>395</sup> Ibid. p. 121-122. [o grifo é do autor].

<sup>396</sup> ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 50.

vir a prejudicar outros. Diz Miguel Reale: “O Estado integral não declara apenas as liberdades individuais, mas as garante a todos os indivíduos indistintamente, exercendo o controle sobre todas: seu individualismo é de fim, não é de meio”<sup>397</sup>. O integralismo não deveria ser, assim, uma fonte de massificação da sociedade, de *completo* cerceamento dos direitos das pessoas de agirem como lhes convêm ou visando o próprio benefício, mas sim de seu regulador.

Delineia-se, aqui, um tipo particular de individualismo próprio do pensamento integralista de Miguel Reale (e que se coaduna com suas características conservadoras): é o que Ricardo Benzaquen chama, com base nas reflexões de Georg Simmel, de *individualismo qualitativo* o qual “despreza a igualdade, enfatizando a *singularidade*, a personalidade peculiar de cada indivíduo”<sup>398</sup>. O indivíduo poderia estar limitado – como colocou Karl Mannheim acerca do conservadorismo –, e *está* no pensamento de Miguel Reale, contudo, ele não se acha obliterado, e se possui capacidades de algum valor, então ele deve desenvolvê-las, observando apenas os limites traçados, no presente caso, pelo Estado Integral – ou nas palavras do próprio Reale, é a “responsabilidade do produtor perante o Estado”<sup>399</sup>. Nestes termos, os indivíduos são capazes de dedicarem-se às atividades que estejam de acordo com suas particularidades ou habilidades, não estando submetidos a uma “instância superior” que lhes dita suas funções no interior da sociedade, e acreditamos que uma das melhores formas de observarmos esta característica é pela maneira como Miguel Reale analisa vários aspectos do capitalismo, condenando, sobretudo, o que poderíamos chamar de “desvios éticos” (o imperialismo, a saída do Estado no controle da economia, a “agiotagem”, em suma, tudo aquilo provocado por um individualismo *descontrolado e egoísta*), todavia, ele não é contra determinadas iniciativas de indivíduos que se julgam na capacidade de levá-las a frente – iniciativas estas referente à industrialização do Brasil, ao comércio, à criação de empresas. Enquanto Plínio Salgado exprimia um viés agrarista/ruralista em seu pensamento, Miguel Reale voltava-se para aspectos aos quais pudessem auxiliar na modernização do País. Para José Beired: “Nesse sentido, [Reale] não condenava o capital estrangeiro, que deveria ser admitido sob a fiscalização do Estado e sob a condição de atender aos interesses da economia nacional. (...) era partidário de um protecionismo prudente e planejado (...)”, chegando a ser favorável às “sociedades anônimas, execradas por Plínio Salgado”<sup>400</sup> – neste aspecto, Miguel

<sup>397</sup> REALE, Miguel. “Perspectivas Integralistas” In: **Obras Políticas – Tomo III**. Brasília: UnB, 1983. p. 65.

<sup>398</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **In Medio Virtus: uma análise da obra integralista de Miguel Reale**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988. p. 20. [o grifo é do autor].

<sup>399</sup> REALE, Miguel. “O capitalismo internacional” In: **Obras Políticas – Tomo III**. Brasília: UnB, 1983. p. 265.

<sup>400</sup> BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem: Os intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914 – 1945)**. São Paulo: Loyola, 1999. p. 131-132.



Reale aponta os vários problemas das sociedades anônimas, os quais são resultado daqueles *desvios éticos*, pois declara que “os vários grupos de financistas e de ‘agentes’ de sociedades anônimas localizam-se em determinados pontos do globo e, colocados acima dos Estados, manobram os governos”<sup>401</sup>. Mas a solução por ele dada é a seguinte: “Em lugar de destruir as sociedades anônimas, façamos com que elas se tornem meios idôneos, aptos para compensar o esforço dos que souberem produzir e economizar”<sup>402</sup>. Não se discute, aqui, a *eliminação* de certas iniciativas as quais correspondem, certamente, a alguma especificidade de determinado indivíduo – e nem o possível bem que ele possa vir a receber – mas sim a necessidade de um *controle* para que não se sobreponham os interesses daquele aos da sociedade, do País. Se possível, gostaríamos de acrescentar ao *individualismo qualitativo*, o termo *vigiado* para caracterizar o individualismo presente no pensamento de Miguel Reale. E contrapondo-se, assim, a *ausência* ou *subordinação à sociedade* do individualismo verificado em Plínio Salgado, temos o *individualismo qualitativo vigiado* de Miguel Reale.

Intimamente ligada a esta discussão está a questão da liberdade, elemento igualmente presente e constante na produção intelectual de Plínio Salgado e Miguel Reale, mas que possuem enfoques bem distintos, assim como suas finalidades. Para fazer a passagem de um assunto para o outro, seria interessante utilizar um mesmo exemplo observável naqueles dois autores, mas que são radicalmente opostos em seu desenvolvimento: tanto um quanto outro imaginam como se daria uma situação em que um camisa-verde receberia de um superior uma ordem a ser cumprida. Diante de tal cenário, as reflexões de Miguel Reale levam-no a dizer:

(...) quem quer que no Integralismo exerça uma parcela mínima de comando, lembre-se, em todos os momentos, que o maior crime consiste em dar uma ordem e em ser obedecido à custa de um abalo na convicção ou de um estremecimento da confiança de quem a ordem recebe e cumpre.

E ao transmitirem uma ordem, lembrem-se todos de fazer primeiro uma pergunta: ‘Estarei eu ofendendo ou invadindo o patrimônio pessoal da dignidade e da liberdade?’<sup>403</sup>

Agora, observemos Plínio Salgado:

Nunca [um integralista] deixará de cumprir uma ordem de seus superiores, ainda quando a julgue errada, porque uma ordem certa e discutida torna-se mais perniciosa do que uma errada e cumprida, porque esta, pelo menos, prestigia o princípio da autoridade e revela, em quem obedece, um triunfo moral sobre si próprio.<sup>404</sup>

<sup>401</sup> REALE, Miguel. “O capitalismo internacional”. In: **Obras Políticas – tomo II**. Brasília: UnB, 1983. p. 219.

<sup>402</sup> Ibid. p. 223.

<sup>403</sup> REALE, Miguel. “Atualidades brasileiras”. In: **Obras Políticas – tomo III**. Brasília: UnB, 1983. p. 86.

<sup>404</sup> SALGADO, Plínio. **A Doutrina do Sigma**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1937. p. 29. 2ª Edição.

Um exemplo sem dúvida extremamente simples o qual, por sua vez, encerra toda uma visão concernente ao indivíduo e a maneira como ele age ou deve agir. Neste caso, onde ambos discutem a questão da disciplina no interior do movimento – elemento fundamental ao Integralismo cuja relevância não é questionada por nenhum dos intelectuais – as posições defendidas por cada um são claramente opostas, pois, de um lado, temos observado Miguel Reale que compreende a existência de um limite onde o indivíduo tem uma parcela de “liberdade” para julgar como proceder diante de uma ordem que lhe seja dada, em outras palavras, ele, de acordo com sua personalidade, é capaz de discernir o que pode vir a ferir ou não suas próprias convicções e/ou visões de mundo. Ao indivíduo deve ficar reservado, e assegurado, um espaço cuja transposição por outrem (neste caso, aquele que ordena) na tentativa de fazer valer o seu ponto de vista (a ordem em si) é, nas palavras do próprio Reale, um *abalo* nas convicções daquele – e isto deve ser igualmente observado por aquele que transmite a ordem, tendo sempre consciência de que há um limite. Complementando a passagem destacada acima, acrescentamos: “E mesmo quando uma ordem injusta é cumprida, sujeitando-se o subordinado ao extremo sacrifício da dignidade pessoal, o superior não pode se orgulhar nem deve ficar contente”<sup>405</sup>. Quão distinto é da visão professada por Plínio Salgado onde, independente até mesmo da *validade* da ordem, a importância recai de forma direta em seu imediato cumprimento, sem questionamentos, sem a preocupação de que o *patrimônio pessoal* do indivíduo possa estar sendo invadido e que ele encontre-se impedido de emitir sua opinião ou queixa diante de algo que possa vir a ir contra aquilo que ele pensa. Para o chefe nacional, verificamos, é imperativa a subordinação do indivíduo, ou até mesmo sua *anulação*, quando defronte do cumprimento daquilo que venha a configurar-se em uma exigência, antes de tudo, da doutrina. Como foi visto, tal prática é demonstrativo de um *trunfo moral sobre si próprio*, isto é, é uma atitude louvável esta auto-anulação praticada pelo indivíduo porque demonstra seu compromisso não consigo, mas com o todo em cujo nome a ordem provavelmente foi dada. Não há, então, como evitar analisar este pequeno exemplo e vê-lo como marca indelével da posição que cada um destes intelectuais assume diante da liberdade – é evidente que pelo espaço que temos, assim como pela nossa proposta de trabalho, não podemos iniciar uma discussão acerca da liberdade (lembramos aqui das palavras de Hannah Arendt ao dizer que “levantar a questão – o que é a liberdade? – parece ser uma empresa irrealizável”<sup>406</sup>), sendo preciso que nos limitemos a algo mais simples, mas que, ou assim acreditamos, não invalida nossas reflexões, não deixando de ser um esforço

<sup>405</sup> REALE, Miguel. “Atualidades brasileiras”. In: **Obras Políticas – tomo III**. Brasília: UnB, 1983. p. 85.

<sup>406</sup> ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 188. 4ª Edição.

empreendido em direção a análises mais detidas e que necessitariam, no mínimo, de um capítulo só para si. Devemos, então, prosseguir com nossa discussão tendo como base, sobretudo, os estudos de Isaiah Berlin no tocante à liberdade presentes no livro *Quatro Ensaios sobre a Liberdade*.

Uma maneira profícua de adentrarmos ainda mais neste tópico e que apresenta, coincidentemente, uma ligação direta com os exemplos mostrados há pouco é observarmos as duas questões colocadas por Isaiah Berlin as quais, acredita ele, são capazes de sinalizar para as noções de liberdade positiva e negativa com que trabalha: “Por quem sou governado?” e “Até que ponto sou governado?”<sup>407</sup>, respectivamente. Partamos, primeiro, para uma operação bastante simples, e talvez até mesmo desnecessária: se retirarmos o verbo *governar* e substituírmo-lo por *ordenar* ou *mandar*, teremos uma *aproximação* de que tipo de liberdade está mais próximo de Plínio Salgado e Miguel Reale. No pensamento do primeiro, o indivíduo deve submeter-se a uma vontade maior ou superior (de alguém ou de algo), passando a fazer parte dela, assumindo-a para si, enquanto anula a si mesmo; já no segundo, o indivíduo possui algum espaço de ação independente, um *ponto até o qual* é capaz de transitar sem intromissões, emitindo julgamentos, e quem sabe mostrar-se contra, acerca daquele algo ou alguém que a ele se dirige – o que não permite, agora, associarmos de pronto a liberdade em Miguel Reale à liberdade negativa.

Voltando nossa atenção para Plínio Salgado, a quem já podemos ensaiar uma aproximação com a liberdade positiva, verifica-se que sua enérgica crítica à *liberdade* é, na verdade, feita contra a *liberdade negativa* que “é comparável com a criação de grandes e duradouros males sociais”<sup>408</sup>. Assim como o século XIX foi identificado por Salgado como o período da “morte do Espírito” em decorrência de seu extremo individualismo, o mesmo foi igualmente o século da liberdade; uma liberdade que, para Plínio Salgado, “espalhou pelas nações as doutrinas mais contraditórias, as afirmativas mais absurdas, os brados mais lacinantes de angústia do pensamento e do coração”<sup>409</sup>; que permitiu aos indivíduos uma “facultas agendi” ilimitada, não devendo responder a nada ou a ninguém, apenas a si mesmos. É esta uma liberdade individual a qual permite às pessoas agirem sem obstáculos, sem interferências, objetivando alcançarem aquilo que lhes agrada ou almejam – e por isto o chefe nacional ataca-a sem meias-palavras, acusando-a como sendo, na verdade, um *caminho para*

---

<sup>407</sup> BERLIN, Isaiah. **Quatro Ensaios sobre a Liberdade**. Brasília: UnB, 1981. p. 23.

<sup>408</sup> Ibid. p. 25.

<sup>409</sup> SALGADO, Plínio. **O Sofrimento Universal**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1934. p. 219.

*a escravidão*, principalmente por ter escravizado o homem aos seus instintos<sup>410</sup>, ao *eu mais baixo*, se quisermos utilizar a expressão de Berlin. A expressão “filosofia do êxito” por vezes utilizada por Salgado para caracterizar a supremacia da matéria sobre o espírito, que nada mais é do que os “ensinamentos” do individualismo e da liberdade *negativa* colocados em ação. Ora, foi esta mesma filosofia do êxito que, de acordo com Plínio Salgado, teria provocado a morte do filho de Lindbergh, mas sua acusação não pára aí, ela avança até que seja apontado “um culpado, um criminoso, um assassino do filhinho de Lindbergh: – Aquele monumento que está no porto de Nova York: a estátua da Liberdade”, a qual deve ser destruída<sup>411</sup>. Foi por causa desta liberdade que a humanidade passou a se degenerar, a decair – uma liberdade clamada por todos: pelos banqueiros, pelos industriais, pelo proletariado, pela imprensa, pelos membros de família, que fez com que cada um pensasse somente naquilo que lhes dissesse respeito e levasse direto para seus interesses, perdendo a consciência de grupo, de que faziam parte de unidades maiores (orgânicas), como a família ou a Nação.

Seguindo esta linha de raciocínio é que Plínio Salgado, criticando a liberdade negativa e passando gradativamente a defender a positiva, faz uma análise do Brasil e da população nacional, chegando a uma interessante conclusão no tocante a idéia de liberdade: para o intelectual integralista, desde o século XVI os habitantes do que viria a ser o Brasil já a conheciam, pois “para nós, [a liberdade] não era um objeto de conquista; era uma fatalidade do meio físico e das condições de vida”<sup>412</sup> – bem diferente do que se operava na Europa, onde ela era, na verdade, “produto de refinamento filosófico, dos velhos rancores plebeus, da ânsia de expansão econômica da burguesia mal saída de uma situação inferior”<sup>413</sup>. A liberdade nas terras brasileiras sempre existiu, sendo consequência direta da vastidão do território a qual permitia aos homens um deslocamento constante, para onde bem entendessem e procurando aquilo que lhes satisfizesse os desejos; ela era causada por uma espécie de fatalidade geográfica, enquanto na Europa era fruto de uma reação histórica contra a situação vigente. E, evidentemente, caminhando junto desta liberdade “selvagem”, encontra-se o individualismo do povo brasileiro que, se nos primeiros séculos chegou até mesmo a possuir alguma validade por ter levado ao desbravamento do continente e à fixação das primeiras fazendas e vilas, mais tarde levou-o para sua degradação, pois transformou-se em puro egoísmo (visto pelo chefe nacional como um dos grandes elementos negativos a constituir os caracteres do povo

---

<sup>410</sup> Ibid. p. 221.

<sup>411</sup> SALGADO, Plínio. **O Sofrimento Universal**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1934. p. 81-82.

<sup>412</sup> Idem. “Psicologia da Revolução”. In: **Obras Completas – volume VII**. São Paulo: Editora das Américas, 1956. p. 146.

<sup>413</sup> Ibid. p. 133.

brasileiro). Diante deste quadro, a solução apresentada por Plínio Salgado, ou melhor, a conclusão na qual ele chega é de que, no Brasil, se a liberdade já é um fato, algo cuja existência é inquestionável, então o que se torna urgente de alcançar ou criar é uma série de *deveres* a limitá-la:

A tarefa do nosso gênio político não deverá ser a de conquistar e consagrar liberdades segundo o critério que movia o surto do constitucionalismo europeu; impunha-se regular a liberdade, fixar normas precisas à liberdade, tomar essa liberdade que já existia e esse democratismo que já era o cerne da nossa psicologia de povo e discipliná-los, dando-lhes expressão política, jurídica, administrativa.<sup>414</sup>

É preciso abandonar esta liberdade anárquica, assim como quaisquer maiores tentativas de *conquistas libertárias* e *proclamação de direitos*, pois isto o brasileiro já possui (sendo justamente a fonte dos problemas nacionais), necessitando ele de algo que venha a combater tais elementos tão arraigados à sua “natureza”.

Daquilo que se pode depreender desta breve exposição da crítica feita por Plínio Salgado a liberdade em sua forma *negativa*, somos capazes de vislumbrar como surge sua feição *positiva* no pensamento do chefe nacional. Assim, procurou Isaiah Berlin demonstrar que “é a noção de liberdade em seu sentido ‘positivo’ que está no cerne dos apelos em favor de um autogoverno nacional ou social, apelos esses que estimulam os movimento públicos mais poderosos e moralmente justos (...)”<sup>415</sup> – ao analisarmos o integralismo de Plínio Salgado, encontramos-nos diante de situação muito semelhante em vista, em primeiro lugar, da ênfase que este dá ao movimento, à imperativa participação de todos os elementos da sociedade (independente das suas origens: operários, empresários, intelectuais, militares, etc.) em suas fileiras como *camisas-verdes*, como *militantes* da mesma causa (ou seja, como um único grupo coeso a possuir um objetivo em comum); e em segundo lugar pela noção de soberania que daí surge, isto é, a participação que estes mesmos elementos teriam quando o movimento chegasse ao poder. E não seriam apenas alguns, mas *todos*: todos capazes de participar deste governo e de gozarem de uma parcela de liberdade igual a de seus semelhantes – não mais seria a liberdade como o privilégio de alguns poucos, seja devido às suas próprias capacidades individuais ou ao espaço social em cujos limites encontram-se as oportunidades disponíveis. As diferenças são subtraídas, ou no mínimo deixadas de lado, porque todos os indivíduos, agora, passam a buscar um mesmo fim comum a todos; a homogeneização a qual fizemos menção no capítulo dois ocorre aqui: se a ideologia

---

<sup>414</sup> SALGADO, Plínio. “Psicologia da Revolução”. **Obras Completas – volume VII**. São Paulo: Editora das Américas, 1956. p. 146.

<sup>415</sup> BERLIN, Isaiah. *op. cit.*. Brasília: UnB, 1981. p. 167.

uniformiza o pensamento (e a ação), este objetivo ideal partilhado também contribui para tal equalização. Quando Plínio Salgado diz “quando nós abrimos mão de algumas liberdades, porque elas estão atentando contra o próprio princípio da liberdade, nós queremos em troca alguma coisa que substitua com vantagem o patrimônio de uma civilização que já passou”<sup>416</sup>, em suas palavras ecoam a necessidade de, primeiro, deixar de lado a liberdade negativa – individual, egoísta – porque ela atenta contra a positiva, e depois de que surja algo a altura deste “sacrifício”, neste caso, um tipo de governo superior ao anterior, um governo *melhor* o qual deverá contar com a participação irrestrita de todos.

Além do mais, ainda acompanhando as reflexões de Berlin e retomando um aspecto mencionado um pouco atrás, esta noção positiva da liberdade geralmente encontra-se relacionado a um tipo específico de *eu* ou *ego*, tido como sendo “verdadeiro” porque é aquele que não está dominado pelos instintos, pelos desejos egoístas, mas sim que é “algo mais amplo que o indivíduo (...), como um ‘todo’ social do qual o indivíduo constitui um elemento ou um aspecto”<sup>417</sup>. Seria como postular a existência de uma substância ou substrato em comum do qual as pessoas fariam parte, sendo a individualidade de cada uma somente um prolongamento daquele, e não algo inerente apenas ao indivíduo. Para Plínio Salgado esta submissão do indivíduo, ou melhor, sua *diluição* em uma substância mais ampla é processada em dois momentos os quais dizem respeito às ambições de seu pensamento: o primeiro momento trata do problema “concreto” do Brasil, ou seja, a busca pela completa identificação do povo brasileiro com a Nação e sua efetiva e irrefreável participação no governo do País, em uma palavra, a soberania (é a identificação com o *todo social*); o segundo é de razão bem mais extensa, poderíamos dizer quase metafísica, porque busca a identificação da *humanidade* a um mesmo princípio transcendental, com algo superior e absoluto: “É da idéia de Cosmos que deriva o senso das finalidades humanas”<sup>418</sup> (é a identificação com o *Todo*). Mas em ambos casos, pois o fundamento a animá-los é o mesmo (a compreensão de que a parte não pode existir isolado do conjunto), o objetivo a ser atingido é um ideal em comum, é a sobreposição do “eu verdadeiro” ao eu *mais baixo*, “empírico”. É a procura pelo *autogoverno* não apenas no sentido político – da soberania e da participação do povo no controle da Nação e em sua vida política – mas também em relação a si próprio, em não se deixar levar por seus desejos, por vontades que nascem como resposta a estímulos externos. A humanidade precisa

---

<sup>416</sup> SALGADO, Plínio. **A Doutrina do Sigma**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1937. p. 64. 2ª Edição.

<sup>417</sup> BERLIN, Isaiah. *op. cit.* Brasília: UnB, 1981. p. 143.

<sup>418</sup> SALGADO, Plínio. “A quarta humanidade”. In: **Obras Completas – volume V**. São Paulo: Editora das Américas, 1956. p. 15.

libertar-se para a verdadeira liberdade (positiva), deixando aquela falsa (negativa) que a fez ficar “escrava de todos os instintos; faminta de todos os prazeres, submetida a todos os caprichos e exigências da moda (...) – a sociedade contemporânea vive a vida exclusiva dos impulsos, que são tão impetuosos ao ponto de desconhecem (...) as eternas leis do espírito”<sup>419</sup>. A nosso ver, não pareceria absurdo associar o pensamento de Plínio Salgado e sua defesa da liberdade positiva às palavras de Isaiah Berlin quando este diz:

(...) na maior parte, a liberdade era identificada pelos autores de tendências metafísicas com a concretização do eu real não tanto nos homens considerados individualmente, mas também encarnados em instituições, tradições, formas de vida mais amplas do que a existência empírica espaço-temporal do indivíduo finito. Esses pensadores com maior frequência, a meu ver, identificaram liberdade mais com atividade ‘positiva’ dessas formas institucionais (‘orgânicas’) de vida, crescimento, etc., do que com a simples (‘negativa’) remoção de obstáculos inesperados dos caminhos de tais ‘organismos’, para não dizer dos caminhos dos indivíduos (...).<sup>420</sup>

A liberdade, então, para Plínio Salgado, é a *liberdade positiva* que propicia e identifica-se com a soberania do povo, a participação absoluta de todas as pessoas no governo do País e que as “liberta” de si mesmas, elevando o “eu verdadeiro” (superior) enquanto procura eliminar o “eu mais baixo”, dos instintos e dos desejos egoístas.

Em Miguel Reale surge um panorama bem distinto. Certamente nele não há a condenação do sentido positivo da liberdade e exaltação do negativo, pois entraria em completa contradição com as críticas feitas ao individualismo desenfreado, mas o contrário também não é observado, sendo assim, como levar adiante nossa análise? Para isto, como tem sido constante ao longo de nosso trabalho, desde o estabelecimento dos principais caminhos que decidimos trilhar, devemos outra vez ter nossa atenção virada para o estudo empreendido por Ricardo Benzaquen de Araújo, onde encontraremos, semelhante ao caso do individualismo, uma liberdade *qualitativa*<sup>421</sup>. Assim, a liberdade para Miguel Reale afasta-se por completo de seu sentido negativo, aproximando-se, mas não *igualando-se*, de seu sentido positivo. O que impede a justaposição de ambos sentidos é o problema concernente à completa participação das pessoas na vida política, no governo do País, sua incondicional devoção ao grupo enquanto anulam-se como indivíduos, os quais acabam por se diluírem no todo social: “Para Reale (...) há uma profunda diferença entre a participação sugerida pela liberdade qualitativa e a que é proposta pela liberdade positiva”, pois esta última implica “fundamentalmente na supervalorização da esfera pública, confundindo-se com a soberania, e

<sup>419</sup> Idem. “Palavra nova dos tempos novos”. In: **Obras Completas – volume VII**. São Paulo: Editora das Américas, 1956. p. 312.

<sup>420</sup> BERLIN, Isaiah. *op. cit.* Brasília: UnB, 1981. p. 25. [o grifo é nosso]

<sup>421</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *op. cit.*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988. p. 21-22.

anulando completamente as emoções e as qualidades privadas de cada cidadão”<sup>422</sup>. O intelectual integralista identifica esta forma de liberdade na Grécia antiga ao dizer que “o cidadão [ateniense] não é livre por ser homem, mas por ser cidadão: Liberdade e Soberania se confundem”, e ainda complementa:

Ninguém soube ver melhor que Benjamin Constant a nota diferencial entre a liberdade antiga e a moderna. “A liberdade antiga, escreve ele, é uma liberdade coletiva; consiste na presença por assim dizer, perpétua do cidadão na praça pública, sem ser incompatível com a submissão completa do indivíduo à autoridade do conjunto”. Só mais tarde, com o desenvolvimento da vida econômica e com a divisão do trabalho, mas sobre tudo por influxo do Cristianismo, a liberdade deixou de pertencer primeiro ao grupo para passar a pertencer primeiro ao homem como homem.<sup>423</sup>

Assim, a liberdade em suas feições tanto negativa quanto positiva é assim negada por Miguel Reale, pois a primeira é aquela “que a hipocrisia ‘liberal’ borda na colcha constitucional que vai cobrir o himeneu dos tradicionais cambalachos, com infames sacrifícios de homens”, enquanto a segunda é a que “redunda em opressão, a liberdade daqueles que, fortes e poderosos, a reclamam tão-somente para dar a impressão de igualdade aos pobres coitados que lutam ou esperam por ela”<sup>424</sup>. Diante desta recusa de ambos aspectos, resta ao chefe da doutrina expor a sua própria concepção de liberdade, dizendo:

(...) nosso conceito de liberdade é complexo e realista, visando a defesa dos direitos naturais do indivíduo e da pessoa, sem sacrificar o supremo direito do Estado que é o de coordenar e dirigir, e sem ofender os valores morais, para o bem particular de cada qual e o bem comum da Nação.<sup>425</sup>

Começam, aí, a se delinearem os contornos da liberdade denominada qualitativa que, como não poderia deixar de ser, aproxima-se do tipo particular de individualismo o qual apontamos anteriormente: o espaço que o indivíduo possui para agir é o mesmo em que irá exercer sua liberdade, observando-se, todavia, os limites impostos pelo bem comum (pelo Estado) e os seus próprios limites, ou seja, o quanto suas próprias capacidades permitem para agir. Na situação envolvendo o que poderíamos chamar de *limites exteriores*, a liberdade, que é para Miguel Reale um direito natural do qual o ser humano deve dispor para poder realizar “finalidades superiores inerentes à sua existência”, só pode ser considerada como tal (como liberdade e direito natural) quando ela opera visando produzir o bem, porque o ato por ela

---

<sup>422</sup> Ibid. p. 21.

<sup>423</sup> REALE, Miguel. “Atualidades de um mundo antigo”. In: **Obras Políticas – tomo I**. Brasília: UnB, 1983. p. 70.

<sup>424</sup> Idem. “Atualidades Brasileiras”. In: **Obras Políticas – tomo III**. Brasília: UnB, 1983. p. 83.

<sup>425</sup> Ibid. p. 85.



proporcionado passou a ser legitimado pelo fruto deste mesmo ato – do contrário, se fosse para levar a algum mal, não mais poderia-se falar em liberdade porque a ação que desencadeou o mal “sacrificou sua própria essência, deixando-se de ser um direito”, ou seja, não estava de acordo com o princípio fundamental de que ela é um direito natural cuja função é proporcionar aos indivíduos realizações superiores. Daí Miguel Reale falar que “a liberdade é um *direito* que exige a atualização de um *objeto de direito*”<sup>426</sup> – ela não é um absoluto, um fim em si mesmo, mas sim um instrumento a ser manipulado de forma benéfica pelo ser humano, caso contrário acabaria por se identificar somente com quem quer que se considerasse como seus “verdadeiros” detentores que, em nome do que julgam como bom e correto, poderiam fazer aquilo que bem entendessem, sacrificando o indivíduo em prol do todo. Os limites impostos pelo Estado visam, justamente, a impedir qualquer “má utilização” da liberdade (que, como foi visto, nem mais poderia ser chamado de liberdade) que possa vir a acarretar qualquer tipo de prejuízo a outrem.

Na situação acerca dos *limites internos*, ou seja, as próprias limitações naturais de cada ser humano, temos a aplicação daquela noção de liberdade no momento em que a ação perpetrada pelo sujeito, a qual não poderá gerar nenhum fim negativo, certamente estará relacionada às suas capacidades, empregadas no momento do ato – como direito natural de todos os indivíduos, a liberdade possibilita a cada um que aja conforme consegue. Além disto, esta visão de liberdade que age por meio de limites também é característica do pensamento conservador (ao qual aproximamos Miguel Reale) que, interpretando os seres humanos como desiguais, caminha nos seguintes termos: “A liberdade, portanto, apenas pode consistir na habilidade de cada homem para se desenvolver, sem qualquer estorvo ou obstáculo, *conforme a lei e o princípio de sua própria personalidade*”<sup>427</sup>. A passagem destacada demonstra com clareza o que mencionamos, pois insere a liberdade como forma de possibilitar a ação do ser humano inscrita entre os limites externos (o Estado, as leis, etc.) e internos (sua personalidade) – isto impede os problemas advindos de uma concepção “subjativa” da prática da liberdade a qual poderia levar os indivíduos a agirem como bem entendessem conquanto estivessem dentro de suas capacidades: concede-se a ele a possibilidade de ações “descompromissadas” (para estabelecermos um diferencial com o pensamento de Plínio Salgado), porém, as mesmas devem ser vigiadas. A liberdade qualitativa presente no integralismo de Miguel Reale é, assim, uma liberdade a qual permite ao homem desenvolver-

---

<sup>426</sup> Ibid. p. 88.

<sup>427</sup> MANNHEIM, Karl. “O significado do conservantismo”. In: FORACCHI, Marialice M. (org). **Karl Mannheim**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1982. p. 121. [o grifo é nosso].

se independente do grupo, agindo segundo suas próprias intenções (mas sem prejudicar os outros, algo que Isaiah Berlin considera quase como inviável, senão impossível), e ao mesmo tempo possibilita-lhes a participação na política, contudo, não de forma individualizada, mas sim sempre no interior de “unidades orgânicas” maiores – no caso do integralismo de Miguel Reale, são os sindicatos e corporações: “abre-se um espaço no qual é possível se combinar a atuação pública desses indivíduos, a ‘expressão’ de suas paixões e interesses *políticos*, com a presença efetiva do Estado”<sup>428</sup>. As pessoas não estão nem completamente submetidas à vida pública, agindo em conjunto de maneira a tolher-lhes sua individualidade, nem completamente à parte da política, vivendo somente para si mesmas.

---

<sup>428</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *op. cit.* Rio de Janeiro: CPDOC, 1988. p. 23. [o grifo é do autor].

**O Estado Sindical no pensamento de Miguel Reale (1932-1937)**

Cintia Rufino Franco da Silva\*

**Resumo:** O texto que segue pretende delinear os objetivos e justificativas de um projeto de pesquisa. Dessa forma, encontram-se aqui as primeiras leituras sobre o assunto, assim como o caminho percorrido até chegar ao tema proposto: o Estado sindical proposto por Miguel Reale no período de vigência da Ação Integralista Brasileira.

**Palavras-chave:** AIB, Miguel Reale, Sindicalismo.

Pelo presente texto tratar-se de uma apresentação de um projeto de pesquisa que pretendo desenvolver em um curso de pós-graduação strictu-sensu, tomo a liberdade de usar a primeira pessoa do singular, ao invés da usual terceira pessoa do plural, para descrever, brevemente, o percurso feito por mim até chegar ao tema proposto.

Durante a graduação, me interessei pelo anti-semitismo, pois participei de um projeto de pesquisa onde o trabalho de campo consistia em fazer um levantamento de túmulos judaicos em cemitérios não-judaicos na cidade de Rolândia-PR, e dessa forma, desenvolvi meu TCC com o tema *Política e Anti-semitismo: do caso Dreyfuss ao Sionismo*, onde fiz uma breve análise do anti-semitismo moderno na Europa do século XIX para compreender o caso Dreyfus como o fundamento para a proposição das teses sionistas de Theodor Herzl.

Quando ingressei no programa de *latu sensu* da PUCSP em 2006, tinha em mente pesquisar o anti-semitismo nas charges da Revista Careta, mas na época a Biblioteca Mário de Andrade estava em reforma, e eu não teria acesso as fontes. Foi quando, durante uma aula sobre História dos Movimentos Sociais, ministrado pela professora Fabiana Scoleso, surgiu a idéia de pesquisar sobre o modernismo e o integralismo. Assim, fiz o TCC com o título: *Modernismo e nacionalismo no Brasil na década de 1920*, com a proposta de fazer uma análise inicial sobre o período para depois organizar um projeto específico sobre o Integralismo.

Minha orientadora do TCC, a professora Maria Auxiliadora Dias Guzzo sugeriu a leitura da obra *O estrangeiro*, de Plínio Salgado, para uma primeira aproximação com o tema, pois pretendia pesquisar o nacionalismo no pensamento de Plínio Salgado. Fiz um

---

\* Especialista em História PUCSP. E-mail: [cintiarufinofranco@yahoo.com.br](mailto:cintiarufinofranco@yahoo.com.br). Contato: Rua Americima, 46. Vila Carolina, CEP: 08040-050, São Paulo-SP.

levantamento bibliográfico e de teses e dissertações sobre o tema, e encontrei, dentre outras, a dissertação de mestrado de Leandro Pereira Gonçalves, cuja proposta era a que eu havia pensando. Entrei em contato com o pesquisador, e depois de algumas conversas, ele me perguntou se não me interessaria em pesquisar sobre Miguel Reale, um dos pensadores do Integralismo que não foi amplamente estudado até o momento.

Imediatamente fiz um novo levantamento bibliográfico, e encontrei as dissertações de Alexandre Pinheiro Ramos e de Rodrigo Maiolini Pinho, e após essas leituras, encontrei uma possibilidade não explorada por ambos os pesquisadores: o Estado Sindical proposto por Miguel Reale.

Os principais ideólogos do integralismo foram Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso. Miguel Reale afirmava que não existia uma unidade acerca do ponto de vista doutrinário e que três correntes persistiram até o fim do movimento: Plínio Salgado, fundamentado na doutrina social da Igreja; Miguel Reale dando maior significado as questões sindicais e sociais e Gustavo Barroso, cuja preocupação girava em torno dos valores tradicionais da história do Brasil, acrescentando o anti-semitismo. (Reale, Memórias vol I, 1986, pg. 80).

Alexandre Pinheiro Ramos se ocupa em fazer uma análise de dois ideólogos do Integralismo, Plínio Salgado e Miguel Reale, dentro do período contemplado pela presente pesquisa, que são os anos de 1932 a 1937, procurando estabelecer as diferenças de pensamento entre eles. Para o pesquisador, Plínio Salgado se alinharia com o totalitarismo, e Miguel Reale com o conservadorismo, buscando criar, para tal, os conceitos de integralismo-totalitário e integralismo-conservador.

No tocante a presente pesquisa, o que lhe é mais caro é a análise sobre a tomada de consciência, relativa a desigualdade entre os indivíduos, pois existindo a relação entre patrões e empregados, a mesma deveria ser intermediada pelas corporações para que não houvesse conflito. Ramos afirma ainda, que no integralismo de Miguel Reale a corporação possui um lugar privilegiado na organização social e política por ser um dos elementos principais para a formação do Estado Integral, pois no seu interior se encontrariam os indivíduos que se destacam.

Rodrigo Maiolini Rebello Pinho, em sua dissertação intitulada *Miguel Reale: política e história (1931-1969)* possui outra abordagem, a começar pelo período ao qual se dedica, mais longo. Sua proposta é a de compreender o pensamento de Miguel Reale acerca do Estado e da História, ao longo de quarenta anos, apresentando o itinerário político-ideológico

do mesmo. Em relação ao período e ao tema pertinente a esta pesquisa, Pinho afirma que a concepção de Estado de Reale é uma contraposição ao liberalismo, que se expressa através da crítica ao Estado mínimo e à desintegração do indivíduo. O Estado seria o elemento de coalisão das particularidades sociais, pois representa o interesse geral.

Dessa maneira, pode-se afirmar que Miguel Reale, cujo posto no interior da AIB foi o de Secretário Nacional de Doutrina, desenvolveu sua concepção de Estado a partir de sua crítica ao Estado Liberal, no qual o Estado não intervém na economia e o homem atua apenas na salvaguarda dos direitos naturais, fragmentando-o. O Estado seria a representação das particularidades da sociedade, impondo finalidades enquanto consciência única de uma sociedade variada. Reale acreditava que a sociedade só existe enquanto totalidade quando está submetida a uma consciência geral que atua na forma do Estado, que está acima da própria sociedade. A função do Estado seria a de organizar as particularidades sociais, dessa forma, a Nação seria uma síntese das aspirações coletivas.

Reale ainda afirma que o Estado Liberal desvinculou o indivíduo do Estado, *“destruídos os organismos corporativos, o indivíduo ficou solto no Estado”*. (REALE, O Estado Moderno, p112). Aqui Reale remete as corporações de ofício da Idade Média, as quais se organizavam no plano municipal e na ausência do Estado. No entanto, essas organizações se tornaram inviáveis diante a formação de Estados e das economias nacionais. Todavia, Reale afirmava que não havia a necessidade de acabar com as corporações, mas que as mesmas deveriam ser modernizadas.

Assim, as corporações seriam transformadas em organizações nacionais e integradas ao Estado, pois para o pensador, as corporações são o elo entre o indivíduo e o Estado, e através do Estado Integral, esse vínculo rompido pelo Estado Liberal seria repostado. Nesse caso, a problemática consiste em tentar desvendar de que maneira o sindicalismo e o corporativismo se explicitam no pensamento de Miguel Reale.

Tendo como fontes principais os escritos de Miguel Reale, Memórias: Destinos Cruzados e Obras Políticas (Primeira Fase – 1931-1937), tentarei partir não do que o pensador disse, imaginava ou representava, mas do seu processo de vida real, expondo o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida, já que a produção de idéias, de representações e da consciência está entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar aparecem, então, como emanação direta de seu comportamento material.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Assim, a presente pesquisa objetiva se ocupar do período de vigência da Ação Integralista Brasileira, que vai de 1932 a 1937, buscando compreender de que maneira se constitui a proposta do Estado Sindical dentro do pensamento político de Miguel Reale e a tentativa de dissociar tal pensamento do Estado Corporativo proposto por Benito Mussolini. A exigüidade de trabalhos sobre o tema em questão e até mesmo acerca do pensamento político de Miguel Reale torna essa pesquisa um possível diferencial dentro da historiografia do Integralismo.

**Uma “razão” sobre a “força”: a “História Militar do Brasil” (1935) de Gustavo Barroso e o pensamento integralista.**

Everton Gustavo Rodrigues\*

**Resumo:** A obra "História Militar do Brasil", escrita em 1935 pelo ideólogo integralista Gustavo Barroso, é analisada sob uma perspectiva histórico-teórica, no sentido de tentar estabelecer, a partir do livro, as múltiplas conexões entre o momento histórico nacional e internacional da escrita da obra, as visões de Gustavo Barroso acerca da história militar nacional e, ainda, as fundamentações do pensamento militarista do integralismo.

### **Introdução**

Os “especialistas” em História Militar no Brasil eram, até há bem pouco tempo, em sua maioria, oficiais das Forças Armadas, particularmente do Exército. Dilettantes que, por uma necessidade de verniz em conhecimentos gerais e mesmo formação moral, cívica e patriótica, produziam um saber histórico essencialmente episódico, factual, descritivo, fruto de uma busca de erudição bem à moda do séc. XIX, que foi chamada posteriormente de escola Positivista, ou, mais apropriadamente, de escola Metódico-Documental.

Porém, algumas exceções houve nesse *métier* de construção do passado militar. Nem mesmo o modelo “metódico” foi o único. Muitos civis e representantes minoritários de outras linhas de pensamento foram também fundamentais, inclusive, o pensamento de fundamentação marxista, como foi o caso de Nelson Werneck Sodré. Mas uma obra em particular contribuiu de uma forma bastante significativa, à época, para uma compreensão do passado da Sociedade Militar<sup>429</sup>, com o intuito, principalmente, de fazê-lo exemplar. Estamos falando do livro “História Militar do Brasil” de Gustavo Barroso, que teve sua 1ª edição em 1935.

Para analisarmos esta obra de Gustavo Barroso, o arcabouço teórico construído tomará emprestado principalmente o pensamento de dois autores. O de Jörn Rüsen, acerca do processo de definição e constituição do pensamento, do método e da narrativa histórica, no

---

\*Doutorando e mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: [notrevenila@pop.com.br](mailto:notrevenila@pop.com.br).

<sup>429</sup> GIRARDET, Raoul. **A sociedade militar de 1815 até nossos dias**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

que ele definiu como “matriz disciplinar”. E o de Reinhart Koselleck, sobre aquilo que ele conceitua, dentro de um quadro de temporalidade teórico-empírico, como um “espaço de experiência” e um “horizonte de expectativas” (KOSELLECK, 2006, pp. 309-327).

Tanto Rösen, “herdeiro de Droysen e Immanuel Kant”<sup>430</sup>, como Koselleck, pensam o construto do conhecimento histórico como inserido em um ponto mediano que conectaria os três tempos possíveis: passado, presente e futuro. Esses três tempos seriam interdependentes e seus pensamentos influenciáveis entre si, ou seja: além do pensamento do historiador sobre o que foi o passado influenciar no seu pensamento do presente acerca do próprio presente e no da expectativa do que possa ser o devir, o pensamento do historiador a respeito do passado é influenciado, também, pelo seu pensamento sobre o que é o presente e, ainda, pelo que ele espera do futuro.

Grosso modo, como será visto mais à frente, esse jogo articulado entre os três tempos pode ser encontrado na obra de Gustavo Barroso, que se insere em seu tempo histórico próprio e busca suprir suas diferentes “carências” de orientação para a vida prática nesse seu tempo e na sua realidade. O conceito de “carência” é um dos que compõe a teoria do conhecimento histórico, proposta por Rösen. É com este conceito que, de acordo com esse autor, se inicia um conjunto sistemático e dinâmico dos “fatores ou princípios do pensamento histórico” que ele dá o nome de *Matriz Disciplinar* (RÜSEN, 2007, p.30).

Para Rösen, a questão acerca da razão histórica emerge das carências dos homens em orientarem-se em meio às mudanças percebidas em seu mundo e em si mesmos (RÜSEN, 2007, p.12). A partir delas é que todo o conhecimento histórico se desencadeia, numa relação simbiótica entre práxis e teoria, onde a reflexão acerca do pensamento histórico surge do próprio trabalho prático do historiador, o qual se alimenta daquela reflexão (RÜSEN, 2007, p.26). As carências, ou os interesses que os homens têm de se orientarem no tempo e de se assenhorearem do passado, conduzem à necessidade de estabelecerem-se critérios de sentido para o passado, buscando para ele perspectivas de interpretação que estabeleçam referências mais sólidas com a realidade da vida prática. À medida que as perspectivas quanto ao passado e quanto à própria qualidade do histórico vão sendo construídas, à luz de idéias e baseadas em fontes, aplicam-se os métodos, os quais regulam o pensamento histórico e dão a ele um caráter empírico. Essa pesquisa resulta num conhecimento histórico que se exprime em uma historiografia, ou seja, numa escrita da história. Com essa forma de apresentação historiográfica, o pensamento histórico já definido e materializado se remete ao início do

---

<sup>430</sup> CALDAS, Pedro Espínola Pereira. **A arquitetura da teoria: o complemento da Trilogia de Jörn Rösen**. UFU: Revista Fênix, Vol. 5, Ano V, nº 1, 2008.



processo – ou seja, às carências de orientação das quais se originou, com a função de respondê-las –, voltando num círculo de interdependência entre esses diversos fatores e reinício de um novo, circulante e constante processo (RÜSEN, 2007, pp. 162-165).

Esse é um pequeno quadro de sua principal proposta teórica, a qual me aproprio. Ela além de implicar em inúmeros outros alcances teóricos mais específicos, possui dois pontos que poderíamos destacar. Primeiramente, contextualiza a ciência da história, colocando-a como uma espécie de filha de seu tempo e de seu lugar históricos, reconhecendo que a própria ciência histórica, que nasce a partir da vida prática, pode contribuir para influenciar o presente e o futuro dessa própria vida prática. E também, em outro plano, mostra que a reescrita da história é necessária a cada vez que as condições de vida dos homens se modificam, vindo nesse processo, não um calcanhar de Aquiles em relação à sua cientificidade, mas, pelo contrário, uma espécie de necessária e saudável “evolução” da ciência da história e da própria consciência histórica (RÜSEN, 2007, pp. 29-37).

Para Rösen, ainda, a consciência temporal se apresenta de duas maneiras: sob a “experiência”<sup>431</sup> e sob a “intenção”<sup>432</sup>. Estas seriam articuladas mediante a narrativa histórica. Lembrando que o impulso pela busca das referências ao passado e pela sua própria construção racional, por meio de pesquisas e historiografia, é dado primeiramente, como dito acima, pela experiência do tempo presente. O presente se encontra com o passado sob a forma de rememoração, que dá sentido ao próprio presente e busca designar um caminho ao futuro. Portanto, a experiência, que tem um sentido temporal de passado, se articula com a intenção, que tem um sentido temporal de futuro, através da narrativa histórica.

Neste ponto Rösen trava um diálogo direto com seu mestre Reinhart Koselleck, que opera mais detalhadamente com as noções de “espaço de experiências” e “horizonte de expectativas”. Para Koselleck ambas as categorias são “adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro” dirigindo ações concretas quando enriquecidas em seu conteúdo (KOSELLECK, 2006, p. 308). “Experiência” sendo entendida como o passado no qual os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados e a “Expectativa” sendo o futuro presente, voltado para o ainda não (KOSELLECK, 2006, p. 310). “Experiência” e “expectativa” seriam passado e futuro articulados no presente, que a partir do tensionamento dessas temporalidades distintas, forjariam dentro dessa articulação, o tempo histórico (KOSELLECK, p. 313). É por esse caminho teórico que a análise empírica do “História Militar do Brasil” pretende palmilhar.

<sup>431</sup> A referência ao pensamento kantiano é quase direta, ver: Immanuel Kant, *apud*. KLEIN, 2008, p. 18.

<sup>432</sup> Para consultar o significado do *Gesinnung* kantiano, ver: ZINGANO, 1989, p. 210.

### **O autor, a ideologia e a obra**

Gustavo Barroso, o autor do livro, é uma figura quase mítica na história política nacional, ficando popularmente conhecido por ser um dos principais ideólogos do Integralismo, nas décadas de 1920/1930. A publicação da 1ª edição do livro, em 1935, deu-se três anos após seu colega Plínio Salgado e ele próprio terem fundado oficialmente a Ação Integralista Brasileira, num momento áureo de aceitação generalizada de um modelo totalitário do qual o fascismo italiano e seu congênere alemão, o nazismo, eram representantes e inspiradores.

Antiliberal, anticomunista, anti-semita, germanófilo, porém nacionalista, Barroso ao mesmo tempo que prestava homenagens e louvores ao nazismo, empreendia uma racionalidade doutrinária particular ao integralismo. Em Barroso havia uma tensão entre o seu nacionalismo militante e fanático e a exemplaridade do nazismo alemão, apesar das semelhanças doutrinárias e de regimes de crenças. Construiu-se na historiografia nacional uma correlação mais forte do que a que aconteceu realmente entre nazismo e integralismo. De acordo com René Gertz:

...não se trata de criticar aqueles autores – contemporâneos dos acontecimentos ou contemporâneos nossos – que a partir de uma postura ético-política condenam com veemência tanto nazismo quanto integralismo como forças diabólicas irmãs. Mas isso se pode fazer sem pesquisa histórica. Quem, porém, quiser argumentar a partir de uma pesquisa histórica poderá mostrar eventualmente que o nazismo serviu de inspiração – sob vários aspectos – para o integralismo, mas dificilmente conseguirá provar que o tenha fomentado e que a expansão da AIB – também entre a população de origem alemã no Brasil – possa ser explicada de forma convincente como fruto do apoio nazista (GERTZ, s/d).

Mas em linhas gerais, o integralismo brasileiro cultivava ideologicamente algumas crenças notórias do nazismo. Defendia a propriedade privada, o resgate da cultura nacional, o moralismo, valorizava o nacionalismo, a prática cristã, o princípio da autoridade (e, portanto, a estrutura hierárquica da sociedade: daí a adoção de elementos organizacionais e simbólicos advindos das forças armadas), o combate ao comunismo e ao liberalismo econômico. De caráter militarista, aos moldes dos seus semelhantes europeus, os integralistas chegaram a possuir milícias instruídas através de modelos formais de educação militar, tendo inclusive funcionado, durante um certo período, uma escola de oficiais integralistas, no Rio de Janeiro. Gustavo Barroso teve participação direta na formação desses oficiais, sendo inclusive o chefe maior das milícias integralistas. Tendo lecionado história militar na referida escola, o autor

utilizou de suas pesquisas e de suas anotações para escrever a parte do “História Militar do Brasil” que trata das campanhas militares em que o Brasil se envolveu. A outra parte, sobre os uniformes, adveio de um livro seu anterior, chamado “Os Uniformes do Exército”, de 1922. Feito esse pequeno resumo do *locus* da obra, partiremos então, para as análises de sua composição e da posição do autor acerca do que fosse para ele uma “história militar” e quais suas ligações com o seu pensamento Integralista.

Gustavo Barroso, logo de entrada, no que ele chama de *Vestíbulo*, apresenta seu livro inserindo-o numa determinada historicidade que, logicamente, é a própria do autor. Ele diz: “Este livro é o resultado duma campanha nacionalista que iniciei há vinte e quatro anos, em 1911, pelo ‘Jornal do Commercio’, quando lancei a idéia da fundação de um Museu Histórico de caráter militar” (BARROSO, 1938, *Vestíbulo*). Daí em diante, o autor conta que fez conferências no Clube Militar e Academias, publicou (até aquele ano) 5 livros sobre as guerras que o Brasil travou, 1 sobre Tradições Militares – que teve a finalidade de justificar a criação dos *Dragões da Independência* –, e outro sobre os uniformes e organizações militares.

O próprio autor descreve sua trajetória em direção aos interesses por assuntos militares, a partir do que ele definiu como uma “campanha nacionalista” empreendida por ele. O interesse pela história militar seria o símbolo máximo, por excelência, do vibrante nacionalismo de Gustavo Barroso. As instituições militares, desde a criação dos modernos estados nacionais nos Séc XVII e XVIII, passaram a ser associadas a um alto grau de devotamento ao “espírito” nacional, tendo em vista a missão precípua militar ser a luta em defesa e em nome de uma soberania nacional, supondo a disposição dos indivíduos militares em contribuir com o “tributo de sangue”, eufemismo dado, pelo que se sabe, à morte nas guerras. Tal tributo passou a significar o maior e mais sublime oferta que um cidadão pudesse devotar aos interesses da sua nação. O Conde De Vigny, em 1835, em sua obra “Servidão e Grandezas Militares” narra bem essa correlação entre espírito militar e espírito de devoção à pátria surgido e reforçado no início da Era Moderna.<sup>433</sup> Essa exemplaridade ajudou a construir e a sedimentar a identidade nacional da maioria dos modernos estados, os quais organizaram seu panteão de heróis, em grande parte, com figuras militares em posição de destaque e que devotaram sua vida à causa das guerras pela soberanias nacionais ou pelas conquistas coloniais, estas sempre legitimadas por meio de discursos de pacificação ou civilizatórios.

Tal conexão entre sociedade militar e nacionalismo, no plano simbólico, facilita ou mesmo predispõe a existência de uma certa empatia entre os discursos e tomadas de posição

---

<sup>433</sup>VIGNY, Alfred de. *Servidão e Grandeza Militares*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1960.

nacionalista e militarista. Esse reconhecimento facilitou a passagem de Gustavo de Barroso que, partindo do seu extremado nacionalismo e conservadorismo, se achegou à história militar, buscando para ela um sentido ao mesmo tempo idealista e pragmático para as forças militares brasileiras, qual seja o de contribuir para a “restauração do culto de seu glorioso passado” (BARROSO, 1938, *Vestíbulo*), dando a elas o valor que o autor julgava merecido.

A História Militar é compreendida, pelo autor, como a reconstrução do passado militar nacional, sob forma de “tradição” sedimentada, da qual não somente o cidadão fardado, mas também o cidadão civil pudesse sentir orgulho. Pretende Gustavo Barroso, deste modo, que o passado militar do Brasil seja transformado em “tradição” cultivável, por intermédio da pena do historiador. A linha que separa essa “transformação” do passado em “tradição” e de uma “invenção” de tradições<sup>434</sup> é bastante tênue e dificilmente reconhecível. Porém, o que nos interessa aqui é que a idéia de Gustavo Barroso de se construir uma tradição, a partir do passado vivido, tem como finalidade fazer dessa “tradição”, o próprio conhecimento histórico em si.

Em inúmeras passagens é possível perceber a íntima associação do autor entre as noções de “tradição nacional”, oriunda do Brasil Colônia, e de “histórico”, fazendo ainda uma conexão tácita da noção de “histórico” somente aos elementos de permanência. Dessa forma, para Barroso, as transformações praticamente não teriam a característica de “históricos”. Sobre a evolução dos uniformes, por exemplo, ele comenta:

É curioso notar na nossa tropa duas evoluções de fardamento inteiramente distintas. A *histórica, coerente, lógica*, inconfundivelmente nacional, *tradicionalista*, nascida do reinado de D. João VI e morta pelo reinado positivóide das calças encarnadas francesas. A outra, *moderna*, absolutamente sem base no espírito nacional, mais ou menos *esdríxula* feita de retalhos de *cópias* do estrangeiro: calças da França, laços das mangas húngaros de origem e italianos de estilização, boné russo ou americano, capacetes prussianos ou coloniais ingleses... que veio à luz depois de 1896 (BARROSO, 1938, p. 89) [Grifos nossos]

Essa asserção nos remete a Rösen, para quem a “tradição” seria o ponto de partida em que a experiência do passado e a expectativa do futuro se mesclariam, numa espécie de pré-história. De acordo com o mesmo autor, a “forma mais direta... pela qual as ações passadas atingem com intensidade as ações presentes... é pelos dados prévios da “tradição” (RÜSEN, 2007, p. 76). “Tradição”, então, em seu sentido “pré-histórico” (período anterior ao processo da matriz disciplinar, que provocaria a produção de um conhecimento histórico propriamente dito e uma consciência histórica a partir dele), seria “um componente intencional prévio do

<sup>434</sup> No sentido que Hobsbawm e Ranger dão ao termo. **Introdução: a invenção das tradições.** In: Hobsbawm, Eric; Ranger, Terence. *A Invenção das Tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 5-32.

agir, que vem do passado para o presente e influencia as perspectivas de futuro no âmbito da orientação da vida prática atual” (RÜSEN, 2007, p. 76). A “tradição” seria, dessa forma, o “modo pelo qual o passado humano está presente nas referências de orientação da vida humana prática, antes da intervenção interpretativa específica da consciência histórica” (RÜSEN, 2007, p. 77). Nela, o passado não é consciente como passado, mas vale como presente puro e simples, já estando presente a orientação que a consciência histórica deve produzir mediante a narrativa, uma mediação entre experiência temporal e intenção temporal.

O sentido de “tradição”, para Gustavo Barroso, possui, dentro do viés proposto por Rüsen, a idéia de um “passado tratado intencionalmente como história” (RÜSEN, 2007, p. 76), que exerce, também, por si só uma função de orientação para o presente. É o sentido de uma rememoração e sedimentação do passado, porém de uma maneira bem peculiar. Ele se manifesta principalmente por meio do estudo da materialização de bens palpáveis, que sobremodo ultrapassam seu mero valor material, saturados de simbolismos; significando e representando conceitos que vão muito além do próprio objeto. Significando, sobretudo, de um modo bastante saudosista, valores do passado que, de acordo com essa lógica, ainda deveriam ser considerados válidos para aquele presente. Por isso a importância, para Barroso, de um “museu de caráter militar”.

O museu seria o lugar perfeito em que o passado se materializaria através de símbolos palpáveis, tornando-se exemplar, por si só, na medida em que pode ser dado a ver e a copiar, tanto em relação a sentimentos e valores, como em relação a usos e costumes. O mesmo raciocínio pode ser levado para o campo de uma espécie de fetiche em relação a uniformes antigos, que Barroso indica ao contar que propôs o uso de um deles à tropa dos Dragões da Independência; fato que veio a ocorrer em 1926<sup>435</sup>.

O uso de uniformes antigos, ou melhor, “tradicionais”, encerraria em si o desejo de materializar em cada indivíduo uma rememoração de um passado militar coberto de “glórias”. Assim como no museu militar, um espaço aberto ao coletivo, rememoraria esse passado à coletividade, o uniforme (no mundo tangível, apenas uma simples peça de vestuário), rememoraria esse mesmo passado nos corpos individuais de quem os usasse. No mundo simbólico, seriam micro “museus”, individuados, multiplicados e móveis, que levariam em si o orgulho do passado que buscavam representar, em ocasiões de comemoração, principalmente em datas festivas militares e cívicas.

---

<sup>435</sup> Medida que influenciou o General José Pessoa a mandar adotar na Academia Militar “um uniforme que relembra as antigas infantarias imperiais” (BARROSO, 1938, p. 44).

O passado materializado em objetos pode, assim, ser desejado, admirado, tocado, possuído, vestido. E torna-se fetichizado não somente o objeto do passado, mas, também, suas reproduções no presente. Desta forma, Gustavo Barroso empresta ao passado, e a esse modo quase totêmico de reproduzi-lo – ora por meio dos museus e de suas obras, ora por meio de uniformes, ou, ainda, de outros objetos carregados de referenciais simbólicos –, um caráter doutrinário e “civilizatório”, de cunho também ético, visando a construção identitária de um grupo no presente, mas que deve ser conectada somente a determinados valores “tradicionais”, a serem escolhidos no passado para serem rememorados no presente. Podemos associar essa rememoração “conduzida”, controlada, educativa, ao que diz Estevão Rezende:

A exigência social da lembrança ou da comemoração comporta em si uma dimensão ética, na medida em que se considera bom (ou correto, ou justo) manter viva a memória de tal ou qual pessoa, de tal ou qual evento, como imperativo pedagógico da formação, consistência e durabilidade da comunidade para a qual essa lembrança é fator de coesão e identidade (...) rememorar pode significar também resgatar do esquecimento eventos marcantes, cuja importância se considera fundamental para a subsistência tanto do grupo quanto de sua ética.<sup>436</sup>

Para Gustavo Barroso, a simbologia do uniforme era tão fundamental que, sobre a evolução dos uniformes militares – com a descrição pormenorizada de seus tecidos, cores, aparatos e seus diversos “penduricalhos” –, dedicou quase toda a primeira parte do seu livro. O autor, deste modo, prende-se aos aspectos de exteriorização que diferencia a sociedade militar da civil. Como nacionalista e militante integralista, via na farda o distintivo perfeito do espírito nacionalista; o uniforme como sinal de um pensamento específico, de uma lógica particular, de uma visão de mundo coletivista. O usuário do uniforme militar é aquele indivíduo que se compromete a, no mínimo, se vestir igual aos seus colegas. No mundo ideal deveria ser aquele que também pensasse de modo “uniforme”.

Além disso, é aquele que jura solene ou tacitamente o sacrifício da sua própria vida em defesa dos ideais de uma nação, gesto que, de acordo com o pensamento militarista, pela nobreza e coragem, deveria ser copiado. Mas não somente o gesto nobre. Também o uso do uniforme, que é o que lhe distingue mais direta e visualmente dos demais indivíduos da sociedade. A importância do uso de uniformes militares para o integralismo é somatizada com o uso das camisas verdes, do gorro e do sigma no braço. Uniforme e distintivo integralistas, qual uma farda. A mesma cor verde adotada pelo Exército de linha e por milícias formadas em vários momentos da história nacional.

---

<sup>436</sup> Martins, Estevão C. de Rezende. **Memória e experiência vivida: a domesticação do tempo na história.** Revista Antíteses, vol. 1, n. 1, jan.-jun. de 2008, pp. 17-30. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>.

Aliás, o fetichismo simbólico-militarista a partir da adoção de desenhos, insígnias, uniformes e práticas gestuais já vinha sendo amplamente divulgado na Europa. O Partido Nazista alemão, sob a liderança de Adolf Hitler, adotou desde a década de 1920, como elemento simbólico de sua força, o uso de uniformes e a suástica ariana, além da saudação característica. Na Itália de Mussolini, os fascistas adotaram o nome e o símbolo composto por um feixe de varas e um machado utilizados pelos antigos lictores romanos, os quais simbolizavam a força, a unidade e a justiça; e também as camisas negras como uniforme.

Gustavo Barroso convivia com esses elementos pertencentes à sua temporalidade e mediu com eles parâmetros para construir seus próprios valores, sustentados por elementos simbólicos e seus próprios significados, devendo ser utilizados obrigatoriamente em solenidades públicas. Vistos de longe e descontextualizados de seus sentidos específicos, somente interiorizados pelos seus membros, eram percebidos pelos passantes como culto máximo ao ridículo e ao *non-sense*. Nelson Werneck Sodré chegou a categorizar a milícia como “vivendo entre o ridículo e o grotesco” (SODRÉ, 1968, p. 272). Pois, ao mesmo tempo em que se viam grandes e eloqüentes todos os mimetismos militaristas – com seus trejeitos, posturas corporais, cumprimentos, saudações, ordens unidas, marchas, uniformes, brevês e divisas, etc. – , para o também convicto nacionalista, porém marxista e militar Werneck Sodré, eles não passavam de uma sobrecarga de meros símbolos, em substituição a o que ele pensava ser uma verdadeira e essencial identidade militar.

O estudo minucioso dos uniformes, feito por Gustavo Barroso, serve de pano de fundo, ainda, de alguns elementos que permeiam seu pensamento. Para aquele integralista, a influência do Positivismo foi sobremodo perniciososa para as Forças Armadas, fazendo com que “as mais belas tradições indumentárias”, por exemplo, fossem desaparecidas (BARROSO, 1938, p. 81). O autor cita, também que o uniforme adotado em 1823 pelo 1º Regimento de Cavalaria tornou-se “tradicional e só foi alterado quando o Exército se tornou positivista e se mataram as melhores lembranças do nosso passado militar” (BARROSO, 1938, p.38). A “História Militar”, dessa forma, torna-se lugar de disputas entre pensamentos políticos divergentes, um campo de confronto, onde formalmente são construídas ou reforçadas posições e visões de mundo contraditórias.

Ao categorizar o positivismo nas Forças Armadas como assassina das “melhores lembranças do nosso passado militar”, Barroso o especifica mesmo, em última instância, como um paradigma a-histórico, o desqualificando como um modelo de pensamento capaz de servir de exemplo para a sociedade militar, ciosa pelo cultivo das “tradições” e por uma

“historiografia” que lhe sirva de modelo. A desqualifica como paradigma de pensamento que possa oferecer algo de “positivo” às futuras gerações, já que não se baseia no passado “tradicional” para construir seu legado. Gustavo Barroso deste modo qualifica o Positivismo como o grande culpado por matar as tradições militares no Brasil. Não deixava de ter uma certa razão. Me explico.

O Positivismo, em sua essência, é antibelicista. De acordo com a sua filosofia da história, e sua célebre lei dos 3 estados, Augusto Comte explica as sociedades como sendo desenvolvidas em três etapas, fases ou estados: o primitivo estado seria o Teológico, cuja mentalidade desempenharia relevante papel de coesão social e teria como forma política a monarquia aliada ao militarismo; o segundo estado seria o metafísico, onde a argumentação substituiria a vontade divina por idéias e os reis seriam substituídos por juristas; e, por fim, o estado positivo, onde a imaginação e a argumentação seriam substituídos pela observação, onde um mesmo método fosse utilizado por todas as ciências, o poder espiritual passaria para as mãos dos sábios e cientistas e o material para o controle dos industriais (COMTE, 1996, pp. 8-11). Dentro desse sistema, o militarismo seria o sinal maior de um tipo de sociedade ainda imatura, na primeira etapa de sua gestação, onde a vontade divina, a vontade instintiva do homem e as crenças no sobrenatural ainda predominariam em relação ao racionalismo, ao pensamento, à ciência. O militarismo, no sistema comtiano, seria um indício mesmo de um certo atraso no desenvolvimento de uma determinada sociedade.

Seria natural que, para o integralista e, portanto, militarista, Gustavo Barroso, essa visão se mostrasse equivocada. Para ele, a organização militar coletivista (que visa sempre à coesão do grupo, em detrimento do bem estar de cada um dos seus indivíduos) tratava-se da forma mais adequada e coerente de organização a ser adotada por uma sociedade, corroída pelo caos econômico e social. Era um homem de sua época. Para muitos grupos sociais em todo o mundo, o totalitarismo militarista fora visto durante a época do pós-*crash* de 1929 como um sinônimo de restabelecimento da ordem e coesão sociais, única forma de dar rumos certos a objetivos únicos, nacionais, de desenvolvimento material e moral.

Se, para Gustavo Barroso, no passado a influência do positivismo fora deletéria para as “tradições” militares brasileiras, ainda para o autor, o papel do integralismo, ou melhor, do integralista era o de recuperar essas “tradições”, construídas como e em um passado dito glorioso, dando a elas novos formatos, a fim de que convencessem as gerações do seu presente a tê-las como paradigmas, exemplares para suas atuações na vida prática. O



integralismo seria o antídoto da influência do positivismo, principalmente no Exército. E muitos militares abraçaram realmente essa idéia.

O processo de escrita de sua obra de história militar, o papel consciente do integralista Gustavo Barroso estava sendo o de rememorar um passado escolhido, a ser e já feito tradição, fixá-lo na memória da sua geração coetânea a fim de mudar o seu presente e, mesmo o seu próprio futuro, buscando uma realização sempre para as gerações posteriores, ou em termos kantianos: “uma inscrição sempre postergada do fim prático” (ZINGANO, 1989, p. 265). Pretendeu a construção de um passado memorial, feita por meio da relação sistêmica entre o indivíduo feito autor, o seu grupo social de referência e o seu tempo histórico.

As palavras de Gustavo Barroso são voltadas contra a inconsciência histórica de um passado militar nacional, a qual, na sua concepção, fora construído pela influência do Positivismo durante o processo de formação da República. Em várias passagens, o autor retrata essa vontade de alterar esse estado de inconsciência histórica. Ele afirma que:

Entre as inverdades proclamadas durante a estagnação da nossa memória histórica a que aludi, uma das maiores é a de que não temos tradições militares. Naturalmente, não somos um povo eminentemente guerreiro, mas somos um povo que se formou na constância das lutas e dos sacrifícios, de maneira que o fator militar foi um dos maiores em sua formação. A espada, primeiro, e a cruz, depois, marcam os alicerces da nossa vida (...). E quem puser de parte, na avaliação do que seja o Brasil, a nossa história militar e o nosso sentimento religioso, os dois valores positivos mais fortes e contínuos da nossa formação, não conhece a vida brasileira ou procede com evidente má-fé (BARROSO, 1938, pp.124-125)

Nota-se que, com esse processo narrativo, Gustavo Barroso parecia pretender construir uma consciência acerca dos feitos militares do passado. Uma consciência histórica que desse sustentação àquele momento militarista do qual ele encontrava-se envolvido. Para ele era tão evidente um passado nacional de feitos militares, que a ausência desse fator na historiografia brasileira seria decorrente de desconhecimento ou de má fé. Buscava dar solidez ao processo histórico nacional de desenvolvimento de um pensamento autoritário, baseado na força das armas, tentando encontrar uma ligação relativamente linear e contínua entre a sua vida prática de ideólogo de um pensamento autoritário e o passado nacional, pleno de exemplos às novas gerações e apto a construir e a reforçar suas identidades nacionalistas.

Afinal, de acordo com Rösen,

Toda narrativa (histórica) está marcada pela intenção básica do narrador e de seu público de não se perderem nas mudanças de si mesmos e de seu mundo, mas de manterem-se seguros e firmes no fluxo do tempo (...) A narrativa histórica é um meio de constituição da identidade humana (RÜSEN, 2007, p. 66)

Diante e a partir dessa necessidade de Gustavo Barroso em reavivar as tradições militares, na sua concepção esquecidas, e fazer delas o próprio conhecimento histórico, pode-se pensar a construção de uma explicação da sua obra à luz da matriz disciplinar proposta por Jörn Rüsen. A “carência de orientação” (1º fator que compõe dinamicamente a matriz) da obra de Barroso envolve essa necessidade de combater a ignorância em relação às “tradições” militares e de suas “glórias” e à sua utilidade mesmo para fazer orgulhar-se a geração do seu presente. Glórias que incluem desde o seu aspecto mais exterior, que é a envergadura do uniforme (que é o que trata toda a 1ª parte do livro), até as estratégias e vitórias dos generais nas batalhas as quais o Brasil participou (2ª parte do livro).

Publicando outros 5 livros sobre as guerras travadas pelo Brasil, 1 livro sobre “tradições” militares e lançando a idéia de um museu militar (BARROSO, 1938, Vestíbulo), Barroso explicita o que ele vê como principal carência de orientação, buscando dar sentido a um momento histórico onde as influências de um modelo autoritário e militarista encontrava-se em plena ascensão em todo o mundo, e que, para Barroso, deveria servir de exemplo político, social e moral aos cidadãos brasileiros.

Por isso, nada mais necessário e urgente do que inserir aquele momento do Brasil em seu contexto militar passado. Buscar no passado brasileiro um histórico de “glórias” militares seria dar um relativo sentido de continuidade a um projeto militarista de nação proposto pelo integralismo. Além disso, é necessário dizer que como a influência alemã era muito forte no pensamento integralista, o modelo alemão tornou-se o paradigma ideal a ser seguido. Em uma das passagens de seu livro, o autor, de uma maneira muitíssimo sutil, tenta elaborar uma noção de continuidade das influências alemãs na organização armada brasileira. Narrando sobre as modificações dos uniformes, ele fala: “Rasto de *longínqua influência* alemã no nosso Exército, esse das distinções pelas cores de golas...” (BARROSO, 1938, p. 69)[grifo nosso].

De qualquer maneira, essas carências de orientação, sentidas pelo seu grupo social forjadas pelo seu momento histórico, e, certamente, sentidas pelo próprio Gustavo Barroso, o direcionaram a traçar determinadas “perspectivas de interpretação” (RÜSEN, 2007, p. 164), para o que ele idealizou como seu construto particular do passado. Sua interpretação é a de que a história militar deveria ser o rememorar do passado de um povo que lutou coeso e disciplinado a um regime centralizado, hierárquico, monárquico, contra regimes personalistas e militarmente desorganizados, indisciplinados, caóticos materialmente e sanguinários, pertencentes a países vizinhos de colonização espanhola. Ele escreve em uma passagem:

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Caxias encontrou-se com Urquiza no acampamento do Pantanoso. Bivacaram juntos o Exército Imperial fardado, municiado, armado de ponto em branco, com oficiais instruídos, disciplina e asseio, e as milícias entrerianas e correntinas, de chiripá e cabelo pelos ombros, sem ordem, sem instrução (BARROSO, 1938, p.194)

Ele, dessa maneira, categoriza as tropas brasileiras como militarmente exemplares e as tropas dos países vizinhos como desleixadas e mal disciplinadas. É uma concepção que escapa de relatos da época e de pesquisas nem tão recentes, que revelam que o exército brasileiro da segunda metade do XIX era, grande parte dele, baseado no imprevisto tanto de material quanto de recursos humanos.<sup>437</sup> Uma ou outra parte da tropa brasileira poderia ser tomada como exemplar. A maioria da tropa era realmente conduzida e mantida de uma forma precária.

O que o autor constrói é a perspectiva de uma realidade que não foi exatamente aquela factual, mas que, sob uma determinada ótica, possui um grau de razoabilidade e até, em certa medida, e guardada as proporções, um certo nível de veracidade, fruto de fontes empíricas que narram os fatos dos quais Barroso se apropriou para sua narrativa. Apresenta, portanto, uma relativa “pertinência empírica”. Além disso, expõe os fatos que narram como significando algo para a vida prática dos destinatários, em que se apresentam sob forma de um panegírico ao passado, que deveria ser admirado não como passado, mas como o próprio presente que há de se fazer, dando um sentido à mediação entre facticidade e significado do que narram, oferecendo à construção narrativa desse passado uma descrição linear, controlável e controlada, da mesma forma que deveria ser controlada e controlável, ordenada e ordenável a vida prática, sob a ótica do integralismo conservador e militarista. A narrativa, desta maneira, possui também uma “pertinência normativa” e uma “pertinência narrativa” (RÜSEN, 2007, p. 91-93) que ajudam a lhe conferir uma pretensão de veracidade, buscada durante todo percurso narrativo da obra de Gustavo Barroso.

Dadas as suas carências de sentido para as mudanças do mundo da época; dadas as perspectivas interpretativas de que dispunha e escolhera, Gustavo Barroso percorreu também um método de pesquisa empírica, que, de acordo com Jörn Rüsen, é o primeiro um dos 5 fatores da matriz disciplinar da ciência histórica (RÜSEN, 2007, p.163). Gustavo Barroso, como ex-político, homem notório em seu tempo, um dos idealizadores do Museu de História Natural, pensador do Integralismo, teve acesso a amplo suporte documental do qual se baseou para escrever seu *História Militar do Brasil*. Em uma passagem ele diz, por exemplo: “

---

<sup>437</sup> Ver obras, por exemplo, de: SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Zahar: Rio de Janeiro, 2005.

Documentos do Arquivo Público de Belo Horizonte dizem que...” ou ainda, “segundo ilustrações dum manuscrito existente no Arquivo Nacional, em 1767...” (BARROSO, 1938, p. 13). Pelo uso que faz das fontes, documentos raros e pacientemente procurados pelo autor em arquivos do Rio de Janeiro, Minas, São Paulo e Recife, percebe-se que ele sistematiza, sintetiza, enfim, metodiza. Alcança o que Rüsen chamaria de uma “pertinência empírica” através das “instâncias de autenticação” (RÜSEN, 2007, p. 100), que são os “fatos”, ocorridos e narrados nesses documentos pesquisados, e que são utilizados pelo autor para balizar as intenções subjetivas intertextualizadas na sua narrativa. Para um militarista de visão conservadora, uma história que trate da organização militar privilegiando as permanências, as tradições imutáveis, as seqüências lineares e ininterruptas, enfim, a ausência de revoluções e pontos de inflexões no tempo, é normativamente pertinente (RÜSEN, 2007, p. 108).

A partir dessa pesquisa, pensada e empiricamente metodizada, Barroso procurou descrever o passado militar brasileiro num sentido bastante pedagógico, onde a passagem do tempo fosse exemplar e a realização dos feitos engrandecedores para o público a qual se destina. Buscou construir no seu público leitor a representação de um passado militar glorioso e nobre, que produzisse um efeito de sentido que pudesse dar sustentação àquela realidade militarista que despontava mundialmente como a única solução para os problemas enfrentados pela sociedade de sua época. Empreendeu em sua narrativa um sentido de busca de construção de uma consciência histórica acerca do passado militar brasileiro que justificasse e legitimasse o seu presente militarista. O “superávit intencional” de Gustavo Barroso e de sua época manifestou-se numa época de caos social e crise material, advindos de um contexto de pós-guerra e pós-colonialismo, ainda sob efeito do *crash* da bolsa de Nova York, onde as certezas e as seguranças que se tinham em épocas anteriores se desmoronaram. O *triunfo da vontade* – homônimo de um filme propagandístico do III Reich, que retratava a força da organização do estado alemão sob a liderança de Adolf Hitler, exibido em 1935, dirigido por Leni Riefenstahl<sup>438</sup> – fazia parte, ou melhor, compunha o “superávit intencional” (RÜSEN, 2007, p.57) ou o “espírito” de uma época tida como de fracasso do racionalismo que, de acordo com pensadores de uma linha um pouco mais conservadora e autoritária, havia tido sua época, mas falhou em dar um sentido mais seguro e sólido à humanidade. Buscava-

---

<sup>438</sup>O próprio documentário de Riefenstahl é sintomático ao estetizar e ao mesmo tempo historicizar o pensamento de uma época de incertezas, que não foi sentida somente na Alemanha, mas sobretudo nela. O seu filme começa aparecendo os seguintes dizeres na tela: “5 de setembro de 1934. 20 anos depois do começo da 1ª Guerra Mundial. 16 depois do começo de nossos sofrimentos. Transcorridos 19 meses desde o começo do renascimento alemão.” Mostra então Hitler chegando de avião em *Triumph des Willens*, direção de Leni Riefenstahl, produção alemã de 1935.

se o sentido de futuro em estados fortes, garantidos por e baseados em forças armadas imponentes.

Gustavo Barroso era um homem de seu tempo e seu pensamento não fez nada mais que contemporaneizar o tempo histórico nacional com o mundial, trazendo para o Brasil e nacionalizando uma linha de pensamento militarista em rápida e firme ascensão na Europa, principalmente na Alemanha. O “superávit intencional” de Gustavo Barroso e da linha de pensamento da qual ele era representante teve lugar numa época em que os homens buscavam explicação para as mudanças temporais que sofriam e sobre elas agiam. Afinal, são nesses momentos que “...tais mudanças tornam-se conscientes como experiências perante as quais o homem tem de formular intenções, para poder agir nelas e por causa delas.” (RÜSEN, 2007, p.58).

### **Considerações finais**

O *História Militar do Brasil* de Gustavo Barroso, dessa forma, possui uma função de “orientação cultural sob a forma de um direcionamento do agir humano e de concepções da identidade histórica” (RÜSEN, 2007, p.164) militar nacional. Pretende construir uma história militar que significasse um passado legitimador do seu presente militarista, em que predominava um modelo político que buscava o estabelecimento de um estado forte – e, também, ao mesmo tempo, um caminho norteador para uma rota de ações a serem empreendidas no futuro. Dois anos depois da 1ª edição do *História Militar*, essa rota, coincidência ou não, foi trilhada no Brasil, quando a política nacional de Getúlio Vargas desembocou no seu *Estado Novo*. Mesmo anterior ao Estado Novo, a política varguista já se apoiava na força militar, porém, em 1937 esse estado de coisas potencializou-se. Difícil se medir as influências do livro de Gustavo Barroso na construção identitária militarista do Estado Novo, porém, dada sua relativa antecedência e contemporaneidade com aquele contexto, dada a notoriedade do autor na cúpula do poder, pelo menos no início do governo Vargas, e dada a edição e publicação – compondo uma coleção de outras dezenas de livros brasilianistas –, o livro foi pelo menos conhecido por parte da intelectualidade da época e por parcela, também, da elite militar e política. Ainda que não se possa subentender uma correlação entre o livro e a instituição do estadonovismo; ou, ainda que seja bastante difícil mensurar a capacidade de um livro de influenciar ou mesmo provocar alterações na realidade do seu presente e futuro, pode-se considerar a sua obra como – além de uma ferramenta de

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

busca de tornar coerente historicamente uma época de desencantos e desesperanças onde o militarismo salvacionista tomou figura no cenário nacional – parte de um projeto de construção de um devir, estruturado a partir de e visando a um modelo militarista de ordem social, política e econômica que foi, ainda que em moldes diferentes do pretendido pelo Integralismo, o predominante no período de 1937 a 1945.

### Fonte e referências

BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil** [2ª Edição]. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938.

CALDAS, Pedro Espínola Pereira. **A arquitetura da teoria: o complemento da Trilogia de Jörn Rüsen**. Uberlândia (UFU): Revista Fênix, Vol. 5, Ano V, nº 1, 2008. Disponível em: [http://www.revistafenix.pro.br/PDF14/RESENHA\\_01\\_PEDRO\\_SPINOLA\\_PEREIRA\\_CALDAS.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF14/RESENHA_01_PEDRO_SPINOLA_PEREIRA_CALDAS.pdf). Acesso em: 19 Jul 09.

COMTE, Auguste. **Vida e Obra [Col. Os Pensadores]**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

GERTZ, René. E. **Influência política alemã no Brasil na década de 1930**. (Estudios Interdisciplinarios de America Latina Y Caribe.), Sem data. Disponível em: [http://www.tau.ac.il/eial/VII\\_1/gertz.htm#foot0](http://www.tau.ac.il/eial/VII_1/gertz.htm#foot0). Acesso em: 19 Jul 09.

GIRARDET, Raoul. **A sociedade militar de 1815 até nossos dias**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence. **Introdução: a invenção das tradições**. In: A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 5-32.

KLEIN, Joel Thiago. **O problema da fundamentação de uma história universal no sistema crítico-transcendental de Kant**. Santa Maria: UFSM (Dissertação de Mestrado em Filosofia), 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **“Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas** [Cap. 14]; IN: Futuro Passado: Contribuição a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/EdPUC, 2006 (pp.305-327).

MARTINS. Estevão C. de Rezende. **Memória e experiência vivida: a domesticação do tempo na história**. Revista Antíteses, vol. 1, n. 1, jan.-jun. de 2008, pp. 17-30. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em: 12 Jun 09.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: teoria da história – os fundamentos da ciência histórica.** Brasília: EdUNB, 2007.

SERRATTO, Edgar Bruno Frank. **A Ação Integralista Brasileira e Getúlio Vargas: antiliberalismo e anticomunismo no Brasil de 1930 a 1945.** Curitiba: UFPR (Dissertação de Mestrado em História), 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

ZINGANO, Marco Antônio. **Razão e História em Kant.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

**Entre a conservação, o apagamento e a diversidade: aspectos da construção de memória em Gustavo Barroso**

Odilon Caldeira Neto\*

**Resumo:** Tendo em conta a memória, sobretudo a autobiográfica como algo construído objetivamente, buscamos a análise do processo de tentativa de esquecimento projetada por Gustavo Barroso acerca de determinados aspectos de sua participação na Ação Integralista Brasileira, assim como o profundo anti-semitismo expresso nas obras voltadas ao integralismo.

**Palavras - chave:** Integralismo, Memória, Gustavo Barroso

Os estudos de temas relacionados ao autoritarismo são permeados constantemente por disputas de poder que transcendem os limites impostos pelas questões de cunho partidário ou institucional. Nesta amplitude constituída pela leitura do passado, assim como as ações propostas para o então presente e a forma como tais práticas seriam utilizadas e/ou lembradas no futuro, a construção da memória, assim como a leitura própria da história exerce um papel que, em determinados casos, é fruto da atenção primordial por parte dos agentes históricos dos fenômenos e ideologias autoritárias.

O integralismo, especificamente, ao mesmo tempo em que produziu uma análise da sociedade nacional dos anos 1930, buscando para tal a inserção de uma doutrina fascista no Brasil, lançou também olhares ao passado, procurando tanto neste passado nacional encontrar as causas dos problemas da pátria, quanto os motivos pelos quais a sua prática política alcançaria um movimento chave para o desenvolvimento do país e da própria história, de uma maneira teleológica. Desta forma, a construção de uma visão de história destinava-se não somente em *entender* o passado, mas também utilizá-lo para um fim específico, de dar à história o sentido que lhe era necessário (conveniente) para as ambições integralistas.

---

\* Graduado em História (Universidade Estadual de Londrina - 2006), Especialista em História Social (Universidade Estadual de Londrina – 2008), Mestrando em História (Universidade Estadual de Maringá, sob orientação do Prof. Dr. João Fábio Bertonha). Membro integrante do "Grupo de estudos sobre os movimentos autoritários do século XX" (Universidade Estadual de Maringá) e Pesquisador associado ao Grupo de Pesquisa "Integralismo e outros movimentos nacionalistas" (Universidade Federal Fluminense). Contato: odi1984@gmail.com



Plínio Salgado, neste aspecto, buscou compreender o desenvolvimento da história em quatro estágios, sendo que o último destes estágios (humanidades) haveria de ser a Humanidade Integral, estágio-final no qual a sociedade viveria em completa harmonia, sem luta de classes e com a hegemonia da doutrina integralista em prática<sup>439</sup>. Esta visão teleológica do integralismo exerceu grande fascínio na coletividade dos camisas-verdes, não somente na baixa militância, mas também na alta hierarquia da AIB. O “ritmo” da história, porém, dissonante como o é, “destruiu” a maioria das ambições integralistas, em grande parte devido ao fim da AIB.

Se, por um lado, coube a alguns integralistas – sobretudo o *Chefe Nacional* Plínio Salgado - que persistiam na ambição do Sigma rearticular a doutrina integralista por meio do Partido de Representação Popular (PRP), a Confederação dos Centros Culturais da Juventude (CCCJ), entre outras diversas organizações, até os Integralistas no tempo presente (Neo-integralismo), inúmeros outros ex-integralistas buscaram articular a memória dos tempos de militância nas *fileiras do sigma*, de forma com que este período na vida de cada um fosse devidamente *explicado*, a partir de um claro processo de construção de memória, por meios objetivos e/ou subjetivos, tornando, desta forma, “aceitável”, em pleno contexto do pós-guerra a participação em um movimento de cunho fascista.

Obviamente, quanto maior fosse a participação dos indivíduos no integralismo, assim como a posição ocupada perante a rígida hierarquia do movimento, mais problemática seria a tarefa de rearticulação e construção da memória destes fatos.

Miguel Reale, ex-chefe de doutrina da AIB, por exemplo, tratou de criticar o modelo de Estado Corporativo defendido pelo integralismo durante a AIB, argumentando que só teve real noção do que tal proposta poderia significar ao Brasil após conhecer concretamente este modelo em visita à Itália (1938), ou seja, um exemplo prático extremamente burocrático, diferente daquilo que teria imaginado<sup>440</sup>. O caso de Gustavo Barroso, que iremos abordar a seguir, ilustra bem o quão problemático tornam-se estas trajetórias autoritárias na memória dos ex-integralistas, não somente no âmbito pessoal (autobiográfico), mas inclusive para as ambições de retomada do integralismo, movimentação esta que encontra entusiastas na atualidade.

---

<sup>439</sup> “[...] E criará uma nova autoridade, baseada numa concepção de origem e finalidade do mundo. E criará um novo processo de relações sociais e econômicas. E criará o Estado Integralista, consultando, a um tempo, a aspiração do Infinito da criatura humana e as contingências da vida material.” (SALGADO, Plínio. *A quarta humanidade*. In: SALGADO, Plínio. *Obras Completas* (Vol. 5). São Paulo: Editora das Américas, 1955, p. 64).

<sup>440</sup> *O professor Miguel Reale revela as atividades secretas do atual Ministro da Justiça*, Diário de Notícias, 12.5.1945, p.3. In: CALIL, Gilberto. *O Integralismo no Pós-Guerra: A Formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 97.

Gustavo Barroso nasceu em 29 de dezembro de 1888, na cidade de Fortaleza (Ceará). Órfão de mãe dias após o nascimento, Barroso fora educado por uma avó e tias paternas, com o auxílio de seu pai<sup>441</sup>. No ano de 1899 ingressou em um dos colégios mais tradicionais do estado, o Liceu do Ceará, de onde saiu após se formar em 1906. Em 1907, adentrou na Faculdade de Direito do Ceará, embora tenha finalizado o curso na cidade do Rio de Janeiro, em 1912 (Faculdade de Direito), dois anos após mudar-se à então capital Federal. Foi no ano de 1912 que Barroso publica sua primeira obra – “Terra do Sol”, sob o pseudônimo de João do Norte – e filia-se ao Partido Republicano Federal, onde permaneceu até 1918.

No ano de 1915, Barroso foi eleito deputado federal pelo estado do Ceará, cargo que ocupou até o fim, 1917. Em 1922, foi um dos principais idealizadores e fundadores do Museu Histórico Nacional, e no ano seguinte, entrou para a Academia Brasileira de Letras (ABL), tendo ocupado cargo de presidência da ABL em quatro oportunidades (1932, 1933, 1949, 1950)<sup>442</sup>, assim como de secretário (1928, 1931, 1949). Além da função de político, advogado e escritor, Barroso já detinha certa notoriedade nacional inclusive por sua atuação como jornalista, função que começara a exercer desde jovem no Ceará, chegando a dirigir a Revista *Fon-Fon!*, no Rio de Janeiro.

Em 1933, Barroso adere ao integralismo e, mesmo não tendo participado do processo de fundação da AIB, torna-se um dos principais ideólogos e doutrinadores dos camisas-verdes. Até o momento final (1938) da existência legal do integralismo (AIB) nos anos 1930, Gustavo Barroso dedicou-se profundamente ao integralismo. Tal comprometimento era tamanho, tal que, nas reuniões que ocorriam na ABL, ia trajado com o uniforme típico integralista (camisa verde, calças brancas ou pretas e gravata preta).

Barroso participou do I Congresso Nacional Integralista, realizado em Vitória/ES entre fevereiro e março de 1934, onde foi empossado do cargo de comandante-geral das milícias integralistas. Tal função correspondia ao segundo cargo mais alto do escalão da hierarquia do movimento, juntamente com a chefia de doutrina (Miguel Reale) e abaixo somente da chefia nacional (Plínio Salgado). Esta organização não era limitada apenas a questões organizacionais, de tal modo que os três maiores líderes integralistas eram também os principais doutrinadores do movimento.

---

<sup>441</sup> CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. *Gustavo Barroso, enfim, soldado da farda verde*. In: Anais – XXI Encontro Regional de História (ANPUH/RJ), UERJ, 2007.

<sup>442</sup> Biografia – Gustavo Barroso – Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=617&sid=213>> (acesso em 10 mai. 2010).

O conjunto das obras doutrinárias do integralismo escritas por Gustavo Barroso são marcadas profundamente pelo anti-semitismo, embora as primeiras destas – “O integralismo em marcha” (1933) e “O integralismo e o mundo” (1933) - não apresentassem o teor (ou a intensidade) que seria marcante nas obras que viriam a seguir. A partir do lançamento, no ano de 1934, de “Brasil: Colônia de banqueiros”, o anti-semitismo torna-se peça central das obras integralistas de Gustavo Barroso.

Em “Brasil: Colônias de banqueiros”, Barroso aborda a formação histórica e econômica do Brasil a partir da análise dos empréstimos contraídos entre 1824 e 1934. Esta prática de empréstimos e dívidas brasileiras seriam, para o autor, uma das maiores estratégias utilizadas pelos judeus para a escravização do povo brasileiro e da inserção dos conspiradores na vida política e econômica brasileira.

A teoria conspiratória presente na obra de Barroso é claramente identificada com os teores conspiratórios de “Os Protocolos dos Sábios de Sião”, obra que afirma a suposta existência de um plano subterrâneo dos judeus visando à dominação mundial. Segundo os “Protocolos”, os judeus estariam infiltrados em diversos setores das sociedades durante os tempos mais remotos, buscando para isto subverter a ordem e delimitar a trajetória da política e da economia em benefício próprio. Como estratégia para o alcance e manutenção deste poder, os judeus deveriam subverter toda a ordem moral estabelecida nas sociedades, utilizando para tal a imprensa, as artes, a música, as distorções religiosas, entre outras.

O anti-semitismo de Gustavo Barroso continua presente em diversas outras obras integralistas, algumas nas quais o autor busca defender uma visão histórica que levava em conta a *existência* do complô judaico na trajetória da humanidade, enquanto em outras o teor das *denúncias* limitava-se à sociedade e história brasileira, como no caso de “A Sinagoga Paulista” (1937) <sup>443</sup>. Em 1936, Barroso traduziu os “Protocolos” para a língua portuguesa, adicionando uma introdução ao texto original, contendo uma defesa sobre a “autenticidade” da obra em questão – “Os Protocolos dos Sábios de Sião são absolutamente autênticos” <sup>444</sup>.

Desta maneira, é possível notar a importância do anti-semitismo na formação do pensamento integralista de Gustavo Barroso; da mesma forma como tais obras alçam o autor a categoria de um dos maiores – senão o maior – disseminador e fomentador do anti-semitismo

---

<sup>443</sup> Cf. CYTRYNOWICZ, Roney. *Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, 1992; MAIO, Marcos Chor. “*Nem Rotschild nem Trotsky*”: O Pensamento Anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago, 1991

<sup>444</sup> BARROSO, Gustavo. *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. Porto Alegre: Revisão Editora, 1989, p.55 (Sobre a questão das falsificações dos “Protocolos”, cf. ROSENFELD, Anatol. *Mistificações Literárias: “Os Protocolos dos Sábios de Sião”*. São Paulo: Perspectiva, 1976 e COHN, Norman. *A Conspiração Mundial dos Judeus: Mito ou realidade?* – Análise dos Protocolos e Outros Documentos. São Paulo: IBRASA, 1969.).

da história brasileira. Esta condição é constituída não somente pelo teor e número de obras anti-semitas escritas por Barroso, mas também por conta do alcance destas na sociedade brasileira dos anos 1930, principalmente se for levado em conta o alcance do integralismo nesta.

Mesmo que a estimativa oficial de mais de um milhão de adeptos integralistas fosse superestimado (fruto de estratégias de disseminação e consolidação da AIB), o integralismo foi, de acordo com Cavalari<sup>445</sup>, o primeiro movimento político de massa do Brasil, e uma de suas principais características era justamente o grande esquema de disseminação e circulação do discurso anti-semita de Barroso, assim como dos outros ideólogos. Alguns trechos de livros de Barroso eram reproduzidos, na íntegra ou *resumidos* (e comentados), em diversos periódicos integralistas, de circulação no âmbito municipal até nacional abrangendo, portanto, um grande número de pessoas, inclusive não-filiados ao integralismo.

A julgar pela disseminação destes textos por meio de diversos periódicos integralistas, assim como a recomendação constante aos membros da AIB para que comprassem vários livros de Barroso (*“Biblioteca Integralista”*), é possível supor que a alta cúpula integralista apoiava – ou ao menos era conivente - ao teor das obras anti-semitas em questão.

Entretanto, a questão anti-semita no integralismo não pode ser entendida facilmente pela simples existência de discursos deste tipo e a disseminação destes perante a militância. Mesmo tendo ocorrido diversos outros casos de militantes integralistas que se aproximavam – ou mesmo reproduziam – os teores anti-semitas expressos nos livros de Barroso<sup>446</sup>, havia determinada resistência da chefia nacional (Plínio Salgado) em apoiar abertamente os pressupostos desta ala mais radical do integralismo. De fato, o anti-semitismo de Gustavo Barroso significou a formação de uma tendência mais próxima ao nazismo dentro da AIB, fato que não era apreciado por Plínio Salgado, não necessariamente pela aproximação com os nazistas, mas, sobretudo por questões de disputa de poder.

O ápice desta disputa ocorre quando Salgado critica publicamente Barroso e o anti-semitismo, afirmando que o problema nacional era primordialmente *ético e não étnico*<sup>447</sup>, ocorrendo inclusive um período onde textos de Barroso não foram publicados na imprensa integralista. Discutir se a inserção do anti-semitismo no integralismo estava de fato reclusa

---

<sup>445</sup> CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932 – 1937)*. Bauru: EDUSC, 1999

<sup>446</sup> Oswaldo Gouvêa, Tenório D’Albuquerque, Arnor Butler Maciel, Monteiro de Mello, entre outros.

<sup>447</sup> *Panorama*, 1(4-5), abril-maio, 36: 3-5 in TRINDADE, Héliogio. *Integralismo: O Fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974.

somente a Gustavo Barroso na tríade chefia requer uma análise mais apurada do contexto e das decorrências históricas da AIB, entretanto é inegável que, ao menos para Barroso, a “questão judaica” era elemento central dentro de sua ideologia integralista e, da mesma forma que ele defendia publicamente o integralismo, comparecendo trajado com o uniforme integralista nas reuniões da ABL, aproveitava estes momentos para propagar o anti-semitismo, denominando os judeus como “lixo humano”<sup>448</sup>.

Contudo, ainda que o integralismo e o anti-semitismo tenham figurado em posição de destaque na produção intelectual de Gustavo Barroso enquanto membro da AIB, após a dissolução do integralismo pelo Estado-Novo, tais discursos foram abandonados. De acordo com Hélio Silva, após o fim da AIB, Gustavo Barroso participou da formação da tentativa do frustrado *putsch* integralista ao Palácio da Guanabara em 1938<sup>449</sup>. Com o fracasso da tentativa de golpe e a decorrente perseguição ao integralismo e integralistas pelo Estado-Novo, Barroso permaneceu durante certo tempo na tentativa de viabilizar o afrouxamento a esta perseguição, inclusive servindo a Plínio Salgado, tanto como papel de reunir e organizar os integralistas, assim como buscar reaproximações com Getúlio Vargas, sobretudo durante o período de exílio de Plínio Salgado em Portugal.

Quando Plínio Salgado retorna ao Brasil e inicia a rearticulação do integralismo no contexto do pós Estado-Novo, Gustavo Barroso já havia rompido com o integralismo, não tendo participado da gestação na principal entidade integralista no pós-guerra, o Partido de Representação Popular (PRP)<sup>450</sup>. As atividades profissionais de Barroso após o período de dedicação exclusiva à AIB seguem no ramo da literatura e principalmente da museologia, devido ao cargo de direção do Museu Histórico Nacional.

Como abordado anteriormente, o fim da AIB significou a muitos ex-militantes a derrota de um sonho no qual depositaram profundas esperanças. Gustavo Barroso foi um destes camisas-verdes que se dedicaram intensamente na articulação e disseminação do integralismo. A dissolução da AIB e a intensa propaganda contrária ao integralismo durante o Estado-Novo, assim como a derrota do fascismo na Segunda Guerra Mundial e a *denúncia* da vinculação dos integralistas a estes regimes (apontados como agentes do eixo e traidores da pátria), potencializaram a consolidação de episódios problemáticos para a memória de alguns indivíduos, no caso, aqueles em referência ao período de atuação junto ao *Sigma*.

---

<sup>448</sup> COUTINHO, Amélia. Gustavo Barroso. In: ABREU, Alzira Alves de ET AL. (org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/CPDOC, 2001

<sup>449</sup> SILVA, Hélio. *1938: Terrorismo em Campo Verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

<sup>450</sup> Sobre o Integralismo no pós-guerra e a formação do PRP, cf. CALIL, Gilberto. Op. Cit.

Obviamente, para outros a participação no integralismo não era uma questão problemática, seja por conta da continuação no integralismo via PRP, CCCJ e outras organizações ou mesmo no caso daqueles que *assumiram* o “erro” e buscaram outros caminhos, às vezes inclusive antagônicos ao pregado pela AIB, como o caso de Dom Hélder Câmara<sup>451</sup>. O exemplo de Gustavo Barroso, entretanto, indica que o integralismo fora um aspecto delicado na construção da memória deste, constatado, sobretudo por meios da escrita autobiográfica.

Logo após desvincular-se do integralismo em 1938, Gustavo Barroso passou a escrever obras de cunho autobiográfico, que foram lançadas nos três anos posteriores: “Coração de Menino” (1939), “O Liceu do Ceará” (1940), e “O Consulado da China” (1941). Nestas obras, apesar - ou justamente por conta - da proximidade temporal com a experiência de vida junto à AIB, não somente a fase integralista, mas também grande parte do período vivido no Rio de Janeiro fora minimizado, ao ponto que o período da vida em que residiu no Ceará fosse majoritariamente lembrado e descrito como um período de pureza infantil e felicidade, mesmo com todas as dificuldades vividas.

A referência ao recente passado integralista é vista de forma extremamente melancólica abordando desta maneira não somente o fracasso da empreitada integralista, mas também a marginalização que o autor sofreu e estaria supostamente sofrendo por conta deste período de vida. A questão da participação no integralismo e, conseqüentemente, a profusão de ideais racistas – no caso, principalmente o anti-semitismo – embora não tenham sido sumariamente apagadas/esquecidas são claramente minimizadas.

Quando próximo ao fim de sua vida, Gustavo Barroso recebeu uma série de homenagens nas dependências do Museu Histórico Nacional, por conta da comemoração dos seus setenta anos de vida (1958). Nestas comemorações, além da inauguração de um busto de bronze nas dependências do Museu, houve diversas outras homenagens, tais quais discursos de companheiros profissionais, além da proposta da mudança do nome do “Curso de Museus” para “Curso Gustavo Barroso”<sup>452</sup>.

Neste evento, Barroso discursou, lembrando novamente aspectos marcantes de sua vida, ressaltando a sua dedicação ao nacionalismo, por conta dos estudos da História Militar, além de outras temáticas tais qual o *banditismo*. Passados dezessete anos após a publicação de

---

<sup>451</sup> Sobre a trajetória de Dom. Helder Câmara na Legião Cearense do Trabalho, na AIB e o posterior rompimento com o integralismo, vide PILETTI, Nelson. *Dom Helder Câmara: o profeta da paz*. São Paulo: Contexto, 2008.

<sup>452</sup> O curso, idealizado por Barroso, era destinado a formar profissionais na área de museologia. A reivindicação não foi atendida.

sua última obra autobiográfica, Barroso reiterou novamente o profundo desgosto que sentia perante a alta intelectualidade carioca, ao mesmo tempo em que lembrava com forte apego o período de infância e juventude vivida no estado do Ceará.

Estes acontecimentos demonstram como Gustavo Barroso empreendeu uma clara tentativa de construção de memória autobiográfica, elencando quais aspectos de sua vida seriam de maior valor e agrado à serem lembrados. Aspectos como estes demonstram, como aborda Helenice Silva<sup>453</sup>, o quão necessário é ao pesquisador que, em diversas temáticas de pesquisa, depara-se com aspectos biográficos e/ou de construção de memória, buscar reconhecer e, se possível for, delimitar quais são os aspectos de silenciamento, esquecimentos e não-ditos nas memórias.

Há, no caso de Barroso, uma clara tentativa de construção biográfica, de maneira a resguardar o conveniente e silenciar o que é julgado inconveniente pelo próprio sujeito histórico. É necessário, portanto, adotar um procedimento de análise que leve em conta a memória como algo construído, permeado por relações de poder hierarquizantes, destinados a fim diversos e que, no caso de Gustavo Barroso, buscam ordenar de forma objetiva os fatos de sua vida, embora seja interessante notar também possíveis aspectos de subjetividade neste processo. Sobre a questão das relações de poder intrínsecas ao processo de construção de memória, é curioso notar que o próprio discurso anti-semita já era tratado por Gustavo Barroso, senão com ressalvas, ao menos em um tom explicativo, justamente no período próximo ao fim da AIB.

No livro “Reflexões de um Bode” (1937), Barroso afirma que não havia escrito sequer uma linha contras os judeus até ingressar no integralismo, ainda que tivesse certo conhecimento sobre o tema, embora não o bastante para neste “imprimir uma atitude espiritual”<sup>454</sup>. O contato de Barroso com as teorias discriminatórias sobre os judeus teria se dado inicialmente via dois integralistas: Madeira de Freitas, que havia lhe emprestado uma edição na língua francesa de “Os Protocolos”, e o próprio *Chefe Nacional* Plínio Salgado, que, após uma longa conversa sobre a temática em questão, teria despertado em Barroso a necessidade em aprofundar a análise acerca desta questão, sobretudo no Brasil.

Ainda que esta afirmação não seja conclusiva numa possível análise da gestação do anti-semitismo *barrosiano*, seja ele antes ou pós-ingresso à AIB, pode ser mais um indício da grande disputa de poder que ocorreu dentro do integralismo dos anos 1930, sobretudo entre

---

<sup>453</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 22, n. 44, 2002

<sup>454</sup> BARROSO, Gustavo. *Reflexões de um bode*. Rio de Janeiro: Gráfica Educadora Ltda., 1937.

Barroso e Salgado. Conquanto seja praticamente impossível – ao menos com as fontes que até então a historiografia detêm – determinar se Gustavo Barroso fora de fato doutrinado no anti-semitismo por Plínio Salgado, parece-nos extremamente aceitável supor que tal afirmação de Barroso está inserida em uma relação de poder concreta existente no interior da AIB; ao mesmo tempo em que há indícios que tal afirmação sugere a construção de uma provável memória posterior ao integralismo, sobretudo por tal livro ter sido lançado em 1937, anos após o citado debate público entre Salgado e Barroso sobre a questão do anti-semitismo no integralismo, assim como manifestações não-integralistas, contrária ao racismo de Barroso<sup>455</sup>.

Tomando contato com a memória sobre Gustavo Barroso, principalmente aquela que contém indícios latentes de participação ativa deste no processo de construção, é possível notar a hierarquização de episódios e fases de vida, gerando, deste modo, maximizações e minimizações de determinados períodos, além da questão da criação de uma diversidade de maneiras como Gustavo Barroso poderia (e desejaria) ser lembrado.

A questão da diversidade a que nos referimos, diz respeito fundamentalmente à própria multiplicidade de atuações de Gustavo Barroso em vida, não somente na questão profissional, que inclui os papéis de museólogo, historiador, político, advogado, entre outros, mas também da própria diversidade de produção intelectual do autor. Gustavo Barroso exerceu atividades marcantes na produção de uma História Militar nacionalista brasileira, assim como em outras áreas, como a já citada questão dos patrimônios históricos, além dos estudos sobre o cangaço (que, de acordo com Ferreras, teve Barroso como fundador de tal área de estudo<sup>456</sup>).

Tal diversidade de temáticas e atuações profissionais potencializou a tentativa de Gustavo Barroso em buscar a construção da forma como seria lembrado, levando a maximizar alguns aspectos e minimizar outros. Os principais pontos que deveriam, portanto, serem lembrados, seriam atividades ligadas ao nacionalismo (a que Gustavo Barroso intitulava *campanha nacionalista*).

Neste aspecto, a produção voltada ao militarismo constava como “obra prima” de uma vida, que incluía não somente as produções historiográficas militaristas, mas também outros aspectos relevantes e circunscritos neste grupo *nacionalista* e militar, tal qual o Museu Histórico Nacional, ou mesmo atuações políticas, como o projeto-lei apresentado por Gustavo

---

<sup>455</sup> Dentre estas, houve a tentativa de formação de um Comitê Anti-Integralista na cidade de Belo Horizonte, organizado por Isaías Golgher, com o apoio da União Israelita de Belo Horizonte. (FRIDMAN, Fania. *Paisagem Estrangeira*: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007, p. 106.).

<sup>456</sup>FERRERAS, Norberto O. Facundo no Sertão: Gustavo Barroso e o cangaço In: *História & Perspectivas*, Uberlândia (29 e 30): Jul./Dez. 2003/Jan./Jun. 2004, p. 167.



Barroso em 1917 (enquanto era deputado federal), propondo a criação dos Dragões da Independência<sup>457</sup>. Apesar do integralismo de Gustavo Barroso ser marcado tanto pelo nacionalismo, quanto pelo militarismo (sobretudo por conta da liderança à frente das milícias integralistas), este figura como o maior objeto de esquecimento dentro da memória construída. Os fatos apresentados corroboram a proposição de quão problemático havia sido o passado vinculado ao integralismo para diversos ex-camisas-verdes, em particular o caso em questão.

Ainda que tenha havido uma tentativa de silenciamento e/ou apagamento de passagens da memória em Gustavo Barroso, a produção historiográfica sobre o autor atesta que houve – e ainda há – a busca pela compreensão da história a partir de análise de questões que, para os diretamente envolvidos, haveriam de ser esquecidas. Isto sinaliza, portanto, para a constante preocupação na busca pelo não-dito nas produções de memória, sejam elas autobiográficas ou não, justamente por conta do distanciamento desta - e a da própria história - da neutralidade.

---

<sup>457</sup>1º Regimento de Cavalaria de Guardas, em referência à Guarda Imperial criada por D. João em 1808. A aprovação final do projeto-lei de Gustavo Barroso foi tardia, ocorrendo somente no ano de 1927.

## **A Direita e o Nacionalismo Contemporâneo**

### **A memória do fascismo na Contemporaneidade**

Ana Maria Dietrich\*

**Resumo:** Procuramos analisar como a sociedade alemã digere os traumas relacionados à Segunda Guerra Mundial, constituindo práticas sociais como a inauguração de monumentos memorialísticos e elaboração de produções artísticas cinematográficas e teatrais principalmente pós queda do muro de Berlim (1989-2009). Tal trabalho é parte integrante do estágio de Pós-doutoramento em Sociologia pela UNICAMP que tem como proposta básica a investigação dos traumas de guerra na contemporaneidade por meio da análise de narrativas orais.

**Palavras-chaves:** Nazismo, memória, oralidade

Desde a derrocada do regime nazista no final da Segunda Guerra Mundial, houve diversas formulações em lugares e épocas diferentes que tentaram explicar o fenômeno fascista. A historiografia do pós-Guerra, no entanto, é marcada por um predomínio de uma demonização da experiência alemã em paralelo a um desconhecimento ou desinteresse por demais experiências fascistas o que pode se explicar pelo mundo bipolarizado e a necessidade de se afirmar o Estado de Direito e uma possível redemocratização.

Diferentes caminhos foram traçados pela historiografia atual sobre a experiência dos fascismos. Os mais recentes constataam que fascismo pode ser tanto um regime quanto um movimento no interior de uma nação e que pode ocorrer em qualquer momento histórico, inclusive na atualidade, contanto que tal fenômeno cumpra o chamado *minimum* fascista, ser anti-liberal/ anti-parlamentar, contar com um estado orgânico e liderança carismática e por fim, seus integrantes se constituírem uma comunidade do povo e uma sociedade corporativa (TEIXEIRA, F., 2005, p. 140).

O milagre econômico europeu da década de 60 e 70 marcado pelo Plano Marshall americano, com a injeção de bilhões de dólares, fez com que as desgastadas economias

---

\* Desenvolve a pesquisa de Pós-Doutorado no IFCH-UNICAMP com o projeto “Traumas de guerra na contemporaneidade”. Docente do Bacharelado de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do ABC, doutora em História Social pela USP e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Contemporaneidade (NEPCON-UFABC, UFV, UFBA). Autora do livro *Caça às Suásticas* (IMESP, 2007). Email: anamdietrich@yahoo.com.br

européias, entre elas a alemã, reflorescessem. Isso ajudou a fortalecer as correntes de redemocratização do mundo ocidental. Para isso a retórica fortemente disseminada do indivíduo nazista enquanto demônio – mas um demônio já vencido e extirpado pelas ações do mundo pós-guerra como o Tribunal de Nuremberg – e o nazismo como fenômeno histórico e com isso circunscrito a uma época, ajudavam a fortalecer a imagem hegemônica norte-americana e a pensar o fenômeno como algo menos perigoso no mundo atual e impossível de se ser repetido.<sup>458</sup>

O fascismo inseria-se numa cadeia de acontecimentos marcados pela unificação alemã e o Risorgimento italiano, a Primeira Guerra Mundial, o Tratado de Versalhes e a Grande Depressão de 1929. Com tal constelação de eventos não seria absolutamente passível a repetição, o fascismo (...) pertenceria aos livros de história. (TEIXEIRA, F., p. 121)^

O momento da pós-queda do Muro de Berlim com todos os acontecimentos relacionados - o término da Guerra Fria, fim do direitos dos Aliados sob território alemão e abertura dos arquivos da ex-Alemanha Oriental - é chave para se entender há uma nova elaboração da memória da II Guerra tanto por meio de novas correntes historiográficas quanto pelos meios de comunicação e monumentos memorialísticos. Pensa-se então que os fascismos seriam fenômenos universais, não apenas restritos à experiência fascista. Segundo Wolfgang Schieder, os movimentos fascistas são “movimentos nacionalistas de estrutura hierárquica e autoritária e de ideologia antiliberal, anti-democrática e anti-socialista, que fundaram ou intentaram fundar após a Primeira Guerra Mundial, regimes estatais autoritários” (SCHIEDER apud TEIXEIRA, F, 2005, p. 118)

Na nossa atual pesquisa, acreditamos que os eventos relacionados ao nazismo e à Segunda Guerra Mundial causaram um trauma social e que a intensa produção memorialística, tanto da parte de projetos de reelaboração da memória de grupos como os sobreviventes do holocausto quanto da construção de monumentos em homenagem/ lembrança às vítimas, são indícios de como a sociedade ocidental contemporânea, principalmente a alemã, ainda está em processo de digestão de tais traumas. Outros fenômenos seriam ligados à intensa produção intelectual e mediática sobre tais temáticas, dando destaque a produção cinematográfica.

A barbárie dos atos anti-semitas do regime nazista que culminou no extermínio em massa trouxe a necessidade da busca e punição de culpados, que foi mais concretamente

---

<sup>458</sup> Um estudo que vale a pena ser citado sobre as décadas do pós-guerra e a posição hegemônica dos Estados Unidos que iria se fortalecer na segunda metade do século XX é PADROS, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar-social. *O século XX. O tempo das crises* (org. Celeste Zenha et.al.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

efetuada com a criação dos tribunais internacionais, como o Tribunal de Nuremberg (1945-1946). Fez-se necessário punir e extirpar a humanidade do *mal* do nazismo para que as sociedades pudessem voltar à normalidade anterior e crescessem economicamente sob a égide do capitalismo e neoliberalismo.

Após a queda do muro de Berlim, realidades praticamente desconhecidas pelo mundo ocidental referentes aos regimes comunistas vieram à tona como diversas práticas violentas realizadas nos campos de concentração de desnazificação da Alemanha oriental. Isso fez com que grupos anteriormente imediatamente identificados como algozes reivindicassem a condição de vítimas, fazendo com que fosse colocada em cheque a fronteira entre vítima e algoz. Como fenômeno, a memória do nazismo voltou a ser revisitada por tais grupos, ansiosos por dar sua versão da História e se possível, obter uma absolvição coletiva.

Além dos mais freqüentes estudos sobre as vítimas do nacional-socialismo, no mundo pós-queda do muro começam a aparecer abordagens que tem como preocupação investigar a natureza e perspectiva dos chamados perpetradores de tais crimes relacionados à Segunda Guerra. Causou polêmica dentro da indústria cultural a exibição do filme “A Queda! As Últimas Horas de Hitler” (2003), de Oliver Hirschbiegel, que mostrou um lado “humanizado” do ditador alemão Adolf Hitler e a publicação, na França, do livro *As Benevolentes* (Objetiva, 2007), de Jonathan Littell, uma história fictícia de um carrasco alemão. Outro debate que veio a tona foi da discussão em torno do escritor alemão Günther Grass, um importante representante do Teatro do Absurdo, que, após ter ganhado o Prêmio Nobel de Literatura em 1999, declarou ter participado da Juventude Hitlerista e ter lutado na Waffen-SS durante a II Guerra. Publicações sobre a memória de pessoas ligadas diretamente ao grande *staff* nazista, como a Secretária de Hitler, Traudl Junge, trazem novas visões sobre o ditador alemão.

Não se pretende, com isto, exaltar este lado da história, mas sim conhecê-la e analisá-la com seriedade. Até hoje, ouvir a versão de indivíduos rotulados como “perpetradores” da história, mesmo sobre outros temas, como a tortura e o terrorismo, convertia-se sempre em um cenário carregado de tabus. Ouvir o “outro lado” não significa, de nenhuma maneira, acatar seu ponto de vista. Neste sentido, somente uma postura profissional e de distanciamento da parte do pesquisador não é suficiente, mesmo que totalmente necessária. Faz-se também necessária o desenvolvimento de uma nova abordagem metodológica, uma vez que a temática envolve não só a importância histórica, mas também a perspectiva ética e de defesa de direitos humanos.

Esta pesquisa se insere dentro de tais reflexões e tem como objetivo comparar narrativas orais de pessoas que tinham relações com o nazismo e que residiam durante as décadas de 1930 e 1940 no Brasil ou na Alemanha com entrevistas já realizadas pelo psiquiatra Leon Goldensohn durante o Tribunal de Nuremberg com os prisioneiros de guerra acusados de nazismo<sup>459</sup>. Ainda, no decorrer da análise, pretende-se confrontar tais narrativas com documentos do acervo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim e do Itamaraty do Brasil que trazem perspectivas variadas sobre as histórias de vida dos acusados de nazismo.

Acreditamos que exista uma função terapêutica para História Oral – destacada por Verena Alberti (1998) – principalmente nos acontecimentos traumáticos como o do estabelecimento do nazismo e da II Guerra Mundial. A história oral teria, no falar da autora, um potencial agregador sendo apropriada para *digerir* eventos do passado por meio de um processo de elaboração da memória. “É como se a história oral possibilitasse uma espécie de terapia coletiva – e aqui aparece, novamente, sua vocação totalizante, porque uma terapia é antes de tudo um esforço de dar um sentido e uma coerência ao passado” (ALBERTI, 1998, p. 4).

Para isto, nos fundamentamos nas reflexões de Hannah Arendt sobre a banalidade do mal. Segundo ela, o nazismo tem seu foco na transformação humana de indivíduos a partir do impacto desta ideologia. A seu ver, o indivíduo, por estar desarticulado politicamente, se tornaria atomizado. Após a destruição de todos os seus laços com a sociedade, comunidade e família que o circundam, tornar-se-ia desprovido de identidade, como apenas um número na massa. Por ser facilmente manobrável, seria capaz de *perpetrar* as piores atrocidades.

O símbolo do atroz nazista foi o funcionário do aparelho nazista Eichmann, um burocrata do regime que carimbou a morte de milhares de judeus. Segundo Arendt, Eichmann não se enquadrava nos padrões convencionais de um monstro por tratar o mal de maneira “banal”. Ele se mostrava, ao contrário de uma imagem estigmatizada do *mal*, como um indivíduo com características normais. A essência do terror, que daria vazão a inúmeras atitudes algozes seria justamente uma desarticulação da capacidade de pensar e refletir associada ao isolamento do indivíduo que teria seus laços de solidariedade com seus semelhantes rompidos. Com isso, não tal indivíduo conseguiria de medir as conseqüências de seus atos na sociedade. Como já não se sentiriam pertencentes a um grupo ou comunidade,

---

<sup>459</sup> LEON, Goldensohn, *As entrevistas de Nuremberg*. São Paulo: Cia da Letras, 2005.

teriam seus atos automatizados culminando na desumanização radical na qual não haveria limites para a violência, fazendo com que tudo fosse possível:

Enquanto o isolamento se refere apenas ao terreno político da vida, a solidão se refere à vida humana como um todo. O governo totalitário, como todas as tiranias, certamente não poderia existir sem destruir a esfera da vida pública, isto é, sem destruir, através do isolamento dos homens, as suas capacidades políticas. Mas o domínio totalitário como forma de governo é novo no sentido de que não se contenta com esse isolamento, e destrói também a vida privada. Baseia-se na solidão, na experiência de não pertencer ao mundo, que é um das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter. (ARENDDT, 1997, p. 527).

Uma das características deste indivíduo atomizado seria a perda a relação com a realidade, tornando-se incapaz de distinguir o verdadeiro do falso (SOUKI, 1998, p. 127) e por isto o mal por ele cometido se torna banal. Sentimento parecido é descrito por Elias Canetti em *Massa e Poder*, de uma sensação de que o inimigo pode estar em qualquer lugar, até mesmo dentro de nós.

A massa assemelha-se sempre a uma cidade sitiada – mas duplamente sitiada: o inimigo encontra-se tanto diante de seus muros quanto dos porões. Ao longo da luta ela atrai cada vez mais adeptos (...) A cidade se enche mais e mais de combatentes, mas cada um deles traz consigo seu pequeno e invisível traidor, que depressa se mete em algum porão (...) O sentimento de perseguição da massa nada mais é do que esse sentimento de uma dupla ameaça. Os muros exteriores são estreitados progressivamente, e os porões interiores cada vez mais minados. (CANETTI, 1995).

Em consonância com ARENDT (1997), Canetti afirma que o sentimento do terror tem como principal objetivo a dominação total. Duas imagens metafóricas são bastante elucidativas do processo que o ser humano em regimes totalitários ficaria sujeito: a dos combatentes que carregariam em si invisíveis e pequenos traidores e a do porão, lugar escuro e cheio de mistérios. Com relação à primeira, ninguém estaria a salvo, uma vez que - com o isolamento do indivíduo e a supressão de seus direitos de cidadania - tornaria mais fácil a manipulação e a perpetração de atos algozes. Como párias de uma sociedade de supressão do Estado de Direito que os faz *massa* e não *indivíduo*, o potencial de traição estaria além das instituições formais de repressão, mas estaria presente nas mentes de todos os indivíduos que concordassem com os ideais do regime. Enquanto que os porões, aqui associados como a *individualidade / identidade e liberdade individual*, seriam minados pelo aparato institucional externo (“muros”) estabelecido pelo regime.

Quanto ao conceito de *memória*, utilizamos os estudos de Maurice Halbwachs sobre memória Coletiva e de Michael Pollack sobre memória, silêncio e esquecimento. Segundo

este último autor, para se continuar a viver, deve-se “esquecer”: esquecer traumas, mágoas, ressentimentos. O esquecido também deve ser um elemento de análise, pois funciona como um filtro do que ficou retido na memória. Ao trabalharmos com a memória dos perpetradores temos que ter em vista que a construção desta memória vai estar permeada por filtros constituídos de emoções:

O processo de seleção do que lembra implica o que se esquece. Assim como temos que aprender a esquecer mágoas, ressentimentos, tristezas, precisamos também, socialmente, esquecer detalhes que atrapalham o desenvolvimento de projetos sociais. Há esquecimentos forçados que podem ser considerados “apagamentos”, ou seja, promoção de censuras que obstaculizam o conhecimento de alguma coisa. A história oral pode atuar nesta direção, permitindo que mediante a memória o conhecimento do passado “proibido” reponte e seja questionado. (BOM MEIHY, 2005)

Segundo Maurice Halbwachs, existiria além da seletividade da memória, um processo de negociação para conciliar a memória coletiva e as memórias individuais. (HALBWACHS, Maurice, 1990). Michael Pollak, discordando desta posição, acredita que exista uma memória em disputa marcada pela escolha dos objetos de preferência pelo conflito. O processo de esquecimento não pode ser entendido longe das realidades socioculturais em que está envolvido. Pela análise de narrativas de indivíduos ligados ao nazismo, percebe-se que o esquecimento vem acompanhado do sentimento de culpa pela morte de judeus e ao mesmo tempo uma intensa resistência em admitir que eles, como tantos outros alemães comuns, fizeram parte deste processo tão cruel. Isso se soma a experiência da guerra, que é por si só traumática.

Michael Pollack, ao se referir às vítimas do Holocausto, afirmou que: “Em face desta lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança “comprometedora”, preferem, elas também, guardar silêncio”. (POLLAK, Michael. 1989). Para se falar deve-se ser ouvido. O esforço mundial de reconstrução do pós-guerra apagou esta escuta, fadando-os ao silêncio. O mesmo pode-se dizer das pessoas que vivenciaram algum tipo de trauma social. A dificuldade de falar sobre o assunto, além de trazer à tona lembranças incômodas, está ligado à falta de escuta, de ser punido por aquilo que se diz ou ser exposto à vergonha. “A estas razões políticas do silêncio, acrescentam-se aquelas pessoas, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais” (Ibidem). Deve-se esquecer para se continuar a viver.

Além disto, estudos específicos sobre entrevistas com pessoas que sofreram traumas, auxiliarão como fundamentos teóricos desta pesquisa. A partir das reflexões de Alexander von Plato, sabemos que a construção desta memória foi permeada por filtros constituídos de emoções como medo, vergonha, ressentimento e mágoa e que, por sua vez, geraram silêncios, deturpações e superdimensionamentos. Tais variáveis serão observadas nas narrativas do trabalho.

Para o embasamento metodológico das entrevistas deste projeto, pretendo utilizar os preceitos concebidos por José Carlos Sebe Bom Meihy em seu *Manual de História Oral* (MEIHY, 2005), que privilegia as histórias de vida e a versão dos sujeitos que ganham o status de colaboradores dentro do processo de construção do conhecimento. Dentro dessa perspectiva teórica, as entrevistas não se fundamentam individualmente, mas dentro de um projeto que privilegiará a formação de redes a partir da configuração de uma comunidade de destino e uma colônia. Também se preza pela devolução das entrevistas, ou seja, todo projeto de história oral, pela sua dimensão pública, deve ter um retorno para a comunidade dentro da qual foi gerado.

A análise de narrativas orais de pessoas que tiveram sua vida ligada ao nazismo nas décadas de 1930 e 1940 na Alemanha e no Brasil acontece em dois momentos que destacamos: o imediato pós-guerra e o momento pós-unificação alemã e queda do muro de Berlim. Acreditamos que as narrativas são permeadas por traumas ligadas a esse passado e que mesmo na época atual tais recalques não foram totalmente digeridos por tais grupos gerando influências nos comportamentos, modos de pensar/narrar e na elaboração de diversas produções midiáticas e memorialísticas. Uma segunda hipótese diz respeito ao próprio conceito de *perpetrador/ algoz* como algo produzido sócio-culturalmente no interior das sociedades em fase de redemocratização para concentrar o sentimento de culpa em um determinado grupo e inocentar outros.

A partir da análise da narrativas dos envolvidos com o nazismo no Brasil, pretende-se verificar também as gerências e ingerências da relação entre o estadista brasileiro Getúlio Vargas e o ditador alemão Adolf Hitler, buscando entender as relações entre o Brasil e os países do Eixo, principalmente com a Alemanha nos anos de guerra e os eventuais afastamentos e aproximações. Nesse sentido, busca-se também observar as imagens e mitos presentes nas narrativas orais sobre tais relações, principalmente no que tange à entrada do



Brasil na II Guerra ao lado dos aliados, questão geralmente abordada em entrevistas anteriormente realizadas<sup>460</sup>.

Com relação ao panorama da Alemanha atual, refletiremos sobre a extensa e variada produção memorialística ligada ao passado associado ao nazismo como monumentos arquitetônicos, projetos que envolvem entrevistas de História Oral com sobreviventes do extermínio e refugiados do nazismo, elaboração de novas propostas museográficas revitalizando espaços anteriormente ocupados por campos de concentração, difusão de literatura especializada de caráter científico e ficcional, produções cinematográficas sobre a temática e reflexões feitas pela Imprensa e academia sobre os direitos de minorias, intolerância e preconceito. Observaremos se essa preocupação de cunho memorialístico ocupa também o atual cenário cultural brasileiro.

Analisaremos se os eventos ligados à tal passado influenciaram uma política de governo na Alemanha, suscitando diversas medidas tanto no passado como no presente como o asilo político garantido pela Lei Fundamental estabelecida no pós-guerra<sup>461</sup>, pagamento de indenizações e julgamento de crimes da Alemanha nazista por tribunais jurídicos constituídos nas últimas décadas. Com relação a essa produção de caráter mediático e memorialístico mais especificamente “alemã”, observaremos se se apresentam tendências de vitimização do povo alemão ou tentativas de se elaborar uma “outra história”, onde o povo alemão, por ter tido cidades bombardeadas e mortes de civis inocentes também se configura como vítima.

Verificaremos a partir de uma perspectiva interdisciplinar e utilizando preceitos de estudos sobre Memória, Identidade e Narrativa, quais são os traumas relacionados ao nazismo que permaneceram na atualidade e quais variáveis aparecem como indicadoras de traumas nas narrativas. Nas entrevistas já realizadas, percebe-se a repetição de algumas delas como, por exemplo, a humanização do algoz, a culpabilização das vítimas e o deslocamento de ação para o outro (“o outro era nazista”). Busca-se analisar a recorrência desses elementos nas narrativas, analisando de que forma e por que eles se repetem nas redes constituídas.

O nazismo enquanto fenômeno tem sido objeto de reflexão de diversos estudos e servido como material para produções cinematográficas e obras de literatura que se focam em temas como famílias divididas, mortes de entes queridos, soldados traumatizados. No caso do estabelecimento de um trauma social, a experiência de guerra é somada à estruturação de um

---

<sup>460</sup> Ver: DIETRICH, A. M, 2007 (1), op. Cit.

<sup>461</sup><http://www.magazine-deutschland.de/pt/artikel-po/artigo/article/analyse-zuwanderung-und-integration-in-deutschland.html>

regime totalitário nas décadas de 1930 e 1940 e ao genocídio de diversas minorias raciais que faz com o que trauma social seja ainda mais profundo.

Interessa-nos – propriamente - avaliar como a somatória desses diversos indícios traumáticos está sendo digerida pela sociedade atual – por meio da análise de suas rememoração em dois momentos históricos pontuais: o imediato pós-guerra, mais propriamente o momento da instauração do Tribunal de Nuremberg e o momento do pós-queda do Muro de Berlim, acontecimento que, ao nosso ver, propiciou novas leituras relacionadas à memória do nazismo, principalmente por encontrar-se ligado a outros eventos como a unificação da Alemanha, o caducamento dos direitos dos vencedores da II Guerra e o conhecimento das atrocidades relacionadas aos campos de concentração soviéticos de desnazificação, em paralelo com o crescente processo que alguns sociólogos chamam de europeização da Alemanha<sup>462</sup>.

Perguntamo-nos quais as diferenças e semelhanças entre as narrativas produzidas durante tais momentos históricos. O trabalho prevê ainda outra vertente comparativa, essa centrada na formação de duas redes de colaboradores, a primeira de alemães ligados ao nazismo e residentes no Brasil e na Alemanha e a segunda as narrativas elaboradas durante o Tribunal de Nuremberg. A escolha da rede de colaboradores dos alemães residentes no Brasil é justificável por ter sido um país que abrigava uma das maiores comunidades alemãs nas décadas de 1930 e 1940 e cujo presidente na época, Getúlio Vargas, desenvolveu uma linha de governo autoritária e segundo alguns estudiosos, de franca simpatia ao governo nazista.

Tal escolha metodológica se deu principalmente pelo fato desse estudo pretender ser uma continuidade dos trabalhos por mim anteriormente desenvolvidos sobre os partidos nazistas em São Paulo e no Brasil, o primeiro privilegiando o ponto de vista da repressão política e o segundo, a vertente cultural da tropicalização do nazismo, entendida como abasileiramentos das práticas desenvolvidas pelo partido<sup>463</sup>. Porém, diferentemente dos dois trabalhos antecedentes, esse se focará em reflexões de cunho memorialístico e na análise de narrativas. Tal estudo centra-se portanto, no Tempo Presente, que é o tempo da memória.

Pretende-se avaliar a extensão desse fenômeno de rememoração e as diferentes formas encontradas pelos colaboradores para narrar o acontecido-experimentado. Nossas variáveis de

---

<sup>462</sup> HARPPRECHT, Klaus, Europa – a missão inacabada, um ensaio. Deutschland – Fórum de política, cultura e economia. No. 2-abril, maio de 2009.

<sup>463</sup> DIETRICH, A. M., *Caça às Suásticas, o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da polícia política*. São Paulo: Humanitas/ IMESP, 2007. DIETRICH, A. M., *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*. São Paulo: FFLCH/USP, 2007 (Tese de doutoramento).

comparação serão elementos no interior da própria narrativa, tanto verbal como não verbal que possam ser indicativas dos traumas vividos pelos depoentes e que, possivelmente, não foram totalmente digeridos na contemporaneidade. Como complemento à análise das narrativas, pretendemos cruzá-las com documentos da imprensa, de arquivos acima citados e de produções recentes do cinema alemão/ europeu que trazem novas abordagens referentes ao nazismo e diferentes visões dos chamados “perpetradores”. Tal produção mediática será entendida no interior dessa trama sociocultural.

Com vistas a entender as reelaborações de tal memória, traumática ou não, sobre o nazismo no tempo presente, elaboraremos um balanço dos eventos do imediato pós-guerra que tiveram relação direta com o conflito como o estabelecimento do Tribunal de Nuremberg, os processos de desnazificação, estabelecimento da Organização das Nações Unidas pelas nações vencedoras, a elaboração da Declaração dos Direitos Humanos, a redemocratização da Europa e diversos países da América Latina e a configuração da Guerra Fria. Observaremos se houve uma espécie de “ruptura” em tal processo com a Queda do Muro de Berlim, reunificação da Alemanha e fim da Guerra Fria e como isso vem sendo reformulado a partir de representações-apropriações do tempo presente.

As redes serão formadas por grupos diferenciados: marinheiros do navio Windhuk, que se tornaram prisioneiros de guerra no Brasil, ex-integrantes do partido nazista e organizações partidárias como a Juventude Hitlerista e seus parentes e conhecidos, alemães comuns que moravam no Brasil na época, diplomatas alemães e brasileiros, brasileiros que tem experiências sobre o período que o Brasil se encontrava neutro ou beligerante, alemães que reemigraram para a Alemanha e suas experiências sobre o processo migratório. As narrativas geradas dessas primeiras redes serão comparadas com as entrevistas com réus e testemunhas do Tribunal de Nuremberg com objetivo de observar mudanças nos modos de narrar e e elaborar a memória sobre o movimento nazista na atualidade e no imediato pós-guerra.

Levando em conta reflexões recentes do historiador alemão Alexander von Plato<sup>464</sup>, consideraremos como a variável “trauma” gerou grande influência na performance das entrevistas. Observando-se a *memória coletiva* segundo conceito de Halbwachs observaremos se é possível afirmar que como se dá a representação da categoria de algozes na contemporaneidade associada ao movimento do nazismo, que pode variar entre os diversos

---

<sup>464</sup> PLATO, Alexander von. Competição entre vítimas. *História Oral: desafios para o século XXI*. Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti (orgs.) Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

grupos que viveram o fenômeno (testemunhas oculares, parentes dos algozes, vítimas, cidadãos comuns que viveram no Brasil ou Alemanha).

Após a realização das entrevistas e análise das narrativas, faremos um cruzamento entre as narrativas orais e as atuais tendências da produção histórica, mediática e memorialística relacionadas à memória do nazismo. Observaremos se há influências desses acontecimentos relacionados ao pós-guerra na elaboração das narrativas, como por exemplo, o processo de desnazificação, a constituição de campos de concentração para criminosos de guerra nazista e a preocupação da construção de “lugares de memória”<sup>465</sup> relacionados ao nazismo como museus e monumentos diversos.

### Referências Bibliográficas

AARÃO, Daniel, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste. O século XX (vol. 1, 2 e 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ALBERTI, Verena. A vocação totalizante da história oral e o exemplo de formação do acervo de entrevistas do CPDOC. In: INTERNACIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE (1º : 1998: Rio de Janeiro: RJ). Oral history challenges for the 21st. Century: proceedings (of the) International Oral History Conference. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/ FIOCRUZ, 1998, vc. 1, p. 509-515.

ARENDT, Hannah, *As origens do totalitarismo, anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BENJAMIN, Walter (1940 [1992]), «Teses sobre a Filosofia da História», *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, Lisboa: Relógio D'Água, pp. 157-170.

HALBWACHS, Maurice, *Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LEON, Goldensohn, *As entrevistas de Nuremberg*. São Paulo: Cia da Letras, 2005.

MEIHY, J.C.S., *Manual de História Oral* (5ª Ed.). São Paulo: Loyola, 2005.

---

<sup>465</sup> Segundo Pierre Nora (1993), a época contemporânea se confunde com uma memória esfacelada, uma vez que o sentimento de continuidade do tempo se torna residual – alocados em locais de memória como museus, monumentos que vem para substituir a memória elaborada no seio das comunidades. “Se habitássemos ainda nossa memória não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares”. (NORA, op cit, p. 8)

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

PLATO, Alexander von. Traumas na Alemanha. *História Oral: desafios para o século XXI*. Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti (orgs.) Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

SERENY, Gitta, *O trauma alemão. Experiências e reflexões 1938-2000*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

TEIXEIRA, F. Os fascismos. AARÃO, Daniel, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste. O século XX (vol. 1, 2 e 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

**Cultura jurídica e cultura religiosa em tensão: uma análise da revista *Surto***

Jefferson de Almeida Pinto\*

**Resumo:** O texto a seguir procurará discutir as tensões entre o campo jurídico e o campo religioso no Brasil e em Minas Gerais. Tomando por referência a revista *Surto* procuraremos fazer uma incursão pelo debate entre as ideias jurídico-penais e o tomismo numa época em que as instituições republicanas assim como muitos intelectuais – no caso específico do campo jurídico – eram novamente conclamados ao serviço da Igreja no Brasil.

**Palavras-chaves:** cultura jurídica; cultura religiosa; periodismo jurídico

**Apresentação**

Quando nos propusemos ao estudo da circulação de ideias jurídico-penais no plano interno da formação histórica brasileira, tínhamos em mente a necessidade de trilhar os percursos da produção de textos voltados para o saber jurídico, pois, entendíamos, seriam estes os caminhos prováveis para que houvesse a difusão das mesmas. Neste caso, perguntamos, num primeiro momento, como teria se estruturado o campo jurídico em Minas Gerais? Além disso, quais teriam sido suas redes de relacionamento com os intelectuais dos campos jurídicos de São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro – centros relacionados a produção do saber jurídico no Brasil – ou ainda do exterior? O que liam, como liam e o que escreviam? Quais ideias jurídicas circulavam em seu meio e quais as apropriações e os usos que fizeram das mesmas? Mais especificamente, quais as expectativas desses intelectuais em relação às novas concepções jurídico-penais em evidência, sobretudo na passagem do século XIX ao XX?

Assim sendo, fizemos um levantamento junto ao acervo da Biblioteca Nacional e da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, dos periódicos que teriam sido editados em Minas Gerais do século XIX às primeiras décadas do século XX. Tal período se justificaria, uma vez que estaria abarcando um intervalo marcado por uma polarização ideológica muito evidente. De um lado poderíamos elencar o liberalismo e o positivismo, então refletidos nos meios intelectuais e jurídicos daquele tempo. De outro,

---

\* Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – *Campus Juiz de Fora* e doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense. Correio eletrônico: jefferson.pinto@ifsudestemg.edu.br

veríamos uma reação católica às modernidades em que a chamada Reforma Ultramontana, o Concílio Vaticano I (1869-70) e o tomismo seriam seus principais expoentes. Ademais, levando-se em consideração outras províncias/estados, a produção intelectual do campo jurídico estaria em pleno vigor por aqueles tempos.<sup>466</sup>

Realizado esse levantamento e de posse dessas “letras jurídicas” competia-nos entender as razões para que viriam a ser produzidas, uma vez que foi possível constatar que alguns desses periódicos tiveram uma duração muito limitada. Neste sentido, foi-nos possível, baseando-nos em termos metodológicos em Pierre Bourdieu<sup>467</sup> e Roger Chartier<sup>468</sup>, sociologizar a sua produção, ou seja, entender a sua lógica em meio à formação de um campo jurídico e intelectual, além da produção e consumo do direito como um bem capaz de solucionar pelas vias da violência simbólica fatos que até então seriam solucionados pelo uso de uma violência propriamente dita.<sup>469</sup> Feita essa análise inicial propusemo-nos a uma incursão pelo campo da história das ideias a partir de artigos, comentários, prefácios, trocas de publicações, correspondências, enfim, publicados nestes periódicos e em concordância com nossa intenção de pesquisa, isto é, a circulação de ideias jurídico-penais em Minas Gerais.

Neste caso, começamos a perceber os efeitos da polarização ideológica de que falamos anteriormente. A cientificização por que viria a passar o saber jurídico naqueles tempos e, por conseguinte, seu uso na resolução dos conflitos sociais acabaria por chocar-se com o ideal teológico-filosófico a que a Igreja romana havia assumido como forma de reação às modernidades.<sup>470</sup> Neste caso, o positivismo, que então influenciaria nas diretrizes propostas em relação direito penal, viria a ser um dos seus principais alvos. A partir desta constatação, o aprofundar nos debates sobre estas questões, levou necessariamente a inserir a circulação de ideias jurídico-penais, bem como seus usos, num espaço de tensão com a cultura religiosa católico-tomista que, como dissemos, se reestruturava no início do século XX.

### **Cultura Jurídica e Cultura Religiosa em tensão**

---

<sup>466</sup> Cf. FORMIGA, Armando Soares de Castro. *Periodismo jurídico no Brasil do século XIX*. Coimbra, 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, Coimbra. 2005.

<sup>467</sup> BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 326 e BOURDIEU, Pierre. A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: *O poder simbólico*. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 209-254.

<sup>468</sup> Cf. CHARTIER, Roger. Escribir las prácticas: discurso, prática, representación. In: *Cuadernos de Trabajo*, nº 2. Valencia: Fundación Cañada Blanch, 1998, p. 47-59 e 165-197.

<sup>469</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. A força do direito...*op. cit.*, p. 216-7.

<sup>470</sup> BOURDIEU, Pierre. A dissolução do religioso. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, p. 121-22.

É importante destacar neste quadro os problemas em relação à teologia e as ideias jurídico-penais. Se tomarmos por referência as descobertas científicas que contribuíam para a compreensão do crime e da criminalidade no século XIX vamos nos deparar com um universo de certezas marcado por estes novos apontamentos.

A criminologia positivista seria, por exemplo, um destes postulados. Seus seguidores entendiam que o crime estaria diretamente relacionado aos fatores biológicos. Não haveria, mais crimes e sim criminosos e o direito penal passaria a adotar princípios em que a pena direcionar-se-ia para uma indeterminação e uma individualização, isto é, tal como um médico, o penalista aplicaria um “remédio” diferente a cada um de seus pacientes. Haveria, portanto, uma pré-disposição biológica para o crime/criminalidade, o que acabava contrariando a postura de muitos juristas e estudiosos das ciências penais que, até então, defendiam que o crime seria uma questão de escolha, ou seja, seria uma questão de livre-arbítrio. Pode-se dizer que os estudos de Cesare Lombroso (1835-1909) foram impulsionadores desta postura analítica tendo como um de seus grandes seguidores no continente americano o ítalo-argentino José Ingenieros (1877-1925).<sup>471</sup>

Ocorre, por sua vez, que essa postura científicista – assim como diversas outras daquele momento – viria a se chocar com o tomismo. Em linhas gerais o tomismo foi a filosofia adotada pela Igreja a partir da baixa Idade Média e que preconizava a opção pelo livre-arbítrio. Portanto, acabava-se opondo à filosofia de Santo Agostinho que, por sua vez, embora não negasse o livre-arbítrio, seria por demais pessimista, posto que competiria a salvação somente a alguns homens cuja graça seria atribuída por Deus.<sup>472</sup> Ora, num século que sofria os reflexos das ideias políticas modernas e onde ainda se ouviam os “ecos da Marselhesa”, os altares ficariam ainda mais abalados caso as concepções em relação aos comportamentos sociais se explicassem de maneira científica, portanto, não mais se fundamentando na vontade do indivíduo como preconizaria o tomismo e tomistas que atuavam no meio jurídico-penal.

O que fazer? Nossa hipótese é a de que a Igreja romana passou a intervir nos meios intelectuais a fim de que pudesse restringir essas crenças tão grandes na modernidade oitocentista e reaproximar-se novamente de setores que, desde o longo processo de revolução científica, viu-se, se não afastada, pelo menos em descrédito.

---

<sup>471</sup> Cf. LIMA, Oscar Negrão de. O crime e o criminoso. In: *Revista Forense*. Doutrina, jurisprudência e legislação. Vol. LXV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1935 p.19-26.

<sup>472</sup> PESSANHA, José Américo. Vida e obra. *Santo Agostinho*. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 21.



Em meio a esse quadro virão para o Brasil congregações religiosas com o intuito de proporcionar essa reordenação clerical e filosófica da Igreja. Neste caso é preciso destacar a Congregação da Missão – ou dos padres lazaristas. Estes terão sua entrada no Brasil autorizada por Dom João VI em 1820 tomando por morada e administração o Santuário do Caraça – mais tarde seminário da Congregação –, assim como a diocese de Mariana, de onde emanou, em larga escala, o projeto reformador ultramontano no Brasil.<sup>473</sup>

Os lazaristas haviam se formado em uma Europa marcada pelas disputas teológicas entre jesuítas – laxistas – e jansenistas – rigoristas – do século XVII. Embora não assumindo a postura teológica jansenista – por demais agostiniana – o que os lazaristas queriam era que as diretrizes defendidas para o clero a partir do Concílio de Trento (1545-1563) fossem cumpridas. Neste caso, o rigorismo jansenista para com a vivência da religiosidade viria a atender os anseios da nova congregação, o que é identificado em estudos que se voltam para a história daqueles religiosos, portanto, disciplinada e bem diferente do perfil laxista a que os inacianos eram taxados por seus principais opositores.<sup>474</sup> Com a expulsão dos inacianos de Portugal coube aos lazaristas ocupar não somente o espaço religioso, mas também político exercido até então pelos primeiros.

No século XIX, essa proximidade com a política assim como com os interesses da Igreja reformada podem ser identificados no Império do Brasil. A presença da família lazarista em setores como a educação e a assistência social seriam naquele tempo alvos constantes de ataques de intelectuais que defendiam um afastamento da Igreja – sobretudo de suas pretensões ultramontanas – da política brasileira.<sup>475</sup> Além disso, se tomarmos como exemplo a atuação do bispado marianense, governado em boa parte do século XIX por Dom Antônio Ferreira Viçoso, veremos como a reforma ultramontana estaria sendo estruturada em Minas Gerais.

Esse elemento nos chamou a atenção quando, no desenrolar de nossa pesquisa, acabamos de perceber que foi sobre Minas Gerais que incidiu de maneira muito forte de

---

<sup>473</sup> Cf. AZZI, Riolando. *Sob o báculo episcopal: a Igreja Católica em Juiz de Fora (1850-1950)*. Juiz de Fora: Centro de Memória da Igreja em Juiz de Fora, 2000, p. 15-22.

<sup>474</sup> Sobre a cultura religiosa em Minas Gerais e suas relações com a Congregação da Missão (lazaristas) cf. MELO, Amarildo José de. *A influência do jansenismo na formação do ethos católico mineiro*. Uma reflexão a partir da ação pastoral de Dom Antônio Ferreira Viçoso. Belo Horizonte, 2000. Dissertação (Mestrado em Teologia). Faculdade de Teologia - Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus. Belo Horizonte, 2000; ANDRADE, Mariza Guerra de. *A educação exilada – Colégio do Caraça*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 e PENNA, Maria Luíza. *Luiz Camillo*. Perfil de um intelectual. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

<sup>475</sup> Cf. NABUCO, Joaquim. *O partido ultramontano: suas invasões, seus órgãos e seu futuro*. Artigos publicados. Rio de Janeiro: Typografia da Reforma, 1873. Cf. tb. NABUCO, Joaquim. *A invasão ultramontana*. Discurso pronunciado no Grande Oriente do Brasil, dia 20 de maio de 1873. Rio de Janeiro: Typographia Franco-Americana, 1873.

uma segunda onda reformadora, não somente sobre o clero, mas sobre o laicato, já no século XX. Por que essa atuação tão incisiva sobre Minas Gerais e sobre seu laicato? Tal situação nos levou ao diálogo com as estratégias de reestruturação assumidas pelo clero brasileiro no século XIX pretendendo “*crislianizar as principais instituições sociais, desenvolver um quadro de intelectuais católicos e alinhar as práticas religiosas populares aos procedimentos ortodoxos*”.<sup>476</sup> Assim sendo, esta segunda reforma foi fortemente marcada pela reação católica às modernidades, quando o neotomismo ajudara na formação de uma neocristandade no Brasil.<sup>477</sup> Neste momento, cabe destaque às conversões de dois personagens que serão fundamentais neste processo: Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima.<sup>478</sup>

Neste caso, é preciso atentar para o fato de que o campo jurídico teria fortes inclinações para esse perfil modernizante. Naquilo que se relacionava à circulação das ideias jurídicas nos periódicos seria possível identificar uma expressiva influência de um cientificismo – não sabemos ao certo quem e quais intelectuais realmente dominavam tudo aquilo que ouviam dizer e consumiam no campo científico – nos textos jurídicos que trabalhamos, sobretudo em relação ao liberalismo e ao positivismo. Essas ideias marcariam os discursos dos homens de letras numa tentativa de se entender e de se defender o direito como o responsável pela boa condução do Estado nos primeiros anos republicanos. Assim sendo, seria como responsabilizá-lo como um elemento capaz de “amalgamar” o país em momentos de defesa incontestada do federalismo, inspirados no modelo de república norte-americana.

É, aliás, esta a grande discussão, pelo menos nos primeiros anos republicanos, isto é, a defesa das instituições políticas e das responsabilidades que as mesmas deveriam ter para com setores de grande relevância para as garantias de futuro do país. Neste caso, compete destaque à escola, assim como a assistência social, numa perspectiva não somente caritativa, como até então se praticava e como dissemos dominadas pela Igreja em sua relação política muito próxima do governo imperial.<sup>479</sup> Há, desse modo, uma grande crença nas modernidades e na própria modernização do direito, o que pode ser percebido, por exemplo, nos artigos selecionados e que destacam a história do direito no Brasil, em um momento marcado pela necessária codificação, seja ela civil, que se arrasta desde o Império, seja ela penal, necessária e imediata no caso da República.

---

<sup>476</sup> MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 41.

<sup>477</sup> *Ibidem*, p. 46.

<sup>478</sup> Cf. tb. MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

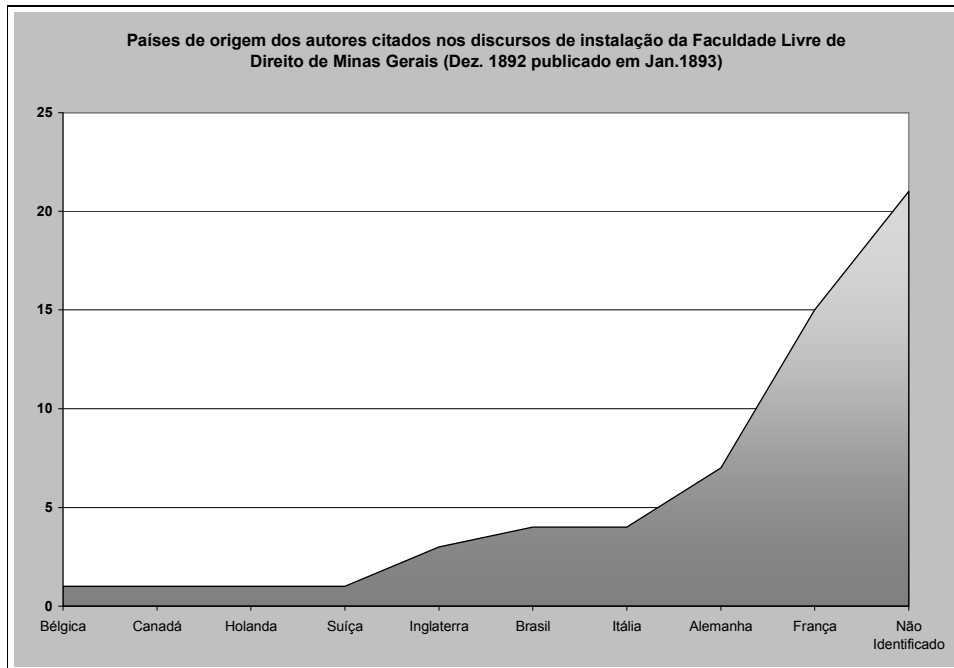
<sup>479</sup> BN. Setor de periódicos. *Resenha Jurídica*. Ouro Preto, janeiro-dezembro, 1893, p. 5-9.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

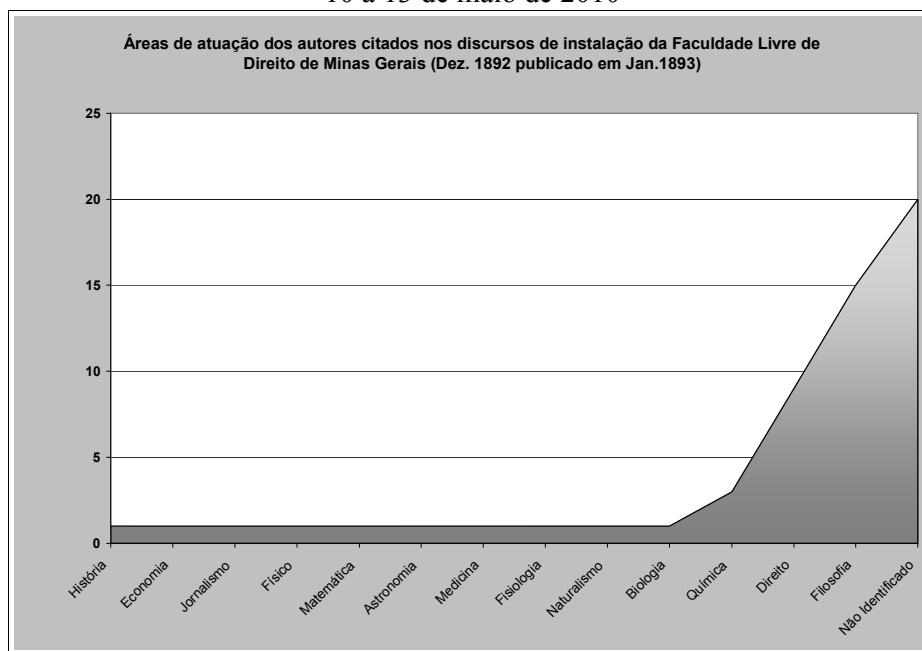
Os dois gráficos a seguir foram produzidos a partir dos discursos proferidos na instalação da Faculdade de Direito. Neles podemos perceber a recorrência nos discursos de autores provenientes de países como Itália, Alemanha e França. Símbolos daquela modernidade que se assentava no século XIX, Itália e França seriam referenciais para um direito que rompia com as práticas punitivas e as influências da Igreja nas áreas penais e civis. Assim também, a Alemanha seria um importante centro em que florescia a filosofia no oitocentos.

**Gráfico 1**



**Gráfico 2**

10 a 13 de maio de 2010



**Fonte:** BN. Setor de periódicos. *Resenha Jurídica*. Ouro Preto, janeiro-dezembro, 1893.

Desse modo, ao desenvolvermos a análise dos periódicos jurídicos, começamos a perceber mudanças em relação às crenças nestes postulados científicos tão em voga na passagem dos séculos XIX e XX. Assim como em função da reorganização da cristandade e suas preocupações com as modernidades científicizantes da ordem social, entendemos que estaria o campo jurídico sendo pressionado ou talvez “seduzido” – haja vista sua condição também de campo intelectual – pelo reavivar do tomismo e, conseqüentemente, dos tomistas que, como vamos identificar, estavam ganhando terreno em meio à juventude universitária, à juventude acadêmica, com escritos que difundiam os textos de filósofos e intelectuais que enveredavam-se pela filosofia de Tomás de Aquino naqueles anos de 1920 e 1930.

É com este panorama montado que nos encaminhamos para a leitura da revista *Surto*. Como poderíamos identificar em suas páginas esse ambiente de tensões entre a cultura jurídica e a cultura religiosa? Como podemos identificar as reações da neocristandade a esse processo de modernização das instituições jurídicas no Brasil? Como podemos perceber o tomismo como elemento agregador da intelectualidade do campo jurídico em suas páginas? Esses são questionamentos que fazemos inicialmente a essa fonte. Passemos agora a sua análise.

### A Revista *Surto*

A revista *Surto* tratava-se de uma publicação dos acadêmicos da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais e ligava-se também à organização acadêmica “Centro Gustavo Barroso”.<sup>480</sup> Embora uma publicação de estudantes de direito, a revista parece-nos mais um instrumento de publicidade das ideias religiosas que dialogam com os intelectuais a partir dos anos 1920-1930. Portanto, o *Surto* mais lembrava uma publicação confessional – leia-se: cristã/católica. Nela, percebe-se a publicação de textos que criticavam o racionalismo e exaltavam a fé. Como exemplo, vê-se a crítica de Alceu Amoroso Lima ao pensamento de Sigmund Freud. Já J. Guimarães Menegale falava sobre *A crise contemporânea e o problema religioso*. Entre as rubricas do primeiro número encontramos, além de Gustavo Barroso (líder integralista), Carlos Drummond de Andrade, Arthur Versiani Veloso, Ciro dos Anjos, José Augusto, Aires da Mata Machado, José Bezerra Gomes, Celestino Mendes Barros, Cristiano Martins, Dantas Mota, Onofre Rabelo Horta, Maria Lea, J. B. Alvarenga, Paulo Figueiredo, Célio Goiatá, Nunes da Cruz, Joaquim Vasconcelos, J. Nogueira de Rezende e João Viana Oliveira.

Em seu segundo número, publicado em novembro de 1933, a revista *Surto* trouxe um pequeno texto no qual é possível perceber as condições em que se dizia encontrar os meios intelectuais e universitários naquela década de 1930. Embora ressaltando que o pretenso “quietismo” que assolava os meios acadêmicos não fosse tão grave, a edição da revista *Surto* visava justamente se posicionar em relação a este referido silêncio. Assim sendo, o grupo de estudantes que então compunham o “Centro Gustavo Barroso” passariam a intervir nesse “quietismo” com uma organização simples e moderna, fugindo, dizia, à rotina e à burocracia de outras organizações acadêmicas. Entre seus objetivos estaria o “*alevantamento do nível cultural da classe*” que, quinzenalmente, se propunha a convidar intelectuais de Belo

---

<sup>480</sup> Gustavo Barroso (1888-1959) nasceu em Fortaleza, no Ceará, e foi advogado, professor, político, contista, folclorista, cronista, ensaísta e romancista. Eleito em 8 de março de 1923 para a Cadeira nº 19, na sucessão de D. Silvério Gomes Pimenta, foi recebido em 7 de maio de 1923 pelo acadêmico Alberto Faria. Filho de Antônio Filinto Barroso e de Ana Dodt Barroso. Fez estudos nos externatos São José, Parthenon Cearense e Liceu do Ceará. Coursou a Faculdade Livre de Direito do Ceará, bacharelando-se em 1911 pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Foi redator do Jornal do Ceará (1908-1909) e do Jornal do Commercio (1911-1913); professor da Escola de Menores, da Polícia do Distrito Federal (1910-1912); secretário da Superintendência da Defesa da Borracha, no Rio de Janeiro (1913); secretário do Interior e da Justiça do Ceará (1914); diretor da revista Fon-Fon (a partir de 1916); deputado federal pelo Ceará (1915 a 1918); secretário da Delegação Brasileira à Conferência da Paz de Venezuela (1918-1919); inspetor escolar do Distrito Federal (1919-1922); diretor do Museu Histórico Nacional (a partir de 1922); secretário geral da Junta de Juriconsultos Americanos (1927); representou o Brasil em várias missões diplomáticas, entre as quais a Comissão Internacional de Monumentos Históricos (criada pela Liga das Nações) e a Exposição Comemorativa dos Centenários de Portugal (1940-1941). Participou do movimento integralista. Embora não concordasse com o rumo dos acontecimentos a partir de 1937, manteve-se fiel à doutrina filosófica do integralismo. Cf. <[www.academia.org.br](http://www.academia.org.br)>, acesso em 15 de janeiro de 2009.

Horizonte e de outras localidades, a fim de que falassem sobre literatura ou dos problemas sociais.<sup>481</sup>

O termo “quietismo” utilizado no *Surto* nos permite fazer algumas considerações, pois o mesmo pode ser pensado em toda a sua historicidade e não simplesmente como um termo utilizado aleatoriamente naquela edição. Para que possamos entendê-lo precisamos situá-lo na própria história da Igreja e, portanto, datá-lo. Neste sentido, vamos identificá-lo justamente nas tensões entre as modernidades e a religiosidade, ou ainda, nas tensões entre Igreja e política datadas desde o século XVII. Assim sendo, na segunda metade do século XVII, em meio a todo o processo de discussão em que o aniquilamento e o abandono do amor de Deus eram discutidos em uma França assolada pelo jansenismo, diz-se que a Europa foi invadida pela mística que era “acusada de minimizar a Encarnação e a humanidade de Cristo, de pender para o panteísmo ou justificar o laxismo moral até mesmo sexual”.<sup>482</sup> O criador dessa mística seiscentista foi o padre espanhol Miguel de Molinos (1628-1696), que em 1675 publicou *O Guia espiritual* onde propunha um posicionamento religioso voltado para o abandono, a contemplação, a passividade e no qual minimizaria ainda o papel das obras a fim de que se alcançasse a Deus.

Julgado, em 1678, foi condenado à prisão perpétua por heresia e imoralidade, sendo o seu erro, o quietismo. A proposta de Molina, entretanto, espalhou-se pela Europa e chegou até a política francesa, por intermédio de Joana de Guyon (1648-1717), condenada pela mística, mas salva pela esposa de Luís XIV, que logo veio a sentir-se ameaçada pela influência que a mesma e que Fénelon passaria a exercer sobre seus súditos reais. Numa reunião de forças entre Luís XIV e Bossuet contra Fénelon, este acabou tendo sua obra, em que afirmava a indiferença diante da recompensa ou da punição divina, condenada em 1699. “Para seus adversários, o quietismo seria a doutrina de abandono a Deus e da passividade, até o panteísmo, à indiferença diante da prece, dos sacramentos, das boas obras e até da moral”.<sup>483</sup>

Levando-se em consideração todos os deslizamentos semânticos que o termo “quietismo” possa ter sofrido no transcorrer destes três séculos, o fato é que seu uso reflete bem as alternativas filosóficas muitas vezes encontradas pela juventude e pelos intelectuais para sua vivência cristã, sem passar, todavia, pela hierarquia e pela filosofia e teologia oficial

<sup>481</sup> BN, Setor de Periódicos. *Surto*. Belo Horizonte. Ano I, nº 2, novembro, 1933.

<sup>482</sup> COMBY, Jean. *Para ler a história da Igreja*. Do século XV ao século XX. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2001, p.

51. Cf. tb. DELUMEAU, Jean. *La Réforme*. Barcelona: Editorial Labor, 1973.

<sup>483</sup> COMBY, Jean. *Para Ler a história...op. cit.*, p. 52.

da instituição romana. O “quietismo” influenciou, assim, em muito os meios intelectuais católicos que apropriavam aspectos da modernidade no século XIX.

O artigo de Artur Versiani Veloso, publicado na edição de fevereiro e março de 1934, traz um pouco desse panorama filosófico confuso em que se vivia, efeito, entendia-se, do pós-primeira guerra (1914-1918). Neste artigo, Versiani cita uma série de filósofos e pensadores da passagem do século XIX e XX os quais, acreditamos, se inserem num grande paradigma dos meios intelectuais, sobretudo a partir da década de 1920. Neste caso, o conflito entre a razão (a herança do longo século XIX) e o tomismo atrai simpatizantes como os fenomenólogos, seja por seu realismo e por sua reação, diz Versiani, a Descartes e Kant. Versiani diz concordar com Gilbert K. Chesterton, pois somente o tomismo poderia conduzir os filósofos às “*sendas claras e seguras de uma filosofia verdadeiramente filosófica.*” Assim, entende que o tomismo seria a única voz serena que emergia do caos contemporâneo.<sup>484</sup>

A princípio, perguntamo-nos sobre o motivo da difusão desse pensamento nos meios acadêmicos. Como dissemos anteriormente, a revista *Surto* mais nos parece uma publicação confessional. Assim sendo, difundindo um pensamento mais ligado a uma filosofia cristã, o que poderíamos apreender da mesma? Qual o sentido ou ainda a função da revista *Surto* em meio à mocidade acadêmica?

Neste caso, é preciso pensar no próprio título atribuído à publicação – *Surto* – que pode ser inserido em duas classes de palavras. Enquanto adjetivo tem o sentido de ancorado ou fundado. Enquanto substantivo pode ter o sentido de ambição, voo, arranco, impulso ou ainda irrupção.<sup>485</sup> Portanto, nenhum sentido próximo à perda de razão como, num primeiro momento, poderíamos pensar.<sup>486</sup> Levando-se em consideração a conjuntura descrita por Versiani, o nome escolhido para a publicação parece-nos ter mais um significado voltado para o fim do “marasmo” pelo qual a juventude estaria passando, a que o mesmo atribuiu o termo “quietismo”, bem como ficou descrito em suas páginas iniciais. Um fator responsável para que a mocidade acadêmica pudesse alçar maiores voos, evidentemente amparada pela filosofia cristã. Ao mesmo tempo, poderia também servir-lhe de ancoradouro seguro, um pilar de sustentação, de equilíbrio, enfim, um referencial intelectual para a vida futura.

---

<sup>484</sup> BN. Setor de Periódicos. *Surto*. Belo Horizonte. Ano I, nº 3, fevereiro-março, 1934, p. 64-8.

<sup>485</sup> SMBMMM. SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*. 6 ed. Tomo II (F-Z). Lisboa: Tipographia de Antonio José da Rocha, 1858.

<sup>486</sup> A palavra surto em um dicionário contemporâneo traz apenas uma definição que se aproxima da noção de doença. Trata-se de um aparecimento súbito de alguma doença, tal qual, explica, “um surto de malária”. Cf. HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 4 ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009, p. 1900.

É assim que, nos anos 1930, a revista acadêmica *Surto* se apresenta como porta voz dessa mocidade e, como dissemos, traz em suas páginas um diálogo que precisa ser considerado com a filosofia e com um conjunto de filósofos que apresentavam uma nova forma de se entender e se estudar a filosofia. Assim também, como dissemos, não uma defesa, como mesmo argumentou Artur Versiani Veloso, mas uma realidade naqueles tempos, isto é, o tomismo.

Diria ainda Artur Versiani, que o pensamento racionalista e cientificista que havia tomado a filosofia há pelo menos um século havia descaracterizado a própria filosofia, acabando com os sistemas filosóficos e provocando o que se poderia chamar de a “atomização” da sociedade. Em sua visão, nas primeiras décadas do século XX, havia ciência, mas não havia filosofia. De modo diferente, diz que na Idade Média havia filosofia, mas não havia ciência. Nestas circunstâncias, dois pensadores do início do século XX se constituíam em referenciais importantes nesta crítica à conduta filosófica. Intelectuais estes que viam no reavivar do tomismo uma alternativa à “atomização” a que o pensamento filosófico havia sido submetido: Jacques Maritain e Gilbert K. Chesterton, ou seja, intelectuais vinculados ao catolicismo. O tomismo seria, naquela concepção, diz Versiani, uma renovação do criticismo kantiano sem recair em um agnosticismo.<sup>487</sup>

Assim sendo, a postura que vinha sendo assumida pela filosofia em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, contra os excessos do racionalismo, do empirismo, enfim, do cientificismo, acabaram servindo muito bem àquilo que buscavam os tomistas. Daí os referenciais de Henri Bergson, Hermann Keyserling, Oswald Spengler, Edmund Husserl, Bertrand Russel e outros, entre os tomistas nessa época. Bergson, por exemplo, entendia que a ciência não era a maior fonte de conhecimento, chegando a afirmar que a intuição seria muito mais importante. Assim como Bergson, Bertrand Russel fazia parte de uma corrente que reagia ao positivismo e que teve diversos seguidores na Europa, denominada de espiritualismo ou de neopositivismo. O espiritualismo entendia que somente por meio da consciência é que se poderia obter dados para a investigação filosófica ou científica. Já o alemão Edmund Husserl foi um dos sistematizadores de uma das correntes mais preponderantes da filosofia no século XX, a fenomenologia. Essa corrente buscava entender a essência do fenômeno, o imediato, aquilo que temos consciência, num mundo que é dado de

---

<sup>487</sup> BN. Setor de Periódicos. *Surto*. Belo Horizonte, Ano 1, nº 3, fevereiro-março 1934, p. 64-8. Cf. tb. SCHORSKE, Carl. E. A revivificação medieval e seu conteúdo moderno: Coleridge, Pugin e Disraeli. In: SCHORSKE, Carl. E. *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000, p. 88-107.



10 a 13 de maio de 2010

forma pura, sem demais associações com a realidade em que vivemos.<sup>488</sup> Antonio Carlos Villaça conta que em 1928 Alceu Amoroso Lima deu no Centro Dom Vital do Rio de Janeiro um curso sobre Bergson, quando alguns membros daquele instituto entraram em atrito com ele, pois acharam o pensamento bergsoniano por demais profano. Os protestos foram levados ao jesuíta padre Leonel Franca, que apoiou Alceu e Bergson.<sup>489</sup>

A questão que se coloca a partir daqui é se essa “pegada” tomista teria seus reflexos sentidos no pensamento jurídico, mas especificamente, no pensamento jurídico-penal. Embora esta venha a se converter em outra análise, em que os textos da *Revista da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais* e a *Revista Forense*, venham a se constituir como principais fontes, o fato é que as discussões em relação ao racionalismo cientificista – que para muito teria afastado o homem dos altares desde o século XIX – e o neotomismo/neocristandade acabaram por polarizar os debates em relação às ideias jurídico-penais a partir dos anos 1930 em diante. Consequentemente, os intelectuais do campo-jurídico também se veriam envolvidos neste debate.

---

<sup>488</sup> CHALITA, Gabriel. *Vivendo a filosofia*. São Paulo Ática, 2006, p. 362, 390-1.

<sup>489</sup> VILLAÇA, Antonio Carlos. *O desafio da liberdade: a vida de Alceu Amoroso Lima*. Rio de Janeiro: Agir, 1983, p. 83. Assim também diz Villaça que Graça Aranha o apresentou a Keyserling. Cf. p. 78.

Márcia Regina da Costa\*

Alexandre de Almeida\*\*

**Resumo:** O objetivo desta comunicação é apreender como algumas facções Skinheads, a partir da análise de suas publicações e entrevistas, se constituíram, quais relações teceram e quais caminhos trilharam, constituindo-se como uma das faces da extrema direita existente no Brasil, entre a década de oitenta e noventa do século XX

### **Introdução**

No início dos anos oitenta, inicialmente em São Paulo, algumas gangues de jovens, inspiraram-se nos Skinheads ingleses e assumiram a denominação de “Carecas do Subúrbio”. Posteriormente, dividiram-se em facções distribuídas em algumas cidades brasileiras e formaram o que poderíamos chamar de os “Carecas Brasileiros”. Assim, o objetivo desta comunicação é o de apreender como algumas das facções dos Carecas se constituíram, relações que teceram e caminhos que foram trilhados com uma parte da extrema direita existente, entre a década de oitenta e início da de noventa, no Brasil.

Esses jovens se espelharam nos Skinheads tidos por vários analistas como racistas, nazistas e que apareceram no cenário suburbano londrino em um momento de crise social e profunda reformulação econômica que atingiu a classe operária daquele país. Todavia, tanto na Europa quanto posteriormente nos Estados Unidos, como veremos a seguir, ao lado dos Skinheads racistas também aparecerem grupos de “skins” que não se consideravam racistas e nazistas. No Brasil os Carecas também surgiram no início da década de 80, em uma conjuntura marcada pelo fim do chamado milagre econômico brasileiro que se caracterizou por crises sociais, políticas e econômicas. Mas, principalmente, dentro de um processo que rearticulava dentro do processo de globalização.

---

\* Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e do Departamento de Antropologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), autora do livro: “Os Carecas do Subúrbio, caminhos de um nomadismo moderno”.

\*\* Mestre em Ciências Sociais - Antropologia pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), autor da dissertação de mestrado: “Skinheads; os mitos ordenadores do Poder Branco Paulista”. [alede Almeida@yahoo.com.br](mailto:alede Almeida@yahoo.com.br)

Appadurai (2001) <sup>490</sup> ao refletir sobre a globalização argumenta que, a mesma, produz problemas que se manifestam em formas locais mais que possuem contextos que são qualquer coisa menos locais. Ele postula em seus estudos que a circulação de processos globais podem criar acontecimentos implosivos os quais comunicam tensões globais que produzem tanto localidades quanto novas modalidades globalizadas. Em Appadurai, uma das marcas do processo de globalização, é que vivemos em um mundo de fluxos caracterizado por objetos em movimento os quais incluem idéias, políticas e ideologias, pessoas, bens, imagens, mensagens, tecnologias e técnicas. Entretanto, esse mundo, além dos fluxos também pressupõe estruturas e organizações estáveis às quais, por sua vez, não passam de mecanismos que são por nós criados para manipular e enfrentar os objetos em movimento.

Appadurai também desenvolve a tese de que, a localidade e mesmo as identidades, não mais se definem tendo apenas o território nacional e o Estado, por referência. Pois, o local é um projeto, um local imaginado, cotidianamente inventado e reinventado. O local, enquanto tal, não existe. São os grupos que produzem o local dentro de um contexto histórico determinado. A localidade não é um fato e sim um projeto.

Assim, os Carecas quanto os temas e questões por eles defendidos devem ser interpretados dentro desse contexto globalizado onde, por exemplo, a defesa da nação e sua suposta “identidade” contra um capitalismo ou imperialismo destruir de nossas especificidades, determinadas formas de racismo são recriados, inventados e produzidos dentro de um determinado contexto político e histórico. Todas são “tensões”, eventos explosivos cujas causas ou desdobramento se vinculam a acontecimentos produzidos pela globalização. Portanto, pesquisar grupos com tais características é uma forma de também apreender contextos que ilustram a ocorrência de processos globais ou mesmo como podem ocorrer localmente.

### **Os Carecas e a aproximação com a extrema direita.**

Mais ou menos a partir de 1985 a, auto-intitulada, extrema direita brasileira se lançou em direção aos Carecas, como no caso dos Carecas do Subúrbio e, logo a seguir, aos Carecas do ABC, Carecas da Baixada, entre outras facções. As informações que em fins da década de setenta e no início dos anos oitenta chegaram para adolescentes e jovens que circulavam nos subúrbios de uma cidade com a de São Paulo sobre a existência de Skinheads na Inglaterra e

---

<sup>490</sup> Appadurai, Arjun. *Après le Colonialisme: Les conséquences culturelles de la globalisation*. Préface de Marc Abélès. Payot, 2001, Paris.

Estados Unidos tiveram procedência diversa como, por exemplo, via meios de comunicação em geral, revistas, discos, bandas de rock que tocavam uma música na qual se identificavam. Inclusive, seguindo uma forma de atuar herdada, por exemplo, dos punks, eles teceram uma rede alternativa nacional e até internacional que incluía troca de informações e contatos entabulados de diversas maneiras, fanzines, cartas, fitas piratas e gravadoras de música independente. O contínuo fluxo de informações trouxeram para os Carecas, dados sobre as particularidades e transformações na “cena” Skinhead internacional. E, nessa maneira, relatos sobre a atuação da extrema direita<sup>491</sup> entre os Skinheads europeus e norte-americanos também começaram a circular entre os carecas.

Postulamos que a extrema direita teve um papel fundamental na transformação e fracionamento entre os carecas e apontamos, principalmente, a atuação da Ação Integralista Brasileira (AIB) e do Partido Nacional Socialista Brasileiro (PNSB), cuja articulação propiciou reagrupamento de uma parte dos Carecas que passaram, inicialmente, a se considerar Skinheads nacionalistas e nazistas.

Assim, tivemos a ação do denominado Partido Nacional Socialista Brasileiro (PNSB) fundado em 1985 por A.Z<sup>492</sup>. Líder nacional do Partido Nacional Socialista Brasileiro, “A.Z” divulgava os ideais do partido através de vários meios como, por exemplo, através de palestras, fanzines, contatos, reuniões, promoção de eventos, divulgação de panfletos, manifestos, jornais, entre outros. Entre esses podemos citar o “Desperta Brasil”, editado para servir de porta voz do pensamento nacional socialista brasileiro. Assim, podemos ler no Desperta Brasil, um denominado Manifesto Nazista Brasileiro assinado por “A.Z” no qual temos entre outras coisa o seguinte: “(...) O nazismo brasileiro é a fé do nosso povo. É a doutrina das suas raízes, das suas peculiaridades, das suas lutas e ideais. É a arma ideológica da sua ressurreição, da reconquista da liberdade e do seu fortalecimento. É o arauto da sua civilização e do seu império cósmico. (...) O homem ao desenvolver a arte, a ciência e a tecnologia, ao focar mais poderoso, cumpre a vontade de Deus e caminha em sua direção (...) E isso ocorre porque – o homem é o único ser capaz de erigir a vontade da potência em ideal, porque só ele conhece a Deus e serve aos seus desígnios conscientemente (...) O que se decide hoje é a questão vital do ser ou não ser das nações. Ou o mundo prossegue nacionalista, com espaço e liberdade para todos (...) ou ele passa a ser propriedade exclusiva do povo judeu, que enlouquecido pelo sionismo, julga-se eleito por seu falso Deus Jeová para subjugar os demais.

---

<sup>491</sup> Naturalmente, também tiveram acesso a informações e, em alguns casos, mantendo contatos com skinheads que não se diziam racistas e nem de extrema direita.

<sup>492</sup> O nome “A.Z” não corresponde ao nome original.

(...) o Brasil, mesmo transformado em uma superpotência, só poderá existir em um mundo nacionalista, pois o reino de Israel cercado por inimigos por todos os lados, cedo ou tarde, acabará sucumbindo. Portanto, o nosso futuro depende da sobrevivência do mundo nacionalista, essa maravilha que produziu e gerou a nossa pátria. O nosso nazismo é a versão do nazismo universal (...) Nazismo é sobretudo nacionalismo, mais precisamente é o seu apogeu, a expressão mais lúcida, científica e integral (...)”<sup>493</sup>. Outro manifesto que circulou em fanzines de Carecas e Skinheads ligados ao PNSB dizia que Adolf Hitler: “(...) criou na Alemanha o nacionalismo (...) O sistema político que existia antes de Hitler chegar ao poder se denominava parlamentar ou democrático e levou a Alemanha á beira da falência. Então. O povo cansado de tanto ser enganado, abandonou a democracia e expressou o seu desejo de entregar o destino do país á liderança do maior e verdadeiro movimento que poderia existir na história da humanidade (...) o nacional socialismo”.

Outro manifesto do Partido Nacionalista intitulado “A Chama Eterna” também pontuava outras máximas do PNSB como, por exemplo, a negação do Holocausto dizendo que foi uma “invenção” e deplorava entre outras coisas a perda da identidade das nações e dos valores morais e em mundo onde impera o materialismo, o liberalismo e o marxismo. O PNSB também possuía uma ala dedicada ao aliciamento de jovens para o neonazismo denominado Juventude Nacional Socialista Brasileira. Um de seus panfletos denominado “Poder e Glória” dizia que a juventude é “(...) idade de ouro da Vontade de Potência. (...) O programa nazistas tem propostas radicais como a nulidade da dívida externa, a nacionalização das multinacionais, a reforma agrária, a gratuidade total da medicina e do ensino, a estatização dos bancos, das seguradoras, da energia, dos transportes e das comunicações, uma política ecológica rigorosa, a maioria pena aos 16 anos, e a presença dos jovens no governo”.

A opção do PNSB pelo nazismo descontentou a setores nacionalistas que mantinham contatos e relações com o mesmo, mas, no entanto, opunham-se tanto ao nome adotado pelo Partido quanto algumas de suas propostas racistas. E, também, descontentou outros grupos que, igualmente racistas e nazistas que, além de terem discordâncias com a concepção do nazismo defendida por A.Z, achavam que ele não tinha uma posição racista que contemplasse plenamente todas as convicções desses outros grupos igualmente nazistas e racistas (Souza,1998:163/236). Entre esses últimos encontramos os skinhedas White Power, Poder Branco, jovens neonazistas que, no entanto, estavam fora do PNSB. Eles, mais ou menos

---

<sup>493</sup> Desperta Brasil, Órgão Central do Comando Nacional do PNSB, nº1, março/abril de 90., Rio de Janeiro.

entre o fim dos anos oitenta e início dos noventa, começaram a se fazer presentes em São Paulo e demais estados do sul Brasil.

Assim, A.Z, partidário, entre outras convicções racistas, do Revisionismo Histórico que nega a existência do Holocausto, defensor, no Brasil, da adoção de um nazismo que respeitasse as nossas “raízes”, a nação e, com o intuito de aprimorar as qualidades de nossa população acreditava que a solução era a adoção de um “planejamento eugênico” teria, segundo esses grupos igualmente nazistas e racistas, uma concepção totalitária e extremista de direita tida como “branda” ou “insuficiente” (Souza, 1998: 236/237). Mas, felizmente, o Partido Nacional Socialista Brasileiro começou a enfrentar uma série de problemas devido sua vinculação ao racismo e ao nazismo. E, ainda, conseguiu atrair um número militantes que frustrou as expectativas de A.Z.

Apesar da frustração de “A.Z”, o PNSB e a JNSB contaram com núcleos em vários estados brasileiros como, por exemplo, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Sergipe, Brasília, Santa Catarina, Paraná. E, assim, logo atraiu Carecas, que começaram a se denominar como “Skinheads” de Santos e de São Paulo, Rio de Janeiro e algumas cidades da Baixada Fluminense, Salvador, etc, Segundo (Souza 1998: 163) o próprio A.Z admitiu, em 1986, que já tinham conseguido atrair pelo menos 2000 Skinheads no Brasil, com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro e demais estados da região sul

Muitos desses Skinheads produziam fanzines, participavam de bandas e se não exitavam em se identificar como membros e até dirigentes do PNSB e da JNSB. Muitos desses Skinheads se diziam “neonazistas pelo fato de amarem o Brasil”, repudiavam o imperialismo e postulavam que o mesmo poderia ser tanto proveniente dos Estados Unidos quanto da antiga União Soviética. Eles odiavam os gays, negavam a existência do holocausto que, para o PNSB, teria sido uma “invenção do imperialismo”. E, quanto ao racismo contra negros ou o repúdio aos brasileiros provenientes do nordeste as declarações de muitos deles eram feitas com o objetivo de evitar conflitos inclusive, pelo fato de existirem Carecas e Skinheads negros e mulatos provenientes ou não de estados situados no nordeste do Brasil e que eram membros ou simpatizantes do PNSB e da JNSB. Em entrevista dada por um Skinhead, do PNSB, em consonância a essa estratégia declarou que a “ideologia skin sofre adaptações conforme o país” e, no caso do Brasil, “(...) como ser racista contra negros, nordestinos, se eles vivem ao teu lado (...) isso só é possível lá fora onde existem comunidades separadas”. (Costa 2000: 145). As relações e contatos entre esses Skinheads e os Carecas em geral, particularmente com os do Subúrbio, ocorrerem, ainda que, eventualmente,

surgissem discordâncias de algumas lideranças contra o PNSB. E, portanto, apesar dos “Carecas do Subúrbio” negar proximidade com o ideário nazista defendido pelo PNSB, em 1989, durante as comemorações dos 100 anos do nascimento de Hitler, Carecas do Subúrbio estiveram, como no caso de São Paulo, presentes as comemorações que foram orquestradas pela extrema direita em várias localidades do Brasil.

Entre os integralistas, uma figura de destaque foi A.L.C, anticomunista, monarquista, defensor da idéia de um Estado cristão no qual a autoridade do estado viria de Deus. Ele também negava a existência do holocausto, apoiava o revisionismo histórico e, ainda, afirmava que entre os integralistas existem centenas de membros que representam a “mistura de todas as raças” que teriam formado o Brasil. Ele, em conjunto com outros integralistas, reorganizou a Ação Integralista Brasileira entre 1984/1985 e, ainda, o Movimento Participativo Nacionalismo Social (PARNASO), entre outros grupos. Tanto a Ação integralista quanto o Parnaso atuaram entre os Carecas, principalmente entre os Carecas do ABC e, ambas as organizações políticas defendiam os ideais do Integralismo fundado por Plínio Salgado, em 1932. Divididos entre monarquistas e republicanos os integralistas defendiam a idéia da necessidade de um estado e líder forte para o Brasil, o lema Deus, Pátria e Família, o símbolo do Integralismo, o sigma, a luta contra o materialismo ateu e a união patriótica entre os brasileiros para formar um “Brasil Forte, Próspero e Poderoso” (Almeida 2004: 39/40) que se posiciona contra o capitalismo financeiro destruidor de nossas riquezas.

Assim, os integralistas também resolveram cooptar os Carecas. Em São Paulo, por exemplo, a primeira associação dos Carecas do ABC, cujos membros circulavam nas cidades do ABC paulista - Santo André, São Bernardo e São Caetano, com o Integralismo ocorreu na segunda metade da década de oitenta. Alguns Carecas do ABC interessados em politizar o grupo optaram em se aproximar da Ação Integralista Brasileira, que começou a se reorganizar em meados da década de 1980. A relação entre eles se tornou muito próxima, tanto que membros dos Carecas do ABC viraram dirigentes integralistas e, em contrapartida, foram oferecidas algumas vantagens como no caso da atuação de advogados desse movimento para prestar auxílio jurídico aos Carecas.

Eles se declaravam através de panfletos partidários do lema Deus, Pátria e Família<sup>494</sup>. Em um desses panfletos temos que: “(...) muito se tem ouvido falar dos Skinheads europeus (cabeças raspadas), e a ligação que fazem entre eles e nós é extremamente errada. Tanto os

---

<sup>494</sup> Na verdade, o lema Deus, Pátria e Família, dos antigos integralistas era o mesmo da Ação Integralista Brasileira, reorganizada por volta de 1984/1985. O Movimento Participativo Nacionalista Social (PARNASO), fundado em São Paulo em 1988, também comungava com os mesmos princípios.

Skinheads como os Carecas são nacionalistas, e é essa a única semelhança. Os Carecas é um movimento conservador que luta pela honra e dignidade do nosso povo. Temos orgulho de sermos brasileiros. Nosso lema é: **Deu Pátria e Família**. Cansados de sermos oprimidos num mundo caótico, em que tudo é falsa liberdade, prostituição e drogas, lutamos pela volta da à moral e aos bons costumes. Queremos deixar claro: **Não Somos Racistas**. Lutamos pela Pátria Brasil e nosso povo é o mais diverso em etnias do mundo (índios, negros, brancos, orientais, etc.). Somos em nossa maioria mestiços, descendentes de vários povos (...). Não **há distinção entre brasileiros** (...). Muito menos há distinção entre brasileiros nascidos no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. (...) quanto às brigas (...) ninguém apanha sem revidar: não somos covardes (...). Não queremos ver crianças e adolescentes nas ruas usando drogas e se prostituindo, fazendo escolhas sexuais como o homossexualismo ou o sexo livre (...)”<sup>495</sup>.

Mas, logo uma série de desavenças e conflitos opôs naquele momento os Carecas do ABC com lideranças Integralistas de São Paulo. Esta relação, também em parte, começou a se fragmentar quando se iniciou a repressão da polícia aos grupos Skinheads, como no caso da Polícia Federal, a partir do ano de 1993.

Após esse momento, os Carecas do ABC, Carecas do Subúrbio, bem como a maioria dos Skinheads e outros Carecas não racistas brasileiros<sup>496</sup>, procuraram adotar a postura SHARP<sup>497</sup> para se distinguirem dos White Power e evitar problemas com a polícia.

No início dos noventa parte dos Carecas do Subúrbio passara a se posicionar através de fanzines<sup>498</sup> e manifestos declarando estarem próximos dos primeiros Skinheads ingleses, amigos das gangues de jovens negros de origem jamaicana, os rudes boys, e que gostavam de curtir as bandas Oi, tidas como não racistas. Naquele momento, por exemplo, as notícias e propaganda sobre a existência do SHARP que já contavam com grupos articulados nos EUA, Alemanha, França, Noruega e Espanha, chegaram aos Carecas brasileiros. O fanzine Protesto Suburbano, nº 29, abril de 1994, editado pelos Carecas do Subúrbio da zona leste da cidade de São Paulo, deixa claro o apoio de Carecas ao SHARP. Nesse número temos as declarações de apoio de um integrante do Movimento Altaneiro Nacionalista (MAN), de orientação

---

<sup>495</sup> Comunicado à População. Carecas do ABC (s/d). As palavras em negrito constam do original.

<sup>496</sup> Isto é, Carecas e Skinheads que não concordavam com as posições dos White Power. .

<sup>497</sup> O SHARP (Skinheads Against Racial Prejudice) surgiu nos anos oitenta nos estados Unidos. Todavia, no Brasil, o SHARP nunca teve a visibilidade que tiveram naquele país. E não conseguiram levar muito adiante a tentativa de se firmarem no cenário Careca e Skinhead existente no Brasil.

<sup>498</sup> Essa posição aparece, por exemplo, no fanzine Protesto Suburbano de 1988 editado por Carecas da zona leste da cidade de S. Paulo. Neste fanzine encontramos o seguinte: “(...) Está matéria é dedicada a você que pensa que Skinhead é um movimento racista e ariano. Saiba você que os verdadeiros Carecas, originais fundadores do movimento, eram operários e camaradas dos rude boys, que eram jovens favelados de pele escura e vida difícil”.



Skinhead, com sede em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em que afirma que o MAN irá aderir com facilidade às idéias do SHARP<sup>499</sup>. Isso iria ocorrer na medida em que, segundo esse Skinhead, ambos os grupos seriam nacionalistas e antirracistas. Nesse mesmo fanzine, aparecem declarações de que o SHARP iria se utilizar da “violência para defender as vítimas do racismo do White Power<sup>500</sup>”. Postura similar, como veremos a seguir, também foi inicialmente defendida pelos Carecas do ABC

Entretanto, esta fase não durou muito tempo, pois, como afirmou um de seus integrantes, notícias recebidas do exterior vincularam a informação de que, supostamente, o SHARP europeu estava envolvido com Punks. Na verdade a ruptura foi de natureza ideológica. Afinal de contas, os punks em geral eram inimigos dos Carecas brasileiros e defendiam causas que os mesmos odiavam como a idéia de anarquia<sup>501</sup>, posições libertárias, antifascistas, não autoritárias, contra todas as formas de intolerância e apoiavam a descriminalização do uso de drogas, principalmente no caso da maconha e a defesa da liberdade de opção sexual<sup>502</sup>.

Mesmo assim, em São Paulo, foram relatados casos de tentativas de aproximação com grupos punks como os “Carniças”<sup>503</sup> e a “Devastação Punk”<sup>504</sup> que, desde os anos 80, tinham relações esporádicas e amistosas com os Carecas do ABC e Carecas do Subúrbio. Mas a resistência contra os punks era muito grande seja pelas desavenças causadas por anos de brigas quanto pela oposição cerrada do Movimento Anarco Punk<sup>505</sup> cada vez mais influente na cena Punk.

Diante deste dilema, os Carecas do ABC optaram em se vincular novamente ao integralismo desta vez como um grupo autônomo e, na segunda metade da década de 90, estruturaram um movimento denominado “Juventude Nacionalista Brasileira” (JNB). Este movimento articulou-se com outros grupos Carecas brasileiros que tinham fracassado na

---

<sup>499</sup> Na verdade o SHARP não conseguiu se expandir entre os Carecas brasileiros.

<sup>500</sup> Para saber mais sobre os White Power ver Almeida, Alexandre de. *Skinheads: os “Mitos Ordenadores do Poder Branco Paulista”*. Mestrado em Ciências Sociais. PUCSP, São Paulo, 2004.

<sup>501</sup> Originalmente, a banda punk Sex Pistols tornou mundialmente famosa a música “Anarquia no Reino Unido”. No Brasil, na década de oitenta fanzines, de várias tendências debaterem o que viria a ser a concepção de anarquia. Alguns deles, de orientação punk, afirmavam que anarquia não era sinônimo de “caos”, “bagunça” e, sim, visava uma sociedade libertária, contra a idéia de um Estado centralizador e autoritário.

<sup>502</sup> O que era visto pelos Carecas como a defesa do homossexualismo.

<sup>503</sup> Grupo formado originalmente no bairro Sônia Maria, em Mauá, no Grande ABC.

<sup>504</sup> Grupo composto por moradores do Grande ABC e da cidade de São Paulo.

<sup>505</sup> Segundo Kênia Kemp o movimento Anarco Punk surgiu para organizar os Punks em torno das concepções anarquistas e, também, para distingui-los daqueles Punks tidos como pertencendo às “gangues de visual”, isto é, aqueles apenas preocupados em usar roupas e adereços típicos dos punks. O movimento anarco punk é considerado a ala mais politizada do movimento Punk. Kamp, Kênia – *Grupos de estilo jovens: o ‘Rock Underground’ e as práticas (contra) culturais dos grupos ‘Punk’ e ‘Trash’ em São Paulo*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1993.

tentativa de implantar o SHARP e adotaram elementos do integralismo mesclado com a conduta Skinhead como ideologia. Basicamente havia dois pólos da JNB: um em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, e o outro em Niterói, no estado do Rio de Janeiro, além de Fortaleza (CE), Barra do Piraí (RJ) e Porto Alegre (RS).

Membros da JNB do ABC paulista passaram a postular que o objetivo do movimento recém criado era “despertar um instinto patriótico, nacionalista e defender os interesses nacionais até pegando em armas se for o caso”, consideravam Plínio Salgado e Gustavo Barroso seus ideólogos, acusavam o então presidente Fernando Henrique Cardoso de “entreguista”, repudiavam a “homossexualidade”, o consumo de drogas e o capital estrangeiro investido no país. E, também, não aceitavam que membros de seu grupo tivessem envolvimento com o crime comum, e, ainda, diziam acreditar que tanto Hitler quanto Mussolini tinham sido “úteis à suas nações”, mas que as ideologias nacional socialista e fascista eram incompatíveis com a realidade vivida no Brasil.

A JNB realizou algumas ações de rua para difundir seu ideário e atrair novos membros. Entre elas podemos destacar panfletagens em homenagem ao dia do trabalho os quais se intitulavam “Salve o 1º de Maio de 1995” (o panfleto criticava o valor do salário mínimo de R\$ 100,00 na época e exortava os trabalhadores a lutarem contra o que denominavam de “globalismo<sup>506</sup>”), contra o MERCOSUL “Abaixo o MERCOSUL” (considerando a integração econômica como traição à pátria e o “globalismo” sua destruição) e, ainda, contra o comunismo “Brasil Verde Amarelo sem foice e nem Martelo” (considerando o comunismo como a “destruição da vida espiritual” e se opondo às indenizações aos desaparecidos políticos durante o período do regime militar).

Além dos panfletos, a JNB de Niterói editava um boletim informativo chamado AVANTE! Esse boletim estava vinculado a uma rede de periódicos de cunho integralista denominado “Sigma: Periódicos Reunidos”. O decorrer da década de noventa marcou a entrada em cena do Movimento Nacionalista Carecas do Brasil, também inspirado no ideário integralista e que reuniu Carecas espalhados pelo nosso território como, no caso dos Carecas do Ceará, Niterói e contando com a simpatia dos Carecas do Subúrbio, entre outros.

Portanto, como apontamos no início do presente artigo, a problemática dos Carecas e Skinheads demonstram questões que não podem mais ser analisadas abstraindo o fato de que

---

<sup>506</sup> A posição era, na verdade, contra a globalização. Eles consideravam o “globalismo” destruidor das características culturais e nacionais da pátria e lesiva aos seus interesses econômicos, principalmente, aqueles referentes aos interesses dos trabalhadores.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

vivemos dentro de um mundo globalizado. Assim, podemos começar a entender a expressão de determinados fenômenos no Brasil.

### **Bibliografia Citada**

Almeida, Alexandre de. *Skinheads: os “Mitos Ordenadores do Poder Branco Paulista”*. Mestrado em Ciências Sociais. PUCSP, São Paulo, 2004.

Costa, Márcia Regina. *Os Carecas do Subúrbio. Caminhos de um Nomadismo Moderno*. Musa, 2ª edição, São Paulo, 2000.

Costa, Márcia Regina. “Uma Análise Político-Cultural de Fanzines Punks e Carecas do Subúrbio no Brasil”, *Margem*, Faculdade de C. Sociais da PUC/SP, nº. 5, EDUC, São Paulo, dezembro de 1996, págs. 187 a 207.

Costa, Márcia Regina. “Skinheads - Carecas do Subúrbio”. *Revista Cultura Vozes*, nº 2, março/ abril 1993, ano 87, vol. 87, Petrópolis, págs. 2 a 10.

George Marshal - *Sprit of 69: A Skinhead Bible*, S.T. Publishing, Dunoon, Scotland, 1990.

Appadurai, Arjun. *Après le Colonialisme: Les conséquences culturelles de la globalisation*. Préface de Marc Abélès. Payot, 2001, Paris.

Glauco Mattoso. *Skinhead: Letra por Letra*. Rotten Books, Santo André/ São Paulo, 1995

Glauco Mattoso, in *Espírito de 69: A Bíblia do Skinhead*, Tradução e Notas Adicionais de Glauco Mattoso, Trama Editorial, São Paulo, 1993.

Kênia Kamp. – *Grupos de estilos jovens: o ‘Rock Underground’ e as práticas (contra) culturais dos grupos ‘Punk’ e ‘Trash’ em São Paulo*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas, 1993.

[Souza, Telma Regina de Paula](#). *Mundo contemporâneo e totalitarismo: os limites da diferença formações identitárias de grupos Skinheads no Brasil e na Itália*. Doutorado em Psicologia Social. PUCSP, São Paulo, 1998.

## Experiências Regionais do Movimento Integralista

### Petrópolis e o II Congresso Nacional Integralista (1935).

Alexandre Luís de Oliveira\*  
Priscila Musquim Alcântara de Oliveira\*\*

**Resumo:** O trabalho aborda a realização do II Congresso Nacional Integralista em Petrópolis (RJ) no ano de 1935. O integralismo foi um movimento de expressão na cidade, conforme revelam os núcleos integralistas no centro e nos bairros de Petrópolis no período em questão. O II Congresso reuniu cerca de 5 mil integralistas e foi nesse evento que o movimento foi lançado como partido político. Este trabalho levanta questões sobre o movimento integralista em Petrópolis, antes e depois da realização do Congresso.

**Palavras-chave:** Integralismo; Petrópolis; Segundo Congresso Nacional

### Introdução

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi fundada oficialmente em 7 de outubro de 1932, quando seus membros lançaram o “Manifesto de Outubro”. O integralismo se enquadra como um partido de extrema direita. Foi o primeiro partido político brasileiro com implantação nacional, chegando a contar com cerca de 800 mil adeptos. Era dirigido basicamente às classes médias urbanas e seus membros pertenciam a categorias bastante heterogêneas: funcionários públicos, profissionais liberais, padres, pequenos agricultores, comerciários e militares, só para citar alguns<sup>507</sup>.

---

\* Graduando do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES-JF). Bolsista de iniciação científica do projeto *A filosofia histórica de Plínio Salgado: uma análise do projeto de Estado nacional contido no discurso do chefe integralista (1926-1938)*, sob orientação do professor Leandro Pereira Gonçalves. Endereço: Rua professor Ströele, 1350 – G. Quarteirão Brasileiro. Petrópolis – RJ. E-mail: alexandreluisdeoliveira@ig.com.br.

\*\* Mestranda do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora – Linha Poder, Mercado e Trabalho. Rua professor Ströele, 1350 – G. Quarteirão Brasileiro. Petrópolis – RJ. E-mail: pris\_alcantara@ig.com.br.

<sup>507</sup> CYTRYNOWICZ, Roney. MAIO, Marcos Chor. A ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil. (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo.** Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 40-61.

10 a 13 de maio de 2010

O núcleo integralista de Petrópolis foi fundado em 1934, e logo passou a ser uma das unidades de manifestações política e ideológica mais intensas que a cidade já teve. Os integralistas petropolitanos publicavam vários artigos nos jornais da cidade, às vezes, três por semana. Realizavam muitas palestras e exibição de filmes de propaganda. A atividade do grupo municipal ganhou tanto destaque junto ao movimento integralista que Petrópolis foi a cidade escolhida para sediar o 2º Congresso Nacional Brasileiro.

### **O movimento integralista em Petrópolis**

A organização do movimento iniciou-se em Petrópolis no ano de 1933, chefiada por Raymundo Padilha, que fazia parte do secretariado nacional da AIB<sup>508</sup>. O movimento não ficou restrito a um único núcleo. Há registros de unidades integralistas nos bairros da cidade, como os núcleos dos bairros Mosela e Fazenda Inglesa e o sub-núcleo do Itamarati. O movimento desenvolvia um programa intitulado *Integralismo nos Quarteirões*, que promovia sessões doutrinárias, curso de corte e costura e alfabetização.

Em um evento organizado pelo Núcleo Integralista da Mosela, para o Natal de 1935, fica a mostra como era vista essa organização perante a comunidade local. Obedecendo as ordens da Chefia Nacional em organizar uma festa para os menos favorecidos por ocasião dos festejos de final de anos, foram contempladas 92 crianças com brinquedos, tecidos, frutas e guloseimas.

(...) também já era avultado o numero de integralistas locais e de outros núcleos convidados para assistir a festividade. Entre os presentes achava-se o tte. Meichiades R. Monte, Chefe Municipal e sua exma. Esposa, Chefe do Departamento Municipal Feminino, o Sr. Pedro Hees, Chefe Districtal do Núcleo do Bingen e alguns dos seus Secretaros, e o sr. Euclides J. da Silva, Director da Segunda Academia de atletas integralistas do município de Petrópolis.<sup>509</sup>

Ainda na mesma reportagem sobre estes festejos, o texto informa que

Após as crianças estarem satisfeitas o Departamento Feminino começa então a distribuição geral de doces, chegando até a rua, “(...) onde se via uma grande aglomeração de curiosos e até para os passageiros dos omnibus, quando succedia a algum desses vehiculos parar defronte da sede.<sup>510</sup>

<sup>508</sup> MACHADO, Paulo Henrique. **Pão, Terra e Liberdade na Cidade Imperial: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935.** Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2005. p.51.

<sup>509</sup> KLING, Hugo José. **O Integralismo nos Quarteirões, o Natal no Núcleo Districtal Integralista da Mosella. Tribuna de Petrópolis,** Petrópolis, 01 janeiro. 1936. p. 14

<sup>510</sup> Ibidem.

Estavam envolvidos com o movimento comerciantes e empresários da cidade, que patrocinavam as atividades dos núcleos, conforme informa a mesma reportagem.

As contribuições para esta festa vieram de vários lugares da cidade, como, Confeitaria Brazil, do sr. Guilherme Blatt, Galeria Império, com brinquedos, Armazém Pedras Brancas, do sr. Joaquim Rabaço, com doces e trigo, o sr. Henrique Gehren, proprietário da Viação Cruzeiro, sr. Nicolau Rocha que instalou na sede um Rádio para animação da festa e ainda instalou as luzes na árvore de natal.

Podemos notar a relação do movimento integralista com a sociedade do município. Essas linhas mostram que não se trata de um grupo isolado, mas ativo, não só no âmbito político, mas também social<sup>511</sup>.

Os integralistas publicavam artigos na imprensa local, mas também possuíam um veículo próprio, o jornal *A Marcha*<sup>512</sup>.

#### **A articulação do integralismo petropolitano com outras doutrinas autoritárias difundidas na cidade**

Em Petrópolis, além do integralismo, tinha grande expressão outros dois movimentos de feição autoritária: O fascismo e o nazismo. A proximidade com a capital e seu caráter de local de veraneio, bem como a formação heterogênea de sua população, com imigrantes germânicos, italianos que ultrapassaram quase cem anos preservando sua cultura podem ter contribuído para que as mais diversas ideologias do entre-guerras florescessem na cidade<sup>513</sup>.

O fascismo foi movimento que surgiu na Itália em 1919, tendo como líder Benito Mussolini. Um de seus principais objetivos era a eliminação das diferenças entre os italianos, fossem regionais ou culturais, de modo a consolidar um país unido. Esse movimento também incorporou italianos residentes do exterior, principalmente por meio das Associações de Socorro Mútuo fundadas pelos imigrantes<sup>514</sup>.

Em Petrópolis, os imigrantes italianos fundaram em 1892 a *Società Italiana de Mutuo Socorro e Beneficenza*. Essa sociedade tornou-se cada vez mais próspera, bem como seus principais membros. A sede da sociedade dispunha de lojas térreas e salões amplos, onde eram realizadas as solenidades. A *Società* de Petrópolis contava com muito prestígio e era

---

<sup>511</sup> Ibidem.

<sup>512</sup> MACHADO, Paulo Henrique. Op. Cit. p. 52

<sup>513</sup> ALCÂNTARA, Priscila Musquim. **Petrópolis, 1935: Greve e Conflitos na Cidade Imperial**. Juiz de Fora: ICH, Monografia de Bacharelado. p. 28

<sup>514</sup> Cf. TEIXEIRA, Rosane Siqueira. Nacional-fascismo-italianidade. **Locus**: revista de história. Juiz de Fora, v.14, n.º. 2. jul-dez. 2008. p.187-204

comum a presença do então embaixador italiano Vittorio Cerruti nas festas promovidas pela entidade.

Também era um núcleo de propagação dos ideais fascistas, tendo como um de seus principais membros o secretário-chefe do Fascio local, Vicente Marchese. Estudando as associações de mesmo caráter criadas em Araraquara (SP), Rosane Teixeira ressalta que uma das características dessas entidades era a promoção do sentimento de italianidade, expresso por exemplo, através da execução do hino patriótico em solenidades. Em Petrópolis, costumavam cantar também o hino fascista *Giovanezza*, além de exporem retratos de Mussolini nas cerimônias festivas. Tanto em Araraquara quanto em Petrópolis, podemos observar o prestígio dessas sociedades e o esforço que faziam para divulgar suas atividades e difundir a cultura italiana por meio das colunas dos jornais<sup>515</sup>.

Em 1934, outra organização italiana, de nome *Sociedade Dante Alighieri* iniciou um curso de língua italiana. O objetivo era que “*os filhos de italiano pudessem manter a necessária familiaridade com o idioma paterno*”<sup>516</sup>. embora o curso também estivesse aberto para pessoas não pertencentes à Colônia Italiana.

Os nazistas petropolitanos, ao contrário dos fascistas, utilizavam muito pouco a imprensa para propagar suas atividades. Publicavam pequenas notas, anunciando a realização de eventos, a maioria delas, escritas em alemão. A organização do Partido Nacional Socialista no Exterior recomendava que seus membros não propagassem suas idéias a estrangeiros. Segundo Adolf Hitler, líder do NSDAP - *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*<sup>517</sup>, e que governou a Alemanha entre 1933 e 1945, “*nazismo não era uma mercadoria exportável*”<sup>518</sup>.

Entre os mandamentos destinados aos membros do NSDAP que moravam em outros países, estavam os seguintes: respeitar as leis do país onde moravam, sem se intrometer na política interna; identificar-se como membro do NSDAP; não participar de conflitos. Além disso, o NSDAP considerava todo o alemão no exterior como sendo um partidário, em potencial<sup>519</sup>.

---

<sup>515</sup> Idem.

<sup>516</sup> **Tribuna de Petrópolis**, 19 de fevereiro de 1935.

<sup>517</sup> Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães

<sup>518</sup> MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **Pangermanismo e Nazismo**. A trajetória alemã rumo ao Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998. p.136

<sup>519</sup> Idem.

10 a 13 de maio de 2010

Mas a difusão da cultura e língua alemã acontecia nos núcleos de germânicos bem antes da ascensão do Nazismo, em especial, nas Igrejas Luteranas. Pastores como o alemão Rotermond, fundador do Sínodo Riograndese<sup>520</sup>, afirmavam, ainda na década de 1860, que

O cultivo da germanidade está no sangue e na alma da Igreja Evangélica, que, com razão, foi designada de fruto da união do Evangelho com o germanismo... quem deixa de sentir e pensar evangélicamente, deixa de ser alemão, e vice-versa<sup>521</sup>;

Rotermond foi mais além, afirmando que, embora fosse necessário que as crianças alemãs conhecessem a língua e a história do país onde estavam enraizadas, deviam conhecer, antes de mais nada, a língua e a história do seu próprio clã<sup>522</sup>.

Nesse período, estava em voga entre os líderes luteranos no Brasil a idéia de uma identidade evangélica mais voltada para o Germanismo que para o Luteranismo. Falava-se, inclusive em um “Pastorado Nacional-Socialista no Brasil”<sup>523</sup>.

Em Petrópolis, a Igreja Evangélica era um poderoso elo entre os descendentes germânicos e a Alemanha. Os pastores, em sua maioria, eram nascidos e formados naquele país ou na Suíça<sup>524</sup>, como o pastor Joseph Hohl, que esteve à frente da Igreja entre 1924 e 1939. Em 1932, Hohl viajou com a família para a Suíça, deixando lá seu filho Peppi, para que concluísse os estudos. Esse intercâmbio com a Alemanha se dava também por meio da vinda de representantes da Igreja da Alemanha para o Brasil<sup>525</sup>.

Com o advento do nazismo, a orientação da escola evangélica se modificou. Segundo a *Tribuna de Petrópolis*, os professores estavam ligados à ideologia de Hitler, chegando a organizar corporações hitleristas infantis<sup>526</sup>.

Enquanto os nazistas de Petrópolis optavam por manterem-se isolados, sem envolverem-se com questões locais, publicando mensagens em alemão e conseqüentemente, limitando o seu conteúdo aos que dominavam o idioma, os fascistas se integravam com outras esferas da sociedade, ao difundirem suas práticas culturais e o ensino da língua a outras esferas da população.

---

<sup>520</sup> No Rio Grande do Sul.

<sup>521</sup> Trecho retirado de DREHER, Martin. Igreja e germanidade. Caxias do Sul:Sinodal, 1894. p.93-94. Apud: MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. p.93.

<sup>522</sup> Idem.

<sup>523</sup> HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. **Igrejas luteranas no Brasil**. Artigo no prelo. Op. Cit. p. 15.

<sup>524</sup> KERSTEN, Hans (Compilação). **Comunidade Luterana em Petrópolis: 160 anos – 1845-2005**. Petrópolis: Gráfica Primo's, 2005.

<sup>525</sup> **Tribuna de Petrópolis**, 25 de junho de 1931.

<sup>526</sup> A nacionalização da escola alemã. **Tribuna de Petrópolis**, 10 de julho de 1939,



10 a 13 de maio de 2010

Em nossa pesquisa, encontramos uma crítica do chefe do núcleo integralista da Mosela aos nazistas da cidade. Kling publicou uma carta aberta no jornal Tribuna de Petrópolis, onde criticou um jovem nazista, sem, no entanto, divulgar o nome.

Kling começa narrando um encontro que teve com o jovem na rua. O nazista, cantando “hinos hitleristas”, ia para um acampamento nazista realizado no bairro Fazenda Inglesa. “Passaste por mim, arrogante, pisando forte o teu calçado da campanha cantando (...)”<sup>527</sup>. Continua Kling: “Desculpe-me a franqueza, eu não concordo com a tua attitude, pois isto aqui é o Brasil e não é Alemanha.”<sup>528</sup>. Para Kling, brasileiro deveria entoar apenas hinos de salve ao Brasil ou ao Exército, e nunca a outra nação, como foi visto o jovem. “Si não o sabes cantar, como eu desconfio, debes fazer por aprendei o quanto antes, pois tu és brasileiro.”<sup>529</sup> Embora criticasse o jovem por ser adepto ao nazismo, Kling era também descendente dos germânicos e recebera a influência da cultura alemã em sua formação educacional.

(...) também sou descendente de germanos. (...). Como na minha infância também curvei escolas dessas, que se preocupam em ensinar muito as coisas da Alemanha e pouco o que interessas aos brasileiros, estou sufficientemente habilitado a por em duvida seus conhecimentos acerca de Barroso, Ozório, Caxias, e outros grandes vultos.<sup>530</sup>

A carta termina com um apelo de Kling ao nazista

(...) atira fora esses symbolos que cultuas, enrola a bandeira da cruz swastica, bate no peito arrependido e envergonhado da attitude que tivestes e volta para o seio dos teus irmãos e patricios, pois ahi é que é o teu lugar.<sup>531</sup>

## O 2º Congresso Integralista Nacional

É possível encontrar referências ao II Congresso Integralista como sendo realizado no ano de 1936, como ocorre no estudo de Héliog Trindade, de título Integralismo – O fascismo brasileiro na década de 1930. O capítulo de Marcos Chor e Roney Cytrynowicz, “*A Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil. (1932-1938)*” também reafirma a data. Mas os jornais Tribuna de Petrópolis e Jornal de Petrópolis, bem como a Revista Pequena Ilustração noticiam o evento em março de 1935.

<sup>527</sup> KLING, Hugo José. Carta aberta a um jovem Nazista. **Tribuna de Petrópolis**, Petrópolis, 29 fev. 1936.

Capa.

<sup>528</sup> Ibidem.

<sup>529</sup> Ibidem.

<sup>530</sup> Ibidem.

<sup>531</sup> Ibidem.

Nesse encontro, realizado em três dias, a cidade de Petrópolis, com população estimada em 88 mil habitantes, recebeu cerca de 5 mil integralistas. Plínio Salgado, o chefe da AIB, foi recebido por um piquete de cavalaria, que acompanhou o seu carro da entrada de Petrópolis até o centro. Também compareceram ao Congresso os secretários nacionais Gustavo Barroso, Madeira de Freitas e Evaristo Leite.<sup>532</sup>

No Congresso, foram modificados os estatutos da AIB e definidos os parâmetros para o lançamento do movimento como partido político, conforme registro feito no Superior Tribunal Federal<sup>533</sup>.

Conforme pudemos acompanhar, o Integralismo já era um movimento organizado em Petrópolis antes da realização do evento. Posteriormente, o discurso integralista no município voltou-se com mais expressão para os operários, junto dos quais a ideologia da Aliança Nacional Libertadora conquistara muitos adeptos.

A Aliança Nacional Libertadora, movimento antiintegralista e antifascista, que tinha como liderança Luiz Carlos Prestes, foi lançada oficialmente em março de 1935, ficou conhecida e ganhou milhares de adeptos em diversos pontos do Brasil. Nos primeiros três meses de existência, mais de 1500 núcleos aliancista foram criados<sup>534</sup>.

Em Petrópolis, o núcleo chegou a reunir 2.500 filiados, o que chamou atenção das lideranças da ANL, já que se tratava de uma cidade de médio porte<sup>535</sup>. Embora não tivesse o mesmo espaço que o integralismo tinha nas páginas dos jornais, podemos perceber, por meio das críticas constantes que recebia, que o núcleo aliancista incomodava, e muito, os integralistas petropolitanos.

Esse partido que surgiu há pouco com o nome de Aliança não sei de que, se não obedece a orientação de Moscou, está em campo sem uma doutrina sólida que oriente seus adeptos. É uma coisa assim, como os partidinhos liberalóides, que há mais de quarenta anos vem degradando o Brasil. Aliás, nós, integralistas, também lemos a carta do "Cavaleiro da Esperança", o sr. Luiz Carlos Prestes, que foi arvorado chefe dos Aliancistas. Com franqueza, teria sido preferível que os brasileiros seus amigos continuassem na ilusão, esperando... esperando... pois o citado documento é um atendo da mais escassa pobreza de inteligência<sup>536</sup>.

<sup>532</sup> CF. **Tribuna de Petrópolis**, 8 de março de 1935. MAIO, Marcos Chor. CYTRYNOWICZ, Roney. Op. cit. p. 43.

<sup>533</sup> BARBOSA, Jefferson Rodrigues. A Ascensão da Ação Integralista Brasileira (1923-1937). FFF: **Revista de Iniciação Científica**, v.6, n.1/2/3. p.71. 2006.

<sup>534</sup> *Ibidem*. p.163.

<sup>535</sup> PRESTES, Anita Leocádia. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL). **Leituras cotidianas**, nº 135. set. 2005. Disponível em <[http://br.geocities.com/mcrost07/20050909a\\_70\\_anos\\_da\\_alianca\\_nacional\\_libertadora.htm](http://br.geocities.com/mcrost07/20050909a_70_anos_da_alianca_nacional_libertadora.htm)>. Acesso em 13 de junho de 2009. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.163.

<sup>536</sup> **Tribuna de Petrópolis**, 26 de maio de 1935.

Petrópolis se transformou em uma arena de disputas, de um lado integralistas, do outro aliancistas. Esta disputa teve um alvo principal, os operários petropolitanos. Os integralistas tinham maior acesso à imprensa, conforme podemos observar por meio das dezenas de notas de integralistas em jornais locais. O mesmo não ocorre com a ANL.

Os integralistas eram contra o imperialismo e associavam a ANL ao comunismo russo. Outro fragmento do jornal *Tribuna de Petrópolis* mostra bem esta idéia de defesa do nacionalismo brasileiro por parte dos integralistas investindo duro contra a influência Aliancista entre o operariado.

É com profundo pesar que venho observando a atitude de muitos patrícios de Petrópolis, como eu, operários, fazendo campanha contrária ao integralismo. (...) Convido, pois, esses companheiros transviados e iludidos por falsas demagogias, a estudar a doutrina integralista e verão que nela nada se contem, capaz de colidir com as justas aspirações do homem que trabalha”.

(...) Nós, integralistas, sabemos que muitos patrícios acompanham outras ideologias porque ainda não se deram ao trabalho de estudar o que pregamos. Sem uma análise meticulosa e profunda, eles se deixam levar, por espertos aproveitadores de todas as situações, como é o caso recente do aparecimento de propagandistas de um novo partido político que se diz nacional, mas que na realidade, não passa do Comunismo de Moscou<sup>537</sup>.

Esta publicação foi escrita por Henrique José Kling, chefe do Núcleo Integralista do bairro Mosela. Como se pode notar, Kling era operário, trabalhava como bombeiro hidráulico, e via na ANL a própria ideologia comunista, segundo seu discurso, tratava-se de doutrina externa, particular de um país neste caso a Rússia, e não poderia fazer parte do cotidiano de um brasileiro, ainda mais entre os operários.

### **Considerações finais**

Ao analisar o movimento integralista em Petrópolis, antes e depois da realização do Segundo Congresso Nacional, é possível observar que o discurso e a atividade dos integralistas petropolitanos mudam. Não por mera coincidência os contornos dessa mudança ficam mais claros no ano de 1935, ano em que é criada a Aliança Nacional Libertadora.

Antes, o movimento na cidade buscava seu espaço entre os discursos autoritários expressivos, ou seja, o nazismo e o fascismo. Após, a crítica às doutrinas estrangeiras dá lugar a um discurso voltado para os operários do município.

---

<sup>537</sup> TRIBUNA DE PETRÓPOLIS, 25 de maio de 1935.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

O ano de 1935 é o ápice dos confrontos entre integralistas e aliancistas em todo o País. Em Petrópolis não foi diferente. No dia 9 de junho de 1935 estava programado um comício aliancista em Petrópolis, no centro da cidade, que contou com aproximadamente 5 mil pessoas. Este comício terminou com um conflito entre os dois grupos, deixando vários feridos e um morto, o operário Aliancista Leonardo Candú. Esse conflito serviu para aumentar ainda mais o prestígio de Petrópolis junto aos líderes da ANL, em especial Luiz Carlos Prestes. Segundo texto de Anita L. Prestes, para ele, *“lutas, como a de Petrópolis, precisam ser preparadas e levadas a efeito em todo o Brasil. Depois de uns vinte Petrópolis a insurreição será inevitavelmente vitoriosa.”*<sup>538</sup>.

Valendo-se da Lei de Segurança Nacional, aprovada em abril de 1935, Getúlio Vargas assina decreto em julho de 1935, determinando o fechamento da ANL, sob a justificativa de se tratar de um instrumento à serviço do “comunismo internacional”<sup>539</sup>.

O integralismo em Petrópolis permaneceu estruturado até o golpe do Estado Novo, em 1937, quando Vargas determina a dissolução de partidos políticos existentes até 1937. Não foi o bastante para enterrar o movimento no município. As atividades dos integralistas continuaram na clandestinidade, até que em fevereiro de 1938, a polícia invadiu duas sedes da organização, apreendendo os arquivos e armamentos que encontraram nos locais<sup>540</sup>.

## **Bibliografia**

ALCÂNTARA, Priscila Musquim. **Petrópolis, 1935: Greve e Conflitos na Cidade Imperial**. Juiz de Fora: ICH, Monografia de Bacharelado.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. A Ascensão da Ação Integralista Brasileira (1923-1937). FFF: **Revista de Iniciação Científica**, v.6, n.1/2/3. p.71. 2006

CYTRYNOWICZ, Roney. MAIO, Marcos Chor. A ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil. (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo**. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. **Igrejas luteranas no Brasil**. Artigo no prelo

---

<sup>538</sup> Conforme Luís Carlos Prestes citado por PRESTES, Anita Leocádia. Op. Cit.

<sup>539</sup> Cf. MAIO, Marcos Chor. CYTRYNOWICZ, Roney. Op. cit. p.82. PRESTES, Anita Leocádia. Op. cit. p.10.

<sup>540</sup> **Jornal de Petrópolis**, 14 de fevereiro de 1938.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

KERSTEN, Hans (Compilação). **Comunidade Luterana em Petrópolis**: 160 anos – 1845-2005. Petrópolis: Gráfica Primo's, 2005

MACHADO, Paulo Henrique. **Pão, Terra e Liberdade na Cidade Imperial**: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2005.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **Pangermanismo e Nazismo**. A trajetória alemã rumo ao Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998.

PRESTES, Anita Leocádia. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL). **Leituras cotidianas**, n° 135. set. 2005. Disponível em  
<[http://br.geocities.com/mcrost07/20050909a\\_70\\_anos\\_da\\_alianca\\_nacional\\_libertadora.htm](http://br.geocities.com/mcrost07/20050909a_70_anos_da_alianca_nacional_libertadora.htm)>

TEIXEIRA, Rosane Siqueira. Nacional-fascismo-italianidade. **Locus**: revista de história. Juiz de Fora, v.14, n°. 2. jul-dez. 2008. p.187-204

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

**Jornais consultados:**

Jornal de Petrópolis  
Tribuna de Petrópolis

**Integralistas no poder em Joinville: um fenômeno eleitoral efêmero e sem precedentes.**

Daniely Wendland\*

Este texto tem como tema a experiência integralista em Joinville entre os anos de 1934-1937. A motivação em estudar esse assunto decorre entre outras razões, pela expressiva adesão ao movimento na cidade, o sucesso de sua atuação política nos contextos nacional e estadual, em oposição ao relativo desinteresse por esse período nas pesquisas historiográficas da cidade, e, por fim, do interesse em personagens como Aristides Largura, que talvez seja o menos conhecido entre os ex-prefeitos de Joinville.

Focalizando minha pesquisa sobre três instituições, quais sejam: Sindicatos, Círculo Operário e Partido Integralista de Joinville, representados respectivamente por Conrado de Mira, padre Alberto Kolb e o prefeito integralista Aristides Largura, o objetivo do trabalho é investigar os embates políticos travados em Joinville, de 1931 a 1945, tendo como cenário a trajetória pública desses três personagens e culminando na fundação pelos três indivíduos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na cidade, em 1945.

De acordo com a bibliografia sobre integralismo, o primeiro núcleo do partido em Santa Catarina foi criado em Florianópolis e a partir daí o movimento teria se disseminado pelo estado. Uma entrevista dada em 1982, pelo ex-prefeito integralista de Joinville, Aristides Largura, mostra que essa disseminação pode ter acontecido de forma diferente da relatada pela bibliografia oficial. O integralismo teria surgido na cidade de forma autônoma ao núcleo da Capital, culminando com a chegada ao poder em 1936. Segundo o ex-prefeito, o jovem comerciante Xavier Schenk chegou de São Paulo em 1932, com panfletos, textos e cartilhas do movimento. Ernani Bessa também esteve na capital paulista e trouxe consigo textos e o manifesto integralista. Ambos mostraram os documentos aos amigos Juca Ramos, Euclides Gonçalves e Aristides Largura, que começaram a encontrar-se em cafés para discutir as idéias integralistas.

Ao comemorar o primeiro ano de atividades integralistas, o jornal *Anauê* contou o progresso do movimento de forma semelhante à do ex-prefeito, contudo, as datas não coincidem, pois no periódico a fundação do movimento teria ocorrido em 1934. De qualquer forma, naquele ano o núcleo da cidade foi oficialmente reconhecido pelos chefes nacional e

---

\* Contato: [daniely.wendland@gmail.com](mailto:daniely.wendland@gmail.com) - Universidade Federal de Santa Catarina – Mestranda História.

provincial. Othon Gama D'Eça autorizou a instalação do núcleo e a criação do primeiro “triunvirato”<sup>541</sup>. No *Jornal de Joinville*<sup>542</sup>, foram publicados os convites para a primeira reunião oficial do movimento, além de panfletos distribuídos pela cidade. Naquela reunião compareceram 52 pessoas, das quais 22 assinaram a ficha de adesão. O ano foi marcado também pela primeira visita de Salgado a Joinville reunindo 2.000 pessoas no teatro da cidade.

Em 1934, foi criado jornal integralista *Anauê*, a sede da AIB transferida de um imóvel que ficava na Rua Santa Catarina (atualmente Av. Getúlio Vargas, zona sul da cidade), para um estabelecimento maior que o anterior, localizado no centro da cidade. Além disso, o número de membros chegou a 800 inscritos, de maneira que, pela primeira vez, o núcleo municipal conseguiu oferecer auxílio financeiro à chefia provincial<sup>543</sup>.

Ainda em 1934, foi instalada a primeira escola noturna, oferecendo aulas de português e alfabetização gratuitamente. A escola estava destinada aos operários e descendentes de estrangeiros. Além da instalação das escolas, o jornal *Anauê* destacava a também o desenvolvimento de bibliotecas voltadas para a formação “integral” dos militantes. Ao comemorar o primeiro ano de atividades, o núcleo de Joinville contava 2.000 membros divididos em 10 sub-núcleos municipais e 5 distritais.

Filho de pai italiano e mãe brasileira, Aristides Trentini Largura nasceu onde atualmente é a cidade de Rio dos Cedros, mas na época fazia parte do município de Blumenau. Plácido Olympio de Oliveira ofereceu-lhe o cargo de Inspetor Escolar Estadual em Joinville, nesta função permaneceu cerca de dois anos, quando foi transferido a Blumenau novamente, desta vez por ordem do governador Nereu Ramos que logo depois o demitiu da função por conta de suas atividades partidárias.

O trabalho de inspetor escolar exercido por Largura era o de fiscalizar todas as escolas de Joinville, esse cargo foi instituído no estado por Orestes Guimarães. Gladys Mary T. Auras estudou a atuação do professor Orestes Guimarães no ensino catarinense. Na década de 1910, o professor foi incumbido pelo governador Vidal Ramos de “modernizar” o ensino de Santa Catarina, entre as suas ações destaca-se o plano de nacionalização de 1911, cujo objetivo era

---

<sup>541</sup> Triunvirato era a nomeação de três pessoas responsáveis pela liderança do movimento integralista na região.

<sup>542</sup> Entre os jornais publicados na cidade, o *Jornal de Joinville* era um dos mais importantes e teve longa existência, sendo publicado até a década de 1980. A concorrência com o *A Notícia* era explícita. Durante a década de 1930, seus proprietários, Eduardo e Frederico Schwartz aderiram ao integralismo promovendo ampla propaganda e defesa da doutrina. Embora os números correspondentes aos anos de 1935-37 desse jornal não estejam conservado no Arquivo de Joinville, nem no de Florianópolis, é possível acompanhar as discussões através das respostas que os demais jornais publicavam as acusações do *Jornal de Joinville*, no Círculo Operário Católico encontrei alguns recortes desse jornal que me ajudaram a entender as discussões na imprensa.

<sup>543</sup> Como se desenvolveu o integralismo em Joinville. *Anauê*, 11 ago. 1935, p.1.

“abrasileirar” os filhos de imigrantes, seu trabalho foi reconhecido nacionalmente<sup>544</sup>. Orestes Guimarães criou a função de inspetor escolar para auxiliá-lo no trabalho de fiscalização das escolas.

Aristides Largura por ter sido alfabetizado em italiano e português exerceu a papel de “professor” em sua cidade natal durante a adolescência, mesmo não tendo formação, era comum quem em vilas e pequenas cidades do interior, na falta de um professor, a função fosse exercida por um padre ou quem tivesse maior escolaridade. Essa experiência lhe rendeu os convites para trabalhar como diretor e inspetor escolar, ao mesmo tempo em que o conhecimento do que significava ser descendente de imigrantes pode ter auxiliado no contato com os teuto-brasileiros de Joinville.

Em uma entrevista à professora Dúnia de Freitas, Largura afirmou ter conhecido todo o interior de Joinville e entrado em contato com os estrangeiros e descendentes<sup>545</sup>. Durante a entrevista, Largura mostrou-se emocionado ao lembrar-se da relação com os teuto-brasileiros. Segundo o ex-prefeito, antes mesmo de seu envolvimento com o partido já era uma preocupação pessoal a questão dos descendentes não “assimilados”. Para Largura, eles não representavam perigo algum na sociedade, porém a insistência em manter sua cultura fechada era um problema. Como inspetor escolar, Largura afirmou que procurava uma maneira de penetrar nesses núcleos e trazê-los ao convívio da população<sup>546</sup>. Já pertencendo ao movimento integralista fazia questão de convidá-los a participar, mas exigia que nos núcleos municipais a língua falada fosse o português. O fato de Aristides Largura ter conhecido a Joinville dos agricultores e a dos trabalhadores fabris poderá ajudar a explicar a vitória integralista em 15 das 20 seções eleitorais, em uma disputa onde o candidato vitorioso residia em Blumenau e voltou a Joinville apenas 15 dias antes das eleições.

Para enfrentar o movimento integralista que crescia na cidade, os dois tradicionais partidos rivais (Partido Liberal e Partido Republicano) se uniram em uma coligação que denominaram Frente Única de Joinville. Para representar a união entre “republicanos” e “liberais” foi escolhido como candidato a prefeito o farmacêutico Sérgio da Vieira Fonseca, que embora fosse novato na política era comerciante popular na cidade. A escolha de um

---

<sup>544</sup> AURAS, Gladys Mary T. *Professor Orestes Guimarães: um paulista em Santa Catarina semeando o "novo" (1911-1935)*. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. Resumos do VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. Uberlândia: Ed. da Universidade Federal de Uberlândia, 2006. p. 3786-3795.

<sup>545</sup> A entrevista de Aristides Largura foi concedida à Dúnia de Freitas, em março de 1982, e está disponível no Laboratório de História Oral, departamento de História da Universidade da Região de Joinville – Univille. Arquivo: Nossos Prefeitos, NP02

<sup>546</sup> Entrevista Largura.



farmacêutico descomprometido até então com a política, pode ter sido uma resposta à candidatura integralista, que entre seus quadros não trazia representantes da política joinvilense.

A chapa integralista divulgava as profissões de seus candidatos justamente para evidenciar a heterogeneidade de sua composição. Padeiros, operários, lavradores, gráficos, comerciantes, chofers e profissionais liberais integrando o mesmo partido e concorrendo lado a lado, caracterizavam uma chapa popular. Embora as profissões dos candidatos da Frente Única não tenham sido elucidadas em sua totalidade, sabemos através dos artigos publicados nos jornais que no conjunto da coligação havia o predomínio de industriais e profissionais liberais. Outro elemento a ser destacado é a presença de sobrenomes alemães em ambas as chapas, o que significa que não havia distinção entre as duas candidaturas em relação à questão étnica.

Contra o integralismo foram usados dois argumentos à exaustão. O primeiro problema sinalizava para a notória animosidade entre o governador Nereu Ramos e a AIB, um prefeito enfrentando o governador não traria nenhum tipo de benefício à cidade, segundo a Frente Única. O segundo argumento era dirigido notadamente ao candidato Largura, por não ser natural de Joinville e ter residido pouco tempo na cidade. Para explorar melhor essa questão, o *A Notícia* ocupou boa parte de suas páginas com referências aos “primeiros colonos que fizeram, que construíram, que começaram os alicerces da cidade”<sup>547</sup>. De Blumenau, Largura respondeu às críticas, mostrando que sua experiência como inspetor escolar o fez conhecer Joinville.

Na véspera da eleição, o último recurso utilizado para combater a candidatura do partido do sigma, foi a publicação de um texto acusando os integralistas de não defenderem o regime nazista<sup>548</sup>. O público alvo eram evidentemente os simpatizantes do governo de Hitler. Porém, sobre essa questão, os integralistas não realizavam manifestações diretas em seu jornal, embora regularmente fossem tecidos elogios ao modelo sindical italiano e à “autoridade” dos Estados fascista e nazista.

Como demonstrou o estudo de René Gertz, de acordo com os relatórios do cônsul alemão, o grupo que se dizia nazista em Joinville não era representativo e mantinha relações pouco amistosas com os teuto-brasileiros, o que não impedia, obviamente, simpatia do governo de Hitler pelos demais teuto-brasileiros da cidade<sup>549</sup>. O trabalho de Gertz analisou

---

<sup>547</sup> Os tempos, os homens.. *A Notícia*, 20 fev. 1936, p.8.

<sup>548</sup> Idolatria verde. *A Notícia*, 01 mar. 1936, p.8.

<sup>549</sup> GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.p. 84.

relatórios policiais catarinenses, denunciando supostas provas de colaboração entre integralismo e nazismo, reunidas no volume *O punhal nazista no coração do Brasil*. De autoria de João Kühne e Lara Ribas, a publicação apresentou como provas cartas de “partidários” nazistas de Jaraguá do Sul à NSDAP datada de 1935, e outra da *Frente Alemã* (DA) em Blumenau, datada de 1936, na qual é comentada a filiação de membros da DA ao integralismo. René Gertz demonstrou que embora as fontes apresentadas por Kühne, fossem importantes e autênticas, foram analisadas pelo policial de forma parcial e problemática, na medida em que apenas algumas partes destes documentos receberam destaque<sup>550</sup>. Afirmações isoladas do restante do contexto resultaram em conclusões equivocadas, de acordo com Gertz.

Como evidenciou René Gertz, o relatório de Kühne sobre a relação de integralistas e nazistas foi inconclusivo e expôs ambigüidades. Além disso, Kühne não apresentou indícios de atividades nazistas relacionadas aos integralistas em Joinville, seu foco ficou restrito a Blumenau, Hansa e Jaraguá do Sul.

Hans-Adolf Jacobsen e Kate Harms-Baltzer afirmaram que não há provas de ter existido colaboração entre nazismo e integralismo. De acordo com Baltzer, nazistas individuais podem ter se envolvido na tentativa de golpe integralista, em maio de 1938, mas isso não significa que instâncias nazistas tenham colaborado. Jacobsen acrescenta que “altos chefes nazistas teriam se mantido neutros diante do fascismo brasileiro, lamentando antes a ampla adesão dos teuto-brasileiros no sul Brasil.”<sup>551</sup>

Militantes enviaram cartas à Alemanha adulando o regime, mas essas fontes não comprovam envolvimento oficial entre os dois movimentos. Gerzt concluiu que o efeito contrário tenha sido mais provável. Ademais, o partido nacional-socialista alemão pode ter atraído a simpatia de brasileiros e teuto-brasileiros pelo seu caráter autoritário e pelas melhorias econômicas promovidas por Hitler, constantemente divulgadas em todo o mundo, o próprio jornal *A Notícia* que defendia a liberal-democracia propagou diversos elogios ao governo nazista.

Através da imprensa é possível apreender a confusão que envolvia essas questões. Os opositores do integralismo pareciam não ter convicção se a ligação com o nazismo surtiria o efeito desejado, de repulsa dos eleitores, ou se seria benéfico ao partido do sigma. Por outro lado, o jornal integralista não se posicionava sobre essa questão, e embora fosse um movimento de cunho nacionalista, demonstrava simpatia aos teuto-brasileiros, publicando muitas vezes textos em língua alemã. O *A Notícia*, por sua vez, enaltecia a imigração alemã,

---

<sup>550</sup>GERTZ, op. cit., p.126.

<sup>551</sup>GERTZ, op. cit., p.121.

sobretudo a classe empresarial teuto-brasileira, mas criticava intensamente os colonos do interior do município que optavam por se comunicar em alemão. As duas candidaturas apresentavam nomes alemães em suas composições, o que indica que a explicação étnica de que os integralistas foram eleitos pelos teuto-brasileiros talvez não seja suficiente para entender a eleição integralista.

Os integralistas não fizeram planos de governo para concorrer às eleições municipais. Isto é perceptível no jornal integralista que não apresentava compromissos concretos, no jornal *A Notícia*, que usava a ausência de promessas como argumento para rechaçar o partido do sigma, e na entrevista de Largura que admitiu inexistir qualquer planejamento prévio. René Gertz acrescenta que no Rio Grande do Sul o partido integralista não apresentava planos de governo, tendo sido esta uma característica das candidaturas da AIB naquele pleito<sup>552</sup>.

Em Joinville, o integralismo perdeu em apenas 5 do total de 20 seções da cidade. Sendo que em apenas uma houve diferença numérica significativa, que apontou 62 votos de vantagem para Frente Única. Os números da votação demonstram que não havia áreas determinadas de influência integralista, mas uma distribuição quase homogênea do partido na cidade.

Confirmada a vitória integralista, a primeira análise sobre os resultados das urnas foi feito por *A Notícia* enfatizando a questão étnica. É preciso salientar que até então, o jornal não se manifestava contra os teuto-brasileiros, e até meados de 1935 elogiava o governo de Hitler, além de publicar textos em língua alemã. O artigo já mencionado anteriormente, contestando o suposto apoio integralista ao nazismo, apresentou uma espécie de “alerta” aos teuto-brasileiros para não se deixar enganar a respeito da questão.

Dos dois jornais publicados na íntegra em alemão, somente o *Joinvillenser Zeitung* aderiu ao integralismo, o *Kolonie Zeitung* não assumiu nenhum posicionamento e apresentou as duas campanhas aos seus leitores. O articulista afirmou em outra passagem que a coligação Frente Única primou em fazer sua campanha na área urbana da cidade. Ou seja, deixando praticamente 50% da população distante de seu discurso. Na Câmara Municipal, os integralistas obtiveram maioria. A AIB elegeu 9 dos 15 candidatos da chapa, contra 6 eleitos pela Frente Única.

Dois meses se passaram até que o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina rejeitasse todas as tentativas de invalidar a eleição. O *A Notícia* reproduziu o inconformismo dos derrotados e garantia em suas manchetes que o governo do sigma não prosseguiria. Uma

---

<sup>552</sup> GERTZ, op.cit. p.181.

semana após o pleito, as notícias davam como certa a anulação da eleição e a invalidade de centenas de votos. Porém, em nenhum momento as “graves irregularidades” cometidas por integralistas foram mencionadas. Largura assumiu a prefeitura alheio aos processos de impugnação. Após a posse do prefeito, o diretório do Partido Liberal na cidade foi reorganizado acatando ordem do governador. Com tom catastrófico, os “liberais” lançaram manifesto, no qual “garantiam a ordem em Joinville” apesar do governo integralista.<sup>553</sup>

Os principais nomes do partido tinham menos de 30 anos de idade. Aristides Largura foi o prefeito mais jovem da cidade, eleito aos 29 anos. Largura não era teuto-brasileiro, nem mesmo havia nascido em Joinville, não entendia alemão, para se comunicar com eleitores e partidários precisava recorrer a intérpretes e talvez o que tenha sido mais surpreendente: não estava na cidade durante a conturbada campanha, tendo retornado apenas 15 dias antes da eleição.

As principais literaturas a respeito do integralismo explicam o sucesso do partido pela forte adesão dos teuto-brasileiros das colônias alemãs. René Gertz apresentou uma leitura diferenciada a respeito dessa questão, enfatizando que o grupo nazista da cidade conseguiu criar inimizade com quase todos os teuto-brasileiros. Entre os motivos, estava o de realizar campanhas em favor de auxílio ao inverno alemão em escolas onde estudavam crianças pobres que também dependiam de donativos. Além disso, atacavam funcionários de empresas suspeitas de existir capital judeu, ou mesmo de manter relações com firmas judias na Alemanha. Os jornais noticiavam os ataques a funcionários da Empresul. Promoviam boicotes a empresas com as quais os nazistas não simpatizavam ameaçando verbalmente e de forma impressa. René Gertz apurou essas informações do relatório do cônsul alemão, que continha também informações do diretor da principal “escola alemã” de Joinville. O diretor Robert Soechting afirmava que: “os grupos locais da NSDAP em Santa Catarina são quase sem exceção, recusados tanto pelos alemães natos quanto pelos teuto-brasileiros, em parte porque os líderes falharam, em parte porque agiram sem tato”. Em Joinville, constavam no relatório apenas 22 pessoas inscritas como partidários<sup>554</sup>.

O trabalho de Giralda Seyferth intitulado *Nacionalismo e Identidade étnica* foi citado por Gertz, que critica a autora na medida em que esta identifica contradições ao defender a hipótese de que a adesão dos teuto-brasileiros ao integralismo foi sobretudo devido às semelhanças entre o partido brasileiro e os movimentos fascistas europeus, porém, as minimiza com argumentos refutáveis. A principal explicação de Giralda Seyferth para a

<sup>553</sup> Manifesto do Partido Liberal. *Anauê*, 03 abr. 1936, p.6.

<sup>554</sup> GERTZ, op.cit.,p. 84.

adesão dos teuto-brasileiros ao integralismo foi que o pertencimento ao partido era uma forma de ajudar a preservação da sua identidade alemã. Isso porque os integrantes do sigma manifestavam relativa solidariedade ao *Deutschtum*, isto é, a preservação da identidade e cultura germânica.

O problema levantado por Gértz, é que de fato houve tolerância integralista, mas existiu na mesma medida hostilidade, já que se tratava de uma agremiação nacionalista brasileira. O historiador conclui suas críticas à Giralda Seyferth questionando os motivos para os teuto-brasileiros não terem aderido em massa ao Partido Republicano Catarinense, liderado pelo também descendente de alemães, Marcos Konder, caso a principal motivação fosse a luta pela preservação do *Deutschtum*<sup>555</sup>.

O historiador René Gertz produziu análise detalhada a respeito dos estudos sobre integralismo realizados até a publicação do seu trabalho na tentativa de compreender os fatos relacionados à explicação dominante, que prima relacionar a adesão ao integralismo pela variável étnica. Embora o autor não solucione a questão, pois encontra fatos que apontam para negação e também para a aceitação da tese, sugere que o “fator étnico” não seja colocado como agente determinante. Depara-se aqui com uma questão fundamental, onde Gertz ressalta que o integralismo foi ideologicamente influenciado pelo nazismo, mas que esta questão não explica *tudo* satisfatoriamente, pois a razão dos teuto-brasileiros do sul do Brasil terem aderido ao integralismo é explicado pelo contexto regional e “não através dos desígnios transatlânticos”<sup>556</sup>.

Se a variável étnica não é suficiente, ela pode em parte ajudar a entender o fenômeno eleitoral que foi a vitória integralista. Não é possível perceber divisão na adesão ao integralismo entre teuto-brasileiros e aqueles que não se consideravam descendentes de alemães, já que encontramos sobrenomes alemães nas duas candidaturas. Entretanto, é mais perceptível uma divisão entre os próprios teuto-brasileiros, sendo possível que se tratasse de uma questão relacionada à qual camada da sociedade que o cidadão pertencia para aderir ou não ao integralismo. Como já mencionado no jornal *A Notícia* encontramos exemplos de textos em que o empresário teuto-brasileiro era enaltecido, enquanto o colono da mesma etnia era considerado um “quisto”.

A atuação de Largura como inspetor escolar junto às áreas rurais e a aparente sensibilidade que demonstrava ter ao tratar de imigrantes e seus descendentes, já que sua própria família apresentava história semelhante, devem-se também somar ao conjunto de

---

<sup>555</sup> GERTZ, op. cit., .128-129.

<sup>556</sup> Ibid. p.132.

condições que permitem explicar o sucesso de sua eleição. O isolamento das comunidades rurais abordadas no início deste texto permite nos fazer supor que a agremiação partidária disposta a escutá-las e conhecê-las, estaria em vantagem, percebemos que a Frente Única não foi esta agremiação. A insatisfação com a política tradicional também ficou evidente ao longo deste texto, os jornais recorrentemente cobravam mudanças de postura dos representantes. Até mesmo o jornal *A Notícia* cobrava as promessas da “Revolução de 30” ainda não postos em práticas. A população em geral talvez não estivesse preocupada com as frustrações revolucionárias, mas diante da ausência de melhorias em seu cotidiano estivesse disposta a apostar em algo novo. O integralismo em sua composição apresentava pessoas jovens que não pertenciam ao mundo da política tradicional e oriunda das mais variadas origens social. Trazia um discurso voltado às classes até então desprestigiadas, como a operária, além de propor mudanças que ultrapassavam as questões relacionadas à administração municipal. Deste modo, é possível sugerir que não há uma explicação que elucide a vitória integralista, mas o conjunto de condições anteriormente descritas que permitiram aquela eleição. Um artigo de setembro de 1936 é explícito ao afirmar que a administração de Largura estava “surpreendendo”, nas palavras do autor: “uma coisa era o integralismo e outra era o prefeito”<sup>557</sup>.

Diferentemente de seu antecessor na prefeitura, Max Colin, Largura mostrou ser mais enérgico em suas ações e respondia as críticas a ele dirigidas, quando julgava necessário.

Os primeiros meses de administração foram marcados por algumas realizações e muita desconfiança. Menos de um mês após assumir o cargo, o novo prefeito contratou médicos e lançou edital de inspetoria de veículos. Nomeou o adversário Norberto Bachmann como diretor do hospital de caridade, este por sua vez, ao aceitar o cargo declinou do recebimento de salário<sup>558</sup>.

Ninguém esperava por atitudes como essa, nem mesmo seus companheiros de partido, afinal, Bachmann foi o presidente da Frente Única. Apesar de toda a campanha negativa e acusações do *A Notícia*, Largura não rompeu o contrato que Max Colin havia assinado com o jornal, concedendo ao periódico as publicações dos atos da prefeitura, a justificativa ficou por conta da multa que precisaria desembolsar caso rompesse o acordo anteriormente firmado. Essa atitude tributou ao prefeito a perda de um forte aliado, o *Jornal de Joinville*, junto aos préstimos do jornal, o partido integralista perdeu também a filiação de seu proprietário.

---

<sup>557</sup> A administração municipal e o prefeito Sr. Aristides Largura. *A Notícia*, 12 set. 1936, p.1.

<sup>558</sup> Dr. Norberto Bachmann. *A Notícia*, 21 abr. 1936, p.3.

O prefeito criou escola noturna para operários na zona norte da cidade, na escola já existente da zona sul, retirou a administração dos domínios do padre Alberto Kolb, atitude que irritou sobremaneira o vigário. O padre queixou-se do suposto fechamento da escola, quando na verdade, foi apenas retirada dos domínios do Círculo Operário, provavelmente como resposta à campanha contrária do padre Kolb à época da eleição de Largura.

Não obstante, a ação de maior destaque na administração integralista foi o início da pavimentação das ruas centrais da cidade. Obra que o antecessor Max Colin não conseguiu realizar, apesar de pertencer ao mesmo partido do governador do estado. Outro ato do prefeito Largura que refletiu positivamente foi o reinício das atividades de desassoreamento do rio Cachoeira, paralisadas desde a “Revolução” de 1930.

Concomitantemente ao elogio do mandato, as denúncias, críticas e reivindicações de melhorias na cidade continuavam a estampar as páginas do periódico. Qualquer problema era explorado à exaustão pelos articulistas. Até mesmo supostas irregularidades na venda de frutas na feira municipal eram questionadas. As críticas ao integralismo não diminuíram, as constantes ameaças de fechamento da legenda eram noticiadas com entusiasmo. Após a promulgação da Lei de Segurança Nacional e do fechamento da ANL, a legalidade do movimento integralista parecia constantemente ameaçada.

De acordo com o brasilianista Stanley Hilton, o governo federal mantinha relação harmoniosa com a AIB. O autor destaca o “silêncio discreto” de Getúlio Vargas em relação aos integralistas como indício da simpatia do presidente ao movimento. O elo que aproximava Vargas ao partido de Salgado era o anti-comunismo<sup>559</sup>. Hilton salienta que as perseguições aos integralistas partiram dos governos estaduais. De fato, as medidas proibitivas em relação ao uso da camisa verde e outras insígnias foram tomadas pelo governo catarinense, que seguia o exemplo de outros governadores. O autor acrescenta que nas semanas cruciais que antecederam o golpe de novembro de 1937, o governo federal e o partido integralista pareciam cada vez mais próximos<sup>560</sup>.

Enquanto Plínio Salgado colaborava com os planos de Vargas, os integralistas catarinenses sofriam restrições, principalmente em reação ao uso da camisa verde. O *A Notícia* dava como certo o fim do integralismo já em agosto de 1937. Naquele mês, o diário publicou informações sobre uma possível intervenção nas cidades governadas pela AIB<sup>561</sup>. As

---

<sup>559</sup> HILTON, Stanley. *O Brasil e a crise internacional. (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977 p.40.

<sup>560</sup> *Ibid*, p.45.

<sup>561</sup> Teremos a intervenção. *A Notícia*, 27 ago. 1937, p.1.

10 a 13 de maio de 2010

informações fragmentárias podem ter influenciado o desenvolvimento das atividades e criado receios entre os militantes integralistas, visto que as desfiliações aumentaram em grande proporção naquele período. As desfiliações não eram contestadas pelo jornal integralista que refutava, no entanto, as notícias sobre o fechamento do partido.

Quando o regime do Estado Novo foi decretado, bem como o fechamento dos partidos, câmaras e assembleias anunciados, as expectativas foram direcionadas para os rumos que os governos dos estados e municípios assumiriam a partir de então. Em Santa Catarina, o governador Nereu Ramos permaneceu na administração, tendo a função de indicar os novos prefeitos. Alguns prefeitos catarinenses renunciaram a seus cargos imediatamente após a decretação do regime varguista. Largura, no entanto, optou por permanecer em seu gabinete até ser exonerado, o que ocorreu em janeiro de 1938. Os quase dois meses de administração foram marcados pela pressão da imprensa adversária que exigia a renúncia do prefeito.



**A vontade do Criador: A democracia cristã na campanha de Plínio Salgado para presidência em 1955 no jornal Diário dos Campos (Ponta Grossa/PR)**

Lucas Patschiki\*

**Resumo:** O integralismo foi um movimento político que se iniciou no Brasil através da Aliança Integralista Brasileira em 1932 e que foi declarado ilegal junto com os demais partidos políticos com a instauração do Estado Novo em 1937. Após a queda de Getúlio Vargas os integralistas se reagruparam em 1945 no Partido de Representação Popular, alterando sua doutrina para aquele momento na política nacional. Em 1955 Plínio Salgado, presidente nacional do partido, disputou a presidência da República sem nenhuma coligação. Em Ponta Grossa e nos Campos Gerais o principal instrumento de propaganda foi a coluna do PRP publicada no jornal Diário dos Campos. A análise de como a democracia foi interpretada pelo integralismo, culminando na democracia cristã, e esta utilizada como elemento de convencimento do eleitor é a questão desta comunicação.

**Palavras-chave:** Campanha presidencial de 1955; Plínio Salgado; Diário dos Campos.

## **Introdução**

Esta apresentação versa sobre a campanha de Plínio Salgado, do Partido de Representação Popular para a presidência no ano de 1955 e como esta se deu na cidade de Ponta Grossa, Paraná, onde contou com uma coluna diária no jornal Diário dos Campos, o maior da região. Plínio Salgado obteve 714.379 votos no país, 8,3%, do total, na “maior votação obtida pelo movimento integralista em um processo eleitoral, em toda história do movimento”<sup>562</sup>, e foi no Paraná o terceiro candidato mais votado (22,8% do total<sup>563</sup>),

---

\* Mestrando em História/UNIOESTE

<sup>562</sup>CALIL, G. **O integralismo no processo político brasileiro** – o PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa. Tese de Doutorado. UFF/ UNIOESTE: Niterói, 2005. p. 511.

<sup>563</sup>Além de Plínio Salgado (8,28% dos votos totais, no Paraná 22,8%), disputaram a eleição Juscelino Kubitschek do Partido Social Democrata (PSD), em coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), 35,70% de votos totais, no Paraná 24%; Juarez Távora, da União Democrática Nacional (UDN), em coligação com o Partido Democrata Cristão (PDC), 30,26% de votos totais, no Paraná 20,1% no Paraná; Adhemar de Barros pelo Partido Social Progressista (PSP), 25,76% de votos totais, no Paraná, 28,1% no Paraná. GOMES, A. "O voto integralista no Paraná: uma análise da eleições presidenciais de 1955" *In*. CODATO, A.; SANTOS, F. dos (orgs.). **Partidos e eleições no Paraná** – uma abordagem histórica. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, 2006. p. 50.

primeiro lugar em 19 municípios, incluindo Ponta Grossa (41,1% dos votos), e segundo lugar em outros 25564.

O jornal nos dá uma representação social<sup>565</sup> cotidiana de uma sociedade ou comunidade, que possui intenções e implicações ideológicas. Produz o fazer coletivo e das individualidades, além de renovar diária e cotidianamente a percepção do mundo, uma construção que se pretende verdadeira como senso-comum. Pensando na relação indivíduo e mundo social como dialética, um atuando sobre o outro<sup>566</sup>: “Configura-se num veículo de reinserção da audiência no universo social. Algo que se dá de forma habitual, ritualística”, sendo assim “um processo sócio-cultural de produção, veiculação e absorção dos fatos do cotidiano, que atuam na construção social da realidade, à medida que se transformam em experiências compartilhadas de mundo”<sup>567</sup>. A notícia no jornal é uma narrativa da realidade, o texto jornalístico é como o texto literário, uma recriação lingüística de fatos (ressaltando que o jornal não é ficção, ou ao menos não se espera que seja).

A coluna do PRP é uma estratégia<sup>568</sup> de propaganda, elemento de propaganda na tentativa de um partido e seu candidato afirmarem credibilidade, autoridade sobre a realidade. Na construção de uma visão de mundo, e sua afirmação como estratégia de persuasão, irão se apropriar de símbolos hegemônicos presentes na sociedade para garantir fácil identificação entre as diferentes visões de mundo existentes no mundo social – a garantia de voto é a identificação entre o eleitor e o discurso político. “O conjunto das condições sociais e culturais do 'aderente', isto é, do cidadão-eleitor, é, desta forma, o primeiro elemento básico da escolha política. O segundo elemento é toda a oferta do mercado político - candidatos, lideranças, partidos, programas”, sendo que a “primeira tarefa do político é exatamente eleger uma dimensão da realidade social sobre a qual apoiar a mensagem e estruturar o discurso”<sup>569</sup>.

A coluna<sup>570</sup> no jornal Diário dos Campos, veiculada diariamente entre maio e outubro de 1955 será a tradução da campanha para o eleitor pontagrossense, sendo nosso mote a investigação da coluna como representação de uma visão de mundo. As representações sociais se pretendem universais, já que partem de uma interpretação racional, mas sempre

<sup>564</sup>SZVARÇA, D.; CIDADE, M. "O voto 'verde' em Curitiba". **Questões e debates**. Curitiba: Jun-Dez. 1989. p. 206-207.

<sup>565</sup>CHARTIER, R. **História cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1989. p. 17.

<sup>566</sup>BERGER, P.; LUCKMAN, T.. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 87.

<sup>567</sup>COSTA, G.; SILVA, J. **Análise da narrativa jornalística**: Construção de sentido pela notícia. Disponível em <http://www.unicamp.br/gtpsmid/artigos/gustavoeforge.pdf>, acessado em 02/11/2009.

<sup>568</sup>CERTEAU, M de. **A invenção do cotidiano**. vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 95.

<sup>569</sup>MIGUEL, L..**Mito e discurso político**: uma análise à partir da campanha eleitoral brasileira de 1994. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. p. 11.

<sup>570</sup> Ela se constitui de reproduções de publicações do partido, em especial d'A Marcha.

determinadas pelos interesses do grupo que a constróem, impondo sua autoridade em detrimento de outras, legitimando ou justificando. "As lutas de representação tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio"<sup>571</sup>.

O acesso ao campo burocrático se dará pela vitória da melhor tática, da melhor estratégia ancorados no poderio econômico da disseminação ideológica: a transformação de um programa econômico excludente (pois visando interesses de uma classe e/ou fração de classe em um programa político universal. Para Bourdieu tem de se atentar a uma dupla leitura, a objetiva e a subjetiva, afim de se apreender tanto a vontade quanto a representação contida no ato político<sup>572</sup>. Esta é uma luta cognitiva (prática e teórica) pelo poder de impor a visão legítima do mundo social, ou seja, o "poder de (re)fazer a realidade preservando ou alterando as categorias pelas quais os agentes entendem e constroem aquele mundo"<sup>573</sup>. Estes sistemas simbólicos são instrumentos de conhecimento, de comunicação, que tem como objetivo a construção de sentido para a realidade. Agem através do consenso, mesmo este sendo uma integração fictícia de uma sociedade em uma representação desta, construída pela sua elite dominante visando a desmobilização das classes inferiores. É uma disputa entre a classe política dominante e frações dominadas a seu serviço pelo monopólio da produção ideológica legítima, que através de categorias idealizadas (nação, cidadão, democracia), que irão através do discurso tentar o convencimento do eleitor. E é pela tecnologia social da delegação, por um porta-voz que fala em nome de um grupo que se dá a disputa. Este grupo passa a existir oficialmente através de seu representante, que recebe o poder de o formar, o ato complexo de tornar real o que é representado.

O conceito de campo político parte do princípio que atores políticos representam interesses sociais, de sua classe em seus interesses econômicos. Mas ao mesmo tempo as ideologias políticas não são simples reflexos de suas bases sociais possuindo um efeito de certa "autonomia". Ele começa a ser construído quando no momento de disputas internas de cada partido os ideólogos de cada corrente de pensamento manifestam-se através de suas teses (afirmando-se em documentos anteriores), que pelo instrumento de democracia interna regimental irão se somar ou anular, visando constituir a unidade necessária para a eleição. O

---

<sup>571</sup>CHARTIER, R. op. cit. p. 17.

<sup>572</sup>WACQUANT, L. "Indicadores sobre Pierre Bourdieu e a Política Democrática". In. WACQUANT, L. (org.). **O mistério do ministério**: Pierre Bourdieu e a política democrática. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 9.

<sup>573</sup>Idem. Pág. 12.

10 a 13 de maio de 2010

campo é formado por duas oposições, uma externa, pois "reflete a distribuição de capitais no espaço social"<sup>574</sup>, e outra interna, pois as distinções ideológicas e sociais se convertem na linguagem específica do campo. “[...] É o jogo de diferenças e semelhanças entre interesses sociais no espaço social que é representado pela estrutura total de relações dentro do campo político”<sup>575</sup>. Já o voto para grande parcela da população pode significar uma reação ao estado das coisas vigentes, a confirmação deste, ou apenas a manifestação de uma simpatia pessoal ou mesmo um deboche, negação ao próprio processo político. O próprio ato é posto como ápice da participação da população dentro da democracia.

A noção de igualdade que sustenta o sufrágio universal na democracia burguesa gera a ilusão de participação igualitária no sistema representativo, ilusão que serve para manter uma prática mistificadora ou para tolher ao homem comum “aquela infinitésima fração de poder” que ele possui no decidir sobre o curso da vida estatal<sup>576</sup>.

Nossa escolha metodológica, em busca da relação texto e contexto, nos leva a análise de conteúdo de Bardin. A autora através das suas unidades de registro e a unidade de contexto, nos permitem extrapolar o discurso para investigar as "determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos"<sup>577</sup>. Entre suas opções de "unidades de registro", iremos optar pelo "tema", que como unidades de base nos permitirão a sua categorização e frequência<sup>578</sup>, evidenciando da expressão desse conteúdo entender a manipulação das mensagens que irão interferir sobre uma realidade além de si. O "tema", recorte de nível semântico, escolhido é o da democracia. Eles são "uma unidade de significação "complexa", pensando nos "núcleos de sentido" que formam a mensagem e o que sua existência ou frequência significam. "O tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de crenças, de tendências, etc"<sup>579</sup>.

### **Da ação integralista brasileira ao partido de representação popular**

A AIB é fundada em 1932 por Plínio Salgado e correligionários. Descrevia-se como um movimento cultural e político que pregava a defesa patriótica da nação e o corporativismo

---

<sup>574</sup>Ibidem. Pág. 180.

<sup>575</sup>Ibidem. Pág. 179.

<sup>576</sup>SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e cultura**: Gramsci. Curitiba: UFPR, 2007. p. 9-10.

<sup>577</sup>CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. "História e análise de textos" *In*. CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.).

**Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 540.

<sup>578</sup>Idem. p. 545.

<sup>579</sup>BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. p. 105-106.

como base da organização do Estado e da sociedade, combatendo os valores das correntes liberais e socialistas. Nascido em São Bento do Sapucaí em 1895, Plínio Salgado iniciou sua atividade como jornalista em 1916 em sua cidade natal. Em 1928 elege-se deputado em São Paulo pelo PRP (Partido Republicano Paulista), a após retornar de uma viagem pela Europa e Oriente Médio, volta disposto a fundar um “movimento de idéias”. Em 1931, lança o jornal *A Razão*, instrumento de disseminação de idéias políticas, em cujos editoriais formulou de maneira mais acabada as concepções políticas que sustentarão a AIB<sup>580</sup>. O jornal criou as condições para a organização da Sociedade de Estudos Políticos (SEP), centro de reflexão ideológica de onde surgiu o manifesto integralista<sup>581</sup>.

Em 07.10.1932, é lançado o manifesto integralista, inaugurando a Ação Integralista Brasileira, e onde se nota “as linhas gerais da doutrina integralista, com ênfase para o nacionalismo, o antiliberalismo e o anticomunismo”<sup>582</sup>. Nos anos que se seguiram a AIB teve enorme e rápido crescimento. Em 1933 lança candidatos à deputados, somente elegendo um representante por São Paulo<sup>583</sup>. Em 1934 realiza seu Primeiro Congresso Nacional, em Vitória, Espírito Santo, onde Plínio Salgado recebe o título de chefe nacional. A AIB contava com um conselho nacional, com funções consultivas, e por departamentos nacionais, que funcionavam como ministérios, sua própria milícia armada e uma considerável estrutura de imprensa<sup>584</sup>. Entre 1935 e 1937 se consolida como uma organização de massa, “em 1936, o total de seus membros era estimado entre seiscentos mil e um milhão”<sup>585</sup>. A AIB se insere rapidamente no Paraná “em cidades como Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Teixeira Soares, Castro, Piraí do Sul, Jaguariaíva”<sup>586</sup>. Quando cai a ditadura não se sentem ameaçados, Salgado esperaria fazer parte do governo, mas Vargas cassa todas as agremiações políticas. O regime instaura forte campanha de repressão contra a AIB, com o fechamento de sedes, prisões, fim da imprensa integralista, etc., situação que leva ao planejamento da Intentona em 1938, movimento frustrado<sup>587</sup> e que acaba por aprisionar diversos militantes. Em 1939 Plínio

---

<sup>580</sup>TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro da década 30. São Paulo: Difel, 1979. p. 116-125.

<sup>581</sup>Idem. p. 114-117.

<sup>582</sup>CALIL, G. **O integralismo no processo político brasileiro** – o PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa, op. cit. p. 128.

<sup>583</sup>Idem. p. 129.

<sup>584</sup>CAVALARI, R. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru: Edusc, 1999. p. 87.

<sup>585</sup>CALIL, G. **O integralismo no processo político brasileiro** – o PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa, op. cit. 130-131.

<sup>586</sup>DITZEL, C. de H. M. **Imaginário e representações**: o integralismo nos Campos Gerais (1932-1955). Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 125.

<sup>587</sup>Idem. p. 179.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

é exilado em Portugal onde mantém contato direto com integralistas, nazistas e fascistas<sup>588</sup>.

Lança mais de dez livros no período, alcançando sucesso com *Vida de Cristo*, de 1942.

O processo de redemocratização, que culmina em 1945 com o golpe à Vargas, é assunto diversas pesquisas, e não nos cabendo aqui esta discussão<sup>589</sup>. A fundação da nova agremiação política, em consonância com as mudanças ideológicas que já vinham sido articulada por Plínio ocorre enquanto ele ainda está em Portugal, em setembro de 1945<sup>590</sup>. Não há autocritica aberta e anunciada, assim as modificações se deram através de mediações, buscando qualificar suas alterações como secundárias e procurando ocultar uma questão fundamental, a mudança da perspectiva da ruptura institucional para a instauração do Estado corporativista. O que contra-argumentavam pelo suposto combate ao totalitarismo que o integralismo sempre praticou, seu combate ao comunismo como defesa da democracia, assim como sua não participação no Estado Novo. “É preciso dizer que os únicos que derramaram seu sangue no combate à Ditadura Totalitária em nossa Pátria foram os integralistas”<sup>591</sup>.

Para obter seu registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral, o PRP apresenta 15.772 assinaturas, sendo que do Paraná o maior número delas (2.977)<sup>592</sup>. Segundo Calil a sua noção de democracia interna não estava distante dos outros partidos políticos, uma “democracia defensiva”. “Nossa premissa é que seu autoritarismo não é exótico, mas estava - e continua - muito presente no processo político brasileiro”<sup>593</sup>.

## O diário dos campos

O Diário dos Campos foi fundado em 1907, com o nome de *O Progresso*, por Jacob Holzmann, um russo imigrado para o Brasil em 1877. É um período de grande desenvolvimento da cidade, e a consolidação de um jornal é parte da afirmação desta “civilização”. Em 1912 o jornal será incorporado pela Companhia Tipográfica Pontagrossense

---

<sup>588</sup>Ibidem. p. 154.

<sup>589</sup>Sobre esta discussão ver CALIL, G. “A redemocratização brasileira de 1945-46” *In*. Centro de Estudos Marxistas. **Fios de Ariadne**: ensaios de interpretação marxista. Passo Fundo: UPF, 1999.

<sup>590</sup>CALIL, G. **O integralismo no processo político brasileiro** – o PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa, op. cit. p. 226.

<sup>591</sup>SALGADO, P. “Narrativa de mil novecentos e... Capítulo 4 – O calvário do patriotismo”. *Idade Nova*, 29.01.1947. *apud* CALIL, G. **O integralismo no pós-guerra**: a formação do PRP. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 114.

<sup>592</sup>CALIL, G. **O integralismo no processo político brasileiro** – o PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa, op. cit. p. 227.

<sup>593</sup>CALIL, G. “O movimento integralista no processo político brasileiro (1945-1964)”. *In*. LIMA, E. De; ARIAS, J. M. Neto; ALMEIDA, M. de (orgs.). **Violência e direitos**: 500 anos de lutas; anais do VII Encontro Regional de História. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001. p. 327.

e irá se tornar diário. Durante esta reestruturação, no ano seguinte, irá trocar o nome para Diário dos Campos. Nesta época quem estava a frente do jornal era Hugo dos Reis (irá se manter na direção até 1921). Em 1931 José Hoffman, mais conhecido como Juca, filho de imigrantes russo-alemães, irá se tornar proprietário e principal cronista do Diário dos Campos. Ele já trabalhava como jornalista no jornal, e seu irmão Antônio foi acionista durante a fase d'O Progresso. "Era o típico intelectual dos anos 30, engajado nas questões sociais e políticas, obcecado pela crítica e sem receio de expor, através de crônicas seus valores e as suas opiniões"<sup>594</sup>, reconhecido por suas posições anti-integralistas e anticomunistas. Segundo Chaves o jornal sob sua direção irá assumir a postura de portador da verdade, supostamente alheio as pressões político-econômicas. "O jornal apresentava-se como um dos principais formadores de opinião na cidade e suas abordagens discursivas se caracterizavam por um posicionamento amistoso em relação ao conjunto social", mas também "pronto a enfrentar grupos ou movimentos que destoassem de suas idéias"<sup>595</sup>.

Na eleição de 1955 o jornal se afirma como neutro em relação a candidatura presidencial, mas o que ocorre na prática é o apoio ao PSD de Juscelino Kubitschek, sendo que o espaço para a coluna do PRP só se fará graças a presença de vários ex-integralistas neste partido. Durante a campanha, fora a coluna do PRP, há espaços comprados do jornal pelo PSD, com crônicas de Juscelino, para o PTB de Juarez Távora e com diversas chamadas de outros partidos para suas assembleias. O único anúncio diário de um candidato para a presidência será do PRP.

## **Democracia**

A democracia liberal, no manifesto 1932, foi definida por Salgado como a doutrina "do ostracismo inevitável, da conformação com as imposições dos políticos", sendo "um regime político inadequado, [pois] preferem, diante dos desastres da Pátria, acusar o brasileiro de incapaz, em vez de confessar que o regime é que era incapaz", resultado da contaminação da nação por "influencia perniciosa dessa pseudo-civilização"<sup>596</sup>. De uma interpretação bem próxima do fascismo italiano, propunha a democracia orgânica, autoritária, "da livre vontade de todas as classes [...] A ele devem ser facultados os meios de manter a justiça social, a

---

<sup>594</sup>Idem. p. 81.

<sup>595</sup>CHAVES, N. B. **A cidade civilizada** – Discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos na década de 1930. Curitiba. Aos Quatro Ventos, 2001. p. 38-39.

<sup>596</sup>SALGADO, P. **Manifesto de 7 de outubro de 1932**. Disponível em <http://www.integralismo.org.br/novo/?cont=75&vis=>, acessado em 01/04/2009.

harmonia de todas as classes", democracia, que só poderia ser instaurada pela tomada direta do Estado. "Precisamos realizar a nossa Revolução. Juntar todos os elementos do imenso laboratório que foi o século passado. Mobilizar as forças intelectuais e morais da Sociedade. E dar unidade ao pensamento"<sup>597</sup>.

Serratto sistematiza o antiliberalismo da AIB em três eixos: 1. A visão individualista da dinâmica social, neutralidade do Estado e liberdade de pensamento, pelos quais acarretariam a permanente crise sócio-econômica e a corrupção do espírito. 2. O sufrágio universal e o governo partidário, responsáveis por governos fracos, sem programas, a descontinuidade administrativa e a política personalista. 3. A economia liberal, individualizante, responsável pela anarquia da produção e a desigual distribuição das riquezas, que só serviriam para o acirramento da luta de classes<sup>598</sup>.

O integralismo contrapunha o povo e a elite que a guia, esta criadora da primeira. Desta elite depende o futuro da nação, garantido no acesso ao poder do Estado. Por este poder estar em disputa, segundo os integralistas que só o enfraquecia, o que seria solucionado pela obediência autoritária. Os integralistas entendiam o poder do Estado fragmentado entre grupos econômicos locais, as oligarquias que resistiam à "tôdas as revoluções, mesmos as vitoriosas"<sup>599</sup>, as elites litorâneas, constitucionalistas, liberais e democratas<sup>600</sup>, e sendo os intelectuais, os mais capazes da nação, excluídos pelos "mais espertos e audaciosos"<sup>601</sup>, resultado do individualismo generalizado pelo liberalismo, ainda pernicioso às influências estrangeiras.

Só a tomada do Estado por um grupo unificado em torno de um credo comum nacional seria "capaz de evitar que os ricos, os poderosos, os estrangeiros, os grupos políticos exerçam influencia nas decisões do governo".<sup>602</sup> Então o integralismo se inseria no campo político, sendo partícipe da elite nacional na disputa pelo campo burocrático, e justificando sua diferença pela existência de um programa: uma elite intelectual unificada. "A nossa Pátria está miseravelmente lacerada de conspiratas. Políticos e governos tratam de interesses imediatos"<sup>603</sup>. E as teorizações sobre Estado integral indicam que estas disputas, localizada na elite, não a dissolveria. "Pela separação institucional entre elite e massa, uma vez que "o

---

<sup>597</sup>SALGADO, P. **Psicologia da revolução**. Obras completas vol. 7. São Paulo, das Américas, s/d. p. 179.

<sup>598</sup>SERRATTO, E. B. F. **A Ação Integralista Brasileira e Getúlio Vargas**: antiliberalismo e anticomunismo no Brasil de 1930 a 1945. Tese de Mestrado. Curitiba, UFPR: 2008. p. 64.

<sup>599</sup>SALGADO, P. **Psicologia da revolução**, op. cit. p. 166.

<sup>600</sup>Ibidem. p. 168.

<sup>601</sup>Ibidem. p. 166.

<sup>602</sup>SALGADO, P. **Manifesto de 7 de outubro de 1932**, op. cit.

<sup>603</sup>Idem.



critério numérico deve ir cedendo lugar ao critério da competência", sendo uma pirâmide associando a autoridade à capacidade, "diminuindo a participação direta do povo, à medida que se elevem os problemas a planos mais altos e mais complexos"<sup>604</sup>. Com a instauração do Estado novo, e Salgado já exilado, após verificar que não conseguiria abrir diálogo com Vargas (ele escreve alguns elogios ao regime como mantenedor da ordem e combatente do comunismo), faz a mudança de posição mais brusca na doutrina integralista, a passagem da tomada do Estado através da revolução para a disputa eleitoral. Essa mudança se deu por mediações, através de uma série de medidas secundárias que visavam absorver esta.

A justificativa para a constituição do PRP foi a qualificação do integralismo como uma doutrina espiritualista, além das formas políticas passageiras, inspirador e criador destas formas. O PRP "adotando os princípios filosóficos do integralismo, atualizou o programa, sem fugir às normas da constituição da República e das circunstâncias modernas"<sup>605</sup>. A posição anterior sobre o corporativismo, que estabelecia uma relação direta com o fascismo (Quanto à doutrina integralista, ela difere do fascismo não só por sua base espiritualista e cristã, como também pela manutenção da Democracia em base de um novo tipo de representação<sup>606</sup>), foi definida como questão menor, e explicava que "nos últimos dez anos todos os órgãos de classes (sindicatos e associações) ficaram controlados pelos comunistas", estratégia pela qual obtiveram sucesso na tomada de poder na Rússia. Esta semelhança fazia necessária a reformulação do programa<sup>607</sup>. O comunismo também serve para justificar a necessidade da democracia, a Rússia e outros países comunistas eram categorizados como totalitários. O Estado democrático não deve ser corrompido pelos grupos sociais em seu governo, "a contingência pessoal na permanência jurídica"<sup>608</sup>, já que foi "escolhido e elevado conforme a vontade do Criador, para coordenar, ajudar e dirigir as personalidades e os grupos familiares, locais, profissionais e culturais, no sentido de realizarem seu destino"<sup>609</sup>. Entendendo agora os integralistas como defensores primeiros da democracia, contra Vargas e pelo ideal cristão, "[...] se gente idealista, como o foram os integralistas prêsa, exilada, roubada, espoliada, caluniada; se sucedeu isto tudo com os idealistas, então não valia mais a pena ser idealista nesta terra. Sacrificando os idealista o triunfo pertenceria aos

---

<sup>604</sup>TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro da década 30, op. cit. p. 225

<sup>605</sup>SALGADO, P. **Discursos**. São Paulo: Panorama, 1947. p. 82.

<sup>606</sup>**Diário dos Campos**. 11.09.1955.

<sup>607</sup>CALIL, G. **O integralismo no pós-guerra**: a formação do PRP, op. cit. p. 119.

<sup>608</sup>SALGADO, P. **O conceito cristão da democracia**. São Paulo: Editorial Guamumby, 1945. p. 106.

<sup>609</sup>Idem. p. 107-108.

imediatistas”<sup>610</sup>. Sendo que a linha entre uma elite a massa se mantém, o "mundo não sabe ao certo o que seja democracia, liberdade, autoridade, justiça, ordem, propriedade, família, pátria, patriotismo, honra, moral, dever"<sup>611</sup>, cabendo aos integralistas a liderança para a manutenção destes.

### **Democracia cristã**

A democracia cristã, segundo Plínio Salgado, se baseia na escolha da modernidade entre dois conceitos para nortear, cada um ao seu modo, a construção do Estado, podendo ser tanto a concepção materialista quanto a espiritualista, deste conceito havendo conseqüências por toda a ordem social. Segundo ele, estas duas formas coexistiram através da história, sendo que não havia grande influência de uma sobre a outra pela morosidade do ritmo da história, irremediavelmente acelerado na era moderna. Dado o contato mais íntimo proporcionado pela tecnologia, o momento histórico obriga a se pensar em um “conceito geral de finalidade humana”, que resolva em si os problemas particulares e que guie “noções precisas de direitos e deveres individuais e nacionais”. Estes devem partir de uma “concepção segura do Universo e das leis a que o homem está subordinado”<sup>612</sup>.

O materialismo seria a negação determinista para a possibilidade de mudança da natureza pelo homem, pois o entende somente como ser biológico, e assim impossível se travar luta contra ao seu destino. Desta forma negaria o livre-arbítrio e a construção de bem e mal. O homem estaria fadado as grandes correntes da história, o que levaria os materialistas a entender as leis que a regem em seus pormenores como o único caminho para a felicidade. “O objetivo, portanto, do homem, sob o conceito materialista da existência, é realizar-se na expressão biológica mais completa, cuja medida lhe é dada pelos sentidos”. Uma espécie de hedonismo respaldado pela ciência moderna, que negando Deus propõe aos povos a libertação de qualquer obrigação moral. “Dessa maneira, a ciência é erigida em mito, ou antes, para usarmos a terminologia do nosso tempo, em tabú da civilização sem Deus”<sup>613</sup>. A troca das leis espirituais pelas leis físicas no campo das ciências humanas a tornou assim partidária das revoluções e lutas, onde o fim é esta liberdade devassa, aprisionando o homem na “escravidão do determinismo”<sup>614</sup>. A liberdade seria a liberdade para os instintos civilizados, para o livre-

---

<sup>610</sup> *Diário dos Campos*. 05.07.1955.

<sup>611</sup> SALGADO, P. *Primeiro, Cristo!* São Paulo: Voz do Oeste; Brasília: INL, 1978. p. 18.

<sup>612</sup> SALGADO, P. *O conceito cristão da democracia*, op. cit. p. 19.

<sup>613</sup> *Idem*. p. 27.

<sup>614</sup> *Ibidem*. p. 31.

10 a 13 de maio de 2010

comércio, para o sufrágio universal, para a liberdade religiosa, todas estas conduzindo ao desastre. A liberdade econômica acaba com a estabilidade da mesma, a liberdade política leva os menos aptos, segundo o darwinismo social, para a escravidão dos mais fortes e a liberdade religiosa seria a “amplitude desafogada do agnosticismo”<sup>615</sup>.

A essa altura se instaurará o Estado socialista, uma espécie de tecnicocracia, dirigindo a grande massa de trabalhadores constituída por indivíduos sem família, sem pátria e sem Deus, exatamente como os vem plasmando o próprio capitalismo, através da moral utilitária e da concepção materialista da existência<sup>616</sup>.

A pedra fundamental para esta interpretação do materialismo seria a filosofia da evolução, tendo em Spencer o seu ápice. O materialismo aniquila a religião, não em luta direta, mas por “criar condições econômicas, educacionais, e políticas dentro de cuja tramas somos penetrados pela moral utilitária, pelo conformismo inerente à mecânica determinista da evolução e pela transigência “em face do 'cotidiano' irremovível”<sup>617</sup>.

O herói adulterado, a caricatura do paladino e pior que vilão personificado, porque é a ressaca de um sonho, a negação de tudo o que nos anima a lutar, a confirmação dos céticos, o triunfo dos cínicos, o desalento para os moços, o desespero dos velhos, a pecadência de um primado de valores morais – sem os quais a chamada Democracia Cristã é esse baú de recoses e gorgões dos mascates políticos, em que a transformam e que a exploram, no Brasil, criando monstros em seu nome, à custa e em nome de Cristo. Do Cristo trocado na quermesse das urnas. Do Cristo usado como salva-conduto da esperteza<sup>618</sup>.

O marxismo e atuaria sobre a sociedade tentando acelerar o processo da história para assim assegurar a mudança social, criando artificialmente desequilíbrios sociais. “Esse materialismo feroz que incendeia igrejas assassina sacerdotes, desmoraliza as famílias, destrói as estruturas da sociedade cristã”<sup>619</sup>. Decompõem toda defesa de sociedades espiritualistas desprevenidas. As defesas seriam, portanto o núcleo familiar, o grupo nacional e o clima religioso, atacados tanto pelo marxismo quanto pelo “nacionalismo totalitário”, que dissolveriam a personalidade humana em súditos. Para salvaguardar a civilização afirma-se então conceito de democracia cristã, que aceitando a “igualdade de direitos de todos os homens, a fraternidade entre si e a liberdade de expansão individual até os limites da liberdade alheia”<sup>620</sup>, e assim, impede que o exercício da maioria seja uma ditadura contra a minoria, o que ocorreria nas democracias materialistas, “mesmo quando a verdade e a justiça

---

<sup>615</sup>Ibidem. p. 32.

<sup>616</sup>Ibidem. p. 55.

<sup>617</sup>Ibidem. p. 48.

<sup>618</sup>**Diário dos Campos**. 28.09.1955.

<sup>619</sup>SALGADO, P. **O conceito cristão da democracia**, op. cit. p. 171.

<sup>620</sup>Ibidem. p. 88.

10 a 13 de maio de 2010

estejam com a minoria”. E a crítica ao sufrágio universal se mantém (“vontade da multidão inconstante conduzida ao sabor dos audaciosos”<sup>621</sup>), e justifica sua atuação direta na política. “São milhares de moços que Plínio Salgado arranca do vício, da corrupção, do desespero, da praga do empreguismo, do comunismo, do indiferentismo, de todas as degradações [...] cumprindo o com o próprio dever, de Deus, da Pátria e da Família XXX”. Uma “democracia de efeito”, baseada na consciência religiosa, que se pretende universal e por isso construída de maneira difusa, sem qualquer interpretação incisiva para os escritos bíblicos e que se afirma na contradição à outras correntes políticas, “[...] palavra feita de idealismo, de amor ao Brasil, calcada nos princípios eternos do evangelho”<sup>622</sup>.

Nosso papel é proclamar contra os obsecados [sic] do Individualismo os deveres do Homem com a Família, a Sociedade e a Pátria. Contra os feiticistas do Coletivismo os deveres do Homem para consigo mesmo, no sentido de manter integras as expressões de sua personalidade no Espaço (Propriedade e Nação), no Tempo (Família e Tradição), no Espaço-Tempo (liberdade e obrigação de trabalho e direito a salário justo) e, finalmente, na Eternidade (Religião)<sup>623</sup>.

Durante a campanha a democracia cristã irá ser inserida como elemento de retórica para propostas, ou simplesmente como afirmação, como ato de fé, “[...] palavra feita de idealismo, de amor ao Brasil, calcada nos princípios eternos do evangelho”<sup>624</sup>. Ela é garantia de justiça social, um futuro que não é incerto, restauradora de um tempo onde os valores morais se davam como certos e absolutos. “No torvelinho das emoções hoje tão intensas, onde a acumulação, a contenda, a ira, o orgulho, o egoísmo, se debatem numa disputa que esgota personalidade; PLÍNIO SALGADO será o ponto de partida na orientação da propagação da moral, da religião, dos bons exemplos”<sup>625</sup>.

[...] palavras que traduzem um sentimento que se encontra no coração de todos os brasileiros bem formados e que sonham ver dentro em breve, a nossa Pátria dirigida por mãos responsáveis e que saibam realmente, conduzi-la para o futuro grandioso que Deus à ela destinou [...] o Sr. Plínio Salgado, com o seu misticismo religioso e democrático leva uma palavra de fé, de conforto, ao desconsolado homem brasileiro. A sua campanha é de uma evangelizadora, profundamente nacionalista, altamente moralizadora. A sua preocupação e nisto difere de todos os candidatos não é vencer o pleito, mas acordar o Brasil despertar esta nação tão jovem que jaz sob o domínio de todos os vícios<sup>626</sup>.

Esta garantia do futuro se dá no mito político através da “Idade do Ouro”, um tempo, seja no passado ou no futuro, que garante para as expectativas

<sup>621</sup>Ibidem. p. 89.

<sup>622</sup>**Diário dos Campos**. 01.09.1955.

<sup>623</sup>SALGADO, P. **O conceito cristão da democracia**, op. cit. p. 126.

<sup>624</sup>**Diário dos Campos**. 01.09.1955.

<sup>625</sup>**Diário dos Campos**. 20.08.1955.

<sup>626</sup>**Diário dos Campos**. 04.09.1955.

10 a 13 de maio de 2010

acerca do Salvador. “O passado ao qual se referem nunca foi diretamente conhecido; seu poder evocador é o de um modelo, de um arquétipo, [...] parece por definição dar um valor suplementar de exemplaridade”. Ela se opõe ao presente, um tempo decadente, e promete um futuro glorioso, onde as respostas são certas e a ordem social se estabelece definitivamente. “Ao mesmo tempo ficção, sistema de explicação e mensagem mobilizadora”<sup>627</sup>.

Para que pacificamente se realizem dois golpes “ao invés” de um só: um “golpe” para a Glória, outro para o Êxito: O para a Glória visando formar elite nacional virtuosa e sábia, O para o êxito, criando ambiente de Otimismo e Abundância, único capaz de levar as Nações a seus altos destinos<sup>628</sup>.

É a construção mítica mais comum nos discursos políticos, e embora este seja datado, ela parte do princípio de a-historicidade. O mito é comumente entendido como uma idéia falsa, que confrontada com a realidade desaparece, o que não se verifica na utilização do mito político, já que ao contrário das narrativas de origem os discursos políticos estão em choque entre si. O mito é voltado para eficácia do discurso que a profere, portanto é fruto, mais ou menos refletido de uma estratégia política. Mas não deve ser encarnado como mera demagogia, é possível que seus divulgadores também o vivenciem, “isento [Plínio] da politicagem de campanário, do ladravazes e exploradores dos dinheiros públicos e da boa fé do Povo desta terra iluminada pela Cruz de Cristo e que pela vontade e pela determinação de seus filhos há de conduzi-la a seus gloriosos destinos”<sup>XX</sup>.

Para Girardet o "mito é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real"<sup>629</sup>. Mas esta narrativa fornece algumas chaves para compreensão do presente, funções explicativas da cultura em que é construída e que por sua vez ajuda a construir. O mito se organiza em imagens em sucessão, tal qual o sonho. Esta dinâmica de imagens se encadeiam, respondem-se, confundem-se. Por isto, e por ser prioritariamente polimorfo, sua compreensão não pode ser definida em termos precisos, "senão em consequência de uma operação conceitualizante, obrigatoriamente redutora"<sup>630</sup>. O autor ainda entende quatro grandes conjuntos formadores do discurso mítico na política: O Salvador, a Idade do Ouro, a Unidade e a Conspiração. Eles se complementam dentro do discurso, construindo sua coerência e também a negando, através da Conspiração. A “Idade do Ouro” é um tempo de felicidade e inocência, podendo ser localizado no passado, como para os nazistas, ou no futuro, como para os socialistas.

<sup>627</sup>GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 98.

<sup>628</sup>**Diário dos Campos**. 17.09.1955.

<sup>629</sup>GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. op. cit. p. 13.

<sup>630</sup>Idem. p. 14.

O povo está com Plínio! O povo já viu que Plínio é para ele a única esperança. E, realmente, que poderá o povo esperar dos outros candidatos? Nada. Porquê eles representam a continuidade de um mundo que já morreu! A palavra nova, a palavra de esperanças, está agora com Plínio. Ele tem falado a palavra que o povo compreende<sup>631</sup>.

Geralmente é construída pela oposição entre cidade e campo, um tempo mais lento que traz percepções da vida que se degradou ao se intensificar. “Pureza perdida, portanto, mas também solidariedades rompidas”<sup>632</sup>. Esta exaltação dos valores de comunidade garantem a coesão do mito, que pode ser concedida ao homem moderno, acabando com a solidão que o atormenta.

Mas nem tudo no Brasil são trevas. As pequeninas faíscas aqui e ali vão-se aglomerando em intenso clarão; é o clarão anunciador da madrugada da ELITES a serviço de Deus e do Estado. É a aurora boreal de 3 de outubro. Os brasileiros nascidos para a glória vão ter seu dia [...] Durante e após o comício, pudemos encontrar senhoras e homens que extravasavam suas emoções por meios de lágrimas vertidas em abundância e um sr. a quem nos dirigimos respondeu a nossa pergunta: estas lágrimas são o resultado de haver Deus olhado para nós após tantos anos de espera<sup>633</sup>.

Esta sociedade futura é determinada pelos laços que a supõem, sendo assim ela se encerra dentro de algumas qualidades ou virtudes, “resultado inelutável, afinal, da própria lógica do caminho mítico: a representação de um espaço social necessariamente reduzido, obrigatoriamente fechado sobre si mesmo”<sup>634</sup>.

### **Considerações finais:**

A harmonia entre o homem e o universo estabelece a função do Salvador, que irá guiar a multidão através de sua palavra e conciliando, ou simplesmente suprimindo, a multiplicidade de discursos em um uno. E neste ponto o integralismo no pós-guerra foi efetivo, pela manutenção do discurso religioso, profundamente arraigado na população brasileira e paranaense do período. Em um momento de intensas modificações sociais no país, ainda traumatizado pelo golpe de 1954 e o suicídio de Getúlio Vargas, encontrou na promessa de ordenamento social autoritário viés para extravasar não só sua insatisfação com a política da época, mas em relação ao desejo de um futuro que promettesse ser garantido, podendo ter

<sup>631</sup> **Diário dos Campos**. 01.09.1955.

<sup>632</sup> GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**, op. cit. p. 119.

<sup>633</sup> **Diário dos Campos**. 21.09.1955.

<sup>634</sup> GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**, op. cit. p. 127.

sentido em meio ao caos social. Esta eleição foi uma das mais disputadas da história da República, tendo seu vencedor pouco mais de 35% dos votos e ainda havendo enorme abstenção, cerca de 40% do eleitorado. E impressiona o crescimento do PRP em relação a eleição de 1950, quando só tinha conseguido 0,66% das cadeiras do parlamento<sup>635</sup>.

O autoritarismo reflete em questões como a discussão sobre a democracia interna do partido como modelo de uma futura gestão, o que corrobora a tese de Calil, que esta noção de democracia autoritária era compartilhada por outras agremiações políticas, não se esperando modelo distinto. “Componentes autoritários estão presentes e circulam no imaginário social brasileiro. A vinculação destes a aspectos concretos da realidade propicia, no Paraná da década de 50, solo fértil para aceitação desta tendência”<sup>636</sup>. Existem alguns indicativos que esclarecem a identificação do eleitor pontagrossense com a propaganda eleitoral de Plínio Salgado: o passado integralista, a permanência de grupos da elite campeira no poder, a presença marcante de intelectuais conservadores (que mesmo que não integralistas defendiam posturas similares) nas instituições de ensino, nos órgãos de comunicação, nas entidades de serviço e a afinidade com o anticomunismo católico. Além disto observa-se a presença de antigos integralistas em outros partidos, como o PSD e o PTB. Isto talvez esclareça a falta de embates diretos e a aceitação velada a doutrina do PRP<sup>637</sup>.

Os indicativos discutidos aqui trazem uma oportunidade de se pensar o processo político tendo como base os significantes culturais presentes na sociedade. A disputa pela hegemonia de um projeto político passa pela disputa de se fazer portador de elementos que extrapolam o campo político.

A história política brasileira, com seus raros momentos democráticos, faz da eleição, pelo voto direto, do Presidente da República, um momento privilegiado de estudo. É quando afloram à superfície social projetos políticos, sensações, sentimentos, expectativas e ações que podem permanecer submersos em outros momentos da vida em sociedade<sup>638</sup>.

### **Bibliografia:**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERGER, P.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

---

<sup>635</sup>CALLAGE NETO, R. **A cidadania sempre adiada: da crise de Vargas em 54 à era Fernando Henrique**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002. p. 91.

<sup>636</sup>SZVARÇA, D. R.; CIDADE, M. L. "O voto 'verde' em Curitiba". **Questões e debates**, op. cit. p. 209.

<sup>637</sup>DITZEL, C. H. M. **Imaginário e representações: o integralismo nos Campos Gerais (1932-1955)**. op. cit.

<sup>638</sup>SZVARÇA, D. R.; CIDADE, M. L. "O voto 'verde' em Curitiba". **Questões e debates**, op. cit. p. 202.

CALIL, G. **O integralismo no processo político brasileiro** – o PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa. Tese de Doutorado. UFF/ UNIOESTE: Niterói, 2005.

CALIL, G. **O integralismo no pós-guerra**: a formação do PRP. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CALLAGE NETO, R. **A cidadania sempre adiada**: da crise de Vargas em 54 à era Fernando Henrique. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.

CAVALARI, R. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru: Edusc, 1999.

Centro de Estudos Marxistas. **Fios de Ariadne**: ensaios de interpretação marxista. Passo Fundo: UPF, 1999.

CERTEAU, M de. **A invenção do cotidiano**. vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, R. **História cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1989.

CHAVES, N. B. **A cidade civilizada** – Discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos na década de 1930. Curitiba. Aos Quatro Ventos, 2001.

CODATO, A.; SANTOS, F. J. dos (orgs.). **Partidos e eleições no Paraná** – uma abordagem histórica. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, 2006.

DITZEL, C. de H. M. **Imaginário e representações**: o integralismo nos Campos Gerais (1932-1955). Ponta Grossa: UEPG, 2007.

GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LIMA, E. De; ARIAS, J. M. Neto; ALMEIDA, M. de (orgs.). **Violência e direitos**: 500 anos de lutas; anais do VII Encontro Regional de História. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

MIGUEL, L. **Mito e discurso político**: uma análise à partir da campanha eleitoral brasileira de 1994. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.



SALGADO, P. **Discursos**. São Paulo: Panorama, 1947.

SALGADO, P. **O conceito cristão da democracia**. São Paulo: Editorial Guamumby, 1945.

SALGADO, P. **Primeiro, Cristo!** São Paulo: Voz do Oeste; Brasília: INL, 1978.

SALGADO, P. **Psicologia da revolução**. Obras completas vol. 7. São Paulo, das Américas, s/d.

SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e cultura**: Gramsci. Curitiba: UFPR, 2007.

TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro da década 30. São Paulo: Difel, 1979.

WACQUANT, L. (org.). **O mistério do ministério**: Pierre Bourdieu e a política democrática. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

SZVARÇA, D. R.; CIDADE, M. L. "O voto 'verde' em Curitiba". **Questões e debates**. Curitiba: Jun-Dez. 1989.

COSTA, G.; SILVA, J. **Análise da narrativa jornalística**: Construção de sentido pela notícia. Disponível em <http://www.unicamp.br/gtpsmid/artigos/gustavoejorge.pdf>.

SALGADO, P. **Manifesto de 7 de outubro de 1932**. Disponível em <http://www.integralismo.org.br/novo/?cont=75&vis=>.

**O integralismo no Paraná pelo periódico “A Razão” (1935)**

Rafael Athaides\*

**Resumo:** O presente trabalho visa apresentar as possibilidades de análise de nosso objeto de estudo, a província paranaense da Ação Integralista Brasileira, tomando por base o periódico oficial do movimento, em âmbito local, o jornal “A Razão”. Juntamente com as demarcações limítrofes das fontes, buscaremos exemplificar o seu uso na elucidação das questões que ora nos interessam para uma pesquisa em curso sobre o integralismo no estado do Paraná.

**Palavras-chave:** integralismo, imprensa, estado do Paraná.

A análise de fonte ensaiada neste trabalho tomou por base o primeiro número do periódico oficial da Ação Integralista Brasileira, província do Paraná, intitulado “A Razão”, publicado no dia 1 de maio de 1935. No entanto, algumas referências esporádicas foram feitas a outros números do mesmo periódico, extraídos do corpo de 27 exemplares de “A Razão”, à época da pesquisa constantes no Acervo Benno Mentz, do Instituto Latino-americano de Estudos Avançados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.<sup>639</sup> Embora trabalhemos aqui com uma fonte específica, na medida do necessário, faremos alusão a outras que nos fornecerão informações complementares, em especial, as fontes oriundas da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná.

O periódico, que se auto-intitulava “Órgão de Doutrina e Propaganda da A.I.B. da Província do Paraná”, era hebdomadário, de circulação estadual num primeiro momento e, posteriormente, regional; em geral cada número possuía seis páginas. A primeira tiragem foi de 2000 exemplares e não temos informações exatas sobre as tiragens dos demais números, sabemos, no entanto, que a partir do número 6 as tiragens foram ampliadas para atender à demanda interna e do estado de Santa Catarina<sup>640</sup>.

No quadro da imprensa periódica local dos anos 1930, é razoável caracterizar *A Razão* como um jornal materialmente de qualidade, se comparado com outros periódicos gerais da época, como a *Gazeta do Povo*. Assim como a maioria dos periódicos integralistas regionais,

---

\* Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá, doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná, docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: rafael.athaides@gmail.com.

<sup>639</sup> O Acervo Benno Mentz foi transferido para o Espaço de Documentação e Memória Cultural – DELFOS, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>640</sup> A assinatura anual custava 6\$000 e a semestral 4\$000. “*A Razão*” *augmenta sua tiragem*. Jornal “A Razão”, n. 1 - 11/06/1935, Curitiba, Paraná, p.2. UFRGS – ILEA – Acervo Benno Mentz, Porto Alegre. Por se encontrar entre os documentos de Benno Mentz, também é possível que o jornal chegasse até o Rio Grande do Sul.

10 a 13 de maio de 2010

o financiamento de *A Razão* se dava por meio da venda direta, assinaturas e patrocinados/anunciantes<sup>641</sup>.

Em seu conjunto discursivo salta aos olhos a ênfase na propaganda direcionada ao operário. É sintomática, nesse sentido, a escolha da data do primeiro de maio para lançamento do jornal, sob a chamada em letras garrafais: “Operario humilde e patriota, constructor anonymo da Nação! Hoje, no teu grande dia, dedicamos a ti esta folha – Lê com atenção; ella te pertence!”<sup>642</sup>. Abaixo, a imagem de operários erguendo a bandeira integralista e a bandeira nacional, em primeiro plano; ao fundo uma cidade fabril, idílica mesmo para a Curitiba de meados dos anos 1930.



Fonte: *Jornal “A Razão”, n. 1 - 01/05/1935, Curitiba, Paraná, p.1. UFRGS – ILEA – Acervo Benno Mentz, Porto Alegre, p. 1.*

O jornal era dirigido pelo acadêmico de medicina Jorge Lacerda, secretário provincial de imprensa e chefe do departamento de estudantes da A.I.B.<sup>643</sup> No expediente de “A Razão”

<sup>641</sup> Sobre outro periódico com as mesmas características, *A Ação*, de São Paulo, ver DOTTA, 2003.

<sup>642</sup> *Jornal “A Razão”, n. 1 - 01/05/1935, Curitiba, Paraná, p.1. UFRGS – ILEA – Acervo Benno Mentz, Porto Alegre, p. 1.*

<sup>643</sup> *Folha de anotações e antecedentes de Jorge Lacerda*. Pront. 1967, Top. 387, “Jorge Lacerda”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná. Lacerda teve uma das trajetórias mais interessantes entre os integralistas do Paraná. Líder estudantil na Universidade do Paraná (ingresso no curso de Medicina, em 1931), Jorge Lacerda participou da Sociedade de Estudos Políticos, fundada por Plínio Salgado no início dos anos 1930, precursora da A.I.B. e posteriormente entrou para o integralismo como um dos líderes da Província do Paraná. Teve participação na chamada “Intentona Integralista” de 1938 e seguiu carreira no Partido de Representação Popular no pós-guerra. Foi eleito Deputado Federal por Santa Catarina (em dois mandatos) e governador do estado, na década de 1950. Sua carreira foi interrompida pelo trágico acidente aéreo ocorrido em São José dos Pinhais, Paraná, em 1958, no qual também faleceu o ex-presidente da República, Nereu Ramos. Sobre a carreira de Lacerda, ver SERTEK, Paulo, 2009 e CALIL, 2010.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

ainda constam: João Alves da Rocha Loures Sobrinho (redator chefe), Frederico Carlos Allende (gerente), Oscar Witt (secretário), Valdemir Bueno, Lourival Wendler e Angelo A. Dellegrave (auxiliares).

De uma forma geral, o periódico traz informações relevantes para o estudo dessa seção provincial da A.I.B. divididas em três eixos: 1) *ideologia*; 2) *organização provincial*; 3) *práticas políticas e inserção política local*;

## **Ideologia**

Os textos que se referem ao aspecto ideológico do integralismo aparecem espalhados pelo periódico sem uma regularidade espacial ou temática. São escritos do chefe provincial, Manoel Vieira de Alencar, do redator chefe Rocha Loures Sobrinho, do diretor Jorge Lacerda e dos líderes nacionais da A.I.B. (Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso). Os textos doutrinários mais “combativos” são anônimos.

Nesses escritos doutrinários, cuja preocupação fundamental era disseminar a doutrina, cabe-nos indagar em que medida os vários “integralismos” foram reproduzidos no jornal paranaense. Em outras palavras, quais aspectos da doutrina são constantes e quais colocados em segundo plano? Quais doutrinadores são preferidos pelo redator do jornal e quais fases de suas criações aparecem nos textos do periódico? Como a província do Paraná recebe e reelabora de acordo com as contingências locais essa doutrina? Quais as relações dessas reelaborações no contexto local?

Grosso modo, a diferenciação ideológica mais conhecida e que nos permite, inicialmente, falar em “integralismos”, se dá em virtude das diferentes concepções de mundo dos seus chefes doutrinários: Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Miguel Reale e Olbiano de Mello; também podemos falar em “integralismos”, no plural, se pensarmos a ideologia geral do movimento sob outros dois aspectos: como evolutiva, não estática ao longo do tempo e não restrita à ideologia dos líderes, ou seja, que deságua nas bases partidárias passando por apropriações (TRINDADE, 1979).

O texto inaugural do periódico é um exemplo de “recorte doutrinário”. Segue abaixo a transcrição:

*A GRANDE MARCHA*<sup>644</sup>

---

<sup>644</sup> *Jornal “A Razão”, n. 1 - 01/05/1935, Curitiba, Paraná, p.1. UFRGS – ILEA – Acervo Benno Mentz, Porto Alegre, p. 1.*

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

*Lançamos hoje o primeiro número da “A Razão”.*

*Adoptamos este nome, como homenagem ao primeiro órgão doutrinário do Chefe Nacional, publicado em São Paulo, “A Razão”, que foi a grande tribuna de onde elle gritou a 40 milhões de brasileiros: “Despertemos a Nação!”.*

*Esta folha sae excepcionalmente hoje, quarta-feira, 1. De Maio, porque a queremos dedicar ao humilde e pobre operario, que soffre e trabalha pela grandeza da Patria, na resignicação eterna de seus sacrificios e de suas dôres.*

*Nem podia ser de outra forma, porque o integralismo nasceu das exigencias imperativas das classes desfavorecidas.*

*Porque o integralismo é a sintonizaçào profunda e verdadeira de todos os aneios e de todos os soffrimentos de uma Patria revoltada!*

\*\*\*

*“A Razão” surgiu para uma offensiva e para uma Grande Marcha...*

*Offensiva contra uma civilizaçào burgueza, materialista, decadente, e contra todas as forças desagregadoras da naçào!*

*Uma Grande Marcha para um novo typo de Civilizaçào para a Quarta Humanidade Prophetizada por Plínio Salgado!*

*E esta Marcha, que é Marcha irresistivel do Brasil, há de acordar a Civilizaçào, que dorme no seio maravilhoso da Atlantida lendaria!*

*E no Continente Sul Americano, há de despontar o esplendor eterno da Civilizaçào Atlantida!*

*Galvanizados pela fé, hão de erguer com os olhos fitos numa só idéa, os Estados Integralistas Sul Americanos!*

*Bolívar, que não pode effectivar o seu sonho, como imperio de sua espada, há de se surpreender um dia, vendo Plínio Salgado, realizando-o somente com a força de sua fé e de sua palavra! Esta Grande Marcha traz consigo o impulso de 400 anos de sacrificios, de aneios, de inquietudes e de luctas mallogradas...*

\*\*\*

*O Brasil temperou-se na dôr e nas revoltas intimas e creou uma consciencia propria.*

*E elle poz em marcha os seus filhos...*

*Não há leis, que possam paralizar a marcha consciente de uma Naçào!*

*Abafaram porém, o rumor de seus tambores, de suas milicias e de seus clarins!*

*Mas que são esses rumores, já abafados, deante dos rumores revoltados da propria consciencia nacional, que não se abafam nem com leis, nem com decretos?*

\*\*\*

*Nesta hora incerta, em que nos ares sulcam relampagos ameaçadores, si os homens não olharem com mais amor para o Brasil, para os seus verdadeiros patriotas, deixando no abandono triste, esta grande Naçào; as forças demolidoras da anachia vermelha e as forças gananciosas do Capitalismo Internacional, hão de destruir a nossa Patria, trasnformando-a em escombros!*

*Mas, como já dissemos um dia, mesmo debaixo destes escombros, nunca deixará de palpitar de amor pelo Brasil, o coração de uma CAMISA-VERDE!*

Encontram-se neste excerto elementos que fazem parte do que podemos chamar de “cosmogonia” do integralismo: figuram os seus principais inimigos, com exceção de um (o judaísmo), referências escatológicas para o Brasil e para a América do Sul e os diferentes nacionalismos de Plínio Salgado, correspondentes às suas diferentes fases como escritor e político, respectivamente.

Como característica básica do tronco de movimentos políticos do qual o integralismo se inspirou, os camisas-verde apresentam e combatem, nesse excerto, as suas antíteses<sup>645</sup>. Figuram, assim, a “civilizaçào burguesa, materialista, decadente”<sup>646</sup> e o termo vago “forças

<sup>645</sup> Tomando os textos ideológicos da A.I.B., de uma forma geral, os principais inimigos do movimento são o liberalismo, o socialismo, o capitalismo internacional e as sociedades secretas ligadas ao judaísmo e à maçonaria (TRINDADE, 2007, p. 390).

<sup>646</sup> Num dos textos clássicos da doutrina integralista, temos a elucidaçào para o combate à “civilizaçào

desagregadoras da nação”; sem dúvida entre essas “forças” estão “as forças demolidoras da anarquia vermelha”, citadas na última parte do texto.

Poucas referências diretas remetem ao antissemitismo e ao racismo declarados, presentes predominantemente no pensamento de Gustavo Barroso<sup>647</sup>. Vagamente, sob o uso dos termos “raça”<sup>648</sup> e “Capitalismo Internacional”, faz-se a associação ao judaísmo. Um texto significativo de Rocha Loures Sobrinho, militante que se mostrou até o momento de nossa pesquisa o camisa-verde local mais preocupado com questões ideológicas, vê-se explicitamente o judaísmo associado ao comunismo, ao capitalismo financeiro internacional e ao assassinato de Cristo:

Operários do Brasil! Medi as vossas decisões, neste dia do Trabalho. Pensai no vosso futuro, e no futuro dos vossos filhos. A dignidade do trabalhador é um facto muito sério. O sentimento de honra é coisa que não se empenha pelos trinta dinheiros dos judeus da Russia. Personalidade não pode triturar-se no mecanismo dos aniquiladores de povos, que têm as suas sedes em Moskow, Londres e Nova York.<sup>649</sup>

Contudo, textos com esse teor são raros nos outros números do periódico.

As ideias escatológicas sobre “a Quarta Humanidade”, “a Civilização Atlântida” e os “Estados Integralistas Sul Americanos” constam em vários textos doutrinários e de períodos diferentes da evolução da ideologia integralista. O *nacionalismo* integralista carregou, ao longo da história da A.I.B, a faceta literária e romântica de Plínio Salgado, mesclado com outras formas mais combativas de nacionalismo (nacionalismo econômico e racista) (TRINDADE, 2007).

Podemos dizer que essas elucubrações que versam sobre um futuro *mundo latino integral* (associadas ao mito da Atlântida perdida) fazem parte da fase lírica do período pré-integralista de Plínio. A “Quarta Humanidade Prophetizada por Plínio Salgado”<sup>650</sup> está

---

burguesa”, aparentemente incoerente, uma vez que outro dentre os seus maiores inimigos, o comunismo, sustentava essa bandeira como ponta da lança. Na *Cartilha do Integralismo Brasileiro*, obra conjunta de Salgado e Reale, os autores mostram que os ataques capitalismo se davam no nível do combate ao *capitalismo financeiro internacional*, sendo os pressupostos do sistema nunca foram colocados em cheque. Idéia para o futuro *Estado Integral* é de que a “técnica capitalista assuma uma função eminentemente social” (SALGADO; REALE, apud. TRINDADE, 2007, p. 390).

<sup>647</sup> Numa análise prévia constatamos que em todos os números do periódico o antissemitismo aparece de forma muito velada, as causas para tal omissão ainda carecem de esclarecimento.

<sup>648</sup> “A Força Gigante de Uma Raça Levantará as Grandes Colunas do Edifício da PATRIA”. Jornal “A Razão”, n. 1 - 01/05/1935, Curitiba, Paraná, p.1. UFRGS – ILEA – Acervo Benno Mentz, Porto Alegre.

<sup>649</sup> SOBRINHO, Rocha Loures. *O Trabalho Integralista*. Jornal “A Razão”, n. 1 - 01/05/1935, Curitiba, Paraná, p.4. UFRGS – ILEA – Acervo Benno Mentz, Porto Alegre.

<sup>650</sup> No livro “A Quarta Humanidade”, lançado em 1934, Plínio explicita as humanidades, sendo a quarta àquela onde “se realize o Homem Integral penetrado do sentido profundo do Cosmo, como a Primeira Humanidade; iluminado pelo Verbo Divino, como a Segunda; senhor dos elementos, como na Terceira” (SALGADO, 1955, p. 33).

contemplada em obras doutrinárias de Salgado e Barroso que, inspirados em Mussolini, buscavam conquistar toda a América Latina para o integralismo, de forma a constituir nela a idílica civilização perdida da Atlântida<sup>651</sup>.

### **Organização provincial**

Do ponto de vista da organização da A.I.B. no Paraná a documentação aqui analisada permite uma visualização quantitativa e qualitativa. Embora o cotejamento com outras fontes seja necessário, pelo jornal é possível estabelecer a mínima estrutura organizativa e hierárquica do partido, bem como suas ramificações interioranas.

Apenas com o primeiro número do jornal, foi possível constatar que a Ação Integralista possuía no Paraná 22 núcleos municipais, fora a sede provincial, Curitiba. Eram elas: Ponta Grossa, Paranaguá, Rio Negro, Antonina, Morretes, Teixeira Soares, Guarapuava, Rio Azul, Campo Largo, Thomaz Coelho, Rebouças, Jatahy, Castro, Portão, S. Casemiro do Taboão, Bariguy, São José dos Pinhais, Mandirituba, Palmas, Imbituva, Mercês, Boacaiuva.

Até o número 19, porém não de forma contínua, o periódico trouxe uma seção intitulada “O Integralismo nos Municípios”, “A Marcha Integralista nos Municípios” ou “Página dos Municípios”. Isso permitiu, por exemplo, verificar que depois de Curitiba, Rio Negro e Ponta Grossa representavam os núcleos mais importantes no estado, contando eles com vários sub-núcleos e departamentos<sup>652</sup>.

Outra constatação, que exemplifica as possibilidades da fonte, é a articulação entre os grupos do litoral (Morretes, Antonina e Paranaguá), observada na organização de eventos da A.I.B.<sup>653</sup>. Cabe aqui notar que o Partido Nazista no Paraná também se utilizava dessa estratégia, chegando a fundar um grupo denominado “grupo independente do litoral”. (ATHAIDES, 2007, p. 85).

A departamentalização da província do Paraná também é observável no jornal, uma vez que os integralistas faziam questão de apresentar as ramificações de sua organização, nas

---

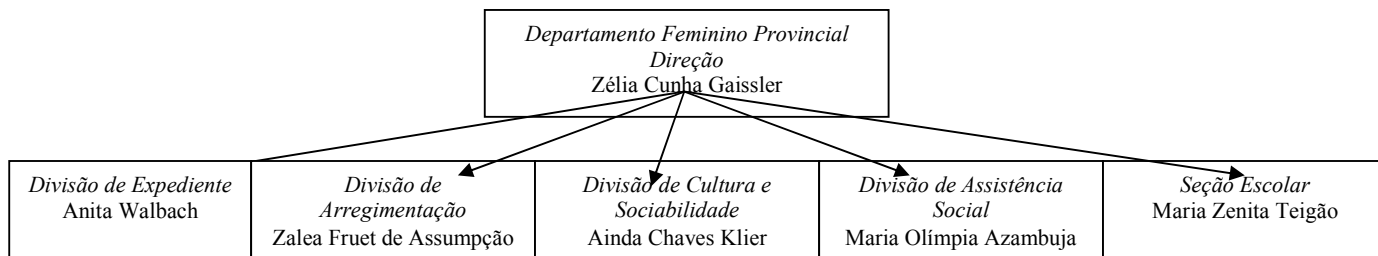
<sup>651</sup> Na obra *O Quarto Império*, de Gustavo Barroso, podemos ler: o “Integralismo brasileiro constituirá um grande Império, uma grande República Imperial, um grande Império Cristão e sua doutrina integral influenciará os destinos da humanidade” (BARROSO, apud. TRINDADE, 2007, p. 387). Salgado, em *Quarta Humanidade*, afirma que a “Quarta Humanidade terá sua base física na América Latina” (SALGADO, apud. TRINDADE, 2007, p. 385), por isso o autor do documento menciona os “Estados Integralistas Sul Americanos”, comparando-os à ideia do sonho unitivo de Simón Bolívar.

<sup>652</sup> Aproximadamente 500 e 400 filiados, respectivamente. Pelos arquivos da DOPS/PR, o número de militantes filiados ao integralismo em Curitiba está pouco abaixo de 1000. *Relação dos integralistas desta Capital*. Fls. 24-36. Pront. 2566, Top. 423. “Manoel Vieira de Alencar”. DOPS/PR – Arquivo Público do Paraná.

<sup>653</sup> *O Integralismo nos Municípios, Morretes*. Jornal “A Razão”, n. 1 - 01/05/1935, Curitiba, Paraná, p. 5. UFRGS – ILEA – Acervo Benno Mentz, Porto Alegre.

10 a 13 de maio de 2010

colunas do periódico que apresentavam os resultados obtidos pelos diferentes departamentos. A título de exemplo, o n. 1 do jornal nos mostra como estava organizado o Departamento Feminino Provincial com suas chefias<sup>654</sup>:



### *Práticas políticas e inserção política local*

No âmbito das ações de política partidária da A.I.B. no Paraná, “A Razão” traz elementos que nos permitem entender as estratégias de propaganda da organização em âmbito local (sejam as estratégias discursivas presentes no jornal ou as da prática partidária cotidiana).

Além disso, o alcance político do integralismo no Paraná pode ser visualizado por meio da divulgação de alguns resultados eleitorais veiculados. Algumas reportagens indicam, inclusive, as seções de votação onde o partido teve resultados expressivos na cidade de Curitiba<sup>655</sup>.

As estratégias de propaganda observáveis no periódico são multiformes. Mesmo a seção “O Integralismo nos Municípios” pode ser considerada uma tática propagandística, uma vez que lançava mão incessantemente do argumento do crescimento da organização e da “conversão” de indivíduos para a militância no interior (provavelmente extrapolar os resultados reais).

Eventos de grande destaque como a visita de Plínio Salgado a Curitiba chegam a ocupar mais de um número do jornal. Por outro lado, num exemplo de maximização de eventos corriqueiros, o número 5 dedica boa parte de suas páginas à escala do avião que transportava “O Chefe” para Santa Catarina. Plínio teria saído do avião e dito “Aos

<sup>654</sup> *Departamento Feminino Provincial*. Jornal “A Razão”, n. 1 - 01/05/1935, Curitiba, Paraná, p. 2. UFRGS – ILEA – Acervo Benno Mentz, Porto Alegre.

<sup>655</sup> *Resultado total das eleições em vários municípios*. Jornal “A Razão”, n. 22 – 27/09/1935, Curitiba, Paraná, p. 2. UFRGS – ILEA – Acervo Benno Mentz, Porto Alegre. A elucidação do componente social dessas seções eleitorais em que a A.I.B. venceu poderá ser significativa para entender a base de apoio do partido no estado.



IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Milicianos Paranaenses Três Vibrantes Anauês!” (manchete principal do jornal)<sup>656</sup>. Depois de alguns minutos decolou novamente.

Semanas depois da visita à Santa Catarina, em junho de 1935, a chegada de Plínio a Curitiba faz o jornal aumentar o número de páginas, veiculando várias fotografias da “monumental conferência de Plínio Salgado no Theatro Guayra”<sup>657</sup>.



Fonte: “Nazismo – informes da delegacia e fotografia” – Pront. 1428, Top. 168 - DOPS/PR, Arquivo Público do Paraná<sup>658</sup>

Outra constante no jornal é a veiculação de eventos que envolviam os integralistas em outros estados: grandes comícios, passeatas, “conversões”, conflitos com comunistas, entreveros com as polícias estaduais, etc., ou seja, notícias acerca dos embates cotidianos da A.I.B. utilizadas com caráter propagandístico. Deste modo, o n. 1 de “A Razão” noticiava os acontecimentos tumultuosos sobre a atuação do polêmico deputado camisa-verde João Carlos Fairbanks na constituinte estadual de São Paulo:

[...] Eram 58 liberaes-democraticos contra 1 integralista.

Era 1 idéa nova em offensiva a idéas velhas.

No primeiro dia, a policia foi obrigada a tomar providencias, tamanha era a multidão que queria a toda força penetrar no recinto da Camara, afim de presenciar os trabalhos.

<sup>656</sup> Jornal “A Razão”, n. 5 - 31/05/1935, Curitiba, Paraná, p.2. UFRGS – ILEA – Acervo Benno Mentz, Porto Alegre.

<sup>657</sup> *O Chefe Nacional em Curitiba*. Jornal “A Razão”, n. 1 - 11/06/1935, Curitiba, Paraná, p.2. UFRGS – ILEA – Acervo Benno Mentz, Porto Alegre.

<sup>658</sup> Esta reprodução foi extraída dos arquivos da DOPS em virtude da melhor qualidade da imagem. Trata-se da mesma foto veiculada no jornal. Curiosamente a DOPS arquivou a fotografia entre a documentação dos nazistas.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Inumeros camisas-verdes enchiam as galerias e os corredores, Quando o nosso deputado (só nós integralistas podemos dizer que daqui do Paraná nós temos em S. Paulo um *deputado nosso* porque elle é um deputado do Brasil) entrou no recinto, vestindo a camisa-verde simples, aplausos se fizeram ouvir em todos os cantos [...].<sup>659</sup>

Também como tática de propaganda, os redatores utilizavam discursos de figuras proeminentes da política local, quando estes escreviam textos refletindo positivamente sobre a A.I.B. (É o caso dos discursos de Plínio Tourinho)<sup>660</sup>.

Notícias (reais ou imaginárias) de outros países da órbita fascista também figuram no jornal, sempre tentando levar o leitor a perceber a “marcha inevitável” do mundo aos fascismos:

Mais do que a França, a Inglaterra disputava a honra de ser o ultimo baluarte da democracia liberal. No entanto Sir Oswald Mosley com os seus camisas pretas assustaram os ingleses, com as demonstrações de força nas grandiosas paradas em Hyde Park e collossaes reuniões no Albert Hall. Os francistas em Paris ha poucos dias fizeram uma formidável concentração, sendo atacados pelos communistas. O fascismo está minando todas as massas da América do Norte A universidade de Columbia está sendo, apesar do seu pragmatismo ultra-moderno, invadida pela idéia fascista. A Lousania, nos Estados Unidos é um Estado fascista. (...) O Brasil não poderia ficar inerte vendo que todos os povos se movem para extirpar o communismo da sociedade<sup>661</sup>.

As propagandas contra o governo também estampam periódico quase em todos os números. Contraditoriamente, alguns artigos tentam suavizar o embate ao mesmo tempo em que manchetes como “Este Anno Teremos um Déficit de 1 Milhão de Contos! [...] Oh Governos Imprudentes do Brasil, Até Onde Pretendeis Levar Esta Nossa Pobre Patria” colocam os integralistas em situação de confronto.

O momento de publicação do primeiro número de *A Razão* é significativo, pois deixa transparecer os reflexos da publicação da Lei de Segurança Nacional sobre a A.I.B. Pouco menos de um mês antes do lançamento do periódico em Curitiba, o congresso nacional aprovara a lei Nº 38, de 4 de abril de 1935, geralmente atribuída somente como um reflexo do “avanço comunista” (a Aliança Nacional Libertadora fora fundada em março do mesmo ano). Contudo, alguns de seus dispositivos atacavam diretamente os integralistas e demais agremiações que possuíam dispositivos paramilitares:

<sup>659</sup> *Deputado Integralista Provoca Agitação na Assembléa Constituinte de São Paulo*. Jornal “A Razão”, n. 1 - 01/05/1935, Curitiba, Paraná, p. 3. UFRGS – ILEA – Acervo Benno Mentz, Porto Alegre.

<sup>660</sup> *O que diz um Paranaense Ilustre. Plinio Tourinho e o Integralismo*. Jornal “A Razão”, n. 3 - 17/05/1935, Curitiba, Paraná, p. 3. UFRGS – ILEA – Acervo Benno Mentz, Porto Alegre.

<sup>661</sup> *A Marcha do Século*. Jornal “A Razão”, n. 10 - 05/07/1935, Curitiba, Paraná, p. 2. UFRGS – ILEA – Acervo Benno Mentz, Porto Alegre.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Art. 17. Só o poder publico tem a prerogativa de constituir milícias de qualquer natureza, não sendo permittidas organizações de typo militar, características por subordinação hierarchica, quadros ou formações (sic)<sup>662</sup>.

Tendo isso em mente, a referência à lei se torna clara no trecho:

O Brasil temperou-se na dôr e nas revoltas intimas e creou uma consciencia propria. E elle poz em marcha os seus filhos...

**Não há leis**, que possam paralizar a marcha consciente de uma Nação!

**Abafaram porém, o rumor de seus tambores, de suas milicias e de seus clarins!** Mas que são esses rumores, já abafados, deante dos rumores revoltados da propria consciencia nacional, **que não se abafam nem com leis**, nem com decretos? (grifos meus)

Destarte, maio de 1935 representou um dos primeiros momentos de “conflito” (embora essa palavra tenha muita força para ser usada ainda nesse momento) entre a AIB e o governo Vargas. Embora os integralistas tenham, discursivamente, visto o fato como algo positivo, no sentido de terem sido “lembrados” pelo governo na Lei, a AIB começava a medir forças com o complexo sistema de poder que girava em torno de Vargas.

O discurso inaugural do periódico, como vimos, desferia ataques diretos à lei. A manchete do n. 2, com autoria de Jorge Lacerda, estampava em letras garrafais: “Os tambores abafados...”<sup>663</sup>. Embora o primeiro texto seja anônimo, tais manchetes e textos assemelham-se ao espírito militante encontrado nos escritos de Jorge Lacerda ou Loures Sobrinho, jovens, cuja militância exaltada cumpriu papel de destaque no plano local.

Curioso é o fato de que, ao mesmo tempo, o chefe provincial, Vieira de Alencar<sup>664</sup>, geracionalmente distante do restante dos jovens líderes integralistas locais, agradecia ao governo por ter dado “atenção especial” aos camisas-verde na elaboração da lei<sup>665</sup>, tentando de alguma forma colocar “panos quentes” na acidez do discurso.

\*\*\*

Tentamos aqui mostrar que o periódico “A Razão” nos permite uma apreensão mais que superficial do nosso objeto de estudo. Nas leituras iniciais foi possível perceber que o

<sup>662</sup> BRASIL. Lei Nº 38 de 04 de abril de 1935. Define crimes contra a ordem política e social. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, DF, 6 de abril de 1935. Seção 1. p. 6857. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao>>. Acesso em: 25 de julho de 2009.

<sup>663</sup> LACERDA, Jorge. *Os Tambores Abafados...* Jornal “A Razão”, n. 2 - 10/05/1935, Curitiba, Paraná, p. 1, UFRGS – ILEA – Acervo Benno Mentz, Porto Alegre.

<sup>664</sup> O professor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, Manoel Vieira Barreto de Alencar, contava com 62 anos, em 1935.

<sup>665</sup> ALENCAR, Vieira de. *O Integralismo e a Lei de Segurança*. Jornal “A Razão”, n. 1 - 01/05/1935, Curitiba, Paraná, p. 1 e 6. UFRGS – ILEA – Acervo Benno Mentz, Porto Alegre.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

partido conquistou uma amplitude mais que considerável no estado, atingindo resultados expressivos para uma organização que possuía apenas um ano de funcionamento, em 1935.

Contudo, inúmeras referências merecem complemento e cotejamento com outras fontes disponíveis, em especial, os arquivos da DOPS/PR, do Fundo Plínio Salgado (Arquivo Municipal de Rio Claro) e os arquivos do Tribunal Superior Eleitoral.

## **Bibliografia**

ATHAIDES, Rafael. *Zu Studienzwecken in Paraná: A ação do círculo paranaense do partido nazista (1933-1942)*. Dissertação de Mestrado. UEM, 2007.

CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel, EDUNIOESTE, 2010.

DOTTA, Renato. *O Integralismo e os Trabalhadores. As relações entre a AIB, os Sindicatos e os Trabalhadores através do jornal Acção (1936-1938)*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, SP, 2003.

OLIVEIRA, R. S. Imprensa Integralista, Imprensa Militante. In: *Primeiro Simpósio de Pesquisas Históricas dos Grupos de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS*, 2005, Porto Alegre. I Simpósio de Pesquisas Históricas dos Grupos de Pesquisa, 2005.

SERTEK, Paulo. *Contribuições para a educação em discursos e narrativas de vida de Jorge Lacerda*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, UFPR, Curitiba, 2009;

TRINDADE, Héliogio. *Integralismo, o Fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974.

\_\_\_\_\_. Integralismo: teoria e praxis política nos anos 30. In: FAUSTO, Bóris (Org.). (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

**Apontamentos para uma história da Ação Integralista Brasileira em São Paulo (1932-1938)**

Renato Alencar Dotta\*

Nos últimos anos, as universidades têm desaguado um crescente número de trabalhos cujo tema central é o integralismo brasileiro, tanto sob a forma da Ação Integralista Brasileira (AIB), agremiação que agrupava os discípulos de Plínio Salgado nos anos 30, como sobre o Partido de Representação Popular (PRP), partido que carregou os ideais integralistas do fim do Estado Novo até o início da ditadura militar. Os enfoques são os mais diversos, desde os estudos sobre a ideologia, as relações com a sociedade brasileira, e a representatividade regional, entre outros. É nesse último caso, o do recorte geográfico, mais especificamente o estadual, que se encaixa nosso texto.

A opção, feita pelos pesquisadores, por tal perspectiva, tem demonstrado as múltiplas facetas e contradições de um movimento político que se pretendia uno, através das especificidades e conjunturas regionais. O primeiro estudo a abordar o integralismo sob uma perspectiva regional foi o de Josênio Camelo Parente, de 1984 (publicado em 1986), que trata do desenvolvimento da doutrina do Sigma no Ceará.<sup>666</sup> Logo em seguida, surgiram os trabalhos de Luiz Gonzaga Cortez, publicado em 1986, que analisou o movimento integralista no Rio Grande do Norte; e o de René Gertz, que versava sobre as relações entre a AIB e os alemães em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, em 1987.

O Nordeste foi contemplado, nos anos 90, com mais duas pesquisas: as dissertações de mestrado de Giselda Brito Silva, sobre a AIB em Pernambuco; e a dissertação de João Ricardo Caldeira, referente ao desenvolvimento do credo verde no Maranhão.

Sobre o estado de São Paulo, houve sobretudo abordagens circunscritas a municípios, como o trabalho de Lídia Possas sobre atentado ocorrido em Bauru em 1934, além de suas repercussões sócio-políticas na cidade, publicado em 1993. A região de Ribeirão Preto é tratada por Willian de Oliveira Almeida, enquanto Ivair Ribeiro retrata o núcleo integralista de Olímpia como um “fascio de intelectuais”. Beatriz Brusantin discorre sobre a dinâmica integralista em Rio Claro, e a influência do Sigma no ABC Paulista também já foi abordada.

---

\* Professor Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade do Grande ABC (UniABC). Santo André – SP.

<sup>666</sup>Nesse pequeno comentário bibliográfico, limitar-me-ei aos enfoques estaduais, e depois, aos diversos referentes ao estado de São Paulo.

Juntamente com a documentação consultada em diferentes arquivos, esses trabalhos sobre a ação do Sigma em São Paulo foram fontes importantes para o texto que se segue.

### **Primórdios**

O integralismo surgiu em São Paulo. Seu fundador e principal líder, o escritor Plínio Salgado, é natural de São Bento do Sapucaí, pequena cidade do lado paulista da Serra da Mantiqueira. Mudando-se para a capital do estado, em 1919, Salgado passa a trabalhar no *Correio Paulistano*, órgão oficial do Partido Republicano Paulista. Plínio passa a se envolver ativamente com os meios culturais e políticos paulistas. Em 1922, participa da Semana de Arte Moderna realizada no Teatro Municipal de São Paulo e, em 1928, é eleito deputado estadual pelo PRP. Em 1931, funda juntamente com Alfredo Egídio de Souza Aranha, o jornal *A Razão*, em que passa a divulgar suas idéias e posicionamentos em relação ao governo provisório criado pelos revolucionários de 1930. A partir daí, seus artigos são divulgados em vários jornais pelo Brasil. O jornal, tido como favorável ao Governo Provisório, foi empastelado em 23 de maio de 1932, pelas agitações que vão culminar na chamada Revolução Constitucionalista de 1932.

Em fevereiro de 1932, Salgado funda a Sociedade de Estudos Políticos, também na capital paulista, a partir da qual será fundada, em 7 de outubro a Ação Integralista Brasileira, cuja sede nacional é, até o Congresso de Vitória de 1934, a cidade de São Paulo (à Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 12), quando após uma série de reestruturações, passa a ser o Rio de Janeiro, então capital da República.

A partir das orientações de Salgado, em São Paulo, diversos grupos vão surgindo nos estados. Entre os que participam da estruturação da Ação Integralista em São Paulo, em 1932-33 ao lado de Salgado, estão: Miguel Reale, Ulisses Paranhos, Canuto Mendes de Almeida, Leães Sobrinho, Filemon da Mota, Antônio Toledo Piza, Ataliba Nogueira, Fernando Callage, Iraci Igayara, Angelo Simões de Arruda e Alpinolo Lopes Casali (SILVA, 1971: 109).

O primeiro foco de divulgação do ideal integralista provavelmente foi a Faculdade de Direito do Largo São Francisco – bastião histórico do liberalismo no país - pois que já em novembro de 1932 é lançado um jornal intitulado *O Integralista*, com redação nesta faculdade. Trata-se do primeiro órgão da vasta e verborrágica imprensa desse movimento político.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Em 23 de abril de 1933, é realizada a primeira marcha dos camisas-verdes, na região central paulistana. Vestimenta, aliás, que havia sido envergada pela primeira vez na cidade de Rio Claro, nesse mesmo ano. Formado por “*um grupo de pouco mais de 40 jovens brasileiros, constituídos de estudantes da Faculdade de Direito, operários da Mooca, do Rio Claro e de Bauru, apareceu em marcha na direção da Rua do Carmo, onde iam realizar uma sessão cívica. Vinham da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio e passaram pelo Largo São Francisco, Rua Benjamin Constant e Praça da Sé, em hora de intenso movimento, conquanto a tarde estivesse garoenta*”(SALGADO, s.d.: 35).

Nessa primeira fase, entraram ainda no movimento Miguel Reale, Mário Graciotti, Alfredo Buzaid, João Carlos Fairbanks, José Loureiro Júnior, Roland Corbisier, Goffredo, Marcel e Inácio da Silva Telles. O primeiro chefe provincial foi Ulisses Paranhos, e o chefe da milícia paulista foi Eurico Guedes (SILVA, 1971: 109-110).

### **Antagonistas**

A AIB elegeu como seus antagonistas, desde o início, o liberalismo e o comunismo. Já em 1932, estavam entre seus objetivos “*livrar o operário e a pequena burguesia da indiferença criminosa dos governos liberais*” bem como “*salvá-los da escravidão do comunismo*” (MANIFESTO DE OUTUBRO, 1982: 13).

Identificando o programa e as manifestações do integralismo com o fascismo internacional, a esquerda - sobretudo o PCB, mas também outras organizações como os anarquistas, socialistas e trotskistas - prontamente se mobilizou e passou a investir contra o integralismo. Já em 1933, o jornal anarquista *A Plebe*, da capital paulista, através de textos e caricaturas, qualifica o movimento do Sigma como “inimigo do proletariado”. O momento mais agudo de enfrentamento entre os integralistas e seus antagonistas da esquerda e extrema-esquerda se dará, sobretudo, entre 1934 e 1935, inclusive com choques de rua, que resultaram em mortos e feridos.

O primeiro choque direto entre integralistas e antifascistas de esquerda se deu em Bauru, em outubro de 1934, durante uma visita de Plínio Salgado à cidade. No dia 3 de outubro, em plena campanha eleitoral para as eleições legislativas estaduais, militantes de Bauru e cidades vizinhas desfilavam pelas ruas da cidade, quando houve um tiroteio, vitimando fatalmente um ferroviário integralista, Nicola Rosica, e ferindo outros quatro.

10 a 13 de maio de 2010

Nunca se identificou o autor, ou autores, dos disparos, mas prontamente a polícia culpabilizou membros do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, o qual teve sua sede fechada e vários de seus membros presos. O motivo alegado foi de que entre os sindicalizados havia várias pessoas contrárias ao integralismo, e de inspiração comunista, ideologia, aliás, que era alvo preferencial da polícia. O integralista morto, Nicola Rosica, foi elevado a primeiro mártir do movimento, cuja memória seria sempre evocada como ideal de abnegação da causa do Sigma.<sup>667</sup>

Quatro dias após, na Praça da Sé, centro da capital paulista, ocorre outra refrega com antifascistas, tendo resultado ainda mais trágico: pelo menos seis pessoas mortas, entre elas dois camisas-verdes, Jayme Guimarães e Caetano Spinelli, operários - mais tarde também considerados mártires, inclusive dando nomes a escolas e bibliotecas em núcleos da AIB pelo Brasil afora –, o antiintegralista Décio Pinto de Oliveira, estudante de direito de 22 anos, dois inspetores de polícia e um guarda civil.

O tumulto começou a partir de um evento comemorativo da AIB, lembrando os dois anos de fundação da agremiação, usado inclusive como estratégia de propaganda. Dezenas de militantes, provindos de diversos pontos do Estado e do país, marchavam de vários pontos do centro da cidade, rumando para o Largo da Sé. A cerimônia havia sido amplamente divulgada.

Grupos de militantes de um amplo leque de denominações políticas - comunistas stalinistas, trotskistas, anarquistas, socialistas, além de independentes – que tinham em comum o sentimento de aversão ao que viam como a variedade brasileira do fascismo, trataram de impedir a manifestação. Na véspera, foram espalhados nas imediações diversos boletins que convocavam a “*população oprimida*” a uma contramanifestação “*para impedir que os massacradores (sic) integralistas, inimigos do proletariado e das massas populares, agentes do capitalismo, realizem o desfile do dia 7*”<sup>668</sup>.

A demonstração integralista estava marcada para as 15 horas, mas pouco antes da chegada de grande contingente de camisas-verdes, que vinham de sua sede na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, notificou-se alguns disparos na rua e de alguns prédios em torno da praça. O delegado de polícia responsável pelo policiamento no local advertiu um dos líderes

<sup>667</sup> Sobre o atentado de Bauru, ver POSSAS, Lídia. *Op. cit.*

<sup>668</sup> “O sangrento conflito na praça da Sé”. *O Estado de S. Paulo*, 9/10/1934, p. 8. Segundo a reportagem, assinavam o boletim as seguintes organizações: Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo, Sindicato dos Empregados no Comércio, União dos Alfaiates e Anexos, Partido Socialista Brasileiro, Liga Comunista Internacionalista, Coligação Proletária de São Paulo, Comitê das Mulheres Trabalhadoras, Comitê de Luta contra as Guerras Imperialistas, a Reação e o Fascismo, Comitê Estudantil de Luta contra as Guerras Imperialistas, a Reação e o Fascismo, Liga contra os Preconceitos de Raças e Religiões, Socorro Vermelho Internacional, Federação da Juventude Comunista e Partido Comunista do Brasil.



da demonstração integralista, o chefe provincial Francisco Stella, para que não entrasse na praça antes que a situação não normalizasse. “*Mas o chefe integralista achou impossível retroceder e com uma banda de música à frente, os milicianos começaram a atingir a praça. Foi então que se verificou uma enorme fuzilaria. Houve pânico entre os populares.*”<sup>669</sup>

Seguiu-se a fuga dos integralistas em pânico, incluindo mulheres e crianças, que estavam uniformizadas. O tiroteio apenas cessou completamente pouco antes das 17 horas.<sup>670</sup> Tais acontecimentos foram o batismo de fogo da adversidade entre integralistas e seus oponentes da esquerda e extrema-esquerda. Particularmente, o conflito da Praça da Sé unificou a luta antifascista, transformando-se no embrião de uma das principais organizações da História da esquerda brasileira: a Aliança Nacional Libertadora.

### **Participação em eleições**

A primeira participação eleitoral integralista foi já para a Assembléia Nacional Constituinte em 3 de maio de 1933. O registro da AIB no Tribunal Superior Eleitoral foi pouco antes, em 28 de abril. Os candidatos em São Paulo foram Miguel Reale, João Carlos Fairbanks, José Pires Pimentel d’Oliveira Jr., Joaquim Caetano Leal Sardinha. Ainda pouco conhecidos, fazem cerca de 2000 votos, não elegendo ninguém (CARONE, 1982: 209)<sup>671</sup>.

Aliás, a participação em eleições, nessa fase inicial da agremiação, visava mormente efeitos de propaganda. Em diretiva enviada pela Chefia Nacional da AIB à Chefia Provincial de São Paulo, é exposta a estratégia integralista em relação ao uso político do voto.

As eleições, para os partidos liberais-democratas, constituem uma finalidade; para o Integralismo elas representam unicamente uma operação tática, um meio de propaganda, de infiltração doutrinária em todos os rincões da terra brasileira, de organização de novos núcleos e da arregimentação de novos elementos. (...) O voto é tão ilógico, que nós nos serviremos dele para combatê-lo.<sup>672</sup>

---

<sup>669</sup> *Id.*

<sup>670</sup> Para o relato de um dos combatentes antifascistas, ver: MAFFEI, 1984. Os integralistas contestam que tenha havido ali uma batalha: “*Não houve batalha nenhuma, mas simples tocaia. Não tocaia grande, mas tocaia suja, com os agressores bem protegidos, alvejando do alto das janelas moços inermes e desprevenidos.*” Cf. REALE, 1986: 79.

<sup>671</sup> Ver também *A Platêa*, 3/5/1933.

<sup>672</sup> A diretiva da Chefia Nacional foi transcrita em carta enviada pela Chefia Provincial aos núcleos municipais do estado, documento “*que se tornou palavra de ordem do Chefe Nacional a todos os setores integralistas do Brasil*”. Carta de 2/8/1934, assinada por Lafayette Soares de Paula, secretário interino do Departamento Provincial de Organização Política da AIB de São Paulo. Fundo Plínio Salgado/Arquivo Municipal de Rio Claro.

10 a 13 de maio de 2010

Apesar da posição contrária do integralismo contra as autonomias estaduais, pretendia-se, pois, usar os legislativos estaduais, como importantes tribunas para ecoar seus ideais aos quatro ventos:

É preciso notar, porém, que as Assembléias Constituintes Estaduais poderão assumir aspectos e atitudes nocivas à unidade da Pátria e ao desenvolvimento do Integralismo, sendo de toda a conveniência que tenham nelas as vozes nacionais dos ‘camisas-verdes’. Os debates darão oportunidade a que se faça intensa propaganda de nossa doutrina. Cumpre, principalmente, lembrar que as eleições Estaduais vão apaixonar as massas populares sendo perigoso para a vitalidade do Integralismo ficarmos nos pontos mortos da opinião pública, o que acarretaria seu declínio.<sup>673</sup>

No ano seguinte, deram-se, conforme previsto pelo Governo Provisório, as eleições para as Constituintes Estaduais, em 14 de outubro de 1934. Dessa vez, a AIB concorre com maior fôlego, pois lança 38 candidatos para a Assembléia Legislativa, entre eles todos os que haviam concorrido no ano anterior (com exceção de Sardinha), mais Goffredo da Silva Telles Jr., José Loureiro Jr., Paulo Paulista, Roland Corbisier e Victor Pujol, bem como outros menos conhecidos. Dessa vez, Fairbanks consegue se eleger, com 8935 votos.<sup>674</sup>

Para a bancada classista estadual, foi eleito Machado Florence que, apesar de pertencer à AIB, não concorria pela mesma, mas sim como representante sindical da imprensa.<sup>675</sup> Ao mesmo tempo, realiza-se uma eleição complementar para Deputados Federais, na qual concorreram sete candidatos integralistas. Nenhum foi eleito.<sup>676</sup>

A posse de João Carlos Fairbanks, em 24 de abril de 1935, na Assembléia Legislativa, então localizada na Praça João Mendes, no Centro da Capital Paulista, foi tumultuada, pois havia vários militantes integralistas nas galerias durante a cerimônia. Ao fazer o juramento como deputado eleito, Fairbanks finalizou com a polêmica sentença: “*Prometo trabalhar pelo bem de São Paulo e, por conseguinte, fazer todo o mal à liberal-democracia*”, o que causou ruidosa agitação dos camisas-verdes presentes, bem como protestos dos deputados e afiliados do Partido Republicano Paulista (PRP) e do Partido Constitucionalista (PC).<sup>677</sup>

O presidente da sessão, deputado Laerte Assumpção, se viu obrigado a suspender a mesma. Quando finalmente se consegue silêncio, o deputado integralista levantou-se de sua

<sup>673</sup> *Id.* Na mesma carta, Salgado lembra que Hitler, Mussolini e Lênin fizeram uso do voto para combatê-lo.

<sup>674</sup> “As eleições nacionais de 14 de Outubro – A relação completa dos partidos, suas legendas e seus candidatos”. *Diário Popular*, 11/10/1934, p. 1; CARONE, *ibid.*

<sup>675</sup> Sobre o funcionamento da bancada classista, ver GOMES, 1980.

<sup>676</sup> “Movimento Integralista”, *Acção*, 19/1/1937, p. 2. *Diário Popular*, *ibid.* Todos os candidatos a deputado federal pela AIB em 1934, também o foram a deputado estadual no mesmo pleito, o que era permitido por lei. Entre eles, estavam Fairbanks, Pimentel e Reale.

<sup>677</sup> “A Estréia do Deputado Integralista à Assembléia Constituinte de S. Paulo”. *A Offensiva* (Rio), 27/4/1935, pp. 1 e 3.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

cadeira erguendo o braço em direção às galerias, deu anauês à Ação Integralista Brasileira, ao seu Chefe Nacional, e à Revolução Integralista, de modo que seus correligionários tumultuaram novamente o recinto, respondendo com anauês.

O semanário integralista *A Offensiva* descreve a reação geral, em tom de deboche:

Não é possível descrever o que se passou. Ao mesmo tempo que as galerias tonitroavam em aplausos formidáveis, que pareciam abalar o prédio, os deputados perrepostas e peceistas se erguiam em contorsões histéricas, fechando os punhos ameaçadoramente emitindo gritos que mais pareciam pedidos de socorro de alguém que estivesse num naufrágio ou num incêndio. Alguns batiam raivosos com os punhos nas carteiras; outros, de pé, sacudiam ambos os braços; outros se estorciam nas cadeiras, como atacados por cólicas intestinais; outros passavam as mãos pelos cabelos revoltos, em atitudes desesperadas; alguns, mais idosos, tiveram acessos de sufocação, levando as mãos ao colarinho, como se estivessem asfixiados. Nunca se viu uma Assembléia assim.<sup>678</sup>

*O diário Folha da Noite parece não ter se abalado tanto, tendo sido da opinião que a democracia foi a “grande caluniada”:*

No meio da palhaçada a que a posse do representante integralista deu lugar ontem na Assembléia Constituinte, houve uma afirmação judiciosa e oportuna. Sob o regime simbolizado pelo Sigma, desde que implantado no país, aquela cena cômica não teria sido possível nunca. Em nenhuma hipótese, estando o integralismo no governo, o sr. J. Fairbanks teria conseguido divertir tanto as galerias. Isto prova em favor, evidentemente, da democracia liberal. Prova, mais, que a democracia é apenas a Grande Caluniada.<sup>679</sup>

O ano de 1936 seria o chamado “ano verde” para o integralismo, pois este seria o ano da maior vitória eleitoral da AIB. A organização fez, nas eleições municipais de 15 de março, em vários estados, 24 prefeitos e mais de 500 vereadores, somando cerca de 250 mil eleitores (BELLOCH & ABREU, 1983: 3056)<sup>680</sup>. Em São Paulo, assumindo o slogan de “Integralismo contra o aumento dos impostos”, elegeu dois prefeitos: em Cravinhos (Pedro de Gasperi) e Presidente Prudente (Bento Fontão Lippel), e vereadores em várias outras, incluindo um na capital paulista (José Cyrillo Jr.)<sup>681</sup>. Além disso, o prefeito de Boa Esperança – pequena cidade da região de Araraquara – Antonio Rello (ou Rino) Sobrinho, abandonou seu partido e ingressou na AIB.<sup>682</sup>

---

<sup>678</sup> *Ibid.*

<sup>679</sup> “A grande caluniada”. *Folha da Noite* (São Paulo), 24/4/1935, p. 2.

<sup>680</sup> Verbete “Plínio Salgado”.

<sup>681</sup> A AIB elegeu vereadores em 21 municípios paulistas: Agudos, Amparo, Analândia, Bananal, Caçapava, Cravinhos, Franco da Rocha, Guaira, Jambuí, Jaú, Jundiá, Matão, Mogi-Mirim, Palmital, Piracicaba, Potirendaba, Pedreira, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São Paulo e Tambaú. Fonte: *Acção*, 15/10/1936, p. 1 e 17/10/1936, p. 4.

<sup>682</sup> Contudo, conforme a lei eleitoral da época, Rello perdeu o mandato. Sobre esse tema, ver: “Preferiu ser integralista a ser prefeito!”, *Acção*, 5/2/1937, p. 3; RELLO SOBRINHO, Antonio. “Porque me fiz integralista”,

10 a 13 de maio de 2010

É importante lembrar, porém, que a AIB não lançou candidatos em todos os municípios onde possuía núcleo. Esse foi, por exemplo, o caso de Olímpia e Franca. Segundo um dos fundadores do integralismo em Olímpia, nunca houve lançamento de candidaturas, pois “éramos muito pouco numerosos, nós éramos ali, como se dizia, meia dúzia de gatos pingados” (RIBEIRO, 2004: anexo 2; ALMEIDA, 2001:70).<sup>683</sup>

Em pelo menos duas cidades, a AIB foi alvo de arbitrariedades eleitorais promovidas pelo Partido Constitucionalista, de Armando de Salles Oliveira: Presidente Prudente e Pedreira. Isso se deu sobretudo pelo fato da proximidade das eleições presidenciais que se realizariam em janeiro de 1938, às quais seriam candidatos Salles Oliveira e Plínio Salgado.

Particularmente no caso de Presidente Prudente, que já era um importante pólo regional no Oeste paulista, o PC não admitia que escapasse ao seu controle. Ao armandismo cabiam todas as formas – legais e ilegais - de barrar a permanência de bastiões que lhe pudessem ser empecilhos para seus desígnios. Tais estratégias ocorreram tanto em relação à resistível ascensão do integralismo, como com seus velhos adversários do Partido Republicano Paulista. Não devemos, portanto, atribuir essa oposição ao integralismo a supostos pruridos democráticos e/ou antifascistas do PC.

As eleições para os executivos municipais eram indiretas. A população elegia apenas os vereadores, e estes elegiam o prefeito. Em Presidente Prudente, a composição da Câmara ficou a seguinte com o pleito de 15 de março de 1936: PC – 4 vereadores; PRP – 3 vereadores; AIB – 2 vereadores; e PCM (Partido Constitucionalista Municipal, dissidência do PC) – 1 vereador.

O PC, apesar da ligeira maioria, estava impossibilitado de eleger o prefeito, pois a bancada de oposição possuía 6 integrantes. Ao mesmo tempo, embora o integralismo possuísse apenas dois edis, o ferroviário Bento Fontão Lippel, da AIB, foi o candidato mais votado, com 272 sufrágios. O outro candidato integralista que conseguiu assento na Câmara foi o comerciante Gabriel Otávio de Souza, que atingiu 62 votos, ficando em 11º lugar.

A bancada de oposição ao PC resolveu, como solução de consenso, eleger Lippel, na sessão instalada na Câmara em 5 de setembro de 1936. Contudo,

a eleição de um prefeito integralista repercutiu intensamente na cidade e no Estado. (...) O PC (...) não viu com bons olhos o desfecho das eleições prudentinas. O desenquadramento de Presidente Prudente do esquema governamental era

---

*Acção*, 20/3/1937, p. 4. Apesar de todo o seu (esperado) louvor à AIB, Rello deve ter saído de seu partido (que não sabemos qual era) por desentendimentos internos.

<sup>683</sup> Entrevista de Ruy do Amaral concedida a Ivair Augusto Ribeiro. In: RIBEIRO. *Op. cit.*, anexo 2. O caso de Franca é citado em: ALMEIDA, *op. cit.*, p. 70.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

prejudicial aos planos do partido para as próximas eleições em que ia tentar galgar a Presidência da República através da candidatura Armando de Salles Oliveira. Tratava-se de um município expressivo dentro do Estado que ficava desgarrado do esquema, comprometendo a unidade com que o Estado de São Paulo deveria marchar com aquela candidatura. Então, foram usados os mesmos processos de pressão do tipo perrepista para afastar o prefeito integralista (ABREU, 1972: 285-6).<sup>684</sup>

Apoiada pela bancada que o elegeu, isto é, pelos vereadores perrepistas, pelos integralistas e pelo voto do PCM, a gestão de Bento Fontão Lippel se viu minada pelos vereadores constitucionalistas, que contavam com o apoio do governo do Estado. Este anunciou a suspensão das obras públicas que mantinha no município, “*em represália à eleição do prefeito integralista*” (ABREU, 1972: 287).<sup>685</sup>

A cartada final veio em outubro de 1936, com a remoção de Lippel, chefe da estação da Estrada de Ferro Sorocabana, de Presidente Prudente para Bauru. Segundo o historiador prudentino Diores Santos Abreu,

foi o maior golpe que seus adversários poderiam lhe dar. Depois de enfraquecê-lo perante a opinião pública, a oposição atingia o prefeito em seu ponto vulnerável – o de funcionário. Ferroviário a longos anos não iria abandonar a carreira por um posto político que sabia transitório e passível de perder a qualquer momento.<sup>686</sup>

O outro vereador integralista, Gabriel Otávio de Souza, que havia sido eleito vice-presidente da Câmara, foi cassado. No dia 25 de novembro, assumiu a Prefeitura um vereador do PRP, Miguel Brisolla de Oliveira, visto como solução de consenso entre PC e oposição.

Em Pedreira, pequena cidade situada a 43 km de Campinas, apresentaram-se, nas eleições de 15 de março, apenas duas chapas: a do Partido Constitucionalista e a da Ação Integralista Brasileira. O Diretório do Partido Republicano Paulista não estava organizado, sendo que seu eleitorado, segundo o delegado de polícia local aderiu ao PC. A Câmara municipal, composta por sete vereadores ficou assim constituída:

PC (4 vereadores): Luiz Wenceslao de Godoy Moreira, José Ignacio de Macedo, Humberto Piva e Scipião Bacci;  
AIB (3 vereadores): Lázaro Leite da Silva, Maria Bernadette Leme Bueno Romeiro e Antonio Castello.

<sup>684</sup> Segundo Abreu, o Departamento de Censura estadual chegou a proibir que os jornais da capital noticiassem o resultado dessa eleição.

<sup>685</sup> ABREU, Diores Santos. *Op. cit.*, p. 287.

<sup>686</sup> *Ibid.*

A maioria constitucionalista elegeu a 23 de maio de 1936, como prefeito Humberto Piva (PC), sendo que foi convocado o suplente Adolpho Palanchi (PC), para substituí-lo na Câmara. Segundo o jornal integralista *Acção*, “por motivos vários, resignaram os cargos de suplentes todos os demais da legenda PC”. Não pudemos apurar tais motivos, já que o jornal não os cita.

Como houve o falecimento do presidente da Câmara, Godoy Moreira, e todos os suplentes renunciaram, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo convocou uma eleição suplementar para o dia 22 de novembro de 1936. Nessa eleição, obteve vitória o integralista João Masson, derrotando o constitucionalista Herculano de Campos. Desse modo, os integralistas passaram de minoria a maioria na Câmara.

Diante dessa situação, o PC fez Piva renunciar ao cargo de prefeito, ao mesmo tempo em que mantinha Palanchi como suplente, de modo que a Câmara passou a possuir ilicitamente oito vereadores, ao invés de sete. Não obstante, o novo vereador, João Masson, foi impedido de tomar posse.

Em abril de 1937, a bancada constitucionalista da Câmara forjou a renúncia de João Masson, o que foi desmentido pelo jornal *Acção*. No dia 9 de abril, o vereador Lázaro Leite da Silva, que também era chefe municipal da AIB na cidade teria sido agredido em sua casa, de madrugada, por capangas. Segundo o *Acção*, a mando do prefeito “ilegalmente eleito”, Antonio Machado. Outra vereadora da AIB, Maria Bernadette Romeiro, também teria sido ameaçada, fugindo para a vizinha cidade de Amparo, de onde entrou em contato, por telefone, com os chefes integralistas em São Paulo.

A AIB lavrou um recurso e encaminhou-o ao TRE, descrevendo e protestando contra a situação. O advogado de Lázaro Leite da Silva foi o deputado João Carlos Fairbanks, que chegou a relatar os acontecimentos na Assembléia Legislativa, ainda em abril de 1937. Na sessão de 30 de julho, os vereadores integralistas teriam sido impedidos de entrar na Câmara por homens armados, também a mando do prefeito Antonio Machado.<sup>687</sup>

Desconhecemos os rumos posteriores dos acontecimentos. É pouco provável, contudo, que a situação tenha se revertido a favor dos integralistas. As fontes não são claras, mas é possível que Antonio Machado fosse uma espécie de interventor estadual, já que ele não consta da lista de vereadores eleitos. O silêncio posterior sobre esse fato, mesmo na imprensa integralista, se deve provavelmente à censura constitucionalista, bem como a proximidade das eleições presidenciais de 1938, na qual a AIB e o PC seriam oponentes diretos.

---

<sup>687</sup> Prontuário da Delegacia de Polícia de Pedreira, Nº 40847, DEOPS-SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo; *Acção*, 9, 10 e 12/4/1937 e 31/7/1937.

Apesar dos revezes, as eleições municipais de 1936 guindaram, inegavelmente, a Ação Integralista Brasileira à posição de terceira força política do estado de São Paulo. Ao analisar os resultados eleitorais de 15 cidades paulistas de diferentes regiões, Beatriz Brusantin constatou que a AIB era um fator de “*equilíbrio ou desequilíbrio*” entre os eleitorados do PRP e do PC. Segundo Brusantin:

Apesar do número baixo de eleitores do integralismo comparativamente com os Partidos Constitucionalista e Republicano Paulista, a parcela de eleitores da AIB poderia dar ou tirar a vitória dos outros partidos. Nas cidades, por exemplo, de Itapetininga, Lorena, Jaboticabal e Rio Claro, a diferença entre PRP e PC era inferior ao número de eleitores integralistas. Concluimos, portanto, que nessas localidades a AIB tinha um papel importante partidariamente. Mesmo com poucos eleitores, se colocava como um interessante aliado no jogo político e, por outro lado, como um respeitado inimigo. (...) Se considerarmos que os militantes do Sigma eram justamente indivíduos que estavam descontentes politicamente com os partidos majoritários, concluimos que o Integralismo era a própria resistência eleitoral buscando um novo rumo político e ideológico nacional (BRUSANTIN, 2004: 53-4).

## A imprensa

A imprensa foi uma das principais formas de divulgação do movimento integralista. Assim, o crescimento do integralismo é praticamente indissociável da existência de uma imprensa integralista. A rede de periódicos integralistas foi muito ampla, durante os 5 anos de existência da AIB, possuindo jornais de longa e curta duração, de circulação local (os dos diretórios municipais, em geral), estadual (por exemplo, *Acção*, de São Paulo) e nacional (*A Offensiva*, com redação no Rio de Janeiro). Além disso, a AIB dispôs de revistas também de circulação nacional, como *Panorama* (editada em São Paulo) e *Anauê*. Houve jornais em todos os estados, ainda que a maior parte deles durasse pouco tempo.

O primeiro periódico do movimento foi *O Integralista*, já citado, cuja publicação se iniciou um mês depois do lançamento do Manifesto de Outubro, em novembro de 1932, tendo como redatores Antonio de Toledo Piza e Angelo Simões de Arruda. Com redação na Faculdade de Direito de São Paulo, o primeiro número do jornal, de 6 páginas e periodicidade irregular, contava com artigos de Miguel Reale, Rui de Arruda e Alfredo Buzaid.

*O Aço Verde* foi o primeiro jornal com pretensões de ser um órgão oficial de cobertura estadual. Dirigido por Osvaldo Bastos, surgiu em 1935, numa data importante para a política paulista: 23 de maio.<sup>688</sup>

---

<sup>688</sup> Em 23 de maio de 1932, os estudantes Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo foram mortos num protesto depois de atacarem, juntamente com uma multidão a redação de um jornal favorável ao governo Vargas. Os

10 a 13 de maio de 2010

De fato, esse semanário, porta-voz de uma agremiação nacionalista e contrária às autonomias estaduais, dialogava constantemente com a identidade paulista. Em seu primeiro número, aproveitando a data-chave, relacionava a Revolução de 1932 e o integralismo:

É a mocidade de uma Província humilhada por uma ditadura inepta que se ergue forte e luta! É Miragaia, por exemplo, que cai sem vida! É mais tarde, sua irmã que veste uma camisa-verde, em resposta aos exploradores do sangue ainda quente de uma mocidade generosa! É o batismo de fogo de uma geração, que despertou para glória da vida no lamaçal das trincheiras! (...) O Aço Verde aparece neste dia histórico de Piratininga gloriosa – para ser a grande Tribuna donde falarão os moços paulistas a palavra moça da Revolução Integralista.<sup>689</sup>

O jornal tinha um forte tom anticomunista e anti-semita, desencadeando uma ampla campanha contra a Aliança Nacional Libertadora. Na seção humorística “Ovos estralados”, que ilustrava com versinhos uma notícia retirada da imprensa, por exemplo, isso é bem evidente. Em junho de 1935, segundo *O Aço Verde*, os jornais diziam que os boletins antiintegralistas da ANL estariam sendo distribuídos por militantes de orientação israelita. Ao que o jornal criou esta quadrinha antijudaica:

O Brasil é um grande paraíso,  
Será uma grande Nação,  
mas governada com juízo  
por Jacob, Isac e Abrão!  
Seja pelo comunismo,  
ou pelo capitalismo,  
reduzido tudo a pó!  
Trabalhemos, sem tardança,  
pela vitória da Aliança,  
Abrão, Isac e Jacob!<sup>690</sup>

Tendo como representantes no interior os chefes municipais, estes tinham a responsabilidade enviar relatórios ao jornal que seriam publicados na sessão “O integralismo

---

jovens, mais conhecidos pela sigla MMDC, foram considerados mártires pela elite paulista. Esse fato seria um dos estopins da chamada Revolução Constitucionalista. Ainda hoje, 23 de Maio é o nome de uma das principais avenidas da capital paulista. Curiosamente, nesse mesmo dia era empastelado por motivos semelhantes o jornal *A Razão*, que veiculava os artigos de Plínio Salgado antes da criação da AIB.

<sup>689</sup> BASTOS, Osvaldo. “O nosso aparecimento”, *O Aço Verde*, 23/5/1935, p. 2.

<sup>690</sup> *O Aço Verde*, 20/6/1935, p. 5.



IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

nos municípios”, na qual era feita a divulgação do movimento nas diferentes cidades do estado, relatando sessões doutrinárias, atividades diversas, novas adesões, visitas ilustres etc.

Na sessão “Letras Brasileiras”, Ernani Silva Bruno fazia uma crítica dos livros – não apenas de autores integralistas - conforme eram lançados. Foram comentados livros de Gustavo Barroso, Hélio Vianna, Jorge Amado, dentre outros. *O Aço Verde* foi publicado até outubro de 1935, quando saiu o número 16.

O principal jornal integralista publicado no Estado, contudo, foi o diário *Acção*, criado e dirigido por Miguel Reale, em 7 de outubro de 1936, quarto aniversário da AIB. O *Acção* foi, sem dúvida, o maior investimento, em termos de imprensa, da AIB em São Paulo, tendo se tornado um dos mais importantes veículos publicitários do partido. Não é à toa que ele surge exatamente em 1936. Este foi considerado o “Ano Verde”, pois além da crescente militância, sobretudo após a chamada “Intentona Comunista” de novembro do ano anterior, houve as importantes vitórias eleitorais dos camisas-verdes, conforme já citado (DOTTA, 2003: 31-2).

Além disso, aproximavam-se as eleições presidenciais de 1938, na qual Plínio Salgado sairia candidato. Por tudo isso, provavelmente a seção paulista da AIB reservou dinheiro em caixa para financiar um jornal diário mais ou menos nos moldes do vespertino integralista carioca *A Offensiva* (DOTTA, 2003: 32), principal jornal da AIB no país, o qual possuía circulação nacional.

Segundo Miguel Reale, “*Acção* foi um vespertino vibrátil e até mesmo agressivo. Tosco como um moirão mal lavrado e à pressa fincado na terra para servir de marco militar, denunciava tanto a pobreza dos recursos como a inexperiência dos ‘focas’ que o redigiam (REALE, 1986: 113).” Apesar de Reale estar se referindo especificamente a seu jornal, boa parte da imprensa integralista pode ser enquadrada nestas palavras.

*Acção* publicava textos de diversos teóricos como Plínio Salgado, Reale, o deputado Fairbanks, Jeovah Motta, o padre Hélder Câmara, entre outros. Alguns textos eram reproduzidos a partir de *A Offensiva*.

A partir de setembro de 1937, o jornal passa a ter uma gráfica própria, onde também era rodado o jornal *O Dia*. Em novembro de 1937, o jornal, de circulação estadual, declarou ter chegado a uma tiragem de 78 mil exemplares (DOTTA, 2003: 33). Entre as principais seções do diário estavam “Movimento integralista”, que relatava as atividades do movimento nas cidades do interior; “A Nota Sindical” sobre as relações entre a AIB, os trabalhadores e os sindicatos; e o “Suplemento”, sobre artes em geral, que saía aos sábados. Funcionando como

porta-voz do movimento integralista no estado, o jornal publicava também atos oficiais do chefe provincial, das secretarias provinciais, convocações de representantes locais e militantes na sede estadual etc.<sup>691</sup>

Ameaçado diversas vezes de ser fechado pelas censuras armandista e varguista, o *Acção* foi o último periódico da AIB a continuar circulando durante o Estado Novo, cessando sua publicação em 23 de abril de 1938, menos de um mês antes da chamada “Intentona Integralista”.

Vários jornais foram publicados também no interior. Entre as características dos diversos periódicos integralistas interioranos, podemos destacar:

O diretor ou responsável pelo jornal normalmente era chefe municipal da AIB na cidade. Esse era o caso de *O Camisa-Verde!*, de Garça, dirigida por Ernesto Alves Bagdócimo; *Anauê!*, de Mogi-Mirim, dirigido por Rubem Marcondes; ou ainda *Acção*, de Ribeirão Preto, de Oswaldo Urioste. No caso de *O Nacionalista*, de Araraquara, o chefe municipal era o secretário do periódico, Dirceu Nogueira Arruda. O diretor era Rui Arruda, que era “attaché” do Gabinete da Chefia Nacional, portanto uma figura de importância nacional do movimento integralista.

*O Camisa-Verde!* foi praticamente um jornal individual, já que seu diretor “assume completa responsabilidade por todas as publicações que lhe forem insertas, sendo de sua autoria as que não trouxerem assinatura ou declaração de procedência”<sup>692</sup>, muito embora seu caráter oficial de porta-voz municipal da AIB;

Poucas eram as notícias de caráter local, como lembra Rosa Maria Cavallari (1999: 79-80). Normalmente, os jornais reproduziam notícias de jornais integralistas das capitais, ou textos doutrinários, como o Manifesto de Outubro, trechos de livros integralistas etc.;

Alguns jornais surgiam quando havia um evento importante na AIB local. Esse foi o caso de *A Tribuna*, de Mococa, que apareceu em 1º de novembro de 1934, por ocasião da visita do Chefe Provincial Francisco Stella<sup>693</sup>.

Vários jornais ostentavam em seus cabeçalhos as palavras “Órgão Oficial” ou semelhantes, atestando seu caráter de porta-voz dos núcleos locais, como *A Voz D’Oeste*, de Ribeirão Preto, ou *Anauê!*. Alguns, porém, não se confessam abertamente integralistas, como é o caso de *A Região*, de Cafelândia. Em seu editorial de apresentação, nem era citada a palavra integralismo, ou qualquer outra que se referisse a tal credo político<sup>694</sup>. Como o jornal tinha uma quantidade muito grande de propaganda em suas páginas, é possível que tal atitude fosse para não espantar eventuais anunciantes que não simpatizassem com os camisas-verdes. Contudo, havia não só artigos doutrinários como até de caráter burocrático como as atividades das secretarias da AIB, atos do Chefe Provincial etc., o que lhe dava um caráter de órgão oficioso do núcleo local.

Numa mesma cidade, chegaram a circular jornais diferentes. É o caso de Ribeirão Preto, onde, em fins de 1934, circulava *A Voz D’Oeste*, cujo diretor responsável era A. Julio Murdocco e tinha como secretário Vicente Larini. Em 6 de janeiro do ano seguinte, foi lançado *Acção*, que tinha a pretensão de circular em toda a região circunvizinha de Ribeirão Preto. Na gerência de *Acção* estava o mesmo Vicente

<sup>691</sup> A sede estadual da AIB em São Paulo, funcionava, pelo menos entre 1936 e 1937, na Avenida Brigadeiro Tobias, 320.

<sup>692</sup> *O Camisa-Verde!* (Garça), nº 1, janeiro de 1935, p. 8.

<sup>693</sup> *A Tribuna* (Mococa), nº 1, 1º/11/1934, p. 4.

<sup>694</sup> *A Região* (Cafelândia), nº 1, 29/9/1935, p. 1.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Larini. É pouco provável, porém, que os dois tivessem circulado simultaneamente.<sup>695</sup>

Todos esses informativos, com a possível exceção de *O Nacionalista* eram muito simples, sendo que alguns tinham apenas 4 páginas, como *A Tribuna*, ou *Anauê!*. Outros eram de caráter mensal, como *O Camisa-Verde!*, embora, geralmente, eles fossem semanais ou quinzenais. Alguns, provavelmente, não passaram do primeiro número. Assim, em sua maioria, eles não tinham seções fixas como os jornais integralistas da capital.<sup>696</sup>

## O fim

A direção nacional do movimento integralista apóia a proclamação do Estado Novo. O diário paulistano *Acção* é bem efusivo ao dar as boas-vindas à ditadura varguista, estampando em primeira página, lado a lado, os retratos oficiais de Getúlio Vargas e Plínio Salgado, além de destacar o caráter corporativo da nova Constituição<sup>697</sup>.

Os integralistas estavam animados com o aparente sucesso de sua Marcha dos 50 Mil no Rio de Janeiro, em 1º de novembro, a qual foi saudada pelo Presidente Vargas e autoridades militares. Além disso, as similaridades ideológicas da nova Carta constitucional com os ideais pregados havia 5 anos pelo movimento integralista deram aos seguidores deste a falsa impressão de estarem muito próximos ao poder.

Logo, a marcha dos acontecimentos iria lhes mostrar o contrário. Em 3 de dezembro, com a dissolução dos partidos políticos, a AIB também é fechada. Todas as suas manifestações e simbologia são proibidas. Alguns de seus jornais, como *Acção* e *A Offensiva*, continuam circulando, mas sob forte censura.

Diante da crescente supressão de seu espaço político, *Acção* passa a publicar textos velados para manter firmes os ideais e as posturas dos militantes. Em algumas ocasiões, eram transcritas longas passagens bíblicas, sem qualquer explicação aparente (por exemplo, uma data religiosa). Na edição do dia 5 de fevereiro de 1938, há uma transcrição do capítulo 3 da 2ª Epístola de Paulo a Timóteo.

10 – Tu porém tens seguido a minha doutrina, modo de viver, fim que me proponho, fé, longanimidade, caridade, paciência (...). 12 – Também todos que querem viver piamente em Jesus Cristo, padecerão perseguição (...). 14 – Tu, porém, mantém-te firme naquelas coisas que aprendeste e que te foram confiadas, sabendo de quem as aprendeste.<sup>698</sup>

<sup>695</sup> O exemplar consultado de *A Voz D'Oeste* é de 4/11/1934 (nº 4).

<sup>696</sup> Para uma ampla relação de jornais integralistas em todo o Brasil, ver CAVALARI, 1999: 221-5.

<sup>697</sup> *Acção*, 11/11/1937, p. 1.

<sup>698</sup> “Prediz o apóstolo das perigosas heresias”. *Acção*, 5/2/1938, p. 4.

Pode-se pensar aqui em uma comparação das dificuldades dos primeiros tempos do cristianismo com os problemas políticos que, naquele momento, passavam os integralistas. Essa estratégia de apelar para discursos religiosos, parece pretender convencer os ex-camisaverdes para permanecerem firmes em seus ideais, porque um dia venceriam, como venceram os cristãos da Antigüidade.

*Acção* é o último jornal da AIB a sair de circulação, o que se dá em 23 de abril de 1938, quinto aniversário de sua primeira marcha nas ruas da capital paulista. No editorial de sua última edição, de número 464, não há qualquer explicação para o motivo de seu desaparecimento:

Esta tribuna vai desaparecer; nós não conversaremos mais com o Brasil através das colunas de *Acção*; porém, isso não significa que hemos desaparecido: há no coração de todos nós uma chama sempre viva acalentando um Ideal e o Ideal não morre quando uma tribuna desaparece!<sup>699</sup>

Três semanas depois, em 11 de maio, desencadeia-se a chamada Intentona Integralista, a tomada do Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, que, apoiada por alguns políticos liberais e militares contrários à ditadura varguista, redundou em fracasso e fez com que dezenas de ex-militantes em todo o Brasil sejam presos, muitos arbitrariamente. Plínio Salgado é preso em fins de janeiro de 1939, na Rua Baronesa de Itu, em São Paulo, e enviado para o exílio em Portugal, de onde só retorna ao Brasil em 1946.

Foi o fim da experiência da Ação Integralista Brasileira. Mas não do integralismo, que ressurgirá após o fim do Estado Novo, sob o nome de Partido de Representação Popular, tendo São Paulo como um de seus principais bastiões estaduais.

## **Fontes e Referências Bibliográficas**

### ***Acervos consultados:***

Arquivo Público do Estado de São Paulo (Fundo DEOPS e Hemeroteca)– São Paulo (SP)

Fundo Plínio Salgado/Arquivo Municipal de Rio Claro – Rio Claro (SP)

Casa de Plínio Salgado – São Paulo (SP)

### ***Jornais consultados:***

#### **Integralistas:**

##### São Paulo:

---

<sup>699</sup> “Aos leitores de *Acção*”, *Acção*, 23/4/1938, p. 2. Sobre o *Acção* sob o Estado Novo, ver: DOTTA, 2003: 40-45.

10 a 13 de maio de 2010

*O Integralista* (1932-1936), 4 exemplares

*Variedades* (outubro de 1933)

*Rumo* (maio de 1934)

*O Aço Verde* (1935), 16 exemplares

*Acção* (1936-1938)

Interior:

*A Tribuna* (Mococa, 1º e 22/11/1934)

*O Camisa-Verde!* (Garça, janeiro de 1935)

*Acção* (Ribeirão Preto, 6/1/1935)

*Anauê!* (Mogi-Mirim, 18/8/1934)

*A Região* (Cafelândia, 1935-1936)

*O Nacionalista* (Araraquara, 1935)

*A Voz D'Oeste* (Ribeirão Preto, 4/11/1934)

Rio de Janeiro:

*A Offensiva* (27/4/1935)

**Não-integralistas:**

*A Platéia* (São Paulo, 3/5/1933)

*O Estado de São Paulo* (São Paulo, 9/10/1934)

*Diário Popular* (São Paulo, 11/10/1934)

*Folha da Noite* (São Paulo, 24/4/1935)

**Documentos diversos:**

**Prontuários DEOPS:**

“Delegacia de Boa Esperança” (Nº 15768)

“Delegacia de Cravinhos” (Nº 79764)

“Delegacia de Pedreira” (Nº 40847)

“Delegacia de Presidente Prudente” (Nº 550)

“João Carlos Fairbanks” (Nº 75008)

**Carta:**

Diretiva da Chefia Provincial da AIB de São Paulo aos núcleos municipais. São Paulo, 2/8/1934.

***Bibliografia consultada***

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010

ABREU, Diores Santos. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1972.

ALMEIDA, Willian Oliveira de. *Integralismo na Alta Mogiana: O Sigma em Ribeirão Preto*. Franca: UNESP, 2001. Trabalho de conclusão de curso.

BELLOCH, Israel & ABREU, Alzira Alves. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. *Anauê Paulista: um estudo sobre a prática política da primeira “Cidade Integralista” do Estado de São Paulo (1932-1943)*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2004. Dissertação de mestrado.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e Política Regional - A Ação Integralista no Maranhão: 1933-1937*. S. Paulo: Anna Blume, 1999.

CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: DIFEL, 1982, 3ª ed.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo – Ideologia e organização de uma partido de massa no Brasil*. Bauru: EDUSC, 1999.

CORTEZ, Luiz Gonzaga. *Pequena História do Integralismo no RN*. Natal: CLIMA/Fundação José Augusto, 1986.

DOTTA, Renato Alencar. *O Integralismo e os Trabalhadores – As Relações entre a AIB, os Sindicatos e os Trabalhadores através do jornal Acção (1936-1938)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2003a (dissertação de mestrado).

\_\_\_\_\_. “Fragmentos de uma História esquecida: O integralismo no ABC Paulista”. *Raízes* (São Caetano do Sul), nº 27 (julho/2003), pp. 42-47 (2003b).

GERTZ, René. *O Fascismo no Sul do Brasil - Germanismo, Nazismo, Integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GOMES, Angelo de Castro (coord.). *Regionalismo e centralização política: partidos e*

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010  
constituintes nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MAFFEI, Eduardo. *A Batalha da Praça da Sé*. Rio de Janeiro: Philobiblon, 1984 (Coleção “Redescobrimto do Brasil”).

*Manifesto de Outubro de 1932*. São Paulo: Voz do Oeste, 1982.

PARENTE, Josênio Camelo. *Anauê – Os camisas-verdes no poder*. Fortaleza: UFC Edições, 1986 (1ª edição; 2ª edição, 1999). Dissertação de mestrado defendida em 1984.

POSSAS, Lídia Maria Vianna. *O trágico Três de Outubro – Estudo histórico de um evento*. Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 1993 (“Cadernos de Divulgação Cultural” 35).

REALE, Miguel. *Memórias*. Volume 1: “Destinos cruzados”. São Paulo: Saraiva, 1986.

RIBEIRO, Ivair Augusto. *O integralismo no Sertão de São Paulo: um “fascio de intelectuais”*. Franca: UNESP, 2004. Dissertação de mestrado.

SALGADO, Plínio. *O integralismo na vida brasileira*. Rio de Janeiro: GRD/Livraria Clássica Brasileira, s.d..

SILVA, Giselda Brito, *A Ação Integralista Brasileira em Pernambuco (A.I.B.-PE): 1932-1938*. Recife: UFPE, 1996. Dissertação de mestrado.

SILVA, Hélio. *1938 - Terrorismo em campo verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

TRINDADE, Héliqio. *Integralismo - O fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: DIFEL, 1979, 2ª ed.

## **Comunismo, Anticomunismo e Violência no Brasil**

### **A memória da imprensa escrita de Montes Claros/MG sobre a censura durante o Regime Militar 1964-1968**

Camila Gonçalves Silva\*

**Resumo:** O objetivo de nossa apreciação será compreender a memória dos jornalistas que atuaram na imprensa escrita de Montes Claros/MG, nos jornais ‘Diário de Montes Claros’ e ‘Jornal de Montes Claros’ durante os anos de 1964-1968. Nesse sentido, analisaremos no decurso de cada trajetória de vida, a rotina da censura, os métodos e a atuação do censor e o modo como os jornalistas contornavam a censura imposta.

**Palavras Chaves:** Censura, jornalista, memória.

### **Introdução**

A presente comunicação é resultado parcial da coleta de fontes para a escrita da dissertação de mestrado intitulada “*Censura, Auto-censura e repressão: A censura a Imprensa escrita de Montes Claros durante o Governo Militar nos anos de 1964 a 1979*”. Neste sentido, este texto procura compreender o espaço de sociabilidade das redações de Montes Claros através da memória dos jornalistas que atuaram na imprensa escrita durante o contexto analisado. Através da Metodologia da História Oral<sup>700</sup>, utilizamos exemplares da Revista Montes Claros em Foco, periódico bimestral local referente aos anos de 1963 e 1964.

A censura nas redações da cidade de Montes Claros se fixa em nosso estudo como marco, o ano de 1964 como ponto de partida para análise do aparato repressor nas redações dos jornais. Postulamos como ponto final em nossa presente abordagem o ano de 1968. Conseqüentemente, analisaremos os primeiros e mais intensos anos em que a censura atuou nas redações. Consideramos importante destacar que o sistema de censura em nosso recorte espacial: Montes Claros, cidade pequena e com ares de provincianismo possuiu uma singularidade.

---

\* Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. [camilag7@oi.com.br](mailto:camilag7@oi.com.br)

<sup>700</sup> Para resguardar as nossas fontes optamos por não divulgar os nomes de nossos entrevistados.



Nesse sentido, o nosso objeto de análise incorporou todo o aparato repressor de modo prematuro se comparado aos periódicos em âmbito nacional, tendo como fator indispensável para o cumprimento das ações cerceadoras o 10º BP de Montes Claros.

Os militares em âmbito nacional apoiados pela Doutrina de Segurança Nacional, que postulava que era necessário eliminar qualquer possibilidade de implantação do comunismo, inserem o Governo Militar a partir do golpe executado em 31 de Março de 1964. Conforme Julio José Chiavenato (CHIAVENATO:2004) em âmbito mundial vivíamos o período da Guerra Fria, o chamado Mundo Bipolar encabeçado pelos Estados Unidos (capitalismo) e pela extinta União Soviética (socialismo) estabeleciam áreas de influência no intuito de angariar cada vez mais aliados e poder. O Brasil, mais precisamente os homens que permeavam poderes políticos e econômicos, e, principalmente tinham interesses em estabelecer relações de comércio com o EUA, impetraram sentimentos de oposição a ideologias socialistas ou comunistas. O general Golbery do Couto e Silva um dos principais ‘teóricos’ da Ditadura Militar e criador do Sistema Nacional de Informação (SNI) faziam declarações tórridas sobre o momento: “Essa é a guerra – total, permanente, global e apocalíptica – que se perfila, desde já, no horizonte sombrio de nossa agitada época. E só nos resta, nações de qualquer quadrante do mundo, prepararmo-nos para ela, com determinação, com clarividência e com fé. “(CHIAVENATO, 2004: 89)

Acerca desse discurso ‘apocalíptico’ podemos inferir que o mesmo estava inserido em todas as patentes do corpo militar, a necessidade de ‘salvar’ ou libertar o país dos preceitos comunistas ou socialistas perpetuou nos discursos dos militares. O Coronel do 10º BPMMG de Montes Claros na época, Georgino Jorge de Souza foi a figura que materializou a nível local através da censura a imprensa a necessidade de ‘salvar’ a sociedade local das injúrias do comunismo/socialismo.

### **A memória e o paradoxo da censura na imprensa de Montes Claros/MG no período do Governo Militar 1964 a 1968**

Nesse sentido, se torna primordial em nossas análises haja vista a influência dessa instituição em nosso objeto compreender dois elos que norteiam nosso objeto. O primeiro refere-se à instituição do 10º BPMMG, e o segundo a pessoa que inseriu por conta própria a censura, utilizou para isso a própria instituição que comandava: Coronel Georgino Jorge de Souza. O Coronel Georgino Jorge de Souza teve grande relevância para a história do 10º

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Batalhão de Montes Claros. O mesmo conduziu a sua tropa até Brasília – capital federal – no intuito de apoiar em 1964 o Golpe Militar.

Na publicação da revista *Montes Claros em Foco* de março de 1964 teve grande parte de suas matérias dedicadas a tecer homenagens ao 10º BPMMG por atuar na manutenção e concretização do conhecido Golpe Militar. O 10º BP local viajou até a capital do Brasil para contribuir com a operação e êxito da inserção dos militares na presidência da República. A matéria intitulada “*Generais da Revolução*” enaltece o sentimento de heroísmo no cumprimento do dever da corporação recém chegada de Brasília. A sociedade montesclareense comparece a esse momento de homenagens ao Regimento Local:

Carinhosas e entusiásticas homenagens foram prestadas pela sociedade de Montes Claros, por ocasião do regresso à cidade dos valorosos soldados do Décimo Batalhão de Infantaria, pelo seu comportamento durante as operações revolucionárias.

De um palanque armado em frente ao prédio da Prefeitura Municipal, assistiram ao desfile o Cel. José Geraldo de Oliveira, Comandante Geral da Polícia Militar, o Prefeito Municipal Dr. Pedro Santos, o Presidente da Câmara Sr. Orlando Ferreira Lima, Deputado Federal Dr. Francelino dos Santos, Monsenhor Gustavo Ferreira e outras autoridades fazendo-se ouvir diversos oradores, sendo os líderes da revolução delirantemente ovacionados pela multidão. (grifo nosso) (REVISTA MONTES CLAROS EM FOCO,1964)

É praticamente incontestável o entusiasmo da população frente a presença dos militares no desfile que os prestigiava, conforme percebemos no trecho anterior, de representantes do governo Estadual, municipal e até mesmo da Igreja Católica.

O 10º Batalhão de Polícia Militar local não apenas marchou até Brasília, como também inseriu no cotidiano das redações dos jornais da cidade soldados fardados ou à paisana. Em alguns momentos coronéis também exerceram o papel de cercear os assuntos a serem publicados na imprensa escrita, conforme nas palavras de um dos jornalistas:

Nós tivemos é... no caso do Diário de Montes Claros foi até um Coronel, Antônio, acho que era Antônio ele era Major, não, não era não, acho que ele era Coronel, no Jornal de Montes Claros com um Capitão, que era chamado de Capitão Lázaro é... nesse do Diário de Montes Claros ele era Capitão, Capitão Antônio, depois foi até presidente, foi diretor do Colégio Tiradentes, veio a ser diretor do Colégio Tiradentes, depois... era uma pessoa muito culta, muito bondosa, muito boa de tratar. (CEDRO,2006)

Nesse mesmo trecho em que podemos comprovar a existência do aparato repressor contém o aspecto principal que ensejamos discutir: a convivência e a relação dos censores com os jornalistas. No entanto, precisamos definir inicialmente quem eram esses censores. Nas entrevistas realizadas que utilizamos como fontes para a presente pesquisa identificamos

que o corpo de censores era formado essencialmente por soldados, coronéis e capitães do próprio regimento local.

A cidade de Montes Claros nesse período alçava desenvolvimento comercial e urbano com casas antigas dando lugar as novas construções e a substituição paulatina das ruas de poeira pelo asfalto, porém ainda estava envolta pelos ares de um cotidiano conservador e provinciano.

Era rotineiro o encontro de jornalistas e policiais militares em eventos como festas, casamentos, eventos políticos, formaturas, inaugurações de comércios. Sendo assim, quase todos sempre podiam indicar quem possuía algum filho ou conhecido que atuava no Batalhão de Polícia local. Assim a convivência com os censores era algo que estava no cotidiano dos jornalistas antes mesmo da convivência em nível profissional.

Da mesma maneira era fácil identificar aqueles profissionais que eram membros do corpo de redação dos jornais do período. A possibilidade de fácil identificação de ambos os membros nos remete ao tipo de censura à imprensa na cidade do interior. Em grandes centros urbanos como Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, dentre outros dificilmente um jornalista tinha qualquer tipo de convívio pessoal fora do ambiente de trabalho ou até mesmo convivência e modos comportamentais cordiais com o censor. Quando os depoentes são questionados sobre a possibilidade de Montes Claros, assim como nos grandes centros urbanos do Brasil possuir aparato repressor, respondem categoricamente:

A maior parte militares, não é? Militares que permaneciam fardados e também à paisana. Mas eram pessoas do governo, eram pessoas do governo! Do Serviço de Informação, do Exército, da Polícia Militar, da Polícia Civil, não é? Da Polícia Federal, né? Então reunia todos os órgãos que faziam a repressão. (PEREIRA,.:2006)

Em todas entrevistas realizadas, ao explicar como era o convívio com esses censores, os jornalistas explicam que no caso de alguns coronéis por serem cultos eram recebidos com respeito e admiração nas redações. Ou seja, apesar da censura, a necessidade de convivência e a rotina profissional nem sempre foi repressora, mas sim cordial.

Não obstante, também identificamos as maneiras de contornar a censura. Era inevitável a convivência entre ambos em um mesmo ambiente atuando de acordo com as necessidades de suas profissões: um cerceando a liberdade de expressão e o outro tentando contornar a censura imposta a sua escrita. O jornalista sofria basicamente dois tipos de pressões: a de cunho social em que era fácil encontrar no dia a dia o censor que trabalha na redação do jornal conversando com a sua família, tendo contato com seus amigos e colegas; e

a outra pressão de fácil identificação que é a profissional, o jornalista tem que acatar a todo o momento a censura porque precisa se manter na profissão para sustentar seus filhos, sua mulher, sua família...

Somado a esse aspecto temos ainda a pressão psicológica do jornalista que teme fazer algo de errado sob pena de não apenas ele sofrer a consequência, como também a possibilidade de ocorrer qualquer penalidade por burlar a censura na sua própria família ou no seu círculo social.

Por outro lado estava o militar, independente da patente exercida o mesmo tinha a vantagem de que apenas os profissionais das redações tinham detalhes de suas atitudes, ou seja, a grande maioria da população local não tinha noção do que estava acontecendo. Além desse aspecto sendo o censor o militar, o mesmo estava em uma posição superior, ele não sofria danos psicológicos, pessoais ou profissionais. No que tange a pressão profissional e psicológica a fala de um jornalista ao descrever a sua “visita” forçada ao Batalhão de Polícia de Montes Claros reflete satisfatoriamente esse aspecto descrito:

E o... esse coronel, ele tinha o meu currículo, ele sabia mais da minha vida do que eu sabia da minha vida! Entendeu? Ele falou comigo: “Você...” E foi me dando, ele decorou meu currículo, ele decorou meu currículo, ele falou: “Você tem isso, você tem aquilo...” e Falou: E eu realmente até em respeito a mim mesmo eu parei de escrever sobre política com medo... Eu fiquei realmente com esse, com esse trauma na cabeça! Entendeu? (grifo nosso) (CEDRO,2006)

Pela leitura da citação o jornalista deixa claro o receio dele e de sua família serem alvos da repressão, desse modo o mesmo deixa de expressar suas idéias em relação a sua posição contrária as questões políticas do Regime Militar. Ao mesmo tempo existiam alguns artificios utilizados pelos jornalistas no ambiente de trabalho para contornar a censura, em que podemos perceber que é algo singular no que tange ao convívio entre jornalistas e censores. Outro jornalista descreve em seu depoimento que para “enrolar” um pouco os censores muitas vezes até mesmo os convidavam para irem a bares ou botecos e, chegavam na redação do jornal para realizar a impressão dos jornais em horários mais tardes que o normal no intuito de deixar menor o tempo de análise feito pelo censor antes da conclusão das páginas a serem impressas. Essa atitude em muitas ocasiões como afirma o jornalista alcançou êxito, como podemos atestar:

Para não dar tempo de chegar alguém e censurar tal material... e assim, assim e tal. E eles deixavam... iam para o boteco, para o boteco, para os botecos, bebiam e tomavam umas cervejas e tal... Depois... de um certo tempo é que eles viam para a redação, por volta de 22:30, 23:00 que é aí que eles iam finalizar a edição para soltar no outro dia. E aí se tiver que censurar alguma coisa então já era, né? O jornal já estaria nas bancas e tal. Mas foi um período assim de muita tensão, o pessoal ainda

10 a 13 de maio de 2010

tinha medo de escrever qualquer coisa, não tinha essa liberdade de falar... (CARVALHO, 2006).

Destacamos que não foi apenas utilizando esse artifício que os jornalistas conseguiram contornar a censura. Os profissionais das redações dos jornais utilizaram muitos dos mecanismos que os órgãos de imprensa nacional utilizaram, tais como: metáforas e linguagem subliminar, poemas no lugar de matérias cortadas,

(...) por exemplo, se a imprensa fosse noticiar: “Ladrão de galinha é preso”. Sabe? Aquele ladrão de galinha é preso, mesmo que falasse que ele realmente, toda matéria que um rapaz que foi preso apanhando uma galinha na casa de um vizinho e não falasse mais nada, mesmo assim, sabe? A sociedade poderia indagar ou questionar: “E quem rouba além de uma galinha?” Então era tudo nas entrelinhas, não é? (CEDRO,2006)

## **Conclusão**

Por fim, podemos inferir que a imprensa de Montes Claros, no período do Regime Militar, possuiu características análogas as da imprensa nacional, como a prática da censura e do contorno a mesma. Porém identificamos que por vários motivos o cordialismo e até mesmo o respeito esteve imerso no relacionamento entre jornalistas e censores. Nesse sentido, através do resgate da memória dos entrevistados, podemos identificar as diferenças e a rotina de censura realizada por uma guarnição da polícia militar no interior do Norte de Minas.

## **Referências:**

### **REVISTAS**

Revista *Montes Claros em Foco*. Janeiro e Fevereiro de 1964. Número 24, ano VII.

Revista *Montes Claros em Foco*. Junho e Julho de 1964. Edição Extra - Número 25, Ano VII. Matéria: *Generais da Revolução*.

POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos: Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989, p. 3 – 15.

POLLAK, Michel. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos: Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

### **SITES**

Site com conteúdo relativo a História da Polícia Militar de Minas Gerais e 10º Batalhão de Polícia Militar: Encontra-se textos disponíveis em: <http://www.pmonline.com.br/modules/smartsection/category.php?categoryid=3> e

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/02/275183.shtml> . Acesso em 22 de Junho de 2008.

### Referencias bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de; WELTMAN-LATTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica. *Mídia e Política no Brasil: Jornalismo e Ficção*. Rio de Janeiro: FGV, p. 15-33, 2003.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org) *Usos e Abusos da História Oral*. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 277, 2000.

ARAÚJO, Maria Paula; FERNANDES, Tânia Maria *O diálogo da História Oral com a Historiografia Contemporânea*. In: VISCARDI, M. R. Cláudia; DELGADO, Lúcia de A (org). Neves. *História Oral: Teoria, Educação e Sociedade*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício do cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, p.270, 1999.

ASSUNÇÃO, Luís Fernando. *Assassinados pela ditadura*. Santa Catarina – Florianópolis: Insular, 2004.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BARROS, José D' Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao Quadro Teórico*. Rio de Janeiro: Editorado em junho de 2002, p. 308.

CASTRO, Hebe. *História Social*. In: CARDOSO, F. Ciro; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DO VALLE, Maria, Ribeiro. *1968 O diálogo é a violência: Movimento estudantil e Ditadura Militar*. São Paulo: Unicamp, p. 269, 1999. (teses).

FICO, Carlos. *Além do Golpe*.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*. São Paulo: Record, p.590.

Foucault, Michel. *A ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola. 9º Ed. (Coleção Leituras Filosóficas).

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: Hucetec, 1980.

GOFF, Le. *História e Memória*.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 4ªed, 1990.

JEANNENEY, Jean-Noël. *A Mídia*. RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MARCONI, Paolo. *A censura política na Imprensa Brasileira 1968-1978*. São Paulo: Global. (Passado & Presente)

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais* Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, p. 36, 2003.

ORLANDI, Eni . *Análise de Discurso*. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2002, 100p.

PRINS, Gwyn. *História Oral*. In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História: Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Camila Gonçalves. *Silenciados pela Ditadura: As vozes daqueles que fizeram a imprensa de Montes Claros de 1964-1985*. Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros/MG. (UNIMONTES).

SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, p. 247, 2000.

Vanessa de Mattos\*

**Resumo:** Este texto apresenta algumas reflexões sobre a vinculação entre os Esquadrões da Morte e o movimento comunista brasileiro, estabelecida pelo sistema repressivo no período ditatorial brasileiro que se inicia na década de 1964. Pretende-se objetivar a trama das relações sociais inerentemente expressas nas informações documentais, tomando as ações destes grupos de extermínio, portanto do Estado, como um dado da realidade e expressão de uma rede complexa de conexões.

**Palavras-Chave:** Violência Institucional; Esquadrão da Morte; Autocracia Bonapartista.

O governo brasileiro manteve, em relação aos grupos paramilitares denominados Esquadrões da Morte, posições muito dúbias. Ora afirmavam sua existência, ora a negavam. Ora os creditavam ao narcotráfico, ora os apontava como integrantes de uma campanha de descrédito internacional, ora os associava ao movimento comunista brasileiro. Este último caso será a chave da discussão que apresentamos neste texto, através da exposição dos mecanismos usados pelo Estado no cotidiano e da campanha em prol dos direitos humanos em contraposição a associação do Esquadrão enquanto invenção comunista, objetivando-se a dubiedade do governo brasileiro, frente seu discurso e sua prática efetiva.

Os Esquadrões da Morte foram grupos de extermínio formados por policiais – em princípio civis e posteriormente militares – que agiam em São Paulo durante o final da década de 1960 e década de 1970. Na documentação analisada, constante do acervo do Dops, estas organizações aparecem quase que cotidianamente, citados em jornais, em entrevistas ou noticiários feitos através do rádio, ofícios expedidos pelo Sistema Nacional de Informações (SNI), panfletos universitários e denúncias contra Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Os documentos mostram inúmeros nexos constitutivos, dimensionando a rede em que os

---

\* Este item corresponde há uma parte de um capítulo, extraído da redação de minha dissertação de Mestrado, desenvolvido no programa de Pós-graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-Puc/SP, intitulada *Os Esquadrões da Morte e a ditadura militar: Sua Atuação em São Paulo no período de 1968 a 1972*.

\* Vanessa de Mattos. Mestranda do programa de Estudos Pós-graduados em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-Puc/SP com a dissertação intitulada *Os Esquadrões da Morte e a ditadura militar: Sua Atuação em São Paulo no período de 1968 a 1972*. Bolsa CNPq. E-mail: demattos.vanessa@gmail.com.



Esquadrões se estabeleceram. Assim, por exemplo, visualizamos a morosidade do judiciário e do Ministério Público em iniciar as investigações contra os Esquadrões, a criação da Comissão Especial de Investigação (CEI) e os problemas advindos deste, a morte de indivíduos que estavam sob custódia do Estado, a perda do controle do Estado sobre a atuação dos policiais dos Esquadrões, o medo da população com as sucessivas execuções no Rio de Janeiro e em São Paulo, a disseminação do modelo de atuação do Esquadrão para outros Estados brasileiros, a luta pelos direitos humanos pela sociedade civil e a tentativa do regime militar em aparentar preocupação como o mesmo, o apoio do governo à violência policial, a ligação destes com o tráfico de drogas, a corrupção policial, a desconfiguração da atuação dos Esquadrões através da vinculação deste grupo há uma campanha de descrédito contra a polícia, contra o governo federal, como estímulo à subversão e como invenção dos comunistas, mote deste artigo.

Aparentemente os pressupostos que justificavam a existência destes grupos e a maneira de iniciar suas atividades e desenvolvê-las praticamente foram às mesmas: após a morte de um colega de trabalho, um grupo de policiais promete vingar sua morte. A simbiose das ações é tamanha que em São Paulo emerge uma espécie de central de relações públicas do grupo, denominada Lírio Branco, à semelhança da versão carioca, intitulada Rosa Vermelha. Ambos com a função de avisar a imprensa sobre a localização dos corpos<sup>701</sup> numa demonstração pública de impunidade.

Esses grupos agiram inicialmente contra ditos criminosos, posteriormente contra presos correccionais<sup>702</sup> e por fim, aleatoriamente, em bairros periféricos, contra pessoas de baixa renda. Sua prática sempre foi a de torturar e matar suas vítimas, normalmente com requintes de crueldade, habitualmente com uma grande quantidade de tiros e de armas de diversos calibres, apagando provas e assim, dificultando a identificação dos acusados.

Em princípio, davam proteção a grupos de traficantes, chegando a ser estabelecida uma tabela dos valores a serem pagos para cada grupo de policiais, compatíveis com suas funções e níveis hierárquicos. Passando posteriormente a agir a mando de comerciantes locais no extermínio de supostos infratores. Em ambas as situações, dois problemas ficam evidentes:

---

<sup>701</sup> BARBOSA, Adriano. Esquadrão da Morte: Um mal necessário? Rio de Janeiro: Editora Mandarino, 1971, pg 126.

<sup>702</sup> Conforme Processo nº 89/71, Cartório do Júri, Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Guarulhos de 9/5/1972, Dossiê 50-Z-30, documentos 3.629 a 3.623 A e B. As vítimas davam entrada no Presídio Tiradentes como presos correccionais que por sua vez, caracterizava-se por serem pessoas presas por motivos fúteis como vadiagem, roubo de frutas e etc, configurando, desde já um ato ilegítimo, pois o mesmo não constava no código do processo Penal.

o caráter corrupto do grupo e a prisão para “averiguação”, julgamento e execução da lei pelos próprios policiais.

No entanto, conforme aponta um ex-delegado da Rondas Noturnas Especiais da Polícia Civil (Rone), que preferiu não se identificar, em entrevista a Huggins, tais grupos foram planejados pelo governo do Estado de São Paulo em conjunto com o Secretário de Segurança Pública, na década de 1970, que os consideraram um meio de restabelecer a ordem pública, matando criminosos e realizando uma limpeza na sociedade uma vez que a justiça era lenta para resolver tal criminalidade.<sup>703</sup> Assim é que muito antes do início das suas atividades em São Paulo, um grupo de policiais fora enviado ao Rio de Janeiro, com o intuito de aprender com o Esquadrão da Morte carioca como montar o Esquadrão paulista.<sup>704</sup>

A convivência legislativa colaborou para o desenvolvimento das atividades do Esquadrão, particularmente durante a última ditadura militar. Nesse período a Constituição foi alterada diversas vezes através dos atos institucionais, da incorporação de normas e emendas constitucionais, de modo que todas as medidas e ações utilizadas pelas autoridades nacionais pudessem ter legalidade e institucionalidade.

Como aponta Bicudo, “Na forma da Constituição de 1967, cujo texto aparece repetida pela emenda nº 1 de 1969, à justiça Militar compete processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhes são assemelhadas (artigo 122, da Constituição de 1967 e 129, da emenda nº 1 de 1969)”.<sup>705</sup> Ou seja, na prática, todos os crimes cometidos no policiamento passaram a ser analisados e julgados pela Justiça Militar, em fórum próprio e corporativo,<sup>706</sup> o que conferiu impunidade ou menor reprimenda aos atos cometidos pelos agentes do Estado. Nos anos que passaram à história como “anos de chumbo”, a tortura e o assassinato foram utilizados como instrumentos do Estado para regular e ordenar a sociedade, na tentativa de abafar sua luta por demandas sociais.

Assim, nesse final da década de 1960, o surgimento dos Esquadrões da Morte acompanha o aumento da violência institucional, valendo-se de diversas ferramentas, como o encarceramento arbitrário, a tortura, não apenas física, mas também psicológica, os

---

<sup>703</sup> Entrevista do ex-delegado da Rondas Noturnas Especiais da Polícia Civil (Rone) em 5 de agosto de 1993 a Martha K. HUGGINS, in \_\_\_\_\_ *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*, São Paulo: Cortez; 1998, pg. 160.

<sup>704</sup> SOUZA, Percival. *Autopsia do Medo: vida e Morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*, São Paulo: Globo, 2000.

<sup>705</sup> BICUDO, Hélio. *Segurança Nacional ou Submissão*. São Paulo: Paz e Terra, 1984. BICUDO, 1984, pg. 75

<sup>706</sup> O *esprit de corps* era visualizado nas absolvições militares através de discutíveis interpretações de textos constitucionais que contemplam circunstâncias capazes de eximir a responsabilidade dos agentes do Estado.

juizamentos via Inquérito policial militar (IPM), e a subordinação do judiciário ao poder executivo.

O irônico é que todo o sistema repressivo, o uso da tortura e o extermínio dos cidadãos comuns de forma tão brutal foi desenvolvido e atuou em nome da preservação da democracia, ameaçada, segundo os segmentos da burguesia que os apoiaram, pela administração de João Goulart.<sup>707</sup> Grosso modo, a fragilidade da burguesia conservadora e temerosa das ações populares demandou que estes transitassem de uma autocracia institucional, para uma de cunho bonapartista, conforme apontou Florestan Fernandez<sup>708</sup> e José Chasin<sup>709</sup> em suas respectivas análises sobre a configuração do Estado e do capitalismo no Brasil.<sup>710</sup> Permitiu também que se utilizassem do expediente da segurança nacional contra o “inimigo interno”, ou seja, contra os segmentos sociais com condições de se mobilizar e que, por tal lógica, deveriam ficar alijados da participação nas políticas sobre o desenvolvimento da nação. Foi no bojo da transfiguração do conceito sobre segurança nacional e de sua prática voltada para a incorporação do “inimigo interno” que se dá a criminalização das demandas sociais por maior acesso aos bens e benefícios resultantes da produção social. Acompanhando tal perspectiva, institucionaliza-se a ação da polícia civil e militar calcadas na Ideologia de Segurança Nacional já em curso nos anos anteriores e que se transforma na Doutrina de Segurança Nacional no período ditatorial.<sup>711</sup>

Tal Ideologia pressupunha três formas de atuação. A primeira seria a doutrina política desenvolvida pela Escola Superior de Guerra (ESG). A segunda foi à doutrina militar subordinada ao Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) e a última foi à doutrina de informações que era confiada ao SNI (Sistema Nacional de Informações). Em síntese, tratava-se de um abrangente corpo teórico, composto por elementos ideológicos e de diretrizes para a

---

<sup>707</sup> NETO, Lira. *Castelo: A marcha para a ditadura*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

<sup>708</sup> FLORESTAN, Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Globo, 2006.

<sup>709</sup> CHASIN, J.1989:17, in ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira. *Pandemônio de Infâmias: classes sociais, Estado e política nos estudos de Marx sobre o Bonapartismo*. São Paulo: PUC-SP, 2005 (Doutorado)

<sup>710</sup> Chasin aponta que a forma dependente e subordinada do capitalismo brasileiro resulta em um desenvolvimento hiper tardio, cujos “donos do poder” - os segmentos dominantes da burguesia - são gestores de um capital atrofico. Com isto, a modernização do capitalismo, - sua renovação imposta pela dinâmica internacional - se dá de forma excludente, com a dissociação entre a evolução nacional e o progresso nacional. Desta forma, tal exclusão efetiva-se, “pelo expediente da dominação política autocrática, esteja ela institucionalizada ou assuma um caráter inteiramente bonapartista, ambas prescindindo e interpondo dificuldades à participação política das massas”. CHASIN, J.1989:17, in ASSUNÇÃO, *opus cit.*, pg. 326

<sup>711</sup> Este período tem sido objeto de debates entre os analistas, pois alguns consideram que, dada a institucionalidade dos três poderes e de dois partidos – um deles de oposição (MDB) -, assim como de eleições indiretas, a hegemonia dos militares configura o autoritarismo, mas não uma ditadura propriamente dita, à semelhança de outros países latinos americanos. Uma representante desta linha historiográfica é a historiadora Maria Aparecida de Aquino. Para maiores esclarecimentos ver FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, volume 24, nº 47, Editora RHB: São Paulo, 2004.

infiltração, vigilância e coerção a grupos considerados subversivos; além do planejamento político-econômico de programas governamentais.<sup>712</sup> Sob seus auspícios, “torna-se suspeita toda a população que, constituída de ‘inimigos internos’ potenciais, deveria ser cuidadosamente controlada, perseguida e eliminada”.<sup>713</sup> Tal doutrina foi usada, assim, para justificar a violação aos direitos humanos e pelo ceifar de muitas vidas, sendo os Esquadrões da Morte um de seus braços institucionalizados.

O Ato Institucional nº 5, promulgado em 13/12/1968 e a Lei de Segurança Nacional, de 31/03/1969 deram decisivos apoios aos Esquadrões da Morte, ao dar amplos poderes às forças armadas no Brasil, inclusive o de declarar estado de sítio. A censura à imprensa, o fechamento do Congresso, a suspensão das garantias constitucionais e individuais, a permissão das prisões sem acusação formal ou mandato, a supressão dos direitos eleitorais, assim como a restrição à liberdade de reunião, associação e imprensa, a proibição das greves, não só abriram espaço para as ações destes Esquadrões, como garantiram sua impunidade.

Em suma, o AI-5 e a Lei de Segurança Nacional, pautaram o cenário do nascimento dos Esquadrões da Morte. Associados, criaram um verdadeiro clima de instabilidade social e política na sociedade brasileira. E será neste cenário em que a ditadura militar associará tais grupos de extermínio a uma invenção dos comunistas, tentando amenizar seu caráter violento ante a sociedade civil e a imprensa nacional e internacional. Segundo o governo brasileiro, os comunistas estariam tentando denegrir a imagem do Brasil para o exterior, através de noticiários de origem comunista sobre os Esquadrões da Morte, distorcendo a verdade, objetivando deixar a impressão que os Esquadrões eram uma organização governamental, que executava seus prisioneiros.<sup>714</sup>

A omissão no reconhecimento dos Esquadrões da Morte pela ditadura e a atribuição das informações sobre sua existência e práticas desumanas a uma campanha difamatória dos comunistas contra o governo, fica mais evidente quando analisamos a “campanha nacional” em prol dos direitos humanos, levada a cabo pelas agências oficiais no final da década de 1960 e início de 1970. Neste período, é clara a preocupação do governo brasileiro em vergar a bandeira da luta pelos direitos humanos, do respeito aos direitos civis, ante a pressão internacional para restabelecer o mais breve possível a democracia no país,<sup>715</sup> embora seja

---

<sup>712</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*, Bauru, SP: Edusc, 2005, pg. 42.

<sup>713</sup> ALVES, *opus cit.*, pg. 45.

<sup>714</sup> Boletim Informativo do SNI. Dossiê 20-C-43, documento 2409. Arquivo do Estado de São Paulo.

<sup>715</sup> Sobre a “Campanha Brasileira em prol dos direitos humanos, ver os documentos: Boletim Informativo nº 282. SNI - Agência São Paulo. Política Administrativa. 4/12/1969. Dossiê 20-C-43, documento 442. Arquivo do Estado de São Paulo; Boletim Informativo nº 280. SNI - Agência São Paulo. B. Política Administrativa,

10 a 13 de maio de 2010

conhecida a colaboração do governo norte-americano com a ditadura e o fortalecimento do sistema repressivo no Brasil e em outros países latino-americanos desde a década de 1950, seja através de recursos financeiros, seja através de treinamento, tecnologia e apoio moral e político a polícia que estava envolvida com tortura e assassinatos.<sup>716</sup>

É evidente a intenção do Estado de desvirtuar as informações sobre a atuação dos Esquadrões da Morte, desconfigurando suas verdadeiras funções, nascimento e desenvolvimento, invertendo o eixo real da problemática, deslocando-o para a sociedade civil como manifestação de um problema *di per se*. Todavia, as evidências apontadas ao longo deste texto elucidaram o real caráter do Estado – a violência, repressão, supressão dos direitos civis -, que cria mecanismos de controle, através de seus braços armados, de maneira a conter a população e sua luta por demandas sociais, descaracterizando o indivíduo enquanto cidadão brasileiro e caracterizando-o como inimigo em potencial, ou seja, comunista.

---

2/12/1969, Dossiê 20-C-43, pasta 5, documento 407-ª Arquivo do Estado de São Paulo; Boletim Informativo nº 288. SNI - Agência São Paulo. d. Opinião Pública - Editoriais e Comentários, 11/12/1969, Dossiê 20-C-43, documento 670. Arquivo do Estado de São Paulo.

<sup>716</sup> HUGGINS, Martha K. Polícia e Política: Relações Estados Unidos /América Latina.

## O Autoritarismo na Era Vargas

### Entre a foice, o martelo e os sapatos: o comunismo da comunidade armênia no Brasil aos olhos do DEOPS/SP (1930-1945)

Heitor de Andrade Carvalho Loureiro\*

**Resumo:** O presente artigo tem por finalidade compreender melhor o que foi o comunismo da coletividade armênia em São Paulo entre os anos de 1930 e 1964 e também, como a repressão do DEOPS/SP agia sobre esse grupo.

**Palavras-chave:** Comunismo, Armênios, DEOPS/SP.

### Introdução

Em 1º de dezembro de 1935, na cidade de São Paulo, o delegado João Telles de Souza assina o prontuário do professor da escola armênia do bairro de Santana, Nazareth Avedikian. Em tal documento, o delegado afirma que houve uma queixa prestada contra Avedikian pelo Sr. José Pela, suposta vítima de agressão física por parte de “indivíduos de credo comunista”<sup>717</sup>. Segundo o delegado Souza, depois das investigações, ficou concluído que a prática de espancamento é uma tática utilizada pelos armênios da região para com todos aqueles que não “comungam de suas idéias”. Além disto, o prontuário teria obrigado todos os alunos de sua escola a comparecer ao estabelecimento de ensino com uma faixa vermelha no uniforme, em homenagem a Lênin<sup>718</sup>.

É neste tom que segue todo o prontuário do professor Avedikian, fichado pelo DEOPS/SP como comunista, assim como diversos outros armênios residentes na cidade de São Paulo na década de 1930. A repressão do antigo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP – 1924-1983)<sup>719</sup> recai assim sobre uma boa fração da colônia<sup>720</sup> armênia, que segundo o entendimento das autoridades repressivas “todos

---

\* Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Pesquisador do grupo CNPq “E/Imigrações: histórias, culturas, trajetórias”, Mackenzie – SP

<sup>717</sup> Idem.

<sup>718</sup> Idem.

<sup>719</sup> O DEOPS foi criado, segundo Regina Célia Pedroso, em um contexto de repressão política e formação ideológica contra aqueles que fossem julgados prejudiciais para a manutenção da ordem vigente, principalmente os anarquistas e estrangeiros em um primeiro momento. (PEDROSO, 2005, pp. 112-114).

<sup>720</sup> Usamos *colônia* como um termo para nos referirmos aos armênios de São Paulo, embora entendamos que a

10 a 13 de maio de 2010

pertencem a Armênia Soviética (sic)<sup>721</sup> e são comunistas, adeptos e admiradores de Stalin”<sup>722</sup>, numa clara tentativa de demonização dos inimigos políticos. Assim, nos cabe perguntar: se a disseminação do “credo comunista” entre os brasileiros já assustava as autoridades, o que podemos inferir quando refletimos sobre indivíduos oriundos de um país que a esta altura era república integrante da URSS<sup>723</sup>? O “perigo bolchevique” que assombrou o mundo após a Revolução Russa de 1917, dava ao operariado uma perspectiva sólida de rompimento com o *status quo* e solidificar o sonho de liberdade (HECKER, 1989, p. 160). O socialista italiano Antonio Piccarolo, crítico do comunismo bolchevista, afirma que:

Ele [o proletariado] voltou da guerra disposto a fazer valer os seus direitos... o bolchevismo não é um fenômeno artificial como muitos gostariam de acreditar... [e] poderá estender-se a todo o mundo de uma hora para outra se as classes que têm a responsabilidade da ordem social não souberem promover, em tempo,... aquela justiça à qual a classe produtora da riqueza tem pleno direito... (Ibid., p. 164)

Desta forma, podemos entender como o comunismo tornou-se ponto de pauta do engajamento político operário a partir da década de 1920, assim como compreender o receio que este fenômeno causou em diversos setores da sociedade brasileira. É embebido neste caldo político que, de acordo com Tucci Carneiro (1999, pp. 335-336), o DEOPS assume a dianteira da repressão para “domesticação das massas”, homogeneizando diferentes tendências e desarmando os pensamentos considerados “potencialmente perigosos”. Regina Célia Pedroso (2005, p. 129), por sua vez, afirma que “o comunismo é o elemento desagregador da sociedade, contra a moral e bons costumes, sendo expresso pela destruição e pela violência alardeados contra o estado getulista”.

Com este primeiro questionamento, acerca do que foi o movimento comunista armênio – se é que este constituiu um movimento –, pretendemos entender o que foi o comunismo dos armênios durante os anos de 1930 e 1945, bem como a repressão que acompanhou atenta a movimentação ideológica da comunidade, principalmente em São Paulo, mas também em outros estados do Brasil, de onde afluía o capital necessário para manter as atividades de

---

palavra pode denotar uma homogeneidade e uma articulação do conjunto que nem sempre acontece. (HECKER, 1989, p. 2).

<sup>721</sup> Embora estes tenham emigrado antes de 1921, quando a Armênia se tornou uma das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

<sup>722</sup> Pront. nº 98.438 - *Vartavar Tchungurian*. DEOPS/SP, APESP. Esta citação também está presente no prontuário de Avedikian, uma vez que as investigações sobre Tchungurian apontam o professor como um dos mantenedores do jornal *Ararat – A voz do povo armênio*, órgão dos armênios simpáticos à URSS. No trabalho “A Imprensa Confiscada pelo DEOPS”, os autores também mencionam o jornal *Ararat* e o processo supracitado. CARNEIRO & KOSSOY, 2003, pp. 114-117).

<sup>723</sup> Taciana Wiazovski (2001, p. 37) nos mostra que eram justamente os imigrantes – sobretudo judeus – oriundos dos países pertencentes à URSS e seus satélites os mais perseguidos pelo DEOPS/SP sob a acusação de comunismo.

divulgação do apoio armênio à URSS, como por exemplo o jornal *Ararat – a voz do povo armênio*. O que podemos inferir previamente é que os armênios rotulados como comunistas se encaixavam perfeitamente no perfil estereotipado que a repressão criou para enquadrar os elementos indesejáveis: “os revolucionários, os contestadores, os sindicalistas, os estrangeiros, os operários, os anarquistas e os subversivos” (Ibid., p. 114).

Entretanto, transportar automaticamente para todos os armênios do Brasil o rótulo de comunistas é um erro crasso e precisa ser evitado a todo custo. E mesmo entre os esquerdistas, não podemos afirmar que havia uma homogeneidade<sup>724</sup>. Assim, para logarmos êxito em nossa proposta, precisaremos de uma análise sóbria sobre a imigração armênia no Brasil, bem como de suas nuances políticas que dividem a comunidade desde os primeiros imigrantes chegados ao país. Apenas após este importante passo, poderemos entender em profundidade e com a lucidez necessária o que foi o fenômeno político comunista no seio da coletividade armênia brasileira, qual foi o seu alcance e, principalmente, em que medida isso representava uma ameaça relevante para o Estado brasileiro então representado pelo DEOPS/SP<sup>725</sup>.

A referência aos sapatos, contida no título, é evidentemente uma alusão ao ofício de sapateiro, principal ramo no qual os armênios foram empregados ao chegar ao Brasil. Embora seja sabido que nem todos trabalharam com calçados, o grande número de imigrantes e descendentes que se dirigiram para a indústria calçadista – seja como empresários, artesãos ou vendedores – fizeram com que a comunidade relacionasse a si mesma com o ofício. Segundo Roberto Grün (1992, p. 9), citando um dado informado pela Revista Veja SP, de 03 de outubro de 1990, 50% do comércio varejista de calçados em São Paulo ainda pertencia a descendentes de armênios na década de 1990.

### **Brasil, o lugar do recomeço**

Ao contrário de outras etnias, não houve uma política pública de incentivo a imigração armênia para o Brasil<sup>726</sup>, assim como houve para a França, por exemplo, onde os armênios

---

<sup>724</sup> Como podemos perceber, por exemplo, na ação do italiano Antonio Piccarolo no Brasil, que apesar de ser o líder dos socialistas italianos em São Paulo, mantinha uma posição crítica perante a URSS e ao comunismo (HECKER, 1989).

<sup>725</sup> “Ao Estado não interessava permitir a manifestação de comunidades organizadas – aqui entendidas como grupos com projetos políticos, étnicos ou culturais diversificados –, o que explica sua insistência em manter regulamentos que se antecipassem ao risco da rebelião” (CARNEIRO, 1999, p. 336).

<sup>726</sup> Embora um caso muito curioso revele que o político e escritor Medeiros e Albuquerque tentou articular, sem sucesso, a vinda de armênios para São Paulo e Amazonas durante o governo Campos Sales. (MEDEIROS E



serviram como mão-de-obra sobressalente aos franceses mortos durante a Primeira Guerra Mundial<sup>727</sup>. Por este motivo, não é de se espantar o pequeno número de armênios que emigraram para o Brasil comparado-se com trabalhadores oriundos de outros países, ou ainda se pensarmos nas cifras de imigrantes armênios em nações que incentivaram o aporte destes.

Não há um número exato de quantos armênios há atualmente no Brasil. Roberto Grün (1992, p. 17), em publicação de 1992, refere-se a algo em torno de 20 a 25 mil armênios<sup>728</sup>. Número este que é citado por Hagop Kechichian (2000, p. 66). Aharon Sapsezian, por sua vez, não ousa fazer uma estimativa precisa. O autor apenas nos revela acreditar que haja cerca de 50 mil armênios somando principalmente Brasil e Uruguai, mas também no Chile, Venezuela e México (SAPSEZIAN, 1988, p. 166). O documentário televisivo “Chegados: Armênia”, de 2007, por sua vez, estima em 40 mil o número de armênios no Brasil atualmente<sup>729</sup>. Consonante com estas estimativas está o trabalho de Giralda Seyferth (1999, p. 202), onde os armênios não figuram na lista de etnias que continham mais de 100 mil indivíduos no Brasil no século XX. Estes são tidos pela autora como uma etnia pouco expressiva estatisticamente (Idem).

Destarte, apesar de não haver estimativas confiáveis e definitivas, somos levados a compactuar que existem cerca de 25 mil armênios no Brasil, em sua maioria, localizados em São Paulo. Tal concentração deu-se por consequência da maioria dos armênios que embarcaram na Europa rumo à América tomaram embarcações que ancoraram no porto de Santos (GRÜN, 1992, p. 22), apêndice de uma São Paulo em franco desenvolvimento e atraente para aqueles que procuravam começar uma nova vida.

O *boom* imigratório deu-se na década de 1920, em função do Genocídio Armênio. Primeiro genocídio do século XX e o mais longo da história<sup>730</sup>, este fenômeno foi uma ação sistematicamente organizada pelo governo turco-otomano – tomado pelo Comitê União e Progresso, alcunhado de Partido dos “Jovens Turcos”, com a finalidade de exterminar a população armênia das seis províncias da Anatólia. Este processo servia a um propósito: manter vivo o Império Turco-Otomano que apresentava sérias rachaduras em suas estruturas, após anos de crises econômicas e políticas, que custaram à Porta a perda dos Bálcãs, derrota

---

ALBUQUERQUE, 1982, pp. 212-213; KECHICHIAN, 2000, p. 31).

<sup>727</sup> SAPSEZIAN, A. op. cit., p. 164.

<sup>728</sup> Entretanto, Grün não cita as fontes que o fizeram girar em torno desta cifra. (GRÜN, 1992, p. 17).

<sup>729</sup> O documentário pode ser assistido em formato não-oficial no *website YouTube*: <<http://www.youtube.com/watch?v=D2q-EwXKRic>> acesso em 09/03/2010.

<sup>730</sup> Tese sustentada por Campolina Martins (1998, p. 154, nota 16). Como não houve um reconhecimento do Genocídio por parte da República da Turquia – herdeira legal do legado turco-otomano – não podemos falar em um desfecho jurídico na questão, permanecendo em aberto até hoje.

da qual o governo otomano nunca iria se recuperar. Aniquilar os armênios da Anatólia era uma tentativa de evitar que estes entrassem em uma ebulição revolucionária que poderia culminar na independência desta região, o que seria o fim do já fragilizado Império Turco-Otomano (LOUREIRO, 2009).

As cifras do genocídio são impressionantes: cerca de 1,5 milhão de armênios foram mortos<sup>731</sup> e 350 mil emigraram antes ou depois das matanças (SAPSEZIAN, 1988, p. 160). Estes números não incluem os armênios turquificados, ou seja, crianças e mulheres tomadas à força por islâmicos e levados para os haréns para viverem sob as leis do Islã. Não há estimativas seguras de quantos cristãos foram convertidos e vivem até hoje como cidadãos turcos. Entretanto, o mapa da diáspora armênia não nos deixa dúvida do tamanho da destruição deste Genocídio: Aharon Sapsezian (1988, pp. 161-162) estima que, enquanto viviam na Armênia Soviética cerca de 3,1 milhões de armênios, outros 3,5 milhões estavam espalhados pelo mundo.

Porém, também é sabido que havia armênios no país desde finais do século XIX, imigrantes oriundos de outro contexto sócio-político no Império Turco-Otomano, principalmente dos massacres de Abdul-Hamid II nos anos 1890. De acordo com Hagop Kechichian, a primeira entrada substancial de armênios no país se deu via Rio Grande do Sul, por indivíduos que em busca de oportunidades de negócios, atravessaram a fronteira uruguaia com o Brasil e se estabeleceram em cidades daquele estado<sup>732</sup>. Alguns mascates armênio-uruguaio alcançaram o sudeste, principalmente as cidades de Rio de Janeiro e São Paulo (KECHICHIAN, 2000, pp. 23-24 e 46-48). O autor afirma que existiam de quinze a vinte famílias armênias no país antes de 1914 (Ibid., p. 40).

Contudo, a chegada do maior contingente de imigrantes armênios se concentrou entre os anos de 1924-1926 (KECHICHIAN, 2000, p. 32), chegando ao número de cinco mil armênios no país em 1935 (Ibid., p. 51), atraídos muitas vezes pelas experiências dos árabes na Síria e no Líbano – países nos quais os armênios se refugiaram no primeiro momento –, que remetiam cartas às famílias contando das vitórias e conquistas no Brasil (Ibid., p. 31).

A origem da maior parte dos armênios brasileiros remete à região da Cilícia – ou Armênia Menor, localizada às margens do Mar Mediterrâneo –, sendo a cidade de Marash a principal origem destes indivíduos (GRÜN, 1992, p. 14; KECHICHIAN, 2000, p. 24), o que

---

<sup>731</sup> “The First World War led to the killing of an uncounted number of Armenians by Turkey – the most usual figure is 1.5 millions – which can count as the first modern attempt to eliminate an entire population”. (HOBSBAWN, 1996, p. 50).

<sup>732</sup> O mesmo processo pode ser percebido na entrada de libaneses no território brasileiro, também no final do século XIX (TRUZZI, 2005, p. 21).

colaboraria para a organização e a criação de laços de sociabilidade na terra de destino<sup>733</sup>. Kechichian afirma que os primeiros que aqui chegaram se organizaram em pequenas sociedades e conseguiram iniciar pequenos negócios, principalmente vinculados às atividades comerciais de mascate. Uma vez estabelecidos e relativamente estabilizados, os novos imigrantes já direcionavam seus esforços para a confecção de calçados, atividade na qual muitos já trabalhavam nas cidades de origem (KECHICHIAN, 2000, p. 33).

Os artesanais calçados armênios, segundo Grün (1992, p. 14) e Kechichian (2000, p. 33), eram de qualidade e preço inferiores aos concorrentes italianos, o que garantiam ao produto um público consumidor certo entre as classes trabalhadoras da São Paulo dos anos 1920-40. Assim, Grün (1992, p. 44) teoriza que os armênios sapateiros encontraram na cidade um nicho econômico propício ao produto oriundo do ofício, contribuindo assim para a adaptação e enraizamento dos imigrantes no Brasil.

Mais do que um ofício e fonte de renda, as oficinas-sapatarias armênias na cidade serviam como as primeiras áreas de sociabilidade entre os imigrantes. Era em função do negócio que os armênios se reuniam e se apoiavam, com o intuito de fomentar novos artesãos que haviam chegado a pouco do oriente e ainda não tinham condições de sobreviver no Brasil (Ibid., pp. 46-47). Assim, os armênios melhor adaptados e financeiramente estáveis no Brasil, como Rizkallah Jorge, subsidiavam os recém-chegados com capital e matéria-prima para que estes pudessem iniciar as vidas no novo país (Ibid., pp. 48-49).

A partir daí, a vida social e política da comunidade tomou forma. As primeiras sociedades e associações foram fundadas, com o intuito de construir os dois pilares fundamentais da existência do armênio na Diáspora: a Igreja e os partidos (SAPSEZIAN, 1988, p. 167)<sup>734</sup>. Assim, foi formada em 1923<sup>735</sup> a Comissão da Fundação da Coletividade, liderada pelo já citado Rizkallah Jorge, com o objetivo primeiro de construir uma sede para a Igreja Apostólica Armênia no Brasil (KECHICHIAN, 2000, p. 69). Também os católicos e evangélicos armênios conseguiram organizar-se e constituir suas entidades<sup>736</sup>, em 1935 e

---

<sup>733</sup> Interessante notar que este é um fenômeno comum às etnias do Oriente Médio. Os sírios de Juiz de Fora – MG também são provenientes majoritariamente de uma mesma cidade: Yabroud (BASTOS, 1988, pp. 22-27). Isso se dá, segundo Oswaldo Truzzi (2005, pp. 2-3), graças a base identitária situada no tripé aldeia, família e religião, crucial para o entendimento de sírios, libaneses e em alguma medida, também pelos armênios.

<sup>734</sup> A Igreja Apostólica Armênia durante toda a sua existência foi símbolo de segurança e apoio aos armênios, seja nas guerras antigas, no Genocídio de 1915-23 ou nas dificuldades da Diáspora. Para entender o processo histórico de formação da Igreja, cf. LOUREIRO, 2006.

<sup>735</sup> Embora a primeira entidade criada pela coletividade armênia no Brasil date de 1915, destinada a angariar fundos para ajudar os sobreviventes do Genocídio (KECHICHIAN, 2000, p. 40).

<sup>736</sup> Na Armênia e em toda a Diáspora, existem três instituições religiosas que congregam os armênios: a Igreja Apostólica Armênia – ou gregoriana – é a maior e mais influente delas e é a Igreja da maior parte dos armênios do mundo. A Igreja Católica Armênia é fruto da cisão da Gregoriana no século XVII e possui importantes

1927 respectivamente (Ibid., pp. 72-73), e é na Igreja Evangélica Armênia que nasce a primeira escola armênia no Brasil, em 1937 (Ibid., p. 74).

A construção de instituições educacionais era outro objetivo de curto prazo da comunidade nos seus primórdios. Além disto, sociedades culturais e recreativas também afloraram no seio da coletividade nas décadas de 1920 e 1930, bem como agremiações da juventude armênia, encenando peças e cantando músicas armênias em corais. A instituição mais significativa neste sentido foi a Sociedade Artística de Melodias Armênias – Clube Armênio – SAMA (Ibid., pp. 80-84)<sup>737</sup>.

Também prioritárias, as escolas primárias da comunidade surgiram tão logo foi possível. Em 1928, uma entidade feminina da coletividade funda uma escola, enquanto a Sociedade Beneficente e Cultural Marachá<sup>738</sup> funda outra (Ibid., p. 92). Em 1931, entretanto, as escolas são unificadas no *Hay Azkain Turian Varjarian*, entidade educacional criada e gerenciada pelo Conselho da Igreja Apostólica Armênia (Ibid., pp. 94-95)<sup>739</sup>. Apesar disso, uma crise econômica na instituição em 1932 não permitiu o início do segundo ano letivo, sendo a solução a fundação de uma nova escola no bairro de Santana (Ibid., p. 95), instituição na qual lecionava o professor Nazareth Avedikian, prontuariado citado no começo de nossa apresentação.

Por último, as agremiações partidárias também são instituições da primeira hora na coletividade armênio-brasileira. No Brasil, tal qual em outros países da Diáspora armênia, destacam-se três partidos principais: Hentchak, FRA e Ramvagar. Passemos então a falar destas instituições mais pormenorizadamente.

## Os partidos políticos armênios no Brasil e o movimento comunista

---

instituições e intelectuais ao longo da história dos armênios. Os Evangélicos armênios são oriundos das missões norte-americanas no final do século XIX e início do XX e constituem a menor dos três ramos religiosos armênios. Cf. LOUREIRO, 2006.

<sup>737</sup> Localizado na Vila Clementino, zona sul de São Paulo. A SAMA foi fundada em 1941 por Arsen Mikaelian, membro da FRA. <<http://www.clubearmenio.com.br/>>, acesso em 06/03/2010.

<sup>738</sup> Entidade que aglutinava diversos membros oriundos da cidade de Marash, sem distinções religiosas ou partidárias. O prédio da Marachá ainda existe na Av. Santos Dummont, em São Paulo, embora a entidade esteja inativa.

<sup>739</sup> Com o decreto de nacionalização do ensino em 1938, a escola passou a se chamar Externato José Bonifácio (EJB), denominação vigente até hoje. *Website* do EJB <[http://www.igrejaarmeria.com.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=94&Itemid=53](http://www.igrejaarmeria.com.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=94&Itemid=53)>, acesso em 07/03/2010. O EJB funciona em prédio anexo à Igreja Apostólica Armênia, na Av. Santos Dummont, em São Paulo e é a única escola armênia em funcionamento atualmente.

Os partidos políticos armênios têm a sua origem entre as décadas de 1890 e 1910, no contexto do “despertar nacional armênio”, como Y. Ternon (1996, pp. 43-60) denomina, e foram criados principalmente com o intuito de unificar pautas nacionalistas e promover as tão sonhadas reformas do Império Turco-Otomano. A mais importante agremiação política neste contexto é a Federação Revolucionária Armênia – FRA<sup>740</sup> atuando no Brasil através da Associação Cultural Armênia de São Paulo – ACASP, fundada em 1929 (KECHICHIAN, 2000, p. 98) e constituindo aqui as suas entidades, como a já citada Sociedade Artística e de Melodias Armênicas – SAMA - Clube Armênio –, a Associação Educacional e Cultural Hamazkayin<sup>741</sup> e a Sociedade das Damas Benéficas Brasil-Armênia – HOM – Cruz Vermelha Armênia<sup>742</sup>.

Essa ebulição político-partidária já intrínseca à comunidade armênia, aliada ao contexto instável da política brasileira entre as décadas de 1920-40, não seria de se estranhar a movimentação dos imigrantes já radicados, seja nas agremiações compatriotas, seja nas entidades brasileiras. Neste sentido, pretendemos entender o porquê das autoridades do DEOPS/SP ficharem armênios sob a acusação de comunismo, ideologia perigosa à nação naqueles tempos.

Para os armênios, apoiar a URSS não era necessariamente um gesto de apoio ao comunismo. Até mesmo o Partido Democrata Liberal Ramgavar, de cariz conservador e burguês, era um entusiasta da Armênia Soviética, uma vez que foi a anexação do país à URSS o que garantiu a manutenção do torrão nacional, longe da constante ameaça turca. Convém lembrar que não havia entre as agremiações diaspóricas armênicas, um partido essencialmente comunista<sup>743</sup>, mas sim indivíduos simpatizantes com os ideais comunistas que poderiam militar entre os brasileiros e divulgar suas ideias entre os patrícios.

Apenas a FRA era contrária a ocupação soviética, por acreditar que a RSS da Armênia não era a consolidação ideal da pátria armênia por qual eles lutavam. À frente das instituições criadas no Brasil, era comum que indivíduos vinculados a um partido determinado fossem também ligado a um clube, sociedade recreativa ou educacional. Assim, quadros da FRA, maior força política da comunidade, poderiam exercer influência sobre os compatriotas, em prol deste ou daquele rumo para as entidades. Desta forma, é possível que muitos armênios

---

<sup>740</sup> O nome em armênio da Federação Revolucionária Armênia – FRA – é *Hay Heghapokhagan Tashnagsutium – Ho. Hi. Ta.*

<sup>741</sup> <<http://www.armenia.com.br/Hamazkayn/HAMAZKAYN.htm>>, acesso em 04/03/2010.

<sup>742</sup> Fundada em São Paulo em 1934 (KECHICHIAN, 2000, p. 85). A entidade é também a mantenedora de um asilo na zona norte de São Paulo.

<sup>743</sup> Embora Nubar Kechichian, em tom pejorativo, defina o Hentchak enquanto tal (KERIMIAN, 1998, p. 252).

descontentes ou não-simpatizantes da FRA pudessem se declarar comunistas por encontrar nesta posição política uma forma de fazer oposição à tendência preponderante no seio da Diáspora.

Um exemplo desta oposição de comunistas x FRA pode ser observado no prontuário do músico Wahakn Minassian<sup>744</sup>. Membro notório da FRA, Minassian foi delatado em 1948 pelo comunista Agop Boyadjian<sup>745</sup> por comemorar o torpedeamento de navios brasileiros durante a II Guerra Mundial. Em depoimento, Minassian nega ter comemorado tal acontecimento, mas mesmo assim foi preso pelo DEOPS/SP. Embora nossas pesquisas não possam concluir ainda qual a motivação da denúncia de Boyadjian, nos parece bem plausível que tal delação tenha sido motivada por desavenças políticas no interior da comunidade armênia de São Paulo, que vivia também a efervescência política exacerbada pelo estourar da II Guerra Mundial. Logo, quando falamos de armênios comunistas no Brasil, devemos pensar em indivíduos cuja ideologia política está embebida de diversos outros elementos, como o nacionalismo romântico da terra natal e também, da compreensão que a opção pelo comunismo é uma ferramenta poderosa para intervir politicamente no seio da coletividade. Ou seja, o comunismo armênio-brasileiro é meio para atingir um objetivo definido: seja este a revolução ou uma maior expressão na vida social da colônia.

Voltando ao professor Nazareth Avedikian, prontuariado citado no começo desta apresentação, as investigações do DEOPS/SP não são conclusivas sobre as motivações comunistas do professor para a agressão. Tampouco é comprovadamente comunista o furto da carroça de leite, atribuída a estrangeiros ansiosos pela revolução<sup>746</sup>. Em dezembro de 1935, data da queixa, o Brasil vivia o ápice do “medo vermelho”. Em 1934, militantes do PCB dispersaram uma manifestação dos Integralistas na Praça da Sé, enfurecendo as forças conservadoras (VIANNA, 2007, p. 74). Menos de um mês antes do prontuário, os levantes em diversos quartéis do Brasil foram rapidamente sufocados pelo governo Vargas, enquanto a imprensa dava ampla cobertura ao que ficou pejorativamente conhecido como Intentona Comunista (Ibid.).

Diante de tal quadro, podemos afirmar que por vezes o DEOPS/SP era chamado a intermediar conflitos sociais sem relação com problemas políticos, com a alegação de que uma das partes foi movida por interesses partidários subversivos em sua conduta. Para Maria

---

<sup>744</sup> Pront. 17.834 – DEOPS/SP, APESP.

<sup>745</sup> Pront. 46.273 – DEOPS/SP, APESP. Boyadjian foi preso em 1949 juntamente com Levon Yacubian, acusados de atividades subversivas.

<sup>746</sup> Pront. nº 3.125.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Luiza Tucci Carneiro (1999, p. 339), “tanto o DIP<sup>747</sup> quanto o Dops funcionaram como engrenagens reguladoras das relações entre o Estado e o povo”. Regina Célia Pedroso (2005, p. 142), por sua vez, frisa que “as deduções que a polícia fazia acerca da suspeição eram em geral balizadas a partir dos estereótipos atribuídos de antemão”, chegando até mesmo a fabricar provas para incriminar o suspeito de atividades subversivas e que, muitas vezes, havia delatores que entregavam um indivíduo à repressão como comunista por motivações pessoais, alheias às questões políticas (Ibid., pp. 140-141).

Se procederem as alegações que os alunos da escola necessitavam usar uma fita vermelha para homenagear Lênin<sup>748</sup>, poderemos inferir que a referida escola armênia era entusiasta da Armênia soviética e da URSS e, portanto, opositora à posição da FRA. Esta hipótese ganha força ao lembrarmos que a entidade educacional do bairro de Santana foi aberta em decorrência do fechamento da escola Turian, ligada a quadros da FRA (KECHICHIAN, 2000, p. 95).

Baseado no prontuário de Avedikian, podemos perceber que havia uma movimentação política na região, através de reuniões de cunho comunista na casa de um armênio, comandadas por um padre anônimo. Embora cerca de cinquenta anos mais tarde, o professor negue ser comunista e declara-se neutro ante as posições partidárias (KERIMIAN, 1998, p. 279), é inegável o engajamento de Avedikian e alguns de seus compatriotas no comunismo ou naquilo que o DEOPS/SP entendia como tal. Entretanto, o que permanece opaco são as razões de tal simpatia à ideologia comunista, podendo ser divididas em três principais motivações: apoio ao torrão nacional que a URSS garantiu à Armênia; opor-se à teoria e prática da FRA no Brasil; ou simpatia aos ideais comunistas *strictu sensu*. Neste sentido, a pesquisa que pretendemos fazer a partir do presente trabalho intenta jogar luzes sobre este questionamento.

Em entrevista a um jornal de Londrina – PR em 1983, o também prontuariado José Balikian<sup>749</sup> afirmava que “nosso país sempre foi muito pobre. Lá, só existiam escolas primárias. Hoje, com o socialismo, eles tem de tudo”<sup>750</sup>. A declaração de Balikian – também relacionado como simpatizante de Stálin por colaborar com o jornal Ararat<sup>751</sup> – pode envolver um entusiasmo com o comunismo, bem como com a manutenção do território armênio com fronteiras bem delimitadas e a melhoria da condição de vida da população da RSS da

---

<sup>747</sup> Departamento de Imprensa e Propaganda.

<sup>748</sup> Pront. nº 3.125.

<sup>749</sup> Pront. nº 98.433.

<sup>750</sup> Jornal Folha de Londrina. 08 de agosto de 1983.

<sup>751</sup> Pront. nº 98.438.

Armênia se comparada aos tempos otomanos. Neste sentido, o comunismo e o nacionalismo armênio são indissociáveis.

Na mesma direção vai o depoimento do ator Stepan Nercessian sobre o seu pai, Garabed. Notório comunista, Garabed desencoraja o filho Stepan alimentar ódio ou sentimento de vingança para com os turcos, pois, segundo ele mais do que armênios, eles eram socialistas, comunistas e, o trabalho dos armênios comunistas pelo mundo não era a vingança, mas sim lutar para que aquelas atrocidades nunca mais aconteçam com a humanidade<sup>752</sup>. Nesta declaração, apesar de não versar sobre a RSS da Armênia, deixa transparecer o papel do armênio na humanidade, em consonância com a tradição internacionalista do comunismo, mas sem esquecer a origem ancestral.

Porém, é Levon Yacubian<sup>753</sup> o caso mais proeminente dos usos do comunismo dentro da coletividade armênia no Brasil. Em artigo escrito ao jornal Ararat de dezembro de 1949 e janeiro de 1950, Yacubian glorifica Stálin, chamando o líder da URSS de “melhor dos amigos incondicionais de nossa Pátria [Armênia]” e “patrimônio imortal da humanidade”<sup>754</sup>. Nestas falas, percebemos o entusiasmo de Yacubian com o presidente soviético, que para ele é figura crucial para a sobrevivência da Armênia no mundo. E Yacubian vai além, afirmando que:

somente o poder socialista dos operários, camponeses e intelectuais armênios é que conseguiu derrotar definitivamente, na Armênia, as forças retrogradadas [sic] do governo tashnag de Vratzian. Somente o socialismo é que deu o poder governamental nas mãos do povo armênio, outrora escravizado [sic] e espoliado por meia dúzia de lacaios tashnags<sup>755</sup>

Ou seja, além de um entusiasta do socialismo enquanto forma de governo ideal para a Armênia, a postura política defendida pelo autor ataca diretamente a posição da FRA que, conforme falamos era o partido mais importante dos armênios. Assim, podemos perceber que a rixa dos armênios comunistas com a FRA era oriunda dos rumos que a República da Armênia tomara e, provavelmente, estas decisões tomadas na Pátria-Mãe acirravam os ânimos aqui na coletividade brasileira, a ponto de Yacubian ser tão agressivo em seu artigo. O autor finaliza da seguinte forma o seu texto: “ARARAT, neste septuagésimo aniversário de Stálin, reafirma a sua inflexível linha de conduta: *desmascarar os tchnags* [sic], lutar contra o imperialismo e a guerra em defesa da Paz”<sup>756</sup>.

<sup>752</sup> Depoimento de Stepan Nercessian. Documentário “Chegados: Armênia”. Canal Futura, 2007.

<sup>753</sup> Prontuário nº. 73.631- *Levon Yacubian*. DEOPS/SP – APESP.

<sup>754</sup> Ararat – A voz do povo armênio. Ano IV, nº. 39-40; dezembro de 1949 a janeiro de 1950, p. 1. Essa página foi reproduzida fac-símile em CARNEIRO & KOSSOY, 2003, p. 115.

<sup>755</sup> Idem. Lembrando que FRA e Tashnag são duas denominações distintas para o mesmo partido político.

<sup>756</sup> Idem. Os grifos são nossos.



Parece correto, portanto, intuir a presença significativa de um comunismo armênio no Brasil, mediante uma análise sóbria do vasto material que temos à nossa disposição. Assim, será possível compor mais um capítulo do infinito livro da História das Esquerdas no Brasil e ajudar a esclarecer uma faceta obscura da imigração armênia no país, qual seja, a de seus meandros políticos.

## **Conclusão**

Concluindo, nossa hipótese é que, no limite, muitos armênios de São Paulo aderiram aos ideias comunistas por motivos que vão além da simpatia com esta ideologia. As nuances político-partidárias existentes nas comunidades diaspóricas armênias e, portanto na brasileira, nos permitem conjecturar que a escolha pelo comunismo, muito além de simpatia com os ideais de esquerda intrínsecos a esta posição, atendiam a interesses políticos que interferiam diretamente no cotidiano da comunidade armênia de São Paulo. Podemos perceber esta interferência claramente no funcionamento das primeiras escolas da coletividade, no final da década de 1920, por exemplo. Ao mesmo tempo em que uma entidade feminina ligada à FRA fundava uma instituição primária de ensino, a Sociedade Beneficente Marachá – que abrigava muitos indivíduos simpáticos ao comunismo e à URSS – inaugurava a sua própria escola (KECHICHIAN, 2000, p. 92). Em 1931, as escolas foram unificadas e entregues ao Conselho da Igreja a responsabilidade pelo ensino (Ibid., p. 94). Entretanto, pouco tempo depois, a escola mergulhou em uma crise financeira que a forçava a fechar as portas. Diante deste cenário, segundo Kechichian (Ibid., p. 95), o comitê da FRA tomou a dianteira e conseguiu com que um proeminente membro da coletividade financiasse a abertura de uma outra escola no bairro de Santana<sup>757</sup>. Ou seja, em um espaço onde convivem duas forças políticas díspares, é plausível que os erros e enganos sejam sempre creditados ao *outro* e à sua orientação política equivocada e, desta forma, começa uma disputa ideológica polarizada que envolve toda a coletividade.

Além disto, o sentimento nacionalista de preservação da pequena porção de terra da Armênia, naquela época sob o domínio de Moscou, angariou muitos adeptos ao comunismo da URSS, entendida como a salvadora da pátria armênia ante a perene ameaça turca.

A proximidade que estes imigrantes gostariam de ter com a Pátria-Mãe fez com que muitos assinassem jornais e freqüentassem clubes onde a “armenidade” pudesse ser exaltada.

---

<sup>757</sup> Possivelmente é a mesma escola onde o “comunista” Nazareth Avedikian dava aula. Pront. 3.125.

Evidentemente, este tipo de prática por parte de uma comunidade estrangeira não era bem quista tanto pelos intelectuais autoritários, como pelo governo e burocracia estatal. Assim, muitos armênios ditos comunistas pelo DEOPS/SP na realidade são apenas de pessoas que assinavam o jornal *Ararat – A voz do povo armênio* ou que procuravam viver a coletividade<sup>758</sup>. Isso nos leva a outro objetivo de nosso trabalho: compreender como o DEOPS/SP via esta comunidade sob o prisma do anticomunismo e do preconceito para com os estrangeiros entre 1930-1964.

Entretanto, não podemos descartar da nossa formulação aqueles imigrantes que por motivos que vão além da comunidade, escolheram o comunismo como postura política que achavam acertada para si, sem quaisquer relações diretas com a vida em comunidade.

Em suma, nosso trabalho contribuiu preliminarmente para entender como estes três movimentos distintos de adesão ao comunismo se desenvolveram no seio da colônia armênia no Brasil e, principalmente, como a repressão do DEOPS/SP via a comunidade armênia como uma totalidade uniforme e coesa. A partir destas primeiras indagações aqui apresentadas, pretendemos aprofundar este estudo no sentido de uma compreensão mais ampla do que foi o comunismo dos armênios no Brasil e também como agiu a repressão no sentido de desarticular os elementos que ela considerava subversivos.

### Referências bibliográficas

BASTOS, Wilson de Lima (1988). *Os Sírios em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Paraibuna.

CAMPOLINA MARTINS, Antônio Henrique (1998). “Armênia, um povo em luta pela liberdade: o mais longo genocídio da história”. Dossiê – Direitos Humanos. In: *Ética e Filosofia Política*. Juiz de Fora: UFJF, v. 3, nº 1.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional”. In: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci & KOSSOY, Boris (2003). *A Imprensa Confiscada pelo DEOPS*. São Paulo: Ateliê Editorial.

---

<sup>758</sup> Cf. Pront. 98.394 - *Aris Kodjian*, Pront. 98.399 - *Yesnig Vartanian*, Pront. 98.406 - *Ardavast Manusadjian*, Pront. 98.417 - *Aram Fermanian*, Pront. 98.418 - *A. Fermanian*, Pront. 98.433 - *José Balikian*, Pront. 98.448 - *Dr. Hagop Karsselian*, Pront. 98.457 - *Antranik Barsumian*, Pront. 98.465 - *Armen Chekerdemian*, Pront. 98.503 - *Aram Seferian*, etc. DEOPS/SP, APESP.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

GRÜN, Roberto (1992). *Negócios e Famílias: armênios em São Paulo*. São Paulo: Sumaré.

HECKER, F. Alexandre (1989). *Um Socialismo Possível: a atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor.

HOBBSAWM, Eric (1996). *The Age of Extremes*. Nova York: First Vintage Books.

KECHICHIAN, Hagop (2000). *Os Sobreviventes do Genocídio: imigração e integração armênia no Brasil – um estudo introdutório (das origens à 1950)*. São Paulo: Tese de doutoramento defendida no curso de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

KERIMIAN, Nubar (1998). *Massacres de Armênios*. São Paulo: Comunidade da Igreja Apostólica Armênia, 2ª ed.

LOUREIRO, Heitor (2006). “Breve história dos primórdios da Igreja Apostólica Armênia”. In: *Rhema*. Juiz de Fora: ITASA, v. 13, nº 40.

\_\_\_\_\_ (2009). *A Queda da Casa do Islã: o Genocídio Armênio (1915-1923) como práxis paradigmática no século XX*. Juiz de Fora: Monografia de bacharelado em História pela UFJF.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, J. J. C. C (1982). *Quando Eu Era Vivo*. Rio de Janeiro: Record.

PEDROSO, Regina Célia (2005). *Estado Autoritário e Ideologia Policial*. São Paulo: Laboratório de Estudos sobre Intolerância/Humanitas/FAPESP.

SAPSEZIAN, Aharon (1988). *História da Armênia: drama e esperança de uma nação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SEYFERTH, Giralda (1999). “Os Imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org). op. cit.

TERNON, Yves (1996). *Les Arméniens: histoire d’un génocide*. Paris: Seuil.

TRUZZI, Oswaldo (2005). *Sírios e Libaneses: narrativas de história e cultura*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

VIANNA, Marly (2007). “O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935”. In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed.

WIAZOVSKI, Taciana (2001). *Bolchevismo e Judaísmo: a comunidade judaica sob o olhar do DEOPS*. Módulo VI – Comunistas. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial.

Luciana Silva Schuffner\*

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo analisar a intervenção autoritária do Estado Novo na educação física com a finalidade de difundir as práticas esportivas, por considerá-las importantes para o projeto de modernização do Brasil. Busca analisar a fundação do Minas Tênis Clube em Belo Horizonte, pois o clube procurava seguir as orientações governamentais em relação as atividades esportivas.

**Palavras-chave:** Autoritarismo, Modernização, Educação Física

### **Ideologia autoritária e Estado Novo**

Durante o Estado Novo a ideologia autoritária era justificada pela necessidade do Estado intervir na sociedade para promover o desenvolvimento econômico do país. Getúlio Vargas concebeu para o Brasil um projeto de modernização econômica, cujo objetivo era tirá-lo do atraso em que se encontrava. A atividade industrial nesse momento era considerada um símbolo de “vida civilizada” e era primordial para o desenvolvimento brasileiro. Para conduzir o projeto de desenvolvimento nacional o Estado autoritário era apontado como o modelo político-institucional mais adequado para o Estado moderno, cuja função primordial era a promoção do bem público. O novo Estado além de autoritário era intervencionista e técnico, pois tinha que interferir de forma racional nas diversas áreas da sociedade brasileira. Somente o Estado era apontado como capaz de solucionar os complexos problemas políticos, sociais, institucionais e econômicos herdados da Primeira República e ao mesmo tempo impulsionar o desenvolvimento do Brasil.

Segundo Azevedo Amaral, um dos ideólogos do Estado Novo, “governo autoritário é o governo com autoridade”. O autoritarismo político era representado pelo reforço da autoridade governamental e pela concentração de poderes nas mãos do chefe de estado. Para Azevedo Amaral “um povo, para se transformar em uma nacionalidade, precisa organizar-se em uma estrutura hierárquica, cuja solidez e funcionamento eficiente exigem a atuação de

---

\* Mestre em Ciências Sociais pela PUCMINAS. Rua Martin de Carvalho, 395/700 Santo Agostinho, Belo Horizonte, MG. CEP: 30.190-090. E-mail: lucianaschuffner@yahoo.com.br

uma autoridade capaz de tornar-se a força coordenadora e orientadora dos elementos que se justapõem na sociedade”<sup>759</sup>.

De acordo com o pensamento da época, o autoritarismo era a essência da organização estatal, fazia parte da ação de governar e era imprescindível para garantir a eficiência do Estado no desempenho das suas atribuições. A autoridade tinha como funções a coordenação, o reajuste e a intervenção protetora sobre a sociedade. Sua meta era a realização do bem comum, que durante o Estado Novo estava associado ao desenvolvimento industrial. O autoritarismo tinha como meta restabelecer a ordem para promover com êxito a mudança pretendida. É preciso lembrar que para os ideólogos do Estado Novo o liberalismo da Primeira República era o responsável pela desordem da sociedade brasileira, período no qual prevaleciam os interesses individuais e que tinham que ser eliminados da sociedade. Era o Estado autoritário e conservador que tinha a capacidade de mudar a realidade nacional e restaurar uma nova ordem, mais adequada à realidade social do país. Era a autoridade do Estado que encarnava a vontade nacional e por isso deveria criar uma consciência cívica para realizar o bem comum, sincronizando ação individual e interesse coletivo. A intervenção do Estado autoritário não tinha como meta restringir as iniciativas e liberdades individuais, a não ser que elas entrassem em coalizão com os interesses coletivos. A complexidade das sociedades industrializadas viabilizava a instauração de regimes autoritários, pois para Azevedo Amaral “o autoritarismo se tornou uma questão de salvação coletiva”<sup>760</sup>, sendo fundamental para o bem da nação.

No Estado autoritário “a liberdade individual tem forçosamente de coincidir com a capacidade de exprimir a sincronização da ação do indivíduo com o ritmo da vontade coletiva e com os interesses nacionais. (...) Na realidade o Estado autoritário não restringe nenhuma liberdade, mas apenas adapta o exercício das atividades de todo gênero de cada indivíduo ao círculo naturalmente traçado pela capacidade que cada um tem de atuar espontaneamente sem comprometer o funcionamento eficiente da organização estatal. (...) A autoridade é a expressão dinâmica da vontade coletiva compelindo as forças da iniciativa individual a manterem-se dentro de limites compatíveis com a segurança estrutural do sistema... Há muito mais perigo de desorganização do todo pela rebeldia das partes que da compressão excessiva destas por um poder desmedido da coletividade”<sup>761</sup>.

---

<sup>759</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Autoridade e Política: O Pensamento de Azevedo Amaral. IN: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (et.al.). Estado Novo: Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.53.

<sup>760</sup> MEDEIROS, Jarbas. Ideologia Autoritária no Brasil, 1930-1945. Rio de Janeiro, FGV, 1978. p. 67.

<sup>761</sup> Id. Ibid, p.68-69.

O bem comum, a causa pública, os interesses coletivos, enfim para atingir essa que era a meta do Estado autoritário era necessária a organização racional das forças ativas da nação e das atividades produtivas. A escola era o espaço ideal para realizar o processo de mudança e a educação passou a ser utilizada como uma ferramenta capaz de “intensificar a utilidade social do indivíduo”<sup>762</sup>, a ação pedagógica desse momento visava, primordialmente, aumentar a capacidade produtora de todos aqueles sob sua influência e a difusão do pensamento oficial.

### **A educação física e o esporte na construção do “novo” homem brasileiro**

Para pôr em prática o projeto de modernização do Brasil, o Estado passou a promover a transformação da sociedade e do homem brasileiro. O Estado procurou intervir na sociedade com a intenção de promover transformações para adequá-la às demandas da ordem industrial e urbana. O trabalho passou a ser valorizado e considerado um veículo de promoção do bem comum. A propaganda, a escola, a educação física e o esporte eram meios utilizados para divulgar a ideologia do trabalho. Não era somente a sociedade brasileira que precisava passar por transformações, era também necessário moldar o homem brasileiro, criar um “novo” homem, melhor adaptado à nova ordem. A população brasileira precisa livrar das máculas de sua origem, era preciso investir em políticas públicas para a construção do “novo” homem brasileiro, para melhor se adequar à nova sociedade industrializada que se estava estruturando.

Vargas concebeu um projeto moderno de educação para o Brasil, por acreditar em seu potencial civilizador. O Estado tomou para si o controle e a regulação das atividades educacionais e culturais. A educação escolar passou a ser tematizada em conformidade com os objetivos ideológicos do governo, que buscou utilizar o aparelho escolar para formar um “novo” homem para um novo regime. As reformas educacionais previam a alteração de hábitos e valores da população e a construção de um novo perfil para o cidadão brasileiro. A educação deveria se integral – moral, física e intelectual – e integradora, à medida que preparava o homem para o compromisso com o trabalho e com a nação, uma vez que o desenvolvimentismo e o nacionalismo eram elementos marcantes da ideologia do Estado Novo.

A reforma educacional de Francisco Campos (1931) introduziu a obrigatoriedade da prática de exercícios físicos para o ensino secundário. Com a reforma do Ministério da

---

<sup>762</sup> Id. Ibid, p.72.

Educação e Saúde (MES), em 1937, foi criada a Divisão de Educação Física, subordinada ao Departamento Nacional de Educação. A Constituição de 1937 tornou a educação física obrigatória em todas as escolas primárias, normais e secundárias. No Art. 131 estabeleceu que:

A Educação Física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma de qualquer desses graus ser autorizada sem que satisfaça aquela exigência <sup>763</sup>.

O Ministério do Trabalho e o MES adotaram medidas legais para preservar, recuperar e aumentar a capacidade de produtividade do brasileiro. Esse era objetivo primordial do Estado, pois a ele estava vinculado o progresso material e moral do país. A educação física e o esporte poderiam além de contribuir para o crescimento da produtividade do indivíduo, contribuir para a melhoria racial e, também, para a adaptação dos brasileiros às transformações pelas quais a sociedade passava e ao novo regime instaurado por Vargas.

A difusão do esporte, no Brasil, acelerou quando essa atividade, até então somente voltada para o lazer, foi integrada aos projetos políticos, econômicos e educacionais do Estado. O Plano Nacional de Educação, elaborado pelo MES, cujo ministro era Gustavo Capanema, tinha como objetivo “formar o homem completo, útil à vida social, pelo preparo e aperfeiçoamento de suas faculdades morais e intelectuais e atividades físicas” e para a educação física o ministro previa que “dessem orientação científica às atividades esportivas” <sup>764</sup>.

Para RODRIGUES (1997), a partir dessa época, foram se definindo papéis para o esporte e a educação física como prática social integrada aos projetos de governo e à construção social como um todo.

Desta forma, por intermédio do esporte, era possível que manobras ideológicas fossem dissimuladas no sentido da dominação pretendida naquele momento histórico, transformando-o em um dos meios e fins da busca da melhoria da raça, da consolidação do nacionalismo e da educação da classe trabalhadora para o desenvolvimento produtivo, baseado na racionalidade e eficiência técnica <sup>765</sup>.

Essa era concepção dominante, no Estado Novo, para a educação física e o esporte e por isso era preciso o Estado atuar diretamente no campo esportivo. O governo entendia ser

---

<sup>763</sup> APUD LIMA, Magali Alonso de. Formas Arquiteturais Esportivas no Estado Novo (1937-1945): suas implicações na plástica de corpos e espíritos. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1979. p.37-38.

<sup>764</sup> SCHWARTZMAN, Simon (org). Tempos Capanema. São Paulo: Paz e Terra, FGV, 2000. p.198-199.

<sup>765</sup> RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes, Esporte, Minas Tênis Clube e construção cultural de Belo Horizonte: um projeto das elites. Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Goiânia, 1997. p 485.



necessário desenvolver políticas para vincular o esporte às instituições públicas e educacionais. Os técnicos do MES, que atuavam na regulamentação da educação física, tiveram como tarefa formular um método nacional para a difusão e consolidação de práticas esportivas no país.

A educação física, segundo o modelo nacional de educação, deveria ser integral, pois atuaria sobre o corpo, o intelecto e os valores morais. Ao mesmo tempo, ela deveria ser integradora, visto que “levaria o indivíduo a encontrar seu lugar na sociedade, evitando que se criassem ‘desajustados’ para o mundo do trabalho e para a comunidade política nacional”<sup>766</sup>. Portanto, o Estado buscou utilizar a prática desportiva como instrumento ideológico e de divulgação de valores por ele considerados fundamentais, tais como ordem, civismo, hierarquia, trabalho, disciplina, cooperação, patriotismo, desenvolvimento econômico, entre outros.

A educação física foi incorporada ao projeto de fortalecimento da nação e de sua modernização e tornou-se, um dispositivo pedagógico e educativo destinado a inculcar os valores cívicos predominantes nos praticantes. Do esporte esperava-se a contribuição para o fortalecimento do sentimento de coletividade disciplinada. Os ideólogos do Estado Novo esperavam que a disciplina, a harmonia e a obediência às regras, atitudes que fazem parte do universo do esporte, e adquiridas pelo esportista, fossem transplantadas para o cotidiano dos cidadãos. Elas contribuiriam para a formação da consciência cívica pretendida naquele momento. Fortaleceriam os laços de cooperação nacional em benefício de uma causa comum: o desenvolvimento da nação.

O esporte também correspondia a um pressuposto funcionalista. Deveria disciplinar o movimento corporal, de modo a fortalecer os músculos e tornar os jovens mais aptos para o trabalho. Os indivíduos se ajustariam melhor às tarefas úteis à vida e ao desenvolvimento social. O esporte passou a se identificar como chave para a adaptação dos indivíduos ao meio social e político.

A prática de esporte no Estado Novo continha ainda uma concepção militarista. Grande parte dos técnicos, que compunham o quadro da Divisão de Educação Física do MES, foi recrutada das instituições militares. Para eles, o esporte assumiu papel relevante para garantir a segurança nacional. O jovem poderia adquirir, pela prática de esporte, noções de

---

<sup>766</sup> PARADA, Maurício Barreto Alvarez. *Corpos físicos como corpos cívicos: prática desportiva e educação física no Brasil sob o Estado Novo*. IN: TEIXEIRA, Francisco Carlos (org). *Memória social dos esportes: futebol e política: a construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad Editora: FAPERJ, 2006. p.168.

ordem, disciplina e estratégias e seu corpo se tornaria mais elástico, resistente e adequado ao combate.

Vargas estimulava a educação física com a finalidade, também, de favorecer a eugenia e o aprimoramento da raça. A regeneração da raça era parte do movimento que buscava determinar a configuração do “novo homem” e da “nova mulher”. Vargas via a formação heterogênea do povo brasileiro como um obstáculo para o progresso. Era, portanto, preciso buscar meios de homogeneizar os elementos heterogêneos presentes na constituição do homem brasileiro.

O Estado passou, então, a incentivar a educação física como um instrumento de promoção da eugênia, pois pretendia formar um “novo homem”, regenerado, curado dos seus males de origem, das doenças e da indisposição física. Os teóricos da Educação Física esperavam que os exercícios físicos aprimorassem o corpo e a saúde da população.

O corpo saudável era importante para o projeto de nação, no sentido de reafirmar a dignidade e a força nacionais para a formação de um povo produtivo, combativo e forte. “Repensar a sociedade passava necessariamente pelo cuidado com o corpo como recurso fundamental para uma juventude sadia, preparada física e moralmente para defender a pátria”

767

A educação física e o esporte no Brasil careciam de uma abordagem moderna, tecnicamente racional e fundamentada em bases científicas. Esse quadro começou a mudar com a reforma educacional do Distrito Federal, empreendida por Fernando de Azevedo, em 1928, que propôs a criação da Escola Profissional de Educação Física. Essa proposta visava a

Instrumentalizar os professores de Educação Física para a realização de uma prática pedagógica fundamentada em bases técnicas (dadas no currículo pelas disciplinas como teoria e prática de ginástica, dos jogos e do esporte) e científica (Anatomia e Fisiologia Aplicadas ao Exercício, Fisiologia da Fadiga, Higiene, Antropometria Pedagógica, Didática) <sup>768</sup>.

Esperava-se que a moderna educação física, amparada por preceitos técnicos e científicos, colaborasse para a melhoria física e moral do brasileiro. Desde o fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, estudos intelectuais procuravam explicar o atraso brasileiro a partir de dois parâmetros: o homem e a terra, destacando a raça e o clima. Esses fatores explicariam a “natureza indolente do brasileiro, as manifestações tíbias e inseguras da

---

<sup>767</sup> ÁVILA, Cristina; MIRANDA, Kátia. Minas Tênis Clube – tradição e modernidade. Belo Horizonte: Minas Tênis Clube, 1999. p.16.

<sup>768</sup> PAGNI, Pedro Ângelo. História da Educação Física no Brasil: notas para uma avaliação. IN: NETO, Amálio Ferreira (org). As Ciências do Esporte no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1995. p.151.

elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato”<sup>769</sup>.

Assim, os organizadores da educação física no Brasil passaram, cada vez mais, a relacioná-la aos processos de higienização social e eugenia desenvolvidos no país. Para SANT’ANNA, a partir do momento em que a educação física foi pensada como uma ciência, o corpo humano começou a ser concebido como “um organismo que *precisava receber uma formação* para bem orientar seus gestos, corrigir o que é julgado defeituoso em sua aparência e transformar potências em virtudes”<sup>770</sup>. Inseriram-se na educação física ações médicas e pedagógicas, pois se acreditava que, por meio do desenvolvimento saudável do corpo, educar-se-ia o caráter do indivíduo e fortaleceria a nação com cidadãos saudáveis e moralmente preparados.

Os mecanismos internos do corpo passaram a despertar o interesse de médicos e educadores, no sentido de obterem conhecimento para a transformação da aparência física e da moral. Recomendavam a prática de exercícios físicos para os adultos, mas principalmente para os jovens e as crianças, que eram considerados corpos em formação. A prática da educação física, desde a mais tenra idade, poderia combater a fragilidade corporal e espiritual.

A partir da década de 1930, cresceu ainda mais a convicção da necessidade de fundamentar o esporte e a educação física em preceitos técnicos e científicos, para melhor colaborarem com o desenvolvimento do Brasil. A Constituição brasileira de 1937 reafirmou a importância da educação física, tornando-a parte integrante da política de educação do novo regime. Com essa medida, de acordo com Inezil Marinho (1944), um dos teóricos da educação física no Estado Novo, esperava-se:

Proporcionar aos alunos o desenvolvimento harmônico do corpo e do espírito, concorrendo assim para formar o homem de ação, física e moralmente sadio, alegre e resoluto, cômico do seu valor e de suas responsabilidades, e preparar a mulher para a sua ação no lar, dando-lhe ainda a possibilidade de substituir o homem em trabalhos compatíveis com o sexo feminino, tornar cada brasileiro, de ambos os sexos, apto a contribuir eficientemente para a economia e defesa da Nação<sup>771</sup>.

Os ideólogos do Estado Novo viam o corpo como um objeto passível de adestramento, segundo os diferentes segmentos sociais. Peregrino Júnior, outro especialista da educação

<sup>769</sup> ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional, São Paulo: Brasiliense, 1994. p.16.

<sup>770</sup> SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Educação Física e história. IN: CARVALHO, Yara Maria de, RÚBIO, Kátia (org). Educação Física e Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 2001. p.107. (Grifo do autor)

<sup>771</sup> APUD LIMA, Magali Alonso de. Formas Arquiteturais Esportivas no Estado Novo (1937-1945): suas implicações na plástica de corpos e espíritos. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1979. p.38.

física desse período, concebia-a como uma arma poderosa que auxiliaria na edificação da nacionalidade e da formação do “novo” homem brasileiro:

O problema brasileiro – e no caso particular da nossa terra e da nossa gente, neste grave momento de introspecção brasileira, em que um dos grandes problemas do Brasil é o de criar a consciência nacional do povo, a Educação Física é um elemento principal dessa grande obra de construção cultural e formação espiritual do povo brasileiro. Sendo impossível, e além disso ilógico, dissociar o corpo do espírito, cuja unidade, no pensamento de Carrel, é cada vez mais íntima e compacta, só se pode cogitar de melhorar as condições do homem brasileiro cuidando ao mesmo tempo de sua cultura, de sua saúde, da sua estruturação moral, e isto se poderá conseguir com uma sabida ‘política biológica’, como quer Pende, utilizando como elemento fundamental a Educação Física, que nas múltiplas conseqüências – morfológicas, fisiológicas, espirituais e éticas – permitir-nos-á aperfeiçoar os valores dirigidos e criadores das elites e as aptidões produtoras das massas. Utilizando essa grande arma moderna da estruturação humana, pelo esforço simultâneo nesses dois sentidos – o da preparação cultural das elites e o da formação eugênica das massas, é que se poderá realizar afinal o milagre da formação integral do Homem Brasileiro – forte de corpo, claro de espírito – puro de coração!<sup>772</sup>.

Nesse discurso, está presente à preocupação dos especialistas da educação física com a formação do “novo” homem brasileiro, que foi idealizado de acordo com os valores nacionalistas divulgados pelos ideólogos do Estado Novo: a ordem, a disciplina, a cooperação, o patriotismo, o valor do trabalho, entre outros. A educação física, segundo o pensamento da época, era um dos instrumentos que auxiliaria na tão idealizada homogeneização do povo brasileiro – cuja composição étnica se deu pela mistura das raças branca, negra e indígena – e na formação da sua consciência nacional. Esse “novo” homem não teria, por sua vez, um tratamento idêntico durante sua formação. Observa-se que para cada segmento social havia um projeto específico com objetivos diferenciados. As elites deveriam se aperfeiçoar nos valores dirigentes e criadores, para cumprirem seu papel de governantes da nação e guias das massas. Para as massas, ficariam reservadas as aptidões produtoras e, para elas, foi criado um programa de formação eugênica que se realizaria por meio da educação física nos mais variados lugares nas escolas, nas casas, nos locais de trabalho. Assim, o Estado esperava operar a transformação física e moral do trabalhador e sua família. Para Peregrino Júnior, cabia à educação física a realização do milagre da formação integral do homem brasileiro.

### **O Minas Tênis Clube: auxiliando na formação dos corpos úteis à Pátria**

---

<sup>772</sup> Id. Ibid, p.21-22.

Diniz Osvaldo Magalhães, um dos colaboradores da Revista de Educação Física, criada durante o Estado Novo, escreveu nesse periódico, em 1940, que a

Educação Física é indiscutivelmente uma das bases para a formação de uma nacionalidade forte e disciplinada. Em todos os lares, nas escolas, nos clubes, e em toda parte, a Educação Física merece o apoio geral, pelo que ela prestara à raça brasileira<sup>773</sup>.

Nesse período, foram criados e instituídos espaços para a educação física. Nas escolas, foram construídos espaços para a realização da aula de educação física ou houve o reaproveitamento de áreas livres procurando adequá-las para atender à moderna e científica disciplina curricular. Também foram construídos ginásios, praças de esporte, estádios de futebol, associações esportivas, clubes. Essas construções públicas ou privadas receberam apoio estatal, conforme previsto na Constituição de 1937, no Art. 132:

O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres com a economia e a defesa da Nação<sup>774</sup>.

Getúlio Vargas, de acordo com HORTA (1994)<sup>775</sup>, pretendia utilizar o sistema educacional, e tudo aquilo que a ele estivesse ligado, para desempenhar a função de ajustar a juventude aos moldes estabelecidos pelo Estado e inculcar nos jovens o espírito nacionalista. O Estado passou então a fomentar a criação de espaços esportivos, incluindo os clubes privados, cujas propostas de atuação se mostrassem confluentes com a do Estado para o esporte.

A fundação do Minas Tênis Clube (MTC), em Belo Horizonte, deu-se nesse clima ideológico em que o Estado apontava a educação física como requisito básico para o fortalecimento da nação e melhoria da saúde dos brasileiros. As iniciativas da sociedade civil, que tivessem afinidades com o projeto de modernização de Vargas, recebiam apoio do Estado. O MTC foi um caso exemplar dessa colaboração do governo para com a sociedade civil.

O MTC foi criado em 1935, em Belo Horizonte. O clube foi um veículo disseminador do esporte na capital, pois os seus fundadores esperavam que os sócios adquirissem a partir da

---

<sup>773</sup> Id. Ibid, p.28.

<sup>774</sup> Id. Ibid, p.38.

<sup>775</sup> HORTA, José Silvério Baía. O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

fundação do clube o hábito da prática esportiva. A importância do MTC na disseminação da prática desportiva não se limitou à capital, ela se estendeu por várias cidades do interior de Minas Gerais.

O MTC foi um clube idealizado por um grupo da elite política e econômica de Belo Horizonte, que procurou, desde o início, obter apoio do poder público local. Os fundadores procuraram construí-lo com uma infra-estrutura moderna, para o esporte e o lazer, que refletia o desejo de modernizar a cidade. Desde a fundação, o clube foi dirigido e freqüentado pela elite e pela classe média letrada local, que assumiram a função de auxiliar na edificação do projeto político e cultural do Estado Novo. Esse grupo pretendia, por meio da difusão do esporte na capital, dar sua contribuição para que os sócios do clube adquirissem novos e modernos hábitos.

A ata de fundação do MTC é datada de 1935, porém o seu funcionamento aconteceu de fato em novembro de 1937, após a construção do parque esportivo. A construção do MTC pela elite belorizontina recebeu o apoio estatal, pois seus objetivos se enquadravam nas propostas do Estado para o esporte. A associação esportiva e recreativa do MTC tinha por finalidade contribuir para o aprimoramento da juventude e da infância por meio do esporte.

O Estado apoiava a construção de associações esportivas, como o MTC, pois acreditava no potencial transformador desses espaços para os jovens. A juventude, pelo esporte desenvolvido em associações esportivas, preparava-se para as obrigações da vida adulta. Tornar-se-iam jovens fortes, vigorosos e moralmente educados para dirigirem e trabalharem para o engrandecimento do Brasil, ou seja, o esporte seria um dos meios para operar a transformação desses jovens.

O esporte praticado no MTC deveria ser um instrumento capaz de educar as crianças e jovens, que o freqüentavam, para servir o Estado em diversas situações: no trabalho, na política, no comando do país, na guerra. Assim, esperava-se que os jovens minastenistas, estimulados pela prática dos esportes – de acordo com as normas e técnicas científicas e modernas estabelecidas pelos especialistas – tivessem sua natureza dominada e moldada, conforme os ideais divulgados pelo Estado Novo.

Na época, o MTC se tornou o lugar onde os jovens minastenistas aprendiam a fazer o correto uso da força física e moral, por meio dos esportes praticados e da ginástica. Ele passou a ser um local onde ocorriam verdadeiros “espetáculos” de demonstração de força física e de destreza. Os campeonatos eram esperados com grande entusiasmo pelo público da cidade. A imprensa carioca fazia constantemente elogios à organização do MTC e a sua contribuição

10 a 13 de maio de 2010

para o esporte brasileiro. O jornal O Globo o considerou um “prelúdio de uma obra gigantesca” para o fortalecimento do esporte em Minas Gerais.

O certo é que o desenvolvimento esportivo de Minas Gerais se iniciou com a criação do Minas Tennis Clube, sem nenhum favor, a instituição especializada mais perfeita da América do Sul. Isso sem exagero, porquê na verdade, nem na Argentina, onde o esporte básico alcançou rápido progresso, é possível conhecer uma obra semelhante. Segundo a perfeição de suas linhas arquitetônicas, segundo, também, o moderno de seus aparelhamentos médicos e de caráter preparatório.(...) Mas o Minas não ficou naquilo que se deu a conhecer – um ponto preferido da aristocracia belo-horizontina. Ele foi levantado em um buraco horrendo e se transformou em um templo de força e de vida. Hoje, sob a direção do Sr. Olinto da Fonseca filho, ex-diretor da Imprensa Oficial e ex-oficial do gabinete do Governador Olegário Maciel, sua carreira continua brilhante – não mais uma academia de nadadores e atletas perfeitos apenas – mais palco de exibição, ou melhor, a primeira banca examinadora para todos aqueles que se revelam devotos da cultura física no interior do progressista Estado

<sup>776</sup>

Várias atividades relacionadas ao esporte ali ocorriam: treinos, campeonatos, entregas de medalhas e troféus, reuniões das federações esportivas do estado, etc. Havia também uma forte preocupação com a saúde dos sócios e dos esportistas. Algumas medidas foram tomadas nesse sentido como a construção da piscina olímpica (construída com os mais modernos materiais e equipamentos de tratamento de água), criação do departamento médico e dentário que tinha um rígido controle de saúde dos sócios, criação do departamento de fisioterapia (considerado pioneiro em Belo Horizonte) e a contratação de técnicos e profissionais competentes. A intenção dessas medidas era a aproximação da medicina, da biologia e da psicologia com as atividades físicas praticadas no clube na busca da promoção física e moral dos sócios.

As comemorações esportivas do clube, muitas vezes, eram realizadas em datas cívicas, que acabavam por se transformar em atividades de cunho patriótico, como previsto pelos idealizadores do regime varguista. Os desfiles oficiais, durante o governo de Vargas, transformaram-se em verdadeiras demonstrações de força física e saúde da juventude. De acordo com PARADA, a figura do jovem nacional deveria ser sadia, forte e disciplinada, para fazer dele um padrão de civilidade e civismo. “O ideal do jovem encontrava sua plena realização nos desfiles públicos, momento em que a educação física tornava-se educação cívica”<sup>777</sup>.

Os campeonatos de esporte do MTC eram iniciados com o canto do hino nacional, hasteamento da bandeira brasileira, discurso proferido por autoridades, que aproveitavam a

<sup>776</sup> O Globo, Rio de Janeiro, 29 dez 1942, Acervo MTC, CLI-00013. (Grifo meu).

<sup>777</sup> PARADA, Maurício Barreto Alvarez. A ginástica política: alma e corpo de uma raça. IN: Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 2, n.14, nov. 2006b, p.54-58.

10 a 13 de maio de 2010

ocasião para ressaltar a importância do esporte para o desenvolvimento das futuras gerações. Esse foi o modelo de festa de inauguração da sede social do clube, em 1940. Nessa festa, compareceu o presidente Getúlio Vargas. Houve um desfile dos jovens e das crianças no MTC para o presidente. A Folha de Minas noticiou que cerca de três mil atletas desfilaram, nesse dia, no clube:

Hoje finalmente o presidente Getulio Vargas terá ocasião de receber da parte da mocidade forte de Minas Gerais uma grande consagração que deverá constituir uma das mais significativas festas de caracter civico já realizadas em Bello Horizonte. Cerca de 3.000 atletas, moços e moças da nossa Capital concentrar-se-ão no magnifico parque de esportes do Minas Tennis Clube onde o presidente da Republica, acompanhado do governador Valladares, secretários de Estado e varias outras altas autoridades presentemente em Bello Horizonte assistirá o grande espetáculo civico esportivo que a juventude mineira preparou para demonstrar sua sympathia e seu respeito pelo 1º Magistrado do Paiz <sup>778</sup>.

Essas festividades do clube se transformaram em momentos de propagação de valores cívicos, conforme a nota do jornal. Em discurso de inauguração da sede do MTC, o presidente ressaltou a importância do esporte e do clube para as novas gerações:

Ao inaugurar as instalações do Minas Tennis Clube expressão de nosso carinho pela cultura physica, quis exprimir o meu louvor a tão feliz iniciativa, não apenas com a minha presença, mas através de palavras que desejo sejam ouvidas por todos os brasileiros como estímulo a empreendimentos semelhantes. Bem compreendo o alcance e a importância immediata do problema de melhora das condições physicas do homem. Os vossos administradores não cessam de empenhar-se pela obtenção dos meios adequados ao aperfeiçoamento e empenho das novas gerações. A construção do moderno e amplo estádio que inauguramos feita pelo próprio Governo, exemplifica esse louvável empenho que se traduz no levantamento de 35 praças de jogos atheticos nas principais cidades do Estado.(...) Impulsionar, o mais largamente possível, a cultura physica é obra sadia de brasilidade. A educação dos corpo, na ampla acepção da palavra significa também o cultivo de nobres e excellentes atributos do espírito. Não só a robustez e a saúde physicologica a conseguem nos gramados e quadras desportivas. A agilidade, a destreza, a resistência muscular estimulam e fortalecem aptidões intellectuais de alta ascendência no desenvolvimento harmônico da personalidade <sup>779</sup>.

Para uma participante da festa esportiva, que contou com a presença do presidente Vargas, o número alto de jovens na comemoração decorreu da imposição das autoridades da época:

Eles resolveram trazer o Getulio Vargas para fazer a inauguração do Minas e queriam encher o Minas de gente no dia da chegada do Getúlio. E o que passou pela cabeça deles? Eu não posso dizer com certeza, porque eu era menina. Eu tenho a impressão que obrigaram as freiras dos principais colégios daqui a encher aquelas

<sup>778</sup>Folha de Minas, Belo Horizonte, 12 mai, 1940. IEPHA.

<sup>779</sup>Folha de Minas, Belo Horizonte, 14 mai, 1940, p.14. Gerência do Patrimônio Histórico Urbano – PBH, pasta 00192, processo 01- 053210-95.66.



O MTC se mostrava sintonizado com as propostas estabelecidas pelo Estado Novo para o esporte e sua contribuição para a sociedade brasileira, na formação de corpos úteis à pátria. Eram valorizadas, nesse período, as práticas esportivas que estivessem respaldadas pelo rigor da ciência e da técnica moderna. Práticas que pudessem responder aos desafios da construção racial do brasileiro, que resultassem em ações úteis à sociedade, e atendessem à necessidade de fortalecimento do patriotismo e da nacionalidade.

Dessa forma, a educação física foi considerada de fundamental importância para o aprimoramento do projeto de fortalecimento da nação, da sua modernização e do desenvolvimento da sociedade como um todo. Na medida em que a prática esportiva contribuiria para a melhoria da saúde do homem brasileiro, inspiraria seus praticantes à obediência e à disciplina, contribuiria para aumentar a força física, além disso, exercitaria o corpo e o disciplinaria. Isso porque, o exercício físico revigora a mente do indivíduo, e eleva o espírito cívico, nas competições esportivas.

### **Bibliografia**

ÁVILA, Cristina; MIRANDA, Kátia. **Minas Tênis Clube – tradição e modernidade**. Belo Horizonte: Minas Tênis Clube, 1999.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

LIMA, Magali Alonso de. **Formas arquiteturais esportivas no Estado Novo (1937-1945): suas implicações na plástica dos corpos e espíritos**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1979.

MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia Autoritária no Brasil, 1930-1945**. Rio de Janeiro, FGV, 1978.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Autoridade e política: o pensamento de Azevedo Amaral. IN: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (et.al.). **Estado Novo: Ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

---

<sup>780</sup> Depoimento de d. Célia Laborne Tavares, 13 abr. 2006.

PAGNI, Pedro Ângelo. História da Educação Física no Brasil: notas para uma avaliação. IN: NETO, Amarílio Ferreira. (org). **As ciências do esporte no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1995.

PARADA, Maurício Barreto Alvarez. A ginástica política: alma e corpo de uma raça. IN: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 2, n.14, nov. 2006b, p.54-58.

PARADA, Maurício Barreto Alvarez. Corpos físicos como corpos cívicos: prática desportiva e educação física no Brasil sob o Estado Novo. IN: SILVA, Francisco Carlos Teixeira (org). **Memória social dos esportes: futebol e política: a construção de uma identidade nacional**. Rio de Janeiro: Mauad Editora: FAPERJ, 2006.

RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. Esporte, Minas Tênis Clube e construção cultural de Belo Horizonte: um projeto das elites. **Anais de Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Goiânia, 1997.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Educação Física e História. IN: CARVALHO, Yara Maria de, RÚBIO, Kátia (org). **Educação Física e Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon (org). **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, FGV, 2000.

### **Fontes impressas**

FOLHA DE MINAS, Belo Horizonte, 12 mai. 1940. (IEPHA).

FOLHA DE MINAS, Belo Horizonte, 14 mai. 1940, p.14. Gerência do Patrimônio Histórico Urbano – PBH, pasta 00192, processo 01- 053210-95.66.

O GLOBO, Rio de Janeiro, 29 dez. 1942, Acervo MTC, CLI-00013.

### **Depoimento**

TAVARES, Célia Laborne (13 abr. 2006).

Luiz Mário Ferreira Costa\*

**Resumo:** O objetivo desta comunicação é demonstrar que o chamado “Plano Cohen” já possuía uma fundamentação teórica muito antes de sua deflagração, principalmente se levarmos em consideração os textos anti-semitas, antimaçônicos e anticomunistas do escritor Gustavo Barroso.

**Palavras-chave:** Plano Cohen, anti-semitismo, antimaçonismo.

### **Da divulgação do “Plano Cohen” à decretação imediata do “Estado de Guerra”**

A atmosfera política no Brasil encontrava-se altamente inflamável depois da “Intentona Comunista de 1935”, a ansiedade e o medo eram sensações corriqueiras naquele contexto. Tudo isso de certa forma criava a ilusão de que a capital da República poderia ser invadida a qualquer momento. Entretanto, ninguém sabia exatamente onde o inimigo estava e muito menos de que força ele dispunha. Assim, como que num mau presságio, no dia 30 de setembro de 1937, a *Folha da Manhã* trouxe uma matéria especial, tratada como a reprodução do “Capítulo II do item XIV de um Boletim de Informações” intitulado de “Plano de Ação Comunista do *Komintern*”<sup>781</sup>.

Segundo o jornal, o documento foi fornecido pelo próprio Gabinete do ministro da Guerra, o General Gaspar Dutra, por isso tratava-se de uma informação oficial acima de qualquer suspeita. Na sexta-feira, 1º de outubro de 1937, o mesmo jornal estampou em sua página inicial a seguinte manchete: “Os ministros militares aconselharam a decretação do estado de Guerra no Paiz”. Em nota, Gaspar Dutra informava à sociedade que a medida de exceção deveria ser tomada tendo em vista o clima subversivo que pairava no Brasil. Segundo ele:

Em reuniões conjuntas dos altos representantes militares, foram sucessivamente objectivados problemas da defesa do paiz e da sociedade contra a onda subversiva

---

\* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Dissertação: Maçonaria e anti-maçonaria: Uma análise da “História Secreta do Brasil” de Gustavo Barroso. Endereço: Rua Dr. João Pinheiro, 47, Centro, Prados – MG. CEP: 36320-000. E-mail: luizmariofc@gmail.com Telefone: (32) 9903-3053

<sup>781</sup> *Folha da Manhã*, 30 de Setembro de 1937. p.1

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

de que tínhamos constantes e documentadas informações não só através das autoridades civis como dos commandos de diversas regiões militares. Notadamente no Norte, o commandante da 7ª Região fazia-se constantes apelos relativamente ao incremento da propaganda bolchevista.<sup>782</sup>

As declarações do ministro da Marinha, Aristides Guilhem, também seguiram nesta perspectiva, acrescentando que aquela decisão nada tinha a ver com interesses político-partidários e sim com a defesa da “família brasileira”.

Procuramos estudar o melhor meio de evitar qualquer perturbação da ordem provocada por elementos communistas. Com este objectivo, ouvidos por minha parte os chefes da Marinha expressamos a s.exa., o presidente da Republica, o nosso ponto de vista, julgando necessário o “estado de guerra” com o fim de evitar attentado à família brasileira, isto porem nada tem a ver com a política porque as classes armadas desejam é a tranqüilidade para que a vida nacional corra normalmente.<sup>783</sup>

Aconselhado pelos ministros militares o presidente Getúlio Vargas pressionou à câmara dos deputados para a aprovação do decreto. Não obstante, no dia 2 de outubro de 1937, em seção noturna a câmara decidiu por 138 a 53 votos, pela decretação do estado de guerra. Segundo a mensagem de Vargas enviada ao presidente da câmara, aquela decisão era necessária para salvaguardar a integridade nacional. No dia seguinte, a *Folha da Manhã* trazia a mensagem do presidente informando à população que a partir daquela data entrava em vigor em todo o território nacional o estado de guerra devido principalmente às “evidentes” ameaças dos comunistas.

Affirmam entretanto, os excelentíssimos srs. ministros da Guerra e da Marinha, em exposição dirigida a v. exa., que no momento actual, como em 1935, as ameaças do communismo são evidentes e que não é possível fiquemos inertes, ante a catastrophe que se approxima. Asseguram ainda que o crime de lesa-patria, praticado em novembro daquele anno, está prestes a ser repetido, com maior energia e mais segurança de êxito. Como se vê, sr., presidente, grave, muito grave é a situação que nos apotam os dignos titulares das pastas militares. Asseveram, outrossim, em linguagem franca e precisa, que já conhece a nação o plano de acção comunista, desvendado pelo estado maior do exercito; e que é um documento cuidadosamente architectado, cujo desenvolvimento meticuloso vem da preparação psychologica das massas, ao desencadear o terrorismo sem peias. Mais ainda. Acrescentam que a propaganda comunista invade todos os setores da actividade publica e privada, e que o commercio a industria, as classes laboriosas, a sociedade em geral e a própria família vivem em constante sobressalto.<sup>784</sup>

### As revelações conspiratórias de Gustavo Barroso

<sup>782</sup> *Folha da Manhã*, 1º de Outubro de 1937. p.1

<sup>783</sup> Idem p. 1

<sup>784</sup> *Folha da Manhã*, 2 de Outubro de 1937. p.1

Quando analisamos a produção intelectual de Gustavo Barroso percebemos que entre os anos de 1935 a 1938, o autor dedicou-se exclusivamente às obras com temática política. Barroso lançou a segunda e a terceira parte da *História secreta do Brasil*, além de vários outros livros cuja narrativa fornecia aos leitores explicações quase “proféticas”, revelando os motivos pelos quais o Brasil vivenciava aquela “tragédia épica”, repleta de tensão e medo. Basicamente, o conteúdo de seus livros, em certa medida panfletário, fornecia ingredientes fundamentais para o fortalecimento daquilo que ele próprio chamava de complô judaico-maçônico-comunista.

Barroso não foi simplesmente um fanático inocente que escrevia livretos em busca de leitores desinformados e alienados, pelo contrário, o Chefe das Milícias era um homem culto, respeitado tanto por seu esforço à frente do Museu Histórico Nacional quanto por sua presença marcante na Academia Brasileira de Letras. Sua trajetória intelectual é exemplar vindo a se transformar em meados da década de 1930 num dos intelectuais mais badalados da capital. Por isso mesmo é importante observar que suas obras obtiveram boa recepção, tanto dentro quanto fora da AIB, pois intensificava-se no interior de grupos sociais distintos a percepção de que era necessário uma ofensiva maior contra os inimigos da pátria.

Deste modo, a autoridade e a legitimidade com que escrevia vinham fundamentalmente de duas matrizes ideológicas, são elas: o Nacionalismo e a doutrina Católica. O nacionalismo que serviu de inspiração aos ideais anticomunistas e antimaçons de Barroso tem origem em modelos conservadores elaborados no século XIX, bem próximo da proposta de Tal vertente do nacionalismo, que também foi influenciada pelo corporativismo, encontrava seu fundamento central na visão da nação como conjunto orgânico, unidade superior a qualquer conflito social. Esse nacionalismo de viés conservador enfatizava a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização, contra as forças centrífugas da desordem.

Tal concepção de “nação una e indivisa” era uma constante na obra de Barroso, assim a atuação política dos maçons-comunistas era execrada, pois incentivavam a divisão e as lutas de classes.<sup>785</sup> A admiração deflagrada que Barroso possuía pelas Forças Armadas também representava um manancial de inspirações, pois comungava com os meios militares o respeito pelo *status quo*, refutando assim, projetos revolucionários, outro aspecto significativo que o ligava aos militares era a defesa da noção de hierarquia e do “espírito de corpo”.

---

<sup>785</sup> BARROSO, Gustavo. *Comunismo, Cristianismo e Corporativismo*. Rio de Janeiro. Editora ABC Limitada. 1938

10 a 13 de maio de 2010

Uma outra dimensão do nacionalismo anticomunista de Barroso derivava do repúdio às posições cosmopolitas de judeus, maçons e comunistas. Para o autor, o discurso internacionalista destes grupos eram atitudes inaceitáveis. As idéias defendidas pelos membros do PC seriam proposições que não condiziam com a realidade nacional. O caráter, a alma, o espírito do caboclo brasileiro não teria como ser compatibilizado com o ideal bolchevista. A defesa da nação e da unidade nacional deveria estar acima de quaisquer considerações, fossem elas de natureza social, econômica ou política, e os valores nacionais não poderiam jamais ser suplantados por uma ordem internacional. Inflamado em parte pela convicção ideológica e outro tanto por conveniência política, Barroso enxergava na postura do Partido Comunista mera subordinação aos interesses de um poder estrangeiro. É fácil encontrar em suas acusações a idéia de que os comunistas eram agentes secretos ligados à URSS, e que pretendiam trocar a pátria pelo “ouro de Moscou”.



“Projeto de estátua para o imperador do Brasil, Rothschild I, em substituição ao monumento de D. Pedro I, no largo do Rocio, quando se proclamar a Republica Soviética do Anti-Brasil”. Ver: BARROSO, Gustavo. *História Secreta do Brasil : da abdicação de D. Pedro I à maioria de D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937. p331

Segundo Gustavo Barroso foi o aumento significativo da imigração nas primeiras décadas do século XX que disseminou o comunismo no Brasil, pois ao lado dos trabalhadores confiáveis vieram também elementos indesejáveis, portadores das “idéias malditas”. Conforme demonstrou Maria Luiza Tucci Carneiro, os portos brasileiros viram desembarcar

10 a 13 de maio de 2010

um volume considerável de imigrantes, que mudaram o perfil da população brasileira, especialmente nas grandes cidades. As tensões causadas por esta transformação, certamente, contribuíram para insuflar os temores anticomunistas dos grupos sociais mais inseguros, que viam nos forasteiros um elemento perturbador da velha ordem. Além do mais, deve ser notado que neste intervalo de tempo, o PC recrutou entre os imigrantes um número expressivo de novos adeptos, como atesta as prisões de simpatizantes e de vários livros marxistas, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo.<sup>786</sup>

A outra importante matriz do anticomunismo presente no discurso de Barroso foi inspirada nas diretrizes da Igreja Católica. Para o Vaticano os comunistas eram inimigos irreconciliáveis, representavam um desafio à sobrevivência da religião, o último desdobramento das transformações da modernidade, uma atualização para o século XX dos “erros” iniciados no período da Renascença. Haveria, portanto, uma cadeia de causalidade ligando a Reforma protestante à Revolução Francesa. A origem do mal estaria na Reforma, que teria dado o primeiro golpe no edifício da civilização cristã. Nas palavras de Barroso, os “iluminados da Baviera”, continuaram a obra lançando as bases do questionamento da hierarquia e da ordem estabelecida, servindo, assim, como inspiração à diversos grupos revolucionários:

O criador do chamado Iluminismo na Baviera em fins do século XVIII foi o professor João Adão Weishaupt, que introduziu os princípios dessa seita filosófica-cabalista nas sociedades secretas de estudantes existentes nas universidades no sul da Alemanha, a começar pela Ingolstadt, onde lecionava. Em 1777 completou a organização oculta que tinha em vista sob férrea disciplina e o comando de uma Junta secreta dividindo-a em três círculos: o dos Noviços, o dos Minervais e o dos Areopagistas. Seu símbolo era o môcho a coruja de Atenas. Auxiliou-o nesta tarefa o mação Knigge que acabou derrubando-o e exercendo sozinho o poder. Em 1786, ao atravessar uma praça do subúrbio de Rastibona, durante o padre apóstata Lanz, agente de ligação dos iluminados, foi fulminado por um raio. Nos bolsos do cadáver, a policia encontrou todos os planos dum grande movimento subversivo preparado na sombra e prestes a ser desencadeado com inaudita ferocidade.<sup>787</sup>

Conforme destacou Barroso, o governo Bávaro prendeu os chefes, dissolveu os grupos e apoderou-se dos arquivos da agremiação. Mesmo assim, o “Iluminismo da Baviera” não foi destruído e conservou-se bem disfarçado, informando todas as ações secretas de estudantes que brotaram e desenvolveram nas escolas superiores alemãs de fins do século XVIII a

---

<sup>786</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Metáforas de uma Civilização. In: *O anti-semitismo nas Américas: Memória e História*. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2007.

<sup>787</sup> BARROSO, Gustavo. *O iluminismo Bávaro no Brasil*. In. *Anais do Museu Histórico Nacional* (vol.IX- 1948) Rio de Janeiro. O Museu.1958. p.6

10 a 13 de maio de 2010

principio do século XIX. Este iluminismo Bávaro teria sido transplantado e semeado no Brasil, inicialmente através da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1827 sob o nome de *Burschenschaft*, que em seguida, passou a ser conhecido como “Bucha”.

Segundo Odilon Nestor, floresceu na faculdade de Direito de Olinda como Tugendbund. Chamou-se nas Escolas Politécnicas como Landsmannschaft. Influuiu com o rotulo de Patriarcas Invisíveis na Cabanagem do Pará e na Revolução Liberal de 1841-1842. À ação dessa fôrça chamava Martim Francisco na Câmara dos Deputados, em 1837, num discurso contra o Senador José Martiniano de Alencar, padre filho de padres e um dos Invisíveis, o Véu do Mistério e a Religião do Segredo.<sup>788</sup>

Com o intuito de explicar como e porque o iluminismo veio parar deste lado do Atlântico, Barroso narrou o episódio do assassinato de Kotzebue, pelo estudante Karl Sand, ocorrido em 1819 na Alemanha. Na opinião de Barroso, Karl Sand foi preso, entretanto, depois de conseguir o “apoio secreto” de alguns dirigentes alemães conseguiu refugiar-se no Brasil.

Ora, em 14 de julho de 1821, segundo papeis de nosso Arquivo Nacional, desembarcava, no Rio de Janeiro um jovem passageiro clandestino, vindo num barco do pôrto de Hamburgo com o nome de Julio Frank, figura cheia de mistério na opinião de Spencer Vampré. Depois de estar algum tempo prêso, foi pôsto em liberdade e empregou-se numa estalagem.<sup>789</sup>

Na observação feita pelo autor, Karl Sand, ficou conhecido no Brasil como Júlio Frank e, rapidamente se cercou de pessoas influentes, a ponto de obter a proteção do Senador Nicolau Vergueiro e do Brigadeiro Rafael Tobias, além de ser nomeado, sem nenhum critério avaliador, professor de História do Curso Anexo da Faculdade de Direito de São Paulo: “Antes sendo beberrão inveterado e praticante de magia negra, ali se tornou líder tão prestigiado da mocidade”. Julio Frank morreu em 1841, e foi sepultado no pátio do velho edifício da Faculdade de Direito de São Paulo.<sup>790</sup>

A “Bucha” criou no Brasil, no decurso do tempo, os seus afiliados, homens do rito, como lhes chamou Rui Barbosa em discurso celebre, os quais foram, mediante proteção mútua, criando uma rede de influências e ocupando os postos-chaves de todas as atividades sociais, especialmente na política. Assim conseguiu o domínio absoluto do Brasil republicano até 1930.<sup>791</sup>

Para Barroso as sociedades secretas estudantis, de “caráter nitidamente judaico”, influíram nos destinos da nação através da mocidade corrompida e escravizada.

---

<sup>788</sup> Idem p. 8

<sup>789</sup> Idem p. 10

<sup>790</sup> Idem p. 13

<sup>791</sup> Idem p. 14



As gerações de homens educados pela Bucha, que Júlio Frank fundara no início do período regencial ou no fim do Primeiro Reinado, chegaram afinal ao poder São Paulo, capital da Camorra de Cima, foi explorado e sugado na sua produção cafeeira e na sua projeção política. A corrupção republicana trouxe o descontentamento generalizado, explodindo em solfataras de lama ou de sangue. Mazorcas. Quarteladas. Pronunciamentos. Golpes. O forte de Copacabana. Revoluções de 1924, 1930 e 1932. O surto comunista de 1935. Em derredor, súcubos, incubos, vampiros, ladrões, cáptens, agentes do judaísmo, toda a fauna das trevas, numa farândola de monstruosidades sociais, a ditar leis. Na face dos patriotas, passando de hora em hora o sopro quente do Minotauro resfolegante no fundo do antro, à espera de devorar a presa...<sup>792</sup>

Deste modo, o judaísmo-maçônico, infiltrado nas principais Faculdades de Direito daquele tempo, conseguiram por em prática as determinações do *Kahal* e montaram no Brasil as “fabricas de bacharéis”.<sup>793</sup>

A mocidade brasileira precisa ser devidamente esclarecida sobre essas cousas para repelir de seu seio êsses infames organismos secretos. É vergonhoso que um moço se sujeite á servidão moral para subir na vida, como Fausto vendeu a alma ao demônio para conquistar Margarida. Não corarão por dentro, os que em conversa com sua consciência, os que fazem carreira por serem maçons ou bucheiros, prejudicando os que tem merecimento e se não prestam ao triste papel? Em nome de sua própria dignidade, a mocidade brasileira deve reagir contra isso...

O autor dêste livro fez toda a sua carreira dificilmente, sozinho, sem nunca ter pertencido a sociedades secretas de qualquer natureza, nem mesmo a coterias literárias. Pelo contrario, sempre as combateu. Pôde, pois, falar aos moços de cabeça erguida, mostrando ser possível vencer sem aliar-se ás trevas.<sup>794</sup>

Muito dos argumentos do autor retomam as sugestões do Papa Leão XIII, por exemplo, ao defender que a ação dos revolucionários comunistas significava uma continuação da obra destruidora da Revolução Francesa movida pelo ódio à sociedade cristã. Barroso estabelecia, portanto, um movimento intelectual pendular, que conforme a circunstância alternava-se entre a busca de legitimação no passado e a comprovação, do que dizia, no presente. Desta maneira, o escritor constituiu uma ponte entre os conturbados anos de 1930 e o pensamento conservador católico oitocentista, que acreditava numa grande Conspiração judaica.

A conspiração judaica contra o mundo inteiro é antigüíssima e permanente... contra os persas, contra os egipcios, contra os sírios, contra os romanos. No seio da Igreja Católica nascente, infiltraram as divisões das heresias, multiplicando-as num labirinto diabólico. Toda a Gnóse dos primeiros séculos do cristianismo proveiu da cabal judaica; quase todos os grandes heresiarcas fôram judeus; as sociedades secretas gnósticas se espalharam pelo Oriente e pelo Ocidente, sobretudo as

<sup>792</sup> BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil. Da maioria de D. Pedro II à Republica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. p.94

<sup>793</sup> BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil*. (op.cit) p. 337

<sup>794</sup> Idem p. 338

10 a 13 de maio de 2010

sociedades secretas maníqueas a que a bula *Humanum genus* de S.S. Leão XIII mui acertadamente compara a maçonaria. Cátaros, patarinos, brabantinos e albigeneses são em plena idade-media dessa fonte maníquea e cobrem a França com uma rede invisível de sociedades secretas.<sup>795</sup>

A primeira encíclica dedicada a condenar os revolucionários foi *Quod Apostolici Muneris*, editada por Leão XIII em 1878. Aquele documento chamava a atenção dos fieis para os “erros modernos” e a farsa da revolução. Como vimos no primeiro capítulo, alguns anos depois, em 1891, o papa voltaria ao tema, com a encíclica *Rerum Novarum*, o mais importante marco no posicionamento da Igreja em relação à questão social. A motivação básica continuava a mesma do documento anterior, a constatação de que o comunismo representava uma ameaça séria para a religião. A diferença é que agora o Sumo Pontífice não se restringia a pedir paciência e resignação aos operários, mas propunha também algumas medidas no sentido de minorar o sofrimento da classe trabalhadora. Com a destruição das antigas corporações, as classes inferiores teriam ficado à mercê de senhores desumanos e da concorrência desenfreada, gerando uma situação de insatisfação da qual se aproveitariam os socialistas para instigar pobres contra ricos. A solução passaria pela restauração dos costumes cristãos na luta contra este ser diabólico.

### **Considerações finais**

Conforme bem observou o historiador Helio Silva, o “Plano Cohen”, um documento concebido e produzido para finalidades internas da AIB, sofreu um desvio de trajetória e mostrou-se eficaz na concretização do episódio fundamental na longa seqüência de atos conspirativos tecida pelos círculos governamentais.

Não obstante, o Congresso, mesmo não tendo recebido na íntegra o “plano apreendido” e apesar da total ausência de informações complementares sobre as investigações e circunstâncias que levaram à “apreensão”, por maioria absoluta, votou pela concessão do estado de guerra. Não obstante, às conseqüências produzidas pelo “plano apreendido” funcionou, e admiravelmente bem, mas não dentro daquilo para o que fora originalmente concebido. Isso só foi possível porque altas autoridades militares e civis tomaram a iniciativa (ou foram coniventes) de deliberadamente transmutar a natureza do documento, que nunca fora “apreendido” pelo Estado-Maior do Exército ou por qualquer outro órgão policial-militar.

---

<sup>795</sup> SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas & DRUMMOND, José Augusto. *A ameaça vermelha: o Plano Cohen*. Porto Alegre: L&PM, 1980. p.153

Por fim, na narrativa de Barroso, a representação do comunismo como inimigo absoluto não derivava apenas do medo de que os “vermelhos” conquistassem as classes trabalhadoras. A questão central era que os seguidores de Marx propunham uma nova doutrina, questionadora dos fundamentos básicos da religião de Cristo, inspirada na ideologia judaico-maçônica. Destarte o comunismo não era somente um programa de revolução social e econômica, ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termo de fornecer uma explicação para o mundo inaugurando assim uma nova moral. A filosofia comunista opunha-se aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus, professava o materialismo ateu, propunha a luta de classes e destruía a instituição da família. Deste modo, devido à gravidade da situação somente as virtudes e a caridade cristãs não seriam suficientes para enfrentar o problema, por isso, em alto e bom som, Barroso dizia ser imprescindível uma ação enérgica do Estado contra os privilégios desta gente.

Aprofundando-me no mistério, cheguei à perceber, ao cabo de muita leitura, e então já homem feito (nas proximidades dos 40 anos) o objetivo oculto da "Bucha": Controlar os espíritos, impedindo a ascensão, na vida pública — desde os bancos acadêmicos — dos que lhes pareciam mais esclarecidos independentes e atilados, e que, na prática, pudessem se tornar uma reação aos planos maçônicos da sociedade. Enquanto aparentava beneficência desinteressada, submetia o adolescente a uma hábil escravização, manobrada pelos dirigentes ocultos da Bucha! Visavam os terríveis inspiradores ocultos da Sociedade Maçônica, fazer com que a República Brasileira, por eles recentemente fundada, fosse servida apenas por personalidades adrede escolhidas, e perfeitamente adaptáveis aos seus manejos ou às necessidades de seus objetivos. Nesse sentido, computavam todas as singularidades dos seus candidatos preferidos, desde a ambição, o orgulho, a mediocridade, etc, etc. Tratava-se, portanto, de um simples instrumento de domínio judaico, embora levado à efeito por meios insidiosos, de embuste e de traição, e da escravização pelo espírito, de uma mocidade inexperiente de uma faculdade que forneceu ao Brasil a maior parte de seus homens públicos. Estavam assim explicadas as injustiças que me revoltavam e das quais fui eu mesmo uma das vítimas... A "Bucha" cortava as asas às águias, e ajudava os frangos a voar...<sup>796</sup>

O golpe e o novo regime vingaram à custa da revogação da Constituição de 1934, do fechamento do Congresso, da interrupção da campanha eleitoral em curso e do cancelamento das eleições previstas para 3 de janeiro de 1938. Os detentores do poder promulgaram uma nova Constituição cujo conteúdo colocava o Brasil, no cenário internacional, no campo ideológico dos governos autoritários a exemplo da Itália fascista e da Alemanha nazista.

### Referências Bibliográficas:

---

<sup>796</sup> BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil*. (3º parte) (op.cit) p. 101 - 102

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e  
Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010

BARROSO, Gustavo. *Comunismo, Cristianismo e Corporativismo*. Rio de Janeiro. Editora ABC Limitada. 1938

BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil. Da maioria de D. Pedro II à República*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

BARROSO, Gustavo. O iluminismo Bávaro no Brasil. In. *Anais do Museu Histórico Nacional* (vol.IX-1948) Rio de Janeiro. O Museu. 1958.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Metáforas de uma Civilização*. In: *O anti-semitismo nas Américas: Memória e História*. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2007.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas & DRUMMOND, José Augusto. *A ameaça vermelha: o Plano Cohen*. Porto Alegre: L&PM, 1980. p.153

**Bibliografia:**

ABREU, Regina. *Memória, História e Coleção*. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 1996. v.28, p.37 – 64.

ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. *Leituras Anti-semitas: Periodismo disfarçado de Catequese 1924 – 1940*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *O anti-semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: EDUSP-Fapesp, 2007.

ARAÚJO, Ricardo B. *Totalitarismo e Revolução: O integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BARROSO, Gustavo. *As colunas do tempo: erudição, folclore, história, crítica, filologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.

\_\_\_\_\_ *O Integralismo em marcha*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

\_\_\_\_\_ *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. São Paulo: Minerva, 1936.

\_\_\_\_\_ *Judaísmo, maçonaria e comunismo*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

\_\_\_\_\_ *Reflexões de um Bode*. Rio de Janeiro: Gráfica Educadora, 1937.

\_\_\_\_\_ *Comunismo, Cristianismo e Corporativismo*. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1938.

\_\_\_\_\_ *Segredos e Revelações da História do Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, s/d.

\_\_\_\_\_ *Coração de menino*. Rio de Janeiro: Ed. Getulio Costa, 1939.

\_\_\_\_\_ *Consulado da China*. Rio de Janeiro: Ed. Getulio Costa, s/d.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010

\_\_\_\_\_ Culto da saudade. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 1997. v. 29, p.32 – 34.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-Semitismo na Era Vargas: Fantasmas de uma geração (1930 – 1945)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

CASTRO, Fernando Vale. As colunas do Tempo: O Folclore no Pensamento de Gustavo. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2003. v.35. p.197- 212.

FERNANDES, Lia Silvia Peres. Gustavo Barroso e o seu Tempo. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 2003. v.35, p.183-184

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

IOKOI, Zilda Márcia Cricoli. *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1930-1975)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Itajaí: Ed. UNIVALI, 2004.

MAIO, Marco Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky. O pensamento Anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva-FAPESP, 2002.

TRINDADE, Helgio. *O Integralismo: O Fascismo Brasileiro na Década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

**Integralismo: nacionalismo, espiritualismo e conservadorismo – expansão do pensamento de direita no Brasil na década de 1930**

Marly de A.G.Vianna\*

**Resumo:** Quero entender, através deste estudo, a consolidação do pensamento de direita no país. Pretendo salientar alguns aspectos ideológicos da Ação Integralista Brasileira, sugerindo principalmente a ambigüidade de suas colocações programáticas, resultando daí várias leituras do ideário integralista e a diversidade de seus adeptos. Considero que o integralismo foi muito mais produto da sociedade brasileira do que um caricato reflexo do fascismo italiano.

**Palavras-chave:** integralismo, fascismo, pensamento conservador.

### **Introdução**

Ao estudar o integralismo dos anos de 1930, minha idéia foi a de entender, através do movimento da Ação Integralista Brasileira (AIB), a consolidação do pensamento de direita no país, partindo da premissa de que a ideologia da AIB foi elaborada primordialmente a partir do pensamento autoritário e conservador já existente no Brasil. Se bem que tenha sofrido influência do pensamento nazi-fascista, em especial do fascismo italiano, o integralismo teve suas raízes teóricas plantadas e adubadas no pensamento autoritário e de direita aqui existente.

Resumir as visões de mundo dos pensadores mais citados e reivindicados pelos teóricos da AIB, tais como Azevedo do Amaral, Alberto Torres, Farias Brito, Jackson de Figueiredo, Otávio de Farias e, em especial, Oliveira Vianna seria útil, mas alongaria muito o texto.

Uma questão que chama a atenção no estudo do integralismo – assim como do fascismo e do nazismo - é como uma figura tão pouco atraente fisicamente, beirando muitas vezes o ridículo, pôde empolgar tanto pessoas que reverenciavam o chefe como um semi-deus. E se buscarmos no discurso integralista a lógica e a coerência que justifiquem o entusiasmo que conseguiu despertar, também não vamos encontrá-las. O discurso é incoerente

---

\* Professora aposentada da UFSCar, professora do Mestrado em História da UNIVERSO, onde leciona e pesquisa na área de Ideologia e política. Autora de *Revolucionários de 1935, sonho e realidade*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992; segunda edição, São Paulo: Expressão Popular, 2007; *Política e rebelião nos anos 30*, São Paulo: Moderna, 1995. Organizadora da coletânea *Pão, Terra e Liberdade*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, São Carlos: EDUFSCar, 1995 entre outros. Mail: magvianna@uol.com.br

- do ponto de vista da racionalidade e pela discrepância entre idéias e prática. Como pôde empolgar tantas pessoas? Onde encontrar o nexos que justifique a aparente incongruência?

#### O pensamento sobre o Brasil

O pensamento dominante no Brasil foi sempre conservador e autoritário, sem muitos opositores numa sociedade escravista na qual raras vozes se levantavam para criticar o sistema colonial, como foi o caso do poeta Gregório de Matos. Não é demais notar que nenhuma das rebeliões que ocorreram no Brasil, tanto nativistas como as pela independência, levando em conta também as do período regencial ou do Império, colocou em suas reivindicações a abolição da escravatura. O máximo de liberalismo a que chegamos refletiu-se nas idéias republicanas e abolicionistas e que tiveram o apoio dos grandes cafeicultores donos do poder, quando o Império e a escravidão deixaram de lhes interessar.

Por toda Primeira República as classes dominantes insistiram na vocação agrícola do país e esmagaram brutalmente as lutas operárias, sob o pretexto – já naquela época – de infiltração de idéias estrangeiras, no caso as anarquistas. Depois da vitória do movimento de 1930, abriu-se um período muito rico de discussões sobre os destinos do país, em que tudo se discutia, se contestava e se apresentavam propostas para o futuro da Nação. Foi nesse contexto que amadureceu a Ação Integralista Brasileira.

Plínio Salgado participara das discussões sobre o Brasil na década de 1920, com uma tendência romântico-nacionalista que o separou, pela direita, do grupo mais progressista da Semana de Arte Moderna, fundando o movimento “Verde-amarelismo”, e o “Anta” com seus desdobramentos políticos. Plínio foi dissidente do Partido Republicano Paulista, ao qual voltou em 1926, candidatando-se a deputado estadual com o apoio de Júlio Prestes. Em 1930 seguiu para a Europa e lá entusiasmou-se por Mussolini. Voltou ao Brasil pouco depois do movimento de 1930 e em 1931, com Santiago Dantas, dirigiu *A Razão*. Também em 1931 escreveu o Manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo, mas logo rompeu com ela. Em fevereiro de 1932 fundou a Sociedade de Estudos Políticos, SEP, da qual a AIB era uma seção.

Ao ser fundada a AIB, em 7 de outubro de 1932, convergiram para ela a Legião Cearense do Trabalho (Don Helder Câmara e os capitães Jeová Mota e Severino Sombra – os dois primeiros deixarão o integralismo), a União Pátria Nova, a Ação Social Brasileira e o Partido Nacional Sindicalista, o grupo da revista *Hierarquia*, a Legião de Outubro e elementos do jornal *A Razão*. Aderiram também vários acadêmicos de Direito, do Recife e da

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Bahia e personalidades como Belmiro Valverde, Antônio Galloti, San Thiago Dantas, Helio Vianna, Américo Jacobina Lacombe, o mineiro Olbiano de Mello. Movimentos e políticos nacionalistas e direitistas, até então com pouca expressão, encontraram na AIB o catalisador de suas propostas e a 28 de fevereiro de 1934 realizou-se em Vitória o I Congresso Nacional, que aclamou Plínio Salgado como chefe do movimento.

O diagnóstico severo que os integralistas faziam sobre o Brasil – país atrasado cujas causas econômicas estariam no individualismo do regime capitalista, no fato de socialmente não constituirmos uma sociedade, na incultura do povo e seu analfabetismo, na canalhice dos políticos, na falta de sentimento religioso e de valores morais e familiares - era compensado pela constatação de ter nosso povo potencialidade para vir a ser o melhor dentre todos os povos, para o quê seria preciso construir uma sociedade integral, católica, patriótica. A religião, juntamente com a pátria e a família, seriam os pilares da nova sociedade, cujos valores éticos superariam as divisões político-partidárias ou de classe.

O anticapitalismo dos integralistas era uma afirmação tão retumbante quanto vazia, pois não tinham qualquer proposta que ameaçasse as bases do capitalismo, uma vez que este era identificado com banqueiros internacionais judeus.

O pensamento conservador, autoritário e antiliberal criticava a realidade política e social do país a partir do negativo: contra a democracia, contra o Estado liberal, contra o marxismo; ao mesmo tempo apelava ao nacionalismo, à religião e aos “valores da família”, com o quê conseguiram aglutinar boa parte das camadas médias urbanas, da pequena burguesia e até de setores da classe operária. O nacionalismo uniu-se a um socialismo anticomunista, o que abriu um espaço de adesão aqueles que queriam mudanças sociais mas temiam o comunismo – tão ameaçador quanto desconhecido.

As posições integralistas sobre o Estado foram definidas em especial por Gustavo Barroso e Miguel Reale. Os integralistas insistiam numa integração nacional, na qual o papel do Estado seria principalmente o de promover a unidade nacional, para o que era necessário acabar com as divisões de classe assim como com a existência de partidos políticos, que expressavam a divisão da sociedade. Esta deveria ser constituída pelas classes produtivas organizadas, deixando de lado a democracia liberal. O Estado autoritário foi uma forte perspectiva política da década de 1930. A crise de 1929 evidenciara o fracasso do liberalismo econômico e com ele a descrença na política liberal. Sobre o tema disse um estudioso do fascismo: “Como o Estado representava uma nação considerada essencialmente orgânica,



precisava ser autoritário, encarnando uma vontade única e coesa, expressa por uma elite partidária obediente ao princípio da liderança” (MANN:2008:27)

O Brasil vai para o Estado Integral, para a destruição de todos os partidos, para a unidade absoluta da Pátria, para a concepção cristã e totalitária da vida. O Brasil vai para uma nova fase da sua história, para a restauração dos valores intelectuais e morais da nacionalidade, para a extinção das oligarquias, dos regionalismos, da hedionda política dos Estados. O Brasil será integralista. A marcha é fatal, é inexorável. Marcha da mocidade. Movimento glorioso de uma raça que se afirma. (Salgado, 1934:4)

#### Para a AIB

Compreende-se por Estado Integral o que realiza:

1º) na *ordem política*, um regime político social baseado na doutrina integralista ou nacional corporativista;

2º) na *ordem econômica* o regime da Economia Dirigida, no sentido do predomínio do social sobre o individual;

3º) na *ordem moral* a cooperação espiritual de todas as forças que defendem a idéias de Deus, Pátria e Família;

4º) na *ordem intelectual*, a participação de todas as forças culturais e artísticas na vida do Estado. (Estatutos, 1934)

#### O discurso integralista

Diz Gilberto Vasconcelos que todo discurso fascista é uma salada teórica, uma vez que “é uma ideologia heteróclita” pelo seu extremo irracionalismo. (Vasconcelos, 1977:260). E Karl Mannheim afirma ser muito difícil “organizar as idéias fascistas numa doutrina coerente. (...) o fascismo não dá grande importância a uma teoria organizada. Seu programa muda constantemente, dependendo da classe a que se dirija” (Mannheim, 1972:160). Por outro lado, creio que devemos levar em conta a lógica – porque ela existe – do discurso tanto fascista quanto integralista. E essa lógica deriva de sua história, de sua constituição e também do momento político em que floresceu.

Os principais pontos a serem destacados no discurso integralista, a meu ver, são o anticomunismo, decorrente da aversão ao marxismo, ao liberalismo, à democracia, ao republicanismo; o nacionalismo, que perpassa o discurso dos principais líderes da AIB, embora com conotações diferentes e uma concepção anti-racionalista da História. Hélgio Trindade destaca em Plínio Salgado uma conotação intelectual e romântica, de onde parte uma outra dimensão, “o sonho do Império inspirado no mito da civilização desaparecida da Atlântida” (Trindade, 1979:361), enquanto que o nacionalismo de Gustavo Barroso tinha um

conteúdo econômico antiimperialista e anti-semita que privilegiava o corporativismo e o de Olbiano de Mello destacava a importância do corporativismo: “Quem diz integralismo diz sindicalismo corporativo-nacionalista” (Idem:323-4). Os integralistas, assim como os fascistas, propunham uma modernização social não individualista, espiritualista da sociedade.

### **Algumas comparações**

Se acompanharmos o surgimento do fascismo italiano – do qual o integralismo se sentia próximo – com o do integralismo vamos perceber uma primeira grande diferença entre eles: na Itália, o corpo ideológico do fascismo teve maior amadurecimento e bases teóricas bem mais sólidas. “Formado bem antes de 1914, nutriu um projeto não conformista, avanguardista e revolucionário. O fascismo foi uma força de ruptura, capaz de tomar de assalto a ordem estabelecida e concorrer eficazmente com o marxismo junto aos intelectuais e às massas”. (STERNHELL, 1989:12). Tanto do ponto de vista teórico quanto da organização para a ação o fascismo contou com figuras de destaque, homens que foram de esquerda, e que se inspiraram em Georges Sorel, sindicalista revolucionário francês que empreendeu uma revisão do marxismo sem renegá-lo; Panunzio, também socialista, membro da equipe de *Avanti!* até 1905, que passou entusiasticamente ao sindicalismo revolucionário e depois ao sindicalismo nacional, antes de aderir ao fascismo. Mussolini foi membro de destaque do Partido Socialista e também diretor do jornal do partido, *Avanti!* Para Sternhell, todas as idéias fascistas nasceram e amadureceram longamente no quarto de século anterior a Grande Guerra. “Tipo ideal de uma ideologia de ruptura, o fascismo só se define negativamente, contra os sistemas existentes: o liberalismo e o marxismo, o positivismo e a democracia” (STERNHELL, 1989:15). Ainda segundo o mesmo autor, inicialmente Sorel pretendeu organizar o sindicalismo revolucionário ao redor da luta de classes, cujo principal instrumento – o mito – seria a greve geral revolucionária que, com a descrença no movimento operário, evoluiu para a guerra revolucionária e para o nacionalismo.

No Brasil, ao contrário, o integralismo baseou-se no pensamento de direita existente na sociedade brasileira, que carecia de bases teóricas mais sólidas. Tivemos aqui pequenas organizações de extrema direita como, em 1922, a Legião Cruzeiro do Sul; em 1928, a Ação Imperial Patronovista; em novembro de 1930 a organização do Partido Fascista Brasileiro; em fevereiro de 1931 da Ação Social Brasileira - Partido Nacional Fascista, fundado por J. Fabrino, em Minas Gerais. Também em 1931 e em Minas foi fundada a Legião 3 de outubro,

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

por Francisco Campos, Gustavo Capanema, Amaro Lanari e o Partido Nacional Sindicalista, por Olbiano de Mello. A 23 de agosto de 1931 fundou-se a já mencionada Legião Cearense do Trabalho. A Legião Brasileira do Trabalho é do início de 1932.

Antes delas já existiam no Brasil organizações de cunho nacionalista de direita, como a Liga de Defesa Nacional, fundada a 7 de setembro de 1916, por Pedro Lessa e Miguel Calmon. A Liga Nacionalista, a Liga do Voto Secreto, Partido da Mocidade e o Centro Nacionalista, todos de estudantes paulistas, em 1917. Em 1918 foi criado o Partido Municipalista, do qual Plínio Salgado fazia parte. Em 1919 surgiu o grupo Propaganda Nativista, no Rio, fundado por Jackson de Figueiredo e Tasso da Silveira. Em fevereiro de 1920 o conde Afonso Celso e Jackson de Figueiredo criaram a Ação Social Nacionalista e em 1922, Jackson de Figueiredo, influenciado por Farias Brito (1861-1917) criou o Centro Don Vital (Sadek, 1978:85-6). Pode-se mencionar ainda o Centro Acadêmico Nacionalista, o Partido Republicano Nacional, a Sociedade dos Escoteiros do Brasil, a Liga Nacionalista de São Paulo, o Grêmio Riograndense do Norte e a Liga Nacionalista Riograndense. Tais grupos contaram com vários periódicos nacionalistas, como a *Revista do Brasil*, de Jackson de Figueiredo, em 1916; a *Braziléa*, em 1917-18; a revista *Gil Blas*, em 1922 *A Ordem*, de Jackson de Figueiredo. (Idem)

Na extrema direita editava-se *Hierarquia*, no Rio de Janeiro, com, Lourival Fontes; a *Revista de Estudos Jurídicos e Sociais*, da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e *Política*, em São Paulo. *A Ofensiva*, jornal da AIB fundado no Rio de Janeiro a 17 de maio de 1934 e também da AIB a revista *Anauê*, fundada a 1º de janeiro de 1935 (Idem), com 21 edições, até janeiro de 1937.

## **O nacionalismo**

A adesão de Sorel ao nacionalismo data do verão de 1909, quando ele manifestou sua admiração por Maurrais, fundador da Ação Francesa. Nacionalistas e sindicalistas revolucionários tinham na Europa a mesma perspectiva antiliberal, um antiliberalismo que propunha a eliminação da velha elite burguesa e sua substituição por uma nova. E já que a classe operária não cumpria seu papel revolucionário, foi substituída pela nação e a guerra revolucionária substituiu a greve. A nova elite seria movida pela vontade imperialista, quer dizer, pelo desejo de conquista, que propiciaria a renovação moral. (STERNHELL, 1989:

221). Desiludidos de uma ação revolucionária por parte do proletariado, os homens que lançaram as bases do fascismo tomaram consciência do poder mobilizador da idéia de pátria.

Para Ângelo Olivetti, um dos teóricos do fascismo, “sindicalismo e nacionalismo são antidemocráticos e antiburgueses. São duas tendências aristocráticas numa sociedade baixamente materialista. Um faz de tudo para que nasça uma elite de produtores e o outro anuncia a dominação de uma elite de raça.” (cf. STERNHELL, 1989:224). Só uma elite que possa alcançar uma mudança espiritual de valores é capaz de suscitar o estabelecimento de um sistema corporativo-industrialista que tire a Itália do impasse histórico a que a levou o liberalismo político. (STERNHELL, 1989:240). Por elite de produtores entendia-se a nação, livre dos “capitalistas”, queria dizer, dos banqueiros judeus.

Foi durante os anos de 1919-1920, chamados de “biennio rosso”, quando a Itália foi sacudida por várias crises, que o sindicalismo nacional viveu uma mistura de socialismo antimarxista e nacionalismo, tornando-se cada vez menos socialista e mais nacional. (STERNHELL, 1989:220).

No Brasil, sem bases numa esquerda sindicalista radical, ou em idéias socialistas, o nacionalismo foi a palavra de ordem que a direita encontrou para mobilizar o povo. Mas, apesar da importância que teve no ideário integralista, era um nacionalismo propagandístico, que visava motivar as massas e determinadas camadas da população sem qualquer proposta mais consistente, a partir de um sentimento nacional primário – e ridículo -, como o de chamar Papai Noel de “Vovô Índio”. A pátria exaltada pelos adeptos de Plínio Salgado era uma imagem baseada no ufanismo, nas visões de um paraíso perdido que seria preciso recuperar – uma imagem fabricada pela pura fantasia. Hoje somos um povo fraco, mas aderindo ao ideário integralista chegaremos a formar a Quarta – e perfeita – Humanidade. O fascismo italiano exaltou o nacionalismo guerreiro, que a invasão da Abssínia ajudou a consolidar. Aqui, Plínio Salgado defendia e exaltava uma “pátria” fantasiada, sem consistência e sem conflitos de classe, contra o demoníaco internacionalismo revolucionário dos bolcheviques.

### **Mito e mística**

O fascismo deu ao mito um papel destacado. Segundo Sorel,

Para superar dificuldades com o movimento operário seria preciso recorrer a uma teoria do mito social, porque o mito desempenhava papel essencial no pensamento humano. (o mito era, para ele, um símbolo, cuja função era traduzir a relação entre

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

as idéias e os fatos que tendem a ser uma imagem delas)” (STERNHELL, 1989:80).(…)

Sorel utiliza o mito como verdadeiro instrumento de trabalho, motor da ação e lhe atribui valor absoluto. (...) O pensamento mítico é oposto ao pensamento reflexivo e discursivo, é uma mentalidade religiosa que se levanta contra a mentalidade racionalista. E este pensamento tem uma função imediata: mobilizar as massas e mudar o mundo. O mito soreliano tem um incomparável poder de evocação e de incitação à ação; apresenta-se como uma fonte insuperável de regeneração, de moralização e de heroísmo. (...) A grande questão das motivações humanas fica assim simplificada. O mito aparece como um instrumento de extraordinária eficácia e tem a vantagem de ser totalmente imune ao risco de um fracasso (Idem:83).

Motor intelectual, emocional e psicológico de um marxismo reformado e heróico, a teoria do mito encontra sua expressão concreta na violência revolucionária (Idem:91).

Os integralistas não trabalharam propriamente com mitos, mas com mística, também comuns nos movimentos nazi-fascistas:

...mística propositadamente vaga e na qual todos, quaisquer que fossem suas divergências de interesse ou de concepção, se uniam; uma mística graças a qual, segundo palavras de um nacional-socialista, “os numerosos indivíduos da massa se assemelhavam, amalgamando-se numa unidade espiritual, numa união sentimental”. (Guerin, 1971:62)

Da mística integralista, além dos uniformes, das paradas, dos hinos e saudações, faziam parte três manifestações principais: a Vigília da Nação – homenagem ao I Congresso Integralista, em Vitória; a Noite dos Tambores Silenciosos, comemorando o Manifesto de Outubro de 1932 e as Manhãs de Abril, lembrando o primeiro desfile integralista.

## **O público**

O público a que os integralistas se dirigem compõem-se principalmente das classes dominantes, que pretendem tranquilizar acenando com a constituição de um estado autoritário que garantiria a ordem, a paz social e a manutenção da situação vigente; dos setores mais desvalidos da sociedade, tanto segmentos da classe operária como setores das camadas médias urbanas que temiam ou a proletarização ou às mudanças na ordem social. Estes segmentos das camadas médias precisam de segurança, em especial numa época conturbada como a década de 1930. O surgimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), o prestígio dos tenentes, a maior atividade e visibilidade do Partido Comunista do Brasil, em especial através da figura de Luiz Carlos Prestes, acirrou o anticomunismo. Contra as consideradas ameaças à ordem vigente os integralistas acenaram com o respeito à hierarquia e a preservação de valores tradicionais. O integralismo, ao mesmo tempo em que se dizia

10 a 13 de maio de 2010

revolucionário, valorizava a tradição. O chefe integralista aparece como o grande pai que protege seus filhos dos males do mundo - o comunismo internacional. Plínio costumava dirigir os discursos aos “Meus camisas-verdes!”

...eu, Plínio Salgado, a frente dos meus soldados do Sigma, combatendo por Deus, pela Pátria e pela Família, havemos de vencer, havemos de triunfar, havemos de tomar conta do poder para o bem da Pátria, felicidade e honra da família brasileira! (palmas. Entre as palmas gritos de “Honra da nacionalidade!”, palmas; “Orgulho do século e glória do nosso Brasil!”; palmas e delírio na assistência). (Salgado, 1937)

Os discursos são repetitivos e os apelos místicos à família, à pátria e a Deus reforçam a sensação de segurança que o discurso pretende transmitir. Mais emocional do que político, tal discurso permitiu que fosse interpretado de diferentes formas e tem sua eficácia prática, segundo Marilena Chauí, justamente pela incoerência política. (CHAUI, 1978:34)

Houve no integralismo um grupo significativo que por analogia ao nazismo pode ser chamado de “plebeu”. Esse grupo considerou o integralismo uma proposta de entender o Brasil a partir de suas raízes nacionais, e interpretou o palavreado antiimperialista como garantia da soberania da Nação. Tal grupo explica o número de pessoas, muitas delas intelectuais, que militou na AIB ou que com ela simpatizou e que acabou por afastar-se de suas fileiras. Podemos citar os mais famosos: Alceu de Amoroso Lima, San Thiago Dantas, Don Helder Câmara, Roland Corbisieu, Nilton Santos, entre outros, cuja posterior militância social esclarece a leitura que fizeram do ideário da AIB.

A falta de consistência no programa integralista tornou seus discursos retórica vazia que exigia apelos ao moralismo, à religião e ao misticismo. Mas esses aspectos não eram casuais, faziam parte de uma concepção espiritualista da história transmitida através de dicotomias primárias e de um didatismo enfadonho, que surtia efeito entre as pessoas mais simples, ansiosas por “compreender” a essencialidade da doutrina. Esta lhes era, então, passada em doses simples e repetitivas. Mas o que unificou a doutrina integralista foi o anticomunismo. Se na Itália intelectuais quiseram rever o marxismo – muitos deles sem, de início, abandoná-lo -, aqui a tentativa foi a de contrapor-se desde o início ao marxismo:

O integralismo contesta a concepção materialista da luta de classes. Ao contrário do marxismo, que considera a existência de apenas duas classes (capital e trabalho) (sic), o Integralismo compreende a Sociedade como um conjunto de atividades profissionais em função harmônica. As classes, pois, são números, dividindo-se em três grandes ramos: os trabalhadores do capital; os trabalhadores manuais; os trabalhadores intelectuais. (AIB, s/d, item 17:15)

### **A questão ético-religiosa e uma visão trágica da vida.**

Édouard Berth, discípulo de Sorel, teorizava sobre uma “concepção trágica da vida e do universo”. Comte, o positivismo, o racionalismo, o intelectualismo e o utilitarismo representavam o mal; Proudhon e Nietzsche o bem. Nietzsche porque considerou que o homem só se torna herói ao participar de grandes lutas, pelas quais se cumpre o trabalho heróico ou divino da história; Proudhon porque compreendeu que a guerra alça a todos ao sublime e faz do homem maior que a natureza. (STERNHELL, 1989:150).

Essa concepção trágica e um verdadeiro culto à morte, especialmente desenvolvido no nazismo, limitou-se aqui, à falta de uma guerra de conquista, a apelos banais da necessidade de dar a vida pelo chefe e pela causa. Aqui também são maiores os apelos ético-religiosos. Plínio Salgado falava de uma humanidade integral, cujo núcleo era a família, concebida na tradição patriarcal e na religião. A sociedade integral seria organizada por grupos “naturais”: família, sindicato e município - daí a importância do corporativismo e do municipalismo, considerado célula básica do Estado.

Para Gustavo Barroso, o integralismo estava alicerçado no Cristianismo, “nas doutrinas sociais e políticas do Cristianismo. (...) O integralismo é um movimento cristão (...) tem suas bases filosóficas e morais na doutrina de Nosso Senhor Jesus Cristo, nos Evangelhos” (Barroso, 1937:7).

Explicando o que seria a Quarta Humanidade, a mais evoluída e formada pelo povo brasileiro, dizia Plínio Salgado: na Primeira Humanidade o homem achava-se penetrado do sentido profundo do cosmos; na Segunda, o homem foi iluminado pelo verbo divino; na Terceira, o homem tornou-se senhor dos elementos e na Quarta, ver-se-ia surgir no Brasil, a raça cósmica, que fecundaria uma nova civilização. Éramos o povo eleito pela agudeza de nossos instintos (herança do índio); pela bondade extrema dos povos infantis (herança do negro) e pela profunda espiritualidade e tenacidade na luta pela conquista da terra e contra a exploração econômica (herança dos portugueses):

Porque somos uma Humanidade Nova. As Humanidades que nos antecederam procuraram o Infinito no “objetivo”. A nossa procura-o no “subjetivo”. As primeiras vieram do Universo para o Homem. E, tendo chegado ao Homem, a mais recente Humanidade tratou de dissecá-lo, para lhe estabelecer o seu valor intrínseco. Somos forçados agora a partir do Homem para o Universo; Houve uma marcha do Exterior para o Interior. E o Homem realizou a marcha para o Homem. Essa marcha correspondeu a uma contínua negação do valor da idéia. E foi também um afastamento gradativo de causas primárias. E quando a inteligência chegou à negação total, começou a nascer a Nova Humanidade. Que é a nossa. (...) Contra essa cruel civilização, que já agoniza nos estertores das crises econômicas, levantar-se-á a nova civilização. Depois da Humanidade Ateísta virá a Humanidade Integralista. É a “quarta humanidade”.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Como um sol que vai nascer, ela já projeta seus primeiros clarões, uma nova luz se anuncia no mundo. É a Atlântida que ressurge. (...)

A América do Sul vai erguer-se pelo milagre do Brasil. O Brasil caboclo, o Brasil forte, o Brasil do sertão, o Brasil bárbaro e honesto, num ímpeto selvagem, está se levantando com as novas gerações.

É o despertar de uma Nação. É um destino que se cumpre.

É a resposta da Atlântida. Não mais a misteriosa terra que emergia no Passado, mas a gloriosa terra que está emergindo no presente para dominar o Futuro, com a força de uma nova civilização. (SALGADO, 1955, volume V: 17; 77; 161.)

### A estética no movimento

Um aspecto comum entre o integralismo e o nazi-fascismo, ainda pouco explorado, é o “aspecto modernista, avant-gardista... uma estética revolucionária. (...) Marinetti, autor do Manifesto Futurista, de 1909, contribui com seu o avant guardismo social” (STERNHELL, 1989:17) para a consolidação do fascismo italiano. Em relação à Alemanha, é importante nesse aspecto (e em muito outros) o livro de Modris Eksteins, *A sagração da primavera*. Sobre o integralismo, seria preciso examinar a atividade de Plínio Salgado nos grupos Verde-Amarelo, Anta, na SEP e em seus romances, o que não há espaço para fazer aqui. Camillo Pellizzi, no artigo “Idealismo e Fascismo”, na revista em *Gerarchia* de 25-10-1922 diz que:

O fascismo significa a negação prática do materialismo histórico e mais, a negação do individualismo democrático, do racionalismo das luzes, o fascismo é a afirmação dos princípios da tradição, da hierarquia, da autoridade, do sacrifício individual para um ideal histórico. Ele é o valor prático da personalidade espiritual e histórica (do Homem, da Nação, da Humanidade), oposto e o oposto da razão, da individualidade abstrata e empírica dos homens das Luzes, dos positivistas e dos utilitaristas...

Na estética fascista a violência tem papel destacado e Marinetti, em 1910 escreveu sobre a beleza e a necessidade da violência. Outra indicação que nos interessa é a exploração emocional feita pelo fascismo:

O fascismo considera que “as questões existenciais são de ordem cultural, emocional e afetiva. É sobre essa visão da natureza das motivações individuais que repousa a revolução fascista. (...) O fascismo tendeu a mostrar que se pode modificar profundamente a vida dos homens sem tocar em nada as estruturas econômicas. Já que as motivações humanas são de ordem afetiva, já que não é o nível de vida real que está em jogo, mas o “instinto de auto-estima”, ou “um complexo de inferioridade social”, já que a questão não é do lugar que o indivíduo ocupa na produção, mas sua dignidade que conta, pode-se fazer a revolução sem tocar as bases do sistema. (STERNHELL, 1989:332) (Uma nova intelectualidade tende a uma revolta antimaterialista e) É na atração, a maior parte das vezes inconsciente, que exerce esta ideologia de ruptura, que reside a grande força do fascismo. (Idem:334). O fascismo não é só uma crítica ao existente, mas explica a vontade de ver ser instaurada uma civilização heróica sobre as ruínas de uma civilização baixamente materialista. Ele quer criar um homem novo, ativo e dinâmico. (...) Seu aspecto moderno muito pronunciado, sua estética futurista apela à imaginação de toda uma geração de intelectuais. E nesse modernismo reside uma das grandes



### **Como conclusão**

A questão que mais me interessa entender é: por que o integralismo conseguiu empolgar amplos setores das camadas médias urbanas e inclusive da classe operária, quando seu discurso, que não pretendia mudar a base econômica da sociedade, não deveria interessar a tais camadas. Racionalmente, a proposta fascista só interessaria – e assim mesmo em certas circunstâncias de crise de acumulação de capital – a setores da grande burguesia e, inclusive, segundo Daniel Gerrin, somente à indústria pesada. (GUERRIN, op. cit) Pode-se entender a adesão de parte da intelectualidade às idéias fascistas ou integralistas por seu entusiasmo por um movimento que se dizia revolucionário e que cultivava uma estética antimaterialista, antimarxista e nacionalista. Mas como explicar as simpatias e/ou adesão de setores populares e mesmo da classe operária a tais idéias? Resolvi mudar o enfoque da questão: ao invés de perguntar: por que uma doutrina conservadora, reacionária, antidemocrática e antiliberal interessou a tais camadas, perguntar: o que foi nessa doutrina que interessou a tais camadas, ou: por que, em certas circunstâncias, ser antiliberal ou antidemocrático empolga as massas?

Já fiz menção à situação internacional simpática ao autoritarismo, o que se refletiu no Brasil, cuja sociedade se agitava politicamente na primeira metade dos anos de 1930, sendo o integralismo uma das propostas de transformação social dentre as várias apresentada à sociedade. Não conseguiu grandes adesões na classe operária, o que também é verdade em relação ao anarquismo e ao comunismo. A classe operária tendia mais a simpatizar com as duas últimas, mas não a ponto de aderir militantemente a elas. Já a grande massa das camadas médias urbanas – profissionais liberais, intelectuais, estudantes e militares, em especial – tomaram partido, o que polarizou a sociedade da época entre integralismo e democracia, quer dizer, entre a AIB e a ANL.

Levanto algumas hipóteses para a adesão dessas camadas às idéias da direita, tendo como premissa que boa parte dos seus adeptos queria seriamente mudar a sociedade, a partir de um anticapitalismo romantizado. Já mencionei, em outra ocasião (VIANNA:2009) a opinião de Lukács sobre o anticapitalismo romântico, que o filósofo húngaro considera fadado ao reacionarismo e o que pensa Michael Löwy sobre o assunto, a meu ver uma posição mais refinada: para ele o anticapitalismo romântico é uma crítica radical à sociedade

burguesa, que pode ser tanto conservadora quanto revolucionária. (Löwy, 1990:36-7). E sobre os integralistas disse Antônio Cândido:

... Nós os reputávamos representantes de uma filosofia política e social perniciosa, sendo, como era, manifestação local do fascismo. No entanto, a distância mostra que o integralismo foi, para vários jovens, mais do que um fanatismo e uma forma de resistência reacionária. Foi um tipo de interesse fecundo pelas coisas brasileiras, uma tentativa de substituir a platibanda liberalóide por algo mais vivo. Isso explica o número de integralistas que foram transitando para posições de esquerda – da cisão precoce de Jeová Mota às abjurações do decênio de 1940, durante a guerra e depois dela. (CÂNDIDO, 1995:12)

Os integralistas trabalharam – e nisso não foram diferentes dos fascistas – com o anticomunismo em todos os seus aspectos: teóricos e emocionais. Teóricos, tentando desfazer a teoria marxista da luta de classe e afirmando a possibilidade de, através de uma revolução integralista – integradora – unir a sociedade, apagando as divergências entre as classes. E para muitos dos que querem mudar a sociedade, cala mais fundo um apelo de unidade nacional do que o de luta de classes, mesmo que tais apelos sejam tão falsos teoricamente como demagógicos e contraditórios.

Os integralistas também souberam perceber o potencial mobilizador do nacionalismo. Ao internacionalismo dos comunistas contrapuseram o que chamavam de valores nacionais, um enaltecimento grosseiro e ufanista da nacionalidade. Apareciam como aqueles que defendiam os valores da pátria e da família, enquanto que os comunistas seriam traidores da pátria e destruidores dos sagrados valores da família. O mesmo acontecia em relação à religião, sendo os comunistas apontados como verdadeiros anti-cristos.

Teoricamente inimigos da racionalidade, os integralistas não tiveram o menor escrúpulo em utilizar a mística e rituais - uniformes, hinos, paradas, religiosidade - que carregavam forte apelo emocional, empolgando setores menos politizados da população. E entre os intelectuais, o componente elitista foi atrativo, juntamente com uma forte disciplina, a hierarquia e o culto ao chefe nacional. Benedetto Croce, considerados um dos maiores intelectuais italianos da época, achava que o fascismo tinha muito de positivo e não seria bom combatê-lo. “Croce simboliza muito bem a problemática que representou o fascismo em todo o continente para aquela inteligência européia tão fina, tão refinada, tão cultivada, mas cuja fé nas virtudes da democracia liberal havia esboroado há muito”. (STERNHELL, 1989:305)

Apesar de toda manipulação, o integralismo não conseguiu se firmar e muito menos chegar ao poder. Creio que isso se deveu ao fato do governo brasileiro ser tão solidamente autoritário de direita que não teve necessidade de recorrer à extrema direita para realizar seu

programa – assim como até 1945 não teve necessidade de partidos políticos nacionais, que o próprio governo ajudou a criar depois da II Guerra Mundial .

Creio ser sempre útil estudar as idéias de direita que empolgaram as massas, porque são permanentes - e duradouros – os elementos de atraso que atraem parte da população para essas idéias, em especial em situações de grandes crises sociais, quando a esquerda foi derrotada, a esperança desapareceu e a descrença apática parece esmagar as classes subalternas. Nesses momentos não é difícil, para aqueles que querem mudar, mas descrêm da democracia (os políticos são um bando de safados, etc.) e temem o socialismo (que quer “acabar com a pátria, com a família e com a religião”) empolgarem-se com as propostas da extrema direita. Essas camadas da população é que devem nos preocupar. Os donos do poder sabem porque são de direita e defendem seus interesses. Mas as camadas mais pobres e desvalidas podem ver nas propostas da direita – que podem ser ativamente militantes ou ativamente desmobilizadoras) o caminho a seguir.

E as dificuldades para “rivalizar” com os apelos manipuladores são grandes. Daniel Guerrin (op. cit) menciona a dificuldade de enfrentar a propaganda nazista, uma vez que não havia qualquer escrúpulo por parte dos nazis em mentir e manipular as massas. E num ensaio de 1910 Lukács escreveu: “A única esperança poderia estar no proletariado (...) [mas] parece que o socialismo não tem o poder religioso capaz de preencher integralmente a alma”. (LÖWY,1997:114) É preciso então que aqueles que desejam transformar o mundo numa perspectiva de esquerda, socialista e democrática, encontrem o caminho para chegar ao coração das massas.

### **Algumas indicações bibliográficas**

AIB, *Conjuremos a catástrofe*. Jaboticabal:Departamento de publicidade da AIB, s/d

AIB, *Manual do Integralista*, folheto sem data, p. 14, item 17º.

ANSART, Pierre. *Les idéologies politiques*. Paris, Presses Universitaires de France, 1974.

ANTOINE,Ch.,Pe. *O integralismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

ARAÚJO, R.B. de. *Totalitarismo e revolução*. O integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro,Jorge Zahar, 1988.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

BARROSO, Gustavo, *Integralismo e catolicismo*, Rio de Janeiro:ABC, 1937.

BARROSO, Gustavo, *O Quarto Império*. Rio de Janeiro, s/ed e s/d.

BEIRED, J.L.B. *Sob o signo da nova ordem, intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-945)*. São Paulo, Loyola, 1999.

CAMPOS, Francisco, *O Estado nacional, sua estrutura e seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro:José Olymio, 1940.

CÂNDIDO, Antônio. Prefácio a HOLANDA, Sérgio, Buarque de. *Raízes do Brasil*, 26ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

CARONE,E. *A Primeira República*. São Paulo, DEL. 1969.

CARONE,E. *A República Velha*, 2 vols. São Paulo, DEL. 1971-2

CARONE,E. *A República Nova - 1930-1937*. São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1976-A

CARONE,E. *A Terceira República - 1937-1945*. São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL. 1976-B.

CARONE,E. *A Segunda República*. São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL. 1978.

CARNEIRO, M. L. Tucci. *O Anti-Semitismo na Era Vargas: 1930-1945*. São Paulo, Brasiliense. 1988.

CAVALARI,R.M.F.*Integralismo, ideologia e organização de um partido de massa no Brasil, 1932-1937*. Edusc, Bauru, 1999.

CHASIN,J. *O integralismo de Plínio Salgado - forma de regressividade do capitalismo hiper-tardio*. 2ª. ed., Belo Horizonte:UMA/São Paulo:Estudos e Edições Ad Hominem, 1999

CHAUÍ,Marilena e FRANCO, Maria Sílvia de C.. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, 2ª ed.

*DEUTSCHE-ZEITUNG*, s/d, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, pasta IJI, 1363.

DIRETRIZES. *A história do nazismo em São Paulo*, maio, 1942.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010

DOSSIÊ Sobre o integralismo. Documentos do DOPS, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

DUTRA, Eliana, *O ardil totalitário - Imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ/Belo Horizonte: UFMG, 1997.

EKSTEINS, Modris, *A sagração da primavera*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991.

ESCORSIM, Leila, *Mariátegui, vida e obra*. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

*ESTATUTOS DA AIB. Do chefe Nacional. Reconhecimento e proclamação pelo 1º Congresso Integralista Brasileiro*, em Vitória, aos 3 de março de 1934.

FONTES, J.S.L. *Razão e fé em Jackson de Figueiredo*. Aracajú, EDUFS, 1998.

GERTZ, René, *O fascismo no Sul do Brasil - germanismo – nazismo - integralismo*. Porto Alegre, Mercado Aberto. 1987.

GIRON, L.S. “O fascismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul”, in *História, ensino & pesquisa*. V.1. N° 3. Porto Alegre, Mercado Aberto. 1986.

GUELFY, M.L. *Novíssima: Estética e Ideologia na Década de 20*. São Paulo, IEB/USP, 1987.

GUERIN, Daniel, *Fascisme et gran capital*. Paris:Maspero, 1971.

HELLER, Agnes, *Cotidiano e a História*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

HIERARQUIA. Rio de Janeiro, 4 vols. 1931-2.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, 26 ed.

LEVINE, Robert, *O regime de Vargas, 1934-38*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A presença de Alberto Torres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

LINZ, Juan. “O integralismo e o fascismo internacional”, In Revista IFCH, V, 1976.

LÖWY, Michael. *Romantismo e messianismo*. São Paulo, Perspectiva/Edusp, 1990.

LÖWY, Michael. Georg Lukács e Georges Sorel, In *Crítica Marxista*, vol 1, t.4. São Paulo, Xamã, 1997, 113-22

MANN, Michael, *Fascistas*. Trad. de Clovis Marques. Rio de Janeiro-São Paulo:Record, 2008.

MANNHEIN, Karl, *Ideologia e utopia*, Tradução de Sérgio M. Santeiro, 2ª edição, Rio de Janeiro:Zahar, 1972.

MEDEIROS, J. *Ideologia Autoritária no Brasil - 1930-1945*. Rio de Janeiro:FGV, 1978.

MERCADANTE, P. *A Consciência Conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2a. ed. 1972.

PADILHA, R. *O Integralismo e o Partido de Representação Popular*. Rio de Janeiro, s/e. 1946.

PARADA, Maurício (organizador) *Fascismos, conceitos e experiências*. Rio de Janeiro, Mauad, 2008.

RAMALHO, L.C e CAMPOS, J.M.D. *Integralismo*. Niterói: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. 1995.

REALE, Miguel. “Synthese da doutrina integralista”. *Revista Brasileira Synthese do Movimento Contemporâneo* Nº 7, março de 1935

REALE, Miguel. *A posição do integralismo. Estudo do presidente da Comissão de Doutrina*. s/l, s/ed., s/d.

REALE, Miguel. *Obras Políticas*, 3 vol. Brasília:UNB, 1983

*REVISTA Brasileira de Estudos Políticos*, N.38, Minas Gerais, janeiro. 1974.

RIBEIRO JR., J. “Elementos para a história do nazismo no Brasil”, in *Notícia Bibliográfica e histórica*, Ano XIX, nº127, Campinas, julho/setembro. 1987.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

SADEK,M.T.A. *Machiavel, machiavéis: a tragédia octaviana*. São Paulo, Símbolo, 1978.

SALGADO, Plínio. *Psicologia da revolução*, Rio de Janeiro. Civilização Brasileira S.A, 1933.

SALGADO, Plínio, *Para onde vai o Brasil*, folheto, 1934.

SALGADO, Plínio, *Conferência do Chefe Nacional a 24 de maio de 1937*.

SALGADO, Plínio, *O integralismo perante a nação*. 2ª edição com documentos. Rio de Janeiro, Livraria Clássica, 1950.

SALGADO, Plínio, *Obras completas*. São Paulo, Editora das América, 1955. 22 volumes

SALGADO, Plínio, *O livro verde da minha campanha*. 2ª edição Rio de Janeiro, Livraria Clássica, 1956

SALGADO, Plínio. *No ritmo da história*, 3ª.ed. São Paulo, Voz do Oeste/INL-MEC, 1978.

SALGADO, Plínio. *Geografia sentimental*. 4ª ed. Fac-similar da Príncipe, São Paulo:Voz do Oeste:Brasília:INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

SCHWARTZMAN,S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Brasília, Editora da UB, 1982.

SILVA,C. Calil (org.) *Velhos integralistas. A memória dos militantes do Sigma*. Porto Alegre, OPUCRS, 2000

SILVA,E. *Terrorismo em campo verde - 1938*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1971.

SILVA,Ricardo, *Ideologia do estado autoritário no Brasil*. Chapecó, Argos, 2004.

STERNHELL, Zeev, *Naissance de l'ideologie fasciste*. Paris, Fayard, 1989

STERNHELL, Zeev, *L'Éternel Retour, contre la démocratie, l'idéologie de la décadence*. Paris, Press de La Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.

TAVARES, José Nilo. *Autoritarismo e dependência: Oliveira Vianna e Alberto Torres*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1979.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010

TORRES,A. *O Problema Nacional Brasileiro* 3a.ed. São Paulo, CEN/Brasília, INL. 1978.

TORRES,A. *A Organização Nacional*. São Paulo, CEN. 1938.

TORRES,J.C.O. *Interpretação da Realidade Brasileira – Introdução à história das idéias políticas no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio/Brasília, INL. 1973.

TRINDADE,H. *O Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Rio de Janeiro/São Paulo, Difel. 1979.

TRINDADE,H. “Integralismo: Teoria e praxis política nos anos 30” In FAUSTO, Boris, *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, *O Brasil republicano*, volume 3, Sociedade e política,(1930-1964) São Paulo, Difel, 1981.

VASCONCELOS, Gilberto. *Ideologia Currupira, análise do discurso integralista*. São Paulo:Brasiliense, 1979.

VIANNA,M.. *Revolucionários de 1935 - sonho e realidade*. São Paulo, Companhia das Letras. 1992

VIANNA,M. Alguns notas sobre o integralismo. *WWW.Achegas.net*, edição nº 42, agosto-dezembro/ 2009.

VIANNA,O. *Introdução à História Social da Economia Pré-Capitalista no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio. 1958.

VIANNA,O. *Problemas de Organização e Problemas de Direção*. Rio de Janeiro, José Olympio. 1952.

VIANNA,O. *Raça e Assimilação*. São Paulo, CEN. 1932.



**Discursos e práticas nacionalistas como parâmetros de repressão no Estado Novo**

Olavo Baldi Marchetti\*

A formação das instituições de controle social no Estado Novo refletem uma clara proposta organizacional de Estado, centralizador e autoritário, que está vinculada à composição ideológica dos dirigentes do regime. Ao procurar o entendimento das relações entre o aparato de vigilância estatal e a comunidade de estrangeiros e descendentes no Brasil dos anos 30 e 40 - objetivo do presente trabalho - apresenta-se a necessidade de entender as bases da formação político-ideológica do governo de Getúlio Vargas, já que pretende-se apontar a relação entre as diretrizes do Estado e as formas e o conteúdo da vigilância e da repressão aos alienígenas.

Procuo, dessa maneira, fazer uma aproximação entre as configurações políticas do regime, o momento histórico de transição no qual o Brasil estava inserido - ilustrado pelo golpe de 30 - e as formas pelas quais o Estado desenvolveu seus parâmetros de cidadania e definiu seus inimigos (não-cidadãos). Pensar essas conexões implica pensar a causalidade do desenvolvimento, por exemplo, do discurso e das práticas nacionalistas, pois estas, como pretendo defender aqui, são parte integrante de uma construção maior que elas próprias, qual seja, o Estado Nacional brasileiro, vislumbrado pelos ideólogos críticos do regime político liberal anterior.

Autores como Ângela Maria Carneiro Araújo<sup>797</sup> e Luiz Werneck Vianna<sup>798</sup> propuseram-se a uma discussão importante para o assunto aqui tratado. Ao buscar pensar as bases do sindicalismo corporativista do governo Vargas na década de 30 esses autores empenham-se na discussão da formação do Estado pós-30, primando pela análise das disputas políticas e econômicas presentes já na década de 20. Inaugurando a discussão proposta pelo aspecto da configuração política do regime, pretendo apresentar o argumento da ascensão do poder da burocracia estatal frente à sociedade civil, com a conseqüente elevação do *status* da máquina estatal, e a ligação dessa elevação do poder do Estado com a ascensão do discurso nacionalista e das práticas de repressão aos estrangeiros.

---

\*Mestrando em História Social do Trabalho pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob orientação do Prof. Dr. Michael M. Hall e financiado pela CAPES.

<sup>797</sup> ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro: *Construindo o consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30*. Campinas: Unicamp, Tese de Doutorado, 1994.

<sup>798</sup> VIANNA, Luiz Werneck: *Liberalismo e sindicalismo no Brasil*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

A análise do golpe de 30 procedida pelos autores levou-os a utilizarem-se da expressão “revolução pelo alto”, no caso de Vianna, ou “revolução passiva”, no caso de Ângela Araújo. Nos dois casos, o entendimento do processo revolucionário passa pelo entendimento das críticas e das intenções dos participantes. As críticas seriam direcionadas ao modelo liberal adotado com o advento da República no Brasil, e os objetivos seriam o rearranjo das estruturas políticas e econômicas para possibilitar o acesso das diferentes classes ou frações da classe dirigente na gestão e utilização do capital nacional, e também o controle das camadas populares. Assim, a revolução “pelo alto” ou “passiva” seria a forma encontrada pelas forças em disputa no cenário político e econômico nacional para derrubar o objeto da crítica - o liberalismo político - e alcançar os objetivos - a diversificação da classe dominante nacional e a contenção política das massas.

É necessário agora buscar a compreensão do porque dos usos das citadas expressões pelos autores. Tanto Vianna quanto Araújo observaram o movimento político dissidente com o propósito de quebrar o monopólio político e econômico de São Paulo e Minas Gerais, e esse movimento foi compreendido como exercido por uma fração da classe dirigente que buscou manter o controle do processo e evitar o que eles entendiam como “excessos” das classes subalternas, que poderiam levar a revolução a patamares indesejáveis. Essa tentativa de manutenção do controle deriva dos propósitos do processo golpista, que seriam, de acordo com os autores, a mudança do cenário de monopólio político da oligarquia cafeeira paulista e mineira, mas sem distorções abruptas do quadro do capitalismo brasileiro, pelo menos no que diz respeito aos seus dirigentes e maiores beneficiários.

Para Vianna, o processo que culminou com o golpe de 30 foi conduzido pela própria elite agrária que, temerosa com a possibilidade de perda da hegemonia política, resolve tomar as rédeas do processo para salvaguardar pelo menos parte do seu prestígio. Segundo o autor, a revolução de 30 seria um fenômeno arquitetado e praticado “pelo alto”, ou seja, teria como comandante a própria elite agrária que, ao invés de sofrer o embate das facções burguesas em ascensão, transformou-se em uma classe burguesa, através da adaptação para o capitalismo das relações de produção no campo, e comandou o processo da revolução, sustentando, assim, a possibilidade de manutenção de seus privilégios de classe:

Sua persistência [da elite agrário-exportadora] enquanto fração dominante dependia da manutenção do *status quo* e a própria modernização, que inconscientemente

Como é possível observar na citação acima, Werneck Vianna observa um duplo movimento da arquitetura dos planos da elite agrária cafeeira: primeiramente, a iniciativa da mudança que parte da própria classe, como reação ao perigo da perda da sua hegemonia; segundo, e como consequência da primeira, a abertura da possibilidade de pressão e participação política e econômica gerada pelo movimento encabeçado pela própria elite agrária.

Apesar de Ângela Araújo rejeitar a idéia de apenas a elite agrária conduzir o processo da revolução de 30, e defender a participação de outros segmentos sociais, sua teoria da “revolução passiva” aproxima-se do pensamento de Vianna, e também servirá como arcabouço para a ligação proposta entre o caráter do Estado em 30 e as formas e práticas de repressão adotadas contra as populações estrangeiras. A discussão que a autora incorpora ao debate lida com a inclusão das classes sociais nas disputas acerca da formação e do desenvolvimento do Estado. Seguindo trabalhos consagrados como os dos autores Edgar de Decca e Kazumi Munakata, a autora observa a importância de uma abordagem que apreenda a participação das classes na constituição dos Estados modernos. Existem, segundo Araújo, duas vias possíveis de participação: “por baixo” - quando há pressão da própria classe pela sua inclusão no processo - e “pelo alto” - quando a elite antecipa-se aos anseios das classes e promove o processo de participação de maneira controlada e conservadora<sup>800</sup>.

No caso da revolução brasileira, a autora observa a adoção por parte da elite da via “pelo alto”, - é nesse sentido que existe a aproximação com o pensamento de Luiz Werneck Vianna - pois existe a clara intenção direcionar o processo de ruptura com as velhas estruturas liberais de maneira que as reivindicações das oligarquias dissidentes fossem atendidas, quais sejam: a modernização nas relações de produção necessárias ao avanço do capitalismo no Brasil, mas sem a perturbação efetiva da composição dessa elite; e também possibilitando a inclusão das camadas populares no processo - mas sem que haja uma efetiva autonomia, e é justamente neste ponto que se encontra o cerne da argumentação.

Portanto, as análises dos dois autores citados - Werneck Vianna e Ângela Araújo - atentam para a tentativa da elite condutora do processo revolucionário de 30 de controlar ao

---

<sup>799</sup> In: VIANNA, Luiz Werneck: *Liberalismo e sindicalismo no Brasil*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 133.

<sup>800</sup> ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro: *Construindo o consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30*. Campinas: Unicamp, Tese de Doutorado, 1994. Introdução: pp. 5, 6 e 7.

máximo as modificações na organização econômica e social do país, no sentido de realizar uma “revolução conservadora”, que se distancie ao máximo dos resultados de revoluções européias como a Revolução Francesa ou a Revolução Russa - que perderam seu controle graças à participação perniciosa das classes populares, segundo o pensamento da elite nacional. A manutenção do controle das classes populares e o cuidado com os rearranjos na composição das elites era uma constante preocupação para os envolvidos no processo, e para tanto seria necessária uma classe ou fração de classe que tivesse força política suficiente para manter as rédeas dos acontecimentos.

A constituição da antiga elite política nacional, formada pela classe agrária de São Paulo e Minas Gerais, sofre alterações devido à concorrência por prestígio e comando de frações de classe como as elites agrárias dissidentes do Rio Grande do Sul, parte do Nordeste e Rio de Janeiro, a classe industrial fomentada pelos surtos de industrialização do início do século XX em São Paulo, Rio de Janeiro e outros centros urbanos, além de militares de alta e baixa patente (tenentes) e intelectuais que também reivindicam participação na cena política nacional. Essas seriam, segundo os autores analisados, as frações da burguesia nacional e outras facções da elite que gravitavam na esfera da política, buscando ocupar os espaços de poder deixados com a quebra da hegemonia política paulista e mineira da República Velha. A este quadro de disputas, de ascensão de novas frações de classe e de rearranjo das estruturas da política nacional soma-se outro ingrediente importante para a discussão: a inserção das massas na constituição do Estado moderno. Esse, como ressaltai acima, é um dos pontos centrais da argumentação por ser um ponto fundamental na constituição do Estado varguista.

Como possibilidade de resolução das disputas políticas que continuam a acontecer mesmo no pós-30 - como demonstra por exemplo o episódio da Revolução Constitucionalista de 32 em São Paulo – e também de controle efetivo dos processos de mudança social e política, surge um ente capaz de reunir em si todas essas tarefas: o Estado. Na conjuntura de disputas e rearranjos do momento histórico, a possibilidade da ascensão do poder estatal faz com que seus idealizadores - intelectuais, o próprio Getúlio Vargas - manobrem no sentido ligar o fortalecimento do Estado com a possibilidade de o processo revolucionário acontecer de maneira “passiva” e “pelo alto”, isto é, sem despertar a reação das massas e garantindo a participação política e econômica de todas as frações da elite envolvidas no processo.

Assim, já a partir de 1930 - e especialmente após a implementação da ditadura do Estado Novo, em 1937 - e em processos cada vez mais claros e objetivos, como a introdução do Laboratório de Antropologia Criminal em 1933, responsável pelo estabelecimento do

discurso legitimador da ciência no meio policial; a criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social, no mesmo ano, que garante a politização da questão policial; além da nomeação dos chefes de polícia estaduais, feitas pessoalmente por Vargas<sup>801</sup>, o governo vai paulatinamente constituindo um aparato burocrático-institucional que garante, primeiramente, o cumprimento do processo da maneira como idealizara, e segundo, a manutenção de suas próprias estruturas de poder, para garantir sua necessidade e sua conseqüente continuidade como condutor da política e da sociedade brasileiras. Para tanto, a montagem da burocracia estatal trabalha em duas frentes: resolver os conflitos internos da classe dirigente; e concatenar as massas para o projeto desenvolvimentista, afim de garantir que esta esteja “docilizada” e ao lado do Estado, além, é claro, de evitar o conflito entre essas duas classes, atuando, assim, como uma espécie de mediador dos conflitos sociais.

A partir daqui é preciso concentrar-se no esforço de entendimento das formas de convencimento e enquadramento da sociedade - principalmente as classes baixas - nos moldes propostos pelo governo. A hegemonia da máquina estatal e do modelo por ela propostos sustenta-se em três principais pilares: o trabalho, o corporativismo e o nacionalismo. Para os objetivos propostos dar-se-á ênfase para o caráter da construção do nacionalismo brasileiro no período, para melhor compreendermos a relação entre Estado e estrangeiros.

A obra dos intelectuais que desde a década de 20 vêm combatendo o liberalismo e lutando por uma reestruturação do Estado brasileiro é pautada na procura de uma solução que melhor corresponda às necessidades do povo brasileiro. Ângela Araújo desataca, ao analisar o pensamento de Oliveira Vianna - um dos maiores ideólogos do governo Vargas - o caráter de reforma e reorganização social proposto por esses pensadores, que observavam a via da exaltação do nacionalismo como a mais eficiente para a resolução dos problemas sociais do Brasil:

Oliveira Vianna, desde os seus primeiros livros, considerava que em uma sociedade dispersiva, fragmentária, e desunida como a brasileira, a tarefa primordial era a ‘*estruturação e ossificação da nacionalidade*’ (grifo meu). Defendia que as reformas do sistema sócio-político devia atacar a fundo o problema da organização da sociedade para ele significava concretamente a ‘*organização das classes produtoras*’.<sup>802</sup>

Além do elemento nacionalista, o excerto contém também traços dos outros elementos citados que sustentaram ideologicamente o conceito de cidadania no período. Podemos

<sup>801</sup> CANCELLI, Elizabeth: *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2ª ed., 1994.

<sup>802</sup> In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro: *Construindo o consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30*. Campinas: Unicamp, Tese de Doutorado, 1994, pp. 46.

observar, na ênfase do problema de organização das classes produtoras o reforço e a exaltação do trabalho, assim como a crítica à desunião da sociedade pode ser entendida como uma defesa da implementação do corporativismo, já que a forma de organização, união e coesão social proposta pelo governo no pós-30 é justamente a organização corporativa da sociedade, como defende Araújo. Vemos como o trabalho e o corporativismo são defendidos como formas concretas, ou a materialização, de unificação social em torno do projeto governista, mas essas formas concretas dependem diretamente, como o trecho citado aponta, para um elemento ideológico de coesão: o nacionalismo.

Portanto, é a partir dos elementos ideológicos citados acima - trabalho, nacionalismo, colaboracionismo - que se funda a nova noção de cidadão brasileiro. A implementação do projeto desenvolvimentista, segundo o próprio regime, dependia da colaboração de todos os cidadãos e de todas as classes, e a noção de cidadania teria de ser reformulada para condizer com os novos objetivos da nação. O principal objetivo do governo de Getúlio Vargas para as classes subalternas era a transformação de seus indivíduos em colaboradores do regime. Seriam colaboradores aqueles tidos como trabalhadores nacionais, disciplinados e colaborativos, e aqueles que se enquadrassem nesse novo padrão de cidadania garantiriam as benesses do Estado, como por exemplo as garantias contidas na CLT, o acesso à justiça ou até mesmo o reconhecimento de sua existência e a possibilidade de comunicação com o aparelho burocrático estatal<sup>803</sup>.

Do outro lado dessa linha divisória da cidadania estavam todos aqueles que de alguma maneira se opunham às regras de cidadania: não-trabalhadores, ativistas políticos fomentadores da luta-de-classes, estrangeiros inassimiláveis, simpatizantes das teorias políticas importadas - comunismo, fascismo, nazismo. A esses indivíduos o Estado também reservava instituições, porém aquelas responsáveis pelo caráter repressor e excludente, como o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), as DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) e outras instituições policiais, como demonstra Elizabeth Cancelli:

A ação policial - substanciada naquele momento na eficácia de um discurso que preparava o advir de uma grande nação e a profilaxia social dos inimigos concretos

---

<sup>803</sup> Um trabalho que expressa de maneira interessante as dificuldades daqueles que se encontravam do outro lado da linha divisória da cidadania no Estado Novo é o artigo de Brodwyn Fischer, em que o autor investiga cartas de pedido de assistência que as populações pobres urbanas enviavam à Vargas, no intuito de conseguir uma ajuda que eles não tinham acesso através da burocracia estatal, devido, por exemplo, à falta de trabalho com carteira assinada, um dos requisitos de cidadania no período. FISCHER, Brodwyn: Direitos por lei ou leis por direito? Pobreza e ambigüidade legal no Estado Novo. In: LARA, Silvia Humbold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.): *Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

O trecho da obra de Cancelli evidencia, primeiramente, a legitimação da ação policial - e também de outras instituições repressoras do Estado - pelo discurso oficial de construção de uma “grande nação”, que necessita, para se desenvolver, de uma “profilaxia social”, e em segundo lugar quem são esses elementos de contágio social: “comunistas, liberais, estrangeiros, sem-trabalho, políticos”.

A idéia da existência de uma linha divisória, construída pelo Estado no pós-30, entre a inclusão e a exclusão da participação nos processos sociais está contida na obra de Wanderley Guilherme dos Santos, intitulada *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Em sua análise sobre o desenvolvimento das relações trabalhistas no Brasil e da formação da legislação social em torno da questão do trabalho, Wanderley Santos apresenta um conceito que de alguma maneira pode ajudar no raciocínio aqui desenvolvido. Este seria o conceito de *cidadania regulada*.

Ao atentar para a função do Estado no pós-30 de combater a ideologia do *laissez-faire* do capitalismo liberal – concordando, ele também, com a idéia aqui sustentada de ascensão da centralização em torno do aparelho estatal – o autor busca definir os termos em que se construíram as políticas sociais de proteção ao trabalhador. Para Santos, a nova função do Estado de resolução dos problemas sociais e das relações de produção - antes deixados a cargo da regulamentação das leis “naturais” do mercado – o leva a criar um aparato de regulamentação jurídica do trabalho que acaba por definir previamente quem tem ou não direito aos benefícios gerados por esta regulamentação. “São cidadãos - segundo o autor – todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações *reconhecidas e definidas* por lei<sup>805</sup>”. Somente aqueles trabalhadores que estão enquadrados nas regulamentações profissionais governamentais têm o direito de receber os benefícios da legislação trabalhista vigente, definindo os trabalhadores como regulamentados ou não-regulamentados. Portanto a noção de cidadania do período é regulada por um aparato jurídico-institucional previamente estabelecido pelo Estado, daí o conceito de cidadania regulada.

---

<sup>804</sup> In: CANCELLI, Elizabeth: *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2ª ed., 1994, pp. 47 e 48.

<sup>805</sup> In: SANTOS, Wanderley Guilherme dos: *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1994, 3ª ed, pp. 68.

Podemos, de certo modo, utilizar esse conceito também para entender a situação do elemento estrangeiro no país. A criação de uma legislação reguladora da nacionalidade no Brasil dos anos 30 o coloca em uma situação limite: adaptar-se às exigências nacionalistas do Estado ou resistir, sofrendo, conseqüentemente, a perseguição de aparato repressivo do governo. Essa legislação coloca claramente, como demonstra Endrica Geraldo, o fator de assimilação como preponderante para a inclusão do elemento estrangeiro na ordem nacional<sup>806</sup>. Portanto, a “cidadania”, ou no caso a aceitação e a incorporação do elemento estrangeiro, também era definida previamente por uma legislação, que vincula a assimilação ao afastamento de qualquer ideologia ou atividade que representasse perigo à ordem nacional, como o exercício de atividades políticas, a adesão a credos e ideologias de origem estrangeira – caso do nazismo, do comunismo e do fascismo –, a associação de origem étnica que dificultava a assimilação, e também os enquistamentos que, segundo Geraldo, eram um dos principais alvos das políticas e das ações nacionalizadoras do Estado Novo.

Essas eram as regras impostas pelo Estado para a sua relação com os estrangeiros. Obediência à centralização e ao poder do Estado, adesão ao projeto modernizador, aceitação da nacionalidade brasileira, todas essas regras foram impostas para os estrangeiros aqui instalados, e é dentro dessas regras que as disputas vão acontecer. E o mais interessante para a interpretação dessas disputas é notar que os estrangeiros tinham plena consciência da imposição das regras, como pode ser constatado em um comentário, acerca do decreto-lei que proibia os estrangeiros de exercer atividades políticas, feito pelo cônsul italiano em Belo Horizonte. Em documento de 29 de abril de 1938, o cônsul afirma que aos italianos aqui instalados não cabia aprovar ou desaprovar as leis brasileiras, mas sim segui-las<sup>807</sup>.

Essa estratégia da “aceitação” dos termos da disputa pode ser encontrada em vários dos depoimentos prestados pelos representantes das mais variadas associações, quando das intimações feitas pela Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP). Exemplo disso é o depoimento prestado por José Matarazzo, presidente da Sociedade Italiana de Beneficência de São Paulo, em 03 de fevereiro de 42, em que se compromete a colaborar com a vigilância da delegacia, avisando antecipadamente as datas das reuniões e realizá-las somente nos recintos da sociedade<sup>808</sup>. Comprometeram-se com as mesmas exigências também

---

<sup>806</sup> GERALDO, Endrica: *O Perigo Alienígena: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)*. Campinas, Tese de Doutorado, Unicamp, 2007.

<sup>807</sup> Coleção Arquivos Diplomáticos Estrangeiros Sobre o Brasil, rolo 2/380. Arquivo Edgard Leuenroth, Universidade Estadual de Campinas.

<sup>808</sup> Coleção Inventários DEOPS, prontuário nº 20.911. Arquivo do Estado de São Paulo.



IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Francisco Borelli, tesoureiro da Sociedade Italiana de Cultura “Muse Italiche”<sup>809</sup> de São Paulo, Vicente Ancona Lopes, presidente da Sociedade Italiana Dante Alighieri<sup>810</sup>, da mesma cidade, e outros representantes de sociedades italianas de beneficência de várias cidades do estado que foram intimados a prestar esclarecimento sobre suas atividades.

Outros tipos de colaboração também aconteciam frequentemente, como a doação de patrimônios das associações, que aconteceram em várias cidades do interior do Estado, como em Lençóis, onde a sociedade italiana local doou um prédio no valor de CR\$10.000,00 para a prefeitura local, que instalou no prédio doado um jardim de infância de uma escola doméstica<sup>811</sup>, ou na cidade de São Roque, onde a Sociedade Filarmônica Italiana “Conde de Torino” doou seus bens avaliados pela delegacia em CR\$23.000,00 para a Banda Musical Carlos Gomes<sup>812</sup>. Essas doações podem ser entendidas como uma tentativa de antecipar o confisco dos bens, previsto pela legislação reguladora das atividades estrangeiras no período.

Assim aconteceu também com a questão do fechamento das associações. Em muitos casos as investigações policiais motivadas pelo decreto-lei que previa a proibição de associações de caráter étnico davam literalmente “com a cara na porta”, como no caso da ODN de Limeira. Essa entidade, que teve a abertura requerida na sede de São Paulo em 3 de abril de 1939, nem chegou a funcionar, apesar da mobilização dos seus membros, que votaram seu funcionamento na referida data. Apesar da tentativa de instalação de uma filial da Organização na cidade, dificuldades como a aquisição de alvará de funcionamento, fizeram com que os próprios membros desistissem da implementação do projeto, como constata uma investigação posterior da DEOPS-SP<sup>813</sup>. Também na cidade de Santa Rosa acontece fato semelhante, em que a Sociedade Italiana de Beneficência da cidade optou por fechar suas portas após o decreto que previa a nacionalização das sociedades estrangeiras<sup>814</sup>.

Essas estratégias colaboracionistas podem indicar um abandono das tentativas de organização por parte dos imigrantes italianos instalados em São Paulo, mas um olhar mais atento para a situação posterior revela intenções de reorganização da coletividade. Depois da queda de Vargas em 45, algumas das associações vieram a requerer juridicamente os bens confiscados pelo Estado, e também a possibilidade de reabertura das associações. Essa estratégia foi permitida por outro decreto-lei, o de nº7.723, datado de 10 de julho de 1945, que

---

<sup>809</sup> Coleção Inventários DEOPS, prontuário nº 48.262. Arquivo do Estado de São Paulo.

<sup>810</sup> Coleção Inventários DEOPS, prontuário nº 43.727. Arquivo do Estado de São Paulo.

<sup>811</sup> Coleção Inventários DEOPS, prontuário nº 74.553. Arquivo do Estado de São Paulo.

<sup>812</sup> Coleção Inventários DEOPS, prontuário nº 55.835. Arquivo do Estado de São Paulo.

<sup>813</sup> Coleção Inventários DEOPS, prontuário nº 8.983. Arquivo do Estado de São Paulo.

<sup>814</sup> Coleção Inventários DEOPS, prontuário nº 29.627. Arquivo do Estado de São Paulo.

previa a liberação dos bens dos italianos residentes no país. Associações como a Sociedade Italiana Dante Alighieri de Jaú e a Sociedade Beneficente e de Mútuo Socorro *Fratellanza Italiana* de Jardinópolis, vieram a requerer judicialmente seus bens, o que pode indicar uma tentativa de reorganizar a comunidade.

Outra estratégia que procurava alinhar as atividades dos estrangeiros aqui instalados com a lógica governamental era a do discurso de afastamento das questões políticas e de aproximação com a nacionalidade brasileira. Nos mais diversos depoimentos prestados à Delegacia de Ordem Política e Social encontram-se exemplos desse tipo de estratégia, que visava angariar a simpatia das autoridades e conseqüentemente safar-se da vigilância e da repressão estatal. Muitas das associações, como a *Sociedade Italiana Dante Alighieri*<sup>815</sup>, o *Comitê dos Italianos Livres no Brasil*<sup>816</sup>, a *Sociedade Esportiva Palestra Itália*<sup>817</sup>, ou a *Sociedade Italiana de Cultura “Muse Italiche”*<sup>818</sup>, tentaram desvincular suas atividades da política, demonstrando que seus fins eram estritamente culturais. Em depoimento datado de 21 de janeiro de 1942, o Secretário Geral da *Sociedade Esportiva Palestra Itália*, reafirma o caráter simplesmente esportivo da sociedade “que sempre foi nacional, embora fundada por estrangeiros, e que os membros da sua diretoria eram (em sua maioria) brasileiros”. “Embora fundada por estrangeiros” a diretoria faz questão de reafirmar seu caráter nacional, e embora de fundo contraditório, o representante da associação não se eximiu de tecer esse comentário, em uma clara tentativa de demonstrar a aproximação da entidade com a nacionalidade brasileira.

O caso do *Comitê dos Italianos Livres no Brasil* difere um pouco do discurso usual, mas também demonstra uma tentativa de aproximação com o governo. Ao invés de procurar atestar o afastamento das questões políticas, a entidade opta pela tática de apresentar-se como um foco de luta contra um elemento desagregador da nacionalidade brasileira: o fascismo. Em carta ao Interventor Federal do Estado de São Paulo, datada de 07 de abril de 1942, a diretoria da entidade faz questão de ressaltar seu caráter democrático e anti-fascista, discursa sobre as boas relações entre italianos e brasileiros, além de fazer severas críticas ao governo de Mussolini.

Vemos através da documentação produzida pela DEOPS-SP que a comunidade italiana instalada no estado optou pela tática de inclusão na ordem estabelecida pelo Estado.

---

<sup>815</sup> Coleção Inventários DEOPS, prontuário nº 43.727. Arquivo do Estado de São Paulo.

<sup>816</sup> Coleção Inventários DEOPS, prontuário nº 13.476. Arquivo do Estado de São Paulo.

<sup>817</sup> Coleção Inventários DEOPS, prontuário nº 12.682. Arquivo do Estado de São Paulo.

<sup>818</sup> Coleção Inventários DEOPS, prontuário nº 48.262. Arquivo do Estado de São Paulo.

São pouquíssimos os casos em que as investigações apontaram para tentativas de confronto ou mesmo de algum tipo de hostilidade perante o governo brasileiro. Salvo casos de organizações que estavam ligadas diretamente ao ideário fascista que, segundo investigadores da própria delegacia, professavam através de seus dirigentes idéias contrárias à organização do Estado Novo e ao nacionalismo conflitante com a comunidade italiana, a praxe das ações desse grupo étnico foi a da conciliação e da adesão ao discurso assimilacionista, com constantes afirmações de aproximação e colaboração entre os brasileiros e a comunidade italiana.

Algumas explicações podem ser apontadas para esse tipo de estratégia adotada pelos italianos. Uma delas pode remeter à característica da própria comunidade, que não cultivava um apego tão grande às tradições do país de origem como os alemães ou japoneses, por exemplo. Ângelo Trento aponta para a preocupação maior da comunidade italiana instalada no Brasil com a ascensão econômica e social, o que dificultava de certa maneira a organização coletiva da comunidade<sup>819</sup>. Soma-se essa vontade individualista com a pouca preocupação do governo de Mussolini em aproximar-se com os italianos emigrados - ao contrário do governo nazista, que tinha políticas específicas para os alemães no exterior - e tem-se uma situação que não favorece o incentivo da comunidade ao confronto aberto com o governo para a manutenção das tradições de coletividade.

Se somarmos a isso a conjuntura internacional de conflito, que em muito acirrou o discurso nacionalista no Brasil e conseqüentemente dificultou a vida dos estrangeiros aqui instalados, podemos tirar mais algumas conclusões sobre as intenções e as formas de organização comunitária desses elementos. Ao mesmo tempo em que aconteceu na década de 30 um sensível aumento do número de associações de caráter étnico organizadas por italianos, como demonstra Trento, com o aumento da intensidade dos conflitos essas organizações foram nacionalizando-se ou simplesmente desaparecendo.

Essa situação aparentemente contraditória pode ser mais um indício da pouca disposição dos italianos de iniciarem um conflito com a ordem estabelecida pelo Estado Novo. O aumento do número de associações em meados da década de 30 demonstra a preocupação da comunidade italiana em organizar-se frente uma situação que se anunciava desfavorável, devido ao crescimento da centralização política e das medidas nacionalizadoras, como a lei dos 2/3, a adoção de cotas de imigração e outras medidas desfavoráveis aos estrangeiros. Porém, as diretrizes autoritárias e abertamente centralizadoras e controladoras

---

<sup>819</sup> TRENTO, Ângelo: *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo, 1989.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

adotadas pela ditadura do Estado Novo podem ter levado os italianos e seus descendentes a repensar suas estratégias. A partir do momento em que o governo traça claramente uma linha divisória entre os que merecem a assistência e a empatia do Estado e aqueles que serão tratados como inimigos e por isso perseguidos e cerceados, os italianos, talvez devido o desejo de inserção econômica e social dos indivíduos, optaram pelo lado da inserção, que viria mediante obediência e colaboração. Isso não significou o fim de qualquer forma de coesão do grupo, como demonstra as tentativas de reagrupamento apontadas na documentação, mas deixa claro que as formas de ação da comunidade italiana muito se pautaram pelas diretrizes políticas e ideológicas definidas previamente por um Estado centralizador, autoritário e detentor dos meios políticos, sociais, institucionais e ideológicos de controle da situação política do país.

### **Bibliografia**

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro: *Construindo o consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30*. Campinas: Unicamp, Tese de Doutorado, 1994.

CANCELLI, Elizabeth: *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2ª ed., 1994.

FISCHER, Brodwyn: Direitos por lei ou leis por direito? Pobreza e ambigüidade legal no Estado Novo. In: LARA, Silvia Humbold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.): *Direitos e Justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

GERALDO, Endrica: *O Perigo Alienígena: política migratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)*. Campinas, Tese de Doutorado, Unicamp, 2007.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos: *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1994, 3ª ed

TRENTO, Ângelo: *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo, 1989.

VIANNA, Luiz Werneck: *Liberalismo e sindicalismo no Brasil*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

## **Ação e Pensamento Autoritário Pós 1945**

### **A Frente Ampla (1966-1968) e o seu Manifesto**

Marcio de Paiva Delgado\*

**Resumo:** Em meados de 1966, Lacerdistas, Juscelinistas, Janguistas e alguns comunistas ligados a Luis Carlos Prestes, buscaram efetivar uma frente de oposição ao regime militar. Das negociações, nasce no *Manifesto da Frente Ampla* em outubro de 1966. O manifesto, amplamente divulgado na imprensa nacional pedia a volta da democracia no Brasil e o fim da ditadura de maneira pacífica e baseada na conciliação.

**Palavras chaves:** Frente Ampla, Ditadura, Oposição.

### **Introdução**

*Queremos que a nação reúna  
a experiência dos conservadores  
a prudência dos moderadores,  
a esperança dos inconformados,  
a audácia dos reformadores.*<sup>820</sup>

No início dos anos 60, a democracia brasileira vivia um período crítico. Segundo uma das várias vertentes de interpretação para as condições que o golpe de 1964, a radicalização conjuntural de alguns grupos de esquerda e de direita, inseridos no contexto de Guerra Fria, não favorecia o apego às instituições democráticas para o atendimento de suas demandas e/ou para barrar as adversárias<sup>821</sup>. Tratava-se, de fato, de uma democracia frágil e incompleta (a limitação ao voto para os analfabetos em uma sociedade onde grande parte população ainda não tinha acesso à educação, além da proibição da existência do PCB, não podem ser menosprezadas), que desde o final do Estado Novo, convivia com inúmeras crises institucionais nas quais pontificavam as disposições de setores antagônicos da sociedade

---

\* Graduado e Mestre em História pela UFJF. Doutorando em História pela UFMG. marciodelgado@hotmail.com

<sup>820</sup> Trecho do Manifesto da Frente Ampla. Publicado em 27/10/1966 no jornal *Tribuna da Imprensa*.

<sup>821</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *1964: Temporalidade e interpretações*. In: **O golpe e a ditadura Militar**. Bauru: EDUSC, 2004, p. 15-26. Dos autores mais recentes nessa linha de interpretação, citamos FERREIRA, Jorge. *O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil*. IN: **Seminário 40 Anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 7 Letras, CNPq, p. 41-51.

brasileira por soluções extralegais, seja entre os setores conservadores anticomunistas (mais incisivos e recorrentes, apelavam inclusive por uma intervenção das Forças Armadas), seja entre grupos revolucionários de esquerda (sobretudo aqueles que romperam com a direção do PCB ao optar pela luta revolucionária) e outros grupos, já durante o governo Goulart, defensores das Reformas “na lei ou na marra”.

Após o movimento golpista de 31 de março de 1964, as limitações à democracia no Brasil foram instituídas através de sucessivos Atos Institucionais, seguidos de seus Atos Complementares. Tais decretos eram justificados em nome da consolidação da dita “Revolução Redentora”. Buscavam legitimar e legalizar as ações do Executivo que passa a ser hipertrofiado em detrimento dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Quando o Congresso, sob pressão dos militares, aprova a prorrogação do mandato de Castelo Branco por mais um ano, Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, apoiador do golpe e candidato da UDN para a eleição presidencial que aconteceria em 1965, começa a ver ameaçada sua candidatura. Inicia-se um processo irreversível de afastamento de Lacerda do “núcleo revolucionário”. Suas críticas em relação ao novo Plano Econômico também o colocou em rota de colisão com o governo<sup>822</sup>.

Na escalada do autoritarismo, o AI-2, decretado em 27 de outubro de 1965, cria, dentre outros ataques à democracia, um sistema bipartidário artificial e a eleição indireta para presidente da república. Isto provoca o rompimento quase total de Lacerda com os militares. Recusando-se a fazer parte da ARENA, destino da maioria dos udenistas, tenta criar o Partido da Renovação Democrática (PAREDE)<sup>823</sup>. Tentativa frustrada por não conseguir atingir as exigências mínimas estipuladas pelo Ato Complementar nº4<sup>824</sup>.

As tradicionais lideranças políticas ou aderiam ao governo militar ou eram afastadas através dos expedientes autoritários. Num período onde os principais líderes políticos que poderiam se opor à ditadura estavam exilados (João Goulart, Leonel Brizola e Miguel Arraes) ou estavam com seus direitos políticos cassados (Juscelino Kubitschek, Luis Carlos Prestes, Adhemar de Barros<sup>825</sup>, Jânio Quadros), Carlos Lacerda, que havia se afastado do governo do Estado da Guanabara em 4 de novembro de 1965 em protesto pela

<sup>822</sup> Para mais detalhes, ver LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

<sup>823</sup> No manifesto de fundação do PAREDE, Lacerda se referia ao bipartidarismo: “As duas agremiações oficiais são Arcas de Noé sem dilúvio. Vazias de conteúdo e sinceridade, abrigam em promiscuidade niveladora os que se entregam sem luta”. Apud LACERDA, Cláudio. **Carlos Lacerda e os anos sessenta: Oposição**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 243.

<sup>824</sup> DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda. A vida de um lutador**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 430-438. O PAREDE teve seu registro negado na Justiça Eleitoral em maio de 1966. Idem, p. 437.

<sup>825</sup> Adhemar de Barros foi cassado, em 5 de junho de 1966, acusado de corrupção.

derrota de seu candidato<sup>826</sup>, destaca-se como uma voz oposicionista no meio político já que o MDB ainda tinha pouca capacidade de articulação.

### **A Frente Ampla de oposição à ditadura militar**

O movimento da Frente Ampla nasce num período onde o autoritarismo e a centralização de Poder no Executivo apresentava-se como a prática institucional predominante e as Forças Armadas validam-se do poder coercivo do Estado para conter a oposição. Por ter um caráter “frentista”, ela buscava reunir várias vertentes políticas e ideológicas em torno de um conjunto de objetivos gerais que podem ser resumidos na volta da democracia, na reforma no sistema eleitoral e partidário e no desenvolvimento com bases nacionalistas.

A Frente Ampla foi uma reação de membros de uma elite política tradicional forjada entre 1945 e 1964 contra os rumos do governo militar. Apresentava-se como nova alternativa de oposição ao governo, já que a escalada do autoritarismo através dos sucessivos Atos Institucionais criara um sistema partidário controlado, uma sociedade sem liberdade de organização e expressão, além de mitigar o equilíbrio entre os três Poderes. Não obstante, ao mesmo tempo em que criticava o caráter autoritário e antidemocrático do governo, a Frente Ampla aceitava a “revolução como um ato consumado”<sup>827</sup>, excluindo de seus propósitos qualquer conotação “revolucionária” (ou “contra-revolucionária”). Por conta dessa característica conformista, a Frente Ampla apostava num diálogo entre a sociedade civil e os militares, sem propor mudanças estruturais.

Com as conversações iniciadas em meados de 1966, seus líderes, Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart (só entraria oficialmente em finais de 1967), antigos adversários políticos; de partidos, ideologias e perfis diferentes; juntos representaram possivelmente uma enorme parcela do eleitorado. Destes, o único que não estava cassado no momento de sua articulação era o ex-governador Carlos Lacerda, que ainda alimentava esperanças de viabilizar sua candidatura à presidência numa possível eleição a ser realizada em outubro de 1970<sup>828</sup>. Nos meses seguintes, lacerdistas, juscelinistas, trabalhistas, e até comunistas ligados a Luis Carlos Prestes, mantêm conversas na tentativa de efetivar o

---

<sup>826</sup> DULLES, John W. F. Op. cit., p. 417.

<sup>827</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Op. cit., p. 380.

<sup>828</sup> MENDONÇA, Marina de Gusmão. **O demolidor de presidentes**. São Paulo: Códex, 2002, p. 362.

10 a 13 de maio de 2010

movimento<sup>829</sup>. Lacerda, no início, convida o ex-presidente Jânio Quadros<sup>830</sup>, mas este se recusa a manter contatos com o ex-governador<sup>831</sup>. Segundo o *Tribuna da Imprensa*, Jânio temia ser “confinado juntamente com o sr. Juscelino Kubitschek, se aderisse à Frente Ampla”<sup>832</sup>. Magalhães Pinto também foi convidado, mas recusou-se, pois “já estava engajado na campanha de Costa e Silva”<sup>833</sup>. Leonel Brizola e Miguel Arraes, possíveis membros, recusaram-se por não considerá-la “popular” e de “cima pra baixo”<sup>834</sup>.

Uma estratégia polêmica, pois, na prática, vários correligionários se recusaram a participar da Frente, seja por adesismo ao novo regime, intimidação pela repressão já sofrida ou daquela que poderia vir da sua participação ou mesmo por entenderem-na “ampla demais” já que para alguns, as diferenças eram irreconciliáveis. Mas também houve adesões, sobretudo de emdebistas após da entrada oficial de João Goulart.<sup>835</sup>

A despeito do caráter oposicionista, a Frente Ampla nasce norteada por princípios políticos considerados conservadores e concebida para defender a volta da “normalidade democrática” (aceitando portando a premissa de que um sistema político só é normal, se for democrático) que não mais encontrava espaço na “nova legalidade fardada” e nem oferecia uma opção aos movimentos de esquerda radicais. Tal “inconsistência ideológica”, para um período de radicalização e conflito, foi resumida na época por Rachel de Queiroz na revista *O Cruzeiro*: “Um homem de direita, que já foi de esquerda, une-se a um homem de esquerda, para fins de direita”<sup>836</sup>.

Seu principal canal de comunicação junto à sociedade civil era a imprensa. As reportagens, entrevistas, declarações e artigos políticos publicados nos principais jornais de circulação nacional durante o período mostram que a Frente Ampla não era uma conspiração, como lembra o ex-deputado, Marcio Moreira Alves<sup>837</sup>. Na opinião de alguns membros do governo militar no calor dos protestos estudantis de 1968, a Frente Ampla poderia estar influenciando inclusive tais movimentos<sup>838</sup>. Em abril de 1968, com o país sob forte crise

---

<sup>829</sup> MORAES, Denis & VIANA, F. **Prestes: Lutas e autocríticas**. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 195-196.

<sup>830</sup> LACERDA, Carlos. *O que está por trás da Frente Ampla*. In: **Crítica e Autocrítica**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967, p. 80.

<sup>831</sup> ARNT, Ricardo. **Jânio Quadros. O prometeu de vida mariana**. São Paulo: Ediouro, 2004, p. 219.

<sup>832</sup> *Jânio viaja sem esperanças de que Costa lhe dê anistia*. **Tribuna da Imprensa**, 04/ 03/ 1968.

<sup>833</sup> LACERDA, Carlos. **Crítica e Autocrítica**. Op. cit., p. 80.

<sup>834</sup> TAVARES, Cristina & MENDONÇA, Fernando. **Conversações com Arraes**. Belo Horizonte: Vega, 1979, p. 105.

<sup>835</sup> MOTTA, Rodrigo P. Sá. **Partido e Sociedade, a trajetória do MDB**. Ouro Preto: UFOP, 1997, p. 107.

<sup>836</sup> Apud: NETO, Lira. **Castello. A Marcha para a ditadura**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 390.

<sup>837</sup> ALVES, Márcio Moreira. **68 mudou o mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 132.

<sup>838</sup> VALLE, Maria Ribeiro do. **1968, o diálogo é a violência**. Campinas: Unicamp, 2008, p. 38.



política em virtude das manifestações de descontentamento de vários setores da sociedade, sobretudo o Movimento Estudantil, o Ministro da Justiça, Gama e Silva, proíbe qualquer manifestação da Frente Ampla, assim como aqueles que se manifestassem em nome dela, ordenando a prisão de todos que violassem a proibição. A Frente Ampla, a despeito de não ter conseguido seu principal objetivo até aquele momento, foi fechada por um ato de força do Poder Executivo.

Portanto, acreditamos que seria teleológico de nossa parte dizer que a Frente Ampla foi um fracasso apenas por sua suposta inconsistência ideológica. O momento era de radicalização. A democracia dita “burguesa” não era agenda de nenhum dos grupos antagônicos com maior mobilização. Uns queriam a ordem fardada sob a senha da segurança nacional. Outros queriam uma revolução socialista. Poucos meses depois do fim da Frente Ampla e com a escalada das manifestações públicas e da repressão governamental pelo ano de 1968, o AI-5 seria decretado e o Brasil entra no período mais repressivo e violento da Ditadura Militar.

### **O “Manifesto da Frente Ampla”**

Na véspera da eleição indireta para presidente da República, a revista *Manchete* traria em uma de suas páginas uma matéria do repórter Murilo Melo Filho intitulada “A Frente Ampla dos Contrários”. Nela se falava abertamente num movimento de união de vários líderes políticos que se encontravam “exilados” e no “ostracismo”. A reportagem cita as conversações entre Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Jânio Quadros, Leonel Brizola, Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Henrique Teixeira Lott, alguns deputados do MDB e até militares que teriam feito parte do suposto “dispositivo militar” do governo Jango. Em relação aos comunistas, o texto dizia: “Pelo menos por enquanto, estão afastadas quaisquer cogitações”<sup>839</sup>.

Dois dias depois da publicação, o Congresso Nacional elege indiretamente o General Artur da Costa e Silva. Mas, o governo começa em crise. Em 12 de outubro, o Executivo cassa o mandato de 6 deputados<sup>840</sup>. A Câmara dos Deputados protesta, inclusive o presidente arenista Adauto Lúcio Cardoso. Em resposta, o governo detém para interrogatório o vice-líder

---

<sup>839</sup> *A Frente Ampla dos Contrários*. **Revista Manchete**. 01/10/1966, p. 16-20.

<sup>840</sup> NETO, Lira. Op. cit., p. 388.

emdebista Douzel de Andrade (um dos deputados cassados e homem ligado a João Goulart) e fecha o Congresso no dia 21 do mesmo mês.<sup>841</sup>

Em meio a esse clima de repressão e nova crise institucional, e a despeito das negociações viessem desde meados de 1966, o movimento nasce oficialmente no *Manifesto da Frente Ampla*, escrito por Lacerda e publicado na íntegra, em 28 de outubro de 1966, no jornal *Tribuna da Imprensa*. Um erro comum entre cronistas, jornalistas e memorialistas é dizer que o texto tinha a assinatura dos três líderes. De fato, a publicação continha apenas a assinatura de Carlos Lacerda, mas teria sido discutido e modificado em algumas coisas pelo próprio Kubitschek e apresentado a representantes de João Goulart<sup>842</sup>. Segundo Lacerda, Kubitschek temia que a sua assinatura no Manifesto, naqueles dias de Congresso fechado e de cassações, poderia provocar uma nova onda repressiva do governo Castelo Branco, inclusive “tumultuar a posse de Costa e Silva”<sup>843</sup>.

Vamos agora destacar criticamente os trechos que consideramos serem os mais significativos do Manifesto no sentido de definição das suas críticas e metas. Sempre escolhidos num processo de seleção que pressupõe escolhas e renúncias de ordem pessoal, os trechos fazem parte do nosso trabalho contínuo de atribuição de sentidos e de significados. Tentaremos apresentar as citações na ordem em que elas aparecem, mas em alguns casos, as separaremos por grupos temáticos.

Nas primeiras linhas do longo texto, lê-se “*Representamos correntes de opinião que, juntas, reúnem a maioria do povo*”. Lacerda, o redator, não esconde a crença de que as lideranças políticas que apóiam a Frente ainda representavam a vontade da maior parte do eleitorado brasileiro. Em seguida, o Manifesto diz: “*E o povo precisa que seus líderes falem - para que em seu lugar não sejam ouvidos apenas os que têm medo do seu voto*”. O texto de finais de 1966 trás alguns elementos que consideramos serem herdeiros de um discurso udenista. Nele, a visão da democracia representativa é plenamente justificada pelos homens eleitos para cargos públicos. Não se percebe qualquer assimilação de um discurso de ampliação democrática no que tange aumentar a participação direta da sociedade civil na esfera das tomadas de decisões além do sufrágio.

O personalismo, uma característica bastante aparente na cultura política brasileira, é novamente reforçado, mesmo quando é dito que o “encontro é mais importante do que as nossas pessoas”:

---

<sup>841</sup> *A Rebelião dos Cassados*. **Revista Manchete**. 29/10/1966, p. 8-13.

<sup>842</sup> LACERDA, Carlos. *O que está por trás da frente ampla*. Op. cit., p. 81-82.

<sup>843</sup> Idem, *ibidem*, p. 84-85.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010

Temos o dever de dar voz ao povo silenciado. E definir, em seu favor, os rumos que, seja qual for o sacrifício pessoal a fazer, o povo tem o direito de exigir de todos os que tiveram ou aspiram a ter a honra de governá-lo [...]

Na seqüência, o Manifesto faz um duro ataque ao momento em que atravessava o país e chama de “forças negativas” aqueles que estavam no Poder. Notam-se claramente na redação do texto, recursos recorrentes no discurso lacerdista, como o tom inflamado e dramático, a enumeração dos males da nação, e a chamada à luta contra eles<sup>844</sup>:

Há momento em que se unir para lutar por todos é a única forma de ser coerente. Assim, diante da invasão. Assim, também, diante da usurpação. Assim, na guerra. Assim, nessa guerra que o Brasil tem de enfrentar, a guerra contra o atraso, o pessimismo, o desalento. Essas forças negativas apropriaram-se do poder.

Conhecedores da experiência do *Queremismo* em torno da figura de Vargas e dos movimentos de apoio popular em todo de suas próprias figuras (como o *Lacerdismo* e o *Clube da Lanterna*, no caso de Lacerda), as lideranças sabiam que sem mobilização popular, a Frente não teria sucesso. São recorrentes as declarações do tipo: “[...] O POVO precisa, unido, mobilizar-se para fazer triunfar a esperança de dias melhores [...]”.

Sobre o fato polêmico de antigos adversários que agora se apresentam como aliados e falando em nome daquilo que acreditavam ser a vontade do povo:

A nossa união, pessoalmente desinteressada, representando a superação de graves divergências e naturais ressentimentos, é respeitável precisamente porque não é manobra política e, sim, mandado de consciência. [...] As ditaduras vivem da desunião dos que prezam mais as suas divergências do que a liberdade do povo [...] esquecemos o amor-próprio e a vaidade para falarmos juntos o que a grande maioria do povo sente, pensa e quer [...]

Abordando a necessidade da retomada do processo de redemocratização do Brasil:

Não fazemos a apologia do passado. [...] Apenas ressaltamos que havia um esforço constante de aperfeiçoamento do tempo. [...] Hoje, essa conquista, renegada por alguns, é negada a todos. [...] Renegar o esforço, já incorporado ao patrimônio do povo, de tantos anos de exemplos e lutas, é deixar no país a ferida aberta às infecções totalitárias.

Mais a frente, o texto novamente toca no tema que consideramos ser o central do movimento:

---

<sup>844</sup> Em nossa dissertação de mestrado, analisamos as principais características do discurso lacerdista. Ver: DELGADO, Marcio de Paiva. **O golpismo democrático: Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949 - 1964)**. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora. PPGH-UFJF, 2006.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010

A eleição foi suprimida e, no entanto, era cada vez mais autêntica. Interrompê-la, agora, é um crime contra a eficácia do processo democrático em que erram os ditadores, os seus erros inevitáveis, mas os corrige pelo próprio uso dos instrumentos da democracia.

As passagens acima são curiosas se comparadas ao discurso oposicionista que Lacerda fez durante boa parte da Experiência Democrática (1946-1964). Lacerda anteriormente sustentava que o Brasil não vivia uma democracia de verdade, pois o sistema eleitoral e as instituições estavam “contaminadas” pela herança getulista, que por sua vez, fora forjadas ainda sob a ordem da ditadura do Estado Novo<sup>845</sup>.

Em setembro de 1966, em virtude do descontentamento ao Acordo MEC-USAID entre o Ministério de Educação e Cultura e a *United States Agency for International Development*, assinado em 25 de junho de 1966, o governo militar foi pego de surpresa por vários protestos estudantis em várias capitais. Tais protestos ficaram conhecidos como “setembrada”, e o dia 22 ficou na história como o *Dia Nacional da Luta contra a Ditadura*<sup>846</sup>. Por conta do incremento da oposição estudantil ao regime, o texto parece prever em certa medida a escalada da violência dos anos seguintes:

[...] Essa tristeza, essa desalentada postura em que ele [o povo] se encontra, não é senão a véspera do desespero, que leva a tudo. Já o protesto da mocidade brutalmente sufocada é a evidência da inevitável reação do povo [...] Aos estudantes, para os quais a escola continua a ser escassa, nega-se até o direito de se manifestarem - nessa nação de jovens - com o entusiasmo e o altruísmo da juventude.

Na seqüência, o Manifesto faz referência àquilo que certamente era caro ao eleitorado do ex-presidente Kubitschek e que foi marca de seu governo: o otimismo.

Governar deve ser animar. Hoje, é deprimir. Governar deve ser mobilizar entusiasmos e capacidade. Hoje, é desconfiar e improvisar. Havia um certo otimismo criador sem o qual as nações se confessam de antemão vencidas. Esse otimismo precisa ser restaurado.

Com o AI-2 e o AI-3, o governo acaba com o sistema eleitoral e partidário estabelecido pela Constituição de 1946. Com o fim dos partidos e da eleição direta para presidente, governadores e prefeitos de capital e cidades estratégicas. A “Revolução” de 64, como na época era chamada o Golpe, tinha como principais justificativas um suposto contragolpe para a manutenção da democracia, contra o comunismo e contra um possível

<sup>845</sup> Idem, ibidem. Passim.

<sup>846</sup> REZENDE, Tatiana. *Para não esquecer: Massacre da Praia Vermelha*. Site da UNE. Acessado em 20 de junho de 2009. <[http://www.une.org.br/home3/opiniao/artigos/m\\_10704.html](http://www.une.org.br/home3/opiniao/artigos/m_10704.html)>

projeto continuísta de João Goulart. Sobre esta incoerência no discurso dos “revolucionários”, o Manifesto da Frente Ampla explicita de maneira simples o absurdo:

A crise de confiança em nome da qual se derrubou um governo, suspeitado de pôr em perigo as eleições, tornou-se uma trágica realidade sob o atual governo, que acabou com as eleições. Como pode o povo confiar em quem nele não confia e, para não lhe dar vez, tomou-lhe o lugar? Revolução autêntica teria sido aquela que desse, há de ser aquela que dê ao povo maior participação, e não menor, nas decisões que marcam o seu destino.

Em vários momentos, o texto adota um discurso face claramente nacionalista, elogios ao desenvolvimentismo e pesadas críticas ao plano econômico estabelecido pelo governo.

Destacamos:

O povo não quer o que lhe dão, ou seja, um governo subserviente a decisões tomadas no exterior, hostil ao povo e temeroso do seu julgamento, usando abusivamente as armas da segurança nacional para coagi-lo e imobilizá-lo, implantando a insegurança, a descrença e a ansiedade em todas as classes e em todos os lares [...] tudo se concede a quem, vindo de fora, compra o que os brasileiros já não podem manter ou já não se animam a fazer; e, a título de assessorar os instrumentos dessa ocupação branca, dirigem a nação.

O trecho seguinte reflete as críticas que o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), credenciado ao Ministro Roberto Campos, vinha recebendo de Lacerda desde o começo do governo Castelo Branco. Dentre as propostas de Lacerda, havia uma “cartilha heterodoxa” que admitia inclusive a manutenção de índices moderados de inflação para garantir o desenvolvimento econômico<sup>847</sup>.

Afirmamos que a política econômica deve ser inequivocamente ditada só pelo interesse nacional. Nem política "de choques", nem "gradualista". Estas partem de uma noção falsa, a de que o maior, senão único problema é "salvar" a moeda. Depois do malogro dessa política continuam a insistir na tônica errada como se o erro fosse apenas de aplicação e não de concepção. O que está errado é confundir com inflação os investimentos e despesas indispensáveis à aceleração do desenvolvimento - sem a qual o país passa da pobreza à miséria, com todas as suas conseqüências. Perdendo a nação, não se salva nem a moeda. [...]

Não tem cabimento adotar fórmulas rígidas concebidas para países ricos e impostas a países que ainda não enriqueceram. [...]

Nenhum país ainda pobre resolveu seus problemas com a política imposta pelo FMI. Ao contrário. Seus resultados, no Brasil, em dois anos e sete meses, são: desestímulo, desorientação, desemprego, decadência, desordem e desespero.

[...]

Urge repor o processo de desenvolvimento brasileiro em termos de confiança no esforço nacional, na expansão do mercado interno, na mobilização do povo brasileiro para aumentar a produção e melhorar a produtividade. Os investimentos reprodutivos, quer financeiros quer sociais, não devem ser retardados.

---

<sup>847</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Op. cit., p. 306.

A primeira vista pode-se estranhar um documento escrito por Carlos Lacerda, mesmo que modificado por sugestões de seus insólitos novos aliados, com defesas explícitas ao nacionalismo, críticas ao liberalismo e com ares desenvolvimentistas.

Poderia argumentar-se que tais elementos só estão descritos no documento pelo simples fato de que a Frente Ampla buscava representar tais vertentes de pensamento econômico, ou seja, conciliar as diferenças. Contudo, em artigo anterior<sup>848</sup>, argumentamos que Lacerda, a despeito de sempre ter se identificado como um representante do pensamento liberal-conservador na economia, apresentou vários “arroubos” nacionalistas e desenvolvimentistas no passado.

Segundo Ricardo Bielschowsky, as três principais correntes do pensamento econômico no Brasil entre 1945 e 1964 (e não temos motivos para acreditar que em 1966 elas fossem muito diferentes) foram: a Liberal, a Desenvolvimentista e a Socialista<sup>849</sup>.

A corrente Liberal, além de ser evidentemente antisocialista, era antinacionalista e antitrabalhista, defendia a entrada livre de capitais estrangeiros no Brasil e o livre comércio. A corrente dita Desenvolvimentista, principal corrente econômica no Brasil no período pós-Revolução de 1930, seguindo a tipologia descrita por Bielschowsky, é dividida em três grupos: uma ligada ao setor privado e duas ligadas ao setor público. A ligada ao setor privado era antiliberal e admitia a participação do Estado na economia como financiador e parceiro do processo de industrialização. Uma das correntes ligadas ao setor público, aceitava a entrada de capital estrangeiro associado ao capital público e privado (o governo Juscelino Kubitschek talvez seja o exemplo mais acabado dela). Já a outra do setor público, era claramente nacionalista, sobretudo àquelas atividades econômicas ligadas aos chamados “setores estratégicos”, como os de mineração, petróleo e recursos hídricos (essa é a mais identificada pelos Trabalhistas). E como aponta o autor, o nacionalismo era o tema político e econômico mais popular da década de 50 e 60.

Conforme afirmamos em nossa dissertação de mestrado, o antinacionalismo lacerdista era mais voltado para atingir Vargas e seus aliados, e não a defesa de uma doutrina econômica. Em assuntos econômicos, percebemos que Lacerda adotava discursos que variavam de acordo com o contexto. Seja como jornalista e deputado nos anos 50, ou no cargo de governador do Estado da Guanabara, ou ainda na oposição ao governo militar, Lacerda

---

<sup>848</sup> DELGADO, Marcio de Paiva. *Carlos Lacerda e o pensamento econômico dos grupos políticos no Brasil no pós-1945*. In: **Revista Eletrônica de História do Brasil**. Juiz de Fora: UFJF, vol. 9, nº 1, 2007.

<sup>849</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 33-34.

nunca foi um liberal ortodoxo. Como exemplo, logo após o golpe civil-militar de 1964, Lacerda faz uma crítica pública ao decreto de Castelo Branco que devolvia refinarias de petróleo aos antigos proprietários<sup>850</sup>.

O caráter nacionalista do Manifesto não se resume as questões econômicas. O texto avança em direção ao discurso nacionalista também na questão da política internacional. O trecho a seguir advoga a necessidade do Brasil não adotar uma política externa de alinhamento incondicional:

Afirmamos a necessidade de adotar uma política externa que exclua o Brasil, expressamente, de participação em qualquer bloco político-militar. Acreditamos que o Brasil, nação emergente, mas que já começa a pesar na balança do poder mundial, não pode ser mero apêndice de quaisquer blocos políticos-militares.

Nota-se aqui mais uma revisão de antigos posicionamentos de Carlos Lacerda. Em 1961, o governo Jânio Quadros tomou iniciativas na área de política externa que fomentavam antigas desconfianças, pois procurava reatar reações diplomáticas e comerciais com países do bloco socialista. A “Política Externa Independente”, como foi chamada, mesmo conduzida pelo insuspeito Ministro das Relações Exteriores, o udenista histórico Afonso Arinos, desagradou a vários grupos anticomunistas, dentre eles o lacerdismo, que via com bons olhos a aliança do Brasil com o governo norte-americano de J. F. Kennedy. O fato é que, segundo Rodrigo Patto Sá Motta, o ano de 1961 marcaria o início do “Segundo Grande Surto Anticomunista”<sup>851</sup>. Este é um contexto onde o fantasma do comunismo volta com força total. A conjuntura internacional ajudava a criar um clima de preocupação no início dos anos 60 com a Guerra Fria em seu auge. O rompimento definitivo de Jânio Quadros com Lacerda desencadearia uma seqüência de acontecimentos que provocaria uma das maiores crises institucionais da República.

A partir de um determinado momento do texto, começa-se a fazer referências diretas aos atores sociais que ele busca atingir com seus propósitos. O breve trecho voltado aos “trabalhadores”, que falava genericamente sobre o desemprego, os baixos salários, o alto custo de vida e da instabilidade na economia brasileira, trás curiosas palavras que destacamos em negrito e que merecem uma breve reflexão:

[...] Aos trabalhadores declaramos a nossa disposição de realizar essa união para defender o seu **direito de existir** e de aspirar a melhores condições de vida.

<sup>850</sup> LACERDA, Cláudio. Op. cit., p. 117.

<sup>851</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*. p. 231-277.

Fazer referência aos trabalhadores em discursos e manifestos não é exclusividade de nenhum partido ou ideologia, mas é inegável a identificação histórica da defesa das causas dos trabalhadores com a agenda comunista. E no Brasil dos anos 50 e 60, talvez apenas os trabalhistas rivalizassem com os comunistas nessa identificação. O que nos chama atenção aqui é a expressão “direito de existir”. Sabemos que o partido comunista não tinha o “direito de existir” desde 1947 e que eram caçados e cassados severamente pelo governo militar. Acreditamos que seja perfeitamente possível que tal expressão tivesse sido escrita para essa parcela da política brasileira que, mesmo sendo perseguida, ainda detinha uma considerável capacidade de organização e mobilização.

O ponto que fala diretamente às mulheres é um perfeito reflexo de um país que ainda não tinha conhecido a importância de um movimento feminista contestador significativo e que trás elementos de uma sociedade onde a mulher “tem o seu lugar”. Nele fala-se de religiosidade (no caso a Igreja Católica), de família e faz referências claras às Marchas de março e abril de 1964:

Às mulheres, lembramos que os sentimentos religiosos foram explorados pelos que se atiram hoje contra a Igreja, à qual os usurpadores pretendem negar o cumprimento do dever de exprimir o protesto dos injustiçados e dar voz aos que foram silenciados [...] A elas e, em geral, à família brasileira, declaramos que a nossa aliança visa à garantia da paz dos povos livres, a paz dos povos confiantes, a grande paz generosa dos povos que deliberam e decidem [...]

As “classes médias”, brevemente citadas, são tratadas como o termômetro de uma sociedade democrática e próspera:

Às classes médias, que se ampliavam e precisam crescer, como elemento e sintoma de equilíbrio e prosperidade numa sociedade democrática, hoje esmagadas e marginalizadas, lançamos esta palavra de convocação e união.

As Forças Armadas possuem uma tradição intervencionista da política Republicana que pode ser exemplificada pela própria Proclamação. Um exame superficial na imprensa entre 1946 e 1964, expõe a importância do papel das forças armadas na política brasileira. O espaço que as Forças Armadas ocupam no noticiário político e econômico pode ser facilmente verificada nas busca por declarações e opiniões de seus oficiais e na de cobertura que a imprensa faz sobre assuntos relacionados ao Comando e aos Ministérios Militares. O apelo que a Frente Ampla faz aos militares não é, portanto, apenas em relação ao regime vigente. Ele faz parte de uma pratica comum no Brasil pré-Redemocratização:



IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Incluimos, naturalmente, os militares, cuja tradição democrática não permite que apóiem a usurpação dos direitos do povo. [...] Nem isso fez o governo, no entanto chefiado por um militar que promove o divórcio entre o povo civil e militar. O regime vigente que só se define pela negativa, dizendo-se "anti-subversivo" e "anticorrupto" é antidemocrático e antinacional.

[...]

Impor-se ao povo pela força é convencer o povo de que só pela força ele pode recuperar os direitos que lhe foram arrebatados.

[...]

Se o "vácuo político" é que deu ensejo à ocupação do poder pelas armas, é templo de unir o povo - todo o povo, civil e militar -, para acabar com essa anomalia e colocar o Brasil no caminho da democracia. Revolução não quer dizer "recuo" nem "deformação", quer dizer "transformação". [...] A nossa voz é de protesto e advertência em favor de uma saída democrática para o Brasil - enquanto é tempo.

Em sua parte final, os autores começam a enumerar aquelas que seriam as suas "exigências" em relação governo, dentre elas a volta "de um regime democrático que considere as transformações do mundo atual e seja fiel às peculiaridades nacionais". Esta volta à democracia seria feita através da convocação "[...] a curto prazo, de eleições livres pelo voto secreto e direto. Exigimos respeito às garantias jurídicas e aos direitos individuais". A lei partidária criada pelo Ato Complementar nº4, fruto do AI-2, também seria revista através de uma "reforma dos partidos e das instituições, para que [...] não sejam mecanismos frios, vazios de conteúdo, impostos por tutores e não propostos por líderes democráticos".

Apenas nas últimas linhas, o texto faz alguma menção sobre "reformas nas estruturas sociais e econômicas". Contudo, estas não passaram de apontamentos gerais, sem quaisquer propostas de ação concreta. Também é importante destacar que o termo "Reformas de Base" sequer é tocado, tanto quanto o tema da Reforma Agrária, que foi o mais polêmico nos meses que antecederam ao golpe de 1964: "Tais reformas devem atender a quatro imperativos. O da justiça, no plano social. O da produtividade, no plano econômico. O da consolidação da soberania, no plano nacional." Mas, a despeito do tom generalista de tais "imperativos", o quarto ponto traz uma passagem que pode ter preocupado os anticomunistas mais radicais e temerosos, pois ele garantia que "para assegurar o fortalecimento da regra democrática", além da existência do "[...] livre debate, a predominância da maioria, o respeito às minorias[...]" considerava-se essa minorias teriam inclusive o "seu direito de se transformar em maioria".

Talvez se referindo ao governo JK e a eficácia da sua "administração paralela"<sup>852</sup>, e a experiência de Lacerda, também considerada de "realizações" frente ao governo da

---

<sup>852</sup> Para um estudo aprofundado da importância da "administração paralela" na execução do Plano de Metas durante o governo Kubitschek, ver: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo de Kubitschek**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Guanabara<sup>853</sup>, o texto cita brevemente o ponto da eficácia administrativa e do planejamento, além da necessidade de maior atenção à educação:

Damos especial ênfase à reforma administrativa, na qual se impõe uma política de preparação de quadros capaz de garantir a execução harmônica e coerente das grandes etapas do crescimento nacional. Reivindicamos o debate, proposição e aplicação de uma política de educação e ensino que atenda, também, a esses critérios; consagre a síntese entre a tradição cristã e a humanista e dê prioridade à revolução tecnológica, a fim de que o Brasil possa acelerar o passo.

Por fim, o Manifesto da Frente Ampla é encerrado com palavras de ordem: “Pela união popular para libertar, democratizar, modernizar e desenvolver o Brasil!”

Semanas depois da publicação do primeiro manifesto, a 19 de novembro, Lacerda vai à Lisboa e se encontra com Kubitschek. Na ocasião, os dois divulgam a chamada *Declaração de Lisboa*, além de uma entrevista a imprensa<sup>854</sup>. A declaração que em linhas gerais reafirmava o tom de união e superação das diferenças do passado, a necessidade do desenvolvimento econômico e a volta da democracia, já explicitado no Manifesto assinado por Lacerda. Mas, o texto apresentava uma novidade importante: a proposta de “formar no Brasil um grande partido popular de reforma democrática” já que a lei eleitoral vigente desde o AI-2 possibilitaria a criação, mesmo que muito remota, de um terceiro partido<sup>855</sup>.

Ainda segundo a reportagem, ao ser perguntado por um jornalista português se os comunistas seriam convidados a fazer parte da Frente Ampla, Lacerda responde que: “Colaboraremos com todos que estejam do lado da democracia e que a respeitem. Encontros entre adversários políticos constituem um fato corrente em democracias, e só são considerados excepcionais no Brasil”. Kubitschek confirma a resposta e finaliza: “Muitos que agora não compreendem nossa decisão a compreenderão mais tarde”.

O governo Costa e Silva começa com a marca de uma eleição indireta, com o Congresso Nacional fechado, com novas cassações de mandatos e um novo movimento oposicionista que começava a unir lideranças políticas que até então eram consideradas derrotadas e sem representação. A entrada oficial de João Goulart na Frente Ampla só aconteceria em 25 de setembro de 1967, quando da visita de Lacerda ao presidente deposto no exílio. Na ocasião, os dois selaram a polêmica aliança divulgando o chamado *Pacto de*

---

<sup>853</sup> Para uma análise das questões administrativas do governo Lacerdistas no Estado da Guanabara, sobretudo acerca das reformas administrativa, fiscal e o “Plano de Ação” (conjunto de obras públicas), ver: PEREZ, Mauricio Dominguez. **Lacerda na Guanabara: a Reconstrução do Rio de Janeiro nos Anos 1960**. Rio de Janeiro: Odisséia, 2007.

<sup>854</sup> *O Encontro JK – Lacerda*. **Revista Manchete**. 03/12/1966, p. 6-9.

<sup>855</sup> KINZO, Maria D’Alva. **Oposição e autoritarismo, gênese e trajetória do MDB**. SP: Vértice, 1988, p. 15.

*Montevidéo.* A partir deste momento, começa uma nova etapa para os trabalhos da Frente Ampla, que previam um aumento das atividades públicas e a entrada de novos deputados oposicionistas.

Contudo, outras formas de oposição ao regime ganhavam cada vez mais força e visibilidade, como os movimentos estudantis por todo o Brasil e nas expressões artísticas. O ano de 1968 começa com várias manifestações contra a ditadura. Por ser um movimento político de formação de uma opinião pública voltada para a redemocratização do Brasil, a Frente Ampla precisava de um contexto de liberdade de imprensa e de organização para atingir seus objetivos junto à sociedade civil. Haja vista que Lacerda havia sido proibido de aparecer na televisão em 28 de agosto de 1967 para falar da Frente<sup>856</sup>.

Receoso da escalada oposicionista e de um possível crescimento do movimento, em 5 de abril de 1968, semanas depois de um violento pronunciamento de Lacerda contra o general Jayme Portela em Governador Valadares<sup>857</sup> e ainda vivendo a crise política e a onda de protestos pela morte do estudante Edson Luis no Rio de Janeiro, o Ministro da Justiça, Gama e Silva, emite a Portaria nº177, proibindo qualquer manifestação da Frente Ampla (ou em nome dela) que, a partir daquele momento ficava fora da lei.

Os meses seguintes seriam marcados pela radicalização política que culminou com a decretação do AI-5. No mesmo dia, Juscelino Kubitschek seria novamente preso. Ao ser libertado, Kubitschek, cassado desde junho de 64, retira-se de vez da vida pública. Carlos Lacerda, “o traidor”, é detido no dia seguinte. Na prisão, faz greve de fome em forma de protesto e graças à intervenção de amigos e parentes é libertado dias depois<sup>858</sup>. No dia 30 de dezembro, tem seus direitos políticos cassados por 10 anos. O presidente João Goulart permanece no exílio até o final de sua vida em 1976.

---

<sup>856</sup> MENDONÇA, Marina de Gusmão. Op. cit., p. 367.

<sup>857</sup> MELLO, Jayme P. de. **A Revolução e o governo Costa e Silva**. Rio de Janeiro: Guavira, 1979, p. 538.

<sup>858</sup> MENDONÇA, Marina de Gusmão. Op. cit., p. 367.

**A atuação da Divisão de Polícia Política e Social (DPS) no governo JK: sistemas de inteligência X Estado de direito.**

Nilo Dias de Oliveira\*

**Resumo:** Este estudo analisa a atuação da Divisão de Polícia Política e Social localizada na cidade do Rio de Janeiro na década de 40, e o complexo esquema de vigilância e repressão exercido por ela, configurando a estreita vinculação deste sistema repressivo com a nova formulação do Estado bonapartista que se inicia a partir de 1948 com a criação da Escola Superior de Guerra no Brasil.

**Palavras chaves:** Polícias Políticas; Sistemas de Inteligência; Estado Bonapartista

### **Introdução**

Este trabalho, ainda em andamento, pretende discutir a atuação da Divisão de Polícia Política e Social (DPS) e sua relação com os demais órgãos federais envolvidos no complexo esquema de vigilância e repressão que se estabelece a partir da década de 1940 e se consolida como uma central de informações a partir da década de 1950. Esta prática de vigilância e repressão enquanto polícia política tinha vínculos formais com os DOPS's e as Secretárias de Segurança estaduais, com as Seções de Segurança Nacional existentes em todos os Ministérios Civis da República, com os Serviços de Informações e com a polícia política de vários países europeus, norte-americanos e latinos americanos.

Por estas evidências, a nossa proposta é a análise documental dos arquivos da DPS localizados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, como também as Delegacias de Ordem Política e Social de alguns estados da federação, visando configurar a estreita vinculação deste sistema repressivo com a nova formulação do Estado bonapartista que se inicia a partir de 1948 com a criação da Escola Superior de Guerra. Os preceitos difundidos pela ESG eram o fortalecimento e o controle do Estado pelas elites militares. Diante deste objetivo de controle social, a vigilância e a repressão são a base do funcionamento de uma

---

\* Doutorando em História Social pela PUC-SP. Integrante do Centro de Estudos de História Latino-americana – CEHAL e do Núcleo de Estudos de história: trabalho, ideologia e poder – NEHTIP, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Email: nilodiasoliveira@gmail.com fone: 11-2574-7204

complexa rede de informações que monitoram e mapeiam o crescimento das movimentações sociais em período de abertura política.

Nessa perspectiva afirma Marco Cepik,

Sistemas governamentais de inteligência consistem em organizações permanentes e atividades especializadas na coleta, análise e disseminação de informações sobre problemas e alvos relevantes para a política externa, a defesa nacional e a garantia da ordem pública de um país. (...) Nesse sentido, pode-se dizer que essas organizações de inteligência formam, juntamente com as Forças Armadas e as polícias, o núcleo coercitivo do Estado contemporâneo. (CEPIK, 2003:75)

Dessa maneira, a interpretação que possamos fazer tanto das polícias políticas como também das Forças Armadas na condução do processo de inserção, manutenção e controle da sociedade civil nas demandas do capital monopolista, será de fundamental importância na compreensão da autonomia e da consolidação do Estado autocrático burguês num período considerado democrático, onde as contradições sociais revelam as limitações daquele Estado em estabelecer “liberdades democráticas”, no interior da racionalidade excludente decorrente do processo de acomodação das forças produtivas e das relações sociais de produção na inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial.

### **O aparato repressivo na particularidade do Estado republicano: As delegacias de polícia política.**

A conjuntura de crise que se estabeleceu desde os primeiros anos da República se reproduzia de formas distintas em cada Estado do Brasil. Em São Paulo as contradições de classe se radicalizavam em decorrência do rápido crescimento urbano, da diversidade que adquiria o parque industrial que se destacava no país por ser um dos poucos a produzir para o consumo interno, o que, conforme aponta Caio Prado<sup>859</sup>, evidenciava a existência de uma emergente classe média visível na ampliação de artesãos e manufactureiros, prestadores dos mais diversos serviços que atendessem as demandas desta urbanidade. Em tal conjuntura, o movimento operário emerge com a força da contradição entre as extorsivas exigências do trabalho e a ausência de legislação sobre seus direitos. Conforme observa Florestan Fernandes,

---

<sup>859</sup> PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Brasiliense. São Paulo:2006.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

A burguesia mostrou as verdadeiras entranhas, reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultra conservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico (que nos sirva de exemplo o tratamento das graves operarias na década de 1910), em São Paulo, como puras “questões de polícia”, ou quase meio século depois, a repressão às aspirações democráticas das massas. (FERNANDES, 2006:242)

As autoridades constituídas de São Paulo, reproduzindo o que ocorria no cenário nacional, voltadas para o atendimento às demandas das oligarquias regionais e seus conflitos com os segmentos industriários, também divididos entre os que consideravam necessários garantir maior abertura ao capital internacional e os que eram contrários a estas teses; incapazes de fazer frente aos conflitos trabalhistas e às demandas da população por benefícios urbanos, adotam a postura que lhes parecia a mais coerente para garantir a sustentação dos poderes desta autocracia: criam a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/SP) que passou a ser o principal órgão do aparato repressivo do Estado, voltado essencialmente para a vigilância sobre os considerados “suspeitos” de desordem política e ou social.

A DOPS/SP foi criada através da lei número 2.034, de 30 de dezembro de 1924, no interior do Gabinete de Investigações e Capturas do Estado, regulamentada pelos decretos nº 4.405 - A, de 17 de abril de 1928, e o de nº 4.715, de 23 de abril de 1930. Seu objetivo era o de manter sob controle as ações das classes subalternas, especialmente os chamados "agitadores operários". Ora como "delegacia", ora como "superintendência", o órgão sofreu numerosas mutações, e em 1939, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, a delegacia de Ordem Política e Social, então subordinada à Chefia de Polícia, intensificou as suas ações.<sup>860</sup>

Embora a bibliografia aponte que a criação dessa Delegacia serviu de modelo ao sistema nacional, recentemente novas indicações surgiram sobre os primórdios da criação das polícias políticas no país, particularmente divulgadas pelo artigo de Eliana Mendonça, “*Documentação da polícia política do Rio de Janeiro*”. Calcada em uma documentação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro seu artigo esclarece que:

Desde 1907, o Distrito Federal contou com órgãos que exerceram a função de polícia política. O Corpo de Investigações e Segurança Pública da Polícia Civil foi a primeira instituição policial com a competência para reprimir crimes políticos, ainda

---

<sup>860</sup> [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/acervo/vermais\\_deops.htm](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/acervo/vermais_deops.htm). Em 1940, a DOPS-SP contava com três delegacias especializadas: Delegacia de Estrangeiros, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições e, Delegacia de Ordem Política e social. Dentro dessa última funcionava o Setor de Ordem Econômica (Decreto Lei nº11782 de 30/12/1940). Cinco anos mais tarde, a Delegacia Especializada de Ordem Política e social foi desdobrada em duas: a de Ordem política e a de Ordem Social. Igualmente, o Setor de Ordem Econômica foi transformado em delegacia especializada (Decreto Lei nº14854 de 09/07/1945). Dessa maneira estavam criadas as cinco delegacias especializadas que funcionaram dentro da DOPS até sua extinção em 1983. Em 1975 a DOPS passou a ser chamado de Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS).

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

que sob essa designação estivesse qualquer tipo de desordem pública. Em 1920, foi criada a Inspetoria de Investigações e Segurança Pública, à qual cabia manter a existência política e a segurança interna da República. Essa inspetoria foi extinta a 20 de novembro de 1922, quando foi criada a 4ª Delegacia Auxiliar com uma Seção de Ordem Política e Social, que investigava e controlava associações operárias, anarquistas e comunistas, além de brasileiros e estrangeiros que atuavam no movimento operário. Essa seção configurava-se como uma das respostas do Estado para enfrentar o clima de grande agitação que dominava o campo do trabalho, e de intensa participação política da população das grandes cidades ao final dos anos 10 e início dos 20. Cabe recordar que Artur Bernardes assumiu o governo em janeiro de 1923 sob a vigência do estado de sítio, decretado no ano anterior após o levante tenentista, e com o Partido Comunista posto na ilegalidade, apenas quatro meses depois de sua criação. (MENDONÇA, 1998:2 )

Concomitante à criação da DOPS-SP, “os estados da Federação também criaram as suas Delegacias de Ordem Política e Social durante os anos 20 e 30”<sup>861</sup>. Acompanhando a institucionalização destas delegacias que acabarão por formar uma grande rede, compondo um sistema altamente articulado e ante a grande mobilização operária tanto no Rio de Janeiro (Distrito Federal) como em São Paulo<sup>862</sup>, o governo federal, através da presidência de Washington Luís, criou a primeira repartição pública federal dedicada exclusivamente a levantar e processar informações em proveito da Presidência da República, o Conselho de Defesa Nacional.<sup>863</sup> Este foi legalmente instituído em 1946, na gestão de Eurico Gaspar Dutra e permaneceria dez anos somente no papel e seria implementado de fato apenas em 1956<sup>864</sup>, por Juscelino Kubitschek.<sup>865</sup>

Apesar dessa tentativa de criação federal de uma agência de informações ligada ao poder executivo naquela conjuntura (1927 e 1946) as condições efetivas infra-estruturais para o funcionamento de um órgão dessa natureza, não tinham como se efetivar devido à falta de experiência das autoridades nacionais, a carência de instalações e principalmente a falta de

---

<sup>861</sup> (BRETAS apud REZNIK, 2000:90)

<sup>862</sup> A partir da década de 80 inúmeros trabalhos acadêmicos tem demonstrado o movimento operário fora do eixo Rio-São Paulo, revelando a dificuldade de generalização da mobilização operária centrada nesse “modelo”, no mesmo sentido que a mobilização da classe trabalhadora era muito mais intensa do que a historiografia nos fazia acreditar.

<sup>863</sup> Conforme observa Lucas Figueiredo: “Instituído em novembro de 1927, (Decreto nº 17999, de 29 de novembro de 1927) o Conselho de Defesa Nacional tinha como missão reunir “informações sobre todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da pátria.” FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio – A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005. Página 37.

<sup>864</sup> Ao longo do tempo, este “serviço de inteligência” do governo federal a partir de 1956 foi identificado por cinco siglas diferentes: **Sfici** – Serviço Federal de Informações e Contra-Informação (1956-1964); **SNI**- Serviço Nacional de Informações (1964-1990); **DI** – Departamento de Inteligência (1990-1992); **SSI** - Subsecretaria de Inteligência (1992-1999) e **ABIN** – Agência Brasileira de Inteligência (desde 1999). (FIGUEIREDO. 2005:19)

<sup>865</sup> A insistência dos EUA na montagem de uma agência de inteligência federal sobre o crivo das Forças Armadas para manter e obter informações do “movimento comunista” nas Américas era crucial na estratégia de repressão, onde o Brasil era o maior aliado norte americano naquele período.

pessoal. Conforme afirma Lucas Figueiredo somente após a efetiva pressão norte americana, na figura do então Secretário de Estado John Foster Dulles em 1956, o Serviço Secreto (federal) saiu do papel e recebeu apoio financeiro e logístico através da CIA e do FBI.<sup>866</sup>

Mas esta situação de debilidade estrutural no âmbito do poder executivo não foi empecilho para que o Estado através de suas polícias estaduais (DOPSS estaduais) se mantivesse informado sobre toda a movimentação de classe durante todo esse período republicano. Como exemplo disso, a partir dos anos 30, já “*com a criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), em 1933, consolida-se a autonomia da polícia política no âmbito federal*”. (REZNIK, 2000:92)

Na proposição da Lei de Segurança de 1935 que respaldou a ação dessa Delegacia e do aparato repressivo em geral e na sua gestão, os militares tiveram papel proeminente, quer na qualidade de chefes de polícia, quer como magistrados do Tribunal de Segurança Nacional. Assim esses aparatos governamentais supriam o poder executivo de mecanismos tanto repressivos quanto informativos, as quais seguiam à risca as orientações para o fechamento das instituições democráticas e a perseguição ao “inimigo interno”. Tais esforços garantiram que em um curto espaço de tempo essas instituições policiais se tornariam o “braço forte” da repressão na instauração do Estado Novo em 1937, juntamente com as Forças Armadas.

Conforme apontam os especialistas que vêm reconstituindo a história deste sistema, os princípios que norteiam sua atuação se mantêm praticamente os mesmos ao longo de toda a sua história, apesar dos redimensionamentos pelos quais passa em cada momento. Conforme explica Marcos Tarcisio Florindo desde a década de 30:

O conceito de poder de polícia foi redimensionado de acordo com princípios claramente embasados no determinismo da escola positiva, como a noção de que “a polícia luta contra o crime e o criminoso para defender a moralidade e a ordem pública (...) Isso ajudou a consolidar uma visão orgânica determinista e preconceituosa da sociedade nos meios responsáveis pela vigilância e repressão. Essa noção fazia-se sentir em relação aos indivíduos e grupos provenientes da classe trabalhadora, em especial aos estrangeiros e aos partidários da revolução social. (FLORINDO, 2000:9)

---

<sup>866</sup> Ver páginas 61 e 64 da referida obra já citada.



Essa (re) institucionalização do Estado Brasileiro se mantinha, portanto, centrada na articulação das Forças Armadas e apesar do poder executivo estar nas mãos dos civis, a presença dos militares assumindo este sistema era justificado pela necessidade de se manter a segurança e a ordem, preceitos estes que embasavam os debates no interior das instituições militares, constituindo-se assim os primórdios da Lei de Segurança Nacional.

Foi no ano de 1944 que a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) ganhou status de divisão: a Divisão de Polícia Política e Social (DPS), que será regulamentada em 1946. A DPS ficou subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP)<sup>867</sup> que, por sua vez, era subordinado ao Ministério da Justiça, e, portanto, a função de polícia política ficou, neste período, sob o crivo da hierarquia civil estatal, cuja direção estava nas mãos de um militar designado pelo presidente. Segundo Reznik,

Supõe uma relativa autonomia e o não isolamento perante a agenda do poder Executivo. Diferenciou-se, assim, de outras reconhecidas agências de informações, como por exemplo, para citar os mais notórios, o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 1964, e o Federal Bureau of Investigations (FBI), norte-americano. Este último, ainda que subordinado ao ministério da Justiça, e com funções federais, notabilizou-se, quando dirigido por John Edgar Hoover, entre 1924 e 1972, pelo alto grau de autonomia e isolamento perante os poderes do Estado. Da mesma forma, o SNI, subordinado diretamente à Presidência da República, se tornou o serviço de inteligência ‘mais autônomo do que em qualquer outro regime autoritário moderno na América Latina. (REZNIK, 2000:10)

Durante os anos da década de 30 como DESPS e nos anos 40 como DPS,

em que funcionou como agência federal de polícia política, a DPS, não apenas rotinizou procedimentos de investigação, como estabeleceu vínculos formais com os DOPS’s e as Secretárias de Segurança estaduais, com as Seções de Segurança Nacional existentes em todos os Ministérios Cíveis da República, com os Serviços de Informações e com a polícia política de vários países europeus, norte-americanos e latinos americanos. Desta maneira estruturou, para viabilizar as suas funções, uma rede nacional e internacional.<sup>868</sup> (REZNIK, 2000:11)

A institucionalização desse aparato de informações ocorre concomitante à discussão da Lei de Segurança Nacional que dá o “caráter democrático” à vigilância e à repressão ao livre pensar e organizar, sob a contraditória justificativa de que era necessário garantir os direitos constitucionais. Embora se referindo ao período ditatorial pós 1964, Maria Helena Moreira Alves explicita bem a função social que esta Doutrina cumpre e que consideramos que a década de cinquenta foi o processo de consolidação e sistematização da ideologia de segurança nacional transformada em doutrina no pós-64:

---

<sup>867</sup> “Em março de 1944, a Polícia Civil do Distrito Federal foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP)”. (REZNIK, 2000:94)

<sup>868</sup> Apesar das diferenças o SNI foi herdeiro da DPS.

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento tem sido utilizada para justificar a imposição de um sistema de controle e dominação. Ela não pressupõe o apoio das massas para a legitimação do poder do Estado, nem tenta obter este apoio; também não contém, como a ideologia fascista, uma teoria de supremacia racial ou numa aspiração imperial. Todavia, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento efetivamente prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos “inimigos internos” e da “guerra psicológica”. A legitimação é vinculada aos conceitos de desenvolvimento econômico e segurança interna. O slogan governamental “segurança com desenvolvimento” associa o desenvolvimento capitalista associado-dependente à defesa da segurança interna contra o “inimigo interno”. Por sua vez, esta ênfase na constante ameaça à nação por parte de “inimigos internos” ocultos e desconhecidos produz, no seio da população, um clima de suspeita, medo e divisão que permite ao regime levar a cabo campanhas repressivas que de outro modo não seriam toleradas. Dessa maneira, a dissensão e os antagonismos de classe podem ser controlados pelo terror. Trata-se por isso de uma ideologia de dominação de classe que tem servido para justificar as mais violentas formas de opressão classista. (ALVES, 2005:31).

Em face às mobilizações de classe, particularmente a trabalhadora, o Estado via-se agora diante de um dilema: a definição de métodos próprios para a prevenção e repressão de ações que considerava crimes contra a ordem política e social e o ideário das liberdades civis e políticas.

Assim é que em 1947 foi criada a Seção de Segurança Nacional, vinculada ao Ministério da Justiça e dos Negócios do Interior (SSN/MJNI). Esse órgão era uma espécie de coordenador de estudos sobre a Segurança Nacional no país e foi o responsável pela elaboração do anteprojeto da nova Lei de Segurança Nacional. Esta intrincada rede de informações e de controle institucionaliza a polícia política no Brasil, e se intensifica largamente após o término da Segunda Grande Guerra, com a política da “Guerra Fria” instigando internacionalmente a consolidação da espionagem em todo o mundo.

## **Bibliografia**

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005

BRETAS, Marcos Luís. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CEPIK, Marco. *Sistemas Nacionais de Inteligência: origens, lógica de expansão e configuração atual*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº 1, 2003, pp. 75 a 127.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio. A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula – 1927-2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005

FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na era Vargas*. Franca,SP: Universidade Paulista, 2000.

MENDONÇA. Eliana Rezende Furtado de. “*Documentação da polícia política do Rio de Janeiro*”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, 1998.

PRADO JR. Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 2006

REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: A polícia política nos pós Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas, 2000.

Renato João de Souza\*

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo discutir as o tenso período de 1963 e início de 1964 entendendo as disputas sociais que marcaram o período e como foram representadas nos discursos da época. Tendo como fontes principais os jornais: “Estado de Minas” e “Binômio” Estes sendo de origem ideológica e política distinta parecem dar materialidade às disputas presentes no discurso àquela época.

**Palavras Chave:** Disputas sociais – Representação – Jornais.

## **Introdução**

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, várias idéias de liberdade povoaram o pensamento e a política ocidental. No Brasil o período entre o fim do Estado Novo (1945) e o Golpe Civil Militar de 1964 foi marcado por intensas conturbações sociais. Pois nesse contexto os diferentes projetos de Brasil se confrontaram e mediram forças no campo da experiência social e democrática do pós 1945<sup>869</sup>. Estes projetos iam desde aqueles grupos que visualizavam a possibilidade de uma revolução comunista, passando pelo nacional-popular, e pelo projeto liberal conservador.

Em 1961 João Goulart, o então vice-presidente assumiu o poder após a renúncia de Jânio Quadros. Sua posse foi tumultuada e contestada tanto por setores das forças armadas, quanto por algumas esferas sociais que o acusavam de ser comunista. Embora as tentativas de barrar sua posse tenham falhado, ele governou até 1963 sem grande parte dos poderes presidenciais, pois, em sete de setembro de 1961 em plena crise política uma emenda constitucional substituiu o regime presidencialista pelo parlamentarista. Com isso, Jango assumiu e comandou o Brasil sem os poderes de presidente até o plebiscito que restaurou o presidencialismo, em janeiro de 1963. No entanto, após este momento as tensões no campo

---

\* Graduado em História pela UEMG campos Divinópolis. Mestrando pela UFJF. Com experiência nas áreas de História do Brasil Republicano com ênfase no pós 1945. End. Rua João do Zito, 50. Nossa senhora as Saúde – Perdígão\_ MG Cep: 35515 – 000. renatojsouzaperdigao@yahoo.com.br

<sup>869</sup>Sobre o processo de amadurecimento democrático experimentado ver: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil o Longo Caminho*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007 p. 148 - 149.

sócio-político aumentavam mais a cada dia. Porque, uma vez que se restauraram os poderes presidenciais Jango buscou implantar sua política reformista.

As disputas entre os diversos atores sociais do período passaram pelo congresso e ganharam às ruas e certos grupos começaram a pedir as reformas “na lei ou na marra”, como era o lema das Ligas Camponesas em relação à reforma agrária. Na luta pelas reformas eclodiram manifestações e passeatas pelo país. Isso assustou profundamente os setores mais conservadores que perceberam nessas ações o início do processo que poderia levar o país ao comunismo. Pois vivia-se um contexto de “Guerra Fria” no qual o mundo estava dividido entre capitalistas e socialistas e os eventos da Revolução Cubana de 1959 assombravam esses grupos.

Diante desses acontecimentos a radicalização foi crescendo cada vez mais e o clima que já era tenso se agravou ainda mais com os comícios realizados no início de 1964. Em especial o realizado na central do Brasil, em 13 de março daquele ano com o objetivo de demonstrar o apoio popular às reformas de base. Nesse comício Jango apresentou dois decretos extremamente populares que havia assinado. E que previam a desapropriação de terras as margens de ferrovias e rodovias federais e de barragens de irrigação com o objetivo de destiná-las a reforma agrária<sup>870</sup>

A partir desse comício se intensificaram também as manifestações dos grupos conservadores pelo país. Como, por exemplo, a passeata conhecida como “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”<sup>871</sup> que contou com mais de 500 mil participantes somente em São Paulo. Esse evento foi preparado para ocorrer nas principais cidades do Brasil. Entre seus organizadores estavam: políticos, os setores consertadores da Igreja, empresários e uma grande parcela da classe média mobilizada pelo IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais)<sup>872</sup> em seus mais variados ramos. Tal acontecimento teve uma importância fundamental nos acontecimentos que se seguiram, pois demonstraram uma forte oposição ao governo de João Goulart e o enorme poder de mobilização da direita.

---

<sup>870</sup>Ver: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania No Brasil o Longo Caminho*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007 p. 149.

<sup>871</sup> Ver: FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas a crise política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. P.183

<sup>872</sup>O IPES embora se apresentasse como um grupo com interesses científicos foi o principal articulador do movimento golpista de 1964. Suas atividades iam desta arregimentação dos interesses da elite nacional e estrangeira até a criação de um clima favorável ao golpe. Dele participavam empresários, intelectuais e membros das forças armadas.

Nesse momento as forças armadas que já estavam descontentes com o rumo político, com as constantes revoltas civis e com as insubordinações dentro do corpo militar<sup>873</sup>, apoiadas por alguns setores sociais e instituições como o IPES depôs Goulart e instituíram no país um governo ditatorial. Colocando, com isso, fim à experiência e ao processo de amadurecimento democrático que ocorria no país desde 1945, e que parecia gestar uma cultura política mais participativa, pois evidenciava certo amadurecimento das organizações esquerdistas, especialmente àquelas ligadas aos trabalhadores, que nesse período haviam emergido como importante ator social.<sup>874</sup> Assim, os golpistas impuseram seu projeto e mantiveram sua hegemonia frente aos novos atores que vinham ocupando a cena política naqueles anos.

Para o sucesso do movimento golpista<sup>875</sup> foi necessário o apoio do maior número possível de Estados, em especial de Estados de peso no cenário nacional como, por exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esse último, em especial, porque como afirma Starling no livro *Os Senhores das Gerais*, Minas gozava de grande prestígio e poder político a nível nacional e ainda sua ligação com Rio e São Paulo vinha de longa data.<sup>876</sup> Sua posição estratégica entre estes dois Estados facilitava a troca de informações entre eles. Além disso, Minas era muito importante do ponto de vista militar, pois em caso de resistência e de conflito armado poderia ser um ponto de apoio dos revoltosos. No entanto, para isso era necessário um processo de arregimentação da elite mineira, porque embora o posicionamento de Goulart desapontasse tanto empresários quanto latifundiários, no início dos anos sessenta, mesmo com interesses e visões de mundo em comum essa elite não conseguia se unificar enquanto classe para defender seus interesses, este trabalho foi levado a cabo principalmente pelo IPES que conseguiu minimamente reunir os opositores de Jango e impulsionar no Estado um clima golpista, que como veremos levará a precipitação do golpe em primeiro de abril de 1964. Aqui pretendemos analisar este contexto, pensando as relações entre as disputas sociais e ideológicas especialmente aquelas ligadas aos jornais do período.

---

<sup>873</sup> Revoltas como a Revolta dos Sargentos ocorrida em Brasília em 1963 e a Revolta dos Marinheiros ocorrida no Rio de Janeiro em março de 1964

<sup>874</sup> Sobre a crescente politização e amadurecimento das organizações trabalhistas no Brasil deste período ver: FERREIRA, Jorge. *A democratização de 1945 e o movimento queremista*. in: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, Ferreira Jorge (org). *O tempo da Experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; V. 3).

<sup>875</sup> Trata de movimentos golpistas na medida em que grupos como o IPES, Novos Inconfidentes e setores das forças armadas embora justificassem suas ações como sendo em defesa da legalidade democrática, o que montaram e executaram se trata de um golpe na medida em desaloja do poder um governo constitucional e implanta um regime de exceção.

<sup>876</sup> STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989. p. 47, 48

### **Jango e as pressões sociais em prol das reformas**

Dentre os vários trabalhos que analisam o período entre 1945 e 1964, apesar de destacarem os momentos de crise e duas tentativas de golpe - 1955 e 1961 - acreditam que o Brasil experimentou nesse período um processo de amadurecimento democrático, pois como mostra José Murilo de Carvalho “A cada eleição fortalecia-se os partidos populares e aumentava o grau de independência e discernimento dos eleitores. Era um aprendizado democrático que exigia algum tempo para se consolidar, mas que caminhava com firmeza”.<sup>877</sup>

Como dizem Jorge Ferreira e Carlos Fico o golpe e o período que o antecedeu já foram analisados de diversas maneiras, desde as teorias estruturalistas que o viam como sendo o colapso do populismo, passando pelo personalismo que culpava um ou outro sujeito pelo evento, ainda pelas teorizações da Ciência política na qual o golpe aparece ligado à uma falência e desorganização das instituições, e também interpretações marxistas que percebem aquele momento como o enfrentamento de duas classes ou de dois blocos econômicos. Os expoentes destas linhas, segundo Ficom e Ferreira seriam respectivamente: Octávio Ianni, Thomas Skidmore, Edgard Barros, René Armand Dreifuss. É possível perceber ainda análises baseada unilateralmente na conspiração conservadora, composta por militares, organismos internacionais, empresários, mas que desconsidera o contexto e o clima no qual se deu o evento. Clima e contexto que ao contrário de 1955 e 1961, apesar de toda mobilização da esquerda, estava mais preparado para aceita-lo.<sup>878</sup>

Em outra perspectiva, da qual um dos expoentes é o historiador Jorge Ferreira aparece uma visão que possibilita ir além da conspiração e do pessoalismo, mas que percebe naquele momento, o entrelaçamento de projetos e um descaso pela democracia, pois se esta não era amada pela direita e com certeza também não era o principal objetivo da esquerda. Aqui entendemos por esquerda, grupos como os liderados por Brizola que como mostra Jorge Ferreira eram compostos de: “lideranças sindicais, componentes estudantis e dos subalternos das forças armadas, grupos marxista-leninistas, políticos nacionalistas”<sup>879</sup>.

---

<sup>877</sup> Ver: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania No Brasil o Longo Caminho*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007 p. 149. P. 148.

<sup>878</sup> FERREIRA, Jorge. *O Governo Goulart e o Golpe Civil militar de 1964*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. e FICO, Carlos *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*.

<sup>879</sup> FERREIRA, Jorge. *O Governo Goulart e o Golpe Civil militar de 1964*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. p. 356

Ao analisar a atuação de Brizola Jorge Ferreira apresenta uma crítica a uma história personalista que tende a culpá-lo pelo golpe, apontando sua intransigência e seu radicalismo, no entanto ao apresentar a esquerda daquele tempo ele mostra que Brizola encampava e verbalizava as aspirações dos grupos que o seguiram por isso sua liderança no movimento Frente de Mobilização Popular. (FMP), principal grupo empenhado na luta radical pelas reformas.

Naquele momento ele interpretava as suas idéias, crenças e projetos e, exatamente por isso teve sua liderança reconhecida. Se ele era radical, sectário, intolerante, fazia pregações revolucionária e defendia a ruptura institucional, era porque as esquerdas eram igualmente radicais sectárias, intolerantes, pregavam a revolução, defendiam a ruptura institucional. Ambos falavam a mesma linguagem e tinham projetos em comum<sup>880</sup>.

Esta abordagem permite-nos ainda pensar as diversidades no campo da luta pelo poder que reuniram de um lado: empresários políticos conservadores, setores das forças armadas que buscaram disseminar uma propaganda política contrária a Jango e os grupos reformistas que induziram à formação de uma conjuntura favorável a quebra do regime constitucional. Segundo Jorge Ferreira entre sua fundação em 1962 e março de 1964 o IPES gastou de 200 a 300 mil dólares com propaganda contra Goulart.<sup>881</sup> E de outro lado à esquerda fez-se presente nas ruas, na música e nos jornais. Adotando uma perspectiva de confronto supervalorizando seu poder e subestimando o poder de mobilização das direitas. E mais o conservadorismo presente na sociedade em geral, na qual palavras como: comunismo e revolução causavam pânico, especialmente nos setores de classe média, sem dizer das elites nacionais e mesmo em grupos tradicionais ligados a instituições religiosas e militares.

Esses grupos que como aponta Ferreira no artigo “A Crises da República”<sup>882</sup> vinham desde o segundo governo de Vargas tentando derrubar o regime constitucional e pelo menos em dois momentos um em 1955, que naufragou graças ao golpe preventivo liderado pelo general Lott, que garantiu a posse de Juscelino [Kubitschek](#) e posteriormente quando da

---

<sup>880</sup> FERREIRA, Jorge. *O Governo Goulart e o Golpe Civil militar de 1964*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. p. 356

<sup>881</sup> FERREIRA, Jorge. *O Governo Goulart e o Golpe Civil militar de 1964*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. p. 360.

<sup>882</sup> Sobre as crises do período e a constante movimentação golpista ver: FERREIRA, Jorge. *Crises da República: 1954, 1955 e 1961*. In: Jorge Ferreira; Lucilia de Almeida Neves Delgado. (Org.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



renúncia de Jânio Quadros, momento onde as estruturas republicanas resistiram graças a uma maciça campanha, conhecida como “Campanha da legalidade” liderada por Leonel Brizola.

Jango mesmo tendo retomado o presidencialismo em 1963, viu-se em meio a uma grave crise social e política, pois se encontrava pressionado pela radicalização da esquerda em torno das reformas e da ameaça de golpe pela direita, que haviam inclusive tentado barrar sua posse. Mesmo assim em 1963 enviou ao congresso um projeto de lei que se aprovado viabilizaria o carro chefe das reformas e mesmo dos objetivos históricos de Jango e seus aliados a tão falada reforma agrária. Segundo Jorge Ferreira “Pela primeira vez, um presidente da República encaminhava ao congresso nacional um projeto que visava alterar profundamente a estrutura agrária do país”<sup>883</sup>. Nas ruas sobe a liderança de Brizola, manifestações tentaram pressionar com todos os meios possíveis o Congresso a aprovar o projeto, no entanto este não foi aprovado. Segundo Argelino Figueiredo a radicalização impediu qualquer alteração ou acordo que viabilizasse a aprovação do mesmo.

A situação que já era tensa se agravou com o comício realizado em março de 1964 na central do Brasil pelo grupo esquerdista, que visava demonstrar apoio popular às reformas e assim forçar sua implantação. Para Jorge Ferreira a partir daí a articulação militar passou a ser feita no Estado Maior das Forças Armadas. A direita ganhou as ruas e marchando em nome de Deus pela liberdade deu legitimidade ao golpe que veio a primeiro de abril daquele mesmo ano.

Como coloca Celso Frederico este momento assistiu a uma mobilização jamais vista no país<sup>884</sup>. E estes embates no campo social ocorreram também no campo simbólico, onde os diferentes grupos em disputa buscaram legitimidade para suas ações e assim os discursos deste período são carregados das disputas de poder presentes na sociedade.

Entre as obras que tratam desta questão está o livro de Rodrigo Patto Sá Motta, “Jango e o Golpe Militar de 1964 na Caricatura”<sup>885</sup>, esse discute como nos principais jornais do país as caricaturas apresentavam os principais atores da época e identificando políticos como Carlos Lacerda como corvo e dependendo da tendência do jornal apresentando Goulart como conspirador ou como um grande líder democrático. Assim este livro nos ajuda a pensar as várias representações criadas a cerca deste período na imprensa. Outra importante obra é a de

---

<sup>883</sup> FERREIRA, Jorge. *O Governo Goulart e o Golpe Civil militar de 1964*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. p.356

<sup>884</sup> Sobre esta mobilização social ver: FREDERICO, Celso, *40 anos depois*. Org. REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (1964\*2004) P.106.

<sup>885</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

Maria Rosa Duarte de Oliveira. “João Goulart na Imprensa: de personalidade a personagem”, na qual a autora busca analisar as representações dos principais jornais paulistas do início dos anos sessenta sobre o então presidente Goulart. Sua obra busca, através dos jornais “O Estado de São Paulo”, a “Folha de São Paulo” e o “Última Hora”, jornais com posicionamento políticos diferenciados, entender como estes periódicos disseminaram uma imagem bastante distinta de Goulart criando e difundindo uma imagem deste que ia desde um “líder democrático” a um “demagogo fraco e incapaz”<sup>886</sup>. Esta obra nos leva a pensar a importância destes jornais na circulação e formação dos discursos da época, pois estes representavam um dos meios mais importantes meios de divulgação da informação do período e suas notícias acabavam por além de transmitir os discursos da época ajudou a formá-los.

### **Minas Gerais e a mobilização conservadora.**

Como já vimos os anos iniciais da década de 1960 foram marcadas por movimentos por todo país, em Minas Gerais não foi diferente, e se a esquerda buscou se organizar os grupos conservadores agiram de forma rápida e eficaz reunindo os principais grupos do estado em torno da movimentação golpista. O IPES, um dos mais importantes órgãos na montagem do movimento a nível nacional, se instalou em Minas oficialmente em 1962, embora já há algum tempo buscassem reunir adeptos de várias formas no Estado. Para se consolidar em Minas e alcançar legitimidade buscou o apoio de grandes empresários nos mais variados setores econômicos. Conseguiu ainda se ligar a influentes associações de classe como a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG) e a partir daí iniciar a difusão de seu projeto golpista. Nesse processo destaca-se a figura de Aragão Vilar por sua forte ligação com os setores empresariais, pois:

Vilar construiu um hábil trabalho de engenharia política, não só a ramificação regional do IPES enquanto um (estado maior empresarial fechado) que iria operar como centro estratégico, mas também uma poderosa mobilização, conservador-oposicionista na sociedade civil, que buscou de modo sistemático desestabilizar o bloco nacional populista, propiciando (clima político) favorável ao desencadeamento da ação militar de 1964<sup>887</sup>

Como se pode notar a fundação do IPES em Minas não foi importante somente porque conseguiu minimamente organizar a classe econômica e culturalmente próxima em um grupo

---

<sup>886</sup>OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. *João Goulart na Imprensa: de personalidade a personagem*. SP, Annablume, 1983.

<sup>887</sup>OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. *João Goulart na Imprensa: de personalidade a personagem*. SP, Annablume, p. 57

10 a 13 de maio de 2010

que embora heterogêneo se reunissem em torno de um ideal comum. Sua ação foi muito importante, principalmente, no sentido de favorecer a criação de um clima favorável ao golpe perante a sociedade. Outra questão relevante diz respeito à mobilização da classe média ao lado dos setores direitistas a fim de aproveitar sua força política. Nesse sentido foi que se formou o grupo que se autodenominava “Novos Inconfidentes”<sup>888</sup>. Segundo Starling estes grupos em uma referência deturpada aos membros da inconfidência mineira, pois como àqueles se diziam lutando pela liberdade. Sua atuação foi bastante significativa, já que arregimentou em seus quadro parcelas significativas dessa população, sendo seus membros: dentistas, médicos, advogados, entre outros. Vinculado ao IPES/MG esse grupo reuniu forças que atuaram tanto na difusão da proposta de golpe quanto para desestabilizar os movimentos populares.

Isto foi feita tanto à custa de ações repressivas e violentas como à repressão de greves e de outras manifestações populares, quanto com a implantação de um aparelho ideológico<sup>889</sup>, que ia desde a confecção de panfletos até anúncios em grandes jornais do Estado, sempre buscando tanto a desmobilização popular quanto a legitimação do movimento golpista.

Estas medidas adotadas no campo ideológico tinham por objetivo movimentar a sociedade contra Goulart e o grupo reformista. Ligando seu nome ao comunismo e mostrando-o como incapaz de resolver a crise pela qual passava o país. Tais idéias foram vinculadas em diversos meios de comunicação, especialmente em importantes jornais da imprensa escrita como o Jornal “Estado de Minas” o que podemos perceber em seu editorial de 2 de abril de 1964

Multidões em júbilo na Praça da Liberdade. Ovacionados o governador do estado e chefes militares. O ponto culminante das comemorações que ontem fizeram em Belo Horizonte, pela vitória do movimento pela paz e pela democracia foi, sem dúvida, a concentração popular defronte ao Palácio da Liberdade. Toda área localizada em frente à sede do governo mineiro foi totalmente tomada por enorme multidão, que ali acorreu para festejar o êxito da campanha deflagrada em Minas (...), formando uma das maiores massas humanas já vistas na cidade<sup>890</sup>

Assim, editoriais propagandistas do movimento e posteriormente do golpe e a manipulação de matérias políticas tornaram alguns desses jornais imprescindíveis meios de divulgação das idéias dos grupos detentores do poder que buscavam manter o controle no

<sup>888</sup>A este respeito ver: STARLING Maria Heloisa Murgel, *hidem* p. 86 e seguintes.

<sup>889</sup>Este instrumento visava à transmissão das idéias conservadoras no maior número possível de meios de comunicação, incluindo panfletos programas de radia e televisão etc. Para maiores características deste instrumento seus membros e montagem Ver: STARLING Maria Heloisa Murgel, *op cit*, pp. 94 – 100.

<sup>890</sup>(O Estado de Minas - Belo Horizonte - 2 de abril de 1964)

Estado, impondo seu modo de ver e fazer política. Utilizando inclusive da força para silenciar jornais de oposição como o “Binômio” fechado e destruído logo após o golpe. Por ter tentado representar nos últimos anos uma oposição que ganhava as ruas, desencadeava greves e buscava se engajar nas lutas nacionais.

A história deste jornal sempre foi muito conturbada, chegando ao ponto de ser depredado por militares em 1961. Desde sua fundação se propôs a uma análise crítica da sociedade. Fez história enfrentando o empresariado e políticos importantes da época. Enquanto jornais conservadores se colocaram contra Goulart e sua plataforma reformista este jornal conseguiu ser uma voz contrária a este projeto. Denunciando arbitrariedades cometidas pelo alto escalão de exército e desde 1963 alertando para a ameaça golpista. Acreditamos que estes dois jornais, “Estado de Minas” e “Binômio”, representaram em boa medida no campo simbólico uma disputa social que mobilizava todo país.

## **Conclusão**

Acreditamos que também em Minas Gerais assim como em todo país os jornais nos ajudam a compreender melhor os elementos simbólicos que permearam os embates do período, pois parecem ter representado os mais diversos discursos presentes na sociedade da época.

Para auxiliar no entendimento deste processo é preciso então conhecer estes discursos tendo em vista que esses são a materializações das ideologias do contexto estudado. Ideologia aqui entendida como “um conjunto de idéias que dá forma a determinados projetos políticos e impele à luta pela conquista do poder”<sup>891</sup>. Quanto à representação neste caso pode ser considerado o ato de apresentar a realidade de forma simbólica, ou seja, tornar visível o que não se vê como no caso dos pensamentos e das intenções., através da compreensão da cultura e do momento histórico analisado. Ao materializar as ideologias presentes em uma sociedade ou mesmo em um grupo, os jornais, nosso objeto principal de estudo acabam por interiorizar uma idéia, um posicionamento não utilizando da força para impor-se, mas sim agindo no campo simbólico, impondo e fazendo com que as ideologias e representações de um determinado grupo sejam percebidas como pensamento coletivo.

Em Minas no final de 1963 e início de 1964 assim como em boa parte do Brasil, ocorreu a tentativa de se ampliar os espaços de participação popular, e cresceu a consciência

---

<sup>891</sup>MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas Políticas na História: Novos Estudos* In MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

de que o povo deveria atuar de modo mais ativo nos espaços sociais e políticos do Brasil. No entanto, a pressão da cultura dominante, manifesta em vários discursos disseminados nos mais diversos meios culturais e informativos, juntamente com ações políticas fizeram com que este processo fosse subjugado e que mais uma vez a resposta dada a estes movimentos foi arbitrária e violenta.

Quanto a estes jornais ainda precisamos avançar nas pesquisas, mas sabemos que o “Estado de Minas” com suas relações com o IPES e com os vários setores conservadores da época acabaram por apresentar e representar os setores conservadores engajados nas disputas por reformas como comunista e mais criando e difundindo um imaginário no qual o país sobre a liderança de Jango marchava para o socialismo ateu e degenerado.

Quanto ao “Binômio”, embora se possa encontrar alguns traços conservadores, principalmente em setores ligados a igreja este parece ter desafiado os grandes meios de comunicação da época e realizando importantes denúncias sociais como: a venda de imigrantes, a denúncia de empresários e ainda atuava no campo político, denunciando políticos corruptos e incapazes e atentando para a eminência de um golpe desde meados de 1963. Neste sentido Minas integrou-se ao sistema golpista que envolveu todo país e que utilizando todas as armas sufocou a experiência democrática do período, trazendo conseqüências até hoje para o amadurecimento das estruturas democráticas no país.

## Referências

BARROS, Edgard Luiz de. *Os governos militares*. São Paulo: Contexto, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania No Brasil o Longo Caminho*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

FERREIRA, Jorge. *A democratização de 1945 e o movimento queremista*. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, Ferreira Jorge (org). *O tempo da Experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; V. 3).

FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, Ferreira Jorge (org). *O tempo da Experiência democrática: da*

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

*democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; V. 3).

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rev. Bras. Hist., 2004, vol.24, no.47, p.29-60. ISSN 0102-0188.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas a crise política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FREDERICO, Celso. *40 anos depois*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004.

JUNIOR, Benjamin Abdala (org). *Margens da cultura: Mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanexe. *Fontes Históricas*: São Paulo: Contexto, 2005.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*. in: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, Ferreira Jorge (org). *O tempo da Experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; V. 3).

MONTENEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Fernando Teixeira. *Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)*. in: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, Ferreira Jorge (org). *O tempo da Experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; V. 3).

MOTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. In MOTA, Rodrigo

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Patto Sá. *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá . *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

RABÊLO, José Maria. *Binômio. Edição histórica. O jornal que virou Minas de cabeça para baixo*. Belo Horizonte: Barlavento, 1997.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Editora Vozes,

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas Políticas na História: Novos Estudos* In MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. *João Goulart na Imprensa: de personalidade a personagem*. SP, Annablume, 1983.

**A Violência Institucional no Brasil em sua historicidade: um tema em debate**

Vera Lucia Vieira\*

**Resumo:** Este texto apresenta algumas reflexões sobre as evidências da violência que se abate na contemporaneidade na América latina, em particular no Brasil, à luz da evidência de sua historicidade. Parte de uma pesquisa que analisa a violência policial na região, os apontamentos aqui apresentados situam a questão no desenrolar da história do Brasil, a partir de dados e informações extraídos de bibliografia e relatórios de pesquisa nacionais e internacionais.

**Palavras-chaves:** violência institucional; Estado no Brasil; violência social e institucionalidade autocrata.

O tema da violência, sob as mais variadas formas, tornou-se um dos principais objetos de estudos de várias disciplinas na América Latina e particularmente no Brasil. Entidades de direitos humanos e especialistas debruçam-se sobre suas variadas formas: violência doméstica, violência da criminalidade, violência dos organismos policiais, violência no sistema penitenciário, violência no campo, etc. – evidenciando-se que essas violências têm raízes, causas e dinâmicas de natureza diferente. As características diferentes dessas violências podem-se ver, por exemplo, em “As múltiplas faces da violência no Brasil”.<sup>892</sup>

É claro que a situação social exacerba mesmo as violências de cunho privado, como a violência doméstica - de maridos contra esposas, de pais contra filhos - que sempre existiram, mas que, em virtude da tensão existente na sociedade, da precariedade das vidas nas condições do mundo neoliberal, com a formação do desemprego estrutural, tornam-se mais concretas e atuantes.<sup>893</sup>

---

\* Vera Lucia Vieira. Prof. Dra. no Departamento de História da PUC-SP. Coordenadora do Centro de Estudos de História da América Latina (CEHAL). E-mail: [vevive.vieira@gmail.com](mailto:vevive.vieira@gmail.com)

<sup>892</sup> MESUMECI, Leonarda, IE/UFRJ. Ver <http://www.ucam.edu.br/cesec/publicacoes/textos.asp>

<sup>893</sup> Vejam-se estas considerações: “Pero, cuando uno observa las tasas de homicidios para todos estos países hasta comienzos de los años ochenta y lo que después ocurre, la situación no es comparable, no tiene la gravedad que después muestra, justamente cuando desaparecen las dictaduras, amainan las guerrillas y se decreta la paz y la democracia. Se trata entonces de una violencia distinta. Una violencia que podemos calificar de social, por expresar conflictos sociales y económicos; pero no de política, pues no tiene una vocación de poder. Una violencia que no tiene su campo privilegiado de acción en las zonas rurales, sino en las ciudades y, sobretudo, en las zonas pobres, segregadas y excluidas de las grandes ciudades ... (...), Ante esta situación hemos planteado una hipótesis alternativa: es el empobrecimiento y la desigualdad, y no la pobreza, lo que origina la violencia urbana que estamos presenciando. Es el empobrecimiento que ha hecho que para 1998, en 13 de 18 países de la región,



Quanto à violência que se exerce na esfera pública, seu exacerbamento tem que ser diretamente vinculado ao quadro da evolução recente do sistema capitalista, em sua fase de globalização que, com suas políticas neoliberais implementadas a partir da década de 80, começa já a mostrar seus resultados nefastos e duradouros, tanto no Brasil como na América Latina e no mundo todo.

A terceira revolução industrial e a introdução da microeletrônica no processo de produção de mercadorias têm levado a uma verdadeira devastação no mercado de trabalho internacional. Bilhões de pessoas em todo o mundo tornaram-se dispensáveis ao processo produtivo, e a tendência é que o desemprego aumente ainda mais nas próximas décadas.<sup>894</sup> Este é um processo irreversível que está mudando o panorama do mundo e atinge não apenas pessoas mas também países, aprofundando a diferença internacional entre países ricos e pobres e promovendo exclusão em continentes inteiros, como a África, por exemplo. Com isto, levas de marginalizados arriscam-se todos os dias nas fronteiras da Europa e da América do Norte, para tentar entrar no “paraíso” do capitalismo do Primeiro Mundo. E de modo geral, em todas as grandes cidades do mundo mais pessoas empobrecem e vêm engrossar o bloco dos sem moradia e sem trabalho, das pessoas com empregos precários informais e às vezes considerados ilegais, e por isso sujeitos à repressão policial.<sup>895</sup>

Paralelamente, no quadro no neoliberalismo, observamos a diminuição do gasto público em políticas sociais abrangentes e universais. Ao contrário, são propostas e implementadas as chamadas “políticas focalizadas”, projetos que só atingem as comunidades mais miseráveis ou pedaços dela, aparecendo como uma vitrine da boa índole dos governos, o brasileiro, inclusive. No Brasil como em muitos outros lugares, o Estado Social vem diminuindo, porém cresce, como complemento de toda essa política, o Estado Penal.<sup>896</sup> Para os marginalizados e excluídos que não se mantêm na estrita ordem, o Estado reserva a

---

el salario mínimo fuera inferior al de 1980 y que el número total de pobres superase los 220 millones de personas (CEPAL, 2000). BRICEÑO-LÉON, Roberto (2002) La nueva violencia urbana en América Latina, *Dossiê Sociologias* n° 8, Porto Alegre jul./dez.

<sup>894</sup> [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222002000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000200003&lng=pt&nrm=iso)  
<sup>894</sup> KURZ, Robert (2003). O que é a terceirização, *Folha de S. Paulo*. 16/11.  
<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz147.htm>; O combustível da máquina mundial, *Folha de S. Paulo*, 11/07/2004; ou <http://www.krisis.org/>; O declínio da classe média, *Folha de S. Paulo*, 19/09/2004; ou <http://www.krisis.org/>

<sup>895</sup> “Según la CEPAL, el desempleo en la región pasó de 5,7% en 1990 a 9,5% en 1999, pero lo que llama la atención no es tan sólo el incremento de los desocupados, sino la particularidad de los nuevos trabajos, pues de cada diez empleos que se crearon en la región entre 1990 y 1997, siete (6,9 exactamente) se originaron en el sector informal (CEPAL, 1999). Es decir, ocurre una doble exclusión laboral, pues hay menos empleos y aquellos que surgen tienen un carácter tan precario como su condición de informalidad lo sugiere.” BRICEÑO-LÉON, R., op. cit.

<sup>896</sup> BATISTA, Nilo (2003). “Todo crime é político”, entrevista à revista *Caros Amigos*, n° 77, agosto.

construção de cada vez mais prisões e a implementação de penas cada vez mais rígidas para os crimes contra o patrimônio dos ricos.

Tanto o aumento da criminalidade e da violência nela contida, como a resposta do Estado Penal são o contraponto dessa situação criada pela globalização.<sup>897</sup> Há cada vez menos emprego no mundo e cada vez mais gente marginalizada. Há cada vez menos dinheiro para o Estado investir em políticas que reduziriam as desigualdades sociais, e cada vez mais dinheiro para construir prisões ou aumentar os efetivos policiais.

A violência que se exerce na esfera pública – a da criminalidade e a do aparelho repressivo do Estado – está, portanto inserida neste contexto. No entanto, se no Brasil ela tem aparecido como subitamente explosiva, há todo um substrato histórico, assentado sobre a estrutura de classes sociais presente na formação do Brasil, que já indicava a possibilidade dessa explosividade. Ela apenas ganhou, sob os efeitos desagregadores das políticas neoliberais, atualidade.

De uma maneira geral a violência sempre esteve presente nas relações entre as classes sociais, porém de forma não institucionalizada, resultante da dinâmica mesma do capitalismo. Aplicada informalmente pelos poderosos através de seus prepostos – os capitães do mato, os capangas, etc – ela não necessitava de leis e da formalidade institucional: os de cima sabiam que podiam aplicá-la e os de baixo acreditavam que cabia a eles sofrerem-na. Era a desigualdade social interiorizada nos sentimentos das pessoas.

Mesmo porque, o que é a lei? o que é a justiça? Um dos grandes clássicos brasileiros, Vitor Nunes Leal,<sup>898</sup> problematizou esta questão. Em geral a lei é para ser aplicada aos “outros”, aos que não são da “sua” família, ou das famílias da “sua” facção. No tempo da Primeira República dizia-se abertamente: “aos amigos se faz justiça, aos inimigos se aplica a lei”. Essa frase, aparentemente paradoxal, era uma senha para as elites. Mas o paradoxo pode ser muito bem explicado: a lei, que é dura, só valia para os inimigos, para as famílias e facções rivais, e, sobretudo para os pobres, considerados “sem família”. Portanto não era para ser cumprida por todos, que, óbvio, não eram iguais. Daí o gosto reforçado no Brasil por toda sorte de casuísmos, por leis elásticas e adaptáveis. Já a justiça é magnânima. Ela não é cega,

---

<sup>897</sup> Publicação do CELS (Centro de Estudios Legales y Sociales), da Argentina caracteriza esta situação da seguinte maneira: “Así, la velocidad con que se marcan algunos rasgos del “Estado policial” contrasta con la pereza con que se recobran ciertas notas del “Estado social”. CELS (2004). *Políticas de seguridad ciudadana y justicia social*. Buenos Aires, Siglo XXI, p. 7

<sup>898</sup> LEAL, Victor Nunes (1975). desenvolveu esta questão em *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Alfa-Omega, sobretudo no 1º capítulo. (1ª edição 1949).

10 a 13 de maio de 2010

"sabe com quem está falando",<sup>899</sup> mesmo vendada enxerga muito bem quem são os "amigos" do poder, quem são os outros, inclusive a massa de anônimos. Por isso a justiça é condescendente com os crimes que são frutos de paixão ou ódio vindos do fundo do coração e considera que o transtorno pelo mal feito - a prisão e o julgamento - já são suficiente castigo para alguém com "bons antecedentes" e "endereço fixo. O importante é que o sentimento que vem do coração está inserido na mentalidade que consagra a desigualdade, que separa hierarquicamente as pessoas da nação."<sup>900</sup>

A desigualdade social nos remete para o berço da nação, à colonização portuguesa do Brasil, baseada na empresa agro-exportadora, trabalhada por escravos. A escravidão é a matriz de nossa nacionalidade e deixou marcas indeléveis na mentalidade da sociedade. A grande propriedade agrária, trabalhada pela mão-de-obra escrava, veio a condicionar não apenas o sentido da evolução histórica do Brasil, estruturando a economia e suas classes sociais,<sup>901</sup> como também cristalizar uma radical diferença entre os homens: os livres e os escravos. Assim sendo, essa diferença, transmutou-se para as formas mais "modernas", ou seja, a desigualdade entre ricos e pobres, entre "incluídos" e "excluídos". Acontecimentos fundamentais na história, como Independência, abolição da escravatura e a República não alteraram radicalmente tal situação<sup>902</sup>. Hoje, na era da globalização, separando os "incluídos" dos excluídos, marginalizados, "inabsorvíveis" e "inempregáveis".

No alvorecer das revoluções burguesas na Europa e da Guerra de Independência americana, a igualdade e a liberdade apregoadas tinham por trás uma ficção de efeitos duradouros: a idéia de que o indivíduo nasce só e igual aos outros, e a de que a submissão a um poder político só se dá depois, através de um contrato social. E esse contrato social é realizado entre indivíduos iguais e independentes.<sup>903</sup> O poder devia organizar-se entre indivíduos iguais perante a lei, e não mais em relação às pessoas no topo de facções hierarquizadas.<sup>904</sup> É claro que se tratou sempre de uma igualdade ideal entre indivíduos, pois,

---

<sup>899</sup> Ver DA MATTA, Roberto (1983), que trabalhou teoricamente esta frase, tão banal entre nós, em "Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil", in: *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

<sup>900</sup> ALMEIDA, A. M. de. (1997). Violência e cordialidade no Brasil, *Estudos – Sociedade e Agricultura*, Rio nº 9, Rio de Janeiro, out..

<sup>901</sup> Ver PRADO JR. Caio (1976). *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, (sobretudo pps. 19-32), obra que serviu de base para uma ampla gama de outros trabalhos históricos.

<sup>902</sup> CAVALCANTI, Tatiana Maria Náufel (2009). A Defesa do nível de emprego e a concentração da renda: Uma visão de Celso Furtado in: <http://portal.cjf.jus.br/cjf/banco-de-conteudos-1> (pdf)

<sup>903</sup> A agitação iluminista que precedeu a Revolução Francesa consagrou essa fórmula ficcional, que, no entanto sempre esteve carregada de um peso ideológico de enorme repercussão.

<sup>904</sup> DUMONT, Louis (1985). *O individualismo - Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro, Rocco.

conforme já bem demonstrou inicialmente Marx, “El gobierno del Estado moderno no es más que una junta que administra los negocios comunes de la clase burguesa”<sup>905</sup> Mas essa idealidade jurídica perante a lei faz com que se busque o cumprimento do preceito, pois o senso comum considera ser possível chegar à igualdade perante a lei e que as instituições jurídicas darão conta disso. Da mesma forma pela qual os homens interiorizam as relações mercantis, de mercado, considerando-as naturais, eles também interiorizam a igualdade jurídica, que torna-se assim uma força material.<sup>906</sup>

Ora, no Brasil se diz que todos são iguais perante a lei, mas é lei que “não cola”. Todos sabem, os dados mostram (basta ver os índices de concentração de renda) e todos se percebem profundamente desiguais. Esse é o pano de fundo histórico em que, nas condições de aplicação das políticas neoliberais, a atual violência se tornou explosiva. Pelo lado da criminalidade, ela tem que ser entendida como produto da crise sócio-econômica que degradou profundamente o emprego. Os marginalizados e excluídos, sobretudo os mais jovens, sem empregos, sem escolas e equipamentos de lazer, são tentados a entrar na estrada da criminalidade. E ao invés da pedagogia, as classes dominantes respondem a isso com a construção de mais prisões, a invenção de regimes prisionais absurdamente desumanos, o critério de aumento das penalidades. Enquanto isso permitem que se espalhe a prática da tortura<sup>907</sup> e das execuções sumárias. Assim como no Brasil<sup>908</sup>, o judiciário na Argentina é considerado lento e elitizado e, naquele país, Abregú considera que o estado não demonstra interesse em coibir ou impedir as violações aos direitos humanos dos pobres, aumento da violência policial<sup>909</sup>

Por outro lado os “incluídos” não sentem absolutamente nenhuma responsabilidade por essa parte dos nacionais, esses “outros” que vegetam na criminalidade. Não se sentem responsáveis pelo bombardeio televisivo de consumismo que expõe ostentatoriamente a beleza, a moda e o conforto, todas as benesses de que gozam os ricos e a classe média, aos olhos cobiçosos dos que não têm nada. Indignam-se contra a insegurança e o perigo de assaltos que violam o seu direito de ir e vir pelas ruas, mas fecham-se em *bunkers* e

---

<sup>905</sup> MARX, Karl (1974). *Manifiesto del Partido Comunista*. Editora Pluma. Buenos Ayres, p.65.

<sup>906</sup> MANDEL, Ernest. (1974). Classes sociales et crise politique en Amérique Latine, *Critiques de l'Économie Politique*, Paris, n° 16/17, p.10.

<sup>907</sup> A prática de tortura, maus tratos e impunidades, assim como as críticas ao funcionamento do judiciário nesta área, não é privilégio do Brasil, a considerar as análise de ABREGÚ, M. (1993). La Violência populares en Argentina, *Nueva Sociedad*, n° 123, pg. 68 a 83, enero – feb.

<sup>908</sup> FRANCO, (1990). Estado, consolidación democrática y gobernabilidad in America latina, *Revista Paraguaya de Sociología*, n° 27, pg. 141 a 164, set. a dec. 1990.

<sup>909</sup> ABREGÚ, opus cit.

condomínios fechados. Apóiam o respeito aos direitos humanos dos criminosos de colarinho branco, os dos grandes golpes, bem como a impunidade dos assassinos da paixão e da vida privada, desde que sejam pessoas de bem, de “bons antecedentes” e “endereço fixo”. Mas incentivam a violência dos agentes do aparato repressivo do Estado contra todo potencial executor de crimes contra o seu patrimônio.

Dessa forma, neste início de milênio o Brasil vive uma situação peculiar, na qual, desde o fim da ditadura e a aprovação da Constituição de 1988, persistem, na ação do aparato repressivo do Estado, mecanismos de tipo ditatorial, porém aplicados seletivamente. Essas contradições também aparecem em outros Estados latino-americanos onde a remoção do “entulho autoritário” sofre idas e vindas. No Brasil é como se o Estado democrático de Direito tivesse sido restabelecido apenas em algumas parcelas do território brasileiro e apenas para alguns efeitos. As instituições do Estado democrático funcionam até o limite em que a desigualdade social de classes aparece. Essa inoperância das regras do Estado democrático de Direito aparecem especialmente nas ações das polícias – incluindo aí as polícias civil, militar, os funcionários dos presídios e das FEBENs -, bem como no Poder Judiciário, onde a impunidade campeia nos casos dos criminosos de colarinho branco, dos assassinos de crimes da esfera privada que possuem “bons antecedentes” e no caso de crimes cometidos por policiais. Nestes casos todos os aspectos técnicos do arcabouço jurídico, como incoerências processuais e falta de provas, servem para anular ou postergar sentenças cuja justiça seria evidente. Quando se trata de crimes cometidos pelas classes sociais de baixo poder aquisitivo, crimes em geral contra o patrimônio dos ricos, prevalece o rigor que chega às raias do absurdo de prender, por meses, renovando as sentenças, pessoas por roubos que não chegam ao valor de R\$ 50,00 reais.<sup>910</sup> A disparidade dos julgamentos do Poder Judiciário, com raras exceções, é o principal fator que impulsiona a truculência das polícias.

Essa truculência se exerce dentro da legalidade do “Estado democrático de Direito” – através da perseguição discriminatória das populações das periferias pobres e abordagens humilhantes -, mas se exerce, sobretudo em violação estrita da lei, no caso de torturas,<sup>911</sup> mas principalmente das execuções sumárias que se tornaram a regra. Os policiais executam sumariamente ladrões de carro, possíveis seqüestradores pegos em flagrante, enfim, os

---

<sup>910</sup> Ver, por exemplo, o caso narrado na seguinte notícia: “Doméstica está presa há 04 meses por roubar manteiga” (Portal Terra 17/03/2006).

<sup>911</sup> No Brasil a tortura é crime definido pela Lei 9455, de 7 de abril de 1997. Além disso, o Brasil é signatário de diversos protocolos e resoluções, como, por exemplo, a “RESOLUÇÃO 39/46, DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1984 - Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes”, que deveriam nortear legalmente a conduta dos membros do aparato repressivo do Estado.

“culpados” ainda sem julgamento. Além disso, executam “inocentes”, ou seja, fazem incursões nessas comunidades e matam rapazes indiscriminadamente, desde que sejam pobres entre os 17 e os 25 anos aproximadamente. Outra forma de execução sumária disfarçada é aquela na qual policiais atuam como grupos de extermínio, fazendo essas incursões sem farda ou identificação, em geral mascarados com as chamadas “toucas ninja” e matando pessoas. Tais práticas tem sido objeto de estudos de grupos voltados para a análise de violência social e que incorporam neste meio, a análise dos extermínios. No entanto, tendem, como se observa na pesquisa citada abaixo, a considerar como execuções as ações “praticadas por esquadrões da morte, justiceiros, pistoleiros, grupos de extermínio, grupos ligados ao crime organizado ou quadrilhas de roubo”. Portanto, por considerarem que não se trata de uma política pública, já que nenhum governo assume a responsabilidade formal por isto, entendem que tal violência é resultado de ações individuais no interior da corporação e neste sentido isentam o Estado, como ele mesmo o faz. O estudo realizado por Evora, Ferreira, Tintori e Pedro, analisa comparativamente duas séries históricas - o período de 1980 a 1989 e o que vai de 1990 a 1996 -, no Brasil e constitui um banco de dados de informações extraídas de jornais sobre o eixo Rio São Paulo. Neste banco as execuções sumárias são referenciadas como “crimes de mando”, e os índices estatísticos de ações praticadas por “pistoleiros, grupos de extermínio/esquadrões da morte, justiceiros e matadores” não distinguem as praticadas agentes do Estado das outras advindas de indivíduos tomados como pessoas físicas. Embora constate que as execuções sumárias passaram a ser chamadas de chacinas pela imprensa na passagem de 80 para 90, tal perspectiva analítica se consolida ao citar de O’Higgins (1991) o sentido de vigilantismo, isto é, ações de grupos organizados que tomam a justiça em suas próprias mãos, salientando que de forma diversa da que ocorre no Brasil, na América latina tais ações “estão associadas aos regimes militares, em que grupos paramilitares ou esquadrões da morte agiam com a conivência ou a mando do Estado para eliminar opositores do regime militar”.<sup>912</sup>

Os crimes em que a presença de policiais é comprovada são posteriormente relatados como fruto de um confronto, de um “tiroteio”. Como se pode observar, nesse confronto só morrem os “bandidos”, mesmo que supostamente bem armados e em maior número que os policiais. Posteriormente eles aparecem nas estatísticas como R.S.M., ou seja, “resistência seguida de morte”. Mas nunca a cena do crime é estudada com os parâmetros da polícia

---

<sup>912</sup> EVORA, Yolanda, FERREIRA, CAETANO, Maria Inês, TINTORI, Adriana, PEDRO, Monica Aparecida Varasqui. Execuções sumárias: justicamento privado nos grandes centros urbanos brasileiros in: PINHEIRO (1999). *Continuidade autoritária e construção da democracia*. Fapes/CNPq/Fundação Ford . Relatório final da pesquisa, pg. 226 - 230.

10 a 13 de maio de 2010

científica. Ao contrário, ela é imediatamente desarranjada, seja pelos policiais executores, seja, no caso de supostos grupos de extermínio, por outros policiais que chegam logo em seguida para recolher cápsulas e provas da execução.<sup>913</sup>

A violência policial é uma causa ou um efeito da violência da criminalidade? Colocada assim, sob essa forma um tanto simplista, fica difícil estudar a questão. Entre os inúmeros textos que têm abordado essa questão vemos, por exemplo, esta afirmação:

Já é tempo de a sociedade brasileira se conscientizar de que, violência não é ação. Violência é, na verdade, reação. O ser humano não comete violência sem motivo. É verdade que algumas vezes as violências recaem sobre pessoas erradas, (pessoas inocentes que não cometeram as ações que estimularam a violência). No entanto, as ações erradas existiram e alguém as cometeu, caso contrário não haveria violência<sup>914</sup>.

Embora essa afirmação tenha o seu grão de verdade, ela se enreda em um círculo vicioso de violência. Na apreciação de um especialista, a violência veio em um crescendo que começou, segundo ele, no Rio de Janeiro dos anos 50.

Com o apoio de parte da população, que via na execução sumária de ladrões e assaltantes a medida adequada da pena, introduziu-se definitivamente o receio da rendição – e a reação armada – entre os jovens que derivavam para os crimes contra o patrimônio. A ameaça concreta de ser morto por ser ladrão contribuiu para a mudança no padrão de criminalidade, mudança que também se transferiu para o tráfico de drogas.<sup>915</sup>

Na verdade, se deslocarmos a questão para as responsabilidades do Estado, cujos funcionários são pagos pelo povo e existem para servir o povo, estaremos mais próximos de uma análise que valorize as respectivas responsabilidades. É com esses parâmetros que Fábio Konder Comparato pergunta, afirmando:

Estarão o Ministério Público e a magistratura habilitados a entender que, num Estado democrático de Direito, os crimes cometidos pelas forças policiais são sempre mais graves que os praticados pelos bandidos, pois a polícia é mantida com recursos públicos e age em nome de todos os cidadãos?<sup>916</sup>

O nexos, portanto, deve ser procurado no cumprimento da lei, na observância das regras do Estado democrático de Direito.

<sup>913</sup> ALMEIDA, A. “O Estado não pode executar nem inocentes, nem suspeitos e nem culpados” *Agência Brasil de Fato*, 26/05/2006 [http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/analise/news\\_item.2006-05-26.7687926400](http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/analise/news_item.2006-05-26.7687926400)

<sup>914</sup> DUTRA, Valvim M. (1905). Causas da Violência no Brasil, *Projeto Renasce Brasil*, [http://www.renascebrasil.com.br/f\\_violencia.htm](http://www.renascebrasil.com.br/f_violencia.htm)

<sup>915</sup> MISSE, Michel, Profunda e antiga acumulação de violência, *Folha de S. Paulo*, 20/05/2006.

<sup>916</sup> *Folha de S. Paulo*, 02/07/2006.

A questão é, assim saber como e porque agentes do aparelho repressivo do Estado não se sentem obrigados a cumprir as regras do Estado democrático de Direito. Como e porque grande parte da opinião pública cobre esta ilegalidade. Como e porque parte considerável do Poder Judiciário sanciona esta ilegalidade. O objetivo portanto de nossa pesquisa será o de explorar todos os aspectos dessa violência policial e dos agentes do Estado, violência institucional.

O terreno em que se dá preferencialmente esta violência é o da urbe. As características da violência rural fazem com que, só raramente – caso emblemático de Eldorado de Carajás, porém não usual – os agentes da violência contra os pobres do campo, os sem terra, pertençam ao aparato repressivo do Estado. Prevalece no campo uma herança importante dos tempos da Primeira República, a jagunçada, às vezes amplamente modernizada sob a forma de corpos de segurança particulares, mas às vezes utilizando-se ainda dos métodos tradicionais de contrato de assassinos a soldo de fazendeiros.<sup>917</sup>

Na cidade a violência está enraizada na estrutura das classes sociais, como já mostramos acima, funcionando às vezes com a aparência de reação-ação-reação. Porém, ao destacarmos o papel dos agentes do Estado e sua atuação em face da lei escrita e formal, estamos situando o elemento fundamental da pesquisa.

---

<sup>917</sup> LEONIDIO, Adalmir (2006). “O valor da violência. Conflitos rurais e esfera pública no Brasil” in: LES/ESALQ/USP - *VII Congresso Latinoamericano de sociologia rural*, organizado pela FLACSO e pela ALASRU (Associação Latino-Americana de Sociologia Rural) e a ser realizado em Quito, Equador, entre 20 e 24 de novembro.



## **Repressão e Resistência na América Latina**

### **Agentes de pince-nez: o papel da diplomacia brasileira e do Itamaraty no processo de constituição e institucionalização da atividade de informações no Brasil.**

Adrianna Setemy\*

**Resumo:** Nesta comunicação apresentamos os precedentes históricos do processo através do qual o Itamaraty e seu corpo diplomático, durante a ditadura militar no Brasil, se constituíram e institucionalizaram enquanto “olhos e ouvidos” da comunidade de informações no exterior, produzindo informações destinadas a auxiliar a defesa da segurança nacional dentro e fora das nossas fronteiras.

**Palavras-chave:** atividade de informações, segurança nacional, diplomacia

Boa parte da história da atividade de informações no Brasil é, ainda hoje, um segredo bem guardado, ou está irremediavelmente perdida pela destruição proposital e sistemática de uma parcela significativa de sua documentação mais sensível, após o fim do regime militar. Além disso, a abordagem deste tema, no Brasil, tornou-se uma tarefa difícil tanto pela grande dificuldade de acesso à documentação a que nos referimos, como também pelo fato da atividade de informações, em si mesma, carregar uma conotação negativa perante a sociedade democrática, decorrente do perfil assumido pelos órgãos responsáveis por esse tipo de atividade durante o regime militar, quando sua atuação esteve diretamente relacionada à tortura, corrupção, violação dos direitos e liberdades civis. Esta estigmatização da atividade de informações, que ocorreu concomitantemente ao processo de reabertura política após duas décadas de ditadura militar, desencadeou um processo crescente de silenciamento das memórias daqueles que, em algum momento, estiveram envolvidos com essa prática, o que resultou num esvaziamento do debate político e acadêmico brasileiro a respeito do funcionamento, da atuação e das práticas dos órgãos responsáveis.<sup>918</sup> Atualmente, grande

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em História Social pelo mesmo Programa de Pós-Graduação e Assistente de Pesquisa do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. E-mail: asetemy@gmail.com

<sup>918</sup> ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: entre a teoria e a prática. Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

parte das discussões centra-se mais no “como fazer”, do que no “o que é”, “quem participa” e no “como funciona” a atividade de informações no Brasil, e como resultado disso, pouco se sabe a respeito do processo de elaboração e institucionalização desta atividade, bem como a respeito dos atores que estiveram envolvidos neste processo.

A atividade de informações é antiga e sua importância estratégica já é reconhecida desde as guerras napoleônicas. Entretanto, no final do século XIX, a medida que os conflitos se tornavam mais complexos, este tipo de atividade se burocratizou, se tornou regular e passou a ser considerada fundamental enquanto instrumento do Estado para o planejamento e execução da política nacional, sob o prisma da segurança do Estado e da sociedade. Em termos conceituais, a informação pode ser classificada em interna e externa. Por informação interna ou doméstica, compreende-se as informações relativas ao poder e potencial nacionais, bem como aos óbices que possam produzir efeitos no âmbito interno do país e no estabelecimento, execução e acompanhamento da política de governo. A informação externa, por sua vez, consiste no conhecimento de fatos ou situações relativas a um país estrangeiro, grupos de países, organismos internacionais ou atores transnacionais, tendo em vista o planejamento, a execução e o acompanhamento da política externa e o aproveitamento ou neutralização dos efeitos que os fatos ou situações conhecidas possam produzir na política nacional.<sup>919</sup> Embora o exercício da atividade de informações esteja geralmente associado aos momentos de guerra, não se trata de uma ferramenta exclusivamente militar. Para efeito de sua finalidade essencial, que é servir ao processo decisório do chefe de Estado, o Ministério das Relações Exteriores, desde os longínquos anos de sua origem, em 1808, esteve preocupado em produzir informações estratégicas como também em salvaguardar os segredos de Estado. A descrição de fatos e situações sobre os países hospedeiros ou sobre questões de interesse maior para o Estado, na cena internacional, e adoção de medidas de proteção aos assuntos sigilosos sempre foram tarefa prioritária executada pelos diplomatas brasileiros, no cumprimento de suas missões nas relações internacionais. Além disso, ao longo do processo de estruturação e organização do Estado brasileiro, verifica-se uma constante e crescente colaboração entre o Ministério das Relações Exteriores e a Polícia na vigilância e controle de estrangeiros em solo brasileiro e também de brasileiros, e mesmo de estrangeiros, que se encontrassem em outros países, e que pudessem representar algum tipo de ameaça para a soberania e segurança nacional. Considerando que informação interna e informação externa estão interligadas, uma vez que ameaças externas têm componentes internos, e vice-versa, ao

---

<sup>919</sup> *MANUAL BÁSICO DA ESG*. Escola Superior de Guerra: 1977-1978, p. 301-303.

longo desta pesquisa de doutorado, que encontra-se em andamento, nos interessa compreender de que maneira o Itamaraty, enquanto principal e mais tradicional órgão formulador e executor da política externa brasileira, se inseriu na complexa rede de informações que começou a ser oficialmente estruturada no Brasil em 1927, durante o governo do presidente Washington Luis, até 1990, quando foi extinto o Serviço Nacional de Informações (SNI) e, neste período, de que maneira atuou na produção de informações externas estratégicas, com o objetivo de servir ao processo decisório do chefe do Poder Executivo no sentido de garantir a segurança nacional.

Como foi mencionado ainda há pouco, os primeiros passos para a formalização e organização da atividade de informações no Brasil foram dados no governo do presidente Washington Luis (1926-1930), quando foi criado, em 1927, o órgão civil federal denominado Conselho de Defesa Nacional, que tinha como missão exclusiva o estudo e coordenação de informações sobre todas as questões relativas à “defesa da Pátria”.<sup>920</sup>

A criação do Conselho naquele momento tinha o objetivo de acompanhar e avaliar os agitados acontecimentos da década de 1920, pois não só o Brasil passava por um momento de turbulências, com as manifestações do movimento tenentista e o surgimento do movimento operário, como diversas partes do mundo se encontravam abaladas com a vitória da Revolução Russa em 1917, além de estar enfrentando uma série de crises econômicas que culminou com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929.

Após o golpe de outubro de 1930 e ascensão de Getúlio Vargas ao poder, o comunismo passou a ser reprimido com muito mais energia do que durante os anos em que Washington Luis esteve na presidência. Para isso, Vargas iniciou um amplo reaparelhamento da polícia, a fim de dotá-la de um saber técnico e específico e também de uma capacidade de ação que lhe habilitasse a estabelecer ligações tanto internamente, entre as polícias dos diversos estados brasileiros, como externamente, com as polícias de outros países, a fim de garantir a eficácia no combate à “conspiração comunista internacional”. As frentes de combate eram várias, e neste sentido foram realizados convênios internacionais das polícias sul-americanas, reunindo Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, além de acordos internacionais de cooperação com a polícia de outros países, tais como Estados Unidos e Alemanha, e das atividades de vigilância desempenhada pelos diplomatas brasileiros em missão no exterior, tudo isso a fim de ampliar o intercâmbio formal e informal de informações relacionadas ao comunismo e outras ideologias consideradas contrárias a do Estado.

---

<sup>920</sup> Decreto n. 17.999, de 29 de novembro de 1927.

Em 1934, após a adoção de medidas que tornaram constitucional o governo provisório instaurado com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas reorganizou o Conselho de Defesa Nacional e, a fim de complementar a organização criou a Comissão de Estudos de Defesa Nacional, a Secretaria Geral da Defesa Nacional e as Seções da Defesa Nacional (uma em cada ministério), só receberam um regimento interno e passaram a funcionar, efetivamente, em 1942.<sup>921</sup> Ainda em 1934, a denominação do Conselho de Defesa Nacional foi alterada para Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN).<sup>922</sup>

Em novembro de 1935, a eclosão do levante comunista em várias regiões do país provocou forte reação conservadora, inspirada no medo de que o Brasil viesse a se tornar uma “nova Rússia”, e deu origem à construção de um conjunto de representações anticomunistas, baseado em imagens fortes como violência, traição, covardia, massacre, estupro e práticas imorais de variada espécie. Assim, a chamada “Intentona Comunista”<sup>923</sup> tanto serviu de justificativa imediata para uma maior concentração de poder nas mãos do governo central e para o desencadeamento de uma violenta repressão a todos os opositores do regime, tendo como principal braço executor a polícia, como também desencadeou o processo de construção de uma versão mitológica dos levantes armados de 1935, que deitou raízes no imaginário social brasileiro e, ao longo do tempo, consolidou a imagem maléfica atribuída aos comunistas.<sup>924</sup>

Em vista da ameaça representada pela tentativa malograda de tomada de poder pelos “vermelhos”, o Executivo logo se preocupou em adotar uma série de medidas excepcionais que facilitaram o trabalho de vigilância e repressão, tais como a decretação de uma nova Lei e Segurança Nacional, em 14 de dezembro de 1935, que incluía novos crimes políticos e contra a segurança nacional; a criação, em janeiro de 1936, da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, encarregada de investigar e reprimir a ação dos participantes ou simpatizantes do levante de novembro de 1935; passou a exigir um atestado de ideologia para todos os que exerciam cargos públicos e sindicais; e, finalmente, em setembro de 1936, instituiu o Tribunal de Segurança Nacional, órgão da Justiça Militar criado para julgar os elementos acusados de envolvimento com a revolta de 1935.<sup>925</sup> Em outubro de 1936, foi realizado no Rio de Janeiro

---

<sup>921</sup> Decreto n. 23.873, de 15 de fevereiro de 1934.

<sup>922</sup> Decreto n. 7, de 3 de agosto de 1934.

<sup>923</sup> Esta designação foi cunhada pelos meios oficiais com uma intenção depreciativa, já que o termo *intentona* significa “*intento louco, plano insensato*”.

<sup>924</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O anticomunismo militar. 1964-2004: 40 anos do golpe. Ditadura Militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 2004, p. 290-305.

<sup>925</sup> ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio T. de Niemeyer (Coord.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. CD-Rom.

o Congresso Nacional de Autoridades Policiais, que reuniu secretários de segurança e chefes de polícia de diferentes estados, a fim de discutir o problema da unificação do trabalho policial, tanto do ponto de vista da definição do alvo político de suas ações, como da transformação legal da Polícia Civil do Distrito federal em central de informações e ações policiais para o país; além de problemas relacionados com a entrada, permanência e expulsão de estrangeiros; a propaganda extremista e formas de reprimi-la; e a troca de informações, sua estrutura e recursos materiais disponíveis para este fim.<sup>926</sup> Durante o encontro, foram votadas medidas que viabilizaram legalmente a federalização da polícia do Brasil, foram assinados convênios de colaboração entre as polícias civis de diversos estados, e além dos representantes das polícias estaduais, 4 Ministérios estiveram presentes e se comprometeram a participar do convênio policial: Guerra, Marinha, Trabalho, Indústria e Comércio e Relações Exteriores.

Paralelamente à já tradicional cooperação do Ministério das Relações Exteriores com a e a Polícia no que se refere a vigilância de inimigos internacionais em território nacional e no estrangeiro, um memorando de janeiro de 1936, assinado pela chefe do Departamento de Negócios Políticos e Diplomáticos do Itamaraty, Odette de Carvalho e Souza, informava o então ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares, da conveniência de se criar no Itamaraty os chamados Serviços de Estudos e Investigações (SEI), cujo objetivo seria “tratar da obra de repressão ao comunismo, mediante o estudo especializado da doutrina marxista, métodos da propaganda bolchevista, sua infiltração no nosso país e meios de combatê-la de maneira prática e eficiente”.<sup>927</sup>

Dona Odette argumentava que ainda que o trabalho de investigação parecesse, a primeira vista, de competência exclusiva da polícia, o Itamaraty já havia “comprovado múltiplas vezes” que poderia prestar relevantes serviços à ação policial. Em seguida, apontou algumas das razões pelas quais o Itamaraty poderia vir a desempenhar um papel preponderante no combate ao comunismo. Primeiramente, dizia o memorando, devido ao caráter internacionalista do comunismo e ao seu princípio de revolução mundial, a luta anti-bolchevista deveria ser empreendida no terreno internacional, a partir do estabelecimento de uma estreita ligação entre a ação de todos os países contra o Komintern, e que este tipo de coordenação na obra de repressão ao comunismo, no terreno internacional, só poderia ser

---

<sup>926</sup> CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. 2 ed. Brasília: Editora UnB, 1994, p. 65.

<sup>927</sup> Memorial – Criação dos Serviços de Estudos e Investigações (S.E.I). Data: 28/1/1936. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. CAT .034 ex 1. Comunismo. Referência: 500.1, Lata 980, maço 15604.

levada a efeito pelo Itamaraty. Além disso, dizia que as missões diplomáticas brasileiras poderiam constituir-se em ótimos postos de observação, e poderiam fornecer ao Itamaraty dados e informações preciosas sobre a ação, as táticas e as palavras de ordem lançadas por Moscou para estender ao mundo inteiro a sua “obra nefasta de destruição”. Considerando que a ação bolchevista era levada a diferentes partes do mundo por elementos estrangeiros, e que no Brasil tal fato teria se verificado por ocasião da “revolução” de 27 de novembro de 1935, cujo financiamento e direção era atribuída a elementos estrangeiros ligados ao Komintern, aos consulados do Brasil no exterior caberia o papel preponderante no sentido de evitar a vinda de elementos “extremistas” e “indesejáveis”, negando-lhes o visto no passaporte, ou dificultando-o aos indivíduos “suspeitos”; caber-lhes-ia ainda a tarefa de facilitar a ação policial, fornecendo informações e dados sobre antecedentes de indivíduos presos ou suspeitos que já se encontrassem no Brasil, ou auxiliando a polícia na localização daqueles que haviam conseguido fugir à ação policial, sejam nacionais ou estrangeiros; e ainda nesse sentido, deveriam prevenir a vinda de elementos suspeitos, ou a introdução no Brasil de material de propaganda. Em seguida, o memorando informava que o Itamaraty mantinha constante e estreita ligação com Instituições Internacionais incumbidas do combate ao comunismo, as quais prestavam ao mundo todo preciosas informações, cabendo à seção especializada na produção de informações, dentro do Itamaraty, a tarefa de reunir e coordenar tais informações, e em seguida, transmiti-las às autoridades mais diretamente interessadas, notadamente à Polícia e aos Ministérios Militares. O mesmo deveria ser feito em relação às informações recebidas das nossas missões diplomáticas e consulares no exterior, bem como com as informações fornecidas ao Itamaraty pelas missões diplomáticas e consulares acreditadas junto ao governo brasileiro.

Os SEI do Itamaraty iniciaram suas atividades em fevereiro de 1936 e funcionaram de maneira experimental durante o período de um ano, sob a direção do Departamento de Negócios Políticos e Diplomáticos do Itamaraty, chefiado por Dona Odette.

Em janeiro de 1937, a chefe do Departamento de Negócios Políticos e Diplomáticos do Itamaraty encaminhou um documento ao então Chefe de Gabinete do Ministro informando que após um ano de funcionamento daquele serviço, haviam se multiplicado os serviços prestados pelo Itamaraty à causa anti-comunista, e diante disso solicitava que os SEI passassem a funcionar como serviços adidos ao Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, sob a direção imediata do ministro.<sup>928</sup> Data de fevereiro de 1937 um documento

---

<sup>928</sup> Criação dos Serviços de Estudos e Investigações (S.E.I). Data: 18/1/1937. Arquivo Histórico do Itamaraty.

intitulado “Projeto de Portaria criando os ‘Serviços de Estudos e Investigações do Itamaraty’ (SEI)”, que trazia um esboço da organização hierárquica interna do serviço e apontava qual seria o lugar deste serviço dentro da estrutura burocrática e administrativa do MRE e em relação a outros órgãos da administração pública, diretamente envolvidos com o levantamento de informações para garantia da segurança nacional em vista da ameaça comunista. Devendo manter com os Ministérios Militares, Ministério da Justiça e com a Polícia do Distrito Federal uma estreita ligação na obra de prevenção e repressão contra o extremismo subversivo, dizia o projeto, os SEI deveriam funcionar sob a direção imediata do ministro de Estado, como adidos a seu Gabinete, visto o caráter confidencial, e muitas vezes secreto, dos assuntos submetidos à sua esfera, a responsabilidade que comportaria a solução dos mesmos, e a urgência com que deveriam ser solucionados. Conseqüentemente, o chefe dos SEI deveria ser considerado adido ao Gabinete do Ministro de Estado. Caberia aos SEI, ainda, a tarefa de manter uma constante ligação com a Secretaria Geral do MRE, bem como com o chefe dos Negócios Políticos e Diplomáticos, e informar com a devida urgência as outras seções diretamente ou indiretamente interessadas em casos levados ao conhecimento daqueles serviços.<sup>929</sup>

Após o golpe de Estado de 1937, que deu início ao período denominado de Estado Novo, Vargas decretou uma nova Constituição Federal que atribuiu ao Conselho de Segurança Nacional a responsabilidade pela coordenação dos estudos relacionados à segurança. Como parte de um processo de redefinição das competências e da organização do Conselho, foi criada a Secretaria-Geral do Conselho, que ficava diretamente subordinada à presidência da República, e, além disso, foram criadas em todos os Ministérios Civis uma comissão especial de faixa de fronteira e comissões de estudo relativas à defesa da Pátria.

O período pós-1930 caracterizou-se, de maneira geral, por um processo amplo de modernização e racionalização do Estado brasileiro, em que se aceleraram as tendências à centralização e burocratização de toda a administração pública. É neste cenário que está inserido tanto o processo de criação, ampliação e burocratização de um órgão federal responsável pela atividade de informações no Brasil, como também as reformas administrativas no Itamaraty que deram início à institucionalização e burocratização da sua

---

Rio de Janeiro. CAT .034 ex 1. Comunismo. Referência: 500.1, Lata 980, maço 15604.

<sup>929</sup> Projeto de Portaria criando os Serviços de Estudos e Investigações do Itamaraty. (SEO). Data: 1/2/1937. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. CAT .034 ex 1. Comunismo. Referência: 500.1, Lata 980, maço 15604.

10 a 13 de maio de 2010

estrutura administrativa, através da criação de sub-unidades diferenciadas (tanto hierárquica como funcionalmente), tais como os Serviços de Estudos e Investigações, que consideramos como o primeiro passo no sentido da institucionalização de um serviço de informações dentro do Itamaraty, uma vez que no pré-projeto de criação deste órgão encontramos dois pontos considerados fundamentais pelas diferentes definições a respeito do que consiste esse tipo de atividade:

- 1) A importância estratégica da produção de conhecimento para a condução da ação governamental.
- 2) A necessidade de que os funcionários designados para este serviço fossem capacitados para o desempenho técnico da atividade de informações, sendo consideradas condições essenciais também, para além de competência técnica, a conscientização para a conduta ética e máxima discrição.

Ao longo desta pesquisa pretendemos analisar historicamente a conjunção dos fatores envolvidos tanto na criação, ampliação e burocratização do órgão federal responsável pela atividade de Informações no Brasil, como também do setor responsável por este tipo de atividade dentro do Itamaraty, e posteriormente verificar de que maneira se estruturou a relação de cooperação e coordenação que estes órgãos guardavam entre si, partindo do pressuposto de que a formação e interação dessas duas esferas da produção de informações, cada uma com suas particularidades, fez parte do processo mais amplo de modernização e racionalização do Estado brasileiro. Assim, pretendemos compreender como se organizou e de que maneira se formalizou e estruturou a atividade de informações no Brasil voltada para o ambiente internacional, em diferentes esferas da administração pública, visando a tranqüilidade nacional e a preservação dos interesses do Estado brasileiro.

Mais adiante, com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e o início da Guerra Fria, a maioria dos países foi obrigada a reformular, ou ainda, criar suas agências de inteligência, de acordo com suas perspectivas ideológicas..

No Brasil, o medo que alguns setores compartilhavam, desde a vitória da revolução russa em 1917 e de maneira mais intensa a partir do levante comunista de 1935, de que a nação se desintegrasse a partir da infiltração de “ideologias exóticas” se tornou, acima de tudo, questão de segurança nacional. Diante disso, concluiu-se que a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional não era um órgão suficientemente preparado para esta nova dinâmica internacional. Era necessária a criação de um órgão que reunisse a função de recolher e estudar as informações sensíveis à defesa do país de forma sistemática e permanente e que tivesse suas atribuições precisamente definidas. Assim, em 1946, na gestão do presidente Eurico Gaspar Dutra, foi oficialmente criado o primeiro órgão de informações



brasileiro, o Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência (SFICI), como um organismo componente da estrutura do Conselho de Segurança Nacional, que passaria a ter o encargo de tratar das informações no Brasil. Entretanto, o SFICI só saiu do papel e foi implementado em 1956, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek. A estrutura do SFICI era formada por 4 subseções: uma subseção responsável por questões exteriores, a qual cabia proceder aos levantamentos estratégicos das áreas que lhes eram determinadas; uma dedicada a questões interiores, responsável por pesquisar e fazer o levantamento das potencialidades nacionais, uma subseção de operações, responsável, principalmente, por colaborar com outros órgãos governamentais no planejamento de suas operações, e uma subseção voltada para a segurança interna. Entretanto, como bem definiu o jornalista Lucas Figueiredo, o SFICI foi apenas um trampolim para a construção de um órgão de informações muito mais forte, o Serviço Nacional de Informações (SNI).<sup>930</sup>

Dado o golpe militar de 1964, a idéia fixa dos militares no poder era moralizar o país através da extinção de dois males que, do seu ponto de vista, consumiam o Brasil: a corrupção e a subversão. Antes de dar início à chamada “operação limpeza”, entretanto, o general Golbery do Couto e Silva propôs ao presidente Castelo Branco que apresentasse ao Congresso um projeto para criação de uma sólida instituição de informações, capaz de suprir a administração pública com a coleta e análise de informações acerca dos “alvos” a serem perseguidos pelo novo regime instituído.

Em 11 de maio de 1964, Castelo Branco apresentou ao Congresso Nacional o projeto de criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), aprovado em 13 de junho de 1964, através da Lei n. 4.341. Para constituir o SNI, Golbery lançou mão das experiências, dos funcionários e do arquivo do extinto SFICI.<sup>931</sup> Entretanto, diferente do seu predecessor, o SNI ficou sob a supervisão direta da Presidência da República, e não mais do Conselho de Segurança Nacional.

O SNI passou a ser o principal órgão de um amplo sistema de informações que começou a ser implantado em todo o país, cujo objetivo era não mais apenas fornecer informações ao presidente da República, mas invadir a esfera particular da vida dos cidadãos em busca de detalhes que justificassem a escalada e a manutenção da repressão. O SNI, portanto, foi o órgão central da chamada “comunidade de informações”, conjunto de órgãos que atuavam cooperativamente como fornecedores de informação ao presidente e às

---

<sup>930</sup> Ver FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

<sup>931</sup> Idem.

principais autoridades de primeiro escalão, relativas a quaisquer questões ou pessoas que de alguma forma interessassem ao regime.<sup>932</sup>

Além do SNI, cada ministério civil passou a contar com uma “Divisão de Segurança e Informações” (DSI), órgãos que obedeciam a um sistema de duplo comando, já que estavam concomitantemente subordinados aos respectivos ministros de estado e à superintendência e coordenação do SNI. Nas autarquias, fundações e empresas estatais vinculadas aos ministérios civis tais órgãos recebiam o nome de Assessoria Especial de Segurança e Informações (Aesi), muitas vezes instaladas em função do prestígio que poderiam proporcionar à seus chefes imediatos e superiores, já que se a repartição era importante deveria contar com uma Aesi.<sup>933</sup>

As pastas militares também passaram a contar com seus próprios órgãos de informação, no intuito de combater a “subversão” com maior eficácia. A Marinha foi a primeira das três forças a se preocupar com a área de informações, e ainda no início da Guerra Fria criou o Serviço Secreto da Marinha (SSM), regulamentado em 1955 com o nome de Serviço de Informações da Marinha (SIM) e voltado especificamente para o trato de questões relacionadas àquela força. Em 1957, através do decreto n. 42.687, alterou a estrutura do Estado Maior da Armada e transformou o antigo SIM em CENIMAR, órgão que se tornou famoso durante a ditadura militar devido à sua opacidade e eficiência no combate à corrupção e subversão.

Durante o governo Costa e Silva, no ano de 1967, foi criado o CIE (Centro de Informações do Exército), que ao contrário do CENIMAR, originalmente direcionado para questões relacionadas à diplomacia e aos problemas da Marinha, foi criado especialmente em função do combate à subversão.

O ministério da Aeronáutica foi o último das Forças Armadas a criar um serviço de informações próprio. Inaugurado em julho de 1968, durante o governo Costa e Silva, com a designação de Núcleo do Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica (N-SISA), foi extinto em 1970, quando a Aeronáutica então instituiu o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), outra sigla que ficou famosa durante o regime militar na repressão à luta armada.

CIE, CISA e CENIMAR foram três das mais temidas siglas do período, já que além de produtores de informações esses órgãos também se envolviam em prisões, interrogatórios e

---

<sup>932</sup> Ver FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 94.

<sup>933</sup> Loc. Cit.

torturas. Em função desse perfil policial, os órgãos de informação militares podem ser classificados como “órgãos mistos”, já que realizavam tanto operações de informação como de segurança. Além disso, atuavam de forma bastante independente em relação ao SNI, já que se julgavam mais capacitados que seus correlatos civis.<sup>934</sup>

A preocupação do regime instaurado em 1964 em identificar e neutralizar óbices oriundos de diferentes tipos e níveis de ameaça, tanto interna como externa, exigiu que paralelamente à criação dos serviços de Informação que operavam no plano interno, fosse criada uma agência especializada para a atuação além das fronteiras territoriais do Brasil.

Em 2007, o jornalista Cláudio Dantas Siqueira publicou uma série de reportagens no *Correio Braziliense* a respeito da existência de documentos que comprovavam ter havido uma agência de Informações criada e operada pela cúpula do Itamaraty durante o regime militar, o Centro de Informações do Exterior (CIEX), e que a análise do arquivo deste órgão revelava que a diplomacia brasileira havia participado de atividades de espionagem e perseguição política no exterior que não se restringiam apenas aos brasileiros fixados fora do país, mas que também visava os estrangeiros contrários ao regime militar brasileiro, em seus próprios países, o que representava uma flagrante violação do direito internacional e do princípio da soberania, tão caros à tradição do Itamaraty.<sup>935</sup>

Ainda pouco conhecido ou mencionado pelos estudos dedicados à análise do regime militar brasileiro,<sup>936</sup> o CIEX foi a primeira agência de informações criada sob o “guarda-chuva” do SNI, e manteve-se no anonimato durante décadas, mais precisamente até 2005, quando pela primeira vez sua documentação foi parcialmente disponibilizada para pesquisa no Arquivo Nacional, com sede em Brasília.

Criado em 1966, através de uma Portaria Secreta assinada pelo então Secretário-Geral do Itamaraty, Pio Corrêa, o CIEX atuou como olhos e ouvidos da comunidade de Informações no exterior, através de um corpo de agentes e informantes composto por diplomatas de vários escalões radicados em diversos países, incumbidos, dentre outras coisas, de acompanhar as atividades de brasileiros exilados no exterior que continuavam protestando contra a falta de liberdade política no Brasil e denunciando os maus tratos impostos pelo regime contra os seus

---

<sup>934</sup> Idem. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 91.

<sup>935</sup> SEQUEIRA, Claudio Dantas. O Serviço Secreto do Itamaraty. *Correio Braziliense*, 22 de julho de 2007.

<sup>936</sup> O mistério e a desinformação em torno do CIEX são ainda tão grandes que em publicações e mesmo em trabalhos acadêmicos, a sigla é erroneamente identificada como Centro de Informações do Exército, que vem a ser o CIE. Embora não tenha sido objeto de estudos mais aprofundados, merece destaque o artigo de Pio Penna Filho acerca do CIEX, publicado nos anais do Seminário 40 anos do golpe de 64, realizado na UFRJ, no ano de 2004, bem como o livro do jornalista Lucas Figueiredo, *Ministério do Silêncio*.

opponentes.<sup>937</sup> À medida que o regime militar se consolidava e radicalizava, o CIEEX, enquanto agência responsável pelo acompanhamento de atividades políticas ou consideradas subversivas e ameaçadoras do regime, no âmbito internacional, foi desenvolvendo um sofisticado aparelho de coleta, análise e distribuição de informações referentes a atividades políticas, intimidades e relações pessoais de exilados brasileiros em território estrangeiro, destinadas a municiar as demais agências da comunidade, como o SNI, CIE, CISA e CENIMAR<sup>938</sup>.

Ainda que já exista um rico debate na historiografia recente acerca do regime militar,<sup>939</sup> que aborda tanto as especificidades de cada um dos órgãos de Informação que compunham a Comunidade de Informações, como também a relação de cooperação e coordenação que estes órgãos guardavam entre si, é necessário fazer o mesmo em relação ao CIEEX, enquanto um dos braços do SNI estendido para além das fronteiras do Brasil, e explicar porque o MRE foi o único Ministério Civil que além de uma DSI (Divisão de Segurança e Informação),<sup>940</sup> foi contemplado com um órgão de informação altamente burocratizado e especializado, como é o caso do CIEEX.

Este estudo nos permitirá ainda, rever a memória que foi construída acerca da atuação do Itamaraty nos anos do regime militar e que define o MRE como reserva moral da democracia, e discutir o silêncio da diplomacia brasileira acerca do envolvimento do Itamaraty com atividades de Informações, especialmente neste período. Com isso não pretendemos enquadrar o Itamaraty em categorias, tais como de “colaborador” do regime militar ou de “resistente”, mas superar memórias sacralizadas que definem o Itamaraty enquanto uma instituição formada por um corpo diplomático sem partidos ou tendências ideológicas, incólumes aos vaivens da política, e em contrapartida dotar de maior complexidade a compreensão de como se deu a atuação deste órgão em Atividades de Informação, desde 1927, e se inseriu no âmbito da comunidade de informações.

### Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando;

---

<sup>937</sup> PENNA FILHO, Pio. Política externa dos governos militares. In: *Seminário 40 anos do Golpe de 64. Ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 165.

<sup>938</sup> PENNA FILHO, Pio. *Op. cit.*, p. 166.

<sup>939</sup> Ver FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001; e ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI e ABIN: entre a teoria e a prática*. Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

<sup>940</sup> Ver conceito de DSI na página 3.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

LAMARÃO, Sérgio T. de Niemeyer (Coord.) Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. CD-Rom.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI e ABIN: entre a teoria e a prática. Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX.* Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas.* 2 ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política.* Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005).* Rio de Janeiro: Record, 2005.

*MANUAL BÁSICO DA ESG.* Escola Superior de Guerra: 1977-1978

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O anticomunismo militar. 1964-2004: 40 anos do golpe. Ditadura Militar e resistência no Brasil.* Rio de Janeiro: 2004.

*Seminário 40 anos do Golpe de 64.* Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

**Os militares e a “grande mentira”: história, política e discurso no tempo presente**

Michel Goulart da Silva\*

**Resumo:** Este trabalho analisa os textos acerca do golpe de 1964 e da ditadura escritos por civis e militares e publicados nas revistas e livros da editora Biblioteca do Exército (BIBLIEX). São analisados alguns livros lançados por essa editora e artigos da “Revista do Exército” e “A defesa Nacional”, publicados entre 2003 e 2008, que discutam ou narrem acontecimentos relacionados ao golpe ou ao período ditatorial.

**Palavras-chave:** Militares; Pensamento conservador; Historiografia.

De forma geral, os temas que dizem respeito à ditadura civil-militar que governou o Brasil de 1964 a 1985 provocam intensas polêmicas e debates acalorados, gerando poucos consensos. Por exemplo, no ano de 2009, em função de editorial publicado pelo jornal Folha de São Paulo, afirmando que a ditadura no Brasil teria sido mais “branda” do que em países como Argentina e Chile, abriu-se intenso debate que permitiu vir à tona numerosas posições acerca do golpe e da ditadura.<sup>941</sup> Nas páginas da própria Folha de São Paulo, Marco Antônio Villa, professor da UFSCar, defendeu a hipótese de que a ditadura no Brasil estaria restrita ao período de 1968 a 1979, ou seja, começaria com a aprovação do AI-5 e teria como marco final a Lei de Anistia. Para ele, a movimentação política ainda existente entre 1964 e 1968 e as eleições de 1982 são sintomas do equívoco em afirmar que o período ditatorial estende-se de 1964 a 1985.<sup>942</sup> Por outro lado, Marcelo Ridenti, embora reconhecendo que a ditadura teve

---

\* Mestrando em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC). Contato: michelgsilva@yahoo.com.br.

<sup>941</sup> Embora tenha procurado assumir uma roupagem democrática depois de terminada a ditadura, são bastante conhecidas as posições favoráveis à ditadura e mesmo a colaboração com o regime repressivo do Grupo Folha da Manhã, que vem controlando há décadas a Folha de São Paulo e outros jornais, tendo seu principal centro na família Frias. O grupo é acusado, entre outras coisas, de ceder automóveis para a realização das atividades repressivas do DOI-CODI, além de serem inúmeras as atitudes de alinhamento da *Folha da Tarde*, um dos jornais do grupo, com os governos ditatoriais (KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004, p. 219, 273 e 330). Caio Navarro de Toledo, refletindo a respeito da polêmica em torno da “ditabranda”, menciona um conjunto de depoimentos que ilustram os vínculos do Grupo Folha da Manhã com a ditadura (TOLEDO, Caio Navarro de. Crônica política sobre um documento contra a “ditabranda”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, nº 34, p. 209-217, out. 2009).

<sup>942</sup> VILLA, Marco Antônio. Ditadura à brasileira. *Folha de São Paulo*, São Paulo, ano 89, nº. 29191, p. 03, 05 mar. 2009.

numerosas fases, afirma que as variações nos âmbitos político e econômico não fazem da ditadura menos ditadura. Conforme o cientista político, desde os primeiros dias de abril de 1964 foram efetuadas prisões, demitidos funcionários públicos, abertos inquéritos contra “subversivos”, entre outras ações repressivas.<sup>943</sup>

Esse debate em um dos jornais diários de maior circulação do país é apenas um entre os numerosos exemplos das polêmicas historiográficas e das disputas de memórias relacionadas à ditadura travadas hoje. Os diferentes setores que militaram na oposição ao golpe e ao regime repressivo construíram memórias e contaram histórias acerca da ditadura, expressando uma grande pluralidade de opiniões, análises e balanços. Por outro lado, civis e militares envolvidos com o regime ditatorial também contaram lembranças, escreveram memórias e construíram versões historiográficas acerca do período. Como conseqüência, hoje pode-se encontrar uma grande variedade de interpretações a respeito do golpe e do período ditatorial, tocando em temas como a atuação das organizações de esquerda, as políticas econômicas dos governos militares, o funcionamento do Estado repressor, entre outros.<sup>944</sup>

### **Os militares e a história**

Entre os militares há numerosas e variadas produções historiográficas ou com pretensões históricas, pouco lidas ou mesmo desconhecidas nos meios acadêmicos. Uma das primeiras tentativas de escrever histórias a partir do ponto de vista dos militares foi o livro *Brasil: sempre*, publicado por Marco Pollo Giordani, em 1986, como resposta ao projeto *Brasil: nunca mais*, promovido, entre outras instituições, pela Diocese de São Paulo. Para Giordani, não seria necessário contestar o projeto liderado pelo Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, pois *Brasil: nunca mais* teria se limitado a apresentar somente um lado e, portanto, teria rompido com a lógica e a imparcialidade.<sup>945</sup>

Nos anos recentes, a editora Biblioteca do Exército (BIBLIEX) publicou o livro intitulado *Quinhentos anos de História do Brasil*, a cargo de Guilherme de Andrea Frota, historiador e membro da Marinha, que parece expressar o pensamento predominante hoje nas

---

<sup>943</sup> RIDENTI, Marcelo. Ditadura: nunca mais! *Folha de São Paulo*, São Paulo, ano 89, nº. 29195, p. 03, 09 mar. 2009. Em defesa de seu argumento, Marcelo Ridenti lembra que, embora os quatro volumes de Élio Gáspari a respeito da ditadura em seus títulos façam menção aos momentos específicos por que passou o regime repressivo – “Ditadura Envergonhada”, “Ditadura Escancarada”, “Ditadura Encurralada” e “Ditadura Derrotada” –, o regime repressivo foi, ao longo de seus vinte e um anos, uma ditadura.

<sup>944</sup> Um balanço da historiografia produzida acerca do golpe e da ditadura civil-militar é feito em FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

<sup>945</sup> GIORDANI, Marco Pollo. *Brasil: sempre*. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

Forças Armadas (ou, pelo menos, o pensamento da oficialidade que controla editorialmente a BIBLIEX) a respeito dos acontecimentos dos últimos séculos na América Portuguesa e no Brasil.<sup>946</sup> Por outro lado, as histórias contadas por militares carregam uma enorme preocupação com a *objetividade e neutralidade*, como fica evidente no livro *O revisionismo histórico brasileiro*, também publicado pela BIBLIEX, de José Fernando de Maya Pedrosa.<sup>947</sup> Trata-se de uma reflexão teórica a respeito das produções historiográficas realizadas nas últimas décadas e sua relação com o ensino de História, defendendo a hipótese de que essa história estaria sendo contada por revisionistas influenciados pelo materialismo histórico, carregando, portanto, um conteúdo ideológico nocivo à sociedade.<sup>948</sup>

No discurso utilizado nos livros difundidos pela BIBLIEX, ressaltam-se interpretações a respeito da História que pretendem contar verdades acabadas e definitivas, cujo objetivo passa por provar, entre outras coisas, a existência de omissões ou mesmo de mentiras em textos divulgados nas produções acadêmicas, que estariam influenciadas ou pelo menos seriam coniventes com uma pretensa “doutrinação” esquerdista e um ensino supostamente baseado no marxismo. Como expressão política e histórica, essa preocupação aparece em *A grande mentira*, de Agnaldo Del Nero Augusto, que descreve as ações das organizações comunistas na visão dos militares, analisando acontecimentos da história brasileira desde a década de 1930, propondo-se a “desmascarar” os discursos das esquerdas.<sup>949</sup> Nessa pretensa verdade, difundida pelos textos pretensamente históricos escritos pelos militares, além de

---

<sup>946</sup> FROTA, Guilherme de Andréa. *Quinhentos anos de história do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

<sup>947</sup> PEDROSA, José Fernando de Maya. *O revisionismo histórico brasileiro: uma proposta para discussão*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

<sup>948</sup> As formulações revisionistas mais conhecidas pela historiografia mundial são aquelas que se referem à Segunda Guerra e ao holocausto, conhecidas como “negacionistas”, por negarem “as câmaras de gás de Hitler e o extermínio de doentes mentais, judeus e ciganos e, ainda, o de membros de povos considerados radicalmente inferiores” (VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória*. Campinas: Papirus, 1988, p. 9). No caso dos militares brasileiros, o termo aparece para qualificar o movimento de renovação da historiografia brasileira iniciado, com maior fôlego, a partir da década de 1970. Para José Fernando de Maya Pedrosa, principalmente, haveria uma contaminação do marxismo em toda a historiografia brasileira, incluindo nesse conjunto genérico de “materialistas históricos” as influências que vão desde Marc Bloch e Fernand Braudel, os historiadores do movimento conhecido como História Nova, historiadores brasileiros como Euclides da Cunha e José Honório Rodrigues, e até mesmo Michel Foucault, além dos historiadores propriamente marxistas, brasileiros e estrangeiros, como Caio Prado Junior e Eric Hobsbawm. Contemporaneamente, essas interpretações tidas como “materialistas” estariam contaminando os meios acadêmicos e, conseqüentemente, os materiais didáticos, tendo formado novos historiadores e professores que nas salas de aula trabalham como ideólogos que se dedicaram a “doutrinar” seus alunos. No âmbito da historiografia, criticando principalmente as produções mais inovadoras a respeito da Guerra do Paraguai (ou seja, aquelas que não exaltavam o nacionalismo militarista brasileiro), Maya Pedrosa afirma que “o fenômeno revisionista contemporâneo merece um debate sobre seus fundamentos, em proveito da moderação e equilíbrio que devem reger os estudos históricos ou especificamente sociológicos, porque seu marxismo rema em direção oposta aos destinos liberais do Brasil e do mundo e se apegava a uma época em que a revolução para o socialismo modelo soviético, cubano ou chinês ainda parecia provável” (PEDROSA, 2008, p. 26).

<sup>949</sup> AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A grande mentira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.



ressaltar a “grande mentira” dos esquerdistas, afirmam que os golpistas de 1964 e os responsáveis pelo regime ditatorial teriam como objetivo apenas evitar que o país passasse por uma instabilidade política, que poderia levar a uma ditadura comunista, promovida por interesses estranhos à “nação”. Da mesma forma, segundo essa versão difundida pelos militares, o “milagre” e as demais medidas para o crescimento econômico da nação não teriam a intenção de aprofundar a dependência do Brasil em relação às potências capitalistas, nem pretendiam favorecer o capital externo, mas transformar o país em uma “potência de porte médio”.

Portanto, as publicações militares contemporâneas cumprem o papel de corroborar uma “pretensão de legitimidade” presente nas ações e na propaganda produzidas pelo regime ditatorial. Segundo Maria José Rezende,

a ditadura construiu uma ampla estratégia nas diversas esferas da vida social visando alcançar adesão para a sua forma de construção, organização e condução de uma determinada ordem social. Desta forma, é preciso que fique plenamente esclarecido que se partiu do pressuposto de que existe um percurso entre a pretensão de legitimidade e a própria legitimidade. A atuação de seus condutores se situou, durante aquelas duas décadas, naquele percurso que, sem qualquer dúvida, rendeu dividendos políticos à ditadura.<sup>950</sup>

Da mesma forma que nos tempos da ditadura era necessário apostar em uma intensa propaganda, construindo a imagem de um país democrático que crescia economicamente e se desenvolvia socialmente, a partir da “abertura política” fez-se necessário localizar dentro da história do país qual teria sido a importância da ditadura para o Brasil. Nos textos dos militares pretensamente históricos escritos contemporaneamente, não é preciso inventar algo novo, mas, partindo da propaganda difundida durante o próprio regime, é possível mostrar de que forma a intervenção militar teria sido fundamental política e historicamente e que os militares, nessas versões apresentados como a parte melhor preparada das elites na condução dos interesses nacionais, teriam novamente colocado a República nos rumos pretendidos quando esta foi proclamada em 1889.<sup>951</sup> Nessa interpretação, depois de garantir certa ordem

---

<sup>950</sup> REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1985)*. Londrina: Ed. da UEL, 2001, p. 2.

<sup>951</sup> Segundo Nilson Borges, quando é mencionado na doutrina da ESG um “novo profissionalismo dos militares, não significa simplesmente se referir a um novo tipo de militar, mas a uma nova dimensão da política interna do país na qual o militar assume, claramente, aberta e agressivamente, um papel que consiste em intervir e tomar posse da política (...) Considerando sua estrutura organizacional, em que prevalecem os princípios de hierarquia, disciplina e missão, os militares brasileiros se definem ainda como os mais aparelhados para responder pelos destinos do país, cuja proteção está sob a égide do Estado de segurança” (BORGES, Nilson. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 4, p. 34).

política e social os militares tiveram a possibilidade de entregar sem riscos o poder novamente aos civis. Mas, apesar da autoconfiança demonstrada pelos militares de que teriam acertado em suas ações, guardam certo ressentimento em relação aos civis, pois não identificam na sociedade brasileira o reconhecimento aos seus esforços de normalizar as instituições do país e desenvolvê-lo economicamente.<sup>952</sup>

Essa produção comprometida com os interesses dos militares e publicada pela BIBLIEX ou por outras editoras a eles vinculadas visam legitimar as ações dos militares e civis envolvidos com o regime ditatorial, sendo narradas ou por oficiais na reserva ou intelectuais de longa trajetória nas academias das Forças Armadas.<sup>953</sup> Os militares empreenderam projetos bastante audaciosos nesse sentido, produzindo discursos a respeito da história que se expressam tanto em livros como em artigos periodicamente publicados nas revistas das Forças Armadas.

Há trabalhos em que há evidências de que os militares não trabalham apenas com uma retórica de ataque ao comunismo ou se dedicam apenas a repetir insistentemente as “conquistas” de seus governos. Eles se dedicam também a investigar os documentos e a bibliografia disponível a respeito do golpe de 1964 e da ditadura, utilizando-se de elementos da Teoria da História e, principalmente, produzindo trabalhos que se pretendem colaborações a serem lidas nos debates historiográficos contemporâneos. Essas produções de caráter histórico trazem inclusive a intenção de se verem incorporadas nos debates a respeito das inovações historiográficas das últimas décadas, propondo-se a intervir nas discussões a respeito do que vem sendo chamado de Nova História Militar.<sup>954</sup> Embora não passe pelo escopo deste trabalho analisar essas produções de caráter histórico em comparação com as mais importantes inovações historiográficas das últimas décadas, não é possível deixar de mencionar que, apesar das intenções expressas principalmente por José Fernando de Maya Pedrosa, esses textos produzidos pelos militares pouca diferença trazem em relação à história tradicional positivista por eles produzida décadas atrás. Uma obra como *Quinhentos anos de História do Brasil*, que pretende contar vários séculos por meio de uma narrativa meramente

---

<sup>952</sup> Esse ressentimento expresso pelos militares é discutido, entre outros, em D'ARAÚJO, Maria Celina. Ouvindo os militares: imagens de um poder que se foi. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1994 e CASTRO, Celso. Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: FICO, Carlos et al. (Org.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008, p. 133.

<sup>953</sup> RUIC, Diogo; VIANA, Natália. O conservadorismo nas Forças Armadas. *Caros Amigos*, São Paulo, nº. 26, ano IX, dez. 2008.

<sup>954</sup> PARENTE, Paulo André Leira. Uma nova História Militar? Abordagens e campos de investigação. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, nº. 806, 3º quadrimestre 2006.

fatal, nada tem a ver, por exemplo, com a “história problema” que há pelo menos quatro décadas vem sendo trabalhada pelos historiadores da chamada Nova História.

Com as novas produções de caráter histórico, evidencia-se motivação dos militares em não ficarem apenas no nível das disputas pelas memórias da ditadura ou de outros períodos da história republicana do Brasil, mas também de contar uma história com pretensões de cientificidade a partir do seu ponto de vista. Esses discursos acerca do golpe e da ditadura escritas por civis e militares participantes dos governos ditatoriais ou defensores dos mesmos podem ser encontrados nas revistas e livros publicados pela BIBLIEX. São exemplos alguns livros lançados por essa editora e artigos publicados na *Revista do Exército* e *A defesa Nacional*. Inicialmente, a BIBLIEX possuía apenas o caráter de biblioteca, sendo transformada em editora em 1937. Essa editora ocupa-se atualmente, além da publicação de livros e revistas, com a organização de atividades culturais ligadas a premiações, exposições, cursos e conferências no Exército, publicando, além de uma grande quantidade de livros, as revistas *A Defesa Nacional*, fundada em 1913, a *Revista do Exército Brasileiro*, fundada em 1882, e a mais recente *Revista Militar de Ciência e Tecnologia*.<sup>955</sup>

No período recente, marcado pela vitória de Lula na eleição para a presidência de 2002, tem sido possível perceber um maior acirramento nas discussões acerca da punição dos agentes dos órgãos de repressão envolvidos em tortura e assassinatos, bem como da abertura dos arquivos da repressão. Nesse período, os militares passaram a produzir uma quantidade mais expressiva de textos acerca da ditadura, analisando as políticas de João Goulart, fazendo propaganda do crescimento econômico do regime ditatorial ou mesmo polemizando abertamente com as produções acadêmicas contemporâneas a respeito do período.

### **Contra o inimigo comunista**

Tem sido constante a divulgação de livros, artigos, entrevistas e testemunhos de militares a respeito do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar que o sucedeu. Esses discursos, pronunciados desde diferentes lugares, expressam as interpretações e ideologias de uma parcela dos militares que vivenciaram sua carreira militar nas décadas de 1960 e 1970, e cujo objetivo passa por convencer as novas gerações de civis e de militares principalmente de que os balanços que vem sendo divulgados pela esquerda e pela historiografia acadêmica a

---

<sup>955</sup> BARONI, Adelaide Cristina Brandão. A revista A Defesa Nacional e o golpe de 1964: um estudo sobre o discurso militar (1985-2004). *II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa*, Niterói, 2008.

respeito da ditadura não passariam de distorções do que teria “realmente acontecido”. Nas palavras do General Adolpho João de Paula Couto, logo no começo de seu livro sobre “versões” e “fatos” acerca de 1964, “a conhecida eficiência da propaganda esquerdista, sensível mesmo nos dias de hoje, acabou por criar estereótipos em relação à Revolução de 64, distorcendo completamente seu caráter, suas causas e finalidades”.<sup>956</sup>

Segundo o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, constantemente citado na imprensa em função dos processos que o acusam de torturas e assassinatos durante a ditadura, “em 1964, fomos vencedores quando impedimos que, na marra, fosse implantada uma república sindicalista de cunho marxista-leninista”. Contudo, depois disso,

Infelizmente perdemos uma batalha muito significativa – a comunicação de massa. Os vencidos distorcem os fatos e enganam o povo, principalmente os jovens. Querem, através da mentira, escrever a história com a sua versão e vão conseguir o seu objetivo. Há uma certa covardia em contar a verdade às novas gerações.<sup>957</sup>

Para o Brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, que durante a ditadura foi um dos organizadores do Centro de Informação da Aeronáutica (CISA),

muita gente moça não sabe o que se passou porque não era nascida na época, ou não tinha ainda capacidade de trabalho, e também porque a memória do brasileiro vai se esvaindo por causa da tendência da nossa mídia em desmoralizar tudo o que aconteceu depois de 64.<sup>958</sup>

Segundo o General Agnaldo Del Nero Augusto, no livro *A grande mentira*, publicado em 2001, na mudança de contexto posterior ao fim da ditadura, utilizando a propaganda, que foi “a mesma arma que criou a *lenda dourada do comunismo*”, os representantes das esquerdas “conseguiram atribuir a si mesmos o retorno do País ao pluralismo político e se autoproclamar angelicais defensores da democracia”. Essa “grande mentira” construída pelos comunistas, “repetida de várias formas, em incontáveis oportunidades e nos diferentes meios de comunicação”, acabaria por ganhar “foros de *verdade*”.<sup>959</sup> Como consequência, segundo o

---

<sup>956</sup> COUTO, Adolpho João de Paula. *Revolução de 1964: a versão e o fato*. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999, p. 11. Em outro momento, o general afirma, referindo-se especialmente à repressão desencadeada pela ditadura contra a resistência armada, que “as punições aplicadas aos subversivos foram suaves, apesar dos receios que provocaram em muitos, que delas fugiram pelo exílio voluntário. Tais punições só vieram a adquirir maior severidade na fase armada, quando se tratava de enfrentar impiedosamente terroristas e guerrilheiros urbanos e rurais” (Ibid., p. 306).

<sup>957</sup> Entrevista realizada em 12 de setembro de 2000, em MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord.). *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, t. 5, p. 234.

<sup>958</sup> Depoimento concedido a Maria Celina D’Áraújo e Celso Castro, em dezembro de 1993, em CASTRO, Celso; D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio (Orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994, p. 184.

<sup>959</sup> AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A grande mentira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 16, grifos do autor.

General Augusto “os mais jovens, e boa parte dos atuais integrantes das Forças Armadas e os seus familiares, não vivenciaram aquelas situações e passaram a ser impregnados pela Grande Mentira com sua versão ideológica dos fatos”.<sup>960</sup>

Esses fragmentos de idéias produzidas por militares acerca do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar expressam um discurso que pretende ser hegemônico hoje nas Forças Armadas. Ele está disponível em livros e revistas publicados pela Biblioteca do Exército (BIBLIEX), principal editora militar. Esses e outros discursos procuram, de um lado, apontar para a necessidade de estabelecer uma intenção de verdade diante das supostas distorções historiográficas que desqualificam as ações dos militares, propondo-se a esclarecer as gerações mais jovens acerca do passado. Por outro lado, os discursos expressam um grande ressentimento, pois a sociedade teria deixado de reconhecer a relevância política e a importância histórica das ações dos militares. Essa questão do ressentimento está bastante presente nos discursos dos militares. O General Augusto, por exemplo, lembra que

as comemorações da Revolução de março de 1964, que livrou mais uma vez a nação brasileira dos horrores do regime comunista, inicialmente eram realizadas em praça pública, com a participação da sociedade. Depois, ficaram confinadas aos quartéis, restritas ao público interno. Finalmente, foram relegadas ao esquecimento.<sup>961</sup>

Segundo Celso Castro, pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e

---

<sup>960</sup> Ibid., p. 16. Não é possível, nos limites deste trabalho, trabalhar em maiores detalhes a discussão acerca da relação entre a esquerda e a democracia. Entretanto, é possível destacar, primeiro, que efetivamente a esquerda tinha grande desconfiança em relação à democracia, na década de 1960. Segundo Marcelo Ridenti, “os movimentos sociais do período, não só no Brasil, são incompreensíveis sem que se destaque seu aspecto de negação das instituições vigentes, inclusive as de esquerda, como os partidos comunistas tradicionais” (RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: EDUSP, 1993, p. 64). Contudo, contraditoriamente, mesmo essas tendências com características mais “libertárias”, remetiam sempre suas aspirações revolucionárias a uma forma de Estado ou a algum governo, como, por exemplo, as ilusões provocadas pela Revolução Cubana ou pela Revolução Cultural Chinesa, no contexto dessa década. Principalmente na tradição da “revolução por etapas”, de matriz stalinista, a esquerda brasileira, embora expressando desconfiança nas instituições burguesas, apostava suas esperanças na construção de um governo “popular e democrático”, composto por burgueses, proletários, camponeses, enfim, tudo o que fosse contra o imperialismo. Portanto, sua desconfiança em relação à democracia parecia se esvaír quando se tinha um governo onde os comunistas pudessem jogar suas ilusões. Por outro lado, com a “abertura”, as reivindicações democráticas, que inicialmente faziam parte de um programa mais amplo, muitas vezes com uma estratégia socialista, tornaram-se um fim em si mesmo. Passou-se à defesa da “democracia como valor universal” e, da década de 1980 em diante, não apenas nos discursos, mas na prática e nas perspectivas estratégicas a maior parte das esquerdas passa a confiar na democracia e se propõem a, no máximo, “radicalizá-la”. Dessa forma, a acusação feita pelo General Augusto, de que hoje as esquerdas usam o discurso democrático como forma de enganar a população não faz mito sentido.

<sup>961</sup> AUGUSTO, 2001, p. 22-3.

participante de um projeto de História Oral que coletou um conjunto de testemunhos de militares a respeito da ditadura,<sup>962</sup> realizado na década de 1990,

uma característica marcante dos depoimentos dos oficiais que foram entrevistados é o seu *ressentimento* em relação à memória desse período e a percepção de que, mesmo tendo sido vitoriosos em 1964 e, em particular, contra a luta armada, haviam sido derrotados em relação à memória histórica sobre esse período: os vencidos tornaram-se assim, de certa forma, os vitoriosos.<sup>963</sup>

Celso Castro também afirma que, para os militares, mesmo tendo vencido “a guerra contra as organizações da esquerda”, na Nova República estão “enfrentando ideologicamente essa mesma esquerda, agora atuando na imprensa e no Congresso, mas ainda em busca de desforra e recusando-se a aceitar a ‘anistia para os dois lados’”.<sup>964</sup> Para os militares ainda há lutas a serem travadas, dessa vez não no campo de batalhas, mas nas disputas de memória empreendidas contra aqueles que estariam constantemente desqualificando suas ações do passado, como a imprensa. Esse ponto é ressaltado por Celso Castro, que afirma: “embora alguns políticos ainda possam ser qualificados como revanchistas, o papel de grande vilão do revanchismo antimilitar sempre esteve reservado, sem dúvida, à imprensa”.<sup>965</sup>

Na produção de discursos elaborados pelos militares uma das apostas tem sido a produção de textos com pretensões historiográficas, sejam livros volumosos que mostram um grande esforço de pesquisa e escrita, sejam artigos de divulgação rápida publicados nas revistas militares, além dos testemunhos orais levados a público.<sup>966</sup> Esses produtores de história procuram estabelecer em seus discursos um estatuto de verdade, baseado na descrição objetiva dos acontecimentos, procurando narrar o que teria sido “sufocado” pelo

---

<sup>962</sup> Uma das coordenadoras assim se refere ao projeto: “Mais recentemente, o CPDOC voltou-se para o estudo do movimento político-militar que deu origem ao golpe de 64 e ao regime que então se instalou no país. Em torno dessa nova problemática estruturaram-se novas linhas de pesquisa, começou-se a recolher novos arquivos privados, elaboraram-se novos programas de entrevistas. São os depoimentos que recuperam as trajetórias de diferentes atores ligados ao movimento de 64, como militares, políticos, tecnocratas e liderança estudantil, as mais recentes aquisições do acervo do Programa de História Oral” (FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: \_\_\_\_\_ (Coord.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1994, p. VII).

<sup>963</sup> CASTRO, Celso. Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: FICO, Carlos et al. (Org.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008, p. 133.

<sup>964</sup> *Ibid.*, p. 135.

<sup>965</sup> *Ibid.*, p. 136.

<sup>966</sup> Os relatos disponibilizados pelos militares fazem parte de um grande projeto de História Oral do Exército, que, segundo seu coordenador, “incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964. Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre a vivência de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército” (MOTTA, 2003, t. 5, p. 9). Nesse projeto, foram publicados ao todo quinze volumes, que trazem inclusive testemunhos de personagens da resistência à ditadura, como José Genoíno.

“autoritarismo de esquerda” no poder. Segundo o Coronel José Fernando de Maya Pedrosa, “nem sempre as pessoas adotam a análise cuidadosa e imparcial da história como um biólogo estuda a célula ou um astrônomo, o sistema solar”, parecendo “atitude corriqueira o alinhamento dos homens aos seus desejos e inclinações pessoais ou coletivas, mais do que à razão fundamentada no estudo isento dos fatos”.<sup>967</sup>

Segundo alguns discursos militares produzidos contemporaneamente, ainda hoje os comunistas estariam apostando em formas de ação e propaganda no sentido de subverter a ordem pública, desqualificando as ações das Forças Armadas e apostando em uma política de mentiras e revanchismo. Para esses militares, apostar na subversão faria parte de uma espécie de natureza antidemocrática dos comunistas. Por exemplo, o General Augusto é bastante categórico em afirmar que “as organizações subversivas que atuaram no País nunca defenderam democracia nenhuma”.<sup>968</sup> Como resposta às formas contemporâneas de subversão, os militares estariam sendo obrigados, por meio das diversas produções de caráter histórico, a mostrar as verdadeiras intenções dos comunistas, não apenas os desmascarando em suas ações políticas contemporâneas, como, fazendo uso de diferentes mídias, elucidando assim as novas gerações a respeito de suas tentativas de tomada do poder ao longo do século XX.

### **Doutrina e conservadorismo**

Há um pensamento conservador expresso nas produções de caráter histórico produzidas recentemente pelos militares. Entende-se o pensamento conservador, partindo de definição da Ciência Política, como conjunto de “idéias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentado-se como contraparte das forças inovadoras”.<sup>969</sup>

Esse pensamento conservador, manifestação particular das idéias militares presentes hoje nas Forças Armadas, certamente não é o mesmo que serviu de justificativa para ações de repressão ou para as políticas de governo nos anos da ditadura. Celso Castro observa que,

---

<sup>967</sup> PEDROSA, José Fernando de Maya. *O revisionismo histórico brasileiro: uma proposta para discussão*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008, p. 32-3.

<sup>968</sup> AUGUSTO, 2001, p. 15.

<sup>969</sup> BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 5ª ed. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, v. 1, p. 242.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

com o passar do tempo, os militares que sucederam nos postos de chefia das Forças Armadas à geração que atingiu seu apogeu durante o regime militar foram estabelecendo uma relação mais tranqüila com políticos e partidos de esquerda. O jogo eleitoral e a rotina democrática foram diminuindo prevenções contra aqueles que, em anos passados, eram identificados como *inimigos*.<sup>970</sup>

O pensamento conservador elaborado pela Escola Superior de Guerra (ESG) expressa-se, entre outras formas, nas publicações da BIBLIEX. Os livros e revistas difundidos por essa editora propagam idéias, conceitos, interpretações e avaliações políticas elaborados pelos militares. Embora idéias divergentes em alguns casos possam ser expostas nas revistas ou mesmo nos livros, nessas publicações são recorrentemente reforçadas as imagens dos heróis, exaltada a nação e a nacionalidade, descritas e defendidas as intervenções militares ao longo da história do Brasil e festejadas as datas consideradas importantes. Constrói-se um discurso, amparado na doutrina elaborada pela ESG, em que os militares brasileiros aparecem como fundamentais para a manutenção da ordem pública, para garantir da organicidade do meio social e para o desenvolvimento do Brasil. Segundo Nilson Borges, a idéia “do destino manifesto do militar foi motivada pela formação profissional desenvolvida na instituição de que ao soldado compete a missão providencial de salvar a pátria”, fazendo com que a “intervenção dos militares na esfera política” apareça “como legítima e necessária para a preservação dos interesses maiores da nação: a ordem institucional”.<sup>971</sup>

Esse pensamento conservador, que nos estudos acerca da ditadura foi chamada de Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborado como doutrina no interior da ESG no Brasil, tem uma trajetória de algumas décadas no país. A ESG foi fundada com o objetivo de ser uma escola de altos estudos políticos e sociais para buscar uma maior compreensão a respeito da sociedade brasileira, buscando formular também projetos para a solução do que era considerado como entrave para o desenvolvimento brasileiro. A ESG também se destaca como uma escola preparadora do que considera “elites”, tanto em suas parcelas civis como militares, “capaz de conduzir a nação de forma apropriada e correta, ou seja, capaz de captar os anseios e necessidades da sociedade e transformá-los em realidade”.<sup>972</sup> Quanto à sua doutrina, a ESG

---

<sup>970</sup> CASTRO, Celso. Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: FICO, Carlos et al. (Org.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008, p. 135-6.

<sup>971</sup> BORGES, 2007, p. 18.

<sup>972</sup> PUGLIA, Douglas Biagio. *ADESG: elites locais civis e projeto político*. 2006. 153f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006, p. 10.



IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

tinha como uma de suas principais premissas a organização da sociedade de modo que ela pudesse desenvolver-se e alcançar o patamar de potência mundial, mas como era pregado pela própria ESG, o desenvolvimento só poderia ocorrer se, em primeiro lugar, levasse em consideração a questão da Segurança Nacional (...) a ESG surge com o intuito de formular uma Doutrina de Segurança Nacional, não uma doutrina de desenvolvimento nacional; como exposto anteriormente, o desenvolvimento era integrante da questão da Segurança Nacional. Para que houvesse uma sociedade mais segura deveria cada vez mais buscar o seu desenvolvimento e destaque no cenário internacional.<sup>973</sup>

Os discursos historiográficos levados a público pela BIBLIEX são expressões ideológicas informadas pela doutrina da ESG, pronunciadas por uma parcela da oficialidade das Forças Armadas que consegue certa preponderância editorial nas publicações da editora e que procura fazer com que seu discurso pareça ser homogêneo nas Forças Armadas, construindo modelos teóricos e históricos com pretensões de verdade e de ciência. Essa operação discursiva visa dois objetivos fundamentais. Primeiro, coibir vozes dissonantes no seio das próprias Forças Armadas que tragam outras versões a respeito do passado e que, de forma geral, parecem influenciar parte das novas gerações de oficiais que não viveram a ditadura ou preferem manter-se afastadas desse passado. Segundo, manter certas posições de poder, que, apesar de terminada a ditadura, as Forças Armadas ainda possuem, influenciando principalmente o Poder Executivo.

---

<sup>973</sup> Ibid., p. 14-5.

## Comunicações Livres

### Elites e Estado no Brasil (1889-1945)

#### Entre a História da Educação e a História Intelectual: projetos de nação em a *História do Brasil* (1900) de João Ribeiro

Elvis Hahn Rodrigues\*

**Resumo:** O presente trabalho se propõe a apresentar resultados parciais da pesquisa intitulada “Projetos de Nação e Manuais Escolares de História: *História do Brasil* de João Ribeiro. Os objetivos de nosso trabalho é investigar os projetos de nação presentes na referida obra. Concluímos que os intelectuais convergindo ou se contrapondo, apontam a instrução primária, a imigração européia e a incorporação dos escravos como estratégia de aperfeiçoamento social da nação.

**Palavras chaves:** João Ribeiro, Manuais Escolares de História, História da Educação.

Nossa comunicação se propõe a apresentar resultados parciais da pesquisa intitulada “Projetos de Nação e Manuais Escolares de História: *História do Brasil* de João Ribeiro. Os objetivos de nosso trabalho é investigar os projetos de nação presentes na referida obra, objeto e fonte de nossa pesquisa. Trata-se de um manual escolar de história destinado ao ensino em diferentes níveis: primário, secundário e também as escolas normais. João Ribeiro é uma importante referência dentro da produção didática que compreende a primeira metade do século XX. Publicado em 1900 teve importante ressonância, tanto no âmbito escolar, usado nas escolas primárias e secundárias do país afora, como no meio intelectual, sendo referência para autores como Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda (Mello 2008), entre outros.

---

\* Mestrando em Educação/UFJF. Bolsista Capes/CNPq. elvishahn@yahoo.com.br

A problemática de nosso trabalho está na investigação de projetos de nação representados na escrita da história de João Ribeiro, presentes na publicação *História do Brasil* de João Ribeiro. Para a investigação dessa problemática buscamos expressar a temporalidade da obra a partir dos argumentos nelas inscritos, para tanto, cotejamo-la com a obra *Capítulos de História Colonial* de João Capistrano de Abreu. Tal trabalho se justifica em temporizar a produção intelectual de João Ribeiro, conforme nos indica a noção de temporalidade em Koselleck (2007), no intuito de demonstrar como nosso objeto é um indício de uma época específica e distinta de uma temporalidade que lhe é anterior, bem como posterior; e assim, apresentar o deslocamento das idéias que apresentam esses intelectuais no início da Primeira República. Desse modo, nossa análise tem na argumentação dos autores o fulcro desse trabalho. Contudo, a comparação deve ter uma unidade de análise, dito de outro modo, a que questões buscamos responder no uso de nossas fontes.

A unidade de análise possui dois pressupostos: o primeiro é como os autores respondem ao desafio da insuficiência cívica do povo, o segundo é a questão da incorporação desse povo a vida política do regime republicano, conforme Rocha (2004). Trata-se de questões recorrentes nos discursos e práticas políticas entre a última fase do Império e o início da República no Brasil. Nesse sentido, as questões como a nacionalidade brasileira e a sua miscigenação são vértices para a construção da história brasileira. Nessa pequena apresentação colocaremos algumas questões, que não esgotam a análise como um todo sobre os nossos autores em questão, ao contrário iniciam e enriquecem nossa discussão.

As questões aqui elencadas são a do povoamento e interiorização do território brasileiro, a superação da história cronológica e política em favor de outros aspectos da realidade e a questão da dimensão valorativa sobre as raças.

As obras de Ribeiro e Capistrano de Abreu podem ser inseridas no amplo debate intelectual da virada do século XIX para o século XX em torno da questão da nacionalidade brasileira, na medida em que em suas representações da história incorporam novos elementos até então não expressos na historiografia, ou pelo menos colocados de forma secundária, como o cotidiano, hábitos dos colonos.

Em *Capítulos da História Colonial*, de Capistrano de Abreu, a questão do povoamento e interiorização da colônia ao longo dos séculos é tratada de forma semelhante à *História do Brasil*, de João Ribeiro. Para o primeiro autor, a interiorização da colônia tem quatro focos iniciais em São Paulo, Maranhão, Pernambuco e Bahia. Em a *História do Brasil* temos cinco

focos de irradiação populacional que ao lado dos quatro mencionados por Capistrano temos o Rio de Janeiro.

Os fatores que permitiram o povoamento e a interiorização para Capistrano estão na colonização das margens do Rio São Francisco, colocado como chave para compreensão desse movimento; ao lado disso estão as bandeiras, as guerras contra os indígenas em diferentes pontos do continente, a descoberta de metais e pedras preciosas nas Minas e o gado. João Ribeiro acrescenta a esses argumentos o papel dos jesuítas como elemento fundamental na colonização e interiorização com a criação de vilas com e para os indígenas, onde foram cristianizados, inseridos na cultura de trabalho nos moldes europeus. Os jesuítas lhes inseriram, inclusive, a ideia cívica na participação da administração local, através de representantes locais, sobretudo no Pará.

Na construção histórica de nossos autores o centro da história é o povo, como elemento constituinte na formação do Estado Nacional, cujos atores são os mestiços, os europeus, os africanos e os autóctones. Ou seja, a história está para além da esfera político-administrativa. A interiorização não é uma obra da Coroa Portuguesa, mas dos agentes internos da colônia, como João Ribeiro nos diz:

o Brasil, o que elle é, deriva do colono, do jesuíta e do mameluco, da acção dos índios e dos escravos negros. Esses foram os que descobriram as minas, instituíram a criação do gado e a agricultura, catechisaram longínquas tribus, levando assim a circulação da vida por toda a parte até os últimos confins. (RIBEIRO, 1935, p. 17)

Em nossa análise, essa representação histórica que dota o povo de uma dimensão valorativa de sua cultura e sua história responde a um dos pressupostos desta análise que é a insuficiência cívica do povo, na medida em que projeta o povo como protagonista da história brasileira. Contudo, esse povo brasileiro, formado pelo “espetáculo das raças” ao longo de quatrocentos anos, carece de uma “tutela” de um escol intelectual e moral para lapidar-lhe o carácter e assim termos o verdadeiro brasileiro, que educado e instruído, estaria apto a vida política e social do regime republicano, o que corresponde ao nosso segundo pressuposto, o da incorporação do povo a vida política da República. Essa instrução compreende também a preparação ao mundo do trabalho que lhes impunha novas competências e habilidades, naquele novo momento histórico.

Outra questão importante entre os autores está na busca de superação de uma história cronológica. Capistrano constrói uma história colonial a partir de aspectos do cotidiano, inclui a alimentação, a constituição dos hábitos dos colonos, que se tornaram distintos dos reinóis. Desse modo, a cronologia é secundária, pois são a partir de temas e questões que se determina

a narrativa. Em João Ribeiro, a cronologia é superada pela conformação de eixos temáticos da história do Brasil, como a formação territorial, o povoamento, as guerras contra as invasões externas. Contudo, não há tanto apelo aos aspectos dos hábitos dos colonos, mas os coloca como centro da história como artífices da história brasileira. Em Capistrano, o peso dos conhecimentos geográficos é levado a termo com larga e detalhada descrição do território que constituiu o país, com nomes dos rios, planícies, chapadões, bacias hidrográficas e tudo que corresponde aos aspectos físicos do Brasil.

Entretanto, a história política e administrativa não é abandonada pelos dois autores, sobretudo, em João Ribeiro, que conta a história do século XIX com forte peso político do papel das elites políticas nas transformações advindas com a chegada da família real portuguesa em 1808; ao contrário de sua história colonial, cujo peso dos aspectos sociais e comportamentais das relações entre colonos, jesuítas, mamelucos e indígenas tem maior papel. Trata-se, portanto, de uma explicação sociológica da sociedade brasileira que se conformou ao longo da colonização e do período Imperial.

Estas questões anteriores, a do povoamento, a geografia e ocupação humana do interior, procuram justificar historicamente a posse ou domínio do Brasil sobre essas terras, a ocupação pelo seu povo e assim estabelecer suas fronteiras, no caso do Brasil com limites naturais como rios e montanhas.

Outra questão são as teses racialistas, diferença fundamental entre João Ribeiro e Capistrano de Abreu. Na elaboração dos *Capítulos da História Colonial*, Capistrano abandonara a explicação sociologia de Buckle para explicar a sociedade brasileira e seu estado social, como foi seu projeto inicial, através de uma síntese histórica do Brasil na década de 1870. A propósito, essa questão nem se coloca ao longo da narrativa de *Capítulos da História Colonial*. O Brasil é uma explicação essencialmente histórica, não leva em conta a dimensão subjetiva de seus habitantes, suas características raciais; mas sim, suas ações, conflitos, interesses e tensões. Para João Ribeiro, a questão das raças ainda é cara na análise histórico-sociológica do Brasil, pois seu caráter moral explica o porquê do atraso social do Brasil ante ao ocidente civilizado europeu. Daí a necessidade de um escol intelectual para conduzir essa massa amorfa no caminho da civilização. Ou seja, João Ribeiro pode ser inserido entre os adeptos das teses científicas, como Sílvio Romero, cuja sua análise da literatura brasileira expressa o caráter e moral das raças aqui constituídas.

Outra importante questão é sobre o uso das fontes entre os dois autores. Na leitura das obras percebemos o uso de cronistas de época como Gabriel Soares, Frei Vicente Salvador,

Gândavo. A relação entre os autores pode ser inserida no uso dessas fontes, pois, quando relidas respondem a outras questões, que estão além de uma história eminentemente política. Nessa leitura, cabe ressaltar as representações nas guerras que envolveram a conquista e manutenção da colônia, pois são nelas que as novas personagens (o povo: os mestiços, os indígenas e os negros) são inseridas, como heróis constituintes da pátria e da nação brasileira.

Estas são algumas das questões que devem e serão melhores examinadas neste segundo ano do mestrado, tais como a história proeminentemente política do período imperial do Brasil em a *História do Brasil*, de João Ribeiro, que em muito pouco se difere de Joaquim Manuel de Macedo, outro autor de Manuais Escolares de História, mas do período imperial, ao representar o povo como afeito às desordens, e que as sedições não expressam os anseios de um povo por mudanças, mas antes expressão de seu comportamento destrutivo, fruto de sua miscigenação.

Nossas análises apontam para diferentes projetos entre os intelectuais que possuem leituras distintas sobre as principais correntes de pensamento dessa época como o cientificismo, positivismo e o catolicismo conservador. De diferentes formas, convergindo e/ou se contrapondo, os intelectuais apontam a instrução primária, imigração européia e a incorporação dos ex-escravos como estratégia de aperfeiçoamento social da nação para ingressar o Brasil na a alta cultura ocidental européia.

### **Bibliografia**

ABREU, João Capistrano. *Capítulos de História Colonial*. 7º ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

BARROS, Roque Spencer Maciel. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Edusp/Convívio, 1986.

KOSELLECK, Reinhart. *O futuro passado: contribuição semântica aos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2007.

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Curso Superior segundo os programmas do Collégio Pedro II. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1935.

\_\_\_\_\_. *A língua nacional e outros estudos lingüísticos*. Petrópolis: Vozes; Aracajú, Governo do Estado de Sergipe, 1979.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil*. Campinas: Autores Associados; Brasília: Editora Plano, 2004.

**Saudades de Casa: relatos de um pracinha brasileiro durante a segunda guerra mundial**

Heglisson Geraldo Testa\*

**Resumo:** O objetivo desse trabalho é relatar o cotidiano de um pracinha brasileiro e de sua noiva durante a Segunda Guerra Mundial, através de cartas que foram escritas durante o período em que o Brasil participou do grande conflito. Através das cartas serão feitas análises relacionadas à saudade de casa, dos parentes, amigos e principalmente as saudades que ambos sentiam e que atormentava as suas almas. A incerteza da volta, o longo período que o pracinha permaneceu na Europa, o medo do esquecimento de ambos, o temor causado pela guerra. Também será abordado o conflito de uma forma geral e a efetiva participação do Brasil, assim como a importância da Força Expedicionária Brasileira no contexto histórico do maior conflito da história contemporânea. O descaso ao “febiano” que bravamente lutou no combate ao nazi-fascismo nos Alpes italianos também será analisado.

**Palavras-chave:** Cartas. FEB. Segunda Guerra Mundial.

No ano de 1939, teve início o maior confronto da História da humanidade, a Segunda Guerra Mundial. Lutas políticas, econômicas e ideológicas marcaram a luta que irá perdurar até o ano de 1945. Dentro desse conflito de imensas proporções, o Brasil terá um papel de destaque.

O Brasil participou da Segunda Guerra Mundial não por acaso. Para os Estados Unidos, o Brasil era de suma importância para a sua estratégia de guerra. O território brasileiro era um ponto importantíssimo para os Aliados, composto por dezenas de países, liderados pelos EUA e URSS assim como para o Eixo que era composto por Alemanha, Itália e Japão.

A participação do Brasil com o envio de homens para a Itália seria de grande ajuda no conflito, principalmente na região do Monte Castello em território italiano. Mesmo com todo despreparo e pouca eficiência dos soldados brasileiros, a participação na guerra foi importante no teatro de operações na Itália, com a vitória em vários combates como Massarosa, Montese e o mais importante a tomada do Monte Castello.

---

\* Graduação em História. Endereço: Av. Barão do Rio Branco 1804/321. Centro. Juiz de fora. E-mail: [heglisson@cave.com.br](mailto:heglisson@cave.com.br)



### **Das mentalidades à micro-história**

A micro-história é um gênero da historiografia em grande evidência nos últimos tempos, tendo origem na Itália. Nas propostas apresentados pelos historiadores italianos defensores dessa corrente historiográfica, para realizar uma pesquisa, o historiador deve optar por um episódio minúsculo, um estudo de caso dentro de um contexto histórico. A revista *Quaderni Storici* e a *Coleção Microstorie* proporcionam uma referência e modelos metodológicos (LEPETIT, 1998, p. 77).

No século XX, a historiografia ampliou o seu conceito de fonte histórica, assim como ampliou os tipos de documentação escrita que podem ser pesquisadas. No século XIX, somente as fontes institucionais e diplomáticas poderiam ser trabalhadas em uma pesquisa. Hoje, os diversos textos podem ser trabalhados, até mesmo um diário ou uma ata de reunião, uma notícia de jornal, as propagandas de uma revista. Não há limites para o tipo de fonte que pode ser usada pelo historiador (BARROS, 2004, p. 134).

A revolução na interpretação de textos, que a psicanálise, a semiótica e as teorias da comunicação fizeram, beneficiou a história de hoje. É comum encontrar contradições em textos que poderão facilitar o que está sendo procurado. Nos detalhes mais insignificantes, muitas vezes, é encontrado o que se procura (BARROS, 2004, p. 140).

A micro-história encontra apoio no exame das rupturas, das incoerências e das incompreensões que surgem nos documentos. Carlo Ginzburg,<sup>974</sup> ao realizar uma leitura minuciosa de arquivos judiciais em que estão registrados as palavras dos inquisidores e de seus acusados, retrata o século XVI italiano e europeu. As pessoas envolvidas estão situadas de maneira bem exata na época em que agiram e falaram, exemplificando a forma de estudar a micro-história (BENSA, 1988, p. 48).

No centro de um trabalho micro-analítico, encontra-se efetivamente o indivíduo. Sua centralidade, assim como a do contexto, é instrumental. O indivíduo é importante enquanto puder contribuir para uma interpretação e construção do real. Para o historiador Giovanni Levi, essa atividade é individual e ao mesmo tempo social. Individual porque analisa a particularidade de cada ator social. Social porque abrange todo um contexto histórico, onde o ator estará inserido (GRIBAUDI, 1998, p. 131-132).

---

<sup>974</sup> Historiador e Antropólogo italiano, conhecido como um dos pioneiros no estudo da micro-história.

Enfim, ao fazer uma pesquisa, usando a micro-história, o profissional deverá examinar as fontes com uma sutileza e raciocínio de um investigador, de um *expert*, atento aos detalhes mais insignificantes, podendo usar a micro-historiografia e a macro-historiografia simultaneamente em uma mesma pesquisa, se a natureza do problema permitir. Essa teoria metodológica da História será usada nesse ensaio para contextualizar e enxergar pontos do cotidiano dos soldados brasileiros envolvidos na Segunda Guerra Mundial que deixaram as vidas no Brasil e foram em direção ao desconhecido.

### **O mundo em guerra**

A crise econômica mundial de 1929, com a queda da bolsa de Nova Iorque, ocasionou uma grande depressão no mercado internacional, refletindo nos anos 30. O resultado foi uma maior intervenção política dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos. A crise possibilitou a ascensão do partido nazista na Alemanha como a solução para superar a terrível depressão vivida no país, sendo indicado em 1933, o seu líder, Adolf Hitler, como chanceler do Reich. Para que a Alemanha se transformasse em uma grande potência, era necessário conquistar grandes territórios para garantir a autonomia e independência econômica. A longo prazo, esse espaço vital seria conquistado na União Soviética e na África subsaariana, como áreas fornecedoras de matérias-primas. Mas a Alemanha precisava do mercado internacional para vender seus produtos manufaturados e comprar matérias-primas a curto prazo. A França e o Reino Unido aumentavam o controle sobre suas colônias e protetorados dificultando as negociações fora do âmbito imperial. Outra dificuldade da Alemanha era a falta de divisas, que só poderia ser conseguida com a venda de seus bens industrializados, que estavam sujeitos a grandes restrições do protecionismo britânico e francês. A solução seria incrementar o comércio com países soberanos, exportadores de matérias-primas e compradores de produtos manufaturados. Na América do Sul, o Brasil se destacou como grande parceiro da Alemanha até 1939, quando a guerra no continente europeu interrompeu o comércio entre os dois países (ALVES, 2002, p. 46-50).

As grandes potências mundiais buscaram, na década de 30, uma proteção para a crise que assolava o mercado internacional. Foram impostas fortes barreiras tarifárias aos produtos estrangeiros e um maior controle sobre suas colônias. Os países industrializados também eram alvos importantes porque garantiam um mercado em potencial para assegurar um desenvolvimento futuro. A Grã-Bretanha tinha em suas mãos a hegemonia econômica,

financeira e marítima. Com o protecionismo econômico, direcionou sua economia e comércio exterior para suas colônias e as regiões sob o seu domínio, protegendo o mercado de possíveis concorrentes (ALVES, 2002, p. 45-46).

No começo de 1938, Hitler convocou o Alto Comando Supremo das Forças Armadas, para comunicar os seus planos secretos de guerra. A primeira parte do plano era a anexação da Áustria. Pressionado, o chefe do governo austríaco, Schuschnigg, renunciou dando lugar a um primeiro ministro com fortes tendências nazistas. Então, um plano começou a ser traçado para que os soldados alemães invadissem a Áustria. As manifestações e desordens que os nazistas austríacos promoviam serviram de motivos para o governo austríaco solicitar ajuda ao Führer na restauração da ordem, possibilitando a entrada em março de 1938, dos tanques alemães nas ruas de Viena. Sem nenhuma resistência, a Áustria foi anexada ao III Reich (PEDRO, 1994, p. 13).

Os desejos expansionistas de Hitler continuavam de forma desenfreada, passando a exigir parte do território da Tchecoslováquia, um pequeno país industrializado do leste europeu, conhecido como Sudetos e habitado por povos de língua alemã. As pressões de Hitler passaram a ficar insuportáveis e o governo Tcheco pediu auxílio à França, país com o qual tinha um pacto de ajuda. Sentindo-se militarmente enfraquecida diante das forças alemãs e tendo como prioridade fortificar a sua fronteira com a Alemanha, os franceses nada fizeram para auxiliar a Tchecoslováquia. Enquanto a Inglaterra insistia em sua política de apaziguamento, Hitler aumentava sempre mais as suas exigências (PEDRO, 1994, p. 14).

O imperialismo nazista continuava devastando tudo o que encontrava pela frente. Sua máquina de guerra deixava para trás cidades inteira totalmente destruída e nada era feito para impedir o avanço dos exércitos de Hitler. Os ataques relâmpagos dos nazistas deixavam seus inimigos paralisados, sem ação, possibilitando uma dominação relativamente fácil por parte dos comandados de Hitler.

O governo dos EUA do Presidente Roosevelt, após a Conferência de Munique em 1938, tinha consciência de que uma guerra na Europa seria logo deflagrada e que a participação dos EUA seria inevitável. Em novembro de 1938, o presidente norte-americano retira de Berlim o seu embaixador como forma de protesto pela violência imposta aos judeus pelos nazistas e que ficou conhecida como “noite dos cristais”.<sup>975</sup> A Alemanha revidou a afronta norte-americana, abalando as relações diplomáticas entre os dois países e os EUA iniciam a sua preparação para uma eventual guerra. O crescimento da rivalidade entre EUA-

---

<sup>975</sup> Nome popularmente dado aos atos de violência que ocorreram na noite de [9 de novembro](#) de [1938](#) em diversos locais da [Alemanha](#) e da [Áustria](#), então sob o domínio do [Terceiro Reich](#).

Alemanha acabou transformando-se em guerra aberta entre os dois países. O governo brasileiro teve que sair da imparcialidade e definir o seu apoio ao bloco de poder norte-americano devido às pressões estadunidense. (ALVES, 2002, p. 69 -74).

Em janeiro de 1942, realizou-se no Rio de Janeiro uma conferência, em que compareceram chanceleres de 21 republicas americanas, quando foi assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)<sup>976</sup>. Foi uma resposta ao ataque japonês à base americana no Havaí, em dezembro de 1941, que acabou motivando a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Ao final da conferência, dezenove das vinte e uma repúblicas haviam declarado guerra ao Eixo em solidariedade a um mundo destruído pela guerra. Houve um consenso que a agressão cometida contra os Estados Unidos era uma ameaça e uma agressão aos países americanos. Na conferência ficou decidida a ruptura diplomática, comercial e financeira com a Alemanha enquanto durasse a guerra (AQUINO, 1995, p. 181).

Nos meses de janeiro a maio de 1944, foi organizada a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que tinha como símbolo “a cobra está fumando”, por não se acreditar que o Brasil poderia participar da Segunda Grande Guerra Mundial, comparando a impossibilidade da entrada de tropas brasileiras no conflito com a de uma cobra fumando (AQUINO, 1995, p. 190). “A cobra fumando”, símbolo da FEB, foi originalmente desenhada por Walt Disney e mostrava uma cobra atirando com dois revólveres de grosso calibre como os cowboys do velho oeste americano. Esta versão, menos belicosa e que se tornou oficial, foi elaborada por um sargento brasileiro (TOTA, 2000, p. 160).

Em julho de 1944, a cobra fumou e a Força Expedicionária Brasileira, sob o comando do general João Batista Mascarenhas de Moraes com 25.334 homens, partiu para o teatro de operações na Itália, para um confronto direto com os alemães. A Força Expedicionária Brasileira deu a sua contribuição no combate ao nazismo de agosto de 1944 a abril de 1945, apesar da oposição inglesa. A batalha mais importante foi a tomada de Monte Castello, em 21 de fevereiro de 1945 na região de Bolonha. (VIGEVANI, 1986, p. 80-81).

## **Cartas de um pracinha**

---

<sup>976</sup> TIAR: [tratado](#) de defesa mútua celebrado em [1947](#) na cidade do [Rio de Janeiro](#) entre diversos [países americanos](#). O princípio central do acordo é que um ataque contra um dos membros será considerado como um ataque contra todos, com base na chamada "doutrina da defesa hemisférica". O TIAR entrou em vigor em [3 de dezembro](#) de [1948](#), conforme o seu artigo 22.

Quando chegou a ordem para a formação da FEB em novembro de 1943, ficou determinado que a corporação de Juiz de Fora se juntaria com a de São João Del Rei, formando o 11º Regimento de Infantaria. O soldado Dorvilho Testa foi incorporado ao 11º RI sob o nº 3921, no III Batalhão de Infantaria, na Companhia de Metralhadora antiaérea.

Chegando a São João Del Rei, Dorvilho escreve à sua namorada no dia 19 de janeiro de 1944<sup>977</sup>, dizendo estar bem e que fez boa viagem, apesar de um pouco cansado e que havia chegado às 20 horas e 30 minutos. Nas poucas linhas que escreveu, já começa demonstrar a saudade de casa, dos amigos, da família e de sua namorada. Apesar de citar que se encontrava em meio a bons colegas, percebe-se que a solidão começava a incomodá-lo, mexendo com seu lado psicológico. Para amenizar este incômodo de estar longe, ele se apega a Deus, ao seu lado religioso, como forma para se conformar da situação em que se encontrava diante de uma iminente partida para a guerra. Ao término da carta, manda recomendações para a mãe e irmãos de Glória e diz que aguarda uma resposta relacionada ao andamento do namoro.

Em resposta à carta de Dorvilho escrita no dia 19 de janeiro de 1944, Glória relata estar bem, mas preocupada com um possível esquecimento por parte dele. Demonstra estar feliz por ter recebido a carta e a possibilidade de uma visita por parte dele o mais breve possível, quando poderão conversar melhor sobre o namoro. Caso não exista a possibilidade de uma viagem até Juiz de Fora, que ele continuasse escrevendo. Nesse trecho da carta percebe-se que ela também estava abalada psicologicamente com a insegurança e a saudade que estava sentindo. A guerra começava a deixar a sua marca no interior das pessoas que estavam diretamente envolvidas.

Com o passar do tempo, as correspondências escritas num estilo mais informal, com textos em que os sentimentos são colocados de uma maneira mais aberta, mais eloquente, passaram a compensar a saudade e a distância.

No dia 17 de abril de 1944, Glória Nocelli escreve dizendo estar feliz com uma carta que havia recebido no dia 10 de abril. Nesta carta, Glória faz uma alusão a um telegrama que a deixou desassossegada, não sendo possível sabermos o conteúdo do mesmo. O estado emocional das pessoas que estavam diretamente envolvidas no conflito da Segunda Guerra Mundial se encontrava muito abalado e qualquer palavra mal colocada em uma correspondência poderia gerar um mal estar muito grande. Com a carta recebida no dia 10 de abril, havia se tranquilizado. A esperança de um retorno para casa com um possível

---

<sup>977</sup> Todas as cartas foram consultadas no acervo da família Testa.

desligamento do exército através de um pedido de baixa ajudava acalantar os corações de ambos e de toda família.

No dia 4 de maio de 1944, Dorvilho escreve para Glória de forma carinhosa e comovente. Na carta deixa bem claro que a chegada a Juiz de Fora em suas visitas periódicas é muito boa, mas a hora de retornar para o Rio de Janeiro exige sacrifício muito grande.

O seu estado emocional está muito abalado e através da carta busca amenizar a desagradável situação em que se encontra, longe da família e da pessoa que no momento é a mais importante em sua vida, a namorada, em quem é depositado todo o seu carinho e apreço. Ele encerra a carta negando a partida para a Europa, dizendo que não havia nenhuma referência à sua partida para a Itália e que ela não acreditasse em boatos, qualquer novidade ele mesmo lhe diria. Depois faz referência à sua baixa, a única novidade que ele esperava, e manda recomendações para toda a família dela. Na última página, envia um pensamento de amor e mais abaixo demonstra como está sendo difícil a situação em que se encontra. Em uma pequena frase ele relata a perturbação mental “não repare os erros porque estou com a idéia muito perturbada sim?” (TESTA, 4 maio de 1944).<sup>978</sup>

No dia 7 de junho de 1944, Glória escreve uma carta para Dorvilho na qual demonstra estar feliz por ter recebido notícias de que ele se encontrava bem de saúde. As saudades, a sensação de perda e medo fragilizavam as pessoas que permaneceram no Brasil. A esperança de um retorno dos pracinhas a seus lares, sem uma partida para a Europa era cada vez mais intensa. Nesta carta, Glória faz referência a mais um boato de possível partida dos pracinhas para a Itália que, segundo ela, a deixou desesperada: “Dorvilho a semana passada quase que fiquei louca aqui estava um boato forte que vocês já tinham seguido. Passei uns dias amargurados mas isto foi tudo mentira não é? (NOCELLI, 7 de jun de 1944).<sup>979</sup>

Nas linhas seguintes, demonstra o seu sofrimento, a sua fragilidade e a pressão psicológica em que se encontrava ao dizer que, caso ele partisse, não saberia o que fazer e não suportaria receber a tão temida notícia e que morreria antes dele. O apego às mínimas coisas trazia um pouco de conforto a esses personagens, como uma foto que Glória havia recebido de Dorvilho e que passou a fazer parte do seu cotidiano. Nesse período de treinamento no Rio de Janeiro, várias vezes quando não se conseguia uma licença para visitar a família, muitos militares fugiam correndo o risco de uma possível acusação de deserção, o que na época se tornaria um problema sério na vida de um militar. Mas o desespero era muito grande, a saudade e a angústia faziam os militares cometerem loucuras e, ao final da carta, Glória pede

<sup>978</sup> Citação transcrita na íntegra sem qualquer alteração de sentido ou gramatical.

<sup>979</sup> Citação transcrita na íntegra sem qualquer alteração de sentido ou gramatical.

10 a 13 de maio de 2010

a Dorvilho que antes de partir venha a Juiz de Fora, fugido se preciso fosse. A partida para a Europa estava próxima e as esperanças de um retorno para casa estavam se esvaindo, aumentando o desespero das pessoas que estavam diretamente envolvidas.

Com o passar do tempo, a fragilidade foi aumentando e as perturbações emocionais foram se intensificando. Através das cartas, Dorvilho e Glória procuravam levar um pouco de conforto para ambos. No dia 23 de junho de 1944, Glória em resposta a uma carta que havia recebido de Dorvilho reafirma que não o esqueceu. Era comum extraviar correspondências e duas cartas que ela havia escrito não chegaram a suas mãos, deixando-o apreensivo em relação a um possível esquecimento por parte dela. Nesta carta, Glória procura confortar Dorvilho que havia mencionado em uma carta que estava aborrecido por ter que partir para a Itália e deixar a pátria e a família. Os dias vão se passando, a saudade cada vez mais intensa aumenta a fragilidade dos pracinhas. Cientes de que a partida está próxima, buscam, através das cartas, o consolo familiar, as palavras de carinho que poderão trazer um pouco de conforto espiritual.

Glória recebe uma carta de Dorvilho que foi escrita no dia 27 de junho na qual demonstra um grau de desconforto muito grande. Muito abalado, as lembranças dos momentos felizes que passavam juntos vinham à sua mente, deixando-o ainda mais atordoado, pois sabia que não seria possível conseguir uma licença para visitá-la. Novamente o apego a Deus é a forma encontrada para revigorar as esperanças pedindo a ela que reze e peça ao Criador que lhe proporcione felicidades na jornada que estava por vir. A partida para a Europa estava confirmada acabando com uma pequena esperança de um retorno definitivo para casa. Na carta Dorvilho relata o seu inconformismo:

Glória agora sei que vou mesmo partir para a guerra não sei como é que vou fazer não posso mais aguentar este sofrimento é triste ver me longe de quem a gente ama sem saber quando irei encontrar-vos novamente isto a de ser muito breve se Deus quizer. Só quero querida... que nunca esqueça de mim só quando tiver a certeza que eu não mais insistir... (27 jun de 1944, p. 1,2).<sup>980</sup>

Este fragmento da carta mostra o abatimento que tomou conta de sua alma, como o seu estado psicológico se encontrava fragilizado demonstrando o inconformismo de se encontrar em uma situação à qual foi forçado pela conjuntura política e econômica. Uma declaração de guerra, cujo objetivo era o expansionismo territorial de forma direta ou indireta por parte dos líderes de nações que tinham como finalidade a hegemonia econômica.

---

<sup>980</sup> Citação transcrita na íntegra sem qualquer alteração de sentido ou gramatical.

10 a 13 de maio de 2010

Dorvilho, antes de partir, enviou uma carta à Dona Virginia, mãe de Glória Nocelli, pedindo permissão para ficarem noivos. Esta manifestação por parte de Dorvilho reafirma o afeto e carinho que sentia por Glória e demonstra como ele afirma na carta, as suas boas intenções:

Embora seja eu um militar e ainda estar distante do lar e creio mesmo que não poderia tomar compromissos sérios acerca de meu futuro, porem tenho boas tenções com vossa filha e no entanto dirijo-me a senhora por carta pois ir ai não posso pois não me dão permissão (TESTA, 18 set de 1944, p. 2).<sup>981</sup>

No passado, o noivado significava um comprometimento, um maior respeito entre os noivos. Este compromisso trazia uma maior segurança para ambos, era uma forma de assegurar a espera do retorno.

As alianças seriam compradas pela família dele que o representaria perante a família de Glória, e o noivado seria realizado com entrega da aliança. Depois, enviariam a aliança dele para o Rio de Janeiro para que ele pudesse colocá-la em seu dedo, selando o compromisso.

As cartas passavam por uma inspeção no setor de censura da FEB antes de chegar ao seu destinatário. Como todas as outras, uma carta enviada por Dorvilho no dia 14 de outubro de 1944 foi inspecionada pelo 1º Tenente JG Carvalho antes de chegar às mãos de sua noiva Glória. A censura era efetuada como prevenção a qualquer relato que poderia deixar tanto os pracinhas como seus familiares mais preocupados, preservando a integridade moral, evitando-se aumentar a amargura que já tomava conta de seus corações. Uma outra razão é o fato de o inimigo interceptar uma correspondência que poderia conter informações sigilosas que os beneficiasse de alguma forma.

Por ocasião da carta escrita no dia 14 de outubro, Dorvilho já se encontrava na Itália e demonstrava certa preocupação pela falta de notícia de Glória. Ele teria enviado duas cartas quando ainda estava no Rio de Janeiro e uma assim que chegou à Europa, sem obter uma resposta. Isto o deixou preocupado em relação a um possível esquecimento por parte de sua noiva. Pede então que ela mande notícia o mais breve possível e em poucas linhas demonstra a fragilidade psicológica em que se encontra ao dizer que, se ela o havia esquecido, era compreensivo, pois ele se encontrava muito longe. Termina a carta enviando muitas recomendações para sua futura sogra e a todos de sua família (TESTA, 14 out. 1944).

---

<sup>981</sup> Citação transcrita na íntegra sem qualquer alteração de sentido ou gramatical.



Numa carta enviada no dia 17 de novembro, Dorvilho demonstra a tristeza pela ausência da noiva, de sua família e de seus amigos. Durante um bom período ficou sem receber uma carta de Glória e este silêncio o estava deixando inquieto, pensando na possibilidade de um esquecimento por parte da noiva. Ao reafirmar os seus sentimentos em relação a ela demonstra uma insegurança quanto à possibilidade de um esquecimento. Dorvilho faz referência a um bilhete que recebeu enviado por Glória junto a uma carta recebida por José Nocelli, primo de sua noiva, e que também havia partido para a Itália junto com Dorvilho. Neste bilhete, Glória fala das várias cartas que havia escrito sem obter resposta, e que não escreveria mais se Dorvilho parasse de escrever para ela (TESTA, 17 nov. de 1944, 2 p.).

As cartas impedidas de chegar ao seu destino pela censura da FEB ou até mesmo extraviadas levavam as pessoas a imaginar coisas que na verdade não estavam acontecendo, como, por exemplo, o esquecimento por parte da família, da esposa, de uma noiva ou até mesmo a morte do pracinha deixando todos no Brasil apreensivos, aumentando o sofrimento que já não era pouco.

A batalha de Monte Castello é o feito mais importante da história contemporânea do Exército brasileiro. As polêmicas e críticas de militares participantes, quanto à condução da operação, relacionadas à má preparação e erros de comando, não devem desconsiderar a relevância da tomada do Monte Castello pelos brasileiros, que possibilitou o avanço dos aliados rumo ao norte da Itália. A região era para os alemães um ponto estratégico em solo italiano. Vários ataques realizados por brasileiros e norte-americanos foram frustrados antes que a FEB o dominasse. Durante a guerra, Castello transformou-se em um desafio para os aliados. A região italiana se transformou, segundo Waack, no símbolo da capacidade da máquina militar nazista e um desafio à bravura e à perícia do militar brasileiro. A montanha parecia inatingível, com muitas perdas de soldados brasileiros, sendo, muitas vezes, por culpa de seus superiores. De novembro de 1944 a fevereiro 1945, os soldados brasileiros enfrentaram temperaturas baixíssimas e condições totalmente desconhecidas. Chegaram à Itália sem experiência e no final a bandeira brasileira foi fincada no alto da montanha maldita. (1985, p. 88-89).

Após dezoito dias de luta incessantes, entre os dias 14 e 30 de abril, a 148ª DI Alemã e as Divisões Itália e Monte Rosa se renderam, com a FEB assumindo o controle de Montese, outra importante conquista dos brasileiros, prendendo 16.000 alemães. Em quinze dias, a FEB percorreu mais de quatrocentos quilômetros, libertando mais de sessenta cidades e vilas da

terra italiana. Foram feitos cerca de 21.000 prisioneiros, dentre os quais, uma Divisão alemã inteira, os destroços de três Divisões italianas e de quebra, dois Generais se renderam aos brasileiros (BRAYNER, 1968, p. 503).

No dia 8 de maio de 1945, a guerra chega ao seu fim. Dorvilho escreve para Glória sem saber que o seu retorno está muito próximo. Os vários meses que ficou longe do Brasil pareciam que não iriam terminar. A certeza de um retorno breve amenizava um pouco as saudades da família e da noiva. Na carta, ele fala da sua infelicidade e que só voltará a ser feliz o dia que retornar ao Brasil para juntos reviverem os momentos felizes que passaram antes da sua partida para a Europa (TESTA, 08 mai de 1945, p. 1).

Quando os primeiros pracinhas desembarcaram no Brasil, um aviso ministerial ecoou em seus ouvidos como uma bomba. Aos pracinhas foi proibido o uso dos uniformes da FEB, assim como o distintivo da “Cobra fumando” ou qualquer coisa que fizesse menção ao “febiano”. Foi proibido também qualquer comentário sobre as operações ou proezas nos lares, nas praças, nas esquinas ou nas emissoras de rádio (BRAYNER, 1968, p. 520).

A participação da FEB na Itália colaborou para as vitórias dos aliados em Monte Castello, Castelnuovo, Collechio, além das localidades de Montese, Zocca, Monte Prano, Camaiole, onde os brasileiros atuaram diretamente nas batalhas no combate ao nazismo de Hitler. As cidades de Pisa, Pistoia e Florença foram as localidades de base e preparação para os confrontos. Os 454 soldados brasileiros que morreram no conflito foram enterrados na cidade italiana de Pistoia. Após o término da guerra em maio de 1945, os combatentes brasileiros retornaram ao país, com o primeiro escalão da FEB chegando ao Rio de Janeiro em 18 de julho de 1945 (AQUINO, 1995, p. 192).

Enquanto aguardava o retorno para o Brasil, Dorvilho escreveu para a noiva no dia 31 de maio, demonstrando a sua felicidade ao saber que suas irmãs lhe haviam feito uma visita e que passaram todo o dia juntas. Fazendo menção quanto ao término da guerra, diz estar folgado, aguardando a volta ao Brasil e, apesar da grande saudade que sente, estava mais conformado pois sabia que o retorno estava próximo e aguardava com ansiedade os momentos de felicidades que passariam juntos (TESTA, 31 mai de 1945, p. 3). Dorvilho desembarcou no Rio de Janeiro no dia 19 de setembro de 1945, onde junto com todo o efetivo da FEB foi recebido em uma manifestação popular que foi a maior da História da cidade do Rio de Janeiro.

O envolvimento direto do Brasil lutando contra as forças nazi-fascistas na Europa quase não é mencionado nos livros escolares de História do Brasil e, quando fazem alguma

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

referência, é relacionado a estratégias e implicações políticas da guerra. Os personagens citados são os líderes militares e civis, não fazendo nenhuma referência ao simples soldado que esteve frente a frente com os soldados nazistas, em lutas sangrentas, debaixo de um frio intenso e envolto em lamas e neves nas montanhas dos Apeninos italianos.

A guerra deixou marcas profundas na alma dos pracinhas brasileiros. Durante as suas vidas eles carregaram consigo os momentos de apreensões e temores que passaram durante o período do conflito. A “neurose de guerra” foi uma das maiores sequelas que os pracinhas brasileiros herdaram da maior guerra da história da humanidade. Mas, o que mais marcou a vida desses bravos homens foi o descaso, o não reconhecimento pelo sacrifício e o patriotismo demonstrado por eles nessa jornada tão difícil que foi contribuir no combate ao nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial.

## Referências

ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**: história de um envolvimento forçado. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2002.

AQUINO, Maria Aparecida de. A América vai à guerra. In: COGGIOLA, Osvaldo. **Segunda Guerra Mundial**: um balanço histórico. São Paulo: EDUNESP, 1995.

BARROS, José D’Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: ed. FGV, 1998.

BRAYNER, Mal. Floriano de Lima. **A verdade sobre a FEB**: memórias de um chefe de Estado-Maior na campanha da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escala**: a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escala**: a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

NOCELLI, Glória. Correspondência a Dorvilho Testa. 17 abr. 1944. Juiz de Fora. 4 p.. Pede notícias sobre a partida para Europa e permissão para ir a uma festa.

NOCELLI, Glória. Correspondência a Dorvilho Testa. 7 jun. de 1944. Juiz de fora, 4 p.. Revela estar feliz por ele por ele estar bem de saúde e comenta sobre novo boato da partida dos pracinhas para a Europa.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

NOCELLI, Glória. Correspondência a Dorvilho Testa. 23 de jun. de 1944. Juiz de Fora, 4 p. . Na carta procura confortar o namorado.

PEDRO, Antônio. **A Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Atual, 1994.

TESTA, Dorvilho. Correspondência a Glória Nocelli. 19 jan. 1944, São João Del Rei. 4 p. Comunica que fez boa viagem e que está bem, apesar do desgaste da viagem.

TESTA, Dorvilho. Correspondência a Glória Nocelli. 4 de mai. de 1944, Rio de Janeiro. 4 p. Reafirma o seu amor, nega o boato da partida para a Europa e faz referência a sonhada baixa do exército.

TESTA, Dorvilho. Correspondência a Glória Nocelli. 27 jun. de 1944. Rio de Janeiro, 4 p. Relata toda a sua tristeza por estar distante e próximo de partir para a Itália.

TESTA, Dorvilho. Correspondência a Dona Virginia. 18 set de 1944. Rio de Janeiro pede permissão para ficar noivo de Glória Nocelli.

TESTA, Dorvilho. Correspondência a Glória Nocelli. 14 out. 1944, Itália 1 p. fala da saudade e da falta de notícias.

TESTA, Dorvilho. Correspondência a Glória Nocelli. 17 nov. de 1944, 2 p. Pede notícias e reafirma os seus sentimentos.

TESTA, Dorvilho. Correspondência a Glória Nocelli. 8 mai. de 1945. Itália. 2 p. Envia notícias, fala das saudades e procura motivá-la dizendo que o retorno será breve.

TESTA, Dorvilho. Correspondência a Glória Nocelli. Itália. 31 mai. de 1945. P. 3. Fala do fim da sua pesada jornada e o breve retorno.

TOTA, Antônio Pedro. **O imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VIGEVANI, Tullo. **A Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Moderna, 1986.

WAACK, William. **As duas faces da glória**: a FEB vista pelos seus aliados e inimigos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

**O autoritarismo da república pré-1930 e a reação popular no populismo**

Pedro Paulo Aiello Mesquita\*

**Resumo:** Este texto visa perceber a participação política das massas em dois momentos distintos da História do Brasil; no autoritarismo da Primeira República (1889-1930) e no populismo iniciado no período Vargas em 1930. Períodos esses que se mostram distintos no que tange à participação política das massas no cenário nacional. Nesse sentido, pretende-se estudar o populismo como uma forma política pós-30 de angariar apoio popular e sustentar o poder.

**Palavras-chave:** Massas; Primeira República; Populismo

### Introdução

O surgimento e o crescimento dos empreendimentos industriais no Brasil no final do século XIX concentraram-se no eixo Rio - São Paulo. Nesses estados, o aumento do operariado em condições de trabalho marcadas pela insalubridade e por longas jornadas de trabalho viria a resultar em conflitos com aqueles que detinham os meios de produção. Além do Rio de Janeiro e de São Paulo, o Rio Grande do Sul detinha um expressivo crescimento operário no despontar do século XX, tal como indicado na tabela a seguir:

TABELA 1) Crescimento e concentração do número de operários no Brasil (1907 e 1920)<sup>982</sup>

1907	1920
O Brasil contava com 149 018 operários	O Brasil contava com 275 514 operários
	Em São Paulo: 83 998
	No Rio de Janeiro: 56 229
	No Rio Grande do Sul 24 661

Conforme mostrado acima, o número de operários quase dobrou em treze anos e desses operários, boa parte era oriunda do continente europeu.<sup>983</sup> A recente indústria brasileira

\*Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Contato: pedropauloaiellomesquita@yahoo.com.br, Rua Dr. Lippold, 186. Carangola, Petrópolis-RJ. CEP: 25715-250.

<sup>982</sup> Tabela feita com dados de: MUNHOZ, Fábio. Imigrantes. In: **Nosso Século 1910-1930**. São Paulo: Abril. 1981 p.84

<sup>983</sup> MUNHOZ, Fábio. Op. Cit. P.86

vinha recebendo trabalhadores operários cuja realidade industrial remontava de muitos anos antes, bem como partiam de uma realidade em que doutrinas reivindicatórias de melhores condições de trabalho, tais como o Socialismo e o Anarquismo, faziam-se presentes em movimentos em prol de melhorias nas condições de trabalho nas indústrias e na vida social.

Uma vez impregnados por tais doutrinas, os operários estrangeiros as colocavam em prática na nascente indústria brasileira por meio de reivindicações frente às precariedades que caracterizam o estabelecimento do trabalho industrial.

Em meio às jornadas de quatorze horas diárias de trabalho em ambientes vedados, cujas janelas eram fechadas para que os operários não perdessem tempo olhando o lado externo e onde trabalhavam várias mulheres e crianças em condições precárias, estabeleceu-se uma série de descontentamentos operários, sendo os imigrantes os que mais valorizavam a reivindicação por maior dignidade no trabalho fabril.

A participação política desses operários também era débil no período. “Na esfera política, o único direito dos operários era votar, por ocasião das eleições, em candidatos que representassem os interesses das oligarquias”<sup>984</sup>

Por todo esse quadro de exclusão e precariedade operária, os movimentos sociais fizeram-se presentes como nas greves de 1907 e 1917 em São Paulo. Como muitas vezes era um estrangeiro que incitava e liderava tais movimentos, logo se iniciou o mito do “agitador estrangeiro”. A imprensa, em grande parte manipulada pelos interesses dominantes, cunhou a expressão “os indesejáveis” para se referir aos operários estrangeiros cujas atitudes só vinham a colocar em perigo a ordem, fazendo de tais operários um espectro que atormentava o sono das elites.

O termo indesejável referia-se, portanto, ao desejo que a classe dirigente possuía de ver-se livre dos estrangeiros “baderneiros”. A lei Adolfo Gordo de 1907, aprovada pela oligarquia, visava expulsar qualquer estrangeiro que colocasse em perigo a ordem pública, que, naturalmente, beneficiava aqueles agentes sociais da oligarquia.

Por mais que a grande mídia fosse dominada pelos interesses das oligarquias, a mídia operária vinha ganhando espaço no período, o suficiente para em 1919 o jornal “Spártacus” afirmar que os indesejáveis não eram aqueles trabalhadores europeus que reivindicavam melhores condições de trabalho, mas “são encontrados exatamente nas classes de capitalistas estrangeiros cuja atividade exclusiva é explorar o operariado nacional para tirar do Brasil o

---

<sup>984</sup> MUNHOZ, Fábio. Op. Cit. P.84

melhor de suas riquezas, arrancadas (...) do solo brasileiro.”<sup>985</sup> Logo, percebe-se como cada setor manifestava o descontentamento com o outro na esfera produtiva, denominando-lhe “indesejável”.

A incidência de greves em estados onde a presença operária estrangeira era mínima, tais como Pernambuco e Bahia, sugerem que mais incisiva do que a influência estrangeira sobre os trabalhadores brasileiros em prol de reivindicações, era a péssima condição de trabalho enfrentada pelos operários no despontar da industrialização nacional.

### **Situação social pré-1920**

Em 1892 a Gazeta de Petrópolis publicava em sua primeira página uma reportagem exaltando a “municipalidade”. Eis um trecho:

Felizmente a constituição republicana deste estado, veio remediar uma situação intolerável, dando aos municípios não só completa autonomia na sua administração como fornecendo-lhes os recursos indispensáveis para fazer face às numerosas obrigações que lhe impoz.

No município pode-se estabelecer, sem dificuldade e sem perigo, as instituições as mais democráticas.

A soberania do povo não é ahi uma palavra vá, uma fórmula ambiciosa; é um facto tradicional, a prática pacifica de direitos reconhecidos.<sup>986</sup>

Este trecho faz parte de um longo dissertar do autor da reportagem – não indicado no periódico – a respeito da municipalidade na história humana. O texto, com uma linguagem culta e semelhante àquela usada nos meios acadêmicos, discursa longamente a respeito de um tema bem desconhecido pela maioria da população contemporânea, qual seja; a ideia de municipalidade, sobretudo no século XIX. Tem-se desde já que a leitura da mídia era dirigida à uma elite interessada e familiarizada com os temas em discussão.

O curioso é que tal texto vem justamente na primeira página, contrastando com as notícias bombásticas e calamitosas com grande apelo popular em nossa contemporaneidade, onde certamente a mídia atinge um público bem maior que aquele do século XIX.

Pode-se observar em tal trecho uma defesa exaltada da municipalidade e sua associação à constituição republicana. Certamente é defesa de uma forma de organização governamental que contrasta com o centralismo do recém terminado período imperial e dos primeiros anos da república governada pelos militares.

---

<sup>985</sup> Jornal Spártacus. 1919. In MUNHOZ, Fábio. Op. Cit. P.84

<sup>986</sup> Gazeta de Petrópolis. Ano I n°1 02 de junho de 1892 p.2

Parece, entretanto, que o autor vê na sua contemporaneidade um marco democrático à idéia de municipalidade que não ocorreu na prática no governo republicano oligárquico. Ou seja, antes de imprimir uma sociedade democrática, a liberdade local da municipalidade foi antes o foco de atuação de poderes isolados que aproveitavam de tal sistema para dominar e botar o “povo” a favor de seus interesses, como nas ocorrências de voto de cabresto e currais eleitorais do período. Ademais, tal municipalidade serviu ainda para fraudar a máquina pública na eleição de governadores e presidentes na conhecida política dos governadores, que usavam justamente a liberdade local dos municípios como moeda de troca por apoio.

Em suma, esse trecho mostra que não há, de fato, uma correspondência entre teoria e prática nas idéias relacionadas à municipalidade e que certamente iam ao encontro da mentalidade modernizadora do período.

A participação social nas questões políticas nesse período é relegada à obscuridade por parte dos poderes dominantes que usavam a mídia como veículo de difusão de suas ideologias. Isso não quer dizer que não houvesse descontentamento e pressão social. O poder estabelecido tinha, entretanto, uma postura normatizadora frente aos focos de contestação, tratando o problema social como caso de polícia, sendo voltado às medidas repressivas em detrimento de medidas inclusivas frente aos socialmente marginalizados.

E como se percebe nesse período uma ampla marginalização associada ao papel desempenhado pelos agentes sociais na esfera produtiva da recente indústria nacional, parece corresponder com isso a incidência de manifestações operárias em prol de melhorias em suas condições de vida e trabalho.

O governo oligárquico agia de forma a combater tais movimentos considerados como usurpadores da ordem. A mídia era um canal que manifestava os interesses dominantes também no que diz respeito a relegar a questão social ao plano da desordem e taxá-la à ilegitimidade frente à sociedade ou apenas desconsiderá-la como no trecho abaixo do jornal carioca “O Paiz” em 1906:

“O Brasil é um país novo, sem predisposições, livre e orgulhoso de suas liberdades, onde ainda não existem organizações capitalistas poderosas (...) A classe operária é auto-organizada, procura defender-se livre e calmamente, sem intervenção de autoridades.”<sup>987</sup> Tal postura parece criar um mito da conciliação, camuflando em nome de uma “calma operária” os movimentos advindos das péssimas condições de trabalho por ela encontradas. Ademais, defende a “liberdade” do povo brasileiro, o que novamente torna geral a condição de um

---

<sup>987</sup> Jornal “O Paiz”. N40 p.15



único grupo, visto que a liberdade não poderia ser vista entre aqueles que se voltavam às longas jornadas de trabalho e cujas condições de vida eram por demais precárias em meio à exploração que sofriam nas organizações capitalistas.

A mídia também teve ressonância dos interesses dominantes ao criar o mito do “agitador estrangeiro”. Assim o jornal O Paiz tratava o assunto em 1917: “O trabalhador brasileiro, disciplinado e de boa índole, está sendo minado pela ação deletéria de alguns estrangeiros”.<sup>988</sup>

Fábio Munhoz<sup>989</sup> afirma que “referindo-se aos imigrantes politizados e sindicalistas, a grande imprensa cunhou as expressões como ‘agitador de massas’, ‘credo execrando’, e, sobretudo, o termo ‘indesejáveis’”.

Dessa forma, podemos especular a respeito da marginalização da questão social no pré-1930 ao verificarmos na mídia a presença das oligarquias dominantes e seu discurso ideológico, ostentando configurações políticas e sociais conformes aos seus interesses, manifestando a marginalidade dos excluídos sociais.

### **Situação social pós 1930**

#### **O movimento populista na concepção de Francisco Weffort**

Foi a expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito afins na história brasileira, e do processo de democratização do Estado, que por sua vez, teve que apoiar-se em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da ditadura Vargas (1937-1945), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes das massas da democracia do pós-guerra (1945-1964)<sup>990</sup>

Parece sintomática da nova organização social pós 1930 a forma com que o populismo se instaurou na política brasileira. Na ótica de Weffort é possível associar a medida governamental populista à uma nova pressão social sobre a esfera governamental, diferentemente do período oligárquico.

“O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares mas também foi um modo de expressão de suas insatisfações.”<sup>991</sup>

Em seguida à desarticulação do poder estabelecido das oligarquias, formou-se uma nova organização do poder na qual o populismo mostrou-se como a forma de manipulação

---

<sup>988</sup> Jornal “O Paiz”, N46 p.7

<sup>989</sup> MUNHOZ, Fábio. Op.cit. p.84

<sup>990</sup> WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1978 p. 61

<sup>991</sup> WEFFORT, Francisco. Op. Cit. P.62

das massas, porém, dando margem aos seus anseios, refletindo dessa forma, a emergência popular no processo industrial e urbano.

O movimento de 30 em si reflete a inviabilidade das camadas médias assumirem o poder com a desarticulação das oligarquias. Dessa forma, a organização dos tenentes foi o fator *a priori* que determinou a conciliação de vários interesses de diferentes grupos sob o comando de Getúlio Vargas. Segundo Boris Fausto<sup>992</sup>, instaurou-se um “estado de compromisso” após a tomada de poder por Vargas. Assiste-se à junção de interesses diversos entre os tenentes, as oligarquias dissidentes, a classe média e a burguesia desatrelada do setor agrário em um único programa de governo.

Por certo que o novo regime enfrentaria uma instabilidade no poder. É dessa forma que a pressão das massas passou a ser vista como uma possibilidade estratégica de consolidação em vista da possibilidade de arregimentar a simpatia popular, ao que então, pode ser uma forma de entender o populismo pós 1930 como uma participação política popular.

Nessas condições de compromisso e de instabilidade que têm sua gênese algumas características mais notórias da política brasileira nessa etapa, entre as quais convém destacar como componentes eu virão a ser fundamentais no populismo, a *personificação do poder*, a *imagem* (meio real meio mítica) *da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação política das massas populares e urbanas*<sup>993</sup>

Percebe-se com isso, que as massas aparecem também incluídas nesse jogo de compromissos. O Estado ao mesmo tempo em que atende às demandas sociais por meio do populismo, torna-se um manipulador dessas massas justamente ao ceder às suas pressões reivindicatórias, e com isso, arregimenta o compromisso das massas em estarem conforme à nova dinâmica do poder nacional, cuja instabilidade necessitava sobremaneira do apoio popular..

Sob um sistema ditatorial, o governo Vargas forneceu uma inédita participação das massas nos âmbitos político e econômico. A própria legislação trabalhista assume um status conciliador entre as classes envolvidas no processo produtivo industrial, justamente como forma de atender às demandas sociais e evitar as assimetrias extremas entre classes que se manifestaram no período da república oligárquica.

A nova realidade social brasileira com a intensificação da urbanização e da industrialização são em si fatores que ilustram o crescimento e o fortalecimento das massas,

---

<sup>992</sup> FAUTO, Boris. A Revolução de 30; história e historiografia. São Paulo: Brasiliense. 1972

<sup>993</sup> WEFFORT. Francisco. Op cit. P.69 (grifo do autor)

de tal ordem que passam a desempenhar um papel de suma importância no estabelecimento dos regimes políticos pós 1930 e nas diversas formas de populismo existentes.

A emergência das classes populares no plano político encontra-se intimamente associada à sua emergência nos planos sociais e econômicos. Com efeito, já na ditadura, a concessão da cidadania através dos direitos sociais se vê complementada, em seus efeitos políticos, pela intensidade que ganham nessa época os processos de industrialização e urbanização.<sup>994</sup>

Dessa maneira que Weffort associa o populismo à uma estratégia governamental de ir em direção das exigências das massas a fim de angariar um apoio indispensável à sua consolidação. Diferentemente da república oligárquica onde a questão social era tratada como caso de polícia e a pobreza era disfarçada ou revestida de periculosidade pela mídia, nos regimes pós 30 a questão social foi apropriada pelas práticas populistas como um compromisso entre a força governamental e setores populares no propósito de estabelecer uma nova forma de governo.

Weffort conclui que o fracasso do populismo ocorreu justamente em razão do crescimento das massas e da inviabilidade de compromisso dessas com outros setores da sociedade brasileira. As direitas e a classe média se viam aterrorizadas pela crescente pressão popular, os grandes proprietários assustavam-se ante as possibilidades de reforma agrária e de mobilização das massas rurais e a burguesia industrial temia não só a pressão popular como a possibilidade de não obter todas as vantagens econômicas que demandava frente ao tamanho poderio das massas. Em última instância, ainda de acordo com Weffort, o próprio Estado, já na figura de João Goulart, não tinha mais a possibilidade não só de conciliar os interesses divergentes, como de controlar a ascensão das massa, o que ilustra a fragilidade do populismo.

## **Conclusão**

À guisa de conclusão, convém analisar o comportamento dos agentes sociais na tomada de diferentes posicionamentos políticos em momentos distintos. As formas distintas com que a questão social fora tratada na república oligárquica e após o movimento de 30 podem ser pensadas a partir de diferentes prioridades que os agentes detentores do poder político davam às suas atitudes no âmbito da gerência do poder.

---

<sup>994</sup> WEFFORT, op. Cit. P.74

Ao percebermos as premissas que buscam estudar o neo-institucionalismo, preocupando-se em perceber por trás das ações institucionais algumas ações sociais dos indivíduos que compartilham aquela instituição, ou seja, em perceber os comportamentos institucionais como que norteados pelas estratégias e pelas escolhas dos agentes que a compõem, talvez possamos refletir a respeito das diversas formas de comportamento social na política antes e depois de 1930.

... os indivíduos buscam maximizar seus rendimentos com referência a um conjunto de objetivos definidos por uma função de preferência dada e que, ao fazê-lo, eles adotam um comportamento estratégico, vale dizer, que eles examinam todas as escolhas possíveis para escolher aquelas que oferecem benefício máximo. Em geral, os objetivos ou preferências do autor são definidos de maneira exógena com relação à análise institucional<sup>995</sup>

Pode-se pensar o Estado numa perspectiva institucional para entender a relação acima. Ao imaginar o governo oligárquico vê-se que o viés de exclusão e de repressão dos problemas e das questões sociais eram antes estratégias adotadas pelos agentes que detinham o poder do Estado como forma possível de assegurar uma ordem que fosse conforme a seus interesses. Era como se dessa forma, alcançassem o “benefício máximo” como agentes de uma instituição, dando a esta um tal comportamento de exclusão e marginalização social, que eram, por seu turno, disfarçados na mídia do período por meio da defesa de interesses de tal grupo dominante revestidos de interesse geral.

Essa postura estratégica, que aqui relacionamos à prioridade que tal grupo político dava às suas ações, pode ser explicada pelo contexto social e econômico que estão exógenos à política governamental em si. Em outras palavras, o entendimento das prioridades no que tange às medidas estratégicas tomadas no seio da instituição governamental só se faz clara ao analisarmos fatores exógenos da política, tais como a economia e a sociedade contemporâneas.

Dessa maneira é que se entende a mudança na instituição governamental pós 1930 como que norteadas por mudanças exógenas ao interior do governo. Ou seja, o crescimento industrial e urbano deu uma nova dinâmica social que seria fundamental nas novas direções políticas que a instituição governamental assumiria. A partir do movimento de 30, novos agentes passam a integrar a instituição governamental, adotando estratégias e prioridades distintas uma vez que seus interesses eram outros.

---

<sup>995</sup> HALL, Peter. TAYLOR, Rosemary, **As três versões do neo-institucionalismo**. Lua Nova, n. 58, 2003, pp. 193-224

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Em suma, os diferentes comportamentos governamentais frente à inclusão das massas no cenário político podem ser percebidos dentro de um jogo de prioridades que diferentes agentes governamentais davam às diretrizes políticas. As situações econômicas e sociais advindas do crescimento industrial seriam então um elo extra-governamental que iria abalá-lo de tal forma que os novos agentes passaram a dominar a máquina pública havendo então a figura de um ditador que personificava em si o poder a fim de conciliar o interesse dos diferentes grupos que o apoiavam. O populismo, variavelmente adotado por tais governantes, buscava inserir as massas em seu jogo político para apoiar-se no poder que tais massas tinham angariado na esfera social em virtude da nova dinâmica industrial. Tal estratégia se mostrou falha, entretanto, por não conter o crescimento das massas, abalando os demais setores que apoiavam a esfera governamental, assim como tendo no próprio crescimento desmedido das massas uma ameaça ao sistema político respaldado do populismo.

### **Referências**

FAUTO, Boris. **A Revolução de 30**; história e historiografia. São Paulo: Brasiliense. 1972

HALL, Peter. TAYLOR, Rosemary, **As três versões do neo-institucionalismo**. Lua Nova, n. 58, 2003

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1978

MUNHOZ, Fábio. Imigrantes. In: **Nosso Século 1910-1930**. São Paulo: Abril. 1981

Gazeta de Petrópolis. Ano I nº1 02 de junho de 1892

Jornal Spártacus. 1919. In MUNHOZ, Fábio. Imigrantes. In: **Nosso Século 1910-1930**. São Paulo: Abril. 1981

Vítor Fonseca Figueiredo \*\*

**Resumo:** O objetivo desta comunicação é estabelecer algumas análises acerca da atuação política de dois importantes grupos familiares da região norte do estado de Minas Gerais. Respalgadas no tradicional arcabouço político da Primeira República (1889-1930), sobretudo no coronelismo, as famílias “Chaves, Prates e Sá” e “Alves, Versiani e Veloso” dominaram, em meio a violentos conflitos, toda a vida sociopolítica de uma área periférica do estado.

**Palavras-chave:** Parentela, coronelismo, Montes Claros/MG.

“Viva a República!  
Viva a Nação Brasileira!  
República instalada ontem no Rio.”<sup>996</sup>

Proclamada a República, em 1889, a satisfação e o entusiasmo dos líderes e militantes do movimento republicano se fizeram sentir em variados pontos do território nacional. O sonho, há muito almejado, de institucionalização de um novo regime governamental, baseado em princípios livres e democráticos, assim como os já vigentes nos demais países da América Latina, empolgou a muitos. Alvoradas, desfiles e bailes foram realizados, em comemoração ao grande evento nacional.

Em Montes Claros/MG, o boletim do “Tambor”, distribuído pelas ruas da cidade, foi um dos responsáveis pela divulgação da boa nova. Também pelas ruas, um ilustre republicano, Teófilo Benedito Ottoni, então residente na cidade, comemorava com entusiasmo o acontecimento. Assim, logo em 28 de novembro de 1889, a Câmara respondia o

---

\* Texto originalmente publicado sob o título: “Velhas arengas em uma nova ordem” no segundo capítulo da dissertação: FIGUEIREDO, VÍTOR Fonseca. *Os Senhores do Sertão: coronelismo e parentela em uma área periférica de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto Ciências Humanas/ICH. Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. Juiz de Fora, 2010.

\*\* Professor Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora com a dissertação: “Os Senhores do sertão: coronelismo e parentela em uma área periférica de Minas Gerais (1889-1930)”. [ffvitor@ibest.com.br](mailto:ffvitor@ibest.com.br)

<sup>996</sup> PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora Ltda. 1957. p.25.

telegrama oficial que anunciava a proclamação e afirmava que “[...] o povo recebeu a mudança de governo com real agrado.”<sup>997</sup>

De fato, para os poucos republicanos existentes na cidade e na região, de um modo geral, a grande notícia foi recebida com júbilo. Mas para os monarquistas, sobretudo os liberais, o fato foi um verdadeiro desalento. Esta contrariedade de sentimentos pode, inclusive, ser notada com relação à retirada das armas imperiais da fachada da Câmara Municipal. Na ocasião, o então Vice-Presidente da edilidade e líder republicano, Alberto Cassimiro de Azevedo Pereira, requereu a retirada dos emblemas com o argumento de “[...] não terem êles razão de existência.”<sup>998</sup> A solicitação foi aprovada e, segundo o memorialista Hermes Augusto de Paula, “[...] na noite de 30 de novembro, silenciosamente, as armas monárquicas foram retiradas, causando desapontamento a alguns republicanos exaltados”<sup>999</sup> que ambicionavam não apenas remover, mas, principalmente, estilhaçar o emblema. Já os monarquistas, teriam assistido de longe a remoção, considerando-a um verdadeiro atentado. O então Presidente da Câmara, Vítor Quirino de Souza, teria até afirmado: “jogam fora as armas monárquicas porque são de barro; fôssem de ouro e êles as guardariam.”<sup>1000</sup>

As comemorações na cidade se prolongaram e no primeiro dia de dezembro se realizaram as festividades oficiais com a nova bandeira, músicas, foguetórios, discursos e celebrações. Em meio à euforia, até mesmo a rua onde foram proferidos os discursos passou a se chamar 15 de novembro.<sup>1001</sup>

Em Montes Claros, assim como em todo o país, por algum tempo, o clima foi de conagração. Os republicanos associados aos adesistas, em especial os de origem conservadora, se sentiram os “donos da vez”. Esta união de conservadores e republicanos, de modo algum, foi algo restrito a Montes Claros. Em todo o Brasil, elementos do Partido Conservador e do Liberal se associaram aos clubes republicanos, em razão de sua profunda insatisfação com os rumos tomados pelo Império, principalmente no que concerne à sanção de medidas como a abolição da mão-de-obra escrava. Para analistas como Antônio Octávio Cintra, a estabilidade do regime monárquico brasileiro esteve, por décadas, amparado num

---

<sup>997</sup> Idem, p.26.

<sup>998</sup> Ibidem, p.26.

<sup>999</sup> Ibidem, p.26.

<sup>1000</sup> Ibidem, p.26.

<sup>1001</sup> VIANNA, Urbino de Souza. *Monographia do Município de Montes Claros* – breves apontamentos históricos, geographicos e descriptivos. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. p.86.

“pacto político” entre o governo e a aristocracia escravocrata. Quando as bases desta velha aliança se romperam, em 1888, o Império simplesmente esboroou.<sup>1002</sup>

Passadas as comemorações pela proclamação do novo regime governamental adveio a sua fase de organização. Em Montes Claros um político liberal, Camillo Philinto Prates, foi indicado, em 1891, para o posto de Presidente da Intendência de Montes Claros. A nomeação, fruto de ligações prévias com Cesário Alvim, antigo liberal e governador nomeado por Deodoro da Fonseca, foi uma surpresa. Anteriormente, o Clube Republicano havia indicado Alberto Cassimiro para o cargo.

A notícia, como se era de esperar, provocou nos republicanos e conservadores alarde e profundo desagrado. Protestos foram veiculados junto à imprensa local e enviados ao governador mineiro, mas de nada valeram. A esperança de instauração de uma nova ordem, livre das velhas panelinhas monárquicas, logo se esfacelou. Em Montes Claros e em vários outros lugares, monarquistas e adesistas foram empossados como intendentess. Em função da preterição dos republicanos históricos, um pasquim da cidade chegou a publicar os maliciosos versinhos: “O barulho no beco esta fervendo; quando penso que pago estou devendo.”<sup>1003</sup>

A partir de então, o velho teatro de disputas político-familiar que compuseram a cena imperial passou a ser reeditado, só que agora em um novo regime. “Chaves, Prates e Sá” e “Alves, Versiani e Veloso” se agruparam sob a bandeira do Partido Republicano Mineiro. De acordo com o escritor Basílio de Magalhães, este tipo de situação, em que grupos rivais se reuniram sob a capa de partidos de âmbito estadual, foi algo muito comum pelo interior do Brasil. Em suas palavras: “[...] nos municípios surgem facções, de ordinário em acirrada pugna umas com as outras, todas conclamam desde logo, chocalhamente, o mais incondicional apoio ao situacionismo estadual”.<sup>1004</sup>

Embora paradoxal esse tipo de situação refletia um pouco do arcabouço político da Primeira República, acentuadamente marcado por relações de aliança e compromisso entre os chefes do interior e o situacionismo estadual. Tais relações, para muitos estudiosos, sobretudo para Victor Nunes Leal, constituíam o que tradicionalmente se convencionou a chamar de “Coronelismo”.

---

<sup>1002</sup> CINTRA, Antônio Octávio. A Política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre centro e periferia. In: BALÁN, Jorge (Org.). *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Difel, 1972. p.33.

<sup>1003</sup> PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op.Cit.* p.27.

<sup>1004</sup> MAGALHÃES, Basílio de. *Algumas notas sobre o municipalismo brasileiro*. In: *O Estado de São Paulo*. 25 de agosto de 1946. p.04 *Apud* LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. p.49.



Segundo Leal, o coronelismo teve origem com a República e consistiu na superposição de formas desenvolvidas do regime representativo, implantadas pela Constituição de 1891, a uma estrutura econômica e social marcada pela dependência, da grande maioria da população, dos senhores de terra.<sup>1005</sup> As profundas desigualdades existentes no Norte de Minas, os elevados índices de concentração fundiária e o atraso econômico regional, foram propícios ao desenvolvimento das relações coronelistas. Afinal, a dependência financeira de grandes parcelas da população, em relação aos homens mais abastados, foi fundamental para trazer de volta velhos líderes monárquicos para a direção dos quadros políticos republicanos.

Em Montes Claros, a volta dos monarquistas foi rápida e notória. Tal como no Império, durante a República, pelo menos até 1930, todos os cargos políticos da cidade foram ocupados por integrantes dos dois grupos de parentela local. Deste modo, “Chaves, Prates e Sá” e “Alves, Versiani e Veloso”<sup>1006</sup>, por mais de quarenta anos, se revezaram no controle político de Montes Claros, em meio a lutas, tiroteios e muita perseguição. Não que a população da cidade fosse violenta, apesar da existência de inúmeras descrições historiográficas e literárias neste sentido, mas o próprio funcionamento do arranjo político coronelista, em si, trazia elementos propensos ao embate. Afinal, a cada eleição apenas uma das facções, a vencedora, se tornaria tributária dos favores, empregos e demais benefícios ofertados pelo governo estadual, dentre os quais, a famosa “carta-branca”.

Este último e valioso instrumento era extremamente útil, tanto na concessão de favores aos aliados políticos locais e regionais, quanto na ação contra os adversários. Por meio dela, o governo estadual atendia às indicações de emprego dos coroneis, deslocava autoridades judiciais e policiais e fazia vista-grossa à ameaças e perseguições promovidas contra os competidores. Em troca, a situação municipal conferia fidelidade e votos ao governador e à máquina partidária estadual.

Portanto, como se pode notar, no sistema coronelista, cada pleito era potencialmente violento, já que a única maneira de se tornar “situação” era pela vitória, seja por vias legais ou não. Somados a estes fatores, em Montes Claros, os dois grupos de parentela rival disputavam o mesmo espaço, os mesmos cargos e as mesmas sinecuras. Deste modo, embates violentos no âmbito municipal foram invariavelmente frequentes. E, não por acaso, a cidade acabou

---

<sup>1005</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto...* Op.Cit. p.20.

<sup>1006</sup> Logo no início do regime republicano um novo grupo familiar se uniu a parentela “Versiani e Veloso”: a família Alves.

cindindo entre suas duas principais lideranças: os deputados federais Camillo Philinto Prates e Honorato José Alves. Cada qual, chefe de um dos grupos de parentela.

A cisão, ocorrida em 1897, por divergências em torno da localização da construção do mercado municipal, apenas ratificou uma antiga disputa familiar advinda desde os tempos do Império. A partir de então, a política local se deu em torno dos chamados Partidos “Camilista” e “Honoratista”, ou entre os partidos de “Cima” e de “Baixo”, como também eram conhecidos. Estes últimos cognomes constituíam alusões à região da cidade onde se localizava a residência de cada um desses chefes. Conforme observações da cientista política Evelina Antunes Fernandes de Oliveira, “O personalismo é, desde esta época, um traço marcante da política. Em torno de certas personalidades se organizam os grupos e definem suas linhas de ação. Do enfrentamento entre eles [...] resultaram alguns mortos e feridos.”<sup>1007</sup>

De fato, em Montes Claros, não foram poucos os casos de perseguição a adversários e de remoção de funcionários públicos empossados por rivais. Em meio às várias edições dos jornais locais, “Montes Claros” e “Gazeta do Norte”, é fácil encontrarmos referências à demissões e deslocamento de professores, telegrafistas e autoridades policiais e judiciárias. De acordo com dados publicados pela “Gazeta”, nos quadriênios de 1918 a 1922 e no de 1926 a 1930, ambos dirigidos pelo médico João José Alves, foram removidos da cidade cerca de trinta e duas pessoas. Destas, vinte e quatro exerceram os cargos de juiz, promotor ou delegado e, outros oito, o de telegrafistas. Ainda conforme o jornal, em muitas das vezes o motivo da perseguição eram divergências políticas ou causas banais ligadas, essencialmente, a algum tipo de insatisfação da família que estava no comando municipal.

Assim, a “Gazeta do Norte” aproveitava para exagerar e provocar o grupo rival fazendo afirmações tais como: “o Tenente Pio de Miranda foi transferido pelo motivo de um dos seus filhos ter ‘ameaçado de sopapos’ um dos enteados do Doutor João Alves”; “O Tenente Paula Rego foi removido por ter comparecido à festa de aniversário da Gazeta”, órgão de imprensa dirigido pela parentela rival. Já o juiz Leocádio Alves da Silva não teria “[...] satisfeito os caprichos de uma das filhas do snr. João Alves [...]”<sup>1008</sup> Em alguns dos casos, os funcionários teriam, até mesmo, sido ameaçados de espancamento ou se enredado em brigas outras, que acabaram lhes custando a vida, como foi o caso do delegado Marcello Bulamarqui.

---

<sup>1007</sup> OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes de. *Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento regional na área mineira do nordeste*. Maceió: EDUFAL, 2000. p.41.

<sup>1008</sup> “Porque não param as autoridades”. *Gazeta do Norte*. Montes Claros, Ano XII, n.719, 19 de abril de 1930. p.01; 04. Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

Se tivéssemos tido acesso ao montante das transferências de funcionários públicos que passaram por Montes Claros, entre 1889 e 1930, com certeza, o número seria extraordinário. Contudo, as 32 remoções, efetivadas num intervalo de oito anos, por si só, consistem numa quantia bastante elevada e condizente com as pugnas partidárias montesclarenses. Conforme Leal, os chefes locais, quando gozavam das graças do governo do estado, estavam em reais condições de fazer tanto o bem quanto o mal. E o funcionalismo público, seja ele municipal, estadual ou federal, estava inexoravelmente sujeito aos ditames e humores instáveis dos coroneis.<sup>1009</sup>

Todavia, como uma cidade cindida e em constante disputa política, nem sempre as demissões e remoções do funcionalismo se deram de modo simples e passivo. Em várias ocasiões, manifestos pela imprensa e abaixo-assinados foram promovidos pela corrente política adversária, com o intuito de tentar suspender os atos efetivados contra algum funcionário. Em uma destas ocasiões, inclusive, a demissão de dois empregados da Câmara Municipal de Montes Claros foi o estopim de todo um processo de alterações e arbitrariedades, que acabou resultando na chamada “dualidade de câmaras”.

Este evento local, típico das disputas coronelistas interioranas, ocorreu em 1915 e teve como pano de fundo as eleições municipais. Isto é, ao final daquele ano, completava-se o quadriênio governamental da legislatura 1911-1915, presidida pelo Coronel Joaquim José Costa, um dos membros da parentela “Chaves, Prates e Sá”. A chegada do Coronel Costa à presidência da Câmara, em 1911, se deu após um longo período de cerca de dezenove anos consecutivos de presidência da família “Alves, Versiani e Veloso”. Talvez por isso, a eleição realizada ao término de seu mandato tenha sido tão disputada. Conforme Paula, “Travou-se a campanha política [montesclarenses] mais apaixonada de que se tem notícia.”<sup>1010</sup>

Na verdade, não só a campanha, mas todo o processo eleitoral, inclusive, o de contagem dos votos foi marcado por tensões. Estas acabaram se avolumando, ainda mais, com a decisão do Coronel Costa de demitir dois funcionários, o oficial da secretária da Câmara, Clemente Moreira da Silva e o porteiro Joaquim Soares de Faria. Em torno das demissões a parentela “Alves, Versiani e Veloso” fez várias manifestações, dentre elas a publicação no “Montes Claros” de um abaixo-assinado com mais de duzentas assinaturas e de vários atestados de boa conduta dos homens demitidos<sup>1011</sup>.

---

<sup>1009</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto...* Op.Cit. p.44.

<sup>1010</sup> PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros...* Op.Cit. p.170.

<sup>1011</sup> “Administração municipal: um protesto”. *Montes Claros: Semanário Independente, Literário e Noticioso*. Montes Claros, Ano I, n.02, 18 de maio de 1916. p.03-05. C.02/007- 001 TX/AG01(01)/XX/PC01/EC01 – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes

10 a 13 de maio de 2010

Todavia, a guerra já estava travada. Segundo Paula: “A apuração foi feita por duas juntas, e ambos os partidos se consideraram vencedores. Formaram-se então duas Câmaras, funcionando no mesmo prédio em salas diferentes. Ambas no início de suas atas diziam: A Câmara legal...”<sup>1012</sup> Diante do impasse, o governo estadual determinou que o mandato do Coronel Joaquim Costa fosse estendido por mais um ano, até 1917, para que houvesse tempo das partes em litígio chegarem a um acordo.<sup>1013</sup>

No entanto, o ano de 1916 começou ainda mais tenso. Isto porque motivos de saúde levaram o Coronel Joaquim Costa a se ausentar da cidade por dois meses. Em sua ausência, o cargo de Presidente foi transferido a Américo Pio Dias, seu correligionário e vereador. A decisão provocou alarde, pois, de acordo com a oposição, pela legislação, o cargo deveria ter sido passado ao então Vice-Presidente, Marciano Alves Maurício, membro da parentela “Alves, Versiani e Veloso”.

Não bastasse a quebra da ordem hierárquica institucional, os empregados da Câmara ainda proibiram o Vice-Presidente e os vereadores da oposição de se reunirem no edifício da edilidade. Esta situação só foi contornada por um *habeas-corporis* impetrado pelo juiz da comarca.<sup>1014</sup> No entanto, antes que o Vice-Presidente tomasse posse da Câmara, os funcionários correligionários do Coronel Joaquim Costa procederam à retirada dos arquivos. Conforme o desabafo dos empregados que foram demitidos:

O facto virgem constante dos annaes desta terra é o da retirada do archivo do município, atabaolhada e clandestinamente, pelos fundos do prédio, em caixotes que eram cheios ás pressas e na maior balburdia, que se deu na occasião em que o sr. cel. Costa saltando por cima da lei, teimou em não passar o exercicio ao seu substituto legal, sob as razões mais capaciosas; [...]<sup>1015</sup>

Assim, por praticamente todo o ano de 1916, Montes Claros vivenciou uma dualidade de Câmaras que, por sinal, produziu situações curiosas. No mercado municipal, por exemplo, havia duas balanças e duas tesourarias, cada uma responsável pelos impostos de suas respectivas edilidades.<sup>1016</sup> Embora esta duplicata seja algo interessante e aparentemente

---

Claros/UNIMONTES.

<sup>1012</sup> Idem, p.170.

<sup>1013</sup> “Um julgado da relação política do município”. *Montes Claros: Semanário Independente, Literário e Noticioso*. Montes Claros. Ano I, n.02, 18 de maio de 1916. p.01. C.02/007- 001 TX/AG01(01)/XX/PC01/EC01 – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

<sup>1014</sup> “Administração municipal: um protesto”. *Montes Claros... Op.Cit.*

<sup>1015</sup> “Administração municipal: um protesto”. *Montes Claros: Semanário Independente, Literário e Noticioso*. Montes Claros. Ano I, n.02. 18 de maio de 1916. p.03. C.02/007- 001 TX/AG01(01)/XX/PC01/EC01 – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

<sup>1016</sup> PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros... Op.Cit.* p.170.

10 a 13 de maio de 2010

inusitado era comum, durante a Primeira República, que impasses políticos tivessem o mesmo rumo. Em São Francisco, outra cidade do Norte de Minas, também em 1916, ocorreu situação muito semelhante. E em alguns estados do país até mesmo duplicatas de assembleias legislativas e de presidências de estado aconteceram.<sup>1017</sup>

A resolução do impasse em Montes Claros, no entanto, só adveio em fins de 1916, após intervenções do governo estadual, no sentido de selar um acordo entre as partes. Todavia, logo após o fatídico resultado das eleições, o então governador Delfim Moreira, em carta ao deputado Camillo Prates, já demonstrava sua disposição em resolver o impasse. Segundo ele:

Sou francamente contrario ao foguileo político dos municípios, e nunca cooperei para sepôr mais lenha na fogueira. Valia bem ter tentado medidas preventivas para evitar estas cousas e eu as tentaria, si tivesse sido avisado em tempo. O amigo é um nome feito e estimável e não precisareis entrar se nestas cousas p<sup>r</sup> se manter na politica do Estado. Lamentei, pois, o caso político de Montes Claros e acho que a unica solução que consulta interesses do municipio é uma organização de accordo sem sacrificio de ninguém, e nem da verdade eleitoral. Isto satisfazerá feito conservador do governo. O amigo deve pensar e propor umas bases. Completamente isento e desejando sinceram<sup>te</sup> a paz do municipio e a sua grandeza, eu entrarei nisto, com prazer, desde que houvesse oportunidade e possibilidade de se fazer alguma cousa.<sup>1018</sup>

Como se pode notar, pela fala de Delfim Moreira, algumas questões relativas à estrutura política coronelista ficam patentes, sobretudo, a referente à necessidade dos líderes de vencerem as eleições locais para se manterem atuantes nos quadros políticos do estado. Afinal, a derrota, como já mencionado, poderia colocar o chefe e sua facção no ostracismo. Mas, em contraponto, embates violentos poderiam advir em qualquer eleição.

Em Montes Claros, o fim do impasse foi realmente o acordo. Os chefes de cada parentela, os deputados federais Camillo Philinto Prates e Honorato José Alves, juntamente com o senador Francisco Sá e os deputados Manuel Fulgêncio Alves Pereira e Afrânio de Melo Franco, se reuniram, em 30 de setembro de 1916, no Rio de Janeiro, para definir as bases do armistício. Pelo acordo, ainda naquele ano, seria realizada uma nova eleição para a Câmara Municipal, todavia, em fiel observância aos seguintes aspectos:

1º

O partido do Deputado Honorato Alves elegerá três vereadores.

O partido do Deputado Camillo Prates elegerá dous vereadores e o primiero juiz de paz da cidade [...]

2º

<sup>1017</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. (Horizontes Históricos), p.34.

<sup>1018</sup> Carta de Delfim Moreira para Camillo Philinto Prates de 04 de dezembro de 1915. Arquivo Camilo Filinto Prates, Caixa01, Pacotilha 03, Documento 04, Arquivo Público Mineiro/APM.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Constituída a Câmara, os vereadores votarão livremente para o cargo de presidente da Câmara Municipal e, si houver empate, a sorte decidirá entre os dois votados.

3º

A eleição de vereadores e juiz de paz será feita em plena e absoluta harmonia, obrigando-se os dois deputados referidos, por si e seus amigos, a sustentar reciprocamente os candidatos um do outro, de modo que as actas da eleição sejam lavradas e assignadas de combinação.<sup>1019</sup>

Selado o armistício entre os líderes no Rio de Janeiro; em dois de outubro de 1916, foi a vez dos chefes em Montes Claros se entenderem. Em reunião, os coroneis Francisco Ribeiro dos Santos e José Rodrigues Prates buscaram formas de viabilizar as eleições previstas no acordo. Conforme observações do historiador César Henrique de Queiroz Porto, as eleições que se procederam foram apenas o ritual de uma mera formalidade, pois os cinco vereadores foram eleitos com a mesma quantia de votos: 570. Em sua opinião, esse dado ratifica o papel da eleição como algo “[...] indispensável para dar um caráter de lisura e honestidade ao pleito. A eleição passava uma imagem de retidão e encobria a fraude, tornando-a não visível, escondida.”<sup>1020</sup>

Outro aspecto interessante a se ressaltar foi à presença de líderes políticos federais na construção do acordo. Para o editor do “Montes Claros” tal situação passou a impressão de que o conflito de Montes Claros “[...] foi talvez o mais importante do Estado. Nenhum outro, ao que conste ao menos, foi ter na Capital da República, sob a influência de políticos de outra esfera [...]”<sup>1021</sup> Muito provavelmente, o impasse de Montes Claros não foi o único a ser resolvido na capital federal. Todavia, ele traz a tona uma interessante demonstração de como estava estruturado o sistema político coronelista. Chefes locais, em geral fazendeiros, eram tributários de líderes regionais, via de regra homens mais instruídos e detentores de cargos de deputação estadual ou federal. Estes, por sua vez, se subordinavam diretamente aos próceres da política do estado e da nação. Segundo as observações de Leal:

[...] em todos esses graus da escala política impera, como não podia deixar de ser, o sistema da reciprocidade e todo o edifício vai assentar na base, que é o “coronel”, fortalecido pelo entendimento que existe entre ele e a situação política dominante em seu Estado, através dos chefes intermediários.<sup>1022</sup>

<sup>1019</sup> “Política do município”. *Montes Claros: Semanário Independente, Literário e Noticioso*. Montes Claros. Ano I, n.02. 12 de outubro de 1916. p.02. C.02/007- 001 TX/AG01(01)/XX/PC01/EC01 – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

<sup>1020</sup> PORTO, César Henrique Queiroz. *Paternalismo, Poder Privado e Violência: o campo político Norte-Mineiro durante a Primeira República*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. p.66.

<sup>1021</sup> “Política do município”. *Montes Claros: Semanário Independente, Literário e Noticioso*. Montes Claros. Ano I, n.02. 12 de outubro de 1916. p.02. C.02/007- 001 TX/AG01(01)/XX/PC01/EC01 – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR-Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

<sup>1022</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto... Op.Cit.* p.44.

Não obstante a hierarquia e operosidade da estrutura coronelista, o caso de Montes Claros ainda demonstra como os grupos de parentela se adaptavam bem a este intrincado sistema político. Do lado dos “Chaves, Prates e Sá”, as bases eram dirigidas pelos coroneis José Rodrigues Prates e Joaquim Costa, ambos parentes do deputado federal Camillo Prates. Já o senador Francisco Sá era primo do referido deputado. Do lado dos “Alves, Versiani e Veloso” quem atuava como chefe local era o doutor João José Alves, irmão do deputado federal Honorato Alves. Este, por sua vez, era cunhado do deputado Afrânio de Melo Franco. Portanto, como bem analisou o historiador Cid Rebelo Horta, em seu estudo acerca das famílias governamentais de Minas Gerais, os grupos de parentela do estado estiveram, por muito tempo, intimamente presentes e atuantes em todas as esferas político-administrativas.

De fato, ao analisarmos as relações de cargos políticos ocupados por integrantes dos grupos de parentela de Montes Claros, podemos perceber como em ambos os casos havia representantes em todos os níveis governamentais. Em termos federais e estaduais, no entanto, o grupo dos “Chaves, Prates e Sá” foi o que mais se destacou. Para o posto de senador federal, por exemplo, foram eleitos dois homens: Antônio Gonçalves Chaves Júnior, que ocupou o cargo de 1894 a 1902, e Francisco Sá, eleito em várias ocasiões, entre 1906 e 1927.<sup>1023</sup> Não obstante o múnus de senador, Sá ainda exerceu o posto de Ministro da Viação em 1909 e de 1922 a 1926.<sup>1024</sup>

Também no que diz respeito ao cargo de deputado federal, o grupo dos Prates levou vantagem. Isto porque, enquanto “Alves, Versiani e Veloso” elegeram, até 1930, apenas um deputado, Honorato José Alves (1906-1929), os Prates puderam contar com quatro cadeiras na Câmara. Todavia, devemos ressaltar que, destas quatro, apenas duas foram realmente conquistadas no distrito de Montes Claros, a de Antônio Gonçalves Chaves Júnior, como constituinte entre 1891 e 1893, e a de Camillo Prates, entre 1903 e 1905 e 1909 a 1934. As demais, de Lincoln Prates (1926 a 1929) e de Auto Sá (1927 a 1929), foram obtidas em outros distritos.<sup>1025</sup> Contudo, os nomes que detiveram maior peso político regional foram, sem

---

<sup>1023</sup> É necessário ressaltar que estes cargos ocupados por Francisco Sá se deram graças às bases eleitorais adquiridas no Ceará, em função do casamento com uma Acioli. MONTEIRO, Norma Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais – período republicano – 1889-18991*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994. 2v. p.603.

<sup>1024</sup> MONTEIRO, Norma Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais... Op.Cit.* p.603.

<sup>1025</sup> Lincoln Prates foi eleito deputado federal, pelo estado do Amazonas, durante o período em que assessorou Alfredo Sá na intervenção do referido estado, entre 1924 e 1925. Já Auto Sá possuía suas bases no noroeste mineiro. MONTEIRO, Norma Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais... Op.Cit.* p.560; 602.

dúvida, os de Camillo Prates e Honorato Alves, ambos acompanharam a delegação mineira no congresso por mais de vinte anos.

Em âmbito estadual, a relação de forças entre os grupos de parentela de Montes Claros foi um pouco mais equilibrada, mas, ainda assim, com maior participação dos “Chaves, Prates e Sá”. Ao longo da Primeira República, esta família deteve quatro representantes no senado mineiro. Um deles, inclusive, Antônio Gonçalves Chaves Júnior, foi seu Presidente entre 1907 e 1910.<sup>1026</sup> Neste posto, a facção dos “Alves” contou apenas com um representante, Antônio Augusto Veloso, entre 1891 e 1895. Já na Câmara estadual, a situação foi realmente equilibrada com dois deputados para cada grupo.

Como se pode observar, ambos os grupos de parentela tiveram boa participação no cenário político. Todavia, nos cargos de representação, sobretudo os federais, “Chaves, Prates e Sá” detiveram maior participação. Um dos motivos, para esta predominância pode ser buscada no amplo raio de atuação desta família. Pois, nos fins do século XIX, alguns dos membros desta parentela se deslocaram para região Noroeste de Minas. Lá, o grupo estabeleceu novas bases de apoio e se tornou uma das principais facções do município de Teófilo Otoni. Segundo as análises de Horta:

Nos primeiros anos da República, o senador Carlos Sá foi o chefe situacionista do município, prestigiado por Crispim Jacques Bias Fortes. Silviano Brandão, no entanto, prestigiaria em seguida os Otoni, [...] Mas os Sá-Prates, com a chegada de Artur Bernardes no poder, acabaram por ter a sua oportunidade. Alfredo Sá, filho de Carlos Sá, seria chamado para o governo, [...] Recomeça daí por diante o domínio dos Sá-Prates, A Alfredo Sá, deputado, senador, vice-presidente do Estado, segue-se na chefia o seu cunhado e deputado José Martins Prates, a este o seu sobrinho, Pedro Martins Abrantes [...]<sup>1027</sup>

Em contraponto, os “Alves, Versiani e Veloso” se mantiveram firmes nos arredores de Montes Claros e tiraram a sua diferença política, em termos de cargos, com o controle da Câmara Municipal, por longos períodos. Assim, em toda a Primeira República, o grupo ocupou a presidência da edilidade por nove vezes, totalizando cerca de vinte e três anos de governo. Destes, pelo menos dezoito se deram nas duas primeiras décadas republicanas. Para Porto, inclusive:

[...] a década de 1910 [...] mostrava o predomínio indiscutível dos irmãos Alves na política de Montes Claros. Honorato Alves possuía a deputação federal e

<sup>1026</sup> WIRTH, John. *O Fiel da Balança*: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.339.

<sup>1027</sup> REBELO HORTA, Cid. Famílias Governamentais de Minas Gerais. In: *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte, 1986, ano 1, n.2, maio/agosto. p.136.



Na década seguinte, 1910-1920, adveio a presidência do Coronel Joaquim Costa e os tumultos resultantes da dualidade de Câmaras. Por isso, “Chaves, Prates e Sá” retomaram o controle local, por mais cinco anos (1912-1917). Isto é, até que as fraudulentas eleições, realizadas após o acordo, devolvessem o poder municipal ao grupo dos Alves. Assim, apesar dos apelos feitos pelo governador Delfim Moreira, de que não fosse sacrificada a verdade eleitoral, o acordo possuía uma brecha à fraude. Pois, previa que na disputa pela presidência, em caso de empate, valeria a sorte. E o empate aconteceu, entre o capitão João Cattoni Pereira da Costa e o doutor João Alves. Realizado o sorteio, o nome apurado foi o de João Alves. Houve protestos e descobriu-se que em todos os dois papeis sorteados constava o mesmo nome. Segundo Paula, as manifestações de nada valeram e “[...] o Governo do Estado concordou com a presidência de João Alves [...].”<sup>1029</sup>

Os anos vinte estabeleceram um intervalo de paz com a realização de um novo acordo e a eleição de um candidato de conciliação. A ideia era unir forças com o propósito de obter para a cidade um grande benefício: a construção da ferrovia. O panorama político na ocasião era propício, já que um mineiro, Artur Bernardes, era o Presidente da República e, um norte mineiro, Francisco Sá ocupava o Ministério da Viação. Ademais, de 1922 a 1924, o deputado Honorato Alves integrou a Comissão de Obras Públicas da Câmara dos Deputados. O momento, portanto, era oportuno. E por isso, em torno da causa as facções locais buscaram o conagraçamento e elegeram como administrador local um nome de conciliação, o Coronel Antônio Versiani dos Anjos.

Assim até a inauguração da ferrovia, em 1926, nenhum grande embate ocorreu na cidade. Nem mesmo as divergências oriundas da Reação Republicana, em 1922, que movimentaram o país, surtiram efeito em Montes Claros. A este período os esforços e o objetivo dos grupos locais eram um só: a ferrovia. Porém, após a realização do grande sonho, novas disputas vieram à tona, em 1927 e 1930.

Portanto, pelos dados acima elencados podemos perceber como a disposição de forças das facções políticas montesclarenses estavam bem articuladas com o sistema político coronelista, como um todo. E, não invariavelmente, a dimensão da violência se fez presente

---

<sup>1028</sup> PORTO, César Henrique Queiroz. *Paternalismo, Poder Privado e Violência...Op.Cit.* p.79.

<sup>1029</sup> Idem, p.170.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

nas variadas disputas locais que, por sinal, eram evadas de rivalidade, provocação e estratégias.

### Fontes

*Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Universidade Estadual de Montes Claros/DPDOR-UNIMONTES*

Jornais:

- Gazeta do Norte (1916-1930);

- Montes Claros (1916-1918).

*Arquivo Público Mineiro/APM*

- Arquivo Camillo Philinto Prates.

### Referências bibliográficas

CINTRA, Antônio Octávio. A Política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre centro e periferia. In: BALÁN, Jorge (Org.). *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Difel, 1972.

FIGUEIREDO, VÍTOR Fonseca. *Os Senhores do Sertão: coronelismo e parentela em uma área periférica de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto Ciências Humanas/ICH. Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. Juiz de Fora, 2010.

MAGALHÃES, Basílio de. *Algumas notas sobre o municipalismo brasileiro*. In: *O Estado de São Paulo*. 25 de agosto de 1946. p.04 *Apud* LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

MONTEIRO, Norma Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais – período republicano – 1889-1991*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994. 2v.

OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes de. *Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento regional na área mineira do nordeste*. Maceió: EDUFAL, 2000.

PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora Ltda. 1957.

PORTO, César Henrique Queiroz. *Paternalismo, Poder Privado e Violência: o campo político Norte-Mineiro durante a Primeira República*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

REBELO HORTA, Cid. Famílias Governamentais de Minas Gerais. In: *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte, 1986, ano 1, n.2, maio/agosto.

VIANNA, Urbino de Souza. *Monographia do Município de Montes Claros – breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos*. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, 1916.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. (Horizontes Históricos).

WIRTH, John. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

## Cultura Material e Imaterial

### Aspectos do carnaval em *A Guerra do Fim do Mundo* de Mario Vargas Llosa

Daniela Barbosa de Oliveira\*

**Resumo:** O objetivo deste artigo é uma análise, baseada na teoria bakhtiniana de carnaval, do romance histórico *A Guerra do Fim do Mundo* (1981), do escritor peruano Mario Vargas Llosa. Apesar de Bakhtin e Vargas Llosa fazerem parte de cânones literários diferentes, é possível constatar uma confluência entre os autores na sua produção.

**Palavras-chave:** Carnaval, Canudos, *A Guerra do Fim do Mundo*.

Muito se escreveu sobre Canudos. Tem-se ocupado do assunto a História, a Sociologia, a Religião, entre outros ramos do saber. Canudos é um campo fértil também para a ficção, graças a seu caráter místico e legendário, as lacunas deixadas pela História oficial são hoje repensadas pelo romance histórico contemporâneo.

Entre tudo que se tem escrito sobre Canudos, o consenso geral elegeu a obra de Euclides da Cunha como a mais cultuada. Embora não tenha sido o primeiro livro sobre Canudos, *Os Sertões* instituiu-se ainda hoje como um paradigma literário. No entanto não será este o objeto de nossa investigação, embora possa afirmar que foi daí que ele se originou.

Ao invés do olhar brasileiro e testemunhal de Euclides da Cunha elegei o olhar imigrante do peruano Mario Vargas Llosa, enriquecido por quase um século de outras perspectivas.

*A Guerra do Fim do Mundo*, lançado em 1981, é um romance importante na trajetória de Vargas Llosa. Nele, o autor reedita a Guerra de Canudos dando voz a representantes de vários domínios e estamentos da sociedade da época, dilatando e diversificando o olhar do leitor sobre os eventos.

O primeiro contato do escritor com a temática Canudos se deu a partir de um convite da Paramount Filmes em Paris. Em parceria com o cineasta brasileiro Ruy Guerra, o intelectual peruano foi convidado a escrever o roteiro de um filme sobre a batalha. O filme nunca chegou a ser produzido, no entanto Canudos já havia se tornado uma obsessão para

---

\* Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: dani\_oliveira\_dani@hotmail.com

Llosa. O motivo foi o impacto causado pela leitura de *Os Sertões*, como comprovam suas palavras:

Uma das primeiras coisas que li em português foi *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Para mim, foi uma das grandes experiências da minha vida de leitor. Foi como ter lido, quando garoto, *Os Três Mosqueteiros*, ou, já adulto, *Guerra e Paz*, *Madame Bovary* ou *Moby Dick*. Foi realmente o encontro com um livro muito importante, uma experiência fundamental. Um deslumbramento, realmente, um dos grandes livros que já se escreveram na América Latina.<sup>1030</sup>

Como o longa-metragem não se realiza, Vargas Llosa decide transformar o roteiro em romance. Tal qual um historiador, lê e pesquisa exaustivamente sobre Canudos, além de viajar à Bahia a fim de conhecer de perto o sertão e os sertanejos e dali recuperar algumas das narrativas locais sobre a Guerra.

Inspirado em Euclides da Cunha, Mario Vargas Llosa recontou Canudos, no entreter de muitas outras falas que antes contaram essa história. Todavia, narrar Canudos nem sempre significa apenas narrar um episódio da história oitocentista brasileira. *A Guerra do Fim do Mundo* teve sua gênese pautada pela obra do engenheiro e militar brasileiro, no entanto seus estilos diferem enormemente.

A obra vargallosiana é composta de blocos de pequenas narrativas que se cruzam compondo a narrativa principal. O olhar de Llosa se distancia do positivismo do escritor brasileiro que se preocupa com as minúcias dos fatos e dos meios onde os mesmos se desenrolam. Em contrapartida, no romance peruano os narradores prendem-se a acontecimentos triviais, em tramas e conflitos menores nos quais se envolvem os personagens; sem, no entanto, perder de vista os fatos históricos, que no momento preciso para amarrar a trama são apresentados ao leitor. O conteúdo das obras também é bastante distinto e, aqui, chego ao objetivo desta explanação, qual seja, apreender a singular interpretação dada pelo nosso autor a alguns aspectos da nascente República brasileira.

Mario Vargas Llosa é figura bastante influente na vida política do Peru, tendo inclusive concorrido à presidência da República no ano de 1990. Atualmente, o escritor assume uma postura ideológica conservadora, identificando-se com a doutrina capitalista. Acredito que todo este processo político vivenciado pelo intelectual acabou por se refletir nas interpretações dadas a muitos dos seus textos. Não raro, *A Guerra do Fim do Mundo* é

---

<sup>1030</sup> SETTI, Ricardo A. **Conversas com Vargas Llosa**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 39.

10 a 13 de maio de 2010

apresentada como uma “obra sem lógica” e taxada como mera condenação ideológica de fanatismos, como nos comprova o trecho do crítico Seymour Menton:

No cabe duda de que la condena del fanatismo en la novela proviene de la posición política actual del autor (...) En este mundo tan ilógico [o mundo de *A Guerra do Fim do Mundo*], no sería raro que fuera elegido presidente del Perú un novelista ex socialista con una plataforma en la cual afirma los valores de la democracia capitalista<sup>1031</sup>

Analisar *A Guerra do Fim do Mundo* como uma obra de repúdio ao fanatismo é, sem dúvida, simplificá-la em demasia, afinal não parece muito coerente que Mario Vargas Llosa teoricamente despreze os fanáticos e ainda assim os escolha como protagonistas de uma das mais brilhantes obras de sua carreira.

Na novela peruana, o mesmo Antônio Conselheiro que converte multidões obriga um de seus mais fiéis seguidores, o Beatinho, a levar cilício amarrado à cintura por vários meses como prova de fé e confiança. O Barão de Canabrava, o personagem mais justo e lúcido de toda a narração, estupra sua mucama em um arrebatamento de loucura. E o Coronel Moreira César, homem que embora franzino e epilético, é um militar vencedor e respeitado, muito seguro nos gestos e firme no olhar. A origem desta ambiguidade que permeia todo o romance é, a meu ver, o verdadeiro sentido da obra vargallosiana.

Quando analisada em primeiro plano, *A Guerra do Fim do Mundo* revela facetas, até o momento, pouco exploradas pela crítica. Despido dos véus classificatórios, o romance permite vislumbrar uma interpretação essencialmente singular de vários aspectos da nascente República brasileira em fins do século XIX, através de personagens dúbios: ora criminosos sanguinários ora santos evangelizadores, cangaceiros monarquistas, barões republicanos e uma gama de outros personagens que se contradizem mutuamente em um ambiente carnavalizado<sup>1032</sup>. Na novela a própria religião defendida pelos sertanejos é uma paródia do catolicismo oficial, em que também encontram lugar um revolucionário comunista, uma mulher barbada e um jornalista míope.

A meu ver, Llosa percebeu no evento de Canudos aspectos naturalmente carnavalizados e ao retratá-los acentuou seu potencial cômico através, por exemplo, da inserção de personagens típicos dos ritos carnavalescos medievais descritos por Mikhail

<sup>1031</sup> MENTON, Seymour. La guerra contra el fanatismo de Mario Vargas Llosa. Disponível em: <<http://cvc.cervantes.es>> Acesso em : 16/04/2009 – 13h:00.

<sup>1032</sup> A carnavalização a que me refiro está associada ao conceito proposto em BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Brasília: HUCITEC, 1996. p.04.

Bakhtin, tais como o anão e o mostro, representado na obra pelo Leão de Natuba, o caricato escrivão de Antônio Conselheiro. Bakhtin nos apresenta o carnaval enquanto a manifestação de uma “visão do mundo, do homem e das relações humanas totalmente diferentes, deliberadamente não-oficial, exterior à Igreja e ao Estado”<sup>1033</sup>. A forma simbólica da linguagem carnavalesca caracteriza-se principalmente pela lógica “ao avesso”, da dualidade. O riso carnavalesco medieval é “*ambivalente*: alegre e cheio de alvoroço, mas ao mesmo tempo burlador e sarcástico, nega e afirma, amortalha e ressuscita simultaneamente”<sup>1034</sup>. Estes aspectos também se fazem presentes em eventos descritos em *A Guerra do Fim do Mundo*, nos quais, para além do pano de fundo real, os personagens parecem transitar por um mundo paralelo, fantástico.

Outro elemento essencial da tese bakhtiniana é a sua concepção de “Realismo Grotesco”, expressão criada para designar o sistema de imagens da cultura cômica. No grotesco o elemento corporal é um princípio positivo, percebido como universal e popular. Nesse sentido há a apreciação do chamado *baixo corporal* que faz alusão ao ventre humano, seus órgãos genitais e seus excrementos.

Degradar significa entrar em comunhão com a vida da parte inferior do corpo, a do ventre e dos órgãos genitais, e portanto com atos como o coito, a concepção, a gravidez, o parto, a absorção de alimentos e a satisfação de necessidades naturais. A degradação cava o túmulo corporal para dar lugar a um novo nascimento. E por isso não tem somente um valor destrutivo, negativo, mas também um positivo, regenerador: é ambivalente.<sup>1035</sup>

A trajetória conceitual do grotesco apresentada por Bakhtin diz respeito, sobretudo, ao contexto europeu, desde a antiguidade até os dias de hoje. Ora, este fato poderia levar o leitor a questionar-se sobre a plausibilidade do presente trabalho, que visa, em última instância, localizar na construção do peruano Mario Vargas Llosa aspectos de carnavalização. No entanto, ao descrever os carnavais da Idade Média e do Renascimento, Bakhtin descortinou também um método lingüístico, que pode ser identificado em diversas obras não-européias.

Obviamente, não se trata de uma aproximação deliberada. A proposta de Bakhtin sobre o carnaval vem gradativamente ganhando autonomia no interior da historiografia, de modo que, não há aqui a intenção de se promover uma mera e superficial “realocação” de conceitos. Apropriar-se de um conceito implica, invariavelmente, em “ressignificá-lo”. Sobre

---

<sup>1033</sup> Idem.

<sup>1034</sup> Idem, p. 9.

<sup>1035</sup> Idem.

isso, vale lembrar a teoria de Robert Stam<sup>1036</sup>, segundo a qual, embora Bakhtin raramente tenha feito referências à cultura da América Latina, sua noção de carnavalização é encontrada em expressiva produção cultural latinoamericana, estejam elas lidando com a temática carnavalesca ou não. Oriundos de um continente multicultural, os artistas e intelectuais latinoamericanos assumem uma ironia peculiar na qual palavras e imagens são raramente tomadas em seu sentido literal, elevando a importância da paródia e da carnavalização como soluções “ambivalentes” no interior de uma situação cultural assimétrica. Esta, ao que parece, foi também a alternativa utilizada por Mario Vargas Llosa na construção de sua trama. Afinal nas palavras de Bakhtin “somente o riso, pode ter (e dar) acesso a certos aspectos extremamente importantes do mundo”.

Não se pode dizer que a questão da paródia em *A Guerra do Fim do Mundo* jamais tenha sido levantada. Todavia, pode-se afirmar, com certeza, que ela foi tratada de maneira superficial. Rinaldo Nunes Fernandes identifica a religiosidade de Canudos enquanto uma caricatura do catolicismo oficial, contudo este fenômeno seria derivado simplesmente da ironia, que segundo ele caracteriza toda a trama vargallosiana, e que, em última instância seria mais uma maneira de condenar o fanatismo dos sertanejos<sup>1037</sup>.

Na verdade, assim como na literatura carnavalesca renascentista, Mario Vargas Llosa insere o aspecto cômico no âmbito da religiosidade. A religião defendida por Antônio Conselheiro mantém paralelos com a doutrina original, no entanto, ultrapassa-a na medida em que elege novos heróis: a monarquia, o rei Sebastião de Portugal, e novos inimigos: a república, o progresso. A multidão identificava-se com estes novos ícones “profetizados” pelo “Bom Jesus Conselheiro”, não havia para eles nada mais lógico e factível que a segunda vida, abundante e livre, que os esperava no paraíso após a derrota do Anticristo pela Cruzada do Divino.

A voz do santo ressoou sob as estrelas (...) Antes da guerra, falou da paz, *da vida vindoura na qual desapareceriam o pecado e a dor*. Derrotado o Demônio, veriam estabelecer-se o Reino do Espírito Santo, última idade do mundo antes do Juízo Final (...) *Então as ímpias Leis da República seriam revogadas* e os padres voltariam, como nos primeiros tempos a ser pastores abnegados de seus rebanhos. Os sertões verdeceriam com a chuva, *haveria milho e carne em abundância, todos*

<sup>1036</sup> STAM, Robert. **Subversive Pleasures**: Bakhtin, Cultural Criticism, and Film (Parallax: Re-visions of Culture and Society). Baltimore: John Hopkins Press, 1989.

<sup>1037</sup> FERNANDES, Rinaldo Nunes. **Mundo múltiplo**: uma análise do romance histórico “La guerra del fin del mundo”, de Mario Vargas Llosa. Campinas, 2002. Tese de doutorado – Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP.p. 109 : “*Como já dissemos, anteriormente, tratando da religiosidade dos sertanejos (sobretudo a do Conselheiro), o narrador tende permanentemente para a ironia – e, preocupado em condenar-lhes o fanatismo, torna caricata essa religiosidade*”



10 a 13 de maio de 2010

*comeriam* (...) Era preciso fazer uma cruz e uma bandeira com a imagem do Divino para que o inimigo soubesse de que lado *estava a verdadeira religião* (...) os Cruzados do Bom Jesus venceriam a República<sup>1038</sup>. [grifos meus]

Tomando a paródia enquanto uma representação paralela à outra já existente, não há como negar que Llosa logrou construir uma religiosidade singular para os “canudenses”. Além de parodiar o catolicismo imediato, o autor caçoa da doutrina. Prova disto é o fato de que o padre oficial da região, Dom Joaquim, tido por muitos membros da Igreja como bêbado e promíscuo, se rende a marginalidade de Canudos, e abre mão de boa parte de suas crenças institucionais para frequentar, pregar e ministrar missas no arraial de Belo Monte. O autor inverte, portanto, a ordem natural da hierarquia religiosa, e o carnaval subverte a oficialidade. Porém, Llosa vai ainda mais longe em sua paródia ao fazer com que o escriba de Canudos, o Leão de Natuba, anote incessantemente todas as “profecias” do seu mestre, para dali a alguns anos escrever o Evangelho do “Bom Jesus Conselheiro”, que deveria, em seguida ser anexado à Bíblia Sagrada.

O Leão de Natuba permanecia acorçado, a pena na mão e o papel no banquinho que lhe servia de mesa, os inteligentes olhos (...) fixos na boca do Conselheiro (...) O Beatinho instruíra-o para que permanecesse alerta, porque alguma das orações do santo podia ser uma “revelação”.<sup>1039</sup>

Temos, destarte, na escrita do Leão o equivalente ao testamento paródico característico da paródia sacra carnavalesca do Renascimento<sup>1040</sup>. Ao invés da *Liturgia dos Beberões* ou do *Testamento do Porco*, Mario Vargas Llosa nos apresenta o Evangelho segundo Antônio Conselheiro.

O mesmo escritor apresenta outras características importantes, uma vez que é uma espécie de mostro intelectual.

Nasceu com as pernas muito curtas e a cabeça enorme, de modo que os habitantes de Natuba pensaram que seria melhor para ele e seus pais que o Bom Jesus o levasse logo, pois no caso de sobreviver, seria entrevado e retardado. Só a primeira previsão acabou acontecendo. Porque, embora (...) nunca pudesse andar como qualquer outro homem, teve uma inteligência penetrante, uma mente ávida de tudo saber e capaz, quando um conhecimento havia entrado nessa cabeçorra que fazia rir as pessoas, de conservá-lo para sempre.<sup>1041</sup>

---

<sup>1038</sup> VARGAS LLOSA. *Ibidem*, p. 78-79.

<sup>1039</sup> *Idem*, p. 157.

<sup>1040</sup> BAKHTIN, *ibidem* p. 13.

<sup>1041</sup> *Idem*, p. 104.

A despeito do humor grotesco que acompanha a caracterização do Leão, o personagem não oferece pura e simplesmente deformações, está entre as pouquíssimas pessoas do arraial que sabiam ler e escrever. Esta é, aliás, uma opção de Vargas Llosa para todos os seus atores, não há equilíbrio, nem tampouco regularidade: A elite lúcida violenta “escravas indefesas”, o padre da comunidade convive descaradamente com uma amante. Cada qual à sua maneira possui uma deformidade, se não física, moral. Mesmo o Conselheiro não escapa à dualidade carnavalesca de nosso autor, a cena na qual seus seguidores “comungam” seus dejetos orgânicos apaga completamente a imagem romântica que dele temos no início do romance.

“Ficaremos órfãos”, pensa uma vez mais. Então, o barulhinho que se desprende do catre, que escapa debaixo do Conselheiro, o distrai (...) correm à sua volta, para levantar seu hábito, limpá-lo recolher humildemente isso que – pensa- não é excremento, porque o excremento é sujo e impuro e nada que provenha dele pode ser nem sujo nem impuro (...) Com feliz inspiração ele se adiantou, estendeu a mão entre as beatas, molhou seus dedos na aguinha e os levou à boca, salmodiando: “É assim que quer que o teu servo comungue, Pai? Não é isto para mim orvalho?” Todas as beatas do Coro comungaram também, como ele. <sup>1042</sup>

No entanto, há um grupo de personagens bastante carnavalizado que, é frequentemente negligenciado nos estudos concernentes à obra: o decadente Circo do Cigano. Composto por cerca de vinte seres bizarros (o dono do circo, inclusive, tentou agenciar o Leão Natuba em uma de suas passagens pelo povoado), o circo atingiu seu ápice antes das secas do final do século XIX: “Nunca tiveram uma lona. As funções eram realizadas nas praças, nos dias de feira, ou na festa do santo padroeiro” <sup>1043</sup>. Quando os espetáculos entram em decadência seus integrantes se separam e um grupo ganha especial destaque, a saber, a Mulher Barbada, o Anão e o Bobo. A Barbuda era uma espécie de liderança, o Anão o contador de histórias milenares, e o Bobo, portador de deficiência mental, explodia em intermináveis ataques de risos nos momentos mais improváveis e inoportunos. Por ação do acaso, estes personagens acabam por se juntar a outro, igualmente emblemático e que torna o grupo ainda mais curioso, o frenólogo anarquista Galileu Gall, um idealista escocês que desejava se juntar a Canudos por enxergar ali a essência de uma verdadeira sociedade comunista.

Os andarilhos estabeleceram uma lógica de ajuda mútua, assumindo a ambição de Gall de chegar até Canudos, perambularam pelo sertão em busca de comida. Numa dessas andanças, exaustos pela caminhada, eles encontraram um pequeno povoado marcado pela miséria. Os circenses imediatamente iniciaram seu espetáculo, na esperança de conseguirem

---

<sup>1042</sup> Idem, p. 498.

<sup>1043</sup> Idem, p. 154.

alguma esmola. Nesta ação, Mario Vargas Llosa consegue sintetizar o espírito do carnaval que permeia a integralidade de sua obra. Enquanto, o Anão contava suas histórias, entretendo os sertanejos, Galileu Gall inicia um discurso ideológico em um português quase ininteligível. A reação foi imediata, os homens começaram a se entristecer. A fala da Barbuda é reveladora:

- Burro! Burro! Ninguém entende você! Estão ficando tristes, aborrecidos, não vão nos dar nada pra comer! Toque na cabeça deles, conte o seu futuro, alguma coisa que os alegre!<sup>1044</sup>

Somente o riso poderia transportá-los a uma realidade diferente da miséria em que se encontravam. Somente o riso seria capaz de inaugurar uma segunda vida para aqueles sertanejos. Entretido em seu mundo particular, o Bobo foi quem melhor entendeu as palavras indignadas da Barbuda.

Não se deve, contudo, tratar *A Guerra do Fim do Mundo* como uma mera compilação de monstros. Este é um romance rico em imagens carnavalizadas, grotescas, retorcidas pela pena do escritor. Imagens absolutamente coerentes, afinal a visão que se tinha naquele momento do sertanejo não era também completamente distorcida?

É intenção desta pesquisa demonstrar uma nova interpretação, não somente para o romance *A Guerra do Fim do Mundo*, mas também para a própria Guerra de Canudos.

Mario Vargas Llosa encontrou um sentido, uma organização para os sertanejos de Belo Monte. A lógica é ao avesso, é carnavalesca. Canudos, para o autor, não foi mera aglomeração de fanáticos inconscientes, ela foi erguida pela racionalidade do carnaval, da regeneração. A dor para eles não era um pesar, era um dom. A morte estava prenhe.

A Guerra de Canudos acabou, ficou perdida nos meandros do passado, entretanto, a Literatura, de braços dados com a História, se afirma como espaço privilegiado de crítica e não deixa que o episódio fique esquecido.

## **Bibliografia**

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Brasília: HUCITEC, 1996.

FERNANDES, Rinaldo Nunes. **Mundo múltiplo**: uma análise do romance histórico “La guerra del fin del mundo”, de Mario Vargas Llosa. Campinas, 2002. Tese de doutorado – Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP.

---

<sup>1044</sup> Idem, p. 233.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010

LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, Elías. José. **Giro lingüístico y historia intelectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes.

MENTON, Seymour. La guerra contra el fanatismo de Mario Vargas Llosa. Disponível em: <[http://: cvc.cervantes.es](http://cvc.cervantes.es)>

SETTI, Ricardo A. **Conversas com Vargas Llosa**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

STAM, Robert. Subversive Pleasures: Bakhtin, Cultural Criticism, and Film (Parallax: Revisions of Culture and Society). Baltimore: John Hopkins Press, 1989.

VARGAS LLOSA, Mario. **A Guerra do Fim do Mundo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

Fabiana Aparecida de Almeida\*

**Resumo:** Por não possuir uma arquitetura barroca como as ditas “cidades históricas” de Minas Gerais, acreditou-se que Juiz de Fora não possuía um patrimônio a se preservar. O objetivo do presente trabalho é mostrar que a cidade também é rica em termos de patrimônio histórico e artístico e como a preservação desse vem sendo realizada ao longo de 70 anos na cidade.

**Palavras-chave:** Preservação. Juiz de Fora. Patrimônio histórico.

### **O primeiro passo para a preservação**

A questão sobre a preservação do patrimônio histórico teve sua primeira manifestação na França no contexto da Revolução Francesa de 1789, principalmente através de Rücher, que conferiu documentos publicados entre 1790 e 1795 para conservar e proteger os monumentos históricos da destruição que a revolução provocara.<sup>1045</sup> No Brasil, a preservação patrimonial começou a ganhar algum significado político apenas na década de 1920, quando intelectuais, sobretudo modernistas, começaram a denunciar o abandono das cidades históricas brasileiras, levando esse assunto a ser debatido nas instituições culturais e também no Congresso Nacional. Com a instauração do Estado Novo em 1930, os intelectuais ganharam mais espaço, uma vez que o novo regime se propôs a organizar a vida social e política do país, apesar de suprimir a representação política e instaurar a censura.<sup>1046</sup> Com o objetivo de criar uma cultura nacional homogênea para que os cidadãos se identificassem com a nação, os modernistas acabaram vendo Minas Gerais como o berço da civilização brasileira e o barroco como representante dessa, destacando assim, a necessidade de se proteger os monumentos históricos<sup>1047</sup> mineiro e, conseqüentemente, brasileiro.

---

\* Mestranda do programa de pós-graduação em história na linha de pesquisa “Narrativas, imagens e sociabilidades” pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Endereço para contato: Avenida Senhor dos Passos, 2339, bairro São Pedro. Juiz de Fora-MG. CEP. 36037-490. E-mail: fabiana.almeidajf@yahoo.com.br.

<sup>1045</sup> CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001. p. 95.

<sup>1046</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MIC-IPHAN, 2005. p. 85.

<sup>1047</sup> Idem, p. 92 e 93.

Segundo Ana Lúcia Goelzer Meira, em artigo publicado na revista “História em Revista”, o Brasil foi o único país do mundo onde os pioneiros da preservação (no caso, os modernistas) projetavam para o futuro. Com iniciativa e participação desses, sobretudo a de Mário de Andrade, nasceu em 1937 o *Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN)<sup>1048</sup>, criado com o objetivo de identificar e preservar manifestações históricas da cultura nacional. A partir dessa data, o Brasil passou a possuir uma legislação de proteção a seu patrimônio, que se baseou sobretudo no modelo francês e passou a ser o país pioneiro na América Latina quanto a questão da preservação.

Ao longo da década de 1970, começaram a ser criados os órgãos estaduais de preservação. Até então, o assunto se restringia ao órgão federal (SPHAN). Esse alargamento deveu-se, sobretudo, aos Compromissos de Brasília e Salvador, realizados em 1970 e 1971, respectivamente, e que recomendavam aos estados e municípios a atuarem junto com a federação para a proteção de bens culturais de valor nacional e regional. Após a realização desses encontros, as solicitações de tombamentos externas ao SPHAN, aumentaram significativamente.<sup>1049</sup>

Em Minas Gerais, foi criado em 1971 o *Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais* (IEPHA-MG), que teve sua lei (n. 5775 de 30-09-1971) redigida por Affonso Ávila, consultor técnico do Estado na época e que havia se envolvido com o *Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro* (INEPAC-RJ) e também com a temática do barroco. Segundo Ávila:

A criação de um instituto que cuidasse do nosso patrimônio era uma demanda cultural de Minas naquela época, assim como em outros estados. Era necessário desafogar o órgão federal, o IPHAN, e passar à esfera estadual aqueles monumentos que não eram considerados significativos para o patrimônio nacional, mas que contavam parte da história de Minas e que precisavam também de proteção.<sup>1050</sup>

## A preservação em Juiz de Fora

Em 1939, Rodrigo de Mello Franco de Andrade (entdiretor do SPHAN), já apontava a importância do poder municipal para a preservação: “*Pois ao município é que incube a realização de planos urbanísticos, o traçado e abertura de ruas e demais locradouros públicos (...)*”.<sup>1051</sup>

<sup>1048</sup> O SPHAN é hoje o IPHAN, *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.

<sup>1049</sup> FONSECA, op. cit. 1ª ed. p. 210.

<sup>1050</sup> IEPHA-MG. **Bem informado**. Belo Horizonte: IEPHA-MG, ano 2, n. 13, out., 2008. p. 6.

<sup>1051</sup> FONSECA, op. cit. p. 119, apud ANDRADE, 1987, p. 54.

10 a 13 de maio de 2010

Em Juiz de Fora, os estudos sobre a preservação remetem como primeiro ato a iniciativa do professor Lindolfo Gomes<sup>1052</sup> em 1939, junto a Rodrigo Mello Franco de Andrade, solicitando o tombamento da “Fazenda Velha”, imóvel esse que teria sido a residência do juiz de fora (que dera o nome a cidade) e que ficava no bairro Vitorino Braga.

Lindolfo Gomes organizou um inventário de 77 páginas<sup>1053</sup> que destacou a importância de se preservar a Fazenda Velha e a necessidade de sua desapropriação por parte do Estado. No documento encontra-se um importante diálogo entre Lindolfo Gomes, o SPHAN, os proprietários do imóvel e a prefeitura de Juiz de Fora.<sup>1054</sup> Houve também uma grande discussão através da imprensa, com vários artigos do professor publicados no jornal *Diário Mercantil* a favor da preservação do imóvel. Em reportagem de 3 de julho de 1964, foi publicada no periódico, uma carta de Lindolfo Gomes datada de 26 de junho de 1946, na qual esse destacava a importância do casarão. Segundo o professor, a casa existia desde 1719 (como dissera Albino Esteves), e teria uma importância não só local, mas também nacional, uma vez que hospedara o ilustre viajante Saint-Hilaire, pois esse a mencionou na obra *Viagens nas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*; Antônio e Manuel Dias Tostes, que fundaram o arraial e depois vila de Santo Antônio juntamente com Henrique Halfeld, e o inconfidente Dr. Domingos Vidal Barbosa e seu filho, o Padre Francisco Vidal Barbosa, de acordo com o livro *A história da Conjuração Mineira*, de Joaquim Noberto.<sup>1055</sup>

Rodrigo Mello Franco de Andrade, por volta de 1942, interessou-se em adquirir o imóvel como patrimônio nacional, com a ideia de demolir as casas circunvizinhas, fazendo o casarão ficar isolado em uma grande praça. A prefeitura se dispôs a adquirir o prédio e doá-lo ao patrimônio histórico e artístico nacional e solicitou a visita de um técnico do órgão federal para um parecer do imóvel. O técnico constatou que o imóvel estava em ruínas e com pouco aproveitamento, havendo a necessidade de um nova construção, o que parecia inviável no

---

<sup>1052</sup> Lindolfo Gomes foi um grande intelectual e autor de textos no campo da poesia, filologia, prosa, teatro, contos, romances, novelas, livros didáticos, obras literárias e folclore. Foi inspetor técnico de ensino, organizou e dirigiu vários grupos escolares e foi secretário do presidente de Minas Gerais Antônio Carlos. Como jornalista, colaborou com vários jornais do Rio de Janeiro e de Juiz de Fora. CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A Europa dos pobres: Juiz de Fora na Belle-époque mineira**. Juiz de Fora: Edufff, 1994. p. 22-23.

<sup>1053</sup> O documento encontra-se no Arquivo Noronha Santos, no IPHAN. SILVA, Daniel Roberto dos Reis. As cidades e suas retóricas patrimoniais: considerações sobre o caso de Juiz de Fora. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures (coord.). **Arqueologia da Zona da Mata Mineira: Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editar, 2006. p. 63.

<sup>1054</sup> SILVA, Daniel Roberto dos Reis. As cidades e suas retóricas patrimoniais: considerações sobre o caso de Juiz de Fora. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures (coord.). **Arqueologia da Zona da Mata Mineira: Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editar, 2006. p. 68.

<sup>1055</sup> PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. **A preservação do patrimônio histórico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Instituto de Pesquisa e Planejamento/PJF, 1982. p. 178.

momento. Infelizmente, durante o tempo de espera para a sua reforma, ele acabou sendo demolido, sem justificativa do proprietário.<sup>1056</sup>

A primeira referência a um órgão que cuidasse do patrimônio da cidade, se remete à citação de Passaglia que, em seu livro já citado, agradece a *Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico*, criada em 1948 e que tinha como diretor Wilson de Lima Bastos. Essa *Divisão* foi regulamentada pelo decreto n. 121 de 30 de dezembro de 1950 com o nome de *Diretoria do Patrimônio Histórico, Artístico e de Turismo*, sendo essa, uma das percussoras no país em termos de preservação nos municípios.<sup>1057</sup>

Com o passar dos anos, sobretudo a partir da década de 1970, Juiz de Fora passou por um processo de verticalização na sua região central e ocorreu na cidade a substituição dos casarões antigos por prédios. O fato se deu principalmente pela cidade ter sido incluída no *Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio*, que proporcionou à Juiz de Fora grandes obras estruturadoras. Ocorreu, porém, nesse processo, o perigo da chamada *amnésia coletiva*, como dissera Passaglia, uma vez que a cidade corria o risco de perder sua história contada através dos casarões. No governo de Francisco Antônio de Mello Reis (1977-1982), um grupo de intelectuais, jornalistas e artistas, começaram a se mostrar insatisfeitos com essas perdas<sup>1058</sup> e, dessa forma, iniciou-se a busca pela preservação do patrimônio de Juiz de Fora, não como projeto globalizante, como aconteceu em esfera nacional, mas sim buscando preservar os *lugares de memória*.<sup>1059</sup>

Em 1977, o decreto n. 1969, de 29 de dezembro, organizou o *Instituto de Pesquisa e Planejamento de Juiz de Fora* (IPPLAN-JF) para pensar e planejar o município, mas, seu trabalho acabou gerando desconfiças no mercado imobiliário da cidade, levando esse a fazer uma série de demolições por receio que o Instituto, recém criado, buscasse embargar futuras demolições para a construção de prédios novos na cidade. No entanto, o fato que despertou a consciência da população para a preservação foram os debates em torno da destruição do Colégio Stella Matutina.<sup>1060</sup> O colégio, inaugurado em 8 de setembro de 1917 pelas Servas do Espírito Santo<sup>1061</sup>, foi um colégio feminino frequentado por várias moças da

---

<sup>1056</sup> PASSAGLIA. Idem, p.175-183.

<sup>1057</sup> GAWRYSZEWSKI, Paulo. **Cultura e educação**: uma aliança para a preservação do patrimônio cultural em Juiz de Fora. 2008. Monografia do curso de especialização em Gestão do Patrimônio Cultural, Faculdade Metodista Granbery, Juiz de Fora, 2008. f. 57.

<sup>1058</sup> GAWRYSZEWSKI. Idem. f. 59.

<sup>1059</sup> SILVA, Érika Aleixo Ferreira. **Os inventários e a política de proteção do patrimônio cultural de Juiz de Fora**. 2008. Monografia do curso de especialização em Gestão do Patrimônio Cultural, Faculdade Metodista Granbery, Juiz de Fora, 2008. f. 65.

<sup>1060</sup> PASSAGLIA. op. cit. p.18.

<sup>1061</sup> STEHLING, op. cit. p. 384-385.



cidade, possuindo inclusive, por parte dessas, um valor sentimental muito grande. Várias reportagens foram publicadas nos jornais local para a não demolição do imóvel, e um debate foi travado através das páginas do *Diário Mercantil*.<sup>1062</sup> Porém, os apelos da imprensa e de parte da população não surtiram efeito e o antigo prédio do Stella Matutina foi demolido. Com o fato, a necessidade de um setor dentro da administração municipal que cuidasse destas questões se tornou necessária. Assim, com o decreto n. 2176, de 14 de dezembro de 1978, foi criada a *Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage* (FUNALFA).<sup>1063</sup>

Paulino de Oliveira, em publicações no jornal *Diário Mercantil* de 12 e 13 de fevereiro de 1979, disse não haver mais “nenhum prédio histórico na cidade, a não ser em seus arredores”. O autor se referia as várias demolições de casarões na cidade, citando a Fazenda da Tapera (construída em 1704) e a Fazenda Ribeirão das Rosas (de 1770) como os únicos exemplares preservados, pois, essas duas fazendas foram as únicas que restaram de uma série de demolições de imóveis datados da mesma época.<sup>1064</sup>

Apesar das destruições, havia um engajamento cultural na cidade liderado pelos irmãos Décio e Nívea Bracher que perceberam que a memória da cidade precisava ser pesquisada e inventariada. Após a demolição do Stella Matutina, Passaglia destacou dois eventos importantes para a questão do patrimônio em Juiz de Fora. O primeiro seria a *Primeira Semana de História de Juiz de Fora*, em 1979, evento esse que contou com uma mesa de debate reservada à discussão sobre o patrimônio histórico e que teve a presença do arquiteto Luiz Alberto Passaglia (representante da *Secretaria de Patrimônio de São Paulo*) e de Décio Bracher.<sup>1065</sup> O segundo evento teria sido a exposição (inspirada na Carta de Veneza de 1964) realizada pela Pró-reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Juiz de Fora em 1980, com o tema *Juiz de Fora – Ontem: aspectos físico, humano e social*, com fotos de Juiz de Fora na primeira metade do século XIX feitas por Mário Brescia e apresentação de Pedro Nava.<sup>1066</sup>

Em 1980, os arquitetos Luiz Passaglia e Maria Inês Giffoni Passaglia foram agregados ao IPPLAN-JF, e, em 1981, juntamente com José Carlos Coutinho, Jorge Arbach (arquitetos do IPPLAN-JF), Carlos Henrique Saldanha Lopes (coordenador do Patrimônio Histórico e Artístico da FUNALFA) e Nívea Bracher (artista plástica), elaboraram o *Pré-inventário*

---

<sup>1062</sup> PASSAGLIA. op. cit. p.18.

<sup>1063</sup> A FUNALFA foi a primeira fundação municipal no setor cultural em Minas Gerais e foi criada para a “inovação e resgate do patrimônio e revitalização do pioneirismo de Juiz de Fora como centro cultural”. Disponível em: <<http://www.funalfa.pjf.mg.gov.br>>. Acesso em 14 de abril de 2009.

<sup>1064</sup> SILVA, Érica. op. cit. f. 67.

<sup>1065</sup> SILVA, Érica. op. cit. f. 69.

<sup>1066</sup> PASSAGLIA. op. cit. p.19.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

*Arquitetônico de Juiz de Fora*. Esse Pré-inventário teve o objetivo de cadastrar a produção arquitetônica de Juiz de Fora e restringiu-se ao setor urbano delimitado pelos bairros São Mateus e Alto dos Passos, ao sul, pelo bairro Fábrica ao norte, pelo Morro do Imperador a oeste e pela Avenida Sete de Setembro a leste. Foram cadastrados aproximadamente 550 imóveis.<sup>1067</sup> Antônio Nogueira, destacando a diferença entre tombamento e inventário, percebe o primeiro como possuidor de um valor dado a um bem cultural escolhido para perpetuar a memória, enquanto que o segundo seria uma proteção suplementar.<sup>1068</sup> No Brasil a inventariação dos bens culturais e históricos esteve presente desde os primórdios do SPHAN. O termo *inventário* chegou no país com influência francesa do *inventário como conhecimento*, cujo objetivo, para André Chastel, seria o de contribuir com o conhecimento de arte e cultura. A estruturação desses inventários de conhecimentos se deu no Brasil na década de 1970, principalmente com a criação do *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia* (IPAC-BA), elaborado por Paulo Ormino de Azevedo em 1973 e com inspiração no *Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu* organizado em 1970 na Itália. Com o IPAC-BA surgiu a definição de *inventário de proteção*, onde buscou-se “identificar e reunir as informações indispensáveis à preservação dos bens culturais”. Em Minas Gerais, o IPAC-MG foi desenvolvido pelo IEPHA-MG e foi instalado em 1984 com o objetivo de identificar bens de interesse para a preservação. Entretanto, foi apenas a partir de 2001 que teve início a elaboração de *Inventários de Proteção ao Acervo Cultural* (IPAC) nos municípios mineiros.<sup>1069</sup>

### **As legislações para a proteção do patrimônio de Juiz de Fora**

Juiz de Fora ganhou sua primeira legislação de proteção ao patrimônio histórico em 1982, através da lei n. 6108, de 13 de janeiro. A legislação, baseada nas leis estadual e federal, foi pioneira em Minas Gerais (com exceção das cidades históricas) e com ela se criou a *Comissão Permanente Técnico Cultural* (CPTC) que:

(...) terá como finalidade precípua, exercer e proteger os bens culturais, móveis e imóveis de propriedade do município ou particular que foram tombados na forma

---

<sup>1067</sup> PASSAGLIA. op. cit. p.20.

<sup>1068</sup> NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. O patrimônio em questão. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP, 2000, abril. p. 297.

<sup>1069</sup> OLENDER, Marcos. **Os inventários como instrumento de proteção do patrimônio cultural: limites e problematizações**.

Um ano após a lei, mais especificamente, em 19 de janeiro de 1983, os primeiros pedidos de tombamento, solicitados por Passaglia, foram atendidos.

Em 1985, a lei n. 6866 de 27 de dezembro, promulgava que o alvará de demolição só poderia ser aprovado com autorização da CPTC. Inclusive, alguns imóveis tiveram seu processo de tombamento aberto pela própria comissão quando essa recebeu o pedido de demolição dos mesmos.<sup>1071</sup> Uma nova lei (n. 7282) foi sancionada, em 25 de fevereiro de 1988, substituindo a primeira (de 1982), inserindo como principal mudança, a declaração de interesse cultural do bem e a área de proteção ambiental como instrumentos de salvaguarda, além do tombamento. Em 1989, foi criada a *Divisão de Patrimônio Cultural* (DIPAC), ligada ao IPPLAN-JF, feita para ajudar na preservação.

No ano de 1994 foi criada a chamada *Lei Murilo Mendes*, tendo como principal interesse o incentivo à cultura e, um ano depois, o governo de Minas Gerais, através da *Lei Robin Hood*, implantou novos critérios para o repasse do *Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços* (ICMS). Entre os critérios para receber o benefício concedido por essa última lei, o município deveria tomar medidas favoráveis ao patrimônio histórico. Assim, o DIPAC desenvolveu o plano de um novo inventário, contratando para a sua realização, em 1996, a empresa *Século 30: Arquitetura e Restauro*, de Belo Horizonte. O inventário, finalizado em 2005, cobriu grande parte da área urbana do município e somando o núcleo urbano e os distritos, totalizou 1094 bens imóveis, 399 bens móveis e integrados, 4 acervos documentais, 3 arquivos e 3 bens imateriais. A empresa solicitou ainda o tombamento de 149 imóveis, com preservação da fachada e da volumetria, e o tombamento integral das igrejas. Em 1997 foram abertos os 149 processos pelo IPPLAN-JF, com reação por parte dos proprietários. Em relação as igrejas, a CPTC indicou o tombamento de suas fachadas e volumetria ao invés do seu tombamento integral<sup>1072</sup> para evitar possíveis confrontos por parte da Igreja Católica.

O DIPAC passou a pertencer a FUNALFA em 2000 com a extinção do IPPLAN-JF e em 2004, a lei n. 10777, de 15 de julho, substituiu a lei de 1988, ampliando assim, a noção de patrimônio e incorporando a esse, bens culturais imateriais. Foi criado também, através da lei, o *Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural* (COMPPAC), que substituiu a

<sup>1070</sup> JUIZ DE FORA. Lei n. 6108, de 13 de janeiro de 1982. Lei de Tombamento. Capítulo II, artigo 7º.

<sup>1071</sup> GAWRYSZEWSKI. op. cit. f. 61.

<sup>1072</sup> GAWRYSZEWSKI. op. cit. f. 63, 66, 67.

CPTC, e ainda teve um capítulo voltado para o entorno dos bens tombados e sobre os letreiros instalados nos imóveis protegidos. A lei ressaltou ainda a isenção do *Imposto Predial e Territorial Urbano* (IPTU) aos proprietários de bens tombados, desde que esses o mantenham em bom estado de conservação.<sup>1073</sup>

Todo esse esforço fez com que o município ficasse, nos últimos sete anos, entre as dez primeiras cidades mineiras na pontuação do ICMS. O que sem dúvida, deveria ser um orgulho para toda a população da cidade. Dessa forma, percebe-se que, além de não possuir igrejas revestidas de ouro, não possuir grandes obras de Aleijadinho e da arquitetura barroca, Juiz de Fora possui em suas ruas um rico patrimônio histórico que também ajuda a contar um pouco da história de Minas Gerais. Infelizmente muitos capítulos dessa história foram demolidos em nome do progresso, mas também restaram referências muito significativas, como a casa de Mariano Procópio que hospedou o Imperador D. Pedro II e que hoje é o principal museu da cidade, o prédio do hoje Centro Cultural Bernardo Mascarenhas, uma das primeiras fábricas da região, o Teatro Central, considerado um dos melhores teatros do país em relação a sua acústica e infinitos outros imóveis importantes para a história de toda região. Esses bens são contemplados por nós hoje graças a legislação e luta em pró da preservação na cidade. Cabe a nós mantê-los para que as gerações futuras sejam contempladas pelo mesmo presente visual.

## **Bibliografia**

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A Europa dos pobres: Juiz de Fora na Belle-époque mineira**. Juiz de Fora: Edufjf, 1994.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MIC-IPHAN, 2005.

FUNALFA. <<http://www.funalfa.pjf.mg.gov.br>>. Acesso em 14 de abril de 2009.

GAWRYSZEWSKI, Paulo. **Cultura e educação: uma aliança para a preservação do patrimônio cultural em Juiz de Fora**. 2008. 150 f. Monografia do curso de especialização em Gestão do Patrimônio Cultural, Faculdade Metodista Granbery, Juiz de Fora, 2008.

---

<sup>1073</sup> GAWRYSZEWSKI. op. cit. f. 68.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

IEPHA-MG. **Bem informado**. Belo Horizonte: IEPHA-MG, ano 2, n. 13, out., 2008.

JUIZ DE FORA. Lei n. 6108, de 13 de janeiro de 1982. Lei de Tombamento. Capítulo II, artigo 7º.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. O patrimônio em questão. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP, 2000, abril.

OLENDER, Marcos. **Os inventários como instrumento de proteção do patrimônio cultural**: limites e problematizações.

OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures (coord.). **Arqueologia da Zona da Mata Mineira**: Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editar, 2006.

PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. **A preservação do patrimônio histórico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Instituto de Pesquisa e Planejamento/PJF, 1982.

SILVA, Érika Aleixo Ferreira. **Os inventários e a política de proteção do patrimônio cultural de Juiz de Fora**. 2008. 167 f. Monografia do curso de especialização em Gestão do Patrimônio Cultural, Faculdade Metodista Granbery, Juiz de Fora, 2008.

SILVA, Daniel Roberto dos Reis. As cidades e suas retóricas patrimoniais: considerações sobre o caso de Juiz de Fora. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures (coord.). **Arqueologia da Zona da Mata Mineira**: Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editar, 2006.

**Dos fatos a ordem: uma discussão sobre a formação dos Estados Modernos e os reflexos na democracia.**

Wallace Faustino da Rocha Rodrigues\*

**Resumo:** Nas próximas linhas, apontar-se-á alguns dos elementos que se tornaram determinantes para a consolidação do sistema democrático parlamentar moderno. Para tanto, julga-se os processos de formação dos Estados Nacionais Modernos demonstrando fatores condicionantes atrelados ao alvorecer do sistema capitalista e de seus atores sociais, políticos e econômicos.

**Palavras-chave:** Democracia, Estado, História, marxismo.

**Dos fatos a ordem: uma discussão sobre a formação dos Estados Modernos e os reflexos na democracia**

Deve-se compreender a democracia como um processo ou como um fim em si mesmo? A dificuldade da pergunta encontra-se muito mais na forma como deve-se compreendê-la muito mais que propriamente em tentar elaborar uma resposta. Se se tratar um caminho histórico, basicamente dos últimos séculos, ligados à formação do Estado Nacional Moderno, ter-se-á em termos de práxis a compreensão dos processos democráticos – operacionalizados no interior do Estado Nação e daí a preocupação com a retomada de seus estudos – como um procedimento, contemplando em grande medida premissas básicas como as levantadas por Schumpeter ao defini-la como um método (SCHUMPETER, 1961).

Surge, então, a necessidade de se compreender todos os processos envolvidos na “realização” da democracia, impedindo com que, de fato, ela se torne algo substantivado, a ser pensado por si mesmo como ponto final de um desenvolvimento histórico. É certo que muitos condenariam a necessidade de se arrogar o ser humano, em sua individualidade (e não necessariamente indivíduo), o papel de coadjuvante, por posicionar-se sob os auspícios de um interesse maior, a coletividade. Todavia, adianta-se aos possíveis excessos “antropocêntrico” dos algozes leitores que, a bem da verdade, os processos sociais não são guiados por

---

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora. Endereço residencial: Rua José Thomé de Souza, 5/501, Bairro São Pedro. Juiz de Fora – MG. (walacecom@yahoo.com.br)

exclusivismos individualistas. Mesmo os processos de trabalho, como ressaltado por Karl Marx (2004; 2005) são coletivos, exigindo uma visão essencialmente holística do todo.

É justamente essa percepção holística dos fatos que proporciona o reconhecimento dos atores e de seu papel construtivo em termos de história, epistemologicamente falando. É, portanto, fazendo um resgate histórico da formação dos Estados Modernos que conseguir-se-á delinear os passos para a constituição da democracia parlamentar moderna enquanto sistema e, por sua vez, a compreensão dos papéis desempenhados e lugares ocupados pelos atores participantes do processo democrático tal como conhecido na atualidade.

Assim sendo, é fato a compreensão do desenvolvimento da democracia, tal como atualmente conhecida, após o século XIX. Sabe-se, portanto, que o capitalismo se desenvolve durante este mesmo período concomitantemente à consolidação dos Estados Nacionais Modernos e toda a estrutura a sustentá-los. O sistema dito democrático emerge das revoluções burguesas, principalmente da revolução francesa, trazendo à tona a efetiva participação política da classe burguesa com o fim do Estado absolutista.

A partir de então, o sistema político passa a necessitar de um embasamento teórico neutro para ser explicado, não se restringindo mais ao campo puro e simples da subjetividade (CASIRER, 2003). Ora, os conflitos sociais são reconhecidos como manifestações evidentes da sociedade civil na arena dos interesses. O reconhecimento da legitimidade da manifestação das ações humanas por via do interesse contrasta claramente com a perspectiva analítica das paixões e toda a consistência subjetiva embutida em suas análises. Agora, é demandada uma fidelidade com uma “realidade” como forma de justificar as ações humanas dos indivíduos localizados em sociedade (HIRSCHMAN, 2002).

De maneira mais clara e evidente, o contato com a materialidade requerida pela operação comercial burguesa, indica um contato diverso com as relações de produção, diferente daquele tido anteriormente. Os interesses materiais transmitem as necessidades humanas do pós-século das luzes e toda a objetividade necessária para a realização das atividades em sociedade. Os argumentos, fundamentalmente religiosos, que sustentavam um comportamento orientado pelas paixões – e de certa forma, afiavam os preceitos necessários à manutenção da realeza absolutista – são deixados em segundo plano em detrimento da nova relação estabelecida entre os homens e o meio material (Idem).

É certo que o processo de formação do Estado Nacional Moderno, fundamental para o entendimento do surgimento do sistema democrático contemporâneo, remonta a um passado um tanto distante, mas convém, a título de economia de tempo e trabalho, restringir-se ao

plano do Estado Absolutista e as conseqüências que determinaram o seu fim. Das ruínas, surgiu o Estado Moderno e todo o sistema político que caracterizaria a contemporaneidade.

Há que se resgatar o fato de o Estado absolutista ser formado, essencialmente, pelo ranço dos senhores feudais acuados pela possibilidade de perda dos seus direitos de propriedade. Assim sendo, aglomeram-se em torno da figura real para manter alguns desses privilégios. O cenário, contudo, não se encontra favorável à manutenção do tradicionalismo inerente à estrutura feudal de produção. O crescimento demográfico das cidades acompanhou a sua importância no cenário político. A burguesia despontava como um grupo dotado de poder suficiente a interferir na estruturação social, econômica (claro) e, agora, política (ANDERSON, 1989).

A sua supremacia política é visualizada, entre outras formas, através da compra de títulos de nobre – a nobreza togada. Ao mesmo tempo, isso identifica a desvalorização do *status* desse grupo, outrora hegemônico. A sua incursão no palácio embute o não isolamento da nobreza frente às circunstâncias ao seu redor. Isolamento antes fundamental como garantia de seu caráter intocável (LEFEBVRE, 1966; SOBOUL, 1974).

Portanto, dois pontos são essenciais para a consideração do desenvolvimento do Estado Nacional Moderno e toda a sistemática envolvida na sua formação: o primeiro diz respeito ao novo cenário ao qual vincula-se a nobreza européia. Trata-se de uma nobreza ansiosa por manter seus privilégios, lutando pelo seu tradicionalismo e sua hegemonia frente à sociedade. O segundo é referente ao crescimento da burguesia e, obviamente, o crescimento das cidades, de forma a dar uma nova cara à sociedade da época, interferindo nas relações sociais estabelecidas então.

Qual a importância da nobreza a ponto de serem necessárias as considerações acerca de seu papel na consolidação do Estado Nacional Moderno? A resposta a esta pergunta, como já enunciado anteriormente, passa pela remissão à crise enfrentada por ela com o fim do feudalismo. É notório o conhecimento que parte da nobreza era constituída por senhores feudais decaídos após o declínio produtivo da Idade Média.

A despeito das considerações de muitos cientistas sociais e historiadores, existia sim uma sistemática legal a legitimar a organização social feudal. Fala-se, neste caso, do direito germânico tribal, fundamentado, como já diz o próprio nome, na figura de líderes tribais (GILISSEN, 2003). Assim, a hegemonia de uma única figura setorizada como o senhor feudal é garantida, perpetuando a fragmentação característica da Idade Média – os feudos. Para



remontar às origens dessa legalidade, é necessário que se remeta às invasões bárbaras delimitadoras do cenário feudal persistente ao longo de praticamente todo o período medieval.

De certa forma, as invasões bárbaras com povos constituídos, geralmente do norte europeu, foram determinantes para a formação da organização social do feudalismo. Claro, ao mesmo tempo, transformações da estrutura produtiva e, logicamente, das relações de produção, impulsionaram toda a modificação a consolidar as principais características da Idade Média. De qualquer forma, estas invasões introduziram um novo mecanismo legal, caracterizado como um sistema jurídico tribal que foi disseminado por toda a Europa feudal.

Politicamente, a segunda vaga de invasões marcou ou pressagiu o fim da administração e do direito dualista [a primeira leva de invasões introduziu já esse mecanismo legal sem, contudo, impor seus mecanismos aos territórios do Império Romano, fazendo, assim, com que esse conservasse toda a sua sistemática formalista], como a atrofia do legado jurídico romano. [...] Reformaram o sistema civil jurídico do país [Itália] nas regiões ocupadas, promulgando um novo código de leis baseado nas normas tradicionais germânicas [fundamentadas essencialmente na organização social tribal], mas redigido em latim que em breve se sobrepôs ao direito romano. [...] O direito germânico tornou-se gradualmente dominante, enquanto os impostos fundiários herdados de Roma desapareciam perante a resistência da população e da Igreja a um fisco que já não correspondia a qualquer serviço público ou a um Estado integrado. Todos os impostos caducaram progressivamente nos reinos francos. (ANDERSON, 1982, p. 137).

Como controlar todo o processo social e econômico a partir de uma lógica como essa? A unicidade européia estava comprometida de maneira formidável. As monarquias que surgiam não conseguiram controlar a emissão de moedas, tendo a sua cunhagem praticamente se extinguido no século VII – a movimentação comercial encontra-se notavelmente comprometida. O déficit comercial é endêmico tanto devido à concorrência comercial com o Oriente Bizantino, como devido às conquistas árabes no Ocidente. Portanto, a única opção, neste caso, é o fortalecimento dos laços com a terra e com o seu detentor. Eis aqui o surgimento das premissas básicas do feudalismo.

Em termos gerais, a unificação do território era impossível. A soberania política encontrava-se dispersa e não concentrada em um único ponto. As funções do Estado desagregavam-se em concessões verticais sucessivas. Em contrapartida, observa-se uma integração das relações políticas e econômicas ao considerar as relações entre o senhor e o servo.

A hierarquia do sistema político feudal, reforçada pelos mecanismos tribais do direito germânico, juntamente com a fragmentação de sua soberania impediam a adoção de um executivo e um legislativo do tipo moderno. O poder político era identificado com a mera função judicial e concentrava-se nas mãos do senhor feudal provido da faculdade de julgar

dentro de seu território. Mas, é observável que devido aos acordos de suserania e vassalagem, o poder real deveria transcender o plano de atuação da organização feudal caracterizada por essa soberania altamente fragmentada.

Contudo, como esse último ponto não ocorreu, nada impediu o desenvolvimento das cidades e a conseqüente atividade burguesa. Pelo contrário, o comércio de mercadorias – desde sempre presente na Idade Média – deu forma monetária aos rendimentos dos senhores feudais sujeitando-os progressivamente à dependência do ambiente urbano. Nas cidades, diversos produtos originários dos feudos eram trocados por outros artigos tidos como necessários à vida cotidiana. Muitos desses artigos, como se sabe, eram provenientes da investida na expansão comercial rumo ao oriente (ANDERSON, 1982).

Nesse prisma, é visível que o desenvolvimento das cidades, desde o princípio, se deu em função do capital, desde o tamanho delas decorrente de maior ou menor acúmulo de capital ao seu possível isolamento, que variaria em virtude, por exemplo, do transporte de alimentos. Logicamente, o agente impulsionador de todo esse movimento é o burguês. Portanto, desde já existe um movimento de concentração e acumulação de capital na Europa, por meio das cidades, que se tornam elemento determinante na estruturação social da modernidade (TILLY, 1996).

Porém, pelo menos durante o período medieval, esse capital não é algo tão determinante a ponto de desestruturar a ordem vigente. Isso porque a terra predomina enquanto unidade produtiva e detém a parte considerável da estrutura produtiva do período. Afinal de contas, é justamente essa relação produtiva, assegurada pelos suportes legais de então, que fomentam a base das relações sociais essenciais ao medievo. O senhor feudal, enquanto detentor da propriedade da terra encontra-se distante de qualquer ameaça, pelo menos enquanto a produção não estiver comprometida. Neste caso, a atividade comercial ainda não intimidava significativamente o sistema.

Entretanto, a crise da Idade Média – que, segundo Perry Anderson (1982) é justamente uma crise das relações de produção – atinge diretamente os senhores feudais. Como a produção encontra-se seriamente comprometida, as relações sociais estabelecidas entre senhores e servos não poderiam se sustentar por si só. Não havia mais qualquer instrumento que garantisse a manutenção das antigas posições sociais. A terra não dava conta mais das necessidades básicas de cada segmento – necessidades estas em constante processo de crescimento.

Diante da crise, o esforço passa a rumar no sentido de manter a legitimidade sobre a exploração da terra antes de qualquer coisa – não obstante o caráter de liberdade garantido aos antigos servos. Assim é que, após aglutinarem-se sob o guarda-chuva do rei, a realeza como um todo recorre ao direito romano e suas premissas básicas como forma de assegurar os princípios da exploração sobre a terra, principal estrutura produtiva.

A grande e decisiva realização do novo direito romano [concomitante ao seu expansionismo imperialista] foi, pois, bastante apropriadamente, a invenção do conceito de “propriedade absoluta”, *dominum ex jure Quiritium*. Nenhum sistema jurídico anterior tivera jamais a noção de propriedade privada sem restrições: a propriedade na Grécia, na Pérsia, no Egito, fora sempre “relativa”, ou, por outras palavras, era condicionada por direitos superiores ou colaterais de outras partes e autoridades, ou por obrigações em relação a elas. Foi a jurisprudência romana que pela primeira vez, emancipou a propriedade privada de todo o requisito ou restrição extrínsecos, ao desenvolver a notável distinção entre mera “posse”, controle fatural dos bens, e “propriedade”, direito legal pleno a eles. (ANDERSON, 1982, pp. 71-72).

Como pode-se observar pela citação logo acima, o direito romano retira o sentido exclusivamente produtivo da propriedade privada – o da exploração simplesmente produtiva – conferindo-lhe o sentido de propriedade privada por si só – ela é legitimada pelo critério único da posse (ALVES, 1992). Mais especificamente, na sociedade romana o direito privado surge diante da necessidade de alguns reivindicarem a propriedade – este movimento ocorre funcionalmente a partir de transformações sucessivas do direito civil. Assim, constrói-se a base para as tentativas de mecanismos de controle distantes do plano puramente economicista.

Os casos de simples proteção “relativa” da propriedade desaparecem quando à afirmação de propriedade por ambas as partes no processo sacramental sucede, nas formas mais recentes do procedimento da *rei vindicatio*, a simples afirmação unilateral do autor. [...] Assim se limita o âmbito da aplicação da ação de propriedade. (KASER, 1999).

A trajetória descrita aqui é absolutamente curiosa. Enquanto os senhores feudais detinham total autonomia sobre a sociedade feudal através do controle da estrutura produtiva – respaldados por um sistema legal consumado na lógica da organização tribal – procurou-se formular toda uma sistemática de relações sociais que garantissem a manutenção da ordem por eles desejada – notavelmente verifica-se um mecanismo de controle fundamentado principalmente pela detenção da estrutura produtiva.

Em seqüência, quando a ameaça ao atual sistema produtivo surge como algo efetivo, remontam a uma lógica estrutural que saliente, antes de tudo, a necessária manutenção da hegemonia sobre a estrutura produtiva. Neste caso, de forma parcimoniosa, não é possível

falar de uma isenção do Estado Feudal Tardio – o Estado absolutista, segundo Anderson. Todo ele, de alguma maneira, é formado por elementos estruturais que, sintomaticamente, refletem a necessidade da exploração de um grupo sobre o outro.

Neste caso, é extremamente proveitosa a análise de Perry Anderson acerca do Estado absolutista, classificando-o não como um embrião do capitalismo político – e, portanto, diferenciando-o completamente do feudalismo –, como o fazem muitos estudiosos, mas sim como uma nova forma de manifestação da nobreza feudal, demonstrando um continuísmo desta. Neste prisma, o autor afirma que o Estado absolutista, em sua gênese, não teve uma formação completamente em afinidade com a burguesia; ou mesmo sequer funcionou como fiel da balança entre a burguesia e a nobreza. Na verdade, resguardavam-se no Estado absolutista segmentos remanescentes dos grandes proprietários de terras, os senhores feudais. A burguesa, por sua vez, desenvolvia-se paralelamente, nas cidades.

Nesse ínterim, surge o sistema absolutista. O que é importante frisar é o processo evolutivo presente no interior da análise. Como já foi enfatizado diversas vezes, no feudalismo, a produção era controlada pelos senhores feudais enquanto detentores da terra. Em seguida, no absolutismo, esses senhores feudais, agora apenas nobres e, portanto, no interior do Estado, ainda detêm o direito sobre a terra, assegurado, sobretudo, por via da jurisprudência romana.

[...] à intensificação da propriedade privada na base contrapôs-se o incremento da autoridade pública no topo, corporificada no poder discricionário do monarca. Os Estados absolutistas ocidentais fundamentavam seus novos objetivos em precedentes clássicos: o direito romano era a mais poderosa arma intelectual disponível para o programa característico de integração territorial e centralismo administrativo. (ANDERSON, 1989, p. 27).

Como pode ser observado, a nobreza detém no absolutismo o domínio sobre os principais meios produtivos e, enquanto Estado, necessitava de um controle cada vez mais acirrado: eis o motivo do centralismo administrativo. Em contrapartida, como visto anteriormente, o crescimento das atividades comerciais era inevitável. As cidades, mesmo no feudalismo, propiciavam a monetarização da produção do feudo, assim como eram as fontes de muitos dos artigos utilizados pelos senhores feudais – artigos básicos cada vez mais essenciais.

Ao somatizar essa crescente necessidade de artigos comerciáveis da nobreza absolutista, juntamente com o seu controle sobre a estrutura produtiva, feito por dentro do Estado, gerando, portanto, um centralismo administrativo exacerbado, chega-se, como

resultado, às investidas da classe dominante no mercado externo, tendo o Estado como um instrumento em suas mãos.

Portanto, é correto afirmar que o mercantilismo representava as concepções de uma classe dominante feudal que se adaptara a um mercado integrado. As doutrinas clássicas do *laissez-faire*, com sua rigorosa separação formal entre os sistemas políticos e econômicos, viriam a constituir o seu antípoda. O mercantilismo era precisamente uma teoria da intervenção coerente do Estado político no funcionamento da economia, no interesse comum da prosperidade de uma e do poder do outro. Logicamente, enquanto o *laissez-faire* era coerentemente “pacifista”, insistindo no benefício da paz entre as nações para o fomento do comércio internacional mutuamente lucrativo, a teoria mercantilista era fortemente “belicista”, enfatizando a necessidade e a rentabilidade da guerra. E, vice-versa, o objetivo de uma economia forte era a realização exitosa de uma política externa voltada para a conquista.

Nota-se aqui como é evidente o poderio de uma classe na constituição da estrutura política do Estado. Entretanto, diferentemente do que se poderia esperar, a estrutura criada pela ordenação exigida pela classe dominante em questão implicava uma monarquia relativamente frágil se se observar a existência, abaixo dela, de corpos políticos tradicionais e, sobre ela, de um direito moral abrangente. Ou seja, ao mesmo tempo em que um tradicionalismo comprimia o rei, um formalismo jurídico, condizente com o crescimento da classe burguesa futuramente revolucionária proporcionava as condições para que seu fim fosse inevitável (ANDERSON, 1989).

Sob esse aspecto, pode-se assegurar que o domínio do absolutismo e todos os mecanismos por ele criados, como o mercantilismo, por exemplo, operava dentro de limites necessários da classe feudal, cujos interesses ele assegurava. Contudo, a busca para a satisfação de tais interesses não fazia senão abrir as portas para o futuro capitalismo enquanto sistema hegemônico, decretando o fim do absolutismo e dos elementos tradicionais.

Como forma de explicar o duelo tradicionalismo e modernidade que se evidenciava em um horizonte não muito distante, talvez seja cabível salientar a dicotomia urbanização e ruralismo tão evidenciada por muitos autores que enveredaram por estudar a formação do Estado Nacional Moderno fornecendo bases para a formação do sistema político democrático (ANDERSON, 1989; MOORE JR., 1975; TILLY, 1996). Sob este ângulo de análise, destaca-se o desenvolvimento de três segmentos essenciais: a burguesia que, como visto, encontra-se num processo constante de crescimento e desenvolvimento, ainda mais após a introdução do direito romano e os conceitos de liberdade e propriedade a ele inerentes; a nobreza e os

demais segmentos tradicionais que tentam constantemente assegurar privilégios tidos outrora, se valendo, portanto, do Estado para a sacralização de tais objetivos. E os camponeses que, após o colapso do sistema feudal ou permaneceram no campo ou foram para as cidades.

Ao analisar tais segmentos sociais deve-se tentar compreender que eles não estavam numa completa distância um do outro. O advento das novas formas de comercialização sem dúvida contribuiu para que estivessem num constante contato, despertando o interesse para uma análise das relações sociais estabelecidas.

Sem sombra de dúvidas, as modificações exigidas pelo ambiente urbano em função da preponderância do comércio, fizeram com que despontassem novas estruturas organizativas, desenhando um novo mapa da Europa. Agora, mesmo a nobreza, através do Estado, encontrava-se em situação de comerciante (o mercantilismo é a prova disso). Já os camponeses, posicionavam-se na medida em que produziam artigos do campo encaminhados para serem comercializados também no meio urbano.

Seria melhor começarmos por recordar certas linhas de clivagens natural entre a cidade e a zona rural e dentro desses dois setores da população. Em primeiro lugar, encontra-se o conflito, já familiar, de interesses entre a necessidade urbana de alimentos baratos e os preços elevados dos artigos que produz e o desejo rural de altos preços para os alimentos e baixos preços para os produtos das lojas dos artesãos e da fábrica. Esse conflito poderá tornar-se cada vez mais importante com o alargamento de uma economia de mercado. As diferenças de classes, tais como as existentes entre senhor rural e camponês nos campos, verificadas entre patrão e assalariado, entre dono de fábrica e operário na cidade, atravessam as linhas de clivagem rurais-urbanas. (MOORE JR., 1975, p. 488).

Ora, como dito, as relações estabelecidas entre os três segmentos devem ser consideradas. Uma revolução burguesa, essencial para a transformação da ordem, assim como para a transformação do Estado em sua estrutura interna, somente terá sucesso com a completa sobreposição de alguns desses segmentos.

É somente a partir de uma consideração como essa que pode-se falar, por exemplo, do processo enfrentado pela burguesia inglesa. O desenvolvimento de uma burguesia, mesmo uma burguesia dos campos, extremamente forte na Inglaterra, principalmente a partir dos *enclosures*, foi o que obrigou a burguesia camponesa a se valer das cidades para a exportação de sua lã; e, também, com o monopólio de navegação. Além disso, os *enclosures* eliminaram a questão camponesa da política inglesa – enfraquece-se, assim, a possibilidade de qualquer movimento reacionário como na Alemanha e Japão, tal como não houve base maciça para uma revolução camponesa como na Rússia e China.

Nota-se, neste caso, uma destruição da agricultura enquanto atividade social importante. A hegemonia da classe superior, proprietária de terras, teve de ser quebrada ou, pelo menos, transformada. O camponês passa a ter a sua produção totalmente voltada para o mercado – não produzindo mais para consumo próprio ou mesmo para o senhor rural (ranço principal do tradicionalismo). Desta forma, ou as classes superiores, como no caso da Inglaterra, se tornavam parte importante do capitalismo; ou eram varridas por convulsões revolucionárias e suas guerras civis (LEFEBVRE, 1966; MOORE JR, 1975).

O desenvolvimento de um equilíbrio para evitar uma coroa demasiado forte ou uma aristocracia proprietária demasiado independente; a existência de um movimento no sentido de uma forma adequada de agricultura comercial; o enfraquecimento da aristocracia proprietária; o impedimento da coligação aristocrático burguesa contra os camponeses e operários; e uma ruptura revolucionária com o passado são alguns dos principais pontos que tangenciam a discussão acerca da formação do Estado Nacional Moderno no que toca a questão das relações estabelecidas por camponeses, burguesia e nobreza.

A estrutura produtiva encontra-se, nessa lógica, totalmente transformada a ponto de determinar um novo sistema. Quando apelida-se o período absolutista de “Estado feudal tardio”, na verdade, ressalta-se o último suspiro dado pelos grupos tradicionalistas. A investida pela manutenção de seus privilégios possibilitou a abertura de novos mercados para a crescente classe burguesa, assim como transformou o mapa da Europa com o surgimento de rotas comerciais, postos e entre-postos de trocas de mercadorias (TILLY, 1996).

Enfim, levar em consideração uma interpretação puramente econômica seria tomar como ponto de referência, minimamente, a tentativa dos nobres/senhores feudais de resgatar o modo de produção feudal, o que não teria cabimento. Toda uma nova ordenação política já encontra-se estabelecida constituindo a estrutura do Estado Moderno. Ademais, o surgimento das cidades na modernidade implicava uma significativa transformação na arquitetura do poder. Eis a importância de se considerar o surgimento de novos grupos na tentativa de angariar o poder para a satisfação de seus interesses.

[...] tanto a oposição quanto a cooperação dos cavaleiros, financistas, funcionários municipais, proprietários rurais, camponeses, artesãos e outros atores criaram e recriaram a estrutura do estado ao longo do tempo. Assim, a estrutura de classe da população que estava sob a jurisdição de um estado particular influenciou de modo significativo a organização desse estado [...]. (TILLY, 1996, p. 76).

Ou seja, acentua-se o caráter cíclico do movimento. O Estado, no caso do Estado feudal tardio, influenciou diretamente na estrutura de classe da sociedade que, por sua vez,

10 a 13 de maio de 2010

atuou de forma determinante na estruturação final do Estado Nacional Moderno. Como dito anteriormente, essa reflexão somente é possível a partir de uma consideração das relações estabelecidas entre os diversos agentes dispersos na sociedade, dentre os quais os principais são: a burguesia, os camponeses e a nobreza (essa evidenciando a autoridade política máxima do momento histórico referente ao absolutismo). Foi a tentativa de reconstrução dos elementos tradicionais cabíveis à este último grupo que se contribuiu de forma sedimentar, com o mercantilismo, por exemplo, para a estruturação da revolucionária classe burguesa.

A organização das principais classes sociais dentro do território de um estado, e suas relações com o estado, influenciou consideravelmente as estratégias que os governantes empregaram para extrair recursos, a resistência que enfrentaram, as lutas que daí resultaram, os tipos de organização duradoura que essa extorsão e luta criaram e, portanto, a eficiência na extração dos recursos. Dentro dos limites impostos pelas exigências e compensações dos outros estados, a extração e a luta pelos meios de guerra criaram as estruturas organizacionais centrais dos estados. (Idem, p. 77).

Um movimento analítico do Estado não deve ser visto dissociado da questão social, sob a pena de encará-lo como simples esfera de poder. Nota-se, neste processo constitutivo, uma intensa manifestação de interesses da sociedade civil, coadunada com a perspectiva mais clássica do marxismo (MARX, 2005). Todavia, não há nada que se assemelhe ao Estado Nacional Moderno, e sua suposta autonomia, como espaço para a manifestação dos interesses políticos canalizados. Nesse prisma, quem mais se destaca entre os grupos com interesses muito bem definidos são os burgueses e toda a sua ânsia pelo fim das limitações das atividades comerciais e a quebra dos monopólios mercantilistas – que tende a perpetuar os grupos tradicionais na estrutura do poder político e, também, econômico.

Com as revoluções burguesas os interesses desta classe se tornam evidentes, precisamente materializados. São criados/recuperados mecanismos que garantam a sua atividade no plano político, tendo como prerrogativa asseverar a sua hegemonia política frente aos demais segmentos. Ora, facilmente é possível encontrar elementos a demonstrar a heteronomia do Estado frente ao prematuro sistema capitalista. Montesquieu ressalta por diversas vezes a importância do direito romano, o mesmo que dá validade à propriedade privada por si só e que, por isso, tende a fortalecer as atividades burguesas (MONTESQUIEU, 1996).

Como é possível observar, os argumentos a favor do capitalismo existem antes mesmo de o sistema se tornar algo pleno. O zelo que o mesmo Montesquieu tem para com as atividades comerciais é flagrado pelos apontamentos de Albert Hirschman ao versar sobre a



importância das teses do filósofo francês na estruturação do Estado Nacional Moderno. A própria sistemática divisão dos três poderes faz, senão, promover um equilíbrio entre os interesses dos grupos assegurando a sobrevivência desses interesses que, devido à crescente atividade comercial burguesa e sua hegemonia enquanto classe no alvorecer da modernidade, são reduzidos ao plano da materialidade, da detenção ou não de bens materiais – a propriedade privada (HIRSCHMAN, 2002).

A partir de então são fornecidos alicerces que funcionem como sustentáculos para as críticas sobre a operacionalidade do sistema democrático moderno – crítica, agora, possível de ser feita do interior do próprio Estado. Para solidificar os debates suscitados pelo tema, recorre-se laconicamente, a título de ilustração, a uma obra tida como nevrálgica na caracterização do sistema democrático: “O federalista” (HAMILTON *et al*, 1984)<sup>1074</sup>. Diz-se isso pelo fato de neste livro ser possível encontrar os argumentos máximos da construção do sistema democrático norte-americano, paradigma de democracia a partir do século XIX.

Ao erigir um sistema político como o democrático contemporâneo, encontra-se garantida a possibilidade de manifestação no seio político dos diversos interesses dos grupos em conflito na sociedade. Desta forma, é afiançado o caráter de permanência do conflito social; e mais, restringindo ao plano dos conflitos na esfera produtiva devido à normatização da propriedade privada e sua legalidade no plano jurídico (HIRSCHMAN, 2002).

Com o poder econômico e, agora, o político nas mãos da burguesia, tem-se a valorização de um aparato ideológico a sustentar novas idéias, como a de liberdade. Distancia-se, assim, da perspectiva de liberdade tida como garantia de manifestação dos direitos políticos e possibilidade de canalização dos interesses particulares para o campo da política. Em contrapartida, nota-se uma suprema valorização da liberdade enquanto possibilidade ou não de deter a propriedade privada e o sistema político seria algo somente que assegurasse a manutenção dos direitos a garantir esta última possibilidade (CONSTANT, 1985).

---

<sup>1074</sup> Como é possível observar no decorrer do presente trabalho, há uma valorização intensa do aspecto histórico associado ao processo evolutivo do Estado Nacional Moderno. Uma das explicações para tal fato deve-se ao caráter crítico inerente à essa análise da perspectiva democrática contemporânea. Enfim, deseja-se evidenciar a possibilidade de encarar o desenvolvimento como constante, diferentemente de um fim aparente que ela possa transmitir. De modo geral, é extremamente forte, e louvável, a compreensão do sistema democrático feita por dentro, com análises comportamentais dos agentes políticos etc. Mas, teme-se que essa perspectiva entoe a ausência de um teor crítico quanto ao sistema democrático em si, responsabilizando apenas os indivíduos nele presentes como os culpados pelos eventuais problemas que possam ter sido gerados. Assim é que o vigor de um plano marxista de exame retoma o caráter crítico a ser inserido na concepção da democracia, conciliando-a à sociedade civil e o caráter constante de atividade embutido nas duas instâncias.

Assim tem-se a necessidade do aparato político detido pelo Estado Nacional Moderno: um instrumento que garantisse a manifestação dessa liberdade e rogasse suas leis por ela. Como resultado, há o estímulo a uma sociedade competitiva tanto no âmbito do econômico quanto no do político, circunscrevendo os conflitos materiais nela existentes como absolutamente naturais e inerentes a ela. Nos escritos de *Publius* isto é mais evidente ainda<sup>1075</sup>. A manifestação de interesses deste tipo é patente quanto mais a sua categorização na forma de facções. A multiplicidade delas garante o funcionamento da sociedade na ordem social e política vigentes. O ambiente competitivo que circunscreve o plano analítico da economia de mercado é transplantado com enorme simplicidade para os planos social e político. Desse modo, a eficiência tornar-se-ia maior ainda em um Estado de amplas dimensões, ao permitir maior quantidade de facções e, portanto, de interesses. Destaque, também, para os mecanismos a impedirem a exploração por interesses possíveis de acontecer em um governo direto.

As medidas de defesa devem [...] ser compatíveis com as ameaças de ataque. A ambição será incentivada para enfrentar a ambição. Os interesses pessoais serão associados aos direitos constitucionais. (HAMILTON *et all*, 1984, p. 418).

E mais:

Em uma república com a extensão territorial dos Estados Unidos e com a enorme variedade de interesses, partidos e seitas que engloba a coalizão de uma maioria da sociedade dificilmente poderá ocorrer com bases em quaisquer outros princípios que não os da justiça e do bem comum; embora a minoria fique sujeita à ditadura da maioria, deve haver também menos pretextos para garantir a segurança daquela, inserindo no governo uma voz não dependente desta ou, em outras palavras, uma voz independente da própria sociedade. (Idem, p. 421).

Percebe-se, agora, como a imprescindibilidade de se tratar o tema democracia vinculado a um estudo sobre o Estado Nacional Moderno e a sua formação em consonância com a evolução do sistema capitalista. O eixo analítico principia no período absolutista, mas poderia ter início muito antes. Trata-se, neste caso, de uma economia de tempo e espaço. O que importa, verdadeiramente, é a consciência de que a discussão sobre a democracia não se encerra na atualidade. Prefere-se, em todo caso, a concepção de que ela encontra-se em constante processo de movimento estando, portanto, em apenas mais uma fase – aquela em que acaba por reforçar as premissas mais coerentes ao capitalismo.

---

<sup>1075</sup> Publius é o pseudônimo assinado por Alexander Hamilton, John Jay e James Madison nos artigos a constituírem “O Federalista”.

**Referências bibliográficas**

- ALVES, José Carlos Moreira. *Direito Romano*. Forense, Rio de Janeiro, 1992.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. Brasiliense, São Paulo, 1989.
- ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. Afrontamento, Porto, 1982.
- CASIRER, Ernst. *O mito do Estado*. Codex, São Paulo, 2003.
- CONSTANT, Benjamin. *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. Revista de filosofia política, n. 2, 1985.
- GILISSEN, John. *Introdução histórica ao direito*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003.
- HAMILTON, Alexander; MADISON, James, JAY, John. *O federalista*. Editora UnB, Brasília, 1984.
- HIRSCHMAN, Albert O. *As paixões e os interesses – argumentos políticos a favor do capitalismo antes do seu triunfo*. Record, Rio de Janeiro, São Paulo, 2002.
- KASER, Max. *Direito privado romano*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1999.
- LEFEBVRE, Georges. *A revolução francesa*. IBRASA, São Paulo, 1966.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Boitempo Editorial, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Boitempo Editorial, 2005.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *O espírito das leis*. Martins Fontes, São Paulo, 1996.
- MOORE JR. Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Martins Fontes, São Paulo, 1975.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Fundo de cultura, São Paulo, 1961.
- SOBOUL, Albert. *A revolução francesa*. Difel, São Paulo, 1974.
- TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus*. Edusp, São Paulo, 1996.

## Vivências e Teorias Religiosas

### O Discurso Religioso em Prol do Estado: controle e manutenção dos comportamentos (1930-1940)

Danielle Aparecida Arruda\*

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo levantar algumas questões relativas à relação entre Igreja e Estado à partir da proclamação da República. Em busca da manutenção de sua influência na sociedade brasileira e de intensificação do movimento de reforma ultramontana do século XIX, a Igreja fornece um discurso de afirmação e sacralização do governo Estadonovista fortalecendo a aliança entre Igreja e Estado durante as décadas de 1930 e 1940.

**Palavras-chave:** Estado Novo, Ensino Religioso, Reforma Católica Ultramontana.

A expressão “Catolicismo Ultramontano” se refere à autocompreensão da Igreja vigente entre os pontificados de Pio VII (1800-1823), quando tem início a consolidação da doutrina conservadora e restauradora da Igreja e o pontificado de João XXIII (1958-1963), quando o Concílio Vaticano II possibilita a instauração de uma nova autocompreensão da Igreja que se manifesta através da adoção de doutrinas sociais de apostolado. Comumente seu período de vigência é tido de 1800 a 1960 e é baseado principalmente nos seguintes fundamentos: “condenação do mundo moderno; centralização política e doutrinária na Cúria Romana e adoção da medievalidade como paradigma sócio-político”<sup>1076</sup>. Manoel nos afirma que é possível dividir o período ultramontano em três momentos que explicitam certas mudanças, apesar das permanências:

- 1º momento: de Pio VII (1800-1823) a Pio IX (1846-1878), que corresponde à consolidação da doutrina conservadora, com uma estratégia centrada mais no discurso que na ação;
- 2º momento: pontificado de Leão XIII (1878-1903), que, sem abandonar a doutrinação contra o mundo moderno, deu passos decisivos para o estabelecimento de uma política de intervenção católica na realidade concreta, de que as Concordatas são exemplo, além de, em certas questões, como a idéia de democracia, demonstrar menos restrições;

---

\* Mestranda em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora, graduada em História pela mesma instituição. Contato: daniellehitjf@yahoo.com.br

<sup>1076</sup> MANOEL, Ivan A. **O pêndulo da história:** tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960). Maringá: Eduem, 2004. p. 9.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

- 3º momento: de Pio X (1903-1914) a Pio XII (1939-1958), a conversão da doutrina em política, do discurso em práxis, por meio do desenvolvimento dos programas de Ação Católica<sup>1077</sup>.

A doutrina do catolicismo ultramontano não aceitava a idéia de que o pensamento moderno poderia ser um desdobramento necessário do processo histórico. Desejava, portanto o retorno à Idade Média, às práticas econômicas e políticas do feudalismo, época na qual a Igreja possuía a supremacia sobre a sociedade. Devemos atentar para o fato de que a corrente ultramontana do século XIX surgiu nas bases da Igreja, mas a hierarquia não tardou a se interessar pelo movimento. O objetivo principal era recolocar a Instituição em uma posição de força e centralismo que havia sido abalada durante as primeiras décadas do século<sup>1078</sup>. Durante o período de mais de cem anos em que o Ultramontanismo esteve em vigor, as características fundamentais da reação antimoderna são tidas como recorrentes:

Na esfera intelectual, a rejeição à filosofia racionalista e à ciência moderna; na política externa, a condenação à liberal democracia burguesa e o concomitante reforço da idéia monárquica; na política interna, o centralismo em Roma e na pessoa do Papa e o reforço do episcopado; na esfera socioeconômica, a condenação ao capitalismo e ao comunismo e um indisfarçável saudosismo da Idade Média (...); na esfera doutrinária, a retomada das decisões fundamentais do Concílio de Trento (1545-1563)<sup>1079</sup>.

O Ultramontanismo teria sido transplantado para o Brasil, sob a direção da própria hierarquia eclesiástica, e com o apoio de institutos religiosos europeus que se estabeleceram no país no século XIX. Neste período a Igreja tem uma postura extremamente conservadora, torna-se menos “nacional” e mais “romana”. Durante o período da Regência duas visões da Igreja e duas tentativas de reforma enfrentaram-se, “uma acentuava a visão regalista e propunha uma reforma da Igreja empreendida pelo Estado e com medidas legais. A outra propunha que se aprofundasse e generalizasse a reforma tridentina que vinha sendo tentada desde o século XVI”<sup>1080</sup>. Durante o Império a prolongação do choque entre ultramontanos e liberais torna-se principalmente resultado da dificuldade em harmonizar uma Igreja conservadora e um Estado Progressista.

A religião trazida pelos portugueses para o Brasil se encaixava no tipo de cristandade “constantiniana” na qual existia uma só fé obrigatória para os súditos, um regime de união entre Igreja e Estado, a busca de uma unanimidade religiosa e um único código religioso

<sup>1077</sup> Ibidem, p. 12

<sup>1078</sup> AUBERT, Roger. **Pio IX y su época**. Valencia: EDICEP, 1974. (Historia de la Iglesia, v. XXIV). p. 309-310

<sup>1079</sup> MANOEL, Ivan A. **O pêndulo...** op. cit., p. 11

<sup>1080</sup> GOMES, Francisco José Silva. **Quatro séculos de cristandade no Brasil**. mimeo. Rio de Janeiro, 2001. p. 6.

diferentemente apropriado pelos católicos<sup>1081</sup>. A Reforma Católica do século XVI não surtiu efeitos imediatos tanto em Portugal quanto em suas colônias, excetuando-se alguns casos pontuais<sup>1082</sup>. Os inicianos, desde meados da década de 1540, já percebiam que a implantação desse modelo de cristandade e da Reforma Católica não seriam suficientes para atender aos desejos da coroa, o que se fazia necessário era uma adaptação das diretrizes à realidade de expansão do império e da religião. O regalismo foi sendo cada vez mais reforçado durante os séculos levando o clero a habituar-se às doutrinas jurisdicionalistas que lhes eram ensinadas. Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, o clero e os fiéis ficaram submetidos unicamente ao poder jurisdicional do Estado em assuntos eclesiásticos, o que levou o episcopado a tentar de maneira mais intensa realizar a implantação da Reforma Católica tridentina no Brasil<sup>1083</sup>. O clero se tornava cada vez mais politizado se envolvendo em questões que ameaçavam o domínio e influência exercidos pelo Império. Na Constituição de 1824 o poder moderador ganhava a prerrogativa dos poderes no Império e em um espírito regalista estabelecia que o catolicismo permanecesse religião do Estado, embora estivesse submetida ao Beneplácito real que condicionava todo e qualquer decreto da Santa Sé à aprovação do imperador. Grande parte dos bispos do país, à época que antecedeu a implantação da Reforma Católica Ultramontana, desejava que o catolicismo no país passasse por uma reforma que trouxesse liberdade em relação ao Estado, retorno à concepções tridentinas e força institucional para a Igreja<sup>1084</sup>.

O primeiro período de reformas no Brasil desenvolve-se com base em três linhas principais: a corrente tradicionalista, que assume como matriz de seu pensamento o conceito de pátria católica, o enfoque tridentino, que tem como eixo básico a concepção de mundo dividido em duas “sociedades perfeitas”, a civil e a eclesiástica, ambas autônomas e com finalidades distintas; e a perspectiva ultramontana, na qual a Igreja devia ser compreendida como uma sociedade hierarquizada e autônoma, sob a chefia direta do Pontífice Romano. O movimento de reforma ocorrido na época tinha por objetivo a vinculação e sujeição à Roma, assim como uma maior ortodoxia e a militância contra outras religiões e o liberalismo<sup>1085</sup>. A

---

<sup>1081</sup> Idem, p. 2-3.

<sup>1082</sup> Uma ação relativamente uniforme foi conseguida pelos jesuítas que procuraram implantar as diretrizes reformistas durante os dois séculos que estiveram em terras brasileiras. Cf. GOMES, Francisco José da Silva. **Quatro...** op. cit., p. 3.

<sup>1083</sup> GOMES, Francisco José da Silva. **Quatro...** op. cit., p. 5.

<sup>1084</sup> COELHO, Tatiana Costa. A Reforma Católica em Mariana e o discurso Ultramontano de Dom Viçoso (Minas Gerais 1844-1875). **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão.** ANPHU/SP-USP. São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2008. p. 2.

<sup>1085</sup> HAUCK, João Fagundes et. al. **História da Igreja no Brasil:** ensaio de interpretação a partir do povo. Petrópolis: Vozes, 1992. Tomo 2. p. 144.

principal preocupação dos reformadores orientava-se em duas direções: definição da ortodoxia católica no campo doutrinário e a reforma dos costumes morais da Igreja, estendendo-se desde a hierarquia até os fiéis católicos. O esforço pela afirmação de determinados valores morais foi realizado tanto em relação ao clero quanto em relação aos leigos.

Os “desvios de postura”, dentro do que era considerado correto para a Santa Sé, tanto do povo quanto do próprio clero podem ser vistos como decorrência das restrições impostas pela Coroa lusitana durante o período colonial, dentro de uma herança de padroado e regalismo que o Império reforçou. Através de um acordo político o Reino de Portugal controlava a administração e a organização da Igreja Católica, o que conferia ao reino não somente uma dimensão político-administrativa, mas também religiosa. Assim muitas funções da Igreja eram estritamente políticas.

No Brasil a separação entre Igreja e Estado se dá com o advento da República. A Constituição republicana é uma das criações liberais mais representativas. Esta

Assume as características de algo sagrado e intocável, não suportando contestações. É um deus que cura todos os males e providência salvadora da sociedade. Isso no plano abstrato ou emocional, desligado do concreto. Porque mais que ninguém é a própria monarquia que malfez a Constituição, especialmente no relacionamento ou no trato com a Igreja<sup>1086</sup>.

O Decreto número 119-A, de 17 de janeiro de 1890, emitido pelo Governo Provisório e depois ratificado pela Constituição de 1891, desconstitucionalizou a Igreja Católica como religião oficial do Estado. Lustosa define o papel da Igreja e do Estado após a separação:

Ao governo civil cumpre prover sobre o temporal dos Estados; à Igreja cabe a administração das coisas espirituais; e ela tem tanto mais direito de reivindicar esta sua independência na esfera espiritual, quanto é a primeira a manter e sustentar como inviolável a independência do governo na esfera temporal. O Estado deve pois, usando de reciprocidade, respeitar a liberdade da Igreja na administração dos negócios espirituais, e não ingerir-se por forma algumas deles<sup>1087</sup>.

Esta separação pôs fim a alguns privilégios da Igreja, no entanto o episcopado brasileiro percebeu que esta perda era um mal menor em relação à supressão do regime de padroado. O fim do monopólio de religião oficial retirava da Igreja o domínio da educação, da saúde pública, das obras assistenciais, do registro de nascimentos, batismos, casamentos e óbitos, entre outras prerrogativas. A separação entre Igreja e Estado foi recebida com bons

<sup>1086</sup> MONTENEGRO, João Alfredo. **Evolução do catolicismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 52.

<sup>1087</sup> LUSTOSA apud. AZZI, Riolando. Dom Antônio de Macedo Costa e a reforma da Igreja do Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, v. 35, fasc. 139, p. 683-701, setembro de 1975, p. 689.

olhos por ambas as partes, principalmente no que diz respeito à hierarquia clerical que vinha buscando a reforma da instituição religiosa desde inícios do século XVIII. A desvinculação do poder político conferiria maior autonomia à Igreja em relação ao Estado e conseqüentemente maior sujeição à Santa Sé. Assim, a Reforma Católica Ultramontana pode finalmente tomar um impulso significativo em busca da renovação dos costumes religiosos. A Igreja ainda buscava a manutenção do monopólio dos bens simbólicos e uma aliança com o Estado brasileiro possibilitaria a continuidade da influencia religiosa anterior conferindo legitimidade junto às camadas católicas, que eram maioria da população. O respaldo se dava segundo os preceitos católicos de que a liberdade dos cultos seria um laço armado contra a religião, que tornaria o Estado praticamente ateu<sup>1088</sup>.

Um maior interesse pela educação surge a partir de 1915 na busca pela “redenção da República” de forma reduzir a gravidade da situação moral em que se encontrava o país, fazer frente ao perigo externo representado pelo interesse internacional e o perigo interno da desagregação e definhamento do patriotismo<sup>1089</sup>.

Preocupados com a formação moral “correta” do povo, a Pastoral Coletiva dos Arcebispos, reunida no ano de 1915, já lutava pela abertura de mais centros de formação católica assim como pela retomada do ensino religioso nas escolas públicas. A formação do Centro Dom Vital em 1922 por Dom Sebastião Leme inicia os esforços pela conversão de jovens intelectuais e a reformulação da atitude do Estado em relação à Igreja buscando a revitalização do catolicismo<sup>1090</sup>. Em fins da década de 1920, a morte de Jackson Figueiredo leva Alceu Amoroso Lima<sup>1091</sup> a assumir a direção do centro e a revista “A Ordem”, pelo mesmo editada, passa a representar as opiniões filosóficas, literárias, históricas e políticas da intelectualidade católica. Os membros pertencentes ao Centro Dom Vital endossavam principalmente as exigências da Igreja em relação aos pontos em que a mesma havia sido prejudicada após a Constituição de 1891. Foi fundada em 1929 a Ação Universitária Católica que “mobilizava estudantes das grandes cidades, ocasionando um “surto de vocações” entre os intelectuais originários de famílias antigas, e que buscavam afiliar-se a ordens religiosas de

---

<sup>1088</sup> O Lar Catholico. Ano I, n. 14, 19 de março de 1891, p. 3. apud. PEREIRA, Mabel Salgado. **Romanização e Reforma Ultramontana: Igreja Católica em Juiz de Fora** (1890-1924). Juiz de Fora: Irmãos Justinianos, 2004. (Estudos-Ensaio) p. 78.

<sup>1089</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio et al. **O Brasil Republicano: sociedade e instituições** (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 3, v. 9). p. 284.

<sup>1090</sup> DINIZ, Marcelo Lucena. Os caminhos da intelectualidade católica na década de 1930. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Ano 2, nº6, janeiro de 2010. p. 1.

<sup>1091</sup> Alceu Amoroso Lima é autor de diversas obras católicas, mais conhecido por seu pseudônimo Tristão de Athayde.



maior prestígio”<sup>1092</sup>. Nesses ambientes se concentravam os grandes expoentes do pensamento católico autoritário que possuía aspirações políticas de representação eclesiástica em um cenário no qual os “males do mundo moderno” continuavam a ser ferrenhamente atacados.

A ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República possibilitou um novo relacionamento entre Igreja e Estado. O governo getulista via na relação entre o catolicismo e as camadas mais baixas da população uma oportunidade de maior aproximação e influencia. Esta reaproximação foi selada pela constituição de 1934 que reatou as relações entre Igreja católica e Estado no Brasil. Alceu Amoroso Lima via na brasilidade, na busca pelas raízes nacionais um necessário retorno às influências católicas, a religião representaria o elo integrador nacional, um elemento de “coesão social” entre classes diversas de que o país é constituído, conferindo-lhes assim um traço de homogeneidade<sup>1093</sup>. O principal problema do país seria então a “traição” ao espírito católico originário do país e a única solução plausível seria o retorno à tradição religiosa. Principalmente na década de 1930 ocorre o embate entre o projeto modernista e o projeto da ala intelectual católica.

A intenção de integração nacional, presente em ambos os projetos, é sugerida de forma radicalmente diferente: no primeiro, tal integração passa por um processo de luta de classes, de denúncia de males sofridos pelas classes oprimidas, de valorização do sincretismo religioso e de atualização das tradições, européia e indígena, em busca do que é realmente *brasileiro*; no segundo projeto, a integração nacional só pode ser alcançada por meio da religião católica, que seria o elemento de coesão social entre as classes, pois presente nas raízes da própria brasilidade e definidora desta, e nunca por um processo revolucionário que só poderia ter por fim a destruição destas raízes religiosas e a desordem eterna de um povo sem contato com suas raízes, sem uma base sobre a qual pudesse evoluir<sup>1094</sup>.

Neste contexto surge na Igreja um movimento denominado Ação Católica que regulamentava a ação pastoral em todo o país com o objetivo de formar um apostolado renovado, capaz de enfrentar a condição da Igreja naquele momento através da aproximação dos leigos. A Ação Católica floresceu no Brasil e principalmente durante as décadas de 1940 e 1950 acirrou nos fiéis a defesa da doutrina católica no país.

No setor do ensino foi criada a Associação de Educação Católica (AEC) que buscava dar continuidade na influência e interesse religioso no setor educacional para dar fim ao monopólio do Estado em relação ao mesmo, visando assegurar uma formação sob moldes cristãos. A parceria entre Igreja e Estado tem seus primeiros sinais na solicitação feita pelo Ministério da Educação e Saúde à Igreja católica de que a mesma apresentasse “modelos e

<sup>1092</sup> DINIZ, Marcelo Lucena. **Os caminhos...** op. cit., p. 2.

<sup>1093</sup> Idem, p. 4.

<sup>1094</sup> Idem, p. 6.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

quadros de disciplina e ordem espiritual”<sup>1095</sup> a serem seguidos em termos de educação e em 1931 o chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, assina o decreto nº19941 que “reintroduz o ensino religioso nas escolas públicas, autoriza as autoridades eclesiais a elaborarem programas, escolherem manuais, designarem professores e vigiarem sua fidelidade à doutrina e à moral”<sup>1096</sup>. Em 1934, Gustavo Capanema assume o Ministério de Educação e Saúde buscando executar o projeto educacional e pedagógico<sup>1097</sup> defendido por seu principal conselheiro, Alceu Amoroso Lima, o diretor do Centro Dom Vital.

Voltada para o setor político, foi fundada em 1933 a Liga Eleitoral Católica (LEC) que tinha por objetivo

Alistar, organizar e instruir o eleitorado católico; assegurar o voto católico para os candidatos que aceitassem o programa da Igreja e concordassem em defendê-lo na convenção da futura Assembléia Constituinte.<sup>1098</sup>

A grande maioria dos candidatos apoiados pela LEC foi eleita para compor a Assembléia Constituinte mostrando a força do apoio da Igreja. Esta representação do setor religioso auxiliou a manutenção do vínculo entre Igreja e Estado. A Constituição de 1934 introduz o princípio de colaboração recíproca entre o Estado e a Igreja católica proporcionando à mesma a oportunidade de retomar a influência que possuía antes da proclamação da República, adquirindo status de religião “quase oficial”<sup>1099</sup>. A questão da ordem social passa a ser alvo de interesse prioritário no governo de Getúlio Vargas sendo

Reivindicada em nome dos princípios da ordem, hierarquia, disciplina, respeito à família e às instituições, cumprimento dos deveres cívicos e amor à pátria forte e coesa, em clara oposição aos postulados do liberalismo democrático considerado de triste memória e cuja experiência se revelara aos olhos de católicos, políticos e militares, com poucas exceções, um verdadeiro fracasso na Primeira República,

<sup>1095</sup> MESQUIDA, Peri. O processo político de restauração da Igreja : educação e os intelectuais orgânicos (1916-1940). **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, nº 31, p. 31-40, setembro de 2008. p. 9.

<sup>1096</sup> PAULY, Evaldo Luis. O dilema epistemológico do ensino religioso. **Espaço Aberto**. Nº 24, set-dez. 2004. p. 4.

<sup>1097</sup> Chegou-se a ser proposto um “Estatuto da Família” que, apesar de não ter sido promulgado, representou o ponto de partida para o Decreto-lei nº 3200 que “dispõe sobre a organização e a proteção da família” e apesar de possuir uma aparência modesta é resultado de um projeto mais ambicioso “que, a pretexto de dar proteção à família brasileira, teria tido profundas consequências em relação à política de previdência social, ao papel da mulher na sociedade à educação e até, eventualmente, em relação à política populacional do país”. Cf. SCHWARTZMAN, Simon. A Igreja e o Estado Novo: o estatuto da família. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, nº 37, p. 71-77, maio de 198. p. 2.

<sup>1098</sup> GUGLIELMELLI, D. A. **A Ação Católica, forma mais adequada do apostolado moderno**. Mariana: CDPJ, 1981. p. 84.

<sup>1099</sup> MARIANO, Ricardo. Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil. Tese de doutorado. USP, São Paulo, 2002, p. 145. Apud. ORO, Ari Pedro. Considerações sobre liberdade religiosa no Brasil. **Ciências e Letras**. Porto Alegre, nº 37, p. 433-447, jan./jun. 2005. p. 441.

A Igreja, na busca por sua reafirmação social, fornece o respaldo religioso necessário ao Estado para que o mesmo obtenha sacralização política e influência nos meios mais populares ligados historicamente ao catolicismo. A aliança entre as duas partes garantiria então o “saneamento biológico e moral” da população aumentando o número de habitantes do país de forma correta tanto eugênica quanto doutrinária. O que uniria então Estado e Igreja neste momento era principalmente a preservação e proteção do vínculo familiar que representava a base tanto da sociedade quanto da religião. Em alguns casos, no entanto, a ausência de ética em situações de favorecimento estatal à pessoas que não cumpriam fervorosamente os preceitos católicos de constituição familiar revela que o Estado estava disposto a ir além da aliança com a Igreja para manter o cumprimento do compromisso constitucional de amparo às famílias.

A partir do início da década de 1940, a influência da Igreja no cenário político já não era tão grande. Com a morte de Dom Sebastião Leme em 1942, um verdadeiro colapso de liderança se instalou no meio religioso católico.

Entre Exército, Igreja e governo do estado Novo havia propósitos coincidentes: ordem, disciplina, respeito à hierarquia constituída, combate ao individualismo, exaltação do sentimento patriótico, culto aos deveres cívicos, oposição ao “pacifismo ingênuo”, respeito às tradições, às instituições brasileiras e, sobretudo, respeito, defesa e amparo à família, base do edifício social, todos esses elementos configurados como mecanismos de construção da nacionalidade e de estruturação da nova ordem social<sup>1101</sup>

A Igreja, no entanto, não pretende a volta ao passado monárquico, mas sim a defesa de uma postura conservadora que incutisse o espírito cristão na nova modalidade de governo.

## **Bibliografia**

AUBERT, Roger. **Pio IX y su época**. Valencia: EDICEP, 1974. (Historia de la Iglesia, v. XXIV).

AZZI, Riolando. Dom Antônio de Macedo Costa e a reforma da Igreja do Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, v. 35, fasc. 139, p. 683-701, setembro de 1975.

---

<sup>1100</sup>VILHENA, Cynthia Pereira de Sousa. A família na doutrina social da Igreja e na política social do Estado Novo. **Psicologia USP**, n° 3, São Paulo, p. 45-57, 1992. p. 3.

<sup>1101</sup>Ibidem, p. 12.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

COELHO, Tatiana Costa. A Reforma Católica em Mariana e o discurso Ultramontano de Dom Viçoso (Minas Gerais 1844-1875). **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPHU/SP-USP. São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2008.

DINIZ, Marcelo Lucena. Os caminhos da intelectualidade católica na década de 1930. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Ano 2, nº 6, janeiro de 2010.

GOMES, Francisco José Silva. **Quatro séculos de cristandade no Brasil**. mimeo. Rio de Janeiro, 2001.

GUGLIELMELLI, D. A. **A Ação Católica, forma mais adequada do apostolado moderno**. Mariana: CDPJ, 1981.

HAUCK, João Fagundes et. al. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo. Petrópolis: Vozes, 1992. Tomo 2.

MANOEL, Ivan A. **O pêndulo da história**: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960). Maringá: Eduem, 2004.

MESQUIDA, Peri. O processo político de restauração da Igreja : educação e os intelectuais orgânicos (1916-1940). **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, nº 31, p. 31-40, setembro de 2008.

MONTENEGRO, João Alfredo. **Evolução do catolicismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1972.

ORO, Ari Pedro. Considerações sobre liberdade religiosa no Brasil. **Ciências e Letras**. Porto Alegre, nº 37, p. 433-447, jan./jun. 2005.

PAULY, Evaldo Luis. O dilema epistemológico do ensino religioso. **Espaço Aberto**. Nº 24, set-dez. 2004.

PEREIRA, Mabel Salgado. **Romanização e Reforma Ultramontana: Igreja Católica em Juiz de Fora** (1890-1924). Juiz de Fora: Irmãos Justinianos, 2004. (Estudos-Ensaios).

PINHEIRO, Paulo Sérgio et al. **O Brasil Republicano**: sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 3, v. 9).

SCHWARTZMAN, Simon. A Igreja e o Estado Novo: o estatuto da família. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, nº 37, p. 71-77, maio de 1980.

VILHENA, Cynthia Pereira de Sousa. A família na doutrina social da Igreja e na política social do Estado Novo. **Psicologia USP**, nº 3, São Paulo, p. 45-57, 1992.

Ivan Bilheiro\*

**Resumo:** O debate da elaboração dos discursos de fundamentação da autoridade e, também, dos governos autoritaristas não pode furtar-se a compreender o processo histórico aí tratado. Entre os vários aspectos que se inserem, a História pode contribuir no diálogo com a Teoria Política ao investigar as origens do discurso de legitimação da autoridade enquanto divina, utilizada como base para tiranos e autoritaristas. O presente trabalho coloca o seu foco justamente neste aspecto, apresentando as devidas considerações históricas ao contexto de elaboração da fundamentação da autoridade em aspectos divinos.

**Palavras chave:** Paulo Apóstolo, Autoridade estatal, Anacronismo.

### **Introdução e considerações iniciais**

Em meio aos debates acerca dos discursos de legitimação do poder, da autoridade e do Estado (distintamente e em conjunto), a História pode contribuir no sentido de apresentar considerações contextuais acerca da elaboração de tais discursos. Considerando existente e ainda presente em alguns casos o argumento que coloca a autoridade estatal com qualidade divina, sendo uma dádiva de Deus, o presente trabalho busca investigar as origens de tais argumentos, que remontam às origens do Cristianismo e ao seu primeiro grande pensador e teólogo, Paulo de Tarso.

Assim, considerando também a função da História de romper com os anacronismos e, em consequência, com as utilizações descontextualizadas de certas argumentações, procura-se apresentar algumas considerações históricas cruciais para a análise de uma passagem da Epístola [de São Paulo] aos Romanos, em seu capítulo 13, nos versículos de 1 a 7<sup>1102</sup>.

As ideias apresentadas aqui, ainda que não conclusivas, inserem-se no âmbito da coleta de subsídios para a elaboração de um debate fundamentado sobre a atuação de Paulo de

---

\* Graduando em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF) e em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Contato: ivanbilheiro@bol.com.br – Rua Ceará, 48 – Poço Rico – Juiz de Fora/MG – 36020-130.

<sup>1102</sup> Para as referências bíblicas aqui presentes, incluindo o título desta Epístola, utiliza-se A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional; Paulus, 1985.

Tarso no contexto do Cristianismo primitivo e, em especial, no uso feito desse personagem de forma anacrônica pelos legitimadores do Estado autoritário moderno.

Uma primeira abordagem abarca as chamadas “leituras situacionais” da supracitada passagem bíblica, inserindo-a em seu contexto originário, nas relações entre as comunidades cristãs primitivas, Paulo de Tarso e o Império Romano.

A outra abordagem, apresentada em seguida, trata especificamente de dois elementos do discurso: o autor e o próprio discurso. Assim, são colocados em foco o personagem-autor da Epístola aos Romanos, Paulo de Tarso, pois a verificação de sua formação fornece alguns subsídios para a verificação de seus objetivos com a dita passagem, mais uma vez envolvendo-a a seu contexto originário; bem como a Epístola enquanto forma de expressão e teologização paulina.

Por fim, saindo um pouco das críticas imediatamente ligadas à lógica interna do texto e ao autor, são postas algumas ideias advindas da História, enquanto ciência, para que seja analisado o uso anacrônico da passagem de Romanos.

Há relevância no trato das questões ora colocadas no sentido em que, conforme relembra Elliott (2004, p. 184), a passagem (Rm 13, 1-7) é considerada, atualmente, um problema exegético e até mesmo um escândalo teológico. Mas, sobretudo, e no tocante à abordagem aqui proposta, vale a lembrança de que esta passagem foi utilizada das mais diversas formas para legitimar ataques aos direitos humanos individuais, na fundamentação de regimes autoritaristas.

As tentativas de alçar essas premissas à condição de uma ‘doutrina do Estado’ não vêm do texto de Paulo, mas de interesses políticos extrínsecos da parte dos intérpretes. Assim, ‘o texto tem sido usado erroneamente há um milênio no interesse da teoria política’ (ELLIOTT, 2004, p. 187-188).

O interesse aqui, portanto, embora tocando a lógica interna da literatura paulina, recai sobre estes mesmos “interesses políticos extrínsecos” e ao processo de apropriação executado em nome de tais interesses.

### **Abordagem contextual / *sitz im leben*<sup>1103</sup>**

---

<sup>1103</sup> Faz-se uso desta expressão típica da exegese bíblica mas, como também Elliott (2004), não há a menor pretensão neste campo. Na exegese, o *sitz im leben* descreve em que ocasião uma determinada passagem bíblica foi escrita, casando perfeitamente com a abordagem contextual aqui proposta.

10 a 13 de maio de 2010

Como afirma Elliott (2004, p. 184), alguns estudiosos negam que a passagem Rm 13, 1-7 seja de autoria de Paulo de Tarso, e a rotulam como uma interpolação. Outros, contudo, reconhecem que é uma passagem autêntica, mas encontram real dificuldade em encaixá-la no âmbito geral do pensamento paulino. Com relação àqueles que aceitam a passagem bíblica e afirmam que ela faz muito sentido se encaixada em seu contexto, contudo, o autor diz:

Ao acentuar características importantes do contexto histórico em que Romanos foi escrita, esses estudos têm o efeito de *relativizar* a exortação de Paulo ao vinculá-la a uma situação política estreitamente limitada em Roma. Trata-se de um avanço sobre universalizar Romanos 13, 1-7 como uma ‘teologia do Estado’ cristã. (ELLIOTT, 2004, p. 185. Grifos no original)

Logo em seguida, afirma que estes mesmos estudos acabam por contribuir para a perpetuação de certas concepções sobre a visão política de Paulo, ao supor que a situação externa explica adequadamente a passagem Rm 13, 1-7 (ELLIOTT, 2004, p. 185).

A concepção adotada aqui é a primeira apontada, qual seja: a de verificar o contexto histórico da produção da Epístola e perceber o equívoco da universalização de um de seus fragmentos como uma *teologia do Estado*. Neste sentido, não há a afirmação de que o contexto explica perfeitamente este chamado “corpo estranho” no âmbito do pensamento paulino. Na verdade, o foco aqui nem mesmo recai sobre o próprio pensamento paulino, mas no *uso* feito deste. Trata-se de um caráter *extrínseco*.

Neil Elliott (2004, p. 185-186) de fato alerta: passagem precisa ser compreendida em termos da lógica interna do pensamento paulino. Contudo, neste referido caráter extrínseco, vale sua compreensão de que a relativização histórica é um avanço sobre a universalização de Rm 13, 1-7 (2004, p. 185).

E, no aspecto da interpretação da situação histórica, o autor (ELLIOTT, 2004) apresenta dados importantes, apontando para as constantes perseguições sofridas pelos cristãos no Império Romano e, mais especificamente, em Roma. Mas, no caso da Epístola aos Romanos, há um alerta para que os gentio-cristãos não se coloquem, em suas cabeças, como superiores aos judeus, contribuindo para a perseguição destes que se fazia presente naquele período e que poderia voltar-se para as próprias comunidades cristãs:

Com efeito, toda a carta está voltada para o mesmo fim para o qual se volta a advertência apocalíptica de Paulo em 11, 13-32. Dada a situação extremamente precária das comunidades judaicas por todo o Império, e não menos a dos judeus de Roma [...]; dados os insultos que a *intelligentsia* romana adicionaria de bom grado a essas injúrias; dadas, por fim, as premissas que Paulo aparentemente partilhava com seus leitores com relação ao fato de Israel ter ‘tropeçado’ (9,32; 10,11), os cristãos de Roma ao que parece também estavam prontos para extrair uma conclusão teológica: que Israel tinha tropeçado, podendo mesmo ter chegado a cair (cf.

Portanto, há que se considerar que Paulo, ao escrever aos Romanos, tinha em mente uma série de acontecimentos pelos quais passavam as comunidades cristãs e outros tantos nos quais estas mesmas comunidades inseriam-se como testemunhas. Desta forma, a assertiva acerca da autoridade cumpre um papel fundamental, qual seja: o de preservar seus interlocutores, “irmãos de fé”, os cristãos de Roma. Paulo de Tarso escrevia aconselhando-os (CENTRO DE ESTUDOS BÍBLICOS, 2008, p. 53-53) e, neste intento, incluiu a passagem que trata das autoridades, no sentido de recomendar veementemente que tais comunidades não se rebelassem ou causassem distúrbios que pudessem voltar a ira do Estado para si, haja vista o que à volta ocorria.

Por fim, vale citar: ao estudar a teologia de Paulo, James Dunn (2003) apresenta uma importante conclusão que permite verificar o quão ligada ao próprio contexto está a passagem aqui analisada e, para além, todos os escritos paulinos:

[...] sua teologização sempre começava e terminava com assuntos práticos e as pequenas coisas das relações humanas. A teologia de Paulo, por mais complexa e elevada que fosse, nunca era coisa de torre de marfim. Do começo ao fim era uma tentativa de dar sentido ao evangelho como a chave da vida do dia-a-dia e tornar possível uma vida cotidiana que fosse totalmente cristã (DUNN, 2003, p. 830).

Desta forma, não há como negar que Romanos 13, 1-7 tem uma profunda ligação com seu contexto (*sitz im leben*).

### **Paulo de Tarso e as epístolas**

Outra perspectiva interessante na análise de Rm 13, 1-7 e, naturalmente, de todos os escritos paulinos, é aquela que abarca a formação do autor e a própria estrutura do discurso utilizada. Paulo de Tarso é um personagem peculiar do Cristianismo Primitivo, um “homem de dois mundos” (HEYER, 2009). E, nesta vivência em dois mundos, recebeu as mais diversas influências, as quais permearam sua formação.

Isto posto, cabe dar destaque, no que concerne à redação das Epístolas, à “retórica paulina”. Assim, o questionamento de Quesnel é preciso:

Antes de abandonar toda tentativa de um plano no interior das seções de texto que podem aparecer, de fato, muito compactas, é conveniente perguntar-nos se os escritores da Antigüidade não redigiam segundo regras de composição consagradas



10 a 13 de maio de 2010

pelo uso, ligadas à cultura ambiente. Paulo, de modo particular, é um letrado. É um judeu da diáspora, apegado a duas culturas: a judaica e a grega. Não havia, tanto em uma como na outra, modos de composição convencionais aos quais ele teria cedido, que deveríamos descobrir mediante a análise dos textos? (2008, p. 59-60).

Assim, apontando a estrutura de um “discurso” na redação epistolar de Romanos (com características próprias da retórica greco-romana), o autor aponta para este aspecto que, indiretamente, contribui para a verificação contextual de Rm 13, 1-7: a força retórica, utilizada no convencimento e na persuasão dos cristãos interlocutores, a fim de evitar a oposição destes com *a força* da autoridade estatal, e não com a própria autoridade, como se tenta colocar.

Sobre isso, também se expressou o supracitado autor Elliott (2004, p. 190): “[...] o apelo de Paulo à sujeição às autoridades em 13, 1-7 teria funcionado no âmbito do propósito retórico geral de Romanos de defender a segurança da comunidade judaica de Roma” (grifos no original).

### **Anacronismo e apropriação**

Uma última abordagem seria aquela mais ampla no caráter extrínseco, qual seja: a de colocar a abordagem de Romanos 13, 1-7 como uma “doutrina teológica do Estado” frente ao conceito de anacronismo.

Em aspecto interno à História enquanto ciência, ele seria uma sobreposição de uma época a outra na análise (DUMOULIN, 1993). Quando se trata do objeto de estudo aqui, o conceito se aplica mais como a transferência de uma determinada análise, datada e localizada, diretamente ligada a um contexto e a certas instituições; a uma outra época, estranha a esta, com objetivos *a priori* que são igualmente estranhos ao autor da referida análise<sup>1104</sup>.

Vale aqui a retomada das palavras de Elliott: “As tentativas de alçar essas premissas à condição de uma ‘doutrina do Estado’ não vêm do texto de Paulo, mas de interesses políticos extrínsecos da parte dos intérpretes” (2004, p. 187-188).

A simples alteração de instituições, uma vez que o Estado Imperial Romano é estruturado e entendido de forma diferente daquela em que se enquadra o Estado Nacional Moderno já aclara imensamente o fator anacrônico desta apropriação.

### **Considerações finais**

---

<sup>1104</sup> Talvez exista aqui uma possibilidade ao conceito de “aparelhagem mental” de L. Febvre.

Como é possível notar, a utilização tanto das palavras epistolares de Paulo de Tarso como da imagem do próprio personagem e, mais amplamente, da própria religião na qual ela se insere (Cristianismo) é feita em função de objetivos outros que não aqueles próprios do personagem.

A inspiração, não mais teológica, mas política, subtrai qualquer mensagem contextual das palavras paulinas e acrescentam um conteúdo semântico nelas que, como se pode perceber, são extrínsecas a elas e encaixam-se somente se se fizer o uso escuso que os defensores destas idéias autoritaristas têm feito.

### **Referências**

A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional; Paulus, 1985.

CENTRO DE ESTUDOS BÍBLICOS. **Carta aos Romanos**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2008.

DUMOULIN, Olivier. Anacronismo. In: BURGUIÈRE, André. **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 47-48. (Série Diversos).

DUNN, James D. G. **A teologia do apóstolo Paulo**. São Paulo: Paulus, 2003. (Biblioteca de estudos bíblicos).

ELLIOTT, Neil. Romanos 13, 1-7 no contexto da propaganda imperial. In: HORSLEY, Richard A. **Paulo e o império: religião e poder na sociedade imperial romana**. São Paulo: Paulus, 2004. p. 184-202. (Bíblia e Sociologia).

HEYER, C. J. den. **Paulo: um homem de dois mundos**. São Paulo: Paulus, 2009. (Coleção Bíblia e sociologia).

QUESNEL, Michel. **Paulo e as origens do Cristianismo**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2008. (Coleção Bíblia e história).

**“Semeando o espiritismo”: identidade religiosa e imprensa em Juiz de Fora (1921-1923)**

Roberta Müller Scafuto Scoton\*

**Resumo:** Nosso objetivo é analisar como se deu a divulgação da doutrina espírita através do periódico “O Semeador” e qual a inserção deste grupo espírita nas questões da cidade entre 1921 e 23. Este estudo se faz necessário na medida em que poderemos analisar a articulação dos indivíduos e instituições espíritas na cidade de Juiz de Fora, em um momento de repressão às religiões mediúnicas e ao curandeirismo na cidade e no Brasil. Tentaremos identificar quais foram as principais estratégias dos espíritas “kardecistas” ligados a esta instituição, através deste periódico para se diferenciarem de outras práticas e religiões mediúnicas, em um período em que as fronteiras identitárias entre os “espiritismos” na cidade não eram explícitas e em que o movimento espírita na cidade não era unificado.

Desde 1915, alguns estudiosos do Espiritismo reuniam-se na residência do casal Albino e Firmina Braga Esteves, na Rua São Mateus, 378 em Juiz de Fora. Em uma das reuniões desse grupo, a médium Calliope Braga, irmã de Firmina, recebeu a mensagem do espírito João de Freitas, na qual sugeria que se criasse um centro espírita dirigido somente por mulheres, cujo nome seria “Casa Espírita”.

Em maio de 1919, esta instituição foi fundada e teve como primeira presidente Eugênia Braga. Nesta ocasião ficou deliberado que o Patrono Espiritual desta entidade fosse o espírito Dias da Cruz, desencarnado no Rio de Janeiro no século XIX, onde exercia a profissão de médico sendo já conhecido no meio espírita, principalmente na cidade referida e pai do conceituado médico que tinha o seu nome, membro da Federação Espírita Brasileira.

Desde os primeiros anos, houve uma preocupação dos diretores e trabalhadores da Casa Espírita em voltar suas atividades para a área social e com relação à divulgação doutrinária, principalmente na evangelização da criança e do jovem. Na década de quarenta foi criada a Escola Espírita de Evangelização Célia Lucius, a Mocidade Espírita Dias da Cruz e a Biblioteca Jayme Jenz pela espírita Yvonne Pereira, que residia em Juiz de Fora. Esta espírita desenvolveu, ainda, várias atividades como expositora, evangelizadora, médium receitista e professora de trabalhos manuais no Instituto Eugênia Braga.

---

\* Licenciada em História pela UFJF, mestre em Ciência da Religião pela UFJF e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFJF. robertascoton@hotmail.com

Alguns setores assistenciais como a Caixa de Socorros Dr. João de Freitas, a Fundação Calliope Braga de Miranda, a Assistência Leonina Braga e outras atividades que prestavam auxílio aos necessitados, foram agrupadas no DAS – Departamento de Assistência Social – que prossegue com atividades como: curso de gestantes, distribuição de enxovais, leite, mantimentos, aulas de evangelização para adultos e crianças assistidas, setor de costura, aulas de artesanato para jovens e crianças.<sup>1105</sup>

Em ata de 09 de outubro de 1920, é colocada em discussão na assembléia a fundação de um jornal pela instituição, nas palavras da presidente Eugênia Braga, ele serviria “para a defesa e propaganda da Doutrina Espírita”. O “irmão Jayme” complementa que considera de grande importância e necessidade pelos benefícios que prestará à doutrina “espargindo a luz da verdade”.<sup>1106</sup> De início, conforme sugestão de Ptolomeu Conceição, o jornal teria uma circulação mais restrita, com fins de experimentação para que depois fosse feita de forma mais intensa, objetivando a propagação doutrinária.

Tal jornal foi efetivamente fundado em dezembro de 1920, tendo periodicidade mensal. Tivemos acesso aos periódicos de janeiro de 1921 a dezembro de 1923. Através da ata da casa Espírita de 1925, sabemos que o jornal ainda circulava este ano, entretanto, a instituição não possui exemplares do mesmo, se limitando ao período de 21 a 23. Também não se sabe ao certo até quando este jornal circulou na cidade. As reportagens enfocavam a divulgação da doutrina kardecista, reportagens sobre as instituições de caridade, como o Instituto Eugênia Braga, que assistia meninas carentes,<sup>1107</sup> e também o Ambulatório João de Freitas, onde se expedia receitas homeopáticas.

Porém, demos especial destaque às reportagens e artigos em que há críticas à feitiçaria e outras práticas e religiosidades, que poderiam ser “confundidas” com o espiritismo kardecista. Além disso, daremos ênfase aos artigos que tentam definir o kardecismo enquanto ciência. Esse é o objeto desta comunicação, em que queremos entender como se deu a constituição de uma identidade espírita via imprensa, através deste jornal. Geralmente, nestes textos o autor tenta diferenciar o kardecismo das demais religiosidades e práticas mediúnicas. Nos anos que tivemos acesso a este jornal há constantemente artigos sobre o tema.

O primeiro artigo que encontramos acerca desta questão é de janeiro de 1921, intitulado “Espiritismo e bruxaria”, em que o autor, anônimo, afirma ser recorrente “entre as

---

<sup>1105</sup> Informações obtidas através do site desta instituição: <http://www.artnet.com.br/~espirita/>, capturado em 04.09.06.

<sup>1106</sup> Ata da Assembléia geral extraordinária da Casa Espírita de 09/10/1920. p. 40.

<sup>1107</sup> O Instituto Eugênia Braga, que era uma instituição vinculada à Casa Espírita, que tinha o objetivo de instruir moças carentes em afazeres como corte e costura, bordado etc.

peças de má fé, e entre os inimigos e detratores do Espiritismo que este tem parentesco com a magia, a feitiçaria e a exploração que fazem certos indivíduos, cobrando consultas, perguntas e outras cousas.” O autor sugere aos que desejam esclarecimentos sobre o assunto, que leiam o livro “A Gênese” e “O Evangelho Segundo o Espiritismo”, ambos de Allan Kardec. Defende que o espiritismo “é o consórcio da ciência e da religião”, que nada tem de maravilhoso e que explica tudo racionalmente. Afirma que não pedem dinheiro, não intervêm na vida íntima de ninguém, sendo estas atividades consideradas imorais e só fazem isso àqueles que não compreendem o espiritismo ou vivem escondidos atrás do nome de “espíritas”, sendo na realidade, exploradores que agem de má fé.<sup>1108</sup>

Em artigo de fevereiro de 1921, intitulado “Às claras”, o autor escreve sobre o crescimento do número de casas que se dizem professar o espiritismo em Juiz de Fora. Afirma que isso, se por um lado é interessante na medida em mostra a proliferação da doutrina, por outro, coloca em sério perigo a mesma, já que nem todos os indivíduos estão preparados para compreender e propagar o Espiritismo, o que para ele pode ser observado através da sua deturpação, sendo equiparado “às casas de bruxaria, feitiçarias e outras drogas semelhantes...” Coloca que os crentes que adotam as coordenações kardecianas devem ter cuidado para seguir o “bom caminho”.

Afirmam que deveriam lembrar que “na doutrina tudo se recebe de graça e de tudo de graça se dá” e deve-se suspeitar da “casa, centro, grupo, reunião, grêmio, concílio ou que melhor nome tenha, que se recebe dinheiro, donativos quaesquer em troca de consultas, perguntas, notícias, comunicações de quaesquer espécies.” Completa que “Isso não é espiritismo: é commercio, é velhacaria, é exploração. É na alçada dos crimes de embahir a boa-fé do povo”.<sup>1109</sup> Afirma que o “falso espiritismo” tem por diretores espirituais os elementos atrasados, que gozam de matérias e objetos mundanos e terrenos, quais sejam: “fazer e desfazer casamentos, encaminhar negócios, promover discórdias, intrigar famílias, prometer felicidades futuras e outras boboseiras, tendo em vista ganhar dinheiro. Isso não é Espiritismo”. Com esta frase o autor finaliza o artigo, que teve o objetivo de elucidar as diferenças entre o verdadeiro e o falso espiritismo, através da enumeração das características dos mesmos.

Outro artigo interessante é de maio de 1921 em que o autor aplaude a atitude da imprensa laica ao mover campanha contra “certas espeluncas que dizem cultivar o espiritismo”. Afirma que tais casas não passam de centros de exploração, nada tendo de

---

<sup>1108</sup> *O Semeador*. Janeiro de 1921. p. 2.

<sup>1109</sup> *O Semeador*. Fevereiro de 1921. p. 3.

semelhanças com a doutrina de Allan Kardec, já que o espiritismo não recebe pelo bem que pratica: “Nestes centros e grupos lê-se a sorte, fazem-se magias, descobrem-se os inimigos, prepara-se-lhes mal, curam-se doenças, etc.”<sup>1110</sup> Afirmam que o espiritismo não cuida destes assuntos, nem cobra pelo “bem que pratica”.

Como podemos observar, este argumento era recorrente na especificação das fronteiras entre o espiritismo e as outras práticas de cura e religiosidades.<sup>1111</sup>

Vianna de Carvalho na publicação de junho de 1921, em um texto com o título “Espiritualismo diversos”, disserta sobre a propaganda do espiritismo no Brasil, que, segundo ele, ocorre de forma anárquica. Afirma que houve um movimento correlato de multiplicação dos núcleos de exposições doutrinárias, entre os quais “reina a máxima disparidade nos processos interpretativos dos pontos mais importantes tratados por Allan Kardec.” Mais adiante afirma que existem espiritismos “para todos os paladares”, “das sessões realmente proveitosas da Federação Espírita Brasileira, até o ajuntamento onde se procede as evocações ligados de mystificacao, se intercala uma série de modalidades raiando por todos os absurdos que o simples bom senso repele a primeira vista. [...] Em algumas, a desfiguração atingiu ao extremo de permitir o uso de esculturas, imagens de santos, recolhidas em vistosos altares e oratórios ou postas pelas paredes a guisa de capela romana com os acessórios peculiares a seita papalina.” Interessante que Vianna de Carvalho em publicação de março de 1923 afirma que “Há vinhos falsificados: eis uma proposição indiscutível. Quem legitimamente, porem, tiraria daí conclusões sustentando que todo vinho seria impuro?” Interessante sua colocação na medida em que compara o espiritismo da Casa Espírita com a pureza, com o “correto” e que as demais práticas mediúnicas seriam “falsificadas”.<sup>1112</sup>

Conclui afirmando que já se está “em tempo de atendermos as normas reguladoras de uma sã orientação” para que seja organizada a doutrina e difusão do espiritismo com base na obra de Kardec.

Neste trecho, o autor deixa bem claro a sua crítica a outras formas de práticas espíritas, dando ênfase ao aspecto ritual de sua configuração: usos de imagens de santos, altares etc. Interessante destacarmos o fato de se referirem a FEB enquanto instituição “realmente proveitosa”, que teria características antagônicas aos espiritismos diversos. A FEB é um instituição que congrega o espiritismo no Brasil desde o final do século XIX e é importante na

---

<sup>1110</sup> Semeador, maio de 1921.

<sup>1111</sup> Tal dado foi percebido por OLIVEIRA, Simone G. *A fé raciocinada na "Atenas" de Minas*. Gênese e consolidação do Espiritismo em Juiz de Fora e algumas repercussões para a contemporaneidade. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – UFJF, Juiz de Fora.

<sup>1112</sup> Semeador, março de 1923.

medida em que estabelece normas sobre a prática “correta” do espiritismo. Vários autores, dentre eles Emerson Giumbelli e Yvonne Maggie estudaram a importância desta instituição no início do século XX para a delimitação de fronteiras entre as diversas religiões mediúnicas neste período histórico.

Afirmam que pessoas de má fé e principalmente os inimigos do espiritismo propagam que este tem relação com a magia negra, bruxaria, feitiçaria, cartomancia, etc. Afirmam que “o espiritismo é um consorcio da ciência com a moral, baseando-se nos mais puros ensinamentos que os evangelhos ensinam. [...] O Espiritismo não alberga em seu seio inúmeros indivíduos que institulando-se cartomantes e médiuns espíritas, diariamente anunciam em certa imprensa prometendo a troco de alguns escudos, bons casamentos, fortunas, empregos e tudo. [...]”<sup>1113</sup> Mais adiante afirmam que este periódico já fala sobre isso com bastante insistência, de que o espiritismo que eles praticam não pedem dinheiro, não intervêm na vida íntima, não promove empregos ou casamentos, etc. Afirmam que isso não é espiritismo, mas sim “é bugingangaria, é ignorância, é feitiçaria refinada, que se deve punir com aplicação da lei – cadeia.”<sup>1114</sup> O fim do espiritismo seria altruísta, baseada na fraternidade, no amor, na justiça e na caridade.

A Casa Espírita se filia à FEB (Federação Espírita Brasileira) na década de 1920. Em 16 de maio de 1925,<sup>1115</sup> é realizada uma assembléia geral extraordinária convocada com o fim especial de ser tratada a adesão da Casa Espírita à FEB. Albino Esteves pede a palavra na reunião e trata de assuntos como: qual era o objeto em debate na reunião e sua procedência, as “Obras Póstumas” de Allan Kardec, os pontos de vista do Congresso de Genebra e de Liège e os planos da fundação da Federação Espírita Internacional (aproveitando para ler e comentar vários trechos dos *Arquivos do Espiritismo Mundial*). Nesta reunião, Albino Esteves exalta a importância da adesão da Casa Espírita à FEB, que passaria a orientar os seus estatutos reformados, a questão da assistência e atividades caritativas. Como vimos através do artigo supracitado publicado no jornal Semeador, a instituição já tinha interesse em seguir as normas da FEB a pelo menos 4 anos antes.

Em maio de 1923, sob o título de “Vigilância!”, mostra-se a necessidade que os centros, grupos, associações se coloquem de sobre aviso: “é indispensável sanar o corpo de médiuns do mundo espírita”<sup>1116</sup> O meio para que se consiga isso seria “estudar a doutrina,

---

<sup>1113</sup> Semeador, fevereiro de 1922.

<sup>1114</sup> Semeador, maio de 1923.

<sup>1115</sup> Ata da Assembléia geral extraordinária da Casa Espírita de 16/05/1925. p. 51.

<sup>1116</sup> Semeador, maio de 1923

compreende-la, assimilá-la, divulgá-la, com fé, com raciocínio, com serenidade, com ardor, com inteligência”

Sobre este aspecto, devemos destacar o artigo de Marcelo Camurça sobre as disputas religiosas entre catolicismo e espiritismo kardecista na cidade de Juiz de Fora e também suas obras sociais nesta mesma localidade. Segundo o antropólogo, a caridade serviu como uma bandeira para o kardecismo legitimar suas crenças e práticas. Além disso, “as atividades kardecistas reivindicadas como circunscritas à prática da caridade funcionavam também como ‘divisor de águas’ para as diferenciar da prática ‘da magia e do sortilégio’ com que eram confundidas e acusadas pela religião dominante”.<sup>1117</sup>

As atividades caritativas praticadas pelos kardecistas eram: “consultas mediúnicas” aos enfermos, – no que vimos, por exemplo, no capítulo dois, realizado pelo Ambulatório João de Freitas – distribuição de remédios homeopáticos, manutenção de uma “Assistência aos negros” que distribuía alimentos, roupas, fornecia albergagem, atendimento odontológico e ambulatorial aos desvalidos etc. Elas visavam distinguir o kardecismo das “tendas” do “baixo espiritismo” onde “feiticeiro (a)” atendiam as demandas individuais por sorte no emprego, saúde, amor e fortuna. Com estas atividades, Camurça afirma que o kardecismo foi granjeando uma reputação de normalidade e respeitabilidade na sociedade que o credenciará a um reconhecimento pelo Estado, que o viu com bastante suspeita no seu nascedouro. Portanto, o kardecismo apresentava esta respeitabilidade, que era expressa no reconhecimento pela poder público municipal, como nos demonstra a ocasião de homenagem ao prefeito de Juiz de Fora pelos dirigentes da Fundação João de Freitas.

Outro dado interessante trabalhado pela pesquisadora Simone Oliveira é de que “mesmo que o espiritismo [em Juiz de Fora] não tenha conseguido adeptos entre aqueles a quem socorria, sua disponibilidade e sua vocação para exercer a caridade conseguia ao menos, o respeito por parte dos não-espíritas, principalmente porque eram assistidas todas as pessoas que precisassem, independente do credo por ela professado.”<sup>1118</sup> Esta ênfase na caridade, além de estar presente nos princípios do kardecismo, pode ser visto como uma forma de estratégia deste grupo, na medida em que buscava obter a legitimação na sociedade, baseada

---

<sup>1117</sup> CAMURÇA, Marcelo A. Fora da Caridade não há religião! Breve história da competição religiosa entre catolicismo e espiritismo kardecista e de suas obras sociais na cidade de Juiz de Fora: 1900-1960. In: *LOCUS: Revista de História*. Juiz de Fora, EDUFJF, 2001. v. 7, n.1. p. 135.

<sup>1118</sup> OLIVEIRA, Simone Geralda. A fé raciocinada na “Atenas de Minas: os primeiros anos do espiritismo em Juiz de Fora (1880-1930). 1998. Juiz de Fora. (Especialização em História do Brasil) – UFJF, Juiz de Fora. p. 43.



10 a 13 de maio de 2010

em uma ética persuasiva e não belicosa, através do convencimento de novos adeptos descontentes com o que a religião majoritária oferecia. <sup>1119</sup>

Sobre a relação com a ciência, os espíritas afirmam em artigo intitulado “O espiritismo e os cientistas”, com base na obra “Memória Histórica do Espiritismo” – publicação comemorativa do centenário de Allan Kardec, feita em 1904 pela FEB – que no Brasil “não parece ainda haver soado a hora em que os nossos cientistas, ou pelo menos conhecidos como tais, se tenha, resolvido a prestar a experimentação espírita a atenção que, como se vê, tem merecido de outros prestigiosos vultos estrangeiros. (...)”. <sup>1120</sup>

Nesse artigo, observamos uma necessidade de respaldar a doutrina espírita como científica, através de seus seguidores que são diretamente ligados a questão da ciência. A afirmação de que no Brasil ainda não há muitos membros da comunidade científica adeptos da doutrina kardecista soa com um tom de crítica. Isso acontece ao afirmar que talvez ainda não fosse o momento de os brasileiros aceitarem a doutrina. Parece-nos uma afirmação baseada no evolucionismo kardecista, a partir do momento em que se afirma que um dia isso ocorrerá.

Antes dessa transcrição do referido livro, comentam a obra dizendo que nela se encontram interessantes dados acerca dos principais cientistas que se ocupam ou ocuparam com as experimentações espíritas e professam essa doutrina. No final do artigo, publicado em *O Semeador*, apresenta uma lista de nomes de brasileiros que se destacaram no “cultivo do Espiritismo”. Entre eles, citam as figuras do Dr. Adolpho Bezerra de Menezes, médico; o Dr. Dias da Cruz, também médico; o Dr. Mello Moraes, que foi o primeiro a traduzir as obras de Allan Kardec no Brasil, entre outros. Portanto, observamos uma crítica à comunidade científica brasileira, que não se dedica ao estudo e entendimento do Espiritismo, à revelia do que ocorria no restante do mundo.

A cientificidade da doutrina também era levada como um argumento que os diferenciava de outras religiões mediúnicas e também da “magia negra, feitiçaria, cartomancia etc”. <sup>1121</sup> Segundo esta argumentação, os inimigos do Espiritismo propagam este parentesco do espiritismo com outras práticas mediúnicas com o intuito de denegri-lo. Afirmam isso a partir da concepção de que o “Espiritismo é um consórcio da Ciência com a moral, baseando-se nos mais puros ensinamentos que os evangelhos ensinam (...)”. <sup>1122</sup>

---

<sup>1119</sup> CAMURÇA, Marcelo A. Fora da Caridade... op. cit. p. 152.

<sup>1120</sup> *O Semeador*, junho de 1921. p. 01.

<sup>1121</sup> *O Semeador*, outubro de 1921. p. 02.

<sup>1122</sup> Idem.

10 a 13 de maio de 2010

Em artigo de 1923, no jornal *O Semeador*, transcreve-se um texto que fora publicado no periódico *Medical Press*:

os médicos de hoje não devem ser systematicamente hostis às idéias novas. Não há nada de mysterioso no psychismo. Está sciente do nevoeiro que o envolvia. Há factos positivos, difficeis de observar, é verdade, pela razão de que são raros. Há fraude, mas há também a negação categórica, que é tão cega como a credulidade. Abramos caminho nesse mundo desconhecido, onde há armadilhas e inimigos por toda a parte.

Tudo o que se vos pede, médicos, é que, sem idéias preconcebidas, sem conclusões antecipadas, observeis, noteis, peseis. Então certificar-vos-ei de que há campos de conhecimentos, aos quais não nos pede fazer perceber o que não conseguem as nossas faculdades normais.

Consideremos esses factos com espírito livre e olhar atento; não neguemos nenhuma possibilidade, fosse ela incrível: taes os ensinamentos que dá agora o Espiritismo à sciência.<sup>1123</sup>

Como podemos observar, o autor pede aos médicos que não se fechem às novas possibilidades de observação e conhecimento, abertas pelo Espiritismo. Chama os médicos a conhecerem o que “não conseguem [observar através de] as nossas faculdades normais”. Este texto aponta-nos um aspecto interessante que é o de mostrar que a ciência médica tem muito a ganhar com o espiritismo e, além disso, que ambos os conhecimentos podem ser complementares, o que implica crescimento com a união.

No jornal da Casa Espírita, *O Semeador*, de julho de 1923, há um texto com o título “Cuidado!... – O Espiritismo faz doidos!”.<sup>1124</sup> Neste artigo, o autor afirma que se diz por todos os lados que o espiritismo faz doidos e que, por isso, deve-se ter bastante cuidado com ele. Entretanto, diz que o espiritismo faz tantos doidos quanto o catolicismo e o protestantismo, já que “só ficam doidos, patetas, malucos aqueles quem têm predisposição orgânica para isso.” Segundo o autor do artigo, estas idéias sobre o espiritismo quando originadas de católicos e protestantes são explicados pelo fato de

essas duas correntes religiosas não se conformarem com o progresso do Espiritismo e, para assustar, aterrar, desviar d’elle os que por ventura desejassem segui-o, investigal-o, usam do mesmo stratagema que os pais que não são dotados de força moral sobre os filhos e pretendem desvial-o de determinado lugar ou pessoas. ‘Não vão lá! Aquelle logar é assombrado! Naquela casa apparecem phantasmas! O tal homem, que vocês viram, amável e sorridente, é mau, já matou uma criança! Fugam delle! Aquela mulher é uma megera : – cuidado!... ella apanha as crianças e leva-os á tacha, para fazer sabão!’

Criticam a atitude dos católicos e protestantes como a de um pai mentiroso, fútil e de falida autoridade. Pede para que os leitores não creiam nessas idéias errôneas acerca da

<sup>1123</sup> *O Semeador*, agosto de 1923. p. 3.

<sup>1124</sup> *O Semeador*, julho de 1923. p. 2.

doutrina espírita. Também aconselha aos leitores a investigar sobre o espiritismo e também que lembrem que antes mesmo de não ser divulgado o Espiritismo, já havia loucos e patetas no mundo todo. Como percebemos, as religiões mais tradicionais da cidade utilizavam o argumento psiquiátrico para combater o avanço do espiritismo e evitar perda de adeptos. Os espíritas de Juiz de Fora, por outro lado, dialogavam e respondiam as acusações, baseando sua defesa no fato de que os espíritas “pedem pelos que se foram, praticam boas obras, têm Jesus por Mestre da caridade”.

Em artigo de dezembro de 1923, do periódico *O Semeador*,<sup>1125</sup> o autor critica os artigos 156 e 157 do Código Penal de 1890, os quais condenam respectivamente o exercício ilegal da medicina e a prática do espiritismo para se iludir as pessoas. O autor critica a condenação de se curar através da religião. Afirma que durante séculos a religião e a medicina, a fé e a ciência viveram unidas, e que a separação das duas nunca foi completa. O autor do artigo utiliza pesquisadores que não são espíritas para defender seu ponto de vista. Cita, por exemplo, Krafft Ebing em seu “*Traité clinique de psychiatrie*”, o qual afirma que a verdadeira religião e a ética pura diminuem “os perigos e ameaças da alienação mental”. Também cita Betcherew (em “*La suggestion et son role dans l avie sociale*”), o que afirma que as curas de origem religiosa vão muito além dos limites das moléstias de fundo psíquico, já que a fé provoca intenso estado emocional, que se reflete em todo o organismo.

Cita, ainda Willian James, em seu “*L’experience religieuse*”, que coloca no mesmo plano a ciência e a fé, quanto à capacidade curativa, em relação a certos doentes, ao afirmar: “A fé cura certos doentes tão bem como a ciência poderia fazê-lo, e, em alguns casos, a sua eficácia é maior. (...) É reconhecido pelos médicos que, em certos meios, contribui a oração para a cura dos doentes; pode-se, pois, ver na oração, excelente meio terapêutico.” Para finalizar a sua exposição de idéias sobre a cura através da fé, comenta as idéias de Francisco Fajardo – em seu “*Tratado de Hypnotismo*” – “de [que] todas as influências morais a que mais acentuado efeito tem sobre as moléstias é a fé religiosa.” Portanto, o autor defende a cura através da religião, mostrando que até médicos e estudiosos que não são espíritas vêem a fé como uma forma de se curar determinados doentes. Com esses argumentos, critica e desqualifica as punições ao espiritismo presentes no Código Penal de 1890, especialmente no artigo 157.

---

<sup>1125</sup> *O Semeador*, dezembro de 1923. p. 1.

**A reforma católica em Mariana e o discurso ultramontano de Dom Viçoso (Minas Gerais 1844-1875)**

Tatiana Costa Coelho\*

**Resumo:** O objetivo dessa comunicação é mostrar o trabalho de mestrado desenvolvido na Universidade Federal de Juiz de Fora acerca da ala da Igreja Católica denominada ultramontana ou romanizadora na figura de Dom Viçoso, bispo de Mariana, bem como seu discurso e projeto de sociedade para o século XIX. Dessa forma, tratarei a Questão Religiosa não apenas como um conflito entre maçons e católicos que abalou a década de 70 do século XIX, e sim um movimento mais amplo, uma vez que esse esteve presente desde a primeira parte do século em questão.

**Palavras chave:** Dom Viçoso; ultramontanismo; reforma católica

No ano de 1844 foi empossado na Arquidiocese de Mariana um dos bispos mais polêmicos da História do Império, Dom Antônio Ferreira Viçoso. Ele vinha atuando em grupos religiosos desde 1820, quando foi acolhido no Brasil, ficando no Colégio do Caraça, local em que empreendeu grandes reformas. Sua biografia nos revela uma tentativa de reforma na religiosidade marianense do século XIX, intento que foi desenvolvido mais tarde por outros religiosos como Dom Macedo Costa e Dom Vital em suas respectivas localidades. Estes últimos ficaram conhecidos na imprensa nacional e nos documentos oficiais como Bispos ultramontanos.

O termo Ultramontano surgiu na França e classificava pensamentos cuja tendência era defender a centralização do poder papal e sua infalibilidade. Esses grupos eram tributários dos jesuítas europeus que acreditavam no poder absoluto do Sumo Pontífice e na autoridade da Igreja perante os governos. Muitas correntes eram opositoras dos chamados ultramontanos, embora os estudiosos sempre destaquem a jansenista e a galicista.

Por três décadas Dom Viçoso percorreu Minas, com o intuito de levar o evangelho aos fiéis e divulgar o que ele considerava a verdadeira fé e os bons costumes da Igreja. Além disso, pretendia reformar o clero, considerado por esse como “deturpado e indisciplinado”.

---

\* Mestre história - UFJF

Os nomes-chave para entender a cisão entre a Igreja e o Império foi sempre D. Vital e D. Macedo Costa, respectivamente Bispos de Olinda e do Pará na segunda fase do século XIX. Assim, acredito que os ideais de Viçoso são peças importantes no afrouxamento dos laços entre os poderes espiritual e temporal e que antecederam eventos consagrados pela historiografia, como é o caso da Questão Religiosa que ocorreu entre 1872 e 1875. D. Viçoso, conhecido como conde de Conceição (título concedido por Dom Pedro II), foi responsável por iniciar uma das maiores reformas Católica em Minas Gerais. Dessa forma, consideramos importante pesquisar o movimento ultramontano na região de Mariana, deslocando o debate do litoral para o interior do Brasil.

A trajetória de Dom Viçoso foi marcada por uma tentativa de implantar uma reforma na Arquidiocese de Mariana. Contudo, ele não estava sozinho, contava também com o apoio de mais onze bispos espalhados pelas outras doze dioceses do Brasil, que também almejavam uma reforma na Igreja brasileira. Esses doze bispos tinham por objetivo comum construir uma Igreja Católica forte institucionalmente, baseada nos preceitos tridentinos, livre de influências do Estado.

O Estado, através do Regime de Padroado e a Mesa de Consciência e Ordens tentou controlar a Igreja, proibindo o cumprimento de bulas editadas pelo Vaticano, além de limitar o poder do clero no Brasil desde o século XVIIii. Dessa forma, fica explícito que desde a colonização a Igreja é tolida pelos monarcas portugueses a realizar suas funções eclesiásticas no Brasil. Surgiu nesse cenário de contestação a ala do clero denominada ultramontana ou romanizadora que criticava a existência do beneplácito régio iii sobre bulas, encíclicas e breves que eventualmente poderiam circular no país, o que causou grande desconforto por parte desses religiosos.

Um dos objetivos que esse clero reformador almejava também seria uma reforma do sagrado, que visava controlar as religiosidades populares e de certa forma dificultar a proliferação de religiões como o protestantismo e o culto maçônico. Para Mabel Pereira, a preocupação dos bispos reformadores dizia respeito à definição da ortodoxia católica no campo doutrinário e a reforma dos costumes morais da Igreja, atingindo não somente os clérigos como também aos fiéis católicosiv.

Para isso, esse artigo analisa o período de 1844, ano em que Dom Viçoso assume o posto de Bispo de Mariana e termina em 1875, ano da sua morte e fim da Questão Religiosa. Dessa forma tratarei a Questão Religiosa não como apenas um conflito entre maçons e

católicos que abalou a década de 70 do século XIX e sim um movimento mais amplo, uma vez que esse esteve presente desde a primeira parte do século em questão.

Num país de experiências religiosas múltiplas com destaque para os cultos africanos no caso do centro sul brasileiro, surgia a proposta por parte dos Bispos e demais religiosos de combater a superstição e o misticismo que se imiscuía na prática católica. As cartas escritas por D. Viçoso e os jornais de extirpação nos cultos católicos do chamado “sincretismo religioso”. Esses jornais tinham como objetivos principais o fomento à reforma católica e uma propaganda para a fundação de um Partido Católico. No periódico em questão encontramos duras ingerências ao Império e à Maçonaria, esta última, segundo Dom Viçoso, seria responsável pela situação humilhante que a Igreja passava.

Uma das principais preocupações que norteram a educação nos seminários era a educação espiritual. De acordo com Hugo Fragoso “(...) através dos lazaristas, dos capuchinhos franceses ou dos diretores espirituais do nosso clero diocesano, procurou-se dar aos candidatos ao sacerdócio sólida formação espiritual”v. Para isso, segundo Riolando Azzi, os Seminários voltaram-se para a educação dos clérigos e para essa se efetivar sem a interferência do mundo externo, ou seja, os seminaristas deveriam se manter reclusos para que a educação adquirida pudesse vigorar entre esses sacerdotes. Essa reforma do corpo eclesiástico previa também uma reformulação nos currículos. Através da impressão e a tradução feita por Dom Viçoso de obras sobre confissão, eucaristia, podemos perceber a tentativa de mudança de mentalidade da formação intelectual desse clero. Títulos como Guia dos Confessores da Gente do Campo de Santo Afonso Ligório, Missão Abreviada de Frei Luiz Granada, Das Leis Civis Relativas ao Matrimônio do Pe. Marchtallense dentre outras obras consideradas sagradas para a ala tradicional da Igreja Católica. Portanto, a pregação em Minas se alimentava de fontes atualizadas a partir da tradição cristã.

Levando em consideração essa afirmação para o Seminário de Mariana podemos concluir que esse foi um das maiores preocupações de Dom Viçoso, fazendo com que essa reclusão virasse uma lei nessa instituição. Além disso, Dom Viçoso demonstrou através dos seus escritos que almejava o fim da escravidão, a ponto de criar um mal estar entre esse bispo e o Pe. Leandro, o primeiro por se mostrar um profundo defensor da causa dos escravocratas e o segundo por defender a causa dos senhores de escravo.

Dom Viçoso publicou também algumas obras que tinham como principal objetivo criticar o sistema escravocrata mostrando essa prática como uma mácula na sociedade.

Condenação da Escravatura, no qual esse trava um embate com o escritor do livro Defesa da Escravidão, provavelmente sendo de autoria do Pe. Leandro Rebello Peixoto e Castro. Dom

Viçoso faz uma reflexão filosófica e jurídica e teológica sobre a escravidão chegando até a comentar a Bula do Papa Gregório XVI que condena o tráfico de escravos a fim de legitimar seu discursovi.

A partir da perspectiva ultramontana, meu objetivo é fazer uma análise acerca desta idéia de sociedade, considerada conservadora, e sua proposta de mudança. Com a análise do discurso ais publicados por ele como O Bom Ladrão e D. Viçoso deixam entrever as veiculado pelo jornal enfatizado acima, órgão que objetivava fundar um partido católico nas Gerais, analisarei as críticas que esses bispos romanizadores fazem ao Império. Tem-se que ressaltar também as duras críticas inferidas à Maçonaria por este jornal, por considerarem essa sociedade secreta como um perigo para as reformas pretendidas.

Em resumo, pretendo mostrar que, apesar de almejar um plano social considerado conservador, os bispos como o caso de Dom Antônio Ferreira Viçoso, objetivavam um projeto de modernidade para a sociedade que compreende o Segundo Reinado. Com isso, podemos concluir que, os bispos ultramontanos, além de se ancorar em uma proposta ultramontana, não ficaram apenas detidos em seus púlpitos, criticando a maçonaria e o Império. Através desses púlpitos, proporam uma sociedade que oferecesse maiores condições ao povo. Não que esses bispos almejassem e igualdade social, mas amenizar de certa forma, a pobreza.

Requeiro principalmente para a Igreja a Liberdade que lhe deu seu divino Instituidor, reconhecida pelo Govêrno e de que ela goza, até nos governos protestantes. Dirão que não tenho razão de me queixar, porquê o Govêrno é muito respeitador das Leis da Igreja, e que deixa gozar de perfeita liberdade. Mas eu sem falar no Beneplácito Régio, e no Recuro , como de abuso, de que muito falou o falecido Bispo de Rio (mas em vão) na sua obra dos- Elementos do Direito Eclesiástico - Respondo: Será liberdade não poder o Pároco ler os proclamas para um casamento, sem pagar 200 réis? (...) Será liberdade não poder opositor a uma freguesia ser colado sem que pague a 4ª ou a 3ª parte de sua cômgrua anual? Será liberdade, quando há necessidade de dispensar os interstícios, para tomar ordens(...) Será liberdade não poder o Bispo usar dos compêdios que melhores lhe parecem sem aprovação do governo e Poder êste demitir os Mestres quando lhe parecer? Mariana, aos 10 de março de 1865.

Nesta carta escrita por Dom Viçoso a José Liberato Barroso, um dos Ministros do Império, o autor critica a política do Beneplácito Régio. Essa correspondência foi escrita a José Liberato pelo fato da Câmara Municipal de Carnaúbas tentar ingerir nos negócios de recolhimento de Macaúbas. Dessa forma, esse bispo em questão tenta afastar o poder exercido pelo Império que também vê a cobrança de taxas para os procedimentos religiosos e também

para a escolha do material utilizado e corpo docente utilizado nos seminários. Isso mostra o desgaste da relação entre Igreja e Império nessa época. Nesse trecho também percebemos uma crítica ao conceito de liberdade, tão difundido nas teorias liberais.

A partir daí Dom Viçoso tenta de certa forma, construir um discurso ultramontano e divulgá-lo para a população. Podemos ver isso através das reformas que esse almejava fazer com a população, catequizando-a, tomando como base os conceitos tridentinos de moral.

Para analisar o discurso tenho como suporte metodológico o filósofo Michel Foucault. Esse autor, por exemplo, ajudou os historiadores a pensarem as instituições, as formas de poder e as representações sociais<sup>viii</sup>. Esse filósofo analisou os discursos difundidos por instituições propagadoras da razão no século XIX, como hospícios, escolas e prisões e trouxe ao campo de interpretação novos conceitos perfeitamente aplicáveis ao conhecimento histórico. A idéia de discurso no autor, por exemplo, como rede tradicional de representações, cujos enunciados se afirmam, neutralizando ao mesmo tempo outras redes discursivas nos ajudou a entender as representações católicas e seus enunciados afirmativos.

Dessa forma, podemos perceber a existência de um discurso religioso ultramontano circulando com o intuito de moldar a “realidade social”. Com isso, para se fazer o estudo em questão faz-se necessário o uso de jornais publicados pela ala denominada acima de ultramontana, no caso O Bom Ladrão, uma vez que o jornal foi usado pelos ultramontanos como propagador da fé cristã.

De acordo com o sociólogo Pierre Bourdieu, os jornais exercem papel de reivindicador de classes, demonstrando dessa forma, as condições políticas e sociais dessas, promovendo a integração social, “enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (...), eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da “integração moral”<sup>ix</sup>.

No século XIX, a imprensa desempenhou importante papel no Brasil, tendo destaque para a função dos jornais. Segundo Lilia Moritz Schwartz, o jornal cria consensos, fabrica verdades inquestionáveis agindo com o poder de uma religiãox. O jornal serviu também, como campo de batalha entre ideais liberais e conservadores, cada um possuía seu próprio veículo de informação.

A preocupação da Igreja com a imprensa era vigente desde o século XIX, onde a instituição adotou a política de manter suas próprias publicações, a fim de fazer frente aos



veículos de comunicação que difundissem idéias contrárias e diferentes daquelas emanadas pela Igreja Católica, ameaçando o papel que a instituição possuía como educadora.

Dessa forma, a Igreja Católica também publicava seus periódicos que, segundo Martha Abreu, exerceu importante papel para a propagação de suas idéias no país, principalmente na época da Questão Religiosa. Esta autora, através da análise do periódico O Apóstolo, mostra que, esses jornais católicos apontam para a existência de uma nacionalidade brasileira que teria que estar atrelada à religião. Segundo a leitura desses jornais, pode-se observar um discurso de uma parte da Igreja Católica que almejava a autonomia dessa instituição, formando assim uma rede de sociabilidade do grupo.

A Igreja Católica publicava seus periódicos relacionados à Questão Religiosa que, segundo Martha Abreu, exerceu importante para a propagação dos ideais dessa instituição no país, principalmente na época da Questão Religiosa. Esses jornais católicos apontam para a existência de uma religiosidade católica sempre atrelada à religião:

Que vinha marcada pelos mesmos costumes, leis e tradições; pela mesma língua, e especialmente religião – doutrina que, em suas palavras, havíamos recebidos de nosso país. Qualquer agressão à ela, significava agressão à pátria, à terra de Santa Cruz, à religião do Império e à Crença geral da nação e dos brasileiros.

Para Hugo Fragoso, a imprensa católica divide-se em três fases: a primeira surge no princípio da imprensa no Brasil vai até o Segundo Império e se caracterizava pela mescla de lutas políticas e idéias liberais. Nessa fase, os jornais em questão não passavam à marca de um catecismo em forma de periódico. A segunda fase vai do começo do Segundo Império até a década de 70 do século XIX, momento da Questão Religiosa. Nesse período, os periódicos católicos estão mais voltados à doutrina cristã e têm o objetivo de levar a verdade católica ao povo, considerando esta sua missão pastoral, além de salvar a geração contra a imprensa dita por esses jornais como atéia.

Já a terceira fase da imprensa católica, chega a inferir duras críticas à maçonaria, defendendo a “verdade católica”. Nesse período, é característico desaprovações a exorbitâncias do poder civil, em defesa do poder eclesiástico na figura do pontífice romano. Além de entrar em conflito também com os liberais. A principal característica da fase em questão é a polêmica e usam da Questão Religiosa o ponto principal dos seus artigos.

Dessa forma, podemos perceber a existência de um discurso religioso ultramontano circulando com o intuito de moldar a “realidade social”. Com isso, para se fazer o estudo em

questão faz-se necessário o uso de jornais publicados pela ala denominada acima de ultramontana, no caso O Bom Ladrão.

É a liberdade de uma dessas palavras encantadas, cujo som só basta a facinar a imaginação de quem a ouve. Em nome da liberdade se movem as turbas, e se levanta o povo; em nome da liberdade se quebrão todas as leis, se derrama o sangue humano, e com este só título se capeão, os que mais trazem a boca a palavra liberdade são os mais inimigos d'ella; e em quanto de refanão de liberaes, pregão a acorção o mais insupportavel despotismo, como infelizmente estamos sendo com certas folhas neste Brazil no particular da questão religiosa.

E' certo que a mais preciosa liberdade de todas essas que por ali andão gabados, é a liberdade de consciência, que não consiste em dar cada um a Deos o culto que lhe parece, e escolher o caminho que quizer de ir par o ceo, como alguém disse na lamara tão néscia, quão impiamente; isto é a consciência em praticar o homem voluntariamente a Religião que Deos lhe impoz, sem que ninguém lhe possa metter embargos, sem estorvos no desempenho das obrigações, que sua consciência lhe dicta.

Se o homem tem algum direito que deve ser respeitado, o mais sancto, o mais alto, o mais alienável é sem duvida o de buscar felicidade eterna pelos únicos meios que nola podem alcançar: e todas as vezes que alguma creatura se nos atravessa n'este caminho, e pretende tirar-nos delle austaciosa ou violentamente, se torna criminosa do maior dos attentados contra os nossos direitos sagrados. A esta região não chega o poder dos Cezares, nem o domínio dos democratras.

No fragmento acima, observamos o questionamento da idéia de liberdade de consciência tão enfatizado pelos teóricos do liberalismo. O autor acima critica a idéia divulgada pelos teóricos liberais e afirma que o liberalismo era apenas um “canto da sereia” e essa tão aclamada liberdade não se fazia na prática, pois os governos liberais se caracterizavam, em maior parte, por forte repreensão e tirania. De acordo com o autor do artigo, a verdadeira liberdade se dá quando a religião que Deus nos impôs é seguida com total liberdade, no caso, a católica que devia ser professada sem nenhuma interferência do Poder Imperial.

Em resumo, pretendo mostrar que, apesar de almejar um plano social considerado conservador para alguns autores<sup>xii</sup>, os bispos como o caso de Dom Antônio Ferreira Viçoso, almejavam um projeto de modernidade para a sociedade que compreende o Segundo Reinado. Com isso podemos concluir que, os bispos ultramontanos, além de se ancorarem em uma proposta ultramontana, não ficaram apenas detidos em seus púlpitos, criticando a maçonaria e o Império. Através desses púlpitos, proporam uma sociedade que oferecesse maiores condições ao povo. Não que esses bispos almejassem e igualdade social, mas amenizar de certa forma, a pobreza<sup>xiii</sup>. Dessa forma, não encaro a Igreja como uma instituição monolítica que objetivava o obscurantismo religioso e sim como possuidora de especificidades a serem analisadas e revisadas.

## **Bibliografia**

- i VIEIRA, David Gueiros. O protestantismo, a maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil. Brasília, Editora de Universidade de Brasília, 2ª edição.
- ii NEVES, Guilherme Pereira das. E Receberá Mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil, 1808-1828. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- iii O Beneplácito foi instituído na Constituição de 1824. De acordo com essa constituição a Igreja deveria sofrer interferência do Poder Temporal, ou seja, qualquer bula, concílio ou qualquer outro tipo de determinação vinda do Papa teria que passar por aprovação do Imperador para ser seguida no Brasil.
- iv PEREIRA, Mabel Salgado. Romanização e Reforma Católica Ultramontana da Igreja de Juiz de Fora: projetos e limites (1890-1924). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002, p. 74
- v FRAGOSO, Hugo. “A Igreja na formação do Estado Liberal” In: Hauck, João Fagundes et al. História da Igreja no Brasil. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1992. Tomo II vol. 2 p. 197.
- vi Em 03 de Dezembro de 1839 o Papa Gregório XVI numa incisiva escreve: “Admoestamos os fiéis para que abstenham do desumano tráfico dos escravos” In: A Igreja e a escravidão no Brasil” [ on-line] disponível na world wide web [http://www.psleo.com.br/hist\\_igreja18.htm](http://www.psleo.com.br/hist_igreja18.htm) [acessado em 04/07/2007]
- vii TRINDADE, Raymundo. Arquidiocese de Mariana. 2ª ed., Belo Horizonte, Imprensa Nacional, VI, 195
- viii FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Tradução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, p. 100.
- ix BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989 p. 10
- x SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos no final do século XIX. São Paulo, Cia das Letras, 1997, p. 248
- xi O Bom Ladrão 20/03/1874
- xii AZZI, Riolando. O altar unido ao trono: um projeto conservador. São Paulo edições Paulinas, 1992, p. 29.

xiii Sobre essa questão podemos citar o trabalho de Karla Martins, no qual essa analisa o bispo Dom Macedo Costa e sua proposta social. Segundo a autora, esse bispo possuía uma proposta sócia para a sociedade. Através da crítica à sociedade capitalista que, segundo Dom Macedo Costa excluía a população carente. MARTINS, Karla Denise. O Sol e a lua em tempo de eclipse: a reforma católica e as questões políticas na Província do Grão Pará (1863-1878). Campinas, SP (dissertação de mestrado) [s.n.], 2001

## **Economia, Finanças e Política na América Latina**

### **Num invólucro de desordem: os primeiros passos da unidade do Império.**

Alan de Carvalho Souza\*

**Resumo:** O referido trabalho analisa a querela em que estava envolvida a classe senhorial da extinta vila de Paty do Alferes. A disputa territorial intra-elite foi uma das questões que influenciou diretamente a transferência do título de vila para Vassouras em 1833. Assim, observamos que essa elite tida em diversos momentos como homogenia, apresentava forte conflito como uma massa de desordem.

**Palavras chaves:** classe senhorial, disputa e desordem.

Um pouco antes da transferência da sede da vila de Paty do Alferes para Vassouras ocorrida em 1833, mais precisamente em seis de setembro de 1831, Manoel Francisco Xavier movia uma ação,<sup>1126</sup> na qual solicitava o embargo de um rico proprietário de terras em Paty do Alferes: Manoel Vieira dos Anjos, este era acusado de invadir uma de suas propriedades e realizar na mesma um roçado. A propriedade em questão era um terreno adquirido de Antonio Joze Evangelista e esposa Maximiniana Roza Angelica, localizado no lugar denominado Camohã [Camoão] com quatrocentas braças de testada e um quarto de légua de fundo, conforme documento apresentado.

A alegação, por parte dos autores, era de que os réus não respeitaram o direito de propriedade ao invadir o terreno. Representados no processo inicialmente por Luis de França e, posteriormente, por Eleutério Delfim Silva, a família Xavier buscava a reintegração da posse e, ainda a reposição do terreno, prejuízos, danos e mais as custas processuais triplicada.

Ao ser intimado pela primeira vez, em 12 de setembro do mesmo ano, Manoel Vieira dos Anjos não compareceu, sendo lançada a revelia<sup>1127</sup>. Em uma segunda audiência pública, em 28 do mesmo mês, o réu compareceu e após ouvir a solicitação contida nos autos, utilizou-

---

\* Mestrando em História Política no Programa de Pós-Graduação da Universidade Severino Sombra. Bolsista CAPES. E-mail: ppunk\_alan@hotmail.com

<sup>1126</sup> Documento 103664145001. Centro de Documentação Histórica, CDH. Universidade Severino Sombra.

<sup>1127</sup> Revelia é quando o ato processual é dado como nulo.

se de diversos argumentos dizendo que não conciliava com os autores, Manoel Francisco Xavier e sua esposa.

A partir desse momento, Manoel Vieira dos Anjos passou uma procuração a Thimothio Vitorino de Oliveira para representá-lo no processo. Assim, não se restringindo apenas as colocações verbais, o procurador apresentou um documento no qual constava que os antigos “proprietários” nunca poderiam ter realizado a venda do terreno em litígio, já que esse terreno nunca estivera em posse deles. Segundo o procurador, a propriedade já pertencia aos réus “há muitos anos”. O procurador Thimótio Vitorino de Oliveria alegava que Antonio Joze e esposa, não poderiam ter realizado a venda do terreno a família Xavier, pois não eram herdeiros legítimos de Felipe Roiz dos Santos (proprietário anterior do terreno em litígio).

Dessa maneira, em função da argumentação, o procurador de Manoel Vieira dos Anjos, Thimótio Vitorino de Oliveira, julgava improcedente a ação e, solicitava a absolvição dos réus e a condenação dos autores em prejuízos, danos e mais as custas do processo. Assim sendo, foi solicitada a determinação da Lei Ordinária L 4 TT 58 =ibi=

Se alguma forçar, ou esbulhar outra da posse de alguma caza ou herdade ou de outra posseção não tendo primeiro citado ou ouviso com sua justiça, forçado perca o direito, q tiver na cauza forçada de q esbulhou o possuidor, o qual direito será adquirido, e aplicado ao esbulhado, e lhe seja logo restituída a posse della. E se forçador não tiver direito na caza em q fez a força pagara ao forçado outro tanto, quanto a caza valer, e mais toda as perdas, e dannos, q na força, ou cauza della em qualquer modo receber. E posto q alguém q he Senhor da caza ou lhe pertencer ter nella algum direito, não lhe seja recebido tal razão, mais sem embargo della seja logo constringido, restituila, a q apossua asseca todo o direito, q nella tinha, pelo fazer sua própria força e sem authority de justiça.<sup>1128</sup>

Ao solicitar a ação judicial contra Manoel Vieira dos Anjos e sua mulher, os requerentes, a família Xavier, não contavam com a articulação do procurador, Thimotio Vitorino de Oliveira, que além de contestar a veracidade do título de propriedade, solicitou o cumprimento da Lei julgando improcedente a ação movida e conseqüentemente o pagamento das custas processuais. Dessa forma, os autores da ação passaram a apresentar argumentos e documentos para que não fossem surpreendidos com uma sentença contrária à requerida e, por conseguinte, penalizados conforme a Lei.

Ao analisar o documento de procuração no qual Manoel Vieira dos Anjos cedia plenos poderes a Thimotio Vitorino de Oliveira, é possível constatar um grande número de procuradores assessorando o senhor em questão. Neste mandato de procuração surgiam vários outros nomes, não só na localidade de Paty do Alferes como também na Corte. Essa

---

<sup>1128</sup> Documento 103664145001. Centro de Documentação Histórica, CDH. Universidade Severino Sombra.

informação indica que Manoel Vieira dos Anjos era um homem bem articulado e, que, não se restringia a apenas a ser um senhor de terras em Paty do Alferes.

Dado o processo em epígrafe, mesmo com a apresentação de um documento pelo procurador Thimotio Vitorino de Oliveira, que supostamente tornava nulo o requerimento de Manoel Francisco Xavier, o reconhecimento da posse dos réus, por sua vez, ficou condicionado à apresentação de duas ou três testemunhas<sup>1129</sup>. A comprovação pelos moradores intencionava confirmar as informações trazidas nos autos, conforme alegou o procurador às folhas 15 do processo: “[...] *mais antes derão q a muitos annos estão os reos de posse do dito terreno*”<sup>1130</sup>.

Observando as informações encontradas, nota-se que a ação ganhou novos rumos, não se restringindo ao intuito inicial de obter o embargo do roçado realizado no dito terreno. No decorrer do processo, o procurador dos réus passou a questionar a própria legalidade do título de propriedade dos autores, pelo fato do imóvel não ter sido comprado dos herdeiros diretos de Felipe Roiz dos Santos.

No que diz respeito à comprovação da posse pelos réus, ela foi realizada a partir da apresentação das testemunhas solicitadas pela Justiça. Com a comprovação, o procurador solicitou a absolvição dos réus e a condenação dos autores em prejuízos, danos e mais as custas do processo<sup>1131</sup>. Dessa maneira, na sessão ocorrida em 21 de julho de 1832, foi solicitado ao juiz ordinário e de orfãos Francisco Ignacio Pacheco de Mello uma nova audiência para que os autores assinassem o fim do processo e serem sentenciados.

\*

É possível que essa disputa estivesse relacionada à expansão da lavoura do café na região que, nesse momento, assumia a posição de principal produto exportado. Segundo Stanley essa expansão gerou uma intensificação das disputas por terras<sup>1132</sup>, tornando o tipo de processo em questão bastante frequente. O cultivo da terra era uma das obrigações para que a posse fosse legitimada. Tal obrigação tem sua origem na lei de sesmaria desde à época em que o Brasil ainda era colônia de Portugal. Dessa forma o cultivo do solo era o principal fator a ser observado para o reconhecimento de propriedade da terra.

---

<sup>1129</sup> Por se encontrar incompleto o processo, não foi possível a verificação dos nomes das testemunhas.

<sup>1130</sup> Documento 103664145001. Centro de Documentação Histórica, CDH. Universidade Severino Sombra.

<sup>1131</sup> Processo 103664145001, fls. 27. Centro de Documentação Histórica, CDH. Universidade Severino Sombra.

<sup>1132</sup> STEIN, Stanley. *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 37.

Outra questão fundamental relacionada à terra, era a obrigatoriedade do cultivo do solo para obter a concessão de terras<sup>1133</sup>. Assim, ao realizar o roçado, Manoel Vieira dos Anjos e esposa, tentavam demonstrar que estavam cumprindo com uma das obrigações para o reconhecimento do título de proprietários.

Quanto ao andamento do processo, é notório que a apelação apresentada pelos réus obteve sucesso pelo menos até o momento em que o juiz ordinário e de órfãos, Francisco Ignacio Pacheco de Mello<sup>1134</sup>, conduzia a ação. O juiz em questão é o mesmo que, em 1833, fará parte da Câmara de vereadores da vila de Paty do Alferes partidária da transferência da vila.

Essa disputa travada judicialmente pelo reconhecimento da propriedade trazia várias implicações. A vitória ou derrota significava aumento ou perda de autoridade<sup>1135</sup>. Nessa disputa uma derrota dos requerentes, Manoel Francisco Xavier e esposa, poderia representar uma diminuição da autoridade da família frente aos outros senhores de terras envolvidos na disputa intra-elite.

Ao terreno alvo da disputa, observa-se os dados do processo, que a dimensão do terreno era de 400 braças de testada e ¼ de légua de fundo, informação que vai ao encontro da argumentação de Márcia Motta, quando afirma que as disputas por terras ocorriam em função de uma pequena parcela que pouco acrescentaria na extensão da propriedade<sup>1136</sup>. É preciso destacar o fato de que os envolvidos no litígio são dois grandes fazendeiros, algo que, segundo estudiosos da questão agrária no Brasil, é raro nesse período. Mas, o motivo que levou esses senhores a justiça fora: a invasão de pequenas parcelas de terras para a construção de benfeitorias ou expansão das roças.

Os dados referentes ao terreno demonstram que se encontrava inutilizado ou abandonado e, dessa maneira, Manoel Vieira dos Anjos realizou um roçado. Muito provavelmente, Manoel Vieira dos Anjos tinha conhecimento da lei de propriedade e dos direitos legais que pretensamente protegiam quem cultivava o solo.

Concomitantemente em cinco de novembro de 1831, dois meses após a abertura do primeiro processo, Manoel Francisco Xavier e esposa, antes mesmo do término da ação entraram com um novo pedido de embargo para os mesmos réus.

---

<sup>1133</sup> Virginia Rau In: STEIN, Stanley. Op. Cit., p. 36.

<sup>1134</sup> Francisco Ignacio Pacheco e Mello era oriundo de Minas Gerais e sobrinho do padre Pedro, dono da fazenda da Divisa em Paty do Alferes. In: Vassourense de 2 de agosto de 1896. Museu casa da Hera, Vassouras, Rio de Janeiro.

<sup>1135</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. 2ªEd. Niterói: EduFF, 2008, p. 45.

<sup>1136</sup> *Ibidem*, p. 44.



O que teria levado os autores a abrirem uma nova ação judicial? Seria a forma como estava sendo encaminhado o primeiro processo pelo juiz Francisco Ignacio Pacheco de Mello? Possivelmente. Lembremos que havia uma forte divisão na elite local e o juiz em questão participava ativamente dessas disputas, sendo futuramente um dos vereadores que optaria pela fundação da vila de Vassouras.

A forma como foi encaminhado esse primeiro processo pelo juiz Francisco Ignacio Pacheco de Mello, com parecer favorável aos réus, refletia a disputa senhorial?

A análise do segundo processo pode nos fornecer outros indícios dessa questão.

O juiz responsável pela abertura dessa nova ação, fora o sargento mor Joze Maria de Guadalupe que, por intermédio do procurador do capitão mor Manoel Francisco Xavier, reestabeleceu o pedido de embargo aos réus.

Posteriormente, o réu Manoel Vieira dos Anjos compareceu e pediu vista do processo. Após verificarmos essas primeiras informações da ação, nos deparamos com a ausência de diversas folhas. A primeira página na sequência é a 13, na qual se encontra a parte conclusiva, datada de primeiro de junho de 1832: *“Os embargos a f10 Recebo e Julgo aprovado e julgo provados por sua materia aos autos despachos de Direto com que me enformo em vista de nulidade com q foi feito o Embargº f2 q achei procedente e pague os Embargados as Custas.”*<sup>1137</sup>.

Este despacho não foi realizado pelo mesmo juiz que iniciou essa nova ação. Neste momento, quem despachava aprovando a solicitação de embargo era o juiz Francisco Ignacio Pacheco de Mello. Mas, no primeiro processo, esse mesmo juiz acataria, em 21 de julho de 1832, as argumentações apresentadas pelo procurador dos réus, condenando os autores da ação a pagar as custas processuais julgando improcedente o embargo solicitado.

Em um período de pouco mais de um mês, observa-se dois posicionamentos distintos do juiz Francisco Ignacio sobre a mesma questão. Incoerente, em primeiro de junho, ele despacha no segundo processo, condenando os réus e determinando o pagamento das custas. No mês seguinte, ainda na primeira ação, em audiência pública, condenava os autores.

Possivelmente, em função desse posicionamento do Juiz Francisco Ignácio e da disputa intra-elite, Manoel Francisco Xavier tenha atuado para a troca do juiz. Logo, um novo juiz, Antonio Delfim Silva, assumia o andamento da ação. Mas, antes da substituição do juiz e até mesmo da declaração da sentença, solicitava-se no segundo processo, a anulação da primeira ação.

---

<sup>1137</sup> Documento 103664051007. Centro de Documentação Histórica, CDH. Universidade Severino Sombra.

Dessa forma, o juiz Francisco Ignacio Pacheco de Mello declarou nula a sentença que havia pronunciado contra os autores e ainda considerou incompetente todo o processo e se retirou da ação.

Nos procedimentos do segundo processo, Eleutério Delfim Silva, procurador de Manoel Francisco Xavier e esposa, fundamenta o pedido de nulidade da ação. Em seu pedido, argumentava ainda a incompetência do foro<sup>1138</sup>. Nesse mesmo documento, o procurador já se referia ao novo juiz, Antonio Delfim Silva que, às folhas 11 do processo, havia se declarado suspeito. Mesmo conhecedor da declaração, solicitou que esse mesmo juiz -suspeito- proferisse o julgamento da ação.

Por se considerar suspeito para dar andamento a ação, o juiz Antonio Delfim Silva despacharia nos dois processos, em 20 de novembro de 1832, sua decisão de encaminhar a solicitação de embargo aos juizes do ano anterior para julgar sobre seus termos, conforme a lei Ord' L° 3° F° 21° SS19°.

Ao analisar o porquê da declaração do juiz Antonio Delfim Silva, constatamos que o juiz apresentava o mesmo sobrenome do procurador Eleutério Delfim Silva. A hipótese de serem pai e filho foi comprovada pelas informações encontradas no jornal *Vassourense*. Nele, constatamos que Antonio Delfim Silva foi proprietário da fazenda do Monte Alegre e que, entre os seus filhos, encontrava-se Eleutério Delfim Silva<sup>1139</sup>. Também chama a atenção, a informação de ter sido proprietário da fazenda Monte Alegre, mesma propriedade do futuro barão de Pati do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck.

A informação sobre a fazenda Monte Alegre nos levou à questão sobre a existência de vínculos entre Antonio Delfim Silva e Francisco Peixoto de Lacerda Werneck. Na disputa relacionada à localização da sede da vila de Paty houve uma divisão muito nítida: de um lado ficou o grupo de Manoel Francisco Xavier; do outro, estava Antonio Luiz Machado apoiado pela família Werneck e também pelas pessoas vinculadas a essa família, como no caso de Antonio Delfim Silva<sup>1140</sup>.

Com mais esse dado sobre a disputa intra-elite, algumas interrogações foram formuladas: Antonio Delfim Silva teria se declarado suspeito na ação de embargo também em função de seu posicionamento durante a fundação da vila e, não só por ser pai do procurador de uma das partes? Lembremos que no momento da ação, Paty ainda era a sede da vila, tendo como seu maior representante Manoel Francisco Xavier. Antonio Delfim estaria evitando um

<sup>1138</sup> Processo 103664051007. Centro de Documentação Histórica, CDH. Universidade Severino Sombra.

<sup>1139</sup> Jornal *Vassourense* de 28 de junho de 1896. Museu Casa da Hera, Vassouras, Rio de Janeiro.

<sup>1140</sup> MAIA FORTE, José Mattoso. *Memória da fundação de Vassouras*. Rio de Janeiro: Ed O Globo, 1933, p. 45.

confronto direto com um antigo e poderoso “inimigo”? Por que Manoel Francisco Xavier escolheu Eleutério Delfim Silva como procurador?

Infelizmente, não obtivemos respostas para essas questões. No entanto, é possível esboçar certas explicações a partir de outros estudos que também enfatizam essas disputas intra-elites.

João Fragoso, no artigo “A nobreza vive em bandos”<sup>1141</sup>, identifica e analisa as várias formas de alianças entre os ditos nobres. Essas alianças eram criadas entre as famílias e, também com outros grupos sociais. O objetivo da formação desses laços era a manutenção e/ou a hegemonia política. Assim, com a formação de “bandos”, principalmente com outros grupos sociais, as famílias governantes adquiriam a cumplicidade de mais uma parcela da sociedade. Segundo o historiador, a formação de bandos resultava dos conflitos entre as facções nobres, cuja origem desse tipo de experiência está ligada à história medieval portuguesa.

As nossas análises sobre a disputa intra-elite na região de Paty do Alferes/Vassouras abrem várias questões. Em primeiro lugar, é preciso indicar que o posicionamento de Antonio Delfim Silva, que durante a fundação da vila apoiou Antonio Luiz Machado, não impossibilitou sua aproximação com a família de Manoel Francisco Xavier. Essa mudança de posicionamento deve ser explicada em função dos interesses em jogo.

Possivelmente, Manoel Francisco Xavier sentiu a necessidade de alargar sua rede de alianças após os conflitos em torno da fundação da sede da vila. Ainda que nesse contexto tenha se negado a ceder parte de sua propriedade, Manoel Francisco Xavier conseguiu não só ser juiz ordinário, como também capitão-mor da recém criada vila.

A partir desse momento, sua área de influência aumentou, agregando, por meio de relações de compadrios e/ou alianças políticas, outros senhores proprietários. Dessa forma, o posicionamento do juiz Antonio Delfim Silva é melhor compreendido, assim como a própria presença de seu filho, Eleutério Delfim Silva, como procurador do capitão-mor Manoel Francisco Xavier. Provavelmente, tanto pai quanto o filho faziam parte, nesse momento da vila de Paty do Alferes, da rede de alianças de Manoel Francisco Xavier.

É preciso indicar ainda que, antes do ano de 1831, quando os processos foram abertos, Manoel Francisco Xavier sofreu um forte abalo em seu poder de capitão-mor, com a criação, em 1827, do cargo de juiz de paz. Até o momento da criação da função de juiz de paz, o título de capitão mor era o mais importante de uma localidade. Sua função se comparava a de um

---

<sup>1141</sup> FRAGOSO, João. *A nobreza vive em bandos*: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII.

delegado de polícia. Era o capitão-mor quem devia manter a ordem e mandar prender os criminosos; podia expulsar os vagabundos e os forasteiros considerados “suspeitos”; proibir reuniões públicas; conceder ou não licença para festas nos logradouros públicos<sup>1142</sup>.

Mas, a partir de 1827, toda paróquia ou freguesia era obrigada a ter um juiz de paz que, além de várias outras funções, tinha a responsabilidade de manter a ordem pública, pôr em custódia os bêbados, levar para a prisão os considerados criminosos. Além dessas funções que nos lembram a de um capitão-mor, também competia ao juiz de paz processar e julgar as causas cíveis, cujo valor não ultrapassasse a dezesseis mil réis; resolver as contendas sobre caminhos particulares e etc<sup>1143</sup>.

Com a criação do cargo de juiz de paz, as atribuições do capitão-mor foram diminuídas, restando a ele muito mais a imponência do título do que a importância da função. Além de ter absorvido as atribuições de capitão-mor, o juiz de paz acumulou também as funções do juiz de almotacés. Além dessas atribuições, a função agregou em 1831 mais funções como a responsabilidade pelos processos em *ex officio* de crimes públicos até a pronúncia<sup>1144</sup>.

A criação do ofício - juiz de paz – é um elemento importante da reforma do sistema judicial e faz parte do processo de descentralização observada no período regencial. Segundo Thomas Flory, sua criação tinha o objetivo de reduzir o poder do Imperador após o fechamento da Assembléia Constituinte<sup>1145</sup>. Para exercer a função, que era eletiva, não era necessária formação em Direito, mas também não havia remuneração. Os aspirantes políticos normalmente preenchiam a função nas capitais, já nas zonas rurais as famílias proprietárias de terras ocupavam o exercício do cargo. Em 1832, consolidou-se a estrutura judicial em torno do juiz de paz com a promulgação do Código do Processo Criminal. O Código

---

<sup>1142</sup> MAIA FORTE, José Mattoso. Op. Cit., p. 35.

<sup>1143</sup> RODYCZ, Wilson Carlos. *O Juiz de Paz Imperial: Uma Experiência de magistratura leiga e eletiva no Brasil*. Disponível em: <http://www.googleacademico.com.br>. Acesso em quatro de julho de 2009, p.7. Atribuições de um juiz de paz: Ao Juiz de Paz competia conciliar as partes antes da demanda, processar e julgar as causas cíveis cujo valor não excedesse a dezesseis mil-réis; manter a ordem nos ajuntamentos (reuniões públicas), dissolvendo-os no caso de desordem; pôr em custódia os bêbados durante a bebedice; corrigi-los por vício e turbulência e as prostitutas escandalosas, obrigando-os a assinar termo de bem viver, com a cominação de penas; fazer destruir os quilombos; fazer autos de corpo de delito; interrogar os delinquentes, prendê-los e remetê-los ao juiz competente; ter uma relação dos criminosos para fazer prendê-los; fazer observar as posturas policiais das câmaras; informar o juiz de órfãos sobre incapazes desamparados e acautelar suas pessoas e bens, enquanto aquele não providenciasse; vigiar sobre a conservação das matas públicas e obstar nas particulares ao corte de madeiras reservadas por lei; participar ao presidente da província quaisquer descobertas úteis que se fizessem no seu distrito (minas); procurar a composição das contendas e dúvidas sobre caminhos particulares, atravessadouros e passagens de rios ou ribeiros, sobre uso das águas empregadas na agricultura ou na mineração, dos pastos, pescas e caçadas, sobre limites, tapagens e cercados das fazendas e campos, e sobre os danos feitos por familiares ou escravos; dividir o distrito em quarteirões que não contivessem mais de vinte e cinco fogos

<sup>1144</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>1145</sup> Thomas Flory. In: RODYCZ, Wilson Carlos. Op. Cit., p. 10.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

consolidava o novo momento político do Brasil ao extinguir cargos da época colonial, como: ouvidorias; juízes de fora; e juízes ordinários.

### **Referências Bibliográficas**

FRAGOSO, João. *A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII*.

MAIA FORTE, José Mattoso. *Memória da fundação de Vassouras*. Rio de Janeiro: Ed O Globo, 1933.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. 2ªEd. Niterói: EduFF, 2008.

STEIN, Stanley. *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

RODYCZ, Wilson Carlos. *O Juiz de Paz Imperial: Uma Experiência de magistratura leiga e eletiva no Brasil*. Disponível em: <http://www.googleacademico.com.br>. Acesso em quatro de julho de 2009.

### **Fontes**

Documento 103664145001. Centro de Documentação Histórica, CDH. Universidade Severino Sombra.

Documento 103664145001. Centro de Documentação Histórica, CDH. Universidade Severino Sombra.

Documento 103664051007. Centro de Documentação Histórica, CDH. Universidade Severino Sombra.

### **Periódicos**

Jornal Vassourense de 28 de junho de 1896. Museu Casa da Hera, Vassouras, Rio de Janeiro.

Jornal Vassourense de 2 de agosto de 1896. Museu casa da Hera, Vassouras, Rio de Janeiro.

**Mercado Interno e Cafeicultura: terra e trabalho durante a expansão agrária de Juiz de Fora**

Bruno Novelino Vittoretto\*

**Resumo:** Esse trabalho discute, a partir dos dados arrolados nos inventários post-mortem dos anos de 1840 a 1850, de que maneira a produção agrícola de Juiz de Fora se comportou no momento de transição entre uma economia mercantil de subsistência e uma economia agro-exportadora. A diversificação do plantio - tanto de gêneros de mercado interno quanto do próprio café - pôde assegurar os dois elementos de maior importância para a expansão da commodity cafeeira durante a segunda metade do século XIX: a terra e a mão-de-obra escrava.

**Palavras-chave:** Juiz de Fora; economia cafeeira, mercado interno

### **Introdução**

Entender as raízes históricas da sobrepujança que a economia agro-exportadora proporciona à região da atual Zona da Mata mineira durante o século XIX é o interesse desse trabalho. Ou seja, o principal objetivo aqui é tentar compreender até que ponto a região se encontra comprometida com a produção da commodity cafeeira, e até que ponto ela foi possível na primeira metade do XIX, uma vez que representava uma alternativa economicamente mais rentável diante os demais produtos - típicos de mercado interno – que formavam a base do cultivo naquele momento.

Considera-se que a questão da cafeicultura matense, ainda que privilegiada por uma série de estudos, não foi debatida e pesquisada sistematicamente em seu período de transição entre um modelo “mercantil de subsistência” e um modelo agro-exportador ao longo do século XIX. Percebe-se que a maioria dos trabalhos direciona-se já para a segunda metade do Oitocentos, salvo raras exceções, justamente pela maior importância que a região alcança durante o período, além do maior acesso às fontes para a pesquisa. Seguem-se as reflexões de Giovanini e Matos:

---

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora - MG. E-mail: b.vittoretto@yahoo.com.br. Pesquisa desenvolvida sob orientação do prof. Dr. Anderson Pires (UFJF)

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Ao contrário do que se verifica na análise da segunda metade do século XIX na Mata, os dados e análises disponíveis para o período em foco [primeira metade do XIX] são raros e dispersos. Talvez em função de sua reduzida expressão populacional e pelo contraste com o boom da cafeeicultura a partir de 1850, existe um nível elevado de generalização nas afirmações feitas sobre a região nessa época. Não temos subsídios para refutá-las, mas há bons indícios de que elas devam ser relativizadas e pesquisadas mais detidamente (GIOVANINI & MATOS, 2004).

Esse trabalho se desenvolverá a partir de dados da cidade de Juiz de Fora (antigo distrito de Santo Antonio do Parahybuna), centro econômico da região nos anos seguintes e um dos pioneiros no cultivo do café. Desse modo, entende-se também que o município corresponde a uma espécie de modelo para as estruturas agrárias que predominam posteriormente em outras localidades de caráter agro-exportador da Zona da Mata, e assim perfeitamente oportuno para a pesquisa. Compreende-se também que esse sistema agrário insurgente, de caráter extensivo, necessita de dois elementos em abundância para sua reprodução: a disponibilidade da terra e do trabalho (FRAGOSO, 1983).

A pesquisa documental consiste unicamente nos inventários *post-mortem* custodiados pelo Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF). Foram levantados todos os 63 inventários correspondentes ao período de 1840-1850. Apenas dois deles foram descartados para o trabalho por não serem considerados tipicamente rurais. Portanto, os 61 inventários rurais foram pesquisados sistematicamente no intuito de agregar um universo maior de análise, que consiste em uma pequena “amostragem” da sociedade matense na primeira metade do século XIX.

O trabalho com os inventários consistiu basicamente na análise da descrição dos bens do falecido, levando em consideração todos os itens arrolados até o momento da partilha. Ou seja, a pesquisa se deu a partir das listagens de bens e dívidas feitas pelos inventariados com os devidos valores a eles atribuídos na época da abertura dos processos. Independente da perda ou acréscimo de bens e dívidas do inventariado, todas as modificações foram consideradas.

E os chamados bens de raiz descritos nos inventários, foram imprescindíveis nesse trabalho de identificação. Primeiro, no que diz respeito à **produção** de cada unidade rural. Ou seja, será analisado nesse item o quê e o quanto cada proprietário produziu de determinada cultura (café, milho, etc.), no intuito de avaliar o comprometimento da produção agrícola na época em destaque.

Outro elemento analisado nas fontes diz respeito à **posse do escravo** em Santo Antonio do Parahybuna. Por ser elemento essencial à capacidade produtiva das unidades rurais, a análise sobre essa mão-de-obra é uma ferramenta capaz de senão mensurar, inferir a

respeito do grau de mercantilização que a região alcança no período. O tema da escravidão será desenvolvido inerentemente às considerações da produção, divididas nas próximas duas seções.

Retornando aos bens de raiz, eles também ajudarão a identificar questões referentes à **propriedade da terra**. Acredita-se que esse ponto está intimamente ligado aos dois primeiros, uma vez que no período em questão a obtenção desse meio de produção por parte do proprietário, é imprescindível na estratégia de reprodução aplicada pelo mesmo. Nesse aspecto destacam-se discussões principalmente sobre o tamanho das unidades, uma vez que a dimensão territorial da posse indica também a capacidade de produção no interior das unidades rurais.

### **O café**

O café foi capaz de transformar incessantemente a paisagem, população e economia dos diversos locais em que foi produzido em escala significativa. E o século XIX brasileiro assistiu ao predomínio da atividade cafeeira em grandes proporções em sua parte sueste. Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro foram os principais contemplados com o cultivo e conseqüentes transformações encadeadas pela rubiácea (DEAN, 1977; FRAGOSO, 1983).

Minas Gerais particularmente, se beneficiou diretamente com o cultivo da planta, apesar de muito restrito geograficamente. A pequena Zona da Mata mineira foi responsável por praticamente todo café produzido na província. Os dados de Martins para a primeira metade do século XIX revelam a quase absoluta produção do café pela região, em contraste a Zona Sul, segunda produtora da província, e as demais regiões (MARTINS, 1980).

A historiografia produzida sobre a região estipula o ano de 1850 como o marco da inserção do café na Zona da Mata. No entanto, é extremamente importante atentar para uma franca expansão do produto ainda antes de 1850, mesmo que a base para a análise seja pequena. Assim escreve Giroletti, de acordo com os dados levantados pelo Barão Eschwege:

A primeira referência estatística de participação do café produzido em Minas, no cômputo geral das exportações é dada por Eschwege, em 1818/19. Minas exporta nesse período, 9.739 arrobas de café, no valor de 29,21 contos (...) No período 1829/1930, Minas já exportava 81.400 arrobas de café no valor de 148,5 contos, um aumento produtivo da ordem de 735%, comparado com o decênio anterior (...) Dez anos mais tarde, na safra de 1839/40, a produção se elevava a 243.473 arrobas, correspondendo a um aumento de 300%, comparada com a do decênio anterior... (GIROLETTI, 1980)



Peter Blasenheim aponta cifras um pouco menores que as do Barão para as exportações da província antes de 1850. Mesmo assim, é possível perceber a evolução da produção num curto espaço de tempo. Em apenas 30 anos, a proporção da produção do café aumentou em mais de 26 vezes, de acordo com os dados do autor. Enquanto isso, seu valor atingiu 35 vezes mais daquele obtido três décadas antes (BLASENHEIM, 1982).

Guardadas as devidas proporções, fica clara a ascensão do produto na primeira metade do século XIX. Ainda que em números reduzidos, se comparados com dados das décadas posteriores, a produção cafeeira da primeira metade do Oitocentos revela já uma vocação da região para o cultivo da rubiácea. Contudo, Martins afirma que,

A grande lavoura exportadora ficou confinada a uma área reduzida e não teve praticamente nenhuma influencia sobre a vida econômica do resto da província [de Minas Gerais] (...) região cafeeira foi, desde o início um enclave exportador que não teve praticamente nenhum impacto na vida econômica do resto da província. Ela era extensão da cafeicultura fluminense e todas suas ligações eram com o mercado do Rio de Janeiro. (MARTINS, 1980)

A assertiva de Roberto Martins, que trata a economia do café em Minas Gerais como um mero “enclave”, privando-a de sua importância para o conjunto da Província parece não proceder quando confrontada com as fontes primárias. Fato é que o predomínio dessa idéia fundamentada por Martins, dentre outros autores (CANO, 1985; LIMA, 1981), vem diminuindo com a elaboração de estudos locais. Pesquisas mais recentes apontam uma autonomia econômica da Zona da Mata mineira frente a outras regiões a ela ligadas, além de compreender um considerável grau de dinamismo relacionado ao café, principalmente com a elaboração de trabalhos direcionados às possíveis transformações ocorridas na região matense após a inserção do produto (GIOVANINI, 2006; OLIVEIRA, 1999; PIRES, 2004).

São esses elementos relativamente novos em termos historiográficos que os dados descritos logo abaixo buscarão evidenciar para o período compreendido entre 1840 e 1850. A pesquisa nos inventários revelaria uma tímida produção cafeeira na região, caso os dados fossem comparados com os números alcançados pelo produto a partir da segunda metade do século XIX. Mas o interesse desse trabalho é revelar a contribuição da rubiácea antes de sua efetiva expansão no conjunto da economia, considerando a capacidade de diversificação produtiva naquele momento.

Dos 61 inventários pesquisados, 14 deles ou 22,9% não possuíam qualquer referência quanto à produção agrícola daquelas unidades. As unidades que referenciaram o café alcançaram o número de 27, ou seja, 44,2% do total dos inventários pesquisados. Já quando o

mesmo número é colocado em relação às unidades que possuíam algum tipo de referência sobre sua produção, a porcentagem das unidades produtoras de café sobe para 57,4%.

Se colocada em relação aos ativos do período, a atividade cafeeira demonstra uma importância proporcionalmente equilibrada em relação aos anos posteriores. O incremento nos ativos dos inventariados proporcionado pelo café, alcançou uma média de 9,92% na pesquisa. Rita Almico encontra para um período posterior, quando o café já se encontra consolidado na região, a participação do produto em 16,28% dos ativos entre 1870 e 1888; e 9,23% entre 1889 e 1914 (ALMICO, 2001). Confrontando esses dados, percebe-se que o café contribui para a composição da riqueza mesmo que apresentasse uma produção em escala menor, pois seu valor nominal era maior em relação aos outros produtos agrícolas.

Martins estima uma média de produtividade de 36@ para cada 1.000 pés de café na Zona da Mata (MARTINS, 1980). Com bases nesses números, chega-se a uma produção total de aproximadamente 45.000@ encontrada nos inventários, uma média de 1.670@ ou 46.300 pés por unidade. Mais uma vez, esses números parecem estar bastante distantes daqueles alcançados décadas depois, mas naquele momento representa uma boa média, totalizando um valor de 151:347\$827, ou quase um décimo de toda a riqueza apresentada pelo universo agrário de Juiz de Fora no período.

#### **Unidades produtoras de café, Juiz de Fora (1840-1850)**

<i><b>ESPECIALIDADE</b></i>	<i><b>%</b></i>
Café	48,1
Café e outras culturas	51,9
Total	100,0

Fonte: Inventários AHUFJF

A percepção da mão-de-obra escrava absorvida nas unidades cafeeiras inventariadas faz inferir sobre a capacidade produtiva do café, e a mobilização em torno dessa atividade enquanto uma alternativa viável aos proprietários rurais. Dessa forma, os dados elaborados por Martins parecem bastante questionáveis. A saber, o autor afirma que o setor cafeeiro empregou entre 1841 e 1850, 5.633 escravos ou apenas 1,11% da população total da província de Minas Gerais (MARTINS, 1980).

Somente com a pequena amostra de inventários do mesmo período, considerando apenas as unidades exclusivamente cafeeiras de Juiz de Fora, obtém-se a quantia de 308 cativos. Considerando que as dimensões da cafeeicultura não abarcaram somente essa cidade, mas outras localidades importantes como Mathias Barbosa e Mar de Espanha, e que os dados

presentes nos inventários contém apenas uma parcela dos proprietários do período (os falecidos), os dados do autor parecem subestimar o que Slenes chama de “efeitos multiplicadores” proporcionados pelo produto básico (SLENES, 1985).

A porcentagem de 1,11% é um número bastante questionável, uma vez que a agricultura “*absorveu parcelas cada vez maiores da mão-de-obra disponível*” (LIBBY, 1988), tanto livre quanto escrava. Considerando-se que a propriedade do escravo era um privilégio de apenas um terço de toda a população da província no período, a concentração de cativos nas unidades cafeeiras foi tanto significativa quanto essencial para a expansão do produto e sua importância no conjunto da economia de Minas Gerais (LIBBY, 1988).

Haja vista a média de 23,76 escravos por unidade cafeeira inventariada, bastante elevada para o período se for comparada com a de outras regiões. Francisco Vidal Luna encontra 12,6 cativos por propriedade na localidade de Areias, conhecida área cafeeira de São Paulo, no ano de 1836 (LUNA, 1994). Enquanto isso, Juliano Sobrinho aponta 11,5 escravos por unidade rural em Itajubá entre 1785 e 1850 (CUSTÓDIO SOBRINHO, 2009). Juiz de Fora apresenta, portanto, uma média quase igual a das duas localidades juntas.

Com essas pequenas observações, percebe-se através da estrutura de posse do escravo e da produção agrícola da região, que o café representou sim uma alternativa importante ao universo agrário de Juiz de Fora antes do marco historiográfico de 1850. Mesmo que não tenha alcançado em números absolutos a importância verificada na segunda metade do XIX, em termos relativos pode-se compreender que o produto representou um elemento importante no conjunto da economia local.

## **O mercado interno**

As atividades de mercado interno vêm sendo, nos últimos anos, contempladas com pesquisas empíricas locais em diversas regiões. Esse movimento faz parte de uma renovação da escrita histórica, que tende a perceber as características autônomas de cada espaço econômico. Assim, o foco dos estudos sobre as atividades exportadoras foram aos poucos cedendo espaço a trabalhos que focassem um mercado mais restrito geograficamente (LINAHRES, 1997).

A antiga capitania e então província de Minas Gerais ganhou destaque nesse tipo de pesquisa que destaca principalmente os séculos XVIII e XIX. Com isso, uma série de estudos

demonstra a importância do mercado interno para economia mineira após a queda da produção aurífera na segunda metade do Setecentos:

A tendência à diversificação econômica presente desde os primórdios da ocupação foi se aguçando e os produtos agropecuários passaram a desempenhar papel preponderante na economia da capitania, anteriormente ocupado pelo ouro. Decorrente deste rearranjo interno de atividade principal verificou-se uma redistribuição interna da população e dos recursos econômicos. (ALMEIDA, 2005)

A historiografia mais atual, portanto, acredita que no conjunto da economia mineira, o mercado interno representa o principal condutor do processo de transformação, o sustentáculo da Província. Produtos diversos como tabaco, milho e feijão foram essenciais durante e, principalmente após o ciclo aurífero, destacando a importância dessa economia interna sobretudo naquelas regiões cuja extração do metal não ocorreu.

A tendência dos estudos confirma uma economia interna mercantilizada bastante diversificada e baseada na mão-de-obra escrava:

Estruturas econômicas da província de Minas Gerais provavelmente estavam entre as mais diversificadas do Brasil. Os setores exportadores talvez tenham tirado das vastas zonas periféricas a maioria das regiões econômicas, mas também existiam fortes setores da economia que abasteciam os mercados locais. (BERGAD, 2004)

A situação de Minas Gerais enquanto produtora de gêneros diversos se intensifica com a virada para o século XIX. A chegada da corte em 1808 e o crescimento que o Rio de Janeiro vinha alcançando como centro dinâmico da colônia abrem um amplo mercado para os produtos provenientes das Minas Gerais (ZEMELLA, 1991; RUSSEL-WOOD, 1998). E a localização de Santo Antonio do Parahybuna, por si só, seria uma evidente referência quanto às possibilidades que a região detinha em explorar esse mercado tão próximo.

Os inventários dessa pesquisa apontaram uma forte tendência das atividades internas em Juiz de Fora. As unidades produtoras de gêneros agrícolas alcançaram a cifra de 55,7% do total de inventários levantados. Como já descrito acima, alguns desses inventários (22,9%) não possuíam qualquer referência sobre a produção agrícola. Com isso, quando as mesmas unidades rurais são colocadas em relação somente às unidades que possuíam algum tipo de referência sobre a sua produção, a porcentagem das unidades voltadas aos gêneros alimentícios sobe para o total de 72,3%.

#### **Unidades produtoras de mercado interno, Juiz de Fora (1840-1850)**

<i>PRODUÇÃO</i>	<i>%</i>
-----------------	----------

10 a 13 de maio de 2010

Mercado Interno	58,8
Merc. Interno e café	41,2
Total	100,0

Fonte: Inventários AHUFJF

É importante perceber que há uma coexistência dessas atividades com o café em 41,2% das unidades. A diversificação dos produtores rurais em Juiz de Fora era patente não só em relação aos produtos de consumo interno, mas também ao café, produto fundamentalmente exportador. No topo da produção de gêneros encontra-se o milho, pois além de fazer parte da dieta humana é um componente importante no trato dos animais. Logo em seguida aparecem o feijão, o arroz e a cana-de-açúcar dentre os mais recorrentes.

Em que pese a contribuição do café, principalmente se for considerado seu valor de mercado, a atividade interna parece essencial ao conjunto da economia de Minas Gerais:

O café era um setor cada vez mais importante na economia de exportações da província (especialmente depois de 1850), mas os níveis absolutos dos impostos da coletoria indicam padrões de desenvolvimento econômico semelhantes nos distritos do sudeste, sul e centro, indicando que os mercados internos dinâmicos complementavam os setores de exportação nas zonas não-cafeeiras do sul e centro de Minas. (BERGAD, 2004)

Bergad parece não ter privilegiado a importância dos “efeitos de encadeamento fiscais” do café, que podem “*incidir diretamente sobre o próprio produto de exportação (efeitos fiscais diretos) e/ou sobre o fluxo de importações gerado por ele (efeitos fiscais indiretos)*” (PIRES, 2004). No entanto, a afirmação do autor procede no que diz respeito à primeira metade do século XIX, pois há de se considerar que a rubiácea dava seus primeiros passos no conjunto da economia da Província, e ainda não poderia representar uma fonte de renda abundante para o estado tal qual viria a ser posteriormente.<sup>1146</sup>

Infelizmente não foi possível encontrar dados mais detalhados sobre a produção de gêneros a partir desses inventários. Contudo, as referências quanto ao cultivo de distintos produtos que atendem a uma demanda interna ou que simplesmente garantem a subsistência das unidades produtivas, fazem crer em um movimento de diversificação vital para a economia local. Outro aspecto que pode ser bastante elucidativo nesse sentido é a posse do escravo, no intuito de avaliar sobre o grau de mercantilização da região.

<sup>1146</sup> Mesmo assim, segundo os dados do próprio Bergad, o café que em 1818-19 representava apenas 2,7% do valor de tudo que saía de Minas Gerais, já em 1843-44 alcança 23,6% desse total, sendo a maior fonte de riqueza agrícola produzida na Província no período (BERGAD, 2004).

Percebe-se que as unidades voltadas para o mercado interno apresentaram significativa proporção desses indivíduos. 312 cativos foram identificados em contraste aos 308 encontrados anteriormente nas unidades exclusivamente cafeeiras. Contudo, a média alcançada pelas propriedades de mercado interno alcançou somente 65,6% da média das unidades do café. Ou seja, um total de 15,60 escravos para cada unidade rural, em comparação a média de 23,76 cativos encontrada nas unidades cafeeiras.

Mesmo assim, de acordo com o número de escravos, só a produção de mercado interno de Juiz de Fora se encontrava em melhor posição frente à média total das outras duas regiões comparadas, Itajubá - área reconhecidamente voltada ao mercado interno (11,5) - e Areias (12,6) – detentora de uma considerável produção exportadora de café.

Importante reconhecer a predominância do escravo como mão-de-obra não só de maneira generalizada, mas também sobre um olhar direcionado ao interior de cada unidade. A pesquisa revela que as unidades voltadas exclusivamente a essa atividade não possuíam menos do que cinco cativos em seus plantéis. A recorrência de plantéis maiores também pode ser percebida, como no caso da propriedade da falecida Ana Francisca Pires e seu viúvo Francisco Garcia de Matos, que contava com o trabalho de sessenta e um serviçais.<sup>1147</sup>

Outro exemplo é o da propriedade do inventariado Manoel Gonçalves Fontes e sua viúva Maria Perpétua da Silva, diversificada no cultivo da cana-de-açúcar, do milho e do feijão, que possuía em 1845 um total de trinta e um cativos.<sup>1148</sup> Não se trata nesses casos, de uma tentativa de qualificar os plantéis enquanto grandes, mas de evidenciar o caráter mercantil e a importância do escravo no processo de ascensão da economia local.

Portanto, através dos dados levantados para setor agrícola, pode-se perceber o significativo grau de mercantilização do antigo distrito de Santo Antonio do Parahybuna antes da ascensão efetiva da economia agro-exportadora. Tanto a análise sobre os dados da produção quanto a observância da questão da mão-de-obra - elemento essencial ao desenvolvimento agrícola no período - apontaram uma vocação produtiva da região, em que o mercado interno destacou-se perante sua diversificação.

### **A propriedade da terra**

A propriedade da terra no Brasil foi fundamentada até o ano de 1822 sobre o regime das Sesmarias. A concessão daquela que representava a maior fonte de riqueza e poder

<sup>1147</sup> Inventário de Ana Francisca Pires (1848). Fonte: AHUFJF

<sup>1148</sup> Inventário de Manoel Gonçalves Fontes (1845). Fonte: AHUFJF

provem de uma lei medieval, surgida em Portugal no ano de 1375. Assim como em França e Espanha, a propriedade alodial possuía caráter patrimonial, ao contrário das terras da Inglaterra ou Holanda, consideradas como mercadorias (CARDOSO, 1979).

A concepção capitalista da terra, enquanto mercadoria, só é regularizada juridicamente no Brasil em 1850 com a “Lei de Terras”, executada e regulamentada no decreto 1318 de 30 de janeiro de 1854 (CAVALCANTE, 2005). Portanto, pode-se dizer que o período em questão trata-se de uma fase intermediária em relação à posse da terra, quando as concessões já haviam se extinguido, mas a compra e venda da terra não era algo formalizado pelas instituições de poder com uma legislação específica.

As fontes pesquisadas no trabalho impuseram alguns limites e dificuldades quanto à classificação das terras inventariadas em Juiz de Fora. No entanto, as adaptações e tipologias adotadas seguirão os modelos já elaborados por outros autores (ANDRADE, 2006. CANO, 1985). O tamanho da propriedade fica assim classificado em duas instâncias:

1 - Quanto à referência encontrada no inventário:

PEQUENA – *Posse/Parte/Sorte/Porção/Situação de Terras*: (ou) até 50 alqueires.

MÉDIA - *Sítio*: (ou) entre 50,01 e 100 alqueires.

GRANDE – *Sesmaria*: (ou) mais de 200,01 alqueires

2 - Quanto ao número de escravos:

PEQUENA – até 20 escravos

MÉDIA – de 21 a 50 escravos

GRANDE – mais de 50 escravos

Os critérios acima foram adotados em relação não só à propriedade principal inventariada – sede – como as outras propriedades (ou parte delas) arroladas. Quer dizer que em diversos casos, se encontra mais de uma propriedade por inventariado, por conta dos laços familiares como herança e casamento. Essas parcelas serão também consideradas, pois a partir do momento que ela é de posse do inventariado diz respeito à capacidade que aquele indivíduo, pertencente a um grupo específico, foi capaz de agregar em vida.

Giovanini afirma que a partir de 1822 “*a expansão da fronteira passou a se dar através da simples ocupação das áreas, seja pelos grandes fazendeiros ou pelos pequenos posseiros*” (GIOVANINI, 2006). Alguns dados encontrados referendam um possível mercado de terras, onde aparecem parcelas adquiridas através da compra. No entanto, não é possível afirmar definitivamente de que forma o acesso desses proprietários se deu.

Quase duas décadas após o fim da concessão territorial, foi percebido um total de nove propriedades resguardadas sobre o termo ‘Sesmaria’ nos inventários. Outras quatro aparecem divididas. Essas duas particularidades levam a crer em dois aspectos opostos: 1) as sesmarias permaneciam intactas mantendo o padrão monopolizador da terra; 2) as sesmarias foram se extinguindo, devido ao seu crescente parcelamento.

As duas hipóteses sustentam-se no mesmo argumento de que as famílias seriam a chave tanto para o sucesso quanto para o definhamento da propriedade. Essa paradoxal relação parcelamento/concentração fundiária poderia ser explicada também pela existência de dois modos-de-produção na região – o camponês e o escravista (CARRARA, 1999). Mesmo assim, autores crêem que os laços familiares tendem mais a concentrar do que dividir as posses, pois a fragmentação das terras na região se dá somente após 1920 com o fechamento da fronteira e esgotamento do solo (OLIVEIRA, 2004):

Independentemente da maneira como a Sesmaria fosse obtida, o fato é que sua aquisição geralmente levava ao acréscimo de mais terras, por três motivos distintos. O primeiro diz respeito à escassez de fiscalização e à relativa imprecisão dos títulos de posse, que permitiam que os fazendeiros agregassem as terras vizinhas sem maiores problemas. O segundo era a concessão concentrada de sesmarias dentro de uma mesma família. (...) Por fim, era também importante a concentração de terras e riquezas através de casamentos entre as grandes famílias (GIOVANINI, 2006).

No entanto, a questão aqui não é de que forma se adquiriu ou manteve-se a propriedade, mas o dimensionamento das unidades rurais no período. Uma vez suposto que o grau de mercantilização da economia regional se encontrava em um estágio bem avançado, em face de sua diversificação econômica, trata-se de perceber a importância que o tamanho da propriedade exerceu no processo produtivo das unidades rurais.

Rômulo Andrade encontra nos inventários de Juiz de Fora uma média de 180 alqueires por propriedade entre os anos de 1854 e 1888 (ANDRADE, 1991). Já Peter Bleisenheim, aponta uma média de 280 alqueires para as décadas de 70 a 90 do século XIX (BLEISEHEIM, 1982). Os números são relativamente altos em comparação a média de 122,4 alqueires percebida para a propriedade principal – sede – e 127,02 alqueires em relação a todas as posses dos indivíduos arrolados nos inventários dessa pesquisa entre 1840 a 1850.

Mesmo assim, há de se destacar o predomínio das propriedades médias e grandes, independente dos números de Andrade e Blaisenheim – que se referem a um momento de expansão e consolidação efetiva da cafeicultura na região. Percebe-se que as parcelas acima de 100 alqueires compõem mais de 55% dos inventários. Enquanto isso há um equilíbrio entre



10 a 13 de maio de 2010

as pequenas e médias posses, quando consideradas todas as parcelas dos proprietários; e uma superioridade das pequenas quando se considera somente a unidade principal – sede.

**Posse da terra na unidade principal - sede (1840-1850)**

<i>Tamanho da terra em alq.</i>	<i>Nº de proprietários</i>	<i>%</i>
Até 50,0	11	37,93
De 50,1 a 100,0	2	6,89
De 100,1 a 200:	7	24,13
+ de 200,1:	9	31,03
Total	29	100,0

Fonte: Inventários AHUFJF

A pesquisa aponta o inverso do levantamento feito por Laird Bergad (BERGAD, 2004). Segundo o autor, a pequena propriedade correspondia a 68,2 % das unidades rurais na Comarca do Parahybuna na década de 1850. Já a média propriedade atingia 13,6 %, enquanto a grande alcançava 18,2%. As características que diferenciam o distrito e a região do qual fazia parte reveladas na pesquisa, podem ser compreendidas por questões já discutidas anteriormente, uma vez que os dados de Bergad parecem não se adequarem ao antigo distrito de Santo Antonio do Parahybuna.

Parece que a concentração de terras se dá de forma mais efetiva em Juiz de Fora, dado seu maior nível produtivo e mercantil. Além desse aspecto, o antigo distrito - localizado na sub-região sul - é considerado um dos pioneiros no cultivo do café, adotando de maneira efetiva um modelo escravista pautado na concentração e expansão de terras, diferente da parte setentrional da atual Zona da Mata - sub-regiões centro e norte - destacada no período pelo predomínio de um sistema camponês do qual é possível perceber de maneira mais efetiva a difusão da pequena propriedade (CARRARA, 1999).

Independente disso, três pontos podem ser percebidos de acordo com os dados obtidos. 1) O predomínio da grande propriedade é aparente, ao passo que as grandes posses ultrapassam em mais da metade das fontes pesquisadas. 2) A média propriedade só ganha importância quando são agregadas as parcelas independentes da unidade principal de produção. 3) A pequena propriedade predomina em relação à média sem, contudo, alcançar a proporção numérica das grandes posses.

**Posse da terra em Juiz de Fora (1840-1850)**

10 a 13 de maio de 2010

<i>Tamanho da terra em alq.</i>	<i>Nº de proprietários</i>	<i>%</i>
Até 50,0	8	21,62
De 50,1 a 100,0	8	21,62
De 100,1 a 200:	10	27,02
+ de 200,1:	11	29,72
Total	37	100,0

Fonte: Inventários AHUFJF

Já quando os critérios para avaliar a dimensão da propriedade se pautam na posse do escravo, algumas diferenças são percebidas. O privilégio obtido somente por um terço da população de Minas Gerais no período (LIBBY, 1985) foi confirmado para quase a totalidade dos proprietários rurais inventariados em Juiz de Fora – apenas um não possuía escravos.

No entanto, os plantéis mostraram-se relativamente pequenos, se comparados com as dimensões físicas das propriedades. Percebe-se o predomínio das pequenas posses – até 20 cativos – em mais de 60% dos produtores, enquanto as médias posses – entre 20 e 50 escravos - alcançaram 28,3%. Já os grandes plantéis chegam somente a 10% das unidades rurais no período anterior ao fim do tráfico transatlântico de escravos.

#### **Estrutura de posse de escravos (1840-1850)**

<i>Nº de Escravos</i>	<i>Donos de Escravos</i>	<i>%</i>
1 - 5	10	16,6
6 -10	11	18,3
11 -20	16	26,6
21 – 50	17	28,3
51 – 100	3	5,0
101 +	3	5,0
Total	60	100,0

Fonte: Inventários AHUFJF

Contudo, há de se enfatizar que a média total de escravos nas mesmas propriedades – pequenas, médias ou grandes - é de 24,08 cativos. Destaca-se nesses números a já citada média de escravos por unidades produtoras de café e de mercado interno (a primeira é de 23,76 enquanto a segunda é de 15,60 cativos por propriedade), evidenciando a importância da diversificação produtiva para a reprodução dessas unidades.

#### **Estrutura de posse de escravos (1840-1850)**

<i>Nº de Escravos</i>	<i>Donos de Escravos</i>	<i>%</i>
-----------------------	--------------------------	----------

10 a 13 de maio de 2010

1 – 20	37	61,6
21 – 50	17	28,3
+ 50	6	10,0
Total	60	100,0

Fonte: Inventários AHUFJF

Mesmo que a média de cativos esteja classificada entre os números da média propriedade, percebe-se a superioridade dessa mão-de-obra na região, se comparada a outras regiões durante o século XIX. Os casos de Itajubá e Areias já foram citados, e servem de parâmetros de comparação que evidenciam a maior capacidade de Juiz de Fora em agregar mão-de-obra para a reprodução de seu meio rural.

Ainda que a mão-de-obra escrava não se apresentasse tão volumosa como no período imediatamente posterior ao dessa pesquisa - mesmo assim correspondia a 44,87% dos ativos - pode-se compreender que a concentração da terra era elemento essencial antes de 1850. Seja através da manutenção das parcelas remanescentes das Sesmarias, seja no rearranjo familiar, ela foi capaz de agregar mais da metade dos inventariados de Juiz de Fora, garantindo a disponibilidade daquele que seria um dos elementos para a proeminente expansão cafeeira.

## Conclusão

A pesquisa nos inventários de Juiz de Fora revelou elementos importantes para se entender a economia da região matense - e principalmente do distrito de Santo Antonio do Parahybuna - durante a primeira metade do século XIX.

A diversificação de sua economia agrícola mostrou-se elemento essencial do processo produtivo e do grau mercantil alcançado na região. Em termos gerais, a participação da mão-de-obra escrava nas unidades atingiu proporções significativas para a época. Ou seja, o escravo enquanto elemento essencial e um dos termômetros para se avaliar o processo produtivo, era parte integrante de praticamente todas as unidades inventariadas, ainda que sua média total não tenha ultrapassado os 50 cativos por propriedade, caracterizando-as como grandes.

Independente das formas de acesso, a propriedade da terra se pautou na concentração do solo em mais da metade dos inventariados. Mesmo que houvesse um equilíbrio entre a pequena e média propriedade, ou até mesmo uma maior difusão de parcelas com menos de 50 alqueires, a grande posse de terras permaneceu predominante em Juiz de Fora no momento de transição do caráter formal da posse e antes da inserção definitiva do café.

O café, em termos absolutos, não representou grande importância para a economia do período, confirmando a idéia já difundida pela historiografia de que o produto só atingiria maior expressão a partir de 1850. Já em termos relativos, ficou evidente a contribuição da rubiácea para Juiz de Fora e sua capacidade transformadora antes de eclodir sua produção – seja por sua participação nos ativos, capacidade de agregar mão-de-obra escrava, ou no movimento natural de expansão e concentração fundiária que o cultivo da planta impõe.

Ainda que se necessite de dados mais concretos, é possível pensar que a produção cafeeira pré-1850 foi capaz de agregar forças o suficiente para as propriedades, diversificadas de produção para mercado interno e/ou externo pudessem aos poucos transferir o grosso de sua capacidade para um cultivo mais rentável.

Isso porque a garantia dos dois elementos essenciais para a produção e reprodução da atividade cafeeira – a terra e o trabalho – encontrava-se em estágio avançado no distrito em foco. É nesse sentido que o acréscimo cada vez maior de mão-de-obra escrava e terras foi capaz de difundir mais facilmente a produção racional ou extensiva típica da atividade agro-exportadora.

### Fontes

- Inventários *post-mortem* Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF) – Fórum Benjamin Colucci (1840-1850).

### Bibliografia

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial*. **Lócus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1 e 2, p. 137-160, 2005.

ALMICO, Rita de Cássia da S. **Fortunas em Movimento: Um Estudo Sobre as Transformações na Riqueza Pessoal em Juiz de Fora/1870 – 1914**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia/Unicamp, 2001.

ANDRADE, Rômulo Garcia. *Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: O Caso da Zona da Mata*. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Volume. 11, no. 22, pp. 95-125 mai/ago. 1991.

\_\_\_\_\_. *Formação de Estruturas Agrárias e seu dinamismo na Zona da Mata mineira (Juiz de Fora e Muriaé, século XIX)*. In: XII Seminário sobre a Economia Mineira, 2006, Diamantina(MG). **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte (MG) : UFMG/FACE/Cedeplar, 2006. v. 1. p. 1-16.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

BERGAD, Laird W. **Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BLASENHEIM, Peter. *Uma História Regional: a Zona da Mata Mineira*. V **Seminário de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 1982.

CANO, Wilson. *Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras*. **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, 15(2): 291-306. mai/ago, 1985, IPE/USP.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARRARA, Ângelo. **Estruturas Agrárias e Capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)**. Mariana: UFOP, 1999.

CAVALCANTE, José Luiz. *A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra*. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. São Paulo, nº 2, jun. 2005.

CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. **Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá (1780-1850)**. Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora, UFJF, 2009.

DEAN, Warren. **Rio Claro: Um sistema Brasileiro de Grande Lavoura 1820 –1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FRAGOSO, João L. Ribeiro. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): Um Estudo de Relações Não-Capitalistas de Produção**. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1983

GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em movimento: Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897)**. Dissertação de Mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 2006.

GIOVANINI, Rafael Rangel & MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. *Geohistória econômica da Zona da Mata mineira*. In: XI Seminário sobre a Economia Mineira, 2004, Diamantina (MG). **Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte (MG): UFMG/FACE/Cedeplar, 2004.

GIROLETTI, Domingos. **A Industrialização de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais 1870/1920**. RJ: Ed. Vozes, 1981.

LUNA, Francisco Vidal. *População e Atividades Econômicas em Areias (1817-1836)*. **Estudos Econômicos**. São Paulo, 24(3): 433-463, set/dez. 1994.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *História Agrária*. IN: CARDOSO, CIRO F. & VAINFAS, Ronaldo (ORG). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, cap. 6.

MARTINS, Roberto. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1980.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Caminho Novo: o circuito das riquezas e dos privilégios no processo de ocupação das Vertentes e Mata mineira*. **Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH - MG**. Juiz de Fora, 2004.

\_\_\_\_\_. **Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780 – 1870)**. Tese de doutorado, UFF, Niterói, 1999.

PIRES, Anderson. **Café, Bancos e Finanças em Minas Gerais: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata Mineira – 1889-1930**. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 2004.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Centros e periferias no mundo luso-brasileiro (1500-1808)*. **Revista brasileira de História**. São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.

STEIN, Stanley. **Vassouras Um município brasileiro do café, 1850 - 1900**. Tradução de Vera Bloch Wrobel – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SLENES, Robert. **Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Campinas: UNICAMP, 1985.

ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1991.

**O Supremo Tribunal de Justiça no Segundo Reinado  
(1840 a 1891\*).**

Carla Beatriz de Almeida. •

**Resumo:** O trabalho busca investigar o Supremo Tribunal de Justiça no Segundo Reinado.

**Palavras-chave:** Política Imperial, Supremo Tribunal de Justiça, Segundo Reinado.

**Introdução:**

O presente artigo tem o objetivo de tratar sobre os resultados iniciais de uma pesquisa de mestrado em andamento que trata sobre o funcionamento e a composição do Supremo Tribunal de Justiça durante o Segundo Reinado.

Esta pesquisa está inserida num quadro de preocupações com a história das idéias políticas e das culturas políticas e jurídicas, que serão enfocadas tendo como pano de fundo a atuação dos conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça<sup>1149</sup>. O recorte cronológico abrange de 1840, quando ocorreu a nomeação do conselheiro Antônio Augusto da Silva<sup>1150</sup> até 1891. Este recorte ultrapassa o II Reinado, indo até 1891 ano no qual se encerra as atividades desse Tribunal, sendo que por dois anos tivemos uma instituição imperial atuando no Brasil Republicano.

As discussões sobre essas questões podem dar ensejo a importantes pontos, como o perfil da instituição no II Reinado, a partir dos ministros do Supremo Tribunal de Justiça, bem como o funcionamento da referida instituição. Tais pontos iluminam todo um conjunto de práticas sociais, políticas e ideológicas dentro dessa esfera de poder estatal, o Supremo Tribunal de Justiça.

---

\* O recorte cronológico abrange de 1840, quando ocorreu a nomeação do conselheiro Antônio Augusto da Silva até 1891. Este recorte ultrapassa o II Reinado, indo até 1891 ano no qual se encerra as atividades desse Tribunal, sendo que por dois anos tivemos uma instituição imperial atuando no Brasil Republicano.

• Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Bacharel em Direito pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC/Barbacena), Pós-graduanda em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: Educação para as Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Rua: Santo Antônio, 810/605, Centro, Juiz de Fora, Cep: 36015-001, e-mail: lookcarla84@yahoo.com.br.

<sup>1149</sup> Os ministros do Supremo Tribunal de Justiça eram condecorados com o título de conselheiros de acordo com o artigo 163 da Constituição de 1824.

<sup>1150</sup> Foi o primeiro conselheiro a ser nomeado no II Reinado, formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra (1795) e foi nomeado conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça pelo decreto de 2 de dezembro de 1840, tomando posse em 04 de maio de 1841.

Essa análise não se restringe somente ao *locus* do Supremo Tribunal de Justiça, posto que a discussão sobre como seria o funcionamento e a composição deste tribunal (critério de antiguidade para a escolha do presidente, atribuição do Imperador para a escolha do mesmo, etc..) teria se iniciado no Parlamento em 1827<sup>1151</sup>.

Busco discutir o funcionamento desta instituição, bem como recuperar a formação dos ministros do Supremo Tribunal para que através dessas trajetórias compreender uma conjuntura histórica estabelecida, corroborando a máxima de Geovanni Levi de que a relação entre biografia e contexto é permanente e recíproca<sup>1152</sup>.

Nesse sentido esta pesquisa se pauta na investigação de suas estratégias, práticas políticas e atuação dentro do Supremo Tribunal de Justiça. Pretende-se assim demonstrar como a avaliação da trajetória individual, permite trazer pistas para a análise da própria dinâmica da política imperial. Vale lembrar, que essa história do Supremo Tribunal de Justiça está marcada pela trajetória de uma geração de magistrados que se formou, intelectual, política e profissionalmente, posto que para o ingresso nessa magistratura requeriesse um letramento e uma experiência de prática jurídica.

### **O estudo das instituições jurídicas na historiografia.**

Nesta forma de abordagem, encontramos inspiração nos trabalhos de alguns pesquisadores.

Andréa Slemian<sup>1153</sup> analisou a criação (1828) e o funcionamento do Supremo Tribunal de Justiça nas duas primeiras décadas do Brasil Independente tendo em vista a complexa agenda de implantação de uma ordem constitucional para o Império. Em sua análise, uma série de reformas legislativas nos órgãos judiciários, que foram colocadas em prática no I Reinado esteve imersa em uma atmosfera de reformulação das bases políticas dos

---

<sup>1151</sup> Sessão da Câmara dos Deputados, 26 de maio de 1827. *Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados*. Disponível em:

<http://www2.camara.gov.br/internet/publicacoes/index.html>

A criação do Supremo Tribunal foi analisada por Andréa Slemian em seu trabalho, “O supremo Tribunal de justiça nos primórdios do império do Brasil (1828-1841)”. In: SLEMIAN, Andréa, LOPES, José Reinaldo de lima, GARCIA NETO, Paulo Macedo. *O judiciário e o império do Brasil: o supremo tribunal de justiça (1828-1889)*. São Paulo: Artigos Direito GV, n° 35, maio de 2009.

<sup>1152</sup> LEVI, Geovanni. *A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Geovanni Levi nos traz a trajetória de Giovan Batista Chiesa, em uma pequena aldeia chamada Santena, e nos coloca problemas interessantes no que concerne às motivações e estratégias da ação política.

<sup>1153</sup> SLEMIAN, Andréa. “O supremo Tribunal de justiça nos primórdios do império do Brasil (1828-1841)”. In: SLEMIAN, Andréa, LOPES, José Reinaldo de lima, GARCIA NETO, Paulo Macedo. *O judiciário e o império do Brasil: o supremo tribunal de justiça (1828-1889)*. São Paulo: Artigos Direito GV, n° 35, maio de 2009.



novos regimes no mundo atlântico, desde o final dos setecentos. A autora usou como fontes a legislação, os debates parlamentares, os relatórios dos ministros, sentenças do Supremo tomadas por meio da imprensa.

José Reinaldo de Lima Lopes<sup>1154</sup> investigou a definição do poder judiciário no momento em que se consolidava o Estado nacional brasileiro, cuja afirmação desse poder esteve ligada às idéias do judiciário em um regime constitucional e liberal. Para o autor, no II Reinado tivemos uma justiça administrativa (assembléia geral e poder moderador, via Conselho de Estado), o que afastou o Supremo de questões políticas, mas o afastamento não foi total, posto que houvesse conflito entre o judiciário e os outros poderes.

Paulo Macedo Garcia Neto<sup>1155</sup> analisou as reformas judiciária de 1871 e a eleitoral de 1881 (Lei Saraiva) que marcaram as tentativas de redefinição do papel do judiciário no arcabouço institucional brasileiro, bem como fez uma análise de jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça nas duas últimas décadas do regime monárquico brasileiro. Cabe salientar que Lopes e Garcia Neto deram um enfoque de acordo com a sua especialização na área de Direito, apesar de trabalharem a questão do poder judiciário e analisar algumas jurisprudências do Supremo Tribunal de Justiça, dentro do período do II Reinado, não trataram sobre o funcionamento e a composição do Supremo Tribunal de Justiça.

Gladys Sabina Ribeiro<sup>1156</sup> que trabalhou com a questão do funcionamento do Supremo Tribunal Federal na República Velha a partir das mudanças na legislação após a sua instituição, mostrando como se desenhava e se redesenhava o papel dessa instituição, bem como analisou processos desse tribunal para tentar compreender ‘a conformação do Direito, do poder Judiciário e da aplicação da justiça’<sup>1157</sup>.

Delton Meirelles e Luiz Cláudio Moreira Gomes<sup>1158</sup> analisaram a inserção dos juristas enquanto agente histórico quer pela participação na vida pública e na formação ideológica brasileira de 1832 a 1876, atentando para o fato de que ser bacharel em direito era mais do

---

<sup>1154</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima. “O supremo tribunal de justiça no império (1840-1871)”. In: SLEMIAN, Andréa, LOPES, José Reinaldo de Lima, GARCIA NETO, Paulo Macedo. *O judiciário e o império do Brasil: o supremo tribunal de justiça (1828-1889)*. São Paulo: Artigos Direito GV, n° 35, maio de 2009.

<sup>1155</sup> GARCIA NETO, Paulo Macedo. “O judiciário no crepúsculo do império (1871-1889)”. In: SLEMIAN, Andréa, LOPES, José Reinaldo de Lima, GARCIA NETO, Paulo Macedo. *O judiciário e o império do Brasil: o supremo tribunal de justiça (1828-1889)*. São Paulo: Artigos Direito GV, n° 35, maio de 2009.

<sup>1156</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. “Cidadania e luta por Direitos na República Velha: analisando processos do STF”. In: XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2006, Niterói. Usos do Passado, 2006. Esta comunicação mostra o resultado do projeto “Organização do acervo arquivístico da justiça federal – 2ª seção”, no período de 7/2004 a 6/2005.

<sup>1157</sup> Idem, p. 1.

<sup>1158</sup> MEIRELES, Delton, GOMES, Luiz Cláudio Moreira. “Magistrados e processo: impressões da literatura jurídica nacional (1832 a 1876)”, In: Anais do XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo-RS. História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos, 2007.

que freqüentar um âmbito acadêmico consistindo numa oportunidade maior para entrar nos quadros da burocracia estatal.

Cabe destacar Maria Fernanda Vieira Martins, no seu livro ‘A Velha Arte de Governar’<sup>1159</sup>, trabalhou com atuação e composição do Conselho de Estado, no qual temos um apanhado sobre a instituição: a origem, a formação dos conselheiros, como era a nomeação, a composição, representação partidária, a constituição e funcionamento do Conselho de Estado.

Não teria como deixar de falar, do Eduardo Spiller Pena<sup>1160</sup> que analisou o papel do IAB (Instituto dos Advogados do Brasil fundado em 1843) na sua missão de estabelecer normas para o exercício da advocacia, a discussão de questões jurídicas que surgiram dentro dos tribunais e que a criação de um ‘modelo ideal de ser advogado’ estava inserida num processo mais amplo de centralização e consolidação do Estado Nacional. Em sua obra *Pajens da casa imperial*<sup>1161</sup> traz o embate da hermenêutica dos juriconsultos dentro do IAB a respeito da lei de do Ventre Livre (1871).

Outra instituição que recebeu um estudo além do Supremo Tribunal de Justiça, do STF, do IAB e do Conselho de Estado foi o Júri. Adriana Pereira Campos e Viviani Dal Piero Betzel<sup>1162</sup> discute o funcionamento e a composição do tribunal do júri na província do Espírito Santo na segunda metade do século XIX, bem como o papel da mesma para a construção de um consenso do que deve receber punição estatal e as modificações que acarretaram a diminuição do poder e influência desta instituição.

Andréa Slemian<sup>1163</sup> atenta para o fato de que houve um programa de reformas, em especial de 1826 a 1833, através da criação de órgãos e instituições que tinham o escopo de valorizar a eficácia estatal na construção de uma ordem nacional. E houve importantes medidas dentro do poder judiciário, dentre elas a criação do Supremo Tribunal de Justiça.

---

<sup>1159</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A Velha Arte de Governar: Um estudo sobre a política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. Apesar do Conselho de Estado não ser uma instituição jurídica, pois pertence ao Poder Executivo, este trabalho contribui para a metodologia da pesquisa.

<sup>1160</sup> PENA, Eduardo Spiller. *Ser advogado no Brasil Império: Uniformização e disciplina do discurso Jurídico de formação*. Tuiuti: Ciência e Cultura, n.º. 23, FCHLA 03, p. 55-68, Curitiba, outubro de 2001.

<sup>1161</sup> PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial: juriconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas, Ed. Unicamp, 2001.

<sup>1162</sup> CAMPOS, Adriana Pereira, BETZEL, Viviani Dal Piero. “O júri no Brasil Império: Polêmicas e desafios”. In: *Brasileiros e Cidadãos: modernidade política 1822-1930*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008, p. 227-256.

<sup>1163</sup> SLEMIAN, Andréa. “À nação independente, um novo ordenamento jurídico: a criação dos Códigos Criminal e do processo Penal na primeira década do Império do Brasil”. In: *Brasileiros e Cidadãos: modernidade política 1822-1930*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008, p. 175-205.

Vale lembrar Vantuil Pereira<sup>1164</sup> que nos trouxe uma importante contribuição para pensarmos na discussão dos direitos do cidadão no que pode ser considerado um dos seus melhores exercícios, qual seja, o direito de petição, que decorre de um longo processo de consolidação. Para esse autor, no Brasil o movimento peticionário possibilitou o amadurecimento e o desabrochar da sociedade civil, o que não seria possível se as primeiras medidas para construção do Estado Imperial não tivesse sido tomadas, quais sejam a criação dos juizados de paz, do Supremo Tribunal de Justiça, da guarda Nacional e o Código criminal.

Temos também o trabalho de Ruth Gauer<sup>1165</sup> que traz indícios para começarmos a pensar como foi a atuação dos bacharéis em direito (apesar de analisar somente os egressos da faculdade de Coimbra) no processo político da organização do Estado através de múltiplas ações que estão longe de se caracterizarem como homogêneas e retrógradas, uma vez que, demonstraram uma perspectiva de mudança e inovação mesmo ante a instabilidade política vivida no final do século XVIII e início do século XIX.

### **A Criação do Supremo Tribunal de Justiça**

O Supremo Tribunal de Justiça foi criado no contexto da vinda da família real portuguesa para o Brasil; em decorrência da invasão das tropas napoleônicas, se tornou inviável a remessa de autos e apelações para a Casa da Suplicação de Lisboa. Assim, o então príncipe regente, D. João através de um alvará de 10 de maio de 1808, transformou a Relação do Rio de Janeiro em Casa da Suplicação do Brasil:

I. A Relação desta cidade se denominara Casa da Supplicação do Brazil, e será considerada como Supremo Tribunal de Justiça; para se findarem ali todos os pleitos em ultima instancia, por maior que seja o seu valor, sem que das últimas sentenças proferidas em qualquer das Mezas da sobredita Casa se possa interpor outro recurso, que não seja o das Revistas nos termos restrictos do que se acha disposto nas Minhas Ordenações, Leis, e mais Disposições. E terão os ministros a mesma alçada que tem os da Casa da Supplicação de Lisboa<sup>1166</sup>.

---

<sup>1164</sup> PEREIRA, Vantuil. “Petições: liberdades civis e políticas na consolidação dos direitos do cidadão no Império do Brasil (1822-1831)”. In: *Brasileiros e Cidadãos: modernidade política 1822-1930*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008, p. 97-129.

<sup>1165</sup> GAUER, Ruth. “A concepção de ética e a sedução da razão na formação da elite letrada luso-brasileira”. In: *Anais do IX Encontro Estadual de História ANPUH- RS, 2008, Porto Alegre. Vestígios do Passado: a história e suas fontes*, 2008.

<sup>1166</sup> Apud CARRILO, Carlos Alberto. *Memória da Justiça Brasileira: Coletânea de Documentos do Volume II, Da Restauração Portuguesa ao Grito do Ipiranga*, 3ª edição. Bahia: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Coordenador Científico e Editorial Des. Gersón Pereira dos Santos, 1993.

A Constituição de 1824 outorgada por D. Pedro I foi um avanço no sentido de propiciar uma organização da justiça brasileira, estabelecendo a independência do Poder Judiciário e ao trazer diretrizes sobre a criação de um tribunal superior. O artigo 163 da Constituição de 1824 tinha a seguinte disposição:

Na capital do Império, além da Relação, que deve existir, assim como das demais Províncias, haverá também um Tribunal com a denominação de – Supremo Tribunal de Justiça – composto por Juizes Letrados, tirados das Relações por suas antiguidades; e serão condecorados com o Título do Conselho. Na primeira organização poderão ser empregados neste Tribunal os Ministros daquelles, que se houverem de abolir <sup>1167</sup>.

O referido preceito constitucional foi cumprido com a sanção da Lei de 18 de setembro de 1828 pelo Imperador D. Pedro I, que dispõe sobre o Supremo Tribunal de Justiça e suas atribuições.

A estruturação do poder judiciário só teve início em 1828, com a criação do Supremo Tribunal de Justiça<sup>1168</sup>, que foi instalado no ano seguinte com 17 juizes letrados, as principais atribuições eram conceder ou denegar revistas nas causas julgadas pelos tribunais da relação nas hipóteses de práticas de atos nulos ou de notória injustiça. Cabe salientar que, no momento em que está sendo implantado este tribunal, esta em discussão no Parlamento Brasileiro o projeto dos códigos criminal de 1830 e do processo criminal de 1832.

### **O Supremo Tribunal de Justiça:**

#### **Atribuições, competência e funcionamento.**

O Supremo Tribunal de Justiça foi criado com a promulgação da lei de 18 de Setembro de 1828 pelo então imperador D. Pedro I. esse tribunal era composto por dezessete juizes letrados que provinham das Relações pelo critério de antiguidade, que recebiam o títulos de Conselheiros, usavam becas e recebiam o tratamento de excelência e tinham como vencimento 4:000\$000 sem nenhuma verba remuneratória a mais.

Cabe salientar, que os mesmos estavam impedidos de exercer qualquer outra atividade remunerada ou não, exceto na hipótese de ser membro do Poder Legislativo, os

---

<sup>1167</sup> Apud CARRILO, Carlos Alberto. *Memória da Justiça Brasileira: Coletânea de Documentos do Volume III, Independência e Constitucionalismo*, 3ª edição. Bahia: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Coordenador Científico e Editorial Des. Gersón Pereira dos Santos, 1993.

<sup>1168</sup> GRINBERG, Keila. “Verbete Justiça”. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*, Objetiva, 2002.

conselheiros podiam se ausentar das sessões do Supremo Tribunal para comparecer á Câmara dos Deputados ou ao Senado<sup>1169</sup>.

A lei de 18 de setembro de 1828 que criou o Supremo Tribunal de Justiça e delimitou as suas atribuições em seu art. 1º diz:

O Supremo Tribunal de Justiça será composto por dezasete Juizes letrados, tirados das Relações por suas antiguidades, e serão condecorados com o titulo do Conselho; usarão de béca, e capa; e terão o tratamento de excellencia, e o ordenado de 4:000\$000 sem outro algum emolumento, ou propina. E não poderão exercitar outro algum emprego, salvo de membro do poder legislativo, nem accumular outro algum ordenado<sup>1170</sup>.

A presidência do referido tribunal era mudada a cada três anos feita pela discricionariedade do imperador<sup>1171</sup>. Nessa ocasião o presidente fazia um juramento de cumprir fielmente os deveres de seu cargo, quais sejam dirigir os trabalhos dentro do tribunal, manter a ordem, e fazer executar o regimento; distribuir processos; fazer em livro próprio, e por ele rubricado a matricula de todos os magistrados que tinham a intenção de compor o Supremo Tribunal de Justiça; informar ao governo dos magistrados a nomeação de uma pessoa idônea para secretario do tribunal; advertir os tribunais caso não cumpram os seus officios; expedir portarias para a execução das resoluções e sentenças do tribunal e convocar os dias para conferencias extraordinárias<sup>1172</sup>.

As principais competências do Supremo Tribunal de Justiça foram conceder ou denegar revistas nas causas, e pela maneira que a lei de 18 de setembro de 1828 determina; conhecer dos delitos, dos erros de officio praticados por seus ministros, os ministros das relações, dos encarregados pelo corpo diplomático e pelos presidentes de província<sup>1173</sup>;

---

<sup>1169</sup> O Conselheiro Candido José de Araújo Vianna se ausentou na sessão do dia 18 de Dezembro de 1849 para assistir as duas sessões do Senado. Ata do Supremo Tribunal de Justiça do dia 18/12/1849. In: Livro Atas de Julgamento do Supremo Tribunal de Justiça (1849 à 1851), páginas 14-15, o referido livro se encontra na Seção de Arquivo do Supremo Tribunal Federal em Brasília/DF.

<sup>1170</sup> Lei de 18 de Setembro de 1828, In: CARRILO, Carlos Alberto. *Memória da Justiça Brasileira*: Coletânea de Documentos do Volume III, 3ª edição. Bahia: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Coordenador Científico e Editorial Des. Gersón Pereira dos Santos, 1993.

<sup>1171</sup> Durante todo período de funcionamento do Supremo Tribunal de Justiça foram eleitos 11 presidentes, quais sejam: José Albano Fragoso, Lucas Antônio Monteiro de Barros, José Bernardo Figueiredo, Francisco de Paula Pereira Duarte, Manoel Pinto Ribeiro Pereira Sampaio, Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, Joaquim Marcelino Brito, João Antonio de Vasconcelos, Albino José Barboza de Oliveira, Manoel Jesus Valdetaro, João Evangelista de Negreiros Sayão Lobato. Fonte: Banco de dados feito com as informações tiradas do site do Supremo Tribunal Federal: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/ministro.asp?periodo=stj&tipo=alfabetico>.

<sup>1172</sup> O artigo 4º da Lei de 18 de Setembro de 1828 traz a competência dos presidentes do Supremo tribunal de Justiça, In: CARRILO, Carlos Alberto. *Memória da Justiça Brasileira*: Coletânea de Documentos do Volume III, 3ª edição. Bahia: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Coordenador Científico e Editorial Des. Gersón Pereira dos Santos, 1993.

<sup>1173</sup> É competência do Supremo Tribunal de Justiça averiguar a culpa dos empregados públicos nos crimes de responsabilidade, com forme disposição expressa do artigo 155§1º do Código do Processo do Império do Brasil.

conhecer e decidir sobre os conflitos de jurisdição, e competência das relações das províncias<sup>1174</sup> e conceder hábeas corpus.

Esta última competência está expressa no Código do Processo do Império do Brasil em seu artigo O artigo 8º do Código do Processo do Império do Brasil:

Da decisão que concede a soltura em consequência de hábeas corpus. É somente competente para conceder hábeas corpus o juiz superior ao que decretou a prisão. São superiores para esse fim aos juizes de paz, subdelegados, delegados e juizes municipaes, os juizes de direito, as Relações e o Supremo Tribunal de Justiça<sup>1175</sup>.

O Supremo Tribunal de Justiça indeferiu a petição de hábeas corpus impetrada pelo advogado Carlos Augusto de Carvalho em favor do paciente Martinho José dos Prazeres, o referido tribunal indeferiu a petição sobre o argumento de não haver fundo legal para a concessão do hábeas corpus<sup>1176</sup>.

Cabe salientar que essas revistas só eram concedidas nas hipóteses de ‘nulidade manifesta e injustiça notória’ nas sentenças proferidas pelos juízos abaixo, sendo assim a competência do Supremo Tribunal de Justiça era de foro privilegiado cabendo a sua atuação somente nos casos estritamente previstos em lei. O supremo Tribunal aceitou o recurso interposto por Manoel Silvestre da Fonseca Ribeiro com base na hipótese de nulidade manifesta:

No accordão de 6 de Julho de 1861, recorrente Manoel Silvestre da Fonseca Ribeiro e recorrida a justiça, disse o Supremo Tribunal:...”Nulidade manifesta, porque havendo sido accusado o recorrente por tres ordens de factos praticados em tempos diversos, e sendo esses factos de acção permanente e que deixão vestígios, como sejam tiros dados e empregados em paredes, incêndio, destruições e mortes, não se ajuntou para servir de base ao procedimento, nos termos do art. 134 do Cód. Do Proc., 47 da Lei de 3 de dezembro de 1841 e 256 do respectivo Regulamento, o necessário corpo de delicto, não se havendo demonstrado que, ao tempo da formação da culpa, não existião esses vestígios, para ter lugar a disposição

---

FILGUEIRAS JUNIOR, Araújo. *Código do processo do Império do Brasil e todas as leis que posteriormente forão promulgadas, e bem assim todos os decretos expedidos pelo poder executivo, relativamente as mesmas leis, tendo em notas todos os avisos que entendem com a matéria do texto e também os accordãos do Supremo Tribunal e das relações do Império, que explicarão a doutrina das diversas leis e regulamentos e ensinão a melhor prática*, Tomo I, Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1874p. 83.

<sup>1174</sup> O artigo 5º da Lei de 18 de Setembro de 1828 traz a competência dos presidentes do Supremo tribunal de Justiça, bem como ela se encontra no artigo 164 da Constituição do Império de 1824. In: CARRILO, Carlos Alberto. *Memória da Justiça Brasileira: Coletânea de Documentos do Volume III, 3ª edição*. Bahia: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Coordenador Científico e Editorial Des. Gersón Pereira dos Santos, 1993.

<sup>1175</sup> FILGUEIRAS JUNIOR, Araújo. *Código do processo do Império do Brasil e todas as leis que posteriormente forão promulgadas, e bem assim todos os decretos expedidos pelo poder executivo, relativamente as mesmas leis, tendo em notas todos os avisos que entendem com a matéria do texto e também os accordãos do Supremo Tribunal e das relações do Império, que explicarão a doutrina das diversas leis e regulamentos e ensinão a melhor prática*, Tomo II, Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1874, p. 169.

<sup>1176</sup> Petição de hábeas corpus nº 652 impetrada no dia 05/12/1888, impetrante: advogado Carlos Augusto de Carvalho e paciente: Martinho José dos Prazeres. Fonte: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/julgamentos/historicos>.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

excepcional da ultima parte do mesmo artigo e do 257 do citado Regulamento. E se bem à fl., se juntasse o corpo de delicto, a que se procedeu no cadáver de F., esta junção, já depois de pronuncia e de sua sustentação à fl., não pode sanar a nulidade anterior ao processo<sup>1177</sup>.

O Supremo Tribunal aceitou o recurso interposto por Joaquim José Barboza e pelo padre Alexandre Francisco Cerbelon Verdexa com base na hipótese de injustiça notória:

O supremo tribunal de Justiça no Acc. De 20 de novembro de 1849, recorrente a justiça e recorridos Joaquim José Barboza e pelo padre Alexandre Francisco Cerbelon Verdexa, diz: que se concede a revista por injustiça notória do Acc. A fl., que, julgando nullo o processo, mandou dar baixa na culpa aos recorridos, condemnados pela sentença dos jurados a fl.; porquanto, competindo tão somente às Relações em sentenças taes o julgar procedente o recurso e mandar proceder a novo jury, como claramente se deprehende dos arts. 301 e 302 do Cód. Do Proc. Crim., excedeu sem duvida a Relação os limites da justiça, anulando o processo, e absolvendo os recorridos<sup>1178</sup>.

O recurso ao Supremo Tribunal era concedido nas causas cíveis e criminais quando verificados os requisitos da nulidade manifesta e injustiça notória, em regra as revistas não causavam a suspensão das execuções das penas exceto nas causas criminais em que foram culminadas as penas de galés, degredo e pena de morte. A parte que quiser se valer do recurso da revista terá que manifestar pessoalmente ou por meio de procurador trazendo duas testemunhas. A referida manifestação teria que ser feita dentro do prazo de 10 dias a contar da publicação da sentença<sup>1179</sup>, exceto nas causas crimes em que esse prazo pode ir até depois do cumprimento de sentença, na hipótese do punido quisesse comprovar a sua inocência.

Após a interposição do recurso de revista as partes têm o prazo de quinze dias<sup>1180</sup> para contestar por escrito o fundamento do recurso sem que seja feita uma produção probatória,

---

<sup>1177</sup> FILGUEIRAS JUNIOR, Araújo. *Código do processo do Império do Brasil e todas as leis que posteriormente forão promulgadas, e bem assim todos os decretos expedidos pelo poder executivo, relativamente as mesmas leis, tendo em notas todos os avisos que entendem com a matéria do texto e também os accordãos do Supremo Tribunal e das relações do Império, que explicarão a doutrina das diversas leis e regulamentos e ensinão a melhor prática*, Tomo I, Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1874p. 76.

<sup>1178</sup> FILGUEIRAS JUNIOR, Araújo. *Código do processo do Império do Brasil e todas as leis que posteriormente forão promulgadas, e bem assim todos os decretos expedidos pelo poder executivo, relativamente as mesmas leis, tendo em notas todos os avisos que entendem com a matéria do texto e também os accordãos do Supremo Tribunal e das relações do Império, que explicarão a doutrina das diversas leis e regulamentos e ensinão a melhor prática*, Tomo I, Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1874p. 131.

<sup>1179</sup> O artigo 9º da Lei de 18 de Setembro de 1828 traz o prazo para a interposição do recurso de revista. In: CARRILO, Carlos Alberto. *Memória da Justiça Brasileira: Coletânea de Documentos do Volume III, 3ª edição*. Bahia: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Coordenador Científico e Editorial Des. Gersón Pereira dos Santos, 1993.

<sup>1180</sup> O artigo 10º da Lei de 18 de Setembro de 1828 traz o prazo para contestar as razões do recurso de revista, In: CARRILO, Carlos Alberto. *Memória da Justiça Brasileira: Coletânea de Documentos do Volume III, 3ª edição*. Bahia: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Coordenador Científico e Editorial Des. Gersón Pereira dos Santos, 1993.

10 a 13 de maio de 2010

após a juntada das razões de recurso aos autos, os mesmos serem encaminhados ao secretário do Supremo Tribunal, que apresentara na sessão do tribunal e designará um ministro para ser o relator. Após a designação do relator que escolhera mais dois ministros irão fazer um exame preliminar e apresentar o recurso na sessão plena do tribunal com todos os ministros onde haverá um juízo de admissibilidade do recurso da revista concedendo-a ou não. Tal decisão será lavrada no livro para este fim designado e será publicada na imprensa<sup>1181</sup>, convém lembrar que todas as decisões prolatadas pelos tribunais brasileiros deveriam ser publicadas na imprensa desde que versarem sobre questões de interesse geral.

As sentenças (revistas) emitidas pelo Supremo foram tomadas por meio da imprensa. Isso porque um a decisão, de 25 de novembro de 1825, ordenava que as resoluções de interesse geral tomadas por todos os tribunais brasileiros fossem publicadas no Diário Fluminense – o periódico oficial do governo no Primeiro reinado, substituído na Regência pelo Correio Oficial – na mesma lógica de publicidade das decisões dos órgãos públicos que norteava a agenda constitucional<sup>1182</sup>.

As sessões do Supremo Tribunal de Justiça eram realizadas duas vezes por semana sem contar as extraordinárias, sendo que o quorum mínimo para deliberação seria o de mais de cinquenta por cento dos membros do tribunal. Nessas sessões os ministros se sentavam à direita do presidente.

A lei de 18 de setembro de 1828 que criou o Supremo Tribunal de Justiça e delimitou as suas atribuições em seu arts. 36 e 37º dizem:

Art. 36 O tribunal terá duas conferencias por semana, além das extraordinárias, que o presidente determinar; e para haver conferencia será necessário que se reúna mais da metade do numero de membros.

Art. 37 os ministros tomarão assento na mesa á direita, e esquerda do Presidente, contando-se por primeiro o que estiver á direita; e seguindo-se os mais até o ultimo da esquerda<sup>1183</sup>.

Além dos ministros, outros empregados<sup>1184</sup> compunham o quadro funcional do Supremo Tribunal de Justiça. Temos o secretário que devera ser formado em direito que tem a

---

<sup>1181</sup> O artigo 13º da Lei de 18 de Setembro de 1828 traz as condições de admissibilidade do recurso de revista. In: CARRILO, Carlos Alberto. *Memória da Justiça Brasileira: Coletânea de Documentos do Volume III*, 3ª edição. Bahia: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Coordenador Científico e Editorial Des. Gersón Pereira dos Santos, 1993.

<sup>1182</sup> SLEMIAN, Andréa. “O supremo Tribunal de justiça nos primórdios do império do Brasil (1828-1841)”. In: SLEMIAN, Andréa, LOPES, José Reinaldo de lima, GARCIA NETO, Paulo Macedo. *O judiciário e o império do Brasil: o supremo tribunal de justiça (1828-1889)*. São Paulo: Artigos Direito GV, nº 35, maio de 2009, p. 7.

<sup>1183</sup> CARRILO, Carlos Alberto. *Memória da Justiça Brasileira: Coletânea de Documentos do Volume III*, 3ª edição. Bahia: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Coordenador Científico e Editorial Des. Gersón Pereira dos Santos, 1993.

<sup>1184</sup> Os artigos 40 a 47 da Lei de 18 de Setembro de 1828 compõem o capítulo que versa sobre os empregados



função de escrever todos os processos e diligências que forem feitas durante as sessões, sendo que haverá um oficial de secretário cujo salário é de 1:000\$000 que fará a função do secretário em caso de sua ausência ou por necessidade repentina. Temos também um tesoureiro que cumpre a função de porteiro e da limpeza e manutenção da sede do tribunal percebendo um rendimento de 800\$000 e o assistente de porteiro cujo salário é de 400\$000, que estão à disposição caso o tesoureiro não esteja na sessão.

## Conclusão

O Supremo Tribunal de Justiça teve sua gênese em decorrência da inviabilidade da remessa de autos e apelações para Lisboa, após a vinda da família real para o Brasil. Assim, o então príncipe regente, D. João através de um alvará de 10 de maio de 1808, transformou a Relação do Rio de Janeiro em Casa da Suplicação do Brasil sendo que esta seria abolida e implantado o Supremo Tribunal em seu lugar.

A estruturação do poder judiciário só teve início com a criação do Supremo Tribunal de Justiça que era composto por 17 juízes letrados, as principais atribuições eram conceder ou denegar revistas nas causas julgadas pelos tribunais da relação nas hipóteses de práticas de atos nulos ou de notória injustiça.

A história do Supremo Tribunal de Justiça está marcada pela trajetória de uma geração de magistrados que se formou, intelectual, política e profissionalmente, posto que para o ingresso nessa magistratura requiriasse um letramento e uma experiência de prática jurídica.

A escolha do tema o funcionamento e a composição do Supremo Tribunal de Justiça no Segundo Reinado se devem por algumas diretrizes distintas de fatores que permitem que essa pesquisa seja viável. A priori, temos as condições objetivas de pesquisa – a facilidade de acesso a fontes primárias<sup>1185</sup>, quais sejam: Os Anais do Parlamento Brasileiro e os Relatórios Ministeriais, disponíveis on-line; a legislação da época que se encontra na Coleção Memória da Justiça Brasileira de Carlos Alberto Carrilo; o acervo judiciário do Arquivo do Supremo

---

dos tribunais (quem são?, remuneração e atribuições). In: CARRILO, Carlos Alberto. *Memória da Justiça Brasileira*: Coletânea de Documentos do Volume III, 3ª edição. Bahia: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Coordenador Científico e Editorial Des. Gerson Pereira dos Santos, 1993.

<sup>1185</sup> Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/internet/publicacoes/index.html>.

Relatórios Ministeriais (1840-1889) disponível em:

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/minopen.html>

Anais do Parlamento Brasileiro – Senado Federal. Disponível em:

<http://www.senadofederal.gov.br/publicacoes>.

As consultas à seção de arquivo do STF pode ser feita por consulta local ou à distância, nesta última hipótese pode ser feito por carta, pela internet, pelo telefone, fax ou e-mail.

Tribunal Federal (STF) em Brasília que possui os processos, os documentos de apoio e processamento judiciário, tais como registros de tramitação, atas e ofícios referente às atividades do Supremo Tribunal de Justiça (1829 a 1890).

Recentemente no segundo semestre de 2008, tivemos um Seminário Internacional<sup>1186</sup>, onde a temática abordada foi ‘Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça’ percebemos que vários pesquisadores tem se dedicado ao estudo das instituições jurídicas.

Não existe, até o momento, alguma pesquisa que tenha se preocupado com o funcionamento e a composição do Supremo Tribunal durante o Segundo Reinado, onde reside a sua originalidade, constituindo dessa forma, um interessante objeto de estudo. Estamos diante de uma oportunidade de estudarmos um tema que permite um fecundo debate que irá contribuir com a historiografia sobre a história do Segundo Reinado no Brasil.

Ao tratarmos sobre o funcionamento e a composição do Supremo Tribunal de Justiça no governo de D. Pedro II teremos o privilégio de trabalhar no período, no qual tivemos o maior número de ministros atuando neste tribunal<sup>1187</sup>. Essa pesquisa deseja permitir um fecundo debate que irá contribuir para a historiografia no campo da história política no Brasil Império, bem como ensejar na pesquisa o trabalho com a vertente conceitual de ‘cultura política’<sup>1188</sup>, proposta por Serge Berstein e pela relação entre biografia e contexto proposta por Geovanni Levi<sup>1189</sup>.

---

<sup>1186</sup> I Seminário Internacional Diálogos entre Direito e História: Cidadania e justiça, Niterói, de 28 a 30 de outubro de 2008, organização Edson Alvini e Gladys Sabina Ribeiro, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

<sup>1187</sup> Durante toda atuação do Supremo Tribunal de Justiça tivemos no total de 124 conselheiros, sendo que 100 foram nomeados no II Reinado e 24 foram nomeados no I Reinado.

<sup>1188</sup> BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. Entendendo cultura política no sentido do conjunto de valores, comportamentos e formas de conceber a organização política, resultante de um dinâmico e longo movimento de interações e acumulação de conhecimentos e práticas.

<sup>1189</sup> LEVI, Geovanni. *A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

**A Trajetória Econômica Argentina: da posse de Menem à posse de Cristina Kirchner**

Fernando Marcus Nascimento Vianini\*

**Resumo:** Este artigo foi apresentado durante o IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Tem como objetivo tornar público o projeto de mestrado, aprovado pela UFJF, sobre a Trajetória Econômica Argentina entre os anos de 1989 e 2007, elucidando os principais objetivos, resultados e empecilhos deste projeto.

**Palavras-chave:** economia argentina, política argentina, neoliberalismo.

### **Introdução**

Apresentado no IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo III Simpósio do Laboratório de História Política e Social, na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), este texto foi, em parte, a exposição dos objetivos e das conclusões iniciais do projeto de mestrado aprovado pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, no ano de 2010. O tema deste projeto é a trajetória econômica da Argentina, durante a década de 1990, em que o país foi governado pelo presidente Menem, até a posse de Cristina Kirchner em dezembro de 2007, e, em linhas gerais, buscaremos, neste texto, trazer a tona os principais objetivos deste projeto de pesquisa, suas principais dificuldades e as primeiras conclusões a que chegamos após o trabalho feito com as fontes, encontradas, sobretudo, na internet.

Na crise iniciada no segundo semestre de 2008, percebemos como a facilidade de crédito do modelo liberal, gerou calotes gigantescos no setor imobiliário norte-americano, atingindo os bancos privados deste país, principais credores, e, por fim, afetando toda a economia global. O impacto das políticas liberais na geração de crises não é peculiar, contudo, à crise de 2008, haja visto a série de crises que assolaram os países ditos “emergentes” durante a década de noventa, tais como o México, a Tailândia, o Japão, a

---

\* Graduado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, atualmente é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. Endereço para futuros contatos: fernandodin\_2@hotmail.com.

Coréia, a Rússia, o Brasil, a Turquia e a Argentina.<sup>1190</sup> Será sobre este último país que nos debruçaremos, pois estudar a trajetória econômica da Argentina se faz relevante no sentido de compreender um episódio do processo de desenvolvimento de um dos maiores parceiros econômicos do Brasil. A título de ilustração, sobre o comércio em 1997 e em 1998, a Argentina importou do Brasil cerca de dezesseis bilhões de dólares no total.<sup>1191</sup> Quantia que não foi alcançada, devido a crise nesses dois países, até 2001, quando a Argentina importou seis bilhões de dólares do Brasil. Antoninho Caron constata, sobretudo, que o Brasil é o maior mercado para a Argentina, da mesma forma que este país é o maior mercado para produtos industrializados brasileiros. Também podemos encontrar inúmeros aspectos particulares em que as políticas econômicas destes dois países guardaram contrastes entre si, mas esse motivo não deve obscurecer o fato de que, a partir dos anos 90, ambos os países adotaram as recomendações liberalizantes do Consenso de Washington como eixo de sua estratégia de desenvolvimento econômico e de inserção internacional.<sup>1192</sup>

Nosso projeto, em certa medida, busca analisar o impacto de pressões externas sobre as escolhas efetuadas pela Argentina. O cenário em que tais escolhas são efetuadas pode ser descrito a partir das sugestões contidas na abordagem sobre as *variedades de capitalismo*<sup>1193</sup>. Para tal abordagem, a governança corporativa, as relações industriais, as relações entre as firmas, as formas como as empresas resolvem os problemas de qualificação de seus empregados e a relação destes com a direção das firmas são os elementos fundamentais que permitem a identificação de ambientes institucionais diversos que circunscrevem o comportamento das empresas. Estudos recentes têm agregado a estas variáveis mais duas dimensões interativas para o comportamento das empresas: a relação do empresariado com o Estado e da economia nacional com o mercado mundial<sup>1194</sup>. O conjunto destes elementos

---

<sup>1190</sup> SILVA, Joaquim Ramos. A Argentina Bloqueada, 1998-2001: Que vias para a superação do impasse? In: **Informação Internacional**: Lisboa, Ministério do planeamento, Departamento de prospectiva e planeamento, 2001. Disponível em: <[http://www.dpp.pt/pages/files/infor\\_inter\\_2001\\_I\\_II.pdf](http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_2001_I_II.pdf)>. Acesso em: 29/04/10.

<sup>1191</sup> CARON, Antoninho. **Rumos do MERCOSUL e a crise da Argentina**: Maior articulação entre os países membros é o caminho para o fortalecimento do Bloco. In: Revista FAE BUSINESS, n. 2, 2002. Disponível em: <[http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista\\_fae\\_business/n2\\_junho\\_2002/ambiente\\_economico1\\_rumos\\_do\\_mercosul\\_e\\_a\\_crise\\_da\\_argentina.pdf](http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n2_junho_2002/ambiente_economico1_rumos_do_mercosul_e_a_crise_da_argentina.pdf)>. Acesso em: 29/04/10.

<sup>1192</sup> SAMPAIO, Fernando. O Brasil e a crise da Argentina: Uma forte analogia entre as diretrizes de política econômica. In: **D+C Desarrollo y Cooperación**. N. 3, 2002. Disponível em: <<http://www.inwent.org/E+Z/zeitschr/ds302-8.htm>>. Acesso em: 29/04/2010.

<sup>1193</sup> HALL, P. & SOSKICE, D. **Varieties of Capitalism**. Oxford University Press, 2001.

<sup>1194</sup> DELGADO, I. CONDÉ, E. MOTTA, H. & BRIGATO, A. **PRODUTO 2 – Modelos Econômicos de Capitalismo**: análise comparativa dos ambientes institucionais de negócios nos EUA, Alemanha, Coréia do Sul, Espanha, Argentina, México e Brasil. Relatório Parcial do Projeto Estudo comparativo de política industrial: as trajetórias do Brasil, Argentina, México, Coréia do Sul, EUA, Espanha e Alemanha apresentado à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, nos termos do CONTRATO No 009/2008 - ABDI-FUNDEP/UFGM. Para a Argentina, tal estudo assinala que “os bancos cumprem papel importante no *financiamento* das indústrias,

articula-se a *complementaridades institucionais* que afetam diferentes dimensões do sistema institucional e do processo decisório nos países. Por conta disto, mais do que a identificação de fatores que circunscrevem as decisões empresariais, a abordagem sobre as *variedades de capitalismo* permite a percepção de cenários em que outros atores, inclusive os governos, efetuam suas escolhas.

Outra formulação também decisiva para este trabalho é a de Peter Gourevitch. Num trabalho sobre três grandes crises da economia capitalista (1873, 1929, 1973), Gourevitch assinalou que as respostas nacionais às situações adversas decorreram de escolhas efetuadas entre os principais atores sociais, que ensejaram coalizões capazes de assegurar a adoção de políticas públicas diversas de combate à crise. Gourevitch distingue como atores relevantes os industriais, os trabalhadores e os proprietários rurais, mas leva em consideração suas clivagens internas. Assim, entre os industriais é possível identificar os que detêm o controle sobre os ramos de maior ou menor densidade tecnológica, os que estão voltados para o mercado interno ou a exportação, além das diferenciações existentes entre os diferentes segmentos industriais. Entre os proprietários distingue os que são voltados para fora e para dentro, além das diferenciações decorrentes do tamanho da propriedade. Por fim, entre os trabalhadores considera seu envolvimento com atividades modernas tradicionais como uma distinção relevante na identificação de padrões de comportamento. Seu modelo analítico leva em consideração, ainda, as diferentes alternativas de política econômica que circulam no cenário político e acadêmico, o papel das associações de representação de interesses, a estrutura do Estado e natureza do sistema político, bem como o cenário internacional.<sup>1195</sup>

Utilizando destes dois conceitos, acima explicitados, nossa pesquisa busca analisar as políticas econômicas dos governos de Carlos Menem, Fernando De La Rúa, Eduardo Duhalde e Néstor Kirchner, como tais escolhas foram recebidas pela sociedade e como a economia nacional argentina reagiu diante às orientações ou intervenções estatais. Um exemplo claro foi o governo de Carlos Menem, entre 1989 e 1999, pois tinha como desafios a organização de

---

embora não disponham de peso expressivo na propriedade das empresas. (...) O autofinanciamento também é expressivo. O conglomerado familiar sempre teve papel importante na organização das empresas, cujo modelo de *governança corporativa* segue o padrão latino-americano, com acentuado controle familiar da gestão, embora tenha se elevado a presença de controladores estrangeiros na estrutura industrial do país. As *relações industriais* são marcadas pelo predomínio do contrato individual e precário, em meio à sobrevivência da estrutura sindical corporativa e importante papel regulador do Estado. São pouco comuns ações de *colaboração* envolvendo as *firmas e seus empregados*, que, via de regra, estão ausentes da gestão das empresas. As *relações entre Estado e empresários* seguem o padrão corporativo presente em vários países latino-americanos. A *economia* argentina é *medianamente aberta* e pouco protegida, com reduzida presença de setores de alta tecnologia e baixa capacidade de inovação” Op. Cit. pp 53.

<sup>1195</sup> GOUREVITCH, P. **Politics in Hard Times: Comparative Responses to International Economic Crises.** Cornell University Press, 1986.

um Estado em bancarota, no meio de uma forte inflação, com uma moeda fraca, trabalhadores sem salários e uma grande violência social. Pressionado pelas circunstâncias internas, acima mencionadas e pelas pressões externas (Consenso de Washington e, de certa forma, as imposições do FMI e de outras agências multilaterais), o governo de Menem tomou medidas para abrir o mercado argentino, baseado no diagnóstico predominante de que a economia do país era pouco eficiente, devido à alta proteção que o mercado recebia e devido aos subsídios que o Estado concedia aos diversos setores econômicos. Apesar disto a estabilidade macro-econômica não é alcançada. Menem decide então nomear Domingo Cavallo como ministro da economia.<sup>1196</sup> Domingo Cavallo, ao optar pelo Programa de Estabilização Econômica, que levou seu nome, tomou duas iniciativas: a primeira foi um conjunto de medidas de natureza estrutural que compreendia a simplificação tributária, a desregulamentação trabalhista, a reestruturação financeira e o incentivo creditício; a segunda consistia em criar uma âncora cambial, que resolveu de vez os empecilhos decorrentes da explosão da inflação.<sup>1197</sup> O “Plano Cavallo” conseguiu alcançar a consolidação fiscal, fundamental para que a economia argentina atingisse um crescimento médio de 7% do PIB ao ano desde 1991. A inflação não resistiu ao impacto da âncora cambial e começou a despencar logo em 1991. Esta âncora cambial, também chamada de “*currency board*”, nada mais foi que fazer com que a moeda argentina, o peso, tivesse paridade com o dólar norte-americano. Os resultados imediatos dessa medida foram: o fim da fuga de capital nacional para o dólar, o reingresso de capitais emigrados, a redução da taxa de juros, a já citada queda da inflação e o reaquecimento da economia, a ponto do governo saldar seus déficits e das empresas se reequiparem. Em contrapartida, ocorreu um aumento no número de desempregados.

Na primeira parte abordaremos o governo de Carlos Saul Menem de uma forma geral, destacando as principais implicações da política econômica, orientada nos moldes neoliberais, mas salientando que esse processo de liberalização econômica vem de um período anterior, podendo ser encontradas medidas de abertura econômica no período de ditadura militar das décadas de setenta e oitenta. Na segunda sessão iremos perpassar pelo governo de Fernando de La Rúa, no qual todas as implicações negativas do modelo neoliberal adotado se afloraram e afetaram o governo deste presidente, dando destaque principal para a crise de 1999 a 2001,

---

<sup>1196</sup> ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

<sup>1197</sup> FRAQUELLI, Antonio Carlos. A Argentina nos anos 90. In: **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 27, n. 3, 2000. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewPDFInterstitial/1809/2176>>. Acesso em: 29/04/10.

culminando na sua renúncia. Na terceira parte, por fim, apresentaremos um balanço geral das fontes disponíveis e dos rumos que a pesquisa vem tomando nas etapas mais recentes.

### **Da construção ao desmoronamento: o governo de Carlos Saul Menem**

Após a Guerra Fria, diversas transformações na ordem internacional afetaram a América Latina. Combinadas com os problemas internos, essas transformações alteraram as políticas externas dos países da região. Até o final dos anos 80, a América Latina convivia com problemas resultantes da crise da dívida externa, do esgotamento dos modelos econômicos anteriores e das dificuldades de inserção na economia internacional.<sup>1198</sup> Desta forma o comportamento externo de corte mais autonomista seguido anteriormente por estes países foi sendo substituído por visões mais pragmáticas vinculadas aos padrões neoliberais que pautaram a reorganização do cenário internacional dos anos 90. Embora, “a América Latina tenha demonstrado a maior coerência dentre todas as regiões do mundo na adoção do consenso neoliberal, não houve uniformidade na intensidade e nos ritmos das reformas internas requeridas pela nova forma de inserção internacional.”<sup>1199</sup> A modernização foi concebida pelos dirigentes como abertura do mercado de valores e de bens e a privatização das empresas públicas. Chile e Argentina foram exemplos de adaptações mais rápidas e radicais para este modelo, enquanto Venezuela e Brasil foram exemplos de hesitações políticas e tropeços operacionais, na opinião de Amado Luiz Cervo.

Segundo Petrônio Portela Filho, as raízes dos problemas latino-americanos estão na estratégia de desenvolvimento adotada no período Pós-Guerra, baseada no modelo de industrialização via substituição de importações.<sup>1200</sup> O cerne das críticas foi o papel do Estado, visto como sufocante: os investimentos públicos excessivos teriam provocado escassez na poupança disponível para o setor privado. Dessa forma, empresas públicas assumiram setores que poderiam ter sido ocupados pelo setor privado e a proteção do Estado às empresas nacionais teria reduzido sua competitividade externa, desestimulando as

---

<sup>1198</sup> SARAIVA, Miriam Gomes e TEDESCO, Laura. Argentina y Brasil. Políticas exteriores comparadas tras la Guerra Fria. In: PALERMO, V. (Comp.). **Política brasileira contemporânea**. De Collor a Lula en años de transformación. Buenos Aires: Instituto di Tella/Siglo Veintiuno Editores, 2003. p. 475-512.

<sup>1199</sup> CERVO, Amado Luiz. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina . **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 43, n. 2, p. 5-27, 2000. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/358/35843201.pdf>>. Acesso em: 29/04/2010.

<sup>1200</sup> PORTELLA FILHO, Petrônio. Ajustamento da América Latina: crítica ao modelo de Washington. **Lua Nova**, Número 32. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewPDFInterstitial/1697/2064>>. Último acesso em: 04 de Setembro de 2009.

exportações. Neste contexto de transformações na política externa e das implicações econômicas no modelo neoliberal, assume na Argentina, Carlos Saul Menem. Esta foi a primeira sucessão constitucional desde 1928, contudo, Menem teria que organizar um Estado em bancarrota, no meio de uma forte inflação, com uma moeda fraca, trabalhadores sem salários e uma grande violência social. Em julho de 1989, mês da posse, a inflação foi de 200%, e em dezembro, ainda se mantinha na faixa dos 40%. <sup>1201</sup> Pressionado pelas circunstâncias internas, acima mencionadas e pelas pressões externas (o chamado Consenso de Washington, o FMI e o Banco Mundial), Menem tomou medidas para combater o diagnóstico predominante de que a economia argentina era pouco eficiente devido à alta proteção que o mercado recebia e aos subsídios que o Estado concedia aos diversos setores econômicos. Desta forma o governo Menem se alia à direita tradicional, aos grandes empresários e a A. Alsogaray, representante da direita econômica local. <sup>1202</sup>

Em pouco mais de um ano de governo, o então presidente, abre a economia argentina e privatiza diversas empresas públicas, no sentido de liberalizar a economia do país. Apesar dessas atitudes, o governo não atingiu a estabilidade, a inflação permaneceu alta, e mesmo com as privatizações e a melhoria na arrecadação o país não conseguia obter fundos suficientes para sanar estes problemas. A Argentina abandonava as estratégias de desenvolvimento predominantes do passado: desenvolvimentismo, industrialização (através da substituição das importações); reduzia a presença do Estado na vida econômica e social, passando a aplicar um modelo econômico de abertura unilateral. Na política exterior, o governo inseriu um novo mapa de alianças externas, com o Ocidente, a OTAN e, especialmente, com os Estados Unidos. Dessa forma ocorreu o abandono dos Não-Alinhados; a aceitação das novas regras do jogo da economia e política mundiais e o aprofundamento dos vínculos transnacionais.

Neste sentido, o governo de Menem irá lançar diversos planos econômicos e monetários, para combater a inflação e outros tantos problemas da Argentina, tais como desemprego e a falta de investimentos estrangeiros no país. Inicialmente, Menem empossa Miguel Roig como seu Ministro da Economia, a quem coube a tarefa de por em prática o “Plano BB”. Porém, este plano não foi suficiente para que a Argentina revertisse a situação em que se encontrava, substituindo Roig por outro ministro, Nestor Rapanelli, que ocupou o

---

<sup>1201</sup> ROMERO, Luis Alberto. *Op. Cit.*

<sup>1202</sup> SCHVARZER, Jorge. La reforma económica en La Argentina: ¿qué fuerzas sociales y para qué objetivos? In: Revista de Economía Política, vol. 14, n°4, 1994. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/56-6.pdf>>. Último acesso em: 04 de Setembro de 2009.



ministério por um curto período, transferindo, por fim o cargo a Herman Gonzáles. Este lança o “Plano Bonex” que também se mostra pouco efetivo. Falhada esta solução para o problema de dívida externa da Argentina e combate à inflação, González é substituído por Domingo Cavallo.

Domingo Cavallo, ao optar pelo Programa de Estabilização Econômica, que levou seu nome, tomou duas iniciativas: a primeira foi um conjunto de medidas de natureza estrutural que compreendia a simplificação tributária, a desregulamentação trabalhista, a reestruturação financeira e o incentivo creditício; a segunda consistia em criar uma âncora cambial, que resolveu de vez os empecilhos decorrentes da explosão da inflação.<sup>1203</sup> O “Plano Cavallo” conseguiu alcançar a consolidação fiscal, fundamental para que a economia argentina atingisse um crescimento médio de 7% ao ano desde 1991. A inflação não resistiu ao impacto da âncora cambial e começou a despencar logo em 1991. Esta âncora cambial, também chamada de “*currency board*”, nada mais foi que fazer com que a moeda argentina, o peso, tivesse paridade com o dólar norte-americano. Além disso, as tarifas caíram 1/3 do valor anterior, sendo que os resultados imediatos dessa medida foram o fim da fuga de capital nacional para o dólar, o reingresso de capitais emigrados, a redução da taxa de juros, a já citada queda da inflação e o reaquecimento da economia. Entre os anos de 1991 e 1994, entrou no país um volume considerável de dólares, a ponto de o governo saldar seus déficits e as empresas se reequiparem. Em contrapartida, ocorreu um aumento no número de desempregados, escondido de todas as formas pela ala governista.<sup>1204</sup> Porém o sistema de conversibilidade revelou uma baixa capacidade de absorver choques externos. Ademais, introduziu a cristalização do padrão de crescimento baseado na expansão do consumo privado em um ritmo superior à variação da renda, financiado com crescente endividamento externo e privatização das estatais.<sup>1205</sup>

Menem, interessado em se reeleger, convoca eleições em 10 de abril de 1994 para a escolha dos 305 constituintes, que passaram a alterar a constituição a partir de 10 de maio. Além da reeleição, havia no projeto de reforma, outros itens, tais como a criação da chefia de gabinete dos ministérios, eleições e alterações no mandato de senadores, eleição direta da

---

<sup>1203</sup> BERNAL-MEZA, Raúl. Políticas exteriores comparadas de Argentina e Brasil rumo ao Mercosul. Rev. bras. polít. int. vol.42, 1999. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291999000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291999000200003&script=sci_arttext)>. Último acesso em: 04 de Setembro de 2009.

<sup>1204</sup> ROMERO, Luis Alberto. *Op. Cit.*

<sup>1205</sup> FERRARI, Andrés e CUNHA, André Moreira. As origens da Crise Argentina: uma sugestão de interpretação. Economia e Sociedade (UNICAMP), v. 17, p. 47-80, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182008000200003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182008000200003&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 29/04/2010.

Prefeitura de Buenos Aires, mudança no processo de designação de juízes, revogação de decretos de urgência e a formalização de consultas populares. A oposição – União Cívica Radical e Frente País Solidário (Frepasso) – não criou as condições para superar o justicialismo, e, assim, em 5 de maio de 1995, Carlos Menem iniciou o seu segundo mandato, sendo acompanhado por Carlos Ruckauf, na condição de vice-presidente.

Em meados de 1994, a Argentina convivia com um processo de estabilidade econômica e com certa euforia com os resultados obtidos no País até aquele momento. Porém o México convivia com problemas acumulados no âmbito da sua economia, os quais se materializavam em desequilíbrios sistemáticos das suas contas externas. Tão logo o governo mexicano tentou alterar a política econômica do país, houve a fuga de capitais, que veio a exigir a implementação de um pacote de ajuda financeira, que contou com a presença de Bill Clinton. A desvalorização da moeda mexicana produziu um clima muito delicado no contexto econômico mundial. A crise mexicana desencadeou então um efeito de contágio<sup>1206</sup>, mais tarde chamado de efeito tequilla, nos demais países da América Latina que haviam optado por políticas econômicas neoliberalizantes. Rapidamente, foram atingidos a Argentina e o Brasil, a primeira vivia há algum tempo com o Plano de Conversibilidade e a sua âncora cambial, enquanto o Brasil, que havia introduzido o Plano Real em julho de 1994, estava operando com déficit comercial a escassos pares de meses.<sup>1207</sup> Ainda em 1994, o déficit público, durante a gestão de Cavallo, atingiu o montante de 650 milhões de dólares. As denúncias de corrupção, dentro do próprio governo, terminaram com a imagem que a autoridade mantinha junto à Presidência da República. O déficit fiscal atingiu o patamar de 5 bilhões de dólares dois anos depois, e ajudaram a precipitar a queda de Cavallo.<sup>1208</sup>

No ano de 1995, graças às conseqüências da crise mexicana, chamada efeito tequila, toda a vulnerabilidade econômica da Argentina se tornou visível.<sup>1209</sup> O déficit fiscal e a recessão se aceleraram, e o desemprego chegou a um patamar de 18% da população ativa. Graças às ações rápidas do governo, do FMI e do Banco Mundial, a economia argentina não desmoronou junta com a do México.<sup>1210</sup> Cavallo então é retirado do ministério, e sobe em seu lugar Roque Fernández. Este passou a administrar a estabilização da economia em articulação com o FMI,

---

<sup>1206</sup> A esta noção de efeitos de contágio, não devemos nos esquecer de mencionar que o “contágio” ocorre somente em países cujos fatores estruturais internos estão suscetíveis a este acontecimento.

<sup>1207</sup> FRAQUELLI, Antonio Carlos. *Op. cit.* Pag. 27.

<sup>1208</sup> *Idem.* Pag. 29.

<sup>1209</sup> ROMERO, Luis Alberto. *Op. Cit.*

<sup>1210</sup> FRAQUELLI, Antonio Carlos. *Op. cit.* Pag. 17.

### **O desmoronamento: o segundo governo de Menem e o governo de Fernando La Rúa**

No auge da fase eufórica do modelo neoliberal na Argentina, entre 1992 e 1998, a economia cresceu ao ritmo de 6% ao ano, acumulando um déficit em transações correntes de mais de 60 bilhões de dólares.<sup>1211</sup> Nessa fase, só houve uma recessão em 1995, graças aos efeitos da crise do México, uma primeira indicação da suscetibilidade do rígido modelo argentino aos nuances externos.<sup>1212</sup> Porém, na segunda metade da década de 1990, a Argentina teve de enfrentar uma série de choques exógenos que foram colocando em xeque os fundamentos que davam sustentação à conversibilidade.

Em 1997 a Tailândia desvalorizou sua moeda e desencadeou sua crise. Neste sentido, outros países foram seguindo a quebradeira geral, Coréia e Japão não resistiram e sofreram um baque econômico significativo. A crise das economias asiáticas arrastou uma queda na demanda e, conseqüentemente, uma baixa dos preços das matérias-primas (a queda dos preços das commodities, à exceção do petróleo, foi de cerca de 17% entre 1997 e 2000).<sup>1213</sup> Isto resultou num agravamento da situação da Argentina, pois houve uma queda na receita devido à queda das exportações, sobretudo porque a matéria-prima vinda da Argentina era mais cara que a de outras economias que já haviam desatrelado a moeda nacional do dólar norte-americano. A Rússia logo entrou em crise.<sup>1214</sup> E por fim, o Brasil na tentativa de minimizar os danos, desvaloriza sua moeda, golpe considerado por Carlos Menem fatal à economia argentina.

A crise da Argentina, iniciada em 1998, foi maior e mais profunda que a ocorrida no México. Aumento dos juros da dívida, a escassez e o alto custo do crédito, a queda dos preços dos produtos de exportação e a recessão interna, fazem o PIB declinar. Diante das crescentes críticas ao governo Menem, acerca da corrupção e da incapacidade de seu governo em contornar a crise e em resolver o problema do desemprego, que no ano de 1998 atingia quase 13% da população<sup>1215</sup>, Fernando de La Rúa é eleito. Com a moeda supervalorizada, num contexto em que as outras moedas já tinham se desvinculado do dólar, os produtos argentinos

---

<sup>1211</sup> FERRARI, Andrés e CUNHA, André Moreira. *Op. Cit.*

<sup>1212</sup> BATISTA JR, Paulo Nogueira. Argentina: uma crise paradigmática. *In: Estudos Avançados*. Vol. 16. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n44/v16n44a06.pdf>>. Último acesso em: 04 de Setembro de 2009.

<sup>1213</sup> SILVA, Joaquim Ramos. *Op. Cit.*

<sup>1214</sup> VALLE-FLOR, Maria Amélia. A Crise Argentina: Cooperação e conflito nas reformas econômicas: o Governo perante o FMI. *In: Coleção Estudos de Desenvolvimento*, n. 8. Lisboa, 2005. Disponível em: <[http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/est\\_des8.pdf](http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/est_des8.pdf)>. Acesso em: 29/04/2010.

<sup>1215</sup> *Ibidem*.

perderam em competitividade no mercado externo. Este fator é crucial, já que dados do INDEC apontam que a fabricação de produtos alimentícios e bebidas representam cerca de um quarto de toda a produção argentina.<sup>1216</sup>

Fernando de La Rúa, assume a presidência da Argentina em 10 de dezembro de 1999. Seu governo se caracteriza pelas inúmeras tentativas mal sucedidas de tentar contornar o panorama caótico enfrentado pela Argentina. A rigidez do Plano econômico adotado anos antes pelos ministros de Menem, impediam que a Argentina enfrentasse com mais êxito os choques advindos a partir das crises econômicas dos outros países. O aumento do desemprego, a diminuição da atividade industrial, a falência das pequenas e médias empresas e a queda nas exportações fizeram com que fosse mais difícil para o governo De La Rúa balancear as contas fiscais no final da década de 1990.<sup>1217</sup>

No ano de 2000, embora os objetivos orçamentais não pudessem ser cumpridos, o acordo entre o governo argentino e o FMI se firmava através da reforma trabalhista e com o forte comprometimento do congresso em fazer cortes orçamentais mais agressivos, nomeadamente a redução das reformas e o corte dos salários dos funcionários públicos. Apesar do novo empréstimo das instituições internacionais, a recessão agravou-se, em 2001, As tensões políticas agravaram-se, principalmente quando dois ministros da economia foram substituídos, e Cavallo, foi reempossado. Em um forte clima de especulação, o agravar da crise gerou comentários de que a moeda argentina seria desvalorizada. Para evitar uma corrida aos bancos, o governo argentino limitou os levantamentos dos depósitos bancários (“el corralito”) e as transferências de fundos para o estrangeiro, numa tentativa de evitar que os pesos fossem trocados por dólares. Somado essa situação de limitação governamental, o forte desemprego e a baixa produtividade da economia, em dezembro de 2001, dá-se uma greve geral. Domingo Cavallo, após meses como ministro da economia renuncia e, um dia depois, cai o presidente da Argentina.

### **Desafios Futuros e Fontes**

Sucessivos presidentes se revezaram na presidência da Argentina após a renúncia de De La Rúa. Ocorre porém que, para os objetivos deste trabalho, não podemos nos estender

---

<sup>1216</sup> INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. Disponível em <<http://www.ine.es/>>  
INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E CENSO DE LA REPÚBLICA  
ARGENTINA. Disponível em <<http://www.indec.mecon.ar/>>. Acesso em: 29/05/2010.

<sup>1217</sup> VALLE-FLOR, Maria Amélia. *Op. Cit.*

muito além. Resta-nos, contudo, elucidar os principais pontos de desafios deste projeto em andamento e as fontes primárias a serem utilizadas.

O objetivo principal deste projeto é analisar a trajetória da economia argentina entre 1990 e 2007. Para isso iremos, primeiramente analisar as políticas econômicas dos governos de Carlos Menem, Fernando De La Rúa, Eduardo Duhalde e Néstor Kirchner, identificando, dessa forma, os elementos de contato entre as escolhas efetuadas na Argentina e as prescrições das agências multilaterais, especialmente o FMI e OMC. Mas, utilizando dos dois conceitos citados acima (Variedades de Capitalismo, de Hall e Soskice, e a obra de Peter Gourevitch), identificar as coalizões que sustentam, internamente, as diferentes escolhas de política econômica efetuadas na Argentina entre 1990 e 2007. Ou seja, identificar as coalizões que sustentaram o governo argentino no período de liberalização econômica, durante o governo Menem, depois, identificar as coalizões do período da crise deste modelo e da economia do país, e, por fim, as coalizões realizadas no período pós-crise.

Tanto o governo Menem, quanto os governos que o sucederam, deixaram diversos documentos no que tange a escolhas no âmbito da política econômica. Dessa forma destaco os documentos da Casa Rosada e do Ministério da Economia.<sup>1218</sup> Além dessas instituições, temos os dados disponíveis do INDEC (Instituto Nacional de Estadística e Censo de La República Argentina) que traz inúmeros gráficos referentes à economia e sociedade argentinas e os relatórios do INTI (Instituto Nacional de Tecnología Industrial) provido de dados sobre os programas econômicos adotados pelos governos desde 1997, que privilegiam, sobretudo, as pequenas e médias empresas.<sup>1219</sup>

Das agências multilaterais, extraímos os periódicos da CEPAL (Comisión Económica para la América Latina y el Caribe), que disponibiliza diversos documentos, tais como saldo comercial, valor anual de importações e exportações; os documentos feitos pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), pelo IEO (Independent Evaluation Office), pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e pela UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development) que destacam o montante de investimentos

---

<sup>1218</sup> Dos documentos da Casa Rosada destaco o histórico feito dos presidentes, disponível no site: [http://www.caserosada.gov.ar/index.php?option=com\\_content&task=galeriaPresidentes&Itemid=62](http://www.caserosada.gov.ar/index.php?option=com_content&task=galeriaPresidentes&Itemid=62). Destaco também os documentos do Centro de Documentação e Informação do Ministério da Economia, disponível no link: <http://cdi.mecon.gov.ar/>.

<sup>1219</sup> Do INDEC temos disponível dados sobre a Balança Comercial e Anuários Estatísticos. O documento do INTI está disponível no site [http://www.inti.gov.ar/pdf/incentivos\\_fiscales.pdf](http://www.inti.gov.ar/pdf/incentivos_fiscales.pdf)

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

realizados na Argentina ou que analisam, anualmente, a evolução econômica e as principais questões políticas de interesse internacional.<sup>1220</sup>

Também utilizaremos os documentos das principais entidades empresariais da Argentina, como a SRA (Sociedad Rural Argentina)<sup>1221</sup>, UIA (Union Industrial Argentina), AEA (Asociación Empresaria Argentina)<sup>1222</sup>, CTA (Central de los Trabajadores Argentinos) e a ATE (Asociación Trabajadores Del Estado).<sup>1223</sup>

A literatura sobre a economia argentina no período a ser analisado, faz uma abordagem histórica da política e econômica da década de 1990, da crise e das soluções tomadas pelos governos posteriores na Argentina. Destes textos destacamos aqui outros autores, além dos já citados acima: Amado Luiz Cervo, Andrés Ferrari, Antônio Carlos Fraquelli, Miriam Gomes Saraiva, Jorge Beinstein, José Matias Pereira, Paulo Nogueira Batista Junior, Patrícia Helena Cunha e Vinícius Gontijo Lauer. Por fim diversos estudos sobre a História Argentina podem elucidar as características do sistema político argentino e da natureza do processo decisório no país. Destaco Aldo Ferrer, Jorge Schvarzer, Juan Carlos Rubinstein, Luís Alberto Romero e Raúl Bernal-Meza.

## Bibliografia

BATISTA JR, Paulo Nogueira. Argentina: uma crise paradigmática. *In: Estudos Avançados*. Vol. 16. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n44/v16n44a06.pdf>>. Último acesso em: 04 de Setembro de 2009.

BERNAL-MEZA, Raúl. **Políticas exteriores comparadas de Argentina e Brasil rumo ao Mercosul**. Rev. bras. polít. int. vol.42, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291999000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291999000200003&script=sci_arttext)>. Último acesso em: 04 de Setembro de 2009.

CARON, Antoninho. **Rumos do MERCOSUL e a crise da Argentina**: Maior articulação entre os países membros é o caminho para o fortalecimento do Bloco. *In: Revista FAE BUSINESS*, n. 2, 2002. Disponível em:

---

<sup>1220</sup> Da CEPAL possuímos Balanços Econômicos e Panoramas de Inserção Internacional, extremamente úteis para a compreensão da economia externa argentina. Do FMI e do IEO temos produções que tratam da relação entre a Argentina e o Fundo. Da UNCTAD temos documentos que tratam do investimento mundial e do comércio.

<sup>1221</sup> A Sociedad Rural Argentina é a associação mais importante dos produtores rurais. De acordo com Schneider durante a primeira metade do século XX, a SRA teve mais membros no governo que qualquer outra associação. O site oficial da SRA se encontra disponível no link: <http://www.ruralarg.org.ar/>

<sup>1222</sup> Enquanto a UIA é a instituição dos industriais argentinos, a AEA é a associação dos grandes empresários. Nesta associação está representada boa parte das empresas multinacionais.

<sup>1223</sup> O site oficial da Central de los Trabajadores Argentinos tem um arquivo próprio, com informações sobre as campanhas sal arais e greves a partir do ano de 2004. Sobre a ATE ver: ATE. “Consejo Directivo Nacional.” Disponível em: <<http://www.ateargentina.org.ar/##POP>>. Acesso em: 07/10/2009.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

<[http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista\\_fae\\_business/n2\\_junho\\_2002/ambiente\\_economico1\\_rumos\\_do\\_mercosul\\_e\\_a\\_crise\\_da\\_argentina.pdf](http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n2_junho_2002/ambiente_economico1_rumos_do_mercosul_e_a_crise_da_argentina.pdf)>. Acesso em: 29/04/10.

CERVO, Amado Luiz. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina . **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 43, n. 2, p. 5-27, 2000. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/358/35843201.pdf>>. Acesso em: 29/04/2010.

DELGADO, I. CONDÉ, E. MOTTA, H. & BRIGATO, A. **PRODUTO 2 – Modelos Econômicos de Capitalismo: análise comparativa dos ambientes institucionais de negócios nos EUA, Alemanha, Coréia do Sul, Espanha, Argentina, México e Brasil**. Relatório Parcial do Projeto Estudo comparativo de política industrial: as trajetórias do Brasil, Argentina, México, Coréia do Sul, EUA, Espanha e Alemanha apresentado à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, nos termos do CONTRATO No 009/2008 - ABDI-FUNDEP/UFGM.

FERRARI, Andrés e CUNHA, André Moreira. As origens da Crise Argentina: uma sugestão de interpretação. *Economia e Sociedade* (UNICAMP), v. 17, p. 47-80, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182008000200003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182008000200003&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 29/04/2010.

FRAQUELLI, Antonio Carlos. A Argentina nos anos 90. *In: Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v. 27, n. 3, 2000. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewPDFInterstitial/1809/2176>>. Acesso em: 29/04/10.

GOUREVITCH, P. **Politics in Hard Times: Comparative Responses to International Economic Crises**. Cornell University Press, 1986.

HALL, P. & SOSKICE, D. **Varieties of Capitalism**. Oxford University Press, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. Disponível em <<http://www.ine.es/>>  
INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E CENSO DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. Disponível em <<http://www.indec.mecon.ar/>>. Acesso em: 29/05/2010.

PORTELLA FILHO, Petrônio. Ajustamento da América Latina: crítica ao modelo de Washington. **Lua Nova**. Número 32. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewPDFInterstitial/1697/2064>>. Último acesso em: 04 de Setembro de 2009.

ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SAMPAIO, Fernando. O Brasil e a crise da Argentina: Uma forte analogia entre as diretrizes de política econômica. *In: D+C Desarrollo y Cooperación*. N. 3, 2002. Disponível em: <<http://www.inwent.org/E+Z/zeitschr/ds302-8.htm>>. Acesso em: 29/04/2010.

SARAIVA, Miriam Gomes e TEDESCO, Laura. Argentina y Brasil. Políticas exteriores comparadas tras la Guerra Fría. *In: PALERMO, V. (Comp.). Política brasileña contemporânea*. De Collor a Lula en años de transformación. Buenos Aires: Instituto di Tella/Siglo Veintiuno Editores, 2003. p. 475-512.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010

SCHVARZER, Jorge. La reforma econômica em La Argentina: ¿qué fuerzas sociales y para qué objetivos? In: **Revista de Economía Política**. vol. 14, n°4, 1994. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/56-6.pdf>>. Último acesso em: 04 de Setembro de 2009.

SILVA, Joaquim Ramos. A Argentina Bloqueada, 1998-2001: Que vias para a superação do impasse? In: **Informação Internacional**: Lisboa, Ministério do planeamento, Departamento de prospectiva e planeamento, 2001. Disponível em: <[http://www.dpp.pt/pages/files/infor\\_inter\\_2001\\_I\\_II.pdf](http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_2001_I_II.pdf)>. Acesso em: 29/04/10.

VALLE-FLOR, Maria Amélia. A Crise Argentina: Cooperação e conflito nas reformas econômicas: o Governo perante o FMI. In: **Coleção Estudos de Desenvolvimento**, n. 8. Lisboa, 2005. Disponível em: < [http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/est\\_des8.pdf](http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/est_des8.pdf)>. Acesso em: 29/04/2010.



**Cartografia do comércio de poaia: caracterização de um espaço econômico**

Márcio Xavier Corrêa\*

**Resumo:** Este trabalho incide na caracterização de um espaço econômico (Zona da Mata Mineira, 1800 – 1828) com objetivo de mapear o comércio de poaia para delimitar o espaço econômico do mesmo a partir da análise de mapas oitocentistas. Metodologicamente, procedeu-se ao levantamento dos topônimos relacionados ao comércio de poaia para observar a expressão geográfica e a mobilidade de fronteiras de um circuito mercantil.

**Palavras-chave:** Ipecacuanha, Espaço Econômico, Minas Gerais.

O comércio de poaia consiste em um conjunto de atividades, de natureza socioeconômica, que se desenvolveram em torno do processo de extração das “drogas do sertão” na capitania/província de Minas Gerais. Quanto aos atores sociais envolvidos, consistiam em indígenas em interação dialógica com os colonizadores durante o avanço do processo de colonização sobre os fundos territoriais denominados nas cartas geográficas de época como “sertões incultos”. A relevância comercial e econômica da poaia decorre das propriedades medicinais dessa planta, cujas aplicações ultrapassaram os limites do oceano atlântico, sendo a comercialização da mesma um processo de longo alcance geográfico.

Entretanto, a ênfase deste texto recai sobre a área de extração, ou seja, fundos territoriais da capitania/província de Minas Gerais, aqui entendidos, dentro de uma dinâmica mercantil, como áreas abastecedoras. Para uma definição pertinente para o termo poaia, bem como suas variações lingüísticas ipeca, ipecacuanha e poaya, apresenta-se a seguir termo extraído do “Diccionario da língua portugueza”<sup>1224</sup> publicado na primeira metade do século XIX:

---

\* Contato: marciocorrea@yahoo.com.br Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Ciências Humanas (ICH) – UFJF. Rua João Lourenço Kelmer s/n – Campus Universitário. Juiz de Fora – MG. CEP: 36036-330

<sup>1224</sup> SILVA, Antonio de Moraes. IPECACUÂNHA. In: \_\_\_\_\_. **Diccionario da língua portugueza** – recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Vol. II, Pag. 180. Acesso em 30/03/2010 < <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>>.

**IPECACUANHÁ, s. f. Planta, e' raiz Americana, medicinal: raiz de *ipecacuanha* emetica, diversa da cathartica, uma é preta, outra branca.**

Fig. 1: Reprodução parcial de pagina de um dicionário do século XIX.

Para a elaboração de uma cartografia do comercio de poaia com a finalidade de caracterizar geograficamente o espaço econômico decorrente deste comercio é necessário considerar alguns pontos. O primeiro, a apresentação dos conceitos que serão utilizados como base teórica para o texto corrente na busca pela consecução do objetivo deste texto: mapear o comércio de poaia para delimitar um espaço econômico do mesmo a partir da análise de mapas construídos na primeira metade do século XIX. Para tanto é necessário fazer alguns esclarecimentos em relação ao método utilizado: considerando o conceito de espaço econômico foram analisados quatro mapas sendo três deles cartas geográficas e um mapa descritivo, composto exclusivamente de elementos gráficos escritos. Os outros três mapas são planisférios geográficos localizados temporalmente no primeiro quartel do século XIX. A partir da observação dos mapas, procurou-se apreender elementos gráficos e simbólicos da composição dos mesmos, seguido de um levantamento toponímico das localidades associadas ao comercio da poaia, que foram listadas e analisadas. Concomitantemente a análise dos topônimos foram investigados seus correspondentes atuais com o objetivo didático de oferecer ao leitor uma compreensão mais direta a partir dos conhecimentos geográficos atuais.

Primeiramente considera-se o conceito de espaço econômico, cuja aplicação perpassa toda a construção do presente capítulo: o espaço econômico<sup>1225</sup> é entendido aqui como a expressão geográfica do mercado no qual se inseria a comercialização de poaia. A utilização do conceito de espaço econômico torna possível a identificação de um território delimitado pelo mercado caracterizando a região de extração da poaia como uma área abastecedora de um mercado de drogas do sertão, considerando particularmente a ipecacuanha. Dessa forma, pensar no espaço econômico do comercio de poaia implica delimitar o âmbito da circulação da mercadoria, no caso as raízes da planta, e a amplitude deste comercio bem como seu período de existência, ou a seja, a sua duração. Neste caso, o espaço econômico apresenta uma dimensão fluida tanto na duração quanto na extensão, uma vez que sua movimentação acompanhava a extração da poaia que era uma atividade sazonal e estava sujeita a distribuição

<sup>1225</sup>CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e Currais**: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674 – 1807. Juiz de Fora, Minas Gerais: Editora da UFJF, 2003-2006. Pag. 56.

10 a 13 de maio de 2010

geográfica do espécime vegetal, que era alterada no processo de extração. Esta adulteração decorria da necessidade de arrancar os arbustos encontrados uma vez que somente as raízes apresentavam uma concentração adequada dos princípios medicamentosos. Como é possível observar a seguir, a poaia, bem como seu uso, método de extração e comercialização foram descritas por Spix e Martius:

The genuine ipecacuanha root (*poaia*) is found here in pretty large quantities; it belongs to a low shrub (*Cephaelis Ipecacuanha*, Rich.) which grows, and always in groups, on the greater part of the Serra do Mar, from Rio de Janeiro to the north, as far as the capitania of Bahia, in damp shady places in the woods. Now, in the month of April, the plant had berries nearly ripe. The gathering of the roots is performed by Indians, and by the negro slaves of the neighbouring landowners during the whole year, but principally immediately after the rainy season, for then the ground being soft, it is more easy to pull up the roots. The Indians do not pay any kind of attention to the propagation of the plant, but pluck up, without distinction, all the roots they can find; so that after a time this valuable medicine may become scarce, unless they take care to raise the plant from seed. (...) ...in general in Brazil, the ipecacuanha is taken in a cold infusion which has stood twelve hours, and the dose is usually larger than in Europe, because the root contains more aqueous parts.<sup>1226</sup>

O espaço econômico em estudo compreendia os espaços geográficos em interação por meio do comércio, ou melhor, por meio das relações mercantis componentes de um mercado, o que implica pensar em articulações regionais e roteiros seguidos pelos comerciantes. As regiões, aqui entendidas como áreas de ocupação efetiva no território colonial, se relacionavam com áreas de ocupação potencial ou remotas, que consistiam em áreas de densa cobertura vegetal, de onde eram extraídas as plantas medicinais, visto que a poaia cresce em ambiente sombreado e úmido sendo a floresta atlântica seu ecossistema ideal. Para tanto, considera-se aqui apenas o mercado interno da poaia, embora esta tenha se constituído como produto de exportação, visto enquanto conjunto de relações comerciais entre indígenas e colonizadores, obviamente dentro do espaço colonial. O espaço econômico formado em torno da poaia é interpretado aqui em sua dinâmica própria, sem delimitações políticas ou administrativas apresentando uma duração determinada pela própria atividade comercial. É conveniente lembrar que este comércio envolvia predominantemente, indígenas e colonizadores camponeses não ocorrendo registro de trabalho escravo relacionados à extração da ipecacuanha para o recorte espacial analisado. Enfim, é importante salientar que o espaço econômico em questão não comporta divisões políticas do território definindo as suas fronteiras em função da dinâmica mercantil. As fronteiras de um espaço econômico são por

---

<sup>1226</sup> Von Spix, J. B.; Von Martius, C. F. P. **Travels in Brazil**: in the years 1817-1820. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green Faternoster-Raw, 1824. Vol. II.Pag. 220-2

definição, móveis e não estáticas, passíveis de sofrer alteração em função das dinâmicas próprias da comercialização de poaia.

Consideradas as exigências conceituais para a delimitação do espaço econômico, realiza-se agora a análise de mapas confeccionados em 1800, 1804, 1821 e 1828, por meio da observação dos elementos simbólicos dos mesmos, tanto gráficos quanto cartográficos, bem como na análise dos topônimos relacionados como locais de ocorrência do comércio da poaia. Deve-se ressaltar que os mapas foram analisados em conjunto, o que torna as informações coletadas passíveis de significação apenas neste contexto, inviabilizando a perspectiva da generalização sob a pena da perda de sentido das referências obtidas. Inicialmente é necessário considerar o conceito de mapa: por mapa entende-se que corresponda a uma representação de determinado espaço geográfico por meio de recursos simbólicos típicos da linguagem cartográfica e também por elementos gráficos utilizados comumente na escrita. Portanto, um mapa pode ser uma planta geográfica ou um texto descritivo/narrativo em que seja possível apreender informações sobre determinado espaço geográfico. Em uma perspectiva geral, os mapas consistem em representações do espaço, também denominados representações cartográficas, que podem ocorrer em suportes diversos como relatos orais, relatos escritos ou planisférios gráficos.<sup>1227</sup> Um mapa pode ser definido ainda como um “documento que descreve, de forma gráfica ou fotogramétrica, geralmente em escala e em meio plano, características físicas e abstratas selecionadas da superfície terrestre ou de um corpo celeste”.<sup>1228</sup> Posto que o conceito de mapa não implica necessariamente em um planisfério gráfico, é necessário ressaltar que as fontes aqui utilizadas consistem em três plantas cartográficas datadas de 1800, 1804 e 1821 e um mapa descritivo/narrativo datado de 1828 elaborado por Guido Thomaz Marliere, no qual as informações sobre o espaço geográfico são percebidas por meio da leitura.

Ao analisarmos os mapas elaborados em 1800, 1804 e 1821, reproduzidas na obra *Cartografia da Conquista do Território das Minas*<sup>1229</sup> torna-se evidente que a forma de representação cartográfica elaborada no século XIX traz a percepção que os “cartógrafos” oitocentistas tinham em relação ao espaço mineiro destacando a referência aos “sertões incultos” associados à presença de grupos indígenas, por exemplo, através da referência ao

<sup>1227</sup> COSTA, Antonio Gilberto Costa (org.). **Cartografia da conquista do território das Minas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004. Pag. 13

<sup>1228</sup> ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.; 30cm. – Publicações Técnicas; nº 51. pag. 114.

<sup>1229</sup> MIRANDA, Caetano Luis de. Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes. 1804. 1 mapa: 75,0 x 68,2 cm. In: COSTA, Antônio Gilberto (org.); **Cartografia da Conquista do Território das Minas**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004, p. 189,190 e 191.

“Districto dos Índios Coroatos” e ao “Districto dos Índios Coropos”.<sup>1230</sup> Na *Planta Geral da Capitania de Minas Geraes*<sup>1231</sup>, conformada em quatro ângulos, notando-se a ausência do Triângulo Mineiro, a representação do incógnito ocorre por meio da referencia ao “Sertão em que Vaga o Barbaro Gentio Botocudo”, área desconhecida em que será exercido o controle futuro.<sup>1232</sup> Neste sentido, a denominação “sertão” era aplicada, durante o período colonial, para fazer referencia não a um lugar de terra árida e seca, mas a uma região inculta que despertava nos colonizadores o desejo do enriquecimento aliado ao sentido de desbravamento contra a vasta gama de ameaças oferecidas pelo espaço desconhecido, constituindo-se o sertão como o lugar de miasmas, febres, animais selvagens e indígenas bravios.<sup>1233</sup> Estes sertões compunham os chamados fundos territoriais, áreas reservadas para expansão colonial futura, que coexistiam com as regiões, que eram áreas sob processo de ocupação efetivo constituindo espaços econômicos, enquanto o conjunto de fundos e regiões, ou seja, espaços passíveis de ocupação e efetivamente ocupados, constituíam o território colonial sob dominação política metropolitana.<sup>1234</sup> Analisando a *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes*<sup>1235</sup>, observa-se que esta apresenta, além das coordenadas geográficas, referências ao mundo natural e aos indígenas por meio de uma imagem idealizada na qual são representados indígena e desbravador em perfeita harmonia sugerindo a existência de um diálogo pacífico. Apreende-se a partir da análise das três representações cartográficas que todas se encontram em um período de transição, início do século XIX, no qual os elementos míticos componentes das cartas são gradativamente substituídos por elementos de significação geográfica tornando mais pertinente a correspondência entre a representação cartográfica e o espaço representado.

Dessa forma, percebe-se que a área de ocorrência do comercio de poaia encontra-se representada nos mapas oitocentistas, o que pode ser percebido por meio da comparação entre os topônimos presentes nas cartas e aqueles mencionados no “Mappa fazendo conhecer os Aldeamentos das diferentes Tribus de Indios da Provincia de Minas Geraes seu Local,

---

<sup>1230</sup> Teil der neuen Karte der Capitania Von Minas Geraes. Aufgenommen Von W. Von Eschwege. (Parte do novo mapa da Capitania de Minas Gerais. Levantado por... ) 1821. 55,0 x 45,5 cm; Litografia; BN (CEH 11945). In: COSTA, Antônio Gilberto (org.); **Cartografia da Conquista...** p. 191.

<sup>1231</sup> *Planta Geral da Capitania de Minas Geraes*. ca. 1800. 47,0 x 39,4 cm; Litografia Schlicht, Mannheim; BN (CEH 3162). In: COSTA, Antônio Gilberto (org.); **Cartografia da Conquista...** p. 189

<sup>1232</sup> COSTA, Antônio Gilberto (org.); **Cartografia da Conquista...** p. 21.

<sup>1233</sup> VAINFAS, Ronaldo. Sertão. In: VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial – 1500 – 1808**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. pag. 528 – 9.

<sup>1234</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. Território, Região e Formação Colonial: Apontamentos em torno da Geografia Histórica da Independência Brasileira. **Ciência & Ambiente**/Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. V. 1, num. 1, (Jul. 1990) – Santa Maria, RS: Semestral, n. 33 (Jul./Dez. 2006), p. 13.

<sup>1235</sup> *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes*. Anno de 1804. Por Caetano Lis de Miranda. 75,0 x 68,2 cm; AHEx ( n. 24.01.1121; CEH 3159). In: COSTA, Antônio Gilberto (org.); **Cartografia da Conquista...** p. 190.

População, seu aumento ou decadência, e as causas”. Este mapa, pertence à categoria dos mapas que não são representados por meio de símbolos cartográficos, mas diferentemente, consiste em uma mapa composto por elementos textuais que descrevem os aldeamentos indígenas em função de alguns tópicos relativos à identificação do grupo étnico, ocupação, autor e data do aldeamento e notas adicionais. A data tópica e cronológica deste mapa refere-se especificamente ao Quartel geral de “Gendorvald” e ao dia 28 de janeiro de 1828, sendo sua autoria conferida a Guido Thomaz Marliere.

A análise deste mapa descritivo baseou-se na identificação dos topônimos relacionados ao comércio da poaia, como procedido também para as cartas geográficas, e na descrição da ocupação dos indígenas e nas notas apresentadas pelo autor do documento, sendo estes últimos aspectos particulares do mapa textual. A opção pela enumeração dos topônimos obedeceu ao imperativo de traçar um recorte espacial para o comércio da poaia caracterizando assim o espaço econômico do referido comércio. Uma busca pela identificação geográfica com cidades/espacos contemporâneos obedeceu unicamente à necessidade de um recurso didático para auxiliar a compreensão do recorte espacial em foco a partir de elementos do presente. A seguir observam-se as localidades, bem como as atividades desenvolvidas pelos indígenas e seus topônimos correspondentes na atualidade:

Rio Pardo e Paraíba: nesta localidade estavam os índios Puris que se ocupavam da agricultura e da extração da poaia. O aldeamento ao qual pertencia data de 1814, tendo sido realizado pelo diretor geral dos índios, ou seja, Guido Thomaz Marliere. Quanto ao espaço geográfico, o referido mapa indica que:

... Tem por território o Rio Pardo, e suas Vertentes, em que se achão alguns fazendeiros Brasileiros tolerados pelos sucessivos Governos. Os índios deste aldeamento andão dispersos nas margens do Paraíba ocupados a trabalhar para os Fazendeiros, e pelos negociantes de Poalha.<sup>1236</sup>

E possível identificar neste trecho as atividades em que os indígenas se envolviam concomitantemente ao comércio da poaia, como os trabalhos realizados para os fazendeiros, embora não haja nas fontes uma referência clara a forma e os valores de pagamento utilizados pelos fazendeiros para remunerar o trabalho dos indígenas. Quanto ao espaço geográfico mencionado, não foi realizada a identificação de topônimos atuais, pois as categorias gerais “Rio Pardo, e Suas Vertentes” e “Paraíba” por serem muito abrangentes tornariam a identificação nominal dos núcleos populacionais próximos aos ditos rios vaga e extenuante.

---

<sup>1236</sup> **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, vol. 12, 1907/1908. pag. 498-9

10 a 13 de maio de 2010

No “Prezidio de S. Joam Baptista” foram identificados os índios conhecidos como “Coroados”, envolvidos em atividades de agricultura e pesca. Estes foram aldeados em dezembro de 1767 pelo Governador Luiz Diogo Lobo da Silva. Neste aldeamento:

Todos são cultivadores, mas divertidos da própria cultura pelos negociantes de Poalha que os ocupão a maior parte do anno mais de hua 3.<sup>a</sup> parte desta Nação se passou para o Território de Manoel-burgo, onde formou novas Aldeas, e serve para industriar os Puris alli aldeados em 1819, aos trabalhos rústicos, fora o tempo de colher a Poalha.<sup>1237</sup>

Percebe-se aqui a sazonalidade da atividade de extração da poaia o que permite inferir que a sua existência estava relacionada a outras atividades como a agricultura. No presente, a localidade do “Prezidio de S. Joam Baptista” corresponde à cidade de Visconde do Rio Branco. Esta teve suas origens ligadas à atuação do Padre Manoel de Jesus Maria “... que, em 25 de agosto de 1787, requereu provisão para a capela dedicada a São João Batista, no presidio dos Índios Puris. Levantada a capela e constituído o povoado, ficou este conhecido por Presídio de São João Batista”.<sup>1238</sup>

Outro local onde era realizado o comércio de poaia era “Meia Pataca na estrada do Prezidio aos Campos Goytacazes”, onde os índios Puris aldeados em “20 de Setembro de 1822” pelo Diretor Geral dos Índios dedicavam-se a “Agriculturas e Poalhas”. Em relação a este grupo Marliere afirma que “Elles por ora não tem terras proprias para a sua cultura – trabalhão como jornaleiros para os Fazendeiros daquela estrada, e vendem poalha, e outras drogas do Sertão”.<sup>1239</sup> Novamente, referencias obtidas nas fontes apontam para a atividade de comercio da poaia e outras drogas do sertão, bem como a presença de índios empregados como jornaleiros nas fazendas localizadas nas margens da estrada que ligava Minas ao Rio de Janeiro. Portanto, percebe-se a presença da circulação de capital por meio do comercio e conseqüentemente a formação de uma área na qual existia atividade mercantil. Ou seja, estavam postos os elementos necessários para a configuração de um espaço econômico. Quanto ao topônimo atual para a região, pode ser definido por Cataguazes, que sob a denominação de Meia Pataca, teria nascido na margem da estrada de Minas Gerais para Campo dos Goitacases aberta pela 3.<sup>a</sup> Divisão Militar do Rio Doce sob comando de Guido

<sup>1237</sup> *Revista do Arquivo Público Mineiro...* vol. 12, 1907/1908. Pag. 498-9

<sup>1238</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Visconde do Rio Branco. *In*: \_\_\_\_\_. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1995. Pag. 370-1.

<sup>1239</sup> *Revista do Arquivo Público Mineiro...* vol. 12, 1907/1908. Pag. 498-9

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Thomas Marliere em terreno doado por Henrique José de Azevedo, sargento de Ordenanças para a construção de uma capela em 1828.<sup>1240</sup>

Manoel-burgo, localidade conhecida atualmente como Muriaé, está relacionada desde seu surgimento no início do século XIX com a extração da poaia, atividade realizada por Constantino José Pinto, a quem é atribuído o mérito da exploração inicial da região, seguida pela implantação de um quartel militar para expansão das atividades das Divisões Militares do Rio Doce sob direção de Guido Thomas Marliere, às margens do Rio Muriaé.<sup>1241</sup> Observa-se que a região era ocupada pelos índios denominados Puris que se dedicavam ao comércio de poaia e a agricultura, reunidos em aldeamento datado de 25 de Maio de 1819 realizado por Guido T. Marliere. Quanto as atividades realizadas neste aldeamento consta que “...o director com os Indios communica com os primeiros moradores dos campos Goytacazes pelo [Rio] Muriahé, e por caminho de terra pelas suas margens...”<sup>1242</sup>. Neste mesmo documento é apontada ainda a presença de ouro, bem como o rápido crescimento populacional encontrado na área.

Para a “Aldeia d.º S. Pedro do Rio Preto Estrada de Minas a Itapemerim: antigam.º de S. Matheus” são mencionados aproximadamente 600 Puris aldeados em 24 de maio de 1824 por Guido T. Marliere que se dedicavam a colheita da poaia e a agricultura. Ainda de acordo com a fonte,

Esta Aldea estava formada no Ribeirão de S. Matheus, e mudou-se para o Rio Preto 4 leguas no Oriente de S. Matheus Fronteira com a Provincia do Esp.<sup>to</sup> Santo em 1826 a Req.<sup>to</sup> do seu Director, e com permissão do Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup> Presidente em Conselho datado de 23 de Fever.<sup>to</sup> de 1826.<sup>1243</sup>

Em “S.<sup>ta</sup> Anna d.º Abre Campo, e seu Sertão até o Corrego do Ouro” os Puris dedicavam-se a ao extrativismo da poaia e a agricultura reunidos em aldeamento erigido aos “14 de Maio de 1821 pelo Diretor Geral” sendo que “Occupão-se mais estes índios na extracção de Poalha, que na agricultura na qual tão bem são bem industriados”.<sup>1244</sup> Em relação aos topônimos atuais Abre Campo é o correspondente a Santa Ana do Abre Campo. Este teve em seus primórdios no ano de 1734 a fundação de um presídio que teve curta existência por Matias Barbosa da Silva. A povoação da região demorou a efetivar-se em

---

<sup>1240</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Cataguases. In: \_\_\_\_\_. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais...** Pag. 84-5.

<sup>1241</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Muriaé. In: \_\_\_\_\_. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais...** Pag. 214-5.

<sup>1242</sup> **Revista do Arquivo Público Mineiro...** vol. 12, 1907/1908. pag. 500-1

<sup>1243</sup> **Revista do Arquivo Público Mineiro...** vol. 12, 1907/1908. pag. 500-1

<sup>1244</sup> **Revista do Arquivo Público Mineiro...** vol. 12, 1907/1908. pag. 500-1



função de ataques indígenas que destruíram as primeiras iniciativas do povoamento que persistiu a partir de 1770 aproximadamente.<sup>1245</sup> Portanto, em 1828, quando Guido Thomaz Marliere menciona a referida povoação, a mesma consistia em agrupamento estável de população, bem como área de influencia da 3.<sup>a</sup> Divisão Militar do Rio Doce. Quanto ao Córrego do Ouro, há indicações de que este local era também denominado Ouro, situado na cabeceira do Rio Manhuaçu.<sup>1246</sup>

No “Cuyethe” e “Barra do Cuyethe” foram identificados como botocudos os índios ali situados, descritos como “ambulantes”, embora aldeados a partir de “12 de Março de 1823 Pelo Director Geral p.<sup>r</sup> autoridade do Governo”. Para esta localidade são apontadas algumas considerações importantes: “Este aldeamento he muito frequentado, os Indios mais industriosos, mais trabalhadores, e já muitos são jornaleiros de particulares, e outros arrancão e vendem poalha”.<sup>1247</sup> Em relação aos topônimos correspondentes na atualidade, Cuyethe teve sua denominação alterada para Cuieté Velho. No início do século XIX, esta localidade estava na área de influencia da 6.<sup>a</sup> Divisão Militar do Rio Doce consistindo em local de envio de degredados pelas dificuldades de acesso, que se limitava a seis meses do ano fora a época das chuvas, período no qual era impossível entrar ou sair do Cuieté. Em relação ao dito local, Marliere assim afirma em 1826:

Como a 6.<sup>a</sup> Divisao alli estacionada há 17 annos tem construído muitos Edificios, e os particulares outros, alem de ter Igreja, moinho & pertencentes a Fazenda Publica, e se achar grande n.<sup>o</sup> de Indios reunidos, naturaes da sua circunferência; acho que se deve converter odito Arr.<sup>al</sup> em hua missão gr.<sup>al</sup> dos Indios; e descendo a Divisao a Barra do d.<sup>o</sup> Rio, com os Brasileiros do Arr.<sup>al</sup>, que voluntariam.<sup>e</sup> se prestarem a isto, fundar na beira do Rio Doce hua Villa.<sup>1248</sup>

Barra do Cuieté mantém o mesmo nome até o presente. No segundo quartel do século XIX, Guido Thomaz Marliere afirmava em relação ao dito lugar que “... Deve-se fundar alli huma V.<sup>a</sup> incessantem.<sup>te</sup> q.<sup>e</sup> em breve se tornará opulenta pela Navegação cultura, e mineração do R.<sup>o</sup> Doce”.<sup>1249</sup>

Percebe-se que os processos de interação entre os atores sociais no comercio da poaia baseava-se na venda dos produtos naturais coletados pelos indígenas para os comerciantes de drogas do sertão. A reincidência desta indicação de vendas e ao comércio contribui para

<sup>1245</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Abre Campo. In: \_\_\_\_\_. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais...** Pag. 16-7

<sup>1246</sup> ESPÍNDOLA, Haruf Salmén. **Sertão do Rio Doce**. Bauru, SP: EDUSC, 2005. Pag. 4

<sup>1247</sup> **Revista do Arquivo Público Mineiro...** vol. 12, 1907/1908. pag. 502-3

<sup>1248</sup> **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, vol. 11, Fasc. I, II, III e IV. 1907. pag. 84

<sup>1249</sup> **Revista do Arquivo Público Mineiro...**vol. 11, 1907. pag. 82

sustentar a proposição da economia da poaia como comércio e não como escambo, o que vem diferenciar esta abordagem sobre o tema daquelas precedentes, cujos autores, embora as rigorosas pesquisas realizadas fossem levados a crer que tratava de um processo de escambo, o que é pertinente apenas se considerar o escambo como uma possibilidade (dentre outras) de contato entre poalheiros e indígenas. Portanto, enfatiza-se neste trabalho a noção de comércio sem excluir a ocorrência do escambo, resultado esta escolha da percepção de que o primeiro foi mais expressivo que o segundo em função da presença de um espaço econômico, este, esboçado em seu caráter geográfico a partir da enumeração dos topônimos relacionados ao referido comércio. Nesta perspectiva, observamos ao longo das fontes a referencia ao trabalho de indígenas como jornaleiros de particulares nas regiões próximas aos aldeamentos. Conforme transcrito a seguir, a função de jornaleiro exercida pelos indígenas implicava o pagamento pelo trabalho: “Muitos da Margem Meridional já se adextrao na agricultura – mormente no Cuithe onde ganhao alguns jornal, e sabem vender Poalha, Cêra, e outros produtos dos Mattos aos Civilizados”.<sup>1250</sup> Isso nos leva a uma questão que é a definição dos termos **jornal** e **jornaleiro**: no inicio do século XIX, as duas palavras eram usadas para definir o pagamento feito a um trabalhador, respectivamente. Observa-se no *Diccionario da língua portugueza* o seguinte significado para a palavra jornal: “JORNÁL, s. m. A paga de cada dia, que se dá ao jornaleiro”.<sup>1251</sup> Portanto, pode-se inferir que a condição de trabalho de alguns índios era compatível com a definição apresentada, o que implicava o pagamento pelo trabalho. Observa-se a seguir que a presença do comercio de aguardente e poaia configurava-se em atividades correntes dos aldeamentos indígenas:

Há pouco o Cobrador, ou auferidór da Camara de Marianna vendeo Licença a todos os Fazendeiros, e Poalheiros da Matta do Prezidio a Serra da Onça cheia de Aldeas de Coroados, q.<sup>o</sup> eu tina livrado da Praga dos Taberneiros p.<sup>a</sup> a venderem publicam.<sup>te</sup> dizendo que com tal Licença, eu não podia mais embarçar a Peste, que introduzia legalm.<sup>te</sup> confr.<sup>e</sup> o seu dizer, e ilegalmente conf.<sup>e</sup> a Ley.<sup>1252</sup>

Considerando a presença de um jornal, ou seja, pagamento pelo trabalho, associado à presença de taberneiros e venda de cachaça para os índios, é pertinente considerar que havia circulação de capital, na forma de moeda, entre os índios. Considerando assim as referencias ao comércio da poaia associadas aos topônimos, é possível estabelecer um mapa das localidades envolvidas na coleta e comercialização das raízes de ipecacuanha. Dessa forma, a

<sup>1250</sup> **Revista do Arquivo Público Mineiro...**vol. 11, 1907.pag. 83

<sup>1251</sup>SILVA, Antonio de Moraes. JORNÁL. In: \_\_\_\_\_. **Diccionario da língua portugueza ...** Vol. II, Pag. 191. Acesso em 13/03/2010 < <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>>.

<sup>1252</sup> **Revista do Arquivo Público Mineiro...**vol. 11, 1907. pag. 81.

10 a 13 de maio de 2010

partir dos topônimos investigados é possível dimensionar o espaço econômico formado no entorno da extração da poaia. A seleção deste espaço geográfico, contudo não aprisiona o processo em estudo dentro de fronteiras fixas, uma vez que a própria definição do espaço econômico pressupõe fronteiras fluidas definidas mais em função da circulação mercantil do que das delimitações políticas e geográficas. Entretanto, como o espaço econômico é a expressão geográfica do mercado realizou-se uma delimitação aproximada do espaço econômico do mercado de raízes de poaia a partir do levantamento do espaço geográfico ocupado. Entretanto, em função da fluidez das fronteiras econômicas, o extrativismo da poaia extrapola os limites aqui estabelecidos, mas é necessário enfatizar que a análise realizada baseou-se em uma série de correspondências recebidas e emitidas pelo Diretor Geral dos Índios. Conseqüentemente, todas as proposições aqui realizadas, bem como as informações obtidas só apresentam inteligibilidade quando consideradas no contexto da série documental avaliada e do conjunto de mapas observados.

### **A Insegurança Social na origem do Estado e do Mercado**

Rafael Martins de Oliveira Laguardia\*

**Resumo:** Pretende-se explicar como o medo ou a insegurança social corroboraram na trajetória do desenvolvimento do estado e do mercado. Em um contexto de afirmação do Estado Moderno e, paralelamente a autonomização do mercado frente a sociedade. Para tal far-se-á uma análise de importantes produções bibliográficas referente ao tema, e demonstrar que estes autores, mesmo que indiretamente, dialogam com esta percepção.

**Palavras-Chave:** Insegurança Social; Estado e Mercado.

#### **Introdução ao assunto**

O assunto a ser estudado envolve algo imaterial e subjetivo, qual seja a insegurança. Contudo, tal assunto tem guiado indiretamente o desenvolvimento das sociedades por estar constantemente presente, e por isto guia também as pesquisas. Mesmo as mais materialistas sobre economia e história que muitas vezes sem levar em consideração este aspecto tão influente. Pretende-se explicar como o medo ou a insegurança social<sup>1253</sup> corroboraram na trajetória do desenvolvimento do estado e do mercado. Desde o momento em que a inovação no processo político ou produtivo se torna algo inerente ao funcionamento da sociedade; seja pelo conhecimento de novas técnicas ou tecnologias através do contato e a sua manutenção com outros povos dentro de um contexto cada vez mais globalizante, ou pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas diante da competitividade; a insegurança tornou-se cada vez mais perceptível nas análises sociais e históricas da leitura da sociedade.

As Inovações são as mais diversas e abrangem amplos campos da sociedade, entretanto abordar-se-á duas importantes inovações, motivadas em um aspecto ou outro pelo medo ou a insegurança social e que após sua criação não conseguindo equacionar os problemas geradores de tais inseguranças passaram a alternar no imaginário e no discurso a capacidade de resolver tais conflitos. Estas instituições são respectivamente o Estado e o

---

\* Mestrando em História pela UFJF. E-mail:Laguardia.rafael@ig.com.br

<sup>1253</sup> Considera-se por insegurança social o desconhecimento e a incapacidade de prognosticar o futuro, tal incerteza geradora de um medo crescente torna-se motivadora para a criação de situações ou instituições que contornem este problema identificado na psicologia social, mesmo que seja este um aspecto secundário em meio a tantos outros.

Mercado, criações humanas para solucionar a insegurança. Para apresentar tal utilizar-se-á basicamente as conclusões e interpretações de brilhantes trabalhos, destacando Albert O. Hirschman denominado “*As Paixões e os Interesses: Argumentos Políticos a favor do Capitalismo antes de seu triunfo*”; Karl Polanyi em *A Grande Transformação: às origens de nossa época* e Robert Castel *As metamorfoses da questão social*.

### **Do Estado ao Mercado**

Os Interesses materiais deveriam ser utilizados para controlar as paixões humanas e os principais vícios que mantinham o mundo em insegurança constante, esta representada pela livre criminalidade e uso da força seja por quem for, trata-se do que se pode chamar de pré-civilização ou mesmo “barbárie”. Na aurora da idade média as ideias de Santo Agostinho, imbuídas do ambiente das invasões bárbaras e a queda da sociedade que conhecia deixava constante o clima de insegurança social, formulava, neste contexto, quanto aos três piores pecados do homem e distingue um que poderia evitar o pior (sua própria ruína), assim um deles, o desejo de poder, seria atenuante visto que refrearia os outros dois, o desejo sexual e o desejo material. No período medieval o vício se transforma em critério de avaliação de virtude. Isto conduziu a renascença a valorizar ainda mais o desejo de poder através da glória, e da honra tornando à ideologia dominante, apoiados nos textos gregos e romanos com aval do cristianismo. Contudo, surge uma modificação que altera a experiência e a perspectiva, e diversos escritores (Hobbs, Rochefoucauld, Pascal, Cervantes...) passam a criticar este *ethos cavalleiresco*. A percepção de que o mundo mudava não sendo possível ser um nobre sem ter dinheiro, ou não enobrecer aquele que através do trabalho formava o *ethos burguês*. A inovação traz consigo conseqüências importantes e a percepção da insegurança social fica mais nítida.

A possível solução é criar algo maior e capaz de conter o descontrole civil e o abuso dos detentores dos poderes locais, evidentemente esta resposta não acontece de uma hora para outra, todavia o resultado é o surgimento do Estado como aquele capaz de criar o controle da desordem de evitar que o medo em suas mais diversas formas se propagasse, havia alguém responsável pela segurança do povo; pelo menos este era o discurso favorável ao soberano. No entanto, nasce um novo temor, o estado torna-se a parte dos produtores dessa insegurança, um “Leviathan” que na figura do soberano identificado com o mesmo é no mínimo temperamental. Percebe-se que o gradativo “controle do estado” através das limitações de

poderes do soberano, pelas cartas magnas e pela divisão de poderes dentro do estado, é fortalecido pelo desenvolvimento político e principalmente guiado pelo progresso colocando uma paixão contra outra. Helvétius usa em suas afirmações a palavra interesse no lugar das paixões com função de contra valor. A ideia foi usada pelos pais fundadores (Hamilton e Madison) nos EUA (separação dos poderes devido a oposição das paixões e interesses). A análise do estado passa para o individuo e retorna para o estado. Mas não importa aqui a evolução das ideias políticas, mas a inovação pela independência de uma outra insurgente força, o mercado, que deveria controlar as paixões e manter a segurança de abastecimento, um dos maiores temores de tempos anteriores ditos medievais. Esta força é o mercado que passa a ser, segundo Hirschman, incentivado a desenvolver-se desde o momento da consolidação da força do estado. Este, capaz de trazer o controle interno garantindo o abastecimento alimentar (principalmente em núcleos urbanos) e evitar os conflitos externos por atrelar economias que garantem a manutenção da riqueza gerada pelo comércio, segundo os “mercantilistas”. Um dos primeiros Estados a ter seu poder centralizado fora Portugal e neste é perceptível a necessidade da atividade produtora e distribuidora para tal o Estado já em 1357 o rei Don Fernando pela Lei de Sesmarias imputava todos os funcionários a lavrarem suas terras e caso, eles não o fizessem, que a deixassem para quem o fizesse. Esta centralidade do Estado tem a função de garantir e buscar o maior aumento da riqueza da nação, que expressa proporcionalmente a redução da insegurança social diante de um ambiente de prosperidade inversamente ao ambiente de pauperização. Expressa nos trabalhos dos mercantilistas que entre muitas formulações desconexas queriam basicamente o superávit fiscal e o monopólio do comércio estatal, isto quer dizer maior ação do estado em função da sociedade. Além dos mercantilistas têm-se as idéias de Maquiavel que interpretadas seja como tiranas ou como republicanas o foco é a centralização do poder político. Como exemplo em “As razões pelas quais os homens, especialmente os príncipes, são louvados ou vituperados” *“apresenta o autor destaca que certas qualidades ... que parecem vícios trazem como resultado o aumento da segurança e do bem-estar.”*<sup>1254</sup> (grifo nosso). Outro importante pensador e político é Thomas More que em sua famosa obra Utopia na parte referente “Da vida e das mútuas relações entre os cidadãos” cita as ações dos utopianos consideram

como justa causa de guerra o fato de um povo possuir uma extensão de terra vazia e sem qualquer utilidade, impedindo os outros de dela se utilizarem e aproveitarem,

---

<sup>1254</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: DPL Editora, 2008

Portanto, pelo surgimento e consolidação do estado surge o meio necessário para o desenvolvimento do mercado. Assim, podem-se amarrar as ideias de que diante da insegurança social; cada vez mais intensa pela assimetria entre experiência e perspectiva devido a intensidade de transformações e inovações em um relativo curto espaço de tempo; típicos da aceleração do tempo histórico; e pela multiplicidade de forças capazes de promover à violência e que por consequência desta, o perigo do desabastecimento alimentar, surge um discurso e o imaginário favoráveis a criação do estado centralizado e a possível monopolização da violência.

O problema é que logo surge a percepção da falsa segurança, representada pelo Estado centralizado, e esta é evidenciada com a conduta temerária dos governantes, movidos pelas paixões, promotores de guerras externas em contextos de dinastias que se encerravam precipitadamente, disputas entre casas nobres pelo poder, revoltas e insurgências camponesas e integração mundial pelas navegações e descobertas. Todos estes motivos que justificavam e exigiam as guerras gerava altos impostos, taxações e inflação interna ficavam então incapazes de conter a violência interna perante a instabilidade externa e nem ao menos garantia-se a manutenção abastecimento, lembrando que a falta deste e a insalubridade criava temor das epidemias que soma a maximização do ambiente de insegurança social. Chegamos a um ponto chave: o Estado não só não era capaz de ordenar internamente, pois não conseguia e não consegue na prática o monopólio da violência, e externamente, as irrecusáveis declarações de guerras que desde a formação do estado centralizado nunca cessaram, a sociedade como também poderia concorrer contra a mesma incitando a própria fragmentação devido às paixões dos soberanos. Assim, em vez do estado conter as paixões dos homens contra os homens passou a concorrer com as paixões dos homens por ter suas próprias paixões na figura do soberano. Necessitava do comércio e do mercado para racionalizar o ambiente para garantir a estabilidade tendo a seu favor o interesse dos investidores internos ou externos. Para conter os excessos, para criar algo a ser perdido caso as paixões fossem maiores do que os negócios. Assim, Adam Smith entra para apresentar seus pensamentos e formulações.

---

<sup>1255</sup> MORUS, Thomas. *Obras Completas*. Yale University Press (*The Complete Works of St. Thomas More*), New Haven, Connecticut. (USA)

A solução a esta nova insegurança social, o possível descontrole do soberano capaz de arrastar seus súditos a miséria e a precariedade pelo impulso da guerra, é a criação do discurso favorável a descentralização do poder do Estado, mas também a independência do mercado e a redução do estado em seu poder de intervenção. A ideia é conter as paixões pelo interesse material, pela necessidade do funcionamento do mercado, pelo atrelamento econômico entre aristocratas de nações diferentes, pelo egoísmo. A mudança desta percepção começa com Smith, tem-se então que os interesses e paixões tornam-se não mais concorrentes e sim congruentes. Esta fusão modifica a forma de se pensar no início caminhar da economia, agora um tanto mais distante da filosofia moral de que trata os pensadores deste tema. A consequência é uma mudança no pensar o mundo. A Economia surge deficiente de um lado que era inerente a filosofia moral que trouxera até então a forma de pensar o mundo e o homem.

### **Da Filosofia Moral ao Mercado**

No que se pode argumentar, nossa trajetória segue nesta linha de pensamento, perante este espaço, há de sintetizarmos as principais ideias de Albert Hirschman que analisa estes pensadores da filosofia moral e defendem o mercado com argumentos favoráveis sem o deslocar da esfera social. Esta filosofia moral sem dúvidas leva em consideração o estado psicológico do homem e da sociedade através da percepção do maior ou menor clima de insegurança social. A percepção é de que estes pensadores levavam em consideração o desenvolvimento da sociedade de forma mais completa do que aquela que existe na análise daqueles que afirmam, sem levar em consideração a filosofia moral e seus intelectuais, bastar o desenvolvimento da economia, mas retornaremos a este ponto mais tarde.

Ao ganhar um aprimoramento a partir do aperfeiçoamento da teoria do estado (a partir de Maquiavel) e de como se governar. Diversos escritores buscaram entender o homem (Hobbs usa dez capítulos do Leviatã para descrever o homem/ Spinoza e Vico/ e Roussou) como ele realmente é (criando o objeto das Ciências Políticas, influenciado pelos avanços da matemática e da mecânica), sua natureza e não sua idealização (faz coro com o movimento humanista). Essa busca de compreender o homem e seu comportamento está inserida na filosofia moral, que não é algo novo, mas agora difundido pela nascente imprensa e pela troca de ideias para racionalizar o Estado que pode ser identificado como temperamental, ou seja, cruel com o povo ou bondoso com o povo, de qualquer forma o discurso a seu favor era



implacável. Isto é representado pela figura do soberano, o estado mais forte que a Igreja, por ser o braço armado, manipulou o discurso cristão de que cada povo é merecedor de seu soberano ou do estado, que o oprime e ou qualifica seus opressores, este discurso buscava minimizar a insegurança social e suas perigosa evolução. Lembrando que o Estado teria como função proteger o homem de si mesmo pode-se argumentar o contrário. Assim o homem como ele realmente é, é impulsionado por paixões destruidoras de si mesmo, da ordem e da sociedade. Visto que a religião e a filosofia moral falharam em seu controle. Buscaram-se outras formas de detê-las. A primeira forma fora a repressão e coerção sendo tarefa do estado punir aos impulsionados pela paixão. Contudo, esta forma não elimina o problema apenas o contorna temporariamente. A segunda forma, mobilizar as paixões, o estado ou a sociedade visto como agente civilizador os formuladores são Paçça, Vico (transformação das paixões), Mandeville (precursor do Laissez-faire / vícios privados em benefícios públicos). Como isto efetivamente ocorreria não ficou claro levando a generalização que se seguiu e a mistura entre paixões e interesses. Fausto vai afirmar: *“uma porção daquela força que sempre deseja o mal e sempre faz aflorar o bem”*. As paixões passaram a ser consideradas indissolúveis um único inimigo da razão e da Salvação. Lançar uma paixão contra outra foi idéia iniciada com Bacon (critica aos filósofos e elogios aos historiadores e poetas) e Vico Spinoza (não aplica suas idéias) seguiu as idéias de Bacon primeiro delineando a autonomia e a força das paixões. O mercantilista David Hume (aplica suas idéias) declara à impermeabilidade das paixões a razão. *“A razão é, e deve somente ser a escrava das paixões”*. Posteriormente declara *“nada pode se opor ao impulso da paixão, a não ser um impulso contrário”*. Formulando a idéia de paixão contraposta (luxúria a indolência).

Surge a necessidade de encontrar quais paixões podem ser domesticadas e quais são indomadas, e quais podem acalmar as demais. Interesse x Interesses: o primeiro está relacionado mais geral enquanto que o segundo os aspectos econômicos. A primeira vez em que surge a oposição entre interesse e paixões na obra de Rohan. A Segunda vez o tema pode ser verificado na frase do autor: *“Minha pretensão é que a difusão das formas capitalistas deveu muito a uma desesperada busca de um modo de evitar a ruína da sociedade, ameaça permanente na época devido aos precários arranjos no que se referia a ordem interna e externa”*.

### **Do Mercado sem a Filosofia Moral**

A partir deste ponto a economia começa sua trajetória de domínio sobre as outras esferas da sociedade.

O sucesso de Adam Smith com a “Mão invisível” do mercado criou novas formulações pelos que o sucederam nas análises e estes vão substituir o vício e a paixão por vantagem e interesse. Perde-se a longa trajetória que originou os argumentos favoráveis ao capitalismo e inicia-se a discussão sobre economia a partir de Smith sem levar em conta a importância da filosofia moral. Esta ideia fora abandonada com a convicção oculta de que a marcha da história concorrera de algum modo para o progresso da humanidade.

A situação piora com o total abandono da mesma e o mercado passa a ser tão temido como era o Estado da época dos que exigiam o seu controle. Os interesses deveriam reger e conter as paixões dos soberanos, contudo soltaram as amarras antropológicas tradicionais do mercado como parte da vida social e a quebra das antigas tradições como a reciprocidade, a redistribuição e domesticidade, identificadas por Polanyi, em prol de uma dinâmica livre em um mercado que transforma a sociedade ao seu desígnio o *laissez-faire*. Neste ponto Polanyi analisa perfeitamente esta transição em seu capítulo intitulado Moinho Satânico<sup>1256</sup>.

Adam Smith pode e deve ser considerado como um filósofo moral, principalmente por suas outras obras, e por isto através de diversas referências, como David Hume, busca compreender o comportamento do homem. Contudo, como diz Hirschman, Smith em a riqueza das nações deixou o aspecto moral de fora e analisou somente o comportamento egoísta do homem no mercado em “*A Riqueza das Nações*”.

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles.

O que se pode interpretar quanto a sociedade do século XVIII, período em que fora escrita esta obra prima, era que existe uma necessidade de justificar este egoísmo. Por isto o prisma recaiu e enfoca o benefício do egoísmo no aspecto do consumo. É este egoísmo que garante o abastecimento e minimiza a insegurança social. Contudo, o aspecto produtivo não é enfatizado. O que quer dizer que o egoísmo que move a produção pode não ser benéfico ocasionando a exploração do trabalho e a alienação do trabalhador. Se um contemporâneo de Smith não tem uma relação produtiva com o setor agrícola só a vê enquanto consumidor seu maior prejuízo é em relação ao desabastecimento e o que Smith afirma é que por considerar o

---

<sup>1256</sup> POLANYI, Karl. *A grande transformação*: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, [1944] 1988.

egoísmo do produtor e aqui pode-se dizer do dono dos meios de produção o consumidor estará seguro. Portanto a justificativa do egoísmo recai como segurança no aspecto do consumo, mas não leva em consideração o efeito negativo possível em relação ao modo de produção, capaz de gerar e tal como a história demonstrou gerou mais situações de insegurança social. Smith sabe da necessidade de sociabilidade entre os homens e diante deste egoísmo o link se mantém, porém em outra esfera a do mercado. A moral está justificada pela necessidade do consumo dos outros reduzindo a insegurança social libera as ações do interesse próprio do produtor. Se o homem rejeita moralmente este egoísmo e se compraz da felicidade do outro, Smith afirma que não há riqueza a ser extraída disso. Pode-se deduzir que a moralidade entra somente quando a sociedade começa a desaprovar a ação egoísta, porém como esta desaprovava algo se está subordinada a isto, ou seja, necessita da ação egoísta para realizar o consumo. Cria-se inesperadamente um contentor da insegurança social desde que a produção não falhe e o povo mantenha possibilidade de realizar o consumo no mercado porém a exploração exacerbada por outro lado a insegurança social. O equilíbrio criado por este contentor é mínimo e a proporção que os dois crescem a situação sócia se deteriora e a ordem vigente está ameaçada. Outro ponto contentor está relacionado aos efeitos ao Estado que se vê incapaz de formular políticas se estas não estão de acordo com o ponto de vista dos produtores que tem como armas o não abastecimento direcionando a revolta popular as ações do Estado se assim considerar necessário. Neste ponto o equilíbrio está em que o estado também pode se utilizar da insegurança social para punir com a perda de propriedade ou não salvaguardar o direito a propriedade privada aos proprietários que estejam em conflito com os governantes. Pode-se pressupor nesta linha de pensamento que o padrão de consumo se eleva com o tempo diante dos avanços progressistas da concorrência, da livre iniciativa e da maior distribuição da renda e torna-se amplo por estes motivos. Assim o impulso para a falta de moral no trato produtivo fica sem limites tal como o desrespeito ao ser humano subordinado, pela necessidade natural básica de consumo, ao capital. Os antigos laços morais comunitários se desfazem em função de novos laços capitalistas do mercado desregulado e do avanço da integração. Esta última capaz de minimizar ao máximo a insegurança social oriunda pelo desabastecimento. Neste ponto em diante os autores seguintes a Smith abandonam o estudo ou a relação entre a moral e a economia. Através de inspirações positivistas sobre o comportamento da ciência não se referem mais a questão moral e definem a vida própria e independente da economia. A antiga mão invisível que garantiria o abastecimento selecionou

seus contemplados e não foi capaz de alcançar a todos visto que o processo de produção gerou desigualdades quanto ao acesso aos bens produzidos.

### **Do Mercado ao Estado**

A seqüência do mercado auto regulado qualificado pela economia política do liberalismo econômico, ou seja, estado mínimo, trouxe crises econômicas que mantêm a sociedade com extrema insegurança em relação ao futuro. A queda na crença do mercado auto regulado como o melhor dos mundos trouxe de volta a perspectiva de busca do controle pelo estado. Verificando a obra de Karl Polanyi “*A Grande Transformação*” percebe-se que este também entende que o medo ou o discurso em favor da segurança e estabilidade está presente na formação do mercado. Mas que a queda na crença do mercado ocasionou o surgimento dos estados totalitaristas, nazistas e fascistas, ou seja, nova onda de insegurança social que justificou o discurso político. Clauss Offer em “*Capitalismo Desorganizado*” destaca que o Estado interferindo no mercado através da proteção jurídica ao trabalho imobiliza o mercado de mão de obra contribuindo para a manutenção do desemprego e criando uma situação impar de criar uma barreira intrasponível, para alguns, ao trabalho formal; destacando ser no curto prazo impossível uma solução que almeje o pleno emprego. Tal como destaca Robert Castel em “*As Metamorfoses da Questão Social*” retrata bem esta trajetória do trabalhador proletário que se tornaria o assalariado: basicamente, e não linearmente, do contexto de marginalização para o centro das relações sociais, do quase pleno-emprego. A questão social progride do pauperismo que ameaçava fraturar a sociedade, o mercado não tem elementos que possa manter a coesão social, para o enfraquecimento da condição do assalariado nos dias atuais. A questão social, destacada por Robert Castel, leva a repensar a insegurança social para os dias atuais seja contra a violência incontida pelo estado, o desabastecimento pela falta de garantias do mercado que incorre pelo desemprego e na falta da assistência a saúde ou a previdência entre tantos outros motivadores da psicologia social.

### **Conclusão**

O medo da sociedade do desabastecimento é verificável em outros pensadores como no estado estacionário ricardiano e a tese malthusiana da miséria crescente. Por questão de espaço enfatizamos Adam Smith. A hierarquização econômica ao acesso aos bens produzidos

era gerada pelo tamanho do incentivo financeiro capaz de levar o produtor a considerar que ganha mais em vender do que produzir só para si. Isto é, só pode consumir quem pode pagar mais. Assim, o suporte e a resistência nos níveis produtivos é um importante mecanismo da variação na oferta e a demanda. Apesar da demanda por alimentos ser grande em um contexto de crescimento populacional a capacidade de produzir renda está abaixo do nível diante da exploração imoral do trabalho humano. O equilíbrio contentor da insegurança social sobre o medo do desabastecimento. O que ocorre paralelo ao ganho de força do dono dos meios de produção visto que para cumprir sua função social basta abastecer o mercado independente da limitação de acesso ou a remuneração qualificada que ocasiona seu processo produtivo, visto que ao remunerar mal reduz as condições de consumo. A alternativa estaria nas forças produtivas se desenvolvessem a ponto dos trabalhadores buscarem melhores condições e remuneração mesmo diante da exploração inextinguível neste nascente sistema de mercado. Assim, o equilíbrio contentor é quebrado pelo aumento da sensação de insegurança social e a ordem vigente tende a ser alterada. Sem dúvida o mercado limitou a ação desmedida dos governantes, todavia implementou seus próprios abusos.

### **Referências Bibliográficas**

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis, Vozes, 1998.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. II, 1993.

HIRSCHMAN, Albert O. *As Paixões e os Interesses: Argumentos Políticos a favor do Capitalismo antes do seu Triunfo*. Rio de Janeiro: Editora Record, [1977] 2002

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: DPL Editora, 2008.

MORUS, Thomas. *Obras Completas*. Yale University Press (*The Complete Works of St. Thomas More*), New Haven, Connecticut. (USA)

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, [1867] 1983.

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, [1977, 1985] 1989.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, [1944] 1988.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

ROUANET, Sérgio Paulo. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SMITH, A. *A Riqueza Das Nações – Investigação Sobre Sua Natureza e Suas Causas*. Abril Cultural, São Paulo. Coleção “Os Economistas”. [1776]

## Cidadania e Mundos do Trabalho

### O caso dos menores operários: Justiça do Trabalho e trabalhadores têxteis em Juiz de Fora, 1953.

Alessandra Belo Assis Silva\*

**Resumo:** O interregno democrático (1946-1964) pós-Estado Novo é marcado por uma mudança expressiva nas relações entre Estado e mundo do trabalho, com a ampliação da atuação política dos sindicatos. Neste momento, o movimento operário além de suas tradicionais formas de reivindicação passa a contar com a presença da Justiça do Trabalho (JT). Analiso, as experiências dos trabalhadores nas ações trabalhistas, com enfoque em um caso excepcional em 1953, na cidade de Juiz de Fora. Trata-se da reivindicação trabalhista de equiparação salarial dos menores trabalhadores nas indústrias têxteis da cidade, que envolve mais de 710 ações junto à JT. Esta análise é baseada nos processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Juiz de Fora e no jornal da cidade “Diário da Tarde”, ambos localizados no Arquivo Histórico Municipal.

**Palavras-chave:** Trabalhadores, Justiça do Trabalho, menores.

### Introdução

Nos últimos tempos nos deparamos com uma renovação dos estudos sobre o trabalho e os trabalhadores que concentraram seus esforços para compreender a originalidade da legislação nacional do trabalho e, por extensão, do poder de luta e negociação dos trabalhadores brasileiros.<sup>1257</sup> Este é um campo que vem tomando força e não unicamente no campo de estudos sobre trabalho e trabalhadores. A lei, a norma, tem ganhado destaque nas análises. Para além da importância dada à legislação, nos últimos anos os estudos na área da história social dos direitos ganharam grande relevância na historiografia brasileira. Tendo

---

\* Graduanda do oitavo período de História Diurno da Universidade Federal de Juiz de Fora.

<sup>1257</sup> Costa, Hélio da; Fortes, Alexandre; Fontes, Paulo; Negro, Antonio Luigi; Silva, Fernando T. *Na luta por direitos. Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999. Fortes, Alexandre e Negro, Antonio Luigi. “Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil”. *Trajetos*. Vol. 1, No 2, Fortaleza, 2002. Gomes, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988. French, John D. *Afogados em leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores*. Coleção “História do Povo Brasileiro”. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

como protagonista os mesmos trabalhadores, e as suas lutas por direitos, a historiografia a partir da década de 1990 tem produzido vários títulos sobre o mundo jurídico e sua relação com a sociedade, sobretudo após a democratização e a Constituição de 1988.

Como nos afirmou Silvia Lara e Joseli Maria Mendonça, o que vemos atualmente no que se refere aos estudos voltados para a história social dos direitos é que os estudiosos:

(...) Procurando escapar de conceitos sociológicos fechados, examinaram as experiências cotidianas dos trabalhadores para além das relações de trabalho e dos movimentos organizados. Nesse caminho, reconheceram que as relações entre patrões e empregados ultrapassavam a simples repressão para mesclar-se a regulamentações que estavam na base de uma legislação social. Assim esses historiadores passaram a investigar também os domínios da lei e da aplicação dos direitos trabalhistas a partir dos anos 1920 e, sobretudo, 1930. A lei e a justiça (especialmente a Justiça do Trabalho) deixaram de ser vistas como simples instrumentos de dominação de classe para se configurarem como recursos que poderiam ser apropriados por diferentes sujeitos históricos que lhes atribuíam significados sociais distintos.<sup>1258</sup>

A Justiça do Trabalho, embora ainda possa ser considerada alvo de poucos estudos nas áreas de história e ciências sociais, conheceu a partir da década de 1990 e principalmente na década de 2000, por todo o Brasil, estudos [ainda esparsos] que privilegiam as experiências dos trabalhadores dentro do espaço judicial permitindo encontrar ali aspectos de definição e redefinição das próprias relações sociais<sup>1259</sup>. Como se sabe a JT foi na última década, colocada no centro das atenções, ameaçada sem sucesso por projetos de governo que previam transformações profundas ou mesmo sua extinção<sup>1260</sup>, o que pode explicar entre outros motivos, o interesse por estudos sobre esta instituição.

---

<sup>1258</sup> LARA, Silvia e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e Justiça no Brasil*. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2006. p.13.

<sup>1259</sup> BARBOSA, Denilson Gomes. *Conflito Trabalhista e Uso da Justiça do Trabalho: Estudo de Caso do Município de Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008. CORRÊA, Larissa Rosa. *Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direitos na cidade de São Paulo - 1953 a 1964*, Dissertação (Mestrado em História). UNICAMP, 2007. MENDES, Alexandre. *Classe trabalhadora e Justiça do Trabalho: experiências, atitudes e expressões do operário do calçado (Franca – SP, 1968 a 1988)*. Tese de doutorado, Unesp, Franca, 2005. PACHECO, Jairo Queiroz. *Guerra na fábrica: cotidiano operário fabril durante a Segunda Guerra – o caso de Juiz de Fora – MG*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Usp, São Paulo, 1996. OREL, Regina L. de Moraes e MANGABEIRA, Wilma. *Velho” e “novo” Sindicalismo e uso da Justiça do Trabalho: um estudo comparativo com trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional*. Dados 37, nº1, 1994.

<sup>1260</sup> Para que se tenha uma idéia mais aprofundada das transformações que envolveram a Justiça do Trabalho consagradas na Constituição de 1988 e seus desdobramentos na década de 1990, sobretudo inseridos no processo de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho ver, GOMES, Ângela de Castro. *Retrato falado: a Justiça do Trabalho na visão de seus magistrados*. Revista de Estudos Históricos, nº 37, jan-jun 2006. Ver também, DELGADO, Mauricio Godinho. *As duas faces da nova competência da Justiça do Trabalho*. In: COUTINHO, Grijalbo Fernandes e FAVA, Marcos Neves (orgs.). *Nova competência da Justiça do Trabalho*. LTR. Anamatra. 2005.



Não me interessa para este momento, aprofundar questões sobre a história da Justiça do Trabalho muito menos os debates travados sobre sua origem, sobre as ideologias por trás de sua criação e os debates que a cercam até os dias de hoje. O que devemos saber para este trabalho é que a JT foi inaugurada em 1941, em um 1º de maio, dia do trabalhador, sob o governo estado-novista, na figura daquele que seria “o pai dos trabalhadores”, Getúlio Vargas. Afirma-se muito que esta instituição, foi criada com o intuito de arrefecer os conflitos entre empregados e patrões, respondendo a um modelo corporativista, inspirado nos moldes italianos, em que a intervenção estatal colocava-se como necessária, desinteressada em relação a grupos e defensora do “bem comum”<sup>1261</sup>. Representava, portanto, a tutela do Estado sobre as organizações e o movimento dos trabalhadores estendida a toda a sociedade. Este modelo inaugurado por Vargas marcaria para sempre tanto as instituições por ele criadas, quanto a tradição trabalhista brasileira.

A Justiça do Trabalho encontrava dois anos depois algo que garantiria seu poder normativo, consagrando-se como o documento mais discutido e mais divulgado no Brasil, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) tida como extremamente detalhista e complexa, possibilitando até mesmo brechas que favoreciam a argumentação de patrões. Como nos mostrou Larissa Rosa Corrêa :

(...) havia uma idéia bastante difundida nos anos de 1960 e 1970, de que a Justiça do Trabalho representava uma instituição a serviço da burguesia industrial, afundada em procedimentos burocráticos e manipulada pelo Estado. Contudo embora alguns historiadores viram e vêem na JT um meio de pulverizar os interesses dos trabalhadores, outros observaram um aspecto importante para a classe trabalhadora: o direito de reclamar seus direitos. Mesmo que as leis não fossem respeitadas pelos patrões, a CLT juntamente com a Justiça do Trabalho abriu novas possibilidades de os trabalhadores lutarem por direitos<sup>1262</sup>.

Acredito e compartilho da idéia que não se pode e nem se deva negar que a JT como outras instituições são resíduos dos regimes autoritários e importantes fatores na definição tanto das relações entre as classes, quanto nas formas e frequência da contenção da classe trabalhadora. Contudo é importante que se pense que essas mesmas instituições dependem da estrutura do poder e da conjuntura política da sociedade brasileira, que de fato, variaram.<sup>1263</sup>

<sup>1261</sup> Estas discussões acerca do papel que o Estado pretendia exercer estão em, VARUSSA, José Rinaldo. *Trabalho e Legislação: Experiências de Trabalhadores na Justiça do Trabalho* (Jundiaí – SP, décadas de 40 a 60). Tese de Doutorado, São Paulo, PUC, 2002.

<sup>1262</sup> CORRÊA, Larissa Rosa. *Op.cit.*, p.15.

<sup>1263</sup> Esta concepção que leva em conta a soma de fatores econômicos e políticos para a definição das relações sociais está presente em SANDOVAL, Salvador, *Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil, 1945-1990*. Editora Ática, 1994, p.32.

Nesse sentido, o interregno de governos democráticos 1946-1964 e principalmente as décadas de 1950 e 60, até o golpe militar, representam anos de uma sensibilidade democrática considerável e até mesmo surpreendentes se levarmos em conta o aumento da procura dos trabalhadores pela JT concomitantes com o número cada vez mais crescente de greves e mobilizações sociais. As décadas de 1950 e 1960 representam um período significativo consagrando a possibilidade de uso da JT na defesa dos direitos do trabalhador.

Partindo deste preâmbulo metodológico, meu estudo faz parte de um trabalho que pretende discutir como a Justiça do Trabalho (JT) articulou-se às experiências dos trabalhadores, baseado no estudo de caso da Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) do município de Juiz de Fora, em Minas Gerais inaugurada em 1944, três anos após sua instalação nas capitais. Para isso, foco minha análise, especificamente no comportamento dos trabalhadores têxteis de Juiz de Fora através das ações impetradas na Justiça do Trabalho durante as décadas de 1950 até 1964.

O que analisarei aqui são processos que destoam dos demais, pertencendo a um caso que adquiriu grandes dimensões, suscitando uma série de questões no espaço judicial, chegando a opinião pública da localidade através do Jornal Diário da Tarde. Trata-se da reivindicação trabalhista de equiparação salarial dos menores trabalhadores nas indústrias têxteis da cidade, no ano de 1953, que envolve mais de 700 ações junto à JT. O resultado deste conflito judicial é a vitória trabalhista que se deveu muito as posições dos juízes e advogados.

Este caso me chama atenção porque traz a tona questões valiosas para a compreensão da importância do espaço jurídico como campo conflituoso e que por essa mesma característica é capaz de constituir e dar dimensão às relações sociais. Os argumentos dos advogados nos processos, sempre amparados na lei são interessantes para que pensemos nos contornos que a legislação pode adquirir e principalmente na aplicabilidade da mesma. De fato, a lei cumpre a função social de resolver conflitos e de reforçar a conformidade às normas. As classes populares podem eventualmente “apropriar-se da lei”, utilizar-se da igualdade formal para pleitear nos tribunais seus direitos. Nesse sentido, entendo a lei a partir da perspectiva apresentada por Silvia Lara: como o resultado do jogo de forças, fruto de tensões e de conflitos, que não chegam a formar um consenso e, portanto, cristalizadora desses conflitos.

Como já nos foi possível ver em outros estudos, aqui também comprova-se que enquanto os trabalhadores “procuravam encontrar na legislação um espaço para garantir e

reivindicar direitos, os empregadores tentavam encontrar qualquer brecha, ambigüidade ou contradição legal para impedir e, até mesmo, se esquivar dos deveres trabalhistas”<sup>1264</sup>. Além disso, os depoimentos de testemunhas que na maioria das vezes eram colegas de trabalho e dos próprios trabalhadores/reclamantes evidenciam como os patrões têxteis eram mais propensos a burlar diversas leis dentro da fábrica e como os trabalhadores se colocavam diante dessa realidade, lúcidos e conscientes de que a lei os amparava.

Por fim, as discussões que se ampliam nos jornais atingindo a sociedade evidenciam muito do que hoje chamamos de “judicialização das relações de classe (ou sociais)”<sup>1265</sup> que embora seja considerada um fenômeno mais atual, já mostrava sua face em plena década de 1950, mais precisamente no ano de 1953, fator que explicaremos melhor após narrarmos os acontecimentos.

### **”Para o mesmo trabalho, o salário é o mesmo”: os menores querem seus direitos.**

O meu interesse por esse tipo de estudo veio principalmente após um contato prévio com os processos trabalhistas durante longo processo de digitalização, para um projeto da Professora Dra. Valéria Marques Lobo<sup>1266</sup>, que entre objetivos de análise primordiais visava a guarda desse imenso tesouro histórico. Digitalizamos processos de 1944 até 1964, referentes a duas categorias: a dos têxteis e a dos metalúrgicos. Ao digitalizar e quantificar esses processos através de um banco de dados pudemos observar o grande número de processos trabalhistas, principalmente referentes aos trabalhadores têxteis. A escolha pelos processos de trabalhadores têxteis encontra justificativas de todos os lados.

Primeiro, cabe aqui reproduzir uma concepção de industrialização, que concebe aquele processo, inaugurado após a década de 30, identificado com as chamadas “substituição de importados” e o constante crescimento dos assim chamados setores “dinâmicos” da indústria e o relativo declínio dos tradicionais<sup>1267</sup>. Sabe-se, segundo trabalho recente que a dinâmica da indústria juizforana no pós-30 deve ser pensada justamente dentro do contexto das transformações estruturais na economia e sociedade brasileira, não podendo ser dissociada da

---

<sup>1264</sup> CORRÊA, Larissa Rosa. Op.cit.p.226.

<sup>1265</sup> Entende-se por judicialização das relações sociais a expansão do direito para as esferas da vida social, fenômeno tido como contemporâneo. Para um aprofundamento ver : VIANNA, Luís Werneck. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Revan. 1999. Ver também CARDOSO, Adalberto Moreira; LAGE, Telma da Graça de Lima. *As normas e os fatos: desenho e efetividade das instituições de regulação do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

<sup>1266</sup> Projeto de pesquisa apresentando a FAPEMIG. “Estado e Sociedade:entre a Cidadania e a Exclusão”.2008-2009.

<sup>1267</sup> VARUSSA. José Rinaldo. Op.cit.p.8.

mesma. Para se ter idéia em 1941, a estrutura de Juiz de Fora se resumia na preponderância da indústria têxtil que a partir de 1950 inicia seu processo de declínio, mas que atingirá forte queda em Juiz de Fora apenas nas décadas de 1970 e 1980 com as falências das grandes fábricas têxteis. Vale lembrar que, no que diz respeito ao emprego e à força de trabalho, os setores tradicionais ainda eram dominantes nas décadas de 1950 e 1960<sup>1268</sup>. De fato, no conjunto de processos, é possível perceber as dificuldades vividas pelo setor têxtil, que poderia ser identificada na sua inadequação às mudanças tecnológicas, na adoção de ritmos de trabalho e produção que lhe garantisse a existência. Além disso, sabe-se que a indústria têxtil representa um setor tradicional da indústria brasileira, com grande presença de mulheres e menores de idade, com remuneração baixa, as reclamações por equiparação salarial seriam justificadas.

Ao passar os olhos em tantos processos, chegamos em 1953 e vimos um caso de repercussão que inicia-se no espaço judicial e toma conta da opinião pública local. Começaram, portanto, a aparecer processos com a mesma reivindicação: diferença salarial. Até então, isto era normal, visto que as reclamações por salário eram intensas principalmente nesta época em que as alterações no valor dos salários eram constantes. Contudo, não era somente na essência das reivindicações que estas ações eram iguais. O Termo de Reclamação (o primeiro texto a aparecer nos processos) foi o mesmo em ações diferentes. O advogado do Sindicato dos Têxteis, Walter Cavalieri de Oliveira, admitido na instituição em julho de 1952<sup>1269</sup> produziu um texto que se repetiria na maioria dos processos desta natureza. Vejamos o Termo de Reclamação:

[...] Foi o reclamante admitido na empresa em data constante de sua Carteira Profissional, tendo a empresa durante todo o seu tempo de casa, lhe efetuado o pagamento do salário na base de apenas metade do salário mínimo legal. [...] Não tendo sido contratado como **APRENDIZ** (grifo meu) de acordo com o que dispõem a Constituição Federal<sup>1270</sup> o Artigo 80 da Consolidação das Leis do Trabalho e o Decreto 31.546 de 6/10/1952, deveria a empresa pagar-lhe o salário mínimo fixado pelo Dec. 30.342 de 24/12/1951 e anteriormente a este, nos termos dos Decretos 5.977 e 5.978, de 10/11/1943.<sup>1271</sup>

O advogado enfatizava ali a diferença entre o menor e o menor-aprendiz, que de fato vigorava em lei de 1943, dez anos antes, no artigo 80 da CLT que afirmava que “Tratando-se

<sup>1268</sup> SANDOVAL, Salvador. Op.cit. p.39

<sup>1269</sup> Ficha de Registro de Empregados do Sindicato dos Têxteis. Disponível para consulta no Arquivo do Sindicato dos Têxteis de Juiz de Fora.

<sup>1270</sup> A Constituição sobre a qual se faz referência é a Carta de 1946.

<sup>1271</sup> Processos 463/53 à 873/53. Disponível para pesquisa no Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora.

10 a 13 de maio de 2010

de menores aprendizes, poderão as Comissões fixar o seu salário até em metade do salário mínimo normal da região, zona ou subzona.”<sup>1272</sup>

Mas, o que fez repercutir tantas reclamações no ano de 1953 se devia a um Decreto que enfatizava esta diferenciação do aprendiz. Trata-se do Decreto 31.546 de 6/10/1952 presente no termo de reclamação. Veja o que dizia tal documento:

(...) O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 item I, da Constituição, e considerando que, em face da legislação em vigor, pode o contrato de trabalho assumir a forma de contrato de aprendizagem, desde que o empregado, menor de 18 e maior de 14 anos, esteja “sujeito à formação profissional metódica do ofício em que exerça o seu trabalho. (Parágrafo único do art. 80 da Consolidação das Leis do Trabalho)<sup>1273</sup>

E não nos parece mera coincidência que após ser decretado em outubro levaria noventa dias para entrar em vigor o que somando daria no início de 1953, mais precisamente em Janeiro. No meu levantamento consta que o primeiro processo na JCJ de Juiz de Fora desta natureza foi datado de 31/12/1952, considerado improcedente pela JCJ, visto que a reclamante estava na condição de aprendiz, e possuía certificado, o que não obrigava a empresa a lhe dar o salário mínimo legal. É interessante observar que após nove anos, fez-se necessário rediscutir esta questão na legislação obrigando o governo a produzir um Decreto à respeito. O principal argumento do advogado trabalhista era a afirmação sempre enfática de que os trabalhadores menores, que não fossem aprendizes, ou seja, que não estivessem matriculados no SENAI ou no SENAC para o que chama de “formação profissional metódica” deveriam receber o salário mínimo legal. Cavalieri, seguindo um caminho amparando-se na lei, defende na maioria dos processos que a Constituição de 1946, bem como a CLT deixam claro que “para o mesmo trabalho, o salário é o mesmo, ainda que um tenha mais de 18 anos e outro tenha menos de 18 anos. E esta questão foi prevista muito antes do Decreto de 1952, no artigo 80 da CLT.”

Obviamente, não se está aqui travando nenhuma discussão sobre se deve o menor trabalhar ou não, devemos levar em conta que o número de empregados menores nesta época era considerável. Sabe-se que a CLT dedicou os artigos de 402 à 414 à proteção do trabalho do menor, contudo muitas vezes o menor fazia nas fábricas o que todos faziam. Havia exceções, logicamente, mas não justificaria tantos processos se algo não estivesse destoando

---

<sup>1272</sup>Artigo 80 da Consolidação das Leis do Trabalho. CLT disponível no site: [www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/del5452.htm)

<sup>1273</sup>Decreto 31.546/1952 disponível para consulta no site da DATAPREV: <http://portal.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1952/31546.htm>

10 a 13 de maio de 2010

da lei. De acordo com informações dos jornais da época, havia mais de 2000 menores trabalhando no mercado formal de trabalho em Juiz de Fora. O problema é que muitos deles não eram contratados como aprendizes, assinavam suas carteiras como assinavam de trabalhadores adultos e quando o faziam da maneira correta, dentro da fábrica a realidade era completamente diferente do que era previsto em lei. O que acontecia, portanto era que os patrões, utilizavam o fato do trabalhador ser menor, para imputar-lhe somente metade do salário, assim o menor fazia o mesmo trabalho que um adulto por metade do preço. Isto é evidenciado nos processos, visto que a maioria dos reclamantes alegava trabalhar uma jornada dura, até maior que a normal para adultos e receberem apenas a metade da remuneração.

Todo este conflito levou muitos menores amparados pelo advogado Cavaliere a reclamarem seus direitos contabilizando 710 reclamações apenas no ano de 1953. Veja a tabela de número de reclamações:

**Processos impetrados por trabalhadores não aprendizes em 1953, com relação à diferença salarial**

<b>Número de reclamantes</b>	<b>Processos (JCJ)</b>	<b>Fábricas têxteis (Reclamada)</b>
<b>436 reclamantes</b>	463 ao 873	Cia. Têxtil Bernardo Mascarenhas
<b>60 reclamantes</b>	438; 970 ao 1028	Malharia Sedan
<b>34 reclamantes</b>	1304 ao 1337	Tecelagem de Sedas Santa Rosa
<b>31 reclamantes</b>	1273 ao 1303	Malharia Ave Maria
<b>22 reclamantes</b>	1029 ao 1050	Meias Dickson
<b>20 reclamantes</b>	1348 ao 1367	Malharia Luxor
<b>18 reclamantes</b>	1272	Malharia São João
<b>13 reclamantes</b>	1369-1381	Fiação Santa Terezinha
<b>76 reclamantes</b>	-x-	Demais fábricas

A fábrica contra a qual há maior número de reclamações é Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas com surpreendentes 436 reclamantes. O resultado foi a homologação por parte da Junta de um acordo amigável entre as partes. Infelizmente o processo não nos especifica a que tipo de acordo chegaram. Mas em que pese esta defasagem, sabe-se que ali havia um grande número de trabalhadores menores não-aprendizes que estavam atrás de seus direitos.

10 a 13 de maio de 2010

Pelos depoimentos dos reclamantes, há que se notar que todos afirmam não terem feito curso no SENAI e terem aprendido suas respectivas funções dentro da fábrica, no máximo em dois meses, exercendo a profissão como os demais (adultos). Vejamos o depoimento de um reclamante que mais aproxima dos outros:

O reclamante Armando Pereira de Araujo, disse que não sabendo o serviço, o qual aprendeu na fábrica, que quem lhes ensinava era um companheiro enformador de meias, que começou no serviço de dobrar meias, depois enformando, que não fez nenhum curso no SENAI, que levou dois meses para aprender, que recebia salário por dia, que seus companheiros de reclamação, que trabalham na mesma secção do reclamante, estão na mesma condição, que na fábrica não existe curso de aprendizagem.<sup>1274</sup>

Outros reclamantes como José Geraldo e Divino Jesus, disseram com as mesmas palavras que “os seus companheiros tem a mesma obrigação de outro operários da fábrica.” As mulheres que reclamavam neste grande processo contra a Bernardo Mascarenhas, também alegavam que não havia aprendido na fábrica e não fizeram elas, curso nenhum no SENAI. Uma delas ainda afirmava que trabalhava com três teares e sabia apenas trabalhar com dois.

Estes depoimentos nos permitem afirmar que no setor têxtil, o processo produtivo contribuía significativamente para adoção de procedimentos pelas empresas que tinham como resultado o aumento da capacidade produtiva do trabalhador, desacompanhada, por sua vez, da contrapartida na sua remuneração. Nesse sentido, o caso dos menores nos permite pensar que a força de trabalho, objetivando a mesma produtividade e custando a metade do que vale, seria de fato, bem lucrativa para os empregadores.

As alegações da defesa do advogado patronal, Michel Bechara, também se amparavam em artigos da CLT. O curioso é que em boa parte dos processos ele utilizou a questão da proteção do menor para justificar a diferenciação salarial. Afirmava que muitos menores foram admitidos bem antes do decreto de 1952 e não tem direito a reclamar nenhum salário antes deste mesmo decreto e que a própria CLT fazia distinção entre menores e adultos, como no artigo 402 dedicado a Proteção do menor trabalhador. Se há, portanto tal diferença ela deve ser considerada nos salários também. O advogado trazia como argumento também o fato de que muitos menores exerciam a profissão de aprendizes dentro da fábrica, embora não estivessem matriculados nos cursos.

Tendo em vista a grande repercussão judicial, com aumento gradativo do número de processos, a Junta de Conciliação e Julgamento de Juiz de Fora, embora em alguns processos tenha sido favorável a este argumento de que antes do decreto não há justificativa para pagar

---

<sup>1274</sup> Processos 463/53 à 873/53

10 a 13 de maio de 2010

aos trabalhadores menores salário legal, acabou em sua maioria decidindo a favor dos trabalhadores, colocando-se de fato, a favor da causa dos menores que possuíam contrato normal. E o mais interessante nesta trama judicial é que as empresas insatisfeitas com o resultado na JCJ recorriam ao TRT, que também recusando o provimento do recurso, encaminhava o processo ao até à 3ª instância, ou seja, no Tribunal Superior do Trabalho, (como é o caso da Fiação Santa Terezinha, Malharia São Jorge, Sedan) aonde conseguiram vitórias expressivas em todos os casos, nos quais as ações foram para a 3ª instância. De fato, o TST parecia entender e compartilhar dos argumentos do advogado sindical: disseram eles, por exemplo, nos processos de 1369 à 1381 contra a Fiação Santa Terezinha:

(...) Desde que não se prove que o menor é aprendiz, o seu salário deve ser integral, caso contrário, ficaria o menor sujeito em razão apenas da idade, à exploração dos menos escrupulosos, exigindo-lhes trabalho e responsabilidade de adulto em troca de uma paga ínfima. A aprendizagem não decorre apenas da idade do trabalhador, mas precipuamente, da existência de um contrato pelo qual o aprendiz fique submetido a um regime de formação técnica e profissional. (...) <sup>1275</sup>

Aparece neste processo, também uma outra defesa da lei, pelo advogado e compartilhada pelo TST. Consistia no Artigo 76 da CLT que tratava do conceito de Salário Mínimo: “Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a TODO trabalhador”. E vale lembrar que o grifo na palavra “todo” foi do juiz do Tribunal. Logo em seguida ele afirmava: “

Esta vitória dos trabalhadores repercutiu na cidade inteira e na imprensa local. Assim atestou o jornal Diário da Tarde no dia 13/03/1953:

Este Sindicato, por intermédio de seu advogado, Dr. Walter Cavaliere de Oliveira, obteve a maior vitória na Justiça do Trabalho, alcançada no Brasil. Ficou decidido que os menores de 19 anos, que não forem aprendizes, tem direito ao salário mínimo de Cr\$900 cruzeiros. Convidamos os operários menores de dezenove anos para comparecerem ao nosso Sindicato, afim de receberem a diferença de seus salários nos dois últimos anos. <sup>1276</sup>

Tal conquista, contudo, repercutiu de forma muito negativa no meio patronal suscitando uma série de críticas fazendo com que o Diário da Tarde publicasse uma série destinada a explicar a questão do salário dos menores com entrevistas que mais pareciam debates entre advogados trabalhistas e patronais. Nestas entrevistas o advogado Michel Bechara, representante patronal e primeiro entrevistado, dizia:

<sup>1275</sup> Processos 1369/53 à 1381/53

<sup>1276</sup> Jornal Diário da Tarde de 13/03/1953.



“Foi um dos Juizes da Junta local com o voto do Vogal dos Empregados, e não a unanimidade de entendimento dos magistrados trabalhistas, quem proferiu o decisório, é uma decisão isolada sujeita a reforma e confirmação”. Sobre as conseqüências desta decisão, o advogado patronal dizia: “a lei que obrigar o empregador a pagar ao menor o salário de maior não trará nenhuma vantagem para o assalariado, porque o cuidado e o desvelo do poder publico afugentarão os empregadores de empresas e ocasionara a desocupação dos próprios menores.”<sup>1277</sup>

Em entrevista seguinte, nas palavras do repórter, Cavaliere dizia: O Sr Walter Cavaliere nos adiantou que a decisão não é isolada como afirmou um dos advogados por nos entrevistado. A matéria já constitui jurisprudência mansa e pacifica, tendo mesmo sido proferida por unanimidade de votos da Junta de Conciliação e Julgamento local. Que assim não vê qualquer possibilidade de reforma da referida decisão visto como a lei é clara e taxativa.

No Brasil toda vez em que surge uma lei, fala-se em conseqüências funestas. Assim foi com os decretos que criaram o salário mínimo. Muitos empregadores andaram dispensando seus empregados e depois tiveram que readmitir, reconhecendo que sua indústrias não poderiam se manter sem o braço humano. O mesmo se dará agora. As empresas demitirão alguns menores, talvez mesmo para intimidar os demais. As empresas despediram os adultos, colocando em seus lugares os menores de dezoito anos, pagando-lhes apenas metade do salário. Conseguiram assim uma mão-de-obra cinqüenta por cento mais barata, o que lhes permitiu os lucros fabulosos obtidos na segunda guerra mundial.<sup>1278</sup>

E para concluir disse: “A lei é antiga. Existe desde de 1943. O que nunca existiu foi fiscalização. O que verificamos na industria nacional, especialmente , foi a exploração desenfreada de nossa juventude.”

### **Considerações finais**

Este caso demonstra já na década de 1950 o que tem sido motivo de muitos os estudos: a judicialização das relações sociais. Neste caso ela está relacionada tanto à mediação de conflitos pelos intérpretes do direito, advogados e juizes como um alargamento desses conflitos para a sociedade e opinião publica. Nessa atmosfera cria-se uma necessidade de discutir o que estava em lei, a sua aplicabilidade, as questões mais nítidas e as brechas de nossa legislação trabalhista, onde a Justiça do Trabalho era o espaço por excelência para que se colocasse todo esse arsenal em pratica, um arsenal por sinal dos mais complexos do mundo. Como já nos dizia Adalberto Cardoso :

<sup>1277</sup> Jornal Diário da Tarde de 17/04/1953.

<sup>1278</sup> Jornal Diário da Tarde de 23/04/1953.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010

O fato dos direitos trabalhistas serem legalmente garantidos nos leva a esperar, naturalmente, que parte da solução dos conflitos do cotidiano trabalhista seja dada regularmente pela Justiça. Não há nada de incomum, nisso: porque o modelo é legislado, as relações de classe são, desde logo juridificadas.<sup>1279</sup>

Contudo, nesta época tendo em vista toda a tradição trabalhista e contorno que ela adquiriu nesses anos democráticos, trouxe para minha atenção o fato de que a análise do espaço judicial, atentando-se para a atuação dos seus agentes históricos, isto é, magistrados, trabalhadores, vogais e testemunhas nos leva a crer o quanto este espaço representa para a história de luta dos trabalhadores. Para Ângela de Castro Gomes<sup>1280</sup>, a intensa procura dos trabalhadores pela JT evidencia o fato de que “o movimento sindical soube se utilizar tanto dos direitos consagrados pela CLT quanto pela instituição Justiça do Trabalho, para afirmar sua presença, beneficiando-se da vigência de regras democráticas. O sucesso da causa dos menores trabalhadores em Juiz de Fora, reflete uma realidade nacional na qual as décadas de 1950 e 1960 representam um período significativo, “consagrando a possibilidade de uso da JT na defesa dos direitos do trabalhador”. E ainda mais, esta luta e sua posterior conquista nesta cidade, a despeito de algumas interpretações, mostra que a utilização dos instrumentos legais pelos trabalhadores não significou o abandono de outras estratégias de luta travadas no chão de fábrica. Trabalhadores e sindicatos haviam aprendido que não era possível lutar por uma única via. Afinal, era preciso pressionar empregadores e a própria JT para obter sucesso nas negociações realizadas no âmbito legal.

## Fontes

Ficha de Registro de Empregados do Sindicato dos Têxteis. Disponível para consulta no Arquivo do Sindicato dos Têxteis de Juiz de Fora.

Jornal “Diário da Tarde”. Disponível para consulta no Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora.

Processos trabalhistas da JCJ de Juiz de Fora, disponível para pesquisa no Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora

\_\_\_\_\_ Processos 463/53 à 873/53.

\_\_\_\_\_ Processos 1369/53 à 1381/53.

<sup>1279</sup> CARDOSO, Adalberto Moreira; LAGE, Telma da Graça de Lima. *Op cit.*p164.

<sup>1280</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e Direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p.48

**Referências bibliográficas**

BARBOSA, Denílson Gomes. *Conflito Trabalhista e Uso da Justiça do Trabalho*: Estudo de Caso do Município de Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

CORRÊA, Larissa Rosa. *Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho*: leis e direitos na cidade de São Paulo - 1953 a 1964, Dissertação (Mestrado em História). UNICAMP, 2007.

COSTA, Hélio da; Fortes, Alexandre; Fontes, Paulo; Negro, Antonio Luigi; Silva, Fernando T. *Na luta por direitos. Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

DELGADO. Mauricio Godinho. As duas faces da nova competência da Justiça do Trabalho. In: COUTINHO, Grijalbo Fernandes e FAVA, Marcos Neves(orgs). *Nova competência da Justiça do Trabalho*. LTR. Anamatra. 2005.

FORTES, Alexandre e NEGRO, Antonio Luigi. “Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil”. *Trajetos*. Vol. 1, No 2, Fortaleza, 2002.

FRENCH, John D. *Afogados em leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores*. Coleção “História do Povo Brasileiro”. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988.

\_\_\_\_\_. *Retrato falado: a Justiça do Trabalho na visão de seus magistrados*. Revista de Estudos Históricos, nº 37, jan-jun 2006.

LARA, Silvia e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e Justiça no Brasil*. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2006.

MENDES, Alexandre. *Classe trabalhadora e Justiça do Trabalho*: experiências, atitudes e expressões do operário do calçado (Franca – SP, 1968 a 1988). Tese de doutorado, Unesp, Franca, 2005.

OREL, Regina L. de Moraes e MANGABEIRA, Wilma. *Velho” e “novo” Sindicalismo e uso da Justiça do Trabalho*: um estudo comparativo com trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional. Dados 37, nº1, 1994.

PACHECO, Jairo Queiroz. *Guerra na fábrica*: cotidiano operário fabril durante a Segunda Guerra – o caso de Juiz de Fora – MG. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Usp, São Paulo, 1996.

**“Lo Stato di Minas Geraes”: a propaganda como elemento da política imigratória.**

Antonio Gasparetto Júnior\*

**Resumo:** O presente artigo faz uma abordagem da política imigratória desenvolvida pelo governo do estado de Minas Gerais no início do período republicano brasileiro. Apresentamos um breve levantamento de como se constituiu, ainda no Império, e se desenvolveu a política de imigração no estado, para então abordar a obra *Lo Stato di Minas Geraes*, produzida como elemento de propaganda do estado para circular na Europa.

**Palavras-chave:** Política imigratória; Minas Gerais; Propaganda

### **Introdução**

Este artigo apresenta uma breve abordagem sobre a política de imigração desenvolvida pelo estado de Minas Gerais no final do Império e nas primeiras décadas do Governo Republicano. O fluxo de imigrantes no Brasil foi algo que passou a chamar muita atenção dos cafeicultores a partir da metade do século XIX, quando começaram a surgir leis no Brasil que apontavam para o fim do tradicional sistema escravista. Entretanto, o desenvolvimento das leis contra a escravidão, assim como do fluxo imigratório, progrediram timidamente. É a partir da década de 1880 que a preocupação com a mão-de-obra a ser utilizada na lavoura se acentua, especialmente por conta das pressões pela abolição da escravatura.

O estado de Minas Gerais, desde o Império, esteve atento à imigração, embora os próprios cafeicultores não se atraíssem tanto por ela. Como será visto com mais detalhes, há dois momentos da imigração em Minas Gerais, o primeiro marcado pela ocupação do território mineiro e o segundo destinado a oferecer mão-de-obra para a lavoura, uma vez que o trabalho escravo havia sido abolido.

É especialmente no período republicano que os mineiros investem na política imigratória, sobretudo na propaganda. O estado manteve agências na Europa e fez circular vários tipos de publicações para estimular a vinda de europeus. Dentre todos esses recursos,

---

\* Graduando do 8º período em História na Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de iniciação científica FAPEMIG e estudante do Laboratório de História Política e Social. O artigo é fruto da atual pesquisa sobre associativismo urbano de imigrantes em Minas Gerais, que já rendeu publicações como “Associativismo Urbano: estudo de caso em Juiz de Fora.” e “Experiência Mutualista em Juiz de Fora: a Associação Beneficente dos Irmãos Artistas.”. Contato: [gasparetto@demolay.org.br](mailto:gasparetto@demolay.org.br)

abordaremos especialmente um livro-propaganda, escrito por um italiano e financiado pelo governo de Minas Gerais, produzido com o mesmo intuito de circular na Europa, especialmente Itália.

### **O fluxo imigratório no decorrer do século XIX**

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa mais específica que aborda as associações de imigrantes na Zona da Mata mineira, mais especificamente em Juiz de Fora. Como suporte documental, tivemos acesso a fontes primárias como os relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais enviados, até 1889, ao Governo Imperial e, a partir de 1889, ao Governo Republicano. Houve organizações em Juiz de Fora que trabalharam em prol do processo imigratório, como é o caso da Associação Promotora da Imigração, de caráter particular, e a Hospedaria Horta Barbosa, mantida pelo governo provincial, as quais também nos ofereceram importantes dados sobre o fluxo imigratório. Claramente, tivemos acesso a muitos outros documentos produzidos por imigrantes, mas que favorecem à pesquisa principal e não ao contexto abordado aqui. Durante o levantamento da documentação utilizada para pesquisa, nos deparamos com uma raridade propagandística produzida pelo estado de Minas Gerais, já na década de 1910, o livro-propaganda *Lo Stato di Minas Geraes*. Como se verá mais adiante, outro livro-propaganda com nome semelhante foi produzido anteriormente para circular na Europa, entretanto o que aqui vamos tratar é referente a um período mais crítico do fluxo imigratório, tanto no Brasil, como em Minas Gerais. A obra é um elemento de propaganda que merece receber mais atenção e pesquisa em relação a um discurso feito por um italiano, pago pelo estado de Minas Gerais, para atrair especialmente mais italianos. Sua abordagem será feita em momento mais oportuno no decorrer deste trabalho.

A opção pela utilização da mão-de-obra imigrante no Brasil se dá dentro de um quadro que apontava desde a metade do século XIX para a extinção do trabalho escravo. Em 1845 a Inglaterra tomava a primeira medida jurídica para iniciar o processo de abolição, seu parlamento aprovou a *Lei Bill Aberdeen* determinando a proibição do tráfico negreiro no Atlântico em sentido ao Brasil. A medida refletiu no Brasil com a aprovação da *Lei Eusébio de Queirós*, em 1850, que também proibia o tráfico negreiro. Desde então o alerta para uma possível escassez de mão-de-obra, em um país com bases escravistas, se deu. Os escravos, durante o século XIX no Brasil, eram utilizados em grande escala nas lavouras de café, cujo produto representava o elemento principal na pauta de exportação brasileira.

Com a proibição do tráfico negreiro no Atlântico, os cafeicultores investiram inicialmente no tráfico interno, comprando escravos de outras regiões do país para atender ao núcleo cafeeiro, que reunia São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O interesse pelo trabalhador imigrante, em especial o europeu, foi se desenvolvendo lentamente a partir da metade do século XIX até alcançar seu período áureo com os anos precedentes da real abolição do trabalho escravo no Brasil, em 1888.

No presente trabalho, não pretendemos entrar em detalhes das especificidades do fluxo imigratório em São Paulo e Rio de Janeiro, que, em especial no primeiro estado, se deu de maneira bem adversa da ocorrida no estado de Minas Gerais. O café, em Minas Gerais, passa a ter um crescimento significativo especialmente a partir da década de 1870, quando alcança quase que o total da receita do estado. O desenvolvimento da cafeicultura no estado, com destaque para a Zona da Mata, chama atenção dos trabalhadores livres e impulsiona o processo imigratório<sup>1281</sup>.

Muito embora o tráfico negreiro tenha sido proibido no Oceano Atlântico, a população escrava no Brasil cresce ao longo do século XIX e foi a província de Minas Gerais que acomodou o maior contingente de escravos no Império. Em 1972, por exemplo, Minas Gerais contava com aproximadamente 25% da população escrava brasileira<sup>1282</sup>.

Ana Lúcia Duarte Lanna argumenta que o crescimento da população escrava, mesmo com a legislação apontando o caminho da extinção do trabalho escravo, se deu em decorrência da grande quantidade de terras disponíveis. A ocorrência destas impediria que o trabalhador livre fosse compelido ao trabalho, como queriam os cafeicultores, controlá-los se tornava mais complicado, apenas o escravo permitia uma exploração do trabalho como queriam os cafeicultores<sup>1283</sup>. Esse seria um motivo para o grande plantel escravista de Minas Gerais, em relação às demais províncias do Império, e o que garantiu tal forma de trabalho como a principal até o limite, a abolição em 1888.

A partir de 1888 o cenário muda para os cafeicultores, a escravaria não está mais disponível na legislação, sendo preciso então assumir o trabalhador livre para as lavouras. O imigrante, que já vinha sendo utilizado discretamente na lavoura, em Minas Gerais, assume um papel principal no novo quadro. A mão-de-obra outrora escrava não tinha interesse em permanecer na lavoura, em muito dos casos, pois entendiam como uma forma de se esquecer do passado sofrido. Esses novos trabalhadores livres deslocavam-se para outras atividades.

---

<sup>1281</sup> LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988. (P. 94)

<sup>1282</sup> Idem (P. 24-25)

<sup>1283</sup> Idem (P. 26)

Enquanto isso, o trabalhador nacional mantinha sua reputação ruim entre os cafeicultores, eram identificados como indolentes e preguiçosos, não constituindo um bom investimento que resultasse em produção. O foco passou a ser mesmo o imigrante<sup>1284</sup>.

Em Minas Gerais, o caso das terras devolutas sempre esteve em questão como elemento de grande preocupação. A imigração na província é indissociável do processo de colonização da terra<sup>1285</sup>. A política imigratória desenvolvida em Minas Gerais tentava dar conta da ocupação do solo mineiro, acreditando que esta seria a única via capaz de atrair um fluxo imigratório contínuo.

Minas Gerais até tentou oferecer estabilidade aos imigrantes, permitindo o acesso à terra e o desenvolvimento de uma pequena lavoura própria, mas as condições mineiras eram abaladas pelo contexto restante do sudeste e sul. A província de São Paulo já investia na imigração há muito mais tempo que Minas Gerais, as condições de fixação do estrangeiro eram bem mais favoráveis, além da oferta de melhores salários. Na verdade, Minas Gerais foi incapaz de concorrer com São Paulo, um fator de grande preocupação para os mineiros era, aliás, a migração dos estrangeiros da província para São Paulo. Minas Gerais apostava no imigrante, segundo Ana Lanna, como o único “elemento capaz de colonizar o território e dignificar o trabalho manual”<sup>1286</sup>.

Pelo lado do imigrante, o Brasil era um local atrativo por causa de seu florescimento econômico e em consequência da propaganda realizada na Europa. Entre o fluxo europeu de imigrantes, as correntes que mais se destacavam eram a portuguesa, a alemã e a italiana. Sobretudo esta. Foi ainda especialmente a emigração do norte da Itália que tomou como destino preferido a América Latina, na qual os oriundos da região do Vêneto se dirigiram principalmente para o Brasil<sup>1287</sup>.

Anna Rosa Campagnano Bigazzi aponta que entre os anos de 1861 e 1918 a miséria foi o principal fator que estimulou a emigração italiana para a América, a unificação da Itália não valorizou a agricultura nacional, deixando os trabalhadores do campo em condições ruins<sup>1288</sup>. Entretanto, induzidos pelas propagandas brasileiras na Europa e pelo crescimento da economia do país, as condições que encontravam nas novas terras não representavam uma

---

<sup>1284</sup> MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994. (P. 29)

<sup>1285</sup> ANASTÁSIA, Carla Maria Junho. “A Imigração Italiana em Minas Gerais (1896-1915)”. In: *A Presença Italiana no Brasil*. BONI, Luís A. de (Org.). Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. (P. 219)

<sup>1286</sup> LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988. (P. 80)

<sup>1287</sup> BIGAZZI, Anna Rosa Campagnano. *Italianos: história e memória de uma comunidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. (P. 38)

<sup>1288</sup> Idem (P. 16)

mudança completa de qualidade de vida. Os imigrantes desembarcavam no Rio de Janeiro, de onde eram levados para a Hospedaria Ilha das Flores e então distribuídos entre as várias Casas dos Imigrantes. Os cafeicultores contratavam grandes contingentes desses novos trabalhadores, mas ofereciam, em vários casos, condições precárias de vida. Uma das inquietudes era colocá-los ao lado dos escravos na execução dos trabalhos. Pela tradição escravista brasileira, os cafeicultores tratavam mal os imigrantes, relegando-os a condições de semi-escravidão. Isso seria motivo de manifestações do governo italiano e complicações na manutenção do fluxo imigratório.

Na década de 1880 o Governo Imperial já apresentava suas debilidades, as condições financeiras se agravavam e as bases de sustentação do Império eram paulatinamente derrubadas. Ainda que não bastassem os problemas de relacionamento do Império enfrentados com a Igreja, os militares e os republicanos, no momento que mais se precisava do trabalhador imigrante, próximo à extinção do trabalho escravo, o Governo Imperial cancelou a imigração oficial ou subvencionada, passando a depender do fluxo espontâneo<sup>1289</sup>. O fluxo imigratório conhece uma queda em Minas Gerais entre 1884 e 1901, intensificado por uma crise no início do período republicano.

Mesmo com as restrições na política imigratória imperial, após 1888 era urgente atentar para a atração de imigrantes. Minas Gerais toma então suas medidas de política imigratória. Em Juiz de Fora, no próprio ano de 1888, é inaugurada uma hospedaria de imigrantes pelo presidente mineiro Luiz Eugênio Horta Barbosa. Em sua homenagem, a hospedaria que funcionaria até 1896, recebeu mais tarde a denominação de Hospedaria Horta Barbosa<sup>1290</sup>. Os primeiros italianos que passaram pela hospedaria entre 1888 e 1889 foram para Sarandira, Simão Pereira e Rancharia.

Levaremos em consideração aqui, especialmente, o fluxo imigratório italiano. Este se caracterizou por notório destaque nas correntes de estrangeiros chegados no Brasil. Almir de Oliveira lembra que houve épocas em que superou em quantidade o fluxo de portugueses direcionados ao Brasil, crescendo fortemente a partir de 1877<sup>1291</sup>. O gráfico abaixo apresenta a corrente imigratória italiana entre os anos 1875 e 1902 no Brasil:

---

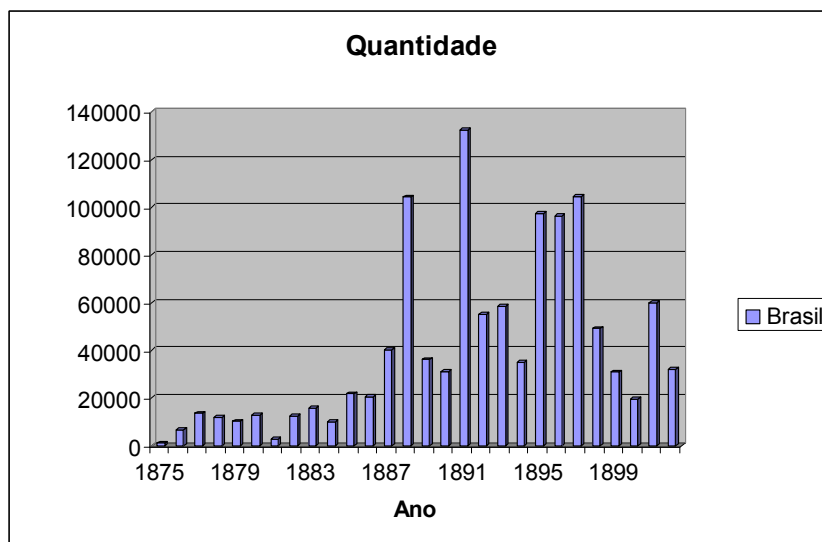
<sup>1289</sup> MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994. (P. 22)

<sup>1290</sup> BASTOS, Wilson de Lima. “Contribuição do Elemento Estrangeiro: italianos em Juiz de Fora”. In: *Revista do IHG/JF*. Ano III, nº 3. Juiz de Fora, 1967. (P. 36-38)

<sup>1291</sup> OLIVEIRA, Almir de. “Composição Étnica do Brasil”. In: *Revista do IHG/JF*. Ano III, nº 3. Juiz de Fora, 1967. (P. 28)



10 a 13 de maio de 2010



Os italianos foram fundamentais para incrementar o trabalho agrícola, assim como engrossar o corpo de trabalhadores urbanos, atuando nas indústrias e no comércio. Os cafeicultores mineiros tinham preferência declarada pelos italianos, por conta de seu bom desempenho como trabalhador e colonizador. Além disso, adequavam-se com mais facilidade ao clima brasileiro, como relatavam os presidentes da província de Minas Gerais<sup>1292</sup>.

Todavia, a República começou com a interrupção do serviço de imigração em Minas Gerais e só retornou em 1893. O Governo Provisório reconhecia a importância da imigração, mas pouco fez. Na nova Constituição, aprovada em 24 de fevereiro de 1891, determinou que os estados deveriam se encarregar de promovê-la. Em 1894 as passagens dos imigrantes passaram a ser pagas pelos estados, onerando-os radicalmente<sup>1293</sup>.

Os governos de Afonso Pena e Nilo Peçanha foram os que maior amparo deram à imigração. Manuel Diegues Júnior lembra que Afonso Pena criou o Serviço de Povoamento do Solo e Nilo Peçanha facilitou a concessão de passagens. Hermes da Fonseca pouco fez, mas ainda assim decretou algumas medidas de auxílio, abrindo crédito favorável à imigração<sup>1294</sup>.

A partir de 1893 o preço do café começa a cair no mercado mundial, estabelecendo em 1896 uma crise no Brasil que se intensificaria entre 1899 e 1906. A agricultura e as indústrias sofrem os maiores impactos, exatamente os principais pontos de absorção da mão-de-obra

<sup>1292</sup> Relatório de Província de 1897 (P. 19)

<sup>1293</sup> MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994. (P. 41-66)

<sup>1294</sup> DIEGUES JR, Manuel. *Imigração, Urbanização, Industrialização*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. (P. 51)

imigrante. Inevitavelmente, as verbas para a imigração foram reduzidas, assim como a ação de particulares na contratação de trabalhadores estrangeiros. A crise culminou com o encerramento do financiamento que ainda restava, por parte do Governo Federal, ao processo de imigração, em 1902.

### **Política de imigração em Minas Gerais**

O Estado brasileiro, como já apontado, não foi sempre presente como condutor das políticas imigratórias no país. O Governo Imperial acreditava que a imigração era importante fonte de mão-de-obra para as lavouras, nascentes indústrias, trabalhos urbanos e comércio, mas por muito pouco tempo executou um papel de destaque na atração de estrangeiros. Ainda assim, quando foi, marcou-se por atitudes tímidas.

O problema maior do Governo Imperial foi cancelar suas funções imigratórias no decorrer da década de 1880, justamente quando a escravidão apontava agudamente para o seu fim e a questão da escassez de trabalhadores saltava aos olhos. Transferiu as incumbências de sustentar os serviços de imigração para as províncias.

O Estado Republicano iniciou-se seguindo a mesma linha, na Constituição de 1891, aprovada pelo Governo Provisório, estava estabelecido o item que apontava os encargos da imigração como de responsabilidades dos estados da federação. Assim, quando a crise deu seus sinais em 1893, os estados começaram a perder suas capacidades de sustentar o fluxo imigratório, levando a sua suspensão durante alguns anos.

Foi Minas Gerais o estado pioneiro nas políticas de imigração a partir do período republicano. A discussão que se estabeleceu foi entre o fator colonizador e a disponibilidade de mão-de-obra. Minas Gerais logo se atentou para a formulação de políticas de imigração, após as novas determinações da Constituição de 1891, pois sabia das dificuldades que enfrentava. Em primeiro lugar, havia ainda muita terra livre no estado, a preocupação dos mineiros sempre foi, ainda no Império, de desenvolver o povoamento do solo. Em segundo lugar, o estado com o maior plantel escravista do país se via, após a abolição da escravatura, em situação delicada. O negro não seria fácil de domar para continuar havendo uma exploração do trabalho, tão pouco os negros tinham interesse em permanecer nas fazendas, locais onde passaram por tanto sofrimento. O negro e o trabalhador nacional eram considerados preguiçosos e improdutivos, o trabalhador imigrante era tido como elemento capaz de dignificar o trabalho manual. E em terceiro lugar, São Paulo sempre foi o local mais

atrativo para os imigrantes no sudeste, por conta dos melhores salários, melhores condições de fixação e reduto mais antigo que Minas Gerais para grandes levadas de imigrantes.

A política imigratória dos mineiros passa inicialmente pela criação e ampliação de núcleos de povoamento. A colonização não pode ser desvinculada da imigração quando se fala das iniciativas do estado mineiro. A intenção em atrair um fluxo imigratório constante para o estado, somente em um segundo momento, trata de oferecer mão-de-obra para os cafeicultores.

Em 1888, após a abolição, a Zona da Mata, principal região mineira, passa por problemas de escassez de trabalhadores. Para tentar entender e aplicar na região e no estado as boas ações e as características que causavam a atração dos imigrantes por São Paulo, o cafeicultor de Juiz de Fora, Francisco de Paula Lázaro Gonçalves, visita o Oeste Paulista em busca de subsídios para a política imigratória mineira<sup>1295</sup>. O primeiro momento de tal política que se preocupava principalmente com a ocupação do solo, passa após a extinção do trabalho escravo a se preocupar com a mão-de-obra. A ascensão da República, iniciada pelo Governo Provisório, causa uma interrupção nos serviços imigratórios, mas, após a Constituição e o governo oficial, Minas Gerais entra em uma nova fase de política imigratória que vai de 1892 a 1907, determinada pela necessidade de suprir a mão-de-obra na lavoura<sup>1296</sup>.

A Zona da Mata não alcança êxito na formulação das políticas de imigração, recebe, em troca, leis favoráveis à introdução de imigrantes e a instalação de uma hospedaria de imigrantes. O fluxo de estrangeiros toma como rota, no estado, a passagem por Juiz de Fora, por isso, em 1908, quase que a totalidade dos núcleos coloniais estava na região da Zona da Mata<sup>1297</sup>.

O impacto da substituição da quase totalidade daquele grandioso plantel escravista do estado mineiro por trabalhadores livres mais interessantes faz com que o estado invista na imigração. O tema é freqüente nos relatórios dos presidentes de Minas Gerais, onde apresentavam seus esforços na sustentação do serviço e as características que favoreciam à fixação do imigrante<sup>1298</sup>.

O governo mineiro investiu na nova política desde o fim do Império, em 1888, foi inaugurada, em Juiz de Fora, a Hospedaria de Imigrantes Horta Barbosa. Outros interessados também se mobilizaram e criaram a Associação Promotora da Imigração, fundada por um

---

<sup>1295</sup> LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988. (P. 86)

<sup>1296</sup> MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994. (P.158-161)

<sup>1297</sup> LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988. (P. 99)

<sup>1298</sup> Relatório de Província de 1896 (P. 29)

grupo particular que representava os interesses econômicos da Zona da Mata<sup>1299</sup>. Mas a criação de organizações que visavam promover a imigração não era algo tão inovador assim, Anna Rosa Campagnano Bigazzi lembra que ainda em 1850 foi criada a Companhia Brasileira de Colonização e Imigração Italiana, com objetivo de fixar os colonos e sustentá-los em território brasileiro<sup>1300</sup>.

As movimentações em prol do fluxo imigratório aguçaram-se no estado de Minas, o governo realizou um contrato, em 1888, com a Associação Promotora da Imigração, que era gerenciada pelos italianos Fiorita e Tavalava, para introdução de 30.000 estrangeiros. A associação enviou a São Paulo Francisco de Paula Lázaro Gonçalves, um dos diretores, para entender o processo de transformação do trabalho que se corria<sup>1301</sup>.

O presidente de Minas Gerais relata em seu relatório de 1896 que o estado celebrou contrato com Camillo Cresta para introdução de italianos e outros estrangeiros. Entretanto, a parte contratada não cumpriu plenamente com suas obrigações e o contrato foi rescindido pouco tempo depois<sup>1302</sup>.

Outro recurso que entraria em cena com grande atuação seria a propaganda do estado mineiro na Europa. O governo do estado, instituições e particulares iriam promovê-la. Uma instituição que o faria, por exemplo, seria a Sociedade de Geografia Econômica de Minas Gerais, a qual enviou jornais e folhetos, divulgando os recursos naturais e as vantagens do estado, à Europa<sup>1303</sup>.

Já o governo mineiro criou, em 1894, na Europa, a Superintendência do Serviço de Imigração de Minas Gerais, nomeando David Campista para o cargo de Superintendente. Esse novo órgão imigratório de Minas Gerais era incumbido de fazer a seleção dos estrangeiros e contratar a companhia de transporte encarregada de trazê-los para o Brasil. A presença de um negociador na Europa fez com que o estado conseguisse reduzir o custo das passagens e aumentar o número de imigrantes<sup>1304</sup>.

Mas todas as medidas tomadas, os novos órgãos criados e as iniciativas de particulares não foram capazes de enfrentar crises. O início do período republicano se deparou com uma

---

<sup>1299</sup> MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994. (P. 24-25)

<sup>1300</sup> BIGAZZI, Anna Rosa Campagnano. *Italianos: história e memória de uma comunidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. (P. 125)

<sup>1301</sup> MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994. (P. 25)

<sup>1302</sup> Relatório de Província de 1896 (P. 30)

<sup>1303</sup> MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994. (P. 39-40)

<sup>1304</sup> Idem (P. 69)

crise financeira, causada pela baixa do preço do café, iniciada em 1893, que o levou o estado de Minas Gerais a suspender os serviços de imigração no ano de 1900<sup>1305</sup>. A Hospedaria de Imigrantes Horta Barbosa, inaugurada em Juiz de Fora em 1888, teve seus funcionários dispensados em 1902, por consequência da mesma crise<sup>1306</sup>. A crise também refletiu no órgão instalado na Europa, tendo o Ajudante da Superintendência de Imigração dispensado em 1904<sup>1307</sup>.

A situação do fluxo imigratório se tornou grave, em 1904 entraram apenas 46 imigrantes em Minas Gerais<sup>1308</sup>. A escassez de trabalhadores estrangeiros reflete na imigração no estado mineiro de nordestinos, que passam a chegar em maior quantidade em 1904<sup>1309</sup>. O estado de Minas ainda tenta estimular a vinda de imigrantes, pois não tinha recursos suficientes para custear uma corrente imigratória considerável, o que se pôde fazer foi facilitar a vinda de parentes dos que já estavam no território mineiro custeando algumas passagens, o que resultou na chegada de apenas 76 pessoas em 1906<sup>1310</sup>.

Mas não era só do lado brasileiro que havia crise afetando a imigração, os países de origem dos trabalhadores muitas vezes se manifestaram e tomaram decisões contra a emigração que intensificaram os problemas mineiro e brasileiro. A primeira reação na Europa ocorreu ainda em 1859, quando a Prússia publicou o Rescrito de Heydt proibindo a emigração para São Paulo. Foi seguida por medidas idênticas de Baden e Wurttemberg, que em 1871 condenavam a emigração para o Brasil inteiro<sup>1311</sup>.

Muito tempo antes da crise iniciada com a queda dos preços do café em 1893, a Itália já havia esboçado medidas contra emigração para o Brasil. Em 1875 o Ministro do Interior italiano tentou barrar a emigração para o Brasil baseando-se nas péssimas condições de transporte para o Brasil<sup>1312</sup>. Essa tensão passou e, em geral, não houve muitos problemas durante alguns anos. O presidente de Minas chegou a declarar, em 1896, que as boas relações entre Brasil e Itália favoreciam a chegada dos italianos<sup>1313</sup>.

---

<sup>1305</sup> Relatório de Província de 1900 (P. 41)

<sup>1306</sup> Relatório de Província de 1903 (P. 35)

<sup>1307</sup> Relatório de Província de 1904 (P. 71)

<sup>1308</sup> Relatório de Província de 1905 (P. 35-36)

<sup>1309</sup> Relatório de Província de 1904 (P. 71)

<sup>1310</sup> Relatório de Província de 1906 (P. 67)

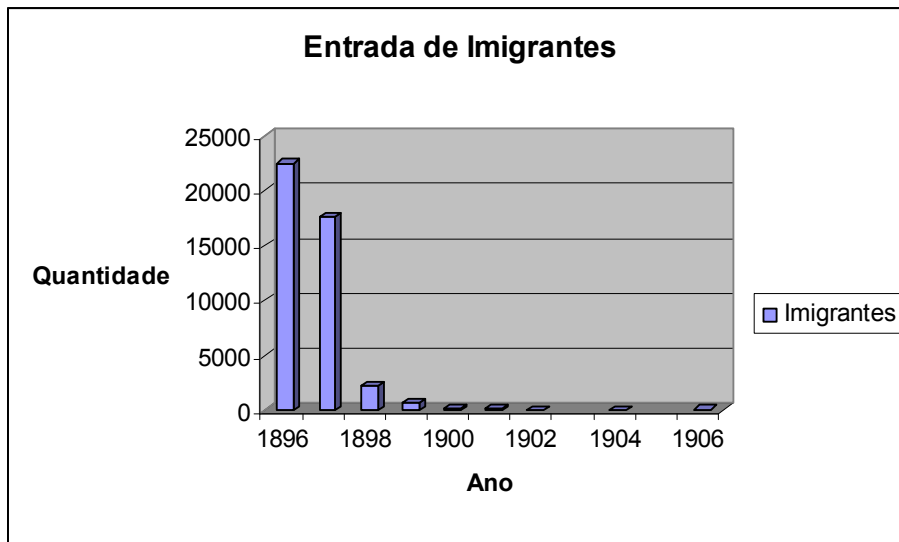
<sup>1311</sup> DIEGUES JR, Manuel. *Imigração, Urbanização, Industrialização*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. (P. 46-47)

<sup>1312</sup> CERVO, Armando Luiz. “As Relações Diplomáticas entre Brasil e Itália desde 1861”. In: *A Presença Italiana no Brasil*. BONI, Luís A. (Org.). Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. (P. 26)

<sup>1313</sup> Relatório de Província de 1896 (P. 30)

10 a 13 de maio de 2010

O problema maior se deu em 1902, além da crise interna para manter o fluxo imigratório, a Itália decretou o fechamento de seus portos à emigração para o Brasil<sup>1314</sup>, a queda que já ocorria se acentuou. Como a principal nacionalidade que sustentava a imigração em Minas Gerais era a italiana, o impacto na corrente imigratória é ainda mais danoso. O gráfico abaixo mostra o panorama da chegada de estrangeiros em Minas Gerais em um período de dez anos, entre 1896 e 1906:



A dificuldade de relacionamento entre Brasil e Itália até a Primeira Guerra Mundial se deu pela postura afoita de ambos os países em controlar o fluxo migratório<sup>1315</sup>. Em território italiano, a Igreja era contra a emigração e o governo proibia atividades diretas de seleção e propaganda. O assunto se tornou mais importante na Itália quando Francesco Crispi assumiu o cargo de Primeiro Ministro. Como era difícil controlar a emigração, os motivos serão vistos mais adiante, sua primeira medida foi tentar regulamentá-la<sup>1316</sup>. Para piorar, o governo italiano criou um imposto sobre cada emigrante, em 1902, onerando mais ainda os já debilitados cofres mineiros<sup>1317</sup>. E completou a catástrofe imigratória com o decreto do

<sup>1314</sup> Relatório de Província de 1903 (P. 34)

<sup>1315</sup> CERVO, Armando Luiz. “As Relações Diplomáticas entre Brasil e Itália desde 1861”. In: *A Presença Italiana no Brasil*. BONI, Luís A. (Org.). Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. (P. 34-35)

<sup>1316</sup> BIGAZZI, Anna Rosa Campagnano. *Italianos: história e memória de uma comunidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. (P. 25-27)

<sup>1317</sup> MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994. (P. 84)

ministro Giovanni Giolitti, o *Decreto Prinetti*, que proibia também a emigração para o Brasil subsidiada por grupos coletivos<sup>1318</sup>.

### ***Lo Stato di Minas Geraes***

Foram muitos os esforços empreendidos pelo governo de Minas Gerais para promover a divulgação do Estado na Europa e a conseqüente elevação dos índices de imigração. Enquanto pôde, Minas Gerais fez de tudo para intensificar a propaganda e o fluxo de estrangeiros destinados ao estado. Em 1892, Alcindo Guanabara, que ocupava o cargo de Superintendente de Imigração na Europa, recebeu a permissão para fazer uso de todos os métodos necessários para estimular a emigração na Europa<sup>1319</sup>. Dois anos mais tarde, Alcindo Guanabara controlava os serviços de propaganda, escolha dos imigrantes e o transporte para Minas Gerais. O governo mineiro, que foi o primeiro estado brasileiro a instalar uma agência promotora de imigração na Europa, ainda investiu na criação de um museu no Velho Mundo que apresentasse os produtos naturais e industriais do estado<sup>1320</sup>.

Minas Gerais mantinha duas Superintendências na Europa, uma em Gênova e outra em Lisboa<sup>1321</sup>. A primeira foi transferida mais tarde para Paris, deixando Gênova apenas como uma agência, dirigida por Rubem Tavares. O próprio Rubem Tavares substituiu, em 1898, David Campista, na Superintendência.

Para fazer a propaganda do estado na Europa, diversos meios eram utilizados pelo governo. Por vezes, agentes de emigração eram enviados para Europa, os quais faziam propaganda do Brasil, da Argentina e do Uruguai. Em outros casos, os próprios cafeicultores enviavam italianos já estabelecidos em suas fazendas para incentivar seus conterrâneos a emigrar para o Brasil.

A propaganda impressa também foi notória como elemento da política de imigração. Vários jornais, panfletos, folhetos e livros-propaganda circulavam pela Europa com a intenção de convencer os europeus a emigrar. A Superintendência mineira publicou na Europa um panfleto intitulado *Lo Stato di Minas Geraes – Brasile – Informazioni Utili Agli Emigranti, Operari e Capitalisti* com numerosa informação sobre o estado brasileiro. O

---

<sup>1318</sup> BIGAZZI, Anna Rosa Campagnano. *Italianos: história e memória de uma comunidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. (P. 28)

<sup>1319</sup> MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994. (P. 44)

<sup>1320</sup> Idem (P. 88-89)

<sup>1321</sup> Relatório de Província de 1897 (P. 19)

panfleto era tão rico que “recebeu elogio da imprensa italiana por ser uma propaganda séria e oficial pela primeira vez”<sup>1322</sup>.

Jornais e revistas também estavam incluídos nos artifícios de propaganda. Em Paris, circulavam as revistas *Les États Unis du Brésil* e *L'Étoile du Sud*; na Itália as revistas *Il Brasile* e *L'Italie Illustrée* e o jornal *L'Italie Coloniale* publicavam textos com propaganda de Minas Gerais; além do jornal *Deutsche Zeitung*, de São Paulo, que recebeu várias assinaturas para circular na Europa<sup>1323</sup>.

Essas publicações tinham envolvimento direto com o governo de Minas Gerais, mas não foram as únicas, nem as pioneiras, a fazer propaganda emigratória para o Brasil na Europa. Roselyz Izabel Correa dos Santos desenvolveu um estudo no qual abordou a emigração através dos periódicos que circulavam na Itália. Em sua pesquisa, verificou que os jornais já debatiam arduamente a questão da emigração na década de 1870. O jornal *La Provincia di Belluno*, por exemplo, defendia o direito do indivíduo de melhorar as condições de vida, mesmo se essas melhorias viessem em decorrência da emigração, ética defendida pela *Società di Patronato per gli Emigranti*. Já o jornal *La Gazzeta di Treviso* começou abordando timidamente o tema da emigração entre 1875 e 1877, para então se posicionar expressamente contrário na década de 1880<sup>1324</sup>.

De fato, a emigração mexia com a cabeça do europeu, especialmente o italiano. As difíceis condições vividas pelos trabalhadores do campo, após a unificação da Itália, os levavam a emigração como alternativa de qualidade de vida. As publicações brasileiras estimulavam mais ainda o sonho dos italianos em ter suas condições de vida ampliadas. A crença no Brasil fez com que vilas inteiras na Itália ficassem desabitadas, seus moradores partiam todos para cruzar o Atlântico<sup>1325</sup>. O governo italiano e a Igreja já não simpatizavam com o fluxo emigratório, um evento de tal forma só serviu para o tema ganhar mais força na Itália.

Em meio a todos esses elementos de propaganda do estado mineiro e no decorrer de nossas pesquisas, nos deparamos com mais um recurso admirável de propaganda. Um belo livro-propaganda de capa dura azul, altamente ilustrado, intitulado *Lo Stato di Minas Geraes*. Este livro foi escrito por Felippo Grossi e publicado em 1911 para apresentar o estado de

---

<sup>1322</sup> MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994. (P. 95)

<sup>1323</sup> Relatório de Província de 1914 (P. 47)

<sup>1324</sup> SANTOS, Roselyz Izabel Corra dos. “A Emigração Italiana Através dos Periódicos (1875-1899)”. In: *A Presença Italiana no Brasil*. BONI, Luís A. (Org.). Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. (P. 55-56)

<sup>1325</sup> LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus Pioneiros: do Caminho Novo à Proclamação*. Juiz de Fora: UFJF/FUNALFA, 1985. (P. 210)



Minas Gerais aos italianos. Mesmo com a tamanha quantidade de informações sobre o estado, o autor argumenta que não era ainda uma obra completa, uma vez que se apressou para poder divulgá-lo na *Esposizione Internazionale di Torino-Roma* em 1911. Chama atenção a qualidade da obra e o discurso apresentado pelo autor italiano. A elevada produção denota a participação do estado no patrocínio da obra.

A riqueza de informações é impressionante, o livro aborda: autoridades brasileiras e especialmente mineiras, o cenário histórico do estado, aspectos geográficos, indústria, governo e administração, as cidades mais importantes, estação hidromineral, imigração, estatística agrícola-pastoral, fazendas modelo, colônia agrícola, propaganda do café, trigo, exposição agrícola-pastoral, justiça, situação econômica e os italianos mais importantes no estado de Minas Gerais. A apologia cheia de detalhes feita ao estado brasileiro salta aos olhos, deixando nas entrelinhas o patrocínio recebido pelo governo mineiro.

O autor estimula os emigrantes dizendo que há uma tradição imigrante no estado, a qual teve início com os alemães na década de 1850 e que, à época em que escreveu, já se apresentavam com uma estabilidade de longos anos nas cidades de Juiz de Fora e Theófilo Ottoni<sup>1326</sup>. Já a imigração italiana, diz o autor, se fortificou após 1892, em Minas Gerais, apresentando Belo Horizonte, Juiz de Fora, Ouro Preto e Uberaba como os centros mais numerosos de italianos<sup>1327</sup>.

Quando trata das autoridades, inicia consagrando o projeto de imigração do presidente brasileiro Afonso Pena em 1909<sup>1328</sup>. Mas além do líder do país, trata de outros personagens identificados com a imigração e especialmente dos políticos mineiros. Em sua galeria de ilustres apresenta Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Hermes da Fonseca, Pedro Toledo, Júlio Bueno Brandão, Antonio Silva, Arthur Bernardes, Delfim Moreira, José Gonçalves de Souza, Anísio Lopes e outros mais.

Felippo Grossi apresenta aos italianos todo o caminho percorrido para se chegar até o local onde desenvolveriam suas vidas, desde a saída da Itália, chegada no porto do Rio de Janeiro, entrada na hospedaria em Juiz de Fora – reativada após o alívio da crise. A propaganda ainda destaca a importância que os italianos tiveram para a construção da capital do estado mineiro, Belo Horizonte<sup>1329</sup>.

---

<sup>1326</sup> GROSSI, Felippo. *Lo Stato di Minas Geraes*. Editores: S. Nesi e F. Grossi, 1911. (P. 8)

<sup>1327</sup> Idem (P. 97)

<sup>1328</sup> Idem (P. 76)

<sup>1329</sup> Idem (P. 97)

Ao abordar os aspectos geográficos de Minas Gerais, não deixa nada de fora. Descreve a situação e extensão, o relevo, os rios, o clima, a flora e a fauna, a população e a colonização. Em seguida aponta as cidades mais importantes, destacando Belo Horizonte, Juiz de Fora, Ouro Preto, Mariana, Uberaba, Diamantina, Curvelo, Cataguases, Passos, Itajubá, Barbacena e Palmyra. Todas essas cidades ganham páginas de descrição, sendo que Belo Horizonte, Juiz de Fora e Barbacena, nesta ordem de importância, ganham espaço para mais informações. Mas, interessante, Juiz de Fora é a cidade que ganha mais páginas de apresentação.

Juiz de Fora é especialmente tratado por Felippo Grossi, isso porque o autor admira e aborda o fato da cidade da Zona da Mata ter alcançado seu desenvolvimento graças à existência de uma sempre crescente colônia européia, já completamente assimilada pela população<sup>1330</sup>. As condições juizforanas são especialmente destacadas, pesa muito para o autor e para propaganda emigratória o fato de Juiz de Fora contar com a maior quantidade de italianos entre os europeus na cidade, possuir sedes de vice-consulado de Portugal, França, Alemanha e Itália, além de contar com sociedades de caridade, beneficência e recreativas de imigrantes, das quais cita: Santa Casa de Misericórdia, Asilo João Emílio, Liga Mineira, Sociedade de Medicina e Cirurgia, Società Italiana di Beneficenza Umberto I<sup>1331</sup> e outras<sup>1332</sup>.

Após a rica descrição das principais cidades do estado, inicia-se outra rica descrição sobre os elementos que marcam a vida dos habitantes nacionais e estrangeiros de Minas Gerais. Todas as possibilidades de inserção no mercado de trabalho mineiro são apresentadas e exaltadas por Felippo Grossi, a economia é apresentada quase como que perfeita pelo autor e o futuro como assegurado para os emigrantes. Para validar sua propaganda, cita italianos residentes em Minas Gerais, contando suas trajetórias de vida e suas conquistas em novas terras.

## Conclusão

Como visto, manter a imigração em Minas Gerais nunca foi fácil. O Império não deu as condições necessárias, especialmente quando mais se precisava, e a República mudou a lógica de orientação da imigração definitivamente. A crise de mão-de-obra que se tornou latente após a abolição da escravatura, uma vez que Minas Gerais era o estado com maior

---

<sup>1330</sup> Idem (P. 60)

<sup>1331</sup> A Società Italiana di Beneficenza Umberto I é especialmente abordada em outro texto nosso intitulado “Associação Beneficente Umberto I: espaço de sociabilidade e mutualidade em Juiz de Fora no final do Império”.

<sup>1332</sup> GROSSI, Felippo. *Lo Stato di Minas Geraes*. Editores: S. Nesi e F. Grossi, 1911. (P. 61, 68 e 97)

plantel escravista no Império, refletia-se correntemente nos relatórios dos presidentes do estado ao Governo Federal. O estado, mesmo com todas as dificuldades, sempre abordou o tema da imigração como de fundamental importância para desenvolvimento da economia mineira. Isso porque as experiências com as colônias de imigrantes, mesmo muito onerosas para o estado, mostravam que eram capazes de oferecer condições vantajosas para Minas Gerais.

Com a retirada do Governo Imperial e do Governo Federal das iniciativas financiadoras e promotoras da imigração, os mineiros tiveram que caminhar quase que por conta própria, reorganizando seus recursos para evitar que o fluxo imigratório não fosse completamente interrompido. Reconhecendo que o período era clamante por imigração e também favorável, os mineiros criaram órgãos para trabalhar com a imigração em território brasileiro, assim como no europeu. As medidas tomadas pelos mineiros mostraram-se de qualidade, já que conseguiram reduzir os custos do transporte de imigrantes e ao mesmo tempo aumentar o fluxo para o estado. Mas a crise da década de 1890 desarticulou todas as ações mineiras.

Em 1893 o preço do café começa a despencar no mercado mundial, mas somente a partir de 1896 que a crise chega de fato. Entretanto, a chegada da crise coloca em cheque os recursos para a imigração, a qual passa a ser praticamente espontânea durante alguns anos. Minas Gerais ainda tenta o que pode com seus recursos para atrair os estrangeiros, mas, como já visto, o fluxo cai drasticamente.

A propaganda permanece mesmo durante a crise, trata-se de um recurso que necessita, relativamente, de poucos investimentos. Revistas, jornais, folhetos e panfletos continuam circulando na Europa. Após o alívio da crise que determina todo o fim do século XIX para a economia mineira, o estado patrocina uma obra, escrita por um italiano, para circular na Europa, especialmente Itália, e atrair mais imigrantes. Em 1911 o livro-propaganda *Lo Stato di Minas Geraes* tenta mostrar as qualidades do estado mineiro. Utilizando-se dos recursos de propaganda, é quase impossível não se encantar com as belezas e as oportunidades de Minas Gerais. Entretanto, desta vez convergia ainda as dificuldades enfrentadas na Europa, com as vésperas da Primeira Guerra Mundial.

A obra *Lo Stato di Minas Geraes* é um grande achado propagandístico no estudo da imigração em Minas Gerais, a qual, acreditamos, necessitava de uma abordagem, ainda que breve, especial. Mas esse passo inicial já indica novos caminhos de pesquisa, como a ligação entre o autor do texto e o governo mineiro ou a repercussão da obra na Europa. Com este

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

trabalho almejamos iniciar uma discussão mais profunda dessa notável obra de propaganda do estado de Minas Gerais na Europa.

### **Fontes Primárias**

GROSSI, Felippo. *Lo Stato di Minas Geraes*. Editores: S. Nesi e F. Grossi, 1911.

Relatório de Província de 1896

Relatório de Província de 1897

Relatório de Província de 1900

Relatório de Província de 1903

Relatório de Província de 1904

Relatório de Província de 1905

Relatório de Província de 1906

Relatório de Província de 1914

### **Referências Bibliográficas**

ANASTÁSIA, Carla Maria Junho. “A Imigração Italiana em Minas Gerais (1896-1915)”. In: *A Presença Italiana no Brasil*. BONI, Luís A. de (Org.). Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

BASTOS, Wilson de Lima. “Contribuição do Elemento Estrangeiro: italianos em Juiz de Fora”. In: *Revista do IHG/JF*. Ano III, nº 3. Juiz de Fora, 1967.

BIGAZZI, Anna Rosa Campagnano. *Italianos: história e memória de uma comunidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

CERVO, Armando Luiz. “As Relações Diplomáticas entre Brasil e Itália desde 1861”. In: *A Presença Italiana no Brasil*. BONI, Luís A. (Org.). Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

DIEGUES JR, Manuel. *Imigração, Urbanização, Industrialização*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus Pioneiros: do Caminho Novo à Proclamação*. Juiz de Fora: UFJF/FUNALFA, 1985.

MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994.

OLIVEIRA, Almir de. “Composição Étnica do Brasil”. In: *Revista do IHG/JF*. Ano III, nº 3. Juiz de Fora, 1967.

SANTOS, Roselyz Izabel Corra dos. “A Emigração Italiana Através dos Periódicos (1875-1899)”. In: *A Presença Italiana no Brasil*. BONI, Luís A. (Org.). Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

**Narrativas visuais e *ethos* artístico na Era Vargas: Os operários de Lívio Abramo**

Andréa Casa Nova Maia<sup>1333</sup> e Thalita Aguiar Ferreira da Silva<sup>1334</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo analisar as representações dos operários nas gravuras expressionistas de Lívio Abramo. Dentro desse contexto, consideramos o *ethos* do artista como elemento fundamental para compreender a sua obra e suas expectativas no âmbito da Era Vargas.

**Palavras chave:** Lívio Abramo, Ethos, Operários.

### Introdução

*“... a arte tem que estar a serviço de uma idéia e a idéia só tem valor quando expressa valores humanos”. (...) “A arte é para mim opção de vida, não de dinheiro. Nunca fiz arte sob encomenda: o pouco que vendi já estava pronto”.*

Lívio Abramo<sup>1335</sup>

*“Sua arte caracteriza-se precisamente por essa identificação profunda entre ela e o artista. Daí sua marca principal ser o ímpeto da linha, que só se verga, só se encurva, ou ao exalar-se no seu impulso inicial ou pelo encontro de outra força maior. O ímpeto da linha e também a largueza do seu senso espacial traem a ascendência italiana do artista. O sopro de sua inspiração, entretanto, vem todo do calor e da sensualidade da natureza tropical e da dramaticidade nostálgica e rudeza monumental da paisagem urbana de São Paulo e do Rio. Durante muito tempo, Abramo foi um artista verdadeiramente, autenticamente social, pois a paisagem imediata em que se desenrolava a sua própria vida o marcou indelevelmente com o drama da miséria humana e do heroísmo cotidiano, sombrio, impessoal, sem romantismo e sem arrebatamento, do trabalho proletário moderno”.*

Mário Pedrosa

Historiadores da cultura vêm se perguntando cada vez mais qual o papel da cultura visual e como as imagens produzidas pelo homem ao longo do tempo são importantes fontes para a discussão sobre a memória e para a construção da história. O que as imagens produzidas pelo homem podem nos dizer sobre quem eles eram e como viviam num determinado tempo? O que as narrativas visuais nos falam sobre as experiências de tais

---

<sup>1333</sup> Andréa Casa Nova Maia é professora adjunta de História do Brasil na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dentre as suas principais publicações está o livro: *Encontros e Despedidas. Ferrovias e Ferroviários de Minas. Belo Horizonte Ed. Agvmentvm, 2009*. E-mail para contato: andreacasanova\_1@hotmail.com.

<sup>1334</sup> Thalita Aguiar Ferreira da Silva é graduanda em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail para contato: thalita\_afs@hotmail.com.

<sup>1335</sup> Trechos de depoimento feito para o documentário Lívio Abramo, Sempre, de Olívio Tavares de Araújo, produzido em 1989.

sujeitos, e qual seu papel na história das diferentes cidades que habitavam? Quais os limites da representação, já que na maioria dos casos, assim como os documentos escritos, elas são carregadas da subjetividade de quem as criaram, seus valores, suas crenças, sua visão de mundo, enfim, sua cultura/seu *ethos*?

Este artigo é fruto de um projeto bem maior intitulado “*Memória, Trabalho e Paisagens urbanas: Representações da cidade e de seus trabalhadores na cultura visual brasileira da primeira metade do século XX*”, que procura, dentre outras coisas, problematizar a forma como os trabalhadores foram representados nas artes plásticas na primeira metade do século XX. Para tanto, optamos aqui por trabalhar com a fase realista-expressionista do gravurista Lívio Abramo, em especial três trabalhos: Operário (1933), Meninas de Fábrica (1935) e Vila Operária (1935), embora em outros trabalhos, sugere Sérgio Milliet, como na série *Espanha*, Abramo deixa transparecer também “*o grito de protesto e a profecia do pior, enfatizando-os, porém, com o acento da farpada sonoridade que arrancava ao fio da madeira com um golpe criador que era o mesmo gesto de rebeldia*” (MILLIET, 1956). No caso do artista, é de relevância notar seu interesse por retratar cenas do cotidiano de operários e camponeses a partir mesmo de suas condições de origem, sua vinculação com a esquerda, em especial com o comunismo, como se verá ao trabalharmos o *ethos* do artista e sua visão do mundo do trabalho no Brasil da época.

É importante ressaltar, logo de início, que o período de produção das obras da chamada fase antropofágica, de maior engajamento político do artista, coincide também com um momento específico da formação da classe operária brasileira. Inserido em um contexto de intensas contradições, o operário brasileiro busca constituir-se como sujeito em face uma modernidade também inspiradora das obras de impressionistas e expressionistas. Como movimento artístico, o expressionismo tem características que priorizam muito a representação com aspectos da realidade dos sentimentos e das vicissitudes humanas. Essas manifestações estão profundamente relacionadas com a emergência da modernidade e o próprio aparecimento da multidão como fenômeno histórico pós-revolução científico-tecnológica de meados do século XIX. A representação do trabalhador no expressionismo pode ser, então, uma feição de questões muito mais amplas que vão desde o problema da inversão das relações sociais por relações pautadas no mercado. Nicolau Sevcenko aponta essa questão com o exemplo de Lima Barreto, que escreve em 1913 um conto sobre uma mulher que se apaixona por um carro. Nesse caso se mostra explícita a mudança do objeto de

paixão, que passa do humano para a coisa, do pessoal para a mercadoria (SEVCENKO, 2003, pp.122-123).

Sendo assim, vale ressaltar que a construção de classe, mais do que uma decorrência da forma de trabalho, é modo como esses trabalhadores se percebem (BATALHA, 2001, p.163-164). É este o caminho que trilha o gravurista aqui estudado, na tentativa de representar o modo como esse trabalhador se percebe e seus sentidos dentro do espaço urbano do qual faz parte. Mais uma vez, é válida a lembrança de que *“a classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada, ela estava presente ao seu próprio fazer-se”* (THOMPSON, 1987, p. 13-14).

Mônica Pimenta Velloso, em sua análise sobre os sentidos do modernismo, enceta a idéia de que este deve ser desvinculado da idéia de “movimento cultural” necessariamente ligado às vanguardas artísticas. Ao descontextualizar o movimento cultural de 20 inserindo-o na dinâmica social do cotidiano carioca, vê-se uma espécie de “cultura modernista” a ser analisada em suas especificidades no Rio de Janeiro (VELLOSO, 2003, p. 360). Para a autora, é de essencial importância considerar os espaços informais da cultura no arranjo das sociabilidades que foram muito importantes para o alvorecer do modernismo. As ruas, largos, praças, os cafés literários e principalmente as festas populares marcaram as possibilidades de um leque imenso de valores e concepções sociais (VELLOSO, 2003, pp.370-371).

O modernismo que se produz no Rio de Janeiro, e mesmo em São Paulo, extrapolando a visão da autora, parece que não estava somente preocupado com a questão da construção da nacionalidade brasileira. O enfoque de seus artistas e suas temáticas é plural. Lívio Abramo, por exemplo, traz como tema de suas obras o trabalhador urbano, as questões da própria condição de vida e trabalho na cidade, dentre outras questões. Artista e militante, ele alargou sua temática social ao abordar temas bucólicos do cotidiano carioca. O exemplo disso é a série *Operários*, onde revela-se a periferia carioca, ou mesmo a energia do teor de revolta com que expõe o horror da guerra na série *Espanha*:





2 Série Espanha, 1938. [http://www.carcasse.com/revista/o\\_gabinete/livio\\_abramo/index.php](http://www.carcasse.com/revista/o_gabinete/livio_abramo/index.php)

O propósito deste texto é discutir, em primeiro lugar, o *ethos* do artista, através da apresentação que sua irmã faz dele e de suas origens, em seu livro de memórias para analisar em que medida sua formação, a trajetória familiar, sua visão de mundo e cultura corroborou na produção de obras que procuraram representar e/ou mesmo, construir, um determinado olhar sobre a classe trabalhadora paulista e carioca nos anos que coincidem com a chamada Era Vargas. Por fim, iremos apresentar e analisar brevemente algumas gravuras produzidas pelo artista na década de 1930 enquanto narrativas visuais que corroboram com a produção do conhecimento histórico. No caso, com o desenvolvimento de um saber sobre as condições de vida dos trabalhadores, sejam do subúrbio carioca ou das vilas operárias de São Paulo, epicentros do fenômeno urbano-industrial brasileiro naqueles “frementes” anos.

### **Memórias de família e ethos do artista**



Lívio Abramo nasceu em Araraquara em 1903 e morreu em Assunção, no Paraguai em 1992. Realizou suas primeiras gravuras em 1926. O valor dado por seus pais italianos, ao exercício da arte, proporcionou-o aos seus irmãos uma participação no contexto da intelectualidade brasileira. Para sua irmã, Lélia Abramo, o ambiente familiar influenciou as opções de vida de cada um dos Abramo.

De acordo com Lélia Abramo, em seu livro de memórias, o ambiente familiar influenciou as opções de vida de cada um dos Abramo. *"Nada em meu pai e minha mãe era medíocre. Ambos sensíveis às artes carregavam toda a filharada para teatros, exposições de todos os gêneros, eventos culturais, inaugurações oficiais, etc."* (ABRAMO, 1997, p. 57). Lélia, ao lado de Sérgio Buarque de Hollanda, participou da Frente Única Antifascista em 1935, sendo de grande importância no cenário político e cultural, atuando como atriz durante muitos anos.

Ao que tudo indica, a questão política está presente em toda família, como herança. A preocupação com a justiça social acompanhou o irmão Lívio Abramo desde sempre e o levou, ainda jovem, a militar no Partido Comunista, e a interessar-se pelo trotskismo e pelo socialismo. Nessa época colaborava fazendo ilustrações para tablóides sindicalistas. Em 1932, foi expulso do Partido Comunista, acusado daquele mesmo trotskismo que o levou a ingressar no Partido.

Em suas representações dos operários apresentam um caráter crítico diante própria condição que o capitalismo colocava o indivíduo, cuja única propriedade é sua força de trabalho. Encontramos uma forte ligação de seus trabalhos com a ideologia trotskista na qual o artista plástico se debruçou durante toda a sua vida.

Um dos depoimentos mais marcantes que Lélia Abramo narra em suas memórias é quando a atriz é expulsa da Rede Globo durante a ditadura militar. A demissão é associada pela atriz como uma ligação entre a trajetória de sua família na luta sindical e o fato de que, segundo ela, estava diante daqueles mesmos opositores contra os quais lutou desde sua juventude na década de 30. *"Na verdade, nossa família sempre foi "marcada" por duas posições: Lívio Abramo, que por meio de sua arte, fazia críticas acerbas às violências da guerra, às injustiças sociais e a outras formas de agressão contra a humanidade; Fúlvio, que sempre manteve suas posições de esquerda, tendo sido, na década de 30, preso e obrigado a*

*se exilar; Cláudio, que também sofreu a conseqüência das pressões militares sobre a auditoria da empresa que edita a Folha de São Paulo...*” (ABRAMO, 1996 pp. 217).

Não é a toa que o nome do livro citado acima é “Vida e arte: memórias de Lélia Abramo”. Cada um dos Abramo mencionados neste depoimento de Lélia produziu uma forma de expressão artística e/ou política que se misturou às suas vidas, às suas memórias de infância, lendo colunas de jornais anarquistas para o avô Bortolo, que já era cego; a própria forma como foram criados, sempre instruídos pelo pai a não se comoverem com perdas materiais, a não se abalar com a grave situação econômica pela qual passaram nas primeiras décadas do século. Essas pequenas memórias formaram certo tipo de consciência política, que proporcionou aos Abramo o desejo de representar uma oposição diante da sociedade em que viveram principalmente durante a Era Vargas. Cada um ao seu estilo, vivendo diferentes experiências, atuou em uma causa comum. A família era “marcada” sim, como coloca Lélia, mas pelo mesmo traço: o da indignação diante dos valores capitalistas.

### **Os trabalhadores e seu cotidiano ou as histórias gravadas por Lívio Abramo**

Ao denunciar as mazelas do capitalismo como questão intrínseca da modernidade, o expressionismo militante de Lívio Abramo é claro e enigmático ao mesmo tempo. Sua vida como autor político, marcou sua obra como expressão mesma de suas angústias diante das mazelas que ordenavam o espaço urbano que representou. Suas histórias gravadas são histórias do trabalhador, da cidade, de um Brasil em processo de construção.

### **O diálogo com outros gravuristas: Lívio Abramo e Käthe Kollwitz**

A chegada d’ *O Homem Livre*, publicação de esquerda, foi muito celebrada no meio político-intelectual mais avançado de São Paulo. Entre os colaboradores do periódico estava Lívio Abramo, um dos primeiros artistas gráficos da modernidade brasileira, à época ilustrador. A partir de então e durante toda a década de 30, sua obra seria marcada por um forte diálogo com a obra de Käthe Kollwitz. Descendente de imigrantes italianos que seguiram para São Paulo, trazia do meio familiar uma experiência de ativa participação política e de empenho cultural, como já foi dito, tendo já trabalhado antes d’ *O Homem Livre*, para o semanário anarquista “Lo Spaghetto”, porta-voz da comunidade operária italiana em São Paulo. Data desse período uma série de linóleos onde se manifestam preocupações de

10 a 13 de maio de 2010

fundo social, já que o artista sentia de perto os problemas da crise econômica. Segundo Eliana de Simone (na palestra “O Olhar de Käthe Kollwitz”, [http://www.coresprimarias.com.br/ed\\_2/kk\\_brasil\\_p.php](http://www.coresprimarias.com.br/ed_2/kk_brasil_p.php), acessada em 21 de abril de 2010), em 1930, Lívio Abramo visitou a versão paulistana da exposição de *Livros e Artes Gráficas Alemãs*, organizada por Theodor Heuberger. Sobre isso, disse: *"Vi uma exposição de alemães fabulosos... Havia uma coleção magnífica de gravuras originais de todos os gravadores alemães expressionistas - Heckel, Schmidt-Rotluff, Barlach, Lionel Feininger, Käthe Kollwitz - só da Käthe Kollwitz havia mais de dez gravuras fabulosas... era uma gravura melhor que a outra. Bem, depois dessa exposição, resolvi - "É isso que eu quero fazer!" "Quem mais me impressionou foi Käthe Kollwitz, com suas águas fortes; tiveram influência sobre mim, pois eu também me interessava por problemas sociais".*

A autora nos explica ainda que a amizade com Mário Pedrosa levou-o à colaboração no jornal *O Homem Livre*. Certamente Abramo não ficou alheio à exposição de Käthe Kollwitz no CAM e ao ensaio do autor a respeito da artista. De 1935 datam *Meninas de Fábrica, Operário e Vila Operária*, que comprovam que o trabalhador e o seu universo desempenhavam ainda naqueles anos o âmago da criação artística de Abramo.



4 Meninas de Fábrica, 1935. <http://www.clickeeducacao.com.br/2006/enciclo/encicloverb/0,5977,POR-53,00.html>

10 a 13 de maio de 2010

*Meninas de Fábrica* é um documento do cotidiano do trabalhador urbano, um registro dessa nova classe que vai se construindo enquanto vive a experiência do trabalho fabril. A obra praticamente coincide com a composição *Três Apitos* de Noel Rosa, que é do ano de 1933: “Quando o apito da fábrica de tecidos vem ferir os meus ouvidos, eu me lembro de você...” Tempos modernos...Mulheres fortes indo trabalhar numa fábrica. Cabe destacar aqui a força da expressão no corte das figuras femininas, o trabalho com as texturas. Cabe perceber a face das meninas, o olhar, o detalhe das roupas simples, bem comportadas, até mesmo a magreza de seus corpos (será pela pobreza? Será que a silueta retratada fala também das condições de alimentação das classes populares de então? Queria o artista denunciar as condições de trabalho das pobres moças?), dentre outros elementos que condizem com um maior aprimoramento na técnica da xilogravura demonstrado também no jogo e no dégradé entre o branco e o preto, predominante na obra.



5 "Operário" Xilogravura, 1935: 18,5 x 18 cm. [www.olholatino.com.br/.../2005/dez/4/livio.htm](http://www.olholatino.com.br/.../2005/dez/4/livio.htm)

Na xilo *Operário*, o corte estreito da composição confere monumentalidade à figura do operário no qual só o rosto está representado. Alternando o traço fino e a abertura de claros, a expressão reflexiva do *Operário* parece abrir inúmeras possibilidades de leitura. Artista-jornalista, Lívio Abramo deixa o a geometria destacar a força motriz das transformações da Era Vargas. Mas o gravurista também é um *homo faber*, também aqui a arte tem uma relação direta com o trabalho. Pois, como sabemos, a xilogravura (do grego

*xylon* = madeira) é uma técnica de gravura cujo suporte para matriz é a madeira. Temos notícia da reprodução de estampas feitas a partir da gravação em madeira ou metal desde a Antigüidade. E sabe-se que essa técnica, conhecida como gravura, chegou à Europa, em fins do século XIV, vinda do Oriente. O artista se utiliza, na xilogravura, de instrumentos como facas, goivas, formões ou buris para traçar sobre uma superfície de madeira, sulcos rebaixados, de forma que a imagem fique em relevo. Obtém-se assim uma matriz que é recoberta com tinta. O papel é colocado sobre a matriz entintada e pressionado com uma colher, um rolo ou um bastão. A tinta, então, embebe o papel reproduzindo a gravação feita pelo artista na madeira. (PROENÇA, 1989). Abramo se destacará como um mestre na arte da xilogravura, não só por sua habilidade técnica, mas, sobretudo, pela poética que construiu com a *xilo*, incorporando os aspectos do desenho, da aquarela e da geometrização de suas imagens ao uso dos instrumentos de corte. No seu caso, as goivas, facas e instrumentos de entalhe da madeira são manipulados para que os cortes sejam sempre muito finos e repletos de texturas, detalhes, cuja composição demonstra sua criatividade e conhecimento do *metier* de gravador.

Portanto, é importante pensar a obra de arte a partir de seus componentes culturais, estéticos e ideológicos que constituem sua elaboração e recepção, bem como a própria experiência autoral e profissional de Abramo, seu *ethos*, enquanto produtor de imagens. As gravuras aqui são tidas como documentos reveladores: construídas ideologicamente em conformidade com os pressupostos políticos de um artista militante.

Histórias gravadas em madeira, textos polissêmicos. Cabe ao leitor decifrá-las através de seus espelhos deformadores ou não, como n'a *Vila Operária*. Lembrando-se sempre que as:

(...) imagens são superfícies que pretendem representar algo. Na maioria dos casos, algo que se encontra lá fora no espaço e no tempo. As imagens são, portanto, resultado do esforço de se abstrair duas das quatro dimensões de espaço-tempo, para que se conservem apenas as dimensões do plano. Devem sua origem à capacidade de abstração específica que podemos chamar de imaginação. No entanto, a imaginação tem dois aspectos: se um lado, permite reconstituir as duas dimensões dos fenômenos, de outro permite reconstituir as duas dimensões em símbolos planos e decodificar as mensagens assim codificadas. Imaginação é a capacidade de fazer e decifrar imagens (FLUSSER, 2002: 7).



6 Vila Operária, 1935. <http://www.ibacbr.com.br/?dir=artigos&pag=002&opc=0071>

### Considerações Finais

Voltamos ao final com as precisas colocações de Mario Pedrosa, segunda epígrafe do texto, quando nos diz que a arte de Lívio Abramo se confunde com ele. O expressionismo tem essa característica. Como nos ensina Giulio Carlo Argan, diferenciando o impressionismo do expressionismo: *“literalmente, impressão é o contrário de expressão. A impressão é o movimento do exterior para o interior. A expressão é o movimento inverso, do interior para o exterior: é o sujeito que por si, imprime o objeto.* (ARGAN, 1992, p. 227)<sup>1336</sup>. Talvez a obra de Abramo seja o resultado do que ele mesmo disse pouco tempo antes de morrer em uma entrevista ao jornal Correio Brasiliense em janeiro de 1992: *"Para mim não há nada mais importante que a condição do homem e seu melhoramento (...) Voltar ao expressionismo me parece que é a maneira melhor de falar sobre a realidade humana"*.

### Bibliografia

ABRAMO, Lélia. *Vida e arte- Memórias de Lélia Abramo*: Fundação Perseu Abramo, 1997.

<sup>1336</sup> ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

- IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.  
10 a 13 de maio de 2010  
ADES, Dawn. *Arte na América Latina*. São Paulo: Cosac & Naify, 1997.
- ARCHER, Michael. *Art since 1960*. London: Thames & Hudson, 1997.
- ARGAN, Giulio Carlo. *A arte e a crítica da arte*. Lisboa: Estampa, 1988.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna: do Iluminismo aos movimentos contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- ARTE DO SÉCULO XX. *Pintura, escultura, nova media, fotografia*. Colônia: Taschen, 2005. 2v.
- BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BATALHA, Cláudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In FERREIRA, Jorge e NEVES, Lucilia. (orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol.1. RJ: Civ. Brasileira, 2003. pp. 161-190.
- BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica”. In: *Obras escolhidas*; magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOSI, Alfredo. *Reflexões sobre arte*. São Paulo: Ática, 1995.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano, I :artes de fazer*. Petrópolis, R: Vozes, 2006.
- CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*, texto publicado com permissão da revista *Annales* (Nov-dez.1989, n.6,pp.1505-1520), e extraído para esta obra através da revista *Estudos Avançados*, 11/05/1991.
- COLI, Jorge. *O que é Arte*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. .
- DEBRAY, Régis. *Vida e morte da imagem: uma história do olhar no ocidente*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- DIKOVITSKAYA, Margaret. *Visual Culture: the of the visual after the cultural turn*, Ms,-



IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

London: MIT Press, 2005.

ECO, Umberto. *Obra aberta*; forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FELDMAN-BIANCO, B. e LEITE, Miriam L. Moreira (orgs.). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papirus, 2001.

FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FOSTER, Hal. *Recodificação. Arte, espetáculo, política cultural*. São Paulo: Casa Editorial Paulista, 1996.

FOSTER, Hal. *The return of the real: the avant-garde at the end of the century*. Cambridge: Mit Press, 1996.

FABRIS, Anateresa. *Fragmentos visuais: Representações culturais*. São Paulo, Studio Nobel, 2000.

FRANCASTEL, Pierre. *Pintura e sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FLUSSER, V. *Filosofia da Caixa Preta*. São Paulo, Hucitec, 1985.

GOMBRICH, E. *História da Arte*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

GOMBRICH, E. H. *Arte e ilusão*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

GRAVURA - Arte Brasileira do Século XX. 1ª. Ed. São Paulo: Cosac & Naify Editora, 2000.

HERSKOVITS, A. *Xilogravura: arte e técnica*. 1ª. Ed. Porto Alegre: TCHÊ, 1986.

LEITE, J. R. T. *A Gravura Brasileira Contemporânea*. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: MEC. 1961.

PROENÇA, G. *História da Arte*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

GINZBURG, C. *Olhos de Madeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

GULLAR, Ferreira. *Argumentação contra a morte da arte*. Rio de Janeiro: Revan, 1993.

HAUSER, Arnold. *História Social da Literatura e da Arte*. São Paulo: Mestre Jou, 1982, vol.2.

HAUSER, Arnold. *Historia Social de La Literatura y el Arte*. Madrid: Ed. Guadalarrama, 1968. Volume I, II e III.

HAUSER, Arnold. *Teorias da Arte*. Lisboa: Presença, Martins Fontes, 1978.

HUYGHE, René. *O poder da imagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

JAY, Martin. *Introduction: Vision in context: reflections and refractions*, In: Brennan, Teresa e JAY, Martin(Eds.). *Vision in context: historical and contemporary perspectives on sight*. New York/ London: Routledge, 1996.

KNAUSS, Paulo. *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*: Sete Letras, 1999.

KNAUSS, Paulo. *O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual*. Artcultura. Uberlândia, v.8, n.12, p.97- 115, jan-jun 2006.

LOPES, Antônio Herculano; Velloso, Mônica Pimenta; Pesavento, Sandra Jatahy (Org) *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. v.1, Rio de Janeiro: Sete letras, 2006.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. *Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares*, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.23, n. 45, p.11-36, 2003.

MILLIET, Sérgio. *In apresentação de Lívio Abramo na exposição em Roma*, no Palazzo Caetano (novembro de 1956). In: \_\_\_\_\_. *Apresentação da Retrospectiva Lívio Abramo 1926-1957* no MAM do Rio de Janeiro, setembro-novembro de 1957.

MIRZOEFF, Nicholas. *An Introduction to Visual Culture*. Londres/NY: Routledge, 1999.

OLIVA, Achille Bonito. *A arte até o ano 2000*. São Paulo: MuBE, 1998.

OSBORNE Harold. *A apreciação da arte*. São Paulo: Cultrix, 1980.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

PEDROSA, Mário. Despedida de Lívio Abramo. In: \_\_\_\_\_. *Acadêmicos e modernos: textos escolhidos III*. Organização Otilia Beatriz Fiori Arantes. São Paulo: Edusp, 1998. p. 225-226.

PONTUAL, Roberto. *Dicionário das artes plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

PROENÇA, G. *A História da arte*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

THOMPSON, E.P. *Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VELLOSO, Monica Pimenta. *O modernismo e a questão nacional*. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (orgs.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v1.

VORONIA, Tatiana. “International Symposium - Visual traditions-folk traditions”, *Visual Anthropology*, v. 2, n.1, 2001.

ZANINI, Walter (org.). *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983. 2 v.

**Estranhamento e Distinção: um olhar sob as práticas sociais juizforanas através das lentes dos jornais locais (1880 - 1930)**

Deivy Ferreira Carneiro\*

**Resumo:** Através de crônicas e editoriais contidos em vários periódicos locais, observaremos o processo de estranhamento e distinção social ocorridos em Juiz de Fora entre os anos de 1880 e 1930. Neste período os setores médios – representados por cronistas e redatores de jornais – e a elite passaram a ver como arcaicos os comportamentos e a subversão das hierarquias sociais realizada pelos grupos que cresciam às margens da sociedade imaginada pelos setores dominantes.

**Palavras-chave:** Jornais, estranhamento, distinção.

A partir do último quartel do século XIX, Juiz de Fora passou a contar com a presença constante de periódicos. Eram em sua maioria jornais pequenos, com duas ou quatro páginas, contendo editoriais, crônicas, carta de leitores, secções de notícias locais, além do espaço reservado para a publicidade de negócios da cidade. Esses jornais tratavam sobretudo de assuntos políticos partidários, mas também destinavam espaço para curiosidades do mundo inteiro e para assuntos do dia-a-dia local.

As informações que mais chamaram nossa atenção não foram às partidárias, mas aquelas contidas nas secções “Notícias” ou “Fatos diversos”, ou seja, crônicas, editoriais ou notícias em que abordaram a aparência física e social das ruas do centro. Em todos os jornais em circulação na cidade, a partir da década de 1870, a rua passa a ser cenário de reclamações de terceiros sobre o calçamento, a limpeza, a iluminação e sobre os indivíduos presentes nestas ruas – cidadãos, elite, gatunos, pretos, bêbados, arruaceiros e moleques vadios.

Nesses editoriais percebe-se claramente a existência de interesses de certos grupos de politizar o uso das vias. Tais textos eram escritos sobretudo por redatores – que na maior parte das vezes eram os próprios donos do jornal – principalmente com base em textos enviados pela população, tanto ricos como pobres. Ficamos sem saber como essas notícias chegavam; se por carta ou através da coleta de informações na própria rua. Possivelmente os cronistas

---

\*Doutor em História Social pela UFRJ - Professor adjunto do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. (deivycarneiro@ig.com.br) Instituto de História Universidade Federal de Uberlândia - UFUAv. João Naves de Ávila, 2121 38.408-100 - Uberlândia/MG - Brasil

tinham uma passagem regular pelos logradouros – já que no mínimo tinham que se deslocar de suas casas até a redação do jornal – o que fica evidente em expressões contidas em seus textos: *observamos, presenciamos, anotamos*, etc.

O mais importante a ser esclarecido é que mesmo que esses cronistas não fossem os “coletores dos fatos”, eles no mínimo compartilhavam com quem lhes fornecia o material o estranhamento em relação a certos comportamentos que se transformavam, sob suas penas, em crônicas e notícias.

Assim, mais do que identificar esses escritos com as idéias da incipiente camada média juizforana, devemos percebê-las como identificadoras de um determinado tipo de comportamento corporal nas ruas, que para os cronistas, deviam ser seguidas como regras. Eles passavam com regularidade pelas ruas do centro, mas ali não permaneciam como faziam os pobres, os desvalidos, os ambulantes, os bêbados e as pessoas envolvidas com atividades sociais que determinavam sua permanência nas ruas do centro. Contudo, esses jornalistas não utilizavam esse espaço público como a elite, ou seja, esporadicamente.

Esses redatores, ou melhor, informantes de hábitos, passam então a depreciar aqueles que viviam estacionados nas ruas – os subalternos – e a enaltecer aqueles que transitavam, ou seja, a elite. Ocorre assim, por meio desses nossos informantes, um estranhamento das atitudes populares, ora identificadas com o arcaico; com o não moderno e não-urbano, ora identificados como não-civilizados ou como criminosos<sup>1337</sup>.

Será na análise das reclamações dos jornais que tentaremos perceber o conflito entre várias visões e de como foi vivenciada estas diferentes realidades na cidade. Em nome da civilização, elite e jornalistas começam a querer proibir certos comportamentos em público ou no espaço público tais como: banho nos rios, criação de animais nas ruas, lixo e esgoto nas ruas, hábitos higiênicos dos imigrantes, vendedores ambulantes e festas populares. Essas ações ou modos de vivenciar a cidade passam a perder legitimidade moral para serem realizadas no espaço público perante alguns grupos e por isso passaram a ser perseguidas.

Se analisarmos a mudança social a partir do indivíduo ou da ação de pequenos grupos, ela será percebida de um modo mais lento, com rupturas mais suaves e com a coexistência das duas mentalidades indicadas durante todo o período em análise. Enfocar a dimensão sociocultural das pessoas implica em considerar que a esfera das relações sociais obedece a uma temporalidade distinta dos chamados grandes processos históricos. Não podemos nos esquecer, como nos lembra Le Goff, que “*no seio das sociedades industriais, o arcaísmo*

---

<sup>1337</sup> FREHSE, Fraya. Os informantes que jornais e fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n. 36, 2005, p. 12.

*explode quando se perscruta a psicologia e o comportamento coletivo*<sup>1338</sup>. Mesmo a esfera das relações é marcada pela coexistência da temporalidade do passado e do presente<sup>1339</sup>. Essas referências apontam para a persistência de velhos padrões assimétricos de sociabilidade e de relacionamentos, próprios do mundo rural e escravista, no mundo urbano em expansão na segunda metade do XIX. A diferença é que as classes esclarecidas passam a querer adotar as noções européias civilizadas e os subalternos continuam atrelados ao rural ou a um mundo que passa a ser negado e combatido pelos dominantes.

De acordo com os relatos dos jornais é possível distinguir aquelas atividades sociais vistas como antigas ou arcaicas daquelas consideradas pelos cronistas e redatores como modernas. Como práticas antigas aparecem: depósito de dejetos fecais e domésticos nas ruas, banhos no rio Paraíba, a presença de animais nas ruas e o comércio ambulante de gêneros da roça e animais. Por outro lado, são vistos como modernos a instalação de novos serviços de infra-estrutura urbana nas ruas, como por exemplo, limpeza pública, calçamento, iluminação pública, esgoto canalizado e sistema de captação de águas pluviais, serviços de bonde, dentre outros.

Neste sentido, um dos grandes incômodos que sofriam os moradores do centro e de bairros próximos, era o hábito de certas pessoas de atirarem “*águas servidas ou fecais*” no meio da rua. A partir do período em que os jornais começam a circular com certa regularidade na cidade, tais hábitos passam a ser censurados pelos próprios vizinhos, sendo ratificados pelos redatores dos periódicos locais. Assim, o objeto da crítica, entre a primeira e a última notícia, permanece inalterado, mesmo com todo o espaço temporal entre elas: a antiga atividade de atirar excrementos às ruas, nas bocas de lobo e sarjetas, ou em riachos próximos de casa:

Moradores da Rua Botânica reclamam providências contra o costume de certas pessoas, na parte de cima da mesma rua, que atiram água servidas à rua, as quais ficam estagnadas e exalam mau cheiro. Com vistas ao Sr. agente municipal<sup>1340</sup>.

Existe na Rua Espírito Santo, em frente ao prédio 10 e 12, uma poça de águas esverdeadas, devido a uns italianos residentes naquelas proximidades, os quais fazem para a rua os despejos. Com vistas ao Sr. diretor de polícia<sup>1341</sup>.

<sup>1338</sup> LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 317.

<sup>1339</sup> FREHSE, Fraya. *O Tempo das Ruas na São Paulo de Fins do Império*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 90.

<sup>1340</sup> *Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes – Juiz de Fora*. *Jornal do Commercio*, 29/12/1896, p. 1.

<sup>1341</sup> *SMBMMM*. *Jornal do Commercio*, 29/01/1897, p. 1.

10 a 13 de maio de 2010

Moradores da Rua do cemitério, próximo à rua Carlos Otto, estão fazendo para a via pública o despejo de águas servidas de suas habitações. Para o caso pedimos atenção do sr. diretor de obras municipais que, ao certo, providenciará a respeito.<sup>1342</sup>

Os relatos acima reproduzidos ocorrem num período em que certas pessoas que antes ficavam a maior parte do tempo em suas casas, passam a transitar cada vez mais pelas ruas da cidade: senhoras respeitáveis, vereadores, a elite cafeeira que passa a morar no centro da cidade e nele circular. Tais cidadãos honrados viam as pessoas com tais hábitos como “mal-educados”. Todavia, como veremos na parte final do capítulo, são os próprios moradores das ruas atingidas que reclamam, buscando medidas que ordenassem o viver urbano.

A atitude de jogar materiais fecais nas ruas não foi apenas uma peculiaridade de Juiz de Fora. Caracteriza os vários grupos sociais em locais distintos no tempo e no espaço, desprovidos de canalização doméstica de esgotos<sup>1343</sup>. Contudo, mesmo com a construção de tal canalização em algumas ruas do centro, como a Espírito Santo, por exemplo, tal costume se manteve vivo. Se tal feito ocorreu era porque possuía certa lógica naquele contexto. Acreditamos que isto revela que o espaço da rua, para além das melhorias e transformações da infra-estrutura, continuava a ser concebido por alguns grupos como espaço residual, menor em relação ao mundo da casa e assim, propício para receber dejetos.

O grande problema é que com o crescimento da malha urbana e o adensamento populacional no centro, as ruas se tornam locais cada vez mais importantes para a passagem de pessoas e mercadorias, fazendo com que a sujeira e o mau cheiro se tornassem intoleráveis:

Os moradores da parte alta da rua Braz Bernardino reclamam do inspetor de higiene providências contra uma cocheira existente num depósito de lenha na rua Santa Rita, que faz fundos com a avenida, cujo estado anti-higiênico está dando em resultado exalação de fétidos insuportáveis, com grande perigo para a saúde dos reclamantes<sup>1344</sup>.

Diversos cavalheiros e estabelecidos à rua Halfeld têm vindo ao nosso escritório pedirem reclamarmos contra o modo que são varridas as ruas da cidade. A rua Halfeld, por exemplo, é varrida ligeiramente com ramos secos, de forma com que a limpeza não possa ser feita de modo satisfatória, pois a terra não é removida, mas apenas o lixo mais grosso. Outra inconveniência notada nesse trabalho é o fato de horas e horas ficarem as caixas de lixo à porta das casas, à espera da carroça, quando poderiam ser transportadas para à rua ao toque da corneta que o carroceiro traz consigo<sup>1345</sup>.

<sup>1342</sup> *SMBMMM*. *Jornal do Commercio*, 07/06/1902, p. 1.

<sup>1343</sup> FREHSE, Fraya. *O Tempo das Ruas na São Paulo...* op. cit., p. 169.

<sup>1344</sup> *SMBMMM*. *Jornal do Commercio*, 28/03/1919, p. 1.

<sup>1345</sup> *SMBMMM*. *Jornal do Commercio*, 25/02/1898, p. 1.

10 a 13 de maio de 2010

Tais reclamações preconizam na cidade, além do incômodo claro com o mau cheiro e a sujeira, uma era na qual a circulação saudável do transeunte era fundamental. Convencer desse fato as pessoas que achavam legítimo se livrar da sujeira de casa atirando-a janela a fora, já é outra história.

Parte das reclamações do período também era dirigida aos banhistas, que em dias de calor, nadavam nus no rio Paraibuna, principalmente nas proximidades da ponte da Rua Halfeld e da estação ferroviária, escandalizando quem por ali passasse.

Banho e cadeia: Sabendo o sr. capitão Antônio Caetano Horta, ativo delegado de polícia, que diversos indivíduos acoçados pelo calor, oferecem diariamente o edificante espetáculo de completa nudez nas margens do Paraibuna, aos olhos desprevenidos dos passageiros da central e dos moradores das proximidades da “construtora” e da “químico industrial”, resolveu fazer ver a esses banhistas que não só a hora, como o local escolhido para suas abluções eram interessantemente impróprios para isso.

Incumbido desse serviço o agente Costa, ontem, às 2 horas da tarde, foi feita a visita policial àquelas margens.

Nada menos que seis banhistas foram levados à presença do delegado que os aguardava à sombra por algumas horas, assim como as roupas de uma dúzia deles, que, bom nadadores, atravessaram o rio e se meteram no mato.

Em bela toilette devem eles ter voltado às suas casas depois do susto. O caso fez lembrar La leyenda del monge e o Costa representou papel proeminente nessa patuscada. Desta vez, ficam sabendo os senhores banhistas de água doce que, quem tem calor assim, deve ter chuveiro em casa.<sup>1346</sup>

Pontos de Banho: A polícia às vezes costuma fazer uma pilheira adorável: prende os banhistas que se deliciam nas murmurasas ondas do Paraibuna. E faz bem; esses banhistas não tem compostura necessária, nem vergonha suficiente aos homens para que eles considerem a inconveniência de se deparar em plena via pública, embora com o fim de cair imediatamente no seio do rio.

Temos visto cenas de grave originalidade à beira do Paraibuna, mesmo no fim da Rua Halfeld, sob a ponte que liga a cidade ao Botânica; e é interessante e surpreendente o cinismo com que os mal-educados hábitos afrontam nosso costume, sem respeito à polícia nem mesmo à bengala de algum transeunte pouco apreciador de cenas paradisíacas.

Para isso nada como a cadeia, 2 soldados à margem do rio e todo aquele que estiver se refrescando em pleno dia dentro de águas murmurasas, marche para a sombra de um cubículo, para que perca um pouco desse amor à limpeza.

Residindo famílias à beira do Paraibuna, é um afronto que fazem os tomadores de banho, e a polícia procede muito bem [...] levando-os para a cadeia.

Será uma lição aos bons costumes, dando apreço relativamente barato; quatro ou cinco mil réis de carceragem...<sup>1347</sup>

As notícias trazidas ao público pelo “Jornal do Commercio” revelam duas maneiras então conflitivas de utilização do espaço público urbano: uma delas, tradicional, se destinava a satisfazer a necessidade de lazer de grupos subalternos que pouco aproveitavam das melhorias e dos avanços na infra-estrutura municipal. O outro uso era mais recente, originado

<sup>1346</sup> *SMBMMM*. Jornal do Commercio, 13/03/1899, p. 1.

<sup>1347</sup> *SMBMMM*. Jornal do Commercio, 24/04/1914, p. 1.



a partir do momento em que a região ribeirinha passou a ser habitada e que a região da parte baixa da Rua Halfeld se urbaniza, tornando-se ponto de passagem entre o centro e o Botánagua, local que famílias passam a utilizar para se deslocarem ou para desfrutarem de outros tipos de lazer. Como o banho de rio passa a incomodar essas famílias, tal assunto chega também aos ouvidos da polícia por meio dos jornais, levando os delegados e soldados a tomarem providências no sentido de se fazer cumprir as Posturas Municipais.

Esse embate de visões da utilização do espaço público ocorre num momento em que o rio representava uma das poucas possibilidades de acesso ao banho para certos grupos, residente em áreas mais afastadas do centro e também servia como o “instrumento” de serviço para as lavadeiras.

Outro hábito que passa a ser confrontado e visto com certo estranhamento, considerado um vestígio do mundo rural e alvo de críticas dos redatores dos jornais, era a criação e manutenção de animais no centro e nas ruas da cidade. Desde meados do século XIX, Juiz de Fora contava com uma legislação que buscava regulamentar tal atividade:

Art. 137. É proibido ter solto nas portas das casas, ruas e praças das Povoações, e nas estradas publicas animaes cavallares, vaccuns, muares, suinos e quaesquer outros que possão offender ás pessoas e as cousas, quer sejam bravos, quer sejam mansos; salvo os que andarem de viagem com seus donos, ou conduzindo generos de negocios, os quaes todavia não podendo estar parados, quer soltos, quer atados, dentro do espaço de 15 palmos contados da frente das casas para o centro da rua; na rua direita desta Cidade, e nas que tiverem a mesma ou maior largura; e dentro do espaço de 10 palmos, contados do mesmo modo, nas outras ruas; os infractores pagarão a multa de 5\$ rs. por cada animal e o duplo nas reincidencias.

Art. 138. O animal, que investir ou accometer a qualquer pessoa, poderá nesse acto ser morto por esta, ou qualquer outra pessoa.<sup>1348</sup>

A urbanização vai fazer surgir uma nova faceta do controle de animais nas ruas. À medida que a cidade crescia, cresciam também as necessidades de transporte e de rapidez. Desde as primeiras Posturas havia a proibição dos cavalos correrem dentro dos limites da cidade. Em 1862 tornou-se necessário determinar os tipos de veículos que poderiam transitar dentro do perímetro urbano, proibindo-se, por exemplo, “*carros rinchadores dentro da Cidade*”<sup>1349</sup>.

Não obstante a legislação a respeito e as críticas dos jornais, é difícil negar a necessidade da presença desses animais, principalmente num perímetro urbano no qual parte do abastecimento permanecia vinculado à pequena economia de subsistência praticada nos

<sup>1348</sup> GOODWIN, James. *A Princesa de Minas...* op. cit., p. 127.

<sup>1349</sup> AHCJF. Império. Fundo da Câmara Municipal. 3ª Parte: Vereadores. Caixa 161-165. Pasta 163/3 - Propostas de Artigos adicionais às Posturas. Apud: GOODWIN, James. *A Princesa de Minas...* op. cit., p. 150.

10 a 13 de maio de 2010

quintais. O uso dos cavalos e muares para o transporte e de vacas, galinhas cabras e porcos para a alimentação era mais do que comum. Apesar disso geravam desconforto para certas pessoas e grupos.

Somos informados de que em uma casa no começo da rua do comércio há grande quantidade de porcos bem como em outra na rua Marechal Deodoro, próximo à avenida 15 de novembro, contra as disposições municipais. A primeira dessas casas, não só tem em seu quintal muitos porcos, como seu proprietário os mata na própria casa, quando a lei obriga a matança de gado no matadouro municipal. Com vistas a quem compete zelar por estas coisas<sup>1350</sup>.

Além disso, era muito censurada a permanência desses animais nas ruas, seja vagando, seja comendo e estragando os jardins criados à imagem e semelhança da elite local:

Pedem-nos que chamemos a atenção do respectivo agente municipal para uma cabra que anda solta próxima à cadeia, devastando os jardins dos prédios da rua 15 de novembro, no fim da rua espírito Santo<sup>1351</sup>.

Na Rua Antônio Dias também ocorria tal situação: “*Na Rua Antônio Dias vaga cabritos e galinhas que muito incomodam os moradores, entrando em seus jardins, destruindo toda a plantação*”<sup>1352</sup>.

Outro fenômeno comum era a criação de galinhas nos quintais das casas do centro que, vez ou outra, atraía gatunos que levavam todas, deixando apenas o galo<sup>1353</sup>.

A presença de cavalos e bois nas ruas também era motivo de muitas repreensões. Em um editorial do dia 14 de janeiro de 1910, o redator reclama que ainda naquele ano, apesar de proibido, passavam boiadas no Alto dos Passos em direção ao matadouro, causando grande perigo para os moradores daquela região<sup>1354</sup>. Além disso, denunciavam:

O chafariz entre as ruas do comércio e Marechal Deodoro está se transformando em lavatório de animais, com prejuízo das pessoas que vão utilizar da água para abastecimento de suas casas. Esperamos que de hoje em diante cesse esse abuso, sem que para isso seja preciso que os srs. Agentes municipais chamem à ordem tais indivíduos que praticam<sup>1355</sup>.

Dois bois invadiram ontem a farmácia Vieira [...] assustando as pessoas que ali se achavam. Felizmente não houve desastre, saindo os bois, pacatamente, por uma das outras portas do estabelecimento<sup>1356</sup>.

<sup>1350</sup> SMBMMM. Jornal do Commercio, 19/01/1897, p. 1.

<sup>1351</sup> SMBMMM. Jornal do Commercio, 29/10/1905, p. 1.

<sup>1352</sup> SMBMMM. Jornal do Commercio, 19/12/1907, p. 1.

<sup>1353</sup> SMBMMM. Jornal do Commercio, 19/01/1897, p. 1.

<sup>1354</sup> SMBMMM. Jornal do Commercio, 14/01/1910, p. 1.

<sup>1355</sup> SMBMMM. Jornal do Commercio, 26/01/1917, p. 1.

<sup>1356</sup> SMBMMM. Jornal O Dia, 19/01/1897, p. 1.

Por mais que a legislação combatesse tais práticas na malha urbana, alguns habitantes do centro desprezavam tais leis. Mais do que um ideário voltado para o caráter urbano do espaço, o que as reclamações dos redatores e de seus informantes trazem à tona é a persistência de seu contraponto – o rural – nas ruas da cidade. Convivia em pleno conflito a modernidade e o mundo rural no centro da cidade, a despeito das obras de infra-estrutura realizadas em Juiz de Fora a partir da década de 1870.

Em janeiro de 1885, o jornal “O Pharol” trouxe reclamação endereçada aos fiscais das Posturas Municipais notificando-os sobre as condições em que se encontravam os moradores da Rua Halfeld, na área central da cidade, que tinham de conviver com vizinhos que tinham chiqueiros nos seus quintais. Estes dados nos permitem observar a permanência de costumes que se ligavam a práticas de vida rural, levando-nos a pensar, desse modo, em uma herança cultural, isto é, na manutenção de uma organização social tradicional, comum muitas vezes aos grupos rurais tão abundantes na região, ainda nos anos vinte do século passado<sup>1357</sup>.

A aglomeração nos passeios laterais das ruas do centro pelo comércio ambulante de gêneros também foi alvo de reclamações e estranhamentos, principalmente por parte da “boa família” que aos poucos passava a circular pelas ruas. Ali se apertavam quitandeiras, vendedores de tabuleiro, carroceiros, engraxates, carregadores de volumes e todos os tipos de vendedores informais. As reclamações dos setores médios contra esses grupos se assemelham às reclamações contemporâneas contra os camelôs que lotam as calçadas impedindo a circulação nas ruas dos grandes centros.

As críticas nesses casos tentam mostrar que os passeios eram apanágios dos senhores e dos consumidores, destinados a eles para que calmamente pudessem ver e experimentar produtos nas casas comerciais do centro. Isso ficava inviável quando ocorriam brigas de grupos rivais de vendedores na Rua Halfeld<sup>1358</sup>, ou quando os vendedores abarrotavam a região do Parque Halfeld<sup>1359</sup>. Pior era quando carregadores de volumes expulsavam os senhores dos passeios nas ruas do Commercio e Marechal Deodoro<sup>1360</sup>.

No entanto, por mais que a Câmara e seus agentes combatessem tais práticas, era impossível reprimir essas vendas ou serviços pois a mesma população que reclamava consumia os produtos das quitandeiras e os serviços dos carregadores. O que tais reclamações visavam era a vontade dos setores médios e da elite de possuírem um espaço exclusivo,

---

<sup>1357</sup> PINTO, Jefferson de Almeida. *Velhos atores em um novo cenário...* op. cit., p. 46.

<sup>1358</sup> *SMBMMM*. Jornal do Commercio, 17/01/1908, p. 1.

<sup>1359</sup> *SMBMMM*. Jornal do Commercio, 06/01/1916, p. 1.

<sup>1360</sup> *SMBMMM*. Jornal do Commercio, 07/01/1916, p. 1.

distinto e livre de incômodos. Refletia também a luta contra a mentalidade e os hábitos rurais que sobreviviam numa cidade que se queria moderna. Mas os mercadores ambulantes continuavam, apesar da repressão, percebendo a rua como o *locus* principal deste tipo de atividade. Para eles era o espaço mais legítimo para a função de abastecimento de gênero e criações.

Apesar das evidências mostrarem que o combate de problemas no centro urbano se dava para permitir a circulação mais rápida de mercadorias e pessoas e para impedir outros usos não aprovados pelo poder público e pela elite, isso não era observado pelo povo comum. A crítica da elite era direcionada para a depreciação da proximidade física com os pobres, lamentando a não-exclusividade dos espaços modernos pelos quais se transitava. Entretanto como as relações humanas são interdependentes, como bem nos ensinou Norbert Elias<sup>1361</sup>, ninguém controlou sozinho este processo. O espaço foi feito e moldado para elite mas vivia cheio de penetras sociais que não foram convidados que às vezes era preciso aturar. Ou seja, estamos presenciando neste momento um processo começado pela e para a elite, mas que se tornou uma possibilidade para a subversão das hierarquias por parte da população subalterna.

Além disso, a despeito das críticas, reclamações e punições, os populares viam as ruas como um local em que podiam ficar sem circular. A rua para eles era um lugar para se ficar e não para circular como queriam os legisladores e seus códigos de Posturas.

Se hábitos populares vistos como arcaicos ou rurais por redatores, cronistas e pela elite que agora circulava pelas ruas, eram combatidos ou refletiam estranhamento nas folhas dos jornais locais, os subalternos e os jornalistas se uniam em algumas situações. Uma delas era para reclamar das condições insatisfatórias dos serviços de infra-estrutura associados à urbanização. Já que o poder público buscava a disciplina e o fim de certos hábitos, também tinha que ouvir reclamações contra sua ineficiência em substituir aquilo que era considerado arcaico. Os principais alvos eram o calçamento, a iluminação e a falta de água.

Os populares, através de cartas para as redações dos jornais, reclamavam do esgoto fétido vazando na Rua Paula Lima<sup>1362</sup>, de atoleiros no Morro da Gratidão por falta de calçamento<sup>1363</sup> e dos transtornos causados pela falta de calçamento no largo do Riachuelo, impedindo o estacionamento de carros<sup>1364</sup>. Os moradores reclamavam também do estado de

---

<sup>1361</sup> Para uma melhor descrição do conceito de interdependência ver: ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: edições 70, 2005, capítulo 5.

<sup>1362</sup> *SMBMMM*. *Jornal do Commercio*, 09/01/1916, p. 1.

<sup>1363</sup> *SMBMMM*. *Jornal do Commercio*, 20/01/1911, p. 1.

<sup>1364</sup> *SMBMMM*. *Jornal do Commercio*, 06/02/1912, p. 1.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

abandono em que se encontrava a Rua São João Nepomuceno<sup>1365</sup>, das lâmpadas queimadas na Rua Halfeld<sup>1366</sup> e criticavam os buracos nas ruas do centro que chegavam a ferir os transeuntes<sup>1367</sup>. Reclamavam ainda de formigueiros em plena Santa Rita<sup>1368</sup> e da falta de água e luz no bairro Mariano Procópio e na Rua do Capim<sup>1369</sup>. Apesar disso, também elogiavam as medidas que poderiam lhes trazer os benefícios da modernidade, como o calçamento da Rua Direita<sup>1370</sup> e o alargamento da Rua Santa Rita<sup>1371</sup>.

Assim, não estamos afirmando que a população reclamava das melhorias da urbanização. O que criticavam era o mau funcionamento e a ineficiência do poder público em fazer as melhorias de forma eficiente e definitiva.

Concluindo, chamamos a atenção para o fato de que as reivindicações aqui explicitadas refletem antes de tudo a falta de controle por parte da elite das atividades vistas como arcaicas ou rurais. Permitem perceber os alvos das críticas: a população não-civilizada e seus maus hábitos e o poder público com sua ineficiência.

A existência dessas assimetrias permite constatar que o que estava em questão, mais do que o moderno ou antigo, eram as relações fortemente hierarquizadas das quais as atividades analisadas acima eram mediações. Estas assimetrias fizeram com que tais ações fossem avaliadas por meio de concepções normativas a respeito do que “nós” podemos e “eles” não podem fazer nas ruas<sup>1372</sup>. Não estava em jogo abolir o rural em nome do moderno, mas sim uma complexa dinâmica que submetia as categorias culturais fortemente marcadas pelas hierarquias sociais a novas situações cotidianas, oferecidas pelo próprio processo histórico em curso<sup>1373</sup>. É na análise deste processo que se percebe que as relações de interdependência nos remetem para temporalidades distintas daquelas que definem os grandes processos econômicos e políticos em curso naquele mesmo período. As novas ruas do centro da cidade trazem outra lógica, na medida em que colocavam em cheque as antigas hierarquias que davam sentido a outro espaço – a casa – e a outro tempo: o passado inserido numa ordem escravista decadente. A temporalidade da cidade é a historicidade que seus estudiosos lhe impõem<sup>1374</sup>.

---

<sup>1365</sup> *SMBMMM*. *Jornal do Commercio*, 29/02/1917, p. 1.

<sup>1366</sup> *SMBMMM*. *Jornal do Commercio*, 18/01/1906, p. 1 e 04/03/1910, p. 1.

<sup>1367</sup> *SMBMMM*. *Jornal do Commercio*, 16/01/1908, p. 1 e 12/02/1907, p. 1.

<sup>1368</sup> *SMBMMM*. *Jornal do Commercio*, 22/01/1907, p. 1.

<sup>1369</sup> *SMBMMM*. *Jornal do Commercio*, 01/05/1905, p. 1 e 05/08/1893, p. 1.

<sup>1370</sup> *SMBMMM*. *Jornal do Commercio*, 21/10/1905, p. 1.

<sup>1371</sup> *SMBMMM*. *Jornal do Commercio*, 07/11/1906, p. 1.

<sup>1372</sup> FREHSE, Fraya. *O Tempo das Ruas na São Paulo de Fins do Império...* op. cit., p. 227.

<sup>1373</sup> *Idem.*, p. 230.

<sup>1374</sup> *Idem.*

10 a 13 de maio de 2010

Embora a sociedade brasileira oitocentista buscasse ser moderna, a grande massa da população pobre não se apresentava como tal. Pensamos na permanência de práticas interdependentes onde circulam antigos hábitos sociais que se tornam herança para gerações futuras. Neste sentido, muito embora as práticas acima mencionadas fossem expressamente proibidas quer por uma legislação mais abrangente, quer pelas Posturas Municipais, continuaram a existir entre os populares devido à força que exerciam em meio àquela sociedade, mesmo em um momento de ruptura de valores<sup>1375</sup>.

Por mais vigiados que fossem os populares, conseguiram vivenciar o espaço urbano à sua maneira. Contudo, viveram à margem de certos benefícios criados pelo e para os poderosos, experimentando doses de sofrimento e perseguição.

---

<sup>1375</sup> PINTO, Jefferson de Almeida. *Velhos atores em um novo cenário...* op. cit., p. 67.

**“Usando do direito de representação”: o discurso liberal entre os trabalhadores de Juiz de Fora na Primeira República.**

Lenilson da Silva Araujo\*

**Resumo:** Este artigo pretende analisar como os requerimentos enviados à Câmara Municipal foram importantes para a luta por cidadania entre os trabalhadores de Juiz de Fora na Primeira República. Para isso foram analisados dois destes documentos em que os usos pragmáticos do discurso liberal na defesa de interesses coletivos mostram a complexidade das culturas políticas existentes entre os trabalhadores.

**Palavras chaves:** cidadania, culturas políticas e liberalismo.

A Primeira República constitui um momento particularmente interessante para o estudo da cidadania no Brasil. Isto porque se tratava pela primeira vez em nossa história de um regime que assentava sua legitimidade na proposta de trazer o povo para o centro da vida política. Nesse sentido, é curioso notar que os estudiosos do tema têm aproveitado pouco a análise dos requerimentos populares enviados ao governo na busca de suas demandas e reivindicações. Estes documentos constituíam um canal de comunicação direto entre cidadão e Estado na busca por direitos. Um aspecto interessante retratado pelos requerimentos é a respeito dos limites ou da necessidade da ação do Estado no que diz respeito às liberdades individuais e demandas coletivas. A Primeira República parece ser o momento em que esta questão torna-se um dos elementos-chave para a análise das relações entre cidadão e Estado. Na medida em que os centros urbanos se desenvolvem e com ele o comércio, as oficinas e as fábricas, os problemas engendrados pelo novo contexto levam a um questionamento cada vez maior do papel do Estado como regulador dos conflitos sociais, expondo os dilemas do “liberalismo excludente”.

Os requerimentos nos mostram que não havia um consenso a respeito do liberalismo vigente, nem de seus limites, evitando assim uma visão totalizadora da sociedade. Analisemos aqui dois requerimentos que são exemplares neste sentido. Um que parte para a defesa dos princípios liberais e outro que contesta o liberalismo.

---

\* Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

10 a 13 de maio de 2010

Em maio de 1905, 28 produtores de gêneros de “*pequena lavoura*” enviaram à Câmara Municipal um requerimento protestando contra uma resolução que regulamentava a instalação do Mercado Municipal. Ela estabelecia que os gêneros alimentícios trazidos à cidade deveriam permanecer por três horas no Mercado, onde seria realizada a fiscalização dos produtos, para somente a partir de então poderem sair às ruas para o modo tradicional de venda, de porta em porta. Em nossa pesquisa não conseguimos evidências suficientes para dizer se a medida era fruto de pressões dos mercadores que tinham propriedades no perímetro urbano, que direta ou indiretamente seriam beneficiados com a resolução, ou do discurso higienista que ganhava força no período, se consolidando com a criação da Diretoria de Higiene e diretamente ligado ao projeto de uma “cidade civilizada” que queria se impor. De qualquer forma, interessa-nos as respostas dadas à resolução vista como um ataque às “*liberdades individuais*”. Interessante nesse sentido são os argumentos utilizados pelos produtores, como os transcritos abaixo:

Exmos. Snrs. Presidente e vereadores da Câmara Municipal

Usando do direito de representação, os abaixo-assignados tributados como mercadores de generos de pequena lavoura, vão á presença de V.V. Excias. reclamar, respeitosamente, contra as recentes resoluções municipaes que instituem o Mercado de Juiz de Fóra.

O novo regulamento do Mercado, *data vênia*, é manifestamente inconstitucional, não consulta ás conveniencias publicas e estabelece tributos vexatorios, constituindo-se um perigo permanente para o Município e para os proprios concessionarios do Mercado.

(...)

O reg. do Mercado de Juiz de Fóra prohiibe a venda de generos alimentícios, antes das 10 da manhã – fóra do Mercado, ferindo a liberdade do commercio;

O reg. do Mercado de Juiz de Fóra obriga a entrada e permanencia de taes generos por tres horas, naquelle estabelecimento;

A fiscalização da boa qualidade, barateza e abundancia dos generos alimentícios, tanto se poderia fazer effectiva no Mercado, como fóra delle, não exigindo, em hypothese alguma, tão considerável demora;

Portanto as referidas disposições são violadoras da liberdade de commercio; e, tanto assim, que, aos mercadores estabelecidos com armazens de viveres, não se impõe por parte da Municipalidade, em nome da fiscalização (que sem duvida, lhes é extensiva), a prohibição de venda antes das 10 horas da manhã, nem são elles obrigados a conduzirem suas mercadorias a determinado ponto, para aquelle effecto.

A liberdade de commercio, a plenitude do direito de propriedade, a inviolabilidade do domicilio do cidadão – podem soffrer, certamente, restricções dictadas por motivos de ordem superior. Em nome da saude e em respeito aos direitos individuaes do cidadão, o poder publico decreta o descanso obrigatorio num dia da semana; urgido pela necessidade ou utilidade publica proclama a desapropriação; no interesse da saude publica prescreve as vistorias domiciliares e serviços para se melhorarem as condições sanitarias das habitações.

Na hypothese, porém, de que se occupam os abaixo-assignados, nada justifica a restricção opposta ao exercicio livre da actividade profissional, devendo, por isso, ser derogados os alludidos artigos do regulamento do Mercado.

(...)

Os pequenos productores, por outro lado, que até em antes do reg. se animaram á mercancia dos productos da pequena lavoura, se retrahirão, não os trazendo ao



IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

consumo, já porque os impostos são excessivos, já porque se veem compellidos ao estacionamento forçado no Mercado até as 10 horas – hora esta em que poderiam estar de volta para a labuta quotidiana.

(...)

Os impostos, de facto, agravaram-se de modo quase fabuloso, assumindo o character prohibitivo; e a Câmara Municipal, longe de fomentar o desenvolvimento da pequena lavoura para o abastecimento de generos abundantes e baratos, contradiz um dos intuitos de sua instituição.

[O Mercado] não poderá subsistir em definitivo, visto attentar contra a constituição, desservir a publico e opprimir aos pequenos lavradores. (...)

Feitas estas ligeiras ponderações que serão suppridas em suas lacunas, os abaixo-assignados, confiados nas luzes e experiencia da Illustre Câmara Municipal, desejosa de bem servir ao publico, esperam que não se demorará a derrogação do reg. do Mercado, como é de

JUSTIÇA.<sup>1376</sup>

Como podemos observar, as reclamações concentram-se basicamente em três pontos: os limites impostos às liberdades individuais, os prejuízos causados pela resolução e os impostos cobrados, que aumentaram ainda mais com a instalação do Mercado. Para os autores, “*as referidas disposições são violadoras da liberdade de commercio*” e “*nada justifica a restrição opposta ao exercício livre da actividade professional, devendo por isso, ser derogados os alludidos artigos do regulamento do Mercado*”. Estas restrições seriam ainda causadoras de prejuízos aos pequenos produtores, pois na medida em que são obrigados a ficar no Mercado até as dez da manhã, para somente depois sair às ruas, prolongam sua estadia na cidade, “*hora esta em que poderiam estar de volta para a labuta quotidiana*”. Finalmente, reclama dos “*tributos vexatorios*” que “*aggravaram-se de modo quase fabuloso, assumindo o character prohibitivo*”.

Os argumentos utilizados pelos suplicantes na defesa de seus interesses expressam claramente os princípios liberais que vigoravam na sociedade de então. Em primeiro lugar, se utilizam do “*direito de representação*”. Este é um aspecto importante. Ao utilizarem esta expressão, os produtores deixam claro que não estão pedindo favores à municipalidade, mas reivindicando direitos e assumindo a postura de cidadãos, não de pedintes. Os autores se apropriam do discurso político dominante, onde a República se apresenta como representante da soberania popular para explorarem em seu favor. Depois, continuam os produtores, as resoluções que implementam o Mercado Municipal seriam “*manifestamente inconstitucionais*” porque, como já foi dito, tais medidas seriam “*violadoras da liberdade de commercio*”, ferindo assim as liberdades individuais garantidas pela Carta de 1891. Os autores enumeram ainda os princípios básicos do liberalismo: a liberdade individual, o direito

---

<sup>1376</sup> Série 123/01; 24/05/1905. Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz a de Fora - AHPJF/ Fundo Câmara Municipal República Velha - FCMRV.

de propriedade e a inviolabilidade do domicílio somente em ocasiões especiais poderiam sofrer restrições, e como não era esse o caso, a pretensão de violá-los seria ilegal. Essa enumeração de direitos civis, garantidores das liberdades individuais, como componentes básicos da cidadania pretendida, está de acordo com a mentalidade liberal do século XIX, e que vigorou ainda nas primeiras décadas do XX, quando se acreditava que o progresso social seria alcançado pelo avanço dos direitos civis, e não dos sociais<sup>1377</sup>

A introdução das idéias liberais no Brasil e suas aplicações práticas ou restrições têm sido discutidas há muito tempo, sem que se chegue a um consenso. Vários esquemas interpretativos foram elaborados pelos clássicos das ciências sociais no Brasil que, de modo geral, apontam as contradições existentes entre as instituições de caráter liberal e uma sociedade de estrutura *clânica*, para Oliveira Vianna, *patriarcal*, para Gilberto Freyre, *oligárquica e caudilhesca*, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda ou *patrimonialista* para Raymundo Faoro<sup>1378</sup>. De fato, são vários os fatores apontados como causa do “atraso” do liberalismo brasileiro ou de suas “distorções”, a maior parte delas apontadas para os “males da colonização”, que teriam deixado uma herança sórdida, com estruturas viciadas, impedindo o avanço do liberalismo e da cidadania.

Tornou-se clássico nesse sentido, o debate que se articulou entre Roberto Schwarz e Maria Sylvia de Carvalho Franco a respeito das idéias “fora do lugar” ou “no lugar”. Para Schwarz, as idéias liberais que, na Europa, acompanharam o desenvolvimento do capitalismo, conferindo estabilidade ideológica à estrutura econômica baseada no trabalho assalariado, esbarram, quando chegam ao Brasil, na instituição da escravatura, tornando-se idéias fora do lugar. Com o advento da abolição e posteriormente da República, a economia agro-exportadora conservou a “ideologia do favor”, embora a mão-de-obra fosse assalariada: as idéias continuaram fora do lugar; a aparência democrática é falsa, o que se evidencia através do clientelismo dos coronéis.<sup>1379</sup> Para o autor, as idéias liberais eram impraticáveis no Brasil devido à sua estrutura sócio-econômica excludente, marcada pela concentração de renda e poderes, herdeira do escravismo colonial. Em sua concepção, essa estrutura fez com que as relações sociais entre os homens livres não fossem mediadas pelos princípios liberais da igualdade, da liberdade e da universalidade, mas fossem mediadas pelo favor, que teria se

<sup>1377</sup> MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 85.

<sup>1378</sup> Cf. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*. 2 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1951; HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995; FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 10 ed., 2 vol., São Paulo: Globo; Publifolha, 2000 (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

<sup>1379</sup> SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001 (Coleção Leitura). p. 59-83.

tornado uma “mediação quase universal”: “*O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm*”.<sup>1380</sup> O *favor*, como um mecanismo de mediação social, teria contaminado todas as esferas da vida nacional, como administração, política, indústria, comércio e vida urbana. Nesse quadro, o liberalismo teria se transformado numa “ideologia secundária”, porque serve para justificar outra, a do favor, que é a principal. Por esse motivo, as idéias liberais no Brasil não girariam em torno de um eixo próprio, o que o leva a concluir que seriam uma ideologia totalmente desvinculada à realidade à qual se refere.<sup>1381</sup>

Maria Sylvia de C. Franco rebateu a tese de Schwarz ao considerar que a ideologia liberal burguesa, em um de seus pilares – a igualdade formal, aparece no Brasil, no processo constitutivo das relações de mercado às quais é inerente. O conceito de igualdade emergiu no processo de dominação sócio-econômica e do direito de propriedade: por isso, cumpre aqui como lá fora sua função prática de encobrir e inverter as coisas.<sup>1382</sup> O liberalismo no Brasil é sem dúvida uma idéia importada, e o mesmo ocorre com qualquer outra: elas circulam, mas há sempre um nexos entre sua produção e reprodução em situações particulares, o que acaba por definir novos prismas. Mas isso não significa descompasso nem inadequação à realidade. Aliás, a distância entre as idéias e as práticas liberais, entre o “ideal” e o “real” não constitui uma especificidade brasileira, mas surge em quase todos os lugares onde elas tentaram se impor. Em artigo onde escreve sobre a dificuldade de se aplicar os ideais do liberalismo há cerca de 300 anos, não só no Brasil, mas em todo o mundo ocidental, Maria Stella Bresciani cita Oliveiros Ferreira, que diferencia “liberalismo” – conjunto de idéias e práticas políticas – de “liberais” – pessoas que defendem as idéias do liberalismo. Para esse autor, em nenhum lugar – nem mesmo na Inglaterra, seu berço – o liberalismo chegou a ser aplicado em sua totalidade, mas foi filtrado, adaptado às condições reais e particulares em cada ocasião<sup>1383</sup>:

Para Oliveiros Ferreira, o liberalismo é uma *drôle de doctrine*, ou seja, um conjunto de práticas e direitos destinado originalmente aos “optimates” e que, com o tempo, passou a ser reivindicado pelos que não pertencem àquela categoria social, sendo concedido, mais cedo ou mais tarde, aos que excluiu em seu início. Assim (...) os aspectos mais relevantes para se avaliar a vigência do liberalismo seriam as relações efetivas de poder na sociedade, o grau de consciência média ou a maioria dos cidadãos têm de seus direitos e da importância de suas decisões, de modo a consolidar um Estado de Direito.<sup>1384</sup>

<sup>1380</sup> Idem. p. 64.

<sup>1381</sup> Ibidem. p. 60-67.

<sup>1382</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As idéias estão no lugar. op. cit.

<sup>1383</sup> BRESCIANI, Maria Stella. Brasil: liberalismo, republicanismo e cidadania. In: **República, liberalismo e cidadania**. São Paulo: Cia das Letras, 2005. p. 19.

<sup>1384</sup> apud. BRESCIANI, Maria Stella. op. cit., p. 19.

Não é nossa intenção aqui, rejeitar a capacidade explicativa das abordagens tradicionais, nem exagerar na interpretação dos comportamentos políticos dos brasileiros, pintando-os como uma amostra viva do cidadão liberal, idealizado pelos clássicos, negando o patrimonialismo, o clientelismo, o “jeitinho” e os mais diversos obstáculos à efetivação dos direitos estabelecidos por lei. De certo existiram – e ainda existem - marcando profundamente os comportamentos políticos dos brasileiros ao longo de gerações. Lembramos no capítulo anterior como a política era marcada por essas características, além da fraude, da violência e das manipulações. No entanto, os requerimentos aqui analisados nos levam a crer que análises totalizadoras das sociedades devem ser vistas com cuidado. Não representam *toda* a sociedade, mas *parte* dela. Os requerimentos são mecanismos institucionais abertos para uma relação direta entre cidadão e estado, ou indireta, quando se trata de associações, que serve para o encaminhamento de demandas, reclamações, reivindicações. Os requerentes, quando se apresentam ao Estado, não pedem *favores* ou se utilizam do *jeitinho*, mas de uma brecha de uma instituição liberal, criada para legitimar, junto ao discurso liberal, como já sugerimos anteriormente, o novo regime político.

Aquelas pessoas se apropriaram de um espaço legitimamente instituído para reivindicarem suas demandas, direitos e defenderem seus interesses. Açougueiros reivindicavam igualdade no tratamento das leis, com o fim das “*exceções para os fortes*” no comércio da carne. Outros reivindicavam seus “*direitos de proprietários*” e comerciantes se apresentavam como contribuintes (exigindo, portanto, a contrapartida do Estado na execução de seus deveres). Os produtores agrícolas usaram do seu “*direito de representação*” na defesa de suas liberdades individuais contra a intervenção do Estado. Esses requerimentos mostram a circulação de valores liberais que se impunham nas relações de poder daquela sociedade, e o grau de consciência que tinham “*de seus direitos e da importância de suas decisões, de modo a consolidar um Estado de Direito*”. É verdade que não conseguiram, ao longo dos anos, consolidar um Estado de Direito, nem constituíam o discurso majoritário na sociedade, ao que tudo indica. No entanto, o fato de não terem vencido, naquele momento, não reduz o seu valor, pois a sua análise nos permite conhecer melhor as culturas políticas vigentes no período, assim como a formação de uma consciência cidadã.

Mas se por um lado existia o discurso liberal em defesa do direito de propriedade e das liberdades individuais, existiam outros também, forjados a partir de outras experiências, e que propunham projetos alternativos ao liberalismo vigente. Em 1916, um grupo de cem artesãos

10 a 13 de maio de 2010

do ramo da marcenaria enviou um requerimento onde reivindicavam medidas protecionistas contra a livre concorrência, que estaria tirando o “pão dos operários” da cidade:

*Illmos. e Exmos. Snrs. Presidente da Câmara Municipal e digníssimos vereadores.*

Os abaixo-assignados, marceneiros, ilustradores, colchoeiros, entalhadores, torneiros, caldeireiros e machinistas, todos fazendo parte activa na arte da Marceneiria, vêm respeitosamente solicitar de VV. Excias. uma providencia enérgica, no sentido de ser evitada a falta de trabalho nas fabricas e officinas de moveis existentes nesta cidade, nos afigurando isso muito facil, pois está nas vossas mãos o remedio energico e eficaz.

Não ignoramos ser livre o commercio, nos seus systemas, mas o facto incontestavel é que, fabricas do Rio de Janeiro e São Paulo, pagam imposto relativamente pequeno e vendem, aqui, nos seus depositos, os seus productos a prestações demasiado longas, vindo com isso prejudicar extraordinariamente, a industria de moveis, desta cidade.

Achamos portanto, de justiça, que VV. Exas., creassem um imposto sobre esta importação ou depositos de fabricas do exterior, que vêm tirar o pão dos operarios desta cidade.

Há, alem disso, os mercadores ambulantes, que não são tributados devidamente, pois com uma só licença, espalham-se pela cidade, dezenas deles; e outros há, que são mercadores de moveis velhos, alugadores e tambem vendedores, e ao que nos informaram, só pagam licença de alugadores.

Eis aqui Senhores, a nossa justa pretensão: queremos trabalho e só não o teremos se VV. Exas. não tomarem em consideração as nossas queixas, baseadas na verdade.<sup>1385</sup>

Podemos observar que se trata de um discurso bastante diferenciado em relação ao dos produtores rurais, visto anteriormente. Se para aqueles, as liberdades individuais constituem um direito inalienável, devendo, portanto, ser defendida a qualquer custo, para os operários os interesses sociais deveriam estar acima dos individuais. Para os operários, não fazia sentido ser fiel a princípios doutrinários – no caso, os liberais – quando estes estavam gerando desemprego e tirando o “pão dos operários”. Isto fica claro quando dizem não ignorar “*ser livre o commercio nos seus systemas*”, mas que achavam “*de justiça, que VV. Excias. criassem um imposto*” para a proteção do mercado local. Portanto, não podemos alegar que os operários desconheciam os princípios da ordem liberal, mas buscavam adequá-los ao que consideravam ser “justo”. Aqui, novamente aparece a idéia de que a principal função do Estado deveria ser, antes de tudo, promover a justiça. Não é apenas o medo do desemprego – e a consequente falta de alimentos na mesa do trabalhador – que justificam a reclamação. Os operários também consideram injustiça a concorrência feita pelas fábricas de fora, de outras cidades, que vendem seus produtos a “prestações demasiado longas”, e com mercadores que pagam menos impostos.

<sup>1385</sup> Série 123/01; 27/04/1916. AHPJF/FCMRV.

A ideia de justiça aparece, portanto, para legitimar argumentos opostos. Os produtores rurais consideram injusto o ataque às liberdades individuais, pois é inconstitucional, não respeita a razão e não atende às “conveniências públicas”, sendo, portanto, injusto. Já os operários, consideram injusta a livre concorrência, quando esta afeta o emprego e o alimento dos trabalhadores, sendo legal a intervenção do Estado para protegê-los. Cidadania e justiça aparecem irremediavelmente entrelaçadas. Não acreditamos que a ação dos produtores agrícolas e artesãos possa ser classificada como “*estadania*”. Não existe aqui a fusão de “elementos da ordem e da desordem” que servem para fundamentar culturalmente tal conceito. Os requerentes se utilizam de um mecanismo institucional para fazer uma reivindicação formal. Do mesmo modo, não há cooptação ou capitulação perante o Estado, mas a organização de interesses coletivos. Como observou T.H. Marshall, na medida em que os conflitos de interesses opostos foram se desenvolvendo, os direitos civis foram utilizados cada vez mais com finalidades políticas<sup>1386</sup>.

Aqui vemos novamente os usos pragmáticos das culturas políticas descritos por Daniel Cefai. As culturas políticas seriam formadas a partir das experiências pessoais e sociais, da sensibilidade das pessoas frente a essas experiências e da sociabilidade vivenciada. Portanto, os valores, crenças, códigos de comportamento que compõem as culturas políticas seriam formados a partir de experiências socialmente construídas, onde ao mesmo tempo em que colaboram para forjar interesses, contribuem para formular argumentos para sua defesa<sup>1387</sup>. Assim, as culturas políticas, se por um lado são compostas por elementos simbólicos que estão além de interesses imediatos, são também portadoras de usos pragmáticos estrategicamente elaborados, “*uma vez que são utilizados para orientar o alinhamento das maneiras de perceber, pensar e julgar (...) para justificar as intervenções no espaço público; para legitimar ou criticar as regras do uso do direito*”<sup>1388</sup>.

É curioso notar nos estudos sobre cidadania a falta de análises detalhadas a respeito do uso de requerimentos como um instrumento para a sua expansão. No Estado-nação, cada cidadão encontra-se numa relação direta com a autoridade soberana do país. Portanto, um elemento essencial para a construção da nação é a codificação dos direitos e deveres de todos aqueles que são considerados cidadãos. A questão que se coloca então é quão exclusiva ou

---

<sup>1386</sup> MARSHALL, T.H. op. cit., p. 86.

<sup>1387</sup> DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos e genealogias. In: *Varia História*. Revista do Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. n° 28, 2001 – Belo Horizonte: UFMG, 2002.

<sup>1388</sup> Idem. p. 20.

10 a 13 de maio de 2010

inclusivamente o cidadão é definido<sup>1389</sup>. Vimos que na República, apesar de ter sido estabelecido o sufrágio sem a necessidade de comprovação de renda, o que já constitui um avanço, a exigência de alfabetização deixou a maior parcela da população de fora de um dos mais importantes direitos políticos. Os requerimentos podem ter sido utilizados para burlar essa barreira, possibilitando a um maior número de pessoas levar suas reivindicações e pleitear suas demandas junto aos poderes constituídos a partir de um mecanismo institucional. Mas antes de avançarmos na análise, faz-se necessário diferenciar dois tipos de relações entre cidadão e Estado que os requerimentos podem revelar. Segundo R. Bendix, estas relações podem ser classificadas conforme dois modelos idealmente construídos: o plebiscitário e o funcional.

De acordo com o princípio plebiscitário, todos os poderes intermediários entre o indivíduo e o Estado devem ser destruídos, como as corporações, partidos políticos e sindicatos, já que todos os indivíduos, enquanto cidadãos, possuem os mesmos direitos perante a autoridade nacional. Já o princípio funcional nas sociedades ocidentais modernas refere-se à ação de grupos com um ideal igualitário, que pretendem fazer-se representar perante o soberano<sup>1390</sup>. Mas como observa o autor, na prática, várias acomodações podem ocorrer entre o princípio plebiscitário e o funcional, variando de acordo com o processo histórico de cada país. No caso dos requerimentos aqui analisados, encontramos tanto os de tipo plebiscitário, onde o indivíduo se comunica diretamente com o governo, quanto os funcionais, expressos através de grupos constituídos na defesa de seus interesses. A defesa do modelo plebiscitário foi feita por liberais mais radicais, herdeiros da Revolução Francesa, iniciando pelo próprio revolucionário Le Chapelier, como mostra um trecho de seu discurso, feito na Assembléia Constituinte em 1791:

Não se deve permitir que os cidadãos em certas ocupações se reúnam na defesa de seus pretensos interesses comuns. Não deve mais haver guildas no Estado, mas apenas o interesse individual de cada cidadão e o interesses geral. Não se permitirá a ninguém despertar em nenhum cidadão nenhuma espécie de interesse intermediário, nem apartá-lo do bem-estar público por intermédio de interesses corporativos<sup>1391</sup>.

Fica claro nesse trecho, como notou Bendix, a influência do pensamento rousseauniano, principalmente da teoria da “vontade geral”. Segundo Jean-Jacques Rousseau, a reunião de pessoas que deliberam de forma privada sobre assuntos de interesse social prejudica a formação da vontade geral, pois estas pessoas, reunidas na defesa de seus

<sup>1389</sup> BENDIX, Reinhard. *Construção Nacional e Cidadania*. São Paulo: Edusp, 1986. p. 109-110.

<sup>1390</sup> Idem. p. 110-111.

<sup>1391</sup> apud. BENDIX, T.H. op. cit., p. 119.

interesses particulares, formariam não um conjunto de opiniões individuais, mas de um conluio, impedindo a construção de uma opinião que interesse a todos e favorecendo grupos privados em detrimento da maioria. Como expressa em “Do Contrato Social”:

Mas quando se estabelecem facções, associações parciais a expensas da grande, a vontade de cada uma dessas associações torna-se geral em relação a seus membros e particular em relação ao Estado: poder-se-á então dizer não haver mais tantos votantes quantos são os homens, mas somente tantas quantas são as associações. (...) Importa, pois, para alcançar o verdadeiro enunciado da vontade geral, que não haja no Estado sociedade parcial e que cada cidadão só opine de acordo consigo mesmo<sup>1392</sup>.

Portanto, a relação com o Estado deveria ser direta, sem intermediários, para que o indivíduo pudesse realmente ser valorizado enquanto cidadão. Neste caso, os direitos civis estariam a serviço dos direitos políticos. No Brasil, essas ideias foram expressas de forma mais tímida, até porque o liberalismo já se encontrava em transformação, buscando cada vez mais formas de conciliar os princípios plebiscitários e funcionais. Mesmo assim, esteve na voz de Silva Jardim, entre outros, defensor da república popular, de inspiração jacobina, que através de discursos carregados de categorias abstratas, como “o povo” e “vontade popular”, pretendia trazer a multidão à praça<sup>1393</sup>. Este discurso também foi apropriado de forma mais pragmática e menos democrática por alguns padrões na Primeira República. Quando a Câmara Municipal de Juiz de Fora aprovou uma resolução determinando o fechamento das casas comerciais aos domingos, em 1894, muitos comerciantes reagiram, afirmando que a lei deveria respeitar e legitimar os interesses individuais, pois quando esta é de “exceção”, ou seja, diz respeito a determinado grupo social, “*difficilmente escapa á práctica iniqua*”, já que “*o contracto entre patrão e empregados, longe de ser forçado, é inteiramente livre e espontaneo*”<sup>1394</sup>. O princípio plebiscitário da cidadania fica ainda mais claro na resolução aprovada pelos industriais da cidade em 1912, em resposta às reivindicações dos operários em greve:

Que os operarios que se acham descontentes se entendam individualmente com cada um dos respectivos padrões, pois so no contacto do patrão com o operario, e nunca entre o patrão e a classe, repousa a ordem industrial.<sup>1395</sup>

<sup>1392</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. In: *Rouseeau*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores). p. 92.

<sup>1393</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Cia das Letras, 1999. p. 25-27.

<sup>1394</sup> Série 123/03; 19/09/1894. AHPJF/FCMRV.

<sup>1395</sup> apud. ANDRADE, Silvia Maria B. Vilela de. *Classe operária em Juiz de Fora: uma História de lutas*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1989. Anexo 3, p. 171.



Desse modo, podemos perceber que o princípio plebiscitário carrega certa ambigüidade para o avanço da cidadania, pois, por um lado, permite o contato direto entre o indivíduo e o governo, mas por outro, limita a organização de interesses coletivos, servindo de obstáculo, na prática, para a expansão de direitos para os trabalhadores. Estes, sentido-se prejudicados, conseguiram meios de driblar os excessos do liberalismo ortodoxo, a partir do direito legal de formar associações. Esse direito, segundo Bendix, combina o princípio plebiscitário com o funcional, já que todos os cidadãos gozam da mesma capacidade legal para agir, mas na prática, apenas alguns grupos de cidadãos usufruem esse direito, permanecendo a maior parte “desorganizada”<sup>1396</sup>. O direito de formar associações para a defesa de interesses comuns foi a primeira limitação importante no individualismo radical que caracterizou os primeiros tempos do liberalismo, constituindo-se um importante instrumento para o avanço da cidadania entre os trabalhadores, pois como observou Marshall, no campo dos direitos civis, o desenvolvimento ocorreu da representação de indivíduos para o de comunidades, assumindo cada vez mais significado político<sup>1397</sup>. No Brasil, esse direito foi dado pelo Decreto 1637, de 1907, que reconheceu o direito de livre associação e reunião para todos que exercessem profissões similares ou conexas, tendo em vista a defesa e o desenvolvimento de interesses comuns<sup>1398</sup>.

Assim, os requerimentos serviram tanto para a representação de indivíduos, quanto de grupos, permitindo aos primeiros não serem prejudicados por não formarem associações para a representação de seus interesses, nem exigindo o encaminhamento por uma – como seria no modelo funcional, valorizando o indivíduo como cidadão, e aos segundos a chance de se organizarem para a defesa de interesses coletivos, rompendo com o individualismo radical e aumentando poder de barganha popular. No caso dos operários e artesãos, houve um desenvolvimento no poder de mobilização até a organização de associações, fundamentais para pleitear suas reivindicações junto aos poderes constituídos.

Os requerimentos nos mostram que os pequenos produtores agrícolas, os operários e os diversos indivíduos que procuraram aquele mecanismo, não eram despolitizados, submissos ou “bestializados”. Nem apresentavam uma “cidadania passiva”, mas ao contrário, utilizavam argumentos construídos a partir de sua própria experiência, e outros, muitas vezes apropriados do discurso dominante, na defesa de seus interesses.

---

<sup>1396</sup> BENDIX, Reinhard. op. cit., p. 118.

<sup>1397</sup> MARSHALL, T.H. op. cit., p.85.

<sup>1398</sup> LUCA, Tânia Regina de. Direitos sociais no Brasil. In: PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.) *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 470.

Podemos observar aqui a importância dos requerimentos para a expansão da cidadania na Primeira República. Eles expressavam um canal aberto onde os indivíduos e grupos sociais podiam reivindicar suas demandas e seus direitos. Vimos também que compreender a cultura política daqueles atores sociais constitui um ponto fundamental para a análise daquela experiência. As ações políticas são guiadas por valores, expectativas e crenças que orientam as estratégias e suas reivindicações, que nascem a partir de suas vivências, de suas concepções de mundo, compostas tanto objetiva quanto subjetivamente. Nesse sentido, o tríptico “*experiência, sensibilidade e sociabilidade*”, proposto por Cefai<sup>1399</sup>, é de grande valia, pois nos ajuda a compreender melhor as relações entre o meio social e o ser social, na velha formulação de Marx. É dentro da relação entre experiência e sentido que essa prática de cidadania deve ser analisada, assim como suas reivindicações, expostas anteriormente: a mediação de conflitos, a tensão entre interesses individuais e coletivos, tudo isso ocorre dentro de um contexto próprio, que empresta significado aos enunciados.

Esta experiência múltipla e complexa engendrou também visões variadas acerca do Estado: o regulador de conflitos, o protetor, o guardião das liberdades individuais, promotor de equidade, eram algumas das visões expostas pelos requerimentos e elaboradas por diferentes grupos sociais, até mesmo de forma contraditória, na defesa de seus interesses. O Estado foi visto também muitas vezes como o promotor da justiça. Mas o que era considerado *justo*? Criar leis para a proteção dos produtores locais ou garantir a livre concorrência? O conceito de justiça era um bem simbólico manipulado pelos atores sociais a partir de suas experiências e sociabilidades, porém intimamente ligado a interesses estratégicos, levando a um conflito que se travava no campo da cidadania.

Mas se esses conflitos estavam embasados em interesses pragmáticos, buscando recompensas materiais, também eram constituídos por elementos simbólicos, que emprestavam sentido às suas ações e reivindicações. Como afirmou Bronislaw Baczko, os debates ideológicos, incidindo sobre a legitimidade da ordem social, põem em destaque as relações íntimas que ligam os imaginários aos interesses de grupos sociais antagonistas. Deste modo, as relações políticas, enquanto relações de dominação, não se reduzem a simples relações de força e poderio, mas são exercidas dentro de sistemas representações que as legitimam e fundamentam.<sup>1400</sup> As diferentes visões do Estado visavam a construção de um

<sup>1399</sup> CEFAL, Daniel. op. cit., p. 20.

<sup>1400</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5 – Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. p. 302-307.

governo menos ou mais inclusivo, dependendo das forças sociais em jogo. Daí a importância do estudo das crenças, valores e códigos que formam as culturas políticas, relacionadas aos interesses inerentes de suas práticas, para a experiência de cidadania enquanto relações de poder e dominação.

De acordo com José Murilo de Carvalho, diante da impossibilidade de culturas políticas que pudessem equacionar os valores integrativos e os conflituosos da sociedade, o que restou foi a “estadania”, ou seja, a cooptação pelo Estado, através de favores e apadrinhamentos, e não pela organização de interesses<sup>1401</sup>. Estes requerimentos nos levam a repensar essa tese, pois os requerentes não pediam “favores” ou “benefícios” ao Estado, mas reivindicavam direitos, leis, portando-se como cidadãos. Mostrava-se como um instrumento importante para o desenvolvimento da cidadania, pois apesar de ser difícil identificar ao certo as respostas dadas pelo governo, muitas reivindicações foram atendidas, como indicam as anotações feitas no verso dos requerimentos. O que eles nos mostram, sem dúvida, de mais importante, é o surgimento de uma “cultura cidadã”, que pensava a relação com o Estado através de direitos e deveres e se organizava para pleitear seus interesses.

---

<sup>1401</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 65.

**Associativismo, proteção social e poder público na capital imperial entre 1860 e 1882**

Mateus Fernandes de Oliveira Almeida\*

**Resumo:** O artigo lança um olhar sobre as relações estabelecidas entre o poder público e as sociedades de socorros mútuos e beneficentes, no Rio de Janeiro do Segundo Império. Pretende-se avaliar a dimensão política dos projetos de amparo e assistência social, dentro do período em foco, englobando uma análise sobre as estratégias públicas e privadas, provenientes das relações entre os indivíduos associados e suas representações coletivas.

Nos últimos anos, vários estudos comprometidos com a história política e social do Brasil durante o século XIX, têm se empenhado no questionamento de uma visão bastante presente sobre a história deste período: a quase inexistência de espaços de sociabilidades envolvidos em discussões políticas e sociais sobre os problemas brasileiros. No entanto, há que se rever este posicionamento quando novos estudos chamam a atenção para a existência na capital imperial, a partir da década de 1820, de inúmeros “espaços de sociabilidade dedicados ao convívio, à crítica, à conversação, à discussão de idéias.”<sup>1402</sup>

Em tempos de efervescente transformação política, forças políticas e segmentos sociais organizados expressavam-se, envolviam-se em projeções, prognósticos e debates acalorados em torno do futuro do novo país e a formação do Estado-nação. Tal ambiente chamava a atenção de muitos observadores que não deixavam de emitir suas opiniões sobre o momento que presenciavam, como podemos observar nas palavras de João Maurício Rugendas, em missão científica no Rio de Janeiro, no ano de 1821.

As revoluções políticas e os acontecimentos que desde alguns anos se vêm sucedendo no Brasil, e de que o Rio de Janeiro foi quase sempre o teatro, tiveram resultados muitos interessantes. Um dos mais importantes, talvez o que mais impressione o observador, é o interesse crescente dos habitantes do país por todas as questões cuja solução pode ser de alguma influência tanto na vida interna como na vida externa do Brasil. Esse interesse manifestava-se livremente, sem nenhum

---

\* Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contato: rua Francisco Fernando Fernandes, 140, Juiz de Fora; e-mail: mateusfernandes@uol.com.br.

<sup>1402</sup> BARATA, Alexandre Mansur. Constitucionalismo e sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro (1822-1823): a Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz e o projeto de Constituição para o Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 351-375, p. 353. Este livro é resultado de uma série de estudos de um grupo de pesquisa composto por historiadores, sobre sociedade, nação e cidadania no Brasil monárquico. Com o auxílio financeiro do CNPq e da FAPERJ o grupo pode investir na realização de Simpósios, na criação de um banco de dados e de material didático, bem como na produção de artigos e livros.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

constrangimento, e, comparando-se esses novos hábitos com a antiga obediência passiva, com antiga submissão muda a todas as ordens vindas da metrópole, características de todas as colônias dos Estados da Europa, principalmente na América Meridional, verifica-se que o espírito de exame e de discussão substituiu o respeito cego que se professava pela superioridade da Metrópole. É este um dos traços característicos dos costumes do Rio de Janeiro. Gente de todas as classes se entrega a conversações políticas e, nos grupos que formam, vêem-se eclesiásticos, oficiais, negociantes e operários.<sup>1403</sup>

As questões políticas encontravam ressonância em variados segmentos da sociedade civil carioca e certamente do país, em todos os seus extremos regionais, demarcando espaços e identidades sociais, práticas associativas, culturas políticas específicas e interpretações diversas sobre a realidade brasileira e o ideal de nação almejado.

A elite política hegemônica, ao segregar os interesses coletivos e mover ações dirigidas aos anseios de grupos diminutos de privilegiados, motivou um campo de manifestações sociais e políticas, representadas por variados segmentos da sociedade civil nascente, tipicamente urbana, concentrada em sua grande maioria nas capitais do país e que pode ser observado em todas as conjunturas políticas do contexto histórico imperial.<sup>1404</sup> Coloca-se como exemplo, um estudo realizado sobre panfletos, opúsculos e circulares vendidos ou distribuídos à população do Rio de Janeiro na década de 1860, publicados por homens de destaque na opinião pública carioca.<sup>1405</sup> Entre eles, encontravam-se políticos como Landolfo Medrado, Zacarias de Goés e Vasconcellos, Teófilo Benedito Otoni, jovens estudantes como Salvador de Mendonça, jornalistas como Carlos Bernardino de Moura, que antes havia participado do levante de Alagoas em 1845 e na Praieira em 1848, vindo a tornar-se professor e jornalista em Niterói na década de 1850 e Quintino Bocaiúva, um dos protagonistas civis da derrubada da Monarquia em 1889; todos, dispostos a reclamarem publicamente, em discursos “incendiários”, mudanças capazes de subtrair os entraves que emperravam a condução da sociedade brasileira na direção do progresso e da modernidade.

---

<sup>1403</sup> RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979, p. 223 apud BARATA, op. cit., p. 354.

<sup>1404</sup> Para a História política e social do Brasil Império há uma vasta bibliografia existente produzida a partir de diversas abordagens metodológicas de diversas correntes historiográficas, tanto para o 1º Reinado e o período regencial, quanto para o 2º reinado. Entre eles podemos citar as coleções de História Social do Brasil, 2º volume – *Espírito da Sociedade Imperial* e de História do Brasil, 4º e 5º volumes - *O Império e a ordem liberal*, ambas de Pedro Calmon; *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)* de Ronaldo Vainfas; *Da Monarquia à República: momentos decisivos* de Emília Viotti da Costa; *A Construção da Ordem* e *Teatro de Sombras* de José Murilo de Carvalho, bem como o livro *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*, organizado sob sua direção. Várias outras obras importantes encontram-se também relacionadas na bibliografia deste projeto de pesquisa.

<sup>1405</sup> BARBOSA, Silvana Mota. “Panfletos vendidos como *canela*”: anotações em torno do debate político nos anos 1860. In: CARVALHO, op. cit., p. 17-41.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Medrado, Canavarro, Justiniano J. da Rocha e Salvador tinham algo em comum: além do mesmo veículo para a divulgação de suas idéias, discutiram as questões relacionadas ao governo monárquico no Brasil, salientando os defeitos e méritos da estrutura política e dos homens que governavam o Império.<sup>1406</sup>

Estas “*questões relacionadas ao governo monárquico*” concentravam ataques ao poder Moderador, à corrupção eleitoral, às tradições monárquicas européias, a inviolabilidade da figura do monarca, ao Senado vitalício, ao Conselho de Estado e aos gabinetes ministeriais conservadores. Agiam em defesa de um regime representativo e constitucional, das instituições liberais e democráticas. Reformas eleitorais, contendas partidárias, radicalismo político e recrudescimento do republicanismo, levarão mais tarde ao estado de agonia da monarquia e da escravidão no país.<sup>1407</sup>

Como se pode perceber, a edificação de um Estado instituído sob bases constitucionais de orientação liberal, mesmo que “filtradas pelas pálidas luzes portuguesas” proporcionara certa abertura democrática, suficiente para promover canais de interação entre a sociedade política e a sociedade civil em espaços de sociabilidade específicos: criaram-se partidos, assembléias, conselhos, compromissos eleitorais, órgãos de imprensa e sociedades das mais diversas naturezas. No entanto, os entraves ao projeto civilizador repousavam sobre um passado de traços regionalistas pungentes, cuja estrutura econômica apoiava-se sobre uma base agrário-escravista de três séculos, responsável pelas principais receitas do Estado imperial, com todas as suas vicissitudes socioculturais de fortes traços coloniais. A elite política, econômica e cultural do Império mostrou-se “mais preocupada em preservar a ordem e a tranqüilidade pública do que em garantir a liberdade e a igualdade perante a lei de todos os indivíduos.”<sup>1408</sup>

---

<sup>1406</sup> *Ibidem*, p. 164.

<sup>1407</sup> CARVALHO, José Murilo de. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: CARVALHO, op. cit., p. 17-41. A década de 1860 no Rio de Janeiro representou um período de efervescente debate político e manifestações públicas despertadas por uma série de eventos políticos que se iniciara com a reforma eleitoral, favorável ao retorno dos liberais ao poder. Carvalho resume o momento evocando Joaquim Nabuco por referir-se ao fato como uma “uma maré democrática”. Entravam em cena políticos liberais como os irmãos Cristiano e Teófilo Otoni, Nabuco de Araújo e Zacarias de Gois e Vasconcelos responsáveis pela criação do Partido Progressista em 1864. Este último ao presidir três gabinetes ministeriais trava em 1866 uma briga com o conservador Caxias, em decorrência dos acontecimentos da Guerra do Paraguai, que levará D. Pedro a substituir todo o ministério pelos conservadores, tidos como vermelhos ou ortodoxos. Carvalho demonstra os vários tipos de manifestações da opinião pública carioca e de outras cidades em conferências públicas sobre o momento político do país entre as décadas de 1850 e 1870.

<sup>1408</sup> VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 95. A citação foi retirada do verbete “*boa sociedade*”, termo que designava os círculos restritos da sociedade carioca compostos de intelectuais, grandes proprietários, funcionários públicos graduados, o clero, militares de alta patente, magistrados e políticos em contraposição à arraia-miúda de trabalhadores livres e libertos, além da grande soma de escravos, desprovidos de quaisquer direitos. O texto coloca que a “*boa sociedade*”, ao monopolizar os preceitos constitucionais de liberdade e propriedade e confundi-los com a própria elite política, pretendeu ordenar um *país real*, de acordo com uma imagem de civilização inacessível aos demais habitantes,

10 a 13 de maio de 2010

Dentro do universo urbano, no tocante à postura do Estado quanto às categorias sociais, as iniciativas legais aplicadas ao controle e ordenamento das organizações civis datam do período joanino. Com o alvará de 30 de março de 1818, proibia-se a existência de sociedades secretas. Já neste momento verifica-se a ação tutelar do Estado obrigando as associações a submeterem seus estatutos à apreciação da autoridade competente. Mais tarde, uma Legislação de 20 de outubro de 1823, revoga o alvará anterior, mas mantém a proibição sobre sociedades secretas, sendo consideradas ilegais aquelas “[...] que não participarem ao governo a sua existência, os fins gerais da associação, com protesto de que não se opõe à ordem social, ao sistema constitucional e à religião cristã [...]”.<sup>1409</sup>

O funcionamento destas sociedades estaria sujeito a aprovação das autoridades policiais que deveriam ser comunicadas da criação da associação no prazo máximo de 15 dias após a primeira reunião.

A lei passava então a graduar as penas em que incorriam quem a desobedecesse. As associações com fins subversivos da ordem social e do regime constitucional que tivessem feito falsas declarações ao governo ou não as houvessem feito seriam consideradas “conventículos sediciosos” e, se tivessem iniciado a por em prática ações neste sentido, seus líderes seriam condenados à morte natural, cabendo aos demais membros pena de degredo para galés ou degredo perpétuo caso não tivessem mostrado ato algum subversivo.<sup>1410</sup>

O rigor das punições e o peso da legislação sobre as formas associativas da população tinham o objetivo claro de limitar meios de expressão política através de espaços organizados de sociabilidade, prevenindo ações conspiratórias contra a ordem vigente no país recém independente.

No reinado de D. Pedro II, a primeira iniciativa legal relacionada às associações data de 3 de dezembro de 1841, com a Lei de nº 261 que reformara o Código Penal. Entre suas disposições, o artigo 4º observava a responsabilidade das autoridades policiais de manter a fiscalização acerca de sociedades secretas em seus respectivos distritos. Outro instrumento legal que teve efeitos sobre a criação de associações foi o decreto nº 575, de 10 de janeiro de 1849, que estabelecia regras para a incorporação de sociedades anônimas.<sup>1411</sup>

Por fim, a Lei nº 1083 de 22 de agosto e o Decreto nº 2.711 de 19 de novembro de 1860, terminavam com a liberdade de associação de quaisquer sociedades civis, submetendo

---

que não ultrapassou o plano das boas intenções, na tentativa de se alcançar uma *sociedade ideal*.

<sup>1409</sup> BRASIL. Lei de 20 de outubro de 1823, art. 4. Apud FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2008, p. 56.

<sup>1410</sup> *Ibidem*.

<sup>1411</sup> *Ibidem*, p. 59.

seus estatutos à Seção de Negócios do Conselho de Estado para sua apreciação, no caso de fundação ou de alterações regimentares. É neste momento também que se verifica um recrudescimento do associativismo na capital, ocorrendo para o período entre 1860 e 1882, ano da revogação da Lei 1083 e do Decreto 2711, cerca de 485 registros de sociedades na Seção de Negócios.

Considerando que a atuação de indivíduos no esforço de se associarem integram elementos de cooperação com outros indivíduos para se atingir determinados fins, pode-se indagar até que ponto a dimensão política é determinante para a definição das identidades coletivas e por que o Estado resolve intervir no livre associativismo através de mecanismos legais a partir de 1860. Quais injunções políticas levaram o poder público a tal atitude? Se orientar por estas questões significa lançar um olhar sobre a forma como o Estado se comportou no trato à liberdade de associação, de acordo com os interesses em jogo e o poder de representatividade e pressão que os agentes sociais foram capazes exercer para fazer valer seus interesses.

A partir de informações existentes em exemplares do *Almanak Laemmert* entre os anos de 1884 e 1899, constata-se o registro de 640 associações no Rio de Janeiro, classificadas entre clubes, sociedades carnavalescas, de auxílio mútuo, de beneficência, irmandades e agremiações culturais, entre outras. Um universo considerável de entidades que publicavam no almanaque informações sobre a sua fundação e funcionamento. Contudo, há que se considerar a possibilidade de inferência sobre a provável existência de um número ainda maior destas associações distribuídas pela capital do Império, com destaque a um efetivo crescimento a partir de 1850. Para se ter uma idéia, constata-se a existência de 177 registros, somente de associações beneficentes em funcionamento na capital do Império entre 1860 e 1887. A Lei de 1860 vem a contribuir satisfatoriamente para o aumento do número de associações na capital do Império

[...] parece razoável supor que o advento da lei de 1860 tivesse não somente estimulado a criação de novas sociedades, mas também incitado à organização do mundo do trabalho, principalmente diante do aumento de quase 50% no número de associações fundadas na década de 1870. Em segundo lugar, quando comparadas a porcentagens das associações de ofícios e das associações de imigrantes/comemorativas [...] indica um mercado de trabalho em constante disputa entre nacionais e estrangeiros, no momento de transição para formas assalariadas de produção, acirrada sobretudo, pela intensificação da política de imigração, como pode ser visto nos cerca de 25% de associações de imigrantes.<sup>1412</sup>

<sup>1412</sup> JESUS, Ronaldo Pereira de. Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado. *Locus Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 24, p. 144-170, 2007, p. 154. O historiador da Universidade de Ouro Preto – UFOP, apresenta neste artigo resultados parciais do projeto “Solidariedades horizontais no Império: o fenômeno associativo no Brasil monárquico escravista e a crise dos



Na capital do Império, as associações civis passam a carecer de parecer final do imperador para poderem se instalar. Nas províncias, a responsabilidade caberia ao seu presidente.

Os estatutos deveriam ser enviados à autoridade competente especificando o nome da entidade, a sua sede, os seus fins, a duração prevista, o valor da contribuição mensal, a forma como se pretendia empregar os fundos sociais, os serviços prestados, as atribuições dos administradores e da assembléia geral, o modo de administração, as condições para a nomeação e elegibilidade dos membros e finalmente os critérios para admissão dos sócios, bem como o número destes.<sup>1413</sup>

Percebe-se que as prerrogativas legais davam aos conselheiros ou às autoridades provinciais poderes para intervirem de forma direta nos estatutos das agremiações, submetendo-os aos rigores específicos da Lei. Para a capital do Império, a forma de intervenção exercida pelo Conselho de Estado pode ser entendida pelo fato do auxílio mútuo e a beneficência significarem instrumentos de ação privada em questões de ordem pública. Tal prerrogativa justifica-se, portanto, aos olhos dos legisladores, como intervenções legais condizentes às responsabilidades do Estado, embora carentes de maiores investimentos estatais, dada a natureza liberal do regime. Condição que reduzia consideravelmente os investimentos públicos destinados às agremiações, forçando-as a buscarem recursos na comunidade civil, também prejudicada pela precariedade de vida da maioria da população.

Muitas eram as preocupações dos conselheiros da Seção de Negócios do Conselho de Estado com a viabilidade financeira e a perenidade das agremiações. A ação regulatória dos conselheiros acusava uma predileção para agir em nome da lei e a favor da proteção do povo contra “possíveis aproveitadores”. Apreciando os estatutos da fundação da Sociedade de Beneficência Amparo das Famílias, o conselheiro relator indefere o documento, alegando que os auxílios pleiteados pela agremiação não seriam possíveis de serem prestados, face as limitações de arrecadação junto aos sócios.<sup>1414</sup>

Se fosse livre a organização das sociedades, seria de sua própria inexperiência que teriam de queixar-se os iludidos por tão pomposas promessas; porém, tendo o Governo de aprimorar os Estatutos, incorreria em responsabilidade moral,

---

*mecanismos de domínio senhorial (1860-1889)*, desenvolvido junto ao Núcleo de Pesquisa Impérios e Lugares no Brasil do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, sob sua coordenação e de Cláudia M. R. Viscardi – UFJF.

<sup>1413</sup> DE LUCA, Tânia Regina. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto, 1990, p. 14.

<sup>1414</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). *Topoi – revista de história*. Rio de Janeiro, v. 9, nº 16, p. 117-136, jan.-jun. 2008, p. 123.

10 a 13 de maio de 2010

concorrendo para que a autoridade de seu nome servisse para favorecer tais planos.<sup>1415</sup>

Décadas mais tarde, em 1922, sob os auspícios do regime republicano, o governo federal e a municipalidade carioca, lançam um livro intitulado *Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro: história e estatística*. O objetivo central de tal obra era fazer um levantamento, o mais completo possível, das associações de diversas naturezas, de caráter essencialmente assistencial. No que diz respeito à organização das agremiações e a extensão dos serviços realizados pelas entidades, a realidade que se observava era a seguinte: “os trabalhos de assistência são executados em fragmentos, parceladamente, sem rigor do método, sem a cooperação eficaz, sem a organização inteligente dos auxílios recíprocos e dos resultados compensadores.” Para dar conta dos problemas existentes, as autoridades governamentais reconheciam a necessidade do poder público instruir e arregimentar as várias sociedades assistenciais que se espalhavam pela cidade, condição outrora realizada pelo governo imperial entre os anos de 1860 e 1882.

É neste ponto que se justifica o recorte espacial e temporal do objeto em foco, como uma possibilidade de responder determinadas questões relevantes para a produção do conhecimento histórico: os socorros mútuos, por agir na esfera pública a partir de estratégias privadas, desperta um campo amplo de possibilidades de canais de comunicação da comunidade civil com a sociedade política; os interesses por parte de cada um desses agentes históricos; as relações verticais e horizontais de solidariedade e os espaços de sociabilidade que estes eventos se manifestam.

Acerca do que se pode entender sobre a natureza e os objetivos das sociedades de socorros mútuos, uma classificação possível é reconhecê-las como: “associações formadas voluntariamente com o objetivo de prover auxílio financeiro a seus membros em caso de necessidade”.<sup>1416</sup> Definição que adota um caráter abrangente no universo associativo cuja finalidade destina-se ao amparo daqueles que se encontram em situação de risco social e que espontaneamente integram uma sociedade voltada para seu socorro. Nas disposições legais estabelecidas pelo decreto 7211 de 1860, capítulo VIII, art. 31: “das sociedades de socorros mútuos”, são reconhecidas como tal, as entidades que, por objetivo único, prestem auxílio temporário aos seus sócios no caso de afastamento de suas funções de ganho por enfermidade

---

<sup>1415</sup> Ibidem.

<sup>1416</sup> SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. As Sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940). Tese de Doutorado em História – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004, p. 17.

ou inutilidade, e em casos de falecimento, no que diz respeito às despesas de seu funeral. Pelos estatutos da Sociedade Brasileira de Beneficência, em seu artigo 2º, sua finalidade consiste em beneficiar seus membros em “*quaisquer condições de vida necessitarem e requererem o socorro social*” em seu favor ou de sua família.<sup>1417</sup> Condição que se aplica também às beneficentes, caso os auxílios porventura sejam estendidos a pessoas necessitadas que não sejam membros associados e nem seus familiares.

Ao propor um exame das experiências associativas entre trabalhadores, imigrantes e libertos na capital do Império, defrontamos com vários tipos de sociedades civis, tais como: socorros mútuos, beneficentes, irmandades, monte pios, filantrópicas, carnavalescas, religiosas, grêmios recreativos, seguradoras, esportivas, educacionais e literárias.

O hábito de associar-se na cidade do Rio de Janeiro era algo facilmente observável. Essa cultura associativa manifestou-se de forma mais intensa nas últimas décadas do século XIX e perpetuou-se durante a Primeira República.<sup>1418</sup> Segundo levantamentos, a média percentual entre as décadas de 1860 e 1880, da população masculina adulta brasileira associada na cidade do Rio de Janeiro, esbarra nos 18%, perfazendo um número considerável de pessoas envolvidas em sociedades. Para se ter idéia, estima-se para o mesmo período, na cidade de Porto Alegre, um percentual de 5,25%.<sup>1419</sup>

Os pareceres da Seção de Negócios do Conselho de Estado sobre as entidades privadas contemplam um universo documental de suma importância para a construção da história do associativismo no Brasil.<sup>1420</sup> Dentro da estrutura política do Império, uma pequena elite letrada constituída em sua maioria de destacados políticos e magistrados, compunha uma das mais importantes instituições do poder monárquico: o Conselho de Estado. Visto por muitos como “o cérebro da Monarquia”<sup>1421</sup>, seus conselheiros intervieram nos mais variados assuntos de maior relevância decisória para os monarcas ao longo de todo o Primeiro e Segundo Império. Na função de órgão consultivo do poder Moderador, o Conselho se tornou

---

<sup>1417</sup> Seção de Negócios do Conselho de Estado. Consulta de 9 de março de 1861 sobre os Estatutos da Sociedade Brasileira de Beneficência. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, caixa 528, pac. 3, env. 2, doc. 34.

<sup>1418</sup> BATALHA, Cláudio H. M. *Cultura associativa do Rio de Janeiro da Primeira República*. In: \_\_\_\_\_; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004.

<sup>1419</sup> VISCARDI, op. cit., p. 119.

<sup>1420</sup> Documentos oficiais do governo imperial, cuja natureza evidencia não só a oportunidade de se mensurar o universo associativo da cidade do Rio de Janeiro, como nos oferece um campo significativo de estudo sobre as relações que envolvem sociedade civil e sociedade política. O material, disponibilizado no Arquivo Nacional na cidade do Rio de Janeiro, consiste em documentos do Conselho de Estado (1841-1889), mais precisamente as consultas feitas pelas sociedades à Seção de Negócios do Conselho de Estado, requerendo do governo imperial autorização para sua continuidade do funcionamento, para fundação ou em casos de reforma de seus estatutos.

<sup>1421</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem / Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996, p. 357.

10 a 13 de maio de 2010

um dos mais reconhecidos instrumentos de preservação do poder monárquico constituído de um corpo de elementos de vasta experiência política e jurídica, reconhecidamente competentes aos olhos de considerável parcela da sociedade para atuar sempre que houvesse a necessidade de tomada de grandes decisões. Após o *Regresso* em 1841, o Conselho seria restaurado, com suas funções ampliadas:

aconselhar o imperador, sempre que este devesse exercitar algumas de suas atribuições privadas, como debater quedas de ministérios, reformas legislativas e tratados de paz; elaborar regulamentos e fornecer pareceres a respeito de questões técnicas, sobre as quais o governo deveria decidir; e atuar como tribunal administrativo.<sup>1422</sup>

Assuntos sobre trabalho livre e escravo, instrução e saúde pública, direitos civis e políticos, como também estabelecer procedimentos para regular as manifestações associativas da iniciativa privada, faziam parte das preocupações do Conselho, o que nos permite avaliar a dimensão do posicionamento da elite política sobre determinadas questões de ordem social reclamadas por setores organizados da sociedade.

O tipo de Estado-nação idealizado pelos conselheiros mirava-se nas nações européias. Conforme demonstra Carvalho

As atas revelam com clareza posição eurocêntrica. Pode-se dizer que os conselheiros em sua totalidade estavam convencidos de que o Brasil pertencia à esfera da civilização cristã européia e de que todo o deveria ser feito no sentido de conformá-lo aos padrões desta civilização. As expressões “mundo civilizado”, “nações civilizadas”, “civilização”, ou mesmo a mais antiquada “luzes”, são frequentemente empregadas. Como consequência, era também por todos considerada legítima a referência a países europeus, seja para esclarecer problemas nacionais, seja para fundamentar problemas de legislação.<sup>1423</sup>

É interessante notar entre os pareceres dos conselheiros a utilização de palavras como “civilizar”, “civilidade” ou “civilização” como referência às funções dentre as quais as sociedades deveriam valer-se para engajar as pessoas dentro dos preceitos morais e dos bons costumes. Como exemplo, podemos citar a Sociedade Brasileira de Beneficência, reconhecida pelos conselheiros por “favorecer os sentimentos morais, de civilização e caridade...”. Muitas sociedades preocupavam-se em manter estatutariamente este compromisso, como é o

---

<sup>1422</sup> VAINFAS, op. cit., p. 165-166. Verbete “*Conselho de Estado*”, de autoria de Keila Grimberg. Outra referência é Maria Fernanda Vieira Martins que desenvolve um amplo estudo sobre o Conselho de Estado em sua tese de doutorado e também em artigos publicados. MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Tese de Doutorado em História Social – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005. \_\_\_\_\_. A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. *Topoi – Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 178-221, jan.-jun. 2006.

<sup>1423</sup> *Ibidem*, p. 364-365.

caso da Sociedade Auxiliadora dos Alfaiates ao expor os objetivos da entidade: “oferecer pensões para herdeiros dos associados, sanar suas enfermidades e *civilizar* aqueles que exerciam a ‘arte de alfaiate’”.<sup>1424</sup>

A expressão *civilização* foi uma das mais utilizadas pelas elites políticas, médicas, jurídicas, literárias e religiosas do Brasil Império como significado de progresso material, de ordenação do trabalho e da produção. Nos dicionários de época, noções de civilidade representavam polidez, urbanidade, boa educação e boas maneiras, comportamentos típicos das sociedades européias para servirem de contraste com os comportamentos grosseiros do povo rude das camadas populares. Civilizar significava dirigir-se ao progresso material, respeitar os valores morais e familiares contra os hábitos desregrados da população.<sup>1425</sup>

Portanto, é possível captar as formas com as quais as associações buscaram meios legais para legitimar-se, a partir da incorporação de valores disseminados na sociedade, e de como procuraram por estas formas uma aproximação com o Estado.

As associações eram entidades de direito privado, mas que detinham uma função de utilidade pública, fazendo com que o Estado atuasse como regulador e normatizador das regras associativas. Por isso, torna-se necessário compreender como a idéia de auxílio mútuo, assistência e proteção social foi pensada, constituída e materializada pelos sujeitos históricos em foco – trabalhadores, imigrantes, libertos, profissionais liberais, magistrados, políticos – a partir do momento que o governo imperial, por sua força executiva e pelo poder moderador, instituiu instrumentos regulatórios dos organismos coletivos da sociedade civil.

Identificar os interesses políticos e materiais existentes entre os indivíduos e suas organizações coletivas, permite-nos uma compreensão mais clara sobre as competências públicas e privadas que emergem das relações entre o Estado e a sociedade civil. Para tanto, faz-se necessário um mergulho nas relações sociais tramadas pelos sujeitos históricos em seus espaços de sociabilidade sem perder de vista os significados da moral e da ética social existentes na formação de identidades coletivas.

Ao eleger como palco dos eventos políticos e sociais a cidade do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1860 e 1880, conseguimos perceber como se manifesta o fenômeno associativo e sob quais aspectos são estabelecidos os veículos de comunicação com as esferas públicas de poder. No caso das sociedades civis, um canal direto de contato se abre com a legislação de

---

<sup>1424</sup> LACERDA, David P. *Experiência associativa no Império*. Sociedades mutuais de trabalhadores livres no Rio de Janeiro (segunda metade do século XIX). 2008. 8f. Trabalho apresentado no XIII Encontro de História – ANPUH/Rio no Rio de Janeiro, ago. 2008, p. 2. Grifo nosso.

<sup>1425</sup> VAINFAS, op. cit., p. 141-143. Verbetes “*civilização*”, de autoria de Martha Abreu.

10 a 13 de maio de 2010

1860, como já enfatizado, possibilitando ao governo imperial definir regras e parâmetros legais para o direito de associação. Por outro lado, é possível investigar os organismos representativos e as formas com as quais os sujeitos históricos mantinham seus códigos de identificação e compromisso mútuo através de redes de solidariedade.

À medida que a sociedade civil tornava-se cada vez mais complexa e o seu tecido social abrangia um conjunto de categorias sociais muito mais amplo e diversificado, surgiam uma série de necessidades reais, cujas conseqüências interferiam no modo como se relacionavam os indivíduos e suas representações políticas. Ao requerer pra si a gerência sobre a ordenação e organização das sociedades civis o governo imperial institui um braço direto de ação na sociedade civil. O decreto 7211 de 1860 em suas disposições gerais, reforça esta idéia:

**Art. 51.** Os Ministros competentes e os Presidentes das Províncias, por meio dos Fiscais dos Bancos, de Comissões especiais ou de outros Agentes de sua escolha, poderão proceder ordinariamente em épocas certas, ou extraordinariamente quando o serviço Publico o exigir a **quaisquer exames nos livros, e estabelecimentos dos Bancos, Companhias, ou Sociedades** de que trata a Lei nº 1.083 de 22 Agosto de 1860, e as suas administrações, **Diretorias ou Gerencias são obrigadas a franquear e facilitar tudo que for necessário para os referidos exames**, sob as penas do art. 7º da mesma Lei, e de lhes ser cassada a autorização.<sup>1426</sup>

Para o caso específico das sociedades de socorros mútuos e beneficentes, o Estado justifica sua ação regulatória na defesa do interesse público ao fiscalizar as instituições privadas de auxílio social. Ao atuar como guardião da lei e do funcionamento das sociedades, o governo imperial a partir de seus agentes, intervém na prática associativa redefinindo todo um campo de relações antes restrito às formas autônomas de organização, num o esforço em ordenar e exercer controle sobre organismos civis de domínio público. Seguindo as regras instituídas, a Seção de Negócios ao examinar os estatutos da Sociedade Francesa de Socorros Mútuos em 1861, por conta do pedido da mesma para continuar em exercício, dá parecer favorável, *“com tanto que seja esclarecida a resolução do artigo 6º, parágrafo 2 e dos art. 12º e 14º, e reconsiderada a disposição do art. 10º que não pode ser aprovada como se acha redigida.”* Para finalizar a consulta, os conselheiros alertavam para *“a obrigação de não poder por em execução qualquer inovação que queira adotar em seus estatutos sem a prévia autorização do governo imperial.”*<sup>1427</sup>

<sup>1426</sup>Decreto nº 2711 de 19 de dezembro de 1860. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>. Acesso em 15/10/2009. Grifo nosso.

<sup>1427</sup>Seção de Negócios do Conselho de Estado. Consulta de 13 de março de 1861 sobre os Estatutos da Sociedade Francesa de Socorros Mútuos. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, caixa 528, pac. 10, env. 2, doc. 35.

Prática exercida em outros exames realizados pela Seção de Negócios que ao aprovar os estatutos da Sociedade Brasileira de Beneficência em 1860, entendia que “*a suplica da dita sociedade está nos termos de ser atendida, pois só em nada contradiz as leis do Estado, ou o público interesse, mas antes fornecem os sentimentos morais, atos de civilização e caridade que convém defender.*”<sup>1428</sup> Assinavam os conselheiros José Antonio Pimenta Bueno, o Marques de Olinda e o Visconde de Sapucahy. Nota-se por essa idéia, que as sociedades de socorros mútuos e beneficentes surgem a partir de estratégias privadas, mas agem em esferas de interesse público, estabelecendo mecanismos de comunicação com o Estado numa dimensão que extrapola o sentido puramente econômico, ligado às demandas materiais, ou seja: as transformações promovidas pelo desenvolvimento capitalista no período em foco são insuficientes para se compreender o universo associativo, seus códigos, sua linguagem e seus símbolos dentro da trama que se estabelece em determinada conjuntura com as forças políticas e sociais. Faz-se necessário dissecar as culturas políticas, os valores e comportamentos individuais, as identidades coletivas existentes dentro do tecido social, representado pelas associações.

A cultura associativa determina regras de convivência, conduta e disciplina que determina a identidade coletiva, mesmo quando o tipo de organização não estabelece previamente uma identidade social específica, tal como ocorre nas sociedades de categorias profissionais, étnicas ou religiosas. Nas “sociedades gerais” pode haver maneiras de se construir identidades coletivas pautadas em preceitos morais, boa índole e conduta social, implicadas em não cometer crimes contra a vida, a honra e a propriedade. Assim o faz em 1882 a Sociedade Pedro Álvares Cabral, fundada em 1880, nos artigos 4º, parágrafos 1 e 3, e no artigo 13º, parágrafo 1.<sup>1429</sup> O artigo 2º dos seus estatutos ao estabelecer: *Será composta de ilimitado numero de sócios, de ambos os sexos, sem distinção de nacionalidades, logo que se achem nas condições prescritas nestes estatutos*<sup>1430</sup>. Tais condições denunciam formas de conduta que forjam determinada identidade associativa, como nos momentos comemorativos, no caso específico, data do descobrimento do Brasil, colocado como um dos fins da

---

<sup>1428</sup> Seção de Negócios do Conselho de Estado. Consulta de 9 de março de 1861 sobre os Estatutos da Sociedade Brasileira de Beneficência. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, caixa 528, pac. 3, env. 2, doc. 34.

<sup>1429</sup> **Art. 4º** Para ser admitido sócio desta sociedade é necessário: § 1º Ser proposto por um sócio, o qual declarará na respectiva proposta o nome, idade, estudo, profissão, naturalidade e residência do candidato. § 3º Ser de condição livre e de bom comportamento. **Art. 13.** Perdem o direito de sócios: § 1º Os que forem condenados por crimes contra a vida, a honra, a propriedade e os bons costumes. Decreto n. 8389 de 28 de janeiro de 1882. Aprova os estatutos da Sociedade Beneficente Pedro Álvares Cabral. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/sicon/PaginaDocumentos.action>. Acesso em 15/10/2009.

<sup>1430</sup> Decreto n. 8389 de 28 de janeiro de 1882. Aprova os estatutos da Sociedade Beneficente Pedro Álvares Cabral. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/sicon/PaginaDocumentos.action>. Acesso em 15/10/2009.

Sociedade, juntamente com os serviços de assistência. Essa característica é marcante em várias associações, muitas delas com denominações de data em seus nomes.<sup>1431</sup>

No que concerne ao caráter imediato do auxílio mútuo, seu sentido reside não na relação direta entre capital e trabalho, entre o produtor e o capitalista, mas no âmbito da relação da força de trabalho, momento mesmo em que o trabalhador se distancia do processo produtivo. As sociedades de socorros mútuos cumprem funções de securitização dos fatores subjetivos (doenças, acidentes) de risco dos trabalhadores, enquanto as mudanças técnicas e econômicas relacionam-se a fatores objetivos do risco social.<sup>1432</sup> A força associativa pode servir também como possibilidade de integração de sujeitos deslocados do mercado de trabalho, das organizações sindicais de luta operária, não deixando, contudo, de servir como instrumento de resistência aos abusos do capital.

Chama a atenção o caráter previdenciário e securitário das associações como solução de problemas sociais ante a ausência de políticas de assistência social por parte do Estado. Destinadas a assegurar a sobrevivência de homens e mulheres pobres, em sua maioria trabalhadores, o mutualismo e a beneficência em grande medida caracterizam-se por espaços de sociabilidades decorrentes das carências materiais percebidas num contexto de transformações econômicas e sociais sujeitadas a um sistema político orientado por uma ordem liberal.

[...] o mutualismo deve ser entendido como pertencente ao conjunto das experiências que se manifestaram concretamente em práticas de solidariedades horizontais, aglutinando homens e mulheres (em geral pobres e trabalhadores) e gerando uma cultura emergente, diante das transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas que marcaram o período.<sup>1433</sup>

A natureza previdenciária e assistencial destas sociedades fixam-se como modelo associativo de estratégias privadas, mas acabam por servir de base a iniciativas públicas de caráter assistencial já nas primeiras décadas do século XX, tendo como marco a Lei Eloy Chaves de 1923.<sup>1434</sup> Destarte, torna-se pertinente pensar de que forma as associações de

---

<sup>1431</sup> Alguns exemplos podem ser encontrados: Sociedade Primeiro de Dezembro (1862); Associação Nacional Vinte e Quatro de Setembro (1862); Sociedade Beneficente Dezoito de Julho (1872); Sociedade União Beneficente 29 de Julho (1872); Sociedade União Francesa Primeiro de Julho (1877).

<sup>1432</sup> DE LUCA, op. cit., p. 10; SILVA JÚNIOR, op. cit., p. 27.

<sup>1433</sup> JESUS, op. cit., p. 155.

<sup>1434</sup> DE LUCA, op. cit., p. 11. Centenas de sociedades civis de tipos e naturezas diversas começaram a surgir em número da vez maior a partir de 1850 permanecendo ativas até meados da década de 1930, como consequência direta de uma série de eventos políticos, econômicos e sociais que redimensionaram as formas organizativas da sociedade. No entanto, há um considerável declínio de associações de caráter mútuo e beneficente após a década de 1930 conforme salienta Tânia de Luca. A autora acredita que tal fenômeno da cultura associativa, existente entre trabalhadores, estaria ligado ao aparelho corporativo estatal frente a organização do trabalho e a



amparo e proteção social contribuíram para a construção de uma cultura política de assistência social no Brasil.

## Referências

BARATA, Alexandre Mansur. Constitucionalismo e sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro (1822-1823): a Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz e o projeto de Constituição para o Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 351-375.

BARBOSA, Silvana Mota. “Panfletos vendidos como *canela*”: anotações em torno do debate político nos anos 1860. In: CARVALHO, José Murilo (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BATALHA, Cláudio H. M. SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_. Cultua associativa do Rio de Janeiro da Primeira República. In: \_\_\_\_\_; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*, Campinas, v. 6, nº 10/11, p. 49-68, 1999.

CARVALHO, José Murilo (org.). *Cidadania no Brasil, o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *A Construção da Ordem / Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 8. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

DE LUCA, Tânia Regina. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto, 1990.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2008.

---

institucionalização pelo Estado de mecanismos de amparo social e previdenciário, tal como a legislação sobre os direitos trabalhistas que irá culminar na CLT em 1942.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

JESUS, Ronaldo Pereira de. Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado. *Locus Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 24, p. 144-170, 2007.

\_\_\_\_\_, Ronaldo Pereira. Associações de classe profissionais e beneficentes do Rio de Janeiro (1860-1889). *Diálogos, DHI/UEM*, v. 3, n. 3, 1999, p. 191-211.

LACERDA, David P. *Experiência associativa no Império*. Sociedades mutuais de trabalhadores livres no Rio de Janeiro (segunda metade do século XIX). 2008. 8f. Trabalho apresentado no XIII Encontro de História – ANPUH/Rio no Rio de Janeiro, ago. 2008.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Tese de Doutorado em História Social – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. *Topoi – Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 178-221, jan.-jun. 2006.

SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. *As Sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. Tese de Doutorado em História – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). *Topoi – revista de história*. Rio de Janeiro, v. 9, nº 16, p. 117-136, jan.-jun., 2008.

\_\_\_\_\_; JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil: a formação das tradições*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1.

## Elite e Estado no Brasil Pós 1964

### Índios e caboclos no caminho da Transamazônica (1970-1984)

César Augusto Martins de Souza\*

**Resumo:** A idéia equivocada de “vazio demográfico”, aliada a uma série de medidas autoritárias da Ditadura civil-militar, na construção da rodovia Transamazônica, ignorava os direitos de populações indígenas e de caboclos ribeirinhos, ocasionando conflitos, não apenas durante a construção da estrada, entre as populações tradicionais e os recém-chegados migrantes do Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil.

**Palavras Chave:** Transamazônica, populações tradicionais

No meio do caminho tinha uma pedra  
Tinha uma pedra no meio do caminho  
Tinha uma pedra  
No meio do caminho tinha uma pedra.  
Nunca me esquecerei desse acontecimento  
Na vida de minhas retinas tão fatigadas.  
Nunca me esquecerei que no meio do caminho  
Tinha uma pedra  
Tinha uma pedra no meio do caminho  
No meio do caminho tinha uma pedra.<sup>1435</sup>

De Estreito, no Maranhão até Lábrea, no Amazonas, é uma longa viagem, com longas estradas, às vezes sinuosas, outras entrecortadas por atoleiros, matas fechadas, animais selvagens, morros, penhascos, assaltantes, belas paisagens, poeira, rios, diferentes modos de vida inseridos em diferentes cotidianos, com habitantes de origens diversas. Viagem aparentemente surreal, quando se descreve em detalhes, quando se conta histórias, muitas inverossímeis, numa inverossimilhança verídica.

Tal viagem foi feita, descrita, contada, narrada e problematizada, por jornalistas, sociólogos, e outros estudiosos, os novos viajantes da Amazônia, viajantes do século XX<sup>1436</sup>,

---

\* Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Antropologia pela UFPA. Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Organizador juntamente com Alírio Cardozo de *Histórias do Xingu; fronteiras, espaços e territorialidades (séculos XVII-XXI)*. Belém, Editora da UFPA, 2008. Email cesar@ufpa.br

<sup>1435</sup> Consultar ANDRADE, Carlos Drummond. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1988.

<sup>1436</sup> Utilizo a expressão “viajantes do século XX” como idéia complementar ao tema clássico na historiografia da Amazônia sobre os viajantes dos séculos XVII, XVIII e XIX. Os novos viajantes, ou viajantes do século XX, como problematizo no texto, viajavam com objetivos muito diferentes dos viajantes de séculos anteriores. Em

quando a Ditadura Militar sob o governo do general Médici resolveu iniciar a construção da estrada que visava integrar a região ao restante do país, mas no sentido Leste-Oeste e não Norte-Sul como muitos acreditariam ser mais adequado.

Assim, iniciou-se, em 1970, o gigantesco empreendimento, dentro das chamadas políticas de Brasil Grande, que, segundo Médici, iriam resolver os problemas dos nordestinos flagelados pela seca com a transferência para os chamados “vazios demográficos” da Amazônia. A idéia de vazio demográfico, porém, partia do pressuposto que desconsiderava as populações tradicionais no interior da Amazônia nas áreas abrangidas pelos projetos de colonização da Transamazônica.

A História, como disciplina, abre múltiplas possibilidades de interpretação e a visão diferenciada sobre determinado acontecimento, como sustenta Darnton<sup>1437</sup>, pode alterar a compreensão e os significados destes. Entretanto, não cabe simplesmente apontar verdades como algo absoluto ou hermético, como se os acontecimentos possuíssem um significado, uma interpretação unívoca a ser compreendida pelo historiador, pois, como afirma Ginzburg<sup>1438</sup>, o trabalho do historiador é entrecortado por muitas lacunas não apenas narrativas como também de fontes e, nesse sentido, é realizado entre provas e possibilidades.

Em outro texto, Ginzburg<sup>1439</sup> defende que o trabalho do historiador é buscar indícios, como um detetive, que relacionados entre si, possam levá-lo a reconstruir analiticamente os fios que unem o passado e assim, tornar compreensível o mesmo, através de uma multiplicidade de fontes e interpretações.

Tais divagações são importantes para problematizar a Transamazônica, refletir sobre os debates em torno de sua construção, mobilização de pesquisadores, articulistas, ensaístas e autoridades governamentais, que divergiam em diversas questões importantes como saúde, viabilidade econômica, integração nacional, ocupação da Amazônia, transferência de populações do Nordeste. Estes temas afloravam na maioria dos debates através de sujeitos de diferentes origens ligados a setores variados da sociedade, ufanistas, críticos e aqueles que observavam a distância, sem assumir deliberadamente um posicionamento ante um dos grandes projetos de Médici

---

estudo posterior pretendo dialogar especificamente sobre este tema, pois creio ser necessário um diálogo mais específico sobre a problemática que não seria possível neste artigo devido ao enfoque na saúde e doença a partir da visão de quatro jornalistas, os quais denomino novos viajantes da Amazônia.

<sup>1437</sup> DARNTON, Robert. “Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica.” In: O beijo de Lamourette. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>1438</sup> GINZBURG, Carlo. “Provas e possibilidades à margem de ‘Il retorno de Martin Guerre’ de Natalie Davies” In: A Micro-História e outros ensaios. Lisboa, Difel, 1989, pp. 179-202.

<sup>1439</sup> GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais –Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Juntando, contudo, os fios, as provas, os debates, fica evidente que há temas ausentes, quase-ausentes ou categorias invisíveis nos debates sobre o projeto e que precisam ser melhor problematizados para que se possa examinar sob diferentes ângulos a construção e consolidação da Transamazônica como um projeto de integração nacional e de resolução dos crônicos problemas da seca do sertão do Nordeste.

Como diria o poeta, na vida amazônica tida como um imenso vazio demográfico, havia uma pedra no meio do caminho, várias pedras, na verdade, que teriam de ser transpostas ou eliminadas para que se pudesse construir a estrada e os núcleos de colonização como se pretendia.

Estas pedras não precisavam necessariamente ser transpostas no campo político ou em meio as opiniões públicas e debates nos livros e meios de comunicação até porque se tratava de um governo autoritário que poderia “ignorar” ou “arrancar obstáculos”. As pedras estavam na própria Amazônia, esquecidas ou lembradas apenas como pedras a serem transpostas para concretização do projeto, mas antes de juntarmos os fios que ligam as pedras ao projeto é importante refletir sobre o projeto, sobre o que vinha a ser a Transamazônica.

### **Da “conquista” da Amazônia a Transamazônica**

Na concepção de Drosdoff, jornalista norte-americano que trabalhou durante o governo militar como correspondente no Brasil da *United Press International* (UPI)<sup>1440</sup>, o regime militar (que prefiro chamar de Ditadura civil-militar) em seus primeiros anos buscava romper com a política de investimentos dos presidentes recentes, sobretudo Juscelino Kubitschek, com intenso controle fiscal e austeridade nos gastos em obras públicas, evitando ainda conflitos com a imprensa, Igreja e outras importantes instituições.

Entretanto, buscando afirmar-se perante a opinião pública e construir enfrentamento não apenas a forças de oposição, como também a grupos militares contrários a seu governo, Médici depois de grandes investimentos em uma política desenvolvimentista, com a atração de capital de empresas estrangeiras e com a construção de diversas obras de infra-estrutura no Centro-Sul, resolve seguir uma lógica inversa à adotada até então e investir em uma obra considerada pelos críticos como faraônica: a construção de uma rodovia que rasgasse a

---

<sup>1440</sup> Daniel Drosdoff trabalhou durante boa parte do governo de Médici como correspondente da UPI e reunindo observações, marcadas pelas profundas impressões que guardou do período mais intenso da repressão, com entrevistas e documentos oficiais, escreveu, após retornar para os Estados Unidos um livro em que de forma lúcida busca analisar os principais eventos ocorridos no Governo Médici. Sobre o tema, consultar DROSDOFF, Daniel. *Linha dura no Brasil: o governo Médici, 1969-1974*. São Paulo, Global, 1986.

Amazônia de leste a oeste integrando-a ao Nordeste e integrando o Atlântico, no Brasil ao Pacífico, no Peru.

A notícia surpreendeu a muitos críticos, levando intelectuais e especialistas mas também as pessoas do governo como ministros, secretários, entre outros, a questionar o presidente-general que, contudo, estava decidido a iniciar imediatamente as obras. Os debates sobre a obra mais alardeada e propagandeada de Médici fervilhavam na imprensa, no meio acadêmico, na população e entre autoridades governamentais.

A Amazônia há muito tempo movimentava a imaginação nacional, desde relatos de viajantes, a obras literárias, e notícias sobre alguns acontecimentos que demarcam sua História. Os brasileiros discutiam o que fazer com a imensa selva, povoada na imaginação popular apenas por animais selvagens e ferozes, muitos rios e por etnias indígenas.

Analisando uma série de visões sobre a Amazônia, presentes em relatos de viajantes e na literatura, Neide Gondim,<sup>1441</sup> mostra como se centralizaram na criação de seres fantásticos, na indolência do homem amazônico, apequenado pelo meio e no ambiente hostil que oprime seres humanos com doenças e calor intenso fazendo aflorarem suas mais bestiais características e por isso mesmo, seria uma região quase despovoada, com grandes vazios demográficos.

Nesse sentido, a Amazônia habitava a imaginação dos brasileiros que, apesar de, geralmente, demonstrarem pouco conhecimento sobre a região, contavam uma série de histórias advindas dela e, muitos especialistas, debatiam a necessidade de ocupá-la efetivamente para que seu imenso patrimônio, com muitas riquezas minerais ainda não catalogadas, não fosse perdido para estrangeiros.

Na visão de Josué de Castro<sup>1442</sup>, a Amazônia se constituía em ambiente hostil, com um punhado de pessoas oprimidas pela natureza e que precisava de um projeto colonizador e civilizador que a integrasse ao restante do país e pudesse levá-la a desenvolver suas potencialidades.

Esta teria sido a mesma lógica que levara o Presidente a anunciar a construção imediata da rodovia e noticiada com grande repercussão e alegria pela *Folha de São Paulo*, sob o título “Arrancada para conquistar o gigantesco mundo verde”, quando da inauguração das obras por Médici, em Altamira, no Pará, município que se constituiu em eixo central do projeto:

---

<sup>1441</sup> Sobre o tema, consultar GONDIM, Neide. *A invenção de Amazônia*. Manaus: Valer, 2007.

<sup>1442</sup> Consultar CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

O general Médici presidiu ontem no município de Altamira, no Estado do Pará, a solenidade de implantação, em plena selva, do marco inicial da construção da grande rodovia Transamazônica, que cortará toda a Amazônia no sentido Leste-Oeste, numa extensão de mais de 3.000 quilômetros e interligará esta região com o Nordeste.

O presidente emocionado assistiu à derrubada de uma árvore de 50 metros de altura, no traçado da futura rodovia, e descerrou a placa comemorativa do início da construção. (...) Descerrou então uma placa de bronze incrustada no tronco de uma grande castanheira com cerca de dois metros de diâmetro, no qual estava inscrito:

Nestas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o Sr. Presidente da República dá início à construção da Transamazônica numa arrancada histórica para a conquista deste gigantesco mundo verde”.<sup>1443</sup>

Nesse sentido, a Transamazônica se constituiu em um símbolo importante no imaginário popular, sob o *slogan* governamental de um “Brasil Grande”. Era como a marcha para o Oeste dos Estados Unidos, segundo Velho<sup>1444</sup>, uma “inóspita” parte do Brasil a ser conquistada, quase como uma missão patriótica.

Desviando recursos da SUDENE para a Transamazônica, o governo pensava em ocupar as despovoadas terras da Amazônia com os flagelados nordestinos. Fica claro que o governo Médici, desconsiderava as populações existentes, bem como a necessidade de proteção às florestas tropicais, ao taxar a Amazônia de imenso vazio demográfico e planejar como, segundo Skidmore, de “absoluta prioridade” a construção de duas rodovias: a Santarém-Cuiabá e a Transamazônica.

Com tais medidas, Médici pretendia investir no Nordeste sem, contudo, retirar os investimentos do Centro-Sul, pois, na verdade ele não estava a investir no Nordeste e sim procurar investimentos em outros espaços para a população nordestina. Paralelamente, havia uma grande preocupação dos militares em ocupar a Amazônia, como uma região estrategicamente importante, sobretudo depois da descoberta de riquíssimas províncias minerais em seu subsolo, pois temia perder parte do território para incursões de japoneses, peruanos e venezuelanos, entre outros. Nesse sentido:

A rodovia Transamazônica tinha uma atração adicional. Era um desafio que os engenheiros do Exército poderiam atacar com agrado. Concentrando-se na estrada, Médici propôs-se uma tarefa formidável mas não impossível, pois o traçado do grandioso empreendimento tinha princípio e fim bem definidos. Podia ser visitado, fotografado e descrito. Como a construção de Brasília e da rodovia Belém-Brasília durante o governo de Juscelino, a abertura da Transamazônica tinha grande valor simbólico. Cortar a floresta espessa e construir uma estrada pioneira, seduzia muitos brasileiros, cuja visão romântica da Amazônia era bem parecida com a dos norte-americanos e europeus ocidentais.<sup>1445</sup>

<sup>1443</sup> A matéria em questão foi anunciada com destaque entre as manchetes da Folha de São Paulo, prenunciando o início de uma nova era, em sua concepção, para a Amazônia. FOLHA DE SÃO PAULO. “Arrancada para conquistar o gigantesco mundo verde”. São Paulo, 10 de outubro de 1970.

<sup>1444</sup> Consultar VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro: Difel, 1995.

<sup>1445</sup> SKIDMORE, Thomas, 1988, p. 291.

A simbologia evocada por Skidmore conduz a imagens da marcha para o Oeste dos Estados Unidos, metaforizada na Amazônia como a terra inóspita ser colonizada e desenvolvida. A Transamazônica era retratada nos meios de comunicação como um espaço de imagens fantásticas, a estrada rasgando o grande deserto verde, como na capa da Revista Manchete de 1972:

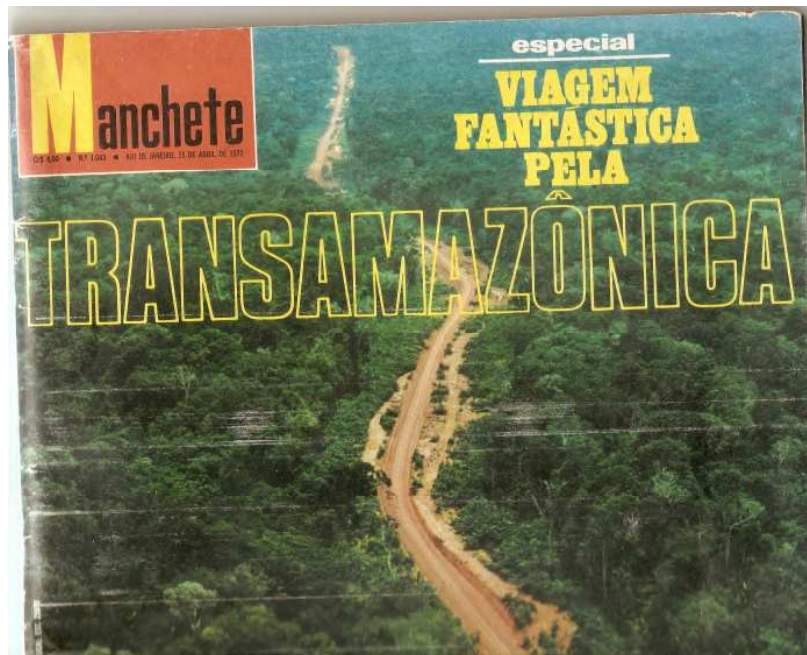


Figura 01: Transamazônica na Revista Manchete.<sup>1446</sup>

Nesse sentido, a Transamazônica era muito mais que um projeto de construção de uma rodovia, mas um projeto de colonização, de integração que pretendia resolver os problemas dos “homens sem terra” do Nordeste e Sul do país, com a ocupação por estes das “terras sem homens da Amazônia”. A idéia de vazio demográfico a ser ocupado pelos migrantes sulistas e nordestinos ignorava porém que havia “pedras” no caminho.

### **No meio do caminho tinha umas pedras**

O projeto da estrada avançava, entretanto os obstáculos surgiam, como a imensa selva a ser transposta, as doenças que trabalhadores e migrantes poderiam adquirir e, os habitantes

<sup>1446</sup> REVISTA MANCHETE. “Capa – Viagem fantástica pela Transamazônica”. Rio de Janeiro, No. 1043, 15/04/1972.



da região amazônica. Apesar de os discursos se referirem a Amazônia como deserto verde, vazio demográfico e terra sem homens, havia habitantes na região que a ocupavam e estes poderiam ser pedras no meio do caminho.

Em “Dois meninos na Transamazônica”<sup>1447</sup>, livro infanto-juvenil, repleto de ilustrações, Margarida Ottoni discute o problema do encontro intercultural entre os brancos imigrantes e os indígenas da região com a construção da estrada, pois os diferentes, até então mantidos distantes um do outro teriam de se encontrar e confrontar, nas disputas por espaços, identidades e territórios. Em sua narrativa, um menino indígena se perde dos pais e encontra um menino filho de um engenheiro da construção da estrada, que também se perdera e ambos passam por aventuras na floresta. O encontro, amigável entre duas crianças, oculta tensões ente seus pais que pensaram que o outro (os índios para os brancos e os brancos para os índios) havia capturado seus filhos:

“– Vejam! – disse, mostrando a cova, as pegadas e os cipós, - Meu filho é escravo de um homem branco!  
- Oh! – exclamaram os selvagens revoltados.”

E o engenheiro, do mesmo modo que o chefe indígena:

“– Vejam ! – gritou, erguendo a flecha. – Meu filho foi apanhado por um selvagem.  
- Oh! – exclamaram os trabalhadores revoltados.”<sup>1448</sup>

E da tensão, da quase guerra por um mal entendido nasceria a união entre brancos e índios que seria a própria idéia da Transamazônica, unir os diferentes de várias regiões do país com as populações nativas da Amazônia. Todavia, apesar do tom otimista da obra literária, a imprensa demonstrava preocupação com a presença de índios, não com o bem estar desses povos ou com a garantia de manutenção de seus modos de vida e sim com o obstáculo que poderiam se tornar ao empreendimento.

A Revista Veja, relata um episódio que teria ocorrido em Tucuruí-PA, em que os parakanã teriam invadido o acampamento de um sertanista que tinha por missão afastar os índios do caminho da estrada e, sem agredir ninguém levaram todos os objetos que encontraram e o texto (sem autor identificado) demonstra preocupação com a integridade física dos índios, dada a urgência das obras:

---

<sup>1447</sup> OTTONI, Margarida. *Dois meninos na Transamazônica*. Campo Grande, Conquista, 1972

<sup>1448</sup> OTONI, Margarida, *op cit.* p. 20 e 23.

10 a 13 de maio de 2010

...diante da palavra de ordem de que a estrada é irreversível e os índios têm de ser afastados, só lhes resta torcer para que esse resultado não desmereça a memória do marechal Rondon.<sup>1449</sup>

Várias notícias demonstravam preocupação com a integridade física dos trabalhadores da obra e temiam que houvesse matanças de índios como as muitas já perpetradas em nosso país, devido a reação destes frente aos trabalhadores. Jornais de grande circulação nacional como O Estado de São Paulo, expressavam em artigos e editoriais preocupação com os índios e os conflitos que poderiam ocorrer devido a problemas que várias etnias possuíam com brancos da região, como, por exemplo, havia, no município de Altamira-PA, entre índios e caçadores de gato maracajá e explica as estratégias que o governo adotava para evitar problemas com as obras:

“ não se sabe como reagirão os índios, ante o avanço das estrada através de suas terras. Acredita-se que a maior parte deles será afugentada pelo grande número de máquinas e trabalhadores. Entretanto, não é afastada a hipótese de uma tentativa de resistência por parte de alguma tribo mais numerosa. Entre os mais temidos estão os araras e os jurunas.

**Expedições**

Para tentar novos contatos com índios, procurando afastá-los do traçado da Transamazônica, partirão de Altamira 6 expedições: 3 no rumo de Itaituba e 3 na direção de Marabá. Elas estarão sempre à frente dos topógrafos e desmatadores.<sup>1450</sup>

Essas expedições, compostas por sertanistas, índios de etnias “pacificadas” e funcionários da FUNAI, buscavam afastar os índios do traçado da estrada, convencê-los de que seria necessário se retirarem para áreas mais distantes de onde seria construída a estrada e assim evitar conflitos com trabalhadores da obra. A Revista Veja no trecho que vimos anteriormente, alertava para o temor de que, caso os meios “pacíficos” não dessem resultado poderia vir a ocorrer mortes de indígenas dada urgência, determinada pelo governo, para a construção da estrada.

Caminhando pela estrada em vans, ônibus, a pé, ao longo de muitos municípios as margens da rodovia, pude ouvir várias narrativas de moradores sobre suas experiências vividas na região. Os conflitos com os índios era freqüente, alguns contaram que na região de Uruará-PA, houve muitos ataques de índios a trabalhadores e migrantes, outros que atuaram como trabalhadores na construção da estrada no trecho entre Goiás (hoje Tocantins) e Maranhão relataram que devido a problemas com índios o traçado da estrada foi alterado,

---

<sup>1449</sup> REVISTA VEJA. “Índios? Onde? “São Paulo, Abril, Edição 117, 02/12/1970, p. 28. Acervo digital da Revista Veja. Disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acessado em 04/03/2010.

<sup>1450</sup> RIBEIRO, Luiz Salgado. “A reação do índio, uma incógnita” São Paulo, O Estado de São Paulo, 20/09/1970.

10 a 13 de maio de 2010

próximo a Estreito-MA (onde hoje se localiza o município de Aguiarnópolis-TO), para não atravessar uma aldeia Apinajé.

Ouvi histórias em Humaitá-AM e pude confirmar a informação através de diversos sites da imprensa de que de 2007 até hoje os Tenharim, cobram pedágio na Transamazônica, próximo ao município de Apuí-AM, como forma de compensar os prejuízos históricos que sofrem desde a construção da rodovia<sup>1451</sup> e pressionar o governo a atender a suas reivindicações. Um professor, que chegou ao município de Altamira-PA quando da construção da Transamazônica e que pediu para não ser identificado, contou que um agricultor que conhece há muitos anos no município de Vitória do Xingu-PA, costumeiramente:

Relata que ficava do outro lado do rio ali mesmo perto do Porto de Vitória, (lembra? Aquela ponta depois do mercado) olhando para o que se mexia lá, quando via que era índio, disparava com a espingarda e derrubava. Ele diz rindo que derrubou um monte e lamenta não ter saído para caçar [índio] porque ia derrubar bem mais esse pessoal que, segundo ele, queria atrapalhar a estrada. Dá até vontade de dar um murro num homem desses<sup>1452</sup>.

A indignação do professor em seu relato que faz mostra situações de conflitos e de preconceitos contra os índios vistos como obstáculos ao “progresso” da região. Uma noção de progresso e de obstáculo que se tornam muito atuais quando as vemos retornar em questões como a construção da hidrelétrica de Belo Monte, próximo ao município de Altamira-PA, no Xingu.

O progresso e o desenvolvimento da Amazônia foram pensados pelos idealizadores da Transamazônica como algo necessário e que viria de fora. Desde Euclides da Cunha, a idéia de desenvolvimento da Amazônia perpassava um grande contingente de imigrantes para transformar a região desabitada e adormecida. Como seria desabitada se pudemos observar uma série de preocupações e conflitos entre trabalhadores, migrantes e povos indígenas?

Os indígenas são vistos pela imprensa, governo e migrantes como um obstáculo, uma pedra no meio do caminho que poderia ser ultrapassada ou então arrancada para que fosse possível desenvolver e integrar a Amazônia e possibilitar que os homens sem terra do Nordeste tivessem acesso as terras sem homens da Amazônia.

As terras sem homens que possuíam muitos homens, desumanizados nos discursos oficiais e que tiveram de encontrar alternativas para garantir seus modos de vida e se fazer

---

<sup>1451</sup> PORTAL G1. Índios cobram pedágio na Transamazônica há 6 meses - Caminhoneiros têm de pagar R\$ 60 para passar pelo km 145 da estrada, no Sul do AM. Apenas os motoristas que pagam pedágio podem passar. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL38877-5598,00.html>. Acessado em 04.04.2010.

<sup>1452</sup> Entrevista realizada em 07/01/2010, na residência do entrevistado, em Altamira-PA.

perceber, não como um obstáculo ao progresso, mas como sujeitos construtores de suas próprias histórias e que apesar de todos seus esforços, foram em alguns momentos, seriamente atingidos pelos grandes projetos na Amazônia, como a Transamazônica.

Houve, contudo, outras populações tradicionais da Amazônia, esquecidas pelo projeto: os caboclos ribeirinhos. A documentação praticamente não faz qualquer menção a estas populações de não índios habitantes das florestas e das margens de rios e que também foram atingidos pela estrada. Atingidos porque a Transamazônica, como vimos, não se tratava tão somente de uma estrada, mas de um projeto de colonização que abriu a rodovia principal de mais de 2 mil quilômetros e diversas estradas transversais a ela com até cem quilômetros cada, compondo um diagrama semelhante a uma espinha de peixe.

Nestas transversais, chamadas vicinais, foram construídos os núcleos de colonização que adentraram cada vez mais a floresta, sobretudo, com a distribuição, no governo de Geisel, de grandes propriedades de terra em áreas devolutas não ocupadas. As áreas devolutas “não ocupadas” e distribuídas aos grandes proprietários, no entanto, em muitos casos já eram ocupadas por populações tradicionais de ribeirinhos ou por migrantes da própria Amazônia que chegaram à região tentando obter terras no início da década de 1970.

A invisibilidade de populações tradicionais, bem como a visão de que algumas destas apenas se constituíam em obstáculo ao progresso da região, desencadeou conflitos ou tensões durante a construção da estrada, e que eclodem por rivalidades e conflitos fundiários na região.

A rodovia Transamazônica, um gigante que se estende da Paraíba ao Amazonas, esquecida na memória nacional como se não mais existisse é palco para o surgimento de cidades, de chegada de pessoas de diversos lugares do país que lá chegaram cheios de sonhos e de esperanças, mas também de preocupações e conflitos entre diferentes sujeitos, como as pedras que se interpuseram no caminho e que são muito mais que pedras, são pessoas, também com sonhos, esperanças e modos de vida estabelecidos ao longo de gerações.

**As Assessorias Especiais de Segurança e Informações da Usina de Itaipu e os trabalhadores: vigilância e colaboração além das fronteiras (Operação Condor) \***

Jussaramar da Silva\*\*

**Resumo:** O objetivo dessa comunicação é apontar aspectos relativos à ação das Assessorias Especiais de Segurança e Informações da Usina de Itaipu (AESI's) em sua atividade de espionagem, coação e coerção aos trabalhadores da empresa. Essas AESI's de Itaipu eram subordinadas ao Serviço Nacional de Informações (SNI) no Brasil e ao seu similar no Paraguai, mas também constituindo-se como braço da Operação Condor na região.

**Palavras-chave:** AESI Itaipu, Operação Condor, repressão aos trabalhadores.

Esta comunicação se constitui como parte da pesquisa, que realizamos e já em fase de conclusão acerca das Assessorias Especiais de Segurança e Informações da Usina Binacional (AESI'S), particularmente em relação à suspeição que se articulou em relação aos trabalhadores de Itaipu.

As AESI's faziam parte do Sistema Nacional de Informações, subordinados ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Existiam vinculadas à um Ministério, prestando-lhes informações e também à comunidade de informações<sup>1453</sup>.

Recentes pesquisas referentes às AESI's vêm demonstrando que a comunidade de informações no Brasil era maior do que se supunha, uma vez que esses órgãos existiam em universidades, autarquias e empresas públicas. É o caso, por exemplo, das AESI's da Universidade de São Paulo, da Universidade Federal de Minas Gerais e da Usina de Itaipu.

No caso das AESI's de Itaipu, vamos encontrar particularidades em relação às demais. A empresa possuía escritórios em várias cidades brasileiras. E nelas, havia escritórios também

---

\* Texto integrante da dissertação intitulada: A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973 - 1987). PUC/SP, 187 páginas, 2010.

\*\*Mestre em história pela PUC/SP. Integrante do Centro de Estudos de História Latino-americana – CEHAL e do Núcleo de Estudos de história: trabalho, ideologia e poder – NEHTIP, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora da rede municipal da cidade de Juiz de Fora MG. Email: jussaramar@terra.com.br.

<sup>1453</sup> A respeito das AESI's encontramos ainda pouca bibliografia. Todavia, destacamos os trabalhos de MOTTA, R. P. Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades. Revista *TOPOI*, v. 9, n. 16, jan-jun 2008, p. 30-67. Disponível em: <[http://www.revistatopoi.org/numeros\\_antteriores/topoi16.htm](http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/topoi16.htm)>. Acesso em: 27 mar. 2010. E “Incômoda Memória: os arquivos das ASI Universitárias”. Acervo: *Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, 2008, p. 43-65. Além destes, ver também: PALMAR, Aluizio. “Documentos revelam participação de Itaipu na Operação Condor”. Disponível em: <<http://www.torturanuncamaisrj.org.br/Artigos.asp?Codigo=32>>. Acesso em: 10 de out. 2009, e *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba, Travessa dos Editores, 2005.

das Assessorias. Dessa forma, não nos referimos apenas à uma Assessoria, como nos parece ser a regra em relação às demais. Além disso, como a Itaipu era uma empresa em condomínio com o Paraguai, também havia do lado paraguaio as AESI's. Palmar relata haver AESI's em Foz do Iguaçu, Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Ciudad Del Lest (que na época chamava-se Ciudad Puerto President Stroessner)<sup>1454</sup>.

Em nossa pesquisa, corroborando com Palmar, foi possível perceber que, além das Assessorias existentes no Brasil, também havia do lado paraguaio, particularmente em Assunção. E o que é mais flagrante na documentação é que, a trama de informações, dessa forma, adentrou os organismos paraguaios, constituindo lá o mesmo modelo existente no Brasil. Além disso, encontramos documentos que eram originários da AESI Itaipu Brasil, mas que vinham com datação e origem de Assunção, o que comprova que além dos escritórios existentes em território nacional, também estes adentraram o território paraguaio, constituindo agências no país vizinho.

As informações eram trocadas constantemente entre ambos os países, mas também com a Argentina e com o Chile. Dessa forma, as AESI's de Itaipu também se articularam como um braço da Operação Condor, o pacto secreto entre as ditaduras militares do Cone Sul que tinham o aval da Central de Inteligência Norte-Americana (CIA) para agirem secretamente eliminando os inimigos políticos dos regimes militares.

A pesquisa que realizamos contou com arquivos existentes no acervo do Arquivo do DOPS Paraná, no Arquivo do Horror, alguns documentos oriundos do Arquivo Nacional (o restante dos documentos desse arquivo será analisado num trabalho posterior), nos acervos particulares do Dr. Martin Almada e do jornalista Aluizio Palmar, e finalmente, em documentos que nos foram encaminhados pelo professor Rodrigo Patto Sá Motta.

### **Os trabalhadores e a Binacional**

Em relação aos trabalhadores, as AESI's emitiram sistematicamente informações aos diversos órgãos de informações. Não foram os únicos alvos da suspeição, mas a documentação vem demonstrando que foram os principais. Cada pessoa que ia trabalhar na empresa, seja nas empreiteiras construtoras da obra, seja na própria binacional, passavam pelo crivo das AESI's, que obtinham informações encaminhando os nomes dessas pessoas aos demais órgãos que pudessem lhes dar a informação.

---

<sup>1454</sup> PALMAR, op. cit.

Para compreendermos a atuação das AESI's inseridas no contexto da época em que atuaram – a partir de 1973, quando firmava-se o acordo de construção da Usina de Itaipu -, é importante percebermos o que essa classe trabalhadora apontava como o seu movimento.

As crises do sistema capitalista nos anos 70, tendo como epicentro o problema do abastecimento do petróleo, acabaram levando os trabalhadores se reorganizarem. O final dessa década foi marcada por um aprofundamento da crise econômica que já se anunciava. Preconizando a idéia de “fazer crescer o bolo para depois dividir”, a ditadura militar brasileira cumpriu a função de promover a reestruturação produtiva aumentando a exploração da mais valia com o arrocho salarial, no interior de um quadro recessivo que se agrava partir de 1976.

Acompanhando tal movimento, ou mesmo alheio a ele e a partir de seus próprios problemas, em 1975, os trabalhadores de Itaipu e da Companhia Brasileira de Obras Públicas (CBPO) começam a organizar uma greve, após verem esgotadas todas as possibilidades de negociação com as empreiteiras construtoras da obra<sup>1455</sup>. Como costumava acontecer, tiveram seu movimento completamente vasculhado e acompanhado pelas AESI's Itaipu. Nesse caso, particularmente a AESI Itaipu paraguaia, ou seja, imediatamente, seus agentes passaram informes dando conta que “trabalhadores de várias jurisdições, especialmente Itaipu e CBPO estão organizando greve, orientados por exilados no exterior, opositores ao governo”.<sup>1456</sup> Notamos, nesse caso, um cuidado com as questões relativas às empresas privadas, para além da própria preocupação com a Binacional. Ademais, o fato de organizar uma greve, reivindicando melhores condições de trabalho, ou de salários, por si só, já provocava um temor profundo nos mentores da ditadura que, através de seus agentes postados nas AESI's, além de desconsiderarem a reivindicação, ainda criminalizam o movimento, considerando que eram resultantes da infiltração de idéias *alienígenas*, conforme o jargão do aparelho repressivo da época. Ao mesmo tempo em que consideram o trabalhador vítima desse tipo de influência, o colocam sob vigilância e suspeição constante, coerentemente com a ideologia contida na Doutrina de Segurança Nacional, na qual,

É importante lembrar a volatilidade do conceito de “inimigo” dentro da Doutrina de Segurança Nacional. Dependendo das circunstâncias, ele poderia agregar todos os setores da sociedade, não somente os segmentos da luta armada, mais também setores vinculados à Igreja Católica e às Forças Armadas, instituições comprometidas com a manutenção da ordem. (CERVEIRA, 2007:117).

<sup>1455</sup> As empreiteiras que construíram Itaipu foram: Unicom, Conempa, Itamon, CIE. Cuidaram das obras de engenharia civil e eletromecânica. Dentre esses consórcios, figuram grandes empreiteiras brasileiras.

<sup>1456</sup> Informe nº 002/75 – Assunto: Remision de informes. Acervo: Aluizio Palmar, 25/04/1975. Origem: AESI Itaipu Paraguai – produzido em espanhol -. Difusão: Comando em Jefe.

Quaisquer informações eram valiosas para os governos da região. Os dados tomados que envolviam os países vizinhos demonstram que a inserção dos serviços de informações na fronteira era extremamente contínua. Em 1978, numa Conferência Bilateral entre Paraguai e Argentina, ficou decidido pelos dois países “continuar com o intercâmbio de informação e inteligência na área de fronteira; aprofundar a ofensiva contra a subversão; pode(ndo) se efetuar consultas bilaterais e se autoriz(ar) o trabalho conjunto nos interrogatórios”. (MARIANO, 2003:245).

Nestas condições, para as duas ditaduras, o estrangeiro, especialmente latino-americano e o registro das informações produzidas pelas AESI's de Itaipu sobre tais pessoas, chegavam às raias do preconceito particularmente quando se referiam aos trabalhadores de origem paraguaia, o que se acentua após 1975, momento em que a Operação Condor iniciara, pelo menos, conforme os dados até hoje conhecidos.

A partir deste momento, os pedidos de busca de informações sobre pessoas às AESI's de Itaipu se multiplicaram e declaradamente, se referiam às pessoas consideradas guerrilheiras, pois tais solicitações são expedidas na busca por um “Centro de Guerrilhas e atividades subversivas”<sup>1457</sup>, em que os agentes do SNI acreditavam começar a funcionar no Brasil. Neste aspecto, tais pedidos envolviam supostos trabalhadores da Binacional, sob a alegação de que operários paraguaios, trabalhando do lado brasileiro estavam sendo controlados pelo escritório de “Puerto Stroessner”<sup>1458</sup> (*sic*) e que era necessário enviar-lhes os relatórios. Conforme já indicou Palmar,

A Assessoria Especial de Segurança e Informações não se limitava a espionar os empregados e os candidatos a emprego na empresa binacional. Moradores de Foz do Iguaçu e região eram investigados e os paraguaios, argentinos, uruguaios e chilenos que trabalhavam na obra recebiam uma atenção especial. (PALMAR, 2008)

As informações geradas pelas AESI's de Itaipu referiam-se, diretamente, aos operários, mas a origem do pedido controlava suspeitos de integrarem organizações armadas, denominados pejorativamente de “guerrilhas”. Neste sentido, aquela central do SNI explica no documento encaminhado que havia uma suspeição de infiltração de esquerdistas com o intuito de sabotagem na Usina, o que colocava nesta condição todo o operariado que, de fato, era binacional, para não dizermos multinacional.

---

<sup>1457</sup> “Centro de Guerrilhas e atividades subversivas” Acervo: DOPS/PR – SNI – caixa 213, 23/01/1975, origem: SNI/ACT, difusão: DOPS = PM/2.

<sup>1458</sup> *Idem*.



10 a 13 de maio de 2010

Além do temor à sabotagem, destacavam-se os suspeitos de atividades “esquerdistas”, o que envolvia uma série de pessoas enquadradas pelos mais diferentes critérios. Assim, por exemplo, procura-se saber sobre um senhor, denominado Epifânio Mendez Fleitas que, conforme apuramos, havia sido um destacado funcionário paraguaio antes da ditadura Stroessner, exercendo o cargo de chefe da Polícia naquele país, entre 1949 e 1952, tendo sido, inclusive presidente do Banco Central do Paraguai até 1955 e que agora era suspeito de “subversão”. Após tecer diversas críticas a esse governo (Stroessner), Epifânio foi preso, torturado e exilado no Uruguai, Argentina e EUA. Por esses motivos, tornou-se bastante procurado pelos órgãos de Stroessner. Segundo a documentação, ele havia adquirido uma fazenda nas proximidades da Binacional, entre Cascavel e Londrina para “treinamento de guerrilhas e doutrinação de operários de Itaipu.”<sup>1459</sup>

Num documento de 1981, Pastor Coronel, dirigindo-se ao Chefe de Polícia, informou sobre as atividades do Movimento Popular Colorado (MOPOCO) e cita uma sinistra operação de modo despreocupado:

[citação de um documento do *Arquivo do Horror*] [...] O MOPOCO, por sua parte, além de absorver os seguidores de MENDEZ FLEITAS, está permanentemente trabalhando para assegurar sua ‘segurança interna’, para poder atualizar seus quadros dirigentes, mas ante a possibilidade de que sejam detectados e tomados por Forças Militares Argentinas, dentro da ‘Operação Condor’ estão analisando e buscando um lugar seguro onde realizar suas reuniões principais e a grande Convenção [...] (PAZ, 1994:305-306)

Além de Epifânio também se procurava “certa pessoa (que) se faria chamar Comandante Osta e seus companheiros em Foz do Iguaçu seriam elementos subversivos ligados a Epifânio, cabeça do movimento”.<sup>1460</sup>

Para os órgãos de informações, um trabalhador não tinha a capacidade de pensar por si só e de discutir os problemas concretos que atuassem sobre sua vida, sendo facilmente “doutrináveis”.

Os locais prováveis de atuação do suposto grupo de subversivos seriam a Foz do Iguaçu, Tirol, Porto Esperança e Posadas, todas cidades da fronteira, ou seja, exatamente nas cercanias do canteiro de obras da Itaipu.

Tal documento, embora oriundo do escritório da AESI Itaipu Paraguai, veio escrito em português, em papel timbrado da AESI Itaipu Binacional Brasil. Assim, embora de origem

---

<sup>1459</sup> Centro de Guerrilhas e atividades subversivas” Acervo: DOPS/PR – SNI – caixa 213, 23/01/1975, origem: SNI/ACT, difusão: DOPS = PM/2

<sup>1460</sup> Idem.

10 a 13 de maio de 2010

Paraguaiá, o carimbo exigindo sigilo, bem como a inscrição também carimbada alertando que “qualquer pessoa que tomar conhecimento desse assunto fica responsável pelo seu sigilo (Art. 62 – Dec. 00417/67)”, também está em língua portuguesa.

Essas evidências denotam que mesmo na AESI Itaipu Paraguai havia agentes da repressão que eram de origem brasileira, bem como se evidencia que ambos os escritórios funcionavam juntos, sem diferenciação das informações, conforme pondera Cerveira:

A fronteira política, entendida como uma “fronteira ideológica”, legitimava a livre atuação dos aparatos repressivos dos outros países em território brasileiro, assim como a ação do aparato repressivo brasileiro em território estrangeiro. Não havia impedimentos nem limites para a caça aos “subversivos”, dentro da lógica maniqueísta das ditaduras em classificar os indivíduos em “amigos” ou “inimigos”. (CERVEIRA, 2007:117).

Pouco mais de um ano depois dessa troca de informações entre os órgãos brasileiros e paraguaios – os chamados “subversivos brasileiros e paraguaios” –, a suspeita de que havia interesse em se infiltrar na administração e no canteiro de obras “visando a execução de propaganda e agitação dentro da empresa com possíveis ações de sabotagem em seus diversos escalões”<sup>1461</sup>, continuava sendo objeto de vigilância, controle e troca de informações que envolviam listas de possíveis infiltrados, como no documento citado, que destacava os nomes de três brasileiros e sete paraguaios.<sup>1462</sup> Há um despacho no verso do documento declarando que havia dados sobre dois trabalhadores. Dois meses depois, informa-se que a AESI já possuía informações sobre outros dois trabalhadores, comprovando-se a tramitação permanente dos documentos.<sup>1463</sup> Uma vez um nome aberto nos Serviços de Inteligência, seria sempre possível acrescentar mais dados sobre essa pessoa.

Não só se preocupava a infiltração comunista no canteiro de obras, mas também os preocupava a possibilidade de entrada de esquerdistas em diversos escalões da empresa, além da continuidade ao temor da sabotagem. Afinal Itaipu era um símbolo para as ditaduras. Ela era a comprovação do poderio econômico do Brasil, e a comprovação de que era possível suplantar os “derrotistas”, os “inimigos da pátria”. De fato, quando em 1987, a crise de racionamento se acentuou no Brasil, Itaipu apareceu como a alternativa para abastecimento de energia, justificando sua existência.

<sup>1461</sup> “Infiltração de subversivos na Binacional – Itaipu – indagações. Acervo DOPS/PR – SNI – caixa 214, 10/06/1976. Origem: SNI – Agência Curitiba. Difusão: 5ª RM/DE, SR/DPF/PR e DOPS/PR.

<sup>1462</sup> Em frente aos nomes está uma marcação (ticados), sendo dois em vermelho (de paraguaios) e duas inscrições corrigindo os sobrenomes, em manuscrito. Idem, ibidem.

<sup>1463</sup> “Infiltração de subversivos na Binacional – Itaipu – indagações. Acervo DOPS/PR – SNI – caixa 214, 10/06/1976. Origem: SNI – Agência Curitiba. Difusão: 5ª RM/DE, SR/DPF/PR e DOPS/PR. Trata-se do mesmo documento, mas com anotações no verso com datas diferentes.

### **A constante suspeição:**

Sob o título *Infiltração de agentes a serviço de países estrangeiros e do MCI no complexo energético brasileiro*, o CIE, vinculado ao Ministério do Exército envia informações ao DOPS do Paraná de que fora encontrado um documento comprobatório de que os comunistas, vinculados ao sindicato, preparavam uma mobilização em Itaipu. Segundo o documento, tratava-se de Instruções da Federação Mundial Sindical ao PCB de concentrar seus militantes “nas áreas ligadas ao complexo energético nacional – hidrelétrico e atômico, inicialmente em Itaipu e Angra dos Reis”.<sup>1464</sup> Segue-se a explicação de que “elementos seriam utilizados não só em trabalhos de massa junto aos operários como poderiam praticar atos de sabotagem, quando determinado”.

Assim comprova-se, nesta lógica, a associação entre trabalhadores e estrangeiros, aos comunistas e suas organizações. Por outro lado, a depreciação de tais “elementos” (operários) como vítimas das organizações de esquerda, suscetíveis a influências alienígenas, determinados pelos partidos comunistas, figurando como “inocentes úteis”, não impediu que tais militantes quando presos, fossem brutalmente torturados ou assassinados.

As intermináveis listas de trabalhadores averiguados pelas AESI’s de Itaipu e pelos demais órgãos de repressão que atuavam na região, indicam que, em princípio todos eram suspeitos.<sup>1465</sup> Advindas de diversas agências do Brasil, solicitavam que fosse feita uma primeira averiguação sobre a existência da pessoa citada naquele canteiro de obras. Em caso positivo, era acrescentada a ordem de pesquisar e informar, ou seja, vigiar os passos da pessoa e passar aos solicitantes os dados obtidos.

Nesse trabalho nos detivemos na análise das listas encontradas no DOPS Paraná, que eram geradas a partir do ingresso do trabalhador na empresa. O que percebemos, é que cada

---

<sup>1464</sup> “Infiltração de agentes a serviço de países estrangeiros e do MCI no complexo energético brasileiro”. Acervo DOPS/PR – Dossiê: Ministério do Exército – 5 RM, 25/09/1975. Origem: CIE. Difusão: 2º G Fron, DPF/PR, CI/SESP/PR, DOPS/PR.

<sup>1465</sup> Trata-se das listas de pedidos de buscas. Acervo 1- DOPS PR – FUNDO AESI ITAIPU, 09/12/1976. Origem: CS/AS.G/IB/BR. Difusão: ACT/SNI, 5ª RM/DE, SR/DPF/PR, DOPS/PR. 2- DOPS PR – FUNDO AESI ITAIPU, 10/09/1976. Origem: CS/AS.G/IB/BR. Difusão: SR/DPF, DOPS/PR. 3- DOPS PR – FUNDO AESI ITAIPU, 11/10/1976. Origem: SS/AS.G/IB/BR. Difusão: SI/DOPS/BR. 4- DOPS/PR – Fundo AESI Itaipu, 07/11/1977. Origem: CS/AS/FI. Difusão: ACT/SNI; 5ª RM/DE; DPF/PR; DOPS/PR. 5- DOPS/PR. Fundo AESI Itaipu. 17/05/1977. Origem: CS/AS/FI. Difusão: ACT/SNI; 5ª RM/DE; DPF/PR; DOPS/PR. 6- DOPS/PR – FUNDO AESI ITAIPU. 14/07/1977. Origem: CS/AS/FI. Difusão: ACT/SNI; 5ª RM/DE; DPF/PR; DOPS/PR. 7- DOPS/PR – FUNDO AESI ITAIPU. 23/05/1977. Origem: CS/AS/FI. Difusão: ACT/SNI; 5ª RM/DE; DPF/PR; DOPS/PR. 8- DOPS/PR – FUNDO AESI ITAIPU. 17/02/1977. Origem: CS/AS/FI. Difusão: ACT/SNI; 5ª RM/DE; DPF/PR; DOPS/PR.

um dos trabalhadores de Itaipu teve sua vida devastada pelos órgãos de informações. E como as AESI's não possuíam escritórios apenas no Paraná (Foz do Iguaçu e Curitiba) e Paraguai (Assunção e Porto Presidente Stroessner, hoje Ciudad de Lest), as informações circulavam pelos diversos escritórios.

Durante a construção, a principal empreiteira brasileira em número de empregados foi o Consórcio Unicon. Já no Paraguai, foi o Conempa. Como foram consórcios responsáveis pelas obras de engenharia civil, demandaram um sem número de trabalhadores. As cifras chegam a 40 mil operários no auge das obras, denotando a imensidão que foi essa empreitada. Assim,

O controle da AESI-Itaipu sobre os operários estava integrado na rotina diária do canteiro de obras como uma atividade normal de gerenciamento de recursos humanos, funcionando como uma verificação vinculada à segurança da obra, ao cuidado em não deixar que estranhos adentrassem em seu interior sem o devido credenciamento. Assim, diariamente, cada um dos funcionários que trabalhava nas empresas tinha os seus nomes verificados nas listas preparadas pela AESI-Itaipu. A estranheza se inicia quando se identifica quais eram os critérios utilizados para se considerar um operário suspeito e pelas perseguições a que eram submetidos os que se enquadravam nas tais categorias. As pessoas enquadradas nestas condições começavam por ter problemas na efetivação de sua contratação e, internamente, seu nome passava a constar das listas ticadas em vermelho, enquanto se encaminhava para outros órgãos de policiamento locais ou do país, como a Polícia Militar, o Serviço Nacional de Informações (SNI), Batalhão de Fronteiras, Polícia Federal, Polícia da Capital em Assunção – Paraguai-, etc., pedidos de informações sobre seu histórico<sup>1466</sup>.

Além desta vigilância que era sigilosa, procedia-se ao controle da entrada e saída dos operários, da circulação no interior dos canteiros de obras, de sua estadia nos refeitórios, enfim, o controle do cotidiano do trabalho. Neste sentido, por exemplo, o depoimento de um ex-funcionário do Consórcio Unicon, explica que, na hora do almoço, quando os funcionários da obra iam ao refeitório, ao entrarem nos ônibus que os conduziram a esse lugar, havia sempre guardas da Binacional para acompanharem as filas, de forma que não houvesse tumulto.<sup>1467</sup> Nestas entrevistas realizadas por MANARIN um dos trabalhadores de nome Ademar explica que os guardas não entravam nos ônibus, controlando as filas apenas do lado de fora, pois “se ‘pusse um segurança aí dentro eles acabavam com ele. O coro comia””. (Ademar. *Apud* MANARIN, 2008:90).

---

<sup>1466</sup> SILVA, Jussamar da. Disponível em: <<http://memorialichs2.vilabol.uol.com.br/traprov.html>> Acesso em: 23 mar. 2010.

<sup>1467</sup> Para um melhor exame da situação da classe trabalhadora de Itaipu, destacamos o trabalho de Manarin, quando este deteve-se em pensar o problema da chegada, estadia e migração, ou permanência desses trabalhadores ao final das obras de alvenaria. MANARIN, Odirlei. *Peões da Barragem: Trabalhadores, memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991*. Dissertação. UNIOESTE, 2008, 147 páginas.

Nessa entrevista, a lógica da suspeição já se colocava para os funcionários da Itaipu cuja vida era imediatamente averiguada, fosse relativamente à sua origem, identidade e patrulhamento ideológico. E isso não se encerrava na entrada na empresa, permanecendo a geração de informações ao longo de sua estadia no trabalho. Dada a diversidade das origens, a obtenção das informações exigiu a construção de ramificações extensíssimas de órgãos de repressão, pois possivelmente eram enviados pedidos de informações sobre esse operário para cada local de origem do trabalhador. Vejamos, a título de exemplo, um caso um pouco distinto das acusações comumente encontradas de subversão. Em uma das listas, um ofício responde que um dos trabalhadores fora confundido com um cabo da Polícia Militar, de mesmo nome, acusado de tráfico de dólares falsificados. Embora essa informação estivesse como despacho do pedido de informações, percebe-se uma vigilância constante contra todos.

### **A suspeição na transição: o Governo de Figueiredo**

Em 1984, já no final do governo de João Baptista Figueiredo, num crescente de manifestações sociais, de reorganização da classe trabalhadora, houve um episódio em Itaipu que mereceu atenção dos serviços de informações e segurança da Binacional. O chefe de segurança, ao realizar o serviço de verificação na Casa de Força junto com um funcionário, viu a parede da referida plataforma pichada a mão e com grandes caracteres, com os seguintes dizeres: “*Abaixo o Governo cai o porco do Figueiredo*”, “*Queremos mais comida na mesa do pobre*”, “*queremos salário acima de Cr\$ 80.000,00*”.

Imediatamente o tal Chefe da Segurança informou ao Coronel “Don” Tristan Infanzon C. que iniciou um processo para averiguar quem teria sido o mentor de tal subversivo, ou seja, em que pese a abertura, na Itaipu, a repressão continuava como “dantes no quartel de Abrantes”.

Assim, apesar do ressurgimento das lutas dos operários, desde o final dos anos de 1970, iniciada no ABCD Paulista e que se espalhava como rastilho de pólvora por todo o país, apesar do arrocho salarial, do salário corroído pela inflação, os trabalhadores da Itaipu deveriam se portar calmamente, apenas aceitando o que a direção caracterizava como benesse. Assim este novo período continuou a ter sob controle na região, seu alvo dileto, os trabalhadores da Itaipu.

Para Alves isto não se restringiu à região, ou seja, no período de 1979 a 1984, a repressão continuou a ter como objetivo “destruir movimentos sociais de operários e

camponeses”.<sup>1468</sup> Evidentemente, tanto nos últimos anos da Ditadura, como a fase imediatamente posterior (nos deteremos nesse trabalho no ano de 1987) o controle sistematizado dos trabalhadores que começavam a se organizar é flagrante.

### **A suspeição em relação aos trabalhadores e a Operação Condor**

Em 1987, os trabalhadores do Consórcio Unicon e do Consórcio Itamon cruzaram os braços em uma fragorosa greve. Manarin<sup>1469</sup> conta os detalhes desse movimento, explicando que os trabalhadores se postaram no trevo anterior à entrada de Itaipu, e lá se mantiveram até que suas reivindicações fossem atendidas.

No meio da documentação que pesquisamos<sup>1470</sup>, encontramos documentos da repressão narrando a greve, tomando providências e articulando os órgãos de informações. Assim, precipuamente, a repressão ainda se articulava tendo como função dar conta da ação dos trabalhadores em Itaipu. Pegos de surpresa, o documento começa narrando quando Cantero<sup>1471</sup> (Diretor de Política e Afins), ao receber ligação telefônica do que ele nomina como “nosso pessoal”, às 2:00 da manhã, relatando a greve. Cantero não explicou no documento quem era o “nosso pessoal”, mas podemos subtender que é o pessoal da Itaipu, pois em se tratando dos trabalhadores da Binacional, as AESI’s, brasileira e paraguaia, tinham pleno controle de sua organização.

Ao perceberem que haveria preparativos para a “entrevista” presidencial em Itaipu, ou seja, uma visita, os trabalhadores da UNICOM e ITAMON do lado brasileiro, como ele próprio frisa, pararam exigindo aumentos salariais. Estavam ao todo, pelo informe, 95% dos trabalhadores parados, desde as 00h20min. Ainda explica que o turno acabaria às 8 horas da manhã seguinte.

---

<sup>1468</sup> ALVES, opus cit.

<sup>1469</sup> MANARIN. Opus cit.

<sup>1470</sup> Acervo Arquivo do Horror, 15 de janeiro de 1987. Origem: Polícia de la Capital. Departamento de Investigaciones. Rec. De Política y afines. Nº 114. Diretor Gral. Alberto B. Cantero. Difusão: Para conhecimento do Chefe de Polícia – Pastor Coronel.

<sup>1471</sup> A respeito do Comissário Alberto Cantero, na função de Diretor de Política e Afins, encontramos a seguinte referência, que merece ser destacada visto o seu papel no controle dos trabalhadores de Itaipu: “*No departamento de Investigações, o Comissário Alberto Cantero ganhava uma gravitação crescente. Havia ingressado como datilógrafo em 1959 e desde esse tempo havia pertencido à Direção de Política. Sua lealdade a Pastor Coronel e sua firmeza na execução das ordens o converteram em um elemento chave dentro da estrutura do Departamento. Cantero era o que estava em contato com o preso interrogado, o que fazia o ‘trabalho sujo’, o que dirigia os matadores de menor hierarquia*”. Cf. Paz et al. *És mi informe* – Los Archivos Secretos de la policía de Stroessner. Assunción: CDE e Servi Libro, 2006, p. 141. (tradução da autora)

Numa relação entre o Estado e a iniciativa privada, o desenrolar da greve contou com uma série de manobras, a fim de dispersar o movimento. Dessa forma, a direção das empresas construtoras acreditava que solucionaram o inconveniente, pois a partir das 12 horas dariam permissão aos trabalhadores para tirarem folga até a segunda-feira, quando estes retornariam às atividades. Já contando com a expectativa de que muitos, que moravam fora, aproveitariam esse momento para viajar e encontrar suas famílias a Binacional e as empreiteiras usaram desse artifício. Pensavam que assim poderiam calar os trabalhadores.

Essa greve iniciou-se ante a visita dos presidentes do Brasil e do Paraguai, em razão do funcionamento das novas turbinas. Esse documento, assinalamos, foi enviado “para conhecimento do chefe de polícia da Capital” (tradução nossa), que como assinalamos na parte anterior desse trabalho, era Pastor Coronel.

No mesmo dia, Cantero encaminhou novamente outro “Informe da Polícia da Capital acerca da Greve de trabalhadores<sup>1472</sup>”. Nele estão contidas as informações repassadas pela Brigada destacada na Aduana de Porto Presidente Stroessner (hoje Ciudad del Lest). Ou seja, a Aduana, mesmo que seja apenas uma Brigada interna, se envolvia também na questão das informações na região. Havia pessoal destacado para essa função. Esse informe explica a situação da paralisação dos trabalhadores na Ponte da Amizade, do lado brasileiro, levando detalhes de como os trabalhadores estavam se organizando nessa greve. O objetivo desse documento, como todos enviados a Polícia da Capital era o de dar informações a Pastor Coronel.

Como veremos, esse foi um dia bastante movimentado para o pessoal das agências de informações. No meio da documentação, encontramos um novo informe com base nos dados fornecidos pelo pessoal destacado na Aduana<sup>1473</sup>. Percebemos então que os agentes eram os mais diversos. A Aduana teria uma função, à princípio, fiscal. Ela não é uma Polícia de Fronteiras, ao menos em termos de legislação. Mas pelo que vemos, se prestou inclusive a essa dupla função, comportando internamente uma Brigada, que teria função também de informações, ao menos. Esse foi o terceiro documento nessa data acerca da greve.

A essas informações, acrescem-se os dados de que houve uma proibição de entrada de ônibus da UNICOM com pessoal para trabalhar às 00 horas e 30 minutos. Também os trabalhadores da Itamon passaram pela mesma restrição. Isso se deu devido à proibição

---

<sup>1472</sup> DPA nº 119. “Objeto: Elevar Informe”. Acervo *Arquivo do Horror*, 15/01/1987. Origem: Polícia da Capital, do Diretor de Política e Afins, para Pastor Coronel.

<sup>1473</sup> “DPA nº 120. Objeto: Elevar informe”. Acervo *Arquivo do Horror*, 15/01/1987. Origem: Polícia da Capital, do Diretor de Política e Afins, para Pastor Coronel.

expedida pelo General Tristan Infanson, que ao responder pelo setor responsável (Coronel Chefe do pessoal de Segurança de Itaipu), mas denota que o mesmo, bem como a direção de Itaipu trabalhava em uníssono com as empreiteiras.

Como forma de evitar quaisquer possibilidades de entrada do pessoal das empreiteiras em greve, inclusive por haver, provavelmente o temor da sabotagem da Usina, uma vez que esse tipo de informação apareceu constantemente em documentos anteriores analisados, foi enviado um destacamento de uma Força Tarefa Conjunta (FTC) para cumprir as ordens. É aqui novamente percebemos o quanto o Estado brasileiro, e também o paraguaio, solapavam a organização da classe trabalhadora, reprimiam e preservavam os interesses da iniciativa privada. Dessa forma, houve o consentimento de Itaipu para que a empresa desse folga aos brasileiros e paraguaios até o dia 19 de janeiro, ou seja, até quatro dias depois de iniciado o movimento como forma de desmobilizá-lo.

Mas a própria documentação dá conta da real organização dos trabalhadores. O primeiro documento, como já destacamos, explica uma adesão à greve na casa de 95%. E para solapá-la, diversos expedientes foram usados, inclusive colocar trabalhadores dentro da Binacional por helicópteros, uma vez que a mobilização próxima ao portão de entrada da empresa não permitiria a passagem de ônibus ou carros para conduzir quaisquer pessoas ao interior da empresa.

No dia seguinte, 16/01/1987<sup>1474</sup>, novamente Cantero se dirige num informe ao Pastor Coronel explicando outra vez que o “nosso pessoal destacado na Aduana de Porto Presidente Stroessner” (tradução da autora). Dessa vez informa que houve a entrada de um automóvel guiado por A.F.N., brasileiro, originário de Foz do Iguaçu, empregado de Itaipu, contendo dados dos documentos pessoais, endereço, idade, filiação, bem como dados do carro que dirigia ao atravessar a fronteira pela Ponte da Amizade. Essa pessoa possuía credenciais da Itamon e da Itaipu, como supervisor de segurança III. E acrescenta que “Assim mesmo, no interior do mencionado veículo havia 8 caixas de livros sob o título *“ESCRITOS” de LEON TROTSKY*, de corte Comunista e um livro *“NICARÁGUA REFORMA ou REVOLUCION”* (tradução da autora). O que é mais obtuso nesse caso é a quantidade de informações que a Aduana consegue, obviamente também influenciada pelo clima de greve do dia anterior, mas, sobretudo por haver nela já um dispositivo responsável pela fiscalização de pessoas.

Como se não bastasse haver uma trama de informações já referidas envolvendo todos os órgãos policiais nos dois países, ainda se somam nessa tarefa quaisquer outros que

---

<sup>1474</sup> Acervo *Arquivo do Horror*, 16/01/1987. Origem: Polícia da Capital, a fim de informar a Pastor Coronel.



pudessem servir a esses Estados, que do lado de lá ainda era bonapartista, e de cá se enquadrava nas tramas da autocracia. Aliás, o Brasil historicamente, ao menos desde a Proclamação da República, oscilou entre o Bonapartismo das ditaduras militares, ou a autocracia dos períodos em que elas não vigoravam oficialmente, mas alimentavam fragmentos de classe da burguesia que se alternavam no poder<sup>1475</sup>.

Isso explica o envolvimento da Aduana, bem com o destaque para as obras que esse trabalhador do setor de segurança da Binacional estava carregando em seu carro. Para concluir o relato, a Aduana acrescentou que o carro ficou na Brigada – não houve explicação no documento de qual Brigada se referia –, e que no interior do veículo havia uma placa origem de Lambaré, uma cidade nos arredores de Assunção.

Como vimos, a espionagem, a delação, o constrangimento provavelmente perfizera a vida desses trabalhadores, que ora eram vistos pelo Sistema de informações como incapazes, comprovando inclusive a necessidade de o Estado tutelá-los a todo o tempo, ou como inimigos, já que o inimigo era interno e precisava ser combatido.

### Referências Bibliográficas

ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

CERVEIRA, Neusa. *Memória da dor - A Operação Condor no Brasil (1973/1985)*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado, 2007.

CHASIN, J. *A miséria brasileira: do golpe militar à crise social*. Santo André: *Ad Hominem*, 2000.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006

MANARIN, Odirlei. *Peões da Barragem: Trabalhadores, memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991*. Dissertação. UNIOESTE, 2008, 147 páginas.

MARIANO, N. *As garras do Condor / como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia, do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOTTA, R. P. Sá. “Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades”. *Revista TOPOI*, v. 9, n. 16, jan-jun 2008, p. 30-

---

<sup>1475</sup> Para a conceituação de Estado bonapartista e autocracia burguesa, cf.: FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006. CHASIN, J. *A miséria brasileira: do golpe militar à crise social*. Santo André: *Ad Hominem*, 2000.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

67. Disponível em: <[http://www.revistatopoi.org/numeros\\_antteriores/topoi16.htm](http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/topoi16.htm)>. Acesso em: 27 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. “Incômoda Memória: os arquivos das ASI Universitárias”. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, 2008, p. 43-65.

PALMAR, Aluizio. “Documentos revelam participação de Itaipu na Operação Condor”. Disponível em: <<http://www.torturanuncamaisrj.org.br/Artigos.asp?Codigo=32>>. Acesso em: 10 de out. 2009.

\_\_\_\_\_. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba, Travessa dos Editores, 2005.

PAZ, A. B.; GONZÁLEZ, M. A.; AGUILAR, R. P. *Es mi informe: los archivos secretos de la policía de Stroessner*. 4. ed. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 1994.

SILVA, Jussaramar da. “A Assessoria Especial de Informações da Usina Binacional de Itaipu e suas relações”. In: *II Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP*, 2009, Mariana - MG. NOSSAS LETRAS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2009. Anais. Disponível em: <<http://memorialichs2.vilabol.uol.com.br/traprov.html>>. Acesso em: 23 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. *A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973 - 1987)*. Dissertação. PUC/SP, 187 páginas, 2010.

**Reflexões iniciais sobre a trajetória dos planos e seguros privados: uma análise da participação de médicos, hospitais, operadoras e do Estado (1998-2008)\***

Nittina Anna A. B. Botaro\*\*

**Resumo:** Este artigo tem por finalidade apresentar o projeto de mestrado que venho desenvolvendo no PPG de História da UFJF. Esta pesquisa tem por objetivo analisar as coalizões formadas entre médicos, hospitais, operadoras e o *pessoal* do Estado no intuito de identificar como essas forças se articularam em favorecimento ou em prejuízo da expansão dos planos privados e, ainda, como essa mobilização afetou a trajetória da saúde pública brasileira.

**Palavra-chave:** seguros privados, ANS, saúde pública

Este artigo tem por finalidade apresentar o projeto de mestrado que venho desenvolvendo no Programa de Pós Graduação de História na Universidade Federal de Juiz de Fora.

O projeto de mestrado que desenvolvo objetiva analisar as coalizões<sup>1476</sup> formadas entre médicos, hospitais, operadoras e o *pessoal* do Estado<sup>1477</sup>, no intuito de identificar como essas forças se articularam em favorecimento ou em prejuízo da expansão dos planos privados e, ainda, como essa mobilização afetou a trajetória da saúde pública brasileira. Será focalizada a Agência Nacional de Saúde, a partir de três arenas decisórias que a compõem - Conselho de Saúde Suplementar (CONSU), Câmara de Saúde Suplementar (CSS) e Diretoria Colegiada da ANS. Tais organismos são responsáveis, respectivamente, por regulamentar o *mercado* de saúde suplementar, por reunir representantes de todos os segmentos da sociedade que protagonizam as relações no setor, em caráter consultivo. E por promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde. Optamos por iniciar nossa investigação a partir de 1998, ano da assinatura da Lei dos Planos de Saúde e da criação da CSS.

---

\* Este artigo registra as primeiras reflexões possíveis diante do projeto de mestrado que venho desenvolvendo no PPG de História da UFJF.

\*\* Mestranda do PPG de História da UFJF. Atualmente desenvolve pesquisa sobre a Trajetória dos Planos e Seguros Privados de Saúde, a partir das coalizões formadas dentro da Agência Nacional de Saúde. Email: nittina.bianchi@hotmail.com. Rua Luiz Sansão 80/405, bairro: santa helena. Juiz de Fora – MG

<sup>1476</sup> SWAAN . A. *In Care of the State*. Cambridge. Polity Press, 1988.

<sup>1477</sup> DELGADO, I. G. *Previdência Social e Mercado no Brasil*. São Paulo: LTr. 2001 p.39

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Desde fins da década de 1960<sup>1478</sup>, um número crescente de trabalhadores passou a ser coberto pelos planos de saúde, seja mediante a celebração de contratos individuais, seja mediante a adesão a um contrato empresarial ou associativo.<sup>1479</sup> Esse panorama foi determinado, sobretudo, por quatro fatores: o próspero crescimento industrial nacional; a natural ampliação da demanda da população por serviços médicos; o precário e insuficiente serviço de saúde disponível em diversas regiões brasileiras; o aumento do custo da medicina liberal, como consequência das novas descobertas científicas. No limite, verificamos que a medicina de grupo tornou-se uma solução alternativa ao sistema, e por vezes estimulada pelos empresários.<sup>1480</sup>

Embora a trajetória dos planos privados tenha sido traçada de forma independente, em relação à Previdência Social, não há como negar que o sucesso da sua expansão, nos anos de 1970,<sup>1481</sup> esteve atrelado ao financiamento do Estado, por meio dos convênios entre as empresas e os grupos privados, mediados e financiados pela Previdência.<sup>1482</sup> Ademais, como sugere Telma Menicucci:

Para a consolidação as empresas médicas, foi importante a articulação política dos setores privados com segmentos da burocracia previdenciária constituindo os famosos anéis burocráticos da Previdência Social, bastante favoráveis à consolidação deste modelo de expansão da assistência médica.<sup>1483</sup>

Aliado a esses benefícios, a década de 1980 foi marcada por agregar às empresas um compromisso social com seus empregados, transformando assim, em responsabilidade dos empresários a assistência medico-hospitalar integral dos trabalhadores. Dessa forma, para algumas empresas os gastos em saúde adquiriram conotação de investimento, por ser um complemento ao salário, por garantir tranquilidade ao trabalhador e a sua família e também

---

<sup>1478</sup> Os primeiros movimentos em prol da formação de medicina de grupo remetem a década de 1950, quando em São Paulo, alguns médicos desempregados uniram-se para fornecer assistência à saúde a funcionários e familiares de empresas em franca expansão. No entanto, o nítido desenvolvimento do setor privado só é verificado no início dos anos de 1960 (Histórico ABRAMGE, disponível em [www.abramge.com.br](http://www.abramge.com.br), acessado em setembro de 2009).

<sup>1479</sup> BAHIA, Ligia. *Planos privados de saúde: luzes e sombras no debate setorial dos anos 90*. Ciênc. saúde coletiva vol.6 no.2 São Paulo 2001.

<sup>1480</sup> MENCUCCI, Telma Maria Gonçalves. *Público e Privado na Política de Assistência à Saúde no Brasil: Atores, processos e trajetória*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. p116, 117.

<sup>1481</sup> Foi no ano de 1966 que ocorreu a unificação dos Institutos da Previdência (Iaps) e a criação do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), e como consequência desse novo modelo, a política previdenciária de assistência à saúde modificou-se, adotando a contratação de serviços de terceiros em oposição a ampliação dos serviços próprios. Muito dessa nova postura se justificou pela presença de atores liberais e privatizantes no corpo do INPS. (FLEURY TEIXEIRA, S. *Assistência médica previdenciária: evolução e crise de uma política social*. Saúde em Debate, n. 9., jan./março.1980.)

<sup>1482</sup> OCKÉ-REIS, Carlos Octavio; ANDREAZZI, Maria de Fátima Siliansky; SILVEIRA, Fernando Gaiger. *O mercado de plano no Brasil: uma criação do Estado?* R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, 10(1): 157-185, jan./abr. 2006

<sup>1483</sup> MENCUCCI, Telma Maria Gonçalves. op cit p.117

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

por preservar um quadro saudável de trabalhadores. E ainda, pela possibilidade das empresas descontarem os gastos com a saúde no Imposto de Renda.<sup>1484</sup>

Outro fator determinante para a expansão do setor privado foi a piora das condições de atendimento dos serviços públicos. Por fim, verificamos também o mecanismo da Previdência de transferir parte do pagamento dos planos das empresas para os trabalhadores, como forma de permitir-lhes complementar os seguros. Tal medida favoreceu ainda mais a ampliação dos planos empresariais, visto que o aumento de planos com acomodações especiais prejudicou a simetria entre leitos custeados pelo setor público e leitos particulares, direcionando o interesse dos hospitais a pacientes particulares. Para a população excluída deste acordo faltaram leitos e logo se notou o desinteresse de hospitais dotados de alta tecnologia pelo financiamento do Estado.<sup>1485</sup>

No final da década de 80 verificou-se, portanto, uma tendência dos grandes hospitais em se afastarem do credenciamento com o setor público<sup>1486</sup>. Associado a isso, a Associação Médica Brasileira (AMB) assumiu, naquela ocasião, o papel de reguladora dos preços dos serviços médicos, tendo sua tabela dos honorários médicos acatada pelo próprio Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). E ao sinal de qualquer controle administrativo ou orçamentário por parte do Estado, a AMB promovia resistência e pregava a livre escolha do profissional.<sup>1487</sup>

Essa nova conjuntura da assistência à saúde ligada diretamente à lógica de um mercado auto-regulado foi claramente assinalada na Constituição de 1988, no artigo 119 da Sessão II, a qual legalizou o direito à medicina liberal e o mercado de planos privados como complementar ao sistema de saúde público.<sup>1488</sup>

Em termos gerais, a legislação dos planos privados foi criada após dez anos da Carta, no ano de 1998. A lei 9.656 foi avaliada como um importante instrumento para coibir os abusos das operadoras de planos de saúde contra os consumidores.<sup>1489</sup> Para Ligia Bahia, existe uma linha de interpretação que avalia a lei como um recurso para corrigir eventuais falhas do mercado que acabam prejudicando o usuário, tais como: assimetria de informações

---

<sup>1484</sup> Idem. p.117-124

<sup>1485</sup> Idem p. 117-124

<sup>1486</sup> O investimento feito pela Previdência e empresas ao sistema privado de assistência à saúde na década de 1960, permitiu um alto desenvolvimento deste setor ao longo dos anos, consagrado nos anos 80, a ponto dos seguros e planos de saúde preferirem se afastarem do financiamento público, pelos baixos preços de pagamento. (FLEURY TEIXEIRA, S. op cit.)

<sup>1487</sup> MENUCCCI, Telma Maria Gonçalves. op cit p.125,126

<sup>1488</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal, Brasília. 1988

<sup>1489</sup> BRASIL, Lei nº 9.656. Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência a saúde. Diário Oficial da União 1998; 3 de junho

entre clientes, operadoras e provedores de serviços; triagem de doenças por parte das empresas de planos, ao ponto de preferir clientes com baixos riscos (seleção adversa); e limitação do consumo de serviços de saúde em função das coberturas dos planos (risco moral).<sup>1490</sup>

Até a promulgação da referida lei, as operadoras de assistência à saúde estavam sujeitas exclusivamente à estrutura regulatória do Sistema Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).<sup>1491</sup> Por sua vez, no ano de 1998, foi criado o CSS, órgão do CNSP, responsável por regulamentar as atividades das operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde, a partir da participação de representantes de diferentes segmentos da sociedade que protagonizam as relações no setor.<sup>1492</sup>

No ano de 2000, através da promulgação da Lei nº 9.961/00<sup>1493</sup>, foi criada a ANS com o papel de regulamentar a saúde suplementar, como também a Diretoria Colegiada da ANS, responsável por promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde. Ademais, a CSS passou a ser órgão consultivo da ANS. Diante disso, por uma Medida Provisória nº 2177-44/01 de 2001<sup>1494</sup>, é criado o CONSU com a responsabilidade de estabelecer e supervisionar as políticas e os regulamentos aplicáveis aos serviços de saúde suplementar.

Esse novo parâmetro da saúde privada do Brasil em muito lembra o modelo norte-americano, a ponto de Maria Lucia Werneck Viana, em seu livro *Americanização (perversa) Da Seguridade Social Estratégias De Bem-Estar E Políticas Públicas*<sup>1495</sup>, creditar ao processo brasileiro o conceito de americanização da saúde nacional. Tal como no Brasil, o gerenciamento dos cuidados privados à saúde no EUA foi defendido por sua suposta eficiência para a redução de custos, ao passo que os serviços públicos são atacados por desrespeitar autonomia médica. Em ambos os países, justificou-se esse modelo pelo excesso de médicos, hospitais e unidades de apoio diagnóstico e terapêutico. Ademais, os planos privados brasileiros também utilizaram-se de mecanismos tipicamente norte-americanos em seus programas, como a limitação dos serviços médicos por plano de saúde e a edição de

---

<sup>1490</sup> BAHIA, Ligia. *Mudanças e Padrões das Relações Público-Privado: Seguros e Planos de Saúde no Brasil*. Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz: Rio de Janeiro. 1998

<sup>1491</sup> BRASIL, Lei nº 9.656. op cit.

<sup>1492</sup> Idem.

<sup>1493</sup> Brasil. Lei 9.961/00, de 5 de Janeiro de 2000.

<sup>1494</sup> Brasil, Medida Provisória n 2177-44/01, de 3 de julho de 2001.

<sup>1495</sup> VIANNA, M. L. T. W. *A Americanização (Perversa) da Seguridade Social no Brasil: Estratégias de Bem-Estar e Políticas Públicas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998

listas de doenças pré-determinadas para dificultar e até impedir o acesso de alguns pacientes aos planos.

Para além disso, a assistência à saúde brasileira tem ganhado contornos norte-americanos por força de fatores conjunturais. É o caso da omissão do Estado no financiamento do setor público, devido, sobretudo, ao ajuste macroeconômico de cunho neoliberal que o cenário internacional presenciava no final da década de 1980, abrindo espaço para a consagração dos planos privados que já trilhavam sua expansão desde a década de 1970.<sup>1496</sup>

Na vasta literatura sobre a trajetória da saúde brasileira, o tema dos planos de saúde mereceu destaque, fundamentalmente, de três autoras: Maria Lucia Werneck Viana, Ligia Bahia e Telma Menicucci.

Em Maria Lucia Werneck Vianna<sup>1497</sup> o tema não é abordado diretamente, mas o conceito de americanização perversa da assistência de saúde brasileira é uma chave importante para sua compreensão. Ao assinalar que na trajetória brasileira tem se acentuado o peso da oferta privada de serviços de saúde e da regulação mercantil do setor, Maria Lúcia Weneck Vianna nos fornece um guia valioso para entender a expansão dos planos de saúde no Brasil nas últimas décadas

Por outro lado, a linha de pesquisa adotada por Bahia<sup>1498</sup> se insere numa investigação sobre o mercado de planos e seguros no Brasil, a partir de uma análise que toma como fontes documentos oficiais e de empresas de consultoria, dados de empresas de planos e seguros e depoimentos de seus dirigentes. Também são considerados os aspectos jurídico-legais, especialmente na atual legislação. Finalmente, as características gerais do mercado de planos e seguros saúde no Brasil são comparadas com as do sistema de saúde americano

Por fim, Telma Menicucci<sup>1499</sup> utiliza a noção de *dependência da trajetória* como justificativa para a consagração do atual sistema de assistência médica brasileiro, ou seja, o padrão institucional vigente no Brasil é dependente das escolhas feitas pela política de saúde nas últimas décadas, especialmente nos anos 60. Desta forma, decisões tomadas no passado constroem decisões futuras e limitam a capacidade dos governos de seguir novas políticas públicas ou de modificar políticas atuais.

---

<sup>1496</sup> ARRETCHE, M. A *Política da Política de Saúde no Brasil*. In: LIMA, N. T., GERSCHMAN, S. EDLER, F. e SUAREZ, J. M (org) *Saúde e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2005

<sup>1497</sup> VIANNA, M. L. T. W. op cit.

<sup>1498</sup> BAHIA, Ligia. *Mudanças e Padrões das Relações Público-Privado: Seguros e Planos de Saúde no Brasil*. Op cit.

<sup>1499</sup> MENCUCI, Telma Maria Gonçalves. op cit.

Nossa abordagem sobre o tema agrega às formulações acima - e, neste sentido, as complementa e delas se diferencia - por buscar a identificação das principais coalizões formadas pelos médicos e hospitais, operadoras e o Estado desde 1998 até os dias atuais, no âmbito de três arenas - a CSS, a Diretoria Colegiada da ANS e o CONSU -, a primeira criada em 1998 e as demais em 2000. Busca, ainda, avaliar como esses atores se utilizaram de tais arenas para suas estratégias políticas, no sentido de favorecer a expansão dos planos e seguros de saúde. Objetivamos ainda, pontuar as principais agendas e atores que se fizeram presente nas três arenas.

### **Justificativa**

Diante dessa rápida apresentação sobre os principais fatores para o sucesso de implantação dos seguros e planos privados de assistência à saúde no Brasil, podemos começar a enumerar alguns pontos decisivos para a escolha do estudo.

Primeiramente, a atual parcela de brasileiros que possui um plano de assistência médica chega ao patamar dos 41,4 milhões, crescendo em 14% a arrecadação desse serviço do ano de 2007 para 2008.<sup>1500</sup> Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, no ano de 1998, os custos com medicamentos e planos de saúde apontavam para 70% dos gastos das famílias brasileiras com saúde<sup>1501</sup>, assinalando, por um lado, a preocupação com a saúde, por outro o descrédito com os serviços públicos. Outro tema importante que justifica esse trabalho são as recorrentes reclamações de usuários e profissionais da saúde sobre a medicina de grupo, revelados pelas estatísticas da Agência Nacional de Saúde e pela Associação de Defesa dos Usuários de Seguro, Planos e Sistemas de Saúde (ADUPES). Cerca de 17,48 % das operadoras sofreram algum tipo de reclamação por parte dos usuários no mês de julho de 2009.<sup>1502</sup>

No que tange às fontes, disponho de um rico acervo disponibilizado nos sites das instituições, seja ela dos médicos (Associação Médica Brasileira e Federação Nacional do Médicos), das operadoras privadas (através dos Sindicato Nacional das Empresas de Medicina

---

<sup>1500</sup> AGENCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. *Caderno de Informação da Saúde Suplementar*. Setembro 2009. Disponível em [http://www.ans.gov.br/portal/upload/informacoess/caderno\\_informaca\\_09\\_2009.pdf](http://www.ans.gov.br/portal/upload/informacoess/caderno_informaca_09_2009.pdf). Acessado em setembro de 2009.

<sup>1501</sup> SILVEIRA, Fernando Gaiger; OSORIO, Rafael Guerreiro; PIOLA, Sérgio Francisco. *Os gastos das famílias com saúde*. Ciênc. saúde coletiva vol.7 no.4 Rio de Janeiro 2002. p.7.

<sup>1502</sup> AGENCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. *Índice de reclamações*. Julho de 2009. Disponível em <http://www.ans.gov.br/portal/site/indexedereclamacoes/indexedereclamacoes.asp>. Acessado em setembro de 2009.



IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

de Grupo – SINAMGE, União Nacional das Instituições de Auto-gestão – UNIDAS e Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - UNIMED), dos hospitais (Agencia Nacional de Hospitais Privados e Federação de Hospitais Públicos), ou do Estado (Diretoria Colegiada da ANS, CONSU, CSS, Ministério da Saúde e Congresso Federal). De forma que todos os sites concedem o acesso a publicações próprias, resoluções, regulamentação, atas de reuniões e Comissões.

Ademais, no que concerne o universo de planos de saúde, contaremos com a contribuição dos trabalhos já citados de autoras como Ligia Bahia<sup>1503</sup>, Telma Menicucci<sup>1504</sup>, Maria Lucia Werneck<sup>1505</sup> Vianna e também de André Cezar Médiçi<sup>1506</sup>. No que tange a profissão médica utilizaremos estudos de Andrea Caprara; Josiane Rodrigues<sup>1507</sup> e Maria Helena Machado<sup>1508</sup>. No âmbito dos hospitais, os trabalhos aqui usados serão dos pesquisadores, Alexandre Marinho<sup>1509</sup>, Paola Zucchi e Olímpio Bittar<sup>1510</sup>. Por fim, optamos pelos trabalhos de Abram de Swann<sup>1511</sup>, Ellen Immergut<sup>1512</sup>, Eleutério Rodrigues Neto<sup>1513</sup> e a própria legislação de Planos de Saúde, no que diz respeito a participação do Estado neste conjuntura.

Além do mais, a abordagem que propomos sobre os planos e seguros privados, tomando a interação entre esses quatro atores (hospitais, médicos, o pessoal do Estado, operadoras) como responsável pela uma nova política de saúde brasileira, até então, foi pouco prestigiado nos estudos de História. Diante desse quase vazio historiográfico nos estudos sobre a interferência dessas instituições no panorama atual da saúde brasileira, vemos um instigante desafio que é favorecer o entendimento deste processo através das lentes da História.

---

<sup>1503</sup> BAHIA, Ligia. *Mudanças e Padrões das Relações Público-Privado: Seguros e Planos de Saúde no Brasil*. Op cit

<sup>1504</sup> MENUCCI, Telma Maria Gonçalves. op cit.

<sup>1505</sup> VIANNA, M. L. T. W. op cit.

<sup>1506</sup> MEDICI, AC. *A medicina de grupo no Brasil*. Organização Pan-Americana de Saúde, Brasília. 1991.(Série Desenvolvimento de Políticas Sociais)

<sup>1507</sup> CAPARA, Andrea; RODRIGUES, Josiane. *A relação assimétrica médico-paciente: repensando o vínculo terapêutico*. Ciênc. saúde coletiva vol.9 no.1 Rio de Janeiro 2004

<sup>1508</sup> MACHADO, Maria Helena. *Os médicos e sua prática profissional: as metamorfoses de uma profissão*. IUPERJ, Rio de Janeiro, 1996.

<sup>1509</sup> MARINHO, Alexandre. *Estudo de eficiência em alguns hospitais públicos e privados com a geração de rankings*. IPEA, Rio de Janeiro, 2001.

<sup>1510</sup> ZUCCHI, P; BITTAR, OLÍMPIO J.N.V. *Funcionários por leito: Estudo em alguns hospitais públicos e privados*. Revista de Administração Pública (RAS) \_Vol. 4, Nº 14 –SP - Jan-Mar, 2002

<sup>1511</sup> SWAAN, A. op cit.

<sup>1512</sup> IMMERGUT, E.M. *As Regras do Jogo: A lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 30 (11)1996.

<sup>1513</sup> NETO, Eleutério Rodriguez. *Saúde: Promessas e Limites da Constituição*. Rio de Janeiro. Editora FIOCRUZ, 2003.

As formulações do século XIX sobre o ofício do historiador propuseram que este mantivesse razoável distanciamento temporal em relação ao seu objeto, seja para preservação da sua neutralidade, seja para evitar a contaminação de seu ofício pela prática de outros profissionais, ligados aos estudos do presente. Assim, verificou-se um grande afastamento dos historiadores de temas do presente.<sup>1514</sup>

Nem mesmo a revisão historiográfica proposta pela Escola dos Annales reverteu essa perspectiva. Todavia, na década de 1970 assiste-se a uma reafirmação da História Política, quase que simultaneamente à retomada da História do Presente, por força de uma demanda social derivada dos dramáticos acontecimentos que marcaram o período desde a década anterior. O *retorno da História Política* realiza-se, destacando temáticas como o *poder* - na concepção foucaultiana -, as *representações* e a *cultura política*, em detrimento a pesquisa do Estado em si. No limite, o reconhecimento da independência de diversos fenômenos políticos em relação a outros campos da vida social, a interferência estatal nas economias liberais, a expansão das políticas públicas tornavam o *tempo presente* marcadamente político.<sup>1515</sup>

Diante disso, a nova proposta de como fazer a História Política emerge amplamente estimulada pelo contato com outras disciplinas das Ciências Sociais. No caso específico no nosso trabalho, numa nítida interação com Ciência Política. Os procedimentos de controle, para evitar os riscos apontados nas formulações do século XIX, seriam aqueles que são próprios a qualquer investigação científica. É Le Goff, um medievalista, que alerta serem exigências para a realização de estudos da História do Tempo Presente a avaliação crítica e com métodos adequados das fontes, a explicação dos fatos, devidamente hierarquizados e integrados numa longa duração.<sup>1516</sup>

Pretendemos, portanto, assumir uma tarefa pouco prestigiada por historiadores, com prejuízo, a nosso ver, para a História e para o conhecimento do presente. Não é sem razão que cientistas políticos da corrente *institucionalista* recorrem à noção de *dependência da trajetória* para afirmar o peso das escolhas passadas na determinação dos rumos do presente, numa nítida indicação da necessidade da História para a compreensão dos fenômenos contemporâneos. No entanto, a apropriação da História em outras áreas se faz sem a construção de uma *narrativa histórica*, teoricamente orientada, sustentada por densa base

---

<sup>1514</sup> FERREIRA, Marieta. *História, tempo presente e história oral* Topoi nº 5 – Revista de História. IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

<sup>1515</sup> TÉTARD, A. Chauveau (org). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999

<sup>1516</sup> Idem. p.93-103

documental, insubstituível para a identificação da *trama* em que se processam as escolhas e as interações entre os diferentes atores

Por tudo isso que foi dito, acreditamos que este projeto de dissertação possui o tripé fundamental para a concretização de um trabalho de mestrado. É, em primeiro lugar, viável, em função da disponibilidade e riqueza das fontes. É, além disto, original, dada a pequena presença de trabalhos historiográficos sobre o tema. Por fim, é relevante, por abordar uma temática de grande interesse para a população em geral, sem excluir um cidadão sequer.

## **Objetivos**

### **Objetivo Geral**

Identificar as coalizões formadas pelos médicos, hospitais, Estado e operadoras de planos de saúde na determinação dos rumos do sistema de saúde brasileira, notadamente a esfera da saúde suplementar.

### **Objetivos Específicos**

1) analisar a atuação de médicos, hospitais, Estado e operadoras de planos de saúde no âmbito da Diretoria Colegiada da ANS, CONSU e CSS.

2) Identificar as principais agendas e resoluções definidas nas reuniões da Diretoria Colegiada da ANS, CONSU e CSS.

## **Metodologia**

A análise das políticas sociais como resultado das coalizões firmadas por diferentes atores sociais foi efetuada por Abraham de Swaan<sup>1517</sup> num trabalho clássico, em que focaliza o papel desempenhado por empresários, trabalhadores, pequenos proprietários e o Estado<sup>1518</sup>

---

<sup>1517</sup> SWANN, Abram. op cit

<sup>1518</sup> Em sintonia com as relexões de Swaan, estão as conclusões de Contandriopoulos, o qual refere-se a regulamentação da saúde como: *consequência da tensão que existe entre as quatro lógicas de regulação: a do mercado, a tecnocrática, a profissional e a política. Cada uma destas lógicas corresponde à racionalidade dominante de um dos quatro grupos de atores — a população; os organismos pagadores e o aparelho governamental; os profissionais e as organizações em que trabalham e o Estado — cujas interações e trocas [...] delimitam e estruturam o sistema de saúde.*(CONTANDRIOPOULOS, A.P, *Apud.* Susete Barbosa, FRANÇA. *A Presença no Estado no setor da Saúde no Brasil.* Revista do Serviço Público/Fundação Escola Nacional de

na determinação das diferentes configurações em que se estruturou o Estado de Bem Estar Social. Neste mesmo trabalho, Swaan assinala que a saúde contou, ainda, com um componente especial, qual seja a forma como o Estado circunscreveu o trabalho dos médicos nos momentos iniciais de afirmação da categoria e de definição do monopólio desta sobre os serviços de saúde, com a expansão do conhecimento científico sobre as doenças e sua cura. Assim, quando o Estado absorveu o trabalho médico nas instituições públicas, deixando espaço limitado para a medicina liberal, prosperaram os sistemas públicos, com apoio, inclusive dos médicos.

O “poder da profissão” é, também, utilizado como categoria explicativa do curso dos sistemas de saúde. Ao exercerem o monopólio da profissão, os médicos dispõem de uma condição especial para a avaliação dos programas de saúde e para sua operacionalização, pois programa algum pode subsistir sem sua cooperação. No limite, seriam capazes até de bloquear a implementação de qualquer iniciativa contrária aos seus interesses<sup>1519</sup>.

Ellen Immergut<sup>1520</sup> chamou a atenção para os limites de tais explicações, observando que em países onde, sob quaisquer critérios, o “poder da profissão” dos médicos é equivalente, o resultado no processo de implantação de políticas públicas de saúde é diverso. Analisando os casos da Suécia, da França e da Suíça, conclui, pois, que o êxito na implementação das políticas de saúde depende das características do sistema decisório. Assim, quando há maior concentração de poder no Executivo, maiores são as chances de sucesso na implementação de políticas abrangentes, ao passo que processos decisórios descentralizados, marcados pela presença de múltiplos “pontos de veto”, tendem a favorecer a obstrução de atores contrários à sua efetivação.

Neste trabalho vamos buscar integrar as análises que partem dos recursos de poder dos atores àquelas que enfatizam o peso do sistema institucional. O foco que permite tal integração são as *arenas decisórias*, que envolvem a participação dos atores. Para tanto, a utilização do conceito de arena, na pesquisa, refere-se àquele construído por Theodoro Lewi, a partir das suas reflexões sobre o caso norte-americano. Na ocasião, Lewi propôs a teoria da Arena do Poder, fundamentado na idéia de que cada tipo de política pública – nos termos de Lowi as políticas seriam basicamente distributivas, redistributivas ou regulatórias - determina um tipo singular de relação (ou discussão) política, ou seja, uma arena. No caso específico da

---

Administração Pública Ano 49, n.3 (Jul-Set/1998). Brasília: ENAP. p. 88)

<sup>1519</sup> Uma síntese destas formulações pode ser encontrada em BAHIA, Ligia. *Mudanças e Padrões das Relações Público-Privado: Seguros e Planos de Saúde no Brasil*.

<sup>1520</sup> IMMERGURT, E. M. op cit

saúde pública, as três arenas formadas, Diretoria Colegiada da ANS, CSS e CONSU, podem ser definidas como arenas regulatórias, visto que a política de saúde se constrói a partir do conflito entre coalizões políticas de interesses claros e opostos, que geram claramente uma distinção entre favorecidos e desfavorecidos, através de coalizões fortes, porém efêmeras.<sup>1521</sup>

Importa assinalar, contudo, que tais arenas não esgotam o processo decisório relativo às políticas de saúde. Com frequência médicos e hospitais buscam contornar dificuldades encontradas em arenas que compartilham com outros atores através do contato direto com dirigentes de agências executivas, como o Ministério da Saúde, eventualmente menos permeável a pressões de usuários e outros profissionais que se fazem representar nas arenas indicadas a cima. Além disto, como verificamos no estudo do Conselho Nacional de Saúde, o alheamento de representantes do executivo e dos prestadores de serviço e dos médicos pode ser utilizado como tática para esvaziar uma arena decisória, embora esta, formalmente seja responsável pelo setor de saúde<sup>1522</sup>.

No que concerne a análise das agendas debatidas, utilizaremos o modelo de *múltiplos fluxos*, desenvolvido por Jonh Kingdon, que identifica três momentos diversos nos processos decisórios, relacionados, em primeiro lugar, à identificação de um *problema* pelos atores envolvidos no processo decisório; em segundo lugar, à geração de *idéias viáveis* do ponto de vista técnico e de custo tolerável; e por fim, à ocorrência de um processo político de *barganha* entre atores sobre a temática. Assim, quando esses três fluxos convergem, sobretudo em momentos de crise, mudanças na agenda são efetuadas.<sup>1523</sup>

A partir dessa reflexão, procuraremos compreender porque algumas temáticas foram transformadas em agenda governamental pelos quatro atores, e a que ponto essa transformação facilitou ou dificultou a expansão dos planos e seguros de saúde. Ademais, propomos investigar porque esses assuntos foram considerados relevantes, e quais foram as coalizões firmadas para que isso se concretizasse.

Cumpre, ainda, assinalar que as decisões tomadas no período delimitado por este trabalho ocorrem num cenário *já marcado pela expansão dos planos privados de saúde e pelo predomínio da oferta privada de serviços de saúde*. Isto significa que as condições

---

<sup>1521</sup> LOWI, Theodore J. *American Business, Public Policy, Case-Studies and Political Theory*. World Politics, vol. XVI, 1964

<sup>1522</sup> DELGADO, Ignacio, BOTARO, Nittina. *Conselho Nacional de Saúde: uma das faces da política de saúde no Brasil* Revista eletrônica Principia – Caminhos da Iniciação Científica. UFJF, jan 2009. Disponível em [www.ufjf.br/principia/edicao-atual/](http://www.ufjf.br/principia/edicao-atual/)

<sup>1523</sup> CAPELLA, Ana Claudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto (org) *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

indicadas acima por Swaan para a ocorrência do predomínio da saúde pública nos sistemas nacionais de saúde *não vão se reeditar no Brasil*. Assim, a *dependência da trajetória* instaura um ambiente que reforça as pressões para a preservação de nosso modelo híbrido.

Por fim, a nossa investigação se aprofundará nas atas da CSS, a partir do ano de 1998 e a partir do ano de 2000 no que se refere às atas da Diretoria Colegiada da ANS e CONSU. Além disso, analisaremos as publicações das três arenas.

Ademais, acompanharemos também as publicações dos médicos, hospitais e operadoras de planos de saúde. No que tange aos médicos, pesquisaremos o Jornal da Associação Médica do Brasil (JAMB), a Revista da Associação Médica do Brasil (RAMB) e os projetos da Comissão de Assuntos Políticos da AMB, assim como o Jornal de Medicina do Conselho Federal de Medicina e as resoluções do Conselho. Por outro lado, a investigação sobre a agenda dos hospitais, passará pela leitura da Revista Sinhá, da Associação Nacional de Hospitais Privados e do Jornal eletrônico e dos Informativos da Federação Brasileira de Hospitais. Pesquisaremos os boletins informativos da UNIMED, ABRAMGE e UNIDAS. Por último, a participação do Estado será demarcada pela análise da participação de seus representantes nas arenas consideradas e dos dispositivos legais que propõe e são objeto de debate.

Num momento mais avançado da pesquisa, realizaremos também entrevistas com representantes da AMB, CFM, ANAPH, FBH, ABRAMGE, UNIDAS, UNIMED, ANS e de representantes da Comissão do Senado e da Câmara de Saúde.

Séfora Marques Gandra\*

**Resumo:** A evolução normativa e de certos aspectos do Estado autoritário brasileiro, representada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, foi analisada frente aos avanços e retrocessos observados na implementação dessa lei, no que se refere ao trato para com o adolescente autor de ato infracional.

**Palavras chaves:** adolescente, ato infracional, (re)socializar.

O IBGE, em seus dados do censo demográfico de 2000, nos aponta que 20% da população brasileira encontram-se na faixa etária entre 15 e 24 anos, ou dizendo de outro modo, um em cada cinco brasileiros são jovens. O que os coloca no centro de várias questões sociais e temas de estudos. Uma dessas questões é o adolescente autor de ato infracional e as políticas públicas que tratam do tema.

Há várias formas, ou diferentes ângulos, por onde se pode olhar um fato social determinado e nenhum olhar é neutro, na medida em que ele passa a ser um elemento constitutivo da questão a ser analisada. “Diante dessa afirmativa, trago como primeiro enfoque uma frase de Emilio Garcia Mendes, que esboça a importância com que deve ser tratada a questão da criança e do adolescente” Apesar de seu caráter quantitativo reduzido, a questão do adolescente infrator possui um indubitável efeito contaminante negativo sobre o conjunto das políticas sociais. Quem não resolve este problema, compromete todas as políticas sociais para a infância em geral e os direitos humanos dos adolescentes em particular. A questão do adolescente infrator constitui um extraordinário termômetro da democracia.

Pretende-se fazer uma análise sobre a mudança que ocorreu em 1990 com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que surge em substituição ao Código de Menores de 1927 e de que maneira a Defesa Social de Minas Gerais tem se adaptado a essa nova realidade.

---

\* Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora-Analista Executiva Administrativa Jurídica da Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais. E-mail: fefagandra@yahoo.com.br- celular (31) 8888 6174-

O antigo código baseava-se na DOCTRINA DA SITUAÇÃO IRREGULAR, onde a criança era considerada objeto de atenção do Estado, apenas no sentido de se punir, retributivamente, aquilo que não fosse socialmente aceitável. Ela era responsabilidade de suas famílias; suas “falhas” deveriam ser tratadas como problemas a serem penalmente resolvidos. A infração, por eles cometida, era encarada apenas como um desvio de comportamento a ser resolvido. Ela existia apenas por escolha de seus autores, eles, sem nenhuma interferência de fatores externos, escolhiam incorrer em algum ato infracional.

O Estado, que criou e legitimou esse antigo código, é o Estado patrimonialista, que pode ser entendido, como um sistema em que uma elite social o concebe e dele se utiliza como uma extensão de suas prerrogativas de classe (FAORO-1995), e que cria uma indiferença com relação ao destino das camadas populares, não só por parte desse governo como também pela parte da sociedade que não chega a ser diretamente atingida por essa política social perversa. O objetivo era isolar, demarcar, os que transgredindo as regras “socialmente”- economicamente demarcadas, fugissem aos padrões aceitos por quem estabelecia tais normas.

Inaugura-se assim um engessamento do social, através da idealização de uma sociedade perfeita. A internação passa a ser um dos principais meios utilizados para se alcançar este ideal, passa-se a usá-la até mesmo como instrumento preventivo. Internam-se crianças pobres e/ou com trajetória de rua para que não venham atentar contra a propriedade. A manutenção deste quadro só foi possível graças ao crescimento do judiciário que traz em seu cerne essa visão linear e funcionalista da sociedade.

As instituições totais, públicas e privadas, passam a ser vistas sob dois prismas diferentes: de um lado eram as mantentoras da ordem patrimonial, na medida em que, punia quem atentava contra ela; por outro lado, era o local onde a sociedade civil, e sua opinião “pública” em geral, guardavam as crianças e adolescentes que viviam a margem do sistema dando-lhes as condições de subsistência que até então o sistema capitalista lhes havia negado. Instaura-se um paradigma que faz surgir, até mesmo, entre os menores acautelados sentimentos contraditórios de raiva, mas também de estranha gratidão pelas condições mínimas de sobrevivência que até então não haviam tido.



A essência das ações institucionais é a que norteia o panóptico de Michel Foucault “domesticar o corpo para isolar a alma”. E desse norte se valeu enormemente as classes dominantes e seus instrumentos de controle, de modo bem enfático o judiciário. Era o juiz da infância e da juventude quem determinava a internação em um processo onde não havia chance de defesa ou instância de recurso ou revisão. Esse processo era pautado em três mecanismos básicos:

- A pena era por tempo indeterminado, uma vez que o menor ficava lá até que o juiz decidisse que ele havia completado seu processo de reeducação e que, portanto não representava mais risco para a sociedade;
- Unilateralmente, esse mesmo juiz, podia impor censura aos meios de comunicação;
- \* inimputabilidade era fictícia, visto que, a internação tinha caráter retributivo e de castigo.

No plano familiar, toda essa ideologia autoritária era reforçada por relações verticais de poder, onde o pai, como provedor material, detinha toda a autoridade. Essas relações foram se democratizando, e como uma coisa só é possível quando é pensável, leis que tratassem em igualdade de condições às crianças e adolescentes passou a ser algo pensável e portanto possível.

A nova Constituição, em seu artigo 227, ao afirmar que ‘É dever da família, do Estado e da sociedade assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão,’ e em seu artigo 228, ao deixar claramente expresso: “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos a normas de legislação especial”, inaugura uma nova forma de se tratar as crianças e adolescentes, que passam a ser tratados como sujeito de direitos, dentro de uma proposta mundial que se norteava por esse princípio.

Era a inauguração de uma nova forma de tratamento denominada DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL, que pode ter considerado como um de seus estruturadores o § 1º do já citado artigo 227 da Constituição Federal que determina “O Estado promoverá programas de assistência integral à criança e ao adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais...” .Esse contexto fez surgir, em diversos seguimentos da sociedade civil brasileira, a luta pela criação de um panorama legal que tornasse efetivo os direitos que a constituição cidadã apregoava, assim surgiu o Estatuto da criança e do adolescente.

10 a 13 de maio de 2010

A mudança acima narrada não foi um fato isolado e uma de suas origens é a, evolução-nascimento da NOVA DEFESA SOCIAL, que começa a tomar forma efetiva com o programa mínimo de 1954, que defendia uma nova maneira de ver o direito penal, de modo especial a pena. Entre os princípios defendidos por este movimento, destacam-se: a valorização das ciências humanas no estudo do fenômeno criminal; eliminação do sentido retributivo da pena e reinserção social do delinqüente, através do tratamento e proteção oriundos da reforma penitenciária Estes são alguns dos princípios que direcionam as ações da Defesa Social em Minas Gerais, principalmente àqueles que se referem ao sistema socioeducativo.

Mas o que pode ser destacado de tão diferente entre a ideologia da SITUAÇÃO IRREGULAR e a DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL? A princípio a própria visão sobre quem, ou o que, venha a ser a criança e o adolescente. Enquanto para a primeira, a criança era considerada objeto de atenção do Estado, apenas no sentido de se punir retributivamente, aquilo que não fosse social, ou economicamente aceitável, para a segunda esse público é sujeito de direitos e deverá ser tratado em igualdade de condições jurídicas, social, moral e ética, cabendo aos poderes públicos garantir-lhes as condições mínimas para que tal igualdade seja efetivada.

Essa diferença aparentemente pequena, tem sua pequenez apenas na aparência, visto que, mudando o objeto a ser tratado na lei muda-se todo o enfoque de sua aplicação e conseqüentemente das políticas públicas que surgirão com a sua implementação.

Especificamente no caso mineiro, teremos na reestruturação das instituições de internação dos adolescentes em conflito com a lei (os centros socioeducativos) um indicativo de que algo tem sido tentado no sentido de se buscar diminuir a distância entre o modelo de justiça social real e aquele implícito no Estatuto da criança e do adolescente. As tentativas vistas tem se norteado no sentido de se deixarem claras quais são suas funções institucionais, deixando explícitas, tanto quanto possível, em nível jurídico e institucional, qual a natureza, a finalidade e o conteúdo das medidas socioeducativas.

Não que se acredite que a prescrição de uma norma a torne *di per si* auto-aplicável, mas sim, porque são inegáveis os avanços obtidos na implementação de práticas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e que até bem pouco tempo seriam impensáveis.

Os alcances de tais medidas, que a princípio podem parecer tímidos, nos indicam que algo tem ido na direção correta. Exemplo disso, é o grau de autonomia dos centros socioeducativo prescrito na legislação e utilizada pelas instituições e respaldado pelo judiciário, como no caso do programa de visitas dos adolescentes acautelados às suas famílias, a fim de que haja uma readaptação recíproca, que viabilize o seu futuro retorno ; o mapeamento real e *in loco* da situação psicossocial de sua comunidade de origem; as reuniões para estudo de casos semanais, feitas por uma equipe técnica multidisciplinar que têm como objetivo tentar ver o adolescente o mais amplamente possível. .

No entanto há ainda muito a ser construído, existe uma grande departamentalização dos serviços que são prestados por estas instituições; falta muita das vezes uma linguagem interinstitucional comum que possibilite uma comunicação rápida e eficaz entre elas e o público a quem devem atender; muitas das vezes se observa uma não compreensão dos princípios da gestão democrática que permeiam o Estatuto da Criança e do Adolescente e que deveriam estar no cerne das ações de gestores jurídicos, executores e técnicos, fato esse que invariavelmente produz insatisfação e mal estar entre gestores/ técnicos e público alvo.

Sobre as reuniões de estudo de casos seu objetivo último é tentar enxergar o adolescente no maior número possível de aspectos que o constituem (psicológico, social, pedagógico...) para cada um, tem-se um profissional que acompanha o adolescente e traz suas observações sobre ele. Se for assim, onde está o equívoco? O equívoco encontra-se na idéia de que cada esfera do conhecimento, basta-se a si mesma, não interferindo ou recebendo influência de outras áreas. É fundamental o diálogo entre os saberes, compor, com cada instrumento que trazem, um todo o mais coeso possível. Afinal privilegiar uma esfera do saber, e conseqüentemente do indivíduo, em detrimento de outra é o caminho mas rápido para o esvaziamento de sentido de uma prática formativa.

Se a razão das medidas socioeducativas é a reinserção social do adolescente, ela só será possível, na medida em que ele for capaz de enxergar a si mesmo e ao meio em que está inserido como partes integrantes de algo único; dois fatores capazes de interferirem-se mutuamente. Ao conscientizar-se disso, ele torna-se realmente responsável pela realidade social em que vive, pois sai da condição única de vítima para a de sujeito social. Isso é o primeiro passo para que ele se responsabilize por seu ato infracional, meta primeira da medida socioeducativa.

É mister, assumir o caráter pedagógico da socioeducação, buscar subsídios teóricos para uma prática que supere o estágio multidisciplinar das equipes técnicas dos centros socioeducativos, transformando-as em equipes transdisciplinares. Envolvidas sempre com a preocupação pelo SER a quem devem (re) socializar, não importando que áreas do saber serão para isto utilizada.

Esse conjunto de mal entendidos, falta eventual de uniformidade de procedimentos burocráticos e linguagens; dificuldade de se entender a divisão de poder gerada pela participação democrática, fragmentação do saber que se propõe analisar o adolescente, tem como produto, na maioria das vezes, uma prática que acaba por resvalar na impessoalidade. Isso gera ausência de envolvimento e por conseguinte dificuldade de auto-responsabilização das partes- principalmente dos adolescentes e seus familiares. O dado novo, que aí se insere, é que a responsabilização pelo ato infracional cometido, é o primeiro passo para que a reinserção social seja atingida, e uma vez que não se consegue este primeiro passo todo o restante das ações se torna inócuo.

A preocupação com a questão acima tratada é que este vácuo que se abre não se transforme em uma brecha para o livre arbítrio de ações autoritárias, que se utilizem do aparelho repressor do Estado a fim de cercear direitos e retroceder com os avanços legislativos e do quadro social que já foram alcançados. É preciso que se reforce as bases que ainda permanecem frágeis nesse sistema doutrinário, tornando claros seus objetivos, a fim de que ele transmita à sociedade em geral a segurança necessária para extinguir discursos calcados no autoritarismo que alardeia a delinquência juvenil e clama pela redução da maioria penal; mas também se faz mister que ele consiga fazer com que os adolescentes se sintam responsabilizados por seus atos e recebam das instituições, que para isso foram criadas, e do corpo técnico que aí trabalha, as condições suficientes e necessárias para sua reinserção social.

Torna-se urgente traçar um paralelo entre o discurso, baseado na lei, e a práxis cotidiana de tais centros, observando se há, ou não, a necessidade de um reordenamento institucional, a fim de que tais instituições cumpram seu objetivo de (re) socializar e (re) inserir esse público na sociedade; se os profissionais que aí atuam estão capacitados a lidar com as questões que permeiam este processo, adotando novas práticas quando necessário; se a estrutura física e os recursos técnicos de que dispõem são aqueles preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

Verificar se há uma distância, assim tão grande, entre o Brasil legal e o Brasil real, que faz inflamar os discursos de que o retrocesso legal do Estado Democrático de Direito é preciso, já que nossas leis (o Estatuto da Criança e do Adolescente no caso em questão) não atendem ao nosso quadro social, tentando apontar formas de melhorarmos a realidade ao invés de piorarmos as leis.

### **Referências bibliográfica**

AKERMAN, M.; BOUSQUAT, A. **Mapa de risco de violência**. São Paulo em Perspectiva, v. 13, n. 4, 2000.

ARANTES, E. M. M.; MOTTA, M. E. S. **A criança e seus direitos: Estatuto da Criança e do Adolescente e Código de Menores em debate**. Rio de Janeiro, PUC/RJ - FUNABEM, 1990.

ARENDT, H. **Sobre a Violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, 114 p.

ARIES, P. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman, 2º Edição. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981, 279 p.

BRASIL, ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- Lei 8069 de 13 de julho de 1990 que institui o Estatuto da Criança e do adolescente.

COLL, CESAR SALVADOR. **Psicologia e currículo**, Ática, 2000.

FOUCAULT; MICHEL. TRAD. VASSALO; LÍGIA M. **Vigiar e Punir** *Nascimento da prisão*. Rio de Janeiro, Vozes, 1984

JUNQUEIRA, LIA. **Abandonados**. São Paulo, Vozes, 1986

MENDEZ, EMÍLIO GARCIA. **Adolescentes e responsabilidade: um debate latinoamericano**, Buenos Aires, 2000. por uma reflexão sobre o arbítrio e o garantismo na jurisdição sócioeducativa.

RIZZINI, I. **A assistência a infância no Brasil: Uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: CESPI/USU/EDUSU, 1993.

RUA, M. G. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998. p. 731-74

RIZZINI, I. **A criança no Brasil hoje: Desafios para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: CESPI/USU/EDUSU, 1993.

IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo.

10 a 13 de maio de 2010

RIZZINI, I. **A assistência a infância no Brasil: Uma análise de sua construção.** Rio de Janeiro: CESPI/USU/EDUSU, 1993.

RUA, M. G. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90.** *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas.* Brasília: CNPD, 1998. p. 73-74c